MARIA DA CONCEIÇÃO MEIRELES PEREIRA

A QUESTÃO IBÉRICA

IMPRENSA E OPINIÃO

(1850 - 1870)

VOL. I

PORTO

1995

MARIA DA CONCEIÇÃO MEIRELES PEREIRA

A QUESTÃO IBÉRICA
IMPRENSA E OPINIÃO
(1850 - 1870)

VOL. I

Dissertação para Doutoramento em História Moderna e Contemporânea
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

PORTO

1995

Este projecto de investigação obteve uma Bolsa de Estudo para Doutoramento no país concedida pelo Instituto Nacional de Investigação Científica (I.N.I.C.), no ano lectivo de 1991/92, a qual foi renovada pela Junta Nacional de Investigação Científica (J.N.I.C.T.) no ano lectivo de 1993/1994

AGRADECIMENTOS

A colaboração deste trabalho contou com diversas colaborações, pelas quais não posso deixar de exprimir o meu reconhecimento. É com sentido prazer que registo os meus agradecimentos:

Ao Professor Fernando de Sousa pelo modo como traduziu a sua orientação, atenta e envolvida com este projecto.

Ao Professor Fernando Catroga por ter facilitado o acesso à biblioteca do Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

À Professora Pilar Vásquez Cuesta pelos trabalhos que me ofereceu e pela frutuosa troca de ideias.

Ao Professor Hipólito de la Torre Gómez pelas sugestões biliográficas e outras gentis indicações.

Ao Professor José Marques, pelo eficaz contacto na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Aos I. N. I. C. / J. N I. C. T. pelo apoio a este projecto de investigação.

À Doutora Fátima Nunes pelas preciosas indicações relativas à Biblioteca Pública de Évora.

À Doutora Isabel dos Gumarães Sá pelo apoio logístico e indicações sobre o Instituto Europeu de Florença.

À Doutora Teresa Soeiro pelas facilidades concedidas na Biblioteca Municipal de Penafiel.

Ao Engenheiro Manuel Silva pela concepção gráfica das capas e folhas de rosto.

Ao Doutor Gaspar Martins Pereira, interlocutor amigo durante a realização do trabalho, e pela elaboração de bases de dados.

Ao Dr. Jorge Ribeiro pelo acompanhamento generoso de várias fases do trabalho.

Aos funcionários da B. P. M. P. pelo apoio e auxílio prestados durante vários anos.

Ao Dr. Paulo Eduardo de Carvalho, pelas sugestões bibliográficas sobre teatro, e pela revisão de alguns textos.

À Dr.ª Lúcia Rosas, interlocutora privilegiada do primeiro ao último dia da realização deste trabalho, pela amizade militante.

À Catarina e à Mariana, pela sua paciência.

À minha Mãe e ao Carlos, por tudo.

SUMÁRIO

VOLUME I

1. Introdução. Objecto, Metodologia e Fontes	**1**
Fontes e Bibliografia	**7**
2. A Doutrinação Iberista em Portugal Meios e Agentes da sua Difusão	**125**
3. A Contestação do Iberismo Meios e Agentes de um Combate	**235**
4. Aproximação e Rejeição O Confronto Cultural	**309**
5. A Concertação Económica Peninsular e a União Alfandegária	**429**
6. Os Estrangeiros e a Península Representações da Questão Ibérica e das Relações Luso-Espanholas	**549**
7. O 1° de Dezembro Comemorar é Preciso	**607**
8. A Parenética e a Questão Ibérica A Condenação do Púlpito	**715**
Quadros Sinópticos dos Sermões Anti-Ibéricos	**751**

SUMÁRIO

VOLUME II

9. Imprensa, História e Ficção. As Lições do Passado 3

10. O Teatro e a Questão Ibérica. As Máscaras da Intranquilidade 59

Quadros Sinópticos das Peças Teatrais 107

11. A Poesia e a Questão Ibérica. O Verso Fácil ao Serviço de um Tema Complexo 111

Os Textos em Verso. Transcrição 140

12. O Humor e a Questão Ibérica. Riso e Castigo 687

13. A Imagem e a Questão Ibérica. A Iconografia Possível 721

Gravuras e Respectivas Legendas 728

14. Conclusão 775

No ano da morte de Miguel Torga...

IBÉRIA

Terra.
Quanto a palavra der, e nada mais.
Só assim a resume
Quem a contempla do mais alto cume,
Carregada de sol e de pinhais.

Terra-tumor-de-angústia de saber
Se o mar é fundo a ao fim deixa passar...
Um antena da Europa a receber
A voz do longe que lhe quer falar...

Terra de pão e vinho
(A fome e a sede só virão depois,
Quando a espuma salgada for caminho
Onde um caminha desdobrado em dois).

Terra nua e tamanha
Que nela coube o Velho-Mundo e o Novo...
Que nela cabem Portugal e Espanha
E a loucura com asas do seu Povo.

(in "Poemas Ibéricos", 1965)

NORMAS DE TRANSCRIÇÃO E LISTA DAS SIGLAS

Nas transcrições foram respeitados integralmente os originais, quer manuscritos quer impressos, nomeadamente na pontuação e ortografia.

Para facilitar a leitura, os nomes das publicações periódicas foram quase sempre actualizados no texto, se bem que na citação da nota de rodapé se utilize sempre a sua ortografia original. O mesmo ocorreu com a grafia dos nomes dos autores que em nota estão conforme o original consultado.

Ao longo do texto, especialmente nas notas, foram utilizadas algumas abreviaturas cujo significado abaixo se esclarece:

A. C. L. — Academia das Ciências de Lisboa
B. N. — Biblioteca Nacional
B. P. M. P. — Biblioteca Pública e Municipal do Porto
D. B. P. — Dicionário Bibliográfico Português
D. J. P. — Dicionário Jornalístico Português

1.

Introdução

Objecto, Metodologia e Fontes

> Se instituições ha, e descobertas, que mereçam respeito, dedicação, louvor, e a cooperação de todos os recursos de que o homem dispõe, a imprensa occupa certamente o primeiro, e digno lugar.
>
> É a ella que se deve em grande parte as grandes reformas industriaes, politicas, e sociaes, que successivamente se teem operado desde que funccciona.
>
> FRANCISCO TEODORO CÉSAR DA CUNHA[1]

> Newspapers are unique barometers of their age. They indicate more plainly than anything else the climate of the societies to which they belong.
>
> FRANCIS WILLIAMS[2]

Este trabalho pretende avaliar a polémica suscitada em Portugal pelo reacender das ideias ibéricas que ganharam particular expressão no terceiro quartel de Oitocentos, entre a publicação da *Ibéria* de Sinibaldo de Mas, que no plano político coincidiu com a Regeneração, e a primeira forma de resolução da crise dinástica espanhola que se traduziu pela subida ao trono de Amadeu de Sabóia. A questão ibérica não teve obviamente aí a sua génese, ela

---

[1] *Portugal em 1865. Reflexões Politicas dedicadas á Nação Portugueza*, Lisboa, Editor François Lallemant, Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza, 1865, p. 40.

[2] *The Right to Know*, London, Longmans, 1969, p. 1.

era tão velha quanto a nacionalidade e conheceu momentos vários de efervescência ao longo dos séculos, nem se diluiu com o efémero reinado do duque de Aosta, nem com a República ou a Restauração bourbónica que lhe seguiram; mas as perspectivas que abriu, as forças que congregou e o impacto que produziu na sociedade portuguesa durante esses cerca de vinte anos justificam uma abordagem mais detalhada, uma dissecação atenta das suas manifestações, uma avaliação da sua evolução e derivações. Contudo, sempre que se considere oportuno, far-se-ão referências anteriores e posteriores ao período cronológico apresentado.

A nível de um passado recente, a ideia ibérica tinha sido agitada pela própria conjuntura penisular nos primórdios da ordem liberal, nos exílios liberais de portugueses e espanhóis, e em seguida nas lutas intestinas de cada um dos países contra o conservadorismo, e novo reencontro no Paris revolucionário de 48. No plano externo a questão ibérica recebeu alguma empolação devido às políticas expansionistas de alguns estadistas, como Napoleão III, e o popular e romântico movimento das nacionalidades que, em nome da liberdade dos povos lhes conferia o poder de se agruparem em nações que fossem a expressão das suas afinidades de raça, língua, religião e história.

Mas aos argumentos dos defensores do nacionalismo ibérico, inspirados uns em doutrinas de sinal socializante insistindo nos valores iluminísticos de fraternidade e progresso material e social, outros evocando o princípio do equlíbrio, embevecidos pela ideia de um imperialismo ibérico, qual quinto império, capaz de superar crises arrastadas e salvar as colónias decadentes e ameaçadas pelos imperialismos europeus, nomeadamente o britânico, sucedeu-se um coro de contestação e protesto que não via na aproximação de Portugal a Espanha senão a repetição de opressivas dominações antigas, em que a nação mais pequena saía perdendo, quebrada nas suas forças, espoliada das suas riquezas, e humilhantemente despojada do valor supremo da sua nacionalidade. Se a doutrinação ibérica não era tão homogénea e convergente nas suas posturas e argumentações como redutoramente à primeira vista possa parecer, já que ensaiou diversas soluções quanto à fórmula política, faseamento de realização do projecto, questões administrativas, prioridade da questão política ou económica, etc., o movimento de contestação anti-ibérica também se expressou através de uma

pluralidade de formas, ora pugnando pelas simples relações de amizade, ora por um isolacionismo mais excerbado, renitente a quaisquer projectos de cooperação. Da tensão destas várias forças e opiniões emergiu a magna questão ibérica que, em 1868, com a crise de interinidade espanhola, terá atingido a sua face mais visível, suscitando actuações e clarificações políticas concretas, quer por parte dos estadistas, quer dos soberanos. Pretendendo abordar o iberismo na sua dimensão de realidade cultural, em função da perspectiva da história da ideias, este trabalho não contempla a história diplomática dos eventos reais, antes os quadros mentais de doutrinação e rejeição do ideário ibérico.

A história da questão ibérica é pois a história de uma propaganda[3], de uma caudalosa guerrilha de ideias e palavras, de rumores e de temores, que levou alguns contemporâneos, como Camilo Castelo Branco, a caracterizar o iberismo como um fantasma, e a chamar terroristas aos apóstolos da nacionalidade, culpando assim mais os seus detractores, em maior número, com mais ampla base de expressão, muito mais prolixos nos seus anátemas, do que os próprios teóricos de uma ideia comummente vista como irrealizável.

Assim, a imprensa periódica, na sua extrema riqueza de artigos de opinião e notícias, folhetins e anúncios, crónicas e correspondências, evocações históricas e poesias, comunicados e ilustrações, foi desde logo considerada como um reservatório privilegiado de informação sobre o objecto em estudo. Paralelamente à imprensa periódica foi utilizado um vasto leque de outros escritos, almanaques e obras várias, folhetos e opúsculos, oratória política e sagrada, testemunhos estrangeiros e historiografia, teatro e ficção histórica, poemas e canções. Como se verifica pela natureza dos elementos enunciados, a questão, nas suas várias manifestações, não foi apenas percepcionada pela leitura individual e solitária das páginas de um jornal ou de um livro; foi representada nos palcos, evocada nas escolas, debatida nas Câmaras, abordada nos púlpitos, cantada nas ruas, retratada em gravuras.

---

[3] Que se revelou, como Jaqcques Ellul explica, recorrendo a uma estratégia de difusão da mensagem que passava pelos cortejos, jornadas várias, difusão de mitos, imagens simbólicas, etc. (Cf. *Histoire de la Propagande*, Paris, P.U.F., 1967).

O jornal, como explicou Jacques Kaiser, apresenta ao historiador o duplo interesse de constituir um documento em si pelas informações e textos que publica, e uma fonte de documentos pelas opiniões que exprime[4].

Perante esta prodigiosa e perigosa documentação, qual espelho de mil facetas, Henri Berr aconselha ao trabalho do historiador um método de análise baseado no espírito crítico mas também no espírito de síntese[5].

Sendo a palavra o primeiro instrumento de comunicação, a imprensa apresenta-se como expressão e garantia da participação social, tornando-se um novo poder na sociedade burgesa e liberal[6].

Além de difusor das notícias, o periódico alia a opinião à informação, moldando, formando e reflectindo a opinião pública[7], fenómeno social que representa uma força bem mais poderosa do que qualquer outro instrumento oficial de dominação política[8]. Ressalta daqui a emergência de um espaço público ou de sociabilidade, que extrapola da sua dimensão literária, e as opiniões públicas que dele emanam desempenham um papel de mediador entre as necessidades da sociedade e o Estado[9]. Procedendo de estruturas mentais, a opinião ou espírito público é todavia um fenómeno de complexa apreensão, idêntico à história ambígua das mentalidades. Jean-Jaques Becker definiu desta forma sugestiva a ambivalência da história das opiniões: "Elle est *passive* dans la mesure où elle décrit des attitudes, des comportements, mais elle est *active* quand elle cherche à savoir et c'est souvent très difficile — si l'opinion a influé sur l'évolution historique, sur l'événement"[10].

---

[4] KAYSER, Jacques — *L'Historien et la Presse*. "Revue Historique", Presse Universitaire de France, t. 218, Out.-Dez. 1957, p. 284.

[5] Prefácio à obra de Georges Weill — *Le Journal. Origines, évolution et rôle de la presse périodique*, Paris, Renaissance du Livre, 1934, p. XVII.

[6] VARIN D'AINVELLE, Madeleine — *La presse en France, Genèse et évolution de ses fonctions psycho-sociales*, Paris P.U.F., 1965.

[7] DOVIFAT, Emil — *Periodismo*, t. 1, Mexico, Uniontipografica Editorial Hespano Americana, 1959.

[8] BAKER, K. M. — Politique et Opinion Politica. "Annales — E.S.C.", nº 1, Jan.-Fev. 1987, p. 61.

[9] HABERMAS, Jürgen — *L'Espace Public. Archéologie de la Publicité comme dimension constitutive de la societé bourgeoise*, Paris, Payot, 1986.

[10] BECKER, Jean-Jacques — *L'Opinion*, in "Pour une Histoire Politique", Paris, Ed. du Seuil, 1988, p. 163.

Representando a imprensa no século XIX uma função crucial de ligação entre a tribuna e a rua, de informação e comunicação[11], afigurou-se-nos que a intelecção do tema ibérico no período atrás definido, teria inexoravelmente que passar por um levantamento, tão exaustivo quanto possível, da imprensa periódica nacional, se bem que, por necessidade de delimitação dessas fontes, se exluíssem à partida as publicações que não tivessem ocorrido no território continental[12].

O jornalismo português atravessou no terceiro quartel do século XIX um surto de expansão e consolidação; entre 1850 e 1859, o aparecimento de jornais foi, em média, de trinta e cinco por ano; aumentou para sessenta e sete, entre 1860 e 1869; e atingiu uma média de noventa no período de 1870 a 1879[13].

A imprensa diária, mas também de periodicidade mais alargada, de índole política e noticiosa mas também de carácter mais específico (histórico, literário, religioso, etc.), publicada do Minho ao Alentejo, revelou-se um corpus documental de inestimável valor, possibilitando um rastreio verdadeiramente nacional do objecto em estudo. Todavia, algumas dificuldades se depararam à consulta dos periódicos de província, já que as colecções se encontram muito incompletas e, mesmo recorrendo ao cruzamento dos acervos de várias bibliotecas, nem sempre se puderam colmatar lacunas. Tendo em consideração o vasto levantamento efectuado, considerou-se de alguma pertinência indicar os periódicos cuja consulta não foi frutuosa, isto é, que não abordaram a problemática ibérica.

Paralelamente à imprensa periódica, procedeu-se ao levantamento e estudo do pensamento doutrinário ibérico e de contestação anti-ibérica ou simplesmente antiespanhola vertidos

---

11 "A imprensa diária própriamente doutrinária, formada pelos jornais dos partidos ou de grupos religiosos, políticos ou intelectuais, perdeu em todoo mundo a posição que teve no século XIX, no tempo das pequenas tiragens economicamente suficientes e das fortes personalidades jornalísticas — o Sampaio da *Revolução* ..." (cf. CAETANO, Marcelo — *A Opinião Pública no Estado Moderno*, Liboa, 1965, p. 26).

12 Para o arquipélago açoriano o trabalho encontrava-se, aliás, praticamente realizado, haja em vista o estudo de Carlos CORDEIRO — *O Iberismo e os Açores. Notas para uma investigação*. "Revista de História das Ideias", Coimbra, vol. 12, 1990, p. 429-444.

13 Cit. por ALVES, Ana Maria — *Portugal e a Comuna de Paris*, Lisboa, Editorial Estampa, 1971, p. 11.

em numerosas obras e folhetos de inegável importância e originalidade no conspecto da literatura portuguesa de Oitocentos. Algumas destas publicações são bastante raras, encontram-se muitas vezes em avançado estado de deterioração, pelo que a sua consulta é dificultada ou permitida apenas nas secções de reservados.

A Biblioteca Pública e Municipal do Porto bem como a Biblioteca Nacional de Lisboa forneceram a maior parte do material compulsado, mas foram também realizadas pesquisas noutras bibliotecas portuguesas, a saber, Hemeroteca de Lisboa, Biblioteca do Ateneu Comercial do Porto, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Biblioteca Municipal de Coimbra, Biblioteca Pública de Évora, Biblioteca Geral da Universidade do Minho, Biblioteca da Sociedade Martins Sarmento (Guimarães), Biblioteca Municipal de Vila do Conde, Biblioteca Municipal de Penafiel.

Por outro lado, tivemos que socorrer-nos de algumas fontes impressas espanholas, publicações periódicas, folhetos, obras doutrinárias, etc., cuja consulta se realizou na Biblioteca Nacional de Madrid.

Verificando que certos opúsculos publicados no Brasil sobre o tema ibérico não existiam nas nossas biliotecas, solicitamos à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro o envio dos microfilmes respectivos.

As fontes manuscritas utilizadas reportam-se ao *Dicionário Jornalístico Português*, indispensável para um conhecimento mais perfeito do periodismo nacional, e ainda um discurso sobre o tema ibérico, aliás, o único encontrado, bem como epistolário de individualidades espanholas a Latino Coelho, todos pertencentes aos acervos da Academia das Ciências de Lisboa.

Do corpo documental necessário à realização deste trabalho, bem como da bibliografia utilizada, dão conta as páginas seguintes.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo da Academia das Ciências de Lisboa:

Diccionario Jornalistico Portuguez — ms. azul 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456.

O Iberismo Monarchico e o federalismo republicano. Prelecção feita no Gremio Recreativo, em 8 de Janeiro de 1870 pelo Marquez de Rezende — ms. azul 940.

Cartas de Emilio Castelar a Latino Coelho — ms. azul 1212.

Cartas para José Maria Latino Coelho de varias individualidades espanholas — ms. azul 1219.

FONTES IMPRESSAS

1. Almanaques

Almanak Democratico para 1852, Lisboa, Typographia Social,1851.

Almanak Democratico para 1853, Lisboa, Typographia Social,1852.

Almanak Democratico para 1854, Lisboa, Typographia Universal, 1853.

Almanach Democratico para 1855, Lisboa, Typ. do Progresso, 1854, 160 p.

Almanach da Estrella d'Alva para o anno de 1862, Lisboa, Typ. de José da Costa Nascimento Cruz, 1861, 112 p.

Almanach Taborda para 1869 (3° ano), Lisboa, Typ. Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1868, 272 p.

Almanach Patriotico e Anti-Iberico para 1869 illustrado com seis gravuras symbolicas, 2ª edição, Lisboa, Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1868, 32 p.

Almanach Familiar para Portugal e Brasil, publicado por Gualdino Valladares e Augusto Valladares, Braga, Typ. de A. B. da Silva,1868.

Almanach Republicano para 1870 e 1871 (1° ano), Lisboa, Typ. Portugueza, 1869, 59 p.

Almanach Republicano para 1876 (2° ano), Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1875, 64 p.

Almanach de Porta de Borda d'Agua Nacional e Familiar para o anno de 1879 (3° depois do bissexto), Lisboa, Typ. Universal, 1878.

Almanach Republicano para 1893. Garcia e Latino. Homenagem aos dois falecidos e gloriosos chefes da democracia portuguesa por um grupo de republicanos, Lisboa, Typographia da Empresa Litteraria,1892, 64 p.

Almanack para todos ou colecção de differentes artigos ácerca da infausta morte de Sua Magestade El-Rei o Sr. D. Pedro Quinto de saudosa memoria, Porto, Typographia de F. G. da Fonseca, s. d., [1861-1862].

Almanach de Portugal para 1856 por Luiz Travassos Valdez, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856.

Almanak Portuguez para 1852 sob a direcção de A. M. da S. Brunshy, Lisboa, Imp. de Francisco Xavier de Sousa, 1851.

[ALMEIDA, A. A. d'Andrade e] — *Almanach da Independencia Nacional*, Lisboa, Typ. Editora de Mattos Moreira & Comp.ª, 1873, 64 p.

BORGES, Luis Paulino — *Almanach Patriotico para 1877*, Lisboa, Typ. Belenense, 1876, 126 p.

2. Dicionários / Obras de Referência

ALMEIDA, Francisco de — *Diccionario Illustrado da Lingua Portugueza Historico, Geographico, Scientifico, Mythologico, Biographico, Bibliographico, etc.*, Lisboa, Propriedade da Empreza Editora de Francisco Pastor, 1898.

AULETE, Caldas; VALENTE, Antonio Lopes dos Santos — *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portugueza*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

CARVALHO, Antonio José de; DEUS, João de — *Diccionario Prosodico de Portugal e do Brasil*, Porto/Rio de Janeiro, Lopes & C.ª/Frederico Augusto Schmidt, 1885.

CHAGAS, Manoel Pinheiro — *Diccionario Popular Historico, Geographico, Mythologico, Biographico, Artistico, Bibliographico e Litterario*, vol. 5, Lisboa, Typ. do Diario Ilustrado, 1879.

CONSTANCIO, Francisco Solano — Novo Diccionario Critico e Etymologico da Lingua Portugueza, 8ª ed., Paris, Angelo Francisco Carneiro Editor, 1863.

Diccionario da Lingua Portugueza por uma Sociedade de Homens de Letras, Lisboa, Lallemant, 1879.

*Diccionario da Lingua Portugueza Etymologico, Prosodico e Ortographic*o, Lisboa, David Corazzi Editor, 1884.

FARIA, Eduardo de — *Novo Diccionario da Lingua Portugueza*, 2ª ed., Lisboa, Typ. Lisbonense, 1852.

FELNER, Rodrigo José de Lima — *O Bibliophilo: elenco metodico e bibliognostico de todas as obras que se publicaram em Portugal*, Lisboa, 1849.

FONSECA, José da — *Novo Diccionario da Lingua Portugueza*, Paris, J.-P. Aillaud, 1836.

FONSECA, José da; ROQUETE, J.-I. — *Diccionario da Lingua Portugueza*, Paris, J. P. Aillaud, Monlon e C.ª, 1861.

LACERDA, José Maria d'Almeida e Araujo Corrêa de — *Diccionario Encyclopedico ou Novo Diccionario da Lingua Portugueza*, 3ª ed., 2 vols., Lisboa, Francisco Artur da Silva, 1868.

SILVA, Antonio de Morais e — *Diccionario da Lingua Portugueza*, 8ª ed., 2 vols., Lisboa/Rio de Janeiro, Empreza Litteraria Fluminense, 1890-1891.

SILVA, Antonio Morais e — *Diccionario da Lingua Portugueza*, 3ª ed., 2 vols., Lisboa, Typ. de M. P. de Lacerda, 1823.

SILVA, Antonio Morais e — *Diccionario da Lingua Portugueza*, 4 ª ed., 2 vols., Lisboa, Impressão Regia, 1831.

SILVA, Antonio Morais e — *Diccionario da Lingua Portugueza*, 5 ª ed., 2 vols., Lisboa, Impressão Regia, 1844.

SILVA, Antonio Morais e — *Diccionario da Lingua Portugueza*, 6 ª ed., 2 vols., Lisboa, Impressão Regia, 1858.

SILVA, Antonio Morais e — *Diccionario da Lingua Portugueza*, 7 ª ed., 2 vols., Lisboa, Typ. de J. G. de Sousa Neves Editor, 1877-1878.

3. Estudos / Obras

ALBUFEIRA, Barão de — *Os Campos de Manobras e suas principaes relações com a organisação dos exercitos. Estudos precedidos de um juizo critico pelo sr. J. M. Latino Coelho*, Lisboa, Typ. da Rua do paço do Bemformoso, 1867, 258 p.

ANTAS, Miguel d' — *Les faux Don Sébastien. Étude sur l'histoire de Portugal*, Paris, Auguste Durand Libraire, 1866, 481 p.

BARBOZA, I. de Vilhena — *Exemplos de Virtudes Civicas e Domesticas colhidas na Historia de Portugal* (Approvado pelo Governo para uso nas escholas), Porto, Imprensa Portugueza, 1872, XII + 281 p.

BRAGA, Theophilo — *Cancioneiro popular colligido da tradição*, vol.2, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867, 223 p.

CALDEIRA, Carlos José — *Observações geraes sobre os nossos dominios ultramarinos, noticia das colonias hespanholas, e considerações sobre a idéa da União Peninsular*, in "Apontamentos d'uma Viagem á China", vol. 2, Lisboa, Typ. de Castro & Irmão, 1853, p. 280-288.

CARVALHO, Francisco Freire de — *Primeiro ensaio sobre historia litteraria de Portugal, desde a sua mais remota origem até o presente tempo, seguido de differentes opusculos, que servem para a sua maior illustração, e offerecido aos amadores da litteratura portugueza, em todas as nações*, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1845, 443 p.

CARVALHO, Joaquim Martins de — *Apontamentos para a historia contemporanea, Coimbra, Imprensa da Universidade*, 1868, 424 p.

[CASTILHO, José Feliciano de] — *Da União Ibérica, por um portuguez residente nas terras de Sancta Cruz*, Rio de Janeiro, Typ. de Paula Brito, 1861, 170 p.

CORDEIRO, Luciano — *Arte e Litteratura de Hoje. (Livros, Quadros e Palcos)*, Porto, Typ. Lusitana, 1871.

CORDEIRO, Luciano — *Viagens (Hespanha e França)*, Lisboa, Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1874.

CORVO, João Andrade — *Perigos*, Lisboa, Typ. Universal, 1870, 162 p.

COSTA, C. A. — *Memoria sobre Portugal e a Espanha*, Lisboa, Typ. de Castro & Irmão, 1856.

CUNHA, Alfredo C. da — *Da Formação da Nacionalidade Portugueza e do Estabelecimento da Fórma Monarchica em Portugal. Dissertação para a cadeira de Direito Civil*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1881, 118 p.

CUNHA, Antonio Pereira da — *Não. Resposta Nacional ás Pretenções Ibericas*, Porto, Typ. de Francisco Pereira d'Azevedo, 1857, 216 p.

CUNHA, Antonio Pereira da — *Brios Heroicos de Portuguezas*, Lisboa, Typ. Universal, 1861, 177 p.

CUNHA, J. G. de Barros e — *Historia da Liberdade em Portugal*, Lisboa, Typ. Universal, 1869, 334 p.

FERREIRA, José Maria Andrade — *Litteratura, Musica e Bellas-Artes*, 2 tomos, Lisboa, Rolland & Semiond, 1871-1872.

FIGANIÈRE, Frederico Francisco de — *A Liberdade e a Legislação vistas à luz da natureza das cousas*, Petropolis, Typographia de Bartholomeu Pereira Sudré, 1866, 204 p.

FIGUEIREDO, José Ribeiro de — *Historia da Restauração de Portugal de 1640 (Traduzida do francez)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1843.

GARRETT, Almeida — *Portugal na Balança da Europa. Do que tem sido e do que ora lhe convem ser na nova ordem de coisas do mundo civilisado*, Londres, S. W. Sustenance, 1830, 338 p.

GHAGAS, M. Pinheiro — *Aljubarrota*, Lisboa, Lucas & Filho-Editores, col. Educação Popular, nº 8 — 3ª série, 1874, 123 p.

GUIMARÃES, José Ribeiro — *Summario de Varia Historia. Narrativas, lendas, biographias, descripções de templos e monumentos, estatisticas, costumes civis, politicos e religiosos de outras eras*, 5 vols., Lisboa, Editores Rolland & Semiond, 1872-1875.

GUIMARÃES, Ricardo — *Impressões de Viagem. Cadiz, Gibraltar, Pariz e Londres*, Porto, Viuva Moré Editora, 1869, 278 p.

LEME, D. Luís da Camara — *Elementos da arte militar precedidos de um juizo critico pelo excelentissimo senhor José Maria Latino Coelho*, 2ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874, 499 p.

LOBO, Ferreira — *As Confissões dos Ministros de Portugal (1832 a 1871)*, Lisboa, Typ. Lisbonense, 1871.

LOBO, Roque Ferreira — *Historia da Feliz Acclamação do Senhor Rei D. João o Quarto, com huma serie chronologica dos senhores reis de Portugal*, Lisboa, Of. de Simão Thadeu de Ferreira, 1803, 384 p.

LOBO, Silva — *A Revolução de Janeiro. Apontamentos para a Historia Contemporanea (1867)*, Lisboa, Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1868, 224 p.

LOPES, Francisco — *Favores do Ceo a Portugal, na acclamação do Rei D. João IV, e acabamento da oppressão dos Reis Filippes (...) precedidos de uma noticia bibliographica do autor, escripta pelo Professor Pereira-Caldas*, Porto/Braga, Livraria Internacional de Ernesto e Eugenio Chardron, 1871, 64 p.

MACHADO, Julio Cesar — *Em Hespanha. Scenas de Viagem*, Lisboa, Livraria de A. M. Pereira, 1865, 256 p.

MATTOS, Marcelino de — *Da Responsabilidade dos Editores de Periodicos*. "Revista de Jurisprudencia", Porto, Typ. de Sebastião José Pereira, t. 1, nº 1, Dez. 1856, p. 3-14

MELLO, Joaquim Lopes Carreira de — *Portugal suas dynastias e governos ou verdades historicas e politicas ácerca das suas legitimidades*, Lisboa, Typographia Universal, 1860, 105 p.

MELLO, Sebastião Guedes Brandão de — *A Extradição dos Criminosos e Desertores, Lisboa, Typographia Portugueza*, 1867, 150 p.

MENDONÇA, Joseph Lourenço Domingues de — *Historia de Portugal, desde o começo do reinado d'el-rei D. João II (1481), até á actualidade, para servir de continuação á traducção do D.or Henrique Schaeffer*, vol. 12 Lisboa, Typ. de José Baptista Morando, 1846-1847.

MIDOSI, Luís Francisco — *Compendio da Historia de Portugal para instrucção da Mocidade e Uso das Escolas*, 1ª edição, Lisboa, Typ. G. M. Martins, 1843, 87 p.

MOTTA, Ignacio Francisco Silveira da — *Quadros de Historia Portugueza*, Lisboa, Typ. Franco-Portugueza, 1869, 198 p.

NOGUEIRA, J. F. Henriques — *Estudos sobre a Reforma em Portugal*, Lisboa, Typographia Social, 1851.

NOGUEIRA, J. F. Nogueira — *Estudos sobre a Reforma em Portugal*, Lisboa, Typographia do Progresso, 1855.

O General D. Juan Prim em Lisboa. Questão internacional. O manifesto do general. Intimação do governo portuguez para sair do reino. Interpellação e discursos no parlamento, por essa ocasião. Hypotheses de iberismo ali apresentadas, Lisboa, Typographia da Gazeta de Portugal, 1866, 118 p.

PAIVA, Vicente Ferrer Neto — *Elementos de Direito das Gentes*, 4ª ed., Coimbra, Imp. da Universidade, 1857, 198 p.

PALMEIRIM, L. A. — *Portugal e os seus detractores. Reflexões a proposito do livro do sr. Fernandez de los Rios, intitulado "Mi Mision"*, Lisboa, Typ. da Bibliotheca Universal de Lucas & Filho, 1877, XIII + 354 p.

PINHEIRO, Bernardino — *Ensaio sobre a Organização da Sociedade Universal*. "O Instituto", Coimbra, Imprensa da Universidade, vol.11, nº 2, 3, 4, 5, 6, Maio a Setembro 1862, p. 25-29; 57-60; 89-93; 113-117; 137-142.

RODRIGUES, José Maria Pereira — *Uma Visita a Madrid*, Lisboa, Typographia Universal, 1871, 140 p.

SÁ DA BANDEIRA, Marquês de — *Memoria sobre as Fortificações de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1866, 113 p.

SILVA, Innocencio Francisco da — *João Sanches de Baena. Mais um nome para ser inscripto no catalogo dos Restauradores da*

Independencia de Portugal em 1640. Memoria escripta em 1868 e inserta no vol. XI do Archivo Pittoresco, Lisboa, Typ. Universal, 1874, 52 p.

SILVA, José Maria de Andrade e — *Reinado e ultimos momentos de Sua Magestade Fidelissima o Senhor D. Pedro V*, Maranhão, Frias Editor, 1862.

SILVA, Luis Augusto Rebello da — *Memoria sobre la vida politica y literaria de D. Francisco Martinez de la Rosa*, Lisboa, Silva Junior & C.ª Editores, 1863, 204 p.

SILVA, Luis Augusto Rebello da — *Invasion et occupation du royaume de Portugal en 1580*, Paris, Auguste Durand Libraire, 1864, 556 p.

SILVA, Luis Augusto Rebello da — *Memoria sobre a população e a agricultura de Portugal desde a fundação da monarchia até 1865. Parte I (de 1097-1640)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, 335 p.

SILVA, Luis Augusto Rebello da — *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*, 5 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1860-1871.

SORIANO, Simão José da Luz — *Utopias desmascaradas do Systema Liberal em Portugal*, Lisboa, Imprensa União Typographica, 1858.

SOTTO-MAYOR, Miguel — *As Victorias dos Portuguezes em defeza da sua Independencia. Escripto anti-iberico*, Porto, Typ. da Livraria Nacional de B. H. de Moraes & C.ª, 1868, 135 p.

TELLES, João José de Sousa — *Annuario Portuguez Scientifico, Litterario e Artistico. Primeiro Anno 1863*, Lisboa, Typographia Universal, 1864, 296 p.

TORRES, José de — *Dois Pretendentes ao Throno Portuguez no XVI seculo. (D. Antonio Prior do Crato e D. Fillipe II rei de Castella)*, Lisboa, 1855, 500 p.

VASCONCELLOS, Alberto Osorio de — *Estudos sobre a Defeza do Paiz*, Lisboa, Typ. Universal, 1869, 94 p.

VASCONCELOS, A. A. Teixeira de — *A Fundação da Monarchia Portugueza. Narração anti-iberica*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, 125 p.

VASCONCELOS, António Augusto Teixeira de — *Les contemporains portugais, espagnols et brésiliens: Le Portugal et la Maison de Bragance*, Paris, 1859.

VASCONCELOS, A. A. Teixeira de — *Viagens na terra alheia. De Paris a Madrid*, Lisboa, Editor F. Gonçalves Lopes, 1863, 324 p.

VENTURA, José Miguel — *Portugal e a Italia ou Enlace da Dynastia de Bragança com a Dynastia de Saboya*, Lisboa, Editores Silva Junior & C.ª, [1862], 224 p.

4. Opúsculos / Folhetos

A Civilisação do Seculo XIX por um anti-iberico, Lisboa, Typ. Lisbonense, 1874, 8 p.

A Politica de Napoleão III: Inglaterra e a União Iberica, Lisboa, Typ. Universal, 1861, 24 p.

A Questão Iberica e o Saldanha perante o Futuro de Portugal, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1870, 53 p.

A Republica Portugueza. Opusculo Politico. Ecce lux. Aspecto geral da Europa. Portugal monarchico e Portugal republicano. Conclusão, Lisboa, Typographia do Trabalho, 1872, 24 p.

A Restauração de Portugal no 1º de Dezembro de 1640, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, 39 p.

A Revolução de Hespanha e a Iberia por um Portuguez, Lisboa, Typographia Universal, 1866, 8 p.

A revolução em Hespanha e a independencia de Portugal, Porto, Typographia Commercial, 1868, 28 p.

A União Iberica e a Candidatura d'El-Rei D. Fernando. Resposta ao livro do sr. Fernandez de los Rios Mi Mision en Portugal por Antonio Rodrigues Sampaio, Eduardo Coelho, Luciano Cordeiro e Pinheiro Chagas, Lisboa, Officina Typographica de J. A. de Mattos, s. d. [1877], 199 p.

ALMEIDA, A. A. de Andrade e — *Quadros da Independencia Nacional*, Lisboa, Typ. Editora de Mattos Moreira & Comp.ª, 1873, 64 p.

ALMEIDA, Padre Rodrigo Antonio d' — *A Questão da Iberia em duas Partes*, Lisboa, Imprensa de Francisco Xavier de Souza, 1856, 120 p.

Ao Anniversario da Restauração de 1640, Porto, Typ. Universal, 1878.

ARANHA, Brito — *A Independencia de Portugal e a Instrucção Publica. (Discurso proferido na sessão solemne da commissão Primeiro de Dezembro de 1640 no dia 1 de dezembro de 1873)*, in " Esboços e Recordações", Lisboa, Typ. Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1875, p. 5-14.

[AZEVEDO, D. J. e A. Libano de Andrade Junior] — *Resumo Historico da Dominação de Castella em Portugal e a Famosa Insurreição do Dia 1° de Dezembro de 1640. Traducção*, Lisboa, Typographia Franco-Portugueza, 1868, 14 p.

BAENA, Visconde de Sanches — *Relatorio apresentado á Commissão Central 1° de Dezembro de 1640 pelo vogal effectivo (...) ácerca das diligencias a que se procedeu no Rio de Janeiro para ahi se levantar a subscripção applicada á erecção do Monumento que se trata de elevar aos Restauradores de 1640*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1873, 32 p. + 2 fls desd.

BANDEIRA, Luis Pires Monteiro — *Duas Palavras sobre a União Iberica*, Lisboa, Typographia Universal, 1866, 7 p.

BARACHO, Sebastião de Souza Dantas — *A Questão Iberica*, Lisboa, Typ. do Diario Ilustrado, 1881, 43 p.

BELFORD, Filippe de Sousa — *Annuario Politico-Burlesco de 1864*, Lisboa, Typ. de M. da Costa, 1865, 68 p.

BELFORD, Filippe de Souza — *Pampilho de Malhados Ibericos em 1869*, Lisboa, Typographia de M. da Costa, 1870, 58 p.

BONANÇA, João — *Questões da Actualidade*, 2ª ed., Porto, Typ. Comnmercial, 1868, 72 p.

BOTELHO, Gualdino — *Duas Palavras sobre o Estado Geral da Europa*, Lisboa, Imprensa J. G. de Sousa Neves, 1876, 23 p.

BRUGES, Teotonio Simão Paim d'Ornelas — *Aqui Não. Resposta ao folheto intitulado D. Miguel II*, 2ª edição, Angra do Heroismo, 1869, 22 p.

CALDAS, Pereira — *Oração escholar na abertura solemne do Lyceu Nacional Bracarense no anno lectivo de 1876 a 1877*, Braga, Typ. Lusitana, 1876, 24 p.

CALDAS, Pereira — *Acclamação de D. João IV em Braga em 1640: noticia historica*, Braga, Imprensa Commercial, 1879, 9 p.

CAMPOS JUNIOR, [Antonio Maria] — *A Iberia. Opusculo Patriotico*, Porto, Imprensa Portugueza, 1868, 31 p.

CARNEIRO, J. P. de Sá — *Ao Patriotismo do Povo*, Lisboa, Typographia Portugeza, 1868, 12 p.

Carta ao Ex.mo Sr. Duque de Loulé por um Soldado da Junta do Porto, Lisboa, Typ. do Futuro, 1866, 20 p.

CASTRO, J. C. Vieira de — *Cartas ao Senhor Conselheiro Antonio Rodrigues Sampaio e ao Senhor Filippe de Carvalho*, Porto, Typographia Lusitana, 1868, 23 p.

CASTRO, Vieira de — *A Republica*, 3ª ed., Porto, Typ. Lusitana, 1869, 58 p.

[COELHO, Adriano Gaspar] — *Surge, Luzitania. Verso e reverso. Protesto solemnissimo contra a União Iberica. Breve esboço sobre o estado do paiz. Conselhos ao povo e ao governo por* * * * , Lisboa, Typographia Portugueza, 1869, 30 p.

Comissão Central 1º de Dezembro — Protesto, Lisboa, Tipographia de Thomaz Quintino Antunes, 1869, 1 fl.

CORDEIRO, Luciano — *Sim. Resposta aos que nos perguntam se queremos continuar a ser portugueses. Opusculo anti-iberico*, Lisboa, Typ. da Rua da Vinha, 1865, 78 p.

[CORVO, João de Andrade] — *Reflexões á Carta do Sr. D. Angel Fernandez de los Rios por* * * *, Lisboa, Typ. Lallemant Frères, 1876, 23 p.

COUTINHO, Albano — *Iberismo ou o paiz e a situação deante dos ultimos acontecimentos de Espanha. Opusculo seguido de duas cartas uma ao general espanhol D. Juan Prim outra ao distincto jornalista portuguez Pinheiro Chagas*, Lisboa, Imprensa de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1868, 24 p.

CUNHA, Francisco Theodoro Cesar da — *Portugal em 1865. Reflexões Politicas dedicadas á Nação Portugueza*, Lisboa, Editor François Lallemant — Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza, 1865, 45 p.

CUNHA, J. G. de Barros e — *Hoje*, Lisboa, Typographia Portugueza, 1868, 23 p.

CUNHA, J. G. de Barros e — *Pontos Negros*, Lisboa, Typ. Portugueza, 1868, 38 p.

Dia 1º de Dezembro de 1640. Apontamentos sobre os successos d'este memoravel dia e um brado contra a união-iberica, Lisboa, Typ. do jornal — O Brasil, 1877, 8 p.

Duas Palavras sobre a Candidatura de S. M. El-Rei D. Fernando ao Throno de Hespanha por um Portuguez, Lisboa, Lallemant Frères Typographos, 1870, 68 p.

DUBRAZ, J. — *A Republica e a Iberia. (Palavras Francas)*, Lisboa, Imprensa de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1869, 15 p.

ENNES, A. — *A Guerra e a Democracia. Considerações sobre a situação politica da Europa*, Lisboa, Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1870, 23 p.

Estatutos da Comissão 1º de Dezembro, Lisboa, Typographia de Castro & Irmão, 1869, 15 p.

Estatutos da Sociedade Primeiro de Dezembro da Villa de Extremoz, Lisboa, Typographia Universal, 1871, 8 p.

FARO, José Dionysio de Mello e — *Forças defensivas de Portugal. Hoje e ámanhã*, Lisboa, Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1868, 82 p.

FERRARI, Horacio Esk — *A Hegemonia de Portugal na Peninsula Iberica*, Lisboa, Typographia de J. H. Verde, 1877, 32 p.

FERREIRA, J. M. de Andrade — *A Questão Iberica em relação á nossa Historia e os Deveres do Professorado*, Lisboa, Imprensa de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1864, 48 p.

FIGUEIRA, Francisco da Silva — *Discurso e Poesia que na Sessão Solemne da Commisão Central 1º de Dezembro de 1640 na Noite do 1º de Dezembro de 1874 Recitaram os Ex.mos Srs. Reverendo Prior*

da Freguesia de Nossa Senhora d'Ajuda (...) e Conselheiro Thomaz Ribeiro, Lisboa, Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1875, 28 p.

FIRMO, Mathias José de Oliveira dos Sanctos — *A Civilisação Portugueza. Apontamentos Historicos*, Lisboa, Imprensa Silviana, 1871, 19 p.

FIRMO, Mathias José de Oliveira dos Sanctos — *Camões e o Povo Portuguez. Estudo historico critico*, Lisboa, Typ. Silviana, 1880, 14 p.

FONTE ARCADA, Visconde de — *Vozes leaes ao povo portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1869, 47 p.

FREIRE, Manuel da Rocha — *Raridade Bibliographica. Relação historica do que fizeram os moradores de Barcellos, desde o dia em que na villa acclamaram D. João IV, apenas sabida a restauração da capital em 1 de Dezembro de 1640, até o ultimo de Janeiro de 1642. Precedida d'uma noticia geral da villa de Barcellos, escripta pelo professor Pereira-Caldas*, Braga, Livraria Internacional de Eugenio Chardron / Typ. de Gouvea, 1871, 31 p. + X.

FREITAS JUNIOR, Bernardino José de Senna — *A Republica Iberica. Carta-protesto á carta dirigida aos portuguezes pelo tribuno hespanhol Emilio Castellar*, Lisboa, Typ. Lusitana, 1869, 15 p.

FREITAS, Olympio de — *Os Heroes de 1640. Opusculo adornado com o retrato de el-rei D. João IV*, Lisboa, David Corazzi Editor, col. Bibliotheca do Povo e das Escolas, nº 161, s.d., 63 p.

GONÇALVES, A. Ribeiro — *A Independencia Nacional e a Iberia*, Lisboa, Typographia da rua da Vinha, 1868, 13 p.

GOODOLPHIM, Costa — *Á Commissão 1º de Dezembro de 1640. Á imprensa e ao publico*, Lisboa, 1871, 15 p.

[GOODOLPHIM, Costa] — *Portugal e Hespanha. Duas palavras energicas sobre Portugal. Estado financeiro. A imprensa e o povo. Revolução de Hespanha. Candidatos propostos. D. Miguel e Carlos de Burbon. Duas palavras aos ibericos*, Lisboa, Typographia da Rua do Poço dos Negros, 1869, 14 p.

GOODOLPHIM, Costa — *Visita a Madrid*, Lisboa, Typ. Universal, 1871, 83 p.

GUIMARÃES, Ricardo — *Duas palavras sobre a Hespanha*, Lisboa, Lallemant Frères, Typ., 1869, 41 p.

Influencia do Socialismo e da Internacional na Administração e na Politica dos Estados. Estudos feitos na aula de Direito Administrativo da Universidade de Coimbra 1871-1872, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1872, 54 p.

[LEAL, Antonio Bernardo de Moraes] — *Os Contrabandistas Officiaes e Particulares. Edição Patriotica-Liberal*, Lisboa, Typographia do Futuro, 1868, 43 p.

[LEAL JUNIOR, A. B. de Moraes] — *Nobreza, Direitos e Deveres do Povo. Condições essenciaes da Nobreza Legitima. Machinações contra anossa independencia. Considerações sobre o estado actual economico e politico de Portugal perante a Europa, I. Propaganda Patriotica-Liberal contra a pretendida União Iberica. Lições de Historia e Titulos de Gloria para o Povo Portuguez*, Lisboa, Typ. do Futuro — Editor Francisco Gonçalves Lopes, 1867, 66 p.

LEÃO, José Barbosa — *O Futuro de Portugal*, Porto, Typ. de Antonio José da Silva Teixeira, 1881, 16 p.

LEÃO, José Barbosa — *A Aliança Ispanhóla*, Lisboa, 1882, 4 p.

LEME, D. Luís da Camara — *Considerações geraes ácerca da reorganisação militar de Portugal*, Lisboa, Typ. Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1868, 61 p.

LEMONNIER, Carlos — *Os Estados Unidos da Europa. Versão portugueza de Magalhães Lima*, 2 vols, Lisboa, Nova Livraria Internacional, Typographia da Europa, col. Bibliotheca Republicana Democratica, 1874, 64 p. e 45 p.

LENOIR, Lelio — *Portugal em 1862*, Lisboa, Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1863, 89 p.

Leopoldo e Fernando ou Hespanha e Portugal, Lisboa, Typographia Livre, 1870, 8 p.

LISBOA, Antonio Polycarpo da Silva — *Municipio e Federação segundo Henriques Nogueira. Conferencia sobre a Questão Iberica*, Lisboa, Typ. Popular, 1881, 29 p.

LOBO, A. A. da Silva — *A Republica Federal Iberica. Protesto*, Rio de Janeiro, Empreza Litteraria Fluminense, 1893, 24 p.

LOBO, Augusto Maria da Costa e Sousa — *Um Voto contra a União Iberica*, Lisboa, Typ. da Rua da Condessa, 1855, 32 p.

LOBO, Silva — *Restauração de Portugal. Esboço historico pronunciado no 1º de dezembro de 1868 em sessão solemne da Associação Progressista estabelecida na propria casa da heroina D. Filippa de Vilhena*, Lisboa, Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1868, 31 p.

MACHADO, Joaquim Emigdio Xavier — *Breve noticia de Portugal sob o ponto de vista geographico e militar*, Lisboa, Typ. Universal, 1880, 49 p.

MACHADO, Leite — *Aspirações de Hespanha á posse de Portugal*, Pará, Typ. Commercial da Rua Formosa, 1877, 32 p.

MATTOS, Dr. José Rodrigues de — *Portugal e a Hespanha. Carta ao Visconde de Sanches Baena e artigo do mesmo auctor publicado no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro de 10 de Janeiro de 1873 por occasião da subscripção promovida n'aquella cidade para se elevar em Lisboa o monumento commemorativo da Restauração da Independencia Nacional em 1640*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1873, 16 p.

MELLO, J. Pinheiro de — *Quadro Historico da Restauração e Independencia de Portugal em 1640*, Lisboa, Typ. Universal, 1861, 14 p.

MELLO, José Pinheiro de — *Opusculo Liberal. A Revolução de Hespanha a Questão Iberica. Considerações a proposito*, Lisboa, Editor J. V. Duarte Ferreira, 1868, 14 p.

MENDES, Alves — *Patria! (Discurso na Inauguração do Monumento aos Restauradores de Portugal)*, Porto, Livraria Moderna, [1886], 49 p.

MIRANDA, F. L. Coutinho de — *Discurso pronunciado na noute de 1 de Dezembro de 1868 Anniversario da Restauração de Portugal na sessão solemne da Associação Progressista*, Lisboa, Typographia da Viuva Pires Marinho, 1868, 15 p.

NOVO, A. de Castro — *Um Milagre do Segredo ou Portugal Independente. Historia de Revolução do 1º de Dezembro de 1640, traduzida da Historia das Revoluções em Portugal pelo abbade de Vertot (original francez) seguidas de considerações refutando as doutrinas dos propagadores da União Iberica. Para commemorar*

nesta côrte o dia 1º de Dezembro de 1640 no anniversario daquelle glorioso e heroico feito do patriotismo portuguez, Rio de Janeiro, Typ. Popular de Azeredo Leite, 1861, 119 p.

O Chiado. Os bailes da nobresa de Lisboa e outras amostras d'um livro publicado em Madrid pelo senhor G. Calvo Asencio addido á legação de Hespanha em Portugal. Duas reflexões ao correr da penna por um lisboeta, Lisboa, Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1871, 16 p.

O Monumento de Arnoza de Pampelido, logar de desembarque de S. M. I. o Sr. D. Pedro, à frente do Exercito Libertador em 8 de Julho de 1832. Collocação da sua pedra fundamental, Porto, Imprensa de Alvares Ribeiro, 1840, 20 p.

O Projecto Caldas Aulete perante a Medicina Portugueza. Relatorio apresentado á Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa pela commissão eleita para dar parecer sobre o assumpto, Lisboa, Typographia Nova Minerva, 1883, 51 p.

PALMELA, José — *A Queda de Napoleão. Esboço biographico*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1870, 19 p.

[PEREIRA, Feliciano Antonio Marques] — *A Confederação Iberica. Bases paraum Projecto de Tratado de Alliança Offensiva e Defensiva e de Liberdade de Commercio entre Portugal e a Hespanha*, Lisboa, Typographia de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1859, 12 p.

PINTO, Agostinho Albano de Silveira — *Exame da Questão sobre a Livre Navegação do Rio Douro*, Porto, 1840.

Portugal e a Republica, Lisboa, Typographia Lisbonense,1869, 30 p.

Portugal e a sua Autonomia. Echo glorioso e a voz da razão por um liberal imparcial. Recordações historicas de Portugal. Seu estado politico actual em relação ás outras nações. Sua decadencia moral, pelos erros commettidos pelas differentes parcialidades liberaes. Qual o remedio efficaz seria preciso agora para recuperar o credito nacional. Maneira de assegurar a Portugal a sua independencia, Lisboa, Typ. de Coelho & Irmão, 1870, 24 p.

QUENTAL, Anthero de — *Carta ao Ex.mo Sr. Antonio José d'Avila, marquez d'Avila, presidente do Conselho de Ministros*, s. l., s.d. [1871], 8 p.

QUENTAL, Anthero do — *Portugal perante a Revolução de Hespanha. Considerações sobre o Futuro da Política Portugueza no ponto de vista da Democracia Iberica*, Lisboa, Typographia Portugueza,1868, 39 p.

QUENTAL, Anthero do — *Causas da Decadencia dos Povos Peninsulares nos ultimos tres seculos. Discurso pronunciado na noite de 27 de Maio, na sala do Casino Lisbonense*, Porto, Typographia Commercial, 1871, 48 p.

Recopilação dos artigos publicados na imprensa do Rio de Janeiro sobre o processo da comissão aqui em actividade para agenciar donativos, a fim de levantar um Monumento e crear 40 Escholas de Instrucção Primaria em honra da Restauração de Portugal em 1640, precedida da noticia sobre a Sociedade Central 1º de Dezembro de 1640 em Lisboa, Rio de Janeiro, Typ. Perseverança, 1873, 39 p.

Republicanos e Monarchistas pelo auctor de Portugal e a Republica, Lisboa, Typographia Lisbonense, 1870, 31 p.

Resposta da Commissão Central 1º de Dezembro a alguns subscriptores do Imperio do Brasil para o Monumento aos Restauradores da Independencia de Portugal em 1640, Lisboa, Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1874, 64 p.

Revolta do Marechal Saldanha. Dictadura Militar. União Iberica, Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1870, 24 p.

[RIBEIRO, Joaquim José] — A União Iberica ou reflexões sobre a união dos dois povos da peninsula, Lisboa, Typographia Lisbonense, 1867, 16 p.

SÁ, Antonio Francisco Moreira de — *O dia 1º de dezembro de 1640 ou memoria historica dos sucessos em Portugal desde a morte de el-rei D. Sebastião até a feliz acclamação de D. João IV*, Lisboa, Typ. Universal, 1861, 48 p.

SÁ, Antonio Francisco Moreira de — *O dia 1º de dezembro de 1640 ou memoria historica dos sucessos em Portugal desde a morte d'el-rei D. Sebastião até á feliz acclamação de D. João IV*, 2ª edição, Lisboa, Typographia Portugueza, 1868, VIII+48 p.

[SÁ, S. J. Ribeiro de] — *Brado aos Portuguezes. Opusculo Patriotico contra as Ideas da União de Portugal com a Hespanha*, Lisboa, Editor Thomaz Quintino Antunes, 1860, XXXVI+96 p.

SANCHES, Antonio Gomes da Silva — *Portugal e a Iberia*, Coimbra, Typographia do "Tribuno Popular", 1868, 15 p.

[SEIXAS, João Nepomuceno de] — *Portugal e a sua Autonomia em relação ao novo principio das nacionalidades segundo as raças*, Lisboa, Typ. de François Lallemant, 1871, 23 p.

[SERPA, Antonio de] — *Portugal em 1872. Vida constitucional d'um povo da raça latina. Estudo publicado em Janeiro de 1873 no Memorial Diplomatique de Paris (trad. de A. M. Pereira Carrilho)*, Lisboa, Typ. do Jornal do Commercio, 1873, 42 p.

[SILVA, Joaquim Maria da] — *Federação Ibérica, ou Idêas Geraes sobre o que convem ao Futuro da Peninsula*, por um Portuguez, Porto, Livraria e Typ. de F. G. da Fonseca, 1854, 79 p.

TRANCOSO, Visconde de — *Apontamentos para a Historia da Dominação Castelhana em Portugal. Opusculo Anti-Iberico*, Lisboa, Typ. da Rua do Bemformoso, 1870, 40 p.

Um liberal anti-annexionista — *Um Novo Titulo de Soberania e o seu Reconhecimento. O Facto, o Direito, e a Conveniencia*, Lisboa, Typographia de J. J. de Carvalho, 1861, 16 p.

Uma Hora de Trabalho, Viana, Typ. de André Joaquim Pereira & Filho, 1869, 15 p.

VALDEZ, José Joaquim d'Ascenção — *Restauração de Portugal em 1640. Opúsculo extrahido de varios auctores*, Lisboa, Typographia de Santos & Filho, 1861, 30 p.

VALDEZ, José Joaquim d'Ascenção — *Restauração de Portugal em 1640. Opúsculo extrahido de varios auctores*, 2ª edição, Lisboa, Typographia da Rua da Vinha, 1868, 31 p.

VASCONCELLOS, J. A. C. de — *Os Portuguezes e a Iberia. Refutação dos argumentos do partido iberico com respeito com respeito á fusão das duas nações peninsulares e exposição das desgraças e vexames que d'ella haviam de porvir a Portugal*, Elvas, Typographia Elvense, 1861, 94+1 p.

VASCONCELOS, A. A. Teixeira de — *O Sampaio da Revolução de Setembro*, Paris, Chaussée d'Antin, 1859, 128 p.

VEIGA, S. P. M. Estacio da — *Gibraltar e Olivença. Apontamentos para a historia da usurpação destas duas praças*, Lisboa, Typographia da Nação, 1863, 24 p.

VIANNA, João Luiz da Silva — *Idéas do Seculo. Reflexões ácerca do Presente e do Futuro de Portugal*, Lisboa, Typographia de G. A. Gutierres da Silva, 1871, 32 p.

Vida de Napoleão III comprehendendo um resumo dos seus principaes actos politicos, Lisboa, Typ. Luso-Britannica, 1870, XV p.

Vida do General Prim. Chefe da ultima revolta em Hespanha, Porto, Typographia de A. A. Leal, [1866], 16 p.

VIRIATO — *A União Iberica é Impossivel. Resposta ao folheto intitulado União Iberica ultimamente publicado*, Rio de Janeiro, Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1869, 79 p.

5. Poesia / Drama / Ficção Histórica

ABRANCHES, A. J. da Silva — *O Captivo de Féz. Drama original portuguez em 5 actos, premiado pelo Conservatorio Real de Lisboa em 22 de Dezembro de 1840, e representado pela primeira vez no Theatro Normal da Rua dos Condes em 23 de Janeiro de 1841*, Lisboa, Typographia Portugueza, 1841, 138 p.

ALMEIDA, Carlos Pinto d'*O—Mestre d'Aviz (Romance fundado sobre a Historia), Lisboa, Typ. Universal, Brinde aos Senhores Assignantes do Diario de Noticias*, nº 14, 1878, 149 p.

ALMEIDA, Joaquim Pereira de — *Portugal repellindo a união iberica. Poema commemorativo da gloriosa e heroica acclamação de D. João IV no faustoso dia primeiro de dezembro de 1640*, Rio de Janeiro, Typ. Popular de Azeredo Leite, 1861, 27 p.

ALVARES, Antonio Joaquim — *Os Lusos ou a Dominação de Portugal. Poema em cinco cantos com a analyse conspicua do Sr. Conselheiro José Feliciano de Castilho*, Rio de Janeiro, Typ. de J. A. Alves Charega, 1865, 63 p.

ARAGÃO, Antonio Pereira Ferrea — *A Orfã Portugueza e o seu Tutor ou as duas ultimas, e venerandas victimas da usurpação dos Filippes em Portugal. Romance original*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1847, 112 p.

ARAGÃO, Antonio Pereira Ferrea — *Affonso e Virginia, drama original portuguez em cinco actos, dedicado a Sua Magestade o Regente*, Lisboa, Typographia de José Baptista Morando, 1854, 69 + 2 p.

ARAGÃO, Antonio Pereira Ferrea — *As Duas Orphãs Portuguezas. Drama original historico em cinco actos*, Lisboa, Typographia de Joaquim Manoel Euzebio, 1857, VI + 99 p.

ARAUJO, F. D. d'Almeida; ALMEIDA, E. R. Monteiro d' — *O Primeiro de Dezembro de 1640. Hymno Patriotico dedicado á Nação Portugueza. Poesia de F. D. d'Almeida e Araujo Musica de E. R. Monteiro d'Almeida*, s. l., s. d., 2 fls.

ARAUJO, F. D. d'Almeida; BRAGA, F. J. da Costa — *1640 ou a Restauração de Portugal. Facto historico em quatro actos sete quadros e um prologo ornado de coros, hymnos, trovas, balladas, danças populares, e festejos da coroação real dedicado a Sua Magestade El-Rei D. Pedro V (...) representado pela primeira vez no theatro da Rua dos Condes em 29 de Outubro de 1861*, Lisboa, Typographia do Panorama, 1861, 88 p.

BAGANHA, D. R. Annes — *Sempre Livres! Poesia expressamente escripta para ser recitada pelo auctor na noite do 1° de dezembro de 1874 pela inauguração do theatro 1° de Dezembro na cidade de Faro*, Lisboa, Typographia Central, 1874, 15 p.

[BLANCO, Jorge Hilario Almeida] — *Á Hora do Resgate. Canto Patriotico ao 1° de Dezembro de 1640*, Lisboa, Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1871, 16 p.

BORDALO, Francisco Maria — *Rei ou Impostor? Drama original portuguez em cinco jornadas (tradicção portugueza) representado pela primeira vez no theatro de D. Maria Segunda em 22 de Agosto de 1847*, Lisboa, Typographia do Panorama, 1847, VI + 70 p.

BORGES, Luis Paulino — *Um Brado Patriotico*, Lisboa, Typographia Lisbonense, 1868, 7 p.

BRAGA, Guilherme — *Eccos de Aljubarrota*, Porto, Typ. Lusitana, 1868, 40 p.

CABRAL, Miguel Osório — *Os Portuguezes em 1640. Drama historico*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, 136 p.

CAMPOS, Antonio Xavier Pinto de — *O Ermitão da Serra de Cintra. Drama original portuguez em 5 actos. Representado pela primeira vez, em Lisboa a 2 de Junho de 1849, no theatro de D. Maria II*, Lisboa, Typographia Academica, 1850, 149 p.

CARVALHO, José Manuel Teixeira de*O—Mestre d'Aviz. Tragedia em quatro actos*, Porto, Typ. Commercial, 1851, 212 p.

CARVALHO, Licinio Fausto Cardoso de — *Os Dous Proscriptos ou o Jugo de Castella. Drama historico em cinco actos e seis quadros*, Porto, Typographia de J. L. de Sousa, 1850, 175 p.

CARVALHO, Licinio Fausto Cardoso de — *O Rajah de Bounsoló. Drama heróico*, Porto, Typographia de Sebastião José Pereira, 1854, 184 p.

CASTELO BRANCO, Camilo — *Agostinho de Ceuta. Drama em 4 partes*, [Bragança], Typ. de Bragança, 1847, 80 p.

CASTELO BRANCO, Camilo — *Memorias do Carcere*, 2 vols., Porto, Viúva Moré, 1862.

CASTELO BRANCO, Camilo — *Lucta de Gigantes*, Porto, Typ. do Commercio, 1865, 240 p.

CASTELO BRANCO, Camilo — *O Regicida*, Lisboa, Matos Moreira, 1874, 232 p.

CASTELO BRANCO, Camilo — *A Filha do Regicida*, Lisboa, Matos Moreira, 1875, 248 p.

CASTILHO, Eugenio de — *Patria contra a Iberia*, Lisboa, Typographia de J. G. de Sousa Neves, 1868, 16 p.

CASTRO, Alfredo Carlos Franco de — *D. Alvar de Zuniga. Factos do reinado de Filippe III em Portugal*, Lisboa, Livraria Central, 1862, 90 p.

COELHO, Eduardo — *Oppressão e Liberdade. Drama em dois actos e tres quadros expressamente escripto a convite da direcção para ser representado nas recitas inauguraes do theatro publico de D. Luiz I em Coimbra onde subiu á scena com applausos em 11 de Janeiro de 1862*, Lisboa, Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1871, 39 p.

COELHO, Eduardo — *A Lenda das Ruínas. Narrativa extrahida das chronicas do Condestavel*, 10° Brinde aos Assignantes do Diario de Noticias em 1874, Lisboa, Typ. Universal, 1875, p. 71-148.

CRUZ, João Ferreira da — *Alvaro da Cunha ou o Cavalleiro de Alcacerquibir*, Lisboa, Typ. Lisbonense de Aguiar Vianna, 1855, 158 p.

CRUZ, João Ferreira da — *O Louco d'Evora ou Portugal Restaurado. Drama em 5 actos representado pela primeira vez no theatro S. Pedro de Alcantara, em 17 de Dezembro de 1862*, Rio de Janeiro, Typographia Popular de Azeredo Leite, 1865, 128 +XV p.

F. D. A. A. — *Hymno da Restauração de Portugal 1° de Dezembro de 1640*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, col. Bibliotheca Popular, n° 18, s.d., 8 p.

FEIJÓ, Ignacio Maria — *A Torre do Corvo. Drama em quatro actos*, Lisboa, Typographia do Panorama, 1857, 189 p.

GARRETT, Almeida — *D. Philippa de Vilhena*, 1ª ed., Lisboa, Imprensa Nacional, 1846.

HOGAN, Alfredo — *O Dia 1° de Dezembro. Comedia heroica original em tres actos, para se representar no theatro do Gymnasio Dramatico*, Lisboa, Typographia do Panorama, 1862, 54 p.

LEAL, J. da S. Mendes — *A Pobre das Ruínas. Drama em 3 actos premiado pelo Conservatorio Real de Lisboa*, Lisboa, Typ. Rollandiana, 1846, 166 p.

LEAL, J. da S. Mendes — *O Pagem d'Aljubarrota. Drama em 3 Partes*, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1846, 108 p.

LEAL, J. da S. Mendes — *D. Maria d'Alencastro. Drama em 3 partes premiado pelo Conservatorio Real deLisboa*, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1846, 123 p.

LEAL, José da Silva Mendes — *Egas Moniz. Drama em 5 actos, original portuguez premiado com o primeiro premio no concurso dramatico de 1861 pelo Conservatorio Dramatico de Lisboa e cedido por seu autor á Real Sociedade Portugueza Amante da Monarchia e Beneficiente*, Rio de Janeiro, Typ. Economica de J. J. Fontes, 1862, 139 p.

LEAL, Manuel Alberto de Guerra — *O Fratricida. Drama original em tres actos*, Porto, Typographia da Revista, 1844, 53 p.

LOBATO, Manuel Pereira — *Os Fidalgos do Coração de Ouro. Chronica do reinado de D. Sebastião.* (Nova edição, revista e annotada), 2 vols., Lisboa, Lucas & Filho Editores, 1874, 279 + 279 p.

LOBATO, Manuel Pereira — *A Queda d'um Gigante. Romance original do seculo XVI*, Lisboa, Lucas & Filho Editores, 1875, 272 p.

LOUSADA, Antonio Coelho — *A Rua Escura: tradição portuense*, Porto, Typ. de J. J. G. Basto, 1854, 259 p.

MACHADO, Baptista — *Um Brado contra a Iberia. Recitada no theatro de Variedades pelo actor Abel*, Lisboa, Typographia de Gutierres, 1868, 8 p.

MACHADO, Baptista — *A União Iberica. Comedia em um acto representada com geral acceitação nos theatros do Principe Real, no de Bocage em Setubal e outros em 1871*, Lisboa, Livraria de J. Marques da Silva Editor, s. d. [1871], 14 p.

MARTINS, Oliveira — *Febo Moniz*, 1867. (4ª ed., Lisboa, Guimarães Editores L.da, 1988.)

MIRANDA, Francisco Luiz Coutinho de — Á Hora do Crime. Phantasia dramatica em 1 acto a proposito do assassinato do General Prim, Lisboa, Typ. Livre, 1871, 40 p.

MOREIRA, Francisco Roque de Carvalho — *Braganceida, poema em XII cantos cujo assumpto he a elevação da serenissima casa de Bragança ao throno de Portugal na sempre augusta pessoa do senhor D. João IV restaurador, e verdadeiro pai da patria*, 2 vols., Lisboa, Nova Impressão da Viuva Neves e Filhos, 1815, 270 + 311 p.

NAMORADO, José Joaquim — *A Elveida*, Lisboa, Imp. Nacional, 1872, 45 p.

PIMENTEL, Alberto — *Lyra Civica*, Porto, Typographia Commercial, 1868, 12 p.

RIBEIRO, Thomaz — *D. Jayme ou a dominação de Castella. Com uma conversação preambular pelo senhor A. F. de Castilho*, Lisboa, Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza, 1862, 285 + XI p.

ROCHA, Julio — *Os Sete Irmãos*. Poesia a 1640, Lisboa, Typographia da Mocidade, 1873, 8 p.

ROMEO JUNIOR, Soares — *Coroação de D. João IV. Allegoria em um acto escripta a pedido para ser cantado, em um theatro particular, o hymno da restauração de 1640*, in "Enciclopedia Litteraria", Lisboa, nº 6, Junho 1871, p. 209-215.

SEROMÊNHO, Diogo José — *A Restauração de Portugal. Scena dramatica original representada com geral applauso em diversos theatros publicos*, 2ª edição, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, s. d., 7 p.

SILVA, João Xavier Pereira da — *O Grão Mestre d'Aviz. Drama historico original portuguez em 5 actos*, Lisboa, Imprensa Silviana, 1854, 88 p.

SOROMENHO, L. F. de Castro — *Portugal Restaurado, 1640. Drama em um acto*, Lisboa, Typ. da Mocidade, 1878, 16 p.

SOROMENHO, L. F. de Castro — *Portugal Restaurado, 1640. Drama em 1 acto representado com geral agrado em diversos teatros publicos e particulares*, 2ª edição, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, s. d. [1890], 12 p.

TORRES, José de — *Lendas Peninsulares*, 2 vols., Lisboa, Livraria de Antonio Maria Pereira, 1861.

VASCONCELLOS, J. Severo Severino Severiano Alvim Sousa — *Hymno. Anniversario Nacional Poetico à Restauração de Portugal no 1º de Dezembro offerecido aos seus patricios lusitanos amigos da independencia nacional*, Porto, Typ. de A. J. Pereira Leite, [1862], 8 p.

VIALE, Antonio José — *Bosquejo historico-poetico dos acontecimentos mais importantes ocorridos em Portugal até á morte do senhor rei D. João VI*, 1ª ed., Lisboa, Typ. da Revista Universal, 1856, 95 p.

VIALE, Antonio José — *Bosquejo Metrico dos acontecimentos mais importantes da Historia de Portugal até à morte do Senhor D. João VI*, 2ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858, 142 p.

VIALE, Antonio José — *Novo Epitome de Historia de Portugal adoptado pelo Conselho Geral de Instrucção Publica para uso das*

Escolas. Centuria Historico-Metrica, 3ª ed., Lisboa, Imp. de Lallemant Frères, 1878, 278 + 1 p.

6. Sermões

ALMEIDA, Miguel Ferreira d' — *Discurso Patriotico contra a Iberia, prégado na Egreja de Santa Maria Maior da Covilhã no dia Primeiro de Dezembro de 1868, Anniversario Glorioso da Restauração de Portugal*, Covilhã, Typographia Catholica, s. d. [1868-1869], 40 p.

ANDRADE, José Ricardo Freire d' — *Oração Gratulatoria que no solemne Te Deum celebrado na Sé Patriarchal de Lisboa no Anniversario da Restauração de Portugal commemorando o dia 1 de dezembro de 1640 recitou no anno de 1887 (...) capellão da Real Collegiada de nossa Senhora dos Martyres de Lisboa*, Lisboa, Typographia Universal, 1888, 20 p.

AZEVEDO, Antonio de Sousa — *Discurso Recitado na Parochial Egreja de Bemfica no Te-Deum Celebrado no 1º de Dezembro de 1874 para Commemorar o Feliz Anniversario da Nossa Restauração*, Lisboa, Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1875, 16 p.

BARRADAS, Manuel Joaquim — *Sermão que na Festividade da Manhã do Dia 14 de Janeiro de 1857, Anniversario das Linhas D'Elvas, prégou na Sancta Egreja Cathedral, perante a Illustrissima Camara Municipal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1857, 31 p.

BELLO, Antonio Maria — *Sermão em Acção de Graças pela Feliz Restauração de Portugal em 1640 Prégado na Sé Patriarchal de Lisboa no Dia 1º de Dezembro de 1870*, Lisboa, Typographia Universal, 1870, 19 p.

CASTRO, Antonio Thomaz da Silva Leitão e — *Sermão Gratulatorio pela Milagrosa Restauração de Portugal em 1640 Prégado na Sé Patriarchal de Lisboa no dia 1º de Dezembro de 1881*, Lisboa, Typographia Universal Thomaz Quintino Antunes, 1882, 16 p.

COELHO, João Baptista Ribeiro — *A Restauração da Independencia de Portugal. Discurso Commemoratico recitado na Sé Patriarchal no dia 1º de Dezembro de 1892*, Lisboa, Typographia Universal, 1892, 21 p.

COSTA, Francisco Antonio — *Sermão Prégado no Dia 1º de Dezembro de 1886 na Sé de Lisboa*, Lisboa, Typographia Universal, 1886, 15 p.

DINIZ, Dr. José Ferreira Garcia — *Sermão Gratulatorio do Dia Primeiro de Dezembro Anniversario da Independencia e Restauração de Portugal em 1640 Prégado na Santa Sé Patriarchal de Lisboa no Anno de 1871*, Lisboa, Typographia Universal, 1871, 20 p.

DINIZ, Dr. José Ferreira Garcia — *Oração Gratulatoria do Dia 1º de Dezembro Anniversario da Restauração e Independencia de Portugal em 1640 Recitada na Santa Sé Patriarchal de Lisboa no anno de 1884*, Lisboa, Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1884, 16 p.

FIGUEIRA, Francisco da Silva — *Discurso que na Santa Sé Patriarchal de Lisboa Solemnisando-se a Gloriosa Restauração de Portugal e a Collocação da Pedra Fundamental do Monumento d'ella Recordador Prégou em 1 de Dezembro de 1875*, Lisboa, Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1876, 16 p.

FIGUEIRA, Francisco da Silva — *Discurso Pronunciado no Dia 1 de Dezembro de 1885 na Cathedral Lisbonense*, Lisboa, Typographia Universal, 1885, 14 p.

FIGUEIREDO, Manuel Ribeiro de — *Discurso que no 1º de Dezembro de 1872 Anniversario da Independencia e Restauração de Portugal em 1640 recitou no Solemne Te Deum Celebrado na Sé Patriarchal de Lisboa*, Lisboa, Typographia Universal, 1872,14 p.

FRANCO JUNIOR, Francisco Soares — *Oração em Acção de Graças pela Feliz Restauração de Portugal em 1640 prégado em Coimbra no 1º de Dezembro de 1863 eram presentes o Corpo Docente e o Corpo Academico*, in "O Prégador Catholico. Collecção de Sermões Ineditos", Porto, Casa da Viúva Moré — Editora, 1865, p. 411- 436.

MARTINS, Francisco — *Portugal. Discurso Commemorativo da sua Restauração em 1640 Recitado na Sé Patriarchal de Lisboa em o Dia 1º de Dezembro de 1891*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1892, 45 p.

MATHEUS, Joaquim Alves — *Oração Gratulatoria e Commemorativa do Primeiro de Dezembro de 1640 que em igual dia de 1868 recitou na Sé de Braga Primaz*, Braga, Typographia Universal, 1869, 21 p.

MELLO, José Antonio Vieira de — *Sermão Gratulatorio do Dia Primeiro de Dezembro Anniversario da Independencia e Restauração de Portugal Prégado na Santa Sé Patriarchal d'esta*

Côrte (...) em 1879, Lisboa, Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1879, 20 p.

PATRICIO, Francisco José — *Oração Gratulatoria que no Solemne Te-Deum Celebrado na Sé Patriarchal de Lisboa no Anniversario da Restauração de Portugal Commemorando o Dia 1º de Dezembro de 1640 Recitou no Anno de 1883*, Lisboa, Typographia de Eduardo Roza, 1883, 19 p.

PINA, João Augusto de — *Oração Gratulatoria que no Dia 1º de Dezembro de 1875, Anniversario da Restauração de Portugal, Recitou na Parochial Egreja de Santo Antão d'Evora*, Lisboa, Typographia de G. M. Martins, 1876, 15 p.

RIBEIRO, José Maria d'Almeida — *Oração Gratulatoria pela Feliz Restauração de Portugal no Anno de 1640 Pronunciada na Sé Patriarchal de Lisboa em o dia 1º de Dezembro de 1868 (...) com uma Introdução pelo Sr. Mendes Leal*, Lisboa, Typographia de Castro Irmão, 1869, 32 p.

ROSSA, Padre José Baptista — *Sermão Commemorativo da Restauração de Portugal Prégado no Primeiro de Dezembro de 1876 na Parochial de Nossa Senhora da Conceição de Lisboa*, Lisboa, Typographia Editora de Mattos Moreira & C.ª, 1877, 21 + 1 p.

SÁ, Antonio José de Figueiredo e — *Sermão em Acção de Graças pela Restauração de Portugal em 1640 Prégado na Santa Egreja Patriarchal de Lisboa no Dia 1º de Dezembro de 1873*, Lisboa, Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1874, 16 p.

SERRA, José Alexandre de Menezes Feyo — *Sermão em Acção de Graças pela Feliz Restauração de Portugal em 1640 Prégado na Sé Patriarchal de Lisboa no Dia 1º de Dezembro de 1882*, Lisboa, Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1883, 20 p.

SERRANO, Joaquim da Silva — *Discurso em Applauso à Gloriosa Restauração de Portugal em 1640*, Lisboa, Typographia Universal, 1876,

SILVA, Augusto Pereira da — *Sermão da Gloriosa Restauração de Portugal em 1640 Prégado na Santa Sé Patriarchal de Lisboa no 1º de Dezembro de 1877*, Lisboa, Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1878, 14 p.

TEIXEIRA, Augusto Antonio — *Sermão Gratulatorio do Dia Primeiro de Dezembro Anniversario da Independencia e Restauração de*

Portugal em 1640 Prégado na Sancta Sé Patriarchal d'esta Corte em 1869, Lisboa, Typographia de Castro Irmão, 1869, 28 p.

7. Escritos de Autores Espanhóis

Almanaque Politico y Literario de La Iberia para 1861 (2º Año), Madrid, Imprenta y Redaccion de La Iberia, 1861.

Almanaque Hispano-Lusitano para 1872. Coleccion de chistes, anécdotas, artículos, epígramas, versos y pensamientos, etc., etc., tomados de los más distinguidos escritores, así de España como de Portugal, adornada com varias viñetas y con noticias curiosas é interesantes de ambas naciones, Madrid, Imprenta de los Señores Rojas, 1871, 132 p.

ALDAMA AYALA, José de — *Compendio geográfico-estadístico de Portugal y sus posesiones ultramarinas*, Madrid, Imprenta de la Viuda de D. Antonio Yenes, 1855, 639 p.

BARRANTES, Vicente — *La Joven España. Folleto dedicado a la Asamblea Constituyente*, Madrid, Imprenta de Julian Peña, 1854, 77 p.

BARZANALLANA, José García — *Estudios Económicos y Administrativos sobre Portugal*, Madrid, Imprenta de M. Tello, 1868, 172 p. + IV.

BARZANALLANA, José García — *La Liga Aduanera Ibérica*, 2ª ed., Madrid, Imprenta y Librería de Eduardo Martinez, 1878, 193 p.

BERMEJO, Ildefonso Antonio — *Historia de la Interinidad y Guerra Civil de España desde 1868*, vol. 1, Madrid, Establecimiento Tipografico de R. Labajos Editor, 1875.

[BORREGO, Andrés] — *Historia de una Idea. España y Portugal*, Madrid, Imprenta de Fortanet, 1869, 61 p.

BUISEN Y TOMATY, Don Enrique — *La Nueva Monarquia y el Nuevo Rey*, Madrid, Imprenta del Norte, 1869, 31 p.

CAMARA, Xisto — *A União Iberica. Traduzida litteralmente por Rodrigo Paganino, e precedida de um prologo por José Maria Latino Coelho*, 2ª edição, Lisboa, Typographia Universal, 1859, 59 p.

CALVO ASENCIO, Gonzalo — *Lisboa en 1870. Costumbres, literatura y artes del vecino reino*, Madrid, Imprenta de los Señores Rojas, 1871, 147 p.

CALVO ASENCIO, Gonzalo — *El Teatro Hispano-Lusitano en el siglo XIX. Apuntes criticos*, Madrid, Imprenta de los Señores Rojas, 1875, 284 p.

CASTELAR, Emilio — *La Fórmula del Progresso*, Madrid, San Martin y Augustin Jubera, 1870, 328 p.

CASTELAR, Emilio — *Discursos Parlamentarios en la Asamblea Constituyente*, vol. 3, Madrid, San Martin y Jubera Editores, 1871.

CASTELAR, Emilio — *Discursos Parlamentares*, Porto, Caldas, Azevedo e Brandão Editores, Biblioteca Modelos de Eloquencia, 1878.

CASTELAR, Emilio — Recuerdos y Esperanzas, vol. 1, Madrid, Libreria de A. de San Martin Editor, s. d. [1856-1859].

COELLO, Francisco — *Proyecto de las Lineas Generales de Navegacion y de Ferro-Carriles en la Peninsula Española*, Madrid, Imprenta de Tomás Nuñez Amor, 1855, 476 p.

El Iberismo, ó la fusion de las nacionalidades por la paz. I. La confederación postal de la peninsula. Articulos publicados por la Revista Peninsular Ultramarina, Madrid, Imprenta de Tomás Nuñez Amor, 1859, 15 p.

Estatutos de la Liga Hispano-Lusitana, Madrid, Imprenta de Luis García, 1855, 7 p.

F. M. C. — *Resolucion pronta, monárquica y democratica de la interinidad*, Madrid, Imp. de Tomas Alonso, 1869, 16 p.

FERNANDEZ de los RIOS, A. — *Mi Mision en Portugal. Anales de Ayer para Enseñanza de Mañana*, Paris, Typ. Tolmer et Isidor Joseph, 1877, XVI + 725 p.

FERNANDEZ Y GONZALEZ, Modesto — *Portugal Contemporáneo. De Madrid á Oporto pasando por Lisboa. Diario de un caminante*, Madrid, Imp. de M. Tello, 1874.

FERRER DE COUTO, José — *De Oporto a Lisboa*, in "Crisol Historico Español y Restauracion de Glorias Nacionales", Habana, Imprenta del Tiempo, 1862, p. 195-210.

GARRIDO, Fernando — *Biografia de Sixto Camara*, Barcelona, Libreria de Salvador Manero, 1860.

GARRIDO, Fernando — *Obras escogidas publicadas é ineditas, precedidas por un prólogo por D. Francisco Pi y Margall*, vol. 2, Barcelona, Libreria de Salvador Manero, 1860.

GARRIDO, Fernando — *L'Espagne Contemporaine. Ses progrès moraux et matériels aux XIXe siècle*, Bruxelles et Leipzig, A. Lacroix, Verboeckhoen et C.ie Editeurs, 1862.

GARRIDO, Fernando — *La España Contemporanea. Sus progresos morales y materiales en el siglo XIX*, vol. 2, Barcelona, Establecimiento Tip. Editorial de Salvador Manero, 1865.

GARRIDO, Fernando — *La Rebellion Carlista, la Religion Catolica y la Republica Federal en España*, Lisboa, Livraria Internacional, col. Biblioteca Republicana Democratica, 1874, 32 p.

GUARDDON GALLARDO, Federico — *Questão da Actualidade. Resposta do folheto intitulado "Hoje" offensivo á Hespanha / Cuestion de Actualidad. Breves Consideraciones, sobre el folleto Hoje (Hoy) ofensivo á España*, Lisboa, Librería Central, 1868, 14 p.

GULLON, Pio — *La Fusion Ibérica*, Madrid, Imprenta de Gabriel Alhambra, 1861, 56 p.

GULLON, Pio — *De la Ignorancia en España. Artículos publicados en Los Conocimientos Útiles*, Madrid, Imprenta de Los Conocimientos Útiles, 1868, 63 p.

La única solucion aceptable por un constituyente en 1854 y 1869, Madrid, Imprenta de los Señores Rojas, 1869, 29 p.

MARTINEZ, Benigno Joaquin — *Revista literaria-bibliografica-portuguesa, publicada en la Nueva Iberia, numeros 118, 124, 128 y 131, Madrid, Imprenta de los Señores Rojas*, 1868, 32 p.

MARTINEZ LUMBRERAS, Frutos — *La Revolucion Peninsular*, Madrid, Tipografía Gutenber, 1881, 118 p.

MARTINEZ Y LUMBRERAS, Frutos — *España y Portugal y sus Banderas*, Madrid, Imp. de M. G. Hernandez, 1874, 23 p.

[MAS, Sinibaldo de] — *A Iberia. Memoria escripta em lingua hespanhola por um philo-portuguez, e traduzida em lingua portugueza por um philo-iberico*, 1ª ed., Lisboa, Typ. de Castro & Irmão, 1852, XIII+95+7 p. (c/ mapas).

[MAS, D. Sinibaldo de] — *A Iberia. Memoria em que se provam as vantagens politicas, economicas e sociaes da união das duas monarchias peninsulares em uma só nação. Escripta originalmente em hespanhol por um philo-portuguez, e traduzida e precedida de um prologo por um jornalista portuguez. Segunda edição correcta e consideravelmente augmentada pelo author em Janeiro de 1853*, 2ª edição, Lisboa, Typ. Universal, 1853, XIV+170 p. (c/ mapas)

MAS, Dom Sinibaldo de — *A Iberia. Memoria sobre a conveniencia da união pacifica e legal de Portugal e Hespanha escripta por Dom Sinibaldo de Mas, ex-enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. C. na China*, 3ª edição, Lisboa, Typographia do Progresso, 1855, 244 p. (c/ mapas)

MOLINA, Ricardo — *Portugal, su orígen, constitucion é historia politica, en relacion con la del resto de la Peninsula*, Madrid, Oficina Tipografica del Hospicio, 1870, 244 p.

ORENSE, José María — *Ventajas de la República Federal*, Madrid, Imprenta de La Igualdade, 1869, 64 p.

PAZ, Abdon de — *España y Portugal*, Madrid, Imprenta de D. Isidoro Peciña, 1861, 25 p.

ROJAS, Mariano C. de; FERNANDEZ, Rogelio — *La Forma de Gobierno y el Gefe del Estado. La única solucion posible, conveniente y patriótica, al problema politico de España*, MadridImp. de D. Pedro Montero, 1869, 32 p.

RUBIO, Carlos — *Teoría del Progresso. Folleto escrito en contestatation al que con el título de "La Formula del Progresso" ha publicado D. Emilio Castelar*, 3ª ed. (gratis para los suscritores á La Iberia), Madrid, Imprenta de Manuel de Rojas, 1859, 92+2 p.

RUBIO, Carlos — *Reverente Carta á S. M. la Reina Doña Isabel II*, Madrid, Imprenta de La Iberia, á cargo de José Rojas, 1864, 29 p.

RUBIO, Carlos — *Progresistas y Demócratas. Cómo y para qué se han unido. Puden constituir una sola Comunion en lo Futuro?*, Madrid, Imprenta de La Iberia, 1868, 22 p.

RUBIO, Carlos — *Historia Filosofica de la Revolucion Española de 1868*, Madrid, Imprenta y Libreria de M. Guijarro, 1869, 480 p.

SALAZAR Y MAZARREDO, D. Eusebio de — *La Cuestion Dinástica*, Madrid, Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra, 1869, 16 p.

TUBINO, Francisco Maria — *Gibraltar ante la Historia*, la Diplomacia y la Politica, Sevilla, La Andalucia, 1863, 288 p.

TUBINO, Francisco Maria — *Pátria y Federalismo*, Madrid, A. Duran,1873, 212 p.

8. Escritos de Outros Estrangeiros

ADEMOLLO, Alessandro — *La Questione della Indipendenza Portoghese a Roma dal 1640 al 1670*, Firenze, Tipografia della Gazzeta d'Italia, 1878, 82 p.

ANGRE, De Briois d' — *Actualités Européennes. Le Portugal vis-à-vis de la Question Espagnole*, Bruxelas / Paris, Imp. de A. Lacroix, Verboeckhoven et C.ie / Librairie Internationale, 1870, 32 p.

AURIAC, Eugéne d' — *Résolution des États de Portugal en faveur du roi D. Jean IV précédeé d'une Etude sur l'avènement de la Maison de Bragance et d'une Notice sur F. de Grenaille*, Paris, Alphonse Lemerre Éditeur, 1883, XXIX + 28 p.

BÉARN, Comte Stéphen de — *La Dynastie de Bragance et l'Avenir du Portugal*, Paris, Simon Raçon et Compagnie, 1865, 59 p.

BOUCHOT, Auguste — *Histoire du Portugal et de ses colonies*, Paris, Librairie de L. Hachette et C.ie, 1854, 470 p.

BOUDIN, Asmédée; MOUTTET, Félix — *Le Portugal 1861-1867*, Paris, Alcan-Lévy, 1872, 189 p.

BOURGOING, J. F. — *Voyage du ci-devant Duc du Chatelet en Portugal*, vol. 2, Paris, F. Buisson, s.d. [1815], 260 p.

BUSK, M. M. — *The History of Spain and Portugal from B. C. 1000 to A. D. 1814*, London, Baldwin and Cradock, Paternoster-Row, 1833, 364 p.

CHAUVAIN, Léonce — *Histoire du Portugal et de la Maison de Bragance*, Paris, Chez l'Auteur, Imp. Moriss, 1871, 232 p.

DUMON, A. — *Restauration Espagnole*, Paris, Imprimerie Administrative de Paul Dupont, 1869, 16 p.

GIEDROYC, Romuald — *Resumé de l'Histoire du Portugal au XIX^e Siècle*, Paris, Librairie d'Amyot Éditeur, 1875.

Histoire de Portugal, in "Grand Dictionnaire Universel du XIXe Siècle", vol. 12, Paris, Pierre Larousse, 1874, p. 1482-1483.

Napoleão III e a Europa em 1867. Folheto politico publicado em Paris, em 16 de novembro de 1867 e que se attribue á penna do secretario do imperador, Lisboa, Typ. Universal, 1867, 8 p.

PEPPER, Charles Rockland — *Le Portugal. Ses Origines, son Histoire, ses Productions. Le Traité de Methuen et l'Union Ibérique*, Paris, E. Dentu Libraire-Éditeur, 1879, 327 p.

Que veut l'Espagne? Paris, Imprimerie Administrative de Paul Dupont, 1869, 15 p.

QUESNAY, Mr. de la Cronel de — *A Verdade Ácerca de Hispanha. Versão portuguesa por Francisco Pereira d'Azevedo*, Porto, Typ. de Francisco Pereira d'Azevedo, 1855, 32 p.

QUINET, Edgar — *A França e a Santa Alliança em Portugal*, Lisboa, Typographia da Revolução de Setembro, 1847, 33 p.

RAYMOND, Emmanuel — *L'Espagne et le Portugal depuis l'invasion des carthaginois jusqu'a nos jours avec un chapitre spécial résumant les annales de l'Inquisition en Espagne et en Portugal*, Paris, Imprimerie de Dubuisson et Cie, s. d., [1862], 192 p.

RAYMOND, Emmanuel — *L'Espagne et le Portugal depuis l'invasion des Carthaginois jusqu'a nos jours*, deuxième édition, Paris, Librairie Germer Baillière et C.ie, [1880], 192 p.

RECLUS, Élisée — *Nouvelle Géographie Universelle. I L'Europe Méridionale (Grèce, Turquie, Roumanie, Serbie, Italie, Espagne et Portugal)*, Paris, Hachette, 1876.

REGNAULT, Elias — *Nação*, in "Excerptos do Diccionario Politico. Obra escripta pelos chefes da Democracia Franceza", Lisboa, Editores Paulo Midosi Junior e A. Azevedo, Typ. do Panorama, 1848, p. 164-168.

ROSNY, Léon de — *Taureaux et Mantilles. Souvenirs d'un Voyage en Espagne et en Portugal*, vol. 2, Paris, Paul Ollendorff Éditeur,1889, 281 p.

ROY, M. — *Illustrations de l'Histoire d'Espagne et du Portugal*, Paris/ Limoges, Martial Ardant Frères, 1843, 280 p.

RUDERS, Carl Israel — *Viagem em Portugal 1798-1802*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981.

SEPTENVILLE, Baron Ed. de — *Le Portugal et l'Unité Ibérique*, Paris, E. Dentu Éditeur, 1873, 20 p.

THIEURY, Jules (trad. de) — *Lusitania Vindicata. Oeuvre de D. Manoel da Cunha*, Dieppe, Marais Libraire, 1863, 107 p.

TRESSERVE, Vicomte Mary de — *Le Mariage ou l'Avenir du Portugal*, Paris, Charles Noblet, 1862, 34 p.

TROGOFF, Christian de — *Le Portugal. Étude contemporaine dédié a son excellence M. José da Silva Mendes Leal*, Paris, Allouard Éditeur, 1879, 8 p.

VEERSSEN, T. Van — *Dom Luiz Roi d'Espagne et de Portugal*, Paris, Imprimerie Typographique de G. Kugelmann, 1868, 32 p.

VILLIAUMÉ, N. — *De l'Espagne et de ses Chemins de Fer*, Paris, Garnier Frères Libraires-Éditeurs, 1861, 311 p.

9. Publicações Periódicas Portuguesas

Academia (A). Jornal da Classe Academica Conimbricence — Coimbra, 1878.
Academia (A). Semanario de Litteratura — Coimbra, 1866-1867.
Album Litterario. Jornal litterario e noticioso dedicado á mocidade de ambos os sexos — Coimbra, 1866.
Alfageme (O). Folha Politica, Litteraria e Noticiosa — Santarém, 1871.
Algarviense (O) — Lisboa, 1864-1865.
Aljubarrota. Jornal Semanal Anti-Iberico dedicado ao Povo Portuguez — Lisboa, 1868.
America (A) — Lisboa, 1868-1871.
Amigo (O) da Patria. Hebdomadario Politico, Industrial, Romantico e de Annuncios — Lisboa, 1868.
Amigo (O) da Religião — Lisboa, 1858-1866.
Amigo (O) do Povo. Jornal Politico, Litterario, Commercial, Industrial e Agricola — Porto, 1860-1861.
Annaes das Sciencias e das Letras publicado debaixo dos auspicios da Academia Real das Sciencias — Lisboa, 1857-1858.
Anuario do Archivo Pittoresco — Lisboa, 1864.
Arauto (O) — Lisboa, 1854-1855.
Archivista (O). Jornal Recreativo Semanal — Lisboa, 1839.
Archivo Commercial. Periodico de Commercio, Industria e Noticias — Porto, 1863.
Archivo do Povo. Jornal d'Instrucção e Recreio — Lisboa, 1868.
Archivo Litterario. Jornal Recreativo — Lisboa, 1862.
Archivo Pittoresco. Semanario Illustrado — Lisboa, 1858-1868.
Archivo Popular. Leituras de Instrucção e Recreio. Semanario Pintoresco — Lisboa, 1838-1842.
Archivo Popular. Semanario Litterario e Illustrado — Porto, 1871-1872.
Archivo Universal. Revista Hebdomadaria — Lisboa, 1859-1860.
Archote (O). Publicação Democratica — Lisboa, 1869.
Aristarco (O) Portuguez — Lisboa, 1868.
As Economias — Lisboa, 1867-1868.
Asmodeu (O) — Lisboa, 1856-1864.

Aspirações. Folha Litteraria Redigida pela Mocidade Setubalense — Setubal, 1870.
Assembleia (A) Litteraria. Jornal de Instrucção — Lisboa, 1850.
Aurora (A). Jornal litterario — Porto, 1852.
Aurora do Lima — Viana do Castelo, 1856-1871.
Aurora Lisbonense. Hebdomadario Instructivo, Recreativo e Popular — Lisboa, 1864.
Aurora Litteraria. Jornal Recreativo — Lisboa, 1861-1864.
Autonomia (A) Portugueza. Jornal Politico e Noticioso — Lisboa, 1869.
Bancarrota (A) pelo Auctor da Lanterna — Lisboa, 1870.
Baratissimo (O), ou o Pequeno Civilisador Popular. Semanario de Conhecimentos Usuaes, e de Litteratura para as Classes Laboriosas — Lisboa, 1848-1849.
Barcellense (O). Periodico Politico, Litterario e Religioso — Barcelos, 1859-1861/1865.
Barricadas (As) pelo Auctor da Lanterna — Lisboa, 1871.
Bejense (O) — Beja, 1860-1868.
Bem Publico. Revista Litteraria e Ecclesiastica — Lisboa, 1864-1875.
Berço (O) da Monarchia — Guimarães, 1871-1872.
Berlinda (A). Album humoristico, ao correr da penna — Lisboa, 1870-1871.
Bibliographia Portugueza e Estrangeira — Coimbra, 1879-1881.
Boletim do Clero e do Professorado — Lisboa, 1863-1870.
Bombo (O) e os Ferrinhos — Lisboa, 1847 (nº único).
Borboleta — Porto, 1826-1827.
Borboleta. Hebdomadario de Litteratura— Braga, 1876.
Bracarense (O) — Braga, 1858-1870.
Braz Tisana (O) — Porto, 1851-1869.
Brinde aos senhores assignantes do Diario de Noticias — Lisboa, 1865-1885.
Brio (O) do Paiz — Porto, 1870-1871.
Cabrion (O). Hebdomadario Critico, Satyrico, Litterario e Noticioso — Lisboa, 1860-1861.
Camara Optica com Vistas Modernas — Lisboa, 1837.
Camartello (O) — Lisboa, 1869.
Camões (O). Semanario Popular Illustrado — Porto, 1880-1882.
Campeão (O) das Provincias — Aveiro, 1859-1871.
Campeão (O) do Alentejo — Portalegre, 1866-1867.

Campeão (O) do Vouga. Jornal Politico, Litterario e Commercial — Aveiro, 1852-1859.

Campeão do Vouga — Aveiro, 1855-1859.

Carnaval (O) pelo Auctor da Lanterna — Lisboa, 1871.

Chronica dos Theatros — Lisboa, 1861-1871.

Chronista (O) — Lisboa, 1827.

Chrysalida (A). Jornal de Litteratura (Academico) — Coimbra, 1863-1864.

Cinzas (As) pelo Auctor da Lanterna — Lisboa, 1871.

Cisne (O) do Sado. Hebdomadario d'Instrucção, Recreio e Annuncios — Setúbal, 1859.

Civilisador (O). Jornal de Litteratura, Sciencia e Bellas-Artes — Porto, 1860-1861.

Civilização (A) — Lisboa, 1856-1857.

Clamor (O) Publico. Diario politico, litterario e commercial — Porto, 1856-1857.

Clamor Militar — Porto, 1862-1869.

Clarão (O) pelo Auctor da Lanterna — Lisboa, 1870.

Clarim (O) pelo Auctor da Lanterna — Lisboa, 1870.

Club (O). Orgão da Classe Academica — Porto , 1874-1876.

Coalisão (A) — Porto, 1843-1846.

Comedia (A) pelo Auctor da Lanterna — Lisboa, 1871.

Commercio (O) do Porto — Porto, 1855-1871.

Commercio (O) — Braga, 1868-1869.

Commercio (O) — Porto, 1854-1855.

Commercio da Covilhã — Covilhã, 1864-1865.

Commercio de Coimbra — Coimbra, 1860-1865.

Commercio de Lisboa. Folha mercantil, industrial, economica, litteraria e noticiosa — Lisboa, 1863-1865.

Commercio de Vianna — Viana do Castelo, 1870-1871.

Compadre (O) Matheus. Semanario Illustrado e Satyrico — Lisboa, 1869.

Conimbricense (O) — Coimbra, 1854-1871.

Conscencioso (O). Paquete dos Açores — Lisboa, 1864-1868.

Conservador (O) — Lisboa, 1862-1865.

Conservador (O) — Porto, 1858-1860.

Conspiração (A) pelo Auctor da Lanterna — Lisboa, 1871.

Contemporaneo (O). Livros, Palcos, Quadros, Salas — Lisboa, 1875-1876.

Correio (O) de Setubal. Folha de Interesses Geraes — Setúbal, 1861-1864.

Correio da Europa. Jornal Politico, Commercial e Noticioso — Lisboa, 1867-1868.

Correio do Norte — Valença, 1864-1865.

Correio dos Dois Mundos e Biblioteca Valdez. Semanario Politico, Noticioso e Recreativo — Lisboa, 1867-1869.

Correspondencia de Lisboa — Lisboa, 1873-1874.

Correspondencia de Portugal. Jornal de noticias portuguezas e estrangeiras com boletins commerciaes nas praças de Lisboa, Porto, Londres e Liverpool — Lisboa, 1862-1871.

Courrier (Le) de Lisbonne. Écho de la Politique et des Interêts Materiels et Financiers du Portugal — Lisboa, 1870.

Crença (A) — Lisboa, 1862-1871.

Debates (Os) — Lisboa, 1865-1866.

Defensor (O) do Trabalho. Folha dedicada ás Classes Productoras — Lisboa, 1862-1865.

Defensor (O) dos Artistas. Dedicado aos amigos do trabalho — Porto, 1864-1865.

Defeza de Portugal — Lisboa, 1832.

Democracia (A) Pacifica / A Democracia. Jornal do Alentejo Politico, Litterario, Noticioso, Agricola e Commercial — Elvas, 1866-1877.

Democracia (A) — Lisboa, 1861.

Democracia (A). Jornal da Tarde — Lisboa, 1871.

Democrata (O). Jornal do Povo — Lisboa, 1839-1840.

Democrata (O). Jornal Politico, Commercial e Noticioso — Lisboa, 1865.

Democrata (O). Jornal politico, commercial e noticioso — Lisboa, 1865.

Diabo (O) Côxo — Lisboa, 1872-1873.

Diario (O) Portuguez — Lisboa, 1869.

Diario da Camara dos Deputados — Lisboa, Imprensa Nacional, 1841-1869.

Diario da Camara dos Dignos Pares do Reino — Lisboa, Imprensa Nacional, 1869-1871.

Diario da Tarde. Folha Popular — Lisboa, 1871-1875.

Diario de Noticias — Lisboa, 1868-1869.

Diario do Porto, de Noticias e Annuncios — Porto, 1865-1866.

Diario do Povo, de Portugal e Possessões — Porto, 1862-1865.

Diario Mercantil. Politico, Litterario, Industrial e Agricola de Portugal e do Brazil — Porto, 1861-1872.
Diario Popular — Lisboa, 1866-1869.
Diario Progressista. Jornal do Centro Eleitoral Progressista do Porto — Porto, 1876.
Direito (O). Folha Religiosa, Politica e Noticiosa — Porto, 1857-1870
Discussão (A) — Lisboa, 1860.
Dissolução (A) pelo Auctor da Lanterna — Lisboa, 1871.
Distribuidor (O) de Carapuças. Hebdomadario Litterario, Critico, Satyrico, Burlesco, Noticioso, Instructivo e Illustrado — Lisboa, 1864.
Districto (O) da Guarda. Folha politica, litteraria e noticiosa — Guarda, 1865.
Districto (O) de Aveiro — Aveiro, 1864-1866.
Districto (O) de Leiria. Periodico Politico, Administrativo e Noticioso — Leiria, 1860-1861.
Districto (O). Periodico politico, litterario e noticioso — Braga, 1866-1868.
Districto de Evora — Évora, 1867.
Dos Naciones. Periodico politico y bilingue defnsor de los interesses morales y materiales de España y Portugal — Lisboa, 1882.
Doze (O) d'Agosto. Revista Luso-Brazileira. Semanario Politico e Litterario — Lisboa, 1863-1866.
Duende (O). Periodico Critico, Illustrado, Musical e de Modas — Lisboa, 1865.
Ecco (O) Popular — Porto, 1847-1860.
Ecco dos Operarios. Revista Social e Litteraria — Lisboa, 1850-1851.
Ecco Litterario. Revista Critica, Litteraria e Theatral — Lisboa, 1855.
Echo (O) de Barcellos — Barcelos, 1860-1861.
Echo (O) Portalegrense — Portalegre, 1867-1868.
Emancipação (A) — Lisboa, 1849.
Enciclopedia Litteraria — Lisboa, 1871
Ensaios Litterarios. Jornal Quinzenal Noticioso e Literario — Coimbra, 1862.
Epoca (A) — Lisboa, 1860-1863.
Epoca (A). Jornal de Industria, Sciencias, Litteratura, e Bellas-Artes — Lisboa, 1848-1849.
Escalpello (O). Jornal Satyrico, Burlesco e Noticioso — Lisboa, 1863.
Esmeralda (A). Semanario Universal — Porto, 1851.
Espectro (O) da Internacional — Lisboa, 1872.

Espectro (O) de Juvenal — Lisboa, 1873.
Espelho (O). Semanario Im-Politico mas Cortez — Porto, 1865-1866.
Esperança (A). Jornal Politico, Litterario e Religioso — Lisboa, 1852-1854.
Espreitador — Lisboa, 1826.
Estreia Litteraria. Jornal Bimensal — Coimbra, 1858-1861.
Estrella d'Alva. Semanario Litterario — Lisboa, 1860-1861.
Estrella da Beira — Alpedrinha, 1864-1867.
Estrella do Lima — Ponte de Lima, 1868.
Facções (As) pelo Auctor da Lanterna — Lisboa, 1871.
Facho (O) Litterario. Dedicado a S. M. El-Rei o Senhor D. Fernando — Porto, 1864.
Favorito (O) —Lisboa, 1865.
Federação (A) — Coimbra, 1871.
Federação (A). Folha Industrial dedicada ás Classes Operarias — Lisboa, 1856-1866.
Folha (A) Negra. Semanario Politico — Lisboa, 1870.
Folha (A). Microcosmo Litterario — Coimbra, 1868-1873.
Folha do Sul — Évora, 1864-1867.
Fraternidade (A) — [Lisboa], 1848.
Fraternidade. Jornal Politico e Noticioso — Guimarães, 1870.
Furibundo (O). Preservativo contra os Tratantes Politicos e não Politicos — Lisboa, 1868.
Futuro (O) pelo Auctor da Lanterna — Lisboa, 1871.
Futuro (O). Jornal Politico, Economico, Litterario e Noticioso — Lisboa, 1858-1860.
Gafanhotos (Os) — Porto, 1868.
Galeria Familiar — Lisboa, 1861.
Galeria Universal — Lisboa, 1842.
Gazeta (A) Democratica (Do Povo e para o Povo) — Porto, 1870.
Gazeta da Povoa de Varzim — Póvoa do Varzim,1870-1872.
Gazeta da Relação — Porto, 1868.
Gazeta de Braga — Braga, 1864-1866.
Gazeta de Lisboa — Lisboa, 1868.
Gazeta de Penafiel — Penafiel, 1870.
Gazeta de Portalegre — Portalegre, 1865-1866.
Gazeta de Portugal — Lisboa, 1862-1868.
Gazeta do Campo. Folha das Classes Pobres — Mafra, 1866-1867.
Gazeta do Correio — Porto, 1869.

Gazeta do Meio-Dia. Folha mercantil, industrial, economica, litteraria, artistica e noticiosa — Évora, 1864-1866.
Gazeta do Povo — Lisboa, 1869-1872.
Gazeta Pedagógica. Revista quinzenal de instrucção publica redigida por professores e outros homens de letras — Lisboa, 1869.
Gazeta Portuense — Porto, 1868.
Gazeta Setubalense. Folha politica, litteraria e noticiosa — Setúbal, 1869-1876.
Golpe d'Estado pelo Auctor da Lanterna — Lisboa, 1871.
Gremio Alemtejano — Coimbra, 1861-1862.
Grinalda (A) — Porto, 1855-1869.
Guêpe (La). Politique, Literature, Sciences, Arts, Industrie et Commerce — Lisboa, 1868-1869.
Guerra (A) pelo Auctor da Lanterna — Lisboa, 1870.
Harpa do Povo — Lisboa, 1847.
Hercules (O) Lusitano — Lisboa, 1836.
Hespanha (A) pelo Auctor da Lanterna — Lisboa, 1870.
Historia (A). Periodico politico, litterario e noticioso — Lisboa, 1871-1872.
Iberia (A) pelo Auctor da Lanterna — Lisboa, 1871.
Illustração (A) Luso-Brasileira. Jornal Universal — Lisboa, 1856.
Illustração Popular — Lisboa, 1874.
Imparcial (O) — Barcelos, 1867-1870.
Imparcial (O) — Lisboa, 1872.
Imparcial — Porto, 1826-1827.
Impostos (Os) pelo Auctor da Lanterna — Lisboa, 1870.
Imprensa (A) — Lisboa, 1852-1853.
Imprensa e Lei — Lisboa, 1853-1856.
Independencia (A) Nacional — Lisboa, 1867.
Independencia (A). Semanario Popular — Porto, 1861-1862.
Independencia Nacional. Folha semanal enriquecida por alguns escriptores distinctos — Lisboa, 1865-1869.
Independencia. Periodico Anti-Iberico — Lisboa, 1.12.1861.
Instituto (O). Jornal Scientifico e Litterario — Coimbra, 1852-1875.
Revista Peninsular — Lisboa, 1855-1856.
Instrucção (A) e o Povo. Jornal Cientifico e Litterario da Sociedade Civilizadora — Coimbra, 1855.
Instrucção (A) Publica. Periodico Scientifico e Litterario — Lisboa, 1858-1861.

Investigador (O) Portuguez em Inglaterra — Londres, 1812.
Japonez (O). Folha Assim, Assado ... — Lisboa, 1869.
Jornal (O) do Norte — Porto, 1860.
Jornal (O) do Porto — Porto, 1859-1874.
Jornal Commercial — Lisboa, 1868.
Jornal da Associação de Professores — Lisboa, 1857-1861.
Jornal da Associação Industrial Portuense — Porto, 1852-1863.
Jornal da Tarde — Porto, 1874.
Jornal de Lisboa. Politico e Noticioso — Lisboa, 1864-1867.
Jornal de Noticias — Porto e Lisboa,1865-1869.
Jornal de Setubal. Folha politica noticiosa — Setúbal, 1866-1869.
Jornal de Viagens e Aventuras de Terra e Mar — Porto, 1880.
Positivismo (O). Revista de Philosophia — Porto, 1879-1882.
Jornal de Viseu. Politico, Litterario e Noticioso — Viseu, 1865-1867.
Jornal do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas — Lisboa, 1853-1854.
Jornal do Commercio — Lisboa, 1853-1870.
Jornal do Exercito — Lisboa, 1867.
Jornal do Norte — Porto, 1867-1868.
Jornal dos Artistas. Dedicado ás Classes Operarias / Folha Dedicada á Classe Operaria — Porto, 1860-1865.
Jornal Litterario. Folha Quinzenal — Coimbra, 1869.
Jornal Mercantil — Lisboa, 1858.
Jornal para Todos. Folha Noticiosa — 1869-1870.
Justiça (A) — Lisboa, 1852-1853.
Justiça — Porto, 1862-1864.
Kaleidóscopo — Lisboa, 1865.
Lamparina. Publicação ás Escuras — Lisboa, 1869.
Lanterna (A) — Lisboa, 1868-1869.
Lei (A) — Lisboa, 1849-1853.
Leiriense (O). Periodico Administrativo, Litterario e Noticioso — Leiria, 1854-1858.
Lethes (O) — Ponte de Lima, 1865-1871.
Liberal (O). Jornal Politico, Noticioso e Instructivo — Viseu, 1857-1859.
Liberdade (A) pelo Auctor da Lanterna — Lisboa, 1870.
Liberdade (A). Jornal Politico, Industrial, Agricola e Commercial — Lisboa, 1861.
Lidador (O) — Porto, 1854-1857.

Lira da Mocidade. Jornal de poesias ineditas — Porto, 1849-1850.
Litteratura Occidental. Sciencias, Letras e Artes — Coimbra, 1877.
Lucifer — Lisboa, 1864.
Lusitano (O). Folha Politica, Anti-Iberica, Litteraria e Annunciadora — Lisboa, 1868.
Luso (O). Jornal Religioso, Patriotico e de Noticias — Lisboa, 1869-1870.
Luz (A) do Povo — Lisboa, 1870.
Luzo (O). Jornal Politico, Artistico, Militar e Civil — Porto,1860-1861.
Lyra (A) da Mocidade. Jornal de Poesias Ineditas — Porto, 1849-1850.
Lyra do Fado — Lisboa, 1870.
Magriço (O). Semanario Politico, Litterario e Noticioso — Trancoso, 1863-1864.
Manual de Lembranças. Leituras de Recreio e Instrucção — Lisboa, 1869.
Matraca (A). Periodico Moral e Politico — Lisboa, 1847.
Miguelista (O) em Londres. Mistiforio politico, satirico, litterario, historico, poetico, documentario, &tc. — Londres, 1870.
Minho (O) — Coimbra, 1862.
Miscellanea Recreativa. Hebdomadario de litteratura — Lisboa, 1864-1866.
Mocidade (A). Revista Academica Litteraria Bi-Mensal — Porto, 1880.
Mocidade. Semanario d'Instrucção e Recreio — Porto, 1867.
Monarquia (A) — Porto, 1854-1857.
Monitor (O) Portuguez — Lisboa, 1864.
Morcego (O) — Porto, 1867.
Murmurio (O) — Braga, 1856.
Museu Historico e Recreativo. Jornal Mensal — Lisboa, 1861-1862.
Museu Pittoresco — Lisboa, 1842-1843.
Nação (A) — Lisboa, 1847-1870.
Nacional (O). Jornal Politico, Litterario e Commercial — Porto, 1846-1870.
Noticiarista (O) — Braga, 1867-1868.
Novidades (As). Folha Noticiosa — Lisboa, 1868-1869.
Observador (O). Jornal Politico e Litterario — Coimbra, 1847-1853.
Occidente (O) — Lisboa, 1882.

Omnibus (O). Semanario noticiozo, recreativo e litterario — Braga, 1861.
Opinião (A) Popular — Lisboa, 1868.
Opinião (A) — Lisboa, 1856-1865.
Opinião Nacional — Lisboa, 1867-1868.
Ordem Publica (A) — Coimbra, 1856-1857.
Oriente (O) / Oriente de Traz-os-Montes — Porto, 1857-1859.
Ortigões. Chronicas do mez. Perfis diversos. Satyras da Actualidade — Porto, 1876-1877.
Paço (O) pelo Auctor da Lanterna — Lisboa, 1871.
Paiz (O) — Coimbra, 1866-1869.
Paiz (O) — Lisboa, 1851.
Panorama (O). Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis — Lisboa, 1837-1858.
Papagaio (O). Jornal Politico e Satyrico — Lisboa, 1867-1869.
Paquete (O) do Tejo. Boletim Politico, Commercial, Parlamentar, Noticioso e Biographico — Lisboa, 1866.
Paris pelo Auctor da Lanterna — Lisboa, 1871.
Parlamento (O) — Lisboa, 1858-1861.
Partido (O) Constituinte — Lisboa, 1871-1873.
Partido (O) Liberal — Braga, 1866-1867.
Partido (O) Nacional — Lisboa, 1869.
Parvonia (A). Folha Humoristica, Politica, Noticiosa, Litteraria e Theatral — Porto, 1876.
Pastoral (A) pelo Auctor da Lanterna — Lisboa, 1871.
Patria (A) — Porto, 1849-1850.
Patria (A). Jornal Politico, Commercial e Litterario — Lisboa, 1855-1856.
Patriota (O) — Lisboa, 1843-1853.
Patriota (O). Periodico Politico, Litterario e Noticioso — Lisboa, 1869.
Pedro (O) Quinto. Jornal politico, litterario, artistico e commercial — Porto, 1855.
Peneireiro (O) — Lisboa, 1855.
Peninsula (A) — Londres, 1840.
Peninsula (A). Semanario Litterario e Instructivo — Porto, 1852-1853.
Peninsular (O). Periodico Bilingue — Lisboa, 1872.
Pensamento (O) Social — Lisboa, 1872-1873.

Pensamento (O). Semanario Religioso, Litterario, Noticioso e Recreativo — Braga, 1861.
Periodico do Povo. Semanario dedicado ao commercio e artes — Braga, 1866.
Periodico dos Pobres no Porto — Porto, 1834-1858.
Periodico dos Pobres — Lisboa, 1841-1848.
Perseverança — Évora, 1867-1868.
Petiz-Jornal (O). Diario para todos — Porto, 1876.
Pharol (O). Periodico d'instrucção e recreio — Lisboa, 1848-1849.
Pharol do Alentejo — Évora, 1862-1863.
Pianinho (O) — Lisboa, [1882].
Pimpão (O). Orgão dos dissidentes de todos os partidos existentes. Folha de rachar. Artigos de escacha feitos com uma acha — Lisboa, 1876-1877.
Politica (A) Liberal — Lisboa, 1860-1862.
Popular (O) — Braga, 1868-1869.
Popular (O) — Coimbra, 1854-1856.
Popular (O). Jornal da Tarde — Lisboa, 1870.
Porto (O) e a Carta — Porto,1854-1862.
Portuense (O) — Porto, 1853-1855.
Portugal (O) — Porto, 1851-1857.
Portugal Independente. Jornal Anti-Iberico, Litterario e Noticioso — Coimbra, 1861-1862.
Portugal Litterario. Semanario Recreativo — Lisboa, 1862.
Portuguez (O) — Lisboa, 1840-1841.
Portuguez (O) — Lisboa, 1853-1866.
Povo (O). Jornal da Tarde — Lisboa, 1856-1860.
Preludios-Litterarios — Coimbra, 1858-1860.
Primeiro (O) de Dezembro — Porto, 1878-1879.
Primeiro (O) de Dezembro. Semanario Anti-Iberico — Porto, 1861-1862.
Primeiro de Dezembro. Jornal Litterario, Politico e Noticioso — Arcos, 1880.
Primeiro (O) de Janeiro — Porto, 1868-1870.
Progressista (O) — Lisboa, 1863-1864.
Progresso (O) Catholico. Revista Religiosa, Scientifica, Litteraria, Artistica e Noticiosa — Guimarães, 1879.
Progresso (O) do Porto — Porto, 1870-1871.

Progresso (O) Industrial. Jornal das obras publicas, agricultura e comercio — Lisboa, 1852-1853.
Progresso (O). Jornal Politico — Lisboa, 1854-1856.
Progresso (O). Jornal Semanal Politico, Litterario e Religioso — Lisboa, 1869.
Propaganda Democratica — Lisboa, 1869.
Prophecia (A) pelo Auctor da Lanterna — Lisboa, 1871.
Purgatorio (O). Periodico Satirico e Politico / Diario para Todos — Porto, 1859-1861.
Raio — Porto, 1860-1862.
Ramalhete Christão — Lisboa, 1867.
Razão (A) — Valença, 1857-1861.
Rebate (O). Orgão do Centro Republicano Federal de Lisboa — Lisboa, 1873-1874.
Recreativo (O). Jornal Litterario — Lisboa, 1861.
Recreativo (O). Jornal Semanario — Lisboa, 1838.
Reforma (A) — Lisboa, 1851-1852.
Regeneração (A). Jornal Politico e Litterario — Lisboa, 1851.
Regenerador (O). Jornal do Povo — [Lisboa],1848.
Rei e Ordem — Lisboa, 1857-1860.
Religião e Patria. Periodico Religioso, Politico e Noticioso — Guimarães, 1868-1873.
Renascença (A) — Porto, 1878.
Repositorio Litterario — Coimbra, 1868.
Republica (A) — [Lisboa], 1848.
Republica (A). Jornal da Democracia Portugueza — Lisboa,1870.
Republica das Letras. Periodico Periodico Mensal de Litteratura — Lisboa, 1875.
Republica Federal. Folha Democratica Semanal — Lisboa, 1869-1871.
Republica Portugueza. Folha Semanal Orgão do Partido Republicano — Coimbra, 1873.
Republicano (O) — [Lisboa], 1848.
Republicano (O). Folha do Povo — Lisboa, 1869.
Restauração. Periodico Politico, Religioso, Litterario e Noticioso — Porto, 1864-1865.
Restauração. Periodico politico, religioso, litterario e noticioso — Porto, 1864-1865.
Revista (A) pelo Auctor da Lanterna — Lisboa, 1870.

Revista Academica. Publicação Mensal, Litteraria e Scientifica — Coimbra, 1854.
Revista Critica de Jurisprudencia Geral e Legislação — Lisboa, 1870-1871.
Revista de Estudos Livres — Lisboa, 1883-1884.
Revista de Lisboa — Lisboa, 1871.
Revista de Lisboa. Jornal Politico, Noticioso, Litterario e Scientifico — Lisboa, 1877.
Revista del Mediodia — Lisboa, 1851.
Revista Economica — Lisboa, 1846.
Revista Economica. Semanario Politico Economico e Litterario — Lisboa, 1855.
Revista Estrangeira — Coimbra, 1837-1838.
Revista Estrangeira. Jornal Mensal — Lisboa, 1853.
Revista Litteraria do Porto — Porto, 1877.
Revista Litteraria — Porto, 1838.
Revista Militar — Lisboa, 1849-1860.
Revista Nacional Politica, Scientifica, e Litteraria — Aveiro, 1881.
Revista Occidental — Lisboa, 1875.
Revista Politica. Folha Semanal — Lisboa, 1864.
Revista Popular. Semanario de Litteratura, Sciencia e Industria — Lisboa, 1848-1851.
Revista Universal Lisbonense. Jornal dos Interesses Physicos, Moraes e Litterarios por uma Sociedade Estudiosa/Jornal dos Interesses Economicos e de Litteratura — Lisboa, 1841-1857.
Revolução (A) de Maio. Folha Politica — Lisboa, 1870.
Revolução (A) de Setembro — Lisboa, 1840-1870.
Revue Lusitanienne —Lisboa, 1852.
Revue Peninsulaire Politique, Litteraire et Commerciale rédigée par une Société de Litterateurs Portugais — Lisboa,1848-1850.
Rossi. Hebdomadario Litterario e Scientifico — Lisboa, 1869-1870.
Sancho (O) Pança. Jornal Satyrico — Lisboa, 1868.
Scalabitano (O). Periodico Politico, Litterario e Noticioso — Santarém, 1856-1857.
Seculo (O) das Luzes. Folha Politica, Litteraria e Noticiosa — Lisboa, 1866.
Seculo (O) XIX — Penafiel, 1864-1865.
Seculo (O). Publicação de Philosophia Popular e de Conhecimentos para todos — Coimbra, 1877.

Semana Theatral — Lisboa, 1866.
Semanario (O) — Lisboa, 1868.
Sentinella (A) da Liberdade — Covilhã, 1865-1868.
Sentinella (A) do Progresso — Lisboa, 1868.
Sentinella do Minho — Valença, 1871.
Sol (O) — Lisboa, 1871.
Sombra (A) pelo Auctor da Lanterna — Lisboa, 1870.
Tasso. Jornal Litterario e Recreativo - Porto, 1868-1869.
Terror (O) pelo Auctor da Lanterna — Lisboa, 1870.
Trabalho (O). Jornal Republicano Democratico — Lisboa, 1872.
Trabalho (O). Semanario Democratico — Coimbra, 1870.
Transtagano (O). Periodico de interesses moraes e economicos das provicias — Elvas, 1860-1863.
Trevas (As) pelo Auctor da Lanterna — Lisboa, 1871.
Tribuna (A) do Operario — Lisboa, 1854.
Tribuna (A). Jornal Semanal — Lisboa, 1871.
Tribuno (O) Popular — Coimbra, 1858-1870.
Trinta Diabos Junior — Lisboa, 1872-1878.
Trinta Diabos. Politico-Satyrico — Lisboa, 1869-1870.
Tumulo (O) — Lisboa, 1836.
União Academica. Folha hebdomadaria publicada por uma empreza de estudantes — Lisboa, 1865.
União Catholica — Braga, 1868-1870.
União Progressista — Braga, 1865-1866.
Universo (O) Illustrado. Semanario d'Instrucção e Recreio — Lisboa, 1877-1878.
Velho (O) Liberal do Douro — Lisboa, 1827.
Verdade (A) — Lisboa, 1866-1868.
Verdade (A) — Porto, 1855-1856.
Verdade (A). Semanario Destinado ao Povo — Porto, 1871.
Viannense (O). Jornal Politico e Litterario — Viana do Castelo,1861-1869.
Vigilia (A). Hebdomadario de Litteratura — Porto, 1876-1877.
Vimaranense (O). Jornal Politico, Noticioso, Industrial e Agricola — Guimarães,1862-1867.
Viriato (O). Jornal politico, instructivo e commercial / Jornal politico, noticioso e commercial — Viseu, 1855-1872.
Voz (A) da Liberdade. Periodico politico, religioso, noticioso e commercial — Porto, 1863.

Voz (A) do Alentejo. Periodico de interesses economicos, agricolas, commerciaes e litterarios — Elvas, 1859-1866.
Voz (A) do Minho — Valença, 1862-1870.
Voz (A) do Progresso. Folha de Interesses Geraes — Setúbal, 1864-1865.
Voz (A) Feminina. Jornal Semanal Scientifico Litterario e Noticioso — Lisboa, 1868-1869.
Voz Academica. Folha dedicada á classe estudiosa — Lisboa, 1865.

10. Publicações Periódicas Espanholas

Academia (La). Revista de la Cultura Hispano-Portuguesa, Latino-Americana — Madrid, 1877-1878.
America (La). Crónica Hispano-Americana — Madrid, 1860-1862.
Contemporáneo (El) — Madrid, 1861.
Crónica de Ambos Mundos. Revista Semanal de Politica, Literatura, Ciencias, Industria y Comercio — Madrid, 1860-1861.
Época (La)— Madrid, 1861.
Museo Universal (El) — Madrid, 1857-1869.
Nacionalidades (Las). Revista Semanal, ilustrada, politica y literaria — Madrid,1880-1882.
Novedades (Las). Diario de Noticias de Interés General — Madrid, 1861.
Porvenir Hispano-Lusitano (El). Revista de Comercio, Industria, Ferro-Carriles, Telegrafos y Literatura — Vigo, 10 Abril-30 Agosto 1858.
Revista de España — Madrid, 1868-1871.
Revista Ibérica de Ciencias, Politica, Literatura, Artes é Instruccion Pública — Madrid, 1861-1863.
Revista Militar (La). Periodico de Arte, Ciencia y Literatura Militar — Madrid, 1851.
Semanario Pintoresco Español. Lectura de las Familias. Enciclopedia Popular — Madrid, 1855.
Soberania Nacional (La). Diario Democratico — Madrid, 1854.

11. Publicações Periódicas de Outros Países

Gazeta de Noticias — Rio de Janeiro, Janeiro de 1878.
Revue des Deux Mondes — Paris, 1837-1880.

12. Periódicos compulsados mas sem referências às temáticas em estudo:

Abelha (A) — Porto, 1856.
Academia (A). Semanario de litteratura — Coimbra, 1866-1867.
Academico (O) — Coimbra, 1860.
Academico (O). Revista quinzenal litteraria — Porto, 1878.
Africa Portugueza. Semanario colonial — Lisboa, 1877.
Agapito (O) — Lisboa, 1859-1860.
Album Litterario — Lisboa, 1863-1864.
Alemtejano (O) — Évora, 1866.
Alfinetes — Porto, 1874.
Almanach das Sinas para 1872 — Lisboa, Verol Junior Livreiro, 1871.
Almanach de Coimbra para 1858 (1° ano) — Coimbra, Typ. de J. T. A. Pacheco, 1858.
Almanach do Rei Caramba. Faceto e noticioso para o anno de 1868 — Lisboa, Livraria Verol, 1867.
Almanak da Instrução Publica em Portugal — Coimbra, 1857.
Almanak das cacholetas ou anuario critico burlesco litterario por uma sociedade de homens de letras (3° ano) — Lisboa, Imp. J. G. de Sousa Neves,1865.
Almanak do Bom Christão para o anno de 1854 especialmente ordenado para o Arcebispado de Braga pelo Padre C. J. da Costa Neves calendarista da diocese — Braga, Typ. Lusitana, 1853.
Almanak do Povo para 1854 — Porto, Editor Francisco Gomes da Fonseca, 1853.
Almanak dos Estudantes — Coimbra, 1872.
Almanak Ecclesiastico e Civil — Braga, 1863-1879.
Almanak Liberal — Coimbra, 1876.
Almanak Lusitano — Lisboa, 1860.
Almanak Omnibus para 1855 por V. J. da Silveira Lopes — Lisboa, 1854.
AlmanakLitterario — Lisboa, 1872.
Alvorada (A). Folha republicana — Lisboa, 1870.
Amarelo (O). Periodico semanal, sem politica — Lisboa, 1863-1864.
Amigo (O) do Estudo. Jornal bimensal — Coimbra, 1867.
Apollo. Semanario recreativo, critico e theatral — Lisboa, 1850.

Archivo (O) Contemporaneo. Revista hebdomadaria — Lisboa, 1869.
Archivo (O) Lisbonense. Periodico recreativo — Lisboa, 1855.
Archivo (O) Portuguez. Semanario de Litteratura — Lisboa,1848.
Archivo Commercial. Publicação hebdomadaria dedicada aos empregados do commercio em Portugal e no Brasil — Lisboa, 1864.
Archivo Contemporaneo. Jornal litterario — Lisboa, 1865.
Archivo Familiar. Semanario pittoresco — Lisboa, 1857-1861.
Archivo Militar. Semanario d'instrucção e recreio dedicado ao exercito — Porto, 1867.
Archivo Municipal de Lisboa — Lisboa, 1860-1869.
Archivo Popular. Semanario — Porto, 1871.
Artista (O). Jornal litterario, critico e de theatros — Lisboa, 1847-1848.
Assemblêa Litteraria. Jornal d'instrucção — Lisboa, 1849.
Atalaia Catholica. Jornal religioso — Braga, 1854-1864.
Atheneo (O) — Coimbra, 1859-1860.
Atheneu (O) — Lisboa, 1850-1851.
Atilla (O). Semanario litterario — Coimbra, 1863-1864.
Atrevido (O). Jornal critico, curioso e especulador — Lisboa, 1843.
Attila (O). Semanario terrivel, critico, burlesco e theatral — Lisboa, 1858.
Aurora (A). Revista mensal scientifica e litteraria — Lisboa, 1845-1846.
Aurora (A). Semanario noticioso, instructivo e de recreio — Lisboa, 1855.
Auxliador Industrial Portuguez — Lisboa, 1849.
Bandarra (O). Jornal litterario e recreativo — Lisboa, 1848.
Bardo (O). Jornal de Poesias Ineditas — Porto,1852-1854.
Barqueiro (O) do Cavado — Barcelos, 1853.
Bem Publico. Jornal catholico, scientifico e littterario — Lisboa, 1857-1859.
Besouro (O). Periodico recreativo — Lisboa, 1849.
Besouro (O). Semanario litterario e satyrico — Braga, 1877.
Biblioteca (A) Lusitana. Archivo administrativo, agricola e industrial — Lisboa, 1855.
Bico (O) de Gaz. Jornal semanario — Porto, 1854.
Binóculo (O). Hebdomadario de caricaturas — Lisboa, 1870.
Bocage. Piparotes litterarios — Porto, 1867.
Boemia — Coimbra, 1874.

Boletim (O) de Lisboa. Jornal de interesse publico — Lisboa, 1854-1855.

Boletim (O) do Correio. Noticioso litterario e politico — Porto, 1869.

Boletim (O). Jornal noticioso e d'annuncios — Porto, 1860.

Boletim de Coimbra. Jornal litterario, commercial e noticioso — Coimbra, 1855.

Boudoir. Critica, theatros, musica, modas, noticias e caricaturas — Lisboa, 1864-1865.

Caloiro (O). Folha commercial, industrial e litteraria — Lisboa, 1863.

Camões (O) — Lisboa, 1860.

Campeão (O) Liberal. Periodico politico, litterario e noticioso — Lisboa, 1872.

Campeão (O) Litterario. Periodico moral, religioso, instructivo e recreativo — Santarém, 1856-1857.

Cão (O) de Fila. Jornal burlesco — Pombal, 1866.

Carapuça (A). Jornal critico-jocoso — Porto, 1851-1852.

Catholico (O). Jornal religioso — Lisboa, 1851-1852.

Cavaquinho (O). Semanario satyrico-politico — Lisboa, 1872.

Cenaculo (O). Revista Contemporanea de Litteratura Portugueza — Lisboa, 1875.

Censura (A). Hebdomadario theatral e burlesco — Lisboa, 1864.

Christianismo (O). Semanario religioso — Porto, 1852.

Chronica dos Theatros — Lisboa, 1861-1871.

Chronista (O) — Porto, 1851-1853.

Chronista (O). Jornal commercial, litterario e d'annuncios — Porto, 1852-1853.

Cidadão (O) — Lisboa, 1870.

Civilisação (A). Periodico politico, religioso e litterario — Coimbra, 1869-1870.

Civilisação e Progresso. Folha dedicada ás classes trabalhadoras — Lisboa, 1865.

Civilisador (O). Jornal litterario e noticioso — Lisboa, 1858.

Civilização (A). Jornal politico, litterario e commercial — Lisboa, 1856-1857.

Clamor Academico. Hebdomadario de Litteratura — Lisboa, 1865.

Clamor do Povo — Braga, 1863-1865.

Colibri (O) — Lisboa, 1856.

Conciliador (O) — Guimarães, 1860.

Conservador (O) — Lisboa, 1851-1852.

Constitucional (O) — Coimbra, 1857-1858.
Constitucional (O). Jornal politico e religioso — Lisboa, 1865.
Correio (O) da Europa. Revista mensal não politica, essencialmente noticiosa para as provincias ultramarinas e Brazil — Lisboa, 1857-1858.
Correio da Tarde — Porto, 1851.
Correio de Coimbra — Coimbra, 1870.
Correio de Portugal — Porto, 1864.
Correio do Norte (O). Jornal noticioso e de interesse publico — Porto, 1854-1855.
Correio Mercantil. Jornal dedicado ao commercio, agricultura e industria fabril — Lisboa, 1862.
Correio Mercantil. Revista hebdomadaria, commercial, industrial e politica — Lisboa, 1856-1857.
Crepusculo (O) — Coimbra, 1846.
Cruz (A). Semanario religioso — Porto, 1853-1854.
Cruzada (A). Quinzenario religioso e litterario — Lisboa, 1858.
Cysne (O) do Mondego. Semanario d'instrucção e recreio/Jornal noticioso, litterario e recreativo — Coimbra, 1857-1860.
Cysne (O) do Tejo — Lisboa, 1857.
Defensor (O) do Povo. Folha do Artista/ Leitura semanal do artista — Lisboa, 1858-1859.
Defensor da Liberdade — Lisboa, 1863.
Defensor do Catolicismo. Periodico religioso, ecclesiastico, litterario e noticioso — Braga, 1864.
Delicias (As) da Vida. Folha mensal scientifica, artistica, moral e recreativa — Lisboa, 1869-1870.
Democrito (O) — Lisboa, 1865.
Derriço (O). Jornal Domingueiro — Lisboa, 1852.
Desafogos (Os) da Vida — Lisboa, 1863.
Desengano (O) — Lisboa, 1873.
Despertador (O) — Lisboa, 1860.
Diabo (O) a Quatro. Periodico semanal politico e satyrico — Porto, 1858-1859.
Diario Commercial — Lisboa, 1864.
Diario dos Pobres. Jornal não politico — Lisboa, 1850-1851.
Disparate (O). Jornal burlesco não politico — Setúbal, 1856.
Distracções Litterarias. Quinzenal dedicado à mocidade eestudiosa portuense — Porto, 1867.

Districto (O) de Braga — Braga, 1863.

Districto de Leiria. Periodico politico, administrativo e noticioso — Leiria, 1860-1863.

Domingo (O). Jornal do clero portuguez — Lisboa,1857.

Dramatico (O). Jornal Semanal —Lisboa, 1843-1844.

Ecclesiasterium. Jornal litterario luso-brazileiro — Lisboa, 1878-1879.

Ecco (O) da Beira e Bouro — Lamego, 1854-1855.

Ecco (O) de Braga — Braga, 1877.

Ecco (O) Popular. Periodico liberal, independente e noticioso — Lisboa, 1873.

Ecco Artistico. Folha industrial dedicada ás classes operarias — Porto, 1863.

Ecco das Provincias — Lisboa, 1856.

Echo da Liberdade. Jornal politico e noticioso — Lisboa, 1869.

Echo de Portugal. Noticiario para o Brasil — Lisboa, 1866.

Economista (O). Jornal de interesses economicos do paiz — Porto, 1859.

Educação Popular Encyclopedica e amena dedicada á mocidade estudiosa de Portugal e Brasil com a collaboração dos principais homens de letras — Lisboa, 1874-1876.

Emancipação. Folha industrial — Porto, 1863-1864.

Enciclopedia Litteraria. Semanario d'instrucção e recreio — Lisboa, 1863.

Encyclopedia das Familias. Jornal d'annuncios e de conhecimentos uteis — Lisboa, 1858-1859.

Encyclopedia Popular. Leituras amenas apropriadas a todas as edades, sexos, estados, profissões e intelligencias — Lisboa, 1867-1868.

Ensaio Litterario. Jornal de recreio — Lisboa, 1861.

Ensaios Litterarios. Hebdomadario scientifico, historico e litterario — Lisboa, 1863-1864.

Ensino (O). Jornal do Colegio Portuense dedicado aos paes — Porto, 1877-1878.

Ensino Livre — Lisboa, 1871-1872.

Epocha (A) — Coimbra, 1856.

Escholastico (O) Politecnhico. Jornal scientifico e litterario — Porto, 1858.

Escola Popular. Semanario litterario, instructivo e noticioso — Águeda, 1870-1871.
Escudo (O) Christão — Lisboa, 1848.
Espectador (O) Imparcial — Lisboa, 1866-1868.
Espectador (O) Portuense. Jornal de theatro — Porto, 1848-1849.
Espectador (O). Jornal de theatros e das philarmonicas — Lisboa, 1848-1849.
Espectro (O) — Lisboa, 1846-1847.
Esperança (A) — Porto, 1857.
Esperança (A). Semanario de recreio litterario dedicado ás damas — Porto, 1865-1866.
Esperançoso (O) — Lisboa, 1863.
Espreitador (O). Jornal critico e recreativo — Lisboa, 1849.
Estrella d'Alva. Publicação litteraria e religiosa — Braga, 1871-1875.
Estudo (O). Periodico litterario e scientifico dedicado ás classes estudiosas — Lisboa, 1868.
Expressão (A) da Verdade — Lisboa, 1866-1869.
Fagulha (O). Folha commercial e recreativa — Lisboa, 1869.
Fama (A) — Lisboa, 1871.
Familia (A) Catholica. Semanario religioso — Porto, 1853-1854.
Flôr do Mondego. Jornal recreativo e noticioso — Coimbra, 1862.
Folha dos Curiosos — Lisboa, 1868-1869.
Folha. Jornal d'instrucção e recreio — Lisboa, 1853.
Fonte (A). Semanario de recreio popular — Lisboa, 1849-1850.
Fructos Academicos. Jornal litterario e hebdomadario — Lisboa, 1865.
Fustigador (O). Jornal litterario, satyrico e burlesco — Lisboa, 1862-1863.
Galeria Litteraria — Lisboa, 1853.
Galeria Theatral. Jornal critico e litterario — Lisboa, 1849-1850.
Galeria Universal — Lisboa, 1842-1843.
Galgo (O). Jornal omnibus — Lisboa, 1857.
Gazeta de Lisboa — Lisboa, 1865.
Gazeta de Portugal. Boletim da Tarde — Lisboa, 1865.
Gazeta do Gremio Industrial — Lisboa, 1868.
Gazeta do Norte — Porto, 1872.
Gazeta do Operario — Lisboa, 1865.
Gazeta do Porto. Periodico politico e noticioso — Porto, 1866.

Gazeta Lisbonense. Publicação semanal, litteraria, noticiosa, critica e recreativa — Lisboa, 1865.
Gazeta Litteraria do Porto — Porto, 1868.
Gazeta Litteraria. Periodico artistico e recreativo — Lisboa, 1867-1868.
Gazeta Popular — Lisboa, 1870.
Gazeta Theatral — Lisboa, 1856.
Gil Vicente. Jornal dos theatros e litterario — Lisboa, 1852-1853.
Globo (O). Jornal dos jornaes — Lisboa, 1852.
Grinalda d'Euterpe — Porto, 1874-1875.
Harpa (A) — Coimbra, 1861-1862.
Herculano. Revista quinzenal de litteratura — Porto, 1878.
Illustração (A). Periodico universal — Lisboa, 1852.
Illustrador (O). Jornal critico, instructivo e recreativo — Lisboa, 1845-1846.
Iman (O) — Lisboa, 1848.
Imparcial (O) Lisbonense — Lisboa, 1843.
Imparcial (O). Semanario recreativo — Lisboa, 1855.
Imprensa (A) — Aveiro, 1857-1858.
Imprensa (A) — Porto, 1859.
Improviso (O). Semanal de recreio, noticias e annuncios — Setúbal, 1859.
Independencia (A) — Coimbra, 1870.
Independente (O) de Setubal — Setúbal, 1856-1857.
Independente (O). Periodico politico, litterario e religioso — Braga, 1858-1859.
Industria (A) Nacional. Suplemento á gazeta das fabricas — Lisboa, 1867.
Informador (O) Commercial. Jornal d'annuncios e leitura — 1870.
Informador (O). Novo Almanach para 1873 composto por Andrade Corvo e João Carlos d'Oliveira — Lisboa, Typ. Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1872.
Instrucção Primaria. Publicação semanal — 1864.
Interessante (O). Jornal de Segredos — Braga, 1856-1857.
Iris (O). Semanario litterario, d'instrucção e recreio — Coimbra, 1852.
Janota (O). Synapismo semanal — Lisboa, 1851.
Jardim (O) das Damas. Jornal do tom — Lisboa, 1845-1846.

Jardim (O) Litterario. Semanario d'instrucção e recreio — Lisboa, 1847.

Jardim (O) Popular. Semanario de instrucção e recreio — Lisboa, 1857.

Jornal Commercial — Lisboa, 1868.

Jornal d'Evora. Hebdomadario d'agricultura, commercio, industria e litteratura — Évora, 1863-1864.

Jornal da Biblioteca Economica — Lisboa, 1854.

Jornal das Damas. Revista de Litteratura e de Modas — Lisboa, 1867-1879.

Jornal de Barcellos. Politico, religioso e litterario — Barcelos, 1866.

Jornal de Jurisprudencia — Coimbra, 1865-1870.

Jornal de Timon — Lisboa, 1858.

Jornal do Exercito Portuguez — Lisboa, 1841-1846.

Jornal do Norte, do Minho, Douro e Traz os Montes — Porto, 1864.

Jornal do Povo — Lisboa, 1868.

Jornal do Povo. Semanario religioso, politico e litterario — Barcelos, 1864-1866.

Jornal dos Operarios de instrucção e recreio — Porto, 1852.

Jornal para Rir. Semanario comico e prophetico — Lisboa, 1856-1857.

Jornal para todos. Leituras d'instrucção e recreio — Lisboa, 1859-1860.

Judeu (O) Errante. Jornal de modas e litteratura amena — Lisboa, 1850.

Lamecense (O) — Lamego, 1856.

Leiriense (O). Periodico politico, administrativo e noticioso — Leiria, 1860-1863/1864/1865-1867.

Leituras Populares. Publicação religiosa, instructiva e recreativa — Lisboa, 1872-1875.

Liberal (O) do Mondego. Jornal politico e litterario — Coimbra, 1851-1852.

Liberal (O). Folha politica, commercial, litteraria e noticiosa — Lisboa, 1865.

Liberdade (A) — Coimbra, 1863-1866.

Libertador (O). periodico politico, litterario e noticioso — Lisboa, 1867.

Liga (A). Semanario dos interesses economicos — Lisboa, 1848-1849.

Lisbonense (O). Jornal Semanario — Lisboa, 1862.
Lisbonense (O). Periodico semanal — Lisboa, 1869-1870.
Liz (O). Semanario de instrucção, recreio e variedades — Leiria, 1856-1857.
Luiz de Camões. Semanario instructivo illustrado com estampas lytographadas — Porto, 1863-1864.
Luz da Razão. Jornal philosophico e recreativo — Porto, 1867-1868.
Lyra do Cantador — Lisboa, 1878.
Lyra do Fadinho — Lisboa, 1878.
Lyra do Mondego — Coimbra, 1869-1870.
Marinha e Colonias. Revista politica e commercial — Lisboa, 1856-1857.
Marinha e Ultramar — Lisboa, 1863.
Memorias do Instituto Academico de Coimbra — Coimbra, 1849.
Menestrel (O). Revista litterario-musical — Lisboa, 1871.
Mensageiro (O) Lisbonense. Jornal litterario, commercial e d'annuncios — Lisboa, 1851-1852.
Metralhadora (A) — Lisboa, 1873.
Mil (O) Diabos — Lisboa, 1872.
Miscellanea Litteraria — Porto, 1860.
Miscellanea Poetica. Jornal de Poesias Ineditas — Porto, 1851-1852.
Moderado (O). Periodico politico e litterario — Braga, 1854-1856.
Modesto (O). Semanario religioso, litterario e noticioso — Braga, 1860.
Monarchia (A). Folha independente — Lisboa, 1873.
Monitor (O). Jornal politico, litterario, commercial e industrial — Porto, 1857-1858.
Mosaico. Semanario d'instrucção e recreio — Porto, 1865.
Mosquito (O). Periodico satyrico-politico, litterario, noticioso e recreativo — Lisboa, 1867.
Mundo (O) ás Direitas. Semanario recreativo — Lisboa, 1850.
Mundo (O) Elegante. Periodico semanal de modas, litteratura, theatros, bellas-artes — Porto, 1858-1859.
Mundo (O) Litterario — Lisboa, 1879.
Municipio (O). Jornal dos interesses materiaes e economicos do paiz — Lisboa, 1863.
Museu Illustrado. Album litterario — Porto, 1879.
Museu Litterario Util e Divertido — Lisboa, 1833.

Neorama Theatral. Jornal de theatros publicos e particulares, assembléas e academias philarmonicas — Lisboa, 1843.
Noticiador (O) Portuense. Jornal recreativo, commercial, industrial e d'annuncios — Porto, 1857.
Noticiador (O). Jornal d'instrucção e recreio — Lisboa, 1849-1850.
Noticiario (O) Portuguez — Lisboa, 1866.
Noticias do Dia — Lisboa, 1875.
Novo (O) Trovador. Collecção de poesias contemporaneas redigidas por alguns academicos — Coimbra, 1851-1856.
Novo Academico. Orgão escholastico mensal, scientifico, litterario, artistico e noticioso — Lisboa, 1878.
Oculo (O) — Lisboa, 1847.
Operario (O). Semanario de litteratura e sciencias dedicado á memoria de Luiz Rebello da Silva — Lisboa, 1871-1872.
Operario. Periodico semanal artistico, industrial, noticioso, litterario e recreativo — Lisboa, 1867.
Pae Paulino. Jornal satyrico illustrado — Porto, 1877.
Paiz (O). Folha commercial, industrial, litteraria e noticiosa — Lisboa, 1863-1864.
Palco (O). Hebdomadario theatral — Lisboa, 1863.
Pandiga (A) — Lisboa, 1854.
Parvonia (A) Illustrada. Jornal de critica contemporanea, politico, noticioso, litterario e theatral — Porto, 1875.
Patria e Rei — Lisboa, 1868-1869.
Pensamento (O). Folha litteraria e noticiosa — Lisboa, 1863.
Pensamento Social — Lisboa, 1872-1873.
Peregrino (O). Publicação litteraria — Coimbra, 1871-1872.
Periodico Recreativo. Semanario Eborense — Évora/Lisboa, 1847.
Pharol (O) do Minho. Jornal politico e litterario — Braga, 1854-1856.
Pharol da Beira — Guarda, 1865.
Philemporo (O). Periodico d'instrucção mercantil — Lisboa, 1855-1862.
Piparote (O). Jornal burlesco e não politico — Lisboa, 1865.
Pirata (O). Jornal critico e litterario — Porto, 1850-1851.
Pirata (O). Jornal litterario e de espectaculos — Lisboa, 1856.
Postilhão (O). Revista hebdomadaria fundada pelo centro commercial — Lisboa, 1852.
Povo (O). Jornal bimensal dedicado ás classes operarias — Coimbra, 1866.

Pregoeiro (O) Lisbonense. Jornal d'annuncios commercio e noticias — Lisboa, 1851.

Primavera (A). Jornal litterario e recreativo — Lisboa, 1868.

Primavera (A). Semanario recreativo dedicado ás senhoras portuenses — Porto, 1859-1860.

Primaz (O) — Braga, 1866-1867.

Prisma (O). Periodico da Academia Dramatica de Coimbra — Coimbra, 1842-1843.

Procurador (O) do Povo. Jornal de instrucção e interesse publico — Lisboa, 1866.

Progresso (O) — Braga, 1863-1865.

Progresso (O) — Lisboa, 1863.

Progresso e Ordem — Lisboa, 1864.

Pyrilampo (O). Periodico nocturno — Porto, 1867.

Rabecão (O) — Lisboa, 1848.

Rainunculo (O). Semanario recreativo — Porto, 1860.

Raio Theatral — Lisboa, 1843.

Recreio (O) do Povo — Estremoz, 1873.

Recreio (O) Popular. Semanario noticioso e instructivo — Lisboa, 1855-1856.

Recreio (O). Folha semanal instructiva e litteraria — Lisboa, 1866-1867.

Recreio da Juventude — Porto, 1859-1860.

Recreio das Damas. Periodico quinzenal de litteratura e modas — Porto, 1859.

Recreio Litterario. Jornal para todos — Coimbra, 1870.

Recreio Litterario. Semanal, instructivo e recreativo — Santarem, 1857.

Reformador (O). Revista maçonica — Coimbra, 1875.

Registo Bibliographico e Philologico — Barcelos, 1868.

Rei e Patria. Revista hebdomadaria — Lisboa, 1847.

Reino (O) do Algarve — Lisboa, 1864.

Religioso (O) — Lisboa, 1846.

Repositorio litterario da sociedade das sciencias medicas e de litteratura do Porto — Porto, 1834-1835.

Republica das Letras. Miscellanea de litteratura e recreio — Porto, 1873.

Respigador (O) Litterario. Collecção d'assumptos d'instrucção e recreio — Porto, 1849.

Revista Catholica — Porto/Braga, 1878.
Revista Contemporanea. Bimensal de Biografias — Lisboa, 1855-1856.
Revista da Semana — Lisboa, 1866-1867.
Revista das Colonias — Lisboa, 1863.
Revista das Sciencias Ecclesiasticas — Coimbra, 1871-1875.
Revista de Braga — Braga, 1862.
Revista de Coimbra. Folha bimensal — Coimbra, 1865-1866.
Revista de Instrucção Publica para Portugal e Brazil — Lisboa, 1857-1858.
Revista de Lisboa. Jornal encyclopedico — Lisboa, 1853.
Revista de Lisboa. Jornal litterario, musical e theatral — Lisboa, 1858.
Revista de Portugal. Folha politica, scientifica, litteraria e noticiosa — Lisboa, 1871.
Revista do Globo — Lisboa, 1853.
Revista do Seculo — Lisboa, 1865.
Revista dos Espectaculos — Lisboa, 1856.
Revista dos Espectaculos. Supplemento á Revista Popular — Lisboa, 1850.
Revista Juridica. Periodico juridico e litterario — Coimbra, 1856-1859.
Revista Municipal. Folha dedicada ás camaras e á educação popular — Lisboa, 1876-1877.
Revista Theatral — Lisboa, 1843.
Revista Theatral. Publicação quinzenal dedicada á litteratura dramatica — Lisboa, 1869.
Revolta (A) de Janeiro. Periodico da União Progressista — Lisboa, 1868.
Salamalek — Porto, 1869-1870.
Saloio (O). Semanario progymnasma litterario — Lisboa, 1856-1857.
Saudade. Jornal Poetico — Coimbra, 1859.
Scholastico Eborense. Periodico litterario, recreativo e noticioso — Évora, 1862.
Seculo (O) Dezenove. Jornal religioso e litterario — Lisboa, 1856-1857.
Seculo (O) — Lisboa, 1855.
Seculo (O). Periodico religioso, litterario e politico — Porto, 1864.
Seculo (O). Semanario industrial e noticioso — Porto, 1861-1862.

Semana (A) Theatral — Lisboa, 1851-1852.
Semana (A). Jornal litterario — Lisboa, 1850-1851.
Semanario (O) Curioso. Jornal d'instrucção e recreio — Lisboa, 1849-1850.
Semanario Popular. Periodico illustrado — Lisboa, 1866.
Sentinella (A) do Minho — Braga, 1871.
Seringação (A). Semanario critico e litterario — Lisboa, 1852.
Seringador (O) — Lisboa, 1856-1857.
Setubalense (O) — Setúbal, 1855-1857.
Sul de Portugal — Évora, 1866.
Sylphide (A) — Coimbra, 1857.
Tejo (O). Journal le plus occidental de l'Europe — Lisboa, 1867.
Tentativas Litterarias. Jornal de Litteratura e Recreio — Porto, 1863.
Terrivel (O). Periodico semanario critico, biographico e tudo menos politico — Lisboa, 1843.
Tesoira (A). Folhetim espreitador, critico e fallador — Lisboa, 1858.
Tesoura (A) de Guimarães. Periodico politico, insructivo e noticioso — Guimarães, 1856-1858.
Tesouro de Oradores — Lisboa, 1870.
The Lisbon News-Letter — Lisboa, 1874.
Theatro e Assembleias. Bisemanario litterario, musical e theatral — Lisboa, 1856.
Timbre (O). Jornal religioso, politico e commercial — Viana do Castelo, 1856.
Tira-Teimas (O) — Coimbra, 1861-1862.
Torniquete (O). Jornal satyrico, burlesco, noticioso e illustrado — Lisboa, 1863.
Trinta (O) Mil Diabos — Lisboa, 1872-1873.
Trinta Diabos Junior — Lisboa, 1870.
Trovador (O). (Poesias) — Coimbra, 1844-1848.
Trovador (O). Jornal musical, litterario e de variedades — Lisboa, 1855.
União (A) Artistica. Jornal das classes laboriosas — Porto, 1855.
União (A). Gazeta diaria da tarde — Porto, 1879.
União Academica — Porto, 1872.
União Nacional — Lisboa, 1868.
Universo Artistico. Sciencias, litteratura, bellas-artes e theatros — Lisboa, 1858.
Utilidade (A). Jornal litterario e recreativo — Lisboa, 1848.

Verdade (A). Jornal religioso — Lisboa, 1863-1864.
Verdade (A). Publicação religiosa, de instrucção e recreio — Lisboa, 1879.
Vimaranense (O). Periodico politico e litterario — Guimarães, 1859-1860.
Viziense (O). Jornal politico, litterario e commercial — Viseu, 1854.
Voz (A) da Liberdade. Periodico politico, religioso, noticioso e commercial — Porto, 1863.
Voz (A) da Mocidade — Lisboa, 1863.
Voz (A) da Religião — Lisboa, 1846.
Voz (A) do Operario. Jornal das classes laboriosas — Porto, 1853.
Voz (A) do Povo — Porto, 1870.
Voz (A) do Povo. Colonial, economico e noticioso — Lisboa, 1865.
Voz (A) do Povo. Folha de interesse geral — Lisboa, 1864.
Voz do Clero — Lisboa, 1870-1871.
Voz do Mondego. Jornal recreativo, religioso, litterario e noticioso — Coimbra, 1870.
Zephiro (O). Publicação bimensal — Coimbra, 1872.

NOTA: As datas apresentadas não correspondem à duração total dos periódicos mas sim às colecções compulsadas.

BIBLIOGRAFIA

ABELLÁN, José Luis — *Historia Critica del Pensamiento Español. Liberalismo y Romantismo (1808-1874)*, t. 4, Madrid, Espasa Calpe, 1984.

ABELLÁN, José Luis — *Mito y Utopía*, Madrid, Seminarios y Ediciones, 1971.

ABELLÁN, José Luis — *Utopía en el Pensamiento Español.* "Cultura — História e Filosofia", Lisboa, nº 4, 1985, p. 7-19.

ALBERTY, Ricardo Rosa y — *O Problema de Olivença. (Desfazendo Equívocos)*, Lisboa, Ed. do Grupo "Amigos de Olivença", 1969.

ALBERTY, Ricardo Rosa y — *A Questão de Olivença. (Conferência proferida no Teatro D. Pedro V, em Macau, a 20 de Março de 1969)*, Macau, Ed. do Centro de Informação e Turismo de Macau, 1969.

ALBERTY, Ricardo Rosa y — *A Questão de Olivença. Porquê Olivença não pertence a Espanha*, Lisboa, 1960.

ALBUQUERQUE, Manuel de (pref. de) — *D. Fr. Bartholomeu dos Martyres e a Usurpação dos Filippes. Com as Cartas de Camillo Castello Branco*, Braga, Livraria Central Editora de Laurindo Costa, 1895.

ALBUQUERQUE, Martim de — *Primeiro Ensaio sobre a História da "Ideia de Europa" no Pensamento Português*, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1980.

ALEGRIA, Maria Fernanda — *A Formação do Mercado Interno em Portugal, 1810-1913.* "Penélope", Lisboa, vol. 1, 1988, p. 111-122.

ALEGRIA, Maria Fernanda — *Política Ferroviária do Fontismo. Aspectos da construção e do financiamento da rede.* "Revista de História Económica e Social", Lisboa, nº 23, 1988, p. 43-63.

ALEXANDRE, Valentim — *O nacionalismo vintista e a questão brasileira: esboço de análise política*, in "O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX", vol. 2, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1982, p. 287-307.

Alma Pátria. Numero Unico Consagrado pela Academia do Lyceu Nacional Central de Braga aos Heroes de 1640, Braga, Tip. de J. M. de Souza Cruz,1897.

ALMEIDA, Fortunato de — *Historia de Portugal*, vol. 6, Coimbra, Fortunato de Almeida Editor, 1929.

ALMEIDA, Justino Mendes de (dir. de) — *Obras Completas de Camilo Castelo Branco*, 17 vols., Porto, Lello & Irmão — Editores, Porto, 1982-1994.

ALMEIDA, Luís Ferrand de — *Problemas do Comércio Luso-Espanhol nos Meados do Século XVIII.* "Revista de História Económica e Social", vol. 8, Lisboa, 1981, p. 95-131.

ALMEIDA, Onésimo T. de — *Antero et les "Causes du Déclin des Peuples Ibériques". Esquisse d'une analyse critique*, in "Actes du Colloque Antero de Quental et l'Europe", Paris 13 - 14 Juin 1991, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1993, p. 121-135.

ALMEIDA, Pedro Tavares de — *Nos Bastidores da Eleição de 1881. A Correspondência de José Luciano de Castro.* "Revista de História Económica e Social", Lisboa, vol. 23, 1988, p. 65-113.

ALMEIDA, Pedro Tavares de — *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista, 1868-1896.* Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1987. (provas de aptidão pedagógica)

ALMUIÑA FERNANDEZ, Celso — *La Prensa Vallisoletana durante el siglo XIX (1808-1894)*, 2 vols., Valladolid, Servicio de Publicaciones de la Diputation Provincial de Valladolid, 1977.

ALTABELLA, José — *Notas para un Elenco del Martirologio de Periodistas del Siglo XIX*, in "Actas del Coloquio Internacional La Prensa en la Revolución Liberal: España, Portugal y America Latina", Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 1983, p. 525-542.

ALVES, Ana Maria — *Portugal e a Comuna de Paris*, Lisboa, Editorial Estampa, 1971.

ALVES, Jorge; FERREIRA, M. Fernanda V.; MONTEIRO, M. do Rosário — *Imigração Galega na Cidade do Porto (2ª metade do século XIX).* "Revista da Faculdade de Letras — História", Porto, Universidade do Porto, 2ª série, vol. 9, 1992, p. 215-236.

ALVES, José Augusto dos Santos — *Ideologia na Imprensa do Exílio "O Portuguez" (1814-1826)*, Lisboa, I.N.I.C. — Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1992.

ALVES, José Augusto dos Santos Alves — *O "Portuguez" e o Discurso do Saber/Poder.* "Cultura — História e Filosofia", Lisboa, nº 6, 1987, p. 699-723.

ALVIM, João Carlos — *A Revolta Miguelista contra o Cabralismo. Cartas de António Ribeiro Saraiva e Cândido Figueiredo e Lima*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1985.

AMALVI, Christian — *Le 14 Juillet. Du Dies irae à jour de fête*, in "Les Lieux de Mémoire. La République" (dir. de Pierre Nora), Paris, Gallimard, 1984.

ANDERSON, M. S. — *The Ascendancy of Europe. Aspects of European History 1815-1914*, Plymouth, Longman, 1972.

ANDRADE, Abel — *Principio das Nacionalidades.* "O Instituto", Coimbra, vols. 40 e 41, nº 8 a 12 e nº 1 a 2, 1892-3.

ANTERO, Adriano — *Hespanha e Portugal e suas Afinidades*, Porto, Tipografia Santos, 1921.

ANTOLIN CANO, Carlos — *Una Contienda Diplomática en el Reinado de Carlos IV; las Relaciones Hispano-Portuguesas en el periodo revolucionario, 1780-1802.* "Hispania. Revista Española de Historia", Madrid, Instituto Jeronimo Zurita, vol. 153, 1983, p. 65-87.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de — *Afrancesados e "Unionistas Ibéricos" em Portugal (1808-1820).* "Estudios de Historia Social. La Revolución Francesa y la Peninsula Iberica", nº 36/37, Enero-Junio, 1986, p. 267-274.

ARANHA, Brito — *Herculano patriota e democrata*, in "Boletim da Segunda Classe da Academia Real das Sciencias de Lisboa", Tip. da Academia, vol. 3, (3), Lisboa, 1910, p. 178-181.

ARON, Robert; MARC, Alexandre — *Principes du Féderalisme*, Paris, Le Portulan, 1948.

AROSTEGUI, Julio — *La Europa de los Nacionalismos (1848-1898)*, Madrid, Anaya, 1991.

ARRIAGA, José d' — *A Inglaterra, Portugal e suas Colónias*, Lisboa, Typ. do Commercio, 1882.

ARRIAGA, José d' — *Os ultimos 60 annos da Monarchia. Causas da Revolução de 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira Livraria Editora, 1911.

ARRIAGA, José d' — *A Politica Conservadora e as Modernas Allianças dos Partidos Politicos Portuguezes. Estudos historicos*, Lisboa, Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1879.

ARRIAGA, Manuel de — *Harmonias Sociaes — O Problema Humano e a Futura Organização Social*, Coimbra, França Amado, 1907.

ARRUELA, José d' — *O Equilibrio Peninsular. (Dez Invasões Espanholas)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1945.

ARRUELA, José d' — *O Imperativo Geográfico de uma Aliança*, Coimbra, Coimbra Editora, 1945.

ARTOLA, Miguel — *Partidos y Programas Politicos (1808-1936)*, 2 vols., Madrid, Aguilar, 1975.

ARTOLA, Miguel — *La Burguesía Revolucionaria (1808-1874)*, in "Historia de España", 2ª ed., vol. 5, Madrid, Alianza Editorial, 1990.

AVILEZ FERNANDEZ, M., et al. — *Liberalismo y Absolutismo*, Madrid, 1982.

BACZKO, Bronislaw — *Lumières de l'Utopie*, Paris, Payot, 1978.

BACZKO, Bronislaw —*Imaginação Social*, in "Anthropos-Homem", Enciclopédia Einaudi, vol. 5, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1985, p. 296-332.

BACZKO, Bronislaw — *Utopia*, in "Anthropos-Homem", Enciclopédia Einaudi, vol. 5, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1985, p. 333-396.

BAENA, Visconde de Sanches — *Fastos Historicos da Commissão Central 1º de Dezembro de 1640 ou o Monumento dos Restauradores*, Lisboa, Typ. de Matos Moreira, 1885-86.

BAENA, Visconde de Sanches — *Notas e documentos ineditos para a biographia de João Pinto Ribeiro*, Lisboa, Typ. de Matos Moreira & Cardoso, 1882.

BAHAMONDE, Angel; TORO, Julian — *El Sexenio Democratico, 1868-1874*, in "Historia de España", Madrid, Historia 16, 1986, p. 853-882.

BAIROCH, Paul — *Commerce extérieur et développment économique de l'Europe au XIX^e siècle*, Paris, EHESS, 1976.

BAKER, Keith Michael — *Politique et Opinion Publique sous l'Ancien Régime*. "Annales. ESC", Paris, n° 1, Jan.-Fev.1987, p. 41-71.

BALLESTEROS y BERETTA, Antonio — Historia de España y su Influencia en la Historia Universal, t. 8, Barcelona, Salvat Editores, S.A., 1936.

BAPTISTA, Jacinto — *Alexandre Herculano Jornalista*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1977.

BARATA, Antonio Francisco — *Cancioneiro Portuguez*, 2ª ed., Coimbra, Imprensa Literaria, 1878.

BARATA-MOURA, José — *Há uma História das Ideias?* "Revista da Faculdade de Letras", Lisboa, 5ª Série, n° 13/14, 1990, p. 173-188.

BARRANTES, Fernando Fragoso — *La Amistad Hispano-Portuguesa y el Futuro (Conferencia Pronunciada en el salón noble de los Palacios del Concejo de Castelo de Vide en la Noche de 9 de Agosto de 1971)*, Elvas, Tip. Casa Ibérica, 1972.

BARREIRA, Cecília — *Contributos para uma visão do conceito de progresso técnico nos modelos de desenvolvimento económico-sociais em Portugal (meados de oitocentos)*, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, (policopiado), 1984.

BARREIRA, Cecília (pref. de) — *Antonio Feliciano de Castilho — Felicidade pela Agricultura*, Lisboa, Heuris, 1987.

BARREIROS, José Baptista — *Delimitação da Fronteira Luso-Espanhola*, Braga, separata de "O Distrito de Braga", 1961.

BARTHES, Roland — *O Grau Zero da Escrita*, Lisboa, Edições 70, 1984.

BASTO, A. de Magalhães — *Três Fases do Jornalismo Portuense*, separata do "Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto", vol. 2, (3), Porto, 1939.

BASTO, Artur de Magalhães — *Homens e Casos de Uma Geração Notável*, Porto, Livraria Progredior, 1937.

BASTO, Artur de Magalhães — *A Fronteira Hispano-Portuguesa. (Ensaio de Geografia Política)*. "O Instituto", Coimbra, Imprensa da Universidade, vol. 70, 1923, p. 57-69; 103-117; 211-225.

BASTO, Artur de Magalhães — *Significado Patriótico da Comemoração do Primeiro de Dezembro de 1640*, Porto, Editora-Livraria Escolar Progredior, s. d.

BASTO, Artur de Magalhães — *O Porto do Romantismo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.

BASTOS, Sousa — *Lisboa Velha. Sessenta anos de recordações: 1850 a 1910*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Câmara Municipal de Lisboa, 1947.

BASTOS, Sousa — *Esboço biographico oferecido ao actor José António Brandão na noite do seu beneficio no theatro da Rua dos Condes em 20 de Março de 1869*, Lisboa, Livraria de J. Marques da Silva Editor, 1869.

BASTOS, Sousa — *Diccionario do Theatro Portuguez*, Lisboa, Imprensa Libanio da Silva, 1908.

BASTOS, Sousa — *Carteira do Artista. Apontamentos para a historia do theatro portuguez e brazileiro*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1898.

BAUTISTA VILAR, Juan — *Las Relaciones Internacionales de la España Isabelina: Precisiones Conceptuales y Anotationes Bibliograficas (1833-1868)*, in "Las Relaciones Internacionales en la España Contemporánea", Murcia, Secretaria de Publicaciones de la Universidad de Murcia, 1989, p. 37-67.

BEACCO, Jean-Claude — *La rhéthorique de l'historien. Une analyse linguistique de discours*, Berne, Peter Lang, 1988.

BEAU, Albin Eduard — *Die Entwicklung des Portugiesischen Nationalbewusstseins*, Hamburg, Ibero-Amerikanisches Institut Hamburg, 1945.

BECKER, Jean-Jacques — *L'opinion*, in "Pour une Histoire Politique", Paris, Ed. du Seuil, 1988, p. 161-183.

BEIRANTE, Cândido; CUSTÓDIO, Jorge (dir. de) — *Alexandre Herculano, um Homem e uma Ideologia na Construção de Portugal. Antologia*, Lisboa, Bertrand, 1980.

BELCHIOR, Fernando H. Orfão — *A Ideia de Progresso na Revista "O Positivismo" (1878-1882)*. "Revista de História Económica e Social", vol. 6, Lisboa, 1980, p. 79-96.

BELCHIOR, Maria de Lourdes — *Portugal: o Labirinto da Saudade*. "Revista de História Económica e Social", Lisboa, vol. 4, 1979, p.1-14.

BELLANGER, Claude, et al — *Histoire Générale de la Presse Française. De 1815 à 1871*, vol. 2, Paris, P.U.F., 1969.

BENAERTS, P. — *Nationalité et Nationalisme*, Paris, P.U.F., 1968.

BENALCANFOR, Visconde de — *Elogio Historico de Sua Magestade El-Rei e Senhor D. Fernando II*, Lisboa, 1886.

BENICHOU, Paul — *Le Temps des Prophètes. Doctrines de l'Âge Romantique*, Paris, Gallimard, 1977.

BENNASSAR, Bartholomé — *L'Homme Espagnol. Attitudes et Mentalités du XVI^e au XIX^e Siècle*, Paris, Hachette, 1975.

BENNASSAR, Bartolomé — *Histoire des Espagnols. XVIII^e-XX^e Siècles*, vol. 2, Paris, Armand Colin, 1985.

BERGER, G. et al. — *Federalismo y Federalismo Europeo*, Madrid, Editorial Tecnos, 1965.

BERNERI, María Luisa — *El Futuro. Viaje a través de la utopia*, Barcelona, Editorial Hacer, 1983.

BERR, Henri (pref. de) — *Nation, Nationalité, Nationalisme*, in "L'Europe du XIX^eme Siècle et l'Idée de Nationalité", Paris, Editions Albin Michel, 1938, p. V-XVI.

BESSA, Alberto — *O Jornalismo. Esboço Historico da sua Origem e Desenvolvimento até aos nossos dias Ampliado com a Resenha*

Chronologica e Alphabetica do Jornalismo no Brasil, Lisboa, Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1904.

BESSA, Alberto — *Jornaes da minha terra. Subsidios para uma historia do jornalismo portuense*. "O Tripeiro", Porto, Jan. de 1919 a Out. de 1931.

BLAS GUERRERO, Andrés de — *Nacionalismo e Ideologías Políticas Contemporáneas*, Madrid, Espasa-Calpe, 1984.

BLASCO IBÁÑEZ, Vicente — *Historia de la Revolución Española (Desde la Guerra de la Independencia á la Restauración en Sagunto) 1808-1874, con un prólogo de D. Francisco Pi y Margall*, 2ª ed., 3 vols., Barcelona, La Enciclopedia Democratica, 1891.

BOISVERT, Georges — *Lettres Inédites de Juan Valera à Latino Coelho (Novembre 1853 — Mars 1891)*, in "Bulletin des Etudes Portugaises", vol. 28/29, Lisboa, 1967-68, p. 213-286.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima — *O abençoado retorno da velha história*. "Análise Social", 4ª Série, Lisboa, vol. 28, nº 122, 1993, p. 623-630.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima — *O Setembrismo Corrigido e Actualizado*. "Penélope. Fazer e desfazer a História", Lisboa, nº 9/10, 1993, p. 209-221.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima — *Seis Estudos sobre o Liberalismo Português*, Lisboa, Editorial Estampa, 1991.

BOTREL, Jean-François — *Estadistica de la Prensa Madrileña de 1858 a 1909, según el Registo de Contribucion Industrial*, in "Prensa y Sociedad en España 1820-1936", Madrid, Editorial Cuadernos para el Dialogo, Edicusa, 1975, p. 25-43.

BOURDON, Albert-Alain — *Bibliographie de l'Histoire de la Societé Portugaise au XIXème Siècle*, Université de Toulouse, Thèse de Doctorat, (policopiado), 1967.

BRAGA, Alberto Vieira — *Jornalismo Vimaranense (1940)*, in "Curiosidades de Guimarães", vol. 2, (7), Guimarães, 1986.

BRAGA, Luís de Almeida — *Lição dos Factos*, in "A Questão Iberica", Lisboa, 1916, p. 291-349.

BRAGA, Teófilo — *A Pátria Portugueza. O Território e a Raça*, Porto, Liv. Internacional de Ernesto Chardron, 1894.

BRAGA, Teófilo — *História das Ideias Republicanas em Portugal. Soluções positivas de Política Portuguesa*, (prefácio de Roque Azevedo), Lisboa, Vega, 1983.

BRAGA, Teófilo — *As Modernas Ideias na Litteratura Portugueza*, Porto, Liv. Internacional de Ernesto Chardron, 1892.

BRAGA, Teófilo — *Systema de Sociologia*, Lisboa, Tip. Castro & Irmão, 1884.

BRAGA, Teófilo — *Os criticos da Historia da Litteratura Portugueza. Exame das afirmações dos srs. Oliveira Martins, Anthero de Quental e Pinheiro Chagas*, Porto, Imprensa Portugueza, 1872.

BRAGA, Teófilo — *Garrett e os Dramas Romanticos*, Porto, Livraria Chardron, 1905.

BRANCO, Jorge Freitas — *Cultura como Ciência? Da Consolidação do Discurso Antropológico à Institucionalização da Disciplina*. "Ler História", Lisboa, vol. 8, 1986, p. 75-101.

BRANDÃO, Raul — *Memórias*, Porto, 1919.

BRASÃO, Eduardo — *A Unificação de Itália vista pelos Diplomatas Portugueses (1848-1870)*, 2 vols., Coimbra, Imp. de Coimbra, 1963-1966.

BRAUDEL, Fernand — *História e Sociologia*, in "Tratado de Sociologia" (dir. de Georges Gurvitch), Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977, p. 123-144.

BREUILLY, John — *Nationalism and State*, 2ª ed., Manchester, Manchester United Press, 1993.

BRITO, Ferreira de — *Germano Meireles da Geração Coimbrã à Geração de 70*, Porto, Texto & Contexto, 1983.

BRUNO, Sampaio — *Os Modernos Publicistas Portugueses*, Porto, Chardron, 1906.

BUESCU, Ana Isabel Carvalhão — *O Milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano. Uma Polémica Oitocentista*,

Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1987.

BURDEAU, Georges — *Opinion Publique*, in "Encyclopaedia Universalis", vol. 12, Paris, 1975, p. 116-118.

CÁNOVAS DEL CASTILLO, A. — *Reinado de Felipe IV*, vol.1, Madrid, Imprenta de A. Perez Dubrull, 1888.

CABRAL, Alexandre — *Dicionário de Camilo Castelo Branco*, Lisboa, Caminho, 1989.

CABRERA, Mercedes, et al. — *Datos para un Estudio Cuantitativo de la Prensa Diaria Madrileña 1850-1875*, in "Prensa y Sociedad en España 1820-1936", Madrid, Editorial Cuadernos para el Dialogo, Edicusa, 1975, p. 47-147.

CAETANO, Marcelo — *A Opinião Pública no Estado Moderno*, Lisboa, 1965.

CALVIE, Lucien — *Henri Heine et la Question Polonaise (1822-1851)*, in "Romantisme et Socialisme en Europe 1800-1848", Actes du Colloque de Lille (1987), Paris, Didier Érudition, 1988, p. 43-53.

CAMELO, Jorge Manuel Saraiva — *O dia 1º de Dezembro e o seu Significado. Palestra no Externato "Dr. Simões Pereira" de Seia*, Seia, Tip. Montes Herminios, 1952.

CAMPOS PÁMPANO, Angel — *De Iberia y del Iberismo*. (Textos de Fernando Pessoa). "Revista de Estudios Extremeños. Revista Historica, Literaria y Artistica", Badajoz, t. 42, (2), 1986, p. 345-373.

CANAVEIRA, Manuel Filipe C. M. — *Liberais Moderados e Constitucionalismo Moderado (1814-1852)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.

CAPITANI, F. — *La lutte des images: la caricature à l'époque des révolutions*, in "Emblémes de la liberté. L'image de la république dans l'art du XVIe au XX^{e} siècle", Berna, Editions Stampfli & Cie S.A., 1991, p. 645-646.

CARLES CLEMENTE, Josep — *El Carlismo. Historia de una Disidencia Social (1833-1976)*, Barcelona, Editora Ariel, 1990.

CARR, Edward Hallett, et al. — *Nations ou Fédéralisme*, Paris, Librairie Plon, 1946.

CARR, Raymond — *Modern Spain 1875-1980*, Oxford, Oxford University Press, 1980.

CARVALHO, A. Martins de — *Iberismo*, in "Dicionário de História de Portugal", (dir. de Joel Serrão), vol. 3, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, p. 237-239.

CARVALHO, João Pinto de (Tinop) — *Lisboa de Outrora*, Lisboa, "Amigos de Lisboa", 1938.

CARVALHO, Joaquim Barradas de — *As Ideias Políticas e Sociais de Alexandre Herculano*, 2 ª ed., Lisboa, Seara Nova, 1971.

CARVALHO, Joaquim de — *Formação da Ideologia Republicana (1820-1880)*, in "História do Regime Republicano em Portugal", vol. 1, Lisboa, Empresa Editorial Ática, 1930-32, p. 163-256.

CARVALHO, Joaquim de — *Compleição do Patriotismo Português*, Coimbra, Atlântida, 1953.

CARVALHO, Joaquim de — *Estabelecimento do rotativismo*, in "História de Portugal", vol. 7, Barcelos, Portucalense Editora L.da,1935, p. 401-411.

CARVALHO, Joaquim de — *Regime político dos pequenos partidos*, in "Historia de Portugal", vol. 7, Barcelos, Portucalense Editora L.da, 1935, p. 380-400.

CARVALHO, Joaquim Martins de — *A Nossa Aliada! Artigos publicados pelo redactor do Conimbricense compilados por F. A. Martins de Carvalho*, Porto, Tipographia de Antonio Henrique Morgado, 1883.

CARVALHO, Vasco César de — *Aspectos Político-Militares*, in "A Questão Iberica", Lisboa, 1916, p. 263-289.

CASA VALENCIA, Conde de — *En Inglaterra, Portugal y España, 1856 a 1860*, Madrid, Imprenta de Fortanet, 1905.

CASTELO-BRANCO, Fernando — *Menéndez Pelayo e Latino Coelho*. "Panorama — Revista de Arte e Cultura", Lisboa, 4ª Série, (35/36), Set.-Dez. 1970, p. 75-79.

CASTILLO, Santiago J. — *La Prensa Política de Madrid: Notas para el Análisis de las Estadisticas del Timbre (1873-1887)*, in "Prensa y

Sociedad en España 1820-1936", Madrid, Editorial Cuadernos para el Dialogo, Edicusa, 1975, p. 149-195.

CASTRO, Zília Maria Brandão Osório de — *História Cultural e Política de um Vintista*, 4 vols., Lisboa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, (dissertação de doutoramento policopiada), 1986.

Catalogo da parte da livraria do falecido conselheiro Luciano Cordeiro que será vendida em leilão na noite do dia 1 de maio e seguintes de 1917 na rua Castilho nº 15 rez do chão, Lisboa, Imprensa da Livraria Ferin, 1917.

Catalogo das importantes livrarias dos fallecidos srs. conselheiros José da Silva Mendes Leal e Jorge Cesar de Figanière, Lisboa, Typ. Universal, 1889.

Catalogo da Biblioteca Publica de Guimarães, Porto, Typ. de Antonio José da Silva Teixeira, 1888.

CATROGA, Fernando — *Ética e Sociocracia. O Exemplo de Herculano na Geração de 70*. "Estudos Contemporâneos", Porto, Secretaria de Estado da Cultura, Centro de Estudos Humanísticos, (4), 1982, p. 9-68.

CATROGA, Fernando — *A Importância do Positivismo na Consolidação da Ideologia Republicana em Portugal*, Coimbra, Faculdade de Letras de Coimbra, separata da "Biblos" (53), 1977.

CATROGA, Fernando de Almeida — *As Lojas Espanholas de Obediência ao Grande Oriente Lusitano Unido e o Iberismo*. "Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra", Coimbra, vol. 7, 1985, p. 89-110.

CATROGA, Fernando de Almeida — *Nacionalismo e Ecumenismo. A Questão Ibérica na Segunda Metade do Século XIX*. "Cultura — História e Filosofia", Lisboa, vol. 4, 1981, p. 419-463.

CATROGA, Fernando — *Nacionalistas e iberistas*, in "História de Portugal " (dir. de José Mattoso), vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 563-567.

CATROGA, Fernando — *O Problema Político em Antero de Quental — Um Confronto com Oliveira Martins*. "Revista de História das Ideias", Coimbra, vol. 3, 1981, p. 341-520.

CATROGA, Fernando — *O Republicanismo em Portugal da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras, 1991.

CATROGA, Fernando de Almeida — *Os Inícios do Positivismo em Portugal. O seu significado político-social*, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, separata da "Revista de História das Ideias", 1977.

CATROGA, Fernando — *Romantismo, literatura e história*, in "História de Portugal" (dir. de José Mattoso), vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 545-561.

CHADWICK, Owen — *The Secularization of the European Mind in the Nineteenth Century*, Cambridge, Cambridge University Press, 1979.

CHARTIER, Roger — *Les Origines Culturelles de la Révolution Française*, Paris, Éditions du Seuil, 1990.

CHAVES, Castelo Branco — *O Romance Histórico no Romantismo Português*, Lisboa, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.

CHAVES, Castelo Branco — *Memorialistas Portugueses*, Lisboa, Bilioteca Breve, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.

CHEVALLIER, J. J. — *El federalismo de Proudhon y de sus discipulos*, in "Federalismo y Federalismo Europeo", Madrid, Editorial Tecnos, 1965, p. 87-125.

CIDADE, Hernâni — *Antero de Quental*, Lisboa, Editora Arcádia Limitada, [1962].

CIRUJANO MARIN, Paloma, et al. — *Historiografia y Nacionalismo Español 1834-1868*, Madrid, Centro de Estudios Historicos, C.S.I.C., 1985.

CITRON, Suzanne — *Le Mythe National. L'histoire de France en question*, Paris, Edi, 1989.

COELHO, F. J. Pinto — *Contemporâneos Ilustres. D. Fernando II*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1878.

COELHO, Filomena — *O Tempo dos Comediantes. Estudo e Antologia*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990.

COELHO, J. Augusto — *As Nacionalidades Ibericas*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1914.

COELHO, J. Augusto — *Evolução Geral das Sociedades Ibericas*, 2 vols., Lisboa, Livraria Moderna, 1910.

COELHO, Jacinto do Prado (selecção, introd. e notas) — *Poetas do Romantismo*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1965.

COELHO, Trindade — *Manual Politico do Cidadão Portuguez*, 2ª ed., Porto, Tip. da Empresa Literaria e Tipografica, 1908.

COELHO, Virgínia — *Subsídios para um Estudo da Mentalidade Portuguesa em 1870: Modelos, Valores e Sentimentos na Conduta da Segunda Metade do Século XIX*. "Revista de História Económica e Social", Lisboa, vol. 1, 1978, p. 69-86.

COLEN, J. Barbosa — *Historia de Portugal Popular e Illustrada*, vols. 10, 11 e 12, Lisboa, Empreza da Historia de Portugal Sociedade Editora, 1904, 1906, 1907.

COMELLAS, José Luis — *Historia Breve de España Contemporanea*, Madrid, Ediciones Rialp, 1989.

CONSIGLIERI, Carlos (pref. de) — *Rafael Bordalo Pinheiro — Os Galegos*, Lisboa, Vega, 1991.

CORDEIRO, A. Xavier — *Direito e Instituições*,in "A Questão Iberica", Lisboa, 1916, p. 221-261.

CORDEIRO, Carlos — *O Iberismo e os Açores*. "Revista de História das Ideias", Coimbra, vol. 12, 1990, p. 429-444.

COSTA, Ana Maria — *D. Fernando e a Imprensa Romântica Portuguesa*, in "Romantismo — Figuras e Factos da Época de D. Fernando II", Sintra, Instituto de Sintra, 1988, p. 23-38.

COSTA, Antonio Candido Ribeiro da — *Elogio Historico de Sua Magestade El-Rei O Senhor D. Luiz I*, Lisboa, Typ. da Academia das Sciencias, 1890.

COSTA, E. A. Ramos da — *História da Sociedade Histórica da Independência de Portugal: 1861 a 1940*, Lisboa, 1940.

COUTINHO, António Pereira — *Significado Hispânico da Restauração Portuguesa em 1640 (Conferencia proferida em Novembro de 1959,*

na Camara Municipal de Braga, em sessão promovida pela S.H.I.P.), Braga, separata da Revista "Independência", 1964.

COUTO, João — *A História de Espanha e a História de Portugal. Coisas Vistas e Pensadas Durante uma Viagem*, Braga, separata da revista "Independência", S. H. I. P., 1962.

CRUZ, António — *Introdução ao Estudo da "Regeneração"*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos — Faculdade de Letras da Universidade do Porto, colecção "Amphitheatrum" (16), 1970.

CRUZ, António — *A Revolta da Cidade do Porto contra o domínio de Napoleão*, Porto, separata da secção VII das "Publicações do Congresso Luso-Hespanhol (Porto, 22-26 de Junho de 1962)", 1962.

CRUZ, Duarte Ivo — *Introdução à História do Teatro Português*, Lisboa, Guimarães & C.ª, Editores, 1983.

CUCURULL, Félix — *Dois Povos Ibéricos. Portugal e Catalunha*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1975.

CUCURULL, Félix — *Maragall: Portugal e o Iberismo.* "Península. Cadernos Culturais", Lisboa, números 1 a 4, 1968-69, p. 5-9; 9-18; 3-11; 5-8.

CUENCA TORIBIO, José Manuel — *Galdós, Iberista.* "Revista da Faculdade de Letras", Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, nº 16/17, 1994, p. 19-24.

CUNHA, Alfredo — *Eduardo Coelho. A sua vida e a sua obra. Alguns factos para a história do jornalismo portuguez contemporaneo*, Lisboa, Tipografia Universal, 1891.

CUNHA, Alfredo da — *La Presse Périodique en Portugal. Bref mémoire*, Lisboa, Cinquième Congrès International de la Presse à Lisbonne, 1898.

CUNHA, Alfredo da — *Le Diario de Noticias. Fragments du Livre Eduardo Coelho — A sua Vida e a sua Obra. Alguns factos para a Historia do Jornalismo Portuguez Contemporaneo*, Lisboa, Cinquième Congrès Internacional de la Presse à Lisbonne, 1898.

CUNHA, Alfredo da — *O Diario de Noticias. A sua fundação e os seus fundadores. Alguns factos para a história do jornalismo português*,

Lisboa, (Edição comemorativa do cincoentenário do *Diario de Noticias*), 1914.

CUNHA, P. Penner da — *Sob Fogo: Portugal e Espanha entre 1800 e 1820*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

CUSTÓDIO, Jorge; GARCIA, José Manuel (org., introd. e notas) — *Alexandre Herculano. Opúsculos*, 5 vols., Lisboa, Presença, 1982-1986.

DEL PAN, Ismael — *Iberismo Peninsular Hispano-Luso*, Porto, Imprensa Portuguesa, separata de "Douro Litoral — Boletim da Comissão de Etnografia e História", 9ª série, vol. 1, 1959.

DÉROSIER, Albert — Quintana y el Nacimiento del Liberalismo en España, Madrid, Ediciones Turner, 1978.

DÉROZIER, Albert — *Escritores Politicos Españoles 1780-1854*, Madrid, Ediciones Turner, 1975.

DIAS, Graça; DIAS, J. S. da Silva — *Os Primórdios da Maçonaria em Portugal*, vol. 1, t. 2, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980.

DIAS, J. S. da Silva — *Individualismo e Racionalismo em Portugal (1840-1870)*, Coimbra, s. d.

DIAS, Luís Augusto Costa (introd. e selecção de textos) — *Almeida Garrett. Doutrinação Liberal*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990.

DICCIONARIO BIBLIOGRAPHICO PORTUGUEZ. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil continuados e ampliados por Brito Aranha em virtude do contrato celebrado com o Governo Portuguez, 22 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1858-1923.

DOMINGOS, Manuela D. — *Livros de Viagem Portugueses do Século XIX. Alguns Exemplos*. "Revista de História Económica e Social", Lisboa, nº 7, Jan.-Jun. 1981, p. 111-127.

DOMINGOS, Manuela D. — *Estudos de Sociologia da Cultura. Livros e Leitores do Século XIX*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, Instituto Português de Ensino à Distância, 1985.

DORIA, António Álvaro — *A Espanha e a Europa*, Braga, Tip. Livraria Cruz, 1973.

DORIA, António Álvaro — *Ainda a União Ibérica*, 2ª ed., Braga, Pax, 1987.

DORIA, A. Álvaro — *De Novo a União Ibérica*, Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1961.

DOVIFAT, Emil — *Periodismo*, 2 vols., Mexico, Union Tipografica Editorial Hespano Americana, 1959-1960.

DUBOIS, Claude-Gilbert (org. de) — *L'Imaginaire de la Nation (1792-1992). Actes du Colloque Européen de Bordeaux (1989)*, Bordeaux, Publications de l'Université de Bordeaux, 1991.

DUBY, Georges — *Histoire des Mentalités*, in "L'Histoire et ses méthodes" (dir. de Charles Samaran), s. l., Librairie Gallimard, 1961, p. 937-965.

DURÁN DE LA RUA, Nelson — *La Unión Liberal y la Modernización de la España Isabelina. Una Convivencia Frustrada 1854-1868*, Madrid, Akal Editor, 1979.

DUROSELLE, Jean Baptiste — *A Europa de 1815 aos nossos dias (Vida Política e Relações Internacionais)*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1976.

EIRAS ROEL, Antonio — *Moderados y Cartistas: la Patuleia y la Reacción Española*. "Revista Portuguesa de História", Coimbra, vol. 14, 1970, p. 189-228.

EIRAS ROEL, Antonio — *La fase final del conflicto hispano-portugués del Rio de la Plata*. "Hispania — Revista Española de Historia", Madrid, nº 109, 1968, p. 259-336.

EIRAS ROEL, Antonio — *La politica hispano-portuguesa en el trienio constitucional (1820-1823)*. "Hispania — Revista Española de Historia", Madrid, nº 91, 1963, p. 401-454.

EIRAS ROEL, Antonio — *Las relaciones luso-hispanas en el trienio constitucional (1820-1823), según la correspondencia diplomática de los agentes españoles*, in "XXVI Congresso Luso-Espanhol", Porto, 1962, p. 33-54.

EIRAS ROEL, Antonio — *El Partido Democrata Español (1849-1868)*, Madrid, Ediciones Rialp, 1961.

EISENSTADT, S. N. — *Sociological Characteristics and Problems of Small States. An Agenda for Research.* "Revista de História Económica e Social", Lisboa, vol. 5, 1980, p. 1-14.

ELLUL, Jacques — *Histoire de la Propagande*, Paris, P.U.F., 1967.

ELORZA, Antonio — *La Modernizacion Politica en España. (Ensayos de historia del pensamiento politico)*, Madrid, Ediciones Endymion, 1988.

ENES, António, et al — *Historia de Portugal*, vol. 6, Lisboa, Officina Typographica de J. A. de Mattos, 1876-77.

Entrevista com Miguel Artola (cond. por Benedicta Duque Vieira). "Ler História", Lisboa, Teorema, nº16, 1989, p. 147-157.

Epistolario de Valera y Menéndez Pelayo, Madrid, 1930.

Epistolário Ibérico. Cartas de Unamuno e Pascoaes (Introdução de José Bento), Lisboa, Assírio e Alvim, 1986.

ESPADAS BURGOS, Manuel; URQUIJO GOITIA, José Ramón de — *Guerra de la Independencia y Época Constitucional (1808-1898)*, vol. 11, "Historia de España", Madrid, Editorial Gredos, 1990.

Exposição Bibliográfica da Restauração — Catálogo, 2 vols., Lisboa, Biblioteca Nacional, 1940-1941.

F.-CASTAÑÓN, César G. — *Tensión Diplomática Hispano-Inglesa en Portugal (1846-1847)*, in "Cuadernos de História Diplomática" (2), Saragoza, 1955, p. 3-61.

FAFE, José Fernandes — *A Ideia Liberal e Romântica de Nação*, in "Nação: Fim ou Metamorfose?", Lisboa, Estudos Gerais, Série Universitária, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1990, p. 21-24.

FERNÁNDEZ ALMAGRO, Melchior — *Historia Politica de la España Contemporánea 1868-1885, 2ª ed.*, Madrid, Alianza Editorial, 1969.

FERNANDES, R. M. Rosado —*Achegas para a Bibliografia de António José Viale, Epifânio Dias, José Maria Rodrigues e José Joaquim Nunes*, Lisboa, Sep. da Revista da Faculdade de Letras de Lisboa, 3ª Série, nº 8, 1964-1965.

FERRANDIS, Manuel; BEIRÃO, Caetano — *Historia Contemporanea de España y Portugal (1788-1957)*, Barcelona, Editorial Labor, 1966.

FERREIRA, Alberto — *Perspectiva do Romantismo Português (1833-1865)*, 2ª ed., Lisboa, Morais Editores, 1979.

FERREIRA, Alberto — *Estudos de Cultura Portuguesa (Século XIX)*, Lisboa, Moraes Editores, 1980.

FERREIRA, João Pedro Rosa — *O Jornalismo na Emigração. Ideologia e Política no Correio Braziliense 1808-1822*, Lisboa, I.N.I.C. — Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1992.

FERREIRA, José Medeiros — *Um Século de Problemas — As Relações Luso-Espanholas*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

FERREIRA, Rafael — *Nos Bastidores do Jornalismo*, s. l., Edições Romano Torres, 1945.

FERREIRA, Vitor Wladimiro (pref. de) — *D. Jaime. Poema de Tomás Ribeiro*, Lisboa, Heuris, 1990.

FERRER BENIMELI, José A. — *Masoneria Española Contemporanea*, vol. 2, Madrid, Siglo XXI Editores, 1980.

FIGUEIREDO, Antero de — *Espanha. Páginas Leonesas, Asturianas, Vasconças e Navarras*, Lisboa, Liv. Aillaud e Bertrand, 1923.

FIGUEIREDO, Cândido de — *Homens e Letras. Galeria de Poetas Contemporaneos*, Lisboa, Typographia Universal, 1881.

FIGUEIREDO, Fidelino de — *A Lusophilia de D. Juan Valera.* "Revista de História", Lisboa, vol. 15, 1926, p. 282-294.

FIGUEIREDO, Fidelino de — *España en la moderna literatura portuguesa*, in "Estudos de Litteratura (Segunda Série, 1917)", Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1918, p. 83-108.

FIGUEIREDO, Fidelino de — *Espanha. Uma Filosofia da sua Historia e da sua Literatura*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1943.

FIGUEIREDO, Fidelino de — *Historia da Literatura Romantica (1825-1870)*, 2ª ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1923.

FIGUEIREDO, Fidelino de — *História de um "Vencido da Vida"*, Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira, 1930.

FIGUEIREDO, Fidelino de (pref. de) — *J. M. Latino Coelho. Literatura e História*, Lisboa, Empresa Literaria Fluminense, 1925.

FIGUEIREDO, Fidelino de — *Modernas relaciones literarias entre Portugal e España. Contribución bibliográfica*, in "Estudos de Litteratura. Artigos varios (1ª Série, 1910-1916)", Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1917, p. 85-111.

FIGUEIREDO, Fidelino de — *Portugal nas Guerras Européas. Subsidios para a Comprehensão dum Problema de Política Contemporânea*, Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1914.

FIGUEROA Y DE TORRES, Álvaro — *Sagasta o el Politico*, 2ª ed., Madrid, Espasa-Calpe, S.A., 1934.

FIGUEROA Y DE TORRES, Álvaro — *Amadeo de Saboya, el Rey Efimero*, Madrid, Espasa-Calpe, 1940.

FLEISCHMAN, Théo — *L'Esprit Européen*, Paris, Robert Laffont, 1957.

FONSECA, Carlos da — *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal. Cronologia*, Mem Martins, Publicações Europa-América, s. d.

FONSECA, Martinho Augusto da — *Subsidios para um Diccionario de Pseudonymos, Iniciaes e Obras Anonymas de Escriptores Portuguezes*, Lisboa, 1896.

FRANÇA, José-Augusto — *O Romantismo em Portugal. Estudo de Factos Socioculturais*, 2ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1993.

FRANÇA, José-Augusto — *Raphael Bordalo Pinheiro. Caricaturista Político*, Lisboa, Terra Livre, 1976.

FRANCO, Graça — *A Censura à Imprensa (1820-1974)*, s. l., Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1993.

FRIAS, D. C. Sanches de — *Notas a Lapis. Passeios e Digressões Peninsulares*, Lisboa, Livraria de Antonio Maria Pereira Editor, 1886.

GALINDO HERRERO, Santiago — *La Primera Republica*, 2ª ed., Madrid, Publicaciones Españolas, 1959.

GARCIA CÁRCEL, Ricardo — *La Leyenda Negra. Historia y Opinión*, Madrid, Alianza Editorial, 1992.

GARCIA, José Manuel — *Viriato: uma Realidade entre o Mito e a História*. "Prelo. Revista da Imprensa Nacional-Casa da Moeda", nº 9, "Nação / Nacionalismo", Lisboa, Imprensa Nacinal — Casa da Moeda, Out.-Dez. 1985, p. 59-70.

GARCIA MORENTE, Manuel — *Ideas para una Filosofia de la Historia de España*, Madrid, Universidad de Madrid, 1943.

GARCIA MORENTE, Manuel — *Idea de la Hispanidad*, 3ª ed., Madrid, Espasa-Calpe, S. A., 1947.

GARMENDIA, Vincent — *Notas para un Estudio de la Prensa Carlista (1868-1876)*, in "Prensa y Sociedad en España 1820-1876", Madrid, Editorial Cuadernos para el Dialogo, Edicusa, 1975, p. 207-221.

GARRETT, Almeida — *Camões (Poema em Dez Cantos)*, Lisboa, Empreza da Historia de Portugal Sociedade Editora, 1904.

GARRORENA MORALES, Angel — *El Ateneo de Madrid y la Teoria de la Monarquia Liberal (1836-1847)*, Madrid, Instituto de Estudios Políticos, 1974.

GELLNER, Ernest — *Nations and Nationalisme*, s. l., Payot, 1989.

GIL, José — *Nação*, in "Estado-Guerra", Enciclopédia Einaudi, vol. 14, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1989, p. 276-305.

GIL NOVALES, Alberto — *Entre dos Revoluciones: España 1830-1848*. "Ler História", Lisboa, nº15, 1989, p. 83-91.

GIL NOVALES, Alberto (coord. e prólogo) — *La Prensa en la Revolución Liberal: España, Portugal y America Latina. Actas del Coloquio Internacional que sobre dicho tema, tuvo lugar en la Facultad de Ciencias de la Información de la Universidad Complutense, los días 1, 2 y 3 de abril de 1982*, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 1983.

GIRÃO, Aristides de Amorim — *Condições Geográficas e Históricas da Autonomia Política de Portugal ("Oração de Sapiência" proferida na Sala dos Actos Grandes da Universidade de Coimbra, no dia 1 de Dezembro de 1935)*, Coimbra, Coimbra Editora Ld.ª, 1935.

GIRÃO, Julio Ferreira — *Portugal 1578-1668*, Porto, Tip. de A. J. da Silva Teixeira, 1897.

GODINHO, Vitorino Magalhães — *Reflexão sobre Portugal e os Portugueses na sua História*. "Revista de História Económica e Social", Lisboa, nº 10, Jul.-Dez. 1982, p. 1-13.

GODINHO, Vitorino Magalhães — *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 4ª ed., Lisboa, Arcádia, 1980.

GOMES, J. Pinharanda — *A Imprensa da Guarda (Subsídios)*, Braga, Editora Pax, 1983.

GOMES, Luiz F. — *Jornalistas do Porto e a sua Associação*, Porto, Editado pela Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, 1925.

GOMEZ APARICIO, Pedro — *Historia del Periodismo Español. Desde la "Gaceta de Madrid" (1661) hasta el Destronamiento de Isabel II*, Madrid, Editora Nacional, 1967.

GONZÁLEZ HERÁNDEZ, María de Jesús — *En torno de la recuperación de la historia política. Un análisis concreta: el conservadurismo maurista en la Restauración*, in "Doce Estudios de Historiografia Contemporanea", Santander, Universidade de Cantabria, Asemblea Regional de Cantabria, 1991, p. 211-240.

GONZALEZ JIMENEZ, Epifanio — *España y Portugal*, 2ª ed., Madrid, Imp. Hijos de Vicente Mas, 1959.

GOSSELIN, Ronald — *Les Almanachs Républicains. Traditions révolutionnaires et culture politique des masses populaires de Paris (1840-1851)*, Paris, Éditions L'Harmattan, 1992.

GOULEMOT, Jean Marie; WALTER, Éric — *Les Centenaires de Voltaire et Rousseau*, in "Les Lieux de Mémoire. La République", Paris, Gallimard, 1984, p. 381-420.

GRAINHA, Manuel Borges — *História da Franco-Maçonaria em Portugal 1733-1912*, Lisboa, Vega, 1976.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 40 vols., Lisboa - Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, 1935-60.

GUEDES, Fernando — *O Livro e a Leitura em Portugal. Subsídios para a sua História. Séculos XVIII e XIX*, Lisboa e São Paulo, Editorial Verbo, 1987.

GUIMARÃES, Ângela — *A Ideologia Colonialista em Portugal no Último Quartel do Século XIX*. "Ler História", Lisboa, nº 1, 1983, p. 69-79.

GUIMARÃES, Oliveira — *A Lição Educativa da Restauração. (Conferência lida na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra no Dia 1º de Dezembro de 1928)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, separata do "Arquivo Pedagógico", vol. 2, nº 4, 1929.

GUIOMAR, Jean-Yves — *L'Idéologie Nationale. Nation, Représentation, Proprieté*, s. l., Éditions Champ Libre, 1974.

GUISE, René — *Le Roman-Feuilleton et la Vulgarisation des Idées Politiques et Sociales sous la Monarchie de Juillet*, in "Romantisme et Politique (1815-1851) — Colloque de l'École Normale Supérieure de Saint-Cloud 1966", Paris, Armand Colin, 1969, p. 316-328.

HABERMAS, Jürgen — *L'Espace Public. Archéologie de la Publicité comme Dimension Constitutive de la Société Bourgeoise*, Paris, Payot, 1986.

HAYES, Carlton J. H. — *El Nacionalismo: una Religión*, Mexico, Union Tipographica Editorial Hispano Americana, 1966.

HAYES, Carlton J. H. — *The Historical Evolution of Modern Nationalism*, New York, The MacMillan Company, 1950.

HAYWARD, Jack — *After the French Revolution. Six critics of democracy and nationalism*, New York, Harvester Wheatsheaf, 1991.

HERCULANO, Alexandre — *A Imprensa*, in "Opusculos", 2ª ed., vol. 8, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, s. d., p. 13-26.

HESPANHA, António Manuel — *História e Sistema: Interrogações à Historiografia Pós-Moderna*. "Ler História", Lisboa, nº 9, 1986, p. 65-84.

HOBSBAWM, E. J. — *Nations and Nationalism since 1780. Programme, Myth, Reality*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990.

HOBSBAWM, Eric J. — Nações e Nacionalismo. "Ler História", Lisboa, nº 5, 1985, p. 17-25.

HOBSBAWM, Eric — *Tradições Inventadas*, Lisboa, Ministério da Educação — Direcção Geral dos Desportos, 1988.

HOMEM, Amadeu Carvalho — *A Ideia Republicana em Portugal — O Contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Minerva, 1989.

HUNTZINGER, Jacques — *Introdução às Relações Internacionais*, s. l., PE Edições, 1991.

IM HOF, Ulrich — *République — démocratie — liberté*, in "Emblémes de la liberté. L'image de la république dans l'art du XVI^{e} au XX^{e} siècle", Berna, Editions Stampfli & Cie S. A., 1991, p. 3-9.

IMBERT, Gérard (apresentação de) — *Metodos de Analisis de la Prensa*, Madrid, Casa de Velázquez, 1987.

In Memoriam, Porto, Mathieu Logan, Editor, 1896.

JANKE, Peter — *Mendizábal y la Instauración de la Monarquia Constitucional en España (1790-1852)*, Madrid, 1974.

JIMENEZ LOPEZ, José Antonio — *Contribución al Estudio del Federalismo como Principio Organizativo frente al Centralismo Politico Español del Siglo XIX*, in "Homenaje a Antonio Dominguez Ortiz", Madrid, Ministerio de Educación y Ciencia, 1981, p. 689-709.

JULLIARD, Jacques — *A Política*, in "Fazer História. Novas Contribuições", vol. 2, Lisboa, Bertrand, 1981, p. 263-285.

JUSTINO, José David Gomes — *A Formação do Espaço Económico Nacional: Portugal 1810-1913*, 2 vols., Lisboa, Vega, 1988-89.

KAYSER, Jacques — *L'Historien et la Presse*. "Revue Historique", t. 218, Paris, P.U.F., Out.-Dez. 1957, p. 286-309.

KHON, Hans — *Historia del Nacionalismo*, México, Fondo de Cultura Economica, 1949.

KOHN, Hans — *Prophets and People. Studies in Nineteenth Century Nationalism*, New York, Octagon Books, 1975.

KOHN, Hans — *The idea of nationalism. A study in its origins and background*, New York, The Macmillan, 1961.

KUMAR, Krishnan — *Utopia and Anti-utopia in Modern Times*, Oxford, Basil-Blackwel, 1987.

LABRA, Rafael M. de — *Portugal Contemporaneo. Conferencias dadas en el "Fomento de las Artes" de Madrid*, Madrid, Imp. de T. Minuesa, 1889.

LANGA LAORGA, María Alicia — *España y Portugal en el Siglo XIX*, Madrid, Akal, 1990.

LAPOUGE, Gilles — *Utopie et Civilisation*, Paris, Flammarion, 1978.

LARANJO, José Frederico — *Relações de Portugal com as outras Potencias*. "O Instituto", Coimbra, Imprensa da Universidade, vol. 57, nº 12, Dez. 1910, p. 705-726.

LE GOFF, Jacques — *Decadência*, in "Memória-História", Enciclopédia Einaudi, vol. 1, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1984, p. 393-423.

LE GOFF, Jacques — *História*, in "Memória-História", Enciclopédia Einaudi, vol. 1, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1984, p.158-259.

LE GOFF, Jacques ; et al. (dir. de) — *La Nouvelle Histoire*, Paris, CEPL, 1978.

LE GOFF, Jacques — *Les Mentalités — Une histoire ambigüe*, in "Faire de l'histoire. III Nouveaux objects", Paris, Gallimard, 1974, p.106-129.

LE GOFF, Jacques — *Memória*, in "Memória-História", Enciclopédia Einaudi, vol.1, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1984, p. 11-50.

LE GOFF, Jacques — *Passado/Presente*, in "Memória-História", Enciclopédia Einaudi, vol. 1, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1984, p. 293-310.

LE GOFF, Jacques — *Progresso/Reacção*, in "Memória-História", Enciclopédia Einaudi, vol. 1, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1984, p. 338-369.

LEAL, António da Silva — *A Convenção Luso-Espanhola de 1870*, in "XXVI Congresso Luso-Espanhol", Porto, 1962, p. 79-82.

LEÃO, F. da Cunha — *O Enigma Português*, 2ª ed., Lisboa, Guimarães & C.ª Editores, 1973.

LEITÃO, Ruben Andresen — *A Acção Diplomática do Conde do Lavradio em Londres (1851-1855)*. "Memórias da Academia das Ciências", Lisboa, vol. 16, 1975, p. 7-74.

LEITÃO, Ruben Andresen — *Bibliofilia. Contribuição para a Bibliografia de D. Pedro V*. "Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira", Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Jan.-Março 1964, p. 70-123.

LEITÃO, Ruben Andresen — *Cartas de D. Pedro V ao Conde do Lavradio*, Porto, Portucalense Editora, S.A.R.L., 1945.

LEITÃO, Ruben Andersen (trad. e estudo de) — *Cartas de Pedro V ao Príncipe Alberto*, Lisboa, Portugália Editora, 1954.

LEITÃO, Ruben Andresen (apresentação, estudos e notas de) — *Cartas de D. Pedro V aos seus Contemporâneos*, Lisboa, Livraria Portugal, 1961.

LEITÃO, Ruben Andresen — *Diário da Viagem a França de D. Pedro V (1855)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian — Centro Cultural Português, 1970.

LEITÃO, Ruben Andresen — *Três Símbolos de uma Época*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira Ld.ª, 1966.

LEMOS, Ester de — *D. Maria II. A Rainha e a Mulher. No centenário da sua morte*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1954.

LEMOS, Eugénio de — *Política Peninsular (1820-1822). A conclusão de um Tratado entre Portugal e Espanha encarada pelos políticos de 1820*. "O Instituto", Coimbra, vol.106, (1), 1945, p. 1-27.

LEROY, Maxime — *Les Écrivains et l'Idée d'Europe*, in "L'Esprit Européen", Paris, Robert Laffont, 1957.

LIGA IBERISTA PORTUGUESA — *Manifesto ao País*, Lisboa, Gráfica Monumental L.da, 976.

LIMA, Américo Pires de — *Comemoração do 1º de Dezembro no Porto*, Braga, separata da "Revista de Cultura Lusíada da Sociedade Histórica da Independência de Portugal", nº 18, 1958.

LIMA, Sebastião Magalhães — *Costumes Madrilenos*, Coimbra, Livraria Central, 1877.

LIMA, Magalhães — *Episódios da Minha Vida*, 2 vols., Lisboa, Perspectivas e Realidades, s. d.

LIMA, Magalhães — *La Fédération Ibérique*, Paris, Imprimerie Gautherin & C.ie, [1892].

LIMPO PIRIZ, Luis Alfonso — *Olivenza. Entre España y Portugal*, Olivenza, Ayuntamiento de Olivenza y Caja de Ahorros de Badajoz, 1989.

LLARDENT, José Antonio (introd. de) — *Antero de Quental. Poesias e Prosas Selectas*, Madrid, Alfaguara, 1986.

LLORENS, Vicente — *Liberales y Románticos. Una Emigración Epañola en Inglaterra 1823-1834*, 2ª ed., Madrid, Editorial Castalia, 1968.

LOBO, F. M. da Costa — *O Marechal Duque de Saldanha*, Lisboa, Livraria Bertrand, [1939].

LOBO, F. M. da Costa — *O Conselheiro José Luciano de Castro e o Segundo Período Constitucional Monárquico*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1941.

LOPES, Óscar — *Antero de Quental. Vida e Legado de uma Utopia*, Lisboa, Editorial Caminho, 1983.

LOPES, Óscar — *Vectores culturais portugueses desde o liberalismo à actualidade*, in "História de Portugal", vol. 6, Lisboa, Alfa, 1983, p. 335-359.

LOPES, Óscar — *Reflexões sobre Alexandre Herculano como Polemista*, in "Alexandre Herculano. Ciclo de Conferências do I Centenario da sua Morte 1877-1977", Porto, B.P.M.P., 1979, p. 45-68.

LOPEZ-CORDÓN, María Victoria — *La Revolución de 1868 y la I Republica*, Madrid, Siglo Veintiuno, 1976.

LOPEZ-CORDÓN, María Victoria — *La Politica Exterior*, in "Historia de España Menendez Pidal", 2ª ed., vol.34, Madrid, Espasa-Calpe, 1988.

LOPEZ-CORDÓN, María Vitoria — *El Pensamiento Politico-Internacional del Federalismo Español*, Barcelona, Editorial Planeta, 1975.

LOPEZ-CORDON, María Victoria — *Relaciones Internacionales y Pensamiento Politico en la España del siglo XVIII*. "Cultura — História e Filosofia", Lisboa, nº 5, 1986, p. 487-522.

LORENZO, Anselmo — *El Proletariado Militante*, Bilbao, Zero, 1974.

LOUREIRO, Sales (introd. e notas) — *Os Falsos D. Sebastião de Miguel d'Antas*, 2.ª ed., Lisboa, Heuris, s. d.

LOURENÇO, Eduardo — *Patriotismo e Nacionalismo*, in "Nacionalismo e Patriotismo na Sociedade Portuguesa Actual", edição da revista "Nação e Defesa", Instituto de Defesa Nacional, [1989], p. 3-9.

LOURENÇO, Eduardo — *A Espanha e Nós*, in "Nós e a Europa ou as duas Razões", 3ª ed., Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1990, p. 79-85.

LOURENÇO, Eduardo — *Da Literatura como Interpretação de Portugal*, in "O Labirinto da Saudade", 3ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988, p. 79-118.

MACEDO, Jorge Borges de — *O Aparecimento em Portugal do Conceito de Programa Político*. "Revista Portuguesa de História", Coimbra, vol. 2, t. 13, 1971, p. 375-423.

MACEDO, Jorge Borges de — *A História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII e o seu Autor*, in "Historia de Portugal" de Rebelo da Silva, vol. 1, Liboa, Imprensa Nacional, 1971, p. 9-130.

MACEDO, Jorge Borges de — *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força (Estudo de Geopolítica)*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, 1987.

MACEDO, Jorge Borges de — *"Estrangeirados", um conceito a rever*, Lisboa, Edições do Templo, s. d.

MACEDO, Jorge Borges de — *Alexandre Herculano: Polémica e Mensagem*, Lisboa, Bertrand, 1980.

MACHADO, Julio Cesar — *A Vida Alegre. (Apontamentos de um Folhetinista)*, Lisboa, Livraria Editora de Matos Moreira, 1880.

MACHADO, Álvaro Manuel — *O Romantismo na Poesia Portuguesa*, Lisboa, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1986.

MADARIAGA, Salvador — *España. Ensayo de Historia Contemporanea*, 4ª ed., Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1944.

MADARIAGA, Salvador — *Portrait de l'Europe*, Paris, Calmann-Levy Editeurs, 1952.

MANIQUE, António Pedro — *Portugal e as Potências Europeias (1807-1847). Relações Externas e Ingerências Estrangeiras em Portugal na 1ª Metade do Século XIX*, Lisboa, Livros Horizonte, L.da, 1988.

MANNHEIM, Karl — *Ideology and Utopia*, 2ª ed., Londres, Routledge & Kegan Paul Ltd, 1960.

MARCO DE DIOS, Ángel (estudo, recompilação e notas de) — *Escritos de Unamuno sobre Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian — Centro Cultural Português, 1985.

MARCOS DE DIOS, Angel — *Deux Ibéristes Différents: Antero et Unamuno*, in "Antero de Quental et l'Europe", Actes du Colloque, Paris, 13-14 Juin 1991, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1993, p. 137-146.

MARIANO, Maria Manuela S. Cura — *A Hispanofilia de Simões Dias*, Coimbra, Separata de "Biblos", 1948.

MARINIS, Marco de — *Sociologie*, in "Théâtre. Modes d'approche", Bruxelles, Editions Labor, 1987, p. 77-89.

MARQUES, A. H. de Oliveira — *História de Portugal*, 3ª ed., vol. 2, Lisboa, Palas Editores, 1976.

MARQUES, António — *As Nações como Mediação entre o Racional e o Natural*, in "Nação/Nacionalismo", Prelo, Revista da Imprensa Nacional — Casa da Moeda, nº 9, Out.-Dez. 1985, p. 25-34.

MARQUES, João Francisco — *A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina*, Porto, I.N.I.C., Centro de História da Universidade do Porto, 1986.

MARQUES, João Francisco — *A Parenética Portuguesa e a Restauração 1640-1668. A Revolta e a Mentalidade*, 2 vols., Porto, I.N.I.C., Centro de História da Universidade do Porto, 1989.

MARQUES, Fernando Pereira (Introd. e selecção de textos) — *Esperem e Verão! Textos Republicanos Clandestinos de 1848*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990.

MARQUES, Mário Reis — *O Liberalismo e a Codificação do Direito Civil em Portugal. Subsídios para o Estudo da Implantação em Portugal do Direito Moderno*, Coimbra, 1987.

MARRAST, Robert — *La Prensa española del Siglo XIX: Algunos Problemas de Investigación*, in "Prensa y Sociedad en España 1820-1936", Madrid, Editorial Cuadernos para el Dialogo, Edicusa, 1975, p. 15-21.

MARTÍN MARTÍN, Teodoro — *El Iberismo: una Herencia de la Izquierda Decimonónica*, in "Cuatro Ensayos de Hisória de España", Madrid, Editorial Cuadernos para el Dialogo, Edicusa, 1975, p. 47-73.

MARTÍN MARTÍN, Teodoro — *El Movimento Iberista en el Siglo XIX*, in "Homenaje a Antonio Dominguez Ortiz", Madrid, Ministerio de Educacion y Ciencia, 1981, p. 649-663.

MARTIN MARTIN, Teodoro — *El Partido Progresista Español 1833-1869*. (Tesis Doctoral — Proyecto), Salamanca, 1975.

MARTINEZ, Pedro Soares — *História Diplomática de Portugal*, s. l., Editorial Verbo, [1986].

MARTINEZ CARRERAS, Jose U. — *La Politica Exterior Española durante la Restauración 1875-1931*, in "Las Relaciones Internacionales en la España Contemporanea", Murcia, Secretaria de Publicaciones de la Universidad de Murcia, 1989, p. 79-85.

MARTINEZ Y LUMBRERAS, Frutos — *La Revolucion Peninsular*, Madrid, Tip. Gutember, 1881.

MARTINS, Alberto da Rocha — *Sermão: Evocação do Primeiro de Dezembro de 1640*, Barcelos, Tip. Editora do Minho, 1985.

MARTINS, F. A. d'Oliveira — *O Iberismo de Oliveira Martins*, in "Febo Moniz", 4ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, L.da, 1988, [p. 7-38].

MARTINS, Oliveira — *Dispersos*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1924.

MARTINS, Oliveira — *História da Civilização Ibérica*, Lisboa, Guimarães & C.ª, Editores, 1984.

MARTINS, Oliveira — *Portugal Contemporâneo*, 2 vols., Lisboa, Guimarães Editores, 1986.

MARTINS, Rocha — *Pequena História da Imprensa Portuguesa*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1941.

MARTINS, Rocha — *Antero de Quental e o Socialismo*, Lisboa, Edições Excelsior, s.d.

MARTINS, Rocha — *Legendas de Portugal*, vol. 6 e 9, Lisboa, Ed. do Autor, Tip. da Rua do Alecrim, s. d.

MARTINS, Rocha — *Os Grandes Vultos da Restauração de Portugal — 1º de Dezembro de 1640. Obra comemorativa do tricentenário da Independencia*, Lisboa, Ed. da Emprêza Nacional de Publicidade, 1940.

MARTINS, Rocha — *Heroínas Portuguesas*, Porto, Livraria Lello Editora, s. d.

MARTINS, Rocha — *1640. Heróis, Santos e Mártires da Pátria*, vol. 4, Lisboa, Ed. do Autor, Tip. da Rua do Alecrim, s. d.

MASCARENHAS, Manuela — *A Questão Ibérica 1850-1870*, Braga, separata de "Bracara Augusta", 1980.

MATOS, Júlio de — *José Félix Henriques Nogueira*, in "Estudos sobre a Reforma em Portugal", Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923, p. VII-XXX.

MATOS, Sérgio Campos — *História, Positivismo e Função dos Grandes Homens no Último Quartel do Séc. XIX*. "Penélope. Fazer e desfazer a História", Lisboa, nº 8, 1992, p. 51-71.

MATTOSO, José — *História Nacional e Nacionalismo*, in "Nação/ Nacionalismo", Prelo, Revista da Imprensa Nacional — Casa da Moeda", nº 9, Out.-Dez. 1985, p. 9-16.

MATTOSO, José (dir. de) — *O Antigo Regime*, in "História de Portugal", vol. 4, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

MATTOSO, José (dir. de) — *O Liberalismo*, in "História de Portugal", vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

MAURÍCIO, Carlos Coelho — *Oliveira Martins (1845-1894) — Uma Cronologia*. "Ler História", Lisboa, nº 24, 1993, p. 107-121.

MAYER, Arno — *La Persistance de l'Ancien Régime. L'Europe de 1848 à la Grande Guerre*, Paris, Flammarion, 1983.

MEDINA, João — *As Conferências do Casino e o Socialismo em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984.

MEDINA, João — *Eça de Queiroz e o Iberismo. (Reflexos da Questão Ibérica na Obra de Queiroz, de 1867 a 1888)*, in "Eça de Queiroz e a Geração de 70", Lisboa, Moraes Editores, 1980, p. 21-72.

MEDINA, João — *Iberismo*, in "Dicionário de Eça de Queirós", Lisboa, Caminho, 1988, p. 331-333.

MEINECKE, Federico — *Cosmopolitismo e Stato Nazionale*, vol. 1, Perugia-Venezia, La Nueva Italia Editrice, 1930.

Memórias do Conde de Lavradio D. Francisco de Almeida Portugal comentadas pelo Marquês do Lavradio D. José de Almeida Correia de Sá revistas e coordenadas por Ernesto Campos de Andrade, 6 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932-1943.

MERLE, Marcel — *Pacifisme et Internationalisme au XVII^{e}-XX^{e} Siècles*, Paris, Armand Colin, 1966.

MERLE, Marcel — *Sociologie des Relations Internacionales*, 3ª ed., Paris, Dalloz, 1982.

MINOGUE, K. R. — *Nationalism*, London, University Paperbacks, Methuen, 1967.

MOLINA, César Antonio — *Sobre el Iberismo, y Otros Escritos de Literatura Portuguesa*, Madrid, Akal, 1990.

MOLINER PRADA, Antonio — *La Federación Ibérica y la Revolución de 1848*. "Ler História", Lisboa, nº 16, 1989, p. 117-136.

MONCADA, L. Cabral de — *Hegel em Espanha*, in "Estudos Filosóficos e Históricos", vol. 2, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1959, p. 493-498.

MÓNICA, Maria Filomena — *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*, Lisboa, Imprensa Nacional e Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1985.

MONTALVOR, Luís de (publicado por) — *História do Regime Republicano em Portugal*, 2 vols., Lisboa, Empresa Editorial Ática, 1930-32.

MONTEIRO, Ofélia Milheiro Caldas Paiva — *A Formação de Almeida Garrett. Experiência e Formação*, 2 vols., Coimbra, Centro de Estudos Românicos, 1971.

MORAL RUIZ, Joaquin del — *La Penetración del Liberalismo en Portugal, 1814-1834: Notas sobre la utilización de Fuentes Documentales no Convencionales para el Análisis de las Confrontaciones Ideológicas*, in "Actas del Coloquio Internacional La Prensa en la Revolución Liberal: España, Portugal y America Latina", Madrid, Universidad Complutense, 1983, p. 31-36.

MOREIRA, Eduardo — *A Questão Ibérica na Perspectiva Judeo-Cristã e Islâmica*, Lisboa, Aliança Nacional das Associações Cristãs da Mocidade de Portugal, 1978.

MORIN, Edgar — *L'État-Nation*, in "Théories du Nationalisme" (dir. de Gil Delannoi et Pierre-André Taguieff), Paris, 1991, p. 319-324.

MOURA, Carneiro de — *O Século XIX em Portugal*, Lisboa, Tip. da Papelaria Palhares, 1902.

NAVARRO MONZÓ, Julio — *Catalunha e as Nacionalidades Ibericas. Apontamentos para o Estudo da Civilização Hispanica*, Lisboa, Livraria Central, 1908.

NÚÑEZ SEIXAS, Xosé M. — *Portugal e o Galeguismo até 1936. Algumas Considerações Históricas*. "Penélope. Fazer e desfazer a História", Lisboa, nº 11, 1993, p. 67-81.

NEMÉSIO, Vitorino — *La Génération Portugaise de 1870*, in "Regards sur la Génération Portugaise de 1870 — Conférences", Paris,

Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1971, p. 9-28.

NEMÉSIO, Vitorino — *Exilados (1828-1832). História Sentimental e Política do Liberalismo na Emigração*, Lisboa, Livraria Bertrand, s. d.

NETO, Victor — *O Pensamento de Henriques Nogueira*, Coimbra, (policopiado), 1984.

NEVES, Azevedo — *El-Rei D.Fernando II*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, 1935.

NEVES, César das; CAMPOS, Gualdino de — *Cancioneiro de Musicas Populares contendo Letra e Musica de canções, serenatas, chulas, danças, descantes, cantigas dos campos e das ruas, fados romances, hymnos nacionaes, cantos patrioticos cantos religiosos de origem poplar, cantics liturgicos ppularisados, canções politicas, cantilenas, cantos maritimos, etc., e cançonetas estrangeiras vulgarisadas em Portugal*, vols. 2 e 3, Porto, Casa Moreira de Sá, 1898.

NIDO Y SEGALERVA, Juan del — *La Unión Ibérica. Estudo crítico, histórico de este problema formado con cuanto acerca de él han escrito los historiadores, así portugueses como españoles, y los defensores de ella*, Madrid, Tipografías de Prudencio P. de Velasco, 1914.

NOGUEIRA, Franco — *As Crises e os Homens*, Lisboa, Ática, 1971.

NOGUEIRA, José Félix Henriques — *Obras Completas*, 4 vols., Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1980.

NORA, Pierre (dir. de) — *Les Lieux de Mémoire. La République. La Nation*, 4 vols., Paris, Gallimard, 1984-1986.

NORA, Pierre (introd. de) — *Littérature. Textes et Documents — XIX*ème *Siècle*, Paris, Éditions Nathan, 1986.

NORONHA, Eduardo de — *A Hespanha Contemporanea*, Lisboa, Companhia Nacional Editora, 1898.

NUNES, Maria de Fátima (introd., notas e selecção de textos) — *O Panorama — Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

O'DRISCOLL, Robert (ed. e introd.) — *Theatre and nationalism in twentieth-century Ireland*, Great Britain, University of Toronto Press/Oxford University Press, 1971.

OLIVEIRA, José Osório de — *Concepção Romântica da Espanha*, Lisboa, Oficina Gráfica Ltd.ª, 1950.

OLIVEIRA, Lopes d' — *História da República Portuguesa. A Propaganda na Monarquia Constitucional*, Lisboa, Editorial Império Limitada, 1947.

OLIVEIRA, Lopes d' (introd. coord. e notas) — *J. P. Oliveira Martins. Páginas Desconhecidas*, Lisboa, Seara Nova, 1948.

OLIVEIRA, Luísa Tiago de — *A Maria da Fonte e a Patuleia. Alguns Problemas*. "Ler História", Lisboa, nº 16, 1989, p. 159-174.

Olivença. "O Domingo Ilustrado. (Arquivo de Historia Patria)", Lisboa, vol. 3, nº 131, Dez. 1898, p. 557-560.

OLLIVIER, Émille — *L'Empire Libéral. Études, Récits, Souvenirs*. t.1, 11, 13, Paris, Garnier Frères, 1895,1907,1908.

ONRUBIA Y RIVAS, José María — *Las Relaciones entre España y Portugal en el Reinado de Carlos IV (1788-1808)*, in "Congresso do Mundo Português", vol. 8, Lisboa, 1940, p. 183-203.

ONRUBIAS Y RIVAS, José María — *Las Relaciones Hispano-Portuguesas durante la Guerra de la Independencia Peninsular*, in "Congresso do Mundo Português", vol. 8, 1940, p. 207-225.

ONRUBIAS Y RIVAS, José María — *Paralelismo de la Introducción y Vicisitudes del Liberalismo en España y Portugal en el primer Tercio del Siglo XIX*, in "Congresso do Mundo Português", vol. 8, 1940, p. 303-325.

OZOUF, Jacques — *L'opinion publique: Apologie pour les sondages*, in "Faire de l'histoire. Nouveaux objects", vol. 3, Paris, Gallimard, 1974, p. 294-314.

OZOUF, Mona — *L'Homme Régénéré. Essais sur la Revolution Française*, Paris, Gallimard, 1989.

OZOUF, Mona — *La fête sous la Révolution Française*, in "Faire de l'histoire. Nouveaux objects", vol. 3, Paris, Éditions Gallimard, 1974, p. 342-373.

PAGDEN, Anthony — *Spanish Imperialism and the Political Imagination. Studies in European and Spanish-American Social and Political Theory 1513-1830*, New Haven and London, Yale University Press, 1990.

PAGEAUX, Daniel-Henri — *Images du Portugal dans les Lettres Françaises (1700-1755)*, Paris, Fund. Calouste Gulbenkian, 1971.

PALACIO ATARD, Vicente — *La España del Siglo XIX 1808-1898*, Madrid, Espasa-Calpe, S. A., 1981.

PALMEIRIM, L. A. (dir. de) — *A Restauração de Portugal. Opusculo historico publicado sob os auspicios da Commissão Central Primeiro de Dezembro de 1640*, Lisboa, Empresa do Occidente, 1885.

PATO, Bulhão — *Memórias*, 3 vols., Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1986.

PAXECO, Fran — *A Escola de Coimbra e a Dissolução do Romantismo*, Lisboa, Casa Ventura Abrantes, Livraria Editora, 1917.

PAXECO, Fran — *Portugal não é Ibérico. (Antelóquio de Teófilo Braga)*, Lisboa, Livraria Rodrigues, 1932.

PAXECO, Fran — *Os Braganças e a Restauração*, Maranhão, Tip. da Pacotilha, 1912.

PEARSON, Raymond — *The Longman Companion to European Nationalism 1789-1920*, London and New York, Longman, 1994.

PEDRO, Manuel — *Dicionário Técnico do Tipógrafo*, Porto, Imprensa Moderna L.da, 1948.

PEREIRA, A. X. da Silva — *O Jornalismo Portuguez. Resenha chronologica de todos os periodicos portuguezes impressos e publicados no reino e no estrangeiro, desde o meiado do seculo XVII até á morte do saudoso Rei Senhor D. Luiz I, bem como dos jornaes em lingua estrangeira publicados em Portugal durante o mesmo tempo extrahida do Diccionario Jornalistico Portuguez*, Lisboa, Typographia Soares, 1895.

PEREIRA, A. X. da Silva — *Os Jornaes Portuguezes sua Filiação e Metamorphoses. Noticia supplementar alphabetica de todos os periodicos mencionados na resenha chronologica do Jornalismo Portuguez*, Lisboa, Imprensa de Libanio da Silva, 1897.

PEREIRA, A. X. da Silva — *Movimento evolutivo do jornalismo politico em Portugal no seculo XIX*. "Revista de Sciencias, Lettras e Artes", Lisboa, nº 2 e 3, Julho-Agosto 1901, p. 52-57; 68-82.

PEREIRA, Armando Gonçalves — *A autonomia geográfica de Portugal*, in "Memórias da Academia das Ciências de Lisboa", Classe de Letras, Lisboa, tomo 2, 1937, p. 357-371.

PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme — *Portugal: Diccionario historico, biographico, bibliographico, heraldico, chronographico, numismatico e artistico*, 7 vols., Lisboa, João Romano Torres Editor, 1904-1915.

PEREIRA, José Esteves — *Henriques Nogueira e a Conjuntura Portuguesa 1846-1851*. "Revista de História das Ideias", Coimbra, nº 1, 1977, p. 159-178.

PEREIRA, José Esteves — *Revolução Francesa e Discurso Político em Portugal (1789-1852)*. "Ler História", Lisboa, nº 17, 1989, p. 67-75.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles; ROSAS, Lúcia Maria Cardoso — *Arte e Nacionalidade: uma proposta de Yriarte a propósito da Exposição de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola de 1882*. "Revista da Faculdade de Letras — História", 2ª Série, vol. 8, Porto, Universidade do Porto, 1991, p. 327-338.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles — *Iberismo e nacionalismo no pensamento de José Barbosa Leão: "O Futuro de Portugal" visto do Porto em 1881*."Revista da Faculdade de Letras — Historia", 2ª Série, vol. 9, Porto, Universidade do Porto, 1992, p. 237-249.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles — *O Iberismo de Antero Revisitado: um percurso biblio-historiográfico*, in "Antero de Quental e o Destino de uma Geração. Actas do Colóquio Internacional no Centenário da sua Morte", (Faculdade de Letras do Porto, 20 a 22 de Novembro de 1991), Porto, Edições Asa, 1994, p. 231-238.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles — *Representações das Relações de Portugal e Espanha e da Questão Ibérica na "Revue des Deux Mondes" (1831-1880)*, in "Estudos de História Contemporânea Portuguesa. Homenagem ao Professor Victor de Sá", Lisboa, Livros Horizonte, 1991, p. 303-327.

PEREIRA, Miriam Halpern — *A Historiografia Contemporânea sobre o Século XIX*. "Ler História", Lisboa, nº 21, 1991, p. 93-127.

PEREIRA, Miriam Halpern — *A Crise do Estado de Antigo Regime: Alguns Problemas Conceptuais e de Cronologia*. "Ler História", Lisboa, nº 2, 1983, p. 3-14.

PEREIRA, Miriam Halpern — *Absolutismo Reformista e Nacionalismo: as Negociações para substituír o Tratado de 1810 entre Portugal e Inglaterra em 1824-26*. "Ler História", Lisboa, nº 12, 1988, p. 23-46.

PEREIRA, Miriam Halpern — *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*, Lisboa, Editorial Presença, 1993.

PERELMAN, Chaïm — *Argumentação*, in "Oral / Escrito-Argumentação", vol. 11, Enciclopédia Einaudi, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1987, p. 234-265.

PERES, Damião — *Da "regeneração" ao "reformismo": 1851-1869*, in "História de Portugal", vol. 7, Barcelos, Portucalense Editora, 1935, p. 331-379.

PERESTRELO, João — *O Princípio de Nacionalidade*, Lisboa, Livraria Editora de A. M. Teixeira, 1917.

PÉREZ ANDREU, J. — *El Iberismo como base de una Expansión Soñada. (Conferencia dada por su autor en la "Casa de España" de Larache, en la noche del dia 29 de Junio del año 1924)*, Larache, Imprenta Goya, 1924.

PERY, G. — *O Comércio Externo de Portugal de 1800 a 1890*. "Revista de História Económica e Social", Lisboa, nº 4, 1979, p. 89-106.

PESSOA, Fernando — *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1986.

PI Y MARGALL, Francisco — *Las Nacionalidades* (introd. de Jordi Sole Tura), Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1986.

PICCHIO, Luciana Stegagno — *Italie Mytique d'Antero de Quental: de Garibaldi a St. François d'Assise*, in "Antero de Quental et l'Europe", Actes du Colloque Paris 13-14 Juin 1991, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, p. 147-158.

PICCHIO, Luciana Stegagno — *História do Teatro Português*, Lisboa, Portugália Editora, 1969.

PIMENTEL, Alberto —*O Primeiro de Dezembro e o D. Jayme*, in "Atravez do Passado", Paris/Lisboa, Guillard Aillaud e C.ia, Imprenta P. Muillot, 1888, p. 75-83.

PIMENTEL, Alberto — *A Musa das Revoluções. Memoria sobre a poesia popular portugueza nos acontecimentos politicos*, Lisboa, Viúva Bertrand & C.ª, 1885.

PIMENTEL, Alberto — *Das Pequenas Nacionalidades Europeas*. "A Ilustração Portuguesa", Lisboa, números 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 26, 1886.

PIMENTEL, António de Serpa — *Questões de Politica Positiva. Da Nacionalidade e do Governo Representativo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1881.

PIMENTEL, Irene Flunser — *Em Torno do Nacionalismo*. "História", Ano XVI (nova série), Lisboa, nº 2, Nov. 1994, p. 54-60.

PINA, Luís de — *Portugal na História da Cultura Universitária Hispânica*. "Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto", Porto, vol. 8, (1/2), Março-Jun. 1945, p. 5-63.

PINHEIRO, Magda — *Portugal e Espanha: Integração e Ruptura. Os Caminhos-de-Ferro (1850-1890)*. "Ler História", Lisboa, nº 11, 1987, p. 47-75.

PINTO, António Costa — *O Fascismo e a Crise da Primeira República: os Nacionalismos Lusitanos (1923-25)*. "Penélope", Lisboa, nº 3, 1989, p. 43-62.

PIRES, António Machado — *A Decadência, ou Interrogações de um Portugal Hamletiano*, in "Decadência/Pessimismo", Prelo, Revista da Imprensa Nacional — Casa da Moeda, nº 15, Abr.-Jun. 1987, p. 12-17.

PIRES, António Machado — *A Ideia de Decadência na Geração de 70*, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores, 1980.

POMBO, Manuel Ruela — *1640: Revista Bibliográfica*, Lisboa, 1940-42.

POMBO, Manuel Ruela — *União Ibérica. Oriente 1613-1626*, Lisboa, Subsídios Históricos, 1957.

PONTEIL, Félix — *L'Éveil des Nationalités et le Mouvement Libéral (1815-1848)*, Paris, Presse Universitaire Française, 1968.

PROST, Antoine — *Les mots*, in "Pour une Histoire Politique" (dir. René Rémond), Paris, Ed. du Seuil, 1988, p. 255-285.

PROUDHON, P. J. — *Du Principe Fédératif et oeuvres diverses sur les problèmes politiques européens*. Paris, Marcel Riviére, 1959.

Publicações Periódicas Portuguesas na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (1641-1910), Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1983.

PUECH, J.-L. ; RUYSSEN, Th. — Le Fédéralisme dans l'oeuvre de Proudhon, in "Oeuvres complètes de P.-J. Proudhon", Paris, Marcel Rivière, 1959, p. 24-40.

QUADROS, António — *Ensaio sobre a identidade portuguesa como fundamento da independência nacional (societarismo, paisanismo, nacionalismo, patriotismo e estatismo)*, in "Nacionalismo e Patriotismo na Sociedade Portuguesa Actual", Ed. da Revista "Nação e Defesa", Instituto de Defesa nacional, [1989], p. 13-28.

QUADROS, António — *A Ideia de Portugal na Literatura dos Últimos 100 Anos*, Lisboa, Fundação Lusíada, 1989.

QUARESMA, Vítor Sérgio — *A Regeneração. Economia e Sociedade*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988.

QUEIRÓS, Francisco Fortunato — *D. Pedro V e o seu Pensamento Político*, 5 vols., Porto, 1974-1982.

QUENTAL, Antero de — *Prosas*, 3 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.

QUILLARDET, M. — *Espagnols et Portugais chez eux*, Paris, Librairie Armand Colin, 1905.

RAMOS, Luís A. de Oliveira — *O Regresso dos Liberais*, in "Sob o Signo das Luzes", Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1988, p. 159-175.

RAPOSO, Hipólito — *A Língua e a Arte*, in "A Questão Iberica", Lisboa, 1916, p. 77-118.

RAPOSO, Hipólito — *Aula Régia*, Porto, Livraria Civilização, 1936.

REBELLO, José Pequito — *Aspectos Económicos*, in "A Questão Iberica", Lisboa, 1916, p. 145-189.

REBELLO, Luiz Francisco — *O Teatro Romântico (1838-1869)*, Lisboa, Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980.

REGO, António da Silva — *Relações entre Portugal e Espanha no Século XIX*, Porto, separata da secção VII das Publicações do XXVI Congresso Luso-Espanhol (Porto, 22-26 Jun.), 1962.

REGO, Diogo Pinho dos Santos — *Camilo e a Espanha*, Vila Nova de Famalicão, Centro Gráfico, 1962.

REIS, António (dir. de) — *Portugal Contemporâneo (1820-1851 / 1851-1910)*, vol. 1 e 2, Lisboa, Publicações Alfa, 1989-1990.

REIS, Artur Duarte Sousa — *Catalogo da Bibliotheca Publica Municipal do Porto. Jornaes de litteratura, scientificos, politicos, humoristicos, noticiosos, commerciaes e d'annuncios, etc., etc., existentes na mesma, e datando desde 1667 a 1895*, Porto, Imprensa Civilisação, 1896.

REMÉDIOS, Mendes dos — *História da Literatura Portuguesa*, 5ª ed., Lisboa, Lumen, 1921.

RENOUVIN, Pierre — *Historia de las Relaciones Intrnacionales. De 1815 a 1871: La Europa de las Nacionalidades y el despertar de Nuevos Mundos*, vol. 1, Madrid, Akal Editor, 1982.

RENOUVIN, Pierre (pref. de) — *Histoire générale de la presse française*, vol. 1, Paris, P.U.F., 1969, p. VII-XV.

REYERO, Carlos — *Sintra y la Imagen Romantica de Portugal en España. Viajeros, Historias e Ilustraciones Lusitanas en la España de la Segunda Mitad del Siglo XIX*, in "Romantismo — Congresso Internacional de Sintra. Sintra nos Itinerários de um Movimento", Sintra, 1988, p. 37-46.

RIBEIRO, José Silvestre — *Historia dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Arttisticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da*

Monarchia, Lisboa, Tip. da Academia Real das Sciencias, 1880-1882.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares — *A Imprensa Portuguesa e as Revoluções Europeias de 1848*. "Cultura — História e Filosofia", Lisboa, nº 6, 1987, p. 413-452.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares — *Centralização/Descentralização. Uma Polémica nos Meados do Séc. XIX*. "Revista de Ciências Históricas", Porto, Universidade Portucalense, vol. 5, 1990, p. 343-352.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares — *Lopes de Mendonça. A Obra e o Pensamento*, Coimbra, (policopiado), 1974.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares — *O Tempo do Neomanuelino. Cultura e Representação*, in "O Neomanuelino ou a Reinvenção da Arquitectura dos Descobrimentos", Lisboa, I. P. P. A. A., 1994, p. 15-26.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares — *Portugal e a Revolução de 1848*. "Ler História", Lisboa, nº 16, 1989, p. 107-115.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares — *Portugal e a Revolução de 1848*, Coimbra, Livraria Minerva, 1990.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares — *Subsídios para a História da Liberdade de Imprensa. Meados do Século XIX*, Coimbra, separata do "Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra", nº 6, 1984.

RIBEIRO, Raphael — *O Iberismo dos Monárquicos*, Lisboa, Imprensa de Portugal-Brasil, [1930].

RIBEIRO, Vitor — *A Revolução e a Republica Hespanhola*, Lisboa, Biblioteca Historica Popular e Ilustrada, Edição da Casa Alfredo David, 1912.

RICH, Norman — *The Age of Nationalism and Reform (1850-1890)*, Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1970.

RICOEUR, Paul — *Ideologia e Utopia*, Lisboa, Edições 70, 1991.

RIVAS, Pierre — *Utopie Ibérique et Ideologie d'un Fédéralisme Social Pan-Latin*, in "Actes du Colloque Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe Siècle", Paris 10-13 Janvier 1979, Paris, Fondation

Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1982, p. 319-330.

RIVAS SANTIAGO, Natalio — *Dom Fernando de Coburgo, Candidato al Trono de España*, in "Curiosidades Historicas Contemporaneas. Paginas de mi Archivo y Apuntes para mis Memorias", Barcelona, Editorial Juventud, 1942, p. 125-197.

ROBLES JAEN, Cristobal — *Resonancias Españolas de la Crisis Portuguesa Finisecular. Los Progresos del Republicanismo Iberista, según un Memorandum de Segismundo Moret*, in "Las Relaciones Internacionales en la España Contemporanea", Murcia, Secretaria de Publicaciones de la Universidad de Murcia, 1989, p. 337-348.

ROCAMORA, Jose Antonio — *Causas do surgimento e do fracasso do nacionalismo ibérico*. "Análise Social", Lisboa, 4ª Série, vol. 28, nº 122, 1993, p. 631-652.

ROCAMORA, José Antonio — *El Nacionalismo Iberico 1792-1936*, Valladolid, Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones, 1994.

ROCHA, Andrée Crabé — *O Teatro de Garrett*, 2ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, Limitada, 1954.

RODRIGUES, A. A. Gonçalves — *A Tradução em Portugal: 1851-1870*, vol. 3, Lisboa, I.S.L.A., S.A., 1993.

RODRIGUEZ GRAÑA, Serafin — *A Questão do Iberismo e o Iberismo em Questão*. "Península. Cadernos Culturais", Lisboa, nº 4, [1969-70], p. 1-3.

ROMEO JUNIOR, Soares — *Armas e Lettras*, Lisboa, Livraria Portugueza e Franceza, 1880.

ROSA, Acacio — *A Nossa Independencia e o Iberismo*, Lisboa, Tip. de F. da Silva, [1893].

ROSA, Alberto Machado da (organiz. de) — *Eça de Queiroz. Prosas Esquecidas*, vols. 2, 3, 4, 5, Lisboa, Editorial Presença, 1965-66.

ROUBINE, Jean-Jacques — Introduction aux grands théories du Théâtre, Paris, Bordas, 1990.

RUYSSEN, Theodore — *Les Sources Doctrinales de l'Internacionalisme De la Paix de Westephalie à la Révolution Française*, t. 2, Paris, P.U.F., 1958.

SÁ, Maria de Fátima (introd. de) — *1846: A Política Portuguesa Vista por um Francês*. "Ler História", Lisboa, nº 3, 1984, p. 65-79.

SÁ, Victor de — *Sociologia em Amorim Viana*, Lisboa, Livros Horizonte, 1981.

SÁ, Victor de — *Perspectivas do Século XIX*, 2ª ed., Porto, Limiar, 1976.

SÁ, Victor de — *Antero de Quental*, 2ª ed., Porto, Limiar, s. d.

SÁ, Victor de — *A Crise do Liberalismo e as primeiras manifestações das Ideias Socialistas em Portugal (1820-1852)*, 3ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1978.

SÁ, Victor de — *Notícia sobre a Imprensa Operária Portuguesa*, "Revista de História", Porto, vol. 5, 1983-84, p. 143-151.

SAENZ de TEJADA, C. — *Juan Varela. Serafín Estébanez Calderón (1850-1858). Crónica Histórica y Vital de Lisboa, Brasil, Paris y Dresde como Coyunturas Humanas a través de un Diplomático Intelectual*, Madrid, 1971.

SALGADO, Joaquim — *Virtudes e Maleficios da Imprensa. Escôrço histórico sôbre a origem, evolução e ética do Jornalismo*, Porto, Portucalense Editora, SARL, 1945.

SALOM COSTA, Julio — *La Relacion Hispano-Portuguesa al Termino de la Epoca Iberista*, "Hispania. Revista Española de Historia", Madrid, 1965, (98), p. 219-259.

SAMPAIO, Albino Forjaz (dir. de) — *Latino Coelho. A sua vida e a sua obra*, Lisboa, Empreza do Diario de Notícias, colecção Patrícia, 1926.

SAMPAIO, José Pereira de — *Sampaio (Bruno):Sua Vida e Sua Obra*, Lisboa, Editorial Inquérito Limitada, [1957].

SANTOS, Fernando Piteira — *Notas Histórico-Sociológicas sobre o Estado*. "Ler História", Lisboa, nº 10, 1987, p. 109-125.

SANTOS, Francisco Reis — *O Movimento Republicano e a Consciencia Nacional*, in "História do Regime Republicano em Portugal", vol.1, Lisboa, Empresa Editorial Ática, 1930-32, p. 261-336.

SANTOS, Manuel Pinto dos — *Monarquia Constitucional: Organização e Relações do Poder Governamental com a Câmara dos Deputados 1834-1910*, Lisboa, Assembleia da República, 1986.

SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos — *Intelectuais Portugueses na 1ª Metade de Oitocentos*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos — *Padrões da Sociologia da Cultura Burguesa em Portugal no século XIX*, Lisboa, Editorial Presença/Instituto de Ciências Sociais, 1983.

SANTOS, Maria Helena Carvalho dos — *O Pensamento Político de Rocha Loureiro (1778-1853)*. "Cultura — História e Filosofia", Lisboa, nº 1, 1982, p. 469-537.

SARAIVA, Antonio José — *Herculano Desconhecido*, 2ª ed., Lisboa, Europa-America, 1971.

SARAIVA, António José — *A Tertúlia Ocidental. Estudos sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queiroz e outros*, Lisboa, Gradiva, 1990.

SARAIVA, António José; LOPES, Óscar — *História da Literatura Portuguesa*, 9ª ed., Porto, Porto Editora, Limitada, 1976.

SARAIVA, António José Saraiva — *Herculano e o Liberalismo em Portugal. Os Problemas Morais e Culturais da Instauração do Regime (1834-1850)*, Lisboa, 1949.

SARAIVA, Arnaldo — *Os Hinos Nacionais*, Vila Nova de Gaia, Ed. de José Soares Martins, 1973.

SARDICA, José Miguel — *A Elite Política do Ministério da Regeneração (1851-1856)*. "História", Lisboa, Ano XVII (nova série), nº 3, Dez. 1994, p. 44-57.

SARDINHA, António — *O Território e a Raça*, in "A Questão Iberica", Lisboa, 1916, p. 9-76.

SARDINHA, António — *A Aliança Peninsular: Antecedentes e Possibilidades*, 2ª ed., Porto, Civilização, 1930.

SARDINHA, António — *À Lareira de Castela. Estudos Peninsulares*, Lisboa, Edições Gama, 1943.

SAUVY, Alfred — *L'Opinion Publique*, 5ª ed., Paris, P.U.F., 1967.

SCELLE, Georges — *Fédéralisme et Proudhonisme*, in "Oeuvres Complètes de P.-J. Proudhon", Paris, Marcel Rivière, 1959, p. 9-23.

SCHAFER, Boyd C. — *Le Nationalisme. Mythe et Realité*, Paris, Payot, 1964.

SEIGNOBOS, Ch. (introd. de) — *Les Aspirations Autonomistes en Europe*, Paris, Librairie Félix Alcan, 1913.

SENGER, Jules — *L'Art Oratoire*, 4ª ed., Paris, P. U. F., col. "Que sais-je?", 1967.

SEOANE, María Cruz — *Historia del Periodismo en España. El Siglo XIX*, 2ª ed., vol. 2, Madrid, Alianza Universidad Textos, 1989.

SÉRGIO, António — *Oliveira Martins — A Influência Política do Historiador; A Significação Política do Publicista*, in "Dispersos", Lisboa, Biblioteca Nacional, 1924, p. IV-XLII e XLIII-LXXXVIII.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal*, vol. 8 ("Do Mindelo à Regeneração 1832-1851"); vol. 9 ("O Terceiro Liberalismo 1851-1890"), Lisboa, Editorial Verbo, 1986.

SERRÃO, Joel — *Antero de Quental (Agosto de 1867 a Outubro de 1868)*. "Memória da Academia das Ciências de Lisboa", Classe de Letras, Lisboa, t. 23, 1983, p. 231-250.

SERRÃO, Joel — *Antero e a Destruição do "Programa"*, in "Portugueses Somos", Lisboa, Livros Horizonte, 1976, p. 23-36.

SERRÃO, Joel — *Antero em Paris (1866-67)*. "Ler História", Lisboa, nº 3, 1984, p. 33-42.

SERRÃO, Joel — *Antero de Quental. Prosas Sócio-Políticas*, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1982.

SERRÃO, Joel — *Da "Regeneração" à República*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

SERRÃO, Joel — *Democratismo versus Liberalismo*, in "O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX", vol. 1, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1982, p. 3-20.

SERRÃO, Joel (sel. introd. e notas de) — *Liberalismo, Socialismo, Republicanismo. Antologia de Pensamento Politico Português*, Lisboa, Livros Horizonte, 1979.

SERRÃO, Joel — *Temas de Cultura Portuguesa*, 2 vols., Lisboa, Portugália Editora, 1965.

SERRÃO, Joel — *Temas Oitocentistas — II. Para a história de Portugal no século passado*, Lisboa, Portugália Editora, 1962.

SERVAN-SHREIBER, Jean-Louis — *O Poder da Informação*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1974.

SERVIER, Jean —*L'Utopie*, Paris, Presse Universitaire Française, col. "Que sais-je?", 1979.

SIGMANN, Jean — *1848: Les Révolutions Romantiques et Démocratiques de l'Europe*, Paris, Calmann-Lévy, 1970.

SILBERT, A. — *Le Portugal et l'Étranger pendant la Période Révolutionnaire et Napoléonienne*, in "Patriotisme et Nationalisme en Europe à l'époque de la Révolution Française et de Napoleón", XIII^{e} Congrès International des Sciences Historiques, Moscou, 19 Aôut 1970, Paris, 1973, p. 203-210.

SILBERT, Albert — *Oliveira Martins et l'Histoire*, in "Regards sur la Génération Portugaise de 1870 — Conférences", Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1971, p. 85-100.

SILVA, A. Carneiro da — *Jornais e Revistas do Distrito de Coimbra*, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1947.

SILVA, António Carlos Leal da (org. de) — *Obra Completa de José Félix Henriques Nogueira*, 4 vols., Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1976.

SILVA, Augusto Santos — *Formar a Nação: Vias Culturais do Progresso segundo Intelectuais Portugueses do Século XIX*, Cadernos "Estudos Contemporâneos", nº 5, Porto, Secretaria de Estado da Cultura, Centro de Estudos Humanísticos, 1987.

SILVA, Vitor Manuel de Aguiar e — *O Teatro de Actualidade no Romantismo Português (1849-1875)*. "Revista de História Literária de Portugal", vol. 2, Coimbra, 1967, p. 127-198.

SMITH, Anthony D. — *The Ethnic Origins of Nations*, Oxford UK/Cambridge USA, Blackwell, 1993.

SMITH, William H. C. — *Napoleon III, England and Iberia 1851-1861*. "Bulletin des Etudes Portugaises", Lisbonne/Paris, Nouvelle Série, tomo 27, 1966, p. 157-177.

SOARES, Ernesto — *El-Rei D. Fernando II, Artista*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1952.

SOARES, Ernesto — *Guia Bibliográfica ao Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa, Imprensa nacional, 1958.

SOLÉTURA, Jordi; AJA, Eliseo — *Constituciones y Periodos Constituyentes en España (1808-1936)*, 15ª ed, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1990.

SOUSA, José Manuel Motta de; VELOSO, Lúcia Maria Mariano — *História da Imprensa Periódica Portuguesa. Subsídios para uma Bibliografia*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1987.

SPADOLINI, Giovani — *L'Idea d'Europa fra Illuminismo e Romanticismo*, Florença, Edizioni della Cassa di Risparmio di Firenze, 1984.

STIFFONI, Giovanni — *Il ruolo del partido politico nella Storia Contemporanea*, in "Actas de las I Jornadas de Metodologia aplicada a las Ciencias Historicas", Santiago de Compostela, Fundación Juan March, 1976, p. 199-209.

STOETZEL, Jean — *Esquisse d'une théorie des Opinions,* Paris, Presse Universitaire de France, 1943.

SURATTEAU, Jean-René — *L'Idée National de la Révolution à nos Jours*, Paris, P.U.F., 1972.

SYMMONS-SYMONOLEWICZ, Konstantin — *Nationalist movements: a comparative view*, Meadville, Maplewood Press, 1970.

SZACKI, Jersi — *As Utopias ou a Felicidade Imaginada*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.

TALMON, J. L. — *Romanticism and Revolt. Europe 1815-1848*, Harcourt, Brace of World, 1967.

TAMANES, Ramón — *O caminho histórico para a tragédia de 36*, in "A Guerra Civil de Espanha 50 anos depois", Lisboa, Edições Salamandra, 1986, p. 9-22.

TEIXEIRA, José — *D. Fernando II Rei-Artista — Artista-Rei*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1986.

TEIXEIRA, Luiz — *O "Diário de Notícias" e o Século XIX*, Lisboa,Ed. do "Grupo dos Amigos de Lisboa", 1941.

TEIXEIRA, Nuno Severiano — *A História Política na Historiografia Contemporânea*. "Ler História", Lisboa, nº 13, 1988, p. 77-102.

TENGARRINHA, José — *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2ª. ed., Lisboa, Editorial Caminho, 1989.

TENGARRINHA, José — *Uma Importante Obra Inédita sobre o Jornalismo Português*. "Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira", Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Abr.-Jun. 1963, p. 342-352.

TENGARRINHA, José — *La Presse illégale portugaise pendant la guerre civile de 1846-47*. "Bulletin des Etudes Portugaises", Lisbonne/Paris, nouvelle série, tomo 27, 1966, p. 137-156.

TENGARRINHA, José — *Os movimentos liberais em Espanha vistos do Portugal absolutista, 1810-1820 (através dos relatos de espiões e informadores)*. "Revista da Faculdade de Letras", Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, nº 16/17, 1994, p. 51-74.

TERROU, Fernand — *L'Information*, Paris, P. U. F., Col. "Que sais-je?", 1968.

TESTORE, Paola Casana — *Giacomo Durando in Exilio 1831-1847. Belgio, Portugallo, Spagna nelle sue Aventure e nei suoi Scritti*, Torino, 1979.

TORGAL, Luís Reis — *A Restauração. Breves Reflexões sobre a sua Historiografia*. "Revista de História das Ideias", Coimbra, nº 1,1977, p. 23-40.

TORGAL, Luís Reis — *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, 2 vols., Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1981-82.

TORGAL, Luís Reis — *História e Ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989.

TORRE GÓMEZ, Hipólito de la — *Conspiração contra Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1980.

TORRE GÓMEZ, Hipólito de la — *Na Encruzilhada da Grande Guerra. Portugal—Espanha 1913-1919*, Lisboa, Editorial Estampa, 1980.

TORRE GÓMEZ, Hipólito de la — *Do "Perigo Espanhol" à Amizade Peninsular. Portugal—Espanha 1919-1930*, Lisboa, Editorial Estampa, 1985.

TORTELLA CASARES, Gabriel, et al. — *Revolución Burguesa, Oligarquia y Constitucionalismo (1834-1923)*, "Historia de España" (dir. de M. Tuñon de Lara), 2ª ed., 13ª reimpressão, vol. 8, Barcelona, Editorial Labor, 1990.

TRUJILLO FERNÁNDEZ, Gumersindo — *Pi y Margall y los origenes del federalismo español*, in "Federalismo y Federalismo Europeo", Madrid, Editorial Tecnos, 1965, p. 321-352.

TRUYOL Y SERRA, Antonio — *La Sociedad Internacional*, 6ª ed., Madrid, Alianza Editorial, 1991.

TUDESQ, André-Jean — *Le Journal, lieu et lien de la société bourgeoise en France pendant la première moitié du XIXe siècle*, in "Sociabilité et Société Bourgeoise en France, en Allemagne et en Suisse (1750-1850)", Paris, Editions Recherche sur les Civilisations, 1986, p. 261-273.

TULIO, A. da Silva — *Introdução Bibliologica*, Lisboa, Tip. Universal, "1° Brinde aos Senhores Assinantes do Diário de Noticias", 1866, p. I-XXII.

TUÑON DE LARA, Manuel — *La España del Siglo XIX. (De las Cortes de Cadiz a la I Republica)*, 5 ª ed., vol. 1, Barcelona, Editorial Laia, 1976.

TUÑON DE LARA, Manuel — *Estudios sobre el Siglo XIX Español*, 8ª ed., Madrid, Siglo XXI editores, 1984.

TUÑON DE LARA, Manuel, et al. — *Prensa y Sociedad en España 1820-1936*, Madrid, Editorial Cuadernos para el Dialogo, Edicusa, 1975.

ULRICH, Ruy Ennes — *Colonizações Ibéricas*, in "A Questão Iberica", Lisboa, 1916, p. 191-219.

UNAMUNO, Miguel — *Portugal Povo de Suicidas*, Lisboa, Publicações Culturais Engrenagem, 1986.

Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe Siècle, Actes du Colloque, Paris, 10-13 Janvier 1979, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1982.

VÁZQUEZ CUESTA, Pilar — *Eça de Queirós e a Espanha*, in "Actas do Colóquio Eça de Queirós et la Culture de son Temps", Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1988, p. 69-101.

VÁZQUEZ CUESTA, Pilar — *Portugal e Nós*. "A Trabe de Ouro. Publicación Galega de Pensamento Crítico", Santiago de Compostela, t. 2, Sotelo Blanco, 1991, p. 191-203.

VÁZQUEZ CUESTA, Pilar — *A Pantasma do Iberismo no Portugal do Século XIX*, in "Homenaxe ó Profesor Constantino Garcia", Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 1991, p. 619-628.

VÁZQUEZ CUESTA, Pilar — A Espanha ante o "Ultimatum", Lisboa, Livros Horizonte, 1975.

VÁZQUEZ CUESTA, Pilar — *O Espantalho Ibérico como Arma Política no Portugal do Século XIX*, in "Estética do Romantismo em Portugal", Centro de Estudos do Século XIX do Grémio Literário, Lisboa, Grémio Literário, 1974, p. 39-43.

VÁZQUEZ CUESTA, Pilar — *Turismo colectivo entre Portugal y España ahora hace un siglo*. "Panorama — Revista Portuguesa de Arte e Turismo", Lisboa, 4ª Série, nº 35/36, Set.-Dez. 1970, p. 19-24.

VALENTE, Vasco Pulido — *A Identidade Nacional*, in "Tentar Perceber", Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1983, p. 311-359.

VALÉRIO, NUNO — *Portugal nos Séculos XVII e XIX segundo Adam Smith e Friedrich List*. "Revista de História Económica e Social", Lisboa, nº 6, Jul.-Dez. 1980, p.105-115.

VARELA, Arlindo — *Latino Coelho Poeta e Amoroso. Seguido das suas poesias estampadas e inéditas*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933.

VARGUES, Isabel Nobre — *Notas para el estudio del liberalismo portugués y de su correlación peninsular*. "Siglo XIX. Revista de Historia — Liberalismo: Reforma y Contrareforma en el siglo XIX (Chile, Perú, Mexico, Venezuela, España y Portugal)", 2° Ano, n° 3, Jan-Jun. 1987, p. 173-186.

VARIN D'AINVELLE, Madeleine — *La presse en France. Genèse et évolution de ses fonctions psycho-sociales*, Paris, Presse Universitaire de France, 1965.

VASCONCELOS, António de — *A Sé Velha de Coimbra (Apontamentos para a sua História)*, vol. 1, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930.

VEDEL, Georges — *Las grandes corrientes del pensamiento politico y el federalismo*, in "Federalismo y Federalismo Europeo", Madrid, Editorial Tecnos, 1965, p. 33-86.

VELOSO, J. M. de Queiroz — *Como perdemos Olivença*, 2ª ed., Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, Biblioteca de Altos Estudos, 1939.

VIANA, António Manuel Couto — *O tema da Restauração na dramaturgia portuguesa*, Lisboa, separata da Revista "Independência", n° 3, 1985.

VIDAL-BENEYTO, José — *L'espace public de référence dominante*, in "Metodos de Analisis de la Prensa", Madrid, Casa de Velázquez, 1987, p. 7- 15.

VIDIGAL, Maria Teresa (compilado por) — *Dicionário de Pseudónimos de Albino Lapa*, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1980.

VIEIRA, António José — *Historia do Partido Republicano Portuguez. Obra de Propaganda Republicana*, Lisboa, Empresa de Publicações "A Democrata", s. d.

VIEIRA, Ernesto — *Diccionario Biographico de Musicos Portuguezes. Historia e Bibliographia da Musica em Portugal*, 2 vols., Lisboa, Tip. de Mattos Moreira & Pinheiro, 1900.

VILAR, Pierre — *Estado, Nação, Pátria, em Espanha e na França, 1870-1914*. "Ler História", Lisboa, nº 4, 1985, p. 89-125.

VILAR, Pierre — *Libéralisme politique et libéralisme économique dans l'Espagne du XIX ème siècle*, in "O Liberalismo na Península Ibérica na 1ª metade do século XIX", vol. 2, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1982.

VILAR, Pierre —*Patrie et Nation dans le Vocabulaire de la Guerre d'Indépendance Espagnole*, in "Patriotisme et Nationalisme en Europe à l'époque de la Révolution Française et de Napoleón", XIIIe Congrès Internacional des Sciences Historiques, Moscou, 19 Aôut 1970, Paris, 1973, p. 167-201.

VILHENA, D. Thomaz Maria d'Almeida Manuel de — *A Casa de Bragança. Memoria historica*, Lisboa, Typ. do Diccionario Universal Portuguez, 1886.

VILHENA, Júlio de — *D. Pedro V e o seu Reinado*, vol. 2, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921.

VILLA-MOURA, Visconde de — *A Vida Mental Portugueza. Psychologia e Arte*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1908.

VILLACORTA BAÑOS, Francisco — *Burguesia y Cultura. Los Intelectuales Españoles en la Sociedad Liberal (1808-1931)*, Madrid, Siglo XXI Editores, 1980.

VIQUEIRA, Manuel — *Iberismo versus Ibericidade*. "Revista da Faculdade de Letras", Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, nº 16/17, 1994, p. 45-49.

VITERBO, Sousa — *A Civilisação Portugueza e a Civilisação Hespanhola: sua influencia mutua*, Porto, Tip. de José Silva Mendonça, 1892.

VOEGELIN, Eric — *A Nova Ciência da Política*, 2ª ed., Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.

VOLTES, Pedro — *Tablas Cronologicas de la Historia de España*, Barcelona, Editorial Juventud, 1980.

VOVELLE, Michel — *La Marseillaise*, in "Les Lieux de la Mémoire. La République" (dir. de Pierre Nora), Paris, Gallimard, 1984, p. 85-136.

VOYENNE, Bernard — *Histoire de l'Idée Européenne*, Paris, Petite Bibliothèque Payot, 1964.

WEILL, George — *L'Europe du XIX^e siècle et l'idée de Nationalité*, Paris, Editions Albin Michel, 1938.

WEILL, Georges — *Le Journal. Origines, évolution et rôle de la presse périodique*, Paris, La Renaissance du Livre, 1934.

WHITE, George F. — *A Century of Spain and Portugal (1788-1898)*, London, Methuen & Co., 1909.

WILLIAMS, Francis — *The Right to Know*, Londres, Longmans, 1969.

WOOLF, Stuart — *A Europa e o Estado-Nação*. "Penélope. Fazer e desfazer a História", Lisboa, nº 11, 1993, p. 105-117.

ZAVALA, Iris M. — *Romanticos y Socialistas. Prensa Española del XIX*, Madrid, Siglo XXI Editores, 1972.

ZÚÑIGA, Juan Eduardo — *Comentário Realista sobre Questões Culturais*. "Península. Cadernos Culturais", Lisboa, nº 3, Jul. 1969, p. 1-3.

ZÚNIGA, Juan Eduardo — *Uma Aproximação com Portugal*. "Península. Cadernos Culturais", Lisboa, nº 1, Dez. 1968, p. 1-4.

2.

A Doutrinação Iberista em Portugal

Meios e Agentes da sua Difusão

> Encontramos em qualquer escrita a ambiguidade de um objecto que é simultaneamente linguagem e coerção: há no fundo da escrita uma "circunstancia" estranha à linguagem, há como que o olhar de uma intenção que já não é a da linguagem. Este olhar pode muito bem ser uma paixão da linguagem, como na escrita literária; pode também ser a ameaça de uma penalidade, como nas escritas políticas: a escrita tem então a função de reunir com um só traço a realidade dos actos e a idealidade dos fins.
>
> ROLAND BARTHES[1]

Participando do debate suscitado pela emancipação de novas nações e consequente formação dos vários nacionalismos, o iberismo como doutrina ou pensamento filosófico revelou um sincretismo de ideias que englobou a tradição da república universal, o pressuposto iluminístico do culto da razão humana, do progresso e fraternidade universal, caldeados com a visão romântica da especificidade regional, particularmente promovido na formulação do federalismo ibérico[2].

A obra capital do iberismo oitocentista, a mais lida e mais comentada, foi inequivocamente a *Ibéria*, da autoria do diplomata

---

[1] *O Grau Zero da Escrita*, Lisboa, Edições 70, p. 25.

[2] Sobre as teorias federalistas veja-se sobretudo: PROUDHON, P. J. — *Du Principe Fédératif et oeuvres diverses sur les problèmes politiques européens*, Paris, Marcel Rivière, 1959 e ARON, Robert; MARC, Alexandre — *Principes du Fédéralisme*, Paris, Le Portulen, 1948.

espanhol D. Sinibaldo de Mas[3]. A história da sua produção, reedições, revisões e acrescentos confunde-se e entrelaça-se com a própria história da propaganda e reacção a esse ideário em Portugal[4]. Originalmente, a ideia surgiu-lhe em Macau por volta de 1850, onde privou com o bispo D. Jerónimo José da Mata e seu primo Carlos José Caldeira, além de outros eclesiásticos espanhóis, tendo esse grupo desenvolvido conversações e reuniões várias sobre a conveniência da união monárquica peninsular, das quais resultou o alvitre de fundar uma associação de propaganda ibéria na Península e de publicar um folheto que a desse a conhecer ao público ilustrado. Permanecendo depois em Portugal durante algum tempo, Mas conseguiu realizar a 1ª edição em ínicios de 1852, na qual o autor evocava a história comum dos países ibéricos, salientava a fraternidade, igualdade e união entre portugueses e espanhóis, desmistificava a preponderância de Castela na monarquia espanhola explicando detalhadamente a diversificada proveniência dos seus quadros políticos, administrativos e militares, e sobretudo, enunciava as vantagens da união que se deveria alcançar através do casamento do jovem príncipe D. Pedro com a ainda mais jovem princesa das Astúrias, escolhendo Santarém para capital da nação ibérica. Esta era uma genuína obra de propaganda já que, como admite o autor, se destinava a instruir e catequizar os portugueses nesse ideário, a ele muito mais renitentes do que os

---

3 As três edições portuguesas que conheceu foram as seguintes: *A Iberia. Memoria escripta em lingua hespanhola por um Philo-Portuguez, e traduzida em lingua portugueza por um Philo-Iberico*, Lisboa, Typ. de Castro & Irmão, 1852, XIII +93 p.+ 8 p. não numeradas (diversos testemunhos referem que a publicação foi em Dezembro de 1851); *A Iberia. Memoria em que se provam as Vantagens Politicas Economicas e Sociaes da União das duas Monarchias peninsulares em uma só nação. Escripta originalmente em Hespanhol por um Philo-Portuguez, e traduzida e precedida de um prologo por um Jornalista Portuguez. Segunda edição correcta e augmentada pelo author em Janeiro de 1853*, Lisboa, Typ. Universal, 1853, XIV+ 170 p.+3 p. não numeradas; *A Iberia. Memoria sobre a Conveniencia da União Pacifica e Legal de Portugal e Hispanha escripta por Dom Sinibaldo de Mas, ex-enviado extraodinario e ministro plenipotenciario de S. M. C. na China. Tradusida em Portuguez. terceira Edição (Corrigida)*, Lisboa, Typographia do Progresso, 1855, IV+244p.

4 Após as três edições portuguesas de 1852, 1853 e 1855, o editor Caldeira pensou em fazer uma 4ª edição em 1868 pelo que introduziu o manuscrito em Portugal de uma forma mais ou menos clandestina, valendo-se da sua posição de director geral das alfândegas. O caso foi descoberto e despoletou um escândalo de que a imprensa deu largo eco. Em Espanha, saiu nesse ano de 1868, a 5ª edição da obra, publicada em Madrid, na imprensa de M. Rivadeneyra, IV+227 p., com os dois mapas desdobraveis, comuns a todas as edições, e com a novidade de incluir o retrato de D. Jerónimo, bispo de Macau.

espanhóis. Para tal, o autor recorreu a uma complexa estratégia cujos traços mais evidentes passamos a enunciar: empolou expressivamente os ganhos dessa união para o lado de Portugal, resolvendo sempre vantajosamente para os portugueses as questões que reflectiam os seus maiores receios; muniu-se de um prólogo da autoria de um destacado escritor e tradutor português que coadjuvava com inteligência as suas teorias; cuidou o aspecto visual da obra que incluía gravuras e mapas a cores, aliando-lhe um preço acessível; numa atitude de auto-promoção, rentabilizou, de edição para edição, as polémicas sucitadas pela própria obra na imprensa portuguesa, privilegiando as críticas positivas e desmerecendo as negativas; compilou e projectou, também de edição para edição, os avanços recentemente registados na difusão do ideário ibérico na imprensa portuguesa.

Em 1853, um ano após a publicação da 1ª edição que rapidamente se esgotara, saiu nova versão corrigida e sobretudo aumentada com um apêndice contendo as respostas aos artigos entretanto saídos e que contestavam a obra de Mas, nomeadamente da *Imprensa* (Abril de 1852), as cartas de Casal Ribeiro publicadas na *Revue Lusitanniene* (1852), e os artigos da *Nação* (18 de Fevereiro e 2 de Março de 1853)[5].

A 3ª edição persistiu nesta orientação. Abria-se com uma *Advertencia do Auctor*, na qual Mas revelava as suas relações e actividades pro-iberistas desenvolvidas em Macau, e fazia o historial da defesa da ideia ibérica por portugueses ilustres, quer sob a fórmula monárquica quer da república federal. Assim, recuou aos anos 1847-48 para evocar o entusiasmo dos 400 emigrados portugueses e espanhóis que, em Paris, se manifestaram a favor da unidade ibérica, salientando nomes que, na altura da escrita, ocupavam funçõs públicas importantes como Sousa Brandão, Pereira de Carvalho, Ferreira Sampaio, Lobo de Ávila e Betâmio de Almeida. A lista apresentada em seguida é extensa, frequentemente recorrendo a fragmentos dos textos citados, se bem que em vários

---

[5] Cf. *A Iberia...*, 2° ed., p. 111-170. Na página não numerada em que Mas apresenta Santarém como capital da nação ibérica, refere que um célebre escritor português cujo nome não podia revelar tinha aintenção de escrver um livro intitulado *Hispania*, "para demonstrar a conveniencia de que a peninsula se reunisse debaixo do scetro de um só monarcha que a governasse por meio de um systema de descentralisação levada a seu ultimo grau e que estabelecesse a sua residencia em Toledo".

casos a referência seja ambígua: D. Jerónimo José da Mata, duque de Palmela, conde do Tojal, Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Casal Ribeiro, Henriques Nogueira, José Estevão, Lopes de Mendonça, Rodrigues Sampaio, Latino Coelho, Carlos José Caldeira, Joaquim maria da Silva e ainda publicações periódicas como os *Almanaques Democráticos* (para 1853 e 1854), *Revista do Meio-Dia*, *Península*, *Esperança*, *Nación* (Madrid), *Revista Militar Portuguesa*, *Revolução de Setembro*, *Progresso*, *Nacional*, e *Leiriense*. Feita a resenha dos textos e autores que, na sua óptica, tinham de alguma forma defendido a ideia ibérica, Mas deixava a ideia de que só a imprensa miguelista — *A Nação*, e o seu satélite portuense, *O Portugal* —, e um ou outro periódico ministerial como a *Imprensa*, contestaram efectivamente essas ideias, evidenciando que a restante não as contrariava frontalmente: "É particularmente de notar o importante facto de que, desde que existe o *Progresso*, nenhum periodico de Portugal o atacou por seus artigo ibericos, se exceptuarmos alguma vez e frouxamente a Nação"[6].

A estratégia da *Advertencia* é ainda reforçada no *Post-Scriptum* que actualiza essas opiniões, dado que o restante corpo da obra já se encontrava nos prelos; assim, são ainda apontados como favoráveis à união ibérica os jornais *Portuense*, *Razão* e *Correio Micaelense* e seus adversários a *Concórdia*, *O Porto e Carta*, *O Campeão do Vouga* e *Lei* [7].

Propagar o ideário ibérico em Portugal, afeiçoar os ouvidos portugueses a essa ideia foram, indubitavelmente, os magnos objectivos de Sinibaldo de Mas que, ora utilizando/manipulando afirmações favoráveis à integração peninsular, ora ripostando às que lhe eram adversas, pretendia legal e pacificamente criar o ambiente necessário ao recrutamento de adeptos e implementação do partido ibérico participado por portugueses e espanhóis, encarado como instrumento da fusão desejada. Daí a idealização de uma associação de propaganda à semelhança das sociedades da fé, e a tipificação de categorias que suscitariam algum riso, como as de "deciberico, centiberico e miliberico". Este seu investimento na

---

6 *A Iberia...*, 3ª ed., p. 24.

7 *Ibidem*, p. 219 e seguintes.

propaganda revê-se nitidamente nos esforços que desenvolveu, embora sem êxito, para a criação da *Aurora Ibérica*[8].

Esta obra suscitou os mais díspares comentários e situações na imprensa periódica portuguesa. Refira-se que aa suas diferentes versões foram anunciadas e difundidas por todos os jornais do tempo; o periódico cartista *Imprensa e Lei*, por exemplo, anunciou mesmo que após se esgotarem a primeira e segunda edições portuguesas, a edição original espanhola se encontrava à venda por 200 reis, na loja de J. P. Martins Lavado, na rua Augusta[9]. Para além da publicitação comercial da obra, ela foi triplamente divulgada: pelos seus partidários, de que é exemplo o artigo de Latino Coelho na *Revolução de Setembro* sobre a sua republicação em 1853[10]; pelos federalistas que se diziam de acordo com tudo menos com a forma de governo[11]; pelos seus opositores que a evocavam a toda a hora como a fonte mais pura e por isso mais execrável de iberismo. Em alguns casos acontecia a obra ser fulminada e elogiada no mesmo periódico; pela voz de um dos seus mais notórios colaboradores, Almeida Vilhena, o *Campeão do Vouga* criticava em Julho de 1855 as teorias de Sinibaldo de Mas, e no início do ano seguinte publicava dois comunicados de Agostinho de Figueiredo Lobo Martins da Silva, de Sever do Vouga, que apoiavam as principais ideias de Mas, desde o casamento real, passando pelas vantagens da união, ressaltando até a necessidade de acelerar todo o processo, levando logo que possível o assunto às câmaras de ambos os países[12].

Apesar de só revelar a sua identidade na 3ª edição, Latino Coelho escreveu-lhe um prólogo que se tornaria uma obra dentro da obra, já que em função dele viria a ser considerado um dos mais destacados iberistas portugueses. Aí patenteava a sua crença na grande federação da Europa, geradora de paz e equilíbrio, só possível pela adesão espontânea das nações ao verdadeiro direito publico europeu, desejando por isso "a dimuição progressiva do

---

8 Ver capítulo *Aproximação e Rejeição — O Confronto Cultural.*

9 *Imprensa e Lei*, Lisboa, nº 318, 7 de Setembro de 1854, p. 4.

10 *Revolução de Setembro*, nº 3409, 13 de Agosto de 1853.

11 É o caso, entre muitos, do artigo principal do *Ecco Popular*, Porto, nº 218, 26 de Setembro de 1853.

12 *O Campeão do Vouga*, Aveiro nº 399, 8 de Março de 1856, p. 3-4, e nº 408, 12 de Abril de 1856, p. 2-3.

numero dos estados independentes". Cada fusão racional e espontânea entre povos com afinidades, defendia Latino Coelho, representava o apaziguamento e reconciliação de dois povos, o desarmamento de dois exércitos, um novo triunfo da humanidade, enfim um degrau mais galgado na escala da civilização. Defendendo que os velhos ódios e as antigas glórias bélicas tinham lugar apenas nas crónicas e nas tradições do povo e não valiam como argumentos nas resoluções de interesse público, desejava um processo de fusão na Península que assegurasse a liberdade e progresso dos dois povos, sem tiranizar Portugal para engrandecer a Espanha. Este processo deveria começar pelas relações intelectuais, seguida das económicas, com o estabelecimento de um *zollverein* pleno: união aduaneira, moeda única, medidas uniformizadas, legislação comercial comum, entre outros aspectos.

Perfilhando estas ideias, Latino não viu senão motivos para ajudar a propagar a obra de Mas:

"Convencidos da necessidade de diffundir entre nós as idéas da fusão, ou pelo menos da alliança iberica, com summo prazer fizemos traduzir a IBERIA, memoria cujas doutrinas nos parecem mui senasatas, e cujo pensamento encerra, no nosso entender, o unico porvir feliz que resta aos habitantes de Portugal"[13].

A contestação de Casal Ribeiro à *Ibéria* e seu prólogo, em forma epistolar e publicada na *Revue Lusitanienne*, de Ortaire Fournier[14], centrava-se sobretudo na fórmula política sugerida. Não concordava que todas as formas de governo eram válidas para alcançar o desiderato da união peninsular e a fusão monárquia centralizadora afigurava-se-lhe despótica, muito próxima da conquista, incompatível com a liberdade dos povos. Daí que claramente advogasse a solução republicana federativa, caso essa união se viesse a verificar:

"Em résumé, dans l'hypothèse de l'union: l'unique forme de gouvernement acceptable en portugal est la fédération républicaine, l'Espagne se divisant en autant Étatas également indépendants et

---

13 *A Iberia...*, 1ª edição, p. XIV. Este entusiasmo valer-lhe-ia, quinze anos mais tarde, quando detinha um lugar no executivo, uma das mais sonoras campanhas anti-ministeriais da época.

14 *Revue Lusitanienne*, Lisboa, tomo 1, 1852, p. 129-141; 229-238. São três cartas, estando as duas primeiras datadas de Outubro de 1851 já que, como diz Casal Ribeiro, na qualidade de amigo de Sinibaldo de Mas teve acesso ao texto antes da impressão.

fédératifs qu'il en a que les faits et les nécessités existantes indiquent naturellement. Et que l'on n'attribue pas cette opinion à l'exclusivisme de parti; c'est que la forme fédérative est l'unique qui garantisse l'indépendance dans l'union; et l'union sans l'indépendance a pour signification une absurdité révoltante: la tyrannie politique — la compression nationale"[15].

O grande teórico do federalismo ibérico, aliás também do republicanismo, do municipalismo, do associacionismo, e do socialismo utópico de meados de Oitocentos mas só algumas décadas mais tarde compreendido e estudado[16], foi José Félix Henriques Nogueira. Sem alargar o âmbito das considerações sobre uma obra que efectivamente foi sendo divulgada e analisada ao longo dos tempos[17], podemos rapidamente assinalar os textos que marcam a história do pensamento federalista português; desde logo os *Estudos sobre a Reforma em Portugal* (1851 e 1855) e *O Município no Século XIX em Portugal* (1856), *os Almanaques Democráticos para 1853, 1854* e *1855*[18], participações em publicações diversas desde o *Eco dos Operários* à *Revista Peninsular*, mas sobretudo os seus artigos no jornal político *O Progresso*, de que adiante falaremos. Como assinalaram Inocêncio Francisco da Silva e mais recentemente

---

15 *Ibidem*, p. 140. Refira-se que estas cartas, tal como o prólogo de Latino Coelho, viriam a ser a arma dos detractores de Casal Ribeiro, quando da sua passagem pelo executivo em 1866-67.

16 Deve contudo dizer-se que as obras de Henriques Nogueira não passaram desapercebidas no seu tempo, sendo mesmo recomendadas por periódicos de diferentes ideologias. *O Ecco Popular* aconselhou a leitura do *Município no Século XIX*, lembrando que se tratava de uma obra do autor dos *Estudos sobre a Reforma em Portugal* e do *Amanaque do Cultivador* (cf. *O Ecco Popular*, Porto, nº 178, 10 de Agosto de 1856); *A Concórdia* também recomendou a leitura da obra de Henriques Nogueira, transcrevendo um artigo seu do Progresso sobre a maledicência e o jornalismo (cf. *A Concordia*, Porto, nº 179, 6 de Agosto de 1855); *O Pedro Quinto* elogiou o conjunto da sua obra, apresentando-o como "um excellente escriptor, e um desinteressado patriota, (...) um dos maiores promovedores do bem do povo, por quem se interessa de coração, e procura illustrar, e civilisar" (cf. *O Pedro Quinto*, Porto, nº 37, 13 de Dezembro de 1855).
Em 1860 Antero de Quental elogiou os *Estudos sobre a Reforma em Portugal* numa revista académica dirigida por V. da Silveira, o qual na mesma publicação defendeu a união ibérica (cf. *Preludios Litterarios*, Coimbra, nº 3, Janeiro de 1860, p. 17-19, e nº 10, Abril de 1860, p. 73, respectivamente).

17 A compilação da obra completa do pensador é uma referência obrigatória: SILVA, António Carlos Leal da — *José Félix Henriques Nogueira. Obra Completa*, 4 tomos, Lisboa, INCM, 1976-1982.

18 Vejam-se no primeiro os textos *O Futuro da Península* e *Caminho-de-ferro à fronteira*; no segundo, *A Ibéria*; e no terceiro *Federação Ibérica* e recensão de obras de B. J. Martinez e J. M. Orense. Neste último participaram também C. J. Caldeira, Barros e Cunha, José Pais e José Torres.

António Carlos Leal da Silva, Henriques Nogueira teria ainda escrito o *Catecismo Democrático* e teria em preparação, quando da sua morte, a *Ibéria Histórica*, textos que até hoje não se puderam encontrar[19]. As suas concepções sobre federalismo enquadram-se na dita "geração de 48" a que pertenceram Lopes de Mendonça, Sousa Brandão, entre outros[20], e enquanto a formulação teórica da federação dos municípios representou a concretização do seu edifício político a nível interno, a federação dos povos ibéricos desempenhou a mesma função, a nível externo[21].

A herança da concepção municipalista de Henriques Nogueira e sua articulação com a federação ibérica foi retomada por António Policarpo da Silva Lisboa que evocou entusiasticamente o pensamento federalista republicano e eminentemente patriótico de Nogueira, numa época assolada pelos temores da união ibérica[22].

O escritor e jornalista Carlos José Caldeira, meio irmão de Casal Ribeiro, desempenhou um papel importante na difusão do ideário iberista em Portugal. Foi o editor da 3ª edição da *Iberia*, adicionando-lhe algumas notas biográficas do autor, e escreveu para o *Progresso* alguns artigos sobre esta memória, propalando a conveniência da união ibérica. Em1850 seguiu para Macau onde redigiu o *Boletim Oficial*, publicando no regresso uma narração da sua experiência no Oriente[23]. Na parte segunda da obra, este

---

19 SILVA, António Carlos Leal da — *José Félix Henriques Nogueira...*, tomo 3, 1980, p. 9-10. O autor coloca a hipótese de a *Ibérica Histórica* ser a compilação do vasto marterial publicado no *Progresso*.

20 Cf. PEREIRA, José Esteves — *Henriques Nogueira e a Conjuntura Portuguesa (1846-1851)*. "Revista de História das Ideias", Coimbra, vol. 1, 1977, p. 159-178.

21 Cf. NETO, Victor — *O Pensamento de Henriques Nogueira*, Coimbra, (policopiado), 1984, p. 248-263.

22 "Na hypothese sugeita da federação dos povos peninsulares, sob a Republica, não existe já esse poder tão temido da monarchia hespanhola prestes a cair com todo o seu peso e com todo o seu velho rancor sobre o pobre Portugal, mas simplesmente um certo numero de povos constituidos em estados independentes, entre os quaes Portugal seria talvez individualmente o mais poderoso, e que sendo todos igualmente interessados na unidade politica da federação, sentiriam ao mesmo tempo a necessidade de respeitar e defender na independencia dos demais povos federados a sua propria independencia" (Cf. LISBOA, Antonio Polycarpo da Silva — *Municipio e Federação segundo Henriques Nogueira. Conferencia sobre a Questão Iberica*, Lisboa, Typ. Popular, p. 21). Refira-se que a prelecção de Silva Lisboa tinha como objectivo a promoção da trilogia Federação/Município/República.

23 *Apontamentos d'uma Viagem de Lisboa á China*, 2 vols, Lisboa, Typ. de Castro & Irmão, 1852-53. Caldeira era amigo e primo de D. Jerónimo José da Mata, bispo de Macau e defensor a ideia ibérica, vindo a fornecer dados sobre a sua biografia a Luís Filipe Leite que a publicou no *Arquivo Pitoresco* (tomo

"agitador e revolucionario", como se lhe referiu Esteves Pereira[24], dedicou o 23° capítulo ao tema ibérico, intitulando-o *Observações geraes sobre os nossos dominios ultramarinos, noticia das colonias hespanholas, e considerações sobre a idéa da União Peninsular*[25]. Aí realçava que, ao contrário das colónias portuguesas cujo estado de desaproveitamento e decadência nada rendia para Portugal, as Filipinas e sobretudo Cuba tinham prosperado nos tempos modernos, fornecendo largos recursos à metrópole. Esta tese levou-o a considerar as vantagens da abertura desses mercados a Portugal e a identificação dos interesses económicos peninsulares, os quais poderiam conduzir à identidade das ideias e fusão das nacionalidades. A seu ver, todos os elementos concorriam inevitavelmente para esse fim, devendo o seu processo de preparação ser devidamente planeado, com vista a Portugal vir a usufruir dele tão plenamente quanto possível:

"Quasi todos os homens pensadores de Portugal julgam inevitavel a absorpção da nossa na nacionalidade hespanhola, porém uns a encaram como desgraça e anniquilamento politico, e outros como o unico futuro esperançoso para o nosso paiz, se for convenientemente prevenida e preparada.

(...) Parece que o verdadeiro amor do nosso paiz não está em uma resistencia inutil, e que nos ligue ao atrazamento e ao barbarismo em relação ao resto da Europa, mas que antes deve consistir em diligenciarmos que essa absorpção nos seja vantajosa, decorosa, que enlace as duas dynastias, e que se effectue a tempo de ainda levarmos para o monte commum da riqueza da nova nacionalidade iberica esses restos, ainda tão valiosos, da nosa opulencia colonial"[26].

A argumentação deste unitarista monárquico baseava-se pois na restauração da importância da península no concerto das nações

---

1, n° 35, Feveriro de 1858, p. 273-276) sem incluir contudo qualquer referência sobre as suas simpatias iberistas; foi também amigo de D. João de França Castro e Moura, bispo de Pequim e depois do Porto, bem como de D. João Maria do Amaral e Pimentel, nomeado bispo de Macau em 1866. Estes dados estão confirmados na sua obra *Vida Publica do Novo Bispo de Angra D. João Maria do Amaral e Pimentel*, Lisboa, Typ. de castro & Irmão, 1872, p. 3.

24 PEREIRA, Esteves; GUILHERME, Rodriges — *Diccionario Historico, Biographico, ...*, vol. 2, p. 617.

25 *Apontamentos d'uma Viagem de Lisboa á China. Parte Segunda*, 1853, p. 280-288.

26 *Ibidem*, p. 286-287.

e na ideia de prosperidade económica, enfim na teoria do "immenso porvir de grandeza e gloria", cujo debate encontrou no regresso à pátria, como o próprio confessou:

"Quando no meio do Atlantico eu me entregava a estas cogitações, mal suppunha que ao chegar a Portugal veria a grandiosa e fecunda idéa da unidade iberica discutida pela imprensa, continuando depois a ser tratada por alguns dos nossos mais habeis escriptores, tendo apparecido uma curiosa memoria sobre este assumpto intitulado *Iberia*, da qual se fez recentemente segunda edição, e que é digna de ser lida por todo o portuguez que se intresse no futuro destino da sua patria"[27].

Em 1854 o açoreano Joaquim Maria da Silva que no distrito de Santarém exerceu diversas funções como advogado, autarca, comissário de estudos, e ainda professor e reitor do liceu local, publicou *Federação Ibérica, ou Idêas Geraes sobre o que convem ao Futuro da Peninsula por um Portuguez*[28]. Estimulado pela rapidez com que se esgotaram as duas edições da *Ibéria*, pelos rumores sobre os acontecimentos em Espanha, e ainda pelos artigos de Casal Ribeiro na *Revue Lusitanienne*, o autor resolveu entrar pela 1ª vez nas lides da imprensa. Sob os efeitos da teoria iluminística do progresso e associação dos povos, o autor revelou nas primeiras páginas concordar com as vantagens de índole económica, cultural e de política externa enunciadas por Mas. Todavia, o seu ensaio desenrola-se combatendo a fórmula política desejada pelo autor da *Memória*, contrapondo à fusão unitária monárquica a federação republicana, apresentando-a como garante único da liberdade, individualidade, segurança e independência dos povos e nacionalidades ibéricas. Perorando sobre as excelências do sistema federativo, Joaquim Maria da Silva empenha-se em mostrar alguns dos seus mecanismos de controle, como o veto, a opinião pública e a imprensa, seguindo de perto o paradigma dos Estados Unidos da América. Tanto assim que inclui um *Projecto de Bases para a Constituição Federal dos Estados Unidos da Ibéria*[29] em trinta pontos, garantindo aspectos que lhe parecem fundamentais como o constitucionalismo federalista, a opção de Lisboa como capital

---

[27] *Ibidem*, p. 288.

[28] *Federação Ibérica, ou Idêas Geraes sobre o que convem ao Futuro da Peninsula por um Portuguez*, Porto, Typ. de F. G. da Fonseca, 1854, 79 p.

[29] *Ibidem*, p. 47-79.

federal, a divisão dos poderes (electivo, legislativo, executivo e judicial), a identificação da organização governativa da Federação com a de cada Estado Federado, cujo número e fronteiras contudo não precisa, afirmando que cada país se dividiria "em tantos estados, quantos convier ao bem e segurança de toda a Federação, sujeitos todos a um Governo Superior da sua livre escolha"[30].

Não era invulgar os estudos portugueses que visavam qualquer forma de associação com Espanha revestirem-se do aspecto de estudo económico ou estatístico da Península, como se essa avaliação fosse imprescindível à condução do processo subsequente. Foi o que occorreu com os dois que apresentaremos em seguida.

Cláudio Adriano da Costa, que se notabilizou exactamente nesse campo[31], deu à estampa em 1856 a sua extensa *Memoria sobre Portugal e a Espanha*[32], após ter publicado fragmentos dela, nomeadamente sobre o capítulo relativo a alfândegas, no *Progresso*, em Agosto e Setembro do ano anterior. Este estudo não se restringe contudo à área exclusiva da economia, pretendendo contribuir com algumas dilucidações e conclusões na questão do relacionamento político da Península, partindo do pressuposto que nenhuma outra obcecação como o "aferro pela telha da naturalidade"[33] atrasara tanto a instrução dos homens, incutindo-lhe indeléveis preconceitos. Curiosamente, a filosófica introdução da obra que gira à volta do binómio pátria/progresso, incide no ateísmo social e intelectual do país que nunca permitiu evidenciar um excessivo zelo pelas coisas portuguesas. O primeiro capítulo, denominado *Da União da Peninsula*, num estilo rebuscado e denso, revelava que o autor via esse processo como algo moroso, complexo, passível de faseamento, e unicamente compatível com a fórmula monárquica:

"Desde a rezolução que houvessem de tomar a Espanha e Portugal de se unirem, não poderão deixar ambos de encetar um tyrocinio que lhes deve levar seguramente esta geração e a que vem, primeiro que as duas nações possam concordar em uma nova forma de governo, onde venhão fundir-se as instituições de cada

---

[30] *Ibidem*, p. 50.

[31] Foi autor de trabalhos sobre pautas alfandegárias, comercialização de vinhos, contrabando, caminhos de ferro, bancos, etc.

[32] *Memoria sobre Portugal e a Espanha*, Lisboa, Typ. de Castro & Irmão, 1856.

[33] *Ibidem*, p. 6.

um dellas devndo desta combinação procederem novas instituições que possam vir a ser communs a toda a Peninsula e simultanemente deem vantagens a cada uma das nações que anteriormente erão sobre si. Nesta transformação muito grande deve ser a religião guardada pelo symblo da monarchia. E maior ainda o sacerdocio do monarca por esse symbolo para se manter indissoluvel o sacramento da União.

(...) Nas lições que nos está dando a historia da Peninsula parece está a clara indicação de como poderá vir a União presente de Espanha e Portugal, e a quem parece a Providencia querer commetter esse ensejo. O paiz menor tem um varão reinante, assim como o Aragão tinha Fernando, o paiz maior tem uma princeza por sucessor ao throno"[34].

Esta tese é corroborada no capítulo *Federação*, sistema que o autor apresenta como "fraca sociedade nacional", enunciando os vários perigos que uma desmembração federal representaria na península[35], contrapondo ao federalismo as vantagens do unitarismo ou unidade nacional. Complementarmente, expõe os inconvenientes do sistema electivo republicano que, na marcha da civilização, considera inferior e anterior ao regime monárquico, apontando como negativo o exemplo dos Estados Unidos: "Na America, ha a republica, porque ainda não ha a monarchia"[36].

Relativamente à forma de governo e escolha da metrópole do reino peninsular a sua posição revelava-se um pouco mais flexível. Aceitava a possibilidade de parlamentos separados sob a alçada de um Rei, mas também considerava que poderia determinar-se que o Parlamento fosse um só para Portugal e Espanha. Quanto à capital, Lisboa seria a opção ideal, mas independentemente dessa escolha ela duplicaria de grandeza já que se tornaria o grande porto comercial e o maior arsenal da Península; mas à questão da capital do reino não deveria ser dada demasiada importância já que se impunha uma política alargada de desenvolvimento urbano: "As

---

34 *Ibidem*, p. 34 e 43.

35 Nem mesmo estudo histórico que ensaia no capítulo *Causa da Divisão da Peninsula em Nações* (p. 157-186) lhe permite aceitar outra realidade que não "o todo peninsular".

36 *Ibidem*, p. 118.

grandes cidades e as muitas cidades é que fazem a grandeza das nações, e é que as policião, não é a rusticidade aldean"[37].

Já a opção do oficial da marinha Feliciano António Marques Pereira era um pouco diferente. Em 1859 publicou um opúsculo que intitulou *Confederação Iberica. Bases para um Projecto de Tratado de Alliança Offensiva e Defensiva e de Liberdade de Commercio entre Portugal e a Hespanha*, no qual pretendia corporizar a sua recusa à ideia de "uma completa fusão iberica", apontando a fórmula da confederação como o meio gerado pela diplomacia e pelo direito das gentes que conciliava as "vantagens da união, sem offender a religião santa da nacionalidade"[38].

Considerando que o estado da Europa empurrava as nações de segunda e terceira ordem para a confederação como forma de manter o sempre necessário e desejado equilíbrio, opinava que tal solução poderia ter cabal aplicação na Península Ibérica, estabelecendo os dois países um tratado de aliança íntima e fraternal, no qual se sacrificavam alguma das prerrogativas da independência e soberania nacional no intuito de alcançar superiores conveniências recíprocas, nomeadamente "as vantagens inauditas da subsistencia das nacionalidades e da conservação das dynastias reinantes"[39].

Assim, se bem que não muito elaborada, a fórmula política proposta por Marques Pereira é a confederação monárquica (modelo que Joaquim Maria da Silva vislumbrou no estudo

---

37 *Ibidem*, p. 137.

38 *Confederação Iberica. Bases para um Projecto de Tratado de Alliança Offensiva e Defensiva e de Liberdade de Commercio entre Portugal e a Hespanha*, Lisboa, Typ. de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1859, p. 3-4. Alguns jornais da capital reproduziram este texto sem lhe fazerem comentários; foi o caso de *Rei e Ordem*, Lisboa, nº 657, 1 de Abril de 1859, p. 2. *O Portuguez* dedicou um artigo de primeira página à análise deste impresso com o qual concordava parcialmente: "Votamos, pois, pela idéa do sr. Marques Pereira, como uma condição que ha-de aproximar infallivelmente a união iberica, mas discordamos de alguns dos artigos do seu projecto, que se fossem exequiveis, eram altamente inconvenientes e desvantajosos para Portugal" (cf. *O Portuguez*, Lisboa, nº 1802, 29 de Abril de 1859). Discordava, por exemplo, do artigo que previa a arbitragem de uma terceira nação quando as duas nações confederadas não chegassem a acordo sobre qualquer assunto de política externa ou internacional; discordava ainda da cláusula de extradição dos presos políticos, cujo princípio considerava "repugnante" e, após, a extinção das alfândegas secas e ligações ferroviárias entre as duas capitais, este artigo não via qualquer razão para manter as alfândegas dos portos molhados.

39 *Ibidem*, p. 5.

anteriormente citado mas que reputou altamente perigoso pois implicava que o rei do Estado mais pequeno ficasse na dependência do maior[40]), posto que a tónica seja efectivamente colocada no tratado diplomático e comercial entre as duas monarquias. A maioria dos vinte artigos do projecto que o autor esboça para a confederação peninsular insiste numa aliança entre dois reinos naturalmente irmãos, que estreitam as suas diplomacias relativamente a questões externas à Península, devendo todas as deliberações nesse âmbito ser tomadas em comum acordo, obrigando-se ambas as monarquias a comunicarem-se reciprocamente para tratarem de todos e quaisquer assuntos diplomáticos e internacionais. A não ingerência mútua em política interna ficava salvaguardada pela liberdade de opção de fórmulas constitucionais, não interferência nas lutas civis respectivas, proibição de qualquer força armada entrar no território da outra potência e tratado de extradição de criminosos civis e políticos. A aliança era ainda suposta estender-se à área militar, com concertação em matéria de armamento terrestre e marítimo, e obrigação de defesa como próprio do território de qualquer das duas nações, quer na Europa, quer nas possessões insulares e ultramarinas.

O ano de 1859 ficou marcado pela divulgação de outro clássico do pensamento iberista, *A União Ibérica*, da autoria de Xisto Cámara, traduzido por Rodrigo Paganino e publicado ao longo de oito números do *Arquivo Universal*[41], e por essa imprensa editado ainda no mesmo ano[42], acrescentado de um prólogo de Latino Coelho que inicialmente havia sido publicado como um artigo

---

40 *Federação Ibérica...*, p. 43.

41 *Archivo Universal*, Lisboa, 1859, 1° ano, 1ª série, n° 6, (7 de Fev.), p. 84-86; n° 7 (14 de Fev.), p. 101-103; n° 8 (21 de Fev.), p. 117-118; n° 9 (28 de Fev.), p. 129-131; n° 10, (7 de Março), p. 149-150; n° 11 (14 de Março), p. 165-168; n° 12 (21 de Março), p. 182-183; n° 13 (28 de Março), p. 198-200.

42 Lisboa, Typ. Universal, 1859, 59 p. O *Arquivo Universal* explicou a resolução de compilar em folheto o texto de Xisto Cámara, em virtude dos muitos pedidos dos seus assinantes (Cf. n° 19, 9 de Maio de 1859, p. 304). Entre os diversos comentários elogiosos que este opúsculo alcançou na imprensa periódica, salientem-se os do *Ecco Popular* (Porto, n° 130, 10 de Junho de 1859); do *Futuro* (Lisboa, n° 350, 1 de Junho de 18599; do *Jornal do Porto* (n° 71, 31 de Maio de 1859). Refira-se que todos estes periódicos aplaudiam a generosa ideia ibérica de Cámara mas patenteavam as suas dúvidas quanto à sua viabilidade a curto, ou mesmo médio prazo.

contendo *Considerações sobre a União Iberica a proposito do folheto do Sr. D. Xisto Camara*[43].

O que o apaixonado das doutrinas de Fourier e apóstolo empenhado do socialismo defendia para a Península era uma federação republicana, articulada pela constituição e governo federais, que permitissem assegurar o interesse da unidade ibérica e o interesse da variedade das regiões, considerando que só "uma verdadeira dictadura revolucionaria" poderia fixar as bases da federação[44]. O cenário que Cámara visualisava após o derrube das monarquias e instauração do federalismo revolucionário assente na independência das localidades, era um verdadeiro éden peninsular pautado pela prosperidade e felicidade. Esta "Peninsula unida e regenerada" deveria ser posta em marcha através de uma série de medidas que o autor denomina de "oficiais" e "extra-oficiais"[45] mas, sobretudo, era necessária outra condição que foi, enfim, a razão da vida e da morte de Cámara:

"Para tudo o que, oh! queridos portuguezes! não se necessita mais do que uma cousa; uma somente: a revolução na Hespanha"[46].

O estado de "desmoralização espantosa" de Portugal em 1860, levou Joaquim Lopes Carreira de Melo a reflectir sobre a actuação do monarca, defendendo que a ele cabia tomar a iniciativa para

---

43 *Archivo Universal*, 1° ano, 1ª série, n° 11, 14 de Março de 1859, p. 161-163. A adesão de Latino Coelho ao ideário ibérico era ainda evidente: "O pensamento de fundir n'um só corpo de nação a Peninsula Hispanica, é pois, antes de tudo, uma idêa eminentemente europêa e um dos mais seguros penhores da paz futura e da futura civilisação". Todavia, embora sem apontar uma fórmula política, afirmava já que a união das coroas peninsulares pela eventualidade das sucessões dinásticas não resolvia o problema do melhor modo, e deixava ao tempo, "supremo nivellador", e à "Providência das nações" a responsabilidade de encontrar a resolução para a união que, entretanto, se deveria ir efectuando pelos costumes e não ser decretada pelas leis.

44 *A União Iberica...*, p. 26.

45 Na categoria de meios "oficiais" propunha o caminho de ferro Lisboa/Porto, a comunicação telegráfica, a reciprocidade de direitos civis e políticos, a unidade científica e literária, a unidade de pesos, medidas e moedas, a supressão de alfândegas, rfeormas económicas gerais, promoção de festas raianas para esbater a separação, obrigatoriedade de aprendizagem nas escolas do portugês, em Espanha, e do espanhol, em Portugal. Os meios extra-oficiais seriam: a formação de uma sociedade propagandística, trato frequente dos intelectuais liberais dos dois países, publicação em português e castelhano de obras, periódicos e folhetos, criação de um bom teatro espanhol e de um Ateneu peninsular em Lisboa, Porto, Coimbra e Braga, estabelecimento em Portugal de gabinetes de leitura muito baratos, fundação de grandes associações peninsulares agrícolas, industriaissocorros mútuos, etc.

46 *Ibidem*, p. 41.

salvar o Estado e engrandecer o país, "seguindo uma politica de acção, conveniente e da época"[47]. Subrepticiamente embora, este texto revelava-se partidario de uma eventual reunião ibérica, espécie de renascimento dos dois países peninsulares, desde há séculos idealizada pelos melhores espíritos reinantes, nos quais parece aconselhar D. Pedro a inspirar-se. O fragmento que permite a intelecção deste pensamento é o seguinte:

"O seu [de Portugal] processo de incapacidade, está escripto nas paginas da sua historia deste seculo. Se presistem, elle morre, á necessidade, no meio da corrupção em que o metteram. E a sua morte talvez seja uma fortuna para o paiz, que não morre. Estamos, que a mãe de Portugal, a nobre matrona Hespanha, como boa mãe, não deseja a morte do filho para lhe herdar os bens, mas se ele morre, ella é sua legitima herdeira, como já foi de Castella, Aragão, e outros seus filhos, que tem fallecido, mais honrosamente, do que ha de acontecer ao Portugal.

Dirão porém alguns, morrer! oh horror?! morrer sim, porque, politicamente fallando, as nações tambem tem necessidade de morrer, para resuscitar gloriosamente. Morrer para melhor viver, é mesmo da nossa fé, qque é uma morte gloriosa. O redemptor morreu sobre a cruz, para salvar e regenerar o genero humano. Portugal, em tal caso, morrerá, para se regenerar a si, resuscitará na Hespanha; será o espirito forte, que fará em firme união conter gallos e bretões, como nos tempos gloriosos dos Viriatos e dos Anibaes, poude conter os romanos. Sagunto e Cannas são os padrões da nossa gloria dessa época. Ainda existe o espirito de Pelagio e do Cid, e dos heroes do Sallado onde se deu um golpe mortal na oppressão sarracena; dos descubridores e conquistadores que immortalisaram as nações da Hespanha; onde ficaram gravadas em letras de ouro, as paginas brilhantes da historia de Fernando e Isabel, de Aragão e Castella, de Manuel de Portugal, d'esse rei venturoso, que sem conquista d'armas, mas só pela sua sabia

---

[47] MELLO, Joaquim Carreira Lopes de — *Portugal suas dynastias e governos ou verdades historicas e politicas ácerca das suas legitimidades*, Lisboa, Typ. Universal, 1860, p. 105. Esta obra conheceu uma 2ª edição em 1862, na mesma tipografia. O autor foi um professor de mérito reconhecido, fundou o prestigiado colégio de N. Sr.ª da Conceição em Lisboa, e foi um destacado redactor do periódico *Instrucção Publica* que se iniciou em 1 de Julho de 1857; publicou várias obras, sobretudo de índole histórica, geográfica e corográfica.

politica, preparou o terreno para que seu filho, o principe D. Miguel, pozesse sobre sua cabeça a mais nobre e mais bella coroa do mundo, a coroa da Hespanha. E nem por isso, o sabio, e magnanimo rei temeu, que Portugal fosse absorvido pela Castella e Aragão, nem pela Hespanha, porque na Hespanha ficavam todos, sem que nenehum podesse negar, que era hespanhol. É que D. Manuel tinha uma cabeça politica, conhecia o espirito do seu povo, não era um homem vulgar, era homem grande, e rei excellente. A morte prematura do filho; a exaltação do seu paiz, pelas descubertas e riquezas do oriente, fizeram mudar o rumo politico, e a Hespanha ainda desta vez, sem conquista e odio, deixou de formar por alliança uma poderosa nação"[48].

Refira-se que dois anos antes, Carreira de Melo havia já denunciado no artigo *Civilisação Nacional* a "mania de desnacionalisar tudo" por cega obediências aos modelos ingleses e franceses, contrapondo-lhe os valores peninsulares:

"Preferimos o fogo e genio dos filhos da peninsula, á fleuma bretã, e vivacidade gallicana. As hespanholadas castelhanas, ao orgulho da soberba einsupportavel Albion, ou a impetuosidade franceza.

(...) Querer fazer de Portugal uma colonia franceza ou ingleza é um crime de lesa nação. Os portuguzes são filhos da Hispanha, e não podem, nem devem deixar de ser hespanhoes e portuguezes"[49].

Um dos opúsculos ibéricos que mais repúdio suscitou na imprensa portuguesa da época, talvez pela dupla condição de defensor da monarquia ibérica e de defensor do ministério Casal Ribeiro / Martens Ferrão / Fontes, foi o que saíu com autoria de Joaquim José Ribeiro, intitulado *A União Iberica ou reflexões sobre a união dos dois povos da Peninsula*, publicado no conturbado ano de 1867[50]. Invocando a sua história de velho liberal adepto do partido progressista e militar activo em 1847, o autor apresentou-se com o objectivo de esclarecer a utilidade dessa união, escorado em opiniões de "vultos respeitaveis e competentes"[51]. A

---

[48] IDEM, *Ibidem*, p. 103-104.

[49] *A Instrucção Publica. Periodico Scientifico e Litterario*, Lisboa, nº 19, 1 de Outubro de 1858, p. 146-149.

[50] RIBEIRO, Joaquim José — *A União Iberica ou reflexões sobre a união dos dois povos da Peninsula*, Typ. Lisbonense, 1867, 16 p.

[51] Com efeito, sob a epígrafe *Opinião de Diferentes Vultos Respeitaveis sobre a União Iberica*, J. J. Ribeiro compilou alguns pensamentos escritos que

argumentação posteriormente desenvolvida não era de todo original: exemplos bem sucedidos das unificações italiana e alemã; divórcio entre os espanhóis e a sua dinastia bourbónica; nítida prosperidade material proveniente da reunião da família ibérica; vantagens a nível das forças armadas terrestres e marítimas. No tocante à resolução e execução do seu projecto, o autor propunha que cabia aos espanhóis o primeiro passo, na condição de povo que pretendia usufruir do sistema liberal e dinastia reinante em Portugal. Simultaneamente, crente nas transformações pacíficas e nas virtualidades do sistema parlamentar, J. J. Ribeiro aconselhava:

"Levantae-vos pois, ó povo hespanhol, uni-vos em massa compacta, quebrae as algemas da escravidão, e sacudi, o jugo da tyrannia; o vosso grito seja a liberdade, a egualdade, a fraternidade e a união iberica. Evitae a efusão de sangue, empregae a persuasão em vez das balas e das bayonetas; os soldados são cidadãos como vós, são vossos irmãos, são vossos filhos; correi á urna, e por meio do suffragio universal escolhei para vosso chefe o Luiz I; então, vinde pois á fonte da liberdade e da paz, saciar a vossa sede de justiça! O resto é facil, fazei boa escolha de representantes, e as camaras communs farão o resto"[52].

---

aparentemente apontavam para essa solução; são seus autores José Estevão, Almeida Garrett, Duque de Palmela, Casal Ribeiro, D. Jerónimo Osório, Lopes de Mendonça, Henriques Nogueira, Carlos José Caldeira, e ainda os periódicos *Revolução de Setembro* e *Nacional* (Cf. *op. cit.*, p. 4-5). Repare-se que esta estratégia foi muito utilizada pela imprensa espanhola que frequentemente citava excertos de textos dos mais consagrados autores portugueses para provar a adesão da intelectualidade portuguesa e, caso mais curioso, é que todas estas citações foram mesmo copiadas, só com alteração da ordem, da obra de Xisto Cámara, anteriormente citada, p. 1-2. Se uns tinham efectivamente pugnado por esse ideário como Nogueira, Casal Ribeiro ou Caldeira, ou ainda os periódicos citados, nomeadamente nos primeiros anos da sua publicação, outros eram mais ou menos adaptados, em função da época e contexto em que produziram tais afirmações. Encontram-se neste caso o bispo de Silves que em finais de Quinhentos apoiara a monarquia dual; Palmela, que em 1822 vira na associação com Espanha a solução para o desiquilíbrio causado pela perda do Brasil; ou ainda Garrett que lembrara que "hespanhoes somos e de hespanhoes devemos prezar-nos", assinalando na sexta secção do *Portugal na Balança da Europa* que interessava a independência com verdadeira liberdade ou então uma qualquer forma/fórmula de união com a Espanha (Cf. *Portugal na Balança da Europa; do que tem sido e do que ora lhe convem ser na nova ordem de coisas do mundo civilisado*, Londres, S. W. Sustenance, 1930, 338 p. Esta obra conheceu uma 2ª edição, desta feita no Porto, pela casa editora da Viúva Moré, em 1867, da qual a Horizonte viria a fazer uma réplica fidedigna, apenas com actualização ortográfica).

[52] RIBEIRO, Joaquim José — *A União Iberica...*, p. 13.

Em 1868, no auge da cruzada anti-ibérica parcialmente provocada pelos temores da nova revolução espanhola, Albano Afonso Almeida Coutinho criticou a "berraria" que ia na imprensa portuguesa, num folheto que denominou *Iberismo ou o Paiz e a Situação deante dos ultimos acontecimentos de Espanha*[53]. A crítica à imprensa portuguesa assentava em dois vectores; por um lado, quase parecia que Portugal não se alegrava com o triunfo da causa liberal em Espanha, e por outro, não deveria preocupar-se com o perigo imaginário que vinha de fora mas sim empregar os seus esforços em denunciar e combater os perigos reais internos, causados pelas más governações[54]. Esta postura de Albano Coutinho subordinava-se ao seu credo confessado, a realização da união ibérica sob a fórmula monárquica unitária:

"Não tememos, que os espanhoes nos invadam, e nos conquistem, porque, como já dissemos, se baqueou a tyrannia dos reis, não podemos admittir, e nem temmemos, que seja substituida pela dos estados mais fortes; mas, se não tememos a absorpção pela força, não podemos fazer reparo a que, vaga a dynastia castelhana, os espanhoes nos proponham a fusão dos dois povos irmãos com a dynastia portuguesa por base, ficando Lisboa séde do governo da peninsula iberica"[55].

Compreendia o velho soldado e jornalista que esta fusão teria que passar pelo estabelecimento de um "trato particular e intimo, a affeição mutua, a confiança e harmonia de vontades, e a communhão de interesses" pela dissolução de "prejuizos de educação fundados na tradição de muitos seculos", mas o seu optimismo de base iluminística levava-o a acreditar que o

---

53 COUTINHO, Albano — *Iberismo ou o Paiz e a Situação deante dos ultimos acontecimentos de Espanha. Opusculo seguido de duas cartas uma ao general espanhol D. Juan Prim outra ao distincto jornalista portuguez Pinheiro Chagas*, Lisboa, Imprensa de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1868, 24 p. Descendente de famílias miguelistas, Albano Coutinho também escreveu em jornais legitimistas como o *Portugal Velho* e a *Nação*, fundou em 1856 o *Doze de Agosto*, e colaborou depois em jornais como a *Revoluçãode Setembro*, *O Futuro*, *Politica Liberal*, etc. O seu filho, que também assinava Albano Coutinho, foi igualmente jornalista e escritor, abraçou as ideias republicanas e colaborou assiduamente em periódicos como o *Comércio do Porto*, *Gazeta de Portugal*, *Economias*, *O Século*, *Diário da Tarde*, *República Portugueza*, etc.

54 "É bom ser independente, mas parece-nos que a independencia da miseria não terá força para resistir á situação, que lhe traga meios e consideração sem deshonra!" (Cf. *op. cit.*, p. 6).

55 *Ibidem*, p. 6.

obscurantismo cederia a vez à confraternidade, à protecção mútua da humanidade, enfim, à consolidação da felicidade possível dos povos. Um dos preconceitos que achou logo por bem questionar foi o da ferocidade dos espanhóis, tão propalada em Portugal e apresentada como causa do impossível entendimento. Lembrando que também Portugal fora conquistador pelo direito do mais forte, aceitara a inquisição e expulsara os judeus, defendia que o povo não podia ser confundido com os maus governos e lembrava que, apesar de todas as vicissitudes, a Espanha impusera o liberalismo ao jesuitismo, e acompanhara a marcha inelutável dos progressos morais e materiais.

Toda a construção teórica de Coutinho era cimentada por verdades quase apodíticas, irrigada pelos mais ortodoxos princípios da filosofia das luzes, menos no tocante à data de realização da Ibéria, que permanecia misteriosa. A passagem seguinte ilustra cabalmente o seu pensamento ucrónico:

"Está escripto no livro dos destinos dos povos, que a Iberia venha a ser um facto, porque está escripto no grande livro dos destinos da humanidade o pincipio *progresso* que leva á perfeição social, á confraternidade dos povos, e fraternidade dos homens.

Está escripto no livro dos destinos da humanidade, que a Iberia venha a ser um facto, e ... transitorio; *mas, as datas*?

Eis, apenas, em que consiste para nós o mysterio!

Não poderemos muitas vezes marcar as datas de taes e taes factos, de taes e taes transformações, podemos asegurar, que estes ou aquellas hão de dar-se, se uns, ou outras estão no curso regular dosacontecimentos, marcado pelo curso regular das idéas.

Hade verificarse a União Iberica, hão de fundir-se os estados pequenos, hão de agrupar-se os povos pelas raças, hão de modificar-se constantemente as sociedades, *como tem acontecido desde o principio do mundo*, agora com mais precipitação, pelos effeitos da luz vivificante da imprensa, do vapor, e da telegraphia electrica, que quasi acompanha o pensamento!"[56]

Este folheto incluía ainda uma carta a Prim na qual o autor felicitava o general espanhol pelo êxito da revolução e enunciava as

---

[56] *Ibidem*, p. 13.

possíveis soluções para a crise politico-governativa[57], e outra a Pinheiro Chagas a quem exortava ao combate a Roma, o último baluarte dos "tyrannos não disfarçados"[58].

Mas a evolução dos acontecimentos em Espanha refreou o ímpeto de Coutinho que em 25 de Março de 1870 escreveu uma carta a Benigno Joaquin Martinez dando-lhe conta da sua desilução face ao espectáculo de "caça ao rei", a desorientação de certos políticos como Serrano e Prim, ou ainda a profusão de fusilamentos como os que recentemente tinham sido efectuados em Cuba para reprimir uma conjura. Afinal, admitia Coutinho, os fusilamentos não advinham das formas de governo, estavam efectivamente radicados "no animo dos hespanhoes". Das suas palavras transparecia uma tendência revisionista sobre o carácter espanhol, se bem que alimentando sempre o sonho de união ibérica:

"Bem sei que declarado iberico hontem, não faltará quem bata palmas por este meu desabafo de consciencia.

Tenho hoje as ideias que tinha hontem pela aproximação dos povos, pela fusão das pequenas nacionalidades, e pela largueza de relações de toda a ordem de povo a povo, até se harmonisarem, quanto possivel, as leis, os usos e costumes, os interesses, e os proprios commodos, de todos: tenho sido obrigado a reformal-as, quanto ao vosso adiantamento moral, e aos vossos instinctos"[59].

O texto de Antero de Quental *Portugal perante a Revolução de Hespanha*[60], tornou-se rapidamente um dos referentes fundamentais da literatura encomiástica da revolução antibourbónica. Publicado dois meses após a convulsão setembrina, marcou na vivência do autor o início de um período mais activo de propaganda dos ideais da união peninsular, tendência que aliás

---

57 *Ibidem*, p. 19-22. A carta está data de 14 de Outubro de 1868 e aí Albano Coutinho recusa como más as hipóteses do regresso à monarquia bourbónica, a escolha de um príncipe estrangeiro, a escolha de um notável espanhol, e a federação que identificava com desmembração. A solução mais fácil e conveniente parecia-lhe a opção pela dinastia portuguesa e a fusão em uma das duas nacionalidades luso-hispana, mas esta hipótese era contrariada por Portugal que não queria a fusão, nem ela podia ser tentada pela violência.

58 *Ibidem*, p. 23-24.

59 *O Conimbricense*, nº 2376, 3 de Maio de 1870. Esta carta emitida de Mogofores está inserida na secção de folhetim, constituindo a Miscelânea CCCLIV.

60 *Portugal perante a Revolução de Hespanha. Considerações sobre o Futuro da Politica Portugueza no ponto de vista da Democracia Iberica*, Lisboa, Typographia Portugueza, 1868, 39 p.

entrou em curva descendente por volta de 1874, no seguimento do malogro da experiência republicana em Espanha. Sobre o tema Antero escreveu ainda alguns artigos na efémera *República. Jornal da Democracia Portuguesa*, periódico que fundou na capital com Oliveira Martins, Batalha Reis, Manuel de Arriaga e porventura António Enes[61]. Identificando revolução com revelação, Antero de Quental considerou o golpe de 68 o termo último e naturalíssimo de uma série de movimentos acidentados mas progressivos que durante meio século tinham constituído a história social de Espanha. A revolução conduziria à democracia e à República que deveria criar a diversidade para garantir a liberdade sobre a sólida base da igualdade, isto é, Quental propunha a república democrática federativa como fórmula de eleição do credo revolucionário, apontando os exemplos da Suíça e dos Estados Unidos como as únicas repúblicas democráticas e estáveis. Na sua óptica o ideal da Espanha em revolução confundia-se com o ideal de Portugal que precisava de ser revolucionado dado o seu estado de abatimento e decadência, pelo que indicava para ambos a solução da democracia e do federalismo, representando a primeira a queda do estado burguês, e o segundo o renascimento da vida local e consequente eliminação da unidade centralizadora. A veemência com que preconizava a federação-republicana-democrática, vista como a formidável unidade de interesses, ideias e vontades, levou Quental a relegar e renegar o conceito de nacionalidade, moralmente anacrónico, substituindo-o pelo de fraternidade dos cidadãos da democracia ibérica.

Esta era a mensagem explosiva que deixava aos "Fuas Roupinhos" e "Espadeiros" do "jornalismo a tanto por linha", lembrando-lhes que o patriotismo não coincidia rigorosamente com o facto da nacionalidade:

"Se não é possivel sermos justos, fortes, nobres, intelligentes, senão deixando cair nos abysmos da historia essa coisa a que já se chamou *nação portugueza* cáia a nação, mas sejamos aquillo aquillo para que nos criou a natureza, sejamos intelligentes, nobres, fortes, justos, sejamos homens, muito embora deixemos de ser portuguezes.

---

61 PEREIRA, Maria da Conceição Meireles — *O Iberismo de Antero revisitado: um percurso biblio-historiográfico*, in "Antero de Quental e o Destino de uma Geração", Porto, Edições Asa, p. 231-238.

(...) Eu, por mim, pondo de parte toda a poesia e toda a sentimentalidade, contentar-me-hei de affirmar aos patriotas portuguezes esta verdade de simples bom senso: que, nas nossa actuaes circunstancias, o unico acto possivel e logico de verdadeiro patriotismo consiste em *renegar a nacionalidade*"[62].

Refira-se que também na sua célebre conferência do Casino Lisbonense Quental chegou ao corolário da federação democrática:

"Opponhamos á monarchia centralisada, uniforme e impotente, a federação republicana de todos os grupos autonomicos, de todas as vontades soberanas, alargando e renovando a vida municipal, dando-lhe um caracter radicalmente democratico, por que só ella é a base e o instrumento natural de todas as reformas praticas, populares, nivelladoras"[63].

Quando do encerramento das Conferências, Quental endereçou uma carta ao marquês de Ávila na qual denunciava as calúnias dos jornais ultramontanos que apresentavam os conferencistas como "communistas, vendidos á Iberia, agentes da Internacional"[64].

O entusiasmo de Quental pela ideia de íntima fraternidade peninsular, bem como a posterior desilusão sobre o assunto, terá sido um percurso comum a muitos dos seus companheiros da dita geração coimbrã. Quando da morte do poeta, Raimundo Capela, seu antigo colega do curso 1859-64 e então consul de Portugal no Maranhão, escreveu um escorço biográfico de Antero na *Gazeta de Noticias*, do Rio de Janeiro. Aí relembrava:

"A união ou a fusão iberica parecia-lhe e parecia a todos nós uma onveniencia politica e uma necessidade physiologica"[65].

Nos tempos subsequentes à revolução espanhola de 68 publicaram-se em Portugal várias peças que glorificavam esse marco da história peninsular e, simultaneamente, indicavam o regime republicano federal como a fórmula que, a partir de então, abriria uma nova era à Península Ibérica. Pedro Salema Garção publicou em fins desse ano o folheto *A Hespanha e a Republica* que

---

62 *Portugal perante a Revolução de Hespanha...*, p. 39.

63 QUENTAL, Anthero — *Causas da Decadencia dos Povos Peninsulares nos ultimos tres seculos*, Porto, Typ. Commercial, 1871, p. 47-48.

64 IDEM — *Carta ao Ex.mo Sr. Antonio José d'Avila, marquez d'Avila, Presidente do Conselho de Ministros*, s. l., s. d.[1871], p. 6.

65 Cit. por PAXÊCO, Fran — *A Escola de Coimbra e a Dissolução do Romantismo*, Lisboa, Casa Ventura Abrantes, Livraria Editor, 1917, p. 64.

fazia a apologia desse regime para o país vizinho[66]. Alguns dos textos que defendiam a república mostraram todavia certa prudência relativamente à questão ibérica. Filipe de Sousa Belford escreveu *Pampilho de Malhados Ibericos em 1869*, um opúsculo verrinoso sobre os políticos e sobre a monarquia portuguesa que a todos acoimava de ibéricos[67]. O folheto *Uma Hora de Trabalho* defendeu que os estados que escolhiam a forma de governo democratico-republicano deveriam ter garantias de prosperidade e duração pelo que se deveriam associar por meio da federação[68]. Já Vieira de Castro, num texto de propaganda do regime republicano, entendeu não se manifestar quanto ao caso espanhol:

"Não sou, em relação á Hespanha, nem republicano nem monarchista. Não tenho nada que vêr com isso; não tem ninguem, que não seja hespanhol. O que eu disse, e repito, é que a republica é a maxima expressão da liberdade; e, por isso mesmo que o é, requer ella tambem a maxima educação constitucional no povo que a queira adoptar"[69].

A Revolução em Hespanha e a Independencia de Portugal[70], escrito nos dias posteriores à revolução de Cádis, apesar de reconhecer a guerra partidária que larvava em Espanha e as indefinições programáticas da revolução, revelava a sua esperança na vitória da república federal, geradora de liberdade, prosperidade e bonança. Complementarmente, evocava a fraternidade dos

---

66 Embora não tenhamos conseguido encontrar este folheto, alguns periódicos fazem-lhe menção, como por exemplo, *A Revolução de Setembro*, Lisboa, nº 7948, 1 de Dezembro de 1868. *O Aristarco Portuguez* referiu-se-lhe nestes moldes: " Ainda que este folheto não foi escripto para combater a união iberica, póde e deve entrar nesta secção, porque toca factos e faz explanações que revelam claramente as idéas do auctor sobre a referida união" (cf. *O Aristarco Portuguez. Revista Anual de Critica Litteraria*, Coimbra, Imp. da Universidade, 1868, p. 100).

67 BELFORD, Filippe de Souza — *Pampilho de Malhados Ibericos em 1869*, Lisboa, Typographia de M. da Costa, 1870, 58 p. O mesmo tom verrinoso caracterizava já o seu *Annuario Politico-Burlesco de 1864*, Lisboa, Typ. de M. da Costa, 1865, 68 p.

68 *Uma Hora de Trabalho*, Viana, Typ. de André Joaquim Pereira & Filho, 1869, p. 15.

69 CASTRO, Vieira de — *A Republica*, 3ª ed., Porto, Typ. Luzitana, 1869, p. 51. Esta posição de Vieira de Castro tinha já sido divulgada numa carta sua a Filipe de Carvalho, datada de 20 de Novembro de 1868 (Cf. *Cartas ao Senhor Conselheiro Antonio Rodrigues de Sampaio e ao Senhor Filippe de Carvalho*, Porto, Typographia Lusitana, 1868, p. 21).

70 *A Revolução em Hespanha e a Independencia de Portugal*, Porto, Typographia Commercial, 1868, 28 p.

portugueses e espanhóis que, apesar de separados por muitos ódios, haviam combatido juntos contra inimigos comuns, na Reconquista, em Navas de Tolosa, ou mais recentemente, "ambos defendendo as mesmas bandeiras, a bandeira da patria"[71], repudiando as tropas napoleónicas do solo nacional. A Espanha livre não podia fazer perigar a independência de Portugal, porque a liberdade não era inimiga da liberdade; com a queda de Isabel de Bourbon, "o inimigo que podia tramar contra a nossa independência"[72], a causa dos povos estava finalmente salvaguardada na Península.

João Dubraz deu também o seu parecer sobre *A Republica e a Iberia*[73]. Se sobre as excelências da primeira não parecia ter dúvidas, quanto à segunda punha sérias reservas:

"O estado da Europa, ou antes a transição d'esse estado para outro, póde trazer cedo a Portugal a republica e a iberia, ou a republica sem n'a iberia, ou a iberia sem n'a republica. Na primeira hypothese seriamos annexados, na segunda mantidos na independencia, na terceira conquistados e fundidos"[74].

Colocando a tónica na inexistência de condições de assimilação das duas nações a quem chamavam irmãs por "banalidade cortez", Dubraz defendia que os dois povos divergiam no caracter "civil como no nacional, no humor como nas maneiras, no pendor de vida domestica como em tudo o mais", pelo que a propaganda iberica se encontrava atrasadíssima, e tinha o seu quê de inocência prática que a não fazia temível[75]. E se a república tinha condições de possibilidade em Portugal, como admitia o autor, a Ibéria só tinha uma possibilidade única:

"Não é impossivel a iberia, vindo d'envolta com a republica, determinada por alguma pressão externa irresistivel; em tal caso só poderia ser duradoira a iberia federal"[76].

Após as contribuições de Antero de Quental, Vieira de Castro e do *Jornal do Comércio*, o autor, aliás anónimo, do opúsculo

---

71 *Ibidem*, p. 15. O *Diario Mercantil* anunciou este folheto referindo que o autor não declarava o nome e que defendia o federalismo para Espanha (Cf. nº 2620, 14 de Outubro de 1868).

72 *Ibidem*, p. 21.

73 DUBRAZ, J. — *A Republica e a Iberia (Palavras Francas)*, Lisboa, Imprensa de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1869, 15 p.

74 IDEM, *Ibidem*, p. 4.

75 IDEM, *Ibidem*, p. 12-13.

76 IDEM, *Ibidem*, p. 14.

Portugal e a Republica pretendeu provar a necessidade de implantação da república federativa em Portugal e na Espanha, o que esperava a todo o momento, pese embora a república ibérica se pudesse instaurar após a instalação do regime republicano em cada um dos países:

"Portugal, porém, para se tornar republicano federativo não necessita fazer juncção com a Hespanha. (...) A juncção será feita porventura mais tarde, mas será depois da proclamação da republica nos dois paizes separadamente"[77].

Da mesma pena, e numa linha ideológico-argumentativa bastante semelhante, saiu *Republicanos e Monarchistas*, folheto que contestava os argumentos dos monárquicos portugueses e preconizava a instauração da República Lusitana[78].

A interinidade espanhola sugeriu ainda outro opúsculo, *A Questão Iberica e o Saldanha perante o Futuro de Portugal*[79], que equacionava a crise de Espanha com a estagnação de Portugal. Depois de rejeitar a união ibérica por meios violentos, apresentou as formas da sua possível realização por meios pacíficos. Dentro destes repudiou a via da monarquia unitária (que identificava com a fusão e reputava de altamente repugnante); repudiou a via do dualismo monárquico (porque logo se convertiria em república unitária); repudiou a forma republicana unitária (muito semelhante à monarquia). Restava a forma republicana federativa, "a qual satisfaz plenamente as aspirações da nova epocha de liberdade"[80], e na qual preconizava um futuro de prosperidade para a península, advogando que a sua preparação poderia ser a missão de Saldanha, recém chegado ao poder:

"O illustre marechal ou conserva o *status quo* das cousas do paiz, e então nada melhora a posição d'este, antes a complica; ou segue o caminho indicado das reformas, e a sua missão actual póde

---

77 *Portugal e a Republica*, Lisboa, Typographia Lisbonense, 1869, p. 14. Este folheto apresentava a república federativa como uma instituição muito superior à monarquia, cuja virtude fundamental radicava na descentralização.

78 *Republicanos e Monarchistas pelo auctor de Portugal e a Republica*, Lisboa, Typographia Lisbonense, 1870, 31 p.

79 *A Questão Iberica e o Saldanha perante o Futuro de Portugal. Duas Palavras d'um Dedicado Portuguez ao seu Paiz*, Coimbra Imprensa da Universidade, 1870, 53 p.

80 *Ibidem*, p. 32.

ser a salvação da patria: a sua presença nos negocios publicos seria então um facto da Providencia"[81].

A profunda impressão causada pela guerra franco-prussiana, cruel espectáculo que as nações ditas cultas e avançadas prodigalizaram à Europa não deixou de influenciar as análises e opiniões da época[82], acentuando o pendor federalista e pacifista.

Os Estados Unidos da Europa, constituídos pela França, Itália, Espanha, Portugal e Bélgica era o que propunha António Enes face à derrota da França, no seu opúsculo *A Guerra e a Democracia*. A Europa latina, unida pela federação republicana, afigurava-se-lhe o grande ganho que a guerra franco-prussiana e a queda de Napoleão poderiam produzir, gerando por um lado a democracia, aspiração dos povos e, por outro, a resposta necessária ao gigante alemão. Portugal só teria vantagens nesta redistribuição do equilíbrio europeu:

"Comprehendido nos Estados Unidos da Europa, Portugal seria respeitado e livre. O desequilibrio de força, a desegualdade de população, riqueza, industria, etc., entre os membros da associação não faria perigar a independencia de nenhum, porque lh'a protegeriam os interesses dos outros, e porque os grandes Estados se subdividiriam constituindo federações.

Annexados á Hespanha actual seriamos absorvidos; associados com a Catalunha, a Galiza, Aragão, Castella etc., seriamos livres e poderosos: poderosos em relação aos membros da federação pela propria força, poderosos em relação ás outras potencias da Europa pela protecção legal e obrigatoria da federação.

Mas as monarchias são, por natureza, unitarias. Por isso em Portugal são patriotas os republicanos, e amam a independencia nacional os que desejam vêr estabelecido na Europa o systema federal"[83].

---

[81] *Ibidem*, p. 53.

[82] Neste contexto Matias José de Oliveira dos Santos Firmo congratulava-se pela extinção dos antigos ódios entre portugueses e espanhóis que datava da solidariedade alcançada no tempo das invasões francesas (Cf. *A Civilisação Portugueza. Apontamentos Historicos*, Lisboa, Imprensa Silviana, 1871, p. 16-17.

[83] ENNES, A. — *A Guerra e a Democracia. Considerações sobre a Politica da Europa*, Lisboa, Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1870, p. 23. Silva Pinto mostrou-se contrário à teoria de Enes quer no *Jornal do Comércio* (nº 5103), quer na *Democracia*, onde num artigo intitulado *Do Partido Federal* considerou a federação latina uma luta titânica, já que uma das raças tenderia

O tema viria aliás a ser estudado no âmbito da cadeira de Direito Administrativo regida por Manuel Emídio Garcia, tendo os seus alunos publicado um trabalho sobre a *Influencia do Socialismo e da Internacional na Administração e na Politica dos Estados*[84]. Além da análise do socialismo utópico da 1ª metade do século e do socialismo actual (comunistas colectivistas, individualistas e mutualistas), este estudo abordava a difusão da "boa ideia de uma *federação* ampla e generica no velho continente, com o nome de — *Estados Undos da Europa*, bafejada pelas chamadas luzes da realisavel utopia, chamada — *Republica universal*"[85].

Com o título *Leopoldo e Fernando ou Hespanha e Portugal* foi publicado um pequeno folheto que vituperava a monarquia e repudiava ambos os nomes para o trono de Espanha, considerando que só tinham um efeito nefasto: "A escravidão de Hespanha seja qual for o candidato e a desapparição de Portugal se elle for Leopoldo"[86]. Apesar de Prim tudo fazer para realizar a união ibérica com Fernando de Coburgo, este texto defendia que quer Espanha quer Portugal tinham por futuro próximo a república, a única forma racional de governo, pelo que Leopoldo ou Fernando podiam ser reis, "mas em suas casas e nunca do povo hespanhol, jamais da peninsula iberica"[87]. A república esperada e desejada traria consigo a federação:

"O futuro da Europa é a republica federal, e por mais que teimem não ha dique que desvie ou paralise o progresso da dignidade humana. É trabalho de seculos; em sido lento, bem lento, mas afinal eil-o quasi concluido em Hespanha, é a primeira que o traz á luz"[88].

---

a absorver as outras, e patenteou as suas dúvidas quanto às federações por decreto: "Eu não creio e detesto os esforços empregados para a federação politica combinada, escripta e decretada. Creio na federação universal completa, longinqua é certo, mas fascinadora e sublime" (cf. *A Democracia. Jornal da Tarde*, Lisboa, nº 7, 23 de Março de 1871, p. 1-2).

84 *Influencia do Socialismo e da Internacional na Administração e na Politica dos Estados. Estudos feitos na aula de Direio Administrativo da Universidade de Coimbra 1871-1872*, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1872, 54 p.

85 *Ibidem*, p. 28. Este estudo apresentava críticas profundas à Internacional que poderia operar como instrumento de aspirações ilegítimas sob aparências pacíficas. O elogio fundamental ia para o regime republicano.

86 *Leopoldo e Fernando ou Hespanha e Portugal*, Lisboa, Typographia Livre, 1870, p. 4.

87 *Ibidem*, p. 8.

88 *Ibidem*, p. 6.

Mas a eleição de D. Fernando para o trono espanhol também foi defendida em Portugal e dessa opção fez eco um folheto que saiu com o título *Duas Palavras sobre a Candidatura de S. M. El-Rei D. Fernando ao Throno de Hespanha por um Portuguez*[89]. A tese aqui expendida defendia que os culpados das complicações externas que estavam a pôr a independência de Portugal em risco eram aqueles que evitaram ou contribuiram para que D. Fernando não aceitasse a coroa de Espanha quando esta lhe foi oferecida em 1869[90]. Complementarmente, defende que foram os partidários de Montpensier que propalaram a ideia de que a candidatura de D. Fernando tinha a ver com a união ibérica para a tornar tanto quanto possível impopular em Portugal. Quando do seu exílio em Lisboa, Montpensier teria envidado todos os esforços para recrutar adeptos portugueses para boicotar a candidatura de Fernando de Coburgo, o que conseguiu com êxito, nomeadamente entre alguns orgãos da imprensa periódica que elogiaram Montpensier, forneceram informações (algumas falsas) para os jornais de Madrid, e aterraram o povo identificando a candidatura fernandista com a união ibérica. Este folheto abria uma excepção para o *Jornal do Comércio* "que nunca se deixou dominar pelo ridiculo receio que tal candidatura fosse o prologo da União Iberica"[91]. Aos manejos montpensieristas que se prolongaram ao longo de 1869 e parte de 1870, coadjuvados por parte da imprensa periódica portuguesa, chama este folheto "terroristas da união iberica" e defende que muitas calamidades se evitariam se D. Fernando aceitasse, lançando ao monarca um repto nesse sentido. Considerando que os "temores ibericos eram uma pataranha", advogava que essa solução convinha a Portugal e salvaria os dois povos do abismo[92].

---

[89] *Duas Palavras sobre a Candidatura de S. M. El-Rei D. Fernando ao Throno de Hespanha por um Portuguez*, Lisboa, Lallemant Frères Typographos, 1870, 68 p. Refira-se que a questão dinastico-diplomática e a actividade de Saldanha, como factos positivos e concretos, foram os aspectos mais visíveis e marcantes de toda a problemática do iberismo pelo que entraram imediatamente nas histórias nacionais (por exemplo, cf. ENNES, António; et al. — *Historia de Portugal*, vol. 6, Lisboa, Officina Typ. de J. A. de Mattos, 1876-1877, p. 408).

[90] Até vai um pouco mais atrás já que lembra que se o príncipe D. Augusto tivesse casado com a filha mais velha de Isabel II já havia candidato em 1868 para o trono de Espanha.

[91] *Duas Palavras sobre a Candidatura de S. M. El-Rei D. Fernando...*, p. 28.

[92] *Ibidem*, p. 68.

A propaganda anti-montpensierista terá tido alguns adeptos em Portugal como comprova a tradução e publicação de uma peça de oratória política de Emílio Castelar sob o título *Discurso contra as pretenções do duque de Montpensier ao throno de Hespanha, traduzido, precedido d'uma introducção e offerecido ao sr. Latino Coelho*[93].

João Nepomuceno de Seixas, professor invisual do Liceu de Lisboa, publicou em 1871 o folheto *Portugal e a sua Autonomia em relação ao novo principio das nacionalidades segundo as raças*[94], no qual propunha uma nova organização peninsular, opondo à propaganda ibérica a propaganda portuguesa-galega. Assim, perspectivava um novo equilíbrio europeu, comandado a norte pelos povos saxónio e alemão, enquanto que "os povos da Peninsula bem descriminados entre si, confederados em aliança estreita, e não amalgamados", poderiam prestar um importante serviço à Europa, organizada segundo o princípio da confederação das raças combinado com o rejuvenescido princípio das municipalidades[95].

Mas a opção monárquica de Espanha, a desastrosa guerra franco-prussiana suscitada pela questão espanhola, a Comuna de Paris, e o estado de abatimento de Portugal suscitaram também a apologia da república, independentemente de quaisquer compromissos inter ou supranacionais[96].

Em 1877 saiu um folheto de Horácio Esk Ferrari que voltava a falar em federação. *A Hegemonia de Portugal na Peninsula Iberica*[97] defendia o exercício de uma justa preponderância,

---

93 Encontramos esta referência bibliográfia na contra-capa de um folheto de José Palmela, incluída na lista de obras do autor, com as indicações de ter sido publicada em 1870 e de ser vendida ao preço de 100 reis. Não nos foi todavia possível encontrar o referido discurso, apesar dos esforços realizados nas diferentes bibliotecas do país.

94 *Portugal e a sua Autonomia em relação ao novo principio das nacionalidades segundo as raças*, Lisboa, François Lallemant Typ., 1871, 23 p. O *Diario Mercantil* chamou a atenção para a publicação deste folheto escrito por um "liberal imparcial", que tinha como objectivo fundamental "assegurar a Portugal a sua independencia" (cf. *Diario Mercantil*, Porto, nº 3216, 7 de Outubro de 1870).

95 *Ibidem*, p. 22-23.

96 VIANNA, João Luiz da Silva — *Idéas do Século. Reflexões ácerca do Presente e do Futuro de Portugal*, Lisboa, Typ. de G. A. Gutierres da Silva, 1871, 32 p.; *A Republica Portugueza. Opusculo Politico*, Lisboa, Typographia do Trabalho, 1872, 24 p.

97 Lisboa, Typographia de J. H. Verde, 1877, 32 p. O autor retomaria o assunto poucos anos mais tarde, com o mesmo título, num artigo publicado em *O*

necessariamente hegemónica em virtude da superioridade politico-cultural de Portugal sobre os outros futuros estados confederados.

Este folheto colheu algumas críticas favoráveis na imprensa republicana e positivista da época[98], mas o apoio mais entusiástico foi patenteado por Ramalho Ortigão. Numa das suas "Cartas Portuguesas" enviadas para a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro e aí publicadas na secção de folhetim, aquele escritor lembrava que a questão ibérica só tinha sido agitada no ano de 1877 através da publicação da obra de Fernandez de los Rios, *Mi Mission en Portugal*, que provocara alguma reacção em Portugal, e do opúsculo de Esk Ferrari, o qual não teria encontrado qualquer eco na imprensa, afundando-se na mais estranha indiferença. Ortigão lamentava tal facto porque "ha muito tempo o povo portuguez não ouvia um palavra tão digna, tão elevada, tão patriotica"[99]. A união apresentada era vista pelo ilustre escritor como um importante estímulo ao aperfeiçoamento, uma tentativa de superação do abatimento e indiferentismo reinantes:

"Acreditar na união iberica como n'um phenomeno irrevocavel na evolução das sociedades, e prepararmo-nos para preponderar nos futuros estados confederados na Peninsula por meio da nossa superioridade moral, eis a mais completa e radical transformação do nosso organismo, eis o mais poderoso de todos os impulsos dados á nossa revivescencia nacional"[100].

Como resultado da inexistência da crença na união ibérica, e da não aceitação do iberismo como ideia ou opinião filosófica,

---

Positivismo. Revista de Philosophia, vol. 4, Porto, Livraria Universal, 1882, p. 360-370. Esk Ferrari debruçava-se neste estudo sobre as formas de incentivar o processo hegemónico.

98 De uma forma geral referiam-se muito elogiosamente ao espírito elevado das ideias de Esk Ferrari, mas colocavam algumas questões na forma de implementar o programa preconizado; veja-se, por exemplo, *Litteratura Occidental. Sciencias, Letras e Arte*, Coimbra, 1878, p. 90-95 (por Eduardo Burnay); *O Seculo. Publicação de Philosophia Popular e de Conhecimentos para Todos*, 2ª Série, Coimbra, Imprensa Litteraria, Dezembro de 1877, p. 153-154; *A Renascença*, Porto, 1878, p. 27-28. Esta último texto é uma carta de Oliveira Martins (de 10 de Novembro de 1877) que, discordando quanto à análise de Espanha e seu povo, concordava contudo com a ideia de missão ou pensamento nacional; Esk Ferrari respondeu-lhe com outra carta (Fevereiro de 1878), publicada na mesma edição da *Renascença* com o título *As Missões Nacionaes* (cf. p. 29-30).

99 *Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, nº 2, 2 de Janeiro de 1878 (Ano IV).

100 *Ibidem.*

apontava a Sociedade 1° de Dezembro e seus hinos e foguetes, desenhando com alguma ironia a diferença entre as duas atitudes:

"Para ser ante-iberico basta ser um trombeteiro mediocre ou um pyrotechnico ordinario. Para ser iberico, no sentido patriotico que esta palavra devia ter, é preciso ser um cidadão exemplar"[101].

A ideia dos Estados Unidos da Europa foi ainda divulgada em Portugal através da versão portuguesa da obra de Charles Lemonnier por Magalhães Lima[102] que activou também a propaganda federalista republicana no *Século* e, posteriormente, na obra que publicou em Paris, *La Fédération Ibérique*[103]. Na carta-prefácio a Auguste Vacquerie apresentava a ideia, aliás comum entre outros republicanos da época, de chegar primeiro à república portuguesa e atingir depois a federação ibérica[104].

Teófilo Braga foi o teórico da conciliação do sentimento de pátria e da república federativa peninsular e latina. Em *Soluções Positivas*[105] fez o elogio da geração republicana de 48, com destaque para o federalismo ibérico de Henriques Nogueira que dizia ter precedido em mais de vinte anos a compreensão política de Pi y Margall. Paralelamente, vituperava a união ibérica, isto é, a teoria da fusão de Espanha e Portugal em uma só nacionalidade, designando-a "ideia vaporosa e phantasmagorica". Esgrimindo os trunfos do federalismo e da importância suprema da nacionalidade, rectificava vigorosamente "a monstruosa conclusão" de Quental, explicando que o federalismo não continha o sacrifício da eliminação da nacionalidade[106].

---

101 *Ibidem.*

102 *Os Estados Unidos da Europa por Carlos Lemonnier. Versão portugueza de Magalhães Lima*, 2 vols., Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1874, 64p. +45 p. Esta publicação estava integrada na colecção Biblioteca Republicana e Democrática.

103 *La Fédération Ibérique*, Paris, Imprimerie Gautherin & C. ie, [1892].

104 *Ibidem*, p. II-III.

105 *Soluções Positivas de Politica Portugueza. Advento Evolutivo das Ideias Democraticas*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1879.

106 Os estudos (históricos, etnográficos, mesológicos, etc.) de Braga sobre a intelecção da nacionalidade portuguesa atingiram particular fulgor na obra *A Patria Portugueza. O Territorio e a Raça*, Porto, Liv. Internacional de Ernesto Chardron, 1894. Saliente-se que os trabalhos de Teófilo Braga inspiraram outros de intenção sociológica, assentes nos dados da ciência positiva, como *Evolução Geral das Sociedades Ibericas* (1910) e As *Nacionalidades Ibericas* (1914), de J. Augusto Coelho. *O Principio das Nacionalidades* (1917) de João Perestrelo insistiu recorrentemente nos conceitos de nacionalidade, sentimento pátrio, intuição de Pátria e amor

Consolidando o elogio dos revolucionários de meados do século e o conceito de sentimento de Pátria ou nacionalidade, e aliando-lhes a imprescindível crítica à monarquia em geral e aos Braganças em particular, Braga propunha:

"É este o caminho da rejuvenescencia de Portugal; Republica e Federação hispano-latina, eis as fórmas da nossa reconstituição nacional e internacional, que podem trazer a este paiz um futuro ainda grandioso[107].

Os almanaques republicanos pugnaram também pela divulgação do ideáro ibérico. Em 1869, o artigo *A Republica Federal* apresentava esta fórmula como "a aspiração suprema dos livre pensadores da peninsula", a "maior fortuna" dos filhos de Espanha, a conquista dos sagrados direitos do homem e a força do país pela confederação de todas as províncias. Todavia, à questão ibérica, sobrepunha-se nas suas prioridades propagandísticas a mais urgente questão da opção republicana:

"E a *republica federal* será para a nossa patria a solução do problema iberico?

Não é! Mas os republicanos portuguezes podem ou não perfilhar essa idéia, como podem ou não acceitar o pensamento unitario, a respeito de cada uma das nações da peninsula.

Que para todos seja porem a aspiração commum — a republica!"[108]

O *Almanach Republicano para 1876* relembrou o opúsculo desassombrado de Antero de Quental bradando por federação e renúncia da nacionalidade, publicando-lhe um excerto sob o título *Portugal e a Revolução*[109].

O *Almanach Republicano para 1893* que homenageava dois vultos recentemente desaparecidos, José Elias Garcia e Latino Coelho, reproduziu excertos do prólogo deste último à *Ibéria* de D.

---

pátrio. A obra de Fran Paxeco, *Portugal não é iberico* (1932), colocou em antelóquio o plano de Teófilo Braga para a História de Portugal, reiterando a importância dos estudos antropológicos e etnológicos do "mestre".

107 *As Modernas Ideias na Litteratura Portugueza, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron*, 1892, p. 115.

108 *Almanach Republicano para 1870 e 1871*, Lisboa, Typ. Portugueza, 1869, p. 40-41.

109 *Almanach Republicano para 1876*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1875, p. 59-61.

Sinibaldo de Mas, que apontavam a republica federal como forma possível de realização da união ibérica[110].

O pensamento iberista de Oliveira Martins tem sido objecto de vários estudos parciais e algumas polémicas, e talvez se careça ainda de um trabalho de fundo sobre o assunto. De qualquer forma, pretendemos tão somente registar alguns dos marcos fundamentais desse percurso intelectual de reflexão sobre a Península, ou de "relações espirituaes com Hespanha", como lhe chamou Fidelino de Figueiredo[111]. Depois do romance *Febo Monis*[112], fundou em 1875 a Revista Ocidental onde publicou o longo artigo de abertura *Los pueblos peninsulares y la civilisación moderna*. As ideias aqui expendidas foram desenvolvidas na *Historia da Civilisação Ibérica*, publicada em 1879, onde o escritor confundia os dois países e glorificava o génio peninsular. No *Portugal Contemporâneo* (1881) fez a história do iberismo no século XIX, especificando que a Regeneração o usara como arma de condenação dos revolucionários novos, explorando o ódio do povo a Espanha como um instrumento de manutenção do poder e, quanto ao federalismo ibérico, mais não era do que o credo de uma pequeníssima minoria. Em 1888 publicou no *Reporter* um artigo sobre a tendência ascencional de Espanha e, no Tempo (1890) perante o ultimato inglês, sustentou uma campanha jornalística que defendia a alaínça hispano-lusitana, assente na fórmula: união de pensamento e de acção, independência de Governo. Na última fase da sua vida (de um certo patriotismo tradicional) as *Cartas Peninsulares* (1894) traduziram uma hispanofilia não política.

Apesar de não terem sido traduzidos em português, vários textos iberistas escritos por espanhóis foram bem conhecidos em Portugal, produzindo alguma simpatia e também bastante contestação.

La Joven España, de Vicente Barrantes, foi um folheto que em 1854 denunciava o desencanto e a esterilidade dos partidos políticos (sobretudo moderado e progressista), e apresentava como

---

110 *Almanach Republicano para 1893. garcia e Latino. Homenagem aos dois fallecidos e gloriosos chefes da democracia Portugueza por um grupo de republicanos*, Lisboa, Tipographia da Empresa Litteraria, 1892, p. 31-33.

111 FIGUEIREDO, Fidelino de — *Historia d'um "Vencido da Vida"*, Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira, 1930, p. 150

112 Ver capítulo 9.

axioma fulcral a ideia de que a grandeza, o futuro e a redenção do país passavam pela realização da união ibérica, cujo instrumento privilegiado seria a juventude generosa. Retomando algumas ideias já expostas no periódico *Las Novedades*, o autor defendia que a Espanha poderia voltar a ser jovem voltando à infância, isto é, unindo-se com Portugal, pela via mais legal e filosófica, ou seja, através do matrimónio de Pedro V com a princesa das Astúrias[113]. Considerando que desde há alguns anos a juventude estava moralmente à frente do movimento civilizador de Espanha, Barrantes apresentou nas páginas finais do seu opúsculo curtas biografias de homens que representavam bem essa juventude valorosa projectando-se como os grandes vultos do futuro: Pedro Calvo Asencio (partidário da união ibérica, como indica o título do periódico que fundou, *La Ibéria*[114]); Cánovas del Castillo ("es de los primeros campeones de la Union Ibérica"); Sinibaldo de Mas, cuja última obra, *A Ibéria*, que tratava da união de Espanha e Portugal, estava destinada a produzir uma revolução[115].

Em1861 devem apontar-se duas publicações, *España y Portugal* de Abdon de la Paz e *La Fusion Ibérica*, de Pio Gullon. Ambas insistiam na união ibérica como um processo lógico na sequência da unificação italiana, aliás aceite pela Europa e por Portugal. Abdon de la Paz encarava esse passo como normal no século que substituíra o despotismo e a tirania pela liberdade e independência, criando o novo direito das nacionalidades. Assim, as potências europeias também apoiariam a união peninsular, o que diminuía a possibilidade de uma reacção hostil por parte da

---

113 Cf. BARRANTES, Vicente — *La Joven España. Folleto dedicado a la Asamblea Constituyente*, Madrid, Imprenta de Julian Peña, 1854, p. 40.

114 Este periódico madrileno foi, com efeito, um dos orgãos da imprensa espanhola que tratou com frequência e seriedade o tema ibérico. O *Almanaque Politico y Literario de La Iberia para el año de 1861*, Madrid, Imp. y Redaccion de La Iberia, 1861, deu ênfase ao assunto através do artigo *La Peninsula Iberica*, da autoria de José Peris y Valero (cf. p. 95-98). Mais tarde foi publicado o primeiro almanaque bilingue espanhol e português, pese embora os artigos nesta língua estivesse pleno de erros ortográficos; foi o *Almanaque Hispano-Lusitano para 1872. Coleccion de chistes, anécdotas, artículos, epígramas, versos y pensamientos, etc., tomados de los más distinguidos escritores, así de España como de Portugal, adornada con varias viñetas y con noticias curiosas é interesantes de ambas naciones*, Madrid, Imprenta de los Señores Rojas, 1871, 132 p. O prólogo, que necessariamente tratava da conciliação e afinidades entre os dois povos, foi escrito por Benigno Joaquin Martinez (cf. p. 23-30).

115 Cf. *Ibidem*, p. 53 e seguintes.

Inglaterra. Uma das primeiras preocupações do autor foi contrariar as razões do orgulho dos portugueses que persistiam em manter a sua autonomia e independência, o qual era, "en parte un obstáculo para la realizacion del pensamiento de la unidad ibérica"[116]. A sua argumentação baseava-se nas remotas afinidades históricas e no quadro de prosperidade que a península unida poderia aspirar. A fórmula proposta, embora não muito claramente, apontava para uma espécie de monarquia com dupla coroa, ficando transitoriamente o rei de Portugal dependente do de Castela, e sendo a restrição do poder real compensada pela representação portuguesa na condução dos destinos da península:

"Acaso el monarca actual no quiere sacrificar su troono en aras de la felicidad de sus pueblos. Sea en buen hora: sea rey, pero rey dependiente de Castilla, ya que por un enlace respectivo no puedan *por ahora* refundirse en *una* las dos diademas; rei únicamente para mirar mas de cerca los intereses de sus súbditos; mas figuren estos *unidos* con España; compartan sus fatigas, ciñan en *union* sus laurels. De este modo, aunque *en parte* puede decirse se restringe el poder real, à esta restriccion *accidental* compensa la ámplia representacion del pueblo portugués en los asuntos de la Peninsula, su engrandecimiento por lo tanto, el triunfo, en fin, de la unidad deseada"[117].

Obrigatoriamente presente na época histórica e solene das nacionalidades, a ideia de fusão ibérica era para Pio Gullon o talismã da redenção peninsular, e a união ibérica uma coisa tão natural e certa que a entendia como "evolucion nacional", a qual "no ha menester defensa ni propaganda"[118].

Mas a sua propaganda era bem incisiva e até agressiva. Segundo o seu ponto de vista, Portugal devia compreender que o aparente sacrifício da fusão era justo, conveniente e oportuno, tendo em vista a grandeza dos resultados. Aliás, a autonomia portuguesa só se justificava descendo a esferas bem inferiores como o idioma e a história, reduzindo-se esta a uma grande etapa colonial e marítima, uma jornada brilhante de comércio e navegação,

---

116 PAZ, Abdon de la — *España y Portugal*, Madrid, Imprenta de D. Isidoro Peciña, 1861, p. 7.

117 IDEM, *Ibidem*, p. 13.

118 GULLON, Pio — *La Fusion Ibérica*, Madrid, Imprenta de Gabriel, Alhambra, 1861, p. 13.

identificando-se em tudo mais com Espanha (religião, raça, costumes, território, clima, indústrias). Daí que o escritor espanhol considerasse que "todos los gérmenes de autonomia faltan y han faltado siempre en Portugal"[119]. Complementarmente, diagnosticava em Portugal uma completa falta de armonia nos seus avanços, liberdades prematuramente desenvolvidas, outras atrofiadas, uma administração civil atrasada, uma administração económica impotente, uma abandono constante dos grandes interesses materiais e uma escassez crónica de recursos; a consequência natural desta disparidade de desenvolvimento era a esterilidade de certas conquistas modernas, não tendo a maioria das liberdades públicas e costumes políticos importados da Inglaterra atingido a sua expressão genuína.

Acreditando que nada havia na Península que se pudesse considerar obstáculo insuperável à imediata unidade da Ibéria, Pio Gullon propunha que ela se construísse em volta de um centro coordenador de todas as acções, ou seja, o trono constitucional de Isabel II.

Mas quando este trono caiu em Setembro de 1868 e a Espanha entrou num longo período de interinidade, a questão ibérica ressurgiu com novo vigor, agitada por republicanos e monárquicos, ganhando as hipóteses portuguesas, D. Fernando de Coburgo e mesmo D. Luís, simpatias num leque vasto de opiniões. O folheto *La Nueva Monarquia y el Nuevo Rey*, de Enrique Buisen y Tomaty, que apoiava a candidatura de Montpensier, dava a entender que os príncipes portugueses eram os únicos que lhe podiam fazer frente, tendo em vista a aceitação alargada que suscitavam em Espanha e a possibilidade de realização mais ou menos próxima da união ibérica, embora as suas recusas tenham eliminado tal hipótese[120]. Outros manifestaram-se total e incondicionalmene a favor da solução portuguesa, como se comprova pelos três folhetos que passamos a apresentar. Em *La Cuestion Dinástica* Eusebio de Salazar y Mazarredo defendia que

---

[119] IDEM, *Ibidem.*

[120] "Rechazada nuestra oferta por los príncipes portugueses, únicos que en gracia á la realizacion mas ó menos proxima de la union Ibérica podian presentarse á la candidatura de Montpensier, todas las demás no siendo aceptadas por el partido republicano, se han hundido balo el peso de su propria insignificancia" (Cf. BUISEN Y TOMATY, Enrique — *La Nueva Monarquia y el Nuevo Rey*, Madrid, Imprenta del Norte, 1869, p. 14).

Espanha devia adoptar uma única política: Gibraltar e Portugal. Argumentando que a ideia de união era desde há anos ventilada e mesmo defendida por destacados vultos portugueses e que a situação de abatimento de Portugal o impelia para esse fim, advogava um período de preparação que criasse interesses comuns, diminuísse desentendimentos, aumentasse simpatias recíprocas e destruísse antagonismos históricos. Este processo de cimentação lenta de relações entre os dois povos seria o fruto perfeito da elevação de D. Fernando ao trono espanhol, pelo que as suas palavras de ordem eram "España por D. Fernando, Iberia por sus descendientes"[121].

O opúsculo *La Única Solucion Acceptable*, considerando que não havia ainda condições para estabelecimento da república e rejeitando categoriacmente os outros candidatos, elogiava detalhadamente as virtudes cívicas de D. Fernando e apresentava-o como a salvação moral, económica e política da Península, garantia da monarquia democrática e da civilização. Esta postura estava condensada nas suas exclamações entusiastas: "Abajo los Borbones! Viva la Soberania Nacional! Viva Don Fernando Augusto! Viva la Peninsula!"[122]

Também para Mariano C. de Rojas e Rogelio Fernandez D. Fernando era o único candidato da conciliação para os diferentes partidos que se perfilavam em Espanha (incluindo o republicano se bem que excluindo o carlista), além de que era o único capaz de realizar a ideia de união ibérica. Nomeando-se Serrano cônsul ou protector vitalício e colocando-se o liberal Fernando de Coburgo no trono espanhol, garantia-se a consolidação da obra de Setembro e preparava-se o sonho dourado que se materializaria, mais tarde, na Confederação Ibérica[123].

A *Historia de una Idea. España y Portugal* que Andrés Borrego também publicou em plena crise de interinidade espanhola, como resultado da compilação de vários artigos anteriormente

---

121 SALAZAR Y MAZARREDO, Eusebio — *La Cuestion Dinástica*, Madrid, Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra, 1869, p. 16.

122 *La Única Solucion Acceptable por un Constituyente en 1854 y 1869*, Madrid, Imprenta de los Señores Rojas, 1869, p. 29.

123 ROJAS, Mariano C. de; FERNANDEZ, Rogelio — *La Forma de Gobierno y el Gefe del Estado. La unica solucion posible, conveniente y patriótica, al problema politico de España*, Madrid, Imp. a cargo de Pedro Montero, 1869, p. 26-32.

publicados na *Ibéria*, foi outra curiosa obra de propaganda ibérica que fazia o historial dessa ideia desde os tempos dos exílios liberais de ambos os povos até à sua ressurgência no período que se seguiu à revolução de 68. Borrego havia sempre mantido "viva y perseverante su fé, en la firme esperanza de la futura union bajo un mismo cetro de los dos Reinos de España y Portugal"[124], pelo que defendia denodadamente a solução portuguesa como a mais nacional, porque era a mais conveniente para os republicanos e a única possível para os monárquicos, representando qualquer outra candidatura o descrédito e a ruína da esforçada revolução de Setembro. Dependia então inteiramente de Espanha tornar possível e aceitável a união peninsular para os portugueses, expondo os meios convenientes de o conseguir. Alguns anos depois, em 1875, quando todas as forças políticas espanholas tinham sido derrotadas, facassada a monarquia de Amadeu e fracassada a república, Bermejo exporia com alguma mágoa o longo "namoro" a D. Fernando e os manejos de Saldanha, na sua *Historia de la Interinidad y Guerra Civil de España desde 1868*[125].

Emílio Castelar era a personagem central do partido federal republicano que desde a década de cinquenta defendera a união de Espanha e Portugal. *La Fórmula del Progreso*, publicada pela primeira vez em 1858, identificava progresso com democracia e via a aproximação dos países peninsulares, "confundiendo cada dia más sus almas, como las esencias de dos flores que se unen amorosamente en los aires"[126], como um passo da marcha do mundo para a liberdade. Esta obra provocou contestações dos partidos moderado e progressista, o primeiro pela voz de Ramón Campoamor, e o segundo por Carlos Rubio[127].

---

124 *Historia de una Idea. España y Portugal*, Madrid, Imprenta de T. Fortanet, 1869, p. 4.

125 BERMEJO, Ildefonso Antonio — *Historia de la Interinidad y Guerra Civil de España desde 1868*, tomo 1, Madrid, Establecimiento Tipografico de R. Labajos Editor, 1875, p. 946-1025.

126 CASTELAR, Emilio — *La Fórmula del Progreso*, nova edição, Madrid, San Martin y Agustin Jubera, 1870, p. 226.

127 RUBIO, Carlos — *Teoría del Progreso. Folleto escrito en contestation al que con el titulo de "La Fórmula del Progreso" ha publicado D. Emilio Castelar*, 3ª ed. (gratis para los suscritores á *La Iberia*), madrid, Imprenta de Manuel de Rojas, 1859, 92 p.+2. A posição de Rubio em relação à união peninsular era muito mais cautelosas e, se bem que achasse que ela poderia ajudar a recuperar a grandeza passada, aconselhava um reforço das posições de Espanha na costa africana, cujo dmínio poderia ser um baluarte da sua

Sob o título *Recuerdos y Esperanzas* Castelar publicou dois volumes de textos da sua juventude, encontrando-se entre eles um sobre *La Union Ibérica*[128]. Aí defendia que povos como o português e o espanhol, com unidade geográfica, semelhança da língua, história paralela e comum, tenderão, cedo ou tarde, a ter uma mesma lei, um mesmo governo, formar uma só nacionalidade, cumprindo assim as leis da unidade e fraternidade que regiam o século.

A oratória política foi também um género muito cultivado por Castelar e um dos mais publicados. Registe-se o seu *Discurso pronunciado en el 24 de Mayo de 1870 sobre la crisis de Portugal* que, insistindo sempre nas afinidades dos dois povos, aconselhava ao silêncio relativamente ao golpe de Saldanha, sabendo como em Portugal o tema ibérico era uma arma de guerra "que esgrimen las oposiciones contra los gobiernos, y los gobiernos contra contra las oposiciones, para desacreditarse mútuamente en el ánimo del pueblo"[129].

Este republicano espanhol foi o mais traduzido e citado pelos seus correligionários portugueses, não sendo quase possível encontrar folheto ou periódico de simpatias republicanas que o não mencionasse ou reproduzisse com frequência, sendo aceite como o grande apóstolo da democracia peninsular. Em 1863 fundou em Madrid o periódico *La Democracia* que se tornou um dos orgãos do

---

independência (Cf. *op. cit.*, p. 54). A ameaça do partido republicano à monarquia espanhola e a defesa do partido progressista, então em estado de proscrição foram os temas cruciais da sua *Reverente Carta á S. M. La Reina Doña Isabel II*, Madrid Imprenta de La Iberia, 1864, 29 p. Também no seu folheto *Progresistas y Demócratas*, Rubio abordou a questão da união ibérica evidenciando o carinho que tal assunto lhe inspirava: "Portugal y España, la paria del Viriato y del Cid, no pueden ser más que una patria y nunca serán más que una patria para nuestro corazón. Sean las que fueren las circunstancias, baraje como guste los sucesos del tiempo, nosotros no miraremos jamás á Portugal como un pueblo estraño, sino como cosa propria; y lloraremos sus dolores y gozaremos con sus alegrías y nos enorgulleceremos con sus glorias" (Cf. Porgresistas y Demócratas. Cómo y para qué se han unido. Puden constituir una sola Comunion en lo Futuro?, Madrid, Imp. de La Iberia, 1868, p. 21. A experiência da emigração espanhola em Portugal e a actividade pró-ibérica aí desenvolvida foram ainda tratadas por Carlos Rubio na 3ª parte da sua *Historia Filosófica de la Revolucion Española de 1868*, Madrid, Imprenta y Librería de M. Guijano, 1869, 480 p.

128 CASTELAR, Emilio — *La Union Ibérica*, in "Recuerdos y Esperanzas", tomo 1, Madrid, Librería de A. de San Martin Editor, s.d., p. 41-53.

129 IDEM — *Discursos Parlamentarios en la Asamblea Constituyente*, vol. 3, Madrid, San Martin y Jubera Editores, 1871, p. 320.

jornalismo espanhol mais citado nas folhas portuguesas. A mero título de exemplo, refira-se que o *Monitor Português* não só transcreveu textos daquele jornal como viu alguns dos seus artigos reproduzidos na *Democracia*[130]. A correspondência de Castelar com Latino Coelho atesta, por seu lado, o grande interesse que este pensador teve pela evolução dos acontecimentos em Portugal, e o empenho em se relacionar com portugueses simpatizantes da causa ibérica e republicana[131]. Em1869 as suas *Cartas ao Bispo de Tarragona* constituíram os primeiros quatro números da *Propaganda Democrática*[132].

Em 1878 também foi publicada em Portugal uma colectânea de discursos políticos do republicano espanhol[133], que incluía o texto de 20 de Maio de 1869 que propunha a solução republicana para a Espanha pós-revolucionária. Paralelamente, defendia a instituição dos Estados Unidos da Europa que permitiriam manter as nacionalidades, anulando apenas as diferenças económicas que isolavam uns povos dos outros. Castelar referiu-se à candidatura portuguesa que Olozaga não conseguira fazer vingar como uma "monarquia diplomatica honrosa", uma ideia grande e gloriosa, à qual os republicanos não se teriam oposto. Mas insistia, porém, que os portugueses só aceitariam a união pela federação, isto é, por meio da república, citando alguns excertos do *Diário do Comércio*, da *Revolução de Setembro* e do *Diário Portuguez*[134]. Para os republicanos espanhóis a propaganda ibérica colava-se intimamente à estratégia de propaganda republicana.

Esta mesma atitude era visível no folheto de José Maria Orense, *Ventajas de la República Federal*[135], um dos mais famosos que em plena interinidade defendeu a solução federativa republicana:

---

130 Cf. *O Monitor Portuguez*, Lisboa, nº 20, 4 de Janeiro de 1864; nº 22, 18 de Janeiro de 1864; nº 38, 23 de Maio de 1864.

131 A. C. L., *Cartas de Emilio Castelar a Latino Coelho*, ms. 1212.

132 *Propaganda Democratica. Collecção de cartas, artigos e discursos dos mais notaveis apostolos da democracia*, Lisboa, Tip. Sousa Neves, 1869, 16p.

133 IDEM — *Discursos Parlamentares*, Porto, Caldas, Azevedo e Brandão Editores, 1878.

134 IDEM, *Ibidem*, p. 221-225.

135 *Ventajas de la República Federal*, Madrid, Imprenta de La Igualdad, 1869, 64 p. O epílogo (p. 61-64) é constituído pelo programa republicano federal emitido em Valência, em 20 de Outubro de 1868.

"Con Espartero, y menos con Montpensier, no veriamos la anexion de Portugal, que no quiere dejar su independencia ni por un rey portugués.

La anexion, ó sea, la formacion de los Estados-Unidos Ibéricos, solo vendrá por la República federal, y por ella nos aproximaremos al bello ideal de los Estados-Unidos europeos"[136].

Outro reputado federalista espanhol, Fernando Garrido, o biógrafo e companheiro de Xisto Cámara[137], defendeu nos seus diferentes escritos a federação republicana ibérica. Desenvolveu o tema, por exemplo, no folheto *La Republica Democratica Federal Universal*[138], no poema *A La Juventud Portuguesa*[139], mas também na *Espagne Contemporaine*, onde estudou com certa demora o desenrolar da questão ibérica a partir de D. Pedro V, concluindo, tal como os federalistas que referimos anteriormente, que a união só seria viável pela federação:

"L'union politique, irréalisable, pour ainsi dire, par un changement de dynastie devient facile avec une fédération, idéé qu'acceptent les démocrates portugais et espagnols, et elle se réalisera le lendemain du jour où la democracie s'emparera du pouvoir en Espagne"[140].

Na 2ª edição desta obra, em 1865, Garrido insistiu na necessidade dessa união, inclusivamente por razões de equilíbrio europeu:

"España y Portugal son las únicas que pueden por su union constituir un poder bastante fuerte para servir de contrapeso que impida la desaparicion de otras naciones, y con ella el peligroso engrandecimiento de los impérios germánico y francés"[141].

---

136 *Ibidem*, p. 39.

137 GARRIDO, Fernando — *Biografia de Xisto Cámara*, Barcelona, Libreria de Salvador Manero, 1860.

138 Cuja segunda edição saiu em Madrid, em Maio de 1856 (cf. *O Ecco Popular*, Porto, nº 114, 20 de Maio de 1856).

139 IDEM — *Obras Escogidas publicadas é ineditas, precedidas por un prólogo por D. Francisco Pi y Margall*, Barcelona, Libreria de Salvador Manero, tomo 2, 1860, p. 83-86.

140 IDEM — *L'Espagne Contemporaine. Ses progrès moraux et matériels au XIX^e siècle*, Bruxelles et Leipzig, A. Lacroix, Verboeckhoven et C.^ie Editeurs, 1862, p. 117.

141 IDEM — *La España Contemporánea. Sus progresos morales y materiales en el siglo XIX*, tomo 2, Barcelona, Establecimiento Tip. de Salvador Manero, 1865, p. 1197.

Pelo cuidado que o autor dedicou ao assunto, utilizando extensos excertos da *União Ibérica*, de Xisto Cámara, e recolhendo alguns dados estatísticos, esta tornou-se também uma obra de propaganda federalista ibérica[142].

Em 1874 proclamava ainda a necessidade da união ibérica, evocando as suas vantagens para ambos os países, e lembrando a Portugal que a sua autonomia e governo em nada seriam afectados, isto é, "no iban a perder nada, sino á ganar mucho"[143].

Sete anos depois, em 1881, era publicada a sua obra *Los Estados Unidos de Iberia*[144], e em Portugal fazia-se uma edição da sua *Historia das perseguições politicas e religiosas ocorridas em Hespanha e Portugal*[145].

Em *Patria y Federalismo*, Francisco Maria Tubino, um seguidor do positivismo e do federalismo proudhoniano, falou também das possibilidades de confederação de Espanha e Portugal, pese embora a sua doutrinação incidisse sobretudo no federalismo espanhol, que imaginava diferente do suiço ou do norte-americano, defendendo a adaptação do credo democrático às tradições mais castiças e às necessidades do momento[146]. O pensamento federalista espanhol ganharia em 1876 outro importante texto matricial, publicado no início da Restauração; tratou-se de *Las Nacionalidades*, de Pi y Margall, obra que transcenderia a conjuntura em que foi produzida[147], e que Teófilo Braga elogiou pela clara intelecção da história da unificação dos diversos reinos da península, a seu ver só possível em função de "uma intelligente comprehensão da organisação politica federal (...) que pôde revelar ao historiador esse movimento de oscillação que se deu nas differentes populações

---

142 IDEM, *Ibidem*, p. 1196-1213.

143 IDEM — *La Rebellion Carlista, la Religion Catolica y la Republica Federal en España*, Lisboa, Livraria Internacional, 1874, p. 31-32. Esta foi outra das obras que integrou a Colecção Republicana Democrática, que no mesmo ano publicou *Do Princípio Federativo*, de Proudhon (1 volume de 180 páginas vendido ao preço de 240 reis).

144 Madrid, Imp. de Juan Iniesta, 1881, 205 p.

145 *Historia das perseguições politicas e religiosas ocorridas em Hespanha e Portugal desde a edade media até aos nossos dias. Obra unica no seu genero. Vertida do hespanhol, annotada e ampliada na parte respectiva a Portugal por L. Trindade*, 3 vols., Lisboa, Empreza Editora de Francisco Artur da Silva, 1881.

146 TUBINO, Francisco María — *Pátria y Federalismo*, Madrid, A. Duran, 1873, 212 p.

147 Cf. SOLE TURA, Jordi (introd. de) — *Francisco Pi y Margall. Las Nacionalidades*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1986, p. IX-XXVIII.

peninsulares, que ora se unificavam sob uma vontade soberana, ora se desmembravam pelo espirito de independencia local"[148].

Em 1877 a questão ibérica foi de novo agitada nos meios políticos e jornalísticos portugueses, com a publicação da tão anunciada e extensa obra de Fernandez de los Rios, *Mi Mision en Portugal*[149], que o diplomata achou por bem dirigir à opinião pública peninsular, em jeito de desagravo pela ordem de expulsão que recebera do governo português e com a qual Madrid se solidarizou, originando o seu segundo exílio francês. Recusando aí a reputação de ibérico que sempre lhe havia sido atribuída em Portugal, Rios mesclava os seus protestos de amor a este país com epítetos menos honrosos como "enfermo do ocidente", entre outros. Este texto incluía uma análise retrospectiva, muito a quente e necessariamente parcial, do complexo processo diplomático que entre 1869 e 1870 tentara persuadir D. Fernando a aceitar o trono de Espanha, além de um ensaio histórico sobre a política peninsular desde 1140 até à crise de interinidade espanhola. Da fama de "eminência parda" daquela negociação nunca D. Angel se livrara.

Dedicando a obra a seu pai Benigno Joaquin Martinez, com quem aprendera a amar Portugal, Frutos Martinez Lumbreras publicou em 1881 *La Revolucion Peninsular* que exortava os dois países ibéricos à opção pelo regime republicano, formando uma espécie de confederação de repúblicas autónomas[150]. Esta era a solução inovadora que opunha à "funesta união", cujos doutrinadores e meios de difusão, portugueses e espanhóis, repassava nas suas páginas, desde os "sessenta años de vejámenes" até à actualidade. Tomando o amor à independência e à liberdade

---

148 *O Positivismo,* vol. 1, Porto, 1879, p. 301. Teófilo Braga fazia nesta recensão a apologia do federalismo, apresentando-o como "a condição natural e racional da paz perpetua da Peninsula", opondo ao iberismo dos monárquicos e dos defensores da anexação violenta, a solução que estava na "na evolução natural das cousas; a união iberica, como um facto historico e progressivo não póde ser senão uma federação" (cf. p. 306). Já a crítica que Braga fez à *História da Civilização Ibérica* incidia no facto de Oliveira Martins não ter deduzido "esse phenomeno tão singular de oscillação social entre a unificação nacional e a desmembração cantonalista" (cf. *O Positivismo*, vol. 1, Porto, 1879, p. 389).

149 FERNANDEZ DE LOS RIOS, Angel — *Mi Mision en Portugal. Anales de ayer para enseñanza de mañana*, Paris/Lisboa, Belhatte/Bertrand, [1877], XVI + 725 p.

150 MARTINEZ LUMBRERAS, Frutos — *La Revolucion Peninsular*, Madrid, Tipografía Gutenber, 1881, p. 36.

como o sentimento primordial de um povo, justificava as comemorações do 1° de Dezembro, e propunha um novo tipo de aliança peninsular que passava por um pacto internacional que garantisse a mútua integridade nacional, continuava a obra do progresso e cumpria o desenvolvimento civilizador dos povos. A confederação latina, solicitada pela confederação ocidental e pela salvaguarda de África, podia pois começar pela península ibérica. Assim, Portugal e Espanha deveriam implantar repúblicas democráticas, unitárias e independentes que se confederassem entre si para as questões peninsulares, integrando-se posteriormente na confederação latina para assuntos externos. Lembrando sempre que não era ibérico, Martinez Lumbreras insistia nas premissas que deveriam presidir ao relacionamento dos povos português e espanhol: "unidos mas não confundidos" ou, melhor ainda, "autónomos mas confederados"[151].

A imprensa periódica foi um veículo provilegiado de difusão das ideias ibéricas, principalmente na primeira metade da década de cinquenta, embora, como seria de esperar, o seu volume seja bem mais reduzido do que o da imprensa periódica que combateu essas mesmas ideias.

Nas duas últimas décadas da primeira metade de Oitocentos surgiram vários periódicos que traziam a novidade de defender o regime republicano, ao qual aliavam mais ou menos explicitamente o credo socialista. Alguns fizeram a apologia da república federativa ibérica, podendo apresentar-se como um dos exemplos pioneiros *O Democrata. Jornal do Povo*, redigido por João Cândido Carvalho, que se publicou entre 12 de Junho de 1839 e 11 de Agosto de 1840, tendo saído três vezes por semana no seu primeiro ano de publicação, e a partir de 1 de Janeiro de 1840, não só tomou um formato maior como passou a sair diariamente. Tomando como bandeira a defesa dos arsenalistas e de todos os proletários, *O Democrata* publicou diversos textos sobre Espanha, país que considerava ter muitas ligações, a vários níveis, com Portugal. Correlativamente, o tema da política prepotente da Inglaterra e da França, no sentido de exercerem o seu domínio e poderio na

---

151 IDEM, *Ibidem*, p. 115.

Península, era amiudadamente tratado, acusando-os de semear a discórdia e atear a guerra, conseguindo que os peninsulares se matassem uns aos outros. Entre o nº 24, de 10 de Agosto de 1839, e o nº 80, de 2 de Janeiro de 1840, a epígrafe deste periódico apresentou do lado direito a inscrição "Graduação segundo as Capacidades, Remuneração segundo as Obras" e, do lado esquerdo, "União, e nós faremos Associação Peninsular".

Como corolário destas ideias emergia a defesa da federação peninsular, que aos olhos do autor se mostrava como a única forma de manter a independência de cada um dos países, tal como a preconiza no artigo *Os Negocios de Hespanha*:

"Vê-se pois com toda a evidencia, que os direitos de nascimento, os privilegios, e os pergaminhos de quasi todas as Nações Européas se colligem para jogar as ultimas, e dar muito para traz aos principios Progressivos e Democraticos; para haver resistencia a este golpe é necessaria uma federação peninsular de todos os verdadeiros Patriotas, que quizerem vèr triunfante a sacrosanta Liberdade. Se em Madrid, em Barcelona, em Cadix, em Saragoça, em Toledo, e mais terras d'Hespanha ha Patriotas, que anhelam pela verdadeira Liberdade, em Lisboa, no Porto, em Coimbra, Portalegre, Castello Branco, Braga, e mais terras de Portugal ha Patriotas, que suspiram pela verdadeira igualdade; unamo-nos pois, sejam assiduas as correspondencias, hajam commissões filiaes em correpondencia activa com as Capitaes, forme-se um centro, e quanto antes; Salve-se a Liberdade Peninsular; seja a Hespanha Nação independente, seja Portugal Nação independente, mas colliguem-se os Patriotas d'ema e outra Nação e farão tremer as federações aristocratas, que lá de longe mancumunados com infames Hespanhóes, e Portuguezes nos querem roubar o que tanto sangue nos tem custado; quando a Peninsula se unir, cairão por terra os planos de Luiz Felipe; deixará de ter effeito a Politica de Lord Palmerston: isso temem elles; e por isso intrigam para a maior desunião"[152].

Na conjuntura revolucionária de 48 esta linha foi de certa forma reforçada com o aparecimento de folhas republicanas

152 *O Democrata. Jornal do Povo*, Lisboa, nº 48, 7 de Outubro de 1839, p. 192.

clandestinas[153], que tinham como primordial objectivo anatemizar o regime monárquico e seus protagonistas, mas nas quais o ideal federativo ibérico era frequentemente avançado como remédio à doentia situação peninsular. Este era o programa apresentado pela *Peninsula Federal e Democratica* publicada, segundo Silva Pereira, em Lisboa, a 7 de Outubro de 1848[154], e que não conseguimos consultar. No dicionário que deixou manuscrito, aquele estudioso adiantou mais alguns dados sobre esta rara peça hemerográfica[155]. Foi uma publicação republicana clandestina que não terá passado do primeiro número, tendo como divisa *Tudo para o Povo e tudo pelo Povo*. Sobre a sua filosofia política diz Silva Pereira:

"O seu pensamento involve uma triplice ideia representada pelas palavras do titulo que adoptou: Peninsula que representa a unidade deste grande povo; *Federação*, que designa o fim do governo e sua organização interna independente de cada uma das partes distinctas do territorio; *Democracia*, indica o systema que pende a cada uma das suas partes e a todas conjunctamente. É o espirito das suas instituições.

Foi este o primeiro jornal que tomou á sua conta tratar desenvolvidamente a questão do governo republicano na peninsula iberica.

Foram as ideias de um partido então nascente e que estiveram a ponto de triumphar"[156].

O autor do *Dicionário Jornalístico* diz ainda parecer-lhe que na redacção deste periódico não terá sido estranho um homem, João Daniel Sines, então muito conhecido pelas suas ideias avançadas, as quais propagara através de alguns opúsculos.

---

153 Veja-se sobre o assunto VIEIRA, Augusto José — *Historia do Partido Republicano Portugez. Obra de Propaganda Republicana*, Lisboa, Empresa de Publicações "A Democrata", s. d., p. 124 e seguintes e ainda TENGARRINHA, José — *La Presse Illégale Portugaise pensant la Guerra Civile de 1846-1847*. "Bulletin des Estudes Portugaises", Paris/Lisbonne, nouvelle série, t. 27, 1966, p. 137-156.

154 PEREIRA, A. X. da Silva — *O Jornalismo Portuguez*, Lisboa, Typ. Soares, 1895, p. 62.

155 Refira-se, a mero título de curiosidade, como Silva Pereira tomou contacto com este "papel rarissimo e muito ignorado", in 4°, de 4 páginas, a 2 colunas, com o preço de 10 reis; viu-o na colecção de Silva Leal, o qual lhe disse tê-lo obtido numa compra de papéis velhos e diversos jornais, na qual havia dispendido a soma de 6000 reis (cf. A.C.L., D.J. P., ms. azul 447, p. 1307-1308).

156 A.C.L., D.J. P., ms. azul 447, p. 1307-1308.

De parceria com João Cândido de Carvalho ele publicara aliás outro importante periódico republicano clandestino, *O Regenerador. Jornal do Povo*, que ao longo dos seus onze números, saídos a lume entre 16 de Abril e 6 de Junho desse ano de1848, alerta recorrentemente os povos da península contra a Inglaterra, contrapondo-lhe as noções de fraternidade republicana e federação ibérica. Esta substituição da Santa Aliança, pela Santa Aliança dos Povos está bem patente no artigo *Nacionalidade*, onde este conceito é substituído pelo de fraternidade e desmascarada a monarquia representativa:

"Saiamos pois d'esta prostracção aviltante!... , não nos illudamos com a ideia enganadora de uma nacionalidade falsa!

Ha um meio — o unico que nos pode torna fortes. Os Povos devem todos substituir a FRATERNIDADE á nacionalidade!

Não se reputavam os tyrannos de *execranda-alliança* todos irmãos para mutumente tyrannisarem os Povos?

Muito bem: agora toca aos Povos reputar-se todos irmãos pâra exterminarem os tyrannos!

Que faser pois?... *Peninsula! ó Peninsula Iberica...*

Povo d'esta terra, a nossa emancipação Deus a fadou no proprio terreno!

Não ha sinão queimar dois thronos; exterminar duas facções; quebrar dois sceptros!...

E si alguem nos perguntar: *Quantos povos sois*? saibamos responder com energia:

Nós somos um Povo, soberano como o seu Todo — somos uma republica federada!

E assim teremos, pela *Fraternidade*, a *Liberdade* e a *igualdade*!"[157]

Esta trilogia preside ao ideário das várias folhas republicanas publicadas na Primavera de 1848; além dos já citados, também *A Alvorada* (2 números em Abril e Maio, de João Maria Nogueira)); *O Republicano* (5 números, da autoria de João Maria Nogueira e Casal Ribeiro)); *A Fraternidade* (2 números em Maio); *A Republica. Jornal do Povo* (8 números, entre Abril e Junho, atribuído a João Cândido de Carvalho), e ainda diversos opúsculos e folhetos (*É Tarde,* de Casal Ribeiro; *Ao Povo Portuguez*; etc). Unia-os as acusações

---

[157] *O Regenerador. Jornal do Povo*, nº 2, 18 de Abril de 1848, p. 3-4.

violentas a D. Maria II, raínha que aos seus olhos representava a traição à pátria, ora pela submissão à vontade tirânica de Costa Cabral, ora por se ter colocado sob a protecção de estranhos, implorando-lhes a intervenção em pugnas internas.

As veementes diatribes à soberana e seu valido utilizavam uma simbólica extraída da mitologia da história nacional, sendo comparados aos traidores arquetípicos do passado luso; assim a rainha era comparada com D. Leonor Teles e com a duquesa de Mântua, enquanto que Costa Cabral era frequentemente comparado com o Conde Andeiro, ou Miguel de Vasconcelos. No *Republicano*, a representação do paralelismo entre D. Maria e Leonor Teles atinge o seu acume: conhecidas pela sua fereza e crueldade, ambas tinham valido, ambas se casaram com um D. Fernando, e quer uma quer outra renegaram o povo. Consequentemente, a restauração de 1640 é apresentada como o clímax da reparação por via revolucionária dos valores nacionais, e o jugo filipino como o símbolo das vergonhosas dependências estrangeiras.

Em *A Republica. Jornal do Povo*, por entre os vivas à república federativa, emergiam textos deste teor:

"Aonde está o vosso valor, Portuguezes? Não lesteis ainda a Revolução de 1640? Pois bem, seja expulsa a Duqueza de Mantua! Suma-se o Miguel de Vasconcelos. — Viva Portugal! Viva a Republica! Viva a Religião de nossos pais!"[158]

Ou ainda:

"A duquesa de Mantua era governadora do Reino em nome de Fillipe de Castella; tu és governadora do reino em nome da Inglaterra"[159].

Metáforas desta índole campeavam na imprensa clandestina. Ao primeiro número da *Fraternidade*, pertence esta afirmação:

"Povo! Pela pratica d'ella [fraternidade], quarenta homens reunidos n'um centro; quarenta Portuguezes, envergonhados de um dominio estrangeiro, que sessenta annos pesou sobre esta terra, expulsaram em 1640 o jugo vergonhoso de Filippe de Castella"[160].

O número seguinte abriu com um extenso texto que anatemizava a raínha, usando e abusando dos símbolos de uma

---

158 *A Republica. Jornal do Povo*, nº 3, de 6 de Maio de 1848, p. 4.

159 *Ibidem*, nº 8, 20 de Junho de 1848, p. 2.

160 *A Fraternidade*, nº 1, 8 de Maio de 1848, p. 3.

monarquia antiga e idealizada que no plano simbólico representava a independência nacional, a qual era agora Maria da Glória acusada de ter vendido, traíndo a "promessa sagrada" de seus avós, traíndo pois a nação:

"Nós tinhamos uma bandeira que era a de Aljubarrota, a de Montes-Claros, a do Salado, a do Ameixial, e da Asseiceira; n'essa bandeira estavam esculpidos uns cinco escudos, symbolo sagrado das cinco chagas do Redemptor, do mundo; a essa bandeira estava ligada tambem uma recordação divina; Christo pregado na sua cruz de amor; e de resignação evangelica, ava-nos promettido nas planicies de Ourique, que "*Portugal muitas vezes perseguido nunca chegaria a ser vencido*". Senhora Rainha! para que o fosse/está quasi a completar-se um anno) foi necessario que a netta de D. João I, de Affonso IV, e de D. Manoel, quizesse fazer mentirosa aquella sagrada promessa; indo de rastos implorar a protecção de estranhos, que os naturaes lhe não negavam, mas lhe não querião vender"[161].

Refira-se que entre as diversas folhas de acentuada feição anti-cabralista nem todas propunham a arternativa republicana, mas nem por isso deixavam de encarar a idiossincracia peninsular, postulando uma unidade de acção que radicava no combate à ingerência estrangeira e à tirania interna. Assim, o número único da *Harpa do Povo*, que vituperava o governo concussionário dos Cabrais e defendia a autoridade de Pio IX, em artigo sobre *O Ministerio Narvaez*, exortava os povos de ambos os países ibéricos à luta pelas independências nacionais:

"Portuguezes e hespanhoes, accordai de vosso lethargo! Para onde nos resta appellar?... Para a virtude? Ella fugiu de d'entre nós! Para as armas, para o campo! Para o sangue... Assim o querem os tyrannos, assim seja. — Sangue... elles exultam com elle... Sangue, nós exultaremos em derrama-lo, se de uma vez conseguirmos a grande obra, o exterminio dos oppressores do povo. Portuguezes e hespanhoes salvemos os thronos de Maria e Isabel das mãos daquelles que contractam a sua venda ao estrangeiro.

Portuguezes e hespanhoes á liça, e seja a nossa deviza — Pela nossa independencia, pelos thronos elevados á custa de tanto

---

[161] *Ibidem*, nº 2, 13 de Maio de 1848, p. 2.

sangue; finalmente pela emancipação e liberdade do povo portuguez e hespanhol vencer ou morrer"[162].

Esta é a solidariedade entre os povos peninsulares que não abrange os seus governos e estadistas, vistos como tiranos coligados contra os povos e contra os quais se defende a Liga dos Povos.

Também *O Bombo e os Ferrinhos*, através de um diálogo entre quatro personagens, um inglês, um francês, um espanhol, e a Maria da Fonte, criticava veementemente a intervenção estrangeira na contenda civil portuguesa, que considerava ter sido "o maior dos attentados da *tirannia* moderna", tendo deixado "um paiz, que era livre pelos seus exforços, entregue ao absulutismo do punhal, e do cassete". A par das veementes diatribes à intervenção inglesa e francesa, verifica-se uma crítica bipolarizada à espanhola, isto é, o soldado manifesta-se como peão às ordens do governo, afirmando: "Io nó soi enimigo de Maria de la Fonte. (...) Soy soldado, soy un esclavo hago lo que me mandan", enquanto que a Maria da Fonte se dirige à Espanha, dizendo: "Se cá vier só, levará com a pá d'Aljubarrota"[163].

A postura marcadamente anti-britânica não é todavia exclusivo da imprensa revolucionária da época; essa é a tónica, por exemplo, da *Matraca*, periódico cartista-cabralista que, na sua pugna contra os grandes vultos do setembrismo os designa por "inglesados", acusando-os de todos os males que afligiam a pátria. Ao conde de Antas, nomeadamente, refere-se nos seguintes termos: "Esse soldado aventureiro, que em 1836 lá na Hespanha se metteu na Jovem Iberia para fazer da Hespanha e Portugal uma republica iberica attirando a terra com dous thronos"[164].

Relativamente à Espanha, *A Matraca* defende "alliança com reciprocidade — e nada mais"[165], pese embora reconhecesse que ambos os países peninsulares se irmanavam no infortúnio da manipulação inglesa:

"A Inglaterra inimiga da escravidão Africana tem decretado a *escravidão Peninsular,* e lord Palmerston tem disposto assenhorear-se da Hespanha e Portugal, chupar-lhe até o ultimo succo, destruir a sua nacionalidade, arruinar a sua industria, e

---

[162] *Harpa do Povo*, Lisboa, 1847, 2ª página.
[163] *O Bombo e os Ferrinhos*, Lisboa, 1847, 2ª e 3ª páginas.
[164] *A Matraca*, Lisboa, nº 3, 1 de Setembro de 1847.
[165] *Ibidem*, nº 21, 3 de Novembro de 1847, p. 78.

impedir que ellas dêem um passo no caminho da civilisação, e fazer destas duas nações escravas dos seus caprichos consumidoras forçadas das suas manufacturas. Como não póde conquistallas com exercitos tem tratado de as corromper com ouro, e com intrigas"[166].

A partir da década de cinquenta as folhas socialistas tornaram-se mais frequentes, mas nem a todas tivemos acesso como, por exemplo, *A Bandeira do Operário*, publicada em Lisboa entre Junho e Julho de 1856, ou *O Defensor do Operário*, também editado na capital, entre Fevereiro de 1872 e fins do ano seguinte.

Por sua vez, é razoável a lista consultada de periódicos de índole socialista-operária, que não continham qualquer informação sobre a polémica ibérica, em qualquer das suas vertentes; refiram-se aqui alguns títulos como o *Jornal do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas* (Lisboa, 1853-1854); *A Tribuna do Operário* (Lisboa,1854); *A União Artística. Jornal das Classes Laboriosas* (Porto, 1855); *Eco Artístico. Folha industrial dedicada às classes operárias* (Porto, 1863); *Civilisação e Progresso. Folha dedicada às classes trabalhadoras* (Lisboa, 1865); *O Operário. Periódico semanal artístico, industrial, noticioso, literário e recreativo* (Lisboa, 1867)[167].

O *Eco dos Operários*, que integrou na sua equipe de colaboradores Benigno Joaquin Martinez, participou em 1850 na defesa da união económica e alfandegária peninsular, ora publicando artigos originais de Francisco Maria de Sousa Brandão, ora reproduzindo o ensaio *Liga das Alfandegas Peninsulares*, de Lobo de Ávila[168].

Ao *Eco dos Operários* que findou em 25 de Outubo de 1851, seguiu-se o *Jornal do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas* e a *Tribuna do Operário* que, como atrás referimos, não defenderam explicitamente o iberismo aliado ao seu credo socialista, se bem que fossem protagonistas ou herdeiros da esquerda iberista formada por portugueses e espanhóis, nascida no exílio em Paris, onde em 1848 criaram o Clube Democrático Ibérico. Entre esses portugueses podem destacar-se os nomes de Sousa

---

166 *Ibidem*, nº 12, 2 de Outubro de 1847.

167 Este rol pode ser completado com outros títulos que constam da lista de periódicos compulsados, nos quais não foi encontrada informação para o assunto em questão.

168 Ver capítulo referente à União Económica.

Brandão, Pereira de Carvalho, Ferreira Sampaio, Lobo d'Ávila, Sebastião Betamio de Almeida, Gromicho Couceiro[169].

Parece-nos que em finais da década de quarenta e inícios da seguinte, uma certa intenção socializante-republicana aliada ao ideal ibérico esteve mais visível em jornais "progressistas" como a *Revolução de Setembro*, *O Nacional*, ou mais tarde *A Verdade e O Futuro*, para só citar alguns, do que propriamente naquelas revistas socialistas, de periocidade mais dilatada, em que matérias como o associativismo operário tomavam a dianteira sobre as outras. Por outro lado, o ideal ibérico estava obviamente mais presente em textos de publicações periódicas que não deixavam de ter simpatias pela reforma de sinal socializante, mas que apresentavam esse mesmo ideal mais explicitamente no seu editorial, como, por exemplo, *A Península* ou, mais atenuadamente, a *Revista Peninsular*[170].

Impondo-nos uma grande esforço de sintetização, pretendemos rastrear em seguida os periódicos ditos "progressistas" que em finais de quarenta e na década seguinte se manifestaram, de alguma forma, a favor da união peninsular.

Desde a sua fundação, em 1840, a *Revolução de Setembro* patenteou um interesse nítido pelos acontecimentos do país vizinho, preocupando-se igualmente em se manter informada sobre o que se dizia sobre Portugal nos periódicos espanhóis.

Em 1849, ano em que o periódico saudava a causa dos povos italiano e húngaro, Lopes de Mendonça saudava nos seus extensos folhetins o banquete fraternal das nações peninsulares e fazia a apologia da Iberia federativa[171]. Em inícios do ano seguinte

---

169 Cf. RIBEIRO, Maria Manuela Tavares Ribeiro — *Portugal e a Revolução de 1848*, Coimbra, Minerva Histórica, 1990, p. 89-108; RIVAS, Pierre — *Utopie Iberique et Ideologie d'un Federalisme Social Pan-Latin*, in "Utopie et Socialisme au Portugal au XIX^{e} Siècle", Paris, 1982, p. 320; MÓNICA, Maria Filomena — *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*, Lisboa, I. N. C. M., 1984, p. 33-34.

170 Cf. FONSECA, Carlos da — *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal. I. Cronologia*, Lisboa, Publicações Europa-América, s.d. Destas revistas falaremos no capítulo Aproximação e Rejeição — O Confronto Cultural.

171 *A Revolução de Setembro*, Lisboa, nº 2257, 25 de Setembro de 1849; nº 2295, 9 de Novembro de 1849. Sobre o pensamento de Lopes de Mendonça em matéria de iberismo e descentralização ver RIBEIRO, Maria Manuela Tavares — *Lopes de Mendonça. A Obra e o Pensamento*, Coimbra, (policopiado), p. 669-704.

criticava a terrível influência da Inglaterra sobre Portugal, vituperando a Restauração de 1640 que abrira as portas à centralização e á dominação britânica[172].

A partir de 1851 a *Revolução* assumiu-se como estrénua defensora do progresso e dos caminhos de ferro, travando dois anos mais tarde uma verdadeira batalha com o *Português*, na qual se destacaram os artigos de Lopes de Mendonça em confronto com os de Alexandre Herculano. Mas outros nomes destacados da *Revolução*, como António Rodrigues Sampaio, Latino Coelho, Lobo de Ávila, entre outros, participaram também na defesa das comunicações ferroviárias. Aliás, os textos de Latino Coelho denunciavam sempre uma ineludível vontade de aproximação à Espanha[173].

Em 1853, quando da morte de D. Maria II, Lopes de Mendonça retomou o tema da federação ibérica mas sobretudo para criticar a forma violenta com que os periódicos espanhóis a queriam impor, remetendo a sua realização para quando as condições morais e sociais de ambos os países o permitissem[174]. A partir de então, os artigos de Rodrigues Sampaio e Lopes de Mendonça evidenciavam a pouca receptividade que a ideia tinha em Portugal, recusavam o "consórcio", e denunciavam o mau sistema político espanhol, dominado pelo absolutismo e despotismo, pleno de violência e atropelos da liberdade. Neste sentido, o texto de Mendonça publicado em Novembro de 1854 era verdadeiramente paradigmático: afirmava não acolher com entusiasmo a ideia ibérica (embora os jornais espanhóis o citassem como seu denodado campeão); não havia homogeneidade completa entre os dois povos (os espanhóis eram de longe mais violentos e radicais); o iberismo cobria matizes vastos, desde o absolutismo à república, pelo que era extremamente perigoso agitar tal ideia; só o futuro, através do desenvolvimento material e moral, poderia trazer a possibilidade de realização da república federativa, assente na independência administrativa de cada estado. Em suma, a discussão da questão

---

172 *Ibidem*, números 2403 e 2406, de 22 e 27 de Março de 1850, respectivamente.

173 Vejam-se, por exemplo, os seus artigos publicados nos números 3324 e 3408, de 2 de Maio e 18 de Agosto de 1853, respectivamente.

174 Cf. *A Revolução de Setembro*, números 3504 e 3508, de 9 e 14 de Dezembro de 1853.

ibérica parecia-lhe prematura, e aconselhava os "fogosos sectarios do iberismo" a refrear os seus ímpetos já que, nos tempos presentes, a ideia era impraticável[175].

Esta posição da *Revolução* valeu-lhe polémicas com a *Nação* e com o *Progresso*; ao segundo criticava a aceitação da união ibérica sob qualquer forma de governo já que não reivindicar a federação era o mesmo que aceitar a absorção; à primeira lembrava que a usurpação de Filipe II tinha tido o assentimento da classe aristocrática, enquanto que a "vil ralé" selara com o seu sangue o amor à independência e à pátria[176].

Em 1861 a *Revolução* e o seu colaborador Teixeira de Vasconcelos foram novamente alvo de fortes acusações no sentido de contribuirem para a difusão da ideia ibérica, devendo esta complexa trama ser vista à luz dos efeitos de intrigas urdidas na imprensa espanhola e do seu aproveitamento pela guerrilha partidária interna[177]. A colagem ao partido regenerador levou a *Revolução* a apoiar todas as suas iniciativas quando poder e a utilizar as armas da oposição quando a situação o impunha[178].

Editado por Manuel Jesus Coelho, o *Patriota* (1843-1853) assumiu-se como um periódico setembrista de forte conotação anti-cabralista. Apesar de se ter pronunciado a favor da concertação económica peninsular, como referimos no capítulo respectivo, revelou-se cauteloso no tocante à aproximação política, colocando sobretudo a tónica na inviabilidade de qualquer plano que incluíssea conquista ou a violência[179].

Numa atitude de grande pluralismo, o *Arauto*, periódico regenerador que combatia a união ibérica, publicou nas suas colunas comunicados que a defendiam, explicando que esse era "o modo de melhor illucidar o publico sobre taes questões"[180]. Um dos autores anónimos desses comunicados fazia a apologia da federação

---

175 *Ibidem*, nº 3788, 24 de Novembro de 1854.

176 *Ibidem*, nº 3798, 5 de Dezembro de 1855.

177 Daí os inúmeros textos de desagravo da autoria de Teixeira de Vasconcelos publicados entre Abril e Agosto desse ano.

178 "Só em 1861 José Estevão conseguiu vender a Revolução de Setembro que se tornara um orgão do partido Regenerador; vendeu a João de Sousa Machado e só depois foi dirigir o periodico do partido novo que fundara, esse orgão foi a Politica Liberal" (cf. D. J. P:, A. C. L., ms 447, p. 1471).

179 *O Patriota*, Lisboa, nº 1157, 14 de Abril de 1848, p. 2.

180 *O Arauto*, Lisboa, nº 131, 24 de Setembro de 1854, p. 1.

de vários estados peninsulares[181], enquanto o outro era partidário da monarquia unitária[182]. Refira-se que a *Nação* se mostrou bastante surpresa com a utilização destes métodos, insistindo o *Arauto* que optava pela discussão em vez do silêncio para que o povo, caso algum dia fosse consultado sobre o assunto, pudesse "dar o seu voto com segurança"[183].

O Peneireiro foi um periódico anti-governamental que se publicou em Lisboa entre Março e Agosto de 1855, contando na sua redacção com nomes como João Correia Manuel de Aboim e Rodrigo Paganino[184], o tradutor da obra de Xisto Camara. Este jornal primou pela crítica política contundente e pronunciou-se a favor da grande ideia da união peninsular, pese embora reconhecesse as enormes dificuldades da sua concretização; a federação seria o modo mais "obvio e justiceiro" mas para manter as condições de igualdade e equilíbrio era preciso "retalhar a Hispanha em porções proximamente iguaes a Portugal"[185]. Sinibaldo de Mas escreveu à direcção deste jornal uma carta de congratulações pelas opiniões emitidas mas minimizava os entraves referidos lembrando que havia condições perfeitas para se efectuar a união das famílias reinantes[186]; o periódico lisbonense insistia contudo que um consórcio dinástico não conseguia por si só equilibrar as forças dos dois povos, dificuldade que só podia ser vencida pelo "trabalho de muitos annos"[187]. Assim, acreditava na sua realização, mas remetia-a para um futuro incerto:

"O pensamento da união é idéa grande de mais da peninsula; o modo de a effeituar é o problema mais difficil e que mais merece estudo dos politicos das duas nações.

Mas temos fé que se fará; quando será ninguem o pode dizer"[188].

Deve aqui salientar-se que enquanto a discussão das ideias ibéricas se fazia livremente nas páginas dos jornais o mesmo não

---

181 *Ibidem*, números 116 e 134, 6 e 28 de Setembro de 1854, respectivamente.
182 *Ibidem*, números 131 e 164, 24 de Setembro e 3 de Novembro de 1854, respectivamente.
183 *Ibidem*, nº 188, 1 de Dezembro de 1854.
184 D. B. P., vol. 10, p. 229.
185 *O Peneireiro*, Lisboa, nº 14, 27 de março de 1855, p. 53-54.
186 *Ibidem*, nº 31, 18 de Abril de 1855, p. 121.
187 *Ibidem*, p. 122.
188 *Ibidem*, nº 33, 20 de Abril de 1855, p. 129-130.

era bem visto em assembleias. Em 1860 o artista gravador Nogueira da Silva, que era então um dos colaboradores do periódico *A Federação* dedicado à classe industrial, fundou a associação Futuro Social que, entre as suas primeiras actividades, decidiu discutir a tese da utilidade e conveniência da união ibérica. O anúncio saiu no *Diário do Governo* e a ideia foi recebida como uma bomba quer na câmara dos deputados onde Alves Martins se insurgiu contra o facto do governo ter deixado publicitar anúncios daquela natureza e permitia a discussão pública de assuntos atentatórios da autonomia nacional, quer na câmara alta onde o marquês de Valada tomou uma atitude idêntica[189]. Em resposta o governo mandou fechar as portas da associação Futuro Social, e os fundadores que acompanhavam Nogueira da Silva acordaram em mudar o nome para Civilização Popular.

Outro caso mal dilucidado foi o de uma reunião realizada no Porto pelos funcionários do corpo telegráfico em meados de Agosto de 1866 e a que alguns jornais se referiram dizendo que pretendia manifestar-se a favor da união ibérica. Uma comissão do corpo telegráfico partiu de Lisboa encarregada de apurar responsabilidades entre os funcionários do Porto que entretanto se encontravam suspensos[190].

Os periódicos progressistas de inícios da década de sessenta afectos ao grupo de José Estevão reflectiram com bastante acuidade a problemática ibérica. *O Futuro*, fundado em 1858 por Elias Garcia, deu particular destaque ao relacionamento económico da Península (aliás como *A Discussão*, publicada entre Março e Maio de 1860), propagando as ideias do jornais galegos que defendiam o caminho de ferro do noroeste peninsular, os planos da Sociedade Económica Madrilense e o projecto da Associação Industrial Peninsular[191]. A par dessas matérias, patenteou uma estreita solidariedade com os liberais espanhóis (elogiou por diversas vezes a memória de Xisto Cámara e publicou o texto da subscrição em benefício da sua família aberta pelos amigos do malogrado activista político), transcreveu frequentes textos da *Iberia*, periódico espanhol que reputava

---

189 *Rei e Ordem*, Lisboa, nº 854, 13 de Maio de 1860, p. 1.

190 *O Seculo das Luzes*, Lisboa, nº 1, 20 de Agosto de 1866, p. 4.

191 Ver capítulo relativo à Concertação Económica Peninsular e União Alfandegária.

"excellente"[192], manteve uma correspondência de Espanha escrita por Benigno Joaquin Martinez, etc. Mas comentando justamente a primeira carta do ilustre espanhol, lamentou que em Espanha se encontrasse robustecida a ideia de união ibérica, afirmando que em Portugal ela nunca tinha tido eco e estava condenada a ser sempre mal recebida. Desprezando as hipóteses de força e prosperidade advenientes de tal junção, antevia a desunião total e o retalhamento da península em federações impotentes, muitas das quais com destino semelhante ao de Gibraltar; por isso, reiterava que a união desejada era a de amigos, de comerciantes, de sócios industriais, nunca a política[193].

A Politica Liberal surgiu em Maio de1860 como resultado da fusão dos dois periódicos anteriormente citados, *Futuro* e *Discussão*, e manteve-se em actividade até Agosto de 1862, tendo sido seus colaboradores José Estevão, Mendes Leal, Latino Coelho, manuel Tomás Lisboa, Manuel José Ribeiro, Guilherme Lobato Pires, Elias Garcia, Eduardo Tavares, entre outros[194]. Nos primeiros meses, os artigos intitulados *A Questão Iberica*[195] refectiram sobre as exageradas proporções dos receios e terrores suscitados pelo assunto, os quais deviam ser entendidos em função do medo de contágio das anexações que se faziam Europa fora. Segundo a opinião exarada nestes textos, a reconstrução da Península far-se-ia num futuro que previa ainda longínquo já que, no presente, não havia condições de reunião dos dois povos aparentemente semelhantes em índole e costumes mas separados por profundas diferenças e contrastes; além do mais, a ideia da união peninsular era impopular em Portugal e as teorias de alguns estadistas e escritores eram totalmente impotentes para contrariar a nítida resistência pública. Se esse era o destino histórico da Península ninguém poderia antecipar as datas, substituir a providência pela diplomacia, ou a lógica da história pela espada dos conquistadores. Era ainda impensável considerar a Espanha interessada na invasão e conquista de um território que seria um permanente "foco de

---

192 *O Futuro*, Lisboa, nº 427, 7 de Julho de 1859.

193 *Ibidem*, nº 47, 26 de Maio de 1858, p. 1.

194 D. J. P., A. C. L., ms. 448, p. 1985.

195 *A Politica Liberal*, Lisboa, nº 14, 19 de Maio de 1860, p. 1-2; nº 25, 1 de Junho de 1860, p. 1-2.

insurreições, um alfobre de heroes, e um vasto cemiterio dos seus soldados"[196].

Em Abril de 1861 outro artigo de abertura lembrava que só uma federação democrática resolveria futuramente a questão da reunião peninsular, sendo até lá inaceitável e injustificável qualquer união que mais não seria do que uma anexação violenta[197]. Nesse mês saiu também um comunicado de Évora com o título *Um voto contra a união iberica*[198] que repudiava veementemente a junção política dos dois países, tendo o seu autor que escrever um segundo texto em resposta às críticas que Manuel Morelo havia contra ele disparado nas páginas do seu periódico, a *Nueva España*[199].

Advogava sobretudo a *Política Liberal* que apesar de se ter a união com a Espanha como uma coisa inadmissível, Portugal não se devia comportar com o seu único vizinho como se fossem inimigos encarniçados, boicotando as relações económicas e de boa vizinhança; tal ódio poderia sacrificar a prosperidade e até a segurança do país[200].

Fiel aos princípios da tolerância e da democracia, este periódico publicou a pedido de Benigno Joaquin Martinez dois textos que estavam para sair na *Nueva España*, periódico madrileno que entretanto suspendera a sua actividade devido aos rigores da censura. Um dos textos era de Joaquim Maria da Silva, autor da *Federação Ibérica*, que se dirigia ao redactor do periódico recém extinto para lhe explicar quanto considerava inconveniente e perigosa a forma política sob a qual defendia a união ibérica. Isto é, contrariando liminarmente a monarquia ibérica unitária que identificava com fusão e anexação, o professor de Santarém aproveitava para expor uma vez mais o seu credo federalista, chegando ao pormenor de dividir o território espanhol em quatro estados, os quais, associados ao de Portugal, garantiriam à Península as vantagens da associação e da independência[201]. Apesar de se assumir republicano, considerando o nível de liberdade existente

---

196 *Ibidem*, nº 25, 1 de Junho de 1860, p. 2.
197 *Ibidem*, nº 275, 4 de Abril de 1861, p. 1.
198 *Ibidem*, nº 293, 27 de Abril de 1861, p. 2-3.
199 *Ibidem*, nº 312, 21 de Maio de 1861, p. 2.
200 *Ibidem*, nº 331, 15 de Junho de 1861, p. 1.
201 *Ibidem*, nº 364, 26 de Julho de 1861, p. 1-2.

em Portugal e o irrepreensível comportamento de D. Pedro, Joaquim Maria da Silva assentia que a união dos dois povos se poderia realizar por via da federação monárquica. Transigindo pois em matéria de regime não o fazia em matéria de fórmula política-administrativa pois só a federação convinha a Portugal; mais acreditava que se a propaganda ibérica assentasse neste princípio, facilmente os ânimos dos portugueses lhe volveriam mais simpatia.

Benigno Martinez elogiou quer o autor, a quem chamava "correligionario", quer a doutrina exarada no artigo, lembrou as semelhanças da divisão da península em cinco estados com o projecto que Sousa Brandão manifestara em Paris no ano de 1848, mas persistia em defender o princípio da centralização política a par de um ampla descentralização administrativa. Aliás, como bem explicava, o debate da fórmula política, da dinastia privilegiada e da escolha da capital, eram temas considerados potencialmente lesivos da integridade nacional e, portanto, dificilmente conciliáveis com o poder repressivo vigente no seu país[202].

Receptivo aos comunicados enviados para a sua redacção, este periódico publicou ainda três textos de Augusto F. intitulados *A Nacionalidade Portugueza*[203], que contestavam o artigo de Peyrat publicado na *Presse*; a imprensa portuguesa repudiara unanimemente este texto considerado afrontoso por não reconhecer quaisquer elementos justificativos da nacionalidade portuguesa.

Ao longo da década os periódicos lisboetas ligados ao partido liberal como *A Liberdade* (1861), ou à esquerda progressista como *Os Debates* (1865-1866), vão subindo o tom na contestação à propaganda ibérica.

Alguns orgãos da imprensa portuense revelaram também especial preocupação sobre as relações peninsulares. *O Nacional*, periódico anticabralista com nítidas simpatias pela república e pela democracia, desde a sua fundação, em 1846, pugnou pelo estreitamento dos laços entre os países ibéricos[204]. Em 1850, a

---

202 *Ibidem*, nº 363, 23 de Julho de 1861, p. 1-2.

203 *Ibidem*, nº 386, 22 de Agosto de 1861, p. 3-4; nº 392, 30 de Agosto de 1861, p. 3; nº 421, 2 de Outubro de 1861, p. 3-4. Apesar de não estar concluída, esta série de textos não prosseguiu.

204 Em 11 de Setembro de 1847 (nº 29, p. 1-3), o artigo *Relações de Portugal com Hespanha* defendia, por exemplo, a união comercial da Península. Em 1850 transcreveu um texto do *Heraldo* que expunha as vantagens que ambos os países alcançariam com uma íntima aliança económica (cf. nº 260, 14 de

propósito de um artigo da *Revue des Deux Mondes* que denunciava um plano de absorção de Portugal pela Espanha, este jornal propriedade de José Joaquim Gonçalves Basto, acusava Costa Cabral de se entender com Narvaez e de influenciar os ânimos da rainha contra a Inglaterra a favor da Espanha e França, concluindo que aquém dos Pirinéus era já tarde para o obscurantismo, mas cedo demais para o republicanismo[205]. A partir de 1851, à medida que recuperava a imagem de Saldanha, o *Nacional* patenteava as suas discordâncias com a Regeneração e com o ministro Rodrigo da Fonseca de Magalhães, que acusava de retrógrado e reaccionário.

Num dos seus artigos de primeira página, Custódio José Vieira afirmou que a Regeneração ia entregar o país à Espanha a qual se preparava para tomar posse de Portugal mansa e paulatinamente. Afirmando-se contrário às rivalidades das nações e ao nacionalismo acanhado e mesquinho, aquele advogado preconizava então a federação ibérica, solução que resolveria o velho problema nacional unindo os povos por via da fraternidade; até lá, bradaria com todas as forças "contra os que quizerem entregar-nos de mãos atadas"[206].

Coerente com a sua crítica anti-regeneradora, Custódio José Vieira aplaudiu Alexandre Herculano na sua batalha com a *Revolução de Setembro* sobre os caminhos de ferro e a nacionalidade, afirmando que o distinto escritor, sendo monárquico, era quase tão democrata quanto ele, sendo republicano[207].

A revolução de Julho de 1854 reanimou nos redactores do *Nacional* a intenção de entendimento com a Espanha, defendendo que esse relacionamento poderia começar no imediato com a concertação dos interesses económicos, já que a reunião política, embora providencialmente traçada, estava ainda longínqua:

Novembro de 1850, p. 1). Aliás, a apologia da concertação económica peninsular foi uma constante ao longo da década (ver capítulo respectivo).

205 *O Nacional*, Porto, nº 42, 20 de Fevereiro de 1850.

206 *Ibidem*, nº 158, 15 de Julho de 1852, p. 1.

207 *Ibidem*, nº 118, 23 de Maio de 1853, p. 1. Refira-se que a comunhão de ideias entre ambos residia sobretudo na aversão à centralização que Vieira identificava com despotismo. O *Nacional* publicou também diversos textos sobre o município da autoria de OliveiraPinto, e sobre os caminhos-de-ferro, de Sousa Brandão.

"Não vimos hoje fazer a apotheose da união iberica. Não queiramos antecipar a obra do tempo, e apressar o amadurecimento das ideias.

A Providencia tem marcado no seu eterno quadrante o destino dos povos. Bata a hora predestinada; e elle hade consummar-se a despeito dos esforços impotentes dos homens"[208].

Ao longo daquele ano, o *Nacional* fez por diversas vezes mais a apologia da federação ibérica, concedendo-lhe o espaço nobre do artigo de abertura[209]. A doutrinação do federalismo peninsular assemelhava-se e confundia-se com a do socialismo utópico, no seu tom profético quase messiânico:

"Quando a Providencia annuncia com tão fortes indicios a sorte futura de dois povos, hoje isolados, mas fadados a fazer intima communhão de sentimentos e interesses, ha accidentes passageiros ás vezes, não obstaculos dignos deste nome, que contrariem os designios providenciaes.

Nesta missão os homens politicos são operarios. A elles, quando chegam a alcançar pella intelligencia estas inevitaveis transformações e impreteriveis evoluções dos povos, nos seus destinos sociais e politicos, incumbe-lhes aplanar o caminho. É então que se medita profundamente no silencio do gabinete, e que se elaboram as concepções que influem de um modo tão immediato como poderoso sobre as nações, estas filhas immortaes da Providencia, na phrase magnifica de Lamartine"[210].

Defendendo que a implementação do iberismo dependia da amplitude e profundidade do seu debate e propagação, este periódico tentou promovê-los na medida das suas possibilidades, pese embora reconhecesse que a ideia não estava ainda amadurecida:

"O iberismo é um facto inevitavel. Podem addial-o certas circunstancias; mas não impedil-o. E deve dizer-se comtudo, que elle agita-se e vive mais no gabinete de alguns estadistas e escriptores politicos, do que nas casas dos cidadãos e cabanas aldeãs dos dois povos visinhos.

---

208 *Ibidem*, nº 167, 26 de Julho de 1854, p. 1.

209 *Ibidem*, nº 191, 24 de Agosto; nº 221, 28 de Setembro; nº 230, 9 de Outubro de 1854.

210 *Ibidem*, nº 191, 243 de Agosto de 1854, p. 1.

(...) Acreditando, como dissemos, na união iberica pela federação; reputando-a auspiciosa aos destinos de Portugal e Hespanha; chamando-a mesmo com os nossos votos e ardentes simpathias, cremos que não está tão proxima, como seria para desejar; porque a não suppomos sufficientemente elaborada e amadurecia no pensamento e na vontade de todos os portuguezes e hespanhoes"[211].

Sancionando unicamente a federação como forma de realizar a união ibérica, o *Nacional* identificava o regime federativo com o direito, a liberdade, a expressão do catolicismo social dos novos tempos:

"Se somos iberos pelo coração, é porque amamos a fraternidade dos povos, que é uma consequencia da religião de Christo"[212].

A partir de 1856 multiplicaram-se os lamentos pela evolução dos acontecimentos em Espanha, que o *Nacional* dizia caminhar para a reacção, e as referências à unidade ibérica tornaram-se então inexistentes. Defendendo sempre os princípios liberais e o progresso material, este diário portuense aproximou-se do partido regenerador, passando a apoiar políticos como Rodrigues Sampaio, Casal Ribeiro, Fontes Pereira de Melo, cujas actuações governamentais elogiou; concomitantemente acirraram-se as críticas ao partido progressista ao longo da década[213]. Entre Junho e Agosto de 1860, na iminência de uma guerra europeia, publicou nas suas colunas o estudo militar de J. Paulino, *A defensa de Portugal*, e publicitou a política de defesa do governo, cuja queda lamentou.

Entre 1860 e 1863 o tratamento da questão ibérica cingiu-se fundamentalmente à crítica da imprensa e alguns políticos de Espanha, em virtude das suas susceptibilidades ou ambições ibéricas. Curiosamente, entre Abril e Junho de 1864, num total de 31 fascículos, foi publicada a obra de propaganda de Eduardo Ruiz

---

211 *Ibidem*, nº 221, 28 de Setembro de 1854, p. 1.

212 *Ibidem*, nº 230, 9 de Outubro de 1854, p. 1.

213 Refira-se que em 1858 os dois redactores políticos do *Nacional* eram Gonçalves Basto e José Luciano de Castro, e o redactor literário Camilo Castelo Branco; a partir de 1861 o editor e administrador era Adrano Jose de Carvalho e Melo. Em 1863 deu-se uma mudança na administração, constando como proprietários Gonçalves Basto, Custódio José Vieira e Agostinho Luís António Honorato, acumulando este último as funções de administrador, e Gonçalves Basto e Custódio José Vieira como redactores (cf. D. J. P., A. C. L., ms. 447, p. 1249-1253).

Pons e Romuldo Lafuente sobre Republica Democrática Federal. Este longo texto, que defendia a democracia em detrimento do socialismo, estudava sobretudo a realidade espanhola para a qual preconizava a divisão em onze estados federais, mas lançava por vezes o repto a Portugal, no sentido de vir a constituir com a sua vizinha uma confederação republicana peninsular:

"Cuando España sea libre y feliz, el pueblo portugues querra compartir su suerte con la nuestra y confederarse con nosotros, porque es el unico medio de que pueda hacerlo sin ningum menoscabo de su dignidad, sin miedo de perder un solo atomo de su independencia y conservando intacta su autonomia. Portugal será entonces el duodecimo Estado federal de la peninsula Iberica"[214].

A colagem deste periódico ao partido regenerador levou-o a apoiar certas decisões mais polémicas, como por exemplo duas que em 1866 foram tema de acesa contestação pela oposição: a expulsão de Prim[215] e a carta circular de Casal Ribeiro, ministro dos Estrangeiros, que privilegiava a aliança com a Espanha[216].

Mas a partir do Verão de 1867 a desilusão face ao governo de fusão começou a acentuar-se, multiplicaram-se as críticas a Casal Ribeiro cujos escritos ibéricos foram profusamente invocados, acusou-se o ministério de fazer política ibérica, e o *Nacional* voltou a apiedar-se dos emigrados espanhóis. Em 1868-69 sucederam-se os ataques a outros vultos acusados de defender o iberismo como Carlos José Caldeira, no seguimento do escândalo das alfândegas, e

---

214 *O Nacional*, Porto, nº 102, 7 de Maio de 1864.

215 A concordância com a expulsão de Prim terá sido uma decisão difícil para o periódico, como se infere da sua explicação:"Sem emittirmos a nossa opinião sobre as noticias da retirada do bravo general, porque, fallando com franqueza, quando tentavamos occuparmo-nos da questão, vacillamos, concorrendo talvez muito para isto a nossa muita affeição pela grandiosa causa da liberdade, aceitamos a resolução do governo, que tem deveres que ás vezes estão acima dos seus sentimentos de sympathia, por isso que, se deu hospitaleiro agazalho aos emigrados, não deve faltar ás obrigações internacionaes, aos deveres de lealdade e ordem para com as nações alliadas" (cf. *O Nacional*, nº 44, 25 de Fevereiro de 1866).

216 Esta carta dirigida aos representantes de Portugal nas cortes estrangeiras valeu a Casal Ribeiro a acusação de querer realizar a união peninsular; o *Nacional* negou veementemente essa lógica da oposição, e defendeu o ministro, afirmando que ninguém em Portugal queria a união ibérica, nem o governo, nem o exército, nem povo (Cf. *O Nacional*, nº 150, 6 de Julho de 1866; nº 151, 7 de Julho de 1866; nº 159, 27 de Julho de 1866; nº 200, 4 de Setembro de 1866).

sobretudo Latino Coelho, apresentado como o "primeiro iberico de Portugal"[217].

O *Eco Popular* começou a imprimir-se no Porto em 1847, isto é um ano depois da criação do *Nacional*, do qual veio a ser opositor em várias matérias, mas teve uma menor duração já que terminou funções em 1860. Foi seu fundador e durante muito tempo redator responsável José Lourenço de Sousa que associou à empresa os irmãos Passos, directores políticos desta folha que Silva Pereira arrolou como afecta ao partido nacional patuleia[218]. Entre os seus colaboradores contaram-se Alexandre Meireles do Canto e Castro, Joaquim Malheiros de Matos, Bernardino de Melo Azeredo, José Joaquim de Barros (que viria a adquirir a propriedade do jornal), Eduardo Tavares e Augusto Luciano Simões de Carvalho[219].

Foi tónica dominante deste periódico a oposição inflamada a toda e qualquer intervenção estrangeira em Portugal, criticando asperamente as ambições de Madrid, Paris e Londres, e acusando Costa Cabral, o novo "Cristovão de Moura", de se submeter a Narvaez e planear a união de Portugal à Espanha[220]. Paralelamente, fez o elogio da confederação das nações, "verdadeiro principio da sociabilidade, sem o qual embalde se poderá proclamar o de independencia"[221]. Com efeito, a livre federação dos povos era apresentada como geradora de independência e prosperidade, cumprindo o preceito evangélico do amor e socorro mútuos.

Nos inícios da década de cinquenta este periódico portuense ajudou, com efeito, a difundir a ideia da federação republicana ibérica, recusando a possibilidade da federação monárquica, como advogava o periódico de Madrid, *La Nacion*:

"Tambem nós desejamos ardentemente vêr realisado esse grandioso pensamento, a que, os inimigos da prosperidade da Peninsula chamam sonho vão de cabeças escandecidas. Tambem nós acreditamos que só pela federação iberica é que um dia a Peninsula

---

217 *O Nacional*, Porto, nº 34, 16 de Fevereiro de 1869.

218 PEREIRA, A. X. da Silva — *O Jornalismo Portuguez*, Lisboa, Typographia Soares, 1895, p. 58.

219 D. J. P., A. C. L., ms. 446, p. 956-957. Simões de Carvalho foi fundador do *Amigo do Povo*, que se seguiu ao *Eco*, e do *Diario Mercantil*, continuação do *Amigo do Povo*.

220 *O Ecco Popular*, Porto, nº 358, 23 de Agosto de 1849; nº 106, 6 de Fevereiro de 1850, entre outros.

221 *Ibidem*, nº 155, 13 de Julho de 1848.

se hade emancipar da tutela estrangeira que a tolhe ao presente em todas as suas aspirações de liberdade e de engrandecimento. Tambem nós intendemos que se as duas nacionalidades, hespanhola e lusitana, se não fundirem n'uma só, será irremissivel a perda de ambas, porque em fim nem as tradicções, nem o sangue, nem o idioma, nem a posição geographica podem consentir que de povos irmãos que deveramos ser nos consideremos extranhos e tão extranhos que parece que nos separam os mares ou os continentes.

Sim, nós queremos a união-iberica, mas queremol-a como ella é possivel, e como é vantajosa para os dous povos, queremol-a constituida segundo os principios e sobre as bases de uma constituição democratica, com a união-hellenica, ou antes como a união-americana do Norte"[222].

Esta postura foi posteriormente reforçada em vários textos, nomeadamente quando respondia à *Nação* que o acusava de ter defendido o iberismo[223], ou quando transcrevia textos do *El Clamor Publico* que advogava a união dos dois povos mas rejeitando a via monárquica[224]. Todavia também publicitou a memória de Mas, reproduzindo-lhe o excerto que defendia a escolha de Santarém para capital da nação ibérica, ou divulgava um artigo de um periódico de Bruxelas que comentava a publicação dessa obra, afirmando que as ideias aí expostas tinham partidários quer em Portugal, quer em Espanha[225].

Todavia, após a morte de D. Maria II, o *Eco Popular* revelou-se muito mais contido no tocante à doutrinação ibérica; a propósito das notícias publicadas na imprensa espanhola e francesa, lembrou que o velho projecto da união peninsular formando um império ou uma república não podia ser realizado com a facilidade que muitos pensavam, pois não só havia grandes discordâncias internas, como a Espanha não tinha conhecimentos e informações exactas sobre Portugal. Advogava então o estreitamento de relações de amizade entre os dois países, a intensificação das comunicações ferroviárias, a multiplicação das relações comerciais[226].

---

222 *Ibidem*, nº 6, 9 de Janeiro de 1852.
223 *Ibidem*, nº 18, 23 de Janeiro de 1852.
224 *Ibidem*, nº 59, 12 de Março de 1852; nº 220, 28 de Setembro de 1853.
225 *Ibidem*, nº 218, 26 de Setembro de 1853.
226 *Ibidem*, nº 278, 7 de Dezembro de 1853; nº 175, 2 de Agosto de 1854.

Apesar de ter perfilhado uma visão positiva e optimista da revolução espanhola de Julho de 1854, este periódico que elogiara a formação do partido progressista dissidente, patenteava cada vez mais resistências à questão ibérica, a qual considerava secundarizada, adiada[227], ou até inconveniente:

"Cá em Portugal é que este negocio não acha tão grandes sympathias como em Hespanha.

Muitos dos argumentos contra a união são frivolos; mas ha um de peso, que é não ser aqui tão geral o desejo da união como o é em Hespanha.

O tempo decidirá o que ha-de ser.

A maior parte da diplomacia combate a união das duas nações peninsulares"[228].

A impopularidade crescente do iberismo em Portugal, tornou-se pois tema frequente de artigos de abertura do *Eco Popular*, que inclusivamente começava a tratar o assunto com alguma ironia:

"Cá no nosso Portugal é que esse negocio da união está frio, e ão encontra as sympathias que em outras epochas parece ter tido. Julga-se que está remota a epocha de se realisar o pensamento de Camões, de Vieira, e d'outros eximios patriotas"[229].

O desencanto provocado pelo fracasso da revolução de Julho e o recrudescimento da violência em Espanha corporizaram as razões de recusa do ideal ibérico por parte deste diário portuense:

"Ha por ahi sectarios d'uma grande idéa, que a foi já de Camões, Vieira, João Bernardo da Rocha, e outros homens illustres, que consiste em fazer uma só nação de Portugal e Hespanha. Trabalho baldado! É impossivel a união, em quanto não civilisarem a Hespanha.

O nosso bom povo, eminentemente humanitario e civilisado, tem repugnancia a unir-se com um povo que se diz liberal, e que assassina por politica"[230].

Aparentemente desiludido com a questão ibérica, o *Eco Popular* deixou de lhe consagrar importância, pese embora continuasse a promover a ideia do realacionamento económico e a

---

227 *Ibidem*, nº 208, 11 de Setembro de 1854.
228 *Ibidem*, nº 216, 20 de Setembo de 1854.
229 *Ibidem*, nº 216, 20 de Setembro de 1854.
230 *Ibidem*, nº 138, 19 de Junho de 1855.

divulgar obras e autores que defendiam a união política como Fernando Garrido ou Xisto Camara. Em 1860 a questão reacendeu-se sob a forma de arma partidária, sendo o governo acusado de ter tido um actuação ruinosa para a independência nacional em diversas matérias, sobretudo no tocante a empréstimos estrangeiros, traçados e contratos de caminhos de ferro (sobretudo o Salamanca), e defesa militar[231].

Rodrigues de Freitas Júnior tambem participou desta campanha com um extenso artigo que intitulou *A União Iberica e o Governo*, no qual fazia o historial da ideia ibérica em Portugal com o objectivo de provar que ministros como Casal Ribeiro, haviam tramado secretamente e à revelia do povo português a realização da união ibérica[232].

Neste contexto foi publicado o artigo *Portugal e a Hespanha*, com o qual a redacção fez questão de dizer que divergia em alguns pontos, que expunha a teoria de que "antecipar é retardar"; isto é, a política e a propaganda espanholas, baseadas nos princípios de força, violência e conquista, não faziam senão publicidade negativa à ideia ibérica e atrasavam a sua realização. Entretanto, era obrigação das nações pequenas que se sentiam ameaçadas, estar "prevenidas, precavidas e defendidas"[233].

A Concórdia foi um periódico democrata que se publicou no Porto entre 1853 e 1855 e, apesar de não advogar a união política dos dois países, o seu discurso patenteou uma intenção de entendimento entre ambos que poderia passar sobretudo pela concertação económica e pela liga aduaneira. Embora reconhecesse que teria sido ideal nunca ter ocorrido a revolução de 1640, já que tal evitaria o fosso que a seguir se cavou entre Portugal e Espanha, afirmava que era impossível anular uma independência que susbsistia há mais de dois séculos[234]. Assim, acusava a Espanha de não admitir em casa própria o que propunha a Portugal,

---

231 Vejam-se, por exemplo, os artigos *O Ministerio Considerado Pelo Lado Politico* (Nº 84, 25 de Abril de 1860), e *Independencia Nacional* (nº 85, 26 de abril de 1860).

232 *O Nacional*, nº 88, 29 de Abril de 1860, p. 1-2.

233 *Ibidem*, nº 102, 16 de Maio de 1860, p. 1-2. Este texto era seguido de um artigo do periódico *Las Novedades* que negava os boatos que circulavam em Portugal, de que o governo de Madrid, com ou sem ajuda do de Lisboa, tratava de realizar a anexação do território português.

234 *A Concordia*, Porto, nº 137, 10 de Dezembro de 1853; nº 187, 19 de Agosto de 1854.

defendendo que "muito antes de Portugal se unir a Hespanha, deve a ilha de Cuba unir-se aos Estados-Unidos"[235]; e contestou a estratégia da imprensa do país vizinho, que consistia em partir do errado pressuposto que Portugal estava interessado em realizar a união política com Espanha[236]. Este periódico foi continuado pela *Verdade* (1855-1856) que adoptou uma linha semelhante no tocante ao relacionamento dos dois países ibéricos.

Mas o orgão da imprensa nacional que durante mais tempo e de uma forma militante abordou o tema ibérico foi *O Progresso*, tornando-se exactamente "celebre por proclamar ardentemente as ideias do iberismo"[237]. A 1ª série cobriu 26 números entre 14 de Janeiro e 12 de Abril de 1854, e a 2ª série, que apostou num novo formato e periodicidade (passou a ser diário), publicou-se entre 16 de Maio de 1854 e 7 de Maio de 1856, num total de 395 fascículos. Na sua equipe redactorial trabalharam os mais consagrados defensores da ideia ibérica em Portugal, tendo sido fundado por José de Torres, Henriques Nogueira[238], Sousa Brandão, aos quais se associaram outros como José António Rola, Carlos José Caldeira, Vieira da Silva, José Joaquim dos Reis e Vasconcelos, josé Maria da Fonseca, Anselmo José Braancamp, etc.[239]

O seu artigo editorial não fazia qualquer referência ao tema ibérico, apresentando-se o periódico como obra de alguns "liberaes sinceros", sobretudo empenhados em combater o obscurantismo, imoralidade e desgoverno. Em polémica com a *Nação* e o *Arauto* também recusou assumir-se como "orgão" do iberismo:

"O Progresso não é orgão, e muito menos instrumento do iberismo em Portugal.

Orgão não é, porque se não impôz missão tão exclusiva, e tem mostrado sempre que vide primeiro do que tudo para a advogar a

---

235 *Ibidem*, nº 200, 4 de Setembro de 1854.

236 *Ibidem*, nº 267, 22 de Novembro de 1854.

237 D. B. P., A.C.L., ms 448, p. 2011-2012.

238 Sobre as ligações de Henriques Nogueira com o *Progresso* como fundador, redactor e colaborador e respectivas cronologias ver SILVA, António Carlos Leal da — *José Félix Henriques Nogueira. Obra Completa*, Lisboa, INCM, 1980, t. 3, p. 11-15.

239 *Ibidem*. A partir do nº 74, de 17 de Agosto de 1854, este periódico apresentava no seu cabeçalho os nomes dos responsáveis. A. Marciano de Azevedo, Sousa Brandão, Gilberto Rola, J. E. Baptista, J. J. Pereira de Carvalho, Henriques Nogueira, José Pais de Faria Pereira, José de Torres (este sucedeu como proprietário a Pedro António Borges).

felicidade desta terra. Entretanto não dissimula que uma das condições para ella fôra a união federal da peninsula. Nesse sentido, e com o coração tão cheio de patriotismo, como os que são tidos em melhor conta de patriotas, advoga um dos meios por que se pode resolver com mais promptidão e efficacia a causa da felicidade portugueza"[240].

O programa assim delineado foi desenvolvido através de diferentes estratégias, entre as quais podemos evidenciar: notícia e recensão dos escritos pro-iberistas publicados na Península, o que equivalia, em muitos casos, à publicitação de obras dos seus próprios colaboradores; apologia da descentralização política, iniciativa popular, adminstração local e municipalismo[241]; identificação da federação política com a lei do progresso civilizacional; apologia da tríade: unidade, independência local e federação; a concertação económica peninsular e a liga alfandegária; insistência na ideia de que a França e a Inglaterra não se opunham à reunião peninsular[242]; estudo multifacetado da Península Ibérica nos tempos modernos e afirmação das diferenças entre a actualidade e os séculos XVI-XVII; divulgação da história recente de Espanha; desmistificação do carácter sanguinário e violento dos espanhóis, sobretudo após a revolução de 1854; vantagens da união ibérica para a manutenção do padroado português no Oriente; transcrição de artigos de periódicos de consentânea orientação ideológica, quer portugueses (*Leiriense*, *Nacional*), quer espanhóis (*La Europa*, *El Tribuno*, *La Iberia*, *Las Novedades*, *Nación*, *Diario Español*, *La Época*, *El Adelante* de Madrid, *El Justicia*, de Valencia, *La Palma*, de Cádis, *El Peninsular*, de Santiago de Compostela); publicação de textos e notícias de e sobre autores espanhóis, adeptos do iberismo federal mas também monárquico (Castelar, Pi y Margall, José Maria Orense, Benigno Joaquin Martinez, Marcoartú, Vicente Barrantes, Andrés Borrego, Sinibaldo de Mas, entre outros).

Aliás, a propósito da carta do autor da *Ibéria* ao periódico *Las Novedades* que advogava o casamento da princesa das Astúrias

---

240 *O Progresso*, Lisboa, nº 47, 15 de Julho de 1854, p. 1.

241 Nesta temática sobressaem os estudos de Henriques Nogueira, frequentemente publicados durante todo o período de existência do periódico.

242 Vejam-se, por exemplos os artigos subordinados ao tema *A Iberia e a Inglaterra*, nº 32, 27 de Junho de 1854; nº 37, 4 de Julho de 1854; nº 74, 17 de Agosto de 1854;

com o rei de Portugal, o *Progresso* revelou uma atitude de grande abertura relativamente a tal ideia:

"Entendemos que esse casamento pode ser um meio, como qualquer outro, que prepare e conduza á união peninsular; como hão de preparal-a os caminhos de ferro, a liga das alfandegas, os tratados inter-nacionaes, e outros factos analogos.

O casamento não significa a união imediata, a união por surpresa, prematura ou violenta, contra o que tambem energicamente nos declaramos; mas póde fazer desenvolver activamente as relações entre os dois povos, e dar um poderoso impulso a todas as medidas, que são reclamadas pela civilisação e necessidades da Peninsula"[243].

Esta intervenção não era isolada já que por diversas vezes o *Progresso* apresentou a solução da união monárquica como perfeitamente válida para ensaiar os primeiros passos da união ibérica. Polemizando com os textos da *Revolução de Setembro* da autoria de Lopes de Mendonça, seu antigo colega de redacção do *Eco dos Operários*, Sousa Brandão afirmava claramente que os fins elevados da união justificavam os meios por que se realizasse:

"Não temos dados para acreditar que o governo da futura Iberia seja menos liberal que qualquer dos dois que existem em Portugal ou Hespanha. Partindo deste ponto, quizeramos ámanhã a união iberica, mesmo com a monarchia constitucional, porque os democratas rigidos e esperançosos de Portugal não nos dão nem promettem mais do que isto.

(...) E todas estas vantagens podiam mesmo vir com a monarchia constitucional, unitaria, stultamente centralisadora, como esta do nosso pobre Portugal. Já se vê que acceitamos o presente estado de qualquer dos paizes para que por elle comece a Peninsula, sem pedirmos mesmo nem a federação nem a descentralisação"[244].

Por outro lado, apesar de se considerar progressista, não recomendava candidatos a deputados, antes aconselhava abstenção, mesmo quando em Dezembro de 1854 o partido progressista tinha proposto como candidatos seus Latino Coelho pelo círculo 27 e Morais Carvalho pelo círculo 28[245].

---

243 *Ibidem*, nº 168, 7 de Dezembro de 1854, p. 1.

244 *Ibidem*, nº 2, 4 de Janeiro de 1855.

245 *Ibidem*, nº 164, 2 de Dezembro de 1854.

Quando um periódico ou qualquer escrito tem subjacente à sua função a propaganda de uma determinada ideia, é natural que "conte as espingardas", que contabilize os adeptos e catequizados por essa ideia, e os promova e exiba como símbolo da conversão ao ideário novo e, complementarmente, faz parte da sua estratégia a desmontagem dos argumentos dos seus adversários. Apesar de terem assinados textos de outras naturezas, Sousa Brandão e Henriques Nogueira desempenharam com regularidade estas funções, emergindo com ideólogos destacados do periódico.

Sob o título genérico de *Iberia* ou em artigos de 1ª página sem título, o engenheiro da Feira fez frequentemente o ponto da situação relativamente ao avanço da questão ibérica, considerando que o seu adiantamento se manifestava "nas adhesões dos que todos os dias se filiam, e na opposição que lhe fazem os descrentes ou inimigos"[246]. Os antagonistas recorrentemente nomeados eram a *Revolução de Setembro*, a *Imprensa e Lei* e sobretudo a *Nação*, mas a estratégia consistia em desvalorizar os seus argumentos já que, como Brandão sublinhava, tudo esmorecia perante a elevação da ideia que os colaboradores do *Progresso* defendiam:

"Já o dissémos, e dil-o-hemos hoje, e sempre: a unica questão de interesse para Portugal, facil de defender, é a da questão iberica. É a nossa questão nacional no seculo XIX, a unica que nos póde fazer respeitados, como cidadãos ou como individuos. (...) A nossa patria é a Peninsula. Estende-se de Lisboa até aos Pyrineus. (...) Caminhando uma a par da outra, aproximando-se pela conveniencia, pelas communicações, pela facilidade das transacções, e sobretudo pelos trabalhos da intelligencia, cedo e bem cedo nos abraçaremos uns e outros como concidadãos"[247].

Os principais artigos de Henriques Nogueira que faziam directa propaganda do credo ibérico publicaram-se sob os títulos *O Iberismo e os seus adversarios*[248] e *O Iberismo e os seus defensores*[249]. A par das exposições de argumentação doutrinária, estes textos referiam-se também aos sectores e personagens que

---

246 *Ibidem*, nº 165, 1 de Dezembro de 1854, p. 1.

247 *Ibidem*, nº 175, 17 de Dezembro de 1854.

248 *Ibidem*, nº 176, 19 de Dezembro de 1854; nº 10, 14 de Janeiro de 1855; nº 33, 13 de Fevereiro de 1855; nº 60, 17 de Março de 1855; nº 267, 28 de Novembro de 1855; nº 268, 29 de Novembro de 1855; nº 269, 30 de Novembro de 1855.

249 *Ibidem*, nº 188, 24 de Agosto de 1855.

em Espanha e Portugal apoiavam ou repudiavam a ideia ibérica. Henriques Nogueira sabia que se tratava de uma questão "palpitante de interesse e esperanças para uns e revestida de terrores e aprehensões para outros", se bem que dentro dos mesmos "gremios politicos a homogeneidade de pensamento não é completa"[250]. Segundo a sua perspectiva, os partidos mais avançados, liberais, progressistas e republicanos, reconheciam que a a união da Península era a base essencial da sua verdadeira independência e da recíproca prosperidade interna; já os partidos que apresentava como "retrogrados", absolutistas e pseudo-constitucionais, dominados por preconceitos históricos, interesses dinásticos e rivalidades partidárias, preferiam a manutenção da ordem estabelecida.

Se o objectivo final da reunião ibérica era apresentado como um marco revolucionário da história peninsular, já os argumentos de Henriques Nogueira nem sempre eram os mais progressistas ou revolucionários; do capital histórico da secular ibéria dos reis inferia a realização da ibéria dos povos, um destino comum traçado pela Providência que abriria à Península um novo mundo a descobrir nos tempos modernos, um direito tão pleno como o que os portugueses da há sete séculos tinham reivindicado[251]. Inspirado no novo direito de associação dos povos, o iberismo do século XIX seria necessariamente diferente do do século VIII ou XVI, prevalecendo o princípio da independência administrativa[252].

Outros adversários do iberismo nomeados nos artigos de Nogueira foram os deputados em cuja câmara se dabateu a ideia ibérica e onde "não soou uma só voz que a defendesse"[253], bem como Barros e Cunha que havia expressado as suas posições anti-

---

250 *Ibidem*, nº 176, 19 de Dezembro de 1854.

251 *Ibidem*, nº 10, 14 de Janeiro de 1855.

252 Ibidem, nº 33, 13 de Fevereiro de 1855.

253 *Ibidem*, nº 60, 17 de Março de 1855. Carlos Bento e António da Cunha foram os deputados atacados porque haviam tomada a palavra nas sessões de 15 e 16 de Janeiro, respectivamente.

ibéricas no *Português*[254], e o Padre Rodrigo de Almeida em virtude do seu libelo legitimista anti-ibérico *Isso Nunca*[255].

No tocante aos defensores do credo ibérico, Nogueira deu particular destaque a Vicente Barrantes e à sua teoria exposta na *Joven España* de que a união ibérica equivaleria a um avanço de dois séculos em matéria de civilização; a revolução espanhola de Julho de 1854 havia iluminado o caminho, fazendo com que os homens mais ilustres daquele país tomassem a peito esta questão suprema, mas o doutrinador português lembrava que só a publicidade não bastava, devendo a Espanha empreender uma profunda reforma administrativa, com bases descentralizadoras[256].

Deve dizer-se que após dois anos de intensa propaganda ibérica, o *Progresso* esmoreceu o ímpeto proselitista ao longo dos últimos meses da sua existência, tornando-se esse combate praticamente nulo durante o ano de 1856, até à dissolução da empresa, em 7 de Maio. Permaneceu a crítica anti-governamental, debateram-se questões ligadas às finanças, parlamentarismo, ultramar (sobretudo India e Macau), clero e Santa Sé, funcionalismo e administração, recrudesceram até os textos de Henriques Nogueira sobre municipalismo, mas a questão ibérica deixou de ser agitada. Estariam os homens do *Progresso* tão desiludidos e desmotivados quanto parecia Benigno Joaquin Martinez na sua correspondência que lamentava estar quase anulada a "santa e gloriosa revolução de julho de 1854"?[257]

Foi exactamente perante os auspícios democráticos desta revolução que o *Portuense* patenteou as suas aspirações de unidade de acção peninsular, a qual poderia "desafiar o mundo"[258]. Desejando que a nova ordem política fosse também instaurada em Portugal, o jornal fundado e redigido por Custódio José Vieira criticou os orgãos da imprensa que se mostravam tão preocupados ou tão abertamente contra a revolução espanhola, como a *Revolução*

---

254 *Ibidem*, nº 60, 17 de Março de 1855 e nº 158, 18 de Julho de 1855. Refira-se que estes textos de resposta a João Gualberto de Barros e Cunha foram publicados sem título e, portanto, não fazem formalmente parte da série *O iberismo e os seus adversários.*

255 *Ibidem*, números 267, 268 e 269 de 28, 29 e 30 de Novembro de 1855, respectivamente.

256 *Ibidem*, nº 188, 24 de Agosto de 1855.

257 *Ibidem*, nº 312, 24 de Janeiro de 1856.

258 *O Portuense*, nº 229, 9 de Agosto de 1854.

de Setembro, o *Arauto*, o *Lidador*, o *Jornal do Povo*, a *Concórdia* ou o *Portugal*. Complementarmente, defendeu que o movimento civilizador registado em Espanha despertara a curiosidade dos portugueses, fazendo despontar o "amor fraterno que nos ha-de ligar para sempre"[259].

A difusão do ideal ibérico por este periódico progressista tornou-se evidente a partir de finais de 1854, recorrendo sobretudo à transcrição de artigos e textos do *Progresso*[260] e do *Leiriense*, bem como de um ou outro periódico espanhol. Pouco antes da sua retirada do jornal[261], Custódio José Vieira publicou dois artigos que reflectiam a sua profissão de fé ibérica, assente no credo democrático-federalista[262]. Afirmando que só não participara mais cedo nesta campanha por pensar que as suas opiniões eram sobejamente conhecidas, o advogado natural da Régua patenteou as suas convicções "ultra-democratas", o seu dogma na fraternidade dos povos, a sua comunhão no sonho da república universal. Como simultaneamente valorizava a independência e nacionalidade de Portugal, apresentava a federação como a fórmula que permitiria manter os estados unidos mas independentes, em virtude da dualidade de representação, nacional e geral. Mas como explicava no segundo artigo, Vieira admitia a realização da união ibérica sob o regime monárquico, transitoriamente, antes de se tornar possível a instauração da república federativa.

O professor do Liceu de Santarém e advogado Joaquim Maria da Silva que em 1854 havia publicado o folheto *Federação Ibérica* a que anteriormente nos referimos, fundou em Novembro de 1856 o *Scalabitano*, também redigido por Augusto Ernesto de Castilho e Melo (1° oficial do Governo Civil de Santarém) e Justino Casimiro Ferreira (professor de História e Geografia no mesmo Liceu de

---

259 *Ibidem*, n° 296, 27 de Outubro de 1854.

260 Estas transcrições privilegiaram sobretudo artigos de Sousa Brandão e Henriques Nogueira mas também textos ou discursos de pensadores espanhóis, nomeadamente de Emílio Castelar (cf. *O Portuense*, números 303 e 304, de 6 e 7 de Novembro de 1854).

261 Custódio José Vieira ter-se-á retirado do *Portuense* em Janeiro de 1855, para se dedicar à prática da advocacia, conforme declarou posteriormente (cf. n° 87, 18 de Abril de 1855). Refira-se que após a saída do jurista a defesa do entendimento ibérico tornou-se bem mais ténue, senão mesmo nulo. Este periódico que havia iniciado a sua actividade em 2 de Novembro de 1852, cessaria funções a 1 de Outubro de 1855.

262 *O Portuense*, números 421 (p. 1-2) e 422 (p. 1), de 11 e 12 de Dezembro de 1854, respectivamente.

Santarém)[263]. Este periódico político, literário e noticioso de curta longevidade (cessou funções em 1857) apoiou as ideias do federalismo ibérico, apresentando textos de autores espanhóis como Benigno Joaquin Martinez[264] e Lopez de la Vega[265], e ainda do grande doutrinador português do federalismo, José Félix Henriques Nogueira[266].

Coube a Joaquim Maria da Silva o elogio da federação dos povos, explicando a sua doutrinação que essa associação trazia vantagens recíprocas para as nações coligadas, "se bem que cada qual, naquillo que lhe é proprio, se veja como melhor entender"[267]. A manutenção do equilíbrio europeu encontraria na federação das nações com afinidades culturais a via racional e eficaz de exequibilidade:

"O meio — *unico* — está em fazer que as pequenas nações se fedérem, de maneira que possam equilibrar as suas forças com as forças das grandes nações, de maneira que todas se considerem eguaes, para, por uma vez, deixar a nação de primeira ordem d'impor leis á de segunda e principalmente á de terceira, ou quarta.

Como se deve fazer essa federação? Procurando associar-se os povos, que, pelos seus costumes, linguas, etc., estiverem mais em circunstancias de o fazerem, taes como os povos italianos entre si, nós os Portuguezes com os Hispanhoes etc., acabando os receios de povo para povo, por que um povo não tem que desconfiar d'outro povo; mas só um povo d'um governo, ou este d'aquelle"[268] .

Foi exactamente num quadro de guerra europeia, em 1859, que o efémero *Cisne do Sado* encarou a união peninsular como uma forma de fortalecimento dos dois países ibéricos, num junção que previa vantajosa mas difícil de realizar em virtude da rivalidade e

---

263 D. J. P. , A. C. L., ms. 448, p. 2086.

264 Por exemplo, o artigo *Socialismo Prático em Espanha. Banco de Cambio*, que fazia o elogio de uma realização efectiva das ideias socialistas apoiadas na trilogia Liberdade, Igualdade e Fraternidade e que suscitou também um texto doutrinário da responsabilidade da redacção (cf. nº 10, 14 de Dezembro de 1856, p. 37-38).

265 Algums poemas (cf. nº 15, 1 de Janeiro de 1857, p. 59 e nº 30, 19 de Abril de 1857, p. 119), mas também protestos de amizade e fraternidade entre os dois povos ibéricos (cf. nº 20, 18 de Janeiro de 1857, p. 79-80).

266 Trata-se de um texto sobre instrução primária, sendo o seu autor apresentado como um amigo "que tanto apoia as nossas idêas" (cf. nº 47, 21 de Junho de 1857, p. 185).

267 *O Scalabitano*, Santarém, nº 18, 11 de Janeiro de 1857, p. 69.

268 *Ibidem*, p. 70.

incompatibilidade de génios dos dois povos. Interrogava-se este periódico de Setúbal se a guerra poderia precipitar a união que o raciocínio e a lógica recomendavam, visionando a ascensão da Ibéria a nação de primeira grandeza:

"A Peninsula Iberica rodeada de trez mares, senhora do estreito, defronte da França, da Italia e da Grecia, perto da Inglaterra, com vinte e tantos milhões de habitantes, com os melhores portos da Europa, teria em si recursos para tudo.

A Peninsula Iberica administrada por uma mão unica e vigorosa, dirigida por uma politica esclarecida, armada de um grande e aguerrido exercito, e de uma marinha importante deveria offerecer um espectaculo regularissimo de força e de influencia.

A Peninsula Iberica, cortada de caminhos de ferro, e o porto de Lisboa, tido como o primeiro do Occidente, em contacto com o resto da Europa contando por horas o que d'antes contava por dias, tornaria a Peninsula de uma importancia incrivel.

Feito isto desapareciam os inconvenientes das viagens, e das tempestades do canal da Mancha e do Porto de Callais, e construindo-se uma grande via de communicação que partisse de um ponto importante de Espanha sobre o mediterraneo, tornar-se-hia esta terra abençoada o emporio do commercio dos dous mares, e por consequencia a primeira nação da Europa"[269].

O *Leiriense* foi um reputado periódico de província que se começou a publicar na cidade do Liz em 1 de Julho de 1854, referindo o autor do *Dicionário Jornalístico Português* que, apesar de se dizer incolor, foi muito afecto ao partido regenerador[270].

Este bisemanário subtitulava-se *periodico administrativo, litlerario e noticiozo*, e foi fundado por uma empresa de sessenta accionistas, tornando-se seu director político José Barbosa Leão, integrando a direcção literária D. António da Costa de Sousa Macedo e António Xavier Rodrigues Cordeiro, enquanto Fernando Luís Mousinho de Albuquerque e Luís Joaquim Leitão se tornaram chefe de redacção e director-gerente, respectivamente. Quando em 1855 Barbosa Leão se retirou, sucederam-lhe então na direcção política Rodrigues Cordeiro e Mousinho de Albuquerque. Particularmente devotado aos interesses locais, não se eximiu de participar no

---

269 *O Cisne do Sado*, Setúbal, nº 12, 22 de Maio de 1859.

270 D.J. P., A. C. L., ms. 448, p. 1898-1899.

debate dos grandes temas nacionais, em que ressaltavam as vertentes administrativa e económica, adoptando frequentemente uma perspectiva de abrangência peninsular, a que não faltou sequer alguns escritos doutrinários de Henriques Nogueira[271], e a defesa de casamentos espanhóis para D. Pedro e D. Luís[272]. Com efeito, a questão ibérica foi várias vezes abordada neste periódico citado na 3ª edição da *Ibéria* como um dos que apoiava a união peninsular[273], distinguindo-se nesse campo os textos de D. António da Costa e, sobretudo, Barbosa Leão[274].

Logo no 10° número expôs D. António da Costa algumas reflexões sobre *A Peninsula e a administração*[275], num texto que começava por se congratular com a recente revolução espanhola, e acabava gisando uma ousada estratégia económica para o conjunto da Península Ibérica. Defendendo que tal revolução fora política na forma, mas uma questão financeira e de administração pública na essência, elogia-lhe os intuitos humanitários, associa-lhe os interesses económicos de Portugal e constata a interdependência funcional dos dois países, sem contudo preconizar a associação política:

"Não pensem que tratamos da Iberia. É uma questão que respeitamos, cujo estudo intendemos conveniente, mas pela qual passamos de largo. Entre o que por ventura a ordem dos acontecimentos trará d'aqui a anos, e o que a este respeito existe, á uma importantissima materia a que ligamos imensas esperanças, e cujo alcance poderá prever todo o espirito despreocupado. Não é a Iberia politica. É a Iberia administrativa e economica.

Aí está porque a revolução de Ispanha incontra aqui uma salva de parabens. Aí está porque a saudamos do fundo d'alma.

A questão administrativa da Peninsula torna-se complexa desde que depende dos dois paízes. Basta o afrouxamento de um, para outro nada poder intentar em mutuo beneficio. Todas as vezes que as discordias de qualquer dos dois sufocavam as suas ideias

---

271 *O Leiriense*, números 114 e 115, 4 e 8 de Agosto de 1855.

272 *Ibidem*, n° 325, 9 de Setembro de 1857, p. 2.

273 MAS, Sinibaldo de — *A Iberia. Memoria sobre a conveniencia da união pacifica e legal de Portugal e Hispanha*, 3ª edição (orrigida), Lisboa, Typographia do Progresso, 1855, p. 27.

274 Eram ambos defensores da escrita sónica, pelo que se justifica desde já a grafia *sui generis* dos seus textos.

275 *O Leiriense*, Leiria, n° 10, 2 de Agosto de 1854, p. 1-2.

administrativas, o outro achava-se dezassombrado e liberto. Temos andado dezincontrados"[276].

Para D. António da Costa o atraso material dos dois países era notório, encontrando-se a Espanha adicionalmente abatida e humilhada já que, apesar da sua população, exército e império colonial, não deixava de ser considerada nação de segunda ou terceira ordem, sem quase nenhum peso na balança da Europa. A conjuntura afigurava-se-lhe favorável à mudança:

"A Ispanha, a Peninsula merecem outra sorte, e o que é mais, têem direito a revindicar os foros que perderam sem razão nem justiça.

É tempo da Peninsula sair d'este estado"[277].

Crente na superação das ambições e egoísmos individuais, previa a aproximação dos interesses de ambos os povos e a conversão em grande vantagem comum "sem que as nossas independencias se choquem, nem as nossas existencias periguem".

Contestando o debate do fusionismo político, já que a sua apologia e rejeição não respondiam às necessidades dos povos, eram mesmo "o circulo que comprime a felicidade de dezenove milhõis de abitantes", propôs a via da união administrativa, através de um vasto programa de reformas e inovações: em primeiro lugar, o caminho-de-ferro, mas também a navegação do Douro e do Tejo, a união das alfândegas e o tratado literário. Estes eram os temas referidos, apesar do autor mencionar, sem especificar, "outros pontos de uma magnitude imensa", que sustentariam a nova conquista do século, a prosperidade sem destruição, a felicidade pelo mútuo auxílio e harmonia das vontades:

"A Peninsula pode promover e conseguir um imenso progresso de administração, tremulando em Lisbôa as quinas de Ourique, e em Madrid o leão de Castela"[278].

Mas o grande defensor da união ibérica nas páginas do *Leiriense* foi José Barbosa Leão, médico natural do concelho de Paredes que obteve o grau de doutor em medicina na Bélgica e cuja notoriedade se repartiu nas funções de jornalista, deputado e administrador colonial, tendo ocupado os cargos de secretário geral

---

276 *Ibidem*, p. 1.
277 *Ibidem*, p. 2.
278 *Ibidem*, p. 2.

de Moçambique e Angola, respectivamente nos últimos anos da década de 50 e primeiros da seguinte[279]. A sua série de cinco artigos publicada em finais de 1854 e subordinada ao título *A União Iberica*[280], evocava a "filosofia umanitaria" e os "principios do evangelho" para a futura realização da fraternidade peninsular, que inscrevia no providencial programa da marcha do progresso da humanidade.

A preocupação especial com a questão do progresso material levou Barbosa Leão a dedicar a maior parte da sua exposição às vantagens da aliança económica a qual, segundo ele, se poderia realizar sem tocar em coisa alguma da organização política dos dois Estados[281]. A questão política era pois voluntária e pragmaticamente adiada, já que, como afirmava o autor, ela era agitada na imprensa como forma de anatemizar homens e partidos, fomentando-se a aversão pública aos simpatizantes da ideia ibérica, tratados como os "jacobinos" dos tempos modernos[282].

Barbosa Leão esquivava-se pois a apresentar qualquer quadro teorico-político para a projectada união, considerando inoportuno "questionar agora se a futura iberia, quando aja d'existir, deverá ser uma monarquia despotica, absoluta ou reprezentativa, uma união federativa, ou uma republica unitaria; por que na ocazião em que isso ouvesse de ter lugar, aviam de ser as circunstancias da Europa, quem decidisse a formula politica que ela avia de tomar"[283].

Apesar da contenção do seu discurso, Barbosa Leão não deixou de se referir ironicamente ao "blazonar da independencia dos portugueses", lembrando que nas últimas cinco décadas o país tinha andado a reboque da política das grandes potências europeias, e sofrido delas graves ofensas. Este desabafo foi, aliás, aproveitado

---

279 Cf. PEREIRA, Esteves; RODRIGUES, Guilherme — *Diccionario historico, biographico...*, vol. 2, Lisboa, João Ramos Torres Editor, 1906, p.106-107; *Grande Enciclopedia Portuguesa e Brasileira,* vol. 4, Lisboa/Rio de Janeiro, Editorial Enciclopedia Limitada, p. 203; SILVA, Inocencio Francisco — *Diccionario Bibliographico Portuguez,* t. 4, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, p. 267-268 e t. 12, 1884, p. 253.

280 *O Leiriense*, números 39, 41, 43, 45 e 48, de 11, 18, e 25 de Novembro, e 2 e 13 de Dezembro de 1854, respectivamente.

281 Ver capítulo relativo à Concertação Económica Peninsular.

282 *O Leiriense*, nº 48, 13 de Dezembro de 1854.

283 *Ibidem.*

por Fernandez de los Rios que o viria mais tarde a transcrever na sua obra *Mi Mision en Portugal*[284].

As posições assumidas por Barbosa Leão não deixaram de suscitar críticas na imprensa da época, nomeadamente da *Nação* que o acusava de defender uma união que acarretaria a submissão de Portugal[285], e do *Porto e a Carta* que se admirava que tal artigo "fosse escripto por um portuguez"[286]. A esta ofensa respondeu o redactor do *Leiriense* que se assumia como "bom portuguez" e, simultaneamente, "conscenciozo e ardente partidario da união economica da Peninsula"[287].

A este pensamento se manteve fiel ao longo da vida, como atestam as suas intervenções jornalísticas e parlamentares. Em 1859 fundou o *Jornal do Porto*, assinalável pelas suas extensas e frequentes correspondências de Espanha, onde o médico de Paredes reiterou a sua convicção de que a união económica peninsular era uma consequência irresistível do movimento europeu, pese embora preferisse então não se pronunciar quanto à união política já que, como ambas se encontravam associadas na opinião pública, falar da segunda prejudicaria a realização da primeira[288].

Foi também fundador do *Jornal de Lisboa*, periódico que iniciou funções em 1864, pugnando desde logo pelo conhecimento recíproco dos dois países ibéricos. Além de uma secção diária integralmente dedicada à política espanhola (*Revista de Hespanha*), publicou com grande regularidade uma rúbrica de divulgação de obras portuguesas e espanholas de índole científica, literária e artística (*Revista Peninsular de Critica Bibliographica*).

---

284 *Mi Mision en Portugal. Anales de ayer para enseñanza de mañana*, Paris/Lisboa, E. Belhatte/Bertrand, [1877], p. 201, nota 3.

285 Barbosa Leão respondeu ao periódico legitimista no nº 50, de 20 de Dezembro de 1854, apresentando dois exemplos concretos: a monarquia dualista da Suécia e Noruega que sob a mesma coroa mantinham governos e nacionalidades distintas, e o *zollverein* alemão que não tinha afectado as várias nacionalidades germânicas envolvidas.

286 Esta afirmação estava contida numa *Carta do Padre Serapião d'Algures*, pseudónimo do também médico Rodrigo Xavier Pereira de Freitas e Beça, que vituperava o artigo de Leão, criticando-o inclusivamente por não estar assinado (cf. *O Porto e a Carta*, nº 189, 9 de Dezembro de 1854). Babosa Leão retratou-se de imediato, explicando que os redactores do periódico não tinham o costume de assinar os seus artigos (cf. *O Leiriense*, nº 53, 30 de Dezembro de 1854, p. 3-4.).

287 *O Leiriense*, nº 53, 30 de Dezembro de 1854, p. 3-4.

288 *Jornal do Porto*, nº 71, 31 de Maio de 1859, p. 1.

Esta prática não era inteiramente corrente no jornalismo português da época pelo que Barbosa Leão publicou uma folha avulsa, espécie de carta-aberta ao assinante, onde em nome da empresa clarificava as intenções do jornal em matéria de iberismo político e iberismo económico:

"É possivel que o JORNAL DE LISBOA tenha desagradado a alguem, porque trata regularmente das coisas de Hespanha. Ora quem vê em tudo a idéa da união iberica com a perda da nossa nacionalidade, não ha de gostar de que fallemos das coisas de Hespanha, assim como não gostará de que se apertem as nossas relações com o reino visinho pelos telegraphos electricos e pelos caminhos de ferro.

(...) É claro que a secção de noticias de Hespanha que o JORNAL DE LISBOA publica diariamente, constitue um serviço feito ao nosso paiz. Alem de que esse trabalho não respirou até hoje, nem respirará jamais a idéa de união iberica politica, porque não professamos essa idéa, e unicamente propugnamos pela harmonia dos interesses economicos dos dois paizes, da qual é o nosso que tem que tirar mais vantagens. Do mesmo modo porém, que n'este ponto o jornal desagrada talvez aos homens de idéas exageradas, estamos certos de que agradará aos homens de razão, que vêem as coisas como ellas são, e que, conhecendo que o Porto e Lisboa hão de ser em breve os portos da Hespanha no Atlântico, e que ha de ser por elles que ella se communicará, até com as suas actuaes colonias, conhecerão egualmente a vantagem que ha em tratarmos de conhecer bem as coisas do reino visinho"[289].

Em Julho de1881 Barbosa Leão deu à estampa o seu folheto *O Futuro de Portugal*[290], constituído por quatro artigos recusados três anos antes por diferentes periódicos de Lisboa e Porto, inclusivamente pelo *Jornal de Comércio*, onde havia publicado vários textos sobre as colónias, também escritos em ortografia sónica. Esta publicação deveu-se ao facto do autor considerar que,

---

289 Folha avulsa do *Jornal de Lisboa*, Tip. Universal, 15 de Setembro de 1864.

290 *O Futuro de Portugal segundo o parecer do Dr. Jozé Barbóza Leão*, Porto, Tipografia de Antonio José da Silva Teixeira, 1881, 16 p. Em trabalho anterior tivemos já oportunidade de estudar este folheto (cf. PEREIRA, Maria da Conceição Meireles — *Iberismo e nacionalismo no pensamento de José Barbosa Leão: "O Futuro de Portugal" visto do Porto em 1881*. "Revista da Faculdade de Letras — História", 2ª série, vol. 9, Porto, Universidade do Porto, 1992, p. 237-249.

dada a conjuntura interna e externa de Portugal, este devia imperiosamente realizar uma aliança económica com a Espanha.

Da análise deste escrito ressalta a constatação de que não há qualquer retraimento das teses anteriormente formuladas, antes sim a sua ponderação face a factores epocais e vivenciais diversos, equacionados numa perspectiva quase memorialística, pelo que este opúsculo se pode considerar um verdadeiro testamento doutrinário do autor. Paralelamente, a amplitude da sua hesitação relativamente à união política com Espanha reduzia-se significativamente.

No primeiro artigo, o autor preocupava-se em dar uma "explicação ao publico" sobre duas acusações de que dizia ter sido alvo frequente: a de iberista e a de republicano. Invocando os princípios norteadores de liberdade, igualdade e fraternidade, aprendidos na doutrina cristã e depois confirmados pela filosofia, confessava-se desde mancebo "republicano em teoria" mas declarava prontamente nunca ter dado um passo, nunca ter proferido uma palavra, nunca ter escrito uma linha com o fim de concorrer para o estabelecimento da república em Portugal. Descrente da viabilidade daquele regime no contexto nacional, dizia ter-se "limitado a querer para o noço paiz o sistema monarquico reprezentativo verdadeiro; a monarquia à belga, por exemplo"[291].

Quanto à acusação de iberismo, a resposta de Barbosa Leão consistiu fundamentalmente numa retoma das premissas apresentadas no *Leiriense*, embora se confessasse "iberista em teoria" desde moço, ao constatar , à luz da razão e da religião, que qualquer fronteira política na Península era "artificial e de pura convenção"[292].

Nestes moldes o autor assumia-se como iberista, mas crente que esse "iberismo era prova de patriotismo", ou seja, prova de amor aos seu povo e à sua terra, "primeiro que ao resto do mundo"[293].

No segundo artigo aproveitava para explicar o seu iberismo de 69, a sua exultação perante a possibilidade de D. Fernando, aceitando a coroa que os espanhóis lhe ofereciam, abrir caminho a

---

291 *Ibidem*, p. 5.
292 *Ibidem*.
293 *Ibidem*, p. 6.

uma monarquia dualista peninsular que deveria ser, segundo as suas palavras, "somente como a da Suecia e Noruega: as duas nações ficão independentes e àutónomas, unidas simplesmente pelo laço do monarca, que as reprezentará ambas perante o mundo"[294].

Os dois últimos artigos ensaiavam uma análise do futuro de Portugal dominado pela eventualidade de uma anexação por Espanha[295]. Barbosa Leão advertia então que uma união imposta significaria a ruína e dissolução de Portugal como nação e o desmembramento do seu império ultramarino mas, contrariamente, o caminho da união voluntária apresentava possibilidades totalmente diversas, numa solução honrosa e vantajosa para os dois lados. Essa solução que na óptica do autor representaria a vida, grandeza e fraternidade das duas nações, poderia assumir duas formas: a confederação política ou a monarquia dualista.

Como vimos, sobre este último regime sempre o autor exprimira a sua opinião positiva, corroborada agora pelo exemplo do dualismo austro-húngaro. Defendia que a monarquia peninsular se poderia consolidar sob a dinastia bourbónica à falta da de Bragança, poderia até ser resolvida por um casamento mas, acrescentava inovadoramente," se ambas as monarquias caícem, tinhamos o meio da confederação rèpublicana. Os reis e as dinastias mórrem; os povos ficão"[296].

Assim, pela primeira vez, Barbosa Leão apontava a federação como fórmula capaz de realizar a união ibérica, através da qual cada nação conservava a independência e autonomia no seu governo interno, havendo um governo central que servia de laço entre elas e as representava perante o mundo. Mas tal como a maior parte dos iberistas da década de cinquenta, este pensador queria a reunião ibérica acima de tudo, independentemente do regime político sob o qual se realizasse, e essa aspiração era apresentada como a nova cara do patriotismo:

---

294 *Ibidem*, p. 8.

295 Para tornar este cenário mais credível transcreveu excertos de um artigo de Guerra Junqueiro publicado no *Comércio Português*, em 5 de Maio de 1878 (cf. *O Futuro de Portugal...*, p. 9).

296 *O Futuro de Portugal...*, p. 12.

"Sou partidário apaixonado da confederação ou dualismo — único meio de salvar a nacionalidade portugueza. (...) Diz-me a razão e a refleção que oje só acim serei bom português"[297].

A actividade de Barbosa Leão em prol da aliança luso-espanhola não ficou por aqui. Logo após *O Futuro de Portugal*, impulsionou a divulgação do seu discurso de 13 de Janeiro de 1882 na Câmara dos Deputados sob o título *A Aliança Ispanhóla*[298]. O deputado por Angola apresentava os argumentos conjunturais que aconselhavam a aliança com Espanha, lembrando que o país se encontrava num estado lamentável de fraqueza não redimível por demonstrações patrióticas, como a do tricentenário de Camões, a então propalada celebração do centenário de Pombal, ou as manifestações da Sociedade 1° de Dezembro. Representando Portugal um embaraço e um prejuízo para a Espanha que entrara numa época de paz e prosperidade, devia contar-se com a ambição e mesmo com a má vontade daquele país, contra o qual Portugal não teria nem defesa militar nem aliados a opor. Tudo aconselhava pois a instaurar-se uma política de íntimas relações de amizade com o país vizinho e irmão, passando a salvaguarda da independência pátria pela celebração de um tratado de aliança que consagrasse, antes de tudo o mais, a união económica e a liga aduaneira entre os dois países, mas também uma aliança em matéria de política internacional. Paralelamente, propunha uma aliança entre as famílias reinantes pelo matrimónio de D. Carlos com a infanta D. Maria da Paz, irmã mais nova de Afonso XII, a qual não poderia aspirar à coroa de Espanha. Este consórcio era apresentado como "uma cérta segurança para a nóça independencia e àutonomia"[299] já que o monarca de Espanha não atentaria contra o trono da irmã.

As vantagens que Barbosa Leão prefigurava, caso tal aliança se viesse a concretizar, eram quase todas de ordem económica; desarmamento do exército e da marinha de guerra e sua redução aos quadros elementares, ficando disponíveis e aplicáveis ao desenvolvimeto do país grandes recursos de capital e de trabalho;

---

297 *Ibidem.*

298 *A Aliança Ispanhóla*, Lisboa, [1882]. Esta peça de 4 páginas não numeradas encontra-se na secção de reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa com a cota Res/1948, proveniente do espólio de Américo Marques. Como se pode inferir da grafia do título também se imprimiu em escrita sónica.

299 *Ibidem*, 3ª página.

promoção de Lisboa e Porto à categoria de principais portos da Península; intensificação das relações comerciais entre a Península Ibérica, a África, a América Central e a América do Sul, sendo Lisboa o centro nevrálgico desse complexo comercial. Por estas razões pedia aos deputados que fizessem sentir ao governo a necessidade de encetar negociações imediatas com vista à realização da aliança económica.

A indefinição do seu discurso em matéria de opção de regime político suscitou alguns comentários; Rafael Ribeiro evidenciou o seu compromisso preferencial com a monarquia[300], enquanto Gonzalo Reparaz saudou o folheto de 1881, dizendo que o autor expunha "as suas ideias sem o menor rebuço"[301].

A propósito das actividades de Barbosa Leão em prol da aproximação ibérica, referimos dois periódicos da década de sessenta que em determinadas fases da sua existência foram veículos dessa mensagem: o *Jornal do Porto* (iniciado em 1859, manteve-se nas décadas seguinte), e o *Jornal de Lisboa* (1864-1867). Acontece que esta década, que assistiu ao clímax da propaganda anti-ibérica, não ofereceu grandes condições à divulgação do ideal da reunião peninsular, cuja propaganda conhecera nos inícios dos anos cinquenta a sua época de ouro, e se encontrava agora em estado de grande atonia. Agitar, mesmo que tenuamente, as ideias de aliança peninsular na imprensa de então, equivalia a uma certa perseguição por parte dos outros orgãos de imprensa que, embora sob interesses partidários, agiam como vigilantes repressores dessa doutrina; esta constatação torna-se mais evidente quando os periódicos em causa são empresas de maior dimensões, afectas aos principais partidos, quer se encontrassem no poder, quer na oposição.

Apesar disso, editou-se na capital entre Janeiro e Março de 1864, uma obscura publicação semanal son o título *Revista Política*, que numa série de três artigos sob o título *Portugal e Hespanha*, da autoria de Pinto de Almeida, advogou a aliança peninsular[302].

---

300 RIBEIRO, Rafael — *O Iberismo dos Monárquicos*, Lisboa, Imprensa Portugal/Brasil, s. d., p. 108-111.

301 *A Folha Nova*, Porto, nº 137, 4 de Novembro de 1881.

302 *Revista Politica. Folha semanal*, Lisboa, 1864. O primeiro artigo encontra-se no nº 1, 21 de Janeiro de 1864, p. 4, e o terceiro no nº 4, de 14 de Fevereiro de 1864, p. 2-5 (o formato da publicação havia diminuído). Em virtude de não

Tratava-se de um aliança fraternal e de amizade entre dois povos que pertenciam à mesma família e haviam partilhado, ao longo das épocas, os mesmos interesses morais e materiais. Os argumentos apresentados a favor desta aliança compreediam os elementos habituais da apologética ibérica: os dois países eram desde há séculos alvos da política francesa e britânica, potências que almentavam a discórdia entre os dois países peninsulares para sustentarem a sua preponderância sobre os governos respectivos; Portugal e Espanha, unidos por uma "completa homogeneidade de principios" conheceriam o progresso e a verdadeira independência, sem precisar da tutela de qualquer potência europeia; a aliança traria ainda reforço militar e defensivo, bem como properidade e desenvolvimento recíproco. Ao que parece, esta aliança não implicaria a mudança da fórmula política ou quebra de qualquer autonomia, consistiria numa concertação profunda a nível dos regimes políticos, uma íntima união económica, e uma estratégia defensiva comum:

"A bandeira das quinas tremulando ao lado da dos Leoes de Hespanha, faria renascer novas epocas de gloria entre dois povos, que incetavam uma vida inteiramente nova, que os vindouros melhor poderiam apreciar; Portugal não renunciando ás resoluções de Almacave, apenas fraternisava com esse estandarte glorioso simbolo de tantas e tão nobres recordações"[303].

Sob o título *O Peninsular*, publicou-se em Lisboa entre Junho e Julho de 1872 um periódico da responsabilidade de Frederico Guardon Gallardo, jornalista espanhol de simpatias republicanas. Escrito em português e espanhol (maioritariamente nesta última língua), este jornal foi rotulado de "iberico" por Silva Pereira[304]. Tratava-se antes de um jornal dirigido à colónia espanhola residente na capital, que sob o signo da confraternidade hispano-lusa pretendia contribuir para o estreitamento de amizade dos dois povos, através das relações literárias, comerciais, industriais e artísticas. Não foi pois um veículo de divulgação dos ideais políticos

termos encontrado os números 2 e 3, desconhecemos o texto do segundo artigo, bem como o fascículo em que foi incuído.

303 *Ibidem*, nº 4, de 14 de Fevereiro de 1864, p. 3.

304 PEREIRA, A. X. da Silva — *O Jornalismo Portuguez*, Lisboa, Typographia Soares, 1895, p. 122.

do iberismo, pelo que nos referiremos a ele mais adiante, no capítulo respectivo[305].

O *Jornal do Comércio* tornou-se um referente fundamental da imprensa portuguesa oitocentista, pela qualidade, seriedade e diversidade das suas matérias e colaboradores[306]. Inicialmente afecto ao partido regenerador, este periódico foi evolutivamente patenteando uma ideologia democrática e republicana. Raro era o jornal que não o citasse a propósito de algum assunto e que não transcrevesse alguns dos seus textos, nomeadamente sobre a questão ibérica, tema que começou a destacar-se por volta de 1859-1860. Publicaram-se então textos de Mendes Leal, Bernardino Pinheiro e outros não assinados que reflectiram sobre os "boatos do iberismo"[307] e sobre a acção fundamental desempenhada pela imprensa espanhola na criação de factos de opinião.

Em Junho de 1861, a redacção publicou um artigo que lhe foi enviado, considerando que incluía ideias muito sensatas sobre o iberismo, o qual não podia signifcar desejo de incorporação violenta, com sacrifício da independência portuguesa; *Do que seja o verdadeiro iberismo*, era um texto assinado por Veritas, pseudónimo de Carlos José Caldeira, que considerava que a ideia ibérica tinha sido equivocamente interpretada à luz do recente princípio das anexações, o que havia desvirtuado e envenenado as suas genuínas intenções que apostavam sobretudo no estreitamento de relações pacíficas e de amizade, na conciliação dos interesses materiais e no auxílio mútuo dos dois povos. O autor, assumindo-se "iberico antigo e convicto", veio pois a terreiro para explicar a essência original dessa ideia:

---

305 Ver capítulo *Aproximação e Rejeição — O Confronto Cultural.*

306 A parte política esteve sobretudo a cargo de Latino Coelho, Carlos Bento da Silva, Mendes Leal, Rebelo da Silva, Andrade Corvo, Serpa Pimentel, José Ribeiro Guimarães e Luciano Cordeiro. Nas secções de economia, ciência, literatura e notícias participaram ainda outros intelectuais da época: Alexandre Herculano, Vicente Ferrer, Luís Augusto Palmeirim, Betâmio de Almeida, Henrique Midosi, Luís Quirino Chaves, Alberto Osório de Vasconcelos, Sebastião José Ribeiro de Sá, António José de Seixas, Rodrigues de Freitas, Alves Martins, Fradesso da Silveira, Pinheiro Chagas, etc. (cf. D.B.P., vol. 12, p. 189).

307 Um artigo de Bernardino Pinheiro apresentou-se exactamente com este título *Os Boatos do Iberismo*, foi aliás muito reproduzido na imprensa nacional e defendia que, verdadeiros ou falsos, tais rumores deveriam alertar a família portuguesa (cf. nº 152, 29 de Novembro de 1860).

"Em Portugal e Hespanha ha um partido pouco numeroso ainda, mas altamente illustrado, que possue no maior gráo o instincto do progresso e da grandesa, e não crê possivel, para a nossa peninsula, situação verdadeiramente forte, independente e prospera, que não seja preparada e garantida pela multiplicação e aperto de relações pacificas entre as duas nações visinhas. Fazer mais amigos, mais intimos, mais solidarios, povos que teem origem commum, quasi a mesma linguagem, a mesma religião, as mesmas instituições, os mesmos interesses económicos, a mesma historia (salvas excepcionaes e passageiras antinomias, que não tem provindo senão de vicios ou erros dos homens), taes são os fins do partido, unico que póde chamar-se iberico.

(...) O principio iberico, que evangelisa fraternidade na peninsula, abomina conquistadores em toda a parte. Portuguezes e hespanhoes podem querer associar-se para promoverem, como eguaes, os interesses communs: a idéa de tutella é que é por ambas as partes proscripta. A iberia pura e simples cifra-se n'isto. É d'esta que ha partido e missão. Tudo o que não é isto são tristes aberrações, ou ardis para comprometter governos.

(...) Os verdadeiros ibericos não amam menos a patria que os praguentos que d'elles suspeitam; nem seriam os ultimos a empenhar-se na defesa d'ella e de seus povos. Braços ibericos podem estreitar contra o coração amigos ou irmãos reconciliados, mas nunca acolhem oppressores.

Os ibericos verdadeiros fazem de si e do espirito nacional mais alto conceito, para temerem que haja força, que possa senhorear violentamente um povo, como o portuguez, em condições de engrandecer-se, que não de reduzir-se"[308].

Outro texto que lembrava as profecias ibérias de Camões, concluía o seu raciocínio nestes moldes:

"Não nos acoimem de iberistas, que nós applaudimos o discurso do condestavel; contudo, nem por isso deixamos de ter fé

---

308 *Jornal do Commercio*, Lisboa, nº 2312, 19 de Junho de 1861. Esta profissão de fé no iberismo suscitou diversas polémicas e reacções, quer dentro do próprio jornal, com Mendes Leal, quer noutros periódicos. Apesar de considerar sensatas algumas refleões gerais, Mendes Leal defendia que algumas preposições não assentavam "sobre um apreciação perfeitamente justa dos factos" (cf. nº 2313, 20 de Junho de 1861).

que estes dois reinos se juntarão n'um só, porem com honra para ambos. Longinquo virá esse tempo, mas ha de vir"[309].

Este reiterado argumento de que a península encontraria no futuro a unidade política desde há séculos tentada e preconizada, sugeriu outro extenso artigo de abertura. Partindo do pressuposto que o futuro não podia ser antecipado, isto é, resolvido no presente, este texto aceitava que as nações não podiam ser eternas e estavam sujeitas à mudança, mas a futura unidade da Península só adviria de alterações civilizacionais, sendo portanto inexequível no presente:

"A peninsula poderá talvez um dia ser um só povo. Deixemos a questão para que a resolvam os que vierem depois de nós, não por egoismo nosso, mas porque só elles, que hão de viver n'outro estado mais perfeito de civilisação, poderão julgar se é chegado o tempo de abatter as fronteiras e de alliar os leões de Hespanha e as quinas de Portugal, sem que se humilhem as quinas, nem se tornem arrogantes os leões"[310].

Ao longo da década de sessenta o *Jornal do Comércio* tratou a questão ibérica sobretudo em função das suas representações na imprensa espanhola e europeia, conferindo-lhes um dimensão especulativa e filosófica que a impossibilitava de constituir uma ameaça efectiva; daí a relativização dos perigos do iberismo, a sua redução a tese académica, a repreensão aos mais alarmados ou alarmistas, a defesa constante do bom entendimento peninsular e respeito mútuo. O excerto seguinte ilustra esta postura:

"O Iberismo não saiu ainda do seu periodo de philosophica germinação. É por ora, para os espiritos theoricos, que se deliciam em estender vistas aventurosas nas regiões nublosas do futuro, mais uma these academica e um theorema especulativo do que uma propaganda revolucionaria: para os espiritos communs um terror infundado e pueril.

(...) A philosophia pura da-lhes uma formula, e por ella os publicistas ibericos, totalmnete emancipados das condições praticas do problema, intentam resolvel-o sem buscarem os expedientes racionaes e exequiveis d'esta difficilima, quasi impossivel transacção.

---

309 *Ibidem*, nº 2338, 21 de Julho de 1861.

310 *Ibidem*, nº 2341, 25 de Julho de 1861.

Por outro lado, os espiritos communs exaggeram, nos seus receios e temores, a perspectiva de uma unificação das duas nações"[311].

Fiel a esta linha, o *Jornal do Comércio* perseverou em dizer que a revolução espahola de 1866 não continha quaisquer planos ibéricos, como o veio a confirmar o manifesto de Prim[312], e negou qualquer plano de aliança entre os dois países peninsulares, quando da visita de Isabel II[313]. Prevendo todavia uma grande convulsão política em Espanha[314], este periódico revelou-se crítico relativamente à circular de Casal Ribeiro que defendia a aliança preferencial com a Espanha[315] e, apesar de solidário com os emigrados espanhóis, defendeu que o país tinha de conciliar as obrigações de neutralidade com os brios da sua independência.

Após a eclosão da revolução de 1868, a que dedicou grandes espaços nas suas edições, o *Jornal do Comércio* elevou a sua voz para novamente aconselhar a tranquilidade, para rebater os boatos ibéricos que se propagavam velozmente e enchiam páginas inteiras da imprensa nacional.

O artigo *Hespanha e Portugal*, de Outubro desse ano, fazia o diagnóstico perfeito de uma situação de pânico generalizado, alimentada por uma imprensa sensacionalista, recheada de "abundantissimas minas que os novelleiros exploraram", onde ferviam as "galgas" e os " patrioticos pavores" que davam Portugal prestes a tornar-se uma província espanhola:

"Cada manhã se comprava um susto por 10 réis, e cada um imaginava já esta terra *doada* pelo imperador Napoleão á ex-rainha Isabel, ou conquistada pelos exercitos hespanhoes.

(...) Andava essa pobre gente sobressaltada, e diziam uns para os outros: — Os periodicos fallam d'estes perigos para a nossa autonomia, é que sempre ha alguma cousa! E todas as manhãs,

---

311 *Ibidem*, nº 3217, 10 de Julho de 1864.

312 *Ibidem*, nº 3697, 16 de Fevereiro de 1866.

313 *Ibidem*, nº 3959, 1 de Janeiro de 1867.

314 Os artigos *A Hispanha e os Borbons* defendiam que era impossível olhar com indiferença para os acontecimentos que se davam em Espanha bem como para os que estavam prestes a acontecer (cf. nº 4142, 18 de Agosto de 1867; nº 4158, 6 de Setembro de 1867).

315 Particularmente veemente na crítica ao Ministro dos Estrangeiros foi Pinheiro Chagas no seu folhetim de 27 de Janeiro de 1867, nº 3980.

pressurosos, corriam a comprar o papel, que lhes esquentava as imaginações e entretinha os patrioticos sustos"[316].

Afirmando que tais perigos "não existiam nem podiam existir", este artigo eliminava a possibilidade de conquista e remetia para um futuro longínquo as hipóteses de realização da unidade peninsular:

"Os sonhos da federação iberica são aspirações que porventura um dia se realisarão, mas que ainda estão bem longe de poder passar da cabeça dos sonhadores. A conquista jamais se verificará. a união voluntaria, quando ha de ser, ou será? Ninguem o sabe; mas o que todos prevêem, e com acerto, é que se tiver de ser, será em tempos muit para além de nós"[317].

Este periódico tomou realmente como missão a tarefa de "tranquilisar os espiritos"[318], desvalorizando as proclamações ibéricas afixadas nas ruas de Lisboa[319] e criticando os jornais que as reproduziram, e destituindo a revolução setembrina de quaisquer intenções e planos ibéricos[320].

Refira-se que o *Diário Mercantil* adoptou um atitude semelhante de pacificação dos ânimos, lembrando que não havia um partido ibérico organizado, que as conspirações internas e externas não passavam de rumores infundados, que o patriotismo transbordante dos folhetos e jornais só servia para acirrar os ódios e desestabilizar a situação. Narrou até um episódio ocorrido na

---

316 *Ibidem*, nº 4480, 4 de Outubro de 1868.

317 *Ibidem*.

318 *Ibidem*, nº 4482, 7 de Outubro de 1868.

319 Estas proclamações que anunciavam D. Luís I como chefe dos dois países unidos, foram afixadas em algumas zonas de Lisboa, mas também no Porto e em Braga, e também enviadas às redacções de alguns jornais. A autoria destes papéis sucitou alguma polémica; foram atribuídas a manobras partidárias ou golpe da oposição contra o governo, levantaram-se ainda as hipóteses de terem sido escritas por espanhóis residentes em Portugal, ou ainda escritas e impressas em Espanha (cf. *Diário Mercantil*, Porto, nº 2613, 6 de Outubro de 1868).

320 Além de inúmeros artigos da responsabilidade da redacção, incluiu comunicados vários, como por exemplo, as oito longas *Cartas portuenses ácerca da influencia da revolução hespanhola sobre o futuro de Portugal por um obscuro portuense*, publicadas entre 10 de Outubro e 6 de Novembro de 1868 (a primeira no nº4485 e a última no nº 4508), que justificavam os partidários do iberismo dos anos 50, em virtude do sonho grandioso de prosperidade e engrandecimento da pátria, mas concluíam que a federação era uma utopia e, portanto irrealizável. Outro comunicado do mesmo teor foi publicado em 15 de Outubro, nº 4481, com o título *Iberismo por um soldado que fez toda a guerra peninsular.*

capital para ilustrar este zelo fundamentalista que "pamphletarios e jornalistas de occasião" promoviam e fomentavam:

"Nós sabemos que se apregoou á porta dos cafés de Lisboa a publicação periodica *Aljubarrota*, com estas vozes:

— O Aljubarrota! o Aljubarrota! olha o Aljubarrota por um pataco! vamos a enxotar os hespanhoes! vamos aos gallegos!"[321]

Durante a interinidade espanhola, o *Jornal do Comércio* evidenciou as suas simpatias republicanas e revelou as esperanças que depositava na implantação próxima daquele regime em Espanha, pelo que desvalorizou as candidaturas monárquicas, promoveu o trabalho do partido republicano espanhol e divulgou os discursos e ideias de Castelar. Complementarmente, patenteou o seu respeito pela família reinante portuguesa, ilibou sistematicamente D. Fernando das manobras ibéricas e enunciou os inconvenientes do dualismo ibérico monárquico.

Reconhecendo embora a preferência do país pelo regime monárquico e a sua rejeição da união ibérica, quer pela via monárquica quer federal, o *Jornal do Comércio* expôs abertamente o seu desejo de ver realizada a complexa e auspiciosa obra dos estados unidos ibéricos:

"A federação iberica sob a fórma republicana não é pois para nós um sonho; vemos esse successo n'um futuro longinquo; vemol-o como um pensamento ainda mal definido, como uma idéa que o tempo amadurecerá, — quando é que ninguem poderá dizer. Todavia ainda decorrerão muitos annos antes que venha a realisar-se. Haverá quem se espante do que dizemos, porque não sabe medir as forças do progresso, nem prever as transformações nos costumes, nas idéas, em tudo quanto hoje parece inabalavel e eterno"[322].

---

321 *Diario Mercantil*, Porto, nº 2626, 21 de Outubro de 1868.

322 *Ibidem*, nº 4586, 13 de Fevereiro de 1869. Esta defesa da federação ibérica esteve patente em diversos artigos de abertura do *Jornal do Comércio*, vejam-se, por exemplos, os números 4629 (7 de Abril de 1869), 4654 (6 de Maio de 1869); 4721 (23 de Julho de 1869); 4745 (22 de Agosto de 1869). Como seria de esperar, foi com amargura e alguma ironia que este jornal noticiou a eleição de Amadeu de Sabóia; não deixou contudo de desejar a melhor sorte ao país vizinho e irmão. Esta escolha foi todavia elogiada pela *Tribuna*, semanário de simpatias republicanas de Ferrer Farol, que no artigo *A Peninsula e D. Amadeu I* concluiu que a república era ainda impossível para as raças latinas a quem faltava "o enthusiasmo varonil e abnegação divina, a virtude civica", e por isso Amadeu representava a paz na Península (cf. *A Tribuna*, Lisboa, nº 3, Dezembro de 1871, p. 3-7).

O *Diário Popular* teve uma postura em vários aspectos semelhante à do *Jornal do Comércio*. Este periódico acreditava que as nações caminhavam "irresistivelmente para o regimen republicano democratico", mas afigurava-se-lhe que as formas monárquico-constitucionais eram de "transicção necessaria" pelo que "em quanto ellas durarem, devemos respeital-as e não ferir o systema"[323].

Num curioso boletim político sobre as tendências europeias para as grandes aglomerações, o *Diário Popular* lamentava o facto de Portugal não ter incorporado os territórios da Galiza e Astúrias no inicío da era constitucional, quando Portugal tinha um exército aguerrido e a Espanha se dilacerava em discórdias civis:

"Se a poltica d'aquella epoca relativamente favoravel tivesse sido mais previdente, a Galliza podia certamente ser hoje portugueza, e talvez que a bandeira azul e branca tambem ondeasse nas montanhas das Asturias. A oppressão de seculos, o desprezo systematico, a analogia das indoles attraiam para Portugal os povos de álem Minho. A Hespanha enfraquecida, e que invocava o nosso auxilio, não podia obstar a que annexassemos ás antigas provincias portuguezas aquelles povos que bem desejariam viver do nosso lado.

Senhores da Galliza e provavelmente das Asturias, introduzidas as nossas leis e os nossos habitos naquellas provincias, o Portugal de 1868 podia ser a parte mais homogenea e mais poderosa da peninsula iberica. Assim ririamos de qualquer tentatia hespanhola contra nós, porque ao nosso direito juntariamos a força.

Perdeu-se o ensejo e agora é inutil pensar nesse poderoso meio deffensivo. Só os nossos recursos podem valer-nos contra a maré enchente que ameaça o territorio portuguez"[324].

Todavia, este periódico político progressista, imprimiu alguma tranquilidade no tratamento da questão ibérica. Relativamente ao caso Carlos José Caldeira e a sua tentativa de introduzir papéis de propaganda ibérica em Portugal, recomendou a sua prudente demissão do cargo de director das alfândegas:

"Bem sabemos que a impressão da *Iberia* não offende as leis do paiz, mas a moral, a prudencia e o bom senso aconselham que

---

323 *Diario Popular*, Lisboa, nº 786, 25 de Novembro de 1868.

324 *Ibidem*, nº 676, 6 de Agosto de 1868.

não seja conservado no seu emprego o funccionario que se presta a ser agente de emprezas contra a independencia nacional"[325].

Quanto às proclamações ibéricas afixadas nos primeiros dias de Outubro de 1868 em algumas zonas da capital, nomeadamente em Alcântara, Belém e Buenos Aires, considerou que não eram razão para preocupações já que a opinião pública as havia condenado, rasgando-as. De qualquer forma, comprovavam que existia em Portugal quem trabalhasse na propaganda ibérica, provavelmente dirigida por gente de fora do país, interessada na anexação. Por outro lado, a polícia deveria descobrir os seus autores para o país se prevenir contra eles. Por isso, o *Diário Popular* não acreditava que as proclamações representassem perigo iminente, apenas mostravam que se abria uma nova fase na guerra da propaganda, e a responsabilidade maior cabia ao jornal que as publicou em suplemento, desestabilizando o país e dando ao mundo a ideia que Portugal queria a união ibérica:

"O que o povo no seu bom sendo rasgou, encarregaram-se de imprimil-o e divulgal-o. Poucos tinham lido em Lisboa as proclamações, agora o paiz todo e a Europa podem já conhecel-as. O maior criminoso não foi o que as affixou nas esquinas; foi o que as imprimiu"[326].

Este periódico acompanhou de perto a questão da eventual candidatura de D. Fernando ao trono de Espanha, cujo único perigo seria a posterior fusão monárquica dos dois países, pela sucessão dos filhos de D. Luís. Paralelamente, divulgou as actividades, discursos e escritos de Emílio Castelar.

O Patriota considerou que na eventualidade de D. Fernando se colocar à frente dos destinos de Espanha "não correria risco a nossa autonomia"[327]. Talvez por afirmações deste género o jornal espanhol *La Iberia* apresentou-o como um orgão da imprensa portuguesa cujo único fim era o de advogar a ideia da confederação monárquica dos dois países ibéricos, o que o *Patriota* recusou com veemência[328]. O que este periódico fez com nítida insistência foi a

---

325 *Ibidem*, nº 714, 14 de Setembro de 1868.

326 *Ibidem*, nº 756, 6 de Outubro de 1868. Refira-se que os jornais que publicaram o texto das proclamações foras *As Novidades* e *A Opinião Popular*, afecta ao partido histórico.

327 *O Patriota*, Lisboa, nº 2, 8 de Abril de 1869.

328 *Ibidem*, nº 14, 15 de Abril de 1869, p. 1.

apologia da união económica da península, a crítica ao ministério em que o bispo de Viseu, "o Claret portuguez" e Latino Coelho, "o mais ardente apostolo da união iberica"[329] eram particularmente atacados, e ainda a defesa do ideal republicano associado ao elogio de Castelar, cujas ideias estavam em conformidade com o século actual e, portanto, destinadas a triunfar brevemente[330].

Já a *Democracia Pacífica*, periódico de evidentes simpatias republicanas que se fundou em Elvas no ano de 1866 e cuja redacção coube a João Francisco Dubraz, autor do opúsculo *A República e a Ibéria* (1869), receou mais a realização do sonho de Prim do que a opção da fórmula republicana para a península:

"Vê-se que o phantasma da republica assusta sobremodo estes politicos, e cremos que alguns o temem mais do que a união iberica, por verem perigar os pergaminhos, os bordados e as excellencias. Miseria.

Nós vemos mais perigo para a nossa independencia na realisação do sonho de Prim — a monarchia constitucional pura — do que na republica"[331].

Este articulista, que se pronunciara vivamente contra a venda das colónias[332] e pelo armamento do país na iminência de uma guerra com a Espanha, manifestou-se a favor da república como solução para a crise espanhola:

---

329 *Ibidem*, nº 5, 19 de Abril de 1869, p. 1; nº 20, 21 de Junho de 1869, p. 3-4. Neste último número eram criticados diversos aspectos da sua personalidade política; a ambiguidade entre a monarquia e a república; má administração como ministro; defesa da união ibérica com a transcrição de excertos do prólogo ao livro de Sinibaldo de Mas.

330 *Ibidem*, números 15 a 19, e nº 24, entre 31 de Maio e 22 de Julho de 1869.

331 *Democracia Pacifica*, Elvas, nº 97, 2 de Novembro de 1868.

332 Refira-se que os problemas coloniais começam a ser particularmente agitados nesta época devido às resistências índigenas, a campanhas onerosas e fracassadas, e ainda à cobiça das grandes potências, pelo que se instalou o debate sobre a possibilidade de venda de alguns terriórios coloniais. Daí o aparecimento de estudos como o de J. J. Lopes Praça que, à luz do direito, respondeu negativamnete à questão *Poderá uma nação alienar alguma parte do seu territorio?* (cf. *Jornal Litterario. Folha Quinzenal*, nº 1 e nº 2, Janeiro e Fevereiro de 1869, p. 1-3 e p. 9-11, respectivamente). O forte antibritanismo dos textos de Martis de Carvalho compilado pelo filho sob o título *A Nossa Alliada!* visavam exactamente denunciar as tentativas da Inglaterra em se apoderar das colónias portuguesas. As colónias eram uma matéria cara aos republicanos que acusavam a monarquia de fazer alianças ruinosas com a Inglaterra para se manter. José de Arriaga agitou um velho "medo ibérico" afirmando que se corria o risco da Inglaterra ceder Portugal à Espanha a troco das possessões ultramarinas (cf. *A Inglaterra, Portugal e as suas Colonias*), Lisboa, Typ. do Commercio, 1882, p. XXII).

"Não occultamos que na republica hespanica veriamos com gosto a reacção da idéa democratica na Europa, cujo abatimento proveio menos em 1852 da deficiencia de republicanos que dos erros e imprevidencias dos homens de 1848"[333].

Em Março de 1869 Dubraz afirmou que não dava muita importância à aceitação ou rejeição de D. Fernando, mas clarificou que caso o monarca acedesse, não via como a independência de Portugal se firmasse por esse meio, nem como o perigo da união poderia desaparecer, já que os perigos da situação portuguesa nasciam de muitas e variadas causas[334].

Defendendo sempre que a salvação da Espanha estava na república[335], Dubraz revelou-se seduzido pela ideia nova, grande e fecunda dos Estados Unidos da Europa, e só adepto da república ibérica se a alternativa fosse o absolutismo:

"Ainda não podemos habituar o espirito á idéa de uns Estados -Unidos Ibericos. É tão pronunciado em nós o *portuguezismo*, que só acceitariamos de boa mente a republica iberica, impondo-nos as circunstancias um dilemma fatal, que nos entalasse e apertasse entre duas extremidades inevitaveis:

Ou o absolutismo ou a iberia.

N'este caso preferiamos a republica iberica, e até mesmo o imperio liberal iberico. Confessamo-nos mais liberaes que patriotas"[336].

O marquês de Niza, velho amigo de Prim e seu protector durante o conturbado exílio de 1866, terá sido um dos mais activos membros em Portugal a favor da candidatura de D. Fernando ao trono de Espanha, fundando para tal a Sociedade do Delírio[337]. A candidatura fernandina e o papel desempenhado por Saldanha deram origem a vastíssimos textos da imprensa nacional de todos os quadrantes ideológicos, e foram debatidos em numerosas obras[338].

---

333 *Ibidem*, nº 98, 11 de Novembro de 1868, p. 2.

334 *Ibidem*, nº 109, 5 de Março de 1869 p. 1.

335 *Ibidem*, nº 112 e nº 116, de 19 de Abril e 6 de Juho de 1869.

336 *Ibidem*, nº 117, 19 de Junho de 1869.

337 Cf. PATO, Bulhão — *Memórias*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1986, vol. 1, p. 75 e vol. 2, p. 133-140; CARVAlho, João Pinto de — *O Marquês de Niza. Prim e o Iberismo*, in "Lisboa de Outrora", Lisboa, Amigos de Lisboa, 1938, p. 113 e seguintes.

338 Por exemplo: COELHO, F. J. Pinto — *Contemporaneos Illustres. D. Fernado II de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 344 e seguintes; LOBO, F. M. da Costa — *O Marechal Duque de Saldanha*, Lisboa, Livraria Bertrand, s.d. [1939), p. 280

Em 1870, a imprensa afecta a Saldanha e apoiante do golpe de 19 de Maio, não pôde deixar de se pronunciar sobre a questão. Todos recusavam as imputações de iberismo de que eram alvo em virtude do seu apoio ao marechal, e criticavam o que na imprensa nacional e estrangeira se dizia dele. *Le Courier de Lisbonne* respondeu com sarcasmo a essas insinuações e temores, afirmando que só o desprezo da verdade, da razão, da consciência e do bom senso podia acusar de iberismo o defensor das liberdades[339]. Quanto à questão espanhola, considerava que Portugal não deveria preferir a neutralidade já que, essa sim, poderia levar à realização do plano de anexação de Prim, devendo o país unir-se à Inglaterra e França para prevenir as ambições do gabinete prussiano[340]. Por eliminação não estaria assim a apoiar a acandidatura de D. Fernando? Desta intenção era acusado o *Popular*, que respondia que não tinha esse propósito mas que ninguém se poderia opor a que um membro da família real aceitasse a coroa espanhola[341]. Quando interpelado pela Gazeta de Lisboa se o governo havia aconselhado, por encomenda do estrangeiro, D. Fernando a aceitar a coroa de Espanha, este periódico insistia que o governo não havia dado tal conselho, nem encomendado, nem por *motu proprio*, e que qualquer acusação ao governo de conspirar contra a independência era uma grave calúnia[342]. Após a queda do governo de Saldanha, o *Popular* deu azo à sua verrina contra D. Fernando e D. Luís, bem como contra a "camarilha" que se havia apossado do poder e que dera corpo ao boato de que o governo espanhol e Saldanha haviam planeado raptar os filhos de D. Luís, calúnia da qual, aliás, o gabinete de Madrid havia pedido satisfações ao de Lisboa[343].

A Revolução de Maio, criada em 24 de Agosto, isto é nos finais da ditadura de Saldanha, dirigiu a sua ira contra o "cynismo das facções" (Sá/Viseu, Loulé e Fontes) e apresentava Saldanha

---

e seguintes; IDEM — O Conselheiro José Luciano de Castro e o segundo peródo constitucional monárquico, Coimbra, Gáfica de Coimbra, 1941, p. 99 e seguintes.

339 *Le Courier de Lisbonne*, Lisboa, nº 18, 30 de Maio de 1870, p. 1.

340 *Ibidem*, nº 24 e nº 27, de 11 de Julho e 4 de Agosto de 1870.

341 *O Popular. Jornal da Tarde*, Lisboa, nº 10, 18 de Junho de 1870, p. 1.

342 *Ibidem*, nº 32, 16 de Julho de 1870, p. 1.

343 *Ibidem*, nº 81, 13 de Setembro de 1870.

como o salvador do país, nomeadamente da "ambição mal contida do leão de Castela"[344].

A *Gazeta da Póvoa do Varzim*, que apoiara o golpe de 19 de Maio, divulgou o tratamento da questão ibérica nas constituintes espanholas, e transcreveu excertos dos discursos de Castelar e Ribera que insistiam que a hipótese de conquista estava fora de questão, mas que os dois povos estavam destinados a unir-se, mais cedo, ou mais tarde[345].

É indubitável que a revolução espanhola de 68 alentou a organização republicana em Portugal e a activação de seus orgão de imprensa[346], mas nem sempre a perfilhação de ideias republicanas implicava a doutrinação ibérica positiva; várias publicações de simpatias republicanas utilizaram o tema ibérico para atacar, mais ou menos verrinosamente, os ministérios[347]. Com efeito, o ataque do iberismo monárquico tornou-se tema mais ou menos recorrente das publicações republicanas. Exemplo radical desta atitude foi a célebre *Lanterna*, de António Augusto da Silva Lobo; a questão ibérica foi agitada em imensos números, entre os últimos meses de 1868 e Dezembro de 1869[348], defendendo a partir do nº 25 a candidatura de D. Fernando ao trono de Espanha, considerando-a um antídoto ao iberismo que ameaçava Portugal. Acusada de abusiva da liberdade de imprensa e ofensiva das autoridades constituídas, a folha foi suspensa e perseguida, recorrendo o seu autor ao estratagema de a publicar clandestinamente sob nomes sistematicamente diferentes. Assim, a questão peninsular continuou a agitar-se ao longo dos anos de 1870 e 1871 nestes periódicos-

---

344 *A Revolução de Maio. Folha Politica*, Lisboa, nº 9, 2 de Setembro de 1870, p. 1.

345 *Gazeta da Povoa do Varzim*, nº 40, 4 de Juho de 1870.

346 Cf. OLIVEIRA, Lopes d' — *História da Republica Portuguesa. A Propaganda na Monarchia Constitucional*, Lisboa, Editorial Inquérito Limitada, 1947, p. 25 e seguintes.

347 Veja-se, por exemplo, *A Democracia* (1861), periódico republicano lisboeta que apenas agitou o tema ibérico para acusar monarca e ministros de pretensões e conspirações ibéricas. Este periódico foi fundado por Xavier de Quadros, Silva Lobo, Manuel Coelho Torrezão e outros membros da Associção Patriótica afecta ao Conde de Peninche e oposicionista ao Marquês de Loulé (cf. D. J. P., A. C. L., ms. 448, p. 1741). Outros, como a *Fraternidade* pronunciavam-se a favor da república para a Espanha e abstinham-se de comentar a relação com a situação portuguesa (cf. *A Fraternidade*, Guimarães, nº 25, 3 de Maio de 1870).

348 Nomeadamente nos números 1, 3, 12, 14, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 32, 33.

panfletos que sucessivamente lamentaram a recusa de D. Fernando, escarneceram da escolha de Amadeu, fizeram votos pela instauração da república espanhola, vituperaram o iberismo monárquico, elogiaram Castelar, denunciaram o barbarismo da inquisição espanhola, etc[349].

Lamparina[350] e *A Luz do Povo*[351] foram duas publicações republicanas que citaram a *Lanterna* e adoptaram a sua postura face à questão ibérica.

Identificando a ibéria com a união peninsular monárquica e portanto com a escravidão, a *Folha Negra* que repudiou tal hipótese, convidando Portugal a acompanhar as suas irmãs Itália, França e Espanha a trilhar o caminho da propaganda democrática[352].

O Archote publicou o artigo *Emilio Castelar aos democratas portuguezes*, onde se referia à carta daquele republicano divulgada em Agosto de 1869 nas colunas do *Jornal do Comércio* e reproduzida por outros, e que havia sido inicialmente publicada no jornal federal ibérico de Madrid, *La Reforma*. Comungando do evangelho político e social pregado por Castelar, este texto sublinhou a esperança na península ibérica republicana, e na expansão desse regime à Itália e à França[353].

Ao mesmo tempo que repudiavam o iberismo monárquico, as folhas republicanas foram articulando a apologia da república e do federalismo ibérico, se bem que algumas colocassem algumas reservas e limitações ao princípio federativo, ou o advogassem para a Europa em geral e não exclusivamente para a Península Ibérica.

A *República Federal* foi um periódico semanal lisboeta, propriedade de Casimiro Gomes e Felizardo de Lima, e foram seus

---

349 Vejam-se, sobretudo: *O Clarim pelo auctor da Lanterna*, Lisboa, 1870, p. 47-48; *O Clarão...*, p. 12-15; *A Guerra...*, p. 7-12; *A Guerra...*, p. 6-11; *A Sombra...*, p. 7-10; *O Terror...*, p. 8-9; *A Bancarrota...*, p. 6-10; *Os Impostos...*, p. 7-13; *A Hespanha...*, p. 2-6; *A Liberdade...*, p. 11-14; *A Tempestade...*, passim; *Portugal...*, passim; *A Revista...*, 1871, p. 13-14; *A Comedia...*, p. 9-14; *A Conspiração...*, p. 11-12; *O Paço...*, p. 12-16; *Paris...*, p. 15-16; *As Facções...*, p. 12-15; *O Carnaval...*, p. 9-11; *As Cinzas...*, p. 8-12; *As Trevas...*, p. 6-8; *As Barricadas...*, p. 7-11; *Golpe d'Estado...*, p. 13-15; *A Pastoral...*, p. 3-11; *A Iberia...*, p. 2-7 e 14-16; *A Prophecia...*, p. 7-13; *A Disolução...*, p. 10-15; *O Futuro...*, p. 12-15.

350 *Lamparina. Publicação ás Escuras*, Lisboa, nº 2, 1869.

351 *A Luz do Povo*, Lisboa, números 1, 2 e 3, Setembro-Outubro de 1870.

352 *A Folha Negra. Semanario Politico*, Lisboa, Tip. Socialista, nº 1, 4 de Outubro de 1870, p. 3-7.

353 *O Archote. Publicação Democratica*, Lisboa, Tip. Lusitana, nº 3, Agosto de 1869, p. 1-5.

redactores o prório Felizardo de Lima, João Bonança, Costa Goodolphim, Júlio M. Pereira, António Augusto Sousa Lobo, Francisco Luís Coutinho de Miranda, tendo-se iniciado em 31 de Outubro de 1869 e suspendido no nº 40, em 31 de Março de 1871. A publicação foi proíbida no nº 7, tendo já Felizardo de Lima abandonado a empresa, e conheceu diferentes subtítulos ao longo da sua existência[354].

Foram preocupações fundamentais deste periódico divulgar a doutrina federalista, fazer a apologia da república federativa portuguesa e contestar veementemente o iberismo monárquico. No tocante à difusão do credo federalista deve realçar-se a série de textos didácticos e apologéticos subordinada ao título *O systema federativo*[355]. Excertos de várias obras foram reproduzidos para veicular os princípios desta doutrina, com especial destaque para os autores espanhóis como Castelar e Fernando Garrido[356]. Aliás a convivência e permuta com os republicanos espanhóis, seus orgãos de imprensa, e actividades políticas dos seus diferentes centros regionais, foi uma constante deste semanário[357].

Complementarmente, emergia nas suas colunas a crítica enérgica e contundente aos planos da monarquia ibérica, vituperada em inúmeros pequenos textos, e especialmente atacada na série intitulada *Questão Velha*[358].

Então, qual o sistema político que este periódico preconizava para a península? A federação dos estados republicanos portugueses e a federação dos estados repblicanos espanhóis, posteriormente passíveis de se confederarem no sistema mais vasto dos estados confederados da raça latina:

---

354 Nos primeiros quatro números teve o subtítulo de *Folha Semanal*, no número 5 foi *Folha Politica Semanal*, dos números 6 a 11, *Folha Democratica Semanal*, e do nº 12 em diante, *Folha Politica e Noticiosa* (cf. D. J. P., A. C. L., ms. 456, p. 5482-5483).

355 *Republica Federal*, Lisboa, nº 3, Março de 1870, p. 5-6; nº 4, Março de 1870, p. 1-2; nº 5, Março de 1870, p. 1-2; nº 6, Abril de 1870, p. 1-2.

356 Foram traduzidos excertos da *Republica Democratica Federal Universal* de Fernando Garrido, com um prólogo de Emílio Castelar (cf. nº 4, Outubro de 1870, p. 2; nº 5, Novembro de 1870, p. 2; nº 6, Novembo de 1870, p. 1).

357 São anunciados, citados e reproduzidos várias obras e periódicos republicanos espanhóis, com especial destaque para *La Republica Iberica*; noticiados os congressos e publicados os manifestos, normas de conduta e resoluções do Casino Republicano Federal de Madrid, etc.

358 *Republica Federal*, Lisboa, nº1, Outubro de 1869, p. 3-4; nº 2, Outubro de 1869, p. 4; nº 5, Março de 1870, p. 3-4, nº 6, Abril de 1870, p. 3.

"Depois e talvez não muito longe, a peninsula será uma verdadeira federação composta de estados federaes em Hespanha e estados federaes em Portugal.

Com nós não queremos a união dos dois povos debaixo do regimen monarchico ou do regimen constitucional centralisado, todos os nossos esforços tendem para que se faça a federação em Portugal e ao mesmo tempo que se fizer em Hespanha.

Quando os estados de uma e outra estejam constituidos independentes governando-se e administrando-se em particular, é obvio que um congresso geral reunirá os representantes de todos esses estados"[359].

Com o duplo objectivo de desfazer o aparelho realista e estabelecer federações nos dois povos da península, a *República Federal* recusou violentamente as acusações de "ibérica", tentou chamar o exército à causa da república[360], e defendeu o armamento nacional[361], lembrando que só havia duas saídas, ou independência e autonomia com a federação republicana, ou a submissão com a Ibéria:

"Que não se illuda a Hespanha.

União Iberica é impossivel.

Para que hão de tentar similhante loucura? Não veem que é difficilimo obrigar a uma nação a rasgar as paginas gloriosas do passado?

E quando os nossos filhos lerem o que foi Portugal, hão de ser os primeiros a negar-se a ser ibericos.

Succeder-se-hão as revoluções, até que a usurpação ha de baquear, como baqueou em 1640.

Agradecemos bem do coração ao collega [*La Republica Iberica*] a defesa que toma por Portugal, embora não estejamos de

---

359 *Ibidem*, nº 5, Março de 1870, p. 2.

360360 No artigo *Povo, Exercito e Patria*, dirigiu-se aos soldados nestes termos: "E se Portugal perder a sua independencia, se fôr subjugado pela Iberia, ireis deixar os ossos para as Canarias, para as Baleares ou para Fernando Pó" (cf. nº 18, 13 de Outubro de 1870, p. 2).

361 No artigo *Armamento Nacional* lembrou duas ameaças fundamentais, o militarismo espanhol e "os barbaros famintos e sanguinarios do norte", isto é, os alemães que haviam devastado a França, concluindo com uma exortação à organização da defesa militar: "N'este paiz ha *ibericos* e *prussianos*; ha *traidores á patria e inimigos do povo*; são os homens que se oppõem ao armamento nacional! á independencia do paiz! á defeza dos nossos lares!" (cf. nº 33, 26 de Janeiro de 1871, p. 2).

accordo em que possa haver livremente na peninsula, senão a união mais estreita, a amizade mais intima, a ligação mais proveitosa, mas completamente independente.

Nações amigas e irmãs, mas nunca outra cousa, em quanto existirem nações, em quanto se não confederar a raça latina"[362].

Quando saiu da *República Federal*, João Bonança fundou em Janeiro de 1872 o *Trabalho*, periódico que fez a apologia da república para a península e o elogio da federação, nomeadamente pela pena de Magalhães Lima[363].

A *Gazeta Democrática* foi um periódico que se publicou no Porto entre 7 de Março e 15 de Julho de 1870, e que defendeu os princípios da república federal. Em Agosto desse ano chegou a anunciar-se a continuação da sua publicação sob o novo título *Os Estados-Unidos da Europa*[364], mas tal não veio a suceder. Ora apesar de advogar o federalismo republicano e de nela participarem vários espanhóis[365], a *Gazeta* nunca advogou a federação ibérica, colocando a tónica na federação europeia. Mais concretamente, Germano Meireles foi o autor de quatro artigos que, sob o título *A União Iberica perante a Justiça*[366], repudiavam a ideia ibérica sob o ponto de vista da civilização, da política e da economia. Além de enunciar os inconvenientes do império peninsular e contrariar os argumentos dos seus adeptos portugueses e espanhóis, o autor defendeu que

---

362 *Republica Federal*, nº 19, 20 de Outubro de 1870, p. 2.

363 *O Trabalho. Jornal Republicano Democratico*, Lisboa, nº 44, Novembro de 1872.

364 *Diario Mercantil*, Porto, nº 3166, 10 de Agosto de 1870.

365 Guilherme Braga era redactor principal da *Gazeta Democrática* que tinha como colaboradores efectivos Alexandre Braga, Alexandre da Conceição, Custódio José Vieira, Germano Vieira Meireles, Vieira de Castro, Simões Dias, Pedro Amorim Viana, e destacados nomes espanhóis como Emílio Castelar, Estanislau Figueras, Pablo Soler, Ramon Costales, Roque Bárcia e Frederico Gallardo. Este último era também director do periódico federal galego *La Democracia Republicana*, anunciado nesta publicação portuense. Deve acrescentar-se que foi noticiada a criação de um semanário democrático no Porto, que tanto quanto sabemos não chegou aos prelos, o qual teria o nome de *Internacional*, e que contaria com Gallardo entre os seus colaboradores, além de Diogo de Macedo, Prado de Azevedo e Sousa Viterbo (cf. *Diario Mercantil*, Porto, nº 3166, 10 de Agosto de 1870).

366 *A Gazeta Democratica (Do Povo e para o Povo)*, Porto, números 4, 5, 6 e 7, de 4 e 19 de Abril, e de 3 e 5 de Maio de 1870, respectivamente. Em *Germano Meireles da geração coimbrã à geração de 70*, Ferreira de Brito referiu estes artigos bem como outros do autor no *Primeiro de Janeiro* que fundara no Porto, em 1869, e no *Século XIX* que fundara em Penafiel, no ano de 1864, para sublinhar a sua discordância com Antero e outros coimbrãos e cenaculistas, defensores do iberismo (cf. *op. cit.*, p. 35-36 e 211-227).

também a república era ainda incapaz de atingir tal desiderato, já que devia ser precedida de reformas profundas, sem as quais a ideia fracassaria:

"A revolução deve ser economica e social, começar por baixo, pela descentralisação, e pelos costumes, e não por cima á maneira dos autoritarios e centralisadores. Que importa que a republica seja federativa, como pretendem Orense, Figueras, Castellar, e tantos outros vultos sympathicos e intelligentes, ou unitaria, como proclama o jornal republicano *El Pueblo*?

Nunca poderão, n'estes termos, dirigir e iniciar uma propaganda efficaz e luminosa, no sentido das aspirações e tendencias do futuro, que é pela federação dos povos, em quanto não hajam definido o direito economico, e organisado a industria e serviços publicos. Sem isso a federação é uma palavra, uma mascara, um sepulchro branqueado por fóra e cheio de vermes e podridão por dentro!

Ora como na bandeira republicana não vemos sobresahir esta legenda salvadora, por isso concluimos que ainda debaixo d'este ponto de vista nos não convém o iberismo, que nos affoga a nacionalidade sem que nos salve os individuos.

Condemnada seja, pois, a *união iberica* sob todos os pontos de vista — *da civilisação, dos interesses economicos e do progresso politico e tendencias do espirito para o futuro*"[367].

Entre Maio e Julho de 1870 foi publicada *A República. Jornal da Democracia Portuguesa*, periódico em que colaboraram Antero de Quental, Oliveira Martins, Silva Pinto, João Bonança, Eça de Queiroz, António Enes, etc[368]. O artigo *Republica ou Iberismo*[369], atribyuído a Oliveira Martins[370] não estava longe das razões que Germano Meireles expressara nos textos atrás referidos; Portugal tinha duas únicas saídas, a república ou a anexação à Espanha monárquica. Convinha-lhe imperiosamente a primeira solução:

"Abraço, união intima com todas as nações livres, queremol-a decerto, quando essa união fôr tal, que ninguem possa esmagar abraçando.

---

367 *Ibidem*, nº 7, 20 de Maio de 1870, p. 1.

368 D. J. P., A. C. L., ms. 456, p. 5474.

369 *A Republica. Jornal da Democracia Portugueza*, Lisboa, nº 6, 1870, p. 1-3.

370 Cf. OLIVEIRA, Lopes d' (introd., coord. e notas) — *J. P. Oliveira Martins. Páginas Desconhecidas*, Lisboa, Seara Nova, 1948, p. 230-234.

Contra uma união com a monarchia hespanhola, que nem a historia nem a opinião justificam, contra uma união feita para a vaidade de dois ambiciosos e para amparo do imperio francez, levantamos nós o nosso grito e levantaremos ámanhã um partido inteiro. É juncto a nós o logar dos verdadeiros portuguezes, que desde este momento não podem deixar de ser os verdadeiros republicanos"[371].

Para a Espanha vaticinava este jornal a queda da monarquia e a vitória das ideias de liberdade e independência proclamadas por Castelar, Pi y Margall, Orense e Figueras:

"A historia pois e as suas necessidades neste momento da Hespanha fazem-n'a federal e republicana"[372].

Em 1870, sob a direcção de Manuel Emídio Garcia, fundou-se em Coimbra o semanário democrático *O Trabalho*, que se publicou entre Março e Junho desse ano. Este periódico, que mantinha permuta e boas relações com vários periódicos federalistas espanhóis[373] e com o lisboeta *República Federal*, fez a apologia do federalismo ibérico. Na secção de política externa, Fernando Crisóstomo ocupou-se reiteradamente da interinidade espanhola cujo prolongamento considerava funesto, fazendo votos para que prevalecesse a opção da república federal[374]. Defendendo sempre a preservação da independência e autonomia portuguesas, este periódico pronunciou-se a favor do federalismo ibérico e europeu, como o comprova este excerto do artigo *Portugal e Hespanha*:

"As nações, como os individuos, só podem desenvolver-se e prosperar por meio do auxilio mutuo: associação dos individuos, e união das nacionalidades por meio da *federação*, eis, a nosso ver, a mais poderosa alavanca do progresso da humanidade. Portanto não só desejamos ver os dois povos da Peninsula unidos pelo estreito

---

371 *A Republica. Jornal da Democracia Portugueza*, Lisboa, nº 6, 1870, p. 3.

372 *Ibidem*, p. 14. Ideias semelhantes foram expostas no artigo *A crise hespanhola* (cf. nº 7, p. 13-15).

373 Nomeadamente *La Republica Iberica*, de Madrid, e *El Club*, semanário federal de Valência.

374 *O Trabalho. Semanario Democratico*, Coimbra, nº 1, Março de 1870, p. 8; nº 3, 2 de Abril de 1870, p. 23; nº 4, 8 de Abril de 1870, p. 31; nº 8, 24 de maio de 1870, p. 60-61.

laço da *Republica Federal*; mas desejariamos até ver esta forma de governo applicada a toda a familia Europêa"[375].

Recusando a união ibérica com a monarquia e com a república unitária, Fernando Crisóstomo explicou assim a opção pelo federalismo:

"Queremos a federação iberica, mas sem a menor quebra da nossa autonomia como nação livre, sem o menor sacrificio do direito de nos governarmos pela forma que nos pareça mais conveniente. A federação iberica para nós é a intima e fraternal alliança de dois povos, é o progresso e a elevação da Peninsula a um logar distincto no convivio das nações cultas"[376].

Compreendem-se assim as críticas acesas ao golpe de Saldanha e consequente espectro do iberismo unitário, particularmente evidenciadas nos artigos *A revolta militar e a união iberica*[377] e *O facto consummado*[378], da autoria de Adriano Antero e Manuel Emídio Garcia, respectivamente.

A Federação foi outro periódico conimbricense, de filiação maçónica, que também divulgou os ideais da república federal, entre Fevereiro e Junho de 1871. Como explicava no seu primeiro número, o iberismo que professava residia na união das nações para o bem da humanidade, e era pois "mui distante e bem differente d'aquelle que os nossos leitores devem receiar, como portuguezes, e que nós não podiamos deixar de repellir com todas as forças do nosso patriotismo, e expansão da nossa alma, que sente o echo, que ainda hoje se repercute em todos os angulos do paiz, produzido pelo grito da liberdade levantado em 1640"[379].

Este bisemanário fez questão de sublinhar a compatibilidade entre a defesa do princípio federativo e o encarecimento do conceito de pátria, assente na liberdade e independência nacionais, no

---

375 *Ibidem*, nº 6, 23 de Abril de 1870, p. 41. Este texto terminava com um excerto dos *Estudos Critico-Historicos* relativos ao Marquês do Pombal do Doutor M. E. Garcia que aconselhava a ínima união económica, cultural, intelectual entre os dois países "para fortalecer a *autonomia* dos dois povos e garantir a *liberdade de todos*". Saliente-se que o estudo de Emídio Garcia sobre o Marquês de Pombal, com recorrentes referências às relações luso-espanholas após a restauração, havia sido publicado na *Academia. Semanario de Litteratura*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867.

376 *Ibidem*, nº 8, 24 de Maio de 1870, p. 61.

377 *Ibidem*, nº 9, 31 de Maio de 1870, p. 65.

378 *Ibidem*, nº 10, 9 de Junho de 1870, p. 73-74.

379 *A Federação*, Coimbra, nº 1, 16 de Fevereiro de 1871, p. 2.

respeito pela sua história e pelos seus heróis. Paralelamente, revelou-se atento às dificuldades que atravessava a governação de Amadeu, noticiando o crescimento, sobretudo urbano, do partido republicano espanhol[380].

César da Cunha e Lourenço Firmo de Almeida fundaram a *Democracia*, diário republicano de vida efémera (publicaram-se doze números entre 16 e 30 de Março de 1871) no qual reivindicaram uma constituição verdadeiramente democrática, e apresentaram "o principio federativo como muito bom e aproveitavel, ainda que sob certas condições e em certos termos"[381].

O Alfageme foi um bisemanário político, literário e noticioso que se publicou em Santarém entre Junho e Dezembro de 1871, período durante o qual defendeu as Conferências do Casino, divulgou os objectivos da Internacional, elogiou Castelar e reproduziu excertos dos seus escritos. Um texto de José Navarro y Pinto intitulado *A Ideia de Federação* e publicado no jornal republicano de Córdova, El Derecho, foi reproduzido nas páginas do *Alfageme* e elogiado por Sebastião Joaquim Baçam que afirmou: "A federação é o nosso ideal, as nossas esperanças e a nossa felicidade futura"[382].

A doutrina federal, a evolução da conturbada situação política espanhola e a solidariedade com os seus republicanos, o iberismo conspirativo sob roupagens monárquicas ou o iberismo idealizado sob o princípio federativo, tornaram-se temas fundamentais dos periódicos republicanos portugueses da primeira metade da década de setenta. Publicações como *O Espectro de Juvenal*[383], *O Rebate*[384], *República Portuguesa*[385], *O Club*[386], *Diário da Tarde*[387] e *Jornal da Tarde*[388], entre outros, empenharam-se em

---

380 *Ibidem*, p. 3.

381 *A Democracia. Jornal da Tarde*, Lisboa, nº 7, 23 de Março de 1871, p. 1.

382 *O Alfageme. Folha politica, litteraria e noticiosa*, Santarém, nº 18, 17 de Agosto de 1871, p. 2-3.

383 Lisboa, 1873.

384 *Orgão do Centro Republicano Federal de Lisboa*, 1873-1874.

385 *Orgão do Partido Republicano*, Coimbra, 1873.

386 *Orgão da Classe Academica*, Porto, 1874-76. Incluiu vários os textos evocativos da Espanha livre e republicana, e além de textos teóricos de Magalhães Lima sobre *O Principio Federativo* (cf. números 9 e 10, de 22 e 29 de Março de 1874).

387 Porto, 1871-1875.

388 Porto, 1874-1875.

avaliar as repercussões da política espanhola em Portugal, e os modos como poderia influir positiva ou negativamente na condução da política nacional.

As revistas de carácter filosófico-literário que maior responsabilidade tiveram na difusão do ideal republicano federal foi o *Positivismo*, publicado no Porto entre 1878 e 1882, com colaborações de Teófilo Braga, Júlio de Matos, entre outros, e a *Revista Nacional*, publicada em Aveiro entre Abril e Agosto de 1881, e redigida por Lourenço de Almeida e Medeiros[389].

Uma referência se impõe à questão das ligações entre a maçonaria e o iberismo; como Fernado Catroga explicou elas não foram tão lineares quanto a opinião ultramontana e tradicionalista fez crer, tendo em vista que foi o surto do naionalismo liberal da década de sessenta que se repercutiu na linha dos Orientes maçónicos e do Grande Oriente Lusitano Unido, fundado em 1869[390], e nem mesmo a obediência que a este último tiveram várias lojas espanholas revelou uma militância maçónica activa em prol dos ideais ibéricos[391].

Com esta exposição pretendeu-se realçar as diferenciações e matizes vários deste pensamento, além da tradicional divisão em dois projectos: o da união ibérica sob a fórmula monárquica, e a federação ibérica republicana[392].

As reflexões sobre iberismo que ao longo do capítulo fomos registando apresentavam uma ideia comum: a convicção da inevitabilidade da união ibérica. Para José Antonio Rocamora, este foi, curiosamente, um dos factores desmobilizadores do nacionalismo ibérico. A este "erro táctico" o autor adicionou outros,

---

389 O ideal da república descentralizada ou federal foi particularmente elogiado e defendido nos artigos *Sobre a Estabilidade das Monarchias e das Republicas* (cf. *Revista Nacional Politica, Scientifica e Litteraria*, Aveiro, nº 1, 1 de Abril de 1881, p. 1); *As Formas Representativas e as Nações Latinas* (cf. *ibidem*, nº 3, 1 de Maio de 1881, p. 25-26); e *A Monarquia Liberal em face da Republica* (cf. *ibidem*, nº 6, 15 de Juno de 1881, p. 68-69).

390 CATROGA, Fernando — *Nacionalismoa e Ecumenismo. A Questã Ibérica na Segnda Metade do Século XIX*. "Cultura — História e Filosofia", Lisboa, vol. 4, p. 444-447.

391 IDEM — *As Lojas Espanholas de Obediência ao Grande Oriente Lusitano e o Iberismo*. "Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra", Coimbra, vol. 7, 1985, p. 89-110.

392 Esta é a separação utilizada por Teodoro Martin MARTIN — *El Movimiento Iberista en el Siglo XIX*, in "Homenaje a Antonio Dominguez Ortiz", Madrid, M. E. C., 1981, p. 649-663.

como os conflitos partidários, o exemplo de outros nacionalismo não triunfantes como o irlandês e o polaco, o não aproveitamento da expressão histórica e literária para veicular essa mensagem, o fracasso das sociedades propagandísticas, os receios do estado menor já que, como Gellner sublinha, a minoria política e intelectual prefere manter a separação política[393].

O conceito de ucronia apresentado por Marcel Merle[394], torna-se de certa forma aplicável ao pensamento iberista já que ele projectou no futuro (e não num espaço imaginário) os planos de uma sociedade ideal, implicando nesse processo a crítica do presente.

Em tese, este pensamento era unanimemente considerado grandioso, como a maioria dos textos o comprova; mas a lição do passado parece ter prevalecido sobre a quimera do futuro, e daí a desconfiança e a contestação.

---

393 ROCAMORA, José Antonio — *Causas do surgimento e do fracasso do nacionalismo ibérico.* "Análise Social", nº 122, 1993, p. 644-646.

394 MERLE, Marcel — *Pacifisme et Internationalisme XVII^e-XX^e siècles*, Paris, Armand Colin, 1966, p. 29.

3.

A Contestação do Iberismo

Meios e Agentes de um Combate

> Isto, que é verdadeiro para as escritas literárias, em que a unidade dos signos é incessantemente fascinada por zonas de infra ou de ultralinguagem, é ainda mais verdadeiro para as escritas políticas, onde o alibi da linguagem é simultaneamente intimidação e glorificação: efectivamente, o poder e o combate é que produzem os tipos de escrita mais puros.
>
> ROLAND BARTHES[1]

A partir de meados da centúria de Oitocentos verifica-se a vulgarização da utilização dos substantivos *iberismo* e *ibéria*, e do adjectivo *ibérico* em toda a imprensa escrita, nos livros e nos folhetos, nos jornais e nas revistas, na oratória política e sagrada, nos poemas e canções, o que nos permite pensar que o vocábulo penetrou no domínio da oralidade. O vocábulo, com significação geográfica, era antigo, mas esta vulgarisação construiu-se em função do novo significado que foi tomando, como tendência que visava a reunião política da Península Ibérica. Todavia, a consagração erudita da nova significação não se deu imediatamente, sendo apenas detectável nos finais do século, como o comprova uma consulta dos dicionários de língua portuguesa. Podem-se conjecturar algumas hipóteses no sentido de justificar tal situação. Possuíndo o vocábulo um significado tradicional, entendendo-se por *Ibéria* a região de Espanha junto ao Ebro e, por metonímia, toda a Espanha, e consequentemente por *ibérico*, o mesmo que espanhol, não é

---

[1] *O Grau Zero da Escrita*, Lisboa, Edições 70, 1984, p. 25.

inverosímil que o novo significado adquirisse uma certa auréola de "calão", de apreensão mais ou menos forçada de um signo há muito conhecido, para significar uma realidade mais ou menos nova. Era preciso tempo para o novo significado se fundir completamente no vocábulo tradicional, para se completar o processo polissémico. Por outro lado, uma polémica em plena combustão, remete necessariamente para uma certa prudência ou resistência em relação a um fenómeno que se receia, que a sociedade aprendeu e ensinou a rejeitar, a exorcisar como algo intrinsecamente mau e nocivo. Nomear um conceito que reflecte uma realidade indesejável, na fase zenital da sua formação, poderia implicar a aceitação ou reconhecimento de implantação da mesma.

O *Diccionario da Lingua Portugueza* de António Morais e Silva, entre as 3ª e 7ª edições, de 1823 e 1877-78, respectivamente, não atribuíu outra significação aos adjectivos *ibérico*, *ibero* e *iberíno*, senão a de "hespanhol, pertencente á Hespanha, ou Iberia". Só a 8ª edição, de 1891, introduziu modificações. Consignou a entrada *Ibéria*, para significar além de "a peninsula hispanica, e mais propriamente a Hespanha", também "a união iberica: partidario da Iberia, inimigo da Iberia"[2]. Consequentemente, os adjectivos acima mencionados, sem que o significado anterior seja eliminado, são contemplados com um novo: "Partidario da união de Portugal á Hespanha formando uma só nação, monarchia ou republica, quer sob o regime unitario, quer sob o systema de federação"[3].

O *Diccionario Illustrado da Lingua Portugueza* coligido por Francisco de Almeida e publicado em 1898, contemplou também o novo significado do adjectivo *ibérico*: "Diz-se do partido e dos individuos que desejam a união politica de Portugal e Hespanha"[4].

A primeira vez, contudo, que é atribuída a moderna significação do termo *Ibéria* numa obra portuguesa de referências, isso acontece, não num dicionário de língua portuguesa, mas no *Diccionario Popular Historico* de Pinheiro Chagas:

---

2 SILVA, Antonio de Morais — *Diccionario da Lingua Portugueza*, 8ª ed., vol. 2, Lisboa/Rio de Janeiro, Empresa Literária Fluminense, 1891, p. 147.

3 IDEM, *Ibidem*.

4 ALMEIDA, Francisco de — *Diccionario Illustrado da Lingua Portugueza Histórico, Geográphico, Scientifico, Mythológico, Biographico, Bibliographico*, etc, Lisboa, Propriedade da Empreza Editora de Francisco Pastor, 1898, p. 1006.

"Esta palavra é hoje consagrada como o sonho de oiro de um partido, que só tem adeptos na Hespanha, e que desejaria que os dois povos da peninsula hispanica se fundissem n'uma só nação com este nome de Iberia.

Contra esse sonho protesta energicamente a consciencia nacional dos portuguezes"[5].

Esta abordagem do conceito evidencia a polémica que lhe é intrínseca, a perspectivação subjectivista, e a rede de conotações passionais dela emanada. Não surpreende pois a opção pela sua não inclusão nos dicionários portugueses ao longo das décadas de 50 e 60, que persistem em manter exclusivamente a asserção geográfica do substantivo *Ibéria* e do adjectivo *ibérico*. Veja-se, a título de exemplo, o *Novo Diccionario da Lingua Portugueza*, de Eduardo de Faria (2ª ed., 1852, p. 776); o *Diccionario da Lingua Portugueza* de José Fonseca aumentado por J.-I. Roquete (1861, p.587); *o Novo Diccionario Critico e Etymologico da Lingua Portugueza*, de Francisco Solano Constâncio (8ª ed., 1863, p. 610); o *Diccionario Encyclopedico ou Novo Diccionario da Lingua Portugueza*, de José Maria de Almeida e Araújo Correia de Lacerda (3ª ed., vol.2, 1868, p. 296-297); ou ainda o *Diccionario da Lingua Portugueza por uma Sociedade de Homens de Letras* (1879).

Os anos oitenta também não colmataram a lacuna. O *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portugueza*, de Caldas Aulete e António Lopes dos Santos Valente (1881), e o *Diccionario Prosodico de Portugal e Brasil*, da responsabilidade de António José de Carvalho e João de Deus (1885), nem sequer incluem os termos. O popular *Diccionario da Lingua Portugueza Etymologico, Prosodico e Orthographico*, publicado pelo editor David Corazzi em 1884, apresenta a mais lacónica das referências: "Ibérico, Ibero — adj., da Iberia"[6].

Apesar de serem conhecidas as resistências para a consagração de vocábulos que traduzem conceitos de índole doutrinária ou ideológica, é assinalável este longo processo de aceitação ou vontade implícita de não inclusão do termo *iberismo*

---

[5] CHAGAS, Manoel Pinheiro — *Diccionario Popular Historico, Geographico, Mythologico, Biographico, Artistico, Bibliographico e Litterario*, vol. 5, Lisboa, Tip. do Diario Ilustrado, 1879, p. 329.

[6] *Diccionario da Lingua Portugueza Etymologico, Prosodico e Orthographico*, 2ª ed., Lisboa, David Corazzi Editor, 1884, p. 427.

nos dicionários portugueses, quando a sua utilização na imprensa escrita era exaustiva, e com toda a certeza, frequente também na linguagem oral.

Deve dizer-se que desde os primórdios do liberalismo a questão luso-espanhola foi adquirindo novos contornos ganhando algum destaque nos orgãos da imprensa periódica portuguesa como o comprova um dos números do *Velho Liberal do Douro*, o periódico que o padre Inácio José de Macedo sustentou na sua defesa estrénua da Carta Constitucional[7]. No texto *Portugal considerado relativamente á Hespanha*, o padre liberal insistia na especificidade do povo português, "dotado de hum caracter peculiar, afferrado a seus costumes, e estilos, e distincto de qualquer Povo da que hoje chamamos Peninsula"[8]. Evocando os esforços que a Espanha tinha dispendido "para nos tornar affeiçoados aos seu jugo", sublinhando a "*Idade ferrea, e cornea*" dos Filipes, o eclesiástico do Porto defendia a completa independência e autonomia de Portugal, apoiada na aliança inglesa:

"Nem a antiga, nem a moderna Historia nos offerece provas bastantes para nos deliberarmos a querer com a Hespanha senão muita amizade, e boa vizinhança, que sempre he plausivel, e proficua entre Povos limitrofes. Mas nada de união *Filippina.*

(...) Se a Hespanha está persuadida de que Portugal lhe póde ser util; Portugal está persuadido de que nenhuma utilidade tira em se unir á Hespanha; e confiado nas lembranças do passado, ha de empenhar sempre o ultimo cabellinho das suas barbas para se conservar indepndente de hum Governo, que nunca lhe póde ser Paternal. A Inglaterra empenha a ulima espada"[9].

Os tempos eram de risco para a Carta e, por isso, o padre Macedo tinha consciência da importância que a implantação do liberalismo em Espanha tinha para o êxito desse regime em Portugal; contava para tal com a mediação da Inglaterra para assegurar o equilíbrio e ligar a "desaffinidade" das duas nações:

"A composição das actuaes desordens da Peninsula será o brazão eterno da gloria Britanica: e hum Systema de Liberdade razoavel, bem arraigado para cá dos Pyreneos, dará mais Renome ao

---

[7] *O Velho Liberal do Douro*, Lisboa, nº 22, 1827, p. 233-242.

[8] *Ibidem*, p. 233.

[9] Ibidem, p. 236 e 238.

Governo Inglez do que as columnas de Hercules derão a esse Heroe Thebano"[10].

Também o *Imparcial* que entre 1826 e 1827 sustentou a causa de D. Pedro IV, tocou frequentemente na questão do apoio de Fernando VII aos "transfugas" portugueses, afirmando que "a Hespanha, auxiliando e armando os nossos rebeldes, só tinha em vista assenhorear-se de Portugal"[11], pese embora tais ambições nunca pudesem vir a ser consentidas pela Inglaterra.

No *Cronista*, Almeida Garrett reflectiu sobre o "verdadeiro conflicto reciproco" instalado entre os governos de Portugal e Espanha, acrditando todavia que a guerra poderia ser evitada pela mediação da Inglaterra e da França[12].

Em 1832, o miguelista Alvito Buela Pereira de Miranda expunha na sua *Defeza de Portugal* que os portugueses, no último desespero, "antes serião Vassallos do rei Catholico, que escravos de Dom Pedro; antes Hespanhoes, que pupillos d'hum Gabinete, que parece não subsiste senão para fazer a desgraça de Portugal"[13].

Na segunda metade da década de trinta a situação altera-se e foi aos liberais setembristas que os periódicos cartistas acusaram de querer a confederação ibérica, sendo Leonel Tavares o mais visado.

Em 1837, a *Câmara Óptica* retratava-o assim:

"Lá se lhe vê na mão direita um jugo de prata, umas algemas de ouro, e a bandeira *Hespanhola* com a Estrellas da *Federação Iberica*"[14].

Exactamente com o título *Confederação Iberica*, o *Tumulo* publicou um artigo em que denunciava a conspiração que, com sede em Barcelona, e com clubes filiais em Cádis, Madrid e Lisboa, se desenvolvia com ligações aos clubes republicanos de França, e visava destruir a monarquia e estabelecer na Península uma

---

[10] *Ibidem*, p. 240.

[11] *Imparcial*, Porto, nº 63, 26 deJunho de 1827, p. 316. Refira-se que outros periódicos como a *Borboleta*, também do Porto, ou o *Espreitador*, de Lisboa, adoptaram um atitude semelhante de desconfiança perante as ambições de Espanha, país que apodavam de "malfadado reino", "nação barbara", entre outros mimos.

[12] *O Chronista*, Lisboa, nº 8, 1827, p. 169-175, e nº 10, 1827, p. 209-213.

[13] *Defeza de Portugal*, Lisboa, nº 26, 1832, p. 2. Dado o aparecimentode impressos incendiários nas zonas raianas e outros factos, Alvito Buela acusava os revolucionários de "semear entre os Realistas Portuguezes a desconfiança dos Hespanhoes" (cf. *ibidem*, nº 46, Junho de 1832, p. 8-9).

[14] *Camara Optica com Vistas Modernas*, Lisboa, nº 1, 1837, p. 3.

federação de repúblicas, em número de três, constituindo assim a confederação ibérica[15]. Leonel Tavares era apontado como o português correligionários destes emissários franceses e espanhóis que em Barcelona e Cádiz preparavam a república. Destas acusações se defendeu o deputado setembrista na sessão da Câmara de 13 de Fevereiro de 1837[16].

Entre 1840 e 1841 o *Português* denunciou por várias vezes a conspiração da "jovem Iberia"[17], as "sonhadas federações" e "fantasticas reuniões"[18], dirigindo sobretudo as suas críticas ao *Nacional* e à *Revolução de Setembro*, jornal que considerava "mais Castelhano que os jornaes Hespanhoes"[19].

Idêntica missão assumiu o cartista *Periódicos dos Pobres*, talvez o diário mais empenhado em evidenciar os planos da federação ibérica e o furor revolucionário que queria unir Portugal à Espanha, em denunciar o projecto da república peninsular e a associação Jovem Ibéria. Foram inúmeras as prestações deste periódico portuense que denunciavam os projectos e conspirações ibéricos; resumidamente, pode dizer-se que tal labor se iniciou em 1836, intensificou-se em 1840-1842, e reacendeu-se, como previsível, em inícios da década de cinquenta[20].

Por seu lado, a imprensa afecta ao partido histórico progressista, como a *Coalisão*[21], e depois o *Nacional*, esforçou-se ao longo dos anos quarenta por denegrir o regime cabralista acusando-o de entendimentos pouco claros com os déspotas e tirânicos estadistas espanhóis (sobretudo Narvaez).

---

15 "Portugal deve formar uma republica, dependente do Chefe Supremo — ou Protector — em Madrid, e para compensar esta subordinação, cedem elles a Portugal a Andaluzia, a Estremadura Hespanhola, e a galliza — o resto da Hespanha deve ser dividido em duas republicas, uma sujeita á de Madrid, bem como a Portugueza! — Todas estas 3 republicas formarão o que se chama — *Confederação Iberica* — governada pelas mesmas leis geraes, e tendo além disso seus regulamentos peculiares" (cf. *O Tumulo*, Lisboa, nº 8, 25 de Outubro de 1836, p. 29-30).

16 *Diario do Governo*, Lisboa, nº 53, 3 de Março de 1837, p. 344-348.

17 *O Portuguez*, Lisboa, nº 4, 17 de Dezembro de 1840, p. 14.

18 *Ibidem*, nº 16, 4 deJaneiro de 1841, p. 64.

19 *Ibidem*, nº 3, 16 de Dezembro de 1840, p. 10.

20 O seu homónimo lisboeta teve um comportamento análogo durante a sua existência (1841-1848).

21 Este periódico foi publicado no Porto entre 1843 e 1846, e redigido por Francisco Jerónimo da Silva e outros indivíduos pertencentes ao partido histórico progressista (cf. D. J. P., A. C. L., ms. 446, p. 882-883).

Há pois uma certa continuidade na polémica contestação das ideias e planos ibéricos, pese embora, face ao avanço dessa propaganda a partir do início da década de cinquenta, quer dentro do país quer externamente, esse movimento tenha adquirido dimensões extraordinárias ao longo de mais de vinte anos, materializando-se numa consistente literatura anti-ibérica. Como referiu Franco Nogueira, esta época assistiu ao renascimento do "fenómeno patológico" do iberismo[22].

Este impulso nacionalista teve particular incidência nos períodos mais críticos, como 1861-62 e1868-70, que correspondem a momentos de maior incidência da propaganda ibérica em Espanha. A segunda data inscreve-se no contexto da revolução setembrina e consequente crise de interinidade espanhola[23]. Quanto à primeira, marcou a primeira grande ofensiva da imprensa espanhola (e seus reflexos no jornalismo de França e Itália), animada, entre outros aspectos, pelos êxitos militares em África e pelo sucesso da reunificação italiana. Apesar de casos isolados (como Pio Gullón) avançarem a ideia de uma união imposta por Madrid, a estratégia dominante da imprensa espanhola consistiu em apresentar a união como ambição dos portugueses, tentando fazer passar à Europa a ideia de que as partes estavam igualmente interessadas. As teorias de alguns eram generalizadas à nação inteira, figuras importantes eram habilmente apresentadas como defensoras da união, a leitura de qualquer evento ou manifestação da vida portuguesa insinuava motivações e aspirações ibéricas. É neste contexto que se deve compreender a criação da Associação 1° de Dezembro na Primavera de 1861, e o clima de intenso efervescência anticastelhanista que envolveu o período subsequente à morte de D. Pedro V e seus irmãos, chegando alguma imprensa mais exaltada a propalar a tese do envenenamento, insinuando a culpabilidade dos espanhóis ligados a Salamanca[24]. A instabilidade marcara definitivamente o

---

22 NOGUEIRA, Franco — As Crises e os Homens, Lisboa, Atica, 1971, p. 286.

23 Não deve todavia dissociar-se o papel incansavelmente desempenhado pela imprensa espanhola; ainda em inícios de Agosto de 1868 Gullon publicava um artigo no periódico madrileno *La Época* que apresentava um plano de invasão e conquista de Portugal. Apesar do periódico se ter dissociado da opinião do seu colaborador a reacção na imprensa portuguesa foi estrondosa.

24 Veja-se a este propósto o *Almanack para todos ou collecção de differentes artigos ácerca da infausta morte de Sua Magestade El-Rei Sr. D. Pedro Quinto*, Porto, Typ. de F. G. da Fonseca, s.d., e SILVA, José Maria de Andrade e — *Reinado e Ultimos Momentos de Sua Magestade Fidelissima o Senhor D. Pedro*

ano de 1861, vendo os espanhóis sinais de adesão ao iberismo no *meeting* de 10 de Março (prontamente desmentidos pela imprensa portuguesa), e sinais de agressão à colónia espanhola residente em Portugal nos tumultos do Natal.

Assim se alimentou uma corrente contínua de reacção à doutrinação e propaganda ibéricas, derramando-se por diversas escritos, atitudes e comportamentos cuja análise preencherá os capítulos seguintes. As actividades da Comissão 1° de Dezembro, as peças de oratória sacra, os folhetos sobre história e educação, os textos dramáticos e poéticos serão adiante apresentados, coadjuvando o estudo das unidades temáticas seleccionadas.

Neste espaço pretende-se sobretudo referenciar os escritos que contestaram a Ibéria monárquica ou republicana como doutrina e ideologia, bem como a precipitação da questão ibérica em função dos acontecimentos políticos da Península, e avaliar a sua intertextualidade e recepção na sociedade do tempo.

Esta contestação usou e abusou dos mesmos meios que utilizara a proganda ibérica, originando a publicação de dezenas de folhetos, opúsculos e obras, em que a feição panfletária esteve muitas vezes presente. Quanto à escrita jornalística, a sua produção foi de tal forma prolixa que o seu recenseamento mais não seria do que uma listagem monótona, já que poucos orgãos da imprensa ficaram incólumes à polémica. Como assinalou Silva Matos no artigo *A Iberia*, era necessário contrariar o crescendo de propaganda ibérica, e denunciar os seus apóstolos face ao tribunal da opinião pública:

"Uma disfarçada propaganda tem por vezes procurado insinuar-se nos animos, e zelosos patriotas têm apparecido, missionando pela imprensa o Iberismo. Elevado é o seu intento, nobre o empenho; a sua boa estrella os guie, que mais tarde o juizo da historia lhes consagrará os nomes no pantheon dos homens grandes"[25].

A missão de contestar essas doutrinas era quase imposta aos mais diversos orgãos da imprensa. *A Voz Feminina*, jornal

---

V, Maranhão, Frias Editor, 1862. Este autor referiu que o Jornal do Comércio tomou a iniciativa de dissipar os rumores sobre a morte do rei, pacificando os ânimos, no que foi secundado pela *Revolução de Setembro*, *A Opinião*, e *O Português*.

25 *Estreia Litteraria, Jornal Bimensal*, 2ª Série, Coimbra, n° 3, 15 de Dezembro de 1860, p. 18-20.

exclusivamente redigido por mulheres, também se sentiu constrangida pela "voz publica" a abordar o assunto, fazendo-o todavia com alguma ironia:

"Consta ás escriptoras desta folha que se estranha o não ter o seu patriotismo manifestado-se já contra a sonhada agressão Iberica. Não o temos feito por tres razões mui cogentes.

Prima, porque a tal questão recende a politica, e esta sciencia, de todas a mais emaranhada, é vedada a cabeças femininas, talvez por ser incompativel com a magnitude das cuias.

Segunda, porque nos parece que os nossos estadistas estão antecipando um ataque de moinhos de vento, como aconteceu ao immortal heroe de la Mancha.

Terceira, porque a nossa missão na terra é de paz, de amor e de caridade; e não de querras e de derramamento de sangue"[26].

As revistas dedicadas ao público mais jovem também participaram nesta campanha, nomeadamente a *Revista Académica*, que incluiu um discurso de Alexandre Meireles do Canto e Castro dedicado à mocidade da Sociedade Filantrópico-Académica, exortando-a a acreditar num país que não precisava de ser grande para ser feliz e próspero[27], ou o *Album Literário* que, pela pena de M. F. Margalho, anatemizou a fusão ibérica, preferindo à grandeza com perda da autonomia, a pobreza com liberdade[28].

Esta "iberomania" tornou-se por vezes obcessiva e, no caso da contenda entre dois periódicos de Braga, revelou até alguns laivos de anacronismo, atingindo personagens de um passado remoto. Quando o *Partido Liberal* defendeu que Frei Bartolomeu dos Mártires agira de conluio com Filipe II na questão da sucessão ao trono português, traindo a causa da independência, o *Bracarense* saiu em defesa do prelado, gerando-se uma guerra de artigos que se estendeu entre Novembro de 1866 e Janeiro do ano seguinte, suscitando inclusivamente a intervenção de Camilo Castelo Branco[29].

---

26 *A Voz Feminina*, Lisboa, nº 41, 25 de Outubro de 1868, p. 2. A redactora Mariana Angélica de Andrade escreveu também o artigo *A União Iberica*, onde expresava opiniões semelhantes, desvalorizando os perigos da propalada união (cf. nº 43, 8 de Novembro de 1868, p. 2-3).

27 *Revista Academica. Publicação Mensal, Litteraria e Scientifica*, Coimbra, nº 6, Maio de 1854, p. 115-117.

28 *Album Litterario. Jornal Noticioso dedicado á mocidade de ambos os sexos*, Coimbra, nº 3, 25 de janeiro de 1866.

29 Cf. ALBUQUERQUE, Dr. Manuel d' — *D. Fr. Bartholomeu dos Martyres e a Usurpação dos Filippes. Com as cartas de Camillo Castello Branco*, Braga,

O afã de combater "o sonho magico dos hespanhoes"[30], implicou uma argumentação que radicava num série de ideias-força, mais ou menos correctamente utilizadas consoante o talento e preparação do escritor. O pressuposto da vontade dos portugueses em manter a sua nacionalidade, distinta e gloriosa, alicerçada numa história multissecular, funcionava como a barreira onde embatiam todos os argumentos em favor da união. A união era vulgarmente entendida como fusão, ou seja, perda das prerrogativas da nação mais pequena, necessariamnete absorvida pela mais poderosa. Defendia o nacionalismo liberal português que a questão ibérica era diversa da italiana já que ali a pátria se encontrava dividida e submetida ao jugo opressivo estrangeiro; o povo italiano, culturalmente homogéneo, pretendia a restauração e reunificação nacional. Da aplicação do direito das nacionalidades resultava a legitimação da luta em prol da nação italiana, e a justificação da manutenção das duas nações peninsulares, desde há séculos distintas e dissemelhantes. Se esta era a posição dominante, não deixou de haver alguma polémica emtorno do reconhecimento do título de Victor Manuel como rei de Itália, pois os mais temerosos entendiam que esse era um argumento que Espanha podia muito bem utilizar para encontrar apoio externo para a união. O folheto *Um novo titulo de Soberania e o seu reconhecimento. O facto, o direito, e a conveniencia* alertava para as perigosas consequências da aceitação do exemplo italiano:

"Bem avisadamente procede portanto, e bem merece de Portugal, quem *teimar* em não querer *dar-se pressa* em reconhecer o titulo de Rei d'Italia, baseado em taes precedentes.

Desde o dia em que Portugal se apressasse em prestar homenagem a taltítulo, incovenientemente desconsideraria o unico Estado que lhe dá uma cathegoria que a poucos é concedida — teria commetido uma deslealdade, e uma ingratidão contra Estados e contra Soberanos, dos quaes não tem recebido affrontas — teria sanccionado exemplos de annullação, nocivos e perigosos para a existencia das naçõs de ordem secundaria — teria reconhecido o

---

Livraria Central Editora, 1895. Refira-se que esta obra não transcreve os textos do *Partido Liberal*, em virtude de não ter encontrado o periódico; a colecção completa existe actualmente na Biblioteca Nacional.

30 *Manual de Lembranças: leituras de recreio e instrução*, Lisboa, Março de 1869, p. 99-100.

direito de invasão, de conquista, de bombardeamento e de trucidação sem guerra declarada — teria reconhecido o direito da Iberia seguir os mesmos passos, e dar-lhe-ia força para continuar a repetir — *la Iberia será*"[31].

A história fornecia outro campo de argumentação anti-ibérica já que o exemplo da monarquia dual dos Áustrias tinha revelado que a experiência da união peninsular resultava profundamente opressiva e nociva para os interesses portugueses, não tendo conseguido, be pelo contrário, a conciliação e entendimento entre os dois povos.

Concomitantemente, o ideal de prosperidade material era desmistificado, quer numa base mais ou menos racional e teórica, quer simplesmente emocional, reiterando-se a ideia que tal vantagem não compensaria o prejuízo fundamental da perda da autonomia: Daí a asserção recorrente: antes pobres e livres do que ricos e escravos.

A propalada necessidade de equilíbrio europeu pela formação de um bloco ibérico que contrabalançasse os impérios europeus era subalternizada perante os raciocínios anteriores e pela sempre emergente adesão à aliança inglesa.

Por razões metodológicas, analisemos desde já a produção de folhetos e opúsculos que a questão suscitou.

Em 1855 o bacharel em direito Augusto Maria da Costa e Sousa Lobo publicou o texto *Um Voto contra a União Iberica*[32] no qual rejeitava a união com Espanha quer sob a fusão quer sob a federação, justificando que ela não convinha económica ou politicamente a Portugal porque representava, em qualquer dos casos, absorção pelo antigo inimigo e tal protecção estrangeira teria como destino certo a opressão e a tirania.

No ano seguinte, o padre Rodrigo António de Almeida resolveu publicar um folheto para expender de um só fôlego a sua 2ª série de reflexões contra o iberismo, um pouco contrariado pelos vagares e intervalos largos entre cada artigo com que a *Nação* publicara os textos subordinados ao tema *Isso Nunca!...*, protesto

---

31 *Um novo titulo de Soberania e o seu reconhecimento. O facto, o direito, e a conveniencia*, Lisboa, Typ. de J. J. de Carvalho, 1861, p. 16. Este folheto está datado de 19 de Maio e assinado com o criptónimo "um liberal anti-annexionista".

32 Lisboa, Typographia da Rua da Condessa, 1855, 32 p.

redigido como resposta ao artigo de Henriques Nogueira *O Iberismo e os seus Defensores*[33]. A esta nova publicação deu o nome de *A Questão da Iberia em Duas Partes*[34] sendo a primeira constituída pelos textos já divulgados pelo periódico lisboeta, e a segunda apresentada com o título *Sim ou Não?... A minha analyse á analyse pelo sr. Nogueira dos artigos, que publiquei, contra o iberismo.*

As ideias desenvolvidas pelo padre legitimista consistiam nos traços seguintes: identificação da Espanha e seu povo com a barbárie e ferocidade; identificação da fusão monárquica ou federação republicana ibéricas ("iberismo fusista ou federal") com a ruína e aniquilamento de Portugal; necessidade de alerta geral contra as armadilhas da Ibéria e seus instrumentos como o jornal *Progresso*. Os ataques a Henrique Nogueira dirigiam-se à ideologia que professava e ainda à má interpretação que havia dado à sua eventual aceitação de uma espécie de confederação monárquica, à semelhança da Alemanha entre Espanha e Portugal, só com efeitos de representação exterior[35].

História muito idêntica conheceu outro extenso libelo anti-ibérico publicado no ano seguinte, igualmente da autoria de um legitimista, António Pereira da Cunha. *Não. Resposta Nacional ás Pretenções Ibericas*[36], também tinha tido publicação "irregular e arrastada" mas não completa entre Novembro de 1853 e Outubro de 1854 num jornal portuense, *O Portugal*[37], pelo que que, quando o

---

33 Publicado no *Progresso*, nº 188, de 24 de Agosto de 1855. Quanto ao texto *Isso Nunca!... Protestações patrioticas contra os manejos ibericos*, o autor tinha tido o convite de o publicar na *Imprensa e Lei* mas, legitimista convicto, preferiu fazê-lo na *Nação* que o publicou em nove números não consecutivos, entre Setembro e Novembro de 1855, sempre na 2ª página (nº 2360, 4 de Setembro; nº 2366, 11 de Setembro; nº 2371, 16 de Setembro; nº 2373, 19 de Setembro; nº 2386, 4 de Outubro; nº 2393, 12 de Outubro; nº 2404, 21 de Outubro; nº 2408, 30 de Outubro; nº 2423, 17 de Novembro). *A Monarquia*, orgão portuense do legitimismo, transcreveu estes textos da *Nação* entre 21 de Setembro e 27 de Novembro de 1855.

34 Lisboa, Imprensa de Francisco Xavier de Souza, 1856, 120 p.

35 Face ao apoio de R. A. de Almeida a uma eventual confederação monárquica ou aliança entre Portugal e Espanha apenas para assuntos externos e devido à sua ideologia legitimista, Nogueira chamou-lhe, com alguma ironia, "federalista de lei", o que exasperou o eclesiástico. Daí que as ideias se percam um pouco num emaranhado retórico que mais parece desagravo pessoal do que constestação documentada às teorias do opositor.

36 Porto, Typ. de Francisco Pereira d'Azevedo, 1857, 216 p.

37 Este texto saíu, muito espaçadamente, em vinte e dois números do *Portugal*, entre 8 de Novembro de 1853 e 1 de Junho de 185% (começou no nº 422 e acabou no nº 765). Aliás o acolhimento desta obra nas folhas legitimistas foi

autor decidiu publicar o volume, este já se encontrava concluído há muito.

Sem querer suscitar ódios e sem nomear defensores portugueses do iberismo, aos quais "até se tem particular affeição", o escritor vianense pretendeu desmascarar os filo-espanhóis e os filo-portugueses, atribuindo as origens do iberismo moderno ao triunfo do liberalismo, ressaltando os sonhos hegemónicos do próprio D. Pedro IV e apresentando o fomento (liga aduaneira, caminhos de ferro, etc.) como um dos agentes da jovem ibéria. Deste cenário excluía deputados como Barreto Feio e periódicos como a *Imprensa* e a *Concórdia* e, do lado de Espanha, que não identificava com a minoria desconceituada que desgraçadamanete a representava, ressalvava periódicos como a *Esperanza*. Mas, de uma forma geral, considerava que "ibericos do Tejo e ibericos do Manzanares vem a ser uma e a mesma coisa"[38], expondo as ambições materiais da Ibéria à sombra de pressupostos ecuménicos e pacifistas. Parte substancial desta obra consistia num comentário, necessariamente muito crítico, à *Memória* de D. Sinibaldo e seu prólogo[39].

O militar elvense João Augusto César de Vasconcelos publicou em 1861 um texto cujo extenso título reflecte a matéria e intenção: *Os Portuguezes e a Iberia. Refutação dos Argumentos do Partido Iberico com Respeito á Fusão das duas Nações Peninsulares e Exposição das Desgraças e Vexames que d'ella haviam de porvir a Portugal*[40]. Trata-se de um vitupério às maquinações dos ibéricos espanhóis com a cooperação de alguns "poucos miseraveis e desnaturados portuguezes"[41], apesar de o autor acreditar que, a tais intentos, resistirá a grande maioria da sociedade portuguesa.

---

evidente; *O Direito* consagrou-lhe um artigo de primeira página (cf. nº 100, 3 de Setembro de 1857); e em 1866 a *Nação* publicou excertos deste livro, lembrando que Pereira Cunha havia sido o primeiro a denunciar as pretensões dos ibéricos (Cf. nº 5404, 9 de janeiro de 1866).

38 *Não. Resposta Nacional ás Pretenções Ibericas*, p. 47.

39 *Ibidem*, p. 131-216. Apesar de no fim da obra se anunciar que a segunda parte estava pronta para o prelo, não chegou a ser publicada como confirma o D. B. P., vol. 8, p. 274.

40 Elvas, Typographia Elvense, 1861, 94 p.

41 *Os Portuguezes e a Iberia. Refutação dos Argumentos do Partido Iberico com Respeito á Fusão das duas Nações Peninsulares e Exposição das Desgraças e Vexames que d'ella haviam de porvir a Portugal*, p. 93. Este opúsculo foi particularmete elogiado no *Gremio Alentejano*, Coimbra, nº 8, 28 de Novembro de 1861.

Os portugueses do Brasil participaram nesta polémica nacional, sendo dados a lume no Rio de Janeiro textos de alguma importância sobre o assunto, como *Da União Iberica*[42], publicado em 1861 sem nome do autor, resultando da compilação de vários artigos de José Feliciano de Castilho publicados nesse mesmo ano no carioca *Jornal do Comércio*. Esta "gravissima questão" é tratada ao longo de 32 artigos, um suplemento que refere a obra de Teixeira de Vasconcelos *Fundação da Monarchia Portugueza* que J. F. de Castilho apresenta no prólogo como causa próxima e inspiradorada da sua publicação, e ainda um apêndice contendo o artigo de Juan Valera, *Hespanha e Portugal*, pronunciando-se contra a união ibérica. Do tratamento do tema emergem as ideias chave do conselheiro que sucintamente se podem condensar nos seguintes aspectos: concepção dogmática do amor da pátria; anexações modernas escondidas sob a mentira do sufrágio popular; questão de Portugal e Espanha secundário no cenário do melodrama europeu; perigo fundamental proveniente das ambições de Napoleão III e dos imperialismos francês e russo; povo, trono e história apresentados como garantias da independência portuguesa; tradição belicosa e descentralizadora da Espanha; patético desejo dos espanhóis que Portugal se engrandeça por meio da união ibérica; contestação às falsas grandezas da união; contestação das "veleidades ibericas" atribuídas a escritores portugueses; desejo de estabelecimento de cordiais relações de amizade com a Espanha; iberistas portugueses considerados excepções "esplêndidas de raridade". O *Diário Mercantil* publicou os primeiros vinte e quatro artigos do conselheiro Castilho publicados no jornal brasileiro, pese embora reconhecesse que não havia plena concordância com todas as ideias emitidas, registando que havia mesmo divergência de alguns pontos de vista; reconhecia-lhes todavia o mérito da erudição histórica e de ter chamado a atenção do público da capital brasileira para o assunto[43].

---

[42] *Da União Iberica. A Sua Magestade o Senhor D. Pedro V; ao Augusto Neto do Senhor D. João IV O.D.C. um Portuguez*, Rio de Janeiro, Typ. de Paula Brito, 1861, 170 p.

[43] *Diario Mercantil*, Porto, entre os números 495 (11 de Setembro de 1861) e 510 (28 de Setembro de 1861). O *Commercio do Porto* foi o primeiro periódico a chamar a atenção para estes artigos que, embora não assinados, permitiam reconhecer "o gigante pelo dedo", devendo os textos de José Castilho ser conhecidos de todos os portugueses (cf. nº 198, 1 de Setembro de 1861).

Nesse mesmo ano saiu outra obra dos prelos cariocas que pretendia refutar as doutrinas ibéricas, utilizando desta feita a memória histórica para consagrar essa rejeição. Castro Novo republicou o excerto da *História das Revoluções* do abade de Vertot relativo à revolução do 1° de Dezembro de 1640 e acrescentou-lhe algumas considerações com o fito de demonstrar a impossibilidade da "phantasiada" e "phantasmagorica" união ibérica[44]. O autor insistia sobretudo no antagonismo entre os povos da Península, e considerava que toda a polémia ibérica havia sido orquestrada pelas imprensas francesa e espanhola, sob os altos desígnios da política imperialista de Paris que sempre cobiçara os territórios peninsulares.

O secretário da legação de Portugal no Rio de Janeiro, futuro embaixador nos Estados Unidos, Frederico Francisco de Figanière, também se manifestou estrénuo defensor da autonomia e nacionalidade portuguesa na sua obra *A Liberdade e a Legislação vistas á luz da natureza das cousas*[45]. Defendendo que para os portugueses a "autonomia nacional era condição sine qua non da Liberdade", defendia a manutenção dos pequenos Estados e contrariava os argumentos de progresso material dos ibericos, contrapondo-lhes o prejuízo da perda da liberdade genuína:

"A idéa de um reino peninsular unido, grande e pujante, é o argumento capital a que se socorrem aquelles que representam as vistas da *Iberia*; tudo quanto allegam para reforçal-o, nem resposta merece. E que nos vai nisso? que importa á Sociedade Portugueza fazer parte de uma nação poderosa quando isto teria por clausula necessaria, o perdimento do que lhe é mil vezes mais precioso — os seus foros e liberdades?"[46]

---

[44] NOVO, A. de Castro — *Um Milagre do Segredo ou Portugal Independente. Historia da Revolução do 1° de Dezembro de 1640, traduzida da Historia das Revoluções em Portugal pelo abbade de Vertot (original Francez) seguidas de considerações refutando as doutrinas dos propagadores da União Iberica. Para commemorar nesta côrte o dia 1° de Dezembro de 1640 no anniversario daquelle glorioso e heroico feito do patriotismo portuguez*, Rio de Janeiro, Typ. Popullar de Azeredo Leite, 1861, 119 p. *As Considerações Analyticas* estão na parte final da obra, p. 76-119.

[45] *A Liberdade e a Legislação vistas á luz da natureza das cousas*, Petropolis, Typographia de Bartholomeu Pereira Sodré, 1866, 204 p. O D. B. P. apresentava a 1ª parte desta obra como "um brado patriotico a favor da autonomia e nacionalidade portugueza" (Cf. vol. 9, p. 401).

[46] *Ibidem*, p. VIII.

Esta atitude cimentava-se na teoria do contraste entre os dois povos peninsulares, exemplarmente representado na intolerância religiosa e inúmeras limitações da liberdade em Espanha, em oposição ao respeito que tais valores gozavam em Portugal[47].

Só voltamos a ter referência de opúsculos brasileiros sobre o tema um poco mais tarde, em 1869 e, tal como o de Castro Novo, inexistentes em bibliotecas públicas portuguesas, pelo que recorremos à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Um dos nossos pedidos foi contudo indeferido em virtude da inexistência da espécie, tratava-se de *A União Ibérica*, uma compilação de artigos extraídos do *Arquivo Universal*, precedidos de considerações sobre mesmo assunto por Latino Coelho, então ministro da marinha de Portugal[48]. Este folheto que relançava os argumentos a favor da união pelas penas de Xisto Cámara e Latino Coelho foi prontamente contestado por outro saído da mesma tipografia, e ao qual tivemos acesso — *A União Iberica é Impossivel por Viriato. Resposta ao folheto intitulado União Iberica ultimamente publicado*[49]. O autor apresentou-se como um português que não pôde conter o turbilhão de reflexões que tal escrito lhe suscitara, ironicamente ao mesmo tempo que no Rio decorria uma subscrição para armar Portugal. Pelo teor da contestação exarada na primeira parte do folheto intitulada *Viriato a Pelagio*[50] verifica-se que o texto atribuído a Latino Coelho provinha dos seus prólogos às obras de Sinibaldo de Mas e Xisto Cámara, enquanto que a segunda parte, *A União Iberica é Impossivel*[51], continha a refutação, taco a taco, do pensamento federalista do malogrado espanhol. Escorando-se em eventos ocorridos desde a escrita de Cámara até à data, o autor demonstrava que nenhuma das suas profecias se realizou, isto é, nem o caminho de ferro, nem as comunicações telegráficas, nem a tão desejada

---

47 *Ibidem*, p. 46 e seguintes.

48 *A União Iberica, artigos extrahidos do Archivo universal, folha litteraria de Lisboa, precedidos de considerações sobre o mesmo assumpto pelo ex.mo sr. conselheiro Latino Coelho, actual ministro da marinha de Portugal*, Rio de Janeiro, Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1869, 54 p. Citado no D. B. P., vol. 10, p. 40, com o nº 51.

49 *A União Iberica é Impossivel por Viriato. Resposta ao folheto intitulado União Iberica ultimamente publicado*, Rio de Janeiro, Typ. de Domingos Luiz dos Santos, 1869, 79 p.

50 *Ibidem*, p. 5-17.

51 *Ibidem*, p. 19-79.

revolução de Espanha, nada, enfim, havia aproximado os dois povos. Daí o ensejo de o comparar a outro expatriado e republicano, Victor Hugo, ambos profetas, e incitadores do povo à revolução.

Outro português residente no Brasil publicou anonimamente em 1870 o opúsculo *Revolta do Marechal Saldanha. Dictadura Militar. União Iberica*, no qual caracterizava o golpe do velho militar como um acto de violência armada contra todos os direitos da soberania popular que invertia todas as formas legais do governo e, caso se confirmassem os rumores de pretender realizar a união ibérica, colocando D. Luís no trono de Espanha, essa revolta seria duplamente atentatória da integridade e segurança da nação. Perante todas as dúvidas e incertezas o autor sabia que os emigrados na ex-colónia prefeririam ser brasileiros a ser ibéricos:

"Se tal vaticinio se realiza, a União Iberica perderá sem duvida muitos adherentes, porque a colonia portugueza aqui domiciliada se fará brasileira, embora conserve no coração o tabernaculo das gloriosas tradicções de sua patria e continue a escutar com anciedade as ultimas palpitações do corpo muribundo"[52].

No tocante a folhetos sobre a questão ibérica publicados no Brasil, refira-se ainda o de Leite Machado, *Aspirações de Hespanha á Posse de Portugal*, que foi dado à estampa uns anos mais tarde[53], e pretendia ser uma protesto ás "inconsideradas revelações do *Imparcial* de Madrid", que retomavam a ideia da união peninsular como forma de consolidação da monarquia de Afonso XII.

Um dos folhetos melhor recebidos pela imprensa periódia, e a ela dedicado na qualidade de "atalaya dos brios e glorias nacionaes, sentinella das liberdades publicas e dos fóros populares", foi escrito por Luciano Cordeiro que lhe deu um título que antitecticamente parafraseava o de Pereira da Cunha, tratava-se de *Sim. Resposta aos que nos perguntam se queremos continuar a ser portugueses. Opusculo Anti-Iberico*[54]. Considerava o autor que tal

---

52 *Revolta do Marechal Saldanha. Dictadura Militar. União Iberica*, Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1870, p. 24.

53 Pará, Typ. Commercial, 1877, 32 p.

54 *Sim. Resposta aos que nos perguntam se queremos continuar a ser portugueses. Opusculo Anti-Iberico*, Lisboa, Typ. da Rua da Vinha, 1865, 78 p. Repare-se como estes títulos aludiam aos métodos sufragistas então preconizados. Este folheto foi elogiado pela imprensa em geral, veja-se, por exemplo, *O Bejense*, nº 310, 1 de Dezembro de 1866; *O Conscencioso*, Lisboa, nº

como em 1862, em 1865 tocava de novo a reunir nos "arrayaes ibericos" pelo que a sua argumentação era objectiva e incisiva. Se o iberismo era tão antigo quanto a nacionalidade portuguesa, os seus sacerdotes tinham toadavia trocado a viseira e a espada por princípios humanitários cosmopolitas mal assimilados já que eram os primeiros a atropelar os conceitos de humanidade, fraternidade e progresso, gerando uma propaganda enganosa:

"Nesta propaganda altamente criminosa porque prega a morte d'uma nacionalidade amiga e visinha, — nimiamente infame, porque é um laço armado á boa fé e ao patriotismo de homens leaes, — nada se tem poupado para angariar proselytos, tudo se tem feito para sustentar a doutrina"[55].

Dividindo os ibéricos em espíritos medíocres e sonhadores políticos, perigosamente hipócritas porque escamoteavam as suas aspirações de conquista e poderio, Luciano Cordeiro negava o milagre da união sem absorção na península por que ela continha não só dois estados, mas também duas nações (diferente da Itália que considerava uma única nação), o que era irresolúvel sob qualquer fórmula monárquica absoluta ou representativa, republicana, ou qualquer outra. Aos "vendilhões do iberismo" lembrava os exemplos da Irlanda, da Escócia, da Polónia e execrava a cruzada que contra Portugal havia empreendido a "escoria da imprensa estrangeira"[56]. Cordeiro alertava ainda para a última "máscara" que o iberismo tinha assumido desde o casamento de D. Luís e Maria Pia, ou seja, a propaganda dessa doutrina sob hegemonia portuguesa, como resultado de um acordo tácito entre os Braganças e os Sabóias.

O pequeno folheto que Luís Pires Monteiro Bandeira escreveu em Janeiro de 1866 sob o título *Duas Palavras sobre a União Iberica*[57] falava da convulsão política que agitava a Espanha, alertando que à mais pequena crise ocorrida nesse país se falava logo em união ibérica. Recusando os argumentos económicos e políticos, o autor considerava que a sua aceitação seria uma loucura,

---

4, 30 de Dezembro de 1866; *O Noticiarista*, Braga, nº 193 e nº195, 29 de Janeiro e 5 de Fevereiro de 1867 (folhetim a cargo de Rui P. Carrero); *A Voz do Minho*, nº 1747, 14 de Fevereiro de 1867 (folhetim igual ao do *Noticiarista*).

55 *Ibidem*, p. 16.

56 *Ibidem*, p. 38.

57 *Duas Palavras sobre a União Iberica*, Lisboa, Typographia Universal, 1866, 7 p.

incompatível com as devoções monáquicas quer dos espanhóis quer dos portugueses, lembrando que estes preferiam ser pequenos e livres na sua terra, do que grandes e escravos na Ibéria. Como tantos outros, remetia a possibilidade de realização dessa ideia para um futuro bem longínquo:

"O pensamento de tal união , poderá ser uma sublime aspiração mas irrealisavel, ou só realisavel em remoto porvir, quando os animos e as coisas estejam preparados de tal modo, que sem custo, e a contento de ambos os povos, se possa levar a effeito"[58].

Outro pequeno folheto que saiu nesse ano com o título *A Revolução de Hespanha e a Iberia por um Portuguez*[59], fazia votos que a emancipação e ambição não deslumbrassem a cupidez daquele país relativamente a Portugal, desejando entre os dois "relações de commercio, de industria, de communicações — e nada mais"[60].

Uma consequência imediata da malograda revolução espanhola de 1866 foi o exílio do seu comandante em Portugal, o que reacendeu a questão ibérica em virtude de o general Prim ter publicado um manifesto em Lisboa que exortava à prossecução da resistência contra a dinastia bourbónica. Sob pressão ou não de Madrid, o governo entendeu que tal atitude violava o estatuto de emigrado político e decretou a expulsão de Prim, no que foi contrariado pela oposição gerando-se uma batalha parlamentar e mediática, que girava, uma vez mais, em torno dos receios ibéricos. Neste contexto se compreende a publicação de um folheto que acompanhava toda a celeuma de uma forma extensa e documentada — *O General D. Juan Prim em Lisboa. Questão Internacional. O manifesto do general. Intimação do governo portuguez para sair do reino. Interpellação e discursos no parlamento, por essa occasião. Hypotheses de iberismo ali apresentadas*[61].

---

58 *Ibidem*, p. 4.

59 *A Revolução de Hespanha e a Iberia por um Portuguez*, Lisboa, Typographia Universal, 1866, 8 p. O *Jornal de Lisboa* entendeu este folheto como o "brado de um peito liberal" que desejava a Espanha o gozo de todos os benefícios da civilização e do progresso (cf. nº 470, 24 de Janeiro de 1866).

60 *Ibidem*, p. 7.

61 Lisboa, Typographia da Gazeta de Portugal, 1866, 118 p. Este livro foi frequentemente anunciado na imprensa periódica, vendendo-se em Lisboa por 200 reis, e no Porto e restantes cidades por 240 (cf. *Campeão das Provincias*, Aveiro, nº 1423, 14 de Março de 1866).

O governo de fusão e a preponderância aí conseguida pelos regeneradores desagradava à facção que não aceitava tal compromisso, sendo a questão ibérica um dos temas arrolados nas suas preocupações e descontentamentos. A *Carta ao Ex.mo Sr. Duque de Loulé por um Soldado da Junta do Porto*[62], redigida em 28 de Novembro de 1866, criticava a actuação de Casal Ribeiro à frente dos Estrangeiros já que, numa altura em que a propaganda ibérica reunia em torno de si todos os partidos de Espanha, o ministro expedira uma circular diplomática que negligenciava a aliança com a Inglaterra, "o que é uma offensa á nossa mais antiga alliada", e declarava "que o pensamento do Governo Portuguez, era a alliança intima com Hispanha!!..."[63]

Ao Ministro da Guerra, Fontes Pereira de Melo, criticava as suas contradições, primeiro a postura de "apóstolo do desarmamento" não obstante o perigo da invasão, e depois as medidas tomadas, a tirânica chamada das reservas, insignificantes e mal preparadas, o dispendioso campo de manobras de Tancos, contrapondo-lhes outras de diversa índole, o armamento geral, a formação de milícias e a fortificação de Lisboa.

A António Bernardo de Morais Leal atribuiu-se um folheto que em 1867 deveria iniciar a colecção *Propaganda Patriotico-Liberal contra a Pretendida União Iberica. Lições de Historia e Titulos de Gloria para o Povo Portuguez*. Esse texto que mais parecia uma manta de retalhos pela miríade de temas confusamente alinhados, aconselhava vigilância em relação aos bandidos ibéricos e seus caudilhos:

"Diz-se e é verdade, que ha entre nós alguem que capitanéa um bando com o fim damnado e perfidioso de attentar contra nossa independencia, entregando-nos á Hespanha. Pouquissimos serão taes bandidos! Ainda que sejam portuguezes, deixam de o ser, logo que soltem um só grito contra Portugal.

Não nos inquietemos por isso: esperemos quese pronunciem e esmaguemol-os então. Entre tanto, convém seguil-os de perto,

---

62 *A Carta ao Ex.mo Sr. Duque de Loulé por um Soldado da Junta do Porto*, Lisboa, Typographia do Futuro, 1866, 20 p. Este folheto foi elogiosamente recenseado no periódico bracarense *O Partido Liberal*, nº 76, de 20 de Dezembro de 1866.

63 *Ibidem*, p. 11.

sondar-lhes os passos, fazel-os tremer pelas consequencias da vil perfidia que os fez renegar da patria.

É intelligente e poderoso o capitão d'esse bando?... Não valem mais por isso os bandidos que elle capitanéa, ainda que todos sejam tão poderosos e intelligentes como elle. Para tudo estamos prevenidos"[64].

No mesmo tom, o autor publicou no ano seguinte, no rescaldo da revolução espanhola de 1868, outra *Edição Patriotico-Liberal* sob o título *Os Contrabandistas Officiaes e Particulares*[65], onde pregava o alerta geral face ao "tremendissimo abysmo para o qual, insidiosa e vilmente, nos querem lançar os Contrabandistas Officiaes e os infames sectarios e agentes da stultissima ou antes infame *Propaganda Iberica* do celebre D. Sinibaldo de Mas, e de todos quantos, por depravadas e criminosas ambições pessoaes, tentam vender-nos á Hespanha e reduzir-nos á miseria extrema, á miseria que significa humilhação e opprobrio!"[66]

Desta feita a invectiva acrimoniosa tinha um alvo específico, e associava-se ao coro de protestos produzido pela imprensa periódica sobre o escândalo suscitado pelo inspector geral das afândegas Carlos José Caldeira, que no regresso de uma viagem oficial tentara introduzir no país alguns objectos de contrabando, bem como manuscritos de propaganda ibérica, mais exactamente "um pacote lacrado com o seguinte letreiro: Varios documentos ibericos remettidos por D. Sinibaldo de Mas a Carlos José Caldeira, para serem distribuidos opportunamente"[67].

---

64 *Nobreza, Direitos e Deveres do Povo. Condições essenciaes da Nobreza Legitima. Machinações contra a nossa Independencia. Considerações sobre o estado actual Economico e Politico de Portugal perante a Europa*, Lisboa, Editor Francisco Gonçalves Lopes, 1867, p. 9-10. A iniciativa desta publicação foi louvada pela *Verdade*, Lisboa, nº 153 e nº 157, 8 e 22 de Dezembro de 1867; *Perseverança*, Évora, nº 7, 5 de Janeiro de 1868; *Ecco Portalegrense*, nº 18, 21 de Dezembro de 1867; *O Conimbricense*, nº 2124, 3 de Dezembro de 1867. Este folheto era vulgamente apontado com um bom antídoto à recente publicação de Joaquim José Ribeiro que defendia a umião ibérica.

65 *Os Contrabandistas Officiaes e Particulares*, Lisboa, Typographia do Futuro, 1868, 43 p.

66 *Ibidem*, p. 4.

67 *Ibidem*, p. 10. Tratava-se, com efeito, de um manuscrito de Mas, ao que tudo indica destinado à 4ª edição portuguesa da sua *Ibéria*. Este episódio gerou um verdadeiro coro de protesto na imprensa da época, sobretudo por parte das folhas da oposição que apresentavam esta prova para incriminar o governo e seus protegidos de manobras ibéricas.

Com efeito, o ano de 1868 marcou o recrudescimento da cruzada anti-ibérica, e com ele a intensificação de publicações que, de uma forma mais ou menos exaltada, pugnavam pelas desmistificação do engrandecimento prometido pelos adeptos da união peninsular, ou se insurgiam contra a fusão dos povos, como foi o caso de João Bonança, que afirmava que essa era "uma idéa talvez meaquinha e odiosa"[68].

O jornalista e funcionário público António Ribeiro Gonçalves lembrava no seu opúsculo *A Independencia Nacional e a Iberia* o quanto essa doutrina chegara a insinuar-se nos círculos letrados do país, se bem que, quase ao mesmo tempo, se erguera uma vigorosa campanha contra a união dos dois povos:

"Houve um tempo, e não vae longe, em que portuguezes muito illustres se empenharam na defeza da união politica de Portugal com a Hespanha. Publicaram-se numerosos opusculos; varias emprezas litterarias mostraram a intimidade de escriptores nossos com a nação visinha. Os nomes de Sinibaldo Mas e Xisto Camara pronunciavam-se com voz amiga neste paiz. As suas obras eram traduzidas, editoradas e lidas com enthusiasmo.

(...) Em verdade o quadro era seductor. As finanças, a viação, a agricultura, as lettras, as sciencias, a gloria, tudo parecia prestes a nascer desta sementeira moral.

(...) Ao mesmo tempo levantou-se cruzada vigorosa contra aunião dos dois povos. O nosso patriotismo julgou-se offendido em ligar-se com os hespanhoes"[69].

O então jovem e entusiasmado António Maria Campos Júnior participou na torrente da contestação com *A Iberia. Opusculo Patriotico* que apresentou como a sua "profissão de fé politica"[70]. Chamou a atenção para as "proporções assustadoras" da propaganda ibérica agitada por "allucinados philosophos" e "prophetas

---

[68] BONANÇA, João — *Questões da Actualidade*, Porto, Typ. Comercial, 1868, p. 37.

[69] GONÇALVES, A. Ribeiro — *A Independencia Nacional e a Iberia*, Lisboa, Typographia da rua da Vinha, 1868, p. 5-6. Este opúsculo foi bem recebido pela imprensa gerando comentários unanimemente positivos. Veja-se, por exemplo, *O Amigo do Povo*, Lisboa, nº 1, 23 de Novembro de 1868; *O Braz Tisana*, Porto, nº 252, 3 de Novembro de 1868; *O Tribuno Popular*, Coimbra, nº 1332, 11 de Novembro de 1868 (o elogio é feito por Costa Goodolphim); *O Conimbricense*, nº 2219, 31 de Outubro de 1868; *Jornal de Coimbra*, nº 70, 27 de Outubro de 1868.

[70] CAMPOS JUNIOR — *A Iberia. Opusculo Patriotico*, Porto, Imprensa Portugueza, 1868, 31 p.

irrisorios", e insistiu nos perigos que tal ideia podia provocar após a revolução espanhola de 68, alicerçada nos "philosophos utopistas" do despotismo das anexações que usavam a armadilha do sufrágio universal. Por isso pregava a união nacional contra os estratagemas e boatos do iberismo, sendo um dos mais recentes e notáveis a escolha do rei de Portugal para imperador da Ibéria.

Após intervenções várias nas imprensa periódica, o progressista João Gualberto de Barros e Cunha publicou em 1868 dois folhetos que tinham como preocupação central a questão ibérica. Em *Hoje*[71] o soldado do duque de Loulé pôs em destaque a crise nacional que o país então vivia, provocada pela má situação financeira e política, mas também pela desorganização militar, e ainda por cima agravada pela "intriga poderosa" que ameaçava as pequenas nacionalidades, e que no contexto peninsular se materializava nas ambições da Espanha que pretendia realizar a unidade ibérica (referência directa ao artigo da *Época* sobre a invasão), coadjuvada por "agentes activos" em Portugal. Neste cenário, defendia a aliança inglesa que ainda trazia alguns proventos económicos, e refutava liminarmente as ofertas espanholas e francesas. Para obviar a bancarrota politico-financeira e consequente submissão à Ibéria, advogava duas medidas fundamentais: a racionalização tributária que permitiria a redução do *deficit* e a organização da defesa militar do país.

O sucesso deste opúsculo que vendeu dois mil exemplares em quinze dias terá inspirado a sua versão inglesa, publicada em Londres[72]. No prefácio desta edição o autor lembrava que entretanto havia ocorrido a revolução de Espanha, acontecimento que parecia prometer um melhor acordo entre as duas nações da Península, se bem que o seu programa fosse ainda desconhecido, e insistia na ideia de que a união ibérica representaria um retrocesso da liberdade a qual se encontrava já "firmemente estabelecida em Portugal"[73].

---

71 Lisboa, Typographia Portugueza, 1868, 23 p. Pelas informaçõe recolhidas no periódico *As Novidades*; este folheto terá conhecido duas edições seguidas, provavelmente ambas em Agosto; informava também este jornal que o autor lhe havia oferecido a edição do folheto para que o produto da venda revertesse para os trabalhadores da empresa (cf. nº 8, 19 de Agosto de 1868).

72 *As Novidades*, Lisboa, nº 89, 20 de Novembro de 1868.

73 *Ibidem*, nº 91, 22 de Novembro de 1868.

Este folheto, como tantos outros, acusava globalmente a Espanha e seu povo de querer realizar a união ibérica a todo o custo, particularmente ressentido pelo artigo há pouco pblicado pela *Época*, de Madrid, que falava da invasão e conquista de Portugal. O tom ofensivo com que se dirigia ao povo vizinho não ficou sem resposta; Frederico Guardon Gallardo, o jornalista espanhol que vivia em Portugal, publicou logo em seguida (em 21 de Agosto de 1868) um protesto-resposta sob o título *Cuestion de Actualidad. Breves consideraciones sobre el folleto Hoje (Hoy) ofensivo á España*[74]. Desagravando a imprensa e o povo espanhóis, Guardon Gallardo afirmava que tais ideias estavam longe de ser defendidas pela totalidade do seu país, rejeitava com indisfarcável amor-próprio ferido algumas asserções de Barros Cunha, e terminava com um sentido apelo à liberdade de Portugal e ao fim da tirania em Espanha[75].

Estes dois textos, o de Barros e Cunha e o de Guardon Gallardo, suscitaram um curioso artigo do *Diário Mercantil*, publicado sob o título *Os Ultimos Folhetos Anti-Ibericos*[76]. Considerando que a *Época* se havia retratado pelo texto que incluíra e que defendia a conquista de Portugal, o folheto português era extemporâneo, tendo respondido "á supposta bravata com declarações acrimoniosas" o que era necessariamente mau para duas nações vizinhas que queriam estreitar a sua amizade. Exceptuando alguns pontos secundários, como a glorificação da história das armas espanholas e a injúria à Inglaterra, o diário do Porto aplaudia a resposta de Gallardo, concordando inteiramente com o seu pensamento principal; o artigo da *Época* não era representativo do sentir da nação, a fusão dos dois povos não era apetecida por nenhum deles, ambos tinham sólidos sentimentos de nacionalidade. As últimas palavras deste artigo pediam aos

---

74 *Cuestion de Actualidad. Breves consideraciones sobre el folleto Hoje (Hoy) ofensivo á España*, Lisboa, Librería Central Aurea, [1868], 14 p.

75 "Yo te saludo y te admiro hermana de mi patria. Te saludo, si, ageno á toda idea que pueda contrariar el justo deseo de tús hijos y solo porque te amo. Y te admiro, porque en Europa, ofrces, á pesar de tú decadencia, noble ejemplo, haciendo que en ti residan las santas instituciones que, entre otras, reclama todo pueblo amante de la libertad y del verdadero progreso. Dios te salve Portugal, suelo hermoso comparable solo á el de mi hermosa Andalucia; Dios te salve y libre á mi amada España del yugo fatal con que la esclavizan tiranos opresores" (Cf. *op. cit.*, p. 14).

76 *Diario Mercantil*, Porto, nº 2589, 8 de Setembro de 1868.

portugueses mais doçura e justiça no julgamento dos vizinhos espanhóis, que apenas se diferenciavam por continuarem a ser vítimas do "mais deploravel e hediondo regimen politico"[77].

Após a revolução setembrina de Espanha, na incerteza do desenrolar dos acontecimentos, Barros e Cunha sentiu-se mais fortalecido nas suas razões e publicou prontamente o folheto *Pontos Negros*[78], cujo título se referia às sombras que pairavam sobre a Europa. Aí reproduziu os artigos que em 1855 publicara no *Português*, contestando as ideias do *Progresso*, e reforçou o programa que anteriormente tinha avançado como forma de prevenção face aos impulsos ibéricos: diminuição da dívida pública, promoção da iniciativa privada e redistribuição fiscal, investimento na defesa militar.

A convulsão política do país vizinho também preocupava seriamente José Pinheiro de Melo pelo que publicou *A Revolução de Hespanha e a Questão Iberica*, onde aconselhava a congregação de todos os elementos de resistência, para mais uma vez se mostrar ao mundo que "Portugal quer ser livre e independente, e repelle com todas as suas forças quaesquer idéas de annexação"[79].

Para o militar José Paulino de Sá Carneiro o melhor meio de defesa da autonomia e do território passava pelo armamento, principalmente quando as alianças não eram já garantias seguras. Defendeu esta posição na imprensa periódica (*Jornal do Comércio*[80] e *As Novidades*[81]) e no folheto *Ao Patriotismo do Povo*, onde preconizava o recurso a uma subscrição nacional para armamento,

---

77 Ibidem. Refira-se que *As Novidades*, jornal apoiante de Barros e Cunha, transcreveu o artigo do jornal do Porto (Cf. nº 33 e 34, de 16 e 17 de Setembro de 1868).

78 Lisboa, Typographia Portugueza, 1868, 38 p.

79 MELLO, José Pinheiro — *A Revolução de Hespanha e a Questão Iberica. Considerações a proposito*, Lisboa, Editor, J. V. Duarte Ferreira, 1868, p. 14. Refira-se que a listagem de obras sobre a Ibéria do D. B. P. diz que este folheto foi publicado pela Tipografia Universal (vol. 10, p. 39, nº 35), mas os exemplares que consultámos quer na B. L., quer na B.P.M.P., apresentavam o editor acima mencionado. Este opúsculo foi elogiado pelo *Braz Tisana* que dizia ter sido escrito à luz de princípios verdadeiramente liberais (cf. nº 242, 22 de Outubro de 1868); o *Jornal de Setubal* apresentou-o como um "verdadeiro grito de liberdade" (cf. nº 104, 18 de Outubro de 1868); e o *Conimbricense* disse que este folheto "essencialmente democratico", tinha causado "certa impressão no paiz" (cf. nº 2215, 17 de Outubro de 1868).

80 Sob o título *Considerações militares*, (Cf. nº 4233, 4 de Dezembro de 1867).

81 Sob o título *A Defensa de Portugal* (saiu em 25 edições não consecutivas, entre o nº 39, de 23 de Setembro de 1868 e o nº 90, de 21 de Novembro de 1868).

especificando as necessidades concretas do país bem como o orçamento respectivo[82].

Saliente-se que esta preocupação relativa à defesa militar do país era nítida desde há algum tempo. Além das múltiplas contribuições da imprensa periódica que teorizavam sobre o assunto ou comentavam as realizações do governo na matéria, refiram-se os *Elementos de Arte Militar* de Luís da Câmara Leme publicados em 1862 com um juízo crítico de Latino Coelho[83]; também de Câmara Leme, *Considerações geraes ácerca da Reorganisação Militar de Portugal*[84]; *Memoria sobre as Fortificações de Lisboa* do Marquês de Sá da Bandeira[85]; *Os Campos de Manobras e suas principaes relações com a Organisação dos Exercitos*, da autoria do barão de Albufeira e também precedidos de um juízo crítico de Latino Coelho[86]; *Estudos sobre a Defeza do Paiz*, de

---

82 CARNEIRO, J. P. de Sá — *Ao Patriotismo do Povo*, Lisboa, Typographia Portugueza, 1868, 12 p. Este folheto foi noticiado e elogiado em vários periódicos, por exemplo no *Braz Tisana* (nº 213, 18 de Setembro de 1868) e nas *Novidades* (nº 33, 16 de Setembro de 1869).

83 LEME, Luiz da Camara — *Elementos da arte militar. 1ª Parte*, Lisboa, Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza, 1862, XX+184 p. Na *Gazeta de Portugal* saiu um artigo anónimo e encomiástico sobre esta obra (Cf. nº 392, de 8 de Março de 1864) e no ano seguinte também Osório de Vasconcelos publicou vários artigos de análise a esta obra que conheceu uma 2ª edição, revista e aumentada, publicada pela Imprensa Nacional, 2 tomos, 1874 e 1879, 386 p.+499 p.

84 Lisboa, Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1868, 61 p. O D. B. P. confunde as duas obras de Câmara Leme e diz que este é que tem o prólogo de Latino Coelho (Cf. vol. 10, p. 47, nº 36). Este estudo defende no 1º capítulo que a autonomia das nações se firma numa eficaz organização dos seus exércitos, e que não havia amor à pátria que suprisse a função de uma força militar organizada. Os dezoito capítulos seguintes consistem numa proposta de reorganização das estruturas militares portuguesas, em que ressaltam pontos como a alteração do recrutamento, a manutenção das reservas e a milícia nacional.

85 Lisboa, Imprensa Nacional, 1866, 113 p. Trata-se do estudo publicado no *Jornal do Comércio*, em 7 de Julho de 1866. Além das notas sobre o plano de defesa da capital (p. 1-9), este folheto contém ainda as considerações de Sá da Bandeira sobre as fragilidades oferecidas pela linha de leste a um exército invasor que, partindo de Espanha, se dirigisse a Lisboa, e as suas teorias sobre a necessidade fortificação de certos pontos ao longo da via, bem como de alterar a largura das vias férreas para que comboios espanhóis não pudessem utilizar a linha portuguesa, a exemplo do que os espanhóis haviam feito em relação aos comboios franceses.

86 *Os Campos de Manobras e suas principaes relações com a Organisação dos Exercitos. Estudos precedidos de um Juizo critico pelo sr. J. M. Latino Coelho*, Lisboa, Typ. da Rua do Paço do Bemformoso, 1867, X+258 p. Este trabalho pretendia justificar a instauração do campo de manobras de Tancos em laboração desde o Outono de 1866, e que tanta polémica tinham gerado, já que os seus críticos insistiam que as suas realizações não justicavam as altas

Alberto Osório de Vasconcelos[87]; *Memoria sobre a Organisação da Defesa Nacional*, do tenente de infantaria Luís Pinto de Mesquita Carvalho[88]; e, mais tardiamente, da autoria do alferes Joaquim Emídio Xavier Machado, *Breve Noticia de Portugal sob o ponto de vista geographico e militar*[89]. Entre 1867 e 1868 o *Jornal do Exército* publicou uma série de artigos sobre a defesa do país, bem como vários outros que abordavam o tema da reorganização do exército espanhol, além de se preocupar com o assunto da independência nacional relativamente à questão ibérica[90].

O opúsculo de José Dionísio de Melo e Faro, *Forças Defensivas de Portugal. Hoje e Ámanhã*[91], realçou com toda a acuidade os problemas fundamentais do país; por um lado não desprezava as ameaças implícitas e mesmo explícitas da imprensa espanhola (principalmente do recente artigo da *Época*) e da política de Napoleão III, se bem que não acreditasse numa invasão por parte

---

despesas que acarretavam. Latino Coelho chamava a atenção no seu prólogo que já que o desarmamento era inexequível dada a constituição internacional da Europa, as pequenas nações tinham que compensar as suas carências com a perfeição do noviciado militar, pelo que esses grandes ginásios militares que Portugal já tinha utilizado no século anterior eram necessários para a nação se preparar para a guerra durante a paz.

87 Lisboa, Typ. Universal, 1869, 94 p. Trata-se da compilação dos artigos saídos no *Jornal do Comércio* sob o título *Armamento e defensão do paiz*, agora revistos, dando maior relevância à questão da fortificação e menos à do armamento. Parecia ao autor que, numa época incerta para as pequenas nações que se debatiam com as ambições de arredondamento à sucapa das nações fortes, a sua prioridade deveria ir para os esforços de fortificação.

88 Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1870, 74 p. Face aos últimos acontecimento europeus e à própria história recente de Portugal, o autor, que já em 1867 tinha escrito sobre *O Exercito e o Campo de Manobras*, advogava que a organização da defesa era um imperativo nacional.

89 *Breve Noticia de Portugal sob o ponto de vista geographico e militar*, Lisboa, Typ. Universal, 1880, 49 p. O autor criticava o país por descurar as suas forças militares, "principal fundamento da sua autonomia", lembrava que a organização espanhola de 1877 aumentara a sua força bélica da qual Portugal devia sempre temer, e completava o seu estudo com a apresentação de uma estratégia ofensiva e defensiva considerando a hipótese de uma invasão de Portugal pelas fronteiras terrestres.

90 *Jornal do Exercito*, Lisboa, 1867-1868.

91 Lisboa, Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1868, 82 p. Considerando-o um folheto "rico de considerações", o *Diario Mercantil* transcreveu-o em três das suas edições (números 2615, 2617 e 2621, de 8, 10 e 15 de Outubro de 1868). O *Jornal de Setubal* defendeu que este folheto merecia a atenção dos poderes públicos porque retratava as circunstâncias do tempo, quer quanto à atitude que o país devia tomar, quer no que se referia à essência da questão ibérica (cf. nº 104, 18 de Outubro de 1868). O *Jornal de Coimbra* (nº 65, 10 de Outubro de 1868) e o *Commercio do Porto* (nº 254, 1 de Novembro de 1868) também o apresentaram em termos elogiosos.

de Espanha e, por outro, considerava que a organização da defesa e o armamento do país eram a melhor via de tranquilizar a nação, de lhe permitir viver em paz, mas pronta para a guerra. Daí apresentar uma dúzia de capítulos com avaliações, soluções e reformas objectivas para a totalidades das estruturas militares portuguesas.

Assumindo-se como porta-voz das "vozes da nação (...) mil vezes repetidas por toda a parte", António Gomes da Silva Sanches escreveu *Portugal e a Iberia*[92] onde interpelava todos os ministros, solicitando soluções profiláticas do iberismo. Ao titular da pasta do Reino pedia descentralização, liberdade municipal e reforma da instrução pública; ao da Fazenda pedia boa gestão financeira e economias; ao das Obras Públicas solicitava melhoramentos viários; ao da Justiça pedia que ela fosse acessível a todas as classes e subordinação da organização eclesiástica à administrativa; ao da Marinha pedia a salvação das colónias; ao dos Estrangeiros pedia a promoção e protecção dos cônsules; e ao da Guerra pedia, enfim, o armamento nacional. Estas reivindicações revelam o quanto, sobretudo a partir da década de sessenta, a questão ibérica se tornou um catalisador da luta politico-partidária, um agente de reflexão crítica sobre a condução e gestão da vida pública nacional. Defendendo que a ciência e a história condenavam a união ibérica, Silva Sanches pretendia provar que para os portugueses a Ibéria era sinónimo de infâmia, pese embora alguns sinais isolados, como as recentes proclamações ibéricas afixadas em algumas ruas de Lisboa, mostrassem que alguns "Iscariotes", sob a capa do anonimato, trabalhavam ainda em prol dessa ideia:

"Ninguem ha ahi tão infame que viesse dizer o seu nome, e apresentar-se como auctor d'essas proclamações ibericas, que para logo foram dissolvidas nos ourinoes de Lisboa"[93].

O *Almanach Patriotico e Anti-Iberico para 1869*, fundamentalmente constituído por textos de evocação histórica, na

---

92 *Portugal e a Iberia*, Coimbra, Typographia do Tribuno Popular, 1868, 15 p. Este folheto foi particularmente bem recebido na imprensa coimbrã; o *Jornal de Coimbra* referiu-se-lhe em termos muito elogiosos (Cf. nº 66, 13 de Outubro de 1868), e o *Paiz* registou que um grande número de exemplares deste opúsculo do jovem estudante do 1º ano jurídico foi distribuído nos festejos do 1º de Dezembro de Arganil, logo após a execução de vários hinos patrióticos pela filarmónica e de se darem vivas ao rei e à indepndência nacional (Cf. nº 276, 11 de Dezembro de 1868).

93 *Ibidem*, p. 4.

sua maioria escritos por Eduardo Coelho, foi outro exemplo do labor editorial que então se promoveu para fazer frente à mensagem ibérica[94]. Na década seguinte desempenharam as mesmas funções o *Almanach da Independencia Nacional*[95] e o *Almanach Patriotico*[96].

A multiplicação de escritos anti-ibéricos dados à estampa em 1868 levou *O Aristarco Portuguez. Revista de Critica Litteraria* desse ano a consagrar um dos seus capítulos aos *Pamphletarios Iberistas*[97]. Como explicava o autor, optou por esse nome pelo assunto tratado nesses folhetos e não pelas suas opiniões, já que todos repeliam, mais ou menos vivamente, a ideia de união ibérica. Declarava ainda que não pensava que a união fosse uma consequência fatal da democracia espanhola; a difusão das luzes liberais era um bem em qualquer ponto do mundo, pelo que os jornalistas e escritores portugueses não deveriam ver na propagação dos princípios democráticos no país vizinho o gérmem de uma próxima invasão do território.

Em 1869 a campanha anti-ibérica prosseguiu, ora republicando textos de um passado recente, ora produzindo outros que reflectiam as indignações do presente. O Visconde de Fonte Arcada, considerando que nesse ano se pretendiam "renovar os acontecimentos de 1580", achou por bem relembrar os seus

---

94 *Almanach Patriotico e Anti-Iberico para 1869 illustrado com seis gravuras symbolicas*, Lisboa, Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1868, 32 p. Os textos apoiam-se em figuras que representam personagens e episódios conotados com a autonomia portuguesa, Viriato, O milagre de Ourique, D. JoãoI, o Condestável, o Cardela Rei e D. João IV. Os textos são pequenos e de uma grande simplicidade, cmo convém a um almanaque que se destina à leitura de um público alargado e pouco preparado.

95 *Almanach da Independencia Nacional*, Lisboa, Typ. Editora de Mattos Moreira & Comp.ª, 1873, 64 p. É da autoria de Andrade e Almeida e, além de poesias patrióticas, contém textos evcativos das batalhas de Aljubarrota e Bussaco, e da revolução de 1640. Praticamente com os mesmos textos o autor publicou outro folheto sob o título *Quadros da Independencia Nacional*, saído no mesmo ano, pela mesma editora e com igual número de páginas.

96 *Almanach Patriotico para 1877*, Ajuda, Tip. Belenense, 1876, 126 p. Era da autoria de Luís Paulino Borges que aí republicou a sua poesia *Um Brado Patriotico*, contendo ainda um texto intitulado *Coisas Ibericas*, extraído de *A minha Carteira de jornalista* de Eduardo Coelho (Cf. *op. cit.*, p. 122-126).

97 *O Aristarco Portuguez. Revista de Critica Litteraria*, Coimbra, Imp. da Universidade, 1868, p. 91-102. As poesias *Pátria contra Ibéria* e *Ecos de Aljubarrota*, de Eugénio de Castilho e Guilherme Braga, respectivamente, também publicadas em 1868, eram igualmente recenseadas neste trabalho (Cf. p. 155-156 e 161-165).

discursos sobre o assunto proferidos na Câmara dos Pares, em 1863 e 1869, bem como poemas que havia escrito em 1862 e 1864[98].

Também Ricardo Guimarães republicou o seu artigo de Janeiro de 1866 então divulgado no *Jornal de Lisboa*[99], no *Portugês*[100], e no *Diário Mercantil*, do Porto[101], o qual avaliava a recente revolução espanhola, acrescentando-lhe outro texto escrito em Dezembro de 1869 que se ocupava novamente da situação de Espanha, do desenrolar dos acontecimentos após a revolução anti-bourbónica de 68. A opção do futuro visconde de Benalcanfor era então clara; desejava para Espanha, com quem Portugal estava ligado pela "mais completa solidariedade de interesses", a monarquia representativa que encarava como "a coroação da ultima empreza revolucionaria de Hespanha"[102]. O partido republicano não dava garantias já que se encontrava dividido em unitários, federalistas e socialistas, além de que qualquer experiência republicana, a seu ver pouco provável, não seria duradoura porque não se coadunava com a tradição e educação políticas dos peninsulares, vindo com toda a certez a degenerar "n'uma d'aquellas democracias inquietas e pouco prosperas de que abundam as republicas da America hespanhola"[103].

Crente no princípio de que "das falsas republicas e das democracias mentirosas não podem brotar nunca senão fructos envenenados"[104], Ricardo Guimarães exprimiu os seus receios relativamente à fórmula democrática ou federal que lhe parecia a mais "intempestiva, temeraria e funesta"[105], enquanto que a monarquia constitucional seria sinónimo de ordem e liberdade.

Após se ter esgotado o número da *Autonomia Portuguesa* em que publicara a sua carta-protesto à epístola de Emílio Castelar dirigida aos portugueses e publicada no *Jornal do Comércio*

---

98 *Vozes Leaes ao Povo Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1869, 47 p. A *Autonomia Portuguesa* referiu-se elogiosamnete a este folheto (Cf. nº 26, de 21 de Agosto de 1869).

99 *Jornal de Lisboa*, nº 471, 25 de Janeiro de 1866

100 *O Portuguez*, Lisboa, nº 4715, 27 de Janeiro de 1866.

101 *Diario Mercantil*, Porto, nº 1812, 31 de Janeiro de 1866.

102 GUIMARÃES, Ricardo — *Duas Palavras sobre a Hespanha*, Lisboa, Lallemant Frères Typ., 1869, p. 35.

103 IDEM, *Ibidem*, p. 36.

104 IDEM, *Ibidem*.

105 IDEM, *Ibidem*, p. 41.

propondo a república federal ibérica, Bernardino José de Sena Freitas Júnior resolveu imprimir esse texto separadamente. Aí defendeu a compatibilidade entre a monarquia ilustrada e a soberania do povo, e a firme vontade dos portugueses em preservar a sua autonomia e independência, leis e rei, língua e costumes. Sena Freitas admitia a conveniência do estreitamento de relações de ambos os países pelo comércio e comunicações, mas "esquecendo-se completamente a idéa de federação sob qualquer regimen que seja; pois que só o respeito mutuo pela independencia de cada um dos povos irmãos, póde conjurar odios e receios, que difficultam os melhoramentos de que ambos carecem no estado difficil da sua administração"[106].

Querendo participar na "cruzada patriotica e anti-iberica", o editor Lauro de Almeida promoveu a publicação de um curioso folheto que apresentou como um livrinho do povo e ao seviço do povo. Embora tenha saído sem nome de autor, foi atribuído a Adriano Gaspar Coelho, jornalista do *Diário de Notícias*, e apareceu com o título *Surge, Luzitania. Verso e Reverso. Protesto solemnissimo contra a União Iberica. Breve esboço sobre o estado do paiz. Conselhos ao povo e ao governo*[107]. Na primeira parte, o autor expunha a aversão nacional às ideias ibéricas corporizadas no repúdio uníssono da imprensa periódica, nas manifestações nacionais do 1° de Dezembro, na rejeição dos gritos e proclamações ibéricas recentemente espalhados por Lisboa, na recusa à insistência da imprensa estrangeira em colocar D. Fernando no trono de Espanha, no anátema aos apóstolos dessas doutrinas, "homens assalariados, venaes propagadores de imaginarias vantagens" que com uma mão recebiam o ouro miserável e com a outra levantavam o cartaz que anunciava a venda da nacionalidade portuguesa[108]. Mas o "reverso" da questão passava pela própria crise nacional que,

---

106 *A Republica Iberica. Carta-Protesto á Carta dirigida aos Portuguezes pelo Tribuno Hespanhol Emilio Castelar*, Lisboa, Typ. Lusitana, 1869, p. 15. Além da *Autonomia Portuguesa*, este texto foi muito divulgado em periódicos nacionais; refira-se, por exemplo, *O Bracarense* (n° 1732, de 12 de Agosto de 1869) e *A Nação* (n° 6470, de 23 de Agosto de 1869).

107 *Surge, Luzitania. Verso e Reverso. Protesto solemnissimo contra a União Iberica. Breve esboço sobre o estado do paiz. Conselhos ao povo e ao governo* Lisboa, Typographia Portugueza, 1869, 30 p. O periódico portuense *1° de Janeiro* elogiou este opúsculo e transcreveu algumas das suas passagens (cf. n° 31 e n° 34, de 14 e 18 de Fevereiro de 1869, respectivamente).

108 *Ibidem*, p. 10.

essa sim, poderia entregar Portugal aos seus inimigos. Por isso, urgia solucionar os mais graves problemas do país como a dívida fluctuante, o *deficit* monstruoso, a centralização, a desigualdade dos impostos, as deficiências das forças armadas, o abatimento das colónias, a indústria morta, o comércio definhado, a agricultura esquecida, o crédito esgotado, a miséria, enfim, de vastas franjas da população.

A um folheto legitimista distribuído na ilha Terceira sob o título *D. Miguel II* que previa o afundamento do país pela acção da bancarrota e da união ibérica, respondeu Teotónio Simão Paim de Ornelas Bruges com outro folheto: *Aqui Não*[109]. Na sua opinião o país não naufragaria em tais escolhos até porque, se bem que novamente agitada, a união ibérica continuava a encontrar o obstáculo fundamental à sua realização — a resistência da nação:

"Tudo tem o seu tempo. A união iberica entrou agora na sua fase mais brilhante; discute-se com um certo entono a maneira de nos fazer delicadamete hespanhoes: — amanhãa passa de moda, e a idea cahirá no reino da utopia, aonde só pode fazer fortuna.

Deus a leve com bem, que nunca me assustou. Acima das chimeras e das utoias de um punhado de loucos, está o bom senso de um povo verdadeiramente liberal , e isso bastaria para o abrigar de todo o perigo (...). A união iberica pode um dia vir a ser um acontecimento muito natural, indifferente, e talvez necessario; hoje seria uma subversão dos bons principios"[110].

O folheto anónimo *Portugal e Hespanha* solicitava ao governo e à imprensa atitudes para moralização do país, e descreditava as teorias ibéricas reputando-as incompatíveis com os sentimentos nacionais e incapazes de garantirem a independência, manifestando-se a favor da candidatura de Carlos de Bourbon ao trono espanhol[111].

---

109 *Aqui Não. Resposta ao folheto intitulado D. Miguel II*, Angra do Heroismo, 1869, 22 p.

110 *Ibidem*, p. 14.

111 *Portugal e Hespanha. Duas Palavras Energicas sobre Portugal, Estado Financeiro, A imprensa e o Povo, Revolução de Hespanha, Candidatos Propostos, D. Muiguel e Carlos de Burbon. Duas Palavras aos Ibericos*, Lisboa, Typographia do Poço dos Negros, 1869, 14 p. *O Compadre Matheus* foi o periódico que melhor acolheu este folheto: "O *Compadre* d'accordo com a sidéas do auctor do folheto, convida o povo a compral-o que ha-de dar o dinheiro por bem empregado. Entre diversas publicações que ahi tem apparecido sobre o assumpto, é esta uma das que o *Compadre* mais tem gostado,

O opúsculo *Portugal e a sua Autonomia* também abordava a crise politico-económica portuguesa clamando por um governo enérgico, e defendia a manutenção da autonomia de Portugal escorada na tradição histórica e na vontade dos povos. Entre os meios de combate à ruína da nação, a par da necessidade de reformas e da reconciliação partidária, este texto apontava como prioritária uma aliança económica com Espanha:

"Bastará apenas fazer uma alliança intima e sincera com a Hespanha, *estabelecendo desde já a diminuição progressiva das suas reciprocas alfandegas*; tratar da canalisação ds seus rios communs; traçar um systema inteiramente novo de estradas; e executar rames bem dispostos de vias ferreas; para os ligar com a Peninsula inteira como se fosse um só paiz, *não obstante respeitarem e reconhecerem as suas reciprocas separações politicas*"[112].

Em 1870, no rescaldo do conflito franco-prussiano e persistindo ainda a Espanha em encontrar um rei, João Andrade Corvo publicou uma obra sugestivamente intitulada *Perigos*[113], que reflectia sobre o complexo direito a que se chamava princípio das nacionalidades. A Espanha e a questão ibérica ocupavam a parte mais substancial do estudo, já que retrocedia à revolução de 1854 que considerava percursora da de 1868, fixando-se sobretudo nos acontecimentos subsequentes ao derrube da dinastia bourbónica, e seu cruzamento com o recrudescimento da ideia ibérica, que reputava uma das causas responsáveis pelo agravamento da crise espanhola. A ditadura de Saldanha era aí referida sob o eloquente comentário "as datas falam", e os argumentos a favor da Ibéria contrariados. A tese fundamental da exposição radicava no pensamento de que a união ibérica representaria para Portugal a perda da independência. Compreende-se assim o apelo à paz e à prosperidade, lembrando Andrade Corvo que a teoria das raças

---

e por isso a recommenda; custa apenas 60 réis cada folheto" (cf. nº 3, Março de 1869).

112 *Portugal e a sua Autonomia. Echo Glorioso e a Voz da Razão por um Liberal Imparcial. Recordações historicas de Portugal. Seu estado politico actual em relação ás outras nações. Sua decdência moral pelos erros commettidos pelas differentes parcialidades liberaes. Qual o remedio efficaz seria preciso para recuperer o credito nacional. Maneira de assegurar a Portugal a sua independência*, Lisboa, Typ. de Coelho & Irmão, 1870, p. 24.

113 *Perigos*. Lisboa, Typ. Universal, 1870, 162 p.

aplicada à formação dos impérios era uma fantasia perigosa, e sublinhando que o interesse da Europa residia na manutenção dos pequenos estados.

Ao longo da década de setenta foram ainda publicados alguns folhetos e obras várias que contestavam as ideias ibéricas, mas o seu decréscimo é evidente.

A Civilisação do Seculo XIX por um anti-iberico vituperava os grandes transtornos ocorridos na Europa, nomeadamente em Paris e em Espanha, considerando-os efeitos perniciosos da anarquia republicana, contrapondo-lhes a moral e a religião como princípios fundamentais da civilização[114].

Gualdino Botelho compilou os seus artigos publicados na *Tribuna* entre Agosto e Setembro de 1875, sob o título *Duas Palavras sobre Estado Geral da Europa*, dando particular ênfase à situação de anarquia e selvajaria da Espanha. As suas páginas finais repudiavam qualquer forma de união ibérica, a federativa também porque só aceitável quando toda a Europa estivesse constituída em fedração, considerando-a contrária aos interesses peninsulares, mas também europeus, nomeadamente da Inglaterra, da Rússia e da França[115].

A problemática ibérica ressurgiu em 1876-1877 por efeito das reacções ao livro de Fernández de los Rios, *Mi Mision en Portugal*, que se seguiu à sua expulsão de Portugal. Antes da publicação da obra, contudo, já um folheto combatia a carta dirigida a vários jornais portugueses por aquele diplomata espanhol que, contra a opinião generalizada da imprensa portuguesa, quis dizer que a sua actividade desempenhada em Lisboa entre 1869 e 1874 estivera sempre alheia à propaganda ibérica. Sob o título *Reflexões á carta do sr. D. Angel Fernandez de los Rios*[116], este folheto repassava todas as acções em prol da união ibérica que lhe eram imputadas, desde a sua nomeação por Prim em 1869, e mesmo anteriormente a essa data, na sua condição de director do periódico *Las Novedades* e outros.

---

114 *A Civilisação do Seculo XIX por um anti-iberico*, Lisboa, Typ. Lisbonense, 1874, 8 p.

115 BOTELHO, Gualdino — *Duas Palavras sobre Estado Geral da Europa*, Lisboa, Imprensa J. G. de Sousa Neves, 1876, 23 p.

116 Lisboa, Lallemant Frères, 1876, 23 p.

A razão de todo o escândalo relativamente aos escritos do diplomata espanhol residia no facto de algumas das suas declarações pretenderem comprometer personagens e partidos políticos portugueses, além de contestar a independência de Portugal com base em pressupostos de ordem geográfica, linguística, etnográfica e histórica. Daí a reacção, quase em cadeia.

O artigo de Júlio de Vilhena publicado na *Revista de Lisboa* contrariava exactamente as suas asserções; por um lado, o livro comprovava que quer a família real quer os políticos, tudo tinham feito para evitar que a coroa de Espanha fosse colocada num príncipe português, por outro, os pressupostos científicos de Fernandez de los Rios estavam ultrapassados, principalmente na área da etnografia, pelo que o autor ignorou que a alma do povo, manifestada nas mais diversas formas de vida superior (arte, literatura, etc.), era superior à vontade dos estadistas[117].

O opúsculo *A União Iberica e a candidatura d'El-Rei D. Fernando. Resposta ao livro do sr. Fernandez de los Rios Mi Mision en Portugal*[118] resultou da compilação de quatro artigos que refutavam a intriga diplomática da autoria de António Rodrigues Sampaio (*Revolução de Setembro*), Manuel Pinheiro Chagas (*Diário da Manhã*), Luciano Cordeiro (*Comércio Português*) e Eduardo Coelho (*Diário de Notícias*).

Num tom talvez mais brando, Luís Augusto Palmeirim também participou desta campanha, publicando *Portugal e seus Detractores. Reflexões a proposito do livro do sr. Fernandez de los Rios, intitulado Mi Mision*[119], obra em jeito de balanço ou historial sobre a questão ibérica das décadas de 50 e 60, que incluía mesmo uma listagem biobibliográfica sobre o tema.

Em 1881, Alfredo Carneiro da Cunha, futuro genro de Eduardo Coelho e então jovem estudante de Direito, publicou um trabalho académico sob o título *Da formação da nacionalidade portugueza e do estabelecimento da fórma monarchica em Portugal*, que partia do pressuposto de Maximin Deloche (*Du Principe des Nationalités*, 1860) que a individualidade de um povo se podia rastrear a partir da vontade declarada por todos os seus orgãos,

---

[117] *Revista de Lisboa*, nº 1, 24 de Junho de 1877, p. 6.

[118] Lisboa, Officina Typographica de J. A. de Mattos, [1877], 199 p.

[119] Lisboa, Typ. da Bibliotheca Universal de Lucas & Filho, 1877, XIII+354 p.

livros, jornais, petições e deliberações das assembleias electivas, para demonstrar as características que distinguiam Portugal da sua vizinha Espanha, e que constituíam a sua individualidade nacional[120]. Na sequência desta análise o autor entrava "no ponto mais importante, qual é o demonstar que Portugal tem por todos os meios manifestado uma natural aversão á chamada União Iberica"[121]. Desde os primórdios da monarquia até aos tempos modernos apresentou Alfredo da Cunha recorrentes manifestações de "uma repugnancia inveterada e profunda" a essa ideia, reiterando a impossiblidade da sua realização quer pela via da conquista, quer da união voluntária, persistindo Portugal no seu único fim e objecto, o de ser livre[122].

Neste mesmo ano o capitão Sebastião de Sousa Dantas Baracho publicou o folheto *A Questão Iberica*[123], resultado da compilação de vários artigos do *Diário Ilustrado*, motivado por dois objectivos: repudiar a campanha crescente contra a aliança inglesa (no seguimento das questões coloniais) e denunciar as novas ambições e "estratagemas ardilosos" protagonizados por Espanha, relativamente a Portugal, nomeadamente o reacender do sonho ibérico através da propaganda republicana federal.

A doutrina das repúblicas autónomas confederadas que Frutos Martinez Lumbreras defendera na *Revolucion Peninsular* também soara a uma nova forma de iberismo, como se depreende da crítica polida mas enérgica que lhe consagrou o *Ocidente*[124].

---

120 CUNHA, Alfredo C. da — *Da formação da nacionalidade portugueza e do estabelecimento da fórma monarchica em Portugal.* Dissertação para a cadeira de Direito Civil, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1881, p. 9-16. Sob o ponto de vista das armas e das letras, o autor defendeu que os portugueses seriam talvez superiores aos espanhóis (Cf. *op. cit.*, p. 16).

121 IDEM, *Ibidem*, p. 17.

122 IDEM, *Ibidem*, p. 17-18; 81 e seguintes.

123 Lisboa, Tip. do Diario Ilustrado, 1881, 43 p.

124 "Os nossos visinhos tem mostrado, ha um certo tempo para cá, um desvello, um cuidado por nós e pelo nosso bem estar que deveras nos commove; mas é necessario dizel-o muito claro, não ha em Portugal duas duzias de homens que pensem como elles, e no geral do publico são sempre tidas como pouco sinceras as suas palavras. Sem partilharmos de modo algum as idéas do auctor, respeitamos a sua opinião, acreditando as suas boas intenções e aspirações, e estimaremos que se não repitam as imprudencias de alguns periodistas da nação visinha, que de quando em quando, e com ainda ha pouco, veem alimentar aquelle conceito que o geral dos portuguezes faz dos escriptos hespanhoes a seu respeito" (cf. *O Occidente*, Lisboa, vol. 4, nº 115, 1 de Março de 1882, p. 56).

Através da sua editora, a Empresa Literária Fluminense, António Augusto da Silva Lobo, o autor da *Lanterna*, publicou a compilação de cinco textos escritos no Rio de Janeiro entre Março e Maio de 1893[125], que tinham um objectivo único e fundamental: defender tenazmente a República, mas a República Portuguesa, contra a república espanhola ou federal ibérica, que reputava, na linguagem sugestiva que sempre o caracterizara, um "plano louco ou perfido", "a maior das baixezas, a ultima das ignominias", fraticídio e não fraternidade[126].

Neste mesmo ano saiu a obra de Acácio Rosa, *A Nossa Independencia e o Iberismo*[127], que reflectia alguma preocupação pelo recrudescimento da propaganda ibérica agora agitada por Salmeron e Magalhães Lima. Considerando o iberismo "um crime" e "um escárneo", repudiava a união ibérica, monárquica ou republicana, evocando os resistentes à ideia ibérica de há vinte anos atrás: Tomás Ribeiro, Rebelo da Silva, Teixeira de Vasconcelos, Eduardo Coelho, entre outros.

Além da escrita, o discurso oral terá desempenhado um papel importante de propaganda anti-ibérica, assumindo-se a conferência ou prelecção como uma forma pedagógica e imediata de comunicação com assembleias mais ou menos restritas de cidadãos. Em 8 de Janeiro de 1870, o octagenário Marquês de Resende proferiu no Grémio Recreativo de Lisboa uma prelecção subordinada ao tema *O Iberismo Monarchico e o federalismo republicano*[128]. Embora a crítica mais extensa se dirigisse às revolucionárias doutrinas modernas do republicanismo, federalismo e socialismo, este discurso verberava "o Federalismo Republicano cego, e o Iberismo Monarchico torto"[129].

---

125 *A Republica Federal Iberica. Protesto de A. A. da Silva Lobo*, Lisboa/Rio de Janeiro, Empresa Litteraria Fluminense, s. d., 120 p.

126 *Ibidem*, p. 15 e 29.

127 ROSA, Accacio — *A Nossa Independencia e o Iberismo. Prefacio de Antonio de Serpa Pimentel*, Lisboa, Typ. de F. Silva, s.d. [1893], 310 p.+XL.

128 A. C. L., ms. azul 940.

129 A transcrição integral deste discurso que nunca chegou a ser impresso encontra-se no final do presente capítulo. Refira-se que este sócio da Academia das Ciências e de várias academias estrangeiras já se havia debruçado sobre questões de política europeia, nomeadamente quando traduziu e comentou com algumas notas explicativas o *Discurso de Mr. Thiers, deputado por Paris, na sessão do Corpo legislativo em 3 de Maio de de 1866, sobre as actuaes e importantes questões allemã e italiana*, Lisboa, Imp. Nacional, 1866, 28 p.

Se a maioria da imprensa periódica se preocupou em noticiar e elogiar os folhetos que constestavam as ideias ibéricas, não é menos verdade que se empenhou em criticar os que as defendiam. O folheto *La Fusion Ibérica* de Pio Gullon que em 1861 preconizava a união dos dois reinos sob a coroa de Isabel II, tornou-se um texto paradigmático da má doutrina ibérica, mais visto como proposta de conquista do que anexação e insultuoso para as instituições, história e tradições portuguesas. O *Jornal do Comércio* dedicou-lhe uma análise extensa, considerando que de toda a escola unionista espanhola, Gullon era o mais impolítico e audaz[130]. Complementarmente, os artigos de contestação ao folheto de Pio Gullon intitulados *España y Portugal* que Juan Valera publicara no *Contemporáneo* e depois reproduzidos na *Revista Ibérica*, foram transcritos nas páginas de quase todos os periódicos portugueses.

O folheto de Joaquim José Ribeiro, *A União Iberica ou reflexões sobre a união dos dois povos da península*, provocou um verdadeiro coro de protestos, numa altura que a oposição ao governo de fusão atingia o seu ponto alto.. O *Nacional* liderou esse movimento, publicando um série de oito artigos que contestava as asserções do folheto[131]. Como J J. Ribeiro recusava as acusações de iberismo feitas ao ministério então no poder, o *Nacional* começava o seu ataque por aí, acusando-o de "suspeito de ministerialismo", aproveitando para dizer que só a oposição tinha unanimemente rejeitado o escrito enquanto o jornalismo ministerial tinha emudecido; na óptica do periódico portuense a política do executivo era inequivocamente castelhana e napoleónica, cegamente obediente a Narvaez. Impugnava em seguida os argumentos de Ribeiro, negava as imputações de iberismo que o autor fizera a certos vultos portugueses, acusava-o de defender a perda da autonomia e, acima de tudo, rejeitava a ideia de união ibérica monárquica que o autor propunha. Os artigos do *Nacional* opinavam que esta união monárquica conduziria à ruína, mas admitiam a solução da federação, caso Portugal e Espanha se constuituíssem em repúblicas.

---

130 *Jornal do Commercio*, Lisboa, números 2347, 2350 e 2352 de 1, 4 e 7 de Agosto de 1861, respectivamente.

131 *O Nacional*, Porto, números 266 a 272, e nº 276, entre 27 de Novembro e 8 de Dezembro de 1867.

O próprio Joaquim Ribeiro expressou o seu sentimento de afeição pelo governo em funções na carta que endereçou ao *Jornal de Coimbra* juntamente com o seu folheto, quando passou por aquela cidade; o jovem periódico assumiu-se então liberal e defensor da liberdade de pensamento pelo que publicou a epístola, e afirmou respeitar as ideias exaradas no folheto, mas manifestou-se inteiramente contra a união ibérica aí defendida[132].

A *Sentinela da Liberdade* atacou o escrito dizendo que ele era uma vergonha para Portugal e uma revelação das ideias do governo:

"Um parcial do governo, um amigo declarado e confesso do gabinete publicou um folheto onde as antigas doutrinas ibericas do sr. Cazal Ribeiro eram seguidas com fidelidade. A utilidade da União Iberica, da juncção de Portugal á Hespanha é ahi apregohada com affan"[133].

"Uma alliança que o bom senso reprova, e contra a qual ninguem que tenha sague portuguez nas veias, e zele a autonomia nacional, pode deixar de pugnar" foi o comentário que a Verdade dedicou ao escrito[134].

O *Tribuno Popular* referiu-se ao autor do folheto chamando-lhe "portuguez renegado"[135], e o *Conimbricense* exprimiu-se nestes termos:

"Com geral indignação de todos os verdadeiros portuguezes, acaba de sahir á luz um pamphleto, com o título *União Iberica*, em que o seu auctor o sr. Joaquim José Ribeiro, que nos dizem ser official do nosso exercito, trata de mostrar as vantagens da união de Portugal com a Hespanha!!!!

Quando ha neste reino quem ousa tanto, é da maior conveniencia que todos os patriotas saiam a campo defendendo a nossa autonomia, e protestando contra as pretensões ibericas"[136].

---

132 *Jornal de Coimbra*, nº 8, 24 de Março de 1868, p. 3.

133 *A Sentinella da Liberdade*, Covilhã, nº 232, 15 de Dezembro de 1867. Segundo Silva Pereira tratava-se de um periódico maçónico (cf. *O Jornalismo Portuguez*, Lisboa, Typographia Soares, 1895, p. 102).

134 *A Verdade*, Lisboa, nº 153, 8 de Dezembro de 1867.

135 *O Tribuno Popular*, Coimbra, nº 1235, 7 de Dezembro de 1867.

136 *O Conimbricense*, nº 2124, 3 de Dezembro de 1867, p. 2.

Também o *Conscencioso* publicou um artigo com o título *Iberismo* que considerava o folheto de J. J. Ribeiro "repugnante", alternando o "absurdo" com a "parvoice"[137].

Como seria de esperar, a imprensa legitimista fez deste opúsculo um dos seus muitos pretextos para atacar as ideias liberais e para confirmar que havia um ou mais centros em Portugal onde se trabalhava a favor da união ibérica; a *Nação* vituperou-o por diversas ocasiões[138], e o *Direito* lembrava que esse labor se desenrolava secretamente mas também às claras, como o comprovava o folheto do oficial do exército[139].

O folheto de Albano Coutinho, *Iberismo ou o Paiz e a situação deante dos ultimos acontecimentos de Espanha*, foi criticado em diversos periódicos, nomeadamente na *Revolução de Setembro*[140] e no *Tribuno Popular*, onde S. Rocha publicou uma longa contestação sob o título *Reflexões ás doutrinas ibericas do sr. Albano Coutinho*[141]. Defendendo que a salvação do país estava nos seus próprios recursos e não na juncção com Espanha, e que a fraternidade não era antagónica da autonomia, S. Rocha insistia que as suas ideias eram perfilhadas pela esmagadora maioria dos portugueses; assim, criticava sobretudo as contradições doutrinárias de Coutinho e a sua política ambígua que parecia oscilar entre a monarquia e a república, se bem que repudiando a federação.

O opúsculo de Antero de Quental também provocou alguns comentários de reprovação. Uma correspondência de Lisboa publicada no *País* referia-se-lhe nestes termos: "Publicou o sr. A. de Quental um folheto que defende a união-iberica, mostrando as suas vantagens, concluindo que, nas nossas circunstancias, devemos renegar a nacionalidade. É de sentir que este escriptor adopte tal idêa, que todos nós contrariamos *in totum*"[142].

---

137 *O Conscencioso*, Lisboa, nº 36, 1 de Dezembro de 1867, p. 2.

138 *A Nação*, Lisboa, nº 5956 e nº 5960, de 22 e 27 de Novembro de 1867, respectivamente.

139 *O Direito*, Porto, nº 133 e 139, 23 de Novembro e 7 de Dezembro de 1867, respectivamente.

140 *Revolução de Setembro*, Lisboa, nº 7924, 3 de Novembro de 1868.

141 *O Tribuno Popular*, Coimbra, nº 1342, 16 de Dezembro de 1868, p. 2; nº 1344, 23 de Dezembro de 1868, p. 1-2; nº 1345, 26 de Dezembro de 1868, p. 2; nº 1347, 2 de Janeiro de 1869, p. 1; nº 1349, 9 de Janeiro de 1869, p. 2-3.

142 *O Paiz*, Coimbra, nº 276, 11 de Dezembro de 1868.

O Lusitano também manifestou o seu pesar relativamente a esse texto: "O pamphelеto publicado pelo sr. Anthero de Quental, é um triste documento com que o talentoso mancebo, veio atacar o espirito independente do nosso povo"[143].

O opúsculo de Eusebio de Salazar e Mazarredo que em 1869 defendia a candidatura de D. Fernando ao trono de Espanha, atribuindo-lhe a virtualidade de poder realizar, num futuro próximo, a união ibérica, foi um dos escritos da interinidade mais comentado e difundido na imprensa portuguesa. O *Popular* que seguiu com cuidado a demanda dos espanhóis por um novo rei transcreveu-lhe um excerto, lembrando ao deputado de Breviesca que melhor seria fazer nova escolha pois D. Fernando já havia recusado a proposta[144]. O *1º de Janeiro* também reproduziu longas passagens da *Cuestion Dinástica* para reflectir sobre a situação interna de Portugal. Lembrava este periódico que os portugueses tinham acolhido a ideia de união ibérica quando não estavam satisfeitos com os seus governos, como em 1847-1848 e em 1851, tendo decaído o espírito de simpatia por Espanha na regência de D. Fernando e no reinado de Pedro V. Se bem que D. Luís não tivesse responsabilidades, as dificuldades económicas, financeiras e governativas do país poderiam fazer recrudescer a afeição por Espanha[145]. Quando transcreveu o texto de Mazarredo, o *Jornal do Comércio* opinou que a solução do espanhol não era viável, aproveitando para reiterar a sua convicção numa futura e eventual aproximação dos países ibéricos mas sob a fórmula da república federal[146].

Não sendo considerados suficientes os folhetos e periódicos existentes como forma de veicular o repúdio pela ideia ibérica e produzir uma contra-propaganda eficaz, criaram-se empresas jornalísticas especificamente para esse efeito, dando origem ao aparecimento de jornais anti-ibéricos, que podiam, ou não, levar tal designação no título. De qualquer das formas, os seus nomes eram sempre bastantes sugestivos e esclarecedores quanto aos propósitos que os moviam e mensagem que pretendiam difundir. As datas de

---

143 *O Lusitano*, Lisboa, nº 5, 13 de Dezembro de 1868, p. 3.

144 *O Popular*, Braga, nº 114, 24 de Feveriro de 1869.

145 *O 1º de Janeiro*, Porto, números 33, 34 e 35, de 17 18 e 19 de Fevereiro de 1869.

146 *Jornal do Commercio*, Lisboa, nº 4589, 17 de Fevereiro de 1869.

publicação destas folhas são também um dado a ter em conta já que remetem para os momentos de maior acuidade dos temores ibéricos, isto é, concentram-se visivelmente nos anos 1861-1862 e 1868-1869. A sua origem geográfica também não encerra surpresas, Lisboa e Porto encontram-se à cabeça, havendo um caso cuja publicação se realizou em Coimbra.

Independencia. Periodico Anti-Iberico foi uma folha da capital que não passou do primeiro número, publicado no 1° de Dezembro de 1861[147]. Provavelmente da responsabilidade de Albino António de Andrade e Almeida[148], esta edição comemorava a efeméride patriótica com textos e um poema, fechando-se com um artigo intitulado *Iberismo*, da autoria de J. P. de Melo, que contestava a agressora propaganda ibérica dos jornais de Madrid e do folheto de D. Pio Gullon[149].

O Porto foi a cidade que assistiu à publicação do *1° de Dezembro. Semanario Anti-Iberico*, um periódico que produziu 29 edições entre 14 de Julho de 1861 e 26 de Janeiro de 1862[150]. João António Marques Júnior foi o editor resaponsável deste jornal cuja venda se fez apenas pelo sistema de assinatura. É curioso ressaltar que o célebre Dicionário Jornalístico Português da Academia das

---

147 *Independencia. Periodico Anti-Iberico*, Lisboa, n° 1, 1 de Dezembro de 1861, 4 p. A nota incluída na secção do expediente elucida-nos que esta edição foi feita apressadamente, já que para ser publicada naquela data teve que sair "o mais resumidamente possivel", isto é, com apenas quatro páginas, e os seus responsáveis pretendiam prosseguir a publicação pois indicam que o número seguinte "augmentará o formato", e anunciam os preços das assinaturas por três e seis meses.Refira-se que no início desse ano já se tinha inaugurado no Porto um semanário com o mesmo título, *A Independencia*, de José Lourenço de Sousa (que havia sido proprietário do *Eco Popular*) e que Silva Pereira caracterizou como um periódico republicano (cf. *op. cit.*, p. 91). Esta moda de títulos dos jornais adoptando conceitos ligados à independência tornou-se bastante nítida na década de sessenta. No 1° de Dezembro de 1864 criou-se a *Restauração*, também no Porto, explicando no primeiro número que o seu nome pretendia recordar o grande dia da história nacional. O periódico que continuou o *Português*, durante alguns meses do ano de 1867, e que tal como o seu antecessor foi redigido por João Félix Rodrigues, optou pelo título *Independência Nacional.*

148 D. J. P., A. C. L., ms. 453, p. 4204.

149 *Independencia. Periodico Anti-Iberico*, Lisboa, n° 1, 1 de Dezembro de 1861, p. 3-4. Este texto não era todavia inédito (outra prova da pressa com que a publicação desta edição se realizou), já que havia sido recentemente publicado na revista mensal *Galeria Familiar*, Lisboa, n° 2, Novembro de 1861, p. 1-3.

150 D. J. P., A. C. L., ms. 448, p. 2007. Refira-se que na resenha de 1895 Silva Pereira dá uma informação incorrecta sobre a data do termo do periódico, já que a coloca em Março de 1864 (cf. *O Jornalismo Portuguez...*, p. 91).

Ciências não refere os colaboradores deste periódico que apenas indicava que a lei obrigava: tipografia e editor responsável. Não menos curioso é o facto de Camilo Castelo Branco, que veio a ser um dos seus colaboradores, ter-se referido a este jornal em três momentos diferentes da vida da publicação: pouco antes da estreia, durante a publicação, e depois de ter cessado funções. A primeira vez foi na secção "Revista do Porto" da *Revolução de Setembro*:

"Vae nascer um jornal, chamado o *Primeiro de Dezembro*. É publicação semanal, por cuja duração não se pode aventurar os parabens. Aqui ha muito patriotismo; mas não ha-de ser patriotismo que obrigue o patriota a ler. Todos amamos o berço, a sepultura de nossos paes, a cara independencia; mas se nos obrigarem a ler todas as semanas a apologia destas cousas, antes queremos ser hespanhoes, tartaros ou botocudos"[151].

Logo após a estreia referiu à publicação nestes termos:

"Apareceu o 1° de Dezembro, jornal anti-iberico. Não traz assinados os artigos. Diz-se que o jornal é propriedade de um cavalheiro notavel no exercito, e victima das rasteiras vinganças do Governo actual. O jornal fala das coisas da nossa terra com acrisolada nacionalidade, e diz tudo correctamente e em estylo elevado. Deus nos livre de patriotas sem grammatica"[152].

Nas *Memórias do Cárcere* não só revelou a sua colaboração naquele periódico como emitiu um juízo amargo quanto à sua qualidade e missão por ele desempenhada:

"Tomei parte na redacção do *1° de Dezembro*, jornal anti-ibérico, o qual valeria um Nuno Álvares e um Pinto Ribeiro, se o iberismo não fosse um fantasma, e os apóstolos da nacionalidade uns terroristas, que já escassamente se aturam, de enfadonhos que são no palco. O jornal calou-se há dias, deixando acamadas algumas resmas de mau papel e maus artigos, como pirâmide monumental de seu patriotismo. De crer é que não tenham outro padrão os preclaros heróis de 1640"[153].

---

[151] *A Revolução de Setembro*, Lisboa, n° 5736, 20 de Junho de 1861.

[152] *Ibidem*, n° 5765, 27 de Julho de 1861.

[153] *Obras Completas de Camilo Castelo Branco*, vol. 11, Porto, Lello & Irmão — Editores, 1990, p. 610. Na participação de Camilo na redacção do *1° de Dezembro*, viu Ruben Andresen Leitão "uma grande semelhança com o pensamento de D. Pedro V" (cf. *Três Simbolos de uma Época*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, Ld.ª, 1966, p. 19).

A "visita guiada" de Camilo ao *1º de Dezembro*, apesar de sintéctica, não deixa de ser bastante realista; as suas páginas contêm registos monocórdicos sobre a independência nacional, os seus heróis e a sua história, e a necessidade imperiosa de a manter contra todas as ameaças, pela vontade política e pela organização das armas. Atravessado pela publicação da obra de João Pinto Ribeiro *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal*, o periódico aliava, com esporádicas excepções, algumas crónicas políticas de ressonância anti-ministerial, com longas evocações históricas, a descrição dos preparativos nacionais para a comemoração do 1° de Dezembro e, finalmente, os discursos de circunstância pelo luto real.

A sua própria morte, por asfixia financeira, foi anunciada no último número, recomendando-se em seu ligar o *Clamor Militar*, o qual se empenhava em reservar "uma secção especial para a parte que constitue o principal compromisso do semanario — *O 1º de Dezembro*"[154].

Inicialmente anunciado em prospecto com o nome de *Cisne do Mondego* (2ª série), saiu em 5 de Outubro de 1861 o primeiro número do *Portugal Independente* que se apresentou no subtítulo como um *Jornal Anti-Iberico, Litterario e Noticioso*. Augusto José Gonçalves Fino redigiu este semanário que deixou de publicar-se seis meses depois, em 14 de Março de 1862. Com uma dimensão noticiosa e de interesses locais superior à do seu contemporâneo *1º de Dezembro*, do Porto, este periódico não enveredou pelas longas narrativas históricas, pese embora tenha reproduzido alguns textos daquele semanário portuense, e depois do seu continuador, o *Clamor Militar*, nomeadamente os textos intitulados *Independencia Nacional*. A sua mensagem anti-ibérica passou sobretudo numa série de artigos subordinados ao tema *Hespanha e Portugal*, que logo a partir do 2° número explicavam as razões da impossiblidade da reunião ibérica, argumentando primeiro contra a semelhança que tal processo apresentaria com o da reunificação italiana, e depois contestando longamente as permissas evocadas pela imprensa espanhola e pelo célebre folheto *La Fusion Iberica*, de Pio Gullon.

Em 1865 saiu um prospecto que anunciava a publicação próxima de um novo semanário em Lisboa com o título

---

154 *O 1º de Dezembro*, Porto, nº 29, 26 de Janeiro de 1862, p. 225.

Independência Nacional. O *Democrata*, afecto ao partido progressista, comentou com alguma ironia este novo cometimento contra o iberismo de Albino António de Andrade e Almeida, autor do célebre poema *Brado*, que em 1861 se tornara obrigatório nas páginas dos jornais:

"E é assim que o nosso poeta separando-se das musas mais uma vez, vae embrenhar-se nos aridos desertos do noticiario, da revista jornalistica, das correspondencias, dos estudos sobre o commercio e industria, onde seguramente a alma lhe soffrerá muito; mas tanto pode o amor da patria que o inspira"[155].

Todavia, a empresa não logrou grande êxito, apesar de ter recebido a colaboração de nomes sonantes das letras e do jornalismo, como Tomás Ribeiro, António Teles de Vasconcelos, António de Serpa, António José Viale, Silva Túlio, Luís Filipe Leite, João Carlos Vaz Soares e Caetano da Veiga. A sua publicação foi irregularíssima, tendo-se a 1ª série iniciado em 15 de Maio de 1865 e suspendido logo depois; a 2ª série recomeçou no nº1, em 7 de Outubro de 1868, e interrompeu após a publicação do nº 10, em 5 de Abril de 1869[156].

Com epígrafes de Mendes Leal, Alexandre Herculano e João de Lemos, este periódico estreou-se nas lides da imprensa com o objectivo de combater a Ibéria, embora afirmando que não queria acirrar ódios antigos entre portugueses e espanhóis, antes evangelizar "a harmonia e o respeito mutuos devidos entre visinhos alliados, especialmente para com a nobre Hespanha, a que nos ligam estreitos laços de eguaes perigos e mutuas victorias em epochas de provação"[157].

A série de 1868 foi produzida sob os efeitos de quase terror que a revolução de Espanha infundira em Portugal, afirmando então os seus redactores que os indícios da trama ibérca eram cada vez mais fortes, as tentativas ostensivas de propaganda mais arrojadas,

---

155 *O Democrata*, Lisboa, nº 1, 5 de Janeiro de 1865.

156 D. J. P., A. C. L., ms. 453, p. 4212. Além do mais a colecção é rara, já que apenas a localizámos na Biblioteca Nacional. Refira-se que a cota J. 1686 v. da B. N. inclui além do nº 1, de 15 de Maio de 1865, o nº 115 de 27 de Junho de 1867, mas este incorrectamente já que foi o último número de outro periódico com o mesmo nome, *Independência Nacional*, que foi o continuador do *Português*, redigido por João Félix Rodrigues.

157 *Independencia Nacional. Folha Popular*, Lisboa, nº 1, 15 de Maio de 1865, p. 1.

e as declarações nos jornais estrangeiros cada vez mais positivas e categóricas quanto à formação próxima de um Estado Ibérico[158]. Daí que a *Independência Nacional* tenha insistido, por um lado, na vertente noticiosa que tentava cobrir a evolução dos acontecimentos em Espanha e, por outro, na vertente informativa interna no tocante às publicações anti-ibéricas, às actividades da Comissão 1° de Dezembro, à necessidade de organizar militarmente o país, etc. Os artigos de reflexão teórica estavam também presentes, como de António de Serpa que, sob o título *As nacionalidades*, considerava que a literatura dava a fisionomia a um povo e indivisualizava a sua nacionalidade pelo que, nas revoluções, as ideias iam à frente da espada, concluindo:

"Emquanto houver no mundo o que hoje se chama nacionalidades, e emquanto o patriotismo fôr uma das mais fortes e nobres paixões da humanidade, a nacionalidade portugueza não deixará de existir"[159].

Três anos depois da sua interrupção a *Independência* manifestou ainda a intenção de ressurgir, como anunciou o periódico antidemocrático e anti-republicano *A História*:

"Parece que vae reapparecer o semanario politico anti-iberico *A Independencia Nacional*, o mais barato de todos os semanarios, segundo reza o propsecto que temos prezente.

Aquella publicação promette ser estranha e adversa a contestações e luta partidarias, dedicando-se especialmente á propaganda sincera e radicalmente nacional contra os inimigos da nacionalidade portugueza"[160].

O *Aljubarrota. Jornal Semanal Anti-Iberico dedicado ao Povo Portuguez* foi outro periódico da capital concebido no ambiente de insegurança e temor que a revolução anti-bourbónica suscitou em Portugal, tendo publicado treze números entre 5 de Outubro e 28 de Dezembro. Os seus redactores enviaram o prospecto e o convite a vários literatos portugueses para participarem nesta publicação; a resposta de Mendes Leal, considerada um enérgico protesto e um programa, foi publicada na 1ª página, alertando para a necessidade de união e abnegação de todos os portugueses perante os "diversos

158 *Ibidem*, 2ª série, n° 2, 14 de Outbro de 1868, p. 1.
159 *Ibidem*, 2ª série, n° 5, 18 de Fevereiro de 1869, p. 1.
160 *A Historia*, Lisboa, n° 6, 6 de março de 1872, p. 4.

indicios e graves sucessos" que haviam "despertado os sentimentos patrioticos da nação". Considerando que Portugal não agredia nem ameaçava, antes lembrava e protestava, Mendes Leal exortava à imitação dos antigos exemplos, entendendo que o "severo culto da historia contribue poderosamente para cimentar o verdadeiro amor da patria"[161].

Assim, o *Aljubarrota* consistiu numa publicação essencialmente recheada de trechos da história pátria em que pululavam os actos de patriotismo, as façanhas bélicas, os episódios das crises nacionais e a sua heróica superação. A problemática ibérica dominava os temas da actualidade, ora com considerações sobre o princípio das nacionalidades, ora com análises da revolução e circunstâncias políticas de Espanha, ora ainda com longas exposições sobre o iberismo que se contrariava com argumentos de índole cultural, histórica, linguística, etnográfica, civilizacional, económica, etc.

Pela frequência da sua colaboração, destacaram-se no *Aljubarrota* os nomes de Andrade Ferreira[162], Pinheiro Chagas[163], Alberto Osório de Vasconcelos[164], mas também Correia da Silva, Cunha Belém, Alfredo de Sarmento e Augusto de Castilho.

Entre 15 de Novembro e 13 de Dezembro de 1868 publicaram-se os cinco números do *Lusitano* folha dirigida por A. M.

---

161 *Aljubarrota. Jornal Semanal Anti-Iberico dedicado ao Povo Portuguez*, Lisboa, nº 1, 5 de Outubro de 1868, p. 1.

162 De Andrade Ferreira sublinhem-se as revistas políticas sobre Portugal e Espanha, e as revistas políticas da Europa, as séries de artigos sobre *Casos da vida do condestavel D. Nuno Álvares Pereira* e sobre *Perda e restauração da nossa independencia*, e ainda textos avulsos como *Batalha d'Aljubarrota* (nº 1, 5 de Outubro de 1868, p. 6-8); *Rasões da independencia de Portugal* (nº 2, 12 de Outubro de 1868, p. 1-3); A Hespanha (nº 3, 19 de Outubro de 1868, p. 1), etc.

163 De Pinheiro Chagas saliente-se a série de artigos sobre as *Causas da perda da nossa independencia*, e textos vários como *O iberismo e o principio das nacionalidades* (nº 1, 5 de Outubro de 1868, p. 1-3); *Gil Fernandes* (nº 2, 12 de Outubro de 1868, p. 7-8); *O cêrco de Lisboa* (nº 4, 26 de Outubro de 1868, p. 4-7); *Influencia do dominio dos Philippes na litteratura portugueza* (nº 11, 14 de Dezembro de 1868, p. 3-4).

164 Osório de Vasconcelos partilhou com Carlos Eugénio Correia da Silva a rúbrica *Batalhas dos Portuguezes* e assinou a série de artigos subordinados ao tema *As allianças*. São da sua autoria artigos avulsos como *A Revolução em Hespanha* e *A Guerra* (nº 1, 5 de Outubro de 1868, p. 3); *As grandes nacionalidades* (nº 3, 19 de Outubro de 1868, p. 2-4); *A Iberia* (nº 6, 9 de Novembro de 1868, p. 2-3).

de Almeida que, segundo o seu subtítulo, pretendia ser política, anti-ibérica, noticiosa e literária. A missão que aspirava desempenhar estava taxativamente gravada nas primeiras palavras do seu artigo inaugural:

"A folha que ora entra no dominio do publico com o titulo que acima vae estampado, tem uma missão especial, filha d'uma viva aspiração patriotica. Essa missão pode resumir-se no seguinte: — Combater, com quanta energia possamos, as doutrinas ibericas; repellir toda a idéa da união de Portugal a Hespanha; e defender a autonomia, independencia e liberdade portuguezas"[165].

Lembrava este periódico que os ânimos nacionais se encontravam sobressaltados com as notícias assustadoras que todos os dias lhe chegavam; por um lado, as tramas ibéricas recrudescidas após a revolução setembrina e, por outro, as ameaças de perda das colónias (sobretudo Moçambique e Macau) que reclamavam intervenções enérgicas. Assim, além da promoção dos valores nacionais, aconselhava ao país alerta total relativamente ao desenrolar dos acontecimentos em Espanha, mas também recomendava prudência quanto aos apóstolos internos do iberismo, nomeadamente nas ilhas açoreanas de S. Miguel e Terceira[166].

Da *Autonomia Portugueza* saíram 64 números entre 25 de Maio e 24 de Outubro de 1869; este periódico afecto ao partido regenerador fez "opposição ao gabinete presidido pelo bispo de Viseu e combateu a união iberica"[167]. Luís Waddington foi um dos seus principais redactores[168], mas recebeu colaborações várias, nomeadamente de Mariano Frois, Tomás Ribeiro, Campos Júnior, entre outros.

Considerando que "o melhor de todos os programmas está no titulo do jornal", a *Autonomia* saiu à liça contestando "a tão preconisada superioridade da nação iberica", considerando-a "uma velleidade, uma chimera"[169]. Para esta cruzada convidou alguns nomes sonantes como Tomás Ribeiro que acedeu a participar num

---

165 *O Lusitano*, Lisboa, nº 1, 15 de Novembro de 1868, p. 1.

166 *Ibidem*, nº 5, 13 de Dezembro de 1868, p. 3 e 4.

167 D. J. P., A. C. L., ms. 449, p. 2503.

168 Abandonou a empresa em 15 de Agosto de 1869.

169 *A Autonomia Portugueza*, Lisboa, nº 1, 25 de Maio de 1869, p. 1.

jornal de "programma ante-iberico", escrevendo vários textos que tiveram honras de primeira página[170].

A condução do programa da *Autonomia* pautou-se por três vectores fundamentais: denunciar os pensadores iberistas portugueses que, como Latino Coelho, participavam do executivo; pugnar pela organização militar do país[171]; contestar a doutrina republicana federal e seus apóstolos. Refira-se que este último combate foi particularmente aceso, o que de certa forma comprova o crescendo da propaganda federalista em Portugal no limiar da década de setenta[172]. O orgão da imprensa mais visado foi o *Jornal do Comércio*, considerado "buzina da republica", e os seus jornalistas mimoseados com os epítetos de "hipocritas e oportunistas", "benemeritos da patria", "campeões da republica", "traficantes da imprensa", além de defensores da ibéria[173]. A ira subiu de tom quando esse periódico publicou a carta de Castelar aos portugueses, respondendo-lhe com a carta-protesto de Sena Freitas[174]. Concomitantemente, tentava provar-se que as repúblicas existentes estavam a dar sinais claríssimos de decadência e atonia, e evidenciavam-se "os erros propalados" por Victor Hugo e Castelar, bem como os "males causados á sociedade por ambos elles"[175]. E como a república parecia então muito associada à reunião ibérica, a *Autonomia* respondia.

"Para nós portuguezes a melhor de todas as republicas, a melhor de todas as *Iberias* é o sr. D. Luiz I, como para França, antes e depois de 1830, a monarchia constitucional é a melhor de todas as formas de governo"[176].

---

170 *Ibidem*, nº 2, 29 de Maio de 1869, p. 1; nº 7, 15 de Junho de 1869, p. 1-2; nº 8, 19 de Junho de 1869, p. 1-2.

171 São múltiplos os artigos de militares sobre reestruturação das forças armadas, nomeadamente da autoria de A. Butler, Cunha Salgado, Marques da Costa, Luís Augusto Pimentel, etc.

172 Alguns periódicos associaram ao seu combate contra o republicanismo a luta contra o socialismo. Foi o caso da publicação *O Espectro da Internacional*, que identificou os perigos da ibéria com o avanço das doutrinas socialistas, como se verifica nos artigos *A Iberia* (cf. *O Espectro da Internacional*, Lisboa, nº 1, 1872, p. 13-15), *Traidores ou assassinos?* e *Carlos Ramiro Coutinho* (cf. *ibidem*, nº 2, 1872, p. 3-5 e p. 10-12).

173 *A Autonomia Portugueza*, nº 7, 15 de Junho de 1869, p. 3. Outros periódicos acusados de republicanismo foram ainda o *Patriota* e a *Voz do Minho* (cf. nº 9, 22 de Junho de 1869, p. 2).

174 *Ibidem*, nº 19, 27 de Julho de 1869, p. 2; nº 20, 31 de Julho de 1869, p. 1-2.

175 *Ibidem*, 29 de Maio de 1869, p. 1.

176 *Ibidem*.

Se a ideologia republicana era apresentada como "um sonho de atheus", a monarquia era defendida com garantia de autonomia nacional:

"Se a monarchia sucumbisse Portugal iria figuara no cathalogo das nações extintas e nós, nós os filhos dilectos da patria, envoltos na mortalha da escravidão, nunca mais poderiemos beijar as quinas portuguezas, porque esse mesmo legado havia de consumil-o o vandalismo dos reformadores"[177].

À "republica federativa sob o protectorado de Hespanha" defendida pelos "evangelisadores da ideia nova", contrapunha a *Autonomia* "Monarchia e liberdade"[178]. Daí o elogio sistemático do monarca e da independência nacional, daí as críticas ao periódico espanhol montpensierista *La Opinion Nacional*[179], daí a denúncia do acordo carlista-miguelista para colocar D. Miguel II no trono Ibérico[180], daí, enfim, a identificação redutora de carlistas e republicanos, porque ambos interessados na Ibéria para satisfação das suas doutrinas.

A estratégia atacante, ou mesmo agressiva, da *Autonomia*, era ainda coadjuvada pela exploração do boato indirecto mas ofensivo, e da promoção de ofensas simbólicas que utilizava para espicaçar a indignação nos leitores. Dentro deste grupo refira-se, por exemplo, as noticías (verídicas?) de que alguns jornais espanhóis remetiam a sua correspondência para Portugal colocando na direcção "Provincia de Portugal"; de que no museu de artilharia de Madrid estavam armas portuguesas entre outras das várias províncias de Espanha; ou ainda que os selos para cartas destinadas a Portugal tinham a designação de "estampilhas da provincia"[181].

Os rumores malévolos eram também frequentes. Veja-se, por exemplo, a notícia de um membro do governo de Espanha ter sido procurado por uma conhecida figura portuguesa "propondo-lhe, em nome de certo partido politico, fazer em Portugal a propaganda das idéas ibericas, mediante uma valiosa subvenção dada pelo governo

---

177 *Ibidem*, nº 10, 26 de Junho de 1869, p 1.

178 *Ibidem*, nº 21, 4 de Agosto de 1869, p. 1.

179 *Ibidem*, nº 31, 8 de Setembro de 1869, p. 1; nº 32, 11 de SEtembro de 1869, p. 2.

180 *Ibidem*, nº 42, 29 de Setembro de 1869, p. 1; nº 43, 30 de Setembro de 1869, p. 3.

181 *Ibidem*, nº 9, 22 de Junho de 1869, p. 2.

hespanhol"[182]. Outro boato propalado pela *Autonomia*, sob a inocente epígrafe *Será verdade?*, foi o de um jornal da capital estar ao serviço do partido espanhol que defendia a federação ibérica, indo um dos seus redactores semanalmente a Madrid para receber "santo, sênha e dinheiro"[183].

Na sua resenha dos jornais portugueses, Silva Pereira apresentou o *Sol* como um periódico "anti-iberico"[184]. Ora este periódico que se publicou em Lisboa entre 6 de Janeiro e 4 de Abril, mais não fez do que elogiar a família reinante portuguesa, lembrando o respeito que a nação devia à casa de Bragança porque dela "lhe proveio independencia e liberdade"[185], além de prodigalizar idênticos encómios a Amadeu e à monarquia de sucesso que implantara em Espanha. A estes dois tópicos fundamentais o *Sol* aliou a defesa das colónias e do exército, definido como sustentáculo da nacionalidade. Paralelamente, fez um ataque cerrado ao republicanismo que acusava de demagogia.

O Primeiro de Dezembro foi outro periódico que mereceu de Silva Pereira o epíteto de anti-ibérico, e publicou-se entre 1 de Dezembro de 1878 e 5 de Janeiro do ano seguinte no Porto, e não em Lisboa, como refere no seu estudo[186]. Abreu Gonçalves, Francisco Sousa Pinto e Dias Pereira foram proprietários deste bisemanário que não ultrapassou o 9° fascículo. Quanto à mensagem anti-ibérica não foi além da prolongada comemoração do 1° de Dezembro, através de poesias e artigos evocativos de carácter histórico, que aliás abarcavam outros períodos de grandeza da história pátria, com uma ou outra referência às pretensões ibéricas dos espanhóis[187].

Paralelamente a estes periódicos denominados "anti-ibéricos" outros que não se receberam tal epíteto, desempenharam contudo a

---

182 *Ibidem*, n° 5, 8 de junho de 1869, p. 3.

183 *Ibidem*, n° 31, 8 de Setembro de 1869, p. 4.

184 PEREIRA, A. X. da Silva — *O Jornalismo Portuguez...*, p. 119.

185 *O Sol*, Lisboa, n° 3, 23 de Janeiro de 1871, p. 1. A figura mítica de D. João IV emergia a par e passo, como referência fundamental da história portuguesa.

186 PEREIRA, A. X. da Silva — *O Jornalismo Portuguez...*, p. 145.

187 *O Primeiro de Dezembro*, Porto, n° 1, 1 de Dezembro de 1878, p. 1; n° 4, 12 de Dezembro de 1878, p. 1 e 2; n° 5, 15 de Dezembro de 1878, p. 1; n° 8, 29 de Dezembro de 1878, p. 1. Refira-se que a colecção consultada na B. P. M. P. continha apenas os números 1, 4, 5, 6, 8 e 9. A colecção da B. N. encontra-se ainda mais truncada, incluindo apenas os números 1 e 4, cuja consulta não é facultada devido ao avançado estado de deterioração.

mesma função. Foi o caso de *A América*, publicada entre 1868-1871 que, sobretudo pela pena de Mendes Leal e António de Serpa, reflectiu sobre os falsos argumentos sobre que assentavam as teorias ibéricas. Do primeiro escritor foram publicados textos como *A Questão Iberica*[188], *O 1º de Dezembro de 1868*[189], *A Politica da Independencia*[190], e ainda o extenso estudo *As Duas Peninsulas*[191]. Este erudito ensaio pretendia demonstrar que as condições culturais, políticas, geográficas e históricas que determinaram o êxito da unificação da península italiana não tinham qualquer paralelismo com a situação da Península Ibérica, pelo que era um erro inferir a união ibérica da unificação italiana.

António de Serpa escreveu *As Alliançcas Politicas*[192] e *Monarchia ou Republica em Hespanha?*[193] abordando, à imagem do que fizera para muitas outras publicações, asssuntos do direito moderno e das nacionalidades[194].

Outro periódico que se envolveu com denodo na cruzada anti-ibérica foi o *Diário de Notícias*, fundado em 1865 por Eduardo Coelho, o jornalista com quem se confundiu a própria imagem do jornal. Dessa luta deu conta Alfredo Cunha, anos mais tarde:

"É um exemplo a longa campanha durante anos sustentada nas columnas do Diario, qunaso vieram a lume os planos tendentes a promover a chamada *união iberica*, tão calorosamente advogada pela imprensa hespanhola, e da qual — dizia com acerto Eduardo Coelho — parecia muito particularmente carecer a Hespanha para as suas prosperidades.

---

188 *A America*, Lisboa, nº 8, Agosto de 1868, p. 113-117.

189 *Ibidem*, nº 10, Outubro de 1868, p. 145-147.

190 *Ibidem*, nº 7, Julho de 1869, p. 97-99.

191 *Ibidem*, nº 1, Janeiro de 1871, p. 2-6; nº 2, Fevereiro de 1871, p. 17-21; nº 3, Março de 1871, p. 33-36; nº 4, Abril de 1871, p. 49-52; nº 5, Maio de 1871, p. 65-75; nº 6, Junho de 1871, p. 76-80; nº 7, Julho de 1871, p. 97-100.

192 Ibidem, nº 8, Agosto de 1868, p. 131-134.

193 Ibidem, nº 10, Outubro de 1868, p. 147-149.

194 O assunto ocupou-o depois desta data, publicando em 1881 uma das suas obras mais importantes *Questões de Politica Positiva. Da Nacionalidade e do Governo Representativo*. Quando em1886, Alberto Pimentel encetou uma série de artigos na *Ilustração Portuguesa*, sobre o tema *Das Pequenas Nacionalidades Europeas*, referiu-se ao profundo trabalho de António Serpa sobre a teoria das nacionalidades (cf. *A Illustração Portugueza*, Lisboa, nº 4, 9 de Agosto de 1886, p. 6). O tema será ainda retomado por Abel Andrade no *Instituto*, no ano de 1893, sob o título *Principio das Nacionalidades*.

Causou a muitos estranheza o ardor com que se empenhou nessa lucta, tão acostumados estavam todos á moderação com que emittia as suas opiniões e formulava os seus votos.

(...) Recomeçados os manejos ibericos com a vinda para Lisboa do ministro de Hespanha, D. Angel Fernandez de los Rios, em meiados de 1869, e insistindo-se em entregar a D. Fernando a corôa Hespanhola, Eduardo Coelho outra vez se poz em campo, e tão efficazmente, que se lhe chegou a attribuir em grande parte o rompimento definitivo das negociações"[195].

A atitude vigilante e mobilizadora de Eduardo Coelho transpareceu das suas actividades e escritos, de que falaremos ao longo do trabalho, e de que este excerto é sintomático:

"Sigamos, pois, os passos aos apostolos, aos agentes, aos caudilhos do iberismo. E entretanto vamo-nos preparando para as eventualidades. Se os poderes publicos dormirem, não dormirá o povo. *Não queremos ser ibericos*, é o grito que anda nos labios, no coração e na consciencia delle"[196].

Deve contudo dizer-se que o iberismo foi sobretudo agitado como uma arma política, um arremesso fundamental na luta partidária da conturbada década de sessenta[197]. Os dois principais partidos regenerador e histórico, mas também legitimista, nacional e reformista especularam sobre o tema utilizando-o em proveito próprio e para atacar políticas e personalidades das facções contrárias, acusando-se mutuamente de contribuir para a Ibéria. Os exemplos são inúmeros. Saliente-se, por exemplo, os rios de tinta

---

195 CUNHA, Alfredo da — *Eduardo Coelho. A sua vida e a sua obra. Alguns factos para a historia do jornalismo portuguez contemporaneo*, "Brinde aos Senhores Assignantes do Diario de Noticias em 1891, Lisboa, Typ. Universal, 1891, p. 134 e 136. A sua actividade foi de tal forma intensa no que respeitou a desmobilizar os interesses em torno da candidatura de D. Fernando que o folheto de 1870, *Duas palavras sobre a candidatura de S. M. El-Rei D. Fernando ao throno de Hespanha, por um portuguez*, o acusou de estar ao serviço do duque de Montpensier. A popularidade deste periódico e a sua isenção partidária estão bem patentes nas afirmações daquele folheto: "O *incolor* de Lisboa tinha outra missão, que era a de aterrar o povo portuguez com a a candidatura Fernandista. (...) O effeito mais avassalador era o do jornal *incolor*, porque sendo muito lido pelo povo, este, não sabendo distinguir entre a verdade e a falsidade partidaria, acreditava as balivernias do tal *incolor*" (cf. *op. cit.*, p. 26 e 28).

196 *Diario de Noticias*, Lisboa, nº 1102, 13 de Setembro de 1868.

197 Cf. VÁSQUEZ CUESTA, Pilar — *O Espantalho Ibérico como Arma Política no Portugal do Século XIX*, in "Estética do Romantismo em Portugal", Centro de Estudos do Século XIX do Grémio Literário, Lisboa, Grémio Literário, 1974, p. 39-43.

que fez correr à oposição a circular de Casal Ribeiro, em Junho de 1866, a qual privilegiava a aliança com Espanha; por seu lado, periódicos como *As Novidades* e *Opinião Popular* agitaram em 1868 o caso passado na alfândega com Carlos José Caldeira, e sobretudo exploraram até à exaustão as antigas ideias do ministro Latino Coelho, transcrevendo excertos do seu prólogo à *Ibéria* em edições sucessivas, muitas vezes repetidos, e com destaque especial.

Como explicou José de Arriga, foi a campanha orquestrada sobretudo por regeneradores e históricos e estribada na questão ibérica que provocou a queda do efémero ministério reformista[198].

Nos anos sessenta gerou-se um processo de anatemização do iberismo e seus partidários, assumindo o adjectivo ibérico conotações insultuosas, sendo estigma suficiente a própria suspeição de iberismo. Numa epístola endereçada de Madrid a Latino Coelho, em 18 de Abril de 1874, Emilio Castelar revela a compreensão deste facto:

"Yo quisiera merecer de su amistad permiso para publicar su carta seguida de mi respuesta, pudiendo de antemano asegurarle que nada en esta respuesta habrá de union politica entre España y Portugal que juzgo le comprometeria a los ojos de sus compatriotas"[199].

O nacionalismo tradicionalista pela voz da imprensa legitimista foi outra peça importante deste xadrês complexo de contestação das ideias ibéricas, identificando-as como outra consequência nociva da ordem liberal, mas nem por isso deixou de ser acusado ele próprio de alimentar ambições ibéricas prefiguradas na pessoa de D. Miguel II.

De uma maneira geral a polémica ibérica passou ao lado da imprensa religiosa cujos interesses se centravam sobretudo na formação e informação dos ministros de culto, e no debate de matérias teológicas e dogmáticas.

Entre as excepções a esta regra pode referir-se *O Amigo da Religião*, periódico publicado na capital, ao longo de várias séries, entre 1853 e 1866. Embora só tenhamos tido acesso aos fascículos relativos aos seus últimos oito anos de vida, podemos caracterizá-lo

---

198 ARRIAGA, José d' — *A Politica Conservadora e as Modernas Allianças dos Partidos Politicos Portuguezes. Estudos Historicos*, Lisboa, Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1879, p. 404-408.

199 A. C. L., *Cartas de Emilio Castelar a Latino Coelho*, ms. 1212.

como um verrinoso jornal clerical, fortemente anti-liberal, que em tom apocalíptico verberava contra tudo e contra todos que não alinhavam pelo seu diapasão. Em 1862 acusava a imprensa ministerial de fazer a progaganda do iberismo e da "maçonaria-protestante-mazzinista", e ameçava desmascará-la se perseverasse em atacar o clero português, utilizando para isso uma retórica exaltada e enigmática:

"Sabemos quem são os verdadeiros ibericos, os defensores das annexações; sabemos quem são os fautores da Republica UMA E UNIVERSAL.

Temos em nosso poder os planos da *Alta Venda*: temos exemplares das vossas proclamações maçonicas publicadas ha pouco em Portugal: temos mais, o que agora vos não dizemos; mas que publicaremos se a vossa linguagem contra o Clero portuguez continuar a ser affrontosa, calumniosa, e propria a promover a sua perseguição"[200].

Não menos curiosa e enigmaticamente acusava a ordem liberal de acelerar o processo de incorporação à Espanha através do desenvolvimento do caminho de ferro, já que este seria o responsável por uma "sublevação geral no paiz":

"Fazemos-vos aqui um vacticinio (e permitta Deos, que se não realize): registrae-o, porque pouco tempo vivirá quem o não vir realizado: — *o caminho de ferro ha de, mais tarde ou mais cedo, ser motivo para uma sublevação geral no paiz; e esta sublevação ha de entregar-nos á Hespanha*! — Appelamos para o tempo, e elle mostrará quem são os reaccionarios, e a natureza da reacção, para que trabalham tantos, e taes obreiros!..."[201]

Mas a Espanha não é alvo de qualquer animosidade, não é acusada de quaisquer ambições relativamente a Portugal, antes pelo contrário. É sobretudo vista como uma das nações que melhor convive com o catolicismo, depositária da ciência desde o século IX, e que encontrará a salvação pelo clero. Por isso D. António de Almeida defendeu que seria de um "grande interesse catholico" que ela fizesse parte do Conselho da Europa, fazendo o eclesiástico questão de circunscrever a sua opinião ao foro estritamente religioso:

---

200 *O Amigo da Religião*, Lisboa, 4ª Série, nº 7, 14 de Junho de 1862, p. 1.
201 *Ibidem*, nº 9, 21 de Junho de 1862, p. 1.

"Debaixo do ponto de vista catholico, ajuntamos estas linhas, portuguezas e não ibericas; a Hespanha póde ser grande sem Portugal, e Portugal póde ser grande *mas sem* a Revolução"[202].

Estas ideia são ainda defendidas no artigo *Os Tres Portugaes. Portugal que será*[203], onde o mesmo autor prosseguiu no elogio da íntima relação entre trono e altar que caracterizava a monarquia espanhola, e que condensou na afirmação "a grandeza do povo hespanhol é inseparavel do espirito Catholico que se resume em seus pios Monarchas". Complementarmente, não concebia a transposição para a península ibérica, onde o espírito cristão não se havia ainda dissolvido, do revolucionarismo materialista que na Alemanha e na Itália anexava e desanexava territórios:

"É ridiculo, além de nefando e injusto, o pensar revolucionario da annexação da Hespanha a Portugal! Custa a crer que tal se pense e deseje, e nós, vendo a differença que ha entre os dois reinos, ainda nos parece mais impossivel que uma mente sã cogite assim! Sabemos que a idéa é revolucionaria, que a Revolução a protege, e que tenta repetir os seus enganos n'outra peninsula. Primeiro era a Republica Iberica, agora é a Monarchia Iberica. Os homens religiosos e de solida politica, e são elles os homens da verdadeira ordem, entendem que Portugal póde ser feliz nos seus limites actuaes, e a Hespanha grande sem os ultrapassar; os verdadeiros portuguezes e hespanhoes pensam assim"[204].

Este amor à dinastia reinante é obviamente extensível à imprensa católica espanhola, um dos sectores que nesse país mais se insurgiu contra o iberismo monárquico que pressupunha a hegemonia dos Braganças. Esta propaganda foi particularmente intensa quando do casamento de D. Luís e Maria Pia, sobre o qual construíram inúmeras intrigas, chegando a solicitar o armamento do país. A *Correspondência de Portugal* não deixou de notar essa inquietação:

"Advirta-se porém que em Hespanha só se mostram alarmados os jornaes neo-catholicos, com receio da propaganda liberal e os jornaes dynasticos, que receiam pela dynastia, por que

---

202 *Ibidem*, nº 129, 5 de Setembro de 1863, p. 1-2.
203 *Ibidem*, nº 239, 19 de Outubro de 1864, p. 453-455.
204 *Ibidem*, p. 454.

ao resto dos hespanhoes em geral sorria a idéa da annexação iberica, seja qual for a dynastia e a capital"[205].

Sobre esta matéria, o jornal madrileno *Crónica de Ambos os Mundos* chegou a dizer que o governo português tinha todo o direito de pedir uma satisfação ao governo de Espanha pelos insultos dirigidos pelos seus jornais neo-católicos a Portugal e ao seu monarca, a propósito do casamento real, tendo então sido trocadas algumas notas diplomáticas sobre o assunto[206].

Outra publicação que nos interessa assinalar é a *União Católica*, periódico bracarense sucessor da *Atalaia Católica* (1854) e da *Revista Eclesiástica do Arcebispado de Braga* (1865), e que em 1875 viria a ser substituída pela *Semana Religiosa Bracarense*.

Apesar de ter sido dada à estampa a partir de Julho de 1866, a *União Católica* só após a revolução espanhola de Setembro de 1868 é que começou a trazer para as suas páginas as preocupações que lhe suscitava o crescendo da propaganda ibérica na península e na Europa.

Este semanário religioso, literário e noticioso vituperou na sua secção de *Noticias e Factos Diversos* de 31 de Outubro de 1868, a revolução de Espanha, a qual dizia prosseguir no "seu caminho de crimes, de infamias e das mais revoltantes contradicções entre as palavras e as obras"[207].

É a propósito da perseguição e expulsão dos religiosos que se ergue a ira dos redactores da *União Católica*, que veem no "libertinismo maçonico-revolucionario" a origem da escola dos "revolucionarios *ibericos* e *italianissimos*". Esta ligação da situação peninsular à qestão italiana não é surpreendente; ambos os contextos nacionais agitados pelos ventos revolucionários unificadores constituíam efectiva ameaça ao poder temporal papal. Daí a indignação suscitada pela adesão que a união ibérica colhia junto da imprensa italiana, como o demonstra a transcrição de um excerto de um artigo intitulado *A união iberica*, publicado na *Opinião*, de Florença. Defendia este periódico que se tal união fosse feita sob a égide de um partido forte, reflectiria na Espanha a

---

205 *Correspondencia de Portugal*, Lisboa, nº 12, 13 de Julho de 1862, p. 1.

206 *Diario do Povo*, Portugal e Possessões, Porto, nº 198, 2 de Setembro de 1862, p. 3.

207 *União Catlolica*, Braga, vol. 3, nº 122, 31 de Outubro de 1868, p. 213.

imagem da empresa que a Itália tinha executado, pelo que deveria ter o apoio de todos os italianos:

"A união da Hispanha e de Portugal, seria o terceiro grande acontecimento da epoca presente, destinado talvez a fortificar todos os outros, e nós devemos por isso fazer votos que prevaleça"[208].

O semanário de Braga insistia que a imprensa italiana só se tornara admiradora da revolução espanhola quando viu que ela se poderia tornar útil à causa da franco-maçonaria italiana, contra o Papa e contra a Igreja Católica, isto é, quando se tornaram mais evidentes as ameaças à dinastia bourbónica e a Napoleão III, caso perseverasse na defesa do que restava à soberania temporal do Santo Padre. Depois de Nápoles que se juntara à Itália, da Áustria que rasgara a concordata, e da Espanha minada pela seita democrática revolucionária, a *União Católica* interrogava-se durante quanto tempo mais permaneceria a França em Roma, receando que o concurso de tantas forças subversivas lograssem destruir a obra de Deus, ou seja, o Papado.

Mas as preocupações da *União Católica* não se centraram só no estado supranacional pontifício, a sua análise versou também a situação interna portuguesa, buscando as causas domésticas para o fenómeno que em finais de 1868, na sua óptica mais apoquentava o país, *O Iberismo*[209]. Parecia ao seus redactores que após o empenho da imprensa política, dos partidos, de escritores e jornalistas, o seu periódico não poderia ficar silencioso diante dos perigos reais que ameaçavam a pátria. A sua primeira impressão é de desalento profundo já que nem os exemplos colhidos na história de luta heróica contra as ambições de Castela lhe inspiravam confiança; essas tinham sido épocas de fé e patriotismo, valores estiolados nos tempos modernos de apostasia, degeneração social e abatimento moral. Assim, e fazendo corresponder amor da pátria com amor à religião, este texto defende que só um povo verdadeiramente religioso é um povo forte e unido, inspirado pela fé e pelo patriotismo, fiel a Deus, à pátria e ao rei. Partindo do princípio que as nações que perderam a independência são aquelas que deixaram

---

208 *Ibidem*, p. 214.

209 *Ibidem*, nº 123, 7 de Novembro de 1868, p. 217-218; nº 125, 21 de Novembro de 1868, p. 241-243; nº 127, 5 de Dezembro de 1868, p. 265-266.

esmorecer o sentimento religioso, o texto procura respostas para a questão que formula:

"Se pois o iberismo tem proselitos em Portugal e o numero dos traidores talvez seja maior do que se imagina, qual será a causa de tanta degradação?"[210]

A primeira abordagem ao assunto é através de definição do perfil socio-ético do ibérico, também mimoseado com os epítetos de renegado, traidor e judas. Ele não pertence ao povo, verdadeiro guardião das tradições e crenças antigas, que não se despoja facilmente do seu sentimento de nacionalidade, nem ama a pátria por cálculo ou conveniência política; pertencerá antes ao grupo dos privilegiados, "condes ou marquezes talvez, e a impunidade com que os conspiradores teem sido favorecidos, confirma a verdade de que elles são na realidade *altas personagens*"[211] .

A primeira causa desta vulnerabilidade é a descrença religiosa já que "nenhum portuguez verdadeiramente catholico é capaz de se manchar com a nota de iberico; nenhum é capaz d'essa infamia e vil traição"; além disso, tal como a ambição, "a religião condemna a cobiça como raiz de infinitos crimes e torpezas, e causa dos maiores attentados; e a cobiça é que faz os *ibericos*"[212].

A segunda causa que "influe no iberismo é a funesta divisão dos partidos". Aponta-se aqui a sórdida e extrema especulação política, a angariação de clientelas partidárias que permitiram a emergência do infame partido ibérico, que surgiu alimentado da putrefacção dos partidos existentes.

A terceira grande causa, na óptica deste ensaio, residiria na "incuria dos govenos que tem dirigido o paiz n'estes ultimos trinta annos, e que lenta, mas progressivamente tem debilitado o patriotismo por uma serie de reformas e de leis quasi todas contrarias ao espirito nacional"[213]. Este comentário, que encerrava uma evidente crítica ao regime liberal que instituíra leis antagónicas e mesmo repulsivas ao carácter e conciência nacionais, refere-se sobretudo às reformas de índole religiosa que haviam ferido o povo na sua devoção católica e consequentemente, no seu patriotismo. A diplomacia era agora o esteio dos governos, ficando a

---

210 *Ibidem*, nº 123, p. 218.
211 *Ibidem*, nº 125, p. 241.
212 *Ibidem*, nº 125, p. 241-242.
213 *Ibidem*, nº 127, p. 265.

religião e a independência sujeitas às negociações e cálculos dos estadistas e diplomatas. O redactor defendia que só o "patriotismo christão" poderia inspirar a nação num momento em que em Espanha se proclamava abertamente a união ibérica, concluíndo que os seus temores não eram infundados, já que cada vez era maior o número de "*patriotas* atheos ou impios"[214].

Refira-se que a revolução setembrina espanhola e as suas consequências nefastas em matéria de religião nunca deixaram de preocupar os redactores da União Católica. No artigo *Serão liberaes ou despotas?*[215] a imprensa espanhola é passada em revista, ressaltando-se as suas intenções e mesmo ameaças em relação aos periódicos e sectores católicos. Entre os jornais revolucionários, são apontados pelas suas "declamações *liberaes* e sanguinarias", nove folhas da capital: *Iberia*, *Nación*, *Pueblo*, *Universal*, *Discussion*, *Novedades*, *Diario Español*, *Gil Blas* e *Reforma*. Dos resistentes arautos do catolicismo são referidos dois: *Regeneracion* e *Pensamiento*.

Os revolucionarios hispanhoes[216] é o título de outro artigo colhido na sua quase totalidade de um periódico milanês, *Perseverança*, que faz uma extensa resenha das figuras que lideraram as diferentes sedições e inssurreições espanholas desde 1814 até 1867, com o intuito de patentear "o caracter do presente drama revolucionario e as feições dos seus actores"[217].

Em finais de 1870 a situação espanhola é de novo abordada na secção *Cartas Sociaes Religiosas*[218], assinada por M. M., onde o autor responde a questões que lhe haviam sido colocadas sobre a abdicação de Isabel II e a revolta do marechal Saldanha. Quanto ao primeiro assunto afirma que a situação não se alterará grandemente, e que em tal contexto tanto faz um rei de fábrica constitucional como nenhum rei, pois continuava a imperar aí a ordem revolucionária, e se homens como Serrano e Prim queriam a monarquia é porque ela não passava de uma armadilha. Seguindo sempre a cartilha legitimista, este texto declara mesmo que toda a abdicação contém em si a ideia de subversão da lei de transmissão

---

214 *Ibidem*, nº 127, p. 266.
215 *Ibidem*, nº 124, 14 de Novembro de 1868, p. 229-230.
216 *Ibidem*, nº 133, 10 de Janeiro de 1869, p. 344-345.
217 *Ibidem*, p. 345.
218 *Ibidem*, nº 218, 3 de Setembro de 1870, p. 112-115.

hereditária, pelo que tais realezas fictícias e electivas mais não eram do que presidências da república. Só D. Carlos era pretendente ao trono espanhol por um direito que lhe era próprio e pessoal, pela lei da hereditariedade, e não pela vontade de generais revolucionários.

O tema da revolta de Saldanha é apresentado através das suas representações na imprensa estrangeira, especialmente católica, já que o autor se demite de opinar sobre ele. Assim, segundo o seu ponto de vista, a imprensa francesa, céptica em relação ao constitucionalismo moderno, não se lhe havia mostrado muito favorável, lembrando-se das "ideias liberalescas" de Saldanha e seus partidários. As imprensas alemã, italiana e inglesa teriam hesitado inicialmente, tendo depois parte dela seguido a francesa, e outra parte, vendo que a "imprensa libertina" atacava o duque, manifestou-se de alguma forma a seu favor. Desta forma, alguns campeões do catolicismo como a *Unitá Catolica*, de Roma, além do mais rendida ao fervor católico manifestado pelo marechal na sua última estada nessa cidade, e especialmente o *Ape Iblea*, diário de Palermo, destacaram-se na defesa e encómio da revolução de Saldanha e seu programa de religião, justiça e moralidade. Este último periódico terá mesmo lamentado que alguns jornais católicos se tenham deixado iludir, e sustentou que todos os revolucionários reprovaram o golpe de Saldanha que se terá aliás, destinado a salvar o reino, já que Oldoni, embaixador italiano em Lisboa, juntamente com Prim e Napoleão III, planeavam a união ibérica ameaçando que se o rei português se recusasse a cooperar a Espanha anexaria Portugal. Esta folha de Palermo chegou a afirmar que três homens como Saldanha chegariam para salvar a Europa. O *Vatican*, de Londres, embora mais parco em elogios, também não se mostrara desfavorável ao chefe do gabinete de Lisboa.

Este percurso do redactor da *União Católica* pela imprensa europeia, não deixa de corroborar a imagem interna e externa de Saldanha marcada por profunda ambiguidade e acesa polémica. As conclusões que retira a nível peninsular não lhe são muito consoladoras; quer Espanha, quer Portugal continuavam entregues à revolução, os reis titulares mantinham-se afastados dos seus tronos sem que a Europa se importasse com isso, e os soberanos reinantes acatavam as directrizes de Serrano e Saldanha, pelo que conclui a sua carta com um lamento:

"Não ha outra realeza em toda a peninsula mais que a realesa das seitas revolucionarias. Ellas tudos dirijem: se tem necessidade d'alguns instrumentos *principescos*, tomal-os-hão a seu serviço; e o peor é que as familias reaes fornecem os agentes desta destruição que actualmente se realisa nos Estados do meio-dia da Europa"[219].

Também o *Bem Público. Revista Literária e Eclesiástica* saíu à liça em desagravo das ofensas que alguns periódicos faziam à facção absolutista, acusando-a de conpirar a favor da ibéria. *Tentativas ibericas e tramas absolutistas*[220] é o título do artigo arrebatado daquela revista da capital que repudia as acusações lembrando que o que realmente havia era tramas republicanas, umas com fins unitários, outras com objectivos federalistas, implicando directamente o *Diário Popular* e o *Jornal do Comércio*. Este rebate do *Bem Público* pretendia denunciar a atitude daqueles periódicos como manobra de diversão, "pôr o ramo n'uma parte e vender o vinho em outra", isto é, excitar as desconfianças do povo apresentando-lhe perigos inexistentes, enquanto escamoteavam os perigos reais que preparavam. Lembra assim que a imprensa liberal nunca advertiu o país da junta revolucionária que em 1867 funcionava em Lisboa, "a qual era composta de *patriotas* portuguezes e *patriotas* hespanhoes, e tinha por fim expulsar do throno a D. Isabel II, e proclamar a Iberia, quer com um principe portuguez, quer com a republica"[221]. Este silêncio, que não se podia justificar pela ignorância do facto, só se podia explicar pelas simpatias por esse grupo de "ingratos" espanhóis e "traidores" portugueses. Realçando as fraquezas do regime representativo constitucional, este texto reflecte sobre a utilização do tema ibérico por parte das facções liberais para excitar a propaganda anti-absolutista, devolvendo-lhe o estigma com grande rectroactividade, desde o tempo da própria instauração da ordem liberal.

Quanto à imprensa dedicada às classes industriais, embora não tenha dado extraordinária importância e espaço à questão ibérica, participou também, de uma forma geral, na constestação às doutrinas da união peninsular.

---

219 *Ibidem*, p. 215.

220 *Bem Publico. Revista litteraria e ecclesiastica*, Lisboa, 14ª Série, nº 14, 15 de Outubro de 1870, p. 106-107.

221 *Ibidem*, p. 106.

A Federação, dedicada às classes operárias e publicada em Lisboa entre meados da década de cinquenta e meados da seguinte, comungou da prática então generalizada à imprensa portuguesa de defender a celebração do aniversário do 1° de Dezembro, ora pugnando pelo restabelecimento dessa festa nacional, ora noticiando a formação e desenvolvimento dos trabalhos da comissão com o mesmo nome, ora ainda divulgando algumas das mais conhecidas poesias de índole anti-ibérica.

Em Junho de 1861, A. J. de Oliveira publicou um artigo com o título *A União Iberica*[222], no qual debateu a questão que então a imprensa espanhola empolava, animada pelos auspicioso processo da reunificação italiana. Aí expôs a tese da impossibilidade da união em virtude da opinião pública portuguesa lhe ser inteiramente oposta, pelo que qualquer tipo de aproximação política não deixaria de ser uma absorção. Inspirado nos exemplos da Bélgica e da Suíça defendeu a viabilidade e prosperidade das pequenas nações, bem governadas internamente e aproveitando os recursos domésticos, considerando que Portugal poderia e deveria adoptar tal sistema.

Refira-se que o autor patenteou inclusivamente os seus receios relativamente à exequibilidade da concertação económica peninsular, remetendo-a para um futuro mais ou menos remoto:

"Ninguem póde pôr em duvida, economicamente fallando, a importancia que adquiririam os dois povos pela reunião de toda a peninsula iberica; o desenvolvimento prodigioso de que era susceptivel, e que por certo lhe adquiriria o poder de que já gosou nas passadas epochas. Mas qual o meio de conseguir estes resultados, sem atacar as nacionalidades existentes, sem offender os diversos interesses, nem destruir os habitos e tendencias dos dois povos? Achâmos provavel, mas não possivel por emquanto. Para o conseguir só havia a adopção do systema da confederação que ha annos dirige os cantões da Suissa, e que tantas vantagens tem trazido áquelles povos. Mas este systema de governo que poderá vigorar no futuro conforme o estado da Europa, e ser mesmo um grande pensamento, parece-nos inexequivel na actualidade"[223].

O Defensor dos Artistas foi um jornal dedicado aos amigos do trabalho que se publicou no Porto entre 1864 e 1865; entre as

---

222 *A Federação*, Lisboa, vol. 6, n° 1, 8 de Junho de 1861, p. 1-2.

223 *Ibidem*, p. 1.

correspondências recebidas contam-se alguns relatos das celebrações do 1° de Dezembro, embora por vezes seja aí visíveis sinais de solidariedade peninsular, como é o caso da carta enviada de Lisboa por P. Temudo, considerando que "hoje Portugal e Hespanha não são mais do que dous reinos visinhos, irmãos, amigos, e que trabalham para um fim igual em aspirações — a felicidade e o progresso dos seus povos"[224]. Esta solidariedade emerge todavia mais fragilizada após um incidente fonteiriço na região de Chaves; um sargento e um carabineiro espanhóis envolveram-se fisicamente com alguns populares portugueses, tendo o primeiro conseguido escapar para a Galiza, cujas autoridades fizeram questão de não o entregar à justiça portuguesa. *O Defensor dos Artistas* reclama que a bandeira portuguesa havia sido insultada, o que pedia justa reparação, devendo essa afronta ser penalizada para honra dos povos[225].

Também *O Defensor do Trabalho*, folha publicada no Porto e dedicada às classes produtoras, deu em 1862 todo o apoio à divulgação das iniciativas da Sociedade 1° de Dezembro, evocou os heróis e os traidores de 1640, defendeu a legitimidade da celebração dessa efeméride e exortou o povo à participação.

Por sua vez, o *Jornal dos Artistas*, também dedicado às classes operárias e editado no Porto entre 1860 e 1865, publicou poesias patrióticas anti-ibéricas, festejou efusivamente os aniversários da Restauração e convidou a sua cidade a segui-lo nessa intenção, reproduziu os documentos da Comissão 1° de Dezembro, e em diversos artigos patenteou a sua aversão ao iberismo e seus partidários.

Da autoria de P. J. da Conceição, *Portugal em frente de Castella* é um desses textos que, indignado com a febre anexionista patenteada pela imprensa espanhola ao longo do ano de 1861, defendia a superioridade moral de Portugal sobre a sua vizinha, pese embora admitisse a nítida desvantagem sob o ponto de vista material:

"O que é Portugal em frente de Castella? Moralmente é tudo; material e phisicamente analysado ha uma desproporção palpavel. Suppre, com tudo, a primeira hypotese, o que nos falta nas duas

---

224 *O Defensor dos Artistas*, Porto, n° 5, 4 de Dezembo de 1864.

225 *Ibidem*, n° 10, 8 de Janeiro de 1865.

ultimas. E é quanto nos basta; é de quanto carece um povo que conquista a ferro frio a independencia de que gosa — a força de vontade"[226].

Complementarmente, este periódico aderia entusiasticamente aos projectos de comemoração do 1° de Dezembro. Em Agosto do mesmo ano, um artigo de 1ª página sob o título *Festejos Nacionaes*, fazia uma resenha dos preparativos; desde a resposta de Mendes Leal a Gullon Gallardo ao alvitre levantado no Porto de oferta de uma corveta a D. Pedro V que levaria o nome de *1° de Dezembro*, para a qual se abriria subscrição, tudo era escrupulosa e minuciosamente referido, para esclarecimento dos mais incautos:

"Nutrirão ainda illusões os nossos visinhos? Ser-lhes-ha licito ainda duvidar das nossas intenções? Nutram illusões e duvidem, que mais vale sonhar illusões, dormindo, do que encarar realidades, acordado"[227].

No número seguinte o artigo principal foi retirado para dar lugar à transcrição de um texto dialogal da autoria de M. Bernardino de C. e S., colhido no *Escolastico*, de Braga, e publicado sob o ramalhudo título *Castelhano?! oh! isso nunca!!!*

As duas personagens são a Espanha, guerreiro altivo e arrogante, que ameaça investir sobre o vizinho abatido e enfraquecido, que simboliza Portugal, soldado veterano que após relembrar as suas glórias e heróis passados, arremete contra o usurpador e exorta à guerra aberta para meter "o iberismo no cemiterio", terminando a sua fala, entre lágrimas e gritos:

"Tenho em meu favor o patriotismo de meus filhos, patriotismo abençoado pelo grande Deos de Ourique, com o auxilio do qual ainda posso fazer admirar as nações mais celebres, que figuram no grande mappa da Europa civilisada! Serei pobre, mas castelhano? oh! isso nunca!"[228]

Até ao fim da sua existência, em 1865, o *Jornal dos Artistas* não alterou a sua atitude relativamente à celebração do aniversário da Restauração, e participou em algumas pequenas polémicas suscitadas pelas alegadas ambições territoriais de Espanha, tendo inclusivamente apoiado os argumentos apresentados no opúsculo

---

226 *Jornal dos Artistas*, Porto, n° 38, 16 de Junho de 1861, p. 1.

227 *Ibidem*, n° 46, 11 de Agosto de 1861, p. 1.

228 *Ibidem*, n° 47, 18 de Agosto de 1861, p. 2.

Gibraltar e Olivença, da autoria de Estácio da Veiga, reputado legitimista e colaborador da *Nação*[229].

Estes periódicos que Silva Pereira classifica como "socialistas", parecem reagir às provocações iberistas de uma forma mais emocional do que ideológica; se bem que não haja apoio óbvio à monarquia e à família reinante, fazendo-se sobretudo finca-pé na independência e autonomia da nação, o seu comportamento não contém qualquer diferenciação na argumentação político-ideológica. Esse substracto é já manifestamente evidente no *Pensamento Social*, por exemplo, que entre 1872-1873 toma o partido da internacional socialista, noticiando amplamente os congressos de trabalhadores em Espanha e editando textos que abordavam a situação política em Espanha, sem todavia abordar a temática iberista. Aí fazia-se sobretudo a crítica da coligação burguesa, partidos carlista e republicano incluídos, que contrastava com a apologia de uma república que enveredasse pela efectiva reforma social, e portanto liberal, progressiva e reparadora[230].

Como se pode verificar pelos exemplos apontados, o tratamento dispensado aos assuntos relativos à questão ibérica pela imprensa destinada às classes operárias e trabalhadoras nas décadas de cinquenta e sobretudo de sessenta, não diferiu substancialmente da restante, nem a nível do estilo, nem dos conteúdos.

Quando não há omissão da questão, ela é apresentada através dos mesmos parâmetros, isto é, acusa-se a Espanha, ou pelo menos alguns sectores espanhóis, de utilizarem uma publicidade enganosa, afirmando que os portugueses e muitos dos seus principais vultos se sentem seduzidos pelo ideal ibérico. Por outro lado, são utilizadas as mesmas estratégias de defesa face a essa propaganda, ora através da publicação de textos inflamados em prosa ou em verso, evocadores de uma história multissecular de independência e autonomia, ora patenteando aos olhos de portugueses e estrangeiros

---

229 *Ibidem*, nº 25, 15 de Março de 1863, p. 1-12.

230 Entre outros artigos, salientem-se a título de exemplo *A Republica e o Socialismo*, ou ainda *A Republica em Hespanha*. Cf. *Pensamento Social*, Lisboa, nº 43 e nº 49, de Fevereiro e Março de 1873, respectivamente. O segundo texto era a reprodução de um artigo do jornal de Leipzig, *Der Volkstaat*, também transcrito no *Emancipacion*, periódico de Madrid que tal como a *Federacion*, defendia a associção internacional dos trabalhadores.

o espírito de mobilização nacional para a defesa dessa autonomia, e denúncia dos seus detractores.

Depois do nacionalismo legitimista e liberal (este com gradações várias) terem reflectido sobre o iberismo, o nacionalismo integral da segunda década do século XX pretendeu resolver o problema ibérico. Hipólito Raposo criticou o "Portugal falsificado" do século XIX e o seu metódico esforço destrutivo e desnacionalizador, enquanto Sardinha substituiu o conceito de iberismo por outros como "peninsularismo" e "pan-hispanismo" ou "hispano-americanismo". José de Arruela contrariou o "anglofobismo" de Sardinha e, à aliança peninsular, contrapôs a tese da aliança com Inglaterra ante o eterno perigo espanhol[231]. Novas roupagens para cálculos antigos.

[231] Cf. obras dos autores citados na bibliografia.

APÊNDICE DOCUMENTAL

(FONTE : Academia Real das Ciências de Lisboa, ms. azul 940)

O Iberismo Monarchico

e

o federalismo republicano

Prelecção feita no Gremio Recreativo, em

8 de Janeiro de 1870

Pelo

Marques de Rezende

Senhoras, e Senhores.

Quando n'outro tempo notei, n'uma quinta onde ha quasi oitent'annos nasci, muitos e mui ricos mananciaes, que bem podiam formar um grande rio, senão fossem tão sôfregos e ciosos das suas individualidades, não me veio ao pensamento que havia de tomar por thêma de um discurso esta boa lição que aquelles olhos d'agua dão a alguns simples que querem ser compostos.

Aos que sabem que as annexações, synonimo polido de roubos eram ainda no fim do seculo passado tão severamente condemnadas pelos maiores amigos da liberdade, que tacharam de grande crime politico a repartição, que tres grandes potencias entre si fizeram da infeliz Polonia, e que os mais ardentes reformadores da Italia, começando por Gioberti, Balbo, Azeglio, e Ranaldi combateram com todas as armas entrando a do ridiculo, tanto contra os que queriam fazer a unidade da Italia, como aos que, antes disso, pertendiam dividi-la em sete republicas, aos homens, digo, que viram esta tão forte, tão justa, e já mui antiga opposição, custa a crêr que, a não ser n'um seculo de luzes apagadas, ou de faiscas que queimam e não allumiam, lembrasse a alguem fazer um

ajuntamento na Europa para conseguir aquelles dous fins. Mas, foi isto o que vemos na convocação do chamado Congresso de Lausanne, que, tomando o nome de Liga de Paz, quer a Republica.

A tal respeito começarei por observar que esta fórma de governo nunca foi paz, nem na Grecia, nem em Roma, nem em França, tanto no fim do seculo passado, como no meado do presente, nem na mesma Suissa no anno de 1847 e de 1864, nem ainda mais recentemente nos proprios Estados-Unidos da America. Ha portanto, na lembrança (que parece esquecimento) dos membros daquella Liga, que acaba de decretar a união do republicanismo e do socialismo, duas ideias que se cruzam e se chocam, e uma duplicação de interesse e de acção que fere algum tanto os espiritos logicos e os animos rigidos.

[fl.1 v.] O que é porêm aquelle congresso ? É por ventura uma junta de pessoas possuidas do desejo de concorrer em commum para o bem commum ? Não, certamente, não. Pois então o que é ? É um bando de homens tão ambiciosos como incapazes, que, para fascinarem o vulgo ignorante, apregoam theorias impraticaveis, e utopias imaginarias, contrarias á liberdade e á paz que aquella gente, que nem ao menos anda coherente consigo, tomou por divisa. Se Laffayette e Armand Carret, amigos sinceros da republica vivessem, haviam de affligir-se de vêr esse bello ideal delles e de outras nobres almas illudidas em via de vir a ser uma parodia grotesca e ridicula.

Mas, que digo eu ? Esse facto já se está vendo hoje em dia e, impressionando elle mui viva e tristemente a todos os liberaes de coração que assistem a este espectaculo miserando, mostra bem o pouco progresso que o mundo tem feito ha vinte annos a esta parte. É certo que, no nosso tempo, se tem feito algumas importantes descobertas, como a dos caminhos de ferro, a dos barcos movidos por vapôr, a da illuminação por gaz, e a dos telegraphos electricos; mas que valem todos estes inventos quando falta o juizo tão necessario para tirar proveito de tudo. Ha muita gente, diz o espirituoso Emilio Olivier, que julgando que tem andado para diante, não tem feito mais do que dormir e escoucinhar no mesmo lugar. Os exemplos d'Epimenide, que passou por ter dormido quarent'annos, e da Bella Adormecida no bosque, que, ao despertar do seu somno secular, vio a sua gente petrificada, são duas comparações mui altas e mui classicas para poderem ser applicadas

aos somnolentos a quem me refiro. A molleza nas crizes dos estados é o declive por onde os povos descem ao abysmo.

Tornando a fallar dos republicanos nas republicas, direi que, n'uma das ultimas conferencias que elles tiveram em Paris, o cidadão Sebille, depois de confessar que fôra democrata quando ainda estava no ventre de sua mãi, disse que, se no dia seguinte ao de uma revolução, se fechassem as fabricas deviam ser privados dellas os seus proprietarios: e recordando, na mesma reunião, o archi-federalista Rocheford uma das suas scenas mais horrorosas do tempo do terror, elogiou não menos despropositadamente ao feroz Robespierre por se ter investido do poder dictatorial depois de consultar n'uma noite, ao sahir da Convenção Nacional, o povo reunido nos Clubs Jacobinos. Que diram a isto os liberaes que são inimigos das dictaduras ?

Como quer que seja, é força reconhecer que ao novo federalismo republicano deve o vulgo ignorante o conhecimento, que hoje tem da significação da palavra republica. Quando, no principio deste seculo, Miguel Franzini passou por Madrid, perguntou-lhe um estalajadeiro, em cuja casa elle estava alojado, como se chamava o monarcha veneziano; e respondendo-lhe o mathematico italiano, que Veneza era uma republica presidida por um Doge, reperguntou-lhe o castelhano, mas quem é o rei desse Dogere ? Tambem quando chegou a Lisboa a noticia de que o Primeiro Consul da Republica Franceza tinha sido eleito Imperador, foram muitas pessoas do povo cumprimentar o Consul Geral Francez, que era mui bem quisto, suppondo que elle tinha sido elevado ao throno da França. Finalmente, um cavalheiro, muito conhecido neste gremio, contou-me que, ainda não ha muito tempo, alguem tinha recebido uma participação junto com o pedido de a fazer chegar à presença de Sua Magestade El-Rei da Suissa.

Mas com quanto, graças ao federalismo republicano todos saibam já o que é republica, [fl. 2] o que muita gente instruida ainda não sabia perfeitamente era o que se entendia por socialismo. Veio porêm felizmente elucidar-nos neste ponto, ou, para melhor dizer, iniciar-nos neste mysterio um escrito intitulado — Vias e meios praticos de um refazimento social — emanado da reunião da tribu barbara dos botocudos politicos em Paris, na rua chamada das Folias de Belirle, que passou a ser das Folias republicanas, escrito que excede, em ruindade e sandice, tudo quanto até hoje tinham

dito os sabios materiaes socialistas, que inculcando-se pelos melhores regeneradores da sociedade, trabalham sem cessar, para que ellas sejam mortas e apodrecidas.

Voltando ao Congresso de Lausanne, onde apparecem como um relampago, o famoso Padre Jacinto que alli foi levado menos pelas cocegas que alguns criticos fizeram aos sermões que elle prégara em Paris, do que pela comichão que tinha de dançar com a nova Liga, direi que, sendo alguns membros della de parecer que convinha esperar tempo e lugar opportuno para tentar qualquer empreza, e opinando outros, pelo contrario, que era força pôr-se em campo quanto antes, foi a este voto dos federalistas, mais abelhados que habeis das abas dos Alpes que os republicanos aforçurados inaptos d'aquem dos Pyreneus se encostaram levantando para logo bandeiras contra a monarchia e obrigando-se, custe o que custar, a destruil-a na Peninsula.

Ao ver o desembaraço com que estes Romanos d'obra grossa, tão Brutos nas obras como no appelido, foram contra todos os encontros e dificuldades, cumprir os seus compromissos para saciar a fome canina, lembra-me de dous não menos devotos e assanhados marujos que eu vi n'uma Freguesia de Lisboa, rompendo pelo meio de muita gente que estava para commmungar, e gritando um delles —succeda o que succeder, ambos nós havemos de ser os primeiros que nos desobriguemos, para depois almoçarmos tambem primeiro que todos.

E que tem feito o federalismo republicano hespanhol ? O mesmo John Lemoine, um dos redactores do Journal dos Debates, apezar da sympathia que confessa que tem com algumas pessoas daquelle partido, diz, na mesma gazeta, que a conducta actual dessa facção he absolutamente falta de senso commum, e de todo funesta á sua causa; assim e da mesma sorte, acrescento eu, o federalismo Francez, fazendo em vão todos os esforços para suscitar ou ressuscitar em França uma agitação revolucionaria, em contrario ás propensões e aspirações da immensa maioria dos Francezes, que só querem as liberdades e as garantias que tem os Inglezes, e os outros povos livres, sem as quaes hoje não podem passar as nações civilizadas, o que é uma couza mui differente dos programmas republicanos daquelle federalismo, que prestaram, nas ultimas eleições de Pariz, muitos e mui grandes serviços aos seus contrarios,

em vez de contribuirem para o triumpho da causa radical, palavra que denota que se trata de arrancar a sociedade civil pela raiz.

E que fazem, à vista das tramoias dos republicanos Hespanhoes, os governantes monarchicos d'Hespanha ? Estiveram por muito tempo a considerar se era melhor tratar primeiro que tudo de restablecer a ordem, para depois disso elegerem um Rei, ou se convinha mais começar por fazer esta eleição, para, por meio della, restablecerem [fl. 2 v.] a tranquilidade publica; ficando no entanto a Hespanha, como a burra de Bundan, a morrer á fome entre dous feixes de feno. Pobre Hespanha que tanto se gabava de *que se não punha* nunca o sol nos seus estados, e que esta correndo o risco de ficar inteiramente ás escuras !

Não sendo de admirar os excessos de uma raça, como a Hespanha, na qual estão juntas a aspereza Gothica, a dureza Romana, e a ardencia Africana, é muito de notar que os revolucionarios mais furiosos são os que abriram os olhos e foram educados nos paizes sugeitos ao governo monarchico despotico, empregando, quando depois se levantam contra este, os mesmos meios, e servindo-se das mesmas armas que viram manejar na sua adolescencia. Assim vemos Mazzini, Garibaldi, Kossouth, e todos os chefes dos republicanos democratas d'Hespanha ainda hoje imbuidos no amor da força brutal que beberam com o leite, marchando, como elles dizem, para a conquista da liberdade com o mesmo desatino grosseiro com que o despotismo marchava contra os seus inimigos, chegando, como aquelles, ao assalto cobertos de sangue e de lama. E será possivel que este andamento do despotismo da rua não abra os olhos aos povos ? Alguns symptomas felizes fazem-me crêr que a maior parte dos homens não engraçam com os barretes vermelhos, e que a vivificante cura da verdadeira liberdade hade em breve separar as luzes das trevas.

No meio de tantos dissentimentos o Iberismo de que por differentes modos, estam encasquetados muitos Hespanhoes faz que, tanto os republicanos, como os monarchicos, queiram primeiro e mais que tudo absorver-nos. Ainda não ha muito tempo que um amigo e discipulo de Emilio Castellar disse a uma pessoa minha conhecida, que o unico meio que Portugal tinha de conservar a sua existencia politica era a sua união com a Hespanha, que val o mesmo que dizer, que, se queremos viver, não ha remedio senão matar-nos. Este pensamento é tão profundo que eu nem de

mergulho o pude entender. O Iberismo Monarchico, que tem mais finura, queria offerecer a Portugal a corôa da Peninsula, mas sendo que os Portuguezes, mais expertos que elles, abanaram as orelhas, dizendo, como o final de uma modinha que, com desdem, cantavam duas Senhoras na minha mocidade — Querem-nos elles, mas nós não — entenderam que, assim e da mesma sorte que Japhet andou por muito tempo a pedir que lhe dessem um pai, deviam elles procurar nas diversas Côrtes da Europa um Rei que até aqui não acharam em nenhuma dellas porque ninguem tem fé nos instrumentos de uma revolução que não tem fim. A pintura que acabo de fazer assim desses factos á vista delles, he tão verdadeira como os que pela simples impressão dos objectos se fazem por meio da photographia.

Esperemos que, assim como o que Bossuet chama illuminação subita da razão fez que dous dos nossos Principes manifestassem publica e terminantemente a sua firme tenção de concorrerem para a conservação da nossa independencia e nacionalidade, tambem os exemplos historicos, o amor da patria e o bom senso dos nossos concidadãos, farão, nesta terra onde em questões de interesse geral não ha a indifferença frivola que vemos nos outros paizes, que o Federalismo Republicano cego, e o Iberismo Monarchico torto, sejam guerreados e vencidos pela universalidade dos portuguezes, em cujos corações estão gravados estes tres versos do nosso sentencioso poeta Francisco [fl. 3] de Sá e Miranda:

A Dignidade Real,
Que o mundo a direito tem,
Sem ella ter-se-hia mal ?
[He sagrada, e não leal
Quem limpo ante ella não vem] *

Esta dignidade que, como me notou, Chateaubriand, algumas pessoas, para roboral-a, dizem que é de Direito Divino e que outros, para enfraquecel-a, querem dirivar da Soberania do Povo (principio falso e absurdo, por que aonde todos mandam não ha quem obedeça) é, como disse Platão, no seu Tratado sobre a Politica, uma ideia filha primogenita da razão eterna que tem pela melhor dominação a de um Rei, que, coadjuvado pelos outros poderes do Estado faz observar as leis, e contribue para a concordia, e felicidade do Povo.

Quando os Clubs, e as sociedades secretas dos fautores da anarchia, isto é, o poder legislativo e o poder executivo do mal, ameaçam, com os maiores damnos, a Europa, é força que não só os grandes corpos dos Estados, solidarios das suas grandezas passadas e dos seus destinos futuros, mas que todos os bons cidadãos que tem alguma influencia manifestem alto e bom som os seus sentimentos, e dirijam a opinão geral n'uma tão grave questão de principio e de ordem publica. Tudo se liga na Europa (escrevia o sabio estadista Guizot, em 18 de Novembro de 1844, ao embaixador francez em Vienna d'Austria) e pouco importa que o vento revolucionario sopre deste ou daquelle ponto: onde quer que elle se levante é mister combatel-o, para que se não communique logo a todas as partes.

Muito mais tinha que dizer sobre um tão importante assumpto mas paro aqui para não abusar indiscretamente da paciencia com que este grande e brilhante conselho tão benevola e cortezmente me ouve.

* Os dois últimos versos que transcrevemos entre parênteses rectos, foram colocados posteriormente, escritos com tinta diferente.

4.

Aproximação e Rejeição

O Confronto Cultural

> Sobre a Hespanha sabem o meu pensamento, eu não sei ainda se lho disse, mas devem prevel-o; detesto os encontros e abraços da panella de ferro com a panella de barro: detesto mais que se vá pedir esmola a um pobre e auxilio a um paralitico.
> Detesto tambem o systema militar da Hespanha, e aquella sinistra collaboração de generaes e fidalgos.
> De resto, amo tudo, na Hespanha. Somente gostava mais d'ella se ella estivesse na Russia.
>
> EÇA DE QUEIROZ[1]

> As relações litterarias e scientificas entre Portugal e Hespanha são um dos objectos da mais valia para os interesses sociaes da Peninsula, e um dos vinculos que deve segurar os destinos politicos e apressar as conquistas da civilisação em ambos os paizes.
>
> *O Observador*[2]

A mágoa pelo desconhecimento mútuo das culturas portuguesa e espanhola, desconhecimento esse sobretudo sentido a nível da expressão literária, é um tema que emerge frequentemente nas páginas da imprensa periódica nacional. As metáforas e hipérboles sucedem-se para nomear esse distanciamento de povos que, apesar de contíguos, parecem estar separados pela muralha da China, ou mesmo pelas águas dos oceanos que separam continentes.

---

1 *Districto de Evora*, nº 13, 21 de Fevereiro de 1867, p. 2.
2 *O Observador*, Coimbra, nº 511, 1 de Junho de 1852, p. 1.

Esta ignorância recíproca é evocada a par e passo, ora para justificar receios que produzem a inércia na realização de qualquer actividade ou projecto conjunto, ora para demonstrar o resultado funesto de séculos de uma vivência de costas voltadas enraízada nas antipatias, ódios e desconfianças multisseculares. Mais raramente, referem-se também os modelos culturais europeus, nomeadamente os franceses, cuja hegemonia na Península Ibérica dificulta a permuta das produções artístico-literárias locais[3]. A familiaridade com a imprensa periódica portuguesa permite-nos todavia dizer que se esse diálogo e permuta culturais dificilmente se estabeleciam, era bem mais intensa a recepção das "actualidades" e *fait divers* de índole política do país vizinho, assegurando uma presença sempre constante e por vezes até muito expressiva, nas folhas do periodismo português. Com efeito, nenhuma outra realidade nacional era tão divulgada e referida nos jornais portugueses, ocupando as secções de notícias de Espanha, bem como os artigos sobre a situação política desse país, parcelas importantes das folhas periódicas portuguesas. Por diversas ocasiões, e em determinados jornais, as notícias de Espanha ganhavam foro de rubrica permanente, mesmo nos que produziam edições diárias. Ao interesse pela vida política do país vizinho, aliavam-se as estruturas materiais, e entre elas a comunicação telegráfica não deve ser desprezada. A partir de 1859, a zona norte beneficiou da ligação telegráfica entre Porto e Madrid, encarada como vantajosa relativamente a Lisboa:

"Receberemos aqui noticias dos acontecimentos que se estão dando na Europa não só primeiro do que na capital, mas por um preço inferior áquelle que até agora custava qualquer despacho, pois que por esta linha, directa para o Porto, ha a economia de uma zona, em relação á distancia de Madrid a Lisboa"[4].

A avidez pelas notícias sobre a situação política de Espanha, o constante respigo da sua imprensa resultava com certeza da tradicional repercussão que as mudanças do governo de Madrid acarretava sobre Portugal, a diversos nivéis, e dos inúmeros

---

[3] Pio Gullon sublinhou os efeitos da ascendência cultural francesa na Espanha do século XIX na sua obra *De la ignorancia en España. Articulos publicados en Los Conocimientos Útiles*, Madrid, Imprenta de Los Conocimientos Útiles, 1868, p. 61 e seguintes.

[4] *O Conservador*, Porto, nº 208, 14 de Maio de 1859, p. 2.

paralelismos que a história comprovava. Mas a dependência directa, a teoria dos "vasos comunicantes" que, por exemplo, a imprensa francesa parecia adoptar, era cada vez mais posta em causa, como se verifica através da seguinte passagem da *Concórdia*, suscitada pela revolução espanhola de Julho de 1854:

"A vizinhança, em que está, a respeito de nós, a Hespanha, e não menos outras rasões de tal ou qual affinidade entre as duas nações, fazem que naturalmente se pergunte se os acontecimentos succedidos naquell'outro paiz virão repercutir-se sobre nós; e no caso affirmativo, qual será o influxo que elles virão a exercer sobre a nossa politica.

Houve um tempo, em que as revoluções da Hespanha se reproduziam quasi necessariamente entre nós; e em que a politica portugueza era formada á imagem e semelhança da politica hespanhola, de maneira que apoz a simples queda de qualquer ministerio de Madrid, podia-se contar logo com uma queda igual do gabinete de Lisboa.

Estaremos nós hoje no mesmo caso, ou as circunstancias terão mudado; e não haverá já aquella concatenação entre a politica das duas nações peninsulares?

A historia dos ultimos dez annos responde cathegoricamente a esta pergunta; e responde dizendo que Portugal já deixou de ser satellite da Hespanha, e que ha bastante tempo gira em uma orbita sua, e independente"[5].

O *Lidador* também refutou a possibilidade daquela convulsão encontrar réplica em Portugal, e defendeu mesmo que se essa revolução pretendia trazer a liberdade para Espanha, então deveria dizer-se que fora a politica de Portugal que se repercutira, enfim, em Espanha[6].

O *Braz Tisana* defendeu mesmo uma certa imunidade às convulsões políticas espanholas em função da distância político-moral que separava os dois sistemas governativos:

---

[5] *A Concordia*, Porto, nº 169, 28 de Julho de 1854, p. 1. Esta preocupação é obviamente catapultada pela recente revolução de Madrid, que o diário portuense se recusa a ver transplantada em Portugal (cf. nº 189, 22 de Agosto de 1854, p. 1), e que é aliás tema de quatro folhetins da autoria de Casimiro Rufino Ruiz (cf. do nº 172 ao nº 175, entre 1 e 4 de Agosto de 1854).

[6] *O Lidador*, Porto, nº 10 e nº 15, de 11 e 18 de Agosto de 1854, p. 1.

"Felizmente este contagio revolucionario não passa as nossas fronteiras, porque como todos sabem, a Hespanha está distante de nós como o estão a China e o Peru, segundo a geographia dos defensores do nosso governo"[7].

Em 1857 a subida de Narvaez ao ministério suscitou idênticas considerações à *Ordem Pública*:

"Estabelecida como governo a reacção em Hespanha, julgam uma necessidade a existencia de egual politica entre nós. Para este homens Portugal é considerado, nas suas cartas geographicas, uma possessão hespanhola, governada sem duvida por gente portugueza, mas sujeita completamente aos caprichos e oscilações do gabinete de Madrid.

(...) E que temos nós com a Hespanha? Que nos importa a nós, que somos livres, e que amamos a liberdade, essa politica sanguinaria em que se involve o reino d'Isabel?

(...) Não precisamos subordinar a nossa politica á politica de Madrid. A Belgica é um paiz pequeno, e o seu systema governativo não é modelado pela marcha do gabinete das Tulherias"[8].

De qualquer das formas o interesse pela evolução política espanhola era agudo e constante, reiterando-se em todas as épocas a questão sacramental: O que há de Espanha? E com certeza que a postura de repúdio pela influência directa da política espanhola sobre a portuguesa dependia também da perspectiva partidária. O *Português*, por exemplo, assistiu com esperança e júbilo à revolução espanhola de Junho de 1854 que, a seu ver, protestara contra "o systema de arbitrio, e de silencio, impossivel no seculo actual"[9] e por conseguinte lamentou que tal revolução não afectasse em nada a marcha dos acontecimentos em Portugal, concluindo que as coisas más de Espanha nos eram contagiosas, enquanto que as boas não o eram[10]. Este orgão do partido histórico lembrou que certos sectores da imprensa, inspirada pelos "ultimos acontecimentos do reino visinho"[11], pediu mesmo a demissão do ministério Rodrigo-Saldanha, e insistiu que o avanço dos carlistas poderia "no futuro

---

7 *O Braz Tisana*, Porto, nº 184, 16 de Agosto de 1854, p. 1.

8 *A Ordem Publica*, Coimbra, nº 87, 7 de Agosto de 1857, p. 1.

9 *O Portuguez*, Lisboa, nº 370, 11 de Julho de 1854, p. 1.

10 *Ibidem*, números 401, 404 e 407, de 17, 20 e 24 de Agosto de 1854.

11 *Ibidem*, nº 418, 6 de Setembro de 1854, p. 1.

influir tambem na nossa situação politica"[12]. Mas em 1857, apoiante do ministério Loulé, o *Português* contrariava as asserções do *Leon Español* sobre o alastramento do reaccionarismo na Península, e considerava que, felizmente, os destinos de Portugal não estavam presos à política de Madrid[13]. E em 1859, vituperando os sanguinolentos espectáculos de Espanha, onde a civilisação e a liberdade eram "mitos", afirmava:

"É necessario que se convençam que Portugal já não segue as mudanças politicas da Hespanha. Lá tem continuado a fuzilar-se, aqui não se fuzila; lá a imprensa está agrilhoada, aqui é livre; lá é-se ainda *castelhano dos bons tempos*, aqui o filho desta terra é homem livre do seculo XIX"[14].

A curiosidade, mais do que simpatia pelos costumes, história, artes e letras do país vizinho, patenteava-se já nas páginas das revistas que desde finais dos anos trinta apresentavam textos acompanhados ou não de gravuras que pretendiam informar e esclarecer o público português sobre a especificidade dos valores de Espanha.

O estudo que a *Revista Litteraria* do Porto publicou em 1838 sobre *Camões e Cervantes. Parallelo Historico*, é a vários níveis paradigmático da opinião que se vai generalizar e divulgar nas duas décadas seguintes. Lembrou a ausência de relações entre os dois povos pese embora não se tenham interrompido os acordos dinásticos e governamentais, indagou das causas desse divórcio, evidenciou as semelhanças dos povos e os seus paralelismos históricos, criticou o desconhecimento literário recíproco e a inexistência de intercâmbo livreiro, atendendo que a recepção de outras influências não deixava de se fazer. Os seguintes excertos elucidam o que acabou de referir-se:

"Não ha sem duvida na Europa duas nações limitrophes que menos tracto tenhão entre si, que menos se conheção, que menos se comprehendão do que as duas que formão a Peninsula Iberica.

(...) Estas são as relações de Estado, que todas se podem entabolar com a nação mais longinqua do globo; porem as relações

---

[12] *Ibidem*, nº 444, 7 de Outubro de 1854, p. 1.
[13] *Ibidem*, nº 1134, 11 de Fevereiro de 1857, p. 1.
[14] *Ibidem*, nº 1903, 4 de Setembro de 1859, p. 1.

de homem para homem, de visinho para visinho, de Portuguez para Castelhano, dessas se póde dizer com afouteza que *actualmente* não existem. É este um facto na historia da civilisação hespanhola já observado por varios viajantes e historiadores modernos. Preconceitos nacionais originados em a natural rivalidade de visinhos, e fortalecidos em longas e sanguinosas guerras, lançárão entre as duas nações, ambas de um caracter orgulhoso e consideravelmente desconfiado, os primeiros fundamentos desta barreira, que a inepcia dos governos, e a apathia em que de seguida forão cahindo o commercio, a agricultura, a litteratura e as artes nos dous paizes, foi elevando e fazendo cada vez mais espessa. E quem sabe o tempo que será preciso para demolir esta colossal obra das trevas. (...) Porem, com todos esses pontos de contacto nós conhecemos menos o Hespanhol, seus usos e costumes, sua litteratura, sua geographia, sua propria historia, isto é, metade da nossa, do que conhecemos o Francez e o Inglez com sua historia e litteratura, usos e costumes. Não será para causar admiração a um espirito observador o ver que nas lojas dos nossos livreiros, e na maxima parte das estantes dos nossos litteratos se não encontrão Garcilaso, Lope de Vega, Calderon; Cervantes; ao passo que é familiar a leitura de Corneille e Racine, de Milton e Shakspeare, e mesmo não pouco lidas as producções de Schiller e Goethe?"[15]

Outro interessante artigo desta revista portuense tratou de *Retratos Hespanhoes. O Hidalgo*[16], participando de uma moda crescente de certo recorte romântico que pretendia evidenciar o tipicismo e idiossincrasia do carácter dos distintos povos que constituíam a nação espanhola.

O *Arquivo Popular*, em 1838, chamava a atenção dos seus leitores para a diversidade dos *Costumes hespanhoes*, discorrendo sobre os diferentes tipos de espanhóis, desde o catalão ao castelhano, do biscaínho ao andaluz, ressaltando a decorrente multiplicidade de culturas e carácteres[17]. Este texto parecia querer atenuar o preconceito ensaiando uma sociologia do estigma, mas não fazia mais que reforçá-lo:

---

[15] *Revista Litteraria*, Porto, 1838, p. 121-122.
[16] *Ibidem*, p. 427-430.
[17] *Archivo Popular*, Lisboa, 1838, p. 204-205.

"Ordinariamente se accusão os hespanhoes de atrozes, e dados ao assassinio e ao roubo; mas não he isto do caracter nacional; a infima classe do povo he na verdade accusada com justiça daquelles vicios, mas provém isto menos da depravação, que da ignorancia e falta de educação, e sobretudo do sistema de governo. A Hespanha era o paiz das exclusões; o contrabando substituia o commercio; muitos milhares de hespanhoes, principalmente das provincias maritimas, se occupavão naquella odioso trafico; e a necessidade de se defenderem das perseguições da justiça os fazia criminosos: cada bando de contrabandistas era na verdade como huma quadrilha de salteadores e assassinos. A preguiça natural, e a irascibilidade de caracter contribuião tambem muito para augmentar o numero de criminosos. Hoje as dissensões politicas teem dado novo fogo a estas disposições: póde-se dizer que metade dos hespanhoes estão reduzidos a bandos de salteadores, que se roubão e assassinão uns aos outros"[18].

Dois anos mais tarde a mesma publicação dava novamente a conhecer a *Hespanha* aos seus leitores, aflorando aspectos da sua geografia, população, regime político e classe aristocrática, carácter e costumes dos seus naturais, história, administração, rede hidrográfica e ensino universitário[19].

Também o artigo *Hespanha* da *Galeria Universal* repassa sensivelmente os mesmos temas, veiculando igual visão do temperamento espanhol: " O caracter d'esta Nação é sobrio e generoso, porem altivo: é bravo, e sua bravura se eleva ao heroismo, não obstante degenera ás vezes em extrema crueldade"[20].

Os textos de índole histórica que evocam episódios da história comum dos dois países, nomeadamente os momentos de ameaça ou recuperação da autonomia portuguesa, veiculam necessariamente representações das relações entre os dois povos, dos elementos de analogia e repulsão entre ambos. Assim, um artigo do *Museu Pitoresco* que visava estudar o *Dominio dos Filippes em Portugal e suas consequencias* inferia desses momentos de maior intimidade entre portugueses e espanhóis dois factores

---

18 *Ibidem.*

19 *Ibidem*, 1840, p.13-16.

20 *Galeria Universal*, Lisboa, nº 2, 15 de Outubro de 1842.

aparentemente antagónicos, o consabido ódio recíproco e as similitudes comportamentais de ambos:

"Os vestigios dessa regeneração [1640], que assim se lhe pode chamar, são um odio entranhavel que em muitas occasiões se tem manifestado entre as duas nações; os vestigios della são ainda certa analogia de costumes e habitos que os Portuguezes conservão mau grado com os Hespanhoes"[21].

A origem dos epítetos, aliás pouco corteses, com que portugueses e espanhóis mutuamente se brindavam, respectivamente "rabudos" e "chamorros", são também tema das revistas de instrucção e recreio[22]. Mais recentemente chamavam os espanhóis aos portugueses "finchaos", que queria dizer, tão pejorativamente quanto possível, orgulhosos[23].

A dimensão da crueldade dos espanhóis como colonizadores, nomeadamente na América, está patente no texto *Os Buccaneiros* que o *Panorama* publicou[24], ressaltando a campanha de união dos outros povos europeus contra eles, indignados pela arrogância e crueza dos seus costumes. Diz o artigo que os espanhóis estavam então "dominados por um espirito de politica, a mais mesquinha, ciosa e illiberal, que era possivel", considerando a Hespanha "o Novo-Mundo, como se fosse uma panella de dinheiro, achada por ella, e da qual eram os Hespanhoes os unicos legitimos e exclusivos donos"[25]. Esta visão negativa da colonização quinhentista espanhola mantém-se ao longo de décadas e ainda em 1880 os artigos *Os Hespanhoes no Mexico*, *Os Hespanhoes na America*, e *Os Bucaneiros*, publicados no *Jornal de Viagens e Aventuras de Terra e Mar*[26], passavam exaustivamente a ideia da crueldade dos espanhóis no Novo Mundo, responsabilizando-os pela exterminação de milhões de autóctones e respectivas civilizações.

---

21 *Museu Pittoresco*, Lisboa, nº 15, 1842, p. 119.

22 Veja-se a este propósito os artigos "Que é um Chammorro?", *O Hercules Lusitano*, Lisboa, nº 5, 21 de Dezembro de 1836, p. 20, e "Os Castelhanos Rabudos", *Archivo Popular*, Lisboa, 1842, p. 139.

23 *A Concordia*, Porto, nº 5, 7 de Janeiro de 1854, p.1.

24 *O Panorama*, Lisboa, 1837, p. 46-47.

25 *Ibidem*, p. 47.

26 *Jornal de Viagens e Aventuras de Terra e Mar*, Porto, 1880, nº 36, 1 de Fevereiro, p. 106-107; nº 42, 14 de Março, p. 173-174; nº 48, 25 de Abril, p. 251, respectivamente.

Por vezes os artigos sobre temáticas espanholas são reproduzidas dos periódicos franceses, como o comprova o texto transcrito no *Panorama* sobre o casamento da filha de Luís XV com o herdeiro da coroa de Espanha, tema seguramente suscitado na imprensa francesa pelos tão falados casamentos das filhas de Fernando VII[27].

A representação dos costumes e tipos espanhóis nos periódicos portugueses podia ainda fazer-se através do humor, verificando-se que há dois grupos particularmente satirizados: os galegos e as mulheres. O artigo da *Revista Estrangeira* sobre *Costumes Hespanhoes*[28] é a este nível paradigmático; menospreza cruelmente os filhos da Galiza, elogia a beleza das valencianas e andaluzas cuja "invasão" a Portugal seria bem recebida, e alia a todo este tom de paródia o tema da prosperidade económica prometida pela ligação ferroviária e económica, e até política da península. Sobre os primeiros, diz o seguinte:

"É tambem muito natural, que o pobre pária da nossa bella Peninsula, o infeliz gallego, specimen por força de degeneração, quer seja do homem para baixo, quer do ourangutango para cima, visto ser elle o meio termo entre as duas especies, se metta em brios ao vêr os trajos garridos e a bella figura, que os seus compatriotas fazem entre nós. (...) Se temos de ser iberos é necessario irmo-nos acostumando a estas scenas, e a esta vida, e conhecendo os nossos visinhos á primeira inspecção"[29].

Mas o tipo espanhol mais tratado, e caricaturado, na imprensa portuguesa, é indubitavelmente o galego. Embora o âmbito do presente trabalho não possa abarcar o tratamento deste extenso tema, difícil seria não deixar uma nota de constatação de uma realidade tão presente na própria imprensa diária, cujas marcas de xenofobia relativamente aos naturais da Galiza se multiplicam em função de uma convivência muito vincada, principalmente nas duas principais cidades do país[30]. Assim se

---

27 *Ibidem*, 1846, p.113-115.

28 *Revista Estrangeira*, Lisboa, nº 4, 1853, p. 128-129 e nº 5, 1854, p.165-166.

29 *Ibidem*, nº 4, 1853, p. 128-129.

30 Veja-se a este propósito ALVES, Jorge; et al. — *Imigração galega na cidade do Porto (2ª metade)*. "Revista da Faculdade de letras — História", 2ª série, vol. 9, 1992, p. 215-236; CONSIGLIERI, Carlos (pref. de) — *Rafael Bordalo Pinheiro — os galegos*, Lisboa, Vega, 1991, p.9-29. Há também quem ponha a tónica no facto de Portugal ter sido uma referência para o galeguismo, veja-se a este

compreende a oportunidade de textos de carácter mais teórico que correspondiam à curiosidade sobre essa nacionalidade peninsular. O artigo do *Arquivo Pitoresco* sobre *O gallego* é a todos os títulos modelar, inclui uma gravura do reputado artista Nogueira da Silva sobre o tipo galego do chanfaneiro, e cristaliza o juízo depreciativo da opinião pública portuguesa, de que reproduzimos apenas os dois seguintes parágrafos:

"O gallego subministra muitos typos ao theatro e á gravura. E porquê? Porque depois do burro, mal comparado é o ente mais serviçal e para tudo que se conhece no mundo. Se este animal tivesse, como teve o jumento, um biographo tão amoroso e eloquente como foi Buffon, não seria de certo o alvo de tantos motejos, e o seu prestimo e sobriedade teriam o merecido louvor dos economistas politicos.

As vocações e officios tambem tem nacionalidades. Só o gallego é annexionista, centralista, unitario — topa a tudo para não perder um *chavo*"[31].

Este tipo espanhol, além dos *fait divers* locais a que estão associados, emergindo constantemente nas notícias dos jornais e sendo quase invariavelmente acusados de actos e atitudes degradantes, nocivas ao bem estar geral, são também tema recorrente de reflexões várias sobre os seus ofícios, nomeadamente o de aguadeiro, actividade que o progresso se encarregaria de eliminar. São ilustrativos desta situação a poesia inclusa no *Viajante*, em 1849, com o título *Conversa que teve o gallego aguadeiro com um companheiro ao pé do chafariz*[32], e *os Typos e Casos. Os Gallegos*[33], que Urbano de Castro retratou para o *Contemporaneo*, concluíndo o seguinte quanto a essa espécie em vias de extinção na sociedade portuguesa:

"E quando alguem no futuro perguntar quem eram elles, quaes as suas idéas, obterá como resposta. — Eram uns homens que tinham por armas um sacco, um barril e cada um por divisa: Sou filho do ganha dinheiro e neto do paga-me logo"[34].

---

propósito NUÑEZ SEIXAS, Xosé M. — *Portugal e o Galeguismo até 1936. Algumas considerações históricas*. "Penélope", Lisboa, nº 11, 1993, p. 67-81.

31 *Archivo Pittoresco*, Lisboa, nº 35, 1860, p. 273-274.

32 *O Viajante. Jornal de Recreio*, Lisboa, nº 16, 16 de Agosto de 1849.

33 *O Contemporaneo*, Lisboa, nº 22, 1876, p. 3, e nº 25, 1876, p. 3-4.

34 *Ibidem*, nº 25, 1876, p. 4.

Além do motivo económico, a imigração espanhola em Portugal prendia-se ainda com a fuga ao serviço militar pelo que o seu aumento ao longo da centúria implicou a necessidade de novas convenções entre os dois países, sendo a questão dos desertores e refractários matéria importantes nas relações entre Portugal e Espanha. Após os tratados de 1728 e 1823, D. Luís e D. Isabel II ratificam uma nova convenção em Junho de 1867, que visava a reciprocidade da extradição de criminosos, malfeitores e desertores. Como explicava Sebastião Guedes Brandão de Melo, o assunto ganhava maior acuidade em Portugal, onde o número de espanhóis imigrados era muito superior ao de portugueses trabalhando em Espanha:

"Havendo entre nós grande numero de hespanhoes vindos para se empregarem em diferentes serviços, augmentaria o numero, se dessemos asylo aos desertores e refractarios com o que seria prejudicada a população das provincias hespanholas da raia e principalmente de Portugal.

(...) De Hespanha anda muita gente em Portugal, e é muito diminuto o numero de portuguezes que vão servir ou negociar em Hespanha"[35].

Em algumas situações, contudo, os modelos espanhóis podiam ser conhecidos e até seguidos e reproduzidos; a *Revista Militar* que a Imprensa Nacional editou mensalmente em Lisboa a partir do ano de 1849, fazia constantes referências às forças armadas espanholas, veiculando a imitação das mesmas. Além disso a bibliografia militar apresentada era maioritariamente espanhola, e a *Revista Militar* de Madrid, subtitulada *Periodico de arte, ciencia y literatura militar* foi aí considerada um dos melhores periódicos militares, louvando-se então a "benevola menção e bons conselhos sinceros e amigaveis, que lhe tem prestado, e que a revista não deixaráde seguir"[36]. Isto não quer todavia dizer que a *Revista Militar* se tenha dispensado de pugnar pelo princípio da independência e autonomia nacionais; foi pioneira na defesa da celebração do 1° de Dezembro[37], e nos artigos

---

35 MELLO, Sebastião Guedes Brandão de — *A Extradicção dos Criminosos e Desertores*, Lisboa Typ. Portugueza, 1867, p. 32.

36 *Revista Militar*, Lisboa, n° 3, Março de 1849, p. 192.

37 *Ibidem*, n° 6, Junho de 1849, p. 383 e n° 11, Novembro de 1850, p. 584. No primeiro caso, a *Chronica Externa* ao tratar da celebração do 2 de Maio em Espanha reinvindica a comemoração do 1° de Dezembro em Portugal, considerando que "festejar a memoria da independencia patria, não é

Nacionalidade Portugueza e *Mais duas palavras sobre a Nacionalidade Portugueza*, assinados respectivamente pelo coronel Barreiros e pelo capitão Sousa Pinto[38], refutou veemente a união ibérica, defendida em Maio de 1849 pela sua congénere espanhola.

O militar espanhol foi um tipo frequentemente tratado na imprensa portuguesa, que elogiou a sua formação e o cotejou com o português, como aconteceu no artigo *O Soldado Hespanhol*, publicado no *Jornal da Tarde*:

"Se o compararmos com o soldado portuguez, diremos francamente que este lhe é inferior em mais de um sentido: inteligencia, vivacidade, tactica, armamento e equipamento, vestuario e instrução militar e literaria"[39].

No entanto, este texto considerava-os equivalentes em virtudes, como a generosidade e amor à pátria, e o português mesmo superior em robustez física. Defendendo o investimento na instrução militar, opinou que superada essa questão, o soldado português, com os seus dotes naturais, poderia igualar e mesmo exceder o espanhol.

Deve salientar-se que frequentemente estes textos continham uma reflexão sobre a natureza agressiva, sanguinária e desonesta dos espanhóis, que permanecia como um substracto mais ou menos acentuado em grande números de textos opinativos ao longo das décadas. Talvez resida neste juízo sobre o carácter

---

estimular odios de paiz a paiz, nem alimentar rivalidades estrangeiras, pelo contrario, serve para estreitar os laços que devem unir a todos, e fazer cessar os partidos, convergindo a acção commum para o mesmo fim — a conservação da independencia". No segundo caso, a Chronica Interna defende que "não devemos acreditar que um só portuguez se esqueça d'este memoravel dia, em que Portugal recuperou a sua independencia, sacudindo o jugo de Fillipe 4° de Castella; dia, que sem offender as nossas actuaes relações de amisade com Espanha, não podêmos deixar de considerar de maior gloria, virtude e heroismo nacional".

38 *Ibidem*, n° 7, Julho de 1849, p. 434-440 e n° 1, Janeiro de 1850, p. 33-35.

39 *Jornal da Tarde*, Porto, n° 51, 9 de Dezembro de 1874, p. 1. Refira-se que esta ideia vinha já de trás; em 1812 o Investigador Português publicara um texto escrito seis anos antes com o seguinte título: *Discurso em que se trata o Elogio da Nação Portugueza; Provas da Superioridade do seu espirito, e caracter Militar, relativamente aos outros povos da Peninsula; commemoração das epocas em que o Amor da Independencia tem realçado o lustre, e gloria de suas proezas; e refutação de diversos argumentos allegados contra a possibilidade de defensa doReino. Escrito, e Dedicado a Nação, e Exrcito Portuguez, por hum official do real corpo de engenheiros* (cf. *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, Londres, N. Bryer Impresor, n° 12, Junho de 1812, p. 17-33).

espanhol o mais visível traço de anticastelhanismo da imprensa periódica portuguesa da época, que naturalmente traduzirá um sentimento popular e quadro mental. Aliado ao anátema sobre a índole do povo era frequente a condenação intemporal do governo ou sistema de governo, sempre associado a ressonâncias tirânicas e despóticas. As leis, como manifestação inconsciente da consciência jurídica de um povo, traduziriam a sua maior ou menor apetência para a liberdade e para o constitucionalismo, como defende um texto da *Civilisação*, a propósito da restauração da constituição espanhola de 1845, estabelecendo uma comparação nesse domínio entre os dois países peninsulares:

"N'um paiz, como Portugal, aonde a opinião essencialmente livre, e os costumes brandos e liberaes corrigem as imperfeições e temperam os defeitos da carta constitucional, comprehende-se que mantenhamos, apezar de imperfeito e de deficiente, o codigo fundamental. Aqui, como na Gram Bretanha, a constituição está mais nas tradições e nos espiritos que nas prescripções ás vezes meticulosas da lei politica. Em Hispanha, onde a reacção é a regra, e a liberdade a excepção, onde o poder é mais propenso a confiscar do que a dilatar as franquias populares, onde a espada governa mais do que a tribuna, ou a anarchia mais do que a liberdade, onde os partidos tem entre si mais do que os de Portugal a sinistra distancia que lhes marca o fusilamento, terrerosissimo talião das luctas civis, alli é necessario que a lei politica seja mais explicita, mais clara, menos atreita a sophismação do que entre nós, que mais nos governamos pela indulgencia, e pela brandura do que pela vindicta dos partidos irritados"[40].

Alguns testemunhos da imprensa portuguesa são particularmente cáusticos em relação à Espanha e ao temperamento do seu povo. O excerto que a seguir se reproduz, extraído do artigo *Nós e os hispanhoes* que pretendia marcar os contrastes a traço grosso, defendia mesmo a existência de uma cultura e de uma educação da violência naquele país:

"A Hispanha, que representa no mappa da Europa uma posta de sangue; a Hispanha, que é a Africa Europêa; a Hispanha finalmente que offerece aos viajantes, como distracção, as praças de

---

[40] *A Civilisação*, Lisboa, nº 106, 24 de Setembro de 1856, p. 1.

touros; a Hispanha, dizemos, poderá nunca servir de exemplo a paiz algum?

A nossa indole, naturalmente pacifica, poderá nunca coadunar-se com a indole dos hispanhoes naturalmente sanguinaria?

A educação que ainda meninos os hispanhoes levam, os espectaculos medonhos a que os fazem assistir endurece-lhes o coração e preprara-os para mais tarde assistirem indifferentes aos fuzilamentos, ao garrote vil e a todos os castigos infligidos por aquelles selvagens.

Ha hispanhoes verdadeira e legitimamente liberaes; porém esses, esses, ou se expatriam voluntaria ou forçadamente, ou então conseguem ser os primeiros fuzilados"[41].

O artigo *Assassinatos publicos na Hespanha* é paradigmático da representação hiperbólica da violência espanhola, tocando mesmo as raias do ódio xenófobo, e chegando ao exagero de condenar a nação vizinha à desmembração e à diáspora, para não prejudicar os outros e a si próprio:

"Para flagello e opprobio da humanidade em geral, e indelevel ferrete d'ignominia da Europa do seculo 19°, um povo de canibaes, d'antropophagos, de selvagens ferozes, continua reger-se a si, e por suas leis de sangue, n'esta que se diz, e em verdade é, a actual mais civilisada e culta parte do mundo!

Não é preciso dizel-o: — já se vê, que se tracta da visinha *Hespanha*.

Em toda a parte a instrucção desbarbarisa os povos, e lhes adoça os costumes, menos na *Hespanha*. Uma raça d'homens sanguinarios, ou se melhor se dissera de hyenos, que nunca pôde nem sabe comprehender o que seja humanidade, habita aquelle solo. Em actos de sangue e de carnagem, em todas as epochas, o *hespanhol* se apresenta sempre o mesmo.

Devassando as regiões da America, este homem barbaro, não conquista, extermina *cincoenta milhões* dos pacificos habitantes d'aquella parte do globo terraqueo, diz o insuspeito *Las Casas*, foram victimas do seu furor selvagem! — O infeliz *americano* é perseguido e buscado com a ancia do possesso, como se fôra féra indomita e carnivora, primeiro nos povoados, depois nas matas virgens, e por

---

41 *Clamor Militar*, Porto, n° 342, 24 de Setembro de 1868, p. 1.

fim nas brenhas e nos centros da terra, indo-o até ahi farejar e devorar carnivoros cães, a destrados por seus barbaros senhores para este mister; e não cessa a carnificina senão quando do alto do Vaticano, a voz auctorisada d'um papa, pelas ideas do seculo de então, concede os fóros d'homem áquelles desditosos!

Erguendo as fogueiras da inquisição o *hespanhol*, converte as gemonias e o tisnar dos corpos do *auto de fé* n'um espectaculo de prazer e de regosijo publico, e o dá de cada vez que se propõe a agradecer ao ceu um favor recebido d'elle, ou intenta abrandar-lhe as iras!

Vai tambem hoje este homem na onda da geral civilisação em que marcha a epocha, mas estacionario em sentimentos humanitarios, rega com ondas de sangue a propria ideia da liberdade! Não ha uma dissenção intestina que não caminhe e que não acabe pelo fuzilamento! N'aquella terra de sangue se barateia a vida como se fôa a coisa de menos valor para o homem. Ortega e mais quatro, são os ultimos protogonistas d'esta targedia sem fim!

A ferocidade d'este povo prende na sua educação que é a do curro. Ali, o *hespanhol* desde a sua mais tenra infancia se familiarisa com o sangue que vê correr a jorros dos touros, dos cavallos, e dos proprios homens, sem o que a festa não presta. N'esta festa de hotentotes, o *hespanhol*, expande seu animo em demonstrações da mais delirante e frenetica alegria, ao vêr o boi traspassado pela garrocha e pela espada embebida em seu corpo até aos copos; o cavallo estripado, arrastando os intestinos pela praça até ir cahir arquejante no solo, e sobre o qual corre a tripudiar o *muchacho*, cravando-lhe ao som de mil improperios, e barbaras chufas, uma e cem vezes a pequena faca de que já anda munido!

E que nos fallem os *hespanhoes d'união iberica*!...

Um povo assim, deve ter a sorte dos israelitas: não póde, não deve formar um corpo de nação, mas sim ser espalhado por toda a terra, para que impotente, não possa fazer mal a si proprio"[42].

O *Português*, na edição que publicava uma carta de Elvas que relatava a execução por garrote de dois sargentos, em Badajoz, no

---

42 *O Raio*, Porto, nº 34, 12 de Junho de 1861, p. 1. Refira-se que esta toada anticastelhana é visível em vários artigos do periódico, nomeadamente no texto intitulado *Iberismo*, da mesma edição, ou ainda *Portugal e Castella* (cf. nº 36, 19 de Junho de 1861, p. 2).

dia 1 de Setembro de 1859, colocou também a tónica na diferença da educação:

"A Hespanha e Portugal são dois paizes, que, se pela natureza do sólo parecem creados para formar um só povo, não o podem jámais formar a contento dos portuguezes; porque as tendencias, os habitos, os costumes, os instinctos, a educação dos habitantes dos dois paizes são oppostos, contrarios, irreconciliaveis até.

A Hespanha educa os seus cidadãos diante dos mais horriveis assassinatos, acostuma-os ao goso humanitario dos conselhos de guerra permanentes, dos fusilamentos, das mortes de garrote vil, e habitua-os a admirar as *vantagens sociaes* do alto emprego do carrasco. Em Portugal abomina-se toda a qualidade de assassinato, não se toleram conselhos de guerra permanentes, indigna-se já hoje a sociedade ao pensar, que o governo faria subir as escadas da forca a qualquer criminoso, não se admitte a sangue frio a idéa de que o carrasco possa ter exercicio hoje nesta nobre terra de Portugal"[43].

A desvalorização da civilização e dos valores espanhóis era também evidente quando se utilizava a estratégia de menosprezar as suas próprias vitórias. Foi o caso da guerra de Marrocos, na qual o periódico de Manuel Jesus Coelho achava que a Espanha havia parodiado sofrivelmente a guerra da Crimeia, tendo a sua vantagem sido previsível face à irregularidade das forças marroquinas. Lucrara 18 mil mortos, uma boa maquia de indemnização, mas não ganhara o respeito da Europa porque não usufruía de liberdade política[44].

Indubitavelmente, a questão ibérica foi o fermento deste anticastelhanismo feroz, dos severíssimos e redutores juízos da sua cultura; o excerto do *Pensamento* é outro exemplo eloquente deste "auto de fé" da civilização espanhola nas páginas da imprensa portuguesa:

"Vil ambição, propria só de um paiz traidor, sanguinario, e quasi barbaro ainda!

Castella e toda a Hespanha tem-nos inveja e quer dominar-nos para saciar-se! Temorosa em seus designios tenta illudir-nos com palavras e promessas de amisade..., offerece-nos uma união! ... O laço não é feio, não é mau o calculo; mas todos nós sabemos que a

---

[43] *O Portuguez*, Lisboa, nº 1915, 17 de Setembro de 1859, p. 1.
[44] *Ibidem*, nº 2093, 19 de Abril de 1860, p. 1.

Hespanha é a patria do *Maroto*! Todos nós sabemos que a Hespanha nutre ambições, e um povo assim não inspira confiança; de mais, portuguezes não transigem com barbaros, e os hespanhoes são barbaros: a sua lei é o trabuco, a sua justiça é o fusilamento, isto na actualidade, que já elles dizem civilisada!!...

Tal civilisação, que a mastiguem com pimentão e alhos, e que a vomitem no inferno!"[45]

Noutros casos, mais optimistas em relação à indole dos espanhóis, partiu-se do princípio que "a Hespanha é uma das nações em que o espirito do governo é mais contraposto ao genio do povo"[46], imputando-se aos centros do poder, sobretudo à corte, todos os grandes males como o fanatismo, a devassidão, a crueldade e a tirania, de que Filipe II e Torquemada eram expoentes máximos.

O sangue dos mártires era frequentemente evocado veiculando-se a imagem de uma Espanha em perpétua "embriaguez sanguinaria" e "vergonhosa barbarie" que "a despeito dos nobres sentimentos de muitos de seus filhos, não se resolve a largar o canibalismo da meia idade!"[47]

Este abismo nos comportamentos e mentalidades é apresentado como o factor que torna as duas nações irredutíveis a uma convivência política hegemónica:

"Tem vogado a mania do iberismo, falla-se em annexações, na homogenidade dos habitos, da lingua, e da religião; é falso.

Entre Portugal e Castella não ha montanhas, não ha rios, não ha mares, que nos separem: mas ha uma distancia infinita entre um e outro paiz, que são os sentimentos humanitarios.

A politica de Castella concede tudo, menos viver, a nossa cura as feridas sociaes com outro balsamo mais reparador, a piedade"[48].

A ausência de piedade ligava-se à crueza da perseguição política, abundantemente vituperada na imprensa portuguesa:

"Diz-se que o gabinete hespanhol acaba de dirigir notas diplomaticas ao nosso governo, pedindo-lhe a expulsão dos emigrados, que as desgraçadas dissensões d'aquelle paiz obrigaram a refugiar-se em Lisboa.

---

45 *O Pensamento*, Braga, nº 6, 30 de Maio de 1861, p. 1.
46 *Revolução de Setembro*, Lisboa, nº 1930, 19 de Agosto de 1848, p. 1.
47 *A Opinião*, Lisboa, nº 994, 25 de Abril de 1860, p. 1.
48 *Ibidem*.

Nada ha que nos faça duvidar da veracidade desse boato. Desgraçadamente os individuos que tem dirigido os destinos de Hespanha pareceram sempre dominados por instintos ferozes, mais proprios de uma horda de selvagens.

(...) Para elles a carnificina e os fuzilamentos são um divertimento tão delicioso como uma corrida de touros, embora cubram de lucto centenares de familias.

(...) Terminaremos, pois, fazendo votos porque essa disparatada união iberica, que tanto ocupou alguns espiritos enthusiastas, não venha nunca a realisar-se, ou, se realise somente quando a Hispanha não ache um praser incomparavel nas contorsões dos moribundos e no cheiro do sangue"[49].

Pedro José da Conceição chamou à Espanha "país desgraçadissimo" onde triunfava a lei do sangue e do despotismo, e congratulou-se com as diferenças de índole política e mental entre os dois países da Península:

"Nós, mais felizes, vamos caminhando, e fazemos votos para que entre nós se não realizem sucessos iguaes aos que temos observado na visinha nação"[50].

Os próprios títulos dos artigos sobre Espanha, quando os havia, já sugeriam os severos juízos de valor que a imprensa portuguesa fazia relativamente a esse país; a *Folha do Sul* publicou um texto intitulado *Hespanha em 1866. Breves e Tristes Reflexões* que versava a dificuldade, quase impossibilidade, dessa nação atingir a liberdade[51].

O gosto pelo sangue, o carácter dos espanhóis, a ambição dos políticos, a instabilidade político-governamental, convergiram na imagem da Espanha como o país das revoluções e das conspirações, uma autêntica "Babel politica", como lhe chamou, por exemplo, a *Gazeta do Meio-Dia*[52].

No artigo *O Ideal dos Hespanhoes*[53], Urbano Loureiro caricaturava a situação e afirmava que "pan y toros" não satisfazia já aquele povo que precisava sobretudo de revoluções, e já agora de aljubes, visto que metade da população se encontrava na cadeia. No

---

49 *O Clamor Publico*, Porto, nº 179, 19 de Setembro de 1857, p. 1.
50 *A Verdade*, Porto, nº 335, 27 de Outubro de 1856, p. 1.
51 *Folha do Sul*, Évora, nº 180, 17 de Fevereiro de 1866, p. 1-2.
52 *Gazeta do Meio-Dia*, Évora, diversos números de Dezembro de 1865.
53 *Ortigões*, Porto, nº 4, Janeiro de 1877, p. 39-47.

mesmo tom, o seu artigo *A Hespanha no anno 3000*[54], explicava com graça:

"Ora eis aqui o ideal do povo hespanhol: — fazer quatro revoltas e depôr quatro governos e assistir a uma corrida de touros, tudo no espaço de tres horas! Feliz povo!"[55]

De entre a panóplia de costumes bárbaros e cruéis avultava o fusilamento, frequentemente apontado como um atentado ao direito e à justiça, um abuso bruto da força:

"Ha ainda quem falle em *união iberica*! Se ha alguem em Portugal que se queira pôr na contingencia de ser fusilado a sangue frio, se ha por ahi alguem sequioso d'esses barbaros e deshumanos espectaculos, esses devem ser ibericos"[56].

As prestações de Eça de Queiroz para o *Distrito de Évora* corroboram na representação de uma Espanha decadente, morrendo "em agonias asperas e dolorosas"[57], convulsionada e violenta, com a qual Portugal não deveria ter mais pontos de contacto ou semelhança do que os imprescindíveis, como sugere a epígrafe do presente capítulo. Reinvindicava para o seu país uma praxis política racional e serena, bem diferente da que comandava os destino da nação vizinha:

"Os prenunciamentos militares, as traições de garrote, os fusilamentos rancorosos pertencem á Hespanha. Nós queremos para nós a revolução serena das ideias, queremos a intervenção do espirito para evitar a intervenção do sangue. Os homens de Estado de Hespanha são histriões tragicos que pisam o solo ensanguentado; queremos que os nossos homens de Estado sejam intelligencias robustas e honradas que andem pelo solo uberrimo da prosperidade e da paz"[58].

Daí que o insulto aos ministros portugueses advenha tão somente da comparação com as figuras do poder político-clerical em Espanha: "Elles os homens do fanatismo, da reacção, das amisades clericaes, das intimidades do arcebispo Claret. Elles os irmãos politicos de Narvaez, a quem falta um paiz para dizimar"[59]. A crítica

---

54 *Ibidem*, nº 5, Fevereiro de 1877, p. 16-27.
55 *Ibidem*, p. 27.
56 *Trinta Diabos*, Lisboa, nº 46, Dezembro de 1869, p. 2.
57 *Districto de Evora*, nº 5, 20 de Janeiro de 1867, p. 1.
58 *Ibidem*, nº 25, 4 de Abril de 1867, p. 1.
59 *Ibidem*, nº 42, 2 de Junho de 1867, p. 1.

ao executivo radica na semelhança com o seu congénere de Madrid: "O governo está modelando o seu systema politico, pelo systema oppressor do ministerio militar de Narvaez"[60].

Este general espanhol era responsável, na opinião de Eça, por "uma ditadura esteril, embrutecedora"[61], geradora de uma tenebrosa ordem politico-moral:

"Em Madrid reina completo terror. Os menores delitos politicos são castigados com pena de morte, e estas não ficam em simples ameaça. Os fusilamentos e as deportações são a ordem do dia, as cadeias estão cheias de presos; as denuncias mais odiosas, inspiradas por indisposições partidarias, por vis interesses particulares, afluem ao governo, que lhes presta completa atenção"[62].

A violência como índole do povo espanhol explica-a Eça como uma perseverante reminiscência de ordem étnica:

"Da raça do Sul deve exceptuar-se a Hespanha; essa tem a violencia africana, muitos seculos guardou em si o elemento mourisco, muito tempo se passará antes que elle se dissipe na Hespanha"[63].

Esta teoria prevalece no seu texto intitulado *A Hespanha*, que comentava a política de aliança com esse país preconizada por Casal Ribeiro, então chefiando a pasta dos Estrangeiros. Refutando os argumentos do ministro baseados na história, nos factos sociais e na geografia, contraria tal aliança insistindo nas diferenças históricas e culturais dos dois povos: "metade do sangue hespanhol é africano: todo o sangue portuguez é da raça latina"; o temperamento português vinha-lhe do espírito marítimo, a Espanha esteve sempre em encarniçada luta com a Europa, e as conquistas do mar vieram-lhe dos estrangeiros como Colombo; "Portugal solitariamente comettia os seus feitos do mar: a Hespanha solitariamente ia chupando a America"[64].

---

60 Ibidem, nº 21, 21 de Março de 1867, p. 1. Este político espanhol é o mais visado na imprensa portuguesa em geral. O *Distrito de Évora* considerou ignominiosa a intenção do decreto de 21 de Dezembro de 1866, pelo qual o governo português distinguiu Narvaez com a Grã Cruz de Avis (cf. nº 23, de 28 de Março de 1867).

61 *Ibidem*, nº 5, 20 de Janeiro de 1867, p. 1.

62 *Ibidem*, nº 18, 10 de Março de 1867, p. 1.

63 *Ibidem*, nº 3, 13 de janeiro de 1867, p. 1.

64 *Ibidem*, nº 10, 10 de Feveriro de 1867, p. 1.

Por outro lado afigurava-se-lhe que a literatura portuguesa também não intentava qualquer aproximação, já que nela se via, em todos os tempos, "odio á Hespanha, glorificações dos nossos triumphos, amesquinhamentos do caracter hespanhol".

Em suma, Eça repelia a aliança, contrariando um a um os argumentos tradicionais favoráveis à aproximação:

"Se os nossos temperamentos, a nossa lingua, os nossos costumes, o nosso fim, o nosso passado e a nossa historia — são os mesmos — então não haja só a alliança, haja tambem a fusão.

Mas se o nosso temperamento, a nossa indole, a nossa historia, a nossa raça, quasi o nosso clima, tudo é differente, se de mais somos velhos inimigos, não affastemos só a idéa da fusão, affastemos tambem a idéa da alliança"[65].

Uma das execuções de Espanha que mais agitou a opinião pública portuguesa, gerando um movimento de repúdio, foi o do general Ortega. Passos Manuel escreveu uma carta a Isabel II, pedindo a comutação da pena do militar, a qual foi publicada no *Eco Popular* de 17 de Abril de 1860 e reproduzida noutros jornais, que também publicitaram a carta do filho do sentenciado à morte, Leopoldo Ortega e Ballesteros, datada de 10 de Abril, que pedia clemência à soberana espanhola. Foram inúmeros os textos que a imprensa portuguesa de todas as sensibilidades lhe consagrou, antes e após a execução, todos de teor semelhante ao excerto seguinte:

"As noticias de sabbado dão-nos fuzilado o general Ortega. De nada valeram as supplicas d'uma esposa e d'um filho para o coração d'aquella, que tambem é esposa, que tambem é filha, que também é mãi!

Quando acabará na Hespanha um tão sanguinario systema? Quando é que na visinha nação os governos deixarão de ter o seu alicerce o sangue dos patibulos? E quererão ainda, depois destes factos, que nós sejamos ibericos?

O iberismo, idea que em these póde enthusiasmar tanto a quem ame a prosperidade da peninsula, perde todo o seu valor diante destes exemplos d'intolerancia, que a nação hespanhola, ou antes os seus nefastos governos, nos teem dado"[66].

---

65 *Ibidem.*

66 *O Amigo do Povo*, Porto, nº 81, 23 de Abril de 1860, p. 1.

Com o título *A Hespanha em Guerra com a Civilisação*, o *Português* vituperava a lei "crê ou morre" do Alcorão que aí dominava, produzindo outro protesto que incluía a sugestiva declaração: "Queriamos antes ser colonos inglezes, do que subditos do *maternal* governo de Izabel a Catholica"[67].

Neste contexto, não supreende que se cheguem a considerar o temperamento e concência política dos portugueses mais próximos de outros povos do que dos espanhóis. Um artigo do *Kaleidóscopo* apresentava os Iberos como uma subdivisão do povo europeu, os quais se dividiam em castelhanos (impropriamente chamados espanhóis) e portugueses, povos com algumas semelhanças mas também com profundas diferenças:

"Entre os portuguezes e os castelhanos ha poucas differenças, admittamos mesmo *egualdade* sob certo aspecto; mas, coisa para notar, ha grandes differenças a outros respeitos. Se os portuguezes, na ligua no culto externo, na figura, nos parecemos muito com os castelhanos, — nos costumes em geral mais nos parecemos com os inglezes e francezes que com os nossos vizinhos.

(...) Estes dois povos vizinhos tem eguaes governos e gozam ambos da mesma liberdade civil. Mas examine-se com attenção se vale a pena — e achar-se-ha que ha differnça e talvez bem grande entre governo portuguez e governo catelhano, entre liberdade portugueza e liberdade castelhana. A liberdade de imprensa por exemplo approxima-nos da Inglaterra e affasta-nos dos nossos vizinhos"[68].

A apregoada diferença civilizacional e temperamental era assim apontada como a causa de uma histórica vivência independente, se bem que necessariamente paralela. Um texto intitulado *Hespanha e Portugal*, defendia que as duas famílias peninsulares se encontravam delimitadas "por uma linha de respeito" que permitira um desenvolvimento equiparado em glórias, mas quebrada em 1580, quando Portugal caíu "nas garras da aveludada pata philipina, e se sumiu na voragem insaciavel d'aquella côrte sinistra e engravatada"[69]. Assim, enquanto de um lado se regava a pátria com suor, e o outro com sangue, solicitava-se

---

67 *O Portuguez*, Lisboa, nº 2095, 21 de Abril de 1860, p. 1.

68 *Kaleidóscopo*, Lisboa, Jul.-Dez. 1865, p. 2.

69 *Jornal para Todos*, Lisboa, nº 1, 1 de Dezembro de 1869, p. 1.

à Espanha que se unisse a Portugal no laborar incessante da civilisação, única via pela qual "a peninsula poderá reconquistar o nome que já teve na historia"[70].

Não menos curioso foi o facto de a imprensa portuguesa publicitar textos da espanhola que salientavam as características positivas da civilisação portuguesa. O *Progressista*, por exemplo, traduziu o artigo principal do diário madrileno *Las Novedades*, de 24 de Junho de 1863, que elogiava a abolição da pena de morte em Portugal, e insistia na diferença de educação e índole entre os dois povos[71]. A *Voz da Liberdade* divulgou esse mesmo texto, aproveitando para vituperar os "falsos portuguezes que ainda pensam na união iberica"[72].

Mas o reverso da medalha também era visível; em 1860 o governo espanhol proibiu a circulação no seu país do jornal de Valença, *A Razão*, por causa de alguns artigos que nele haviam sido publicados a respeito do fusilamento de Ortega[73]. Este periódico minhoto, que em 1857 se manifestou veementemente contra a extradição dos emigrados espanhóis, solicitada pelo embaixador daquele país[74], vituperou a *Tyrannia Hespanhola* apoiada no garrote[75], e lembrou a desconfiança dos portugueses para com os políticos espanhóis:

"Nós os portuguezes amamos os hespanhoes como nossos irmãos, como nossos amigos e como nossos companheiros na estrada da civilisação e do progresso, mas detestamos os seus homens de estado em quanto mandarem assassinar os cidadãos que gostão mais de Carlos 5° do que de Izabel 2ª"[76].

Concomitantemente, a liberdade de imprensa na península foi uma bandeira bem agitada pela *Razão*, nomeadamente no longo artigo intitulado *A Imprensa e o Iberismo*, onde a folha

---

70 *Ibidem*, p. 2.

71 *O Progressista*, Lisboa, n° 82, 28 de Junho de 1863, p. 1.

72 *A Voz da Liberdade*, Porto, n° 51, 4 de Julho de 1863, p. 1.

73 *O Ecco Popular*, Porto, n° 119, 6 de Junho de 1860, p. 3.

74 "É mister mostrar que no nosso paiz, neste canto da Europa chamado Portugal existe um povo humano e hospitaleiro, e um governo liberal, tolerante e illustrado" (cf. n° 423, 28 de Setembro de 1857). Nesta matéria foi secundado por muitos outros periódicos como a *Aurora do Lima*, de Viana do Castelo, que apontava a Espanha cada vez mais refractária ao progresso e à tolerância (cf. n° 267, 2 de Outubro de 1857, p. 1.).

75 *A Razão*, Valença, n° 811, 27 de Abril de 1860, p. 1.

76 *Ibidem*, n° 823, 25 de Maio de 1860, p.1.

regeneradora respondia às recriminações da *Epoca*, periódico madrileno que censurou os excessos de linguagem de vários jornais portugueses, advogando que se a liberdade de imprensa era de tal forma licenciosa, tornava-se preferível prescindir dela. Foi esta "estranha e peregrina conclusão" que a *Razão* refutou, defendendo denodadamente a liberdade de imprensa, como "a mais nobre garantia do individuo na sociedade", e uma das conquistas de civilisação que a união suprimiria :

"Por muita que seja a illustração em Castella, é certo, que o nosso paiz lhe não cede um passo nesta parte. Ha mesmo certas e determinadas circunstancias, que denunciam da parte da nação portugueza um mais avantajado desenvolvimento.

Podem por ventura os idialistas do iberismo achar termo de comparação entre tolerancia politica nos dous paizes?

(...) Que os vanaes e corrompidos evangelisadores da fusão iberica estremeçam dos juizos que a imprensa de Hispanha faz do primeiro e mais sublimado dogma do systema representativo.

Que se recordem de que a fusão traria immediatamente a suppressão, e o aniquillamento da imprensa.

As leis de sangue, que estão a cada passo inquinando o solo castelhano, viriam transformar o nosso paiz em uma hecatombe de victimas á ferocidade proverbial daquelle povo.

Sem imprensa, sem garantias, sem formulas, o iberismo seria a morte infallivel de um povo, que apezar de seus desvios e de seus erros, está dando á Europa um testimunho de sua illustração, e nomeadamente á Hispanha lições severas de humanidade"[77].

Outro exemplo colhido na imprensa da província, desta feita no *Liberal de Viseu*, comprova que o reaccionarismo inibidor da liberdade de imprensa em Espanha, era apontado como uma das chagas do sistema político daquele país:

"A nossa visinha Hespanha lá se agita de novo nas convulsões da guerra civil. A reacção, cerceando todas as alforrias populares, pondo mordaças na imprensa, e tornando-a um exclusivo das classes monetarias, envolverá em ignobeis balandraus o nobre genio da Hespanha"[78].

---

[77] *Ibidem*, nº 961, 16 de Maio de 1861, p. 1-2.

[78] *O Liberal*, Viseu, nº 23, 22 de Julho de 1857, p. 1.

O *Jornal do Porto* apontou também outro exemplo da censura espanhola: a proibição da publicação do *Eurico, o Presbítero* no periódico de Madrid *La America*, em virtude do fiscal de imprensa considerar que havia nessa obra ofensas a Roma. O seu comentário é curto mas eloquente: "Que paiz e que liberdade! E ha quem falle em união iberica!"[79]

Um comunicado com o título *Iberismo* que um leitor enviara a este jornal, explicava que o espanhol como opressor, era "orgulhozo, fanfarrão, tyrannico e ambiciozo", e como oprimido era "altivo, colerico, desconfiado e vingativo", qualidades às quais se podia acrescentar "uma sede de sangue insaciavel e uma intolerancia absoluta"; daí que as boticas políticas daquela nação não aviassem senão dois remédios: o fuzilamento e o garrote"[80].

Neste contexto não surpreende a torrente de recriminações aos espanhóis de que a imprensa servia de veículo propagador. Não surpreende que abertamente se afirmasse a antipatia e suspeição que eles inspiravam aos portugueses:

"Não sympathisamos politicamente com a Hispanha, nem fazemos mysterio da nossa antypathia.

(...) Se não ha odio de raça, ha da nossa parte uma desconfiança indelevel, hereditaria, ainda justificada — e sempre justificada; ao passo que da parte dos hispanhoes, ha uma arrogante sobranceria, o orgulho inseparavel do seu caracter, e n'uma palavra a indole que lhes é propria, e que moralmente constitue tambem uma barreira insuperavel entre os dois povos"[81].

Estes "mimos" não eram apanágio exclusivo da imprensa portuguesa; os periódicos espanhóis que combatiam a ideia ibérica esgrimiam as mesmas razões para fundamentar a impossibilidade da união; *El Leon Español* argumentava que entre os dois povos havia um desconhecimento mútuo que explicava a recíproca antipatia e a profunda indiferença[82].

A despeito da aparente semelhança aos níveis político e religioso, já que se tratava de duas monarquias representativas que

---

79 *O Jornal do Porto*, nº 242, 20 de Outubro de 1860, p. 3.

80 *Ibidem*, nº 294, 22 de Dezembro de 1860, p. 2. Refira-se que este texto assinado por X. tem como objectivo criticar as colaborações do correspondente de Lisboa, que diz preparar e publicitar a união ibérica.

81 *Jornal do Porto*, nº 201, 5 de Setembro de 1867, p. 1.

82 *Ibidem*, nº 151, 8 de Julho de 1865, p. 1.

professavam o catolicismo, a *Concórdia* obstou que era exactamente nesses dois campos que as diferenças eram mais evidentes. Isto é, a nível religioso não havia país mais intolerante do que a Espanha, onde eram recusados templos aos protestantes ingleses, e estava interditada a entrada ao *Times*[83]; no campo político, sucediam-se governos "exdruxulos", já que "ninguem sabe debaixo de que lei vive, nem qual a forma de governo que alli existe"[84], sendo patente o *deficit* constitucional e o aviltamento do regime liberal[85].

Reputando a pena de morte como uma "profunda infamia", um reflexo da alucinação e do fanatismo, o *Popular* manifestava a sua indignação pela vivência política daquele país católico:

"Quem haverá, que não se horrorise ao ler a descripção das scenas de barbaria, representadas pelos incendiarios fanaticos, pregando e praticando o roubo, a pilhagem, o incendio, o assassinio em nome da Religião santa do Crucificado?!"[86]

Refira-se que esta associação do reaccionarismo clerical-religioso com a prepotência política em Espanha, caldeada na vasta problemática da questão ibérica, não foi de todo invulgar na opinião veiculada pela imprensa portuguesa. O *Clamor Militar* fornece um exemplo sugestivo:

"Ha quem ame o carrasco, e quem deseje o frade. Um e outro são irmãos, tecem a negra teia da reacção, reacção que já nos ameaça de portas a dentro com os seus bentinhos e as suas confrarias jezuiticas.

A dissolução social começa já pela sizania introduzida no seio das mais honestas familias, onde os samarras negras se introduzem mansamente, como no seio das flores se escondem numerosas áspides.

Cremos na questão iberica ter grande parte a reacção ultramontana, que já se manifesta entre nós.

Que quer dizer virem frades hispanhoes offerecer ao governo a fundação de conventos e collegios?

---

83 *A Concordia*, Porto, nº 61, 10 de Setembro de 1853, p. 1.
84 *Ibidem*, nº 148, 25 de Dezembro de 1853, p. 1.
85 *Ibidem*, nº 117, 16 de Novembro de1853, p. 1.
86 *O Popular*, Coimbra, nº 242, 20 de Julho de 1856, p. 1.

Que querem dizer as predicas de certos ecclesiasticos, onde se attacam a liberdade, as instituições do estado e aonde se faz o apanagio do *reino catholico*?"[87]

A propósito de uma correspondência de Roma para um jornal belga, que defendia a anexação de Portugal pela Espanha, um texto da *Aurora do Lima* com o título *Ibericos e Reaccionarios* acusava a reacção politico-religiosa de usar sempre as mesmas armas do trono/altar como instrumento de predomínio. A correspondência referia-se a Portugal nestes termos:

"Só Deus sabe o futuro d'este reino microscopico, que tem ridiculas pretenções a pensador livre!

Os politicos hespanhoes entendem que o unico meio de arrancar Portugal á sua ruina e de o desligar do dominio inglez, é favorecer uma annexação para que o povo não tem repugnancia e que admiravelmente serviria tanto os interesses da terra como do céo!"[88]

O Iberismo e o Jesuitismo é o título de um artigo do Jornal do Porto que pretendia demonstrar que os pontos em comum destas duas doutrinas, a primeira conspirando contra a independência e a nacionalidade, a segunda contra as instituições liberais e a liberdade:

"É certo que ambos se apresentam mais ou menos disfarçados, assim como os seus apostolos, inculcando uns advogar as conveniencias e interesses reciprocos internacionaes, commerciaes e industriaes; outros evengelizar a moralidade publica, a reforma dos costumes, a regeneração da sociedade pela extirpação do vicio e da corrupção, pelo restablecimento de todas as virtudes sociaes e domesticas em nome da religião e do christianismo.

Nem uns nem outros porem, na exposição das suas doutrinas apparentemente seductoras, deixam de revelar através dos seus artificios machiavelicos e compustura pharisaica a perversidade do seu intento"[89].

A insatisfação dos espanhóis traduzida nas diversas sublevações tendentes a derrubar a dinastia bourbónica, sugeria à imprensa portuguesa um sentimento de superioridade em matéria

---

87 *Clamor Militar*, Porto, nº 342, 24 de Setembro de 1868, p. 1.
88 *Aurora do Lima*, Viana do Castelo, nº 981, 2 de Julho de 1862, p. 1.
89 *O Jornal do Porto*, nº 215, 20 de Setembro de 1868, p. 1.

política e social, justificando assim o ardente desejo espanhol de realizar a união ibérica como forma de participar das benesses de um sistema pautado pela moderação e pela liberdade. Desta comparação surgiu um sentimento de auto-estima, de empolação dos valores nacionais, que curiosamente coexistiu com o discurso da decadência e da auto-comiseração. O excerto seguinte reflecte esse sentimento paradoxal:

"Os hespanhoes observam que em Portugal o direito do suffragio é quasi universal; que ha plena liberdade do pensamento, que todos manifestam as suas ideias, que todos accusam os governos quando entendem que é dever accusal-os; que ha liberdade de associção e que ahi se discute sem que a authoriadde cohiba a liberdade da palavra; que se fazem comicios eleitoraes sem que as authoridades estorvem a liberdade da discussão; que ha muitos annos que o carrasco não funccciona, nem contra os criminosos politicos, nem contra os outros; que, mesmo assim, se tracta de riscar do codigo penal a pena de morte, porque os portuguezes se envergonham de que na sua legislação se encontre uma pena barbara que não se executa; que nós caminhamos apressadamente pelo caminho que conduz á perfectibilidade social.

(...) Aqui veem, os hespanhoes, o ensino liberal, o derramamento da instrucção como o primeiro elemento do progresso, os monumentos levantados a Pedro IV e Pedro V, symbolisando os principios liberaes, e outros que dizem — civilisação e progresso — emquanto que, entre elles, veem os edificios monasticos symbolo da inquisição ainda hoje representada pela censura que pesa sobre a imprensa, e as fortalezas, que dizem — guerra e tyrannia — que ainda hoje são representadas nas oppressões, e nos cadafalsos.

Eis a rasão porque a Hespanha anda alvoroçada: eis os motivos porque os governos hespanhoes receiam que debaixo do throno rebente uma explosão que destrua a corôa da sua realeza: eis as razões porque os liberaes hespanhoes fazem esforços quase sobrenaturaes para que se realize um pensamento antigo, a união dos dois povos da peninsula n'um imperio forte dirigido pelos

principios que tornam querido em toda a Europa o nome portuguez"[90].

Com efeito, a civilização portuguesa era apresentada como superior ou mais adiantada do que a espanhola, sobretudo em função dos seus hábitos e costumes adversos à violência e ao radicalismo, pelo que um artigo de fundo do *Tribuno Popular* não se coíbia de afirmar que Portugal tinha mais admiradores do que a Espanha[91].

Qualquer episódio, mais ou menos credível, servia para assinalar a diferença de tratamento dos portugueses em Espanha, e dos espanhóis em Portugal, fazendo contrastar a generosidade portuguesa com a violência espanhola. *Viva o iberismo* é o título sarcástico de uma narração magoada que traduz esse ressentimento:

"No domingo passado deu-se uma corrida de touros em Badajoz. Foram muitos dos amadores deste barbaro divertimento de Lisboa a Badajoz. As corridas foram á feição gallega. Touros estartelados, e massacrados e cavallos com tripas de fora.

Espectaculo rigorosamente hispanhol!

Sangue e mais sangue. Nos interregnos das guerras civis, quando não há patibulos, quando não há victimas humanas que arrastar ao cadafalso para se gozar esse bello e explendido espectaculo, trucidam-se animaes. Espectaculos sem carniceria não satisfazem o genio hispanico.

Parece que os portuguezes se enjoaram, e até dous se retiraram. Pois a canalha iberica cobrio de vaias e insultos os portuguezes, que não podiam olhar a asangue frio um repugnante espectaculo de carniceria e matança cruel de animaes.

A canalha hispanhola tracta assim os seus hospedes. Os portuguezes pelo contrario não só não insultam os galegos de coração, mas até fazem beneficios, promovem subscripções, e fazem excessos para dar excellente hospitalidade aos foragidos d'aquelle paiz, que se acolhem á bandeira portugueza.

Que contraste!

E ainda ha degenerados portuguezes, que se lembram de fazer de dous povos, de genios e costumes tam oppostos, um?"[92]

---

[90] *Diario do Povo de Portugal e Possessões*, Porto, nº 110, 21 de Junho de 1865, p. 1-2.

[91] *O Tribuno Popular*, Coimbra, nº 712, 22 de Novembro de 1862, p. 1.

[92] *O Viriato*, Viseu, nº 1189, 24 de Agosto de 1866, p. 2.

Também com o sarcástico título *Amabilidades dos nossos visinhos*, publicou o *Transtagano* uma notícia, aliás pouco credível na sua plena extensão, que tinha o objectivo de ressaltar a arrogância dos espanhóis sobre os portugueses, quando conviviam em situações pontuais:

"Nos dias de feira, algumas familias vindas de Hispanha, a quem se revistavam os carros, diziam cheios de enthusiasmo: — "Isto só de gente bruta, os portuguezes são uns perfeitos animaes, mas deixal-os, em pouco tempo serão uma provincia hispanhola, e então lhes ensinaremos civilidade. São uns selvagens, dizia um no meio dos seus amigos, e mais empavezado do que um perú; nem se sabem governar!"

Nós respondemos-lhes com o seguinte: *Perdoae-lhes, que não sabem o que dizem*"[93].

Nesta conformidade, são frequentes as notícias que narravam conflitos fronteiriços, atritos que traduziam as dificuldades de convivência entre os dois povos, suscitados ora por palavras, ora por actos, que variavam desde a questão do gado, da intervenção das polícias espanholas em solo português, das desavenças em locais vários de sociabilidade como feiras, touradas, festas e romarias.

Após a revolução espanhola de Setembro de 1868 verifica-se, todavia, que uma parte da imprensa portuguesa representou esse país finalmente enveredando pelo caminho do progresso, enquanto Portugal se deixava ficar para trás, indiferente e adormecido, e consequentemente mais sujeito à dependência estrangeira e à perda da sua autonomia. A *Gazeta do Correio* fornece uma passagem que ilustra esse pensamento:

"Ao passo que em Portugal reina o maior indifferentismo pelas causas publicas, ao passo que os povos na maior inercia politca só tratam de subtrair-se aos encargos publicos, a Hespanha acordando do lethargo em que jazia sepultada pela oppressão d'um governo nefasto, está dando todos os dias licções á Europa mostrando as mais acrisoladas aspirações, e o maior patriotismo.

D'esta sorte a Hespanha a engrandecer-se e Portugal a definhar-se, a Hespanha a progredir, e Portugal a retrogradar, se dentro em pouco as ambições, (aliaz muito louvaveis dos hespanhoes pois são tendentes ao engrandecimento do seu paiz) as

---

[93] *O Transtagano*, Elvas, nº 149, 3 de Outubro de 1861, p. 2.

ambições ibericas se realisarem, e a oppressão do jugo estrangeiro vier castigar-nos da nossa indolencia e indifferentismo, o que fará o povo?

— Ha-de rebellar-se contra os seus oppressores mas hade ser inutil todo o esforço porque elles são fórtes e nós somos fracos.

Portugal confiando nas tradicções gloriosas do seu passado, deixa-se adormecer docemente entregue aos sonhos e reminiscencias de 1640 e 1385, sonha-se com João Pinto Ribeiro, com D. Nuno Alvares Pereira, com a padeira d'Aljubarrota, e não se trata de aprender a dar um tiro, não se concorre para uma subscripção para armamentos, não se pagam os tributos que segundo a lei se devem pagar, e assim nos vamos definhando até que chegue o momento fatal da perda da nossa independencia, o que será inevitavel se os povos não accordam do marasmo em que a inepcia e a corrupção dos governos os tem deixado sepultar"[94].

Mas a natureza turbulenta dos espanhóis em contraste com o carácter pacífico dos portugueses, a essencial diferença de índole entre os dois povos, manteve-se inalterável nas representações daquele país, sobretudo com o fito de realçar a impossibilidade da união política. O excerto seguinte, escrito em 1876, evidencia a contumaz manutenção desse quadro mental:

"Aquelle infortunada nação, digna de melhor sorte, parece ter sido fadada para viver em continuas convulsões, em perennes discordias, em dissensões eternas.

Nãos será aquella grande parte da peninsula iberica alumiada pelo mesmo sol que nos aquece a nós, pacificos habitantes do antigo solo lusitano, que faz pated a mesma peninsula? Não irradiarão sobre ambos os paizes as mesmas constellações, não os circumscreverá o mesmo horisonte, não os banharão os mesmos rios, não os fertilisarão as mesmas chuvas? A sua constituição geologica, as suas condições climatericas não serão as mesmas?

Ou será que o sangue arabe se conservou sempre inalteravel no povo hespanhol, predominando n'elle por isso constantemente um caracter irrequieto, guerreiro e indomavel?

É certo que, se nas condições cosmologicas dos dous paizes ha differenças insignificantissimas, na feição predominante dos

---

94 *Gazeta do Correio*, Porto, nº 3, 19 de Maio de 1869, p. 1.

temperamentos, do genio e dos costumes, ha uma differença enorme, uma grande dissonancia.

Cada povo parece viver n'um meio differente, pertencer a raças distinctas, ser movido por indoles diversissimas. O povo portuguez é de indole socegada, é amante da tranquilidade e do socego, inimigo das perturbações violentas, demasiadamente soffredor, no que chega a parecer um poco abatido; o povo hespanhol, de animo bellicoso, sempre prompto para a refrega, parecendo amar as grandes convulsões e as discordias, tem costumes pouco suaves e até mesmo uma indole sanguinaria.

Em vista d'esta profunda discordancia dos genios dos dous povos, dos seus costumes e do seu viver, quem poderia acreditar na possibilidade de se unirem as duas nações, ou de coexistirem pacificamente unidas, embora os nossos visinhos chegassem a absorver-nos por um instante? Seria insensatez acredital-o"[95].

A imprensa liberal portuguesa fazia quase sempre acompanhar as suas críticas ao regime político espanhol de votos pela instauração definitiva de bases verdadeiramente liberais nesse país. Daí a compreensão pela insatisfação reinante e o apoio patenteado às consecutivas revoluções que pretendiam a alteração do regime. O único aspecto que parecia ensombrar esta análise era o receio que tais sublevações comportassem projectos unificadores para a península, como o atesta o seguinte excerto:

"Havia perto de nós uma nação, cuja politica era a tristeza e a vergonha da Europa civilisada; a Turquia era governada com mais suavidade, na Russia o pensamento era mais livre. Alguns espiritos menos soffredores levantaram o estandarte da revolta; — e todo o povo portuguez applaudio do coração o movimento. Se os inimigos da liberdade, lá e aqui, não fizessem espalhar que os revoltosos além da liberdade, queriam o iberismo, toda a população de Portugal provaria por todos os modos que lhes desejava o triumpho"[96].

A defesa do princípio da liberdade e independência, tanto na Polónia como na América do Sul, na Grécia como na Irlanda, complementava-se com o desejo de ver satisfeitas as aspirações dos

---

[95] *Diario Progressista*, Porto, nº 173, 29 de Outubro de 1876, p. 1.
[96] *A Sentinella da Liberdade*, Covilhã, nº 132, 23 de Dezembro de 1866, p. 1.

liberais espanhóis, sem que tal facto ameaçasse a independência portuguesa:

"É por isso que ha annos nos sentimos commovidos e vexados pelo que se passa tão perto de nós, na visinha Hespanha, victima constante de governos insensatos e despotas e dos horrores da guerra civil.

(...) Queremos a independencia de Portugal, mas tambem desejamos vivamente que a liberdade e a paz que nós gozamos sejam tambem partilhadas por Hespanha: são idéas que se auxiliam e não se excluem"[97].

O povo espanhol, ou os liberais espanhóis, são a entidade mais ou menos vaga a quem a imprensa portuguesa protesta a sua solidariedade e amizade, remetendo os seus políticos para uma posição mais obscura, como alguém com quem não se pudesse ou não se devesse contar. Esta atitude é alargada ao executivo, desconfiando-se do entendimento entre os dois governos, limitando-se mesmo a amplitude de diálogo entre ambos, como o demonstra este excerto:

"Pode sympathisar o partido liberal portuguez com os progressistas hespanhoes, como sympathisa com os polacos, com os romanos e com os gregos da Turquia.

Essa sympathia é e será sempre nobre, visto que tem como objecto os opprimidos. Mas ao governo não é dado sympathisar e menos ainda fraternisar com o dominio de Narvaez e dos moderados, sem trair a sua origem e envergonhar os seus amigos. Senhor absoluto de si, o primeiro é livre. O outro, representante d'um rei liberal e d'um partido nobilissimo, tem na sua procuração poderes limitados que não deve exceder a pretexto algum"[98].

Não deixam de ser curiosas a frequência e veemência com que a imprensa nacional promovia a comparação entre os dois sistemas políticos, o tom orgulhoso e até paternalista com que aconselhava a Espanha a imitar Portugal nas ditas "conquistas da civilização", a adoptar a moderação e suavidade do seu sistema, a enveredar, enfim, pelo trilho do genuíno liberalismo:

---

97 *Ibidem*, nº 140, 20 de Janeiro de 1867, p. 1.

98 *A Democracia Pacifica*, Elvas, nº 54, 14 de Outubro de 1867, p. 1.

"A distancia que nos separa, conquanto visinhos, é cada vez maior. Portugal progride no caminho da verdadeira civilisação, ao passo que a Hespanha parece retrogradar.

Os fuzilamentos não cessam alli, emquanto que a nossa terra que tinha de facto abolido a pena de morte, acaba de riscal-a do seu codigo penal.

É bem de ver que os dois povos da peninsula, ainda que a natureza não traçasse entre elles uma verdadeira linha divisoria, são elementos completamente heterogeneos, que jámais poderiam constituir um todo homogeneo.

As leis, costumes, instituições, caracter tudo nos separa, de modo que custa a crer que são os dois povos ramos saidos do mesmo tronco.

(...) Desejamos que a Hespanha opere conquistas na civilisação, porque é uma nação poderosa, porque tem em si numerosos e importantes elementos de progresso para ser uma das primeiras na assembléa das nações da velha Europa.

Infelizmente, para ella e para nós, a errada e funesta politica seguida pelos seus governos tem sido um obstaculo, para que a Hespanha occupe o logar, que pela sua importancia, riqueza e população lhe compete.

Dizemos infelizmente para ella e paar nós, porque os dois povos, portuguez e hespanhol, devem ser amigos, alliados, irmãos, no interesse e proveito d'ambos, e então a prosperidade de cada uma das nações reflectirá sobre a outra"[99].

Ao passar em revista o ano de 1867, o *Eco Portalegrense* pôs a tónica na diferença entre as vidas constitucionais dos dois países, dirigindo-se nestes termos, aliás de notável soberba, a Espanha:

"Conta os seculos que nos distanciam de ti pelos graus de civilisação em que te sobrepujamos. Ainda n'este anno assombraste o mundo com os teus fuzilamentos, coms astuas perseguições tyrannicas, com as algemas que lançaste sobre a imprensa liberal; nós desenrolamos ante seus olhos a lei sublime da abolição da pena de morte, demos-lhe exemplo da manifestação liberrima do pensamento, congratulámo-nos com a protecção fraternal aos teus

---

[99] *O Echo Portalegrense*, nº 2, 31 de Agosto de 1867, p. 1.

emigrados. Quanto é differente da tua a nossa vida constitucional!"[100]

A solidariedade expressa ao povo espanhol pelo infortúnio que parecia dirigir os seus destinos, aliava-se à antipatia pela sua casa reinante, tão contestada internamente. A figura de Isabel II sugeria à imprensa portuguesa manifestações de pouco apreço, sempre contrastantes com o amor patenteado à casa de Bragança. A visita que aquela soberana fez a Lisboa em Dezembro de 1866, foi alvo de reportagens que convergiam sempre no mesmo sentido; a cortesia que lhe foi dispensada nas cerimónias oficiais e nas manifestações populares não ultrapassou as regras de diplomacia e boa educação devidas a uma senhora e rainha de um país amigo. Mesmo assim, ora nas entrelinhas, ora mais expressamente, algumas crónicas tentaram mostrar que tal personagem não concitava os afectos dos portugueses, antes era vista como personagem de mau agoiro. Um comunicado publicado na *Sentinela da Liberdade* sobre a referida viagem é paradigmático da "aura negra" atribuída à monarca:

"Veio a Portugal a rainha da Hespanha — foi recebida com a cortesia propria do povo, e do rei; demorou-se dois dias, e partio: Deus a leve, que estou que não deixou saudades.

Antes de chegar á fronteira de Portugal o comboio em que ella vinha fez vinte e tantas victimas, algumas morreram.

Em Lisboa um official portuguez que a accompanhava cahiu do cavallo, e deu uma queda mortal.

No combate simulado um pobre grumete foi morto pelo tiro de uma peça.

Foi-se a rainha hespanhola, Deus a leve para a sua terra.

As suas graciosidades e cumprimentos de lenço não conpensão os acidentes succedidos áquelles infelizes. Deus a leve, que *de Hespanha nem bom vento nem bom casamento*, diz o nosso rifão, e o rifão não mente.

Haja muito embora boas relações de civilidade, mas mais nada"[101].

---

[100] *Ibidem*, nº 19, 28 de Dezembro de 1867, p. 1.

[101] *A Sentinella da Liberdade*, Covilhã, nº 131, 20 de Dezembro de 1866, p. 3.

Outro periódico beirão, de orientação ministerial, explicava que o respeito só significava hospitalidade e não amizade, tentando despojar de quaisquer outras significações a mera visita de Estado:

"Não queremos saber de que terra vem, o que lá se passa, nem o que lá se pensa"[102].

João Dubraz vaticinou no seu artigo sobre esta visita de Estado a queda da monarca espanhola, e fez votos que a deslocação tivesse a vantagem de lhe ensinar a moderação governativa e os costumes brandos da nação visitada:

"Oxalá que a viagem a Portugal seja util á soberana d'Hespanha, e que, volvendo á senda do seu proprio interesse, Izabel II abra as portas da patria aos proscriptos, desterre da boa terra hispanica os habitos sanguinarios que a mancham, faça pazes sinceras com os subditos offendidos, e dê á sua patria dias de liberdade, e ventura, como desfructa o nosso Portugal, pequeno em terra, mas grande em exemplos"[103].

O *Português* também aconselhou um "respeito silencioso" pela senhora e rainha, destituiu a visita de qualquer significado político, e reiterou o seu ódio à política do governo daquela soberana que, na sua óptica, deveria ter iluminado a visita com a amnistia aos emigrados, se bem que isso era quase impossível, admitia o jornal, pois Narvaez e Claret integravam a comitiva[104].

Logo após o derrube da monarca espanhola em Setembro de 1868 alguns periódicos portugueses, como as *Novidades*, a *Revolução*, a *Opinião Popular*, o *Jornal do Comércio* e a *Nação*, entre outros, criticando embora a violência do folheto distribuído em Cádiz, reproduziram a *Sentença da Rainha D. Isabel*. O ministro de Espanha em Lisboa solicitou ao governo que o ministério público processasse esses jornais da capital, o que originou uma pequena contenda em que as folhas portuguesas de novo denunciaram o atropelo à liberdade de imprensa proveniente do governo bourbónico, mesmo moribundo.

Mesmo assim os testemunhos adversos a Isabel II sucediam-se na imprensa portuguesa; João de Sousa Araújo assinou o texto *Uma Pagina da Historia de Hespanha* que considerava a soberana

---

102 *Jornal de Viseu*, nº 143, 13 de dezembro de 1866.

103 *A Democracia Pacifica*, Elvas, nº 11, 21 de Dezembro de 1866, p. 1.

104 *O Portuguez*, Lisboa, nº 4961, 1 de Dezembro de 1866.

indigna, poupada pela generosidade popular e entregue ao remorso[105].

As convulsões políticas espanholas despejaram em Portugal vagas sucessivas de exilados, tornando-se este movimento mais expressivo sobretudo a partir da década de 50, nomeadamente após a revolução de Julho de 1854. Ora acantonados em locais circunscritos pelo governo não ultrapassando as barreiras do anonimato, ora mais entrosados no tecido social português, colaborando em actividades económicas e culturais, os emigrados espanhóis foram quase unanimemente protegidos e mesmo acarinhados pela imprensa nacional, que disparava quer contra as autoridades espanholas quando reclamavam o direito de extradição, quer contra as portuguesas quando se submetiam às pretensões das suas congéneres de Madrid, ou quando dispensavam aos exilados um tratamento considerado menos digno.

Com efeito, são inexistentes os testemunhos de ressentimento contra esses estrangeiros, vítimas do despotismo e tirania do reino vizinho, e aos quais cumpria acolher segundo os preceitos dos sagrados deveres da humanidade e da hospitalidade.

Um exemplo flagrante foi a recepção a Xisto Cámara, a possibilidade de intervenção e defesa que este exilado republicano espanhol teve nas páginas dos periódicos portugueses ao longo do tempo que permaneceu em Portugal, bem como o lugar de destaque que as mesmas lhe concederam quando da perseguição fatal de que foi vítima, a poucos quilómetros da fronteira portuguesa, nos arredores de Olivença. Escreveu-se abundantemente sobre as circunstâncias da morte, assassínio ou suicídio, o destino dos seus companheiros, nomeadamente de Moreno Rodrigues que então foi feito prisioneiro, e sobretudo lamentou-se a perda de "um homem de genio"[106] que apesar de ser ser defensor da união ibérica, teve direito a epitáfios como este:

"Esta noticia produsiu aqui muita sensação em todos que tractaram com D. Xisto no longo espaço de tempo que esteve entre nós.

---

105 *O Paiz*, Coimbra, nº 66, 13 de Outubro de 1868, p. 3-4.
106 *O Jornal do Porto*, nº 105, 15 de Julho de 1859, p. 3.

A uma physionomia sympathica e intelligente, reunia tracto facil e agradavel, descobrindo muita delicadeza de maneiras e distincção de sentimentos.

Dizem-me que deixou viuva uma jovem e bella senhora, e que nunca se aproveitou do subsidio que o nosso governo concede aos emigrados politicos faltos de meios, porque tinha bens de fortuna.

É mais um martyr da liberdade"[107].

João Félix Rodriges fez no *Português* o elogio fúnebre desse "apostolo da liberdade, victima de acrisolado patriotismo" que vivera em Portugal desde 1856 até ao fim do mês de Junho de 1859, donde saíra para o seu país documentado com um passaporte do consulado espanhol[108].

Também José Ferrer do Couto, celebrado em alguns jornais, menos amado por outros, foi por esta altura uma destacada figura da emigração espanhola, e "por muito tempo o derriço dos frequentadores do Marrare do Polimento, e do Gremio Litterario"[109].

Esta postura não foi apanágio exclusivo da imprensa da capital, sendo perfeitamente evidente na chamada imprensa de "campanário", isto é, da província, como *A Razão* (Valença), *Aurora do Lima* (Viana do Castelo), *Bracarense*, etc.

Paradigmático desta filosofia foi o periódico bracarense *Partido Liberal*, que entre 1866 e 1867 se impôs como amigo solidário dos exilados espanhóis. Um deles, José Sepúlveda, escreveu aí sobre a literatura do seu país e outros temas, e a ele e aos seus colegas foram aí dedicadas diversas poesias da autoria do professor Pereira Caldas, Rodrigo de Melo, Castro de Aboim, entre outros.

Esta solidariedade não passou despercebida aos olhos das autoridades do governo civil que mantiveram sobre vigilância o jantar que esses liberais deram no Hotel dos Dois Amigos, em despedida aos emigrados espanhóis. A suspeição subjacente a tal atitude suscitou a indignação do periódico, que considerou ter sido vítima de uma insinuação vil e infame:

---

107 *O Braz Tisana*, nº 158, 16 de Julho de 1859, p. 2.

108 *O Portuguez*, Lisboa, nº 1859, 13 de Julho de 1859, p. 2.

109 *O Braz Tisana*, nº 156, 10 de Julho de 1860, p. 1.

"Propalaram esses espiões que aquillo era uma manifestação iberica, e que por isso era necessario tomar todas as medidas que a gravidade do caso demandava!"[110]

Como seria de esperar o *Partido Liberal* secundou os protestos de outros periódicos, nomeadamente do *Jornal do Comércio*, contra os maus tratos dispensados a esses emigrados como retaliação pela fuga de alguns, sendo as detenções de Carlos Rubio e de Roque Barcía, este último a bordo da fragata Estefânia, um dos exemplos mais gritantes; *Estamos em Portugal ou na Hespanha?* é o título deste texto que aponta o dedo acusador ao governo Casal Ribeiro, Martens Ferrão e Fontes, comparando a sua actuação às leis sanguinárias de Narvaez[111].

Dentro deste tema as variações são mínimas; *Será Portugal uma Provincia de Hispanha* é um dos vários textos com que o *Jornal do Porto* contemplou o caso Roque Bárcia[112]. Como vários outros, este periódico tinha aliás chamado a atenção para a *Invasão Hispanhola em Territorio Portuguez*, isto era, a entrada dos quarenta guardas civis e carabineiros na freguesia de Soutelinho da Raia, concelho de Chaves, "para virem arrancar da nossa hospitalidade alguns refugiados politicos"[113].

Esta invasão nocturna frustrada pela intervenção popular suscitou veementes protestos pela violação das leis portuguesas, das convenções internacionais e do direito das gentes.

O furor rigorista da polícia espanhola pressionou as autoridades portuguesas que em Lisboa e no Porto, sobretudo, apertaram a malha sobre os refugiados políticos e espanhóis com bilhete de residência. Apesar da defesa da política de boa vizinhança, a imprensa nacional insurgiu-se em coro contra a situação, defendendo que o governo não podia consentir que em Portugal se conspirasse contra a ordem constituída em Espanha, mas também não podia obstruir a hospitalidade aos espanhóis residentes.

Também o *Braz Tisana* se distinguiu na cobertura dada à questão dos emigrados entrados em Portugal após fracassado golpe de Prim em Janeiro de 1866 e várias réplicas que esse movimento

---

110 *O Partido Liberal*, Braga, nº 32, 8 de Julho de 1866, p. 1.
111 *Ibidem*, nº 154, 3 de Outubro de 1867, p. 1.
112 *O Jornal do Porto*, nº 222, 29 de Setembro de 1867, p. 1.
113 *Ibidem*, nº 187, 20 de Agosto de 1867, p. 1.

teve até ao ano seguinte. Solidarizando-se com os seus princípios e lamentando a sua sorte, acompanhou a odisseia desses homens desde a sua entrada em terras portuguesas, ao seu acantonamento em Peniche e Cascais (Leiria e Setúbal para alguns oficiais), os subsídios alcançados do governo português e de associações particulares[114], as colocações particulares que alguns lograram obter, posteriores sublevações e fugas que levaram ao recambiamento para as ilhas, etc. Em Fevereiro de 1866, esta folha do Porto que também tratou profundamente o breve exílio de Prim, o seu manifesto e expulsão de Portugal, estimava em 1014 o números de oficiais e soldados que neste país se abrigava do "governo paternal de Izabel 2ª"[115]; só no depósito de Cascais, o *Tribuno Popular* dizia estarem acantonados 360 emigrados espanhóis, dos quais 60 eram sargentos[116].

A indignação do jornal da viúva Bandeira subiu de tom quando o governo Narvaez/O'Donnell demitiu o visconde de Soveral por ter recolhido na embaixada alguns feridos das barricadas da revolução de 23 de Junho. Este facto aliado à "perseguição atroz, estulta, barbara e brutal, que em Lisboa se está exercendo contra os emigrados hespanhoes"[117], tornou-se um dos argumentos mais agitados pela oposição. Refira-se que, curiosa e corajosamente, o *Braz Tisana* esqueceu a sua simpatia ministerial e defendeu denodadamente a causa dos exilados da revolução de 1866, enquanto que o seu conterrâneo, o *Nacional*, optou por uma posição de neutralidade. Já o *Português*, historicamente antifontista e acirradamente antifusionista, empolou o assunto projectando-o durante meses para as primeiras páginas das suas edições, dirigiu

---

114 As récitas foram um meio eficiente para se alcançar este fim. Em 24 de Fevereiro de 1866 o Teatro de S. Carlos teve um benefício a favor destes emigrados, organizada por uma comissão composta do marquês de Niza, velho amigo de Prim, Mendes Leal, Manuel de Jesus Coelho, visconde de Soares Franco, Santana e Vasconcelos, Santos Silva, Tomás Ribeiro, Ricardo Guimarães, J. E. Garcia, Rebelo da Silva, Levy, Casal Ribeiro, Silveira da Mota e Latino Coelho (cf. *O Braz Tisana*, nº 38, 18 de Fevereiro de 1866). No Porto, o Baquet ofereceu a receita da sua representação do drama *Garibaldi*, de Pessoa e Alcântara Chaves, do dia 10 de Abril de 1866, aos emigrados espanhóis (cf. *Ibidem*, nº 79, 10 de Abril de 1866). Idêntica atitude tiveram diversas companhias espanholas que então trabalhavam em Portugal.

115 *O Braz Tisana*, Porto, nº 35, 15 de Fevereiro de 1866, p. 1.

116 *O Tribuno Popular*, Coimbra, nº 1107, 8 de Setembro de 1866, p.1. Este foi outro dos periódicos que manifestou o seu apoio aos emigrados espanhóis e condenou a expulsão de Prim.

117 *O Braz Tisana*, Porto, nº 163, 22 de Julho de 1866, p. 1.

por intermédio de Manuel Jesus Coelho o movimento contrário à expulsão de Prim[118], defendeu o militar espanhol e vituperou os seus detractores[119], enfim, "contou as espingardas" da imprensa nacional relativamente a essa questão[120].

Como dissemos anteriormente, alguns emigrados espanhóis participaram da vida cultural do portuguesa, nomeadamente através de colaboração na imprensa. A prestação de José Sepulveda no *Partido Liberal*, de Braga, já foi referida, mas também Juan Munné ocupou alguns folhetins da *Gazeta do Meio-Dia*, de Évora, com o texto *Dios, trabajo y libertad. Folleto de illustracion para los pueblos amantes de sus direchos e independencia*[121]. Refutando algumas opiniões do *Bejense*[122], explicava que as ideias que dominavam os povos eram bem diferentes das do tempo dos Filipes e, embora sem se querer inculcar como defensor da união ibérica, propunha a concertação entre Portugal e Espanha através de convenções de índole económica, comercial, científica, cultural e

---

118 Foi Manuel Jesus Coelho um dos subscritores dos requerimentos ao rei de 20 e 23 de Fevereiro que pediam autorização para o *meeting* a favor da manutenção de Prim em Portugal.

119 Além de transcrever os discursos e debates parlamentares sobre o assunto, criticando os seus detractores como Pinto Coelho que insistia na tese do *complot* ibérico concertado por Prim, e elogiando os defensores do emigrado como Levy Maria Jordão, João António dos Santos e Silva, Silveira da Mota, Santana e Vasconcelos, marquês de Niza, etc., deu à estampa artigos pungentes como o da autoria de Augusto Ferreira de Campos, sob o título *Condemnação do General Prim* (cf. *O Portuguez*, nº 4737, 23 de Fevereiro de 1866, p. 2).

120 Insistindo na tese de que relativamente à questão da expulsão de Prim o governo português era secretamente apoiado pelo seu congénere espanhol e condenado pela Europa, o *Português* tentou demonstrar que a opinião pública nacional se insurgia contra tal quebra de hospitalidade, assim como importantes orgãos da imprensa; além dele próprio citou os seguintes: *Jornal de Lisboa*, *Crença*, *Doze d'Agosto*, *Tribuno Popular*, *Braz Tisana*, *Campeão das Províncias*, *Diário Mercantil*, *Vimaranense*, *Bracarense*, *País*, *Voz do Alentejo*, *Distrito de Aveiro*, *Viriato* e *Sentinela da Liberdade*. (cf. *O Portuguez*, nº 4745 e nº 4746, de 4 e 6 de Março de 1866). O general espanhol parecia, com efeito, gozar de muitas simpatias em Portugal. Em 1866 uma biografia sua foi dada à estampa com o intuito de dar a conhecer o verdadeiro carácter do "nobre campeão liberal", apresentando-o como "um consumado heroe, e não um simples aventureiro, como falsamente o tem pintado a imprensa ministerial hespanhola" (cf. *Vida do General Prim chefe da ultima revolta em Hespanha*, Porto, Typ. de A. A. Leal, [1866], p. 3).

121 *Gazeta do Meio-Dia*, Évora, nº 54, de 30 de Setembro, nº 58, de 15 de Outubro, nº 69, de 23 de Novembro de 1864. Embora se dissesse neste último folhetim que o trabalho continuava, a sua publicação não prosseguiu.

122 Nomeadamente o seu artigo principal do nº 185, de 9 de Julho de 1864, onde se afirmava que Portugal rejeitava para sempre o casamento com a sua vizinha, embora este lhe fosse proposto com grandes promessas.

educativa, as quais, além de permitirem a formação de um "colosso", trariam a vantagem da emancipação das tutelas inglesa e francesa.

No *Bejense* foi publicado um comunicado da autoria de José Maria Tabuenca que chorava a morte de D. Pedro V, o protector dos estrangeiros, e exortava os espanhóis residentes naquele distrito a participarem numa susbscrição que revertesse em favor de um estabelecimento de beneficência de Beja[123].

O *Português* também disponibilizou as suas páginas a vários esclarecimentos relacionados com os emigrados espanhóis. Em 1854 publicou uma carta de Andrés Borrego, que estivera quatro dias em Lisboa reunindo meios de susbsistência para os emigrados seus compatriotas, onde o liberal espanhol esclarecia que não era o indivíduo que uma correspondência de Lisboa para um jornal de Londres dizia ter tentado, sem sucesso, encontrar-se com D. Fernando para tratar o assunto da união ibérica[124].

Três anos mais tarde deu à estampa a carta de Xisto Cámara escrita em Lisboa e datada de 17 de Julho de 1857, que o emigrado

---

123 *O Bejense,* nº 48, 23 de Novembro de 1861, p. 2. A redacção ofereceu-se para fazer a subscrição por intenção de D. Pedro no seu escritório.

124 *O Portuguez*, Lisboa, nº 411, 19 de Setembro de 1854. Neste documento Borrego fez mais do que esclarecer o erro de pessoa propagado pelo jornal inglês e dilucidou alguns aspectos estratégicos do seu credo iberista que o *Português* não deixou de transcrever:

"Quando a união se realisar ha de ser em plena e absoluta liberdade para ambas as partes, depois de haverem vivido alguns mezes em intimas relações, e em alliança bem estreita, por algum tempo, para que possamos conhecermo-nos, depois do exame e discussão de todas as questões e resoluções das cortes de ambos os reinos a tal respeito.

Por que não devemos occulta-lo, posto que o pensamento de formar uma só das duas nações tenha sido adoptada em Portugal por homens emminentes, tanto philosophos, como economistas, litterarios e patriotas, a fusão immediata e completa das duas nacionalidades encontra obstaculos na opinião e nos partidos organisados, obstaculos que a discussão cumpre vencer, demonstrando a portuguezes e a hespanhoes que nenhum sacrificio se lhes pede, e que a sua completa incorporação será o resultado da experiencia e do uso que façam da sua propria liberdade, limitando-se a acção da actual geração a distruir as barreiras que nos separam, a extinguir as prevenções ainda existentes e a melhorar a nossa reciproca condição, sem violentar por fórma alguma a individualidade dos dous povos debaixo do ponto de vista da sua independencia e da sua nacionalidade.

A união peninsular tem sido o constante sonho da minha vida, porem sempre o tenho considerado como obra de propagação moral, a qual (uma vez que se perdeu, desgraçadamente, a providencial conjunctura dos enlaces matrimoniaes) carece que a opinião publica a receba e a popularise, tanto em Portugal como em Hespanha. É esta a missão que incumbe á presente epoca, e antes que se leve ao cabo, nenhum homem politico poderá tratar da sua immediata e pratica realisação".

endereçara à direcção do *El Ocidente*, negando a acusação que frequentemente lhe era feita de pertencer à facção radical de Utrera, e de não pertencer a qualquer comité revolucionário em Lisboa[125].

Sobre este assunto, outro espanhol emigrado, Narciso de la Escosura, dirigiu aos redactores do *Português* uma carta enjeitando as afirmações do *Rei e Ordem* (números 1276 e 1277) que insistiam no funcionamento de um clube revolucionário estabelecido em Lisboa, composto de expatriados espanhóis aí residentes, os quais agiriam sob o conhecimento e protecção do governo. Escosura apodou os artigos de cobardes e caluniosos, negou a existência de qualquer clube e louvou a atitude do governo português, reputando-a "digna e decorosa"[126].

Em virtude desta questão se ter arrastado por algum tempo, das exigências de Madrid não terem cessado e de algumas vozes em Portugal terem pedido a expulsão dos emigrados, Xisto Cámara pediu ao *Português* publicação para o seu longo texto *De la Hospitalidad Politica*[127]. Aí discorreu sob as trocas de notas entre os governos e o tratamento que a imprensa lisboeta dera ao assunto. Enquanto o *Português* havia posto às claras "as iniquidades do governo de Madrid, e recordou ao marquês de Loulé a questão da hospitalidade", o *Rei e Ordem*, orgão da facção cabralista e afecto a Narvaez, havia excitado a reacção peninsular contra os emigrados. Por sua vez, a *Nação*, como ariete da legitimidade, presumia que todos os conspiradores deviam ser punidos, enquanto a *Revolução de Setembro*, orgão liberal redigido por homens de génio, invocava o direito das gentes e insistia que o emigrado não podia conspirar impunemente contra o seu país, sob pena de sofrer acção repressiva por parte do país que lhe dera hospitalidade.

---

125 *Ibidem*, nº 1266, 26 de Julho de 1857, p. 3. Xisto Câmara repudiou energicamente as denúncias sobre a sua participação e de outros emigrados no tão propalado clube republicano: "Acerca del comité democratico, que se supone haver en Lisboa, solo diré que ni elementos veo para formarlo. Los emigrados politicos que aqui existen, sobre ser muy pocos, viven casi incomunicados y tan solo se ocupan en sus asuntos particulares. Apelo al testimonio mismo de la policia.
Yo soy el único que, por diversas circunstancias, aparece sospechoso y sabe el cielo cuánto disgusto me cuesta, las mil iniquidades de que soy diarimante objecto, apesar de la actitud digna e elevada que ha, respecto del sr. Escosura y de mí, tomado el gobierno portugués, al frente del ministerio Narvaez".

126 *Ibidem*, nº 1282, 14 de Agosto de 1857, p. 3-4.

127 *Ibidem*, nº 1344 a 1347, de 15 a 18 de Outubro de 1857.

Em 1866, o *Português* que se mantinha fiel à causa dos emigrados da nação vizinha, não só publicitou os textos de Prim, como continuou a publicar as cartas dos exilados, nomeadamente de Francisco Muñoz y Nacher.

Apesar dos sentimentos de antinomia e desconfiança, a Espanha também em Portugal constituíu uma moda durante a época romântica; escritores portugueses viajaram por Espanha escreveram sobre ela, e vários temas espanhóis foram elaborados literariamente segundo os diferentes géneros, do teatro à poesia, da novela ao conto. Fidelino de Figueiredo destacou Garrett e Mendes Leal no campo da dramaturgia, Alexandre Herculano, Castilho, Oliveira Marreca e Rebelo da Silva na novela e conto, José de Serpa, Bulhão Pato (*Paquita*) e Tomás Ribeiro (*D. Jaime*), e posteriormente Simões Dias e Cândido de Figueiredo, na poesia, lembrando ainda o papel do *Trovador* e do *Novo Trovador*, na divulgação dos poetas espanhóis[128].

Apesar do estigma a que tudo o que era espanhol andava associado, sobretudo a partir da década de sessenta, o perene gosto romântico pelo exotismo da paisagem espanhola susbistiu nas publicações portuguesas, coabitando paredes meias com frequentes afirmações de nacionalismo anticastelhanista. *O Universo Illustrado*, por exemplo, a par de evocações das batalhas de Aljubarrota e Linhas de Elvas, do 1° de Dezembro de 1640 e sua panóplia de heróis, contemplou em quase todos os fascículos um espaço sob a epígrafe *Hespanha*, que continha um apontamento sobre uma localidade espanhola, inavariavelmente acompanhado de uma gravura[129].

Era todavia ineludível o facto de a literatura espanhola ser pouco divulgada e conhecida em Portugal, e a portuguesa em Espanha. Preponderavam os modelos ingleses e franceses, mas até as literaturas americana, italiana ou alemã, conseguiam maior penetração em Portugal do que a espanhola. Tal evidência constituíu um tema de reflexão para vários intelectuais portugueses

---

128 FIGUEIREDO, Fidelino de — *España en la moderna literatura portuguesa*, in "Estudos de Litteratura. Artigos Varios", 2ª Série, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1918, p. 83-91.

129 *O Universo Illustrado. Semanario de Instrução e Recreio*, Lisboa, 1877-1878.

que viram na intensificação do intercâmbio livreiro uma forma de agilizar as relações culturais dos dois países.

Em 1841 António Feliciano de Castilho, de interrogação em interrogação, fez um diagnóstico sugestivo da situação, na *Revista Universal Lisbonense*:

"Por que razão, hoje que a philosophia anda varrendo de sobre a terra as preoccupações de toda a casta, hoje que o genero humano tende para a unidade e fraternidade, hoje que não ha já uma républica litteraria e independente em cada paiz, mas uma confederação universal de républicas litterarias, Portugal e Castella continuão a estar de estremados por uma bruta muralha de compléta indifferença, mais massiça e alta que o muro que affasta a China da Tartaria! Os povos da Portugal e Castella, irmãos por grande parte, de sua historia, de seu caracter, e de seus costumes, irmãos até na lingua, cada uma das quaes se pode estudar pelos classicos da outra, povos não visinhos, senão moradores quasi, do mesmo terreno, parecem um do outro affastados por milhões de leguas. Com a falta de mutuo commercio intellectual perdemos nós e perdem elles, porque n'uma e n'outra parte se produzem, e crião, e amadurecem ainda hoje homens d'um talento brilhante e incontestavel. Não pertendemos nós que ressuscite uma época desnacional, em que outra vez os nossos Prosadores, e Poetas de maior merito, enriqueção a lingua visinha, defraudando de obras primas a de seus naturaes; era esse um absurdo em que muitos absurdos se reunião; quiséramos sim que os letrados de uma e outra nação procurassem conhecer mais ao largo, e ser mais ao largo conhecidos; n'isso lucrarião ambas as linguas, ambas as civilisações, e n'isso finalmente se abririão novos meios de consumo ás duas litteraturas, para poderem, não opulentar, mas ao menos sustentar a seus cultores. Porque razão, perguntal'o-hemos a Portugal e á Hespanha, por que razão havendo em Lisboa e Madrid venda publica e abundante de livros francezes, de livros inglezes, de livros americanos, e ainda um pouco de livros italianos e alemães, em Madrid se não encontra um livro Portuguez, em Lisboa se não encontra um livro Castelhano?! Aos livreiros tóca encetar esta especie de tratado reciproco, e aos Jornaes litterarios ajudal-o com o discurso, e com a persuasão. O que de nós depende fal'o-hemos nós. Com os annuncios da bibliographia castelhana procuraremos aguçar constantemente a curiosidade dos leitores Portuguezes. Da

generosidade e justiça dos nossos visinhos fiamos que será lá imitado o nosso exemplo"[130].

Saliente-se que nesta rubrica de bibliografia castelhana da *Revista Universal Lisbonense* colaborarou também Alexandre Herculano, autor de um estudo sobre *Historia do theatro moderno. Theatro hespanhol*, publicado no ano de 1839 em três fascículos do *Panorama*[131], quiçá suscitado pelas suas actividades ligadas ao teatro[132], e que visava a compreensão global do teatro peninsular com vista à própria renovação do teatro nacional. Os reponsáveis pela compilação dos *Opúsculos* do ilustre escritor evidenciam tal intenção:

"Este estudo sobre o teatro espanhol foi feito com o expresso objectivo de contribuir para *uma verdadeira regeneração dramática* do teatro português, passando por outras fontes que não as clássicas. Numa perspectiva iberista ele considerava que: *os portugueses devem ser em literatua uma só nação como os espanhóis*, chegando mesmo à conclusão de que : *se quisermos ter originalidade, nacionalidade e o que mais é, verdade, estudemos Lope, Calderon e os seus contemporâneos*"[133].

Entre Junho de 1848 e Julho do ano seguinte, Rebelo da Silva e João Andrade Corvo dirigiram *A Época*, uma publicação que no seu subtítulo se apresentava como *Jornal de Industria, Sciencias, Litteratura, e Bellas-Artes*. A cultura espanhola foi aí revisitada por duas vezes, uma pela pena do primeiro autor que escreve sobre *Litteratura Hespanhola Moderna. D. Antonio Gil e Zarate*[134], e o segundo sobre *Murillo*[135]. Mas Rebelo da Silva deteve-se sobretudo

---

130 *Revista Universal Lisbonense*, Lisboa, nº 2, 7 de Outubro de 1841, p. 24. Este labor de Castilho foi inclusivamente realçado pelo seu estudo sobre *Campoamor*, na mesma revista, em 1843.

131 *O Panorama*, Lisboa, nº 95, 99 e 108, de 23 de Fevereiro, 23 de Março e 25 de Maio de 1839, p. 58-60; 91-93; 163-165, respectivamente.

132 Escrita de alguns textos dramáticos, direcção do teatro do Salitre juntamente com Castilho e César Perini, e ainda participação nos trabalhos do Conservatório Real de Lisboa.

133 CUSTÓDIO, José; GARCIA, José Manuel (org. introd. e notas) — *Opúsculos V. Alexandre Herculano*, Lisboa, Presença, 1986, p. 64. Refira-se que alguns anos mais tarde um escritor espanhol poria também em confronto o teatro do seu país e o português, estudando as suas relações e interdependências (cf. CALVO ASENCIO, Gonzalo — *El Teatro Hispano-Lusitano en el siglo XIX. Apuntes criticos*, Madrid, Imprenta de los Señores Rojas, 1875).

134 *A Epoca*, Lisboa, 1848, p. 329-332.

135 *Ibidem*, nº 31, 1849, p. 49-50.

a analisar a razão da inexistência de relações culturais entre os dois países:

"Uma causa que está nas paginas mortas da historia tem separado duas nações, que a posição phisica, os interesses mutuos, e a reciproca conveniencia intellectual deveriam unir moralmente desde muito. Portugal e Hespanha collocados um ao pé do outro conhecem-se tão pouco como se a extensão dos mares ou a distancia de milhares de legoas se interpozesse entre elles"[136].

A causa que Rebelo da Silva encontrava nas "paginas findas da historia" e chamava de amor e até "ciume da nacionalidade", afigurava-se-lhe desajustadamente empolada na era pós-napoleónica de descrença na ideia da conquista universal, actuando fatalmente como elemento inibidor de uma profícua convivência cultural e literária:

"Mas deve-se elle exaggerar a ponto de nos entorpecer no desenvolvimento intellectual; será justo dar-lhe as proporções repugnantes de um fanatismo, que não vê, que não pensa, e que só vive de odios irracionaes e contumazes?"[137]

Todavia, este discurso da conciliação alternava constantemente com a memória do ressentimento, como se verifica no texto de Andrade Corvo que não deixava de evocar o triunfo do século de ouro espanhol sem lembrar que ele se impôs também à custa da asfixia dos valores portugueses:

"Não foi unicamente a cobiça insaciavel da nobreza, não foi essa degradação sucessiva da raça dos nossos monarchas, que veiu a acabar na imbecil venalidade do cardeal, quem nos matou: o poder invasor da nossa rival de então, da Hespanha, cujo braço dominava a Europa e se estendia além dos mares, contribuiu tambem para a nossa ruina. Quando nós cresciamos em força, a Hespanha crescia tambem: os seus recursos eram maiores, os seus thesouros mais ricos, os seus exercitos mais numerosos, luctamos com gloria, mas fomos vencidos.

O periodo providencial, em que a Hespanha devia ser a maior nação do mundo tinha chegado: a gloria dos portuguezes fazia

---

136 *Ibidem*, 1848, p. 329.
137 *Ibidem*, p. 330.

sombra á dos seus visinhos de Castella, porque era tão grande, maior talvez que a delles; por isso sucumbimos"[138].

Mesmo os periódicos de predominante teor político-noticioso alertaram para a imperiosa necessidade do relacionamento cultural entre Portugal e Espanha. Em 1852 o *Observador* insistia que os *Interesses Peninsulares* passavam pela aceleração da comunicação literária e científica, condição que reputava fundamental para o engrandecimento económico e civilizacional, como o comprova a afirmação em epígrafe. Em contrapartida, o afastamento representava o estiolar das civilizações:

"É lastimoso o isolamento em que vivemos, d'uma nação tão nossa visinha. Nem vias de communicação nem correspondencia litteraria relacionam os dous paizes na comunhão fraternal d'interesses economicos e d'ideias que constituem movimento social das nações civilisadas"[139].

Tomando como exemplo o cosmopolitismo que fizera da França e da Inglaterra os grandes laboratórios da filosofia, da ciência, e da civilização, aquele periódico conimbricense fazia votos para que a Península também enveredasse pelas "arterias de circulação e vitalidade", pelos vinculos dos caminhos de ferro, da navegação a vapor, e da telegrafia eléctrica.

A questão das *Relações Litterarias na Peninsula*, ou melhor, a sua inexistência, foi abordada pelo *Farol*, revista de instrução e recreio fundada e dirigida por Latino Coelho, Serpa Pimentel, Silva Túlio e Luís de Almeida e Albuquerque[140], a qual incluíu nas suas páginas episódios da história de Espanha como o comprova, entre outros, o estudo sobre *Martin Zurbano*[141]. Aquele artigo dava conta da preocupação que tal facto começava a constituír entre os intelectuais da península, responsabilizando mais a hegemonia cultural francesa do que a secular malquerença entre portugueses e

---

138 *Ibidem*, nº 31, 1849, p. 49-50.

139 *O Observador*, Coimbra, nº 511, 1 de Junho de 1852, p. 1.

140 D. J. P., A. C. L., ms. 446, p. 1008-1009. Refere ainda o autor do *Dicionário* que se tratou de um periódico que teve como colaboradores os melhores escritores da época, alcançando grande apreço no seu tempo.

141 *O Pharol*, Lisboa, 1848, nº 15, 1 de Julho, p. 118-119; nº 16, 8 de Julho, p. 123-124; nº 17, 15 de Julho, p. 134135; nº 20, 5 de Agosto, p. 158-159; nº 21, 12 de Agosto, p. 164-165; nº 22, 19 de Agosto, p. 173-174; nº 23, 26 de Agosto, p. 183-184; nº 24, 2 de Setembro, p. 188-189.

espanhóis[142]. Este texto avançava a curiosa perspectiva que se essa união intelectual se concretizasse, independentemente de qualquer aliança política, o fulgor e idiossincrasia do pensamento da Península permitir-lhe-iam rivalizar com os mais brilhantes da Europa:

"Se as relações litterarias viessem um dia a instaurar-se de novo, quem duvida que o mercado das producções litterarias se extenderia além das fronteiras dos dois estados? A similhança incontrastavel dos dosi idiomas, os laços que prendem em mais de um ponto as historias nacionaes da Peninsula, uma certa analogia, que invade ainda os costumes primitivos, e um cunho particular, que domina as criações puramente peninsulares, e as distingue das exoticas, alargariam o interesse de uma obra além dos limites que a politica estableceu. A Peninsula, continuando socialmente a figurar dividida na carta da Europa, formaria uma grande unidade intellectual, como a Allemanha, com os seus innumeraveis estados, conserva cerradas e compactas as fileiras da illustração litteraria"[143].

Tal como anteriormente referimos, confirma este texto o facto de ser a recepção dos jornais espanhóis de índole política francamente mais expressiva do que a dos jornais literários e científicos e de livros em geral:

"Mendigamos o emprestimo de um volume, em que admiremos os cantos nacionaes e inspirados de Zorrilla, os dramas tão bellos de Zarate, e de Gutierrez, as trovas tão profundamente sentidas de Larra. Da litteratura moderna castelhana apenas se vulgarisam entre nós os jornaes politicos, que se precipitam na

---

142 "Tem-se nos ultimos tempos lamentado entre nós a falta absoluta de relações intellectuaes entre os dois povos congeneres que vivemno bello solo da Peninsula. E este clamor, nascido da convicção profunda de uma utilidade incontestavel vai entre nós crescendo, em despeito da lei que condemna os dois paizes a conhecerem-se apenas pelas pequenas transacções da diplomacia. E não se diga que este mutuo desdenho se gerou nos odios internacionaes, sellados em Aljubarrota, ou em Montes Claros. As causas são muitas, e talvez campêe na primeira linha o furor da imitação franceza, que n'este seculo se apoderou de Castelhanos e Portuguezes, imitação contrariada, é verdade, pelos esforços de alguns genios peninsulares, que figuram hoje na lista gloriosa, onde se inscrevem os nomes de Camões e Cervantes". *O Pharol*, Lisboa, nº 38, 9 de Dezembro de 1848, p. 107.

143 *Ibidem*.

torrente que lhes faculta o interesse prosaico, que nos inspiram os destinos politicos de nossos vizinhos"[144].

Neste quadro desolador, o autor considerava digna de menção a recensão positiva do *Semanario Pintoresco Español* a duas pulicações portuguesas, o *Almanaque Popular* e a *Revista Popular*, trancrevendo o excerto que exorta à sua leitura em Espanha[145].

A *Revista Popular*, semanário de literatura, ciência e indústria editado na capital entre 1848 e 1855 chamou a atenção para a cultura espanhola, principalmente nos seus primeiros anos de publicação[146]. Logo em 1848, na secção de História, deu à estampa um texto sobre *D. João I* que evidenciava as origens e consequências da aversão entre portugueses e espanhóis:

"A Batalha de Aljubarrota, quaesquer que fossem as circunstancias que nella se dessem, é certo que determinou e fixou para sempre a nossa independencia politica, sendo tambem indubitavel, que della data o odio que ainda hoje subsiste, posto que mais modificado entre hespanhois e portuguezes, odio que infelizmente, com grave quebra dos interesses de ambas as nações, se ha estendido ás rellações litterarias e commerciaes"[147].

Esta mesma temática do desconhecimento da literatura espanhola foi retomada no número seguinte que elogiava a moderna produção literária do país vizinho, a propósito de um dos seus escritores dramáticos mais proeminentes, D. Manoel Breton de los Herreros:

"Mais d'uma vez havemos sentido a falta quasi absoluta de relações litterarias, que subsiste com a nossa illustre vizinha, a Hespanha: quaesquer que fossem as causas, que produziram a indifferença destes dois paizes, um pelo outro, não vemos razão plausivel para se promover hoje tal difficiencia de communicações"[148].

---

144 *Ibidem*.

145 *Ibidem*, p. 107-108.

146 Destinava-se esta publicação a instruír as classes menos abastadas, sendo o seu preço unitário de vinte reis. Foi fundada por Francisco Ângelo de Almeida Pereira e Sousa e José Maria Baptista Coelho, dirigida por Fradesso da Silveira e Latino Coelho, destacando-se ainda na sua equipe redactorial Francisco Pereira de Almeida e Augusto José Gonçalves Lima; a partir de 1852 a direcção esteve a cargo de Sebastião José Ribeiro de Sá (cf. D.J.P., ms 447, p. 1441-1442).

147 *Revista Popular*, Lisboa, nº 4, 1848, p. 26.

148 *Ibidem*, nº 5, 1848, p. 33.

O mesmo queixume emergia quando da apresentação da escritora D. Carolina Coronado:

"A litteratura franceza assenhoreou-se tão despoticamente do mercado peninsular, que rarissimas vezes um livro hespanhol ou portuguez chega a ser conhecido no outro lado da peninsula. Lamentâmos sinceramente esta falta absoluta de relações litterarias, e por nossa parte faremos os impossiveis esforços para que alguns nomes distinctos de Hespanha não sejam entre nós inteiramente desconhecidos"[149].

Este empenho na divulgação das letras espanholas é constatável a par e passo; por exemplo, recomendava-se vivamente o *Semanário Pitoresco Espanhol*, apresentado como um "excelente jornal"[150]. Além deste periódico espanhol, a *Revista Popular* aceitava aliás assinaturas de outros como *Las Novedades*, *El Agricultor Español*, e ainda *La Ilustracion Española*, periódico dirigido por D. Angel Fernandez de los Rios que em Setembro de 1851 recebeu destaque especial em função do texto do seu director e gravuras de Urrabieta sobre a Exposição de Londres, considerado o melhor trabalho sobre o assunto no conjunto dos periódicos europeus[151].

Compreende-se neste contexto que a *Revista Popular* desse com júbilo a notícia do estabelecimento de uma agência livreira espanhola em Lisboa:

"Apezar da difficuldade de communicações, e da errada politica dos governos de cá e de lá, as relações litterarias entre Hespanha e Portugal vão-se amiudando e estreitando cada vez mais, e nisso só pode ganhar a litteratura das duas nações peninsulares. O establecimento typographico e litterario do Sr. D. Francisco de Paula Mellado, que é um dos editores mais laboriosos e intelligentes da Hespanha, acaba de establecer uma agencia em Lisboa, para a venda das suas publicações"[152].

---

149 *Ibidem*, nº 7, 1850, p. 49.

150 *Ibidem*, nº 14, 1848, p. 111. O panegírico da publicação espanhola é introduzido pelo tradicional lamento: "Em varios numeros da nossa Revista havemos sentido a falta de communicações litterarias com a nossa illustre vizinha, a Hespanha; falta de que tem resultado graves prejuizos à litteratura de paizes, que a natureza fez quasi irmãos, pelo berço, pelos costumes, pela língua e pelas tradições".

151 *Ibidem*, nº 36, Setembro de 1851, p. 360.

152 *Ibidem*, nº 29, Agosto de 1851, p. 302. A notícia dá conta da primeira remessa chegada há dias de Madrid e especifica algumas das obras,

Pelo que ficou dito, verifica-se que na *Revista Popular* as relações culturais e literárias entre Portugal e Espanha levavam a palma a qual outro aspecto do relacionamento dos dois países. Sobre a configuração geográfica da península ressalte-se ainda a inclusão de uma mnemónica com mapa da autoria de Marcos Dalhunty[153], e Fradesso da Silveira assinou um pequeno texto sobre *A Tutelar*, companhia espanhola de seguros mútuos de vida que em 1852 buscava os primeiros contratos para estabelecer delegações em Lisboa[154].

Apesar do seu carácter iminentemente político e noticioso, a *Revolução de Setembro* não deixou de pôr o dedo na chaga que consistia na inexistência de relações culturais entre os dois países simultaneamente tão próximos e tão distantes. A propósito do anúncio do célebre dicionário em 10 volumes de Pascual Madoz, defendeu que tal situação de desconhecimento mútuo já não se justificava, e explicou as vantagens que adviriam da permuta cultural:

"As lingoas hespanhola e portugueza são tão parecidas e tão irmãs, os dous povos peninsulares tão visinhos, e as preocupações que os extremaram tem-nas o tempo, o comercio humano e a civilisação desvanecido de maneiras que é extranho o pouco que se communicam e se conhecem as duas litteraturas peninsulares. Em quanto os velhos odios das duas nações se vão de dia para dia extinguindo, as idéas litterarias e scientificas de Portugal e

---

unicamente de carácter literário e historiográfico, e os locais onde podem ser adquiridos: "Entre outras obras de muito interesse, acham-se já á venda nas livrarias de Lavado, rua Augusta nº 8, e Pereira, dita rua nº 188, bem como no escriptorio deste jornal, a "España Caballeresca" do sr. conde de Fabraquer, edição illustrada — a "Galleria de la Litteratura Española", do profundo historiador e philologo D. Antonio Ferrer del Rio, enrequecida de muitos retratos bem lithographados; a "Historia del levantamiento de las comunidades de Castilha", do mesmo escriptor — com preciosos fac-similes, as obras de Moratin e Quevedo, as viagens de Fr. Gerundio, etc. A "Historia Geral de España", trabalho primoroso do nosso illustre collaborador sr. Lafuente, acha-se á venda nos mesmos pontos. Já estão publicados quatro volumes, e o 5º deve apparecer á luz dentro em pouco tempo — cada volume comprehende mais de 500 paginas de 8º francez, edição nitida". Refira-se que em 1851, são publicados vários extractos da obra de Modesto Lafuente, por diversas vezes publicitada nas páginas desta revista.

153 *Ibidem*, nº 28, 1849, p. 219, e nº 29, p. 228-229. A parte referente ao nº 28 é um mapa da península com legenda das respectivas províncias, sugerindo alguns recortes e divisões naturais rostos humanos.

154 *Ibidem*, nº 13, Abril de 1852, p. 99-100.

Hespanha tem raras vezes atravessado a fronteira, e circulado de um para outro paiz.

Parece que as repugnancias nacionaes celebraram o seu tractado de paz no terreno das paixões, mas que ficaram em neutralidade armada nos dominios da intelligencia.

Não podem, não devem, não hão de ficar assim em observação e desconfiança mutua como dois exercitos inimigos, os escritos scientificos e litterarios dos dois povos. Convem que as duas litteraturas se corrijam, se aperfeiçoem, e se completem uma pela outra. É uma vantagem esta até para os interesses politicos e o trafico commercial da Peninsula"[155].

No ano seguinte Lopes de Mendonça saudou efusivamente a visita a Lisboa de Leopoldo Martins Padin, o autor da *História da Galiza*, pela dupla razão de que essas visitas eram pouco frequentes, e porque via os homens de letras e a sua produção como agentes determinantes na construção da Ibéria federativa:

"A influencia da litteratura deve approximar o momento da constituição futura da Peninsula e transformar a sociedade, pela revolução operada nas idéas. É o grande papel reservado aos talentos dos dous paizes"[156].

Esta posição de Lopes de Mendonça foi reiteradamente expressa nos folhetins da *Revolução*, onde pugnou pelo consumo da cultura ibérica em oposição à artificial moda francesa. Condenou a escassa nacionalidade do teatro português, cujo público apreciava unicamente dramaturgos como Scribe, Bourgeois e Dennery, e segundo o qual, "Shakespeare levaria pateada, Calderon assobio, e os talentos modernos da nação visinha seriam collocados abaixo do mais insignificante auctor do mais desensabido *vaudeville* francez"[157].

Por isso se congratulou com a passagem de alguns académicos espanhóis pelo teatro D. Maria II, cuja arte lhe parecia mais apropriada para aí ser consumida:

"A indole peninsular, commum a ambos os paizes, ressuscitou do seio desta vida artificial da civilisação franceza"[158].

---

155 *Revolução de Setembro*, Lisboa, nº 1760, 18 de Janeiro de 1848, p. 2-3.
156 *Ibidem*, nº 2257, 25 de Setembro de 1849, p. 1-3.
157 *Ibidem*, nº 2398, 16 de Março de 1850, p. 1.
158 *Ibidem*.

Esta convicção na função pedagógica da arte, na sua importância como veículo de influência sobre os espíritos, e de transformação das mentalidades, ao serviço da causa da Ibéria federativa, foi várias vezes patenteada por Lopes de Mendonça, nomeadamente quando comentava a representação do *Gusman el Bueno*, em Lisboa:

"Apraz-nos esta convivencia litteraria, que nos aproxima. Como tarde ou cedo a peninsula não pode deixar de formar um só povo, e uma só nação, é justo que um contacto mutuo desvaneça prevenções injustas e antipathias ridiculas. É pela litteratura e pela arte que melhor se operam essas fusões nacionais, que o equilibrio da Europa, que a marcha das ideas, que o triumpho futuro e talvez proximo da democracia tem de realisar fatal e necessariamente"[159].

O Baratissimo ou o Pequeno Civilisador Popular publicou no início de 1849 uma interessante estatística peninsular que pretendia dar conta dos *Progressos e melhoramentos sociaes dos nossos visinhos*[160]. O texto abria com o tradicional lamento sobre o quase inexistente intercâmbio de ideias entre os dois países peninsulares, com excepção das notícias do foro da política governamental e insurreições locais:

"Parecem incriveis a ignorancia, e escassez de noticias, que reinão em todo o nosso paiz, sobre tudo quanto se passa no reino visinho, que não tenha intima, e immediata relação com a Politica dos Governantes.

Em Portugal só se sabe que lavra a guerra civil nas Provincias vascongadas, e n'algumas outras; que de vez em quando rebentão alli formidaveis vulcões revolucionarios que são abafados com muito sangue e com grande numero de fuzilamentos!... E nada mais conta, nem sobre o progresso intestino das suas differentes industrias, nem sobre as construcções e trabalhos publicos, que alli se executão"[161].

É esta lacuna que o despretensioso artigo do semanário para as classe laboriosas pretendia suprir, relatando em seguida alguns sucessos na área da actividade literária e cultural, bem como nas áreas do comércio, indústria, administração, obras públicas e

---

159 *Ibidem*, nº 2793, 19 de Julho de 1851, p. 1.

160 *O Baratissimo ou o Pequeno Civilisador Popular* , Lisboa, nº 23, 1 de Janeiro de 1849, p. 181-183.

161 *Ibidem*, p. 181.

instrução. Fazendo votos pela propagação em Portugal dos jornais literários e científicos do país vizinho, de que apresenta como bom exemplo o *Semanário Pitoresco*, o seu último recado dirigia-se aos livreiros, numa tentativa de atenuar a consabida e escandalosa falta de livros espanhóis nas livrarias de Lisboa:

"Diremos por ultimo aos Srs. livreiros da capital, que nos parece na realidade huma anomalia, incapaz de explicação alguma a falta geral e absoluta, que hoje se lamenta n'uma cidade, como a de Lisboa, de livros modernos hespanhoes de litteratura, e de sciencias e artes.

Costumão responder ordinariamente, que os não mandão vir, porque não são procurados; mas se não ha noticia alguma delles, como hãode ser procurados? A carreira dos Vapores Inglezes toca em Vigo, e em Cadiz, e na nossa capital, tres vezes cada mez.

Não podia portanto algum dos Srs. livreiros mais acreditados da capital entabolar relações commerciaes deste genero, com algum dos seus consocios de Madrid e de Cadix, e fornecer aos nossos compatriotas por preços baratos (porque a forte agiotagem em livros he hoje hum contrasenso, e hum anachronismo) os productos da Imprensa Espanhola, que desgraçadamente para nós, está hoje sendo mais activa, mais fertil e proveitoza, do que a nossa, porém isto mesmo seria util, porque excitaria a emulação nacional, e os brios da nossa mocidade estudioza, que ja hoje se achão tão fervidos, e tão bem encaminhos"[162].

Também o *Eco Popular*, ao apresentar um dicionário de agricultura da autoria de dois especialistas espanhóis, aproveitou para realçar a estagnação da circulação de livros na Península, sublinhando que era uma situação prejudicial para ambos os países:

"Recommendando aos nossos leitores agricolas a acquisição desta obra, não podemos deixar de chamar a attenção do governo afim de que concorra para remediar a grande falta de livros hespanhoes que se observa no nosso paiz.

Na desgraçada epocha em que esteve n'esta cidade no anno de 1847 o exm.° snr. D. Manoel da la Concha, não esqueceu a patriotas amigos nossos, de se occupar d'este importante assumpto. Mas até hoje nem por parte de Hespanha, nem de Portugal, se fez ainda nada importante a similhante respeito.

---

[162] *Ibidem*, p. 182-183.

Convirá animar e honrar os nossos negociantes de livros, que concorrerem, para que conheçamos os livros hespanhoes e os nossos visinhos os nossos.

Em Hespanha não ha talvez a tolerancia e liberdade de que gozamos; mas ha grandes melhoramentos e muitos progressos materiaes. Temos já alli que aprender"[163].

Como referiu Augusto Pereira Soromenho, esta situação de inexistência de intercâmbio livreiro na Península tornava-se tão caricata, que por vezes os portugueses só tinham conhecimento do que se passava em Espanha por via dos seus contactos com a cultura francesa:

"A Litteratura hispanhola é, por certo, a que menos conhecemos e para a que ha menos attenção. (...) Os nomes d'alguns illustres escriptores de Hispanha chegaram ao nosso conhecimento, — parece incrivel! — por informação dos francezes"[164].

Uma das vias da aproximação residia na questão linguística que, em virtude das semelhanças e analogias, implicava um pseudo-conhecimento alicerçado num empirismo pouco frutuoso, comprovado pela inexistência de dicionários bilingues que servissem os dois povos. Compreende-se assim que em 1861 o *Jornal da Associação dos Professores* anunciasse a publicação próxima em Lisboa dos dicionários de espanhol-português e português-espanhol de Benigno J. Fernandes Torneros como uma obra que preencheria uma lacuna notável nas relações literárias dos dois países ibéricos[165]. No ano seguinte a *Época* ao anunciar o dicionário de espanhol-português recentemente iniciado por Manuel do Canto e Castro Mascarenhas Valdez, afirmava que tal empresa ia preencher uma lacuna que envergonhava as relações entre Portugal e Espanha[166].

---

163 *O Ecco Popular*, Porto, nº 30, 8 de Fevereiro de 1853. Este texto referia ainda que o governo espanhol tinha anteriormente recomendado às municipalidades que assinassem o *Dicionário Universal de Direito* da autoria de Escosura, o qual seria de toda a utilidade para os jurisconsultos portugueses.

164 *O Portugal*, Porto, nº 209, 28 de Junho de 1852, p. 1.

165 *Jornal da Associação dos Professores*, 5ª Série, Lisboa, nº 4, 15 de Agosto de 1861. A notícia refere que o trabalho havia sido iniciado há quatro anos e meio, sendo a publicação alternada e simultânea dos dois dicionários, saindo de 10 em 10 dias uma caderneta de 32 páginas em 8º francês, as quais completariam dois volumes num total de cerca de 2000 páginas.

166 *A Epoca*, Lisboa, nº 642, 9 de Março de 1862.

A apetência pelo conhecimento da história, literatura e pensamento espanhóis revela-se na criação de livrarias especializadas como o caso da livraria espanhola de Diogo Campos, sita na travessa de S. Nicolau, nº 101 e 103, e inaugurada nos princípios de Julho de 1862[167]. O sortimento deste "belissimo estabelecimento" em música era também bastante apreciável, nomeadamente zarzuelas e seguidilhas[168]. A *Revolução de Setembro* reproduziu o artigo que a *Ibéria* dedicara à empresa de Diego de Campos, ressaltando o seu louvável e transcendente objectivo de estreitamento de laços de carinho na Península Ibérica, pelo que os editores e escritores espanhóis deveriam ajudá-lo remetendo-lhe prospectos e exemplares. Aquele periódico madrileno enfatizava que além do variado sortido, a livraria espanhola de Lisboa tinha ainda subscrições para todos os jornais espanhóis[169].

Em 1866 esta livraria é notícia no *Jornal de Lisboa*, que refere que se tornou muito reputada na cidade em virtude das suas excelentes obras, tendo sido recentemente enriquecida com as de Zorrilla, Espronceda, duque de Rivas, Trueba, Emílio Castelar, "e de muitos outros dos mais acreditados escriptores castelhanos"[170].

Mas já em 1855 o *Progresso* mencionara a existência de um Depósito Bibliográfico Peninsular, a funcionar no Palácio do Conde de Sampaio, à Boavista, adjunto à oficina tipográfia da empresa do *Progresso*, onde estava "á venda, por preços commodos, uma grande collecção de obras hispanholas, recentemente rcebidas"[171]. Este anúncio apresentava mais de cem títulos, indicando autor, local de publicação, tamanho e preço; a literatura, história e geografia dominavam os temas, mas também havia obras sobre ciências naturais, geometria, teologia, arte, arqueologia e música.

Com efeito a aproximação pela literatura é frequentemente veiculada nos jornais portugueses, atribuindo-se ao comércio dos livros a virtualidade de comércio de ideias e partindo-se do princípio que basta conhecer para se gostar e cultivar. Um folhetim

---

167 *A Politica Liberal*, Lisboa, nº 657, 27 de Junho de 1862.

168 *A Crença*, Lisboa, nº 145, 28 de Agosto de 1863. Refira-se que este periódico anunciara no ano anterior a inauguração desta livraria, localizando-a na travessa da Boa Hora, esquina da rua do Ouro (cf. nº 24, 8 de Junho de 1862).

169 *Revolução de Setembro*, Lisboa, nº 6229, 19 de Fevereiro de 1862.

170 *Jornal de Lisboa*, nº 582, 8 de Junho de 1866, p. 3. Desta feita, a livraria é localizada na rua Nova do Almada.

171 *O Progresso*, Lisboa, nº 156, 15 de Julho de 1855, p. 4.

da *Política Liberal* datado de Março de 1861, assinado por S. e escrito em Santarém, condensa esta sensibilidade aliando-lhe ainda, o que nem sempre acontece, o elogio do princípio federativo. Intitulado *Mais um Poeta*, este texto que tem como objectivo último apresentar as *Veladas Poeticas* de Ventura Ruiz Aguilera, culpa a política pelo desconhecimento cultural e introduz a problemática do modo seguinte:

"Que fatalidade esconde reciprocamente os autores e obras portuguezas aos hespanhoes e os autores e obras hespanholas aos portuguezes?

Que poder malefico annula todas as tentativas feitas no sentido de aproximar os dois povos pelas idéas e pela intelligencia, quando esta e aquellas são cosmopolitas?

Que muralha chinesa divide as duas partes da peninsula, cortando á imprensa, que tem azas, o vôo, que lhe é natural, impedindo-a assim de chegar de um a outro reino visinho?

Que a politica, no interesse dos poucos, divida para reinar; que pinte estes áquelles com sinistras e aterradas côres; que obste ás relações reciprocas, que deviam fazer conhecer a todos, concebe-se; mas que a intelligencia traduzida em factos não possavencer os factos contrarios só filhos do erro, ou de mal entendido interesse, isso é que não pode admittir-se. Que poder seria o das idéas, se não podessem converter-se em factos, ou se os factos as podessem matar?!

(...) Ligamos pois tambem a luta n'esta ordem de coisas; tentemos aproximar pela intelligencia os que a natureza fadou para no caminho da vida irem na vanguarda dos povos, marcando-lhes as balisas, que lhes hão de dirigir os passos e deixemos á politica o seu caminho.

Depois procuremos ligal-os pelo coração, para que ouvido o interesse dos muitos que se associem todos por uma federação, em que, reunidos elementos todos eguaes e como taes incapazes de inspirar receios reciprocos, se funde uma potencia respeitavel, salvo os costumes, as leis, os usos, e o caracter de cada parte constituinte.

E, se alguem nos disser que as federações estão provando mal, dando-nos para exemplo a America, respondei-lhe que a America prova exactamente o contrario; porque debaixo da federação ligou e conservou por tanto tempo os elementos mais oppostos e contrarios até em interesses.

(...) Mas como quer que seja — porque aqui não fazemos politica — porque se não tentará, ao menos no interesse das luzes e da instrucção, fazer conhecer em Portugal e Hespanha as producções litterarias da peninsula?

Porque não o tentará o commercio, este grande civilisador dos povos; porque o não tentará pela classe livreira? Porque se não estabelecerão relações commerciaes constantes e activas entre uma ou mais casas de livros portuguezas e outras hespanholas?

Feito isso, estará dado o primeiro passo; ficará admitido livre curso para as idéas, curso que deveria produzir bons resultados, havendo uma escolha acertada e intelligente dos livros a expôr no mercado"[172].

Apesar das inúmeras dificuldades, a necessidade e vontade de intercâmbio cultural entre Portugal e Espanha expressam-se, como pudemos verificar, nas mais diversas publicações periódicas, ora pelas vozes mais sonantes, ora por modestos colaboradores. Também José Silvestre Ribeiro num texto publicado na *Revista Critica de Jurisprudencia*, sob a epígrafe *O Contencioso da Administração e um Publicista do Reino Vizinho*, exprimiu o seu desejo de ver ampliadas as relações intelectuais dos dois países, sem que isso traduzisse qualquer intenção política, comprometendo-se a publicitar naquela revista as informações que, em matéria atinente, conseguisse obter:

"Conquanto sejamos vizinhos da Hespanha, nem por isso cuidamos muito de inquirir o que alli se passa nos dominios das sciencias, das letras, da jurisprudencia e da legislação, e apenas damos indicio de querer saber o que lá acorre em quanto aos acontecimentos politicos.

Por minha parte declaro que, embora firmemente deseje não ver jámais confundida a nossa nacionalidade com a de Hespanha, faço um alto conceito d'aquella nação, préso infinitamente a sua litteratura, e tenho a convicção de que muito podemos lucrar com conhecimento da vida intellectual de tão illustre povo.

N'este presuposto, pareceu-me de util curiosidade ir registando n'esta *Revista*, e offerecer á consideração dos seus leitores, uma serie de noticias sobre assumptos de jurisprudencia da Hespanha — nos variados ramos d'aquella sciencia —, dentro dos

---

172 *A Politica Liberal*, Lisboa, nº 257, 13 de Março de 1861.

apoucados elementos de informação (livros e jornaes) que por enquanto possúo"[173].

A aproximação da cultura jurídica peninsular foi aliás objecto de uma das missões de Benigno Joaquin Martinez em Portugal. Incumbido pelo Ministro da Justiça dos seu país, veio em 1871 estudar e tomar apontamentos para compilar uma biblioteca dos melhores livros de jurisprudência portuguesa, ficando então hospedado em casa de José Maria da Silva[174].

Os espanhóis também se queixavam das dificuldades na comunicação intelectual da Península; Marcoartú atribuía as responsabilidades à inexistência de um bom tratado postal:

"Los cambios entre los periódicos peninsulares son punto menos que imposible: las suscriciones que uno de los dos Estados hace á los que publica el otro, escepcionales. El comercio de libros no existe, y es rara preciosidad para un bibliófilo español el impreso nacido bajo las prensas de Lisboa, Oporto ó Coimbra"[175].

Se é verdadeiro o desapontamento pelo desconhecimento da cultura espanhola em Portugal, não é menor o provocado pelo desconhecimento da cultura portuguesa no estrangeiro, onde esta parece ter um estatuto de excrescência da sua congénere espanhola, sem individualidade e vida própria, como sublinhou J. Machado Pinheiro Guimarães:

"Já n'um momento percorremos com o coração retalhado a escala da nossa degradação social, quando á pergunta: — Donde sois? — respondiamos: — De Portugal — E essa mesma voz repetia: — De Portugal?? não sei ... Ah! sois hespanhol..."[176]

A Esmeralda foi um dos numerosos periódicos portugueses que contou com a colaboração de Benigno Joaquin Martinez que aí publicou um texto que denunciava as suas preocupaçõs humanitárias e sociais consubstanciadas num grupo étnico que quer em Portugal quer em Espanha mantinham um estatuto de inferioridade senão mesmo de marginalidade; o título do artigo é já de si bastante eloquente — *Escandalo Social da Peninsula. Dos*

---

173 *Revista Critica de Jurisprudencia Geral e Legislação*, Lisboa, t. 1, 1870, p. 29.

174 *O Alfageme*, Santarém, nº 30, 5 de Outubro de 1871, p. 2.

175 *El Iberismo, ó la Fusion de las Nacionalidades por la paz. La Confederación Postal de La Peninsula. Articulos publicados por la Revista Peninsular Ultramarina*, Madrid, Imprenta de Tomás Nuñez Amor, 1859, p. 11.

176 *Ibidem*, nº 3, 22 de Fevereiro de 1851, p. 1.

Ciganos[177]. Afirmando-se partidário decidido da união peninsular, o publicitário espanhol apresentava este tema num periódico portuense porque advogava a consensualidade ou harmonização em matéria de reformas que respeitassem a ambos os países, crente na realização da união federal a mais ou menos breve trecho:

"Creio que é conveniente que haja conformidade nas reformas capitaes, cuja utilidade é commum a ambos os povos, visto que a nova e intelligente mocidade tanto hespanhola como portugueza tem como dogma a reunião federal e deseja ardentemente que formemos uma nação respeitavel e respeitada, a qual, mantendo o equilibrio europeu, seja ao mesmo tempo um dos pedestaes da democracia universal"[178].

Uma nova missiva do autor à juventude peninsular é publicada no jornal conimbricense da Sociedade Civilizadora, *A Instrução e o Povo*. Neste *Dever da Mocidade Iberica* incluía Martinez a obrigação da juventude se instruir e instruir o povo para que este se pudesse libertar da miséria e da ignorância. Mas as virtudes das luzes da razão e a crença no progresso conduzirião, na óptica do escritor espanhol, ao pleno entendimento e à opção federalista:

"Mocidade portuguêza e espanhola, nova geração, que começas a vida entrando no povo-mundo,(...) escuta a vós fraternal , qe te xama da altura a qe me conduziram a consciencia da tua mição, a confiança narazão, e a fé no futuro desta belicima peninsula, qe vós como nós sois xamados a illustrar, desterrando antigos odios e prejuizos internacionaes, preparando-a a reorganizar-se formando um só estado federal, grande e respeitado"[179].

A crítica e divulgação da literatura espanhola acompanhava-se frequentemente de uma perspectiva historicista em que providencialismo e paralelismo se uniam para explicar o percurso ou marcha sinusoidal do progresso cultural e material das duas

---

177 *A Esmeralda*, Porto, nº 33, 29 de Janeiro de 1851, p. 257-258.

178 *Ibidem*, p. 257.

179 *A Instrução e o Povo*, Coimbra, nº 6, 1855, p. 68-69. O facto deste texto se encontrar escrito em ortografia sónica coloca a possibilidade de ter sido traduzido por José Barbosa Leão. Em carta anexa ao artigo, Benino Martinez menciona os periódicos portugueses em que até à data colaborara; são eles a *Revolução de Setembro*, *Eco Popular*, *O Observador*, *A Esmeralda*, *O Eco dos Operários* e *O Progresso*.

nações, em direcção a uma aliança mais íntima. O texto de Lopes de Mendonça sobre *D. José Zorrilla*, inserto no *Eco Literário*, ilustra esta situação:

"Abatem-se as fronteiras que nos sepáram: filhos da mesma crença, alentados ao sopro das mesmas idéas, robustecidos pelo drama dos mesmos destinos, elevados pelo esplendor das mesmas glorias, não tarda o dia em que juremos paz e alliança sobre os tumulos de Colombo e Vasco da Gama, de Fernando Cortez e Affonso d'Albuquerque, de Cervantes e Camões!"[180]

Reflectindo sobre os paralelismos históricos ou binómios analógicos dos dois países tais como Carlos V/D. Manuel, morte de Cervantes/ morte de Camões, ou ainda a acção dos Filipes nociva a ambos, Lopes de Mendonça sublinha essa interacção mimética emanada da Providência:

"Não é até certo ponto providencial esta força incognita que aproxima as catastrophes, e as pompas da historia?

(...) Estava escripto que as duas nações, gemeas na prosperidade e no infortunio, ganhassem as palmas do mesmo martirio, e os esplendores da mesma glorificação"[181].

J. M. de Abreu foi o colaborador do *Instituto* que mais contribuiu para a divulgação da literatura e cultura espanholas através das páginas daquele célebre periódico coimbrão; além do estudo sobre *Litteratura dramatica hespanhola e seus historiadores*[182], redigiu ainda a *Revista Litteraria de Hespanha em 1855*[183].

Pela pena de Latino Coelho a *Ilustração Luso-Brasileira* apresentou aos seus leitores ao longo de vários números um estudo sobre *D. Manuel José Quintana e a Litteratura Castelhana Moderna*[184], enquanto nos *Preludios-Litterarios*, F. Beirão se

---

180 *O Ecco Litterario*, Lisboa, nº 1, 1 de Julho de 1855, p. 2.

181 *Ibidem*, p. 2-3. Refira-se que o *Eco Literário* foi redigido por Júlio César Machado e G. Roiz de Fuentes, tendo tido a colaboração de nomes prestigiados como Latino Coelho, Silva Túlio, Andrade Ferreira, João de Aboim, Francisco Bordalo, entre outros.

182 *O Instituto*, Coimbra, 1855, vol. 3, p. 217-219; 257-259; 313-315. Este trabalho foi mais tarde publicado na *Semana Theatral*, Lisboa, nº 2, 27.8.1866, p. 1-2; nº 3, 39.1866, p. 1-2; nº 4, 10.9.1866, p. 1-2; nº 5, 18.9.1866, p. 1-2; nº 6, 24.9.1866, p. 1-2.

183 *Ibidem*, Coimbra, vol. 7, 1859, p. 126-127; 140-141; 154-156; 197-198.

184 *Illustração Luso-Brazileira*, Lisboa, nº 4, 26.1.1856, p. 51-52; nº 5, 2.2.1856, p. 55; nº 6, 9.2.1856, p. 63; nº 10, 8.3.1856, p. 74-75; nº 11, 15.3.1856, p. 86-87.

debruçou sobre o romântico *D. José Zorrilla*[185]; já o *Arquivo Popular* presenteou os seus leitores com um estudo de A. Vieira Lopes sobre *A Poesia Castelhana*[186].

Estudos sobre a literatura espanhola continuaram a aparecer na imprensa periódica mas, proporcionalmente ao incremento desta, parece terem perdido alguma expressão.

Com efeito, as revistas literárias e de instrução, bem como alguns periódicos no seu encalço, se referiam aspectos ligados à cultura ou história de Espanha, faziam-no cada vez mais frequentemente referindo as batalhas e pleitos em que haviam sido vencida pelos portugueses (à cabeça, a restauração de 1640), e a face mais terrível da sua história, os reinados sucessivos dos Filipes.

Parece-nos legítimo afirmar que a voga antiespanhola que foi ganhando corpo e expressão ao longo da década de sessenta, se reflectiu também numa diminuição da publicação de textos divulgadores da cultura, costumes, e pensamento do país vizinho; a recuperação neste âmbito só se fará sentir a partir de meados da década de setenta, quando parecem já esmorecidos os projectos unionistas e federalistas gerados após a revolução de 1868, e em parte promovidos pela *intelligentzia* republicana portuguesa.

Fidelino de Figueiredo explicou esta situação, afirmando que de uma "literatura de aproximação" se passou a uma "literatura de hostilidade":

"Por desdicha, cuando España passó por la dura prueba del ensayo de gobierno republicano, las rivalidades de régimen y las aspiraciones unificadoras, por la parte española e la defensa cerrada, por parte de Portugal, limitaron bastante la confianza y cordialidad anteriores. Entonces, en vez de una pequeña literatura de aproximación e inteligencia, como podemos llamar a las citadas revistas, estudios criticos e libros de viajes, surgió una literatura de hostilidad, produzida por la campaña anti-iberista, que alcanzó su mayor intendidad por los años de 1868 a 1871. La fallida candidatura de don Fernando II al trono español, la inteligencia del naciente partido republicano portugués con sus correligionarios de España en las diligencias del hábil representante español en Lisboa,

---

185 *Preludios-Litterarios*, Coimbra, 1860, nº 2, Janeiro, p. 11-13; nº 3, Janeiro, p. 19-20; nº 5, Fevereiro, p. 35-36; nº 6, Fevereiro, p. 42-43; nº 7, Março, p. 49-50; nº 9, Março, p. 71-72; nº 13, Maio, p. 97-98.

186 *Archivo Popular*, Porto, vol. 3, Jan.-Fev. de 1872, p. 12-13; 22-23; 34-35.

señor Fernández de los Rios, y el efecto exacerbador de la defensa doctrinaria del iberismo hecha por prestigiosas firmas, como la de Latino Coelho, y otras que habian de llegar a serlo como las de Anthero de Quental y Oliveira Martins, envenenaron más aún esa campaña que, ya por conveniencias politicas, ya por sentimiento, era extremamente apoyada por el tradicional sistema de politica diplomática del país"[187].

Uma das excepções neste contexto foi o *Jornal de Lisboa*, fundado em Julho de 1864 por José Barbosa Leão, que na sua secção *Sciencias e Letras* abriu um espaço para a *Revista Peninsular Critica Bibliographica* da responsabilidade de António Xavier Rodrigues Cordeiro, velho camarada do director nas lides da imprensa desde o tempo do *Leiriense*, que mensalmente dava conta das novidades editoriais espanholas, e outros eventos de carácter cultural. Este periódico que se mantinha atento à factualidade política do país vizinho através de uma extensa rubrica diária intitulada *Revista de Hespanha*, divulgou ao longo dos anos de 1866 e 1867 a poesia contemporânea espanhola, nomeadamente de autores como Carlos Rubio e Roque Bárcia, então emigrados em Portugal, em virtude do fracasso da revolução espanhola chefiada por Prim[188].

Mas em 1868 surgiu em Coimbra uma publicação que, pela pena de Simões Dias, deu a conhecer aos portugueses alguns dos mais importantes nomes da Espanha contemporânea, no domínio do jornalismo, direito, ciência, literatura e política. Este labor da *Folha* estendeu-se até 1871, traçando aí Simões Dias a biografia de quase duas dezenas de espanhóis ilustres[189]. Muitos destes homens, pela

---

187 FIGUEIREDO, Fidelino de — *Modernas relaciones literarias entre Portugal y España*, in "Estudos de Litteratura. Artigos Varios", Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1917, p. 88-89. Uma das contribuições mais preciosas deste artigo é a resenha que o autor denominou *Estudios portugueses sobre literatura española. Relaciones literarias con España*,(p. 95-111), a qual cobre o período que se situa entre 1839 e 1916.

188 Refira-se a título de exemplo o poema de Roque Barcia, *A la vista de las playas de Lisboa*, publicado no nº 654, de 5 de Setembro de 1866, com uma nota introdutória sobre o jornalista da *Democracia*, de Madrid.

189 António Trueba (nº 9 e 10, 1869); Emílio Castelar (nº 11, 12, 13, 14, 1869); Francisco Martinez de la Rosa (nº 18 e 19, 1869); José Zorrilla (nº 20, 1869); Benigno Joaquin Martinez (nº 3, 5, 6, 1870); Ricardo Molina (nº 7, 1870); Angel Fernandez de los Rios (nº 8 e 9, 1870); António Maria Garcia Blanco (nº 10, 1870); Juan de la Rosa Gonzalez (nº 11, 1870); Mariano Carreras y Gonzalez (nº 12, 1870); Juan Alvares Lorenzana (nº 12, 1869); Eugenio Montero Rios (nº 1, 1871); Rafael Tejada (nº 2, 1871); Manuel Maria José de Galdo (nº 4, 1871); Manuel del Palacio (nº 5, 1871); Gaspar Nuñez de Arce (nº 6, 1871);

palavra e/ou pela acção, participaram na construção de representações da Península Ibérica, avultando entre eles Castelar, Benigno Martinez, Molina, Fernandez de los Rios, Nuñez de Arce, ou ainda periodistas destacados do jornal *Iberia*, como Carreras y Gonzalez, Lorenzana e Balaguer. Por isso, este trabalho de Simões Dias prefigura o capítulo *Escritores ibericos* incluído na sua obra *A Hespanha Moderna*, onde o então professor do liceu de Viseu verteu o seu profundo conhecimento sobre a literatura espanhola[190], a qual já era uma refundição e ampliação de uma outra dada à estampa em 1870, com o título *Litteratura Hespanhola Contemporanea*. A partir das prestações no jornal de João de Penha, os trabalhos do autor sobre cultura espanhola vão-se salientar e multiplicar ao longo das décadas seguintes, alcançando outras áreas como a música, a dança, etc.[191].

Independentemente do seu credo democrático, patente na própria selecção que fez para *A Folha*, coloca-se a questão da adesão de Simões Dias aos princípios iberistas. Maria Manuela Mariano defende que ele "considerou sempre essa união como uma simples utopia", "tinha apenas em vista uma união puramente cultural",

---

António Garcia Gutierrez (nº 7, 1871); Victor Balaguer (nº10 e 11, 1871); Augusto Emilio Zaluar (nº 12, 1871); refira-se que esta última biografia já é escrita por Júlio César Machado. Muitos destes estudos foram também publicados noutros periódicos como por exemplo a *Democracia Pacífica*, de Elvas, em que Simões Dias colaborou ainda com poemas e contos. *O Jornal de Coimbra*, bisemanário de Joaquim José Pena, editou também algumas destas biografias de personalidades espanholas redigidas por Simões Dias, mas com notas muito cautelosas como a seguinte: "Publicando o bem escripto estudo do nosso illustrado amigo o sr. J. Simões Dias sobre D. Emilio Castelar, cumpre-nos declarar que a nossa admiração pelo talento e virtudes civicas do eloquente chefe do partido republicano de Hespanha, nunca perde de vista que, D. Emilio Castelar é infatigavel propugnador da união iberica" (*Jornal de Coimbra*, nº 82, 7 de Dezembro de 1868, p. 3). Refira-se que esta nota saiu na 3ª página mas o texto *D. Emilio Castelar e a Historia* ocupou o folhetim da 1ª.

190 DIAS, J. Simões — *A Hespanha Moderna. Revista Litteraria*, Porto, Imprensa Portugueza Editora, 1877, 333 p. O capítulo referido situa-se a páginas 231-293.

191 A título de exemplo refira-se na *Democracia Pacifica*, Elvas, *O D. Juan, de Zorrilla*, nº 97, 2 de Novembro de 1868; na *Republica das Letras*, Lisboa, *A Poesia Lyrica em Hespanha*, nº 1, Abril de 1875, p. 7-21; *D. José Amador de los Rios*, nº 2, Maio de 1875, p. 3-5 e nº 3, Junho de 1875, p. 3-5; na *Revista Litteraria do Porto, Litteratura Espanhola*, nº 1, 22 de Julho de 1877, p. 1-4; *Criticos Hespanhoes. D. Pascual de Gayangos e D. Juan Valera*, nº3, 5 de Agosto de 1877, p. 17-18; *Breton de los Herreros*, nº 4, 12 de Agosto de 1877, p. 27; *Hartzenbusch*, nº 5, 19 de Agosto de 1877, p. 34-35; *A Musica Espanhola*, nº 6 e 7, 26 de Agosto e 2 deSetembro de 1877, p. 41-42, e 51-52, respectivamente; ou ainda no *Jornal de Aventuras de Terra e Mar*, Porto, *D. Benigno Joaquin Martinez*, nº 61 a 63, Julho e Agosto de 1880, p. 95-96; 105-106; 112.

optando pela inserção deste intelectual na corrente que "não é propriamente a corrente iberista, mas que se interessa em particular pela comunhão espiritual das duas nações vizinhas"[192].

Esta asserção parece também adaptar-se a Cândido Figueiredo, outro colaborador da *Folha* e observador atento do país visinho, que no artigo *Portugal e Hespanha*, a propósito da festa que reuniu homens de letras dos dois países, organizada por Fernandez de los Rios em sua casa no dia 31 de Março de 1871, se congratula com a aproximação das duas literaturas:

"Hoje, Portugal e a Hespanha não são os dois povos que se digladiaram nas lutas da independencia, cobrindo de luto as paginas da sua gloriosa historia, e semeando odios em corações que a intelligencia illuminava a custo.

Hoje, a litteratura dos dois povos, mutuando-se amparos e saudações, estão realisando uma metamorphose que espanta e enthusiasma a um tempo.

Hoje, reconheceu-se que devia postergar-se um egoismo, eivado talvez de malquerenças estultas, e festeja-se o abraço das duas litteraturas, largo tempo separadas por uma barreira de preconceitos"[193].

O sarau literário promovido pelo ministro de Espanha na sua residência, reuniu mais de cem pessoas, entre jornalistas, escritores e políticos portugueses e espanhóis. O visconde de Castilho fizera uma tradução do *Fausto* de Goethe que foi lida pelo seu filho, Júlio de Castilho; no fim, Calvo Asencio leu uma ode do poeta espanhol García Gutierrez[194].

Os esforços desenvolvidos por este diplomata espanhol no sentido da aproximação cultural peninsular foram reconhecidos e elogiados por diferentes orgãos da imprensa portuguesa. Num folhetim do *Partido Constituinte*, Pereira Rodrigues apresentou-o como um dos homens a quem a literatura portuguesa mais devia nos últimos tempos, ascendendo a centenas a quantidade de livros espanhóis que havia distribuído pelas bibliotecas portuguesas, e de

---

192 MARIANO, Maria Manuela S. Cura — *A hispanofilia de Simões Dias*, Coimbra, Sep. da "Biblos", vol. XXIII, 1948, p. 14, 15 e 76, respectivamente.

193 *A Folha*, Coimbra, 3ª série, nº 8, 1871.

194 As notícias desta reunião chegaram à *Ibéria* de Madrid, em 5 de Abril de 1871, pela pena de Benigno Joaquin Martinez.

livros portugueses que havia feito chegar a bibliotecas espanholas. Esta actividade, a seu ver, não tinha motivações políticas:

"É admiravel a tenacidade com que, destruindo pouco a pouco preconceitos e receios louvaveis mas injustos, o illustre ministro conseguiu fazer comprehender que os seus intuitos nada tinham com a politica"[195].

Em Maio de 1870, o *Diário Mercantil* deu conta que o embaixador espanhol havia já distribuído pelos estabelecimentos literários portugueses cerca 1200 a 1500 volumes de obras de todos os géneros, provenientes de Espanha[196].

Também a *Voz do Minho*, reportando-se às informações de uma folha espanhola, noticiou que por iniciativa do diplomata "se começaram já a vender livros luzitanos em Madrid e hespanhoes em Lisboa, cousa que ainda que pareça estranha, difficilmente succedia antes sendo difficultosissimo adquirir os livros de uma nação na outra"[197].

Todavia a sua acção não foi unanimemente encarada sob o mesmo prisma, alvitrando alguns que essas prendas não eram

---

195 *O Partido Constituinte*, Lisboa, nº 7, 11 de Abril de 1871. Este jornal noticiou, por exemplo, o valioso donativo de livros castelhanos que D. Angel de los Rios fez à biblioteca da Sociedade Terpsicore Conimbricense. (cf. nº 40, 20 de Maio de 1871, p. 3).

196 *Diario Mercantil*, Porto, nº 3086, 4 de Maio de 1870, p. 2. Esta notícia, que tinha o irónico título *Os hispanhoes fazendo-nos a bocca doce*, referia que as instituições contempladas eram o Grémio Literário, a Biblioteca Nacional, a Universidade de Coimbra, a Academia Real das Ciências e a Sociedade Conimbricense. A mero título de curiosidade, podemos lembrar que este diário portuense foi o que em 1867 mais publicitou o debate parlamentar sobre o paradeiro do *Tirant-lo-Blanc*, preciosa e rara espécie bibliográfica quinhentista que seis anos antes teria sido retirada da Biblioteca Municipal do Porto por uma portaria do governo de Fontes Pereira de Melo e emprestado a Salamanca. Na sessão de 17 de Maio de 1867, o deputado José Morais interrogou o governo sobre o paradeiro do livro de cavalaria de Martorell, o que causou algum embaraço a Martens Ferrão, em virtude de não possuir quaisquer dados sobre o assunto. O que é certo, é que o *Diário Mercantil* reclamou sempre a devolução desse tesouro à biblioteca da sua cidade; após os artigos sobre as diligências de José Morais (nº 2204, de 24 de Maio e nº 2236 de 6 de Junho), exortou a imprensa a não deixar caír este escândalo no esquecimento, retomando-o ele próprio algumas vezes, nomeadamente em 28 de Novembro de 1866 (nº 2358), e 24 de Junho de 1868 (nº 2527), para dizer que nada mais se havia apurado sobre o assunto e para acusar Fontes e todos os ministros do reino que sucederam ao "subtractor desta preciosidade". Saliente-se que foi o *Português* o jornal que em 1860 reputou de escandaloso o empréstimo da obra por Fontes a Salamanca para, alegadamente, se proceder a uma nova edição com uma tiragem de oito mil exemplares (cf. *O Portuguez*, Lisboa, nº 2085, 10 de Abril de 1860, p. 1).

197 *A Voz do Minho*, Valença, nº 2134, 25 de Setembro de 1869, p. 2.

desinteressadas, antes faziam parte de uma estratégia de sedução que o embaixador soube bem conduzir[198].

O labéu de iberismo/iberista de que se revestiram o medo e a desconfiança, constituíu aliás outro dos alimentos de que se nutriu a incomunicação cultural peninsular. A propósito de ter recebido duas obras de Francisco Tubino que até aí desconhecia, Luciano Cordeiro dissertou sobre a natureza das relações culturais entre os dois países:

"Muito é para sentir que tão pouco conheçamos em Portugal a arte e a sciencia dos nossos visinhos peninsulares, e muitos louvores cabem ao actual embaixador hespanhol, o snr. Fernandez de los Rios, que tem procurado e vae conseguindo attenuar este mal.

Um patriotismo caturra até á imbecilidade, muitas vezes faz com que se olhe de travez para tudo o que de Hespanha nos vem. E bem boas cousas podem vir. Eu creio que o *iberismo* como doutrina é um anachronismo ou uma ignorancia ou uma aberração, e como facto seria um retrocesso, uma oppressão commum, uma desgraça, mas rio-me de certas manifestações estereis ou grutescas, porque creio que a historia tem uma logica implacavel, e que a independencia d'um povo, a sua existencia politica, basea-se principalmente n'uma consciencia collectiva esclarecida, forte e moral, n'uma politica e n'uma governação seria e positiva, n'uma vida social sadia e n'uma comprehensão firme dos principios de organisação do Estado, dos interesses do povo, dos direitos do cidadão, das necessidades e meios de reforma, etc."[199]

Mais tarde, o próprio Cândido de Figueiredo testemunharia da reputação de ibéricos que Simões Dias e ele próprio alcançaram, por defenderem e fomentarem a aproximação cultural entre os dois povos:

"Esta índole literaria aproximou-o muito dos homens letrados de Hespanha, e um grande numero d'elles foi por Simões Dias

---

198 *Sentinela do Minho*, Valença, nº 20, 23 de Julho de 1871, p. 1. Este folhetim explicava com alguma ironia que o "petit cadeau d'amitié" de Fernandez de los Rios, era tão insignifante que mais conseguira desocupar as estantes e galerias espanholas de coisas inúteis, do que beliscar a independência portuguesa: "Estes brindes foram: livros de edições mal esgotadas, bocadinhos de minerios, fragmentos de antiguidades, pedrinhas e gravuras que estão pedindo quatro alfinetes e uma parede branca".

199 CORDEIRO, Luciano — *Arte e Litteratura Portugueza d'Hoje. (Livros, Quadros e Palcos)*, Porto, Typ. Lusitana, 1871, p. 60.

biografado e apreciado. Eu achava e acho legitimo esta aproximação, e n'ella me deixei arrastar até aos braços de D. Benigno Martinez, que, sendo aliás o melhor amigo hispanhol dos escritores portuguezes, tem a ingenuidade de acreditar que são ibericos todos os que amam as letras hispanholas. Creio que ainda conservo uma affectuosa carta, em que D. Benigno, exaltando as excellencias da seita iberica, me apontava, como bons apostolos d'aquella doutrina, muitos nomes illustres que em Portugal occupam elevadas planas na politica e nas letras (...).

E foi por estas e por outras que Simões Dias passou por iberico em todas as Hispanhas; e os nossos amaveis visinhos, reconhecidos e enthusiasmados, atiraram para cima d'elle a commenda de Isabel a Catholica"[200].

Também Rebelo da Silva viria a ser agraciado pelo governo espanhol após a sua obra *Memoria sobre la vida politica y literaria de D. Francisco Martinez de la Rosa*[201], publicada a seguir à morte desse intelectual. Escrito em espanhol, este livro continha uma dedicatória à monarca de Espanha, e no seu primeiro capítulo abordava o incontornável e controverso tema das relações entre os dois países da península[202]. Eram aí evocadas a história paralela, a proveniência comum dos povos, mas também as fronteiras morais que os dividiam, alimentadas por apreensões hostis, desconfianças e ódios. O prolixo escritor português preconiza então uma maior união, sobretudo em matéria económica e cultural, e faz votos para

---

200 FIGUEIREDO, Cândido de — *Homens e Letras. Galeria de Poetas Contemporaneos*, Lisboa, Typ. Universal, 1881,p. 216-217. Estas palavras de Cândido de Figueiredo ganham todo o sentido ao lermos o artigo que Benigno Martinez publicou na *Iberia*, quando do falecimento de Silva Gaio, e que um periódico de Coimbra reproduziu. Referia Martinez que o celebrado autor de *Mário* era companheiro inseparável de Tomás Ribeiro "ainda que não era, como este, inimigo declarado de nossas pacificas ambições iberica. Ha mezes escrevia, entre outras coizas, o seguinte ao que traça estas linhas: Eu não tenho repugnancia nenhuma ao grande imperio prognosticado por Camões. Vejo na Iberia um grande povo que pode em muito pouco tempo ter entre as nações o grande logar que lhe compete!... Queria este povo (Portugal) feliz e animado a desejar a união com a Hespanha; mas não o quero immediatamente lançado para ella em nome da sua miseria e do seu desallento... Creio que se melhor e mais se conhecessem estes dois povos, haveriam já realisado tão grande aspiração; porém vive-se de preconceitos!" (cf. *O Tribuno Popular*, Coimbra, nº 1520, 31 de Agosto de 1870).

201 SILVA, Luis Augusto Rebello da — *Memoria sobre la vida politica y literaria de D. Francisco Martinez de le Rosa,* Lisboa, Silva Junior & C.ª Editores, 1863, 204 p.

202 IDEM, *Ibidem*, p. 9 a 20.

um maior entendimento recíproco, acreditando que a manutenção da independência não poderia ser um elemento de separação, quando se tratava de celebrar conquistas da civilisação.

Refira-se que as comendas e títulos honoríficos espanhóis então concedidos a um número substancial de portugueses, não deixaram de suscitar uma indisfarçável desconfiança. Quando em 1861 a esposa do duque de Ávila foi agraciada com o cordão da ordem de Maria Luísa, a imprensa desafecta ao ministro afirmou que a distinção se dirigia ao marido. O *Asmodeu* explicava que esse era o prémio pela sua política reaccionária, próxima do "obscurantismo ultramontano" espanhol e interrogava-se sobre como combinar os entusiasmos anti-ibéricos com as graças concedidas por Madrid:

"Não é promovendo a harmonia economica e industrial dos dois paizes visinhos, que se *iberisa*; é recebendo o santo e senha de Hespanha nas grandes questões internacionaes, é subjeitando-nos á politica hespanhola, é participando dos seus erros politicos, e subjeitando-nos assim ao castigo, que mais cedo ou mais tarde a Hespanha hade receber pelas suas velleidades reaccionarias"[203].

A notícia do *Trinta Diabos* que indicava os nomes dos portugueses agraciados em 1869 com a comenda de Carlos III, começava pela seguinte afirmação: "A Hespanha vae recrutando os seus adeptos"[204]. Este periódico satírico republicano defendeu mesmo que Rebelo da Silva ao solicitar a comenda do governo espanhol era mais ibérico do que Latino Coelho, a quem tantas vezes atribuíra esse epíteto em virtude do seu prólogo[205].

Também a *Democracia Pacífica*, periódico elvense de consabidas antipatias pelo governo de Narvaez, publicou em 1867 a lista de ilustres da terra que tinham sido condecorados por Isabel II; tratava-se de quadros militares, judiciais, administrativos e eclesiásticos condecorados com a Grã Cruz de Isabel a Católica, a

---

[203] *O Asmodeu*, Lisboa, nº 28, 23 de Julho de 1861. Uma correspondência de Lisboa do *Raio*, assinada pelo criptónimo Baroneza de Lisboa, também associou esta condecoração à propaganda ibérica: "Agora porém desde que eu vi que a mulher do Cadastroni fôra agraciada com a banda de uma ordem hespanhola não posso deixar de te escrever a protestar contra a União Iberica que começa pela cintura de uma dama". (cf. nº 52, 14 de Agosto de 1861).

[204] *Trinta Diabos*, Lisboa, nº 6, Março de 1869, p. 2. Além de Rebelo da Silva, eram apontados Afonso de Castro, Duarte Gustavo Nogueira Soares, Augusto Camarate, António Maria Tovar de Lemos e D. Luís, conde de Alcáçovas.

[205] *Ibidem*, nº 29, Agosto de 1869, p. 2.

comenda do número extraordinário da real ordem de Isabel a Católica, e o título de cavaleiros de Carlos III[206].

As influências recíprocas das literaturas peninsulares constituíram um tema que suscitou vários estudos em Portugal, mas só a partir da década de 70, pontuando os nomes de Teófilo Braga, Magalhães Lima, Sousa Viterbo. Pinheiro Chagas iniciou de certa forma a polémica com o seu estudo *Da iniciativa litteraria dos portugueses na peninsula iberica. A litteratura portugueza nas suas relações com a hespanhola*[207], onde se opunha ao conceito da literatura portuguesa como literatura de imitação, defendendo que a literatura portuguesa exerceu uma grande influência sobre a literatura espanhola e, por mediação desta, sobre a literatura europeia. Quando o século se aproximava do seu termo, Sousa Viterbo publicou *A civilização portuguesa e a civilização hespanhola: sua influencia mutua*, onde evocava a intimidade que sempre uniu e quase irmanou os dois povos. Pese embora a distância, em termos culturais, fosse maior em relação à Espanha, do que à França, considerava que, por mais alta que fosse a barreira da ignorância e por mais fortes que fossem os preconceitos e antipatias, os laços de família nunca se extinguiram, e deles se deveria falar abertamente:

"Mostrar qual o grau de influencia civilizadora que mutuamente se tem exercido as duas nacionalidades, não é uma inconveniencia ou leviandade mas sim um acto de patriotismo inatacavel"[208].

O intercâmbio universitário peninsular foi dinamizado em 1852, durante o adiamento das cortes, pelo trabalho de Vicente Ferrer, que no ano anterior havia iniciado a sua carreira de deputado. A missão deste lente de Coimbra, que obteve a aprovação do governo, consistiu na visita a diversas instituições de instrução pública de Espanha, tendo estabelecido relações literárias e científicas, bem como o sistema de permuta de livros com a

---

206 *A Democracia Pacífica*, Elvas, nº 52, 26 de Setembro de 1867.

207 In "Novos Ensaios Criticos", Porto, 1867, p. 68-104.

208 VITERBO, Sousa — *A civilização portuguesa e a civilização hespanhola: sua influencia mutua*, Porto, Tip. de José Silva Mendonça, 1892, p. 7. Esta texto constituíu os preliminares de uma obra de fôlego que o autor viria a publicar mais tarde, sob o título *A Literatura Hespanhola em Portugal*.

Universidade Central de Madrid. O seu reitor, o marquês de Morante, aderiu entusiasticamente ao convénio, tendo enviado importantes remessas de livros à Universidade de Coimbra. A investigação do professor Ferrer levou-o ainda a diferentes livrarias e bibliotecas espanholas, em busca de documentos e manuscritos portugueses. *O Patriota* patenteou o seu interesse neste labor de recolha de fontes da história pátria, alvitrando que se deveriam examinar as livrarias de Madrid, Sevilha e Cádis, para apurar o que aí havia concernente a Portugal, e obter-se licença para fazer cópias. Defendendo que essa tarefa não acarretaria grandes despesas e que os portugueses não se deviam limitar a esperar pelos catálogos dos bibliotecários espanhóis, aquele periódico progressista incitou à prossecução desta iniciativa:

"Ao sr. ministro do reino, cuja inteligencia e amor plas sciencias é incontestavel, recomendamos estas observaçõpes e ao sr. Ferrer pedimos que não abandone a obra começada, e que inste com o governo, para do seu trabalho se colherem todos os fructos possiveis"[209].

Curiosamente, assumindo um atitude bastante original no contexto da imprensa da época, *A Lei*, jornal cabralista redigido por Mendes Leal, no artigo *Commercio Litterario com Hespanha* que comentava o relatório de Ferrer recentemente publicado no *Diário do Governo*, considerou que as relações culturais e sobretudo literárias entre os dois países não eram tão diminutas como vulgarmente se fazia crer, e insinuava mesmo que a visão pessimista do professor provinha de uma deficiente investigação:

"Não tem sido, é verdade, tão activo como fora de esperar, o comercio litterario entre as duas nações; mas tambem não é licito dizer que um muro de bronze as separa. Os Sáavedras, Zorrillas, Zarates, Arguilles, Pachecos, Montesinos, Sanchez e Martinez, são muito conhecidos de sabedores e litteratos portuguezes. A lingua de Camões, Barros, Broteros, Garret, e Herculano... não é desconhecida dos nossos visinhos. Por maravilha temos que a obra monumental dos estatutos da nossa universidade, não existe nas universidades hespanholas, quando se encontram nas universidades e bilbliothecas mais celebres da Europa. Talvez que a brevidade não

---

209 *O Patriota*, Lisboa, nº 2393, 21 de Junho de 1852, p. 1.

permitisse ao sr. Ferrer o escrupuloso exame, que demandam as investigações litterarias"[210].

Da mesma forma, este artigo considerou exageradas as asserções de Vicente Ferrer sobre a dificuldade na permuta de periódicos entre os dois países, bem como sobre o desconhecimento recíproco no tcante às últimas novidades editoriais:

"Por Hespanha encontram-se os nossos jornaes em gabinetes de leitura de povoações inferiores ás que o sr. Ferrer dicorrera. Em Badajoz, Salamanca, e Cidade Rodrigo, certo que existem.

Os periodicos hespanhoes, os mais acreditados pelo menos. ahi os vemos nos gabinetes de leitura portuguezes. Tanto uns como outros costumam dar noticia ao movimento litterario do respectivo paiz, e das obras que se imprimem e publicam.

Infelizmente par nós não tem havido um jornal de instrucção publica, a despeito de potentos esforços que alguem tem feito para que o haja: e nesta pate não devemos nada ao ultimo movimento político; lendo que no orçamento de 51 a 52 se achava consignada uma verba especial para a instituição desse tão indispensavel periodico, junto ao ministerio do reino. Mas as reformas litterarias, que desde 1834 tem havido, as produções scientificas e litterarias publicadas nesta épocha, os livros adoptados para compendios na instrucção primaria, e os auctorisados para ensino na secundaria e superior, tudo tem sido publicado nos periodicos que circulam no paiz visinho.

De Hespanha mais circumstanciadamente sabemos o que ha de movimento litterario, e *intelectualidade* nacional; que tudo mui claramente nos diz o *Boletin oficial del ministerio de comercio, instrucion, y obras publicas*, e sabemos que ha homens de letras em Portugal, que recebem regularmente esse acreditado periodico. Lendo-o não é possivel ignorar o que em Hespanha se publica de sciencias e lettras"[211].

A visível má vontade da *Lei* relativamente ao projecto governamental corporizado por Ferrer, advém exactamente do facto de ser governamental, advogando uma estratégia menos dirigida e mais liberalista para o intercâmbio cultural:

---

210 *A Lei*, Lisboa, nº 803, 2 de Junho de 1852, p. 1.
211 *Ibidem*.

"Com estas reflexões não queremos por modo algum desvaliar o serviço que o sr. Ferrer acaba de fazer, excitando a acção do governo sobre um objecto de tão elevada importancia. Desejamos que ambos os governos, animados de sinceros desejos pela cultura intellectual, concorram, quanto lhes cabe nos limites de suas attribuições, par activar esse genero de commercio, em que muito proveito irá a uma e outra nação. Mas intendemos tambem que não é esse assumpto, para ser regulado pelos governos; que o — *laisser faire* — tem mais applicação a este, do que a outro qualquer rumo de industria e commercio: o, que a não lembrar remedio mais adequado, d'este pouco esperamos. Ha outro meio, muito conhecido"[212].

Segundo este artigo, a questão fulcral residia nas peias e entraves de que o comérico peninsular se ressentia, inclusivé o livreiro, acrescido do facto de os livros portugueses e espanhóis serem os mais caros; a haver intervenção governamental, defende que ela se deveria manifestar nesta área:

"O commercio litterario entre Portugal e Hespanha está paralysado, porque os commerciante portguezes não gostam dessas relações commerciaes com os Hespanhoes. É sempre difficil, senão impossivel o obter uma encommenda de livros hespanhoes por livreiro portuguez. Parece, segundo consta, que não tem sido muito satisfatorias para os portuguezes algumas relações, que tem havido nesse genero. Accresce que esse commercio tem tomado a direcção, como costuma, dos grandes mercados da Europa; e nenhuma das duas nações offerecia copia de productos, que obrigassem a mudança de direcção, e criação de novas relações commerciaes. Ainda é para notar que os preços dos livros hespanhoes e portuguezes são mais subidos do que os de outras nações, que escriptos ou traduzidos em francez, circulam facilmente por toda a Europa: e a differença do preço não é coisa indifferente no consummo.

É de esperar que o sr. Ferrer estudando as causas do estorvo no commercio de livros entre os dois povos, lembre ao governo remedio mais efficaz do que aquelle suscitado pelas primeiras

---

212 *Ibidem.*

impressões, e menos detida reflexão; se em verdade intende que do governo pode o remedio vir"[213].

O que é certo é que o tráfego livreiro entre os dois países da Península deu azo a reiteradas queixas de que alguma imprensa periódica foi correia transmissora. Ainda em 1863 a *Gazeta de Portugal* dava conta que em virtude da última convenção postal a comunicação literária entre Portugal e Espanha estava vedada; o correio português não recebia um livro que se queria mandar para Espanha, e o correio espanhol fazia o mesmo em relação às remessas de livros para Portugal[214].

A *Gazeta* de Teixeira de Vasconcelos admirava-se todavia com o facto de a imprensa portuguesa não denunciar suficientemente este escândalo, ao inverso da espanhola, nomeadamente *El Madrileño*, que sistematicamente se insurgia contra a situação:

"A imprensa ou porque não lhe importa que os livros portuguezes vão para Hespanha, ou porque já tem cá todos os livros hespanhoes que lhe são necessarios, ou finalmente porque outros assumptos gravissimos lhes prendem a attenção em proveito do paiz e da civilisação, não fez caso do assumpto"[215].

A questão do intercâmbio universitário também captou a atenção do *Instituto*, evocando no artigo *Relações entre as Escholas Superiores de Hispanha e Portugal*[216] o trabalho de Vicente Ferrer; contudo, o objectivo deste texto é contestar a proposta de Bertemati às cortes de Espanha em 14 de Dezembro de 1854 que defendia o estabelecimento de um convénio entre todas as universidades de Espanha e a Universidade de Coimbra e escolas superiores de Lisboa, de modo a permitir aos estudantes a livre circulação entre elas, podendo alcançar os seus diplomas após ter frequentado diferentes estabelecimentos de ensino. Já que o pensamento do deputado espanhol havia sido reproduzido no *Adelante* de Madrid, com o convite à imprensa de Coimbra e Lisboa a aconselhar a adopção da medida, o *Instituto* aproveita o ensejo para contrariar

---

213 *Ibidem*.

214 *Gazeta de Portugal*, Lisboa, nº 242, 8 de Setembro de 1863, p. 1. Uma das principais queixas radicava no facto da mercadoria ter sempre que passar pelos serviços centrais da capital, independentemente do seu destino.

215 *Ibidem*, nº 254, 20 de Setembro de 1863, p. 1.

216 *O Instituto*, Coimbra, nº 21, 1 de Fevereiro de 1855, p. 271-273.

essa "união universitária", alegando a sua incompatibilidade com a futura tomada de posse nos cargos públicos, sob inspecção estatal:

"Não podemos, pois, deixar de considerar as escholas superiores, como institutos politicos subjeitos á vigilancia e direcção do estado. E como esta vigilancia não póde transpor as fronteiras, como esta direcção não póde permittir-se em alheio territorio, segue-se que a união entre as escholas de diversos paizes é contraria aos principios administrativos, e sobre tudo a todo o nosso systema de instrucção superior"[217].

Mas em 1859 a posição do *Instituto* era já bastante favorável relativamente ao projecto-lei de Romero Ortiz que visava conceder aos estudantes portugueses a possibilidade de cursar universidades espanholas, aos médicos e engenheiros portugueses a possibilidade de exercerem em Espanha as suas profissões mediante a apresentação dos seus diplomas das academias portuguesas, bem como a admissão a concurso de portugueses às cadeiras de instrução pública. Tanto assim que não só faz votos que rapidamente se converta em lei, como também deseja que o governo português corresponda a tal medida com a reciprocidade que ela merece:

"Na nossa camara dos deputados, sem dúvida, será apresentado um identico projecto, em que reciprocamente nós concedamos aos nossos visinhos eguaes vantagens, ás que nos são offerecidas por elles. Pede-o o cavalheirismo, a que portuguezes não sabem faltar; aconselham-no milhares de razões, que fôra ocioso referir aqui"[218].

Neste contexto compreende-se o cuidado desta revista literária de Coimbra em facultar aos seus leitores o "bem redigido documento" apresentado à câmara dos deputados em 5 de Abril de 1859 e subscrito por Mendes Leal, Domingos Garcia Peres, Augusto Machado de Faria e Maia, Tomás de Carvalho, José Estevão, Mousinho de Albuquerque, Francisco Martins Pulido e Infante Pessanha. O conteúdo dos cinco artigos deste projecto de lei era o seguinte, sendo evidente o decalque do documento espanhol:

"Art. 1. Os portuguezes que fruirem pensão por apozentação, inactividade, jubilação ou viuvez, poderão cobral-a, com previa

---

217 *Ibidem*, p. 273.

218 *Ibidem*, nº 1, 1 de Abril de 1859, p. 13.

justificação da sua existencia, ainda que permaneçam por tempo ilimitado em territorio hespanhol.

Art. 2. Os hespanhoes poderão frequentar os estabelecimentos de instrucção publica, subvencionado pelo estado, e obter n'elles as mesmas vantagens que os portuguezes.

Art. 3. Os medicos, cirurgiões e engenheiros hespanhoes, que tenham estudado nas escolas superiores de Hespanha, e obtido ahi os competentes diplomas, poderão exercer as respectivas profissões nos dominios portuguezes, com a só condição de apresentarem os referidos titulos nas respectivas escolas superiores de Portugal para sua revalidação.

§ unico. Os engenheiros militares portuguezes, que, por esta disposição, vierem a achar-se em serviço na Hespanha, não perderão a collocação respectiva no paiz.

Art. 4. A differença de nacionalidade não impede que os hespanhoes, habilitados para o serviço do magisterio, façam opposição ás cadeiras vagas em Portugal.

Art. 5. Fica revogada toda a legislação em contrario"[219].

Importa salientar que alguns dos redactores deste documento foram pouco depois dados como partidários da união ibérica pela imprensa espanhola. Uma correspondência de Lisboa para o *Jornal do Porto* alertava para esta situação:

"Alguns jornais de Madrid continuão a debater a grande conveniencia da fuzão iberica, e tractão de provar que esta idêa tem por adeptos em Portugal os melhores e mais conspicuos oradores e publicistas tais como Infante Pessanha, Martins Pulido, Lopes de Mendonça, Garcia Perez, Marques Pereira e outros de igual celebridade em Portugal. Recommendo-lhe a este respeito as *Novedades* de 8 e 9 deste mez"[220].

---

219 *Ibidem*, nº 11, 1 de Setembro de 1859, p. 182-183.

220 *Jornal do Porto*, nº 108, 14 de Maio de 1861, p. 2-3. Domingos Garcia Pérez era filho de pais espanhóis e nasceu em Moura em 1812, tendo falecido em Setúbal, no ano de 1902. Estudou no Colégio Universitário do Sacro Monte, em Granada, e cursou Medicina em Sevilha e Cádis, tendo-se doutorado nesta última universidade. Em Julho de 1839 revalidou o seu diploma perante a Escola Medico-Cirúrgica de Lisboa. Até 1846 exerceu clínica em Alcácer do Sal onde também foi médico municipal. Entre 1852 e 1862 foi deputado por Setúbal, tendo desempenhado uma boa actividade parlamentar que se saldou por uma série de melhoramentos materiais para aquela cidade. Em 1863 foi nomeado guarda-mor da saúde de Setúbal e médico dos caminhos de ferro em Lisboa. Em 1870 radicou-se definitivamente em Setúbal, tendo-se relacionado com imensos emigrados espanhóis, sobretudo intelectuais, após 1871.

O regenerador *Arauto* apresentou igualmente aos seus leitores a proposta de Bertemati que denominou de "igualdade universitaria" e, apesar de a considerar excelente, argumentou que era de muito difícil execução. Lembrou todavia que todo o sistema e legislação de ensino necessitavam de reformas profundas, ocupando-se já a imprensa espanhola do assunto, devendo a portuguesa fazer o mesmo[221].

Após o *Nacional*, do Porto, e o *Popular*, de Coimbra, terem manifestado a sua adesão ao projecto Bertemati, o *Conimbricense* publicou o texto *Liga das Universidades*, onde patenteou a sua dúvida "se se quererá prender esta questão com a da *união iberica*, e se ella é trazida á luz publica, como meio de apressar a outra"[222]. Seja como fôr, o *Conimbricense* entendeu abstrair o assunto "de todo o intuito politico" e considerar que a uniformidade dos planos e sistemas de estudos nas diferentes universidades era um grande passo desejando, talvez como estratégia de defesa face a uma eventual hegemonia intelectual espanhola, que tal projecto extrapolasse do próprio território peninsular:

"Venha pois para a organisação das Universidades de hoje um principio tão fecundo em resultados para a civilisação, que cada vez ha de estreitar mais os laços entre os povos, e do qual não antevemos nem o minimo inconveniente.

O que os seculos passados mostraram possivel por conveniencia das sciencias, mostra hoje praticavel a civilisação, por

---

Apaixonado bibliófilo, viria a compilar o *Catalogo razonado, Biografico e bibliografico de los autores portugueses que escribieron en castellano*, publicado pela Academia Española de Madrid, em 1890. (cf. *Gande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, vol. 21, p. 275). Francisco Martins Pulido também foi um médico notório, e também nasceu no Alentejo, em 1815, na vila da Vidigueira e faleceu em 1876. Doutor em Medicina pela Universidade de Montpellier, foi nomeado director do Hospital da Luz em 1843 e de Rilhafoles em 1846, cargo que exerceu até 1866, tendo depois exercido clínica em Madrid, durante alguns anos. Foi também deputado às Cortes na legislatura de 1858 (cf. *Gande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, vol. 23, p. 682). Outro dos redactores do documento mencionado era também médico, trata-se de Tomás de Carvalho, doutorado em Paris, lente na Medico-Cirúrgica de Lisboa, deputado em 1858 e falecido em 1897. Escritor profícuo, desenvolveu uma intensa actividade jornalística, disseminada por diferentes jornais, em áreas tão diversas como a medicina, assistência social, literatura, etc. (cf. D. B. P., vol. 7, p. 340, e vol. XIX, p. 272, 337, 365).

221 *O Arauto*, Lisboa, nº 203, 20 de Dezembro de 1854, p. 2.

222 *O Conimbricense*, nº 110, 10 de Fevereiro de 1855, p. 1.

honra d'ella propria, e dos santos dogmas da fraternidade que ainda um dia ha de fundir n'um só todos os povos do mundo.

Venha, qualquer que seja dos dois paizes o primeiro que tome neste ponto a gloriosa iniciativa, Portugal, a Hespanha, ou outro"[223].

Quando em 6 de Fevereiro de 1869, o Ministério do Fomento espanhol liderado por Manoel Ruiz Zorrilla emitiu um documento em que se declaravam válidos em Espanha os títulos profissionais portugueses bem como os diplomas passados em Portugal, a imprensa portuguesa não deixou de patentear a sua suspeição. Num artigo exclamativamente intitulado *Álerta!*, o *1º de Janeiro* lembrava que havia muito quem em Espanha suspirasse pela união ibérica, e considerou o texto desse documento "de pasmar"[224].

O *Viriato* encarou o decreto de Zorrilla como uma das várias "suspeitosas providencias" do governo provisório de Espanha, em prol das relações de íntima união e amizade que dizia querer ter com Portugal, e também se admirava da generosidade do presente:

"Alem de ser precedido de um relatorio em que se encarece a necessidade de aproximação dos dous povos, aconselha a urgencia de estreitar as relações de amisade intima entre Hespanha e Portugal. Estabelece uma série de prescripções por extremo lisongeiras a Portugal, mas suspeitosas por irreconciliaveis com o orgulho natural castelhano.

Lembra naturalmente tanta amabilidade, tam meigo sorrir, aquella passagem do poeta latino: *Timeo danaos, donaque ferentes*!"[225]

Este assunto viria a ser retomado pelo professor da Escola Normal de Lisboa e deputado por S. Tomé, Francisco Júlio de Caldas Aulete, que em 1871 apresentou à câmara electiva um projecto-lei que previa que os diplomas obtidos em qualquer estabelecimento público de Espanha, fossem válidos em Portugal. Este projecto tinha por fim a reciprocidade do decreto do governo espanhol, de 6 de

---

223 *Ibidem.*

224 *O 1º de Janeiro*, Porto, nº 30, 13 de Fevereiro de 1869, p. 1.

225 *O Viriato*, Viseu, nº 1448, 16 de Fevereiro de 1869, p. 1. Além de reproduzir os três pontos do decreto, tal como o *1º de Janeiro*, o *Viriato* transcreveu ainda o relatório que o antecedia.

Fevereiro de 1869, que reconhecia como válidas naquele país as habilitações adquiridas nas instituições escolares portuguesas[226].

A proposta de Aulete foi secundada por um requerimento de Maio daquele ano assinado por vários estudantes de Coimbra e enviado à mesma câmara, solicitando que fosse efectivamente aprovada a aceitação em Portugal de diplomas passados pelas universidades espanholas[227].

Este assunto não era todavia pacífico, como o comprova uma carta assinada por G. F. ao redactor da *Federação*, sobre a equiparação de cursos entre Portugal e Espanha. O autor defende que se Portugal correspondesse ao decreto aprovado sob a regência do duque de la Torre, arricava-se a ver chegar charlatães que divulgariam uma "propaganda branda" entre o povo, "perigosissimos agentes das idéas de união iberica", já que todos os partidos espanhóis desejavam a anexação, além do que reputava Fernandez de los Rios "cavalheiro excellente mas habil diplomatico principalmente para agente de Hespanha em Portugal"[228].

O *Jornal do Porto* também patenteou a sua discordância nesta matéria, utilizando os mesmos argumentos:

"Dir-se-ha que a Hispanha acceita nossos diplomas: é uma graça que não solicitamos nem agradecemos porque nada aproveita a Portugal e foi concedida unicamente com o fim de nos affeiçoar ás ideias ibericas"[229].

Este periódico lembrou ainda que os alunos das escolas médicas de Lisboa e Porto eram contrários ao projecto, e acusou Aulete de não se preocupar com a melhoria do nível do ensino superior, de prejudicar a escola médica do Porto porque reinvindicava somente a categoria de faculdade para a de Lisboa, enfim, de prejudicar "o futuro dos filhos das nossas academias"[230].

O projecto Aulete foi posteriormente relembrado por Elias Garcia pelo que a Academia de Ciências Médicas de Lisboa nomeou uma comissão para dar um parecer sobre o assunto no tocante à área específica da medicina. Essa comissão era constituída por três membros, José Maria Alves Branco, Miguel Augusto Bombarda e

---

226 *O Partido Constituinte*, Lisboa, nº 8, 12 de Abril de 1871, p. 1.
227 *A Federação*, Coimbra, nº 25, 14 de Maio de 1871, p. 1.
228 *Ibidem*, nº 26, 18 de Maio de 1871, p. 3-4.
229 *O Jornal do Porto*, nº 91, 23 de Abril de 1871, p. 1.
230 *Ibidem*, nº 114, 21 de Maio de 1871, p. 1.

José António Serrano, que reprovaram o projecto, tendo já dois deles tido oportunidade de se pronunciar contra ele em periódicos da especialidade. As razões apontadas para a não conversão do projecto em lei radicavam em factores de vária ordem, mas sobretudo nas desvantagens daí advenientes para os médicos portugueses. Por outro lado, os redactores do parecer não omitiram que o decreto de Zorrilla, gerador de toda a questão, tinha sido produzido num vasto quadro de intenções de união pacífica, defendido por vários intelectuais e políticos espanhóis no período subsequente à revolução anti-bourbónica[231]. Por sua vez este relatório e os seus argumentos foram contrariados na recensão de J. Carrilho Videira publicada na *Revista de Estudos Livres*, uma das publicações fundamentais do pensamento positivista português[232].

Na sua qualidade de veículos de aproximação entre estudantes da península refiram-se as publicações lisboetas de 1865, *Voz Academica*[233] e *União Academica*[234], cujos textos de solidariedade com os académicos espanhóis seriam traduzidos pelo periódico madrileno *Iberia*.

Aliás, as iniciativas interestudantis não eram totalmente raras na Península, se bem que não ultrapassassem o mero plano simbólico. Em 1868 o curso do quinto ano de direito da Universidade Central de Madrid ofereceu à de Coimbra uma fotografia representando todos os alunos daquele curso e os seus professores. O *Jornal de Coimbra* noticiou que os finalistas portugueses do mesmo curso tencionavam retribuir esta deferência:

"Applaudimos esta deliberação dos quintanistas de direito, como applaudimos tudo o que possa concorrer para que mais se estreitem as relações scientificas e litterarias entre os dois paizes. Lucramos todos. Sejamos irmãos, e como taes nos estimemos, para não sermos visinhos inimigos ou escravos opprimidos"[235].

---

231 *O Projecto Caldas Aulete perante a Medicina Portugueza. Relatorio apresentado á Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa pela Commissão eleita para dar parecer sobre o assumpto*, Lisboa, Typographia Nova Minerva, 1883, 51 p.

232 *Revista de Estudos Livres*, Lisboa, Nova Livraria Internacional Editora, vol. 1, 1883-1884, p. 284-288.

233 *Voz Academica* , Lisboa, de 27 de Abril a 31 de Julho de 1865. Este periódico é a continuação do *Clamor Academico*, iniciado a 1 de Fevereiro daquele ano.

234 *União Academica*, Lisboa, publicado entre Abril e Junho de 1865.

235 *Jornal de Coimbra*, nº 79, 26 de Novembro de 1868, p. 3.

A cultura universitária peninsular ensaiou pois, nesta altura, alguns passos no sentido da aproximação, orientada por princípios pragmáticos de convivência mútua, pese embora as resistências do lado português tenham sido evidentes, sendo desde logo relevante a inexistência de estratégias conjuntas na área da política cultural universitária e científica para os territórios ultramarinos[236].

Ao longo destas últimas páginas referimos já o nome de alguns intelectuais espanhóis que desempenharam um papel activo no intercâmbio cultural entre os dois países da Península. Um foi exactamente Romero Ortiz que, quer como político quer como homem de letras, desenvolveu sempre importantes esforços na tentativa de aproximar os povos peninsulares, sobretudo por via de laços culturais. Além da sua acção nos campos anteriormente citados, é de salientar o seu empenho na divulgação da literatura portuguesa em Espanha, nomeadamente através dos seus estudos sobre literatura portuguesa publicados, entre outras, na *Revista de España*, e a sua obra *La historia de la literatura portuguesa en el siglo XIX*, publicada em 1870, já após a sua passagem pelo ministério da Justiça. Um diário portuense louvou assim o evento editorial: "Entre outras vantagens offerece a de dar a conhecer em Hespanha os escriptores portuguezes, geralmente mais desconhecidos do que os de paizes remotos. O serviço prestado com este trabalho a Hespanha e Portugal, é de grande valia, e de per si, á parte o merito litterario da obra, merce o snr. Ortiz os mais sinceros parabens de quantos presam as boas relações dos dous paizes"[237].

---

236 Luís de Pina referia-se a uma histórica "tarefa comum" dos dois povos nesta área, mas salientava o desenrolar paralelo e não convergente desses esforços:"Missão comum, desígnio colectivo, altíssima tarefa de um bloco peninsular em que a agregação de energia e valor não era, nem poderia ser — não padece dúvida — fusão étnico-política. Dois fachos que expedem uma só luz, um mesmo tope vitorioso em que tremulam, em ramos de uma bifurcação natural duas flâmulas distintas! Duas flores do mesmo caule, de tamanho, de côr e de perfumes diferentes e muito próprios. De um lado, a Lusitanidade, arcaicamente enraizada; do outro, a Hispanidade, altiva, de foros velhíssimos e velhíssimas arras, ambas senhoras de seus destinos. E no fundo das duas a voz estrídula da Ibéria, que reboa dos recôncavos das Idades, solene, poderosa e inconfundivel com outras vozes!" (cf. *Portugal na História da Cultura Universitária Hispânica*. "Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto", Vol. 8, fasc. 1-2, Março-Junho 1945, p. 28-29).

237 *O Progresso do Porto*, Porto, nº 10, 29 de Novembro de 1870, p. 2.

Magalhães Lima escrevia em 1877, que Romero Ortiz merecia também gozar do doce apelido atribuído a Benigno Joaquin Martinez, ou seja, o "de amigo dos portuguezes"[238]. Este madrilenho era, na opinião de Lima, mais português do que espanhol, tendo sempre disponibilizado a sua casa e a sua bolsa aos irmãos portugueses. Com efeito, o seu relacionamento pessoal e de amizade com inúmeros contemporâneos portugueses só pôde rivalisar com a sua profícua intervenção na vida cultural portuguesa; foi desde 1846 o estrangeiro que mais escrevera sobre temas relativos a Portugal e mais biografias de portugueses publicara. Fê-lo em vários jornais espanhóis[239], mas também em mais de uma dúzia de periódicos portugueses, dos quais fora correspondente e colaborador assíduo e gratuito[240]. Simões Dias traçou-lhe o perfil para a *Folha,* coroando o extenso e ilustre *curriculum* deste publicista espanhol com a afirmação da sua repulsa pela "união inconsciente", isto é, a recusa da união peninsular por qualquer meio que não fosse a vontade e tendência dos povos[241].

Igualmente imbuído de fraternal sentimento pelos portugeses, seu filho, Frutos Martinez y Lumbreras, dedicou à

---

238 LIMA, S. de Magalhães — *Costumes Madrilenos. Notas de um Viajante*, Coimbra, Livraria Central, 1877, p. 172-180.

239 Alguns destes textos viriam a conhecer a republicação em opúsculo como é o caso da *Revista Literaria-Bibliographica-Portuguesa, publicada en la Nueva Iberia, numeros 118, 124, 128 y 131*, Madrid, Imprenta de los Señores Rojas, 1868, 32 p., em que o autor busca paralelismos históricos e literários modernos, entre Portugal e a Espanha. Os jornais portugueses também não desdenharam traduzir alguns dos seus textos editados na *Iberia* e na *Nueva Iberia*, nomeadamente aqueles que mais directamente intervinham nas questões políticas da actualidade. O *País*, por exemplo, traduziu prefaciando com palavras elogiosas e de gratidão o artigo *Portugal e seus Inimigos* em que Martinez vituperava as violências e expropriações inglesas perpetradas nas colónias africanas portuguesas, nomeadamente na zona da Guiné, Senagâmbia, Bolama e Ponta do Cachéu (cf. *O Paiz*, Coimbra, nº 252, 18 de Setembro de 1868, p. 1-2). Mais emotivo para os portugueses havia sido o texto de Martinez na *Iberia* sobre a epidemia de Lisboa de 1857; além de contribuir para a subscrição aí aberta pelo cônsul português, promovera outra na sociedade obreira de Madrid, *La Velada*, cujo produto se destinava ao centro promotor das classes laboriosas de Lisboa (Cf. *O Portuguez*, Lisboa, nº 1405, 27 de Dezembro de 1857).

240 Até ao ano de 1870 colaborou nos seguintes jornais portugueses: *O Observador* (Coimbra); *Eco Popular* (Porto); *Revolução de Setembro* (Lisboa); *Eco dos Operários* (Lisboa); *O Progresso* (Lisboa); *A Ilustração e o Povo* (Coimbra); *O Scabalitano* (Santarém); *A Opinião* (Lisboa); *O Futuro* (Lisboa); *A Política Liberal* (Lisboa); *O País* (Lisboa); *O Instituto* (Coimbra); *O Jornal de Lisboa*.

241 *A Folha*, Coimbra, 2ª Série, nº 5 e nº 6, 1870, p. 33-34 e 41-43.

imprensa portuguesa o pequeno estudo *España y Portugal y sus Banderas*, onde evocou as batalhas em que flutuaram juntos os pavilhões de ambos os países, sem deixar de reconhecer nos filhos da península a sua fé no sagrado culto da pátria, pelo que "unidos, pero no confundidos, deben seguir combatiendo en adelante contra quien intente invadir su patria y quitarles su libertad"[242].

Também Fidelino de Figueiredo apresentou Juan Valera como um espanhol que desejava a união "por espontaneo impulso do sentimento publico, por conveniencia reciproca, baseada numa compenetração moral e cultural, solida e sempre crescente, (...) precedida de uma segura base de mutuo conhecimento"[243].

Os contactos directos e prolongados de Valera com as realidades luso-brasileiras explicam o conhecimento dessa especificidade histórico-cultural que ajudou a defender e divulgar, primeiro na sua veemente refutação do opúsculo acintoso de Pio Gullón, *La Fusión Ibérica*, e depois através dos seus numerosos artigos de actualidade política e literária. Figueiredo explicou que, como diplomata, Valera sabia que o melhor meio para a aproximação dos dois países residia não em criar uma corrente de hispanofilia em Portugal, mas sim em criar e fomentar em Espanha um movimento de lusofilia, indo ao ponto de defender a equivalência de títulos universitários e académicos nos dois países, ou ainda alvitrando a substituição dos galicismos por portugesismos no idioma castelhano. Mais recentemente e de uma forma mais profunda e fundamentada, Georges Boivert estudou as relações de Valera com literatos portugueses, a sua participação no urdir de publicações com a *Revista Peninsular*, e o sedimentar do seu "iberismo literário e social", através da sua correspondência com Latino Coelho que, atravessando diferentes fases, se realizou entre 1853 e 1891[244].

Os nomes de Benigno Joaquin Martinez, Romero Ortiz, Juan Valera encabeçam pois esta corrente de lusofilia que não deixou de informar uma certa sensibilidade espanhola que se opunha a uma

---

242 MARTINEZ Y LUMBRERAS, Frutos — *España y Portugal y sus Banderas*, Madrid, Imp. de M. G. Hernandez, 1874, p. 23.

243 FIGUEIREDO, Fidelino de - *A lusophilia de D. Juan Valera*. "Revista de Historia", vol. 15, Lisboa, Empresa Literária Fluminense, 1926, p. 282.

244 BOISVERT, Georges — *Lettres Inédites de Juan Valera à Latino Coelho (Novembre 1853-Mars 1891)*. "Bulletin des Études Portugaises", Nouvelle Série, Tome vingt-huit/vingt-neuf, 1967-68, p. 213-286.

outra que negava a especificidade cultural de Portugal, não lhe encontrava qualquer fundamento autonómico, e veiculava um revisionismo histórico em que pontuavam a humilhação e a miséria. Por isso a facção lusófila tinha simultaneamente que desagravar o patriotismo ofendido português, e desarmar a arrogância sobranceira dos conterrâneos mais exaltados. O texto *España y Portugal* de Valera, que desmontou a declaração de guerra de Gullón, e que a imprensa portuguesa reproduziu em uníssono, é emblemático desta conjuntura. Mas não é certamente único. A título de exemplo, citem-se por exemplo as reflexões de José Ferrer do Couto (também um dos obreiros da *Revista Peninsular*) perante o Mosteiro da Batalha, reconhecendo aos portugueses o direito ao entusiasmo patriótico, ao orgulho nacional, sem que nenhum povo visse nisso manifestação de animadversão, antes devesse respeitar tais tributos de veneração[245].

Este militar do Ferrol que viria a morrer em Nova Iorque, exilara-se em Portugal no ano de 1854 onde foi aliás bem recebido, talvez em virtude da boa impressão que aqui causara o prospecto da sua obra *Historia de la Union de España y Portugal, Bajo el Cetro de los Tres Felipes*, que então se publicava em Madrid, e que apontava no sentido da reconciliação entre os dois povos e as duas

---

245 "El insigne monasterio de Santa María de la Victoria ó de la *Batalha Real* habria absorvido toda mi veneracion, y aumentado la sagrada llama del patriotismo del patriotismo que me alienta. Yo hubiera contemplado sin celos mezquinios aque glorioso padron del sentimiento más intimo de las naciones; aquella brillante página del heroismo portugués, en unos tiempos esencialmente belicosos. Y si al evocar la gigantesca sombra del afortunado Condestable empañara mi mente alguna ligera nube, no la engendraria, ciertamente, espíritu de rivalidad, ni mucho menos un arranque del orgullo nacional ofendido; sino solamente el gran principio de la fraternidad universal, todavia más grande cuanto más estrechos eran los naturales vinculos de los dos ejércitos que en aquel campo pelearon, con tan diversa fortuna, con tal igual herismo.
No es de animo levantado el que con envidias miserables profana los más bellos sentimientos de otras naciones y otras épocas, por mas que de ellos no salgan incolumes los quilates del patriotismo natural y aun los proprios intereses. Ante esa poética manifestacion del entusiasmo local deben inclinarse sumisas todas las demás naciones; siquiera considerando que apénas se hallará un slo pueblo en el mundo que n imponga á los otros igual tributo de veneracion en semejantes mpnumentos.
Nosotros tenemos tambien nuestra gloria macial levantada sobre las cúpulas de san Lorenzo; y los campos de Bailen no inspiran menos entusiasmo en España, que aquí en Portugal las sangrientas llanuras de Aljubarrota" (cf. FERRER DO COUTO, José — *De Oporto a Lisboa*, in "Crisol Historico Español y Restauracion de Glorias Nacionales", Habana, Imprenta del Tiempo, 1862, p. 198).

nações. Daí alguma popularidade de que Ferrer do Couto gozou entre os portugueses; em 1855 escreveu vários artigos em espanhol para *A Pátria*, cujos redactores diziam simpatizar com o ilustre proscrito e Claudio Chaby publicou na *Imprensa e Lei* um extenso comentário que serviu de divulgação à sua obra *Do Porto a Lisboa. Fragmento de uma viagem em Hespanha e Portugal*[246].

Mas nem sempre a literatura espanhola foi benevolente nas representações da vida cultural e política portuguesa. Um dos exemplos mais flagrantes ficou a dever-se á pena de Gonzalo Calvo Asencio, então adido da legação de Espanha em Portugal. A sua obra *Lisboa en 1870. Costumbres, Literatura y Artes del Vecino Reino*, publicada em Madrid[247] e dedicada a D. Angel Fernandez de los Rios, continha uma sátira mordaz à vida portuguesa, nas suas componente, cultural, mental, artística, política, social, com poucas excepções. Relevam deste rol as críticas a Lisboa, à sua sujidade, urbanismo caótico, pouca beleza arquitectónica, passando pela crítica da nobreza e seus rituais sociais rídiculos, pela representação de uma imprensa que, apesar de livre, não era movida pelo debate das grandes polémicas e ideais como a espanhola ou outra qualquer imprensa europeia, pela crítica à atonia do movimento político, parlamentar e partidário, reduzido a meras ambições pessoais, até à própria apresentação do povo, mole, mal informado, arreigado a um "*portugesismo* rabioso", e ainda por cima pouco amigável em relação aos espanhóis em virtude da propaganda ibérica, que em Espanha era uma ideia nobre, mas em Portugal tinha suscitado os mais infundados receios e as mais injustificadas confianças[248].

Não menos implacável era o capítulo que analisava os partidos políticos, que declarava inexistentes, e ainda o iberismo e o federalismo, considerando o primeiro uma juguete de promoção

---

246 *Imprensa e Lei*, Lisboa, números 801, 803, 804, 807, 808, 809 e 810, de 27 e 30 de Abril, e 1, 6, 7, 8 e 9 de Maio de 1856, respectivamente.

247 CALVO ASENCIO, Gonzalo — *Lisboa en 1870. Costumbres, Literatura y Artes del Vecino Reino*, Madrid, Imp. de los Señores Rojas, 1871, 147 p.

248 O tom irónico e amargo de Calvo Asencio pode inferir-se do seguinte excerto:
"No hay más que dos cousas que hagan salir de sus casillas á un buen portugués; su autonomía y una andaluza. No bien se le habla de su Portugal, levanta la voz, la almeca, se pone en puntas, y con campanuda diccion y gran dilomente estilo, Montesclaros y Aljubarrota y 1640, salen de sus labios como bombas, que atruenan y destruyen, que estontecen y aplastan. (...) El que quiera hacer la union de España y Portugal, á buen seguro que con un centenar de andaluzas lo consigue" (cf. *op. cit.*, p. 48-49).

pessoal ou de manipulação da opinião pública, e o segundo um disfarce do iberismo, nascido sob o signo de um temor injusto e por isso encapotado sob as vestes obrigatórias de preservação da independência nacional[249].

Poderá dizer-se que Portugal foi uma má surpresa para Calvo Asencio já que, como ele referia nas primeias linhas do seu livro, o tema era original e novo, "porque siendo español á quien me dirijo, es naturalíssimo que ignore por completo cuanto á Portugal se refiera; porque hablarmos del vecino reino es para nosotros tan estraño, como si se trátara de darnos á conocer las costubres, leyes carácter de las instituciones de la China"[250].

Apesar de pouco divulgada em Portugal, esta obra suscitou um folheto de protesto às afirmações do diplomata espanhol; tratou-se de *O Chiado, os Bailes da Nobreza de Lisboa e outras amostras d'um Livro publicado e Madrid pelo senhor G. Calvo Asencio*[251].

Três anos mais tarde Modesto Fernandez y Gonzalez publicou uma obra sobre *Portugal Contemporáneo*[252], onde o autor admitia que, após séculos de agravos e desconhecimento, o relacionamento dos dois povos entrava então numa nova era, acelerado pelo caminho de ferro, pelas viagens de recreio, pela hospitalidade e convivência recíproca, pelas exposições universais, entre outros aspectos.

Latino Coelho foi indubitavelmente um dos portugueses do século passado que mais contribuíu para o intercâmbio cultural com Espanha, esteve ligado à maioria das iniciativas e publicações que visavam a divulgação recíproca das culturas ibéricas, pelo que alguns autores, como Boisvert, assentam que pese embora a opinião de Latino Coelho sobre a forma da união entre os dois países possa ter evoluído ao longo ds tempos, nunca renunciou ao "iberismo cultural", cuja necessidade imperiosa proclamara no prefácio da primeira edição da *Ibéria*, de Sinibaldo de Mas. Daí a profícua

---

249 *Ibidem*, p. 82-103.

250 *Ibidem*, p. VII. O último capítulo, *Relaciones entre España y Portugal* (p. 134-147), defendia todavia o estreitamento futuro dessas relações.

251 Lisboa, Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1871, 16 p.

252 *Portugal Contemporáneo. De Madrid á Oporto pasando por Lisboa. Diario de un caminante*, Madrid, Imp. de M. tello, 1874.

correspondência mantida com diversas individualidades espanholas que o trabalho de Boisvert revelou parcialmente seleccionando um emissor, permanecendo ainda no célebre manuscrito azul 1219 da Academia das Ciências de Lisboa, epístolas de não menor interesse, assinadas pelo próprio Mas, Emílio Castelar, entre outros.

Do conhecimento e epistolário de Menéndez Pelayo e Latino Coelho encetados em 1876, dá ainda conta um breve artigo de Fernando Castelo-Branco, pese embora se reporte a uma fase da vida de Coelho em que a misantropia lhe ia paulatinamente inibindo os laços de sociabilidade[253].

A necessidade de comunicação literária e cultural entre Portugal e Espanha comprova-se na criação de periódicos bilingues colaborados por autores de ambos os países, abordando temas específicos de cada povo ou de interesse comum. Curiosamente, a longevidade destas revistas foi sempre pouco dilatada. Refira-se desde logo *El Frontero*, revista literária de Espanha e Portugal, publicada em Badajoz no ano de 1849 que, tal como dizia o *Eco dos Operários*, "foi curta a vida deste jornal, mas como tudo, a semente ficou na terra"[254].

A *Revue Peninsulaire politique, litteraire et commerciale redigé par une societé de litterateurs portugais* surgiu em 1 Outubro de 1848 e terminou em 10 de Agosto de 1850, preenchendo um total de 1142 páginas[255]. Esta publicação lisboeta, totalmente escrita em francês, explicou no seu editorial os seus objectivos e opção do idioma da seguinte forma:

"Quelques semaines d'existence suffiront, nous sommes en droit d'esperer, pour justifier aux yeux de l'Espagne et plus particuliérement du Portugal, la publication en idiôme étranger, de notre *Revue Peninsulaire*.

Les derniers événements politiques qui ont agité la Peninsule, ont été tellement defigurés par quelques organes de la

---

253 CASTELO-BRANCO, Fernando — *Menéndez Pelayo e Latino Coelho*. "Panorama — Revista Portuguesa de Arte e Turismo", nº 35-36, IV Série, Set.-Out. 1970, Lisboa, p. 75-79.

254 *Ecco dos Operarios*, Lisboa, nº 29, 16 de Novembro de 1850, p. 3. Francisco Pereira de Almeida publicou uma declaração dizendo que não fazia parte da redacção deste periódico, nem escrevera os artigos que nos primeiros números saíram com o seu nome (cf. *O Bibliophilo*, Lisboa, 1849, p. 34).

255 A publicação apresenta como seu gerente a sigla A. A. M., contrapondo-lhe o D. J. P. as iniciais S. S. M. (cf. ms. 447, p. 1480).

presse Européenne, que nous avons compris la necessité d'armer pour l'avenir l'opinion générale contre les interprétations distées par la maivaise foi ou l'esprit de parti.

Réclamer les améliorations matérielles exigées par la marche du siècle et les progrès des lumières, faire ressortir par un parallèle raisoné ce qui s'est fait dans les pays plus avancés en progrès industriel avec ce qui nous reste à faire por les imiter, égaler, ou surpasser s'il est possible; appeler la sollicitude du gouvernement sur la classe si negligé, ou pour mieux dire, oubliée des travailleurs (...), invoquer les droits de l'industrie nationale tant de fois contestés, ceux du commerce si souvent lèsés; rappeler au government qu'aucune amélioration matérielle n'est possible sans de bonnes et nombreuses voies de communication: lui répéter sans cesse que sans routes, sans canaux, sans contacts enfin toutes ses tentatives les plus bien-faisantes resteront stériles, telle est la tâche que s'impóse notre *Revue Peninsulaire* sous le rapport de l'industrie et du commerce.

La politique, dont la marche exerce une si grande et si directe influence sur les intérêts matériels d'un pays, occupera également tous nos soins. Nous serons infatigables à solliciter les réformes progressives, franches et réelles, en harmonie avec les éxigences de l'époque; nous porsuivrons la conquête de toutes les améliorations sociales qui peuvent s'obtenir sans violence, et sans autre levier qu'une publication calme et raisonnée"[256].

O credo político é desde logo revelado, apresentando o editorial a defesa da monarquia constitucional, postura a que se viriam a juntar nítidas tomadas de posição anti-socialistas e anti-republicanas. Prevaleceu nesta revista a divulgação de informação

---

256 *Revue Peninsulaire*, Lisboa, nº 1, 1 de Outubro de 1848, p. 1. *O Pharol* também explicou a redacção em língua francesa da *Revue Peninsulaire* como uma necessidade de chegar à Europa, sempre tão mal informada em questões peninsulares: "Que não seja escripto na linguagem vernacula, quando a missão o chama a illustrar as nossas povoações nos verdadeiros interesses economicos extranho pareceria a quem não reflectiu que não é este o primeiro *specimen* de empresa semelhante, e que segundo o programma, este periodico é destinado a illucidar a imprensa estrangeira sobre o verdadeiro estado das questões que se debatem em Portugal. É sabido que a nossa politica, e a nossa economia avaliadas lá fóra, pelas informações pouco sinceras dos correspondentes, ou pelos jornaes, que na lingua pouco conhecida torna inacessiveis á multidão, apparecem desnaturadas, e dão cada dia origem a falsas reflexões, a interpretações injustas da parte da imprensa estrangeira. (cf. nº 29, 7 de Outubro de 1848, p. 37-38).

sobre a Europa e os Estados-Unidos, bem como, mais frequentemente, sobre Portugal e Espanha, mas sempre numa perspectiva alheia a qualquer orientação de índole iberista. Aliando o ideal da república ibérica à efervescência revolucionária e socialista, este periódico defendia a apreciável "impermeabilidade" da península a essa vaga que agitava a Europa:

"Les peuples de la Péninsule qui, au milieu de la tourmente européene, ont rivalisé de sagesse et de dignité avec le peuple Russe et le peuple Anglais, ne sont pas près de devenir socialistes.

Nous ne savons l'avenir que la Providence réserve à la Péninsule, mais à coup sûr les temps de la République Ibérique s'éloignent chaque jour davantage, et on peut dire, sans être taxé de presomption ou de témérité, qu'en Espagne et en Portugal *l'esprit s'en va*"[257].

Seguiu-se a *Revista del Mediodia*, periódico literário, publicado dias 15 e 30 em Lisboa, nos prelos da Imprensa de Francisco Xavier de Sousa, e dirigido por Luís Rivera e Joaquin Guillermo de Lima que era também seu proprietário. Estreou-se a 1 de Setembro de 1850 e, à falta de outros dados, podemos afirmar que o seu 18° número, o último que conhecemos, saíu em 30 de Maio do ano seguinte[258]. Joaquin Guillermo de Lima, além de Lisboa, havia já vivido em Paris, Bruxelas, Londres e Madrid e seu pai era português, tendo falecido em Espanha na qualidade de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário. Apesar de bilingue este periódico foi maioritariamente escrito em língua espanhola e incluiu textos de natureza diversa, pese embora o seu director-proprietário apresentasse aí artigos sobretudo de índole económico-administrativa, que versavam temas como banca e finanças, correios, vias de comunicação, união económica peninsular, entre outros[259]. Entre os seus colaboradores portugueses,

---

257 *Ibidem*, n° 78, 23 de Março de 1850.

258 A única colecção existente encontra-se na B. N. e é composta pelo n° 9 (15 de Janeiro de 1851),n° 12 (28 de Fevereiro de 1851), n° 16 que está incompleto (30 de Abril de 1851), n° 17 (15 de Maio de 1851), e n° 18 (30 de maio de 1851). Silva Pereira no *Jornalismo Portuguez* refere apenas a data do 1° número (p. 65) e o mesmo acontece com o *Dicionário Jornalístico Português* (ms 447, p. 1436).

259 Como refere o n° 9 desta publicação, Joaquin Guillermo de Lima apresentou ao governo português em 12 de Maio de 1850 uma proposta sobre correios entre Aldeia Galega e Badajoz, a qual conheceu 2ª versão melhorada

salientem-se os nomes de Rebelo da Silva, Lopes de Mendonça, Lobo de Ávila, Barbosa e Silva.

O *Eco dos Operários*, que chegou a transcrever alguns dos artigos da *Revista del Mediodia*, em Outubro de 1850 elogiava num texto de Vieira da Silva Júnior a chegada da nova publicação, elogiando-lhe sobretudo a intenção de aproximar as culturas peninsulares, reiterando o estado de "insociabilidade" que historicamente caracterizava os dois países; falava da "mancha nos fastos peninsulares, uma nodoa que é preciso lavar com as aguas reunidas do Téjo e Manzanares", lembrava que portugueses e espanhóis eram "completamente extranhos, Badajoz está separado de Elvas não pela distancia de algumas horas de transito, mas pelo enormissimo espaço que separa S. Petersburgo de Lisboa", e citava Luís Rivera: "Vivimos unidos y nos desconocemos. Lo que pasa en Madrid no se sabe en Lisboa, lo que pasa en Lisboa se ignora en Madrid"[260].

O credo providencialista-humanitário de ressonância socialista subjaz neste artigo que vê na fraternidade dos povos um sinal de civilização e progresso, independentemente dos programas políticos ou partidários:

"Fadados pela Providência para constituirmos um grande povo, iguaes na gloria, e nos revezes, fallando quasi a mesma lingua, respeitando o mesmo culto, em costumes identicos, a Peninsula devia manter indeleveis os laços de fraternidade que unem os dois povos, e que mal entendido orgulho tem tornado em odio, e odio que politica mesquinha e desconceituada ha mantido e conservado, fazendo que existam separados os estandartes que por mais de uma vez se desenrilaram orgulhosamente unidos.

Se existem no mundo paizes que a sorte destinasse a viverem em harmonia, e mutua troca de interesses, são elles Portugal e Hespanha, os quaes podiam resolver esse problema proposto á humanidade, de que no mundo não ha mais que um povo.

E no que aqui dizemos, não se acha involvida a politica, como a *Revista del Mediodia*, "agenos a toda idéa de politica" só tratâmos

---

em Janeiro do ano seguinte. Quanto ao seu pensamento relativo à união económica peninsular ele é abordado no capítulo correspondente.

[260] *Ecco dos Operarios*, Lisboa, nº 26, 26 de Outubro de 1850, p. 2-3.

dos interesses dos dois povos, e das relações que deviam existir entre elles, como irmãos que são nas crenças e nos sentimentos.

(...) E que resulta deste estado de insociabilidade, que direi mesmo sem offender as duas nações nos seus brios cavalheirosos, é um estado selvagem, resulta, que o commercio, a industria, a agricultura, a navegação, e todos os mais poderosissimos meios de engrandecimento das nações, e que pela amizade dos dois povos, tanto se podiam ajudar, se odeiam pela rivalidade que separa os dois paizes.

Que diremos da litteratura? Que em quanto em Lisboa e Madrid se sabem os nomes, obras, e ha perfeita noticia dos escriptores, ainda os menos conhecidos de França, se ignora completamente a existencia daquelles que compulsam lyras que foram affinadas por Camões e Lope de la Vega, por Cervantes e Sá de Miranda"[261].

Segundo este texto a solução do problema vem com o "espirito do seculo", com a "idéa civilisadôra", e cabe ao jornalismo a responsablidade de assumir o papel de pacificador dos povos:

"O jornalismo, que é o elemento mais poderoso para propagar as doutrinas da regeneração, ergueu-se como inspirado, e lançou ao campo da discussão, a these já de si resolvida que entre dois povos irmãos a guerra é impossivel"[262].

Nesta perspectiva refere Vieira da Silva a voz de Feliciano de Castilho que em 1841 clamava na *Revista Universal Lisbonense* pela união e conhecimento das duas literaturas, bem como a função desempenhada pela *Revista Popular* de fomentar o conhecimento recíproco da imprensa espanhola e portuguesa, ambos casos que acima mencionámos. A *Revista del Mediodia* afigura-se-lhe herdeira desta missão, da "boa e leal visinhança" dos jornais dos dois países, e por isso saúda efusivamente "a publicação d'um jornal commum ás duas litteraturas"[263].

Também Camilo Castelo Branco, não obstante o seu cepticismo em relação aos jornais literários, saudou o "grandioso pensamento de que se inspira a *Revista d'el Medio-Dia*", e salientou

---

261 *Ibidem*, p. 3.
262 *Ibidem*.
263 *Ibidem*.

a oportunidade do seu programa, sem contudo querer participar no coro de lamúrias sobre as relações dos dois povos:

"Não vale a pena explicar como duas indoles adversarias e avaras do seu territorio se abraçaram amigas no dia em que á civilização foi confiada a felecidade das nações. Já agora uma vista retrospectiva ás caprichosas hostildades de hespanhoes e portuguezes seria uma vulgaridade incongruente e pretensiosa. (...) O Sr. D. Luis de Rivera, de mãos dadas com excellentes escritores de Portugal e Hespanha, fundou o seu jornal litterario do qual já conhecemos o primeiro numero.

(...) Se o nosso depoimento valesse, pediramos aos que leem com o duplicado fim de instrucção e recreio a concorrencia para a conservação deste jornal, que promete ser o enlace noticioso das duas litteraturas e das duas criticas — hespanhola e portugueza"[264].

Com o subtítulo *Semanario Litterario e Instructivo* foi publicado no Porto, entre Janeiro de 1852 e Junho de 1853, *A Peninsula*, periódico sucessor da *Esmeralda*[265], fundado e redigido por prestigiados intelectuais da cidade como Arnaldo de Sousa Dantas da Gama, José Coelho Louzada, Pedro Amorim Viana[266], António Ribeiro da Costa e Almeida, Delfim Maria de Oliveira Maia, Custódio José Vieira e F. P. Rego.

Explica o autor do *Dicionário Jornalístico Português* que o título se explicava pelo facto de a publicação se debruçar sobre questões da literatura portuguesa mas também espanhola, "mostrando o grande desenvolvimento que esta tem atingido", que se destacou como "folha de ideias democraticas e sociaes", concluíndo ter sido "um bom jornal no seu tempo pelos bons artigos litterarios e de sociologia que trouxe, alguns d'elles esmeradamente redigidos"[267].

---

264 *A Semana*, Lisboa, nº 39, 1850. Reproduzido no *Nacional*, Porto, 9 de Outubro do mesmo ano.

265 A qual publicou 36 números entre 6 de Maio de 1850 e 19 de Fevereiro de 1851, na tipografia de José Lourenço de Sousa, sob a direção de Joaquim Marcelino de Matos, e contou com a colaboração de Custódio José Vieira, Delfim Maria de Oliveira Maia, Arnaldo gama, Coelho Lousada, Carolina Coronado, Benigno Martinez, entre outros (D. J. P., A. C. L., ms. 446, p. 977).

266 Sobre a sua partcipação na *Península* ver Victor de SÁ — *Sociologia em Amorim Viana*, Lisboa, Livros Horizonte, 1981, p. 105-109.

267 D. J. P., A. C. L., ms. 448, p. 1974.

Com efeito a divulgação da cultura espanhola era um dos principais objectivos da revista nortenha, como o comprova uma passagem do seu artigo editorial:

"Nós propomo-nos principiar — principiar unicamente — a tarefa de fazer conhecida entre nós a litteratura hespanhola, bem como o grau de desenvolvimento a que têem chegado alguns ramos da sciencia social na nossa irmã e visinha. É um terreno, que póde dizer-se, se arrotêa pela primeira vez. Esta circunstancia pedimos que nol-a levem em conta"[268].

Seis meses depois, Ribeiro da Costa num pungente artigo *Sobre as Relações Litterarias de Portugal com a Espanha*[269] fez o acto de contrição, confessando que tal projecto não passava ainda da intenção e apresentava um vasto rol de situações que demonstravam cabalmente a inexistência de qualquer intercâmbio cultural e literário entre os dois países, pese embora se vislumbre algum exagero nas afirmações feitas:

"Era na verdade o mais difficil da nossa tarefa, pela sua novidade, pela sua difficuldade intrinseca, e mais que tudo pela raridade das obras litterarias e scientificas do reino visinho, cuja falta já era entre nós reconhecida. Apezar de tudo isto abalançamo-nos a commetter a empreza: algum jornal litterario havia de ser o primeiro; por isso quizemos começar, dar o primeiro impulso para se derribar a muralha que separa tão realmente dois povos irmãos no berço, na fortuna, na adversidade e na esperança. Mas, confessamol-o ingenuamente, nunca contámos, nem podiamos contar que os nossos exforços seriam baldados quasi completamente, e que as nossas tentativas nos sahiriam todas frustradas.

Em Portugal não ha um só livro moderno espanhol impresso em alguma typographia espanhola. O que sabemos, e o que podemos haver da litteratura e sciencia moderna de Espanha, devemol-o ás edições francesas. O catalogo d'estas mesmas obras é tão insignificante, que não hesitamos em transcrevel-o aqui, para que se veja bem claro o nosso isolamento em relação á Espanha"[270].

---

268 *A Peninsula*, Porto, nº 1, 8 de Janeiro de 1852, p. 2.
269 *Ibidem*, nº 21, 8 de Junho de 1852, p. 253-254.
270 *Ibidem*, p. 253.

Contas feitas, são nomeados nove títulos de literatura, três de história, um de geografia, um de economia política (este em tradução francesa), concluíndo incrédulo o autor: "Em direito, em philosophia racional e moral, e em sciencias physicas e mathematicas não conhecemos uma só obra"[271].

Ao lamento do autor junta-se a denúncia da hegemonia cultural francesa na Península, e a acusação à inércia e inoperância dos livreiros portugueses e espanhóis:

"Realmente é vergonhosa a nossa ignorancia; ao passo que estamos em dia com todas as obras, que a sciencia e a litteratura publicam quotidianamente em França, que temos algum conhecimento da litteratura ingleza, e que começamos a estudar os livros alemães, apenas um ou outro livro espanhol nos chega ás mãos vindo de França, onde se imprimiu, sem que nem um só volume nos venha directamente de Espanha! Estão os livreiros entulhados de livros bons, mediocres e péssimos de tudo o que é francez, e nem um só se encontra á venda, que seja original espanhol! Lá acontece outro tanto, porque, segundo a communicação que o snr. Ferrer fez ao governo em 15 de maio proximo passado — *nas lojas de livros de Espanha não se encontra à venda um só livro portuguez, nem os homens lidos têem conhecimento das obras modernas de Portugal, e mesmo das antigas apenas conhecem poucas!*

Quizemos mandar vir algumas obras espanholas, de que tinhamos conhecimento, e não encontrámos um só livreiro, que quizesse encarregar-se de nol-as mandar vir; offereciam-se para mandar vir de França as que eram edições francezas! Procuramos um catalogo de obras modernas espanholas, e nem o encontramos, nem se promptificaram a mandal-o vir de algum livreiro de Espanha!

Quizemos pôr-nos em relações com dois dos jornaes litterarios de Madrid, enviamos-lhe alguns numeros d'este jornal, pedindo-lhes a troca, e nem sabemos, se as suas redacções se recusaram, ou nem ao menos se elles chegaram aos seus destinos. Procuramos aqui o correspondente de um d'estes jornaes — o semanario pintoresco español — assignamos este jornal por um anno, pedimos e rogamos com instancia que nol-o remetessem sem

---

271 *Ibidem.*

falta, voltamos segunda, terceira e mais vezes a fazer a mesma recommendação, e ainda até agora não recebemos um numero sequer!

Haverá alguma causa que promova esta nossa situação anomala, algum interesse que a constitua e ampare? A não ser a ignorancia e desmazelo principalmente dos livreiros, eu não encontro outra. Como não havia relações litterarias com a Espanha, assentam elles que nunca as devem haver; como até aqui ignoravamos tudo o que lá se passava em facto de illustração e sciencia, entendem elles que devemos continuar a viver assim, que as barreiras hão-de ser sempre as mesmas, que a distancia, que nos separa, ha-de ser sempre como se a Espanha fosse onde é a Turquia, os espanhoes e nós visinhos occultos, camaradas desconhecidos, e irmãos desirmanados"[272].

Ribeiro da Costa subscreve a proposta de Vicente Ferrer na defesa do intercâmbio universitário peninsular, mas lamenta que a literatura e o jornalismo de Espanha fiquem fora deste quadro, já que considera aquele "a parte mais popular, e mais comprehensivel do seu progresso litterario". Com efeito, os atributos de popularidade e acessibilidade da imprensa periódica, bem como a sua função altamente didáctica, são particularmente sublinhados pelo autor:

"Hoje, é um facto que ninguem póde contestar, a illustração e movimento litterario de um povo não se revela tanto pelas obras conscienciosas e meditadas, cuja elaboração consome muito tempo e vigilias, como pelos jornaes, os folhetos e as publicações periódicas, que aos milhares levam a instrucção, o recreio, e o pão do espirito a todas as classes, a todos os cantos da sociedade"[273].

No meio do seu desespero, Ribeiro da Costa aponta um alvitre que lhe parece poder amenizar a desolação nas relações culturais entre os dois países; paralelamente ao projecto de Ferrer de fomento do intercâmio cultural entre professores das academias portuguesas e espanholas e troca de obras universitárias, propõe que a Imprensa da Universidade de Coimbra assuma o papel de centro dinamizador de trocas culturais num âmbito mais vasto do que o estritamente académico:

---

272 *Ibidem*, p. 253-254.
273 *Ibidem*, p. 254.

"A universidade de Coimbra tem annexa a si uma imprensa, onde imprime as suas collecções, livros e compendios; como não é exclusiva das obras universitarias, este estabelecimento imprime obras alheias, e commerceia em livros. É natural que annexo a alguma das universidades de Espanha exista um establecimento analogo — uma loja de livros, um livreiro emfim. Ora nada mais facil do que pôr em contacto estes estabelecimentos com o outro, e por meio d'elles se fazerem as encommendas pelos catalogos, que n'elles devem existir"[274] .

Victor de Sá sublinhou que *A Península* foi, "dentro da corrente socialista portuguesa, a primeira revista que expressamente se dedicou à tarefa de aproximação entre Portugal e a Espanha"[275], considerando-a o orgão da geração pioneira de 1852 que constituíu um verdareiro ponto de viragem no intercâmbio cultural com a Espanha.

A vertente democrática terá presidido à germinação do projecto da *Península* que escolhera inicialmente o subtítulo de *Jornal das Ideias Democrática e Sociais*. Como demonstra o seu programa anunciado em 1851 no *País*, era intuito desta folha que pretendia ser diária, combater o constitucionalismo monárquico e fazer com que "a peninsula saúde com enthusiasmo e fé o symbolo sacrosancto da liberdade, egualdade e fraternidade"[276].

---

274 *Ibidem*.

275 SÁ, Victor de — *Perspectivas do Século XIX*, 2ª ed., Porto, Limiar, 1976, p.140. Este assunto está particularmente desenvolvido a páginas 137-146 e 210-216.

276 *O Paiz*, Lisboa, nº 26, 22 de Agosto de 1851. Este anúncio apontava como redactores Lopes de Mendonça, Ramiro Coutinho, Sousa Brandão, Vieira da Silva Júnior, Henriques Nogueira e José Maria Chaves. O texto integral, de nítida ressonância socialista, constava do seguinte:
"Será um problema indecifravel a marcha victoriosa da liberdade — poder-se -ha fazer para o progresso sempre crescente do espirito humano — pertencerá o futuro a uma ordem de idéas, que levadas á pratica n'alguns paizes, o mundo já sancciona — é o que vamos provar, aproximando estas verdades da nossa peninsula, pela discussão no arrayal da soberania dos tempos modernos — nos arrayaes da imprensa periodica.
Enthusiastas destes principios deveriamos addiar por mais tempo o estudo das idéas democraticas? Occultariamos aos nossos correligionarios, aos espiritos progressivos deste nosso paiz a era nova que se prepara á custa de tantos esforços, nos gremios da democracia européa? Entendemos que não.
Cada geração abre largo traço na historia da emancipação dos povos, e a que vae passando tem por bandeira — a egualdade e a fraternidade — mote sublime, perante o qual se prosta a humanidade, glorificando-o como o salvador dos opprimidos, como o renegerador dos desamparados.

A correspondência de D. Sinibaldo Mas para Latino Coelho permite-nos colher curiosas informações sobre o nascimento e recepção da *Peninsula*, nomeadamente o facto de ter sido uma empresa totalmente independente do grupo de simpatias iberistas da capital. Em carta datada de 18 de Novembro de 1852, aquele escritor espanhol dizia que achava que tal publicação se iria debruçar sobre a questão ibérica, o que muito o alegrava, "pues acostumbra los oídos y contribuye a facilitarnos el camiño"[277]. Questionando Latino Coelho sobre o director e intenções da "espontanea publicacion de Porto", Mas oferece-se para lhe arranjar algumas subscrições em Espanha "con tal que se dedique de buena fé a sostener las ideas ibericas y sea en Oporto el organo de la propaganda asi como la Aurora Iberica lo hade ser en Lisboa"[278].

Este periódico a que se refere Mas, foi um dos seus vários projectos de propaganda ibérica que não teve consequências práticas. Como explicou na 2ª edição da sua obra, acreditava que os fundos obtidos com a Sociedade Ibérica, que também não se chegou a realizar, serviriam para editar brochuras e jornais para difusão dos mesmos ideais. Segundo os seus planos iniciais, publicar-se-ia em Lisboa, no primeiro de cada mês, um jornal em língua portuguesa intitulado *Ibéria* e, quinze dias mais tarde, um jornal em Madrid, com o mesmo título e formato, em língua espanhola. Logo que cada um saísse a lume, seriam traduzidos na língua do país

---

Encetar, pois, a livre e ampla discussão, sobre os destinos que nos estão reservados — é tarefa que gostosamente nos impomos, é o trabalho em que não hade fatigar se — A PENINSULA.
Não apresentâmos, por sediça e velha, a forma de programma, escrevemos para o futuro, é o futuro que nos ha de julgar.
Tractar de reformas que são necessarias em todos os ramos, e em tudo, preparar os cimentos sobre que ha de assentar o novo edificio social, recrutar os obreiros e chamar os mestres, é ao que se destinam as paginas deste jornal.
Entendemos que o numero de crentes, nos tempos que vão passando, é já numeroso, que o fructo começa a amadurecer, julgamos ser opportuno, não só opportuno, necessario, o tentar a publicação do jornal, que será o verdadeiro orgãodas tendencias deste seculo, esperando que não seja illudida a bem fundada esperança de que a peninsula saúde com enthusiasmo e fé o symbolo sacrosancto da — liberdade, egualdade e fraternidade — e que as velhas idéas da monarchia e equilibrio constitucional em breve desappareçam pelo esplendor do novo Evangelho democrático.
Publicar-se-ha todos os dias, excepto os santificados, e conterá todas as materias que tornam appreciavel um jornal politico e diario".

277 A.C.L., Cartas para José Maria Latino Coelho de varias individualidades espanholas, ms. azul 1219, Carta de Sinibaldo de Mas, de 18 de Novembro de 1852.

278 *Ibidem.*

vizinho, e distribuídos simultaneamente com a edição nacional. A correspondência para Latino Coelho dá conta do amadurecimento da ideia e introdução de algumas alterações. Em matéria de conteúdo, viria depois a defender que tal publicação não devia ser exclusivamente política, podendo cada número consagrar algumas páginas a escritores contemporâneos de ambos os países. Quanto ao título, alvitra a mudança para *Aurora Ibérica*, para evitar confusões com a famosa memória. Depois, deixa caír a ideia de publicação do jornal em Espanha, ficando-se unicamente pelo projecto da edição em português, sob o pretexto que os espanhóis só considerariam a ideia de futura união se em Portugal houvesse uma forte corrente de opinião a seu favor. Para executar tal plano, contactou Fradesso da Silveira que então dirigia a *Revista Popular*, no sentido desta se converter em *Aurora Ibérica*, mediante o pagamento de uma mensalidade fixa. Esta solução não agradou a Latino Coelho e o próprio Sinibaldo de Mas depressa se convenceu que Silveira não estava motivado para a cruzada ibérica, e apenas interessado numa operação lucrativa. Por isso voltou-se mais uma vez para o seu amigo Carlos José Caldeira, editor da *Ibéria*, apresentando-lhe um projecto em que a redacção ficava a cargo de Latino Coelho; cada número teria quarenta e oito páginas, o subtítulo seria *Revista Mensal de Espanha e Portugal*, devendo acompanhar as armas da Ibéria a sugestiva divisa "Fraternidade, União e Igualdade entre Portugueses e Espanhóis".

A edição é todavia adiada, entendendo o diplomata espanhol que a conjuntura era então desfavorável devido ao clima de tensão pré-eleitoral que se vivia quer em Portugal, quer em Espanha, acentuando-se as divergências políticas entre os dois governos. Decide então preparar a segunda edição da Ibéria, e em Outubro de 1853 retoma a ideia da publicação da *Aurora Ibérica*, avisando Latino Coelho que para tal faltava apenas que Caldeira regressasse de Espanha. Nesta altura Juan Valera chegou a Lisboa, entrou em contacto com Latino Coelho com vista a preparar as bases de uma publicação luso-espanhola, considerando este a possibilidade de cruzar os interesses dos dois espanhóis, com vista a um projecto comum. Valera regressou a Madrid onde angariou o apoio de Serafín Estébanez Calderón, do duque de Rivas e do marquês do Douro, destoando apenas da animação geral uma certa irritação da parte de Sinibaldo de Mas, a qual foi anulada em virtude da sua

nomeação para director do empreendimento. Mas as divergências entre Valera e Mas não tardaram em surgir: o primeiro, de acordo com o marquês do Douro e o duque de Rivas, defendia que a revista deveria ser quinzenal e cada número deveria ter cento e vinte e oito páginas, além de que a sua natureza deveria ser exclusivamente literária, sem permitir quaisquer suspeitas de aproveitamento para fins políticos. O fosso cavado por estas diferenças de fundo era cada vez mais nítido. Valera escrevia a Latino Coelho dando-lhe conta da promessa de colaboração de destacados intelectuais espanhóis, como Baralt, Santos Álvarez e Cánovas del Castillo, mas por outro lado queixava-se do comportamento de Sinibaldo de Mas e de Carlos José Caldeira, que tinham feito anunciar nos jornais de Madrid a publicação próxima de um jornal bilingue em Lisboa, redigido por Caldeira e no qual colaborariam, entre outros, Herculano e Latino Coelho. Valera sentia-se desorientado, não sabia ao certo o nível de envolvimento de Coelho com o seu próprio projecto ou com o de Mas e Caldeira. Em fins de Dezembro porém, o consenso era maior, pese embora Sinibaldo de Mas só tivesse cedido em dois aspectos: a supressão das armas da Ibéria, e a publicação dos artigos na língua original. Faltava fazê-lo aceitar a eliminação do adjectivo *ibérico* do título, considerado demasiado comprometedor, bem como a periocidade quinzenal, com cento e vinte oito páginas cada fascículo. Mas enquanto alguns intelectuais espanhóis faziam saber que se recusariam colaborar se a revista tivesse um carácter político demasiado vincado, Mas insurgia-se contra a corrente que pretendia expurgar a revista de toda a propaganda ibérica. Georges Boisvert lembra que esta atitude de prudência era justificada já que o conde de S. Luís, primeiro ministro de Espanha, tentava controlar a imprensa em virtude dos violentos ataques que a raínha mãe, Maria Cristina, e a própria Isabel II, eram alvo frequente. Entre os descontentes perfilava-se obviamente a corrente que defendia a união ibérica, com a entrega do trono a D. Pedro, pelo que aos olhos do poder, em Espanha, ibérico e anti-dinástico tornavam-se sinónimos[279].

---

279 Para melhor compreender a evolução destes projectos editoriais veja-se BOISVERT, Georges — *Op. cit.*, p. 225-231.

Neste contexto, e tendo sobretudo em conta o clima político em Espanha e o seu governo de tipo ditatorial entorpecedor da liberdade de imprensa, bem como a inssurreição de 1854, compreende-se o afrouxar dos preparativos da publicação bilingue por parte dos colaboradores espanhóis, pelo que a *Revista Peninsular* sairá somente em 30 de Setembro de 1855.

Com efeito, tudo indica que muitos dos objectivos programáticos gisados pela *Península* foram perseguidos e em parte alcançados pela *Revista Peninsular*, publicada em Lisboa entre 1855 e 1856, firmando-se desde logo como reconhecido marco referencial do periodismo oitocentista. Impulsionada por Carlos José Caldeira, Lopes de Mendonça e Latino Coelho, nela participaram os nomes mais sonantes dos intelectuais de Portugal e Espanha da época e aí se permutaram textos de natureza diversa, pese embora a literatura e história tenham prevalecido sobre as temáticas científicas; deve no entanto salientar-se a preocupação pela diversidade temática que contemplou assuntos tão diversos como linguística e numismática, etnologia e sociologia, biografia e drama, mineração e hidráulica, agronomia e educação, indústria e ferrovias, entre muitos outros, além das crónicas mensais, da autoria Ferrer do Couto e Silva Túlio.

No seu prospecto, a *Revista Peninsular*, apresentava-se como "uma publicação litteraria, inteiramente alheia a paixões politicas, porque não procede nem depende de nenhum partido militante. O seu unico fim é fazer que Portugal e Hispanha se conheçam mutuamente, como é do interesse d'ambos". Apesar desta declaração e do facto de alguns dos colaboradores, nomeadamente portugueses, não terem manifestado grande simpatia pela ideia ibérica (Alexandre Herculano, Mendes Leal, Rebelo da Silva, etc.), é difícil aceitar tal enjeitação ideológica. Foi seu fundador e director Carlos José Caldeira, o autor de *Apontamentos de uma Viagem á China*, ressaltando como colaboradores nacionais José de Torres, Félix Nogueira, Latino Coelho, Lopes de Mendonça, Amorim Viana, e do lado espanhol os mais destacados defensores da ideia ibérica, como Sinibaldo de Mas, Xisto Cámara, Ferrer do Couto, Benigno Joaquin Martinez, José de Aldama, Carlos Rubio, Juan Valera, entre outros. Não surpreende pois que o *Dicionário Jornalístico* ao nomear

o seu director apresentasse a publicação como "sendo portanto jornal affecto ao pensamento da união iberica, então em voga"[280].

Apesar da estratégia de difusão deste periódico bilingue[281], o autor do *Dicionário Jornalístico Português* explica que tal colecção, "ainda hoje muito apreciavel atendendo ao valor dos seus escritores, portugueses e estrangeiros", tornou-se rara "por não ter sido grande a tiragem de exemplares"[282], tendo-se inclusivamente pensado em reimpressão, ideia que contudo não se chegou a realizar.

As ambições da publicação explica-as Mendes Leal na introdução, insistindo na tónica do incompreensível desconhecimento dos dois povos, pretendendo-se agora preencher tal lacuna através da divulgação da produção intelectual de ambos:

"Cousa singular! As duas nações, que dão fraternalmente as mãos na Peninsula Iberica, conhecem-se menos do que geralmente conhecem as que lhes ficam mais distantes. Todavia as fontes da sua historia são as mesmas, as suas origens ethnographicas tornam-as irmãs, os periodos da sua grandeza tem corrido parallelos, os progressos do seu espirito correspondem-se, as suas affinidades e analogias tocam-se por toda a parte, a sua ascendencia é commum, corre-lhes nas veias o mesmo sangue, repartiu-lhes Deus o mesmo solo, o mesmo clima, repartiram-se entre si a mesma herança, e, apesar de tudo, ignoram-se nas relações mais elevadas, mais proficuas e fecundas.

(...) Com tantas condições de fraternidade, que falta á elaboração intellectual dos dois paizes? Um terreno em que todos se encontrem, se conheçam e se apreciem. É isso o que tenta a *Revista Peninsular*, e julgamos que basta expor a idea para que se applauda a intenção. A *Revista* transforma em facto um desejo, em pouco tempo uma necessidade dos dois paizes. Ahi vae á terra a semente. Brotará della a arvore. Multiplicar-se-hão na arvore os fructos"[283].

Mereceu a *Revista Peninsular* os encómios da generalidade da imprensa periódica portuguesa da época que lhe reconheceu

---

280 D. J. P., A. C. L. ms. 448, p. 2068-2069.

281 Além de Lisboa, a sua assinatura podia ser feita em mais trinta e uma localidades do continente, quatro das ilhas, catorze cidades de Espanha, cinco do Brasil, Paris e Londres.

282 D. J. P., A. C. L., ms. 448, p. 2069.

283 *Revista Peninsular*, Lisboa, nº 1, 1855.

qualidade gráfica e científica, como atesta a crítica de Torres e Almeida num semanário bracarense:

"É uma bella publicação, em que a nitidez typographica rivaliza com o merito dos artigos, rubricados aliaz pelos nomes mais distinctos da Peninsula Iberica.

Altamente civilisador foi sem duvida o pensamento de sua creação. Destruir essa especie de muralha imperial do Cantão, que moralmente divide Portugal da Hispanha, fazer que os dous estados se conheçam mutuamente, é o glorioso empenho da *Revista*"[284].

Também Andrade Ferreira na secção de Bibliografia da *Ilustração Luso-Brasileira*[285] lhe louvou as elevadas intenções conferindo-lhe um estatuto semelhante ao de utilidade pública, e sublinhou a inércia e inépcia da classe política e governativa em matéria de estreitamento de relações entre os dois países:

"A *Revista Peninsular* devia ser destinada a complementar os esforços que importava ter feito aos governos dos dois paizes para os reunir pelos interesses e pelas tendencias, em toda a esphera da actividade social, em toda a elevação das suas idéas mais impulsivas e illustradas.

Mas o passo que competia dar aos governos, para este grande resultado de que tanto depende a civilisação da Peninsula, e a sua preponderancia futura em todas as relações economicas e commerciaes, ainda quasi que nem foi intentado.

(...) A *Revista Peninsular*, como o seu titulo indica, é o pensamento, o desejo illustrado, a idéa fecunda de fraternisação

---

284 *O Murmurio*, Braga, nº 5, 15 de Fevereiro de 1856, p. 8. Este periódico bracarense acompanhou aliás fervorosamente a publicação da *Revista Peninsular* , como se infere das referências que são feitas aos seus artigos e respectivos autores (cf. nº 7, 1 de Abril de 1856).

285 *Illustração Luso-Brazileira*, Lisboa, nº 13, 29 de Março de 1856, p. 100-101. Refira-se que entre o vasto corpo redactorial desta publicação se encontravam homens que estavam intrinseca e umbilicalmente ligados à *Revista Peninsular*, tais como Carlos José Caldeira, Latino Coelho, José de Torres, Mendes Leal. O primeiro, ao traçar aí uma biografia do segundo, afirmava: "Em 1852 escreveu Latino Coelho o prologo da edicção da *Iberia*; memoria sobre a união pacifica e legal de Hespanha e Portugal, que em portuguez e castelhano, publicou seu auctor D. Sinibaldo de Mas. Aquelle brilhante prologo o fez conhecido em Hespanha, e só por si lhe adquiriu alli bastante reputação" (cf. *Illustração Luso-Brasileira*, nº 13, 29 de Março de 1856, p. 99-100). No entanto, algumas vezes esta revista veiculou a ideia da impossibilidade de realização do iberismo, como concluiu Ernesto Biester na sua *Chronica Semanal* , confrontado com a revolução de 1856 em Espanha (cf. *Illustração Luso-Brasileira*, nº30, 26 de Julho de 1856, p. 139).

moral e litteraria, que salta por cima de todas estas barreiras naturaes que a ignavia governativa tem deixado de pé, e que vôa e se diffunde em despeito de carencia absoluta de todos esses meios de locomoção , de todas essas relações de communicabilidade, desse tracto facil, que alarga a existencia dos povos em horisontes sem limites. O seu fim é fazer conhecer os dois povos pelas mais elevadas manifestações que os distinguem. O seu futuro é tão largo como fecundo. Por isso não duvidaremos de assegurar que a sua existencia corresponderá á missão que tem a completar. É esta a lei que preside ás criações serias. A sua utilidade augmentará de dia para dia o favor publico, e debaixo destes auspicios, todos os esforços, todos os melhoramentos da parte da empresa, serão coadjuvados por um acolhimento cada vez mais animador"[286].

A recensão elogiosa que sobre esta revista J. T. escreveu para *A Pátria* ultrapassou a mera descrição e incidiu na tónica da necessidade de aproximação cultural entre os dois países[287].

Vinte anos depois, após duas décadas em que muita água passou sob a ponte das relações luso-espanholas, renasceu na nova geração o espírito que presidiu à criação da *Revista Peninsular* e, qual fénix das cinzas, surgiu a *Revista Ocidental* que em 1875 reatou a tradição dos periódicos bilingues, apostada no conhecimento mútuo dos povos peninsulares mas também da América hispânica-portuguesa. A própria ideia de renascimento, aliada à de aproximação, está aliás expressa no seu programa: "Provocar a reunião dos elementos da nova renascença intellectual da peninsula, e a formação das novas escholas hespanhola e portuguesa, é o fim da Revista Occidental". Os nomes são necessáriamente outros; entre os portugueses, destacam-se Oliveira Martins, Eça de Queirós, Jaime Batalha Reis, P. de Oliveira, Rodrigues de Freitas, Manuel de Arriaga, Adolfo Coelho. Entre os espanhóis avultam Pi y Margall, Cánovas del Castillo, Francisco Tubino, Tristan Medina, Bueno de Castilla, Rodriguez Pinilla, entre outros. A moda do estudo dos povos e das raças assume nesta publicação uma expressão significativa. Oliveira Martins dá o tom ao abrir a revista com o seu ensaio *Os Povos Peninsulares e a Civilisação Moderna*, afirmando aí que o heroísmo constitui o génio peninsular, e

---

286 *Ibidem*, p. 101.

287 *A Patria*, Lisboa, nº 2, 12 de Dezembro de 1855, p. 2-3.

questionando-se sobre o lugar que cabe aos hispano-portugueses da Europa e da América conclui que a Península "voltará a iluminar o mundo"[288]. Tristan Medina debate *La Verdad sobre la Teoria de las Razas* para defender a fórmula federalista pelo que, apoiado nas teorias do sufrágio universal e igualdade política enunciadas por Rousseau, elogia a Suíça e contraria o paneslavismo pela razão que nenhuma raça tem a chave do futuro ou do progresso[289]. *La Situation Politica de España con Relacion á los Pueblos Latinos* foi avaliada por Patricio Bueno de Castilla que, partindo do pressuposto da natureza análoga e influência contínua e sistemática entre tantas nacionalidades irmãs, defende que quer a Portugal, quer a todos os povos latinos interessa a sorte de Espanha, não compreendendo como os intelectuais desses países se dispensam de conhecer e participar na resolução dos males que há muito a afligem[290]. A recepção da filosofia alemã no espaço ibérico foi estudada por Francisco Tubino no ensaio *El Germanismo en la Peninsula*[291]. Outras publicações portuguesas finisseculares, sob o signo do republicanismo e positivismo, tratarão a questão das nacionalidades e sua contribuição para as civilizações[292].

A *Revista Ibérica de Ciencias, Politica, Literatura, Artes é Instruccion Pública* foi publicada quinzenalmente em Madrid, entre Outubro de 1861 e Junho de 1863 e, apesar da sua denominação, não fez a apologia, pelo menos directa e expressamente, da união ibérica. Promoveu, isso sim, o conhecimento das realidades portuguesas em Espanha, através das crónicas da *Revista Politica* a cargo de R. Alzugaray e depois de Miguel Morayta, e da *Revista de Portugal* escrita por importantes nomes das letras portuguesas

---

288 *Revista Occidental*, Lisboa, 15 de Fevereiro de 1875, p. 5-24.

289 *Ibidem*, 31 de Março de 1875, p. 385-407, e 15 de Abril de 1875, p. 573-594.

290 *Ibidem*, 28 de Abril de 1875, p. 673-686.

291 *Ibidem*, 28 de Fevereiro de 1875, p. 174-197, e 15 de Março de 1875, p. 308-322.

292 Vejam-se, por exemplo, a recensão de Teófilo Braga à obra de Pi y Margall, *Las Nacionalidades* (2° ed.,1877), publicada na revista *O Positivismo.Revista de Philosophia*, Porto, vol. 1, 1879, p. 300-307; o artigo *A Centralisação e as Raças Latina e Germanica*, inicialmente publicado em 1870, no *Jornal do Comércio*, e depois reproduzida numa publicação unicamente redigida por Lourenço de Almeida e Medeiros sob o título *Revista Nacional, Politica, Scientifica, e Litteraria*, Aveiro, n° 9, 1 de Agosto de 1881, p. 97-99; e ainda o artigo de Teófilo Braga, *Elementos da Nacionalidade Portuguesa*, na *Revista de Estudos Livres*, Lisboa, 1883-84, p. 5-16; 49-66; 97-115; 145-155; 193-200; 241-259; 289-302; 337-355; 433-447; 481-496.

como Bulhão Pato, Oliveira Marreca, José de Torres, Rebelo da Silva, Estácio da Veiga, e ainda Rodrigo Paganino, o mais fiel colaborador português que frequentemente assinava com o pseudónimo *Rudericus*. Além de publicar contos e outros trechos literários dos portugueses citados, e poemas castelhanos traduzidos para português[293], as notícias bibliográficas desta revista contemplavam amiudadas vezes edições portuguesas, e traduções portuguesas de obras castelhanas, quase todas de Paganino. Em virtude do período da sua publicação, os temas políticos da vida portuguesa versaram sobretudo a morte de D. Pedro V, o casamento de D. Luís, ou ainda a renúncia de D. Fernando ao trono da Grécia. Foi ainda na *Revista Ibérica* que Juan Valera publicou o seu famoso texto sobre *España y Portugal*[294].

Talvez em função do momento delicado que as relações luso-espanholas atravessavam, esta publicação não obteve grande publicitação por parte da imprensa portuguesa. *O Conservador* dirigiu todavia algumas palavras elogiosas a esta revista bilingue, que se vendia em Lisboa e Coimbra, na livraria Melchiades & C.ª:

"Não foi destinada para suscitar questões de nacionalidades, nem para prejudicar amores patrios por mais exagerados que fossem, a propaganda da *Revista Iberica* não tende nem a pregar a fusão, reunião, absorpção, ou confederação mesmo de Portugal e Hespanha.

Essa questão politica não é o fim da uma publicação como alguem poderia deprehender do titulo, tende só a fazer com que intelectualmente se conheça dois povos tão visinhos e tão semelhantes em muitos pontos, que precisam de mutuamente se conhecerem para mutuamente se appreciarem"[295].

Em Outubro de 1872 começou a editar-se em Madrid uma publicação que novamente pretendia estudar os interesses e estreitar as relações literárias dos dois países da Península, com o título *La Ilustracion Hispano-Portuguesa*. No seu 1° número foi publicada uma carta em espanhol de Latino Coelho a Emílio Castelar,

---

293 É o caso da tradução de Cláudio José Nunes do poema *Ecos* de Ruiz Aguilera. Cf. n° 1, tomo V, Out.-Dez., 1862, p. 54-56.

294 *Revista Ibérica*, tomo 1, n° 5, 15 de Dezembro de 1861, p. 349-362; n° 6, 30 de Dezembro de 1861, p. 429-442; tomo II, n° 2, 30 de Janeiro de 1862, p. 73-91.

295 *O Conservador*, Lisboa, n° 111, 5 de Junho de 1862, p. 2.

subordinada ao tema *España y Portugal*, que tratava da questão de união dos dois povos peninsulares[296].

Costa Goodolphim assinalou a qualidade do papel e das gravuras desta publicação colaborada pelos mais ilustres escritores espanhóis, mas logo após o segundo número vaticinou que ela não deveria alcançar muitas assinaturas em Portugal. Por um lado, era cara demais para atingir os seus objectivos, por outro, argumentava que "intitulando-se tambem este jornal *Hespano-Portuguez*, deveria ser escripto em ambas as linguas, o que facilitaria aos escritores portuguezes collaborarem n'aquella folha e assim serem os assumptos que nos dizem respeito tratados com mais exatidão"[297].

Um jornal espanhol, *El Universo*, referiu em 1868 que estava em projecto a criação em Paris de um jornal exclusivamente fundado com capitais portugueses, o qual teria como título *Crónica de Lisboa*, sendo o seu objectivo fundamental o de fazer triunfar a união ibérica. O *Diário de Notícias* deu esta informação com a indignação que lhe era própria quando rebatia a propaganda ibérica, refutando energicamente a sua veracidade[298]. Outro tanto fez a *Opinião Popular* que refutou *a priori* tal possibilidade, comparando na sua argumentação o iberismo à filosofia céptica, que tendia a matar todas as crenças e a zombar de todos os afectos[299].

As tentativas de criação de periódicos em língua espanhola no território português nem sempre foram bem sucedidas. Em Outubro de 1863 *O Conservador* noticiava que alguns espanhóis residentes em Lisboa projectavam publicar uma folha trisemanal com o nome *Eco do Ocidente*, a qual seria estranha à política da Península Ibérica, pretendendo ater-se a assuntos de índole económica, industrial, e literária[300]. Alguns dias depois, *A Crença* deu uma informação semelhante, adiantando que tal periódico seria dirigido por Luis Vedra, e levaria o título de *Eco Peninsular*[301]. Sob nenhum dos títulos chegou todavia aos prelos. Curiosamente, ainda em 1872, foi novamente anunciado que estava prestes a ser editado

---

296 *O Partido Constituinte*, Lisboa, nº 437, 20 de Outubro de 1872, p. 2.
297 *O Trabalho*, Lisboa, nº 44, Novembro de 1872, p. 3.
298 *Diario de Noticias*, Lisboa, nº 1143, 31 de Outubro de 1868, p. 1.
299 *A Opinião Popular*, Lisboa, nº 80, 3 de Novembro de 1868, p. 1-2.
300 *O Conservador*, Lisboa, nº 270, 9 de Outubro de 1863, p. 3.
301 *A Crença*, Lisboa, nº 169, 16 de Outubro de 1863, p. 3.

o *Eco Peninsular*, periódico castelhano para defesa dos interesses da colónia espanhola em Portugal[302] .

Mas a publicação bilingue que então apareceu foi *O Peninsular*, dado à estampa na capital entre Junho e Julho de 1872, sob a direcção de Frederico Guardon Gallardo. Apesar de Silva Pereira não hesitar em o denominar "iberico"[303], o cabeçalho deste jornal consagrava o ideal de confraternização, através da aproximação económca e cultural:

"O programma d'este jornal funda-se unicamente em pugnar para que se estreitem por meio da mais perfeita amisade, as relações litterarias, commerciaes, industriaes, artisticas, etc., entre Hespanha e Portugal, propagando ao mesmo tempo a instrucção em ambos os povos". A redacção tem o cuidado de reforçar este pensamento, na apresentação do programa:

"(...) O despotismo dos governos é sempre odioso, e muito mais, como o praticaram os Filippes. Porém a conducta que estes seguiram não é com certeza patrimonio dos governos sucessores. Portanto, ainda que sustentemos o pensamento de que Portugal e Hespanha conservem respectivamente a sua independencia, nem por isso queremos que os odios existam, que isto seria sempre anti-humanitario. Desejamos, sim, que Hispanha e Portugal, naturalmente irmãos, vivam em placida harmonia, que as suas relações agricolas, commerciaes, industriaes, litterarias e artisticas, progridam tanto quanto possivel, que sejamos todos amigos e, n'este conceito, não deixaremos de coadjuvar uns e outros com as nossas debeis forças"[304].

A questão da instrucção assumiu, efectivamente, alguma relevância no âmbito da empresa associada ao *Peninsular*. Além dos artigos *Sin la instruccion no hay progresso posible* e *Instruccion Popular*[305], abriu uma aula de instrução gratuita para indivíduos de nacionalidade espanhola[306], e Guardon Gallardo proferiu uma

---

302 *O Trabalho*, Lisboa, nº 1, 4 de Janeiro de 1872, p. 3.

303 PEREIRA, A. X. da Silva — *O Jornalismo Portuguez*, Lisboa, Typ. Soares, p. 122.

304 *O Peninsular*, Lisboa, nº 1, 6 de Junho de 1872.

305 *Ibidem*, nº 1, 6 de Junho de 1872, p. 1-2 e nº 9, 16 de Julho de 1872, p. 1, respectivamente.

306 *Ibidem*, nº 5, 23 de Junho de 1872, p. 4. Nesta data, uma semana após o começo das inscrições, e uma semana antes do seu termo, havia já 45 candidatos. Este centro de instrução gratuito de Lisboa pretendia iniciar as

conferência na Academia Feniana em que, entre outras matérias, tratou a problemática da instrução popular[307]. Esta palestra foi dedicada à colónia espanhola de Lisboa, que é aliás, um interlocutor e receptor frequente da publicação, nomeadamente através da *Asociación Española Proteccion y Beneficencia*, fundada em Lisboa por iniciativa de Pedro Navarro y Lopez em Fevereiro desse ano. Com efeito, o destinatário de muitos dos textos deste bissemanário é a colónia espanhola, a quem se prega que *la union constituye la fuerza*[308], visando a sua integração numa única associação, una no pensamento e na acção.

Este periódico funcionou ainda como complemento da agência hispano-lusitana criada por Guardon Gallardo em Lisboa (Rua da Vitória, nº 7, 2º andar), com o fim de facilitar as operações comerciais, industriais e artísticas entre os dois países, incumbida de "tratar toda a classe de negocios entre Hespanha e Portugal"[309], podendo ver-se anúncios respeitantes a empresas indistintamente sediadas em Espanha ou Portugal, pese embora a interpenetração de interesses seja evidente; além dos chocolates ou hotéis espanhóis, são publicitados os horários e tarifas dos caminhos de ferro portugueses que levavam à fronteira com ligação às corridas de touros de Badajoz ou outras praças, ou ainda a *Livraria Hespanhola* de J. da Torre, sita na Rua Áurea, nº 48. Entre os números 1 e 9, a secção de folhetim ocupou-se da transcrição de um diploma legal que tratava matéria de interesse para as colónias de espanhóis e portugueses residentes no outro país: *Convenio entre Hespanha e Portugal, fixando os direitos civis dos cidadãos respectivos e as attribuições dos agentes consulares destinados a protegel-os, firmado em Lisboa a 21 de fevereiro de 1870.*

Quanto a medidas concretas para acelerar a harmonisação das relações peninsulares, as propostas não abundam e não são nem inovadoras nem profundas. Em matéria de reforma postal, alvitrava-se o estabelecimento do giro mútuo e a redução das

---

aulas a 1 de Julho, contratar um professor e um ajudante por cada cinquenta alunos, e abrir sucursais no Porto, "y en los demás puntos de Portugal, donde el numero de españoles que precisen de nuestros servicios sea bastante á ocupar un profesor" (cf. *O Peninsular*, nº 3, 16 de Junho de 1872, p. 1).

[307] *Ibidem*, nº 1, 6 de Junho de 1872, p. 3.

[308] *Ibidem*, nº 2, 13 de Junho de 1872, p. 1-2.

[309] *Ibidem*, nº 1, 6 de Junho de 1872, p. 2.

franquias de livros e periódicos[310]. Já as praias de banhos portuguesas, coadjuvadas pelas melhorias ferroviárias, sugeriram um texto que tentava atrair o turismo espanhol a Portugal, e enunciava as vantagens do conhecimento recíproco entre os dois povos, reiterando-se os votos de fraternidade, contra o ódio "como arma de partido" e "anti-evangelico"[311].

Apesar de a maioria dos textos se apresentarem em castelhano abordando temáticas concernentes à realidade espanhola[312], verificou-se algum esforço na manutenção do bilinguismo; a publicação do romance de Gallardo *O Filho de Rocambole*, saíu alternadamente em português e espanhol, entre os números 1 e 8[313], e o primeiro número brindou os leitores com duas poesias, uma de Simões Dias, e outra do director do periódico. Também a rubrica *Biografias Peninsulares* alternou até ao nº 9 personalidades portuguesas e espanholas, acontecendo o mesmo na *Secção Bibliographo-Biographica*, espaço que também foi de polémica como o comprova a crítica às ideias defendidas por Pinheiro Chagas na sua obra *Desenvolvimento da Litteratura Portuguesa*, "idéas que, séanos licito decirlo, tienden como el poema D. Jaime del snr. Tomás Ribeiro, á arraigar mas y mas en los corazones de los hombres más insensatos de España y Portugal, ese mal entendido antagonismo que nosotros, cumpliendo um deber humanitario, deseamos contribuir á extinguir, patentizando siempre que podemos, que en las causas originarias de ese antagonismo, para nada influyeron la masa comum del pueblo español ni la del portugués"[314].

Também fora da Península se pretendeu estudar e divulgar os mais diversos aspectos da sua vida, pelo que Hugelmann fundou em Paris a *Revue Espagnole et Portugaise*, cujo subtítulo comprova o plano enciclopédico do autor: *Religion, Histoire, Littérature,*

---

310 *Ibidem*, nº 7, 4 de Julho de 1872, p.1.

311 *Ibidem*, p. 1-2.

312 Veja-se, por exemplo, a relevância dada à questão da reaquisição de Gibraltar (cf. *O Peninsular*, nº 3, 16 de Junho de 1872, p. 1, e nº 4, 20 de Junho de 1872, p. 1-2.), ou o reiterado apoio ao recém-nomeado ministério de Ruiz Zorrilla (cf. *A nova situação de España*, nº 5, 23 de Julho de 1872, p.1; *Ávante*, nº 6, 29 de Junho de 1872, p. 1; *España y sus verdugos*, nº 7, 4 de Julho de 1872, p. 1).

313 A 1º edição deste texto foi impressa, em Lisboa, na Tipografia Progressista, em 1872.

314 *O Peninsular*, nº 4, 20 de Junho de 1872, p. 3.

Sciences, Arts, Industrie, Finances, Commerce. Todavia, ao longo da sua publicação, que se situou entre Fevereiro de 1857 e 5 de Abril do ano seguinte, num total de 22 *livraisons*, esta revista que se pautou pela neutralidade em matéria ideológico-política, tratou fundamentalmente de questões económicas e culturais de Espanha, resumindo-se a parte portuguesa quase exclusivamente à tradução dos *Lusíadas*.

Em Maio de 1858 foi publicado um texto no *Jornal Mercantil* que, elogiando a intenção e a acção de Hugelmann, dava conta do plano de angariação de assinaturas desta revista em Portugal, objectivo que nunca havia sido plenamente atingido, e que eventualmente contribuíra para a dissolução da empresa, apesar do seu alargamento ao Brasil:

"Circunstancias que depois sobrevieram, e em seguida a fatal epidemia da febre amarella, fizeram esquecida esta publicação, apezar dos esforços do seu zelozo correspondente nesta capital, o sr. J. Ferreira Alves.

Ha dias porem, chegou a Lisboa um dos collaboradores d'aquella Revue, mr. Eduard Perrié, encarregado de promover a assignatura do seu jornal n'este reino, a cujos interesses se dedica pelo seu titulo, e pelo seu programma, redigindo elle a correspondencia para Paris, durante os festejos do consorcio de S. M. El-Rei; ficando depois o sr. Mendes Leal collaborando para esta revista franceza, por expresso convite que o seu director e proprietário mr. Hugelmann lhe fez por via de mr. Perrié.

A *Revue Espagnole et Portugaise* conta já hoje sete volumes de cento e tantas paginas, de mui variada reducção, contando muitos artigos economicos e litterarios, não só relativos a Portugal, mas ao Brasil, porque a revista estabelecendo relações n'aquelle grande imperio, denominou-se tambem *Brésilienne*, titulo que tem desempenhado desveladamente.

Recomendando ao publico portuguez e brasileiro esta publicação franceza, que tanto lhes deve interessar, cumprimos o dever que temos todos os amigos da livre manifestação do pensamento, e mais ainda porque a *Revue Espagnole, Portugaise et Brésilienne*, se empenha em fazer conhecidos na capital do mundo

civilisado, e na lingua hoje universal, os progressos e litteratura de Portugal e do Brasil"[315].

Uma publicação espanhola a que não se pode aqui deixar de fazer referência foi *El Porvenir Hispano Lusitano*, cujos quinze fascículos editados em Vigo, entre Abril e Agosto de 1858, obedeceram ao objectivo primacial de promover e publicitar a ligação ferroviária entre o Porto e aquela cidade galega. Verifica-se, no entanto, que aos interesses económicos esta revista soube associar uma dimensão de intercâmbio literário-cultural, como se a considerasse útil e mesmo necessária a essa convivência e propaganda de determinados interesses materiais. Não podemos deixar de ter a impressão que a bandeira da aproximação cultural é aqui agitada para acelerar a compreensão de uma globalidade de interesses comuns ao noroeste peninsular, numa primeira etapa, e ao resto da península, numa fase posterior. Por isso se subtitulou *Revista de Comercio, Industria, Ferro-Carriles, Telegrafos y Literatura*, e ao lado de textos de marcado teor económico que defendiam as virtudes de uma economia peninsular concertada, emparceiraram poemas e artigos de crítica literária sobretudo relativos a produções portuguesas, textos evocativos de uma história ora paralela, ora comum, mas sempre gloriosa, dos dois povos da península.

Apesar do tão falado desconhecimento e indiferença entre portugueses e espanhóis, ao longo da centúria de Oitocentos houve algumas oportunidades para estreitamento de contactos mútuos. Refiram-se, por exemplo, as invasões francesas e as movimentações civis e militares que provocaram na Península. Depois, as lutas entre liberais e absolutistas que os dois países atravessaram, suscitando um surto de emigrações de portugueses para Espanha (Marquês de Chaves, José Estevão, Costa Cabral, etc.) e de espanhóis para Portugal (Gallardo, Espronceda, Prim, etc.), e ainda, quando são restaurados os governos absolutistas de Fernando VII e D. Miguel, verificando-se um novo contacto de perseguidos espanhóis e portugueses em pátrias de exílio extra-peninsulares, como a França, a Inglaterra e a Bélgica (Palmela, Saldanha, Mendizábal, Espoz y Mina, etc.). A partir dos anos cinquenta, outro tipo de perseguições,

---

315 *Jornal Mercantil*, Lisboa, nº 103, 8 de Maio de 1858, p. 2.

nomeadamente a sectários dos partidos legitimistas ou oposicionistas ou partidários dos credos republicano e democrático, determinaram refúgios temporários de espanhóis em Portugal, destacando-se neste caso, os nomes de Xisto Cámara, Roque Bárcia, Fernando Garrido, entre mais de um milhar de outros.

Não nos parecem de menosprezar as consequências práticas que esta convivência involuntária da primeira metade do século terá tido no relançar das relações entre os dois povos que, alternando as posições de anfitrião e perseguido, ou comungando do estatuto comum de exilado, terão necessariamente repensado o relacionamento recíproco, sob o signo da psicologia agri-doce do infortúnio e da solidariedade.

Deste "turismo forçado" ao "turismo colectivo", para empregar expressões de Pilar Vásquez Cuesta[316], algum tempo vai mediar, sujeito a condições materiais, como a implantação da rede ferroviária que uniu os dois países em 1863, mas também a condições politico-psicológicas que tiveram a ver com a pacificação interna da situação institucional da Espanha, e consequente afrouxamento das preocupações relativas ao iberismo, em Portugal. Com efeito, se então para os portugueses o território espanhol era sobretudo conhecido pelas suas estações ferroviárias, que fugazmente conheciam em trânsito rumo a Paris, também só no último quartel do século se tornou moda para os espanhóis o turismo em Portugal, ora para visitar as suas três principais cidades, ora para estanciar nas suas praias e zonas balneares.

Estas afirmações devem contudo matizar-se já que, as diferentes regiões de Espanha não deixaram insensiveis escritores portugueses que as visitaram e descreveram, produzindo uma apreciável "literatura de informação". Fidelino de Figueiredo apresentou mesmo uma pequena listagem de "especialistas", segundo as cidades ou regiões: Barcelona por Carlos José Caldeira; Madrid por Teixeira de Vasconcelos e Pinheiro Chagas; Madrid, Escurial, Valladolid e San Juan de Luz por Júlio César Machado; Sevilha por Pereira Rodrigues; Cádis por Ricardo Guimarães; Galiza

316 VÁSQUEZ CUESTA, Pilar — *Turismo Colectivo entre Portugal y España ahora hace un Siglo*. "Panorama — Revista Portuguesa de Arte e Turismo", nº 35-36, IV Série, Set.-Out. 1970, Lisboa, p. 19-24.

por Silveira da Mota; o Norte, Castela-a-Nova e Estremadura por Xavier da Cunha e Sanches de Frias[317].

Indubitavelmente, a locomotiva abriu uma nova era ao turismo peninsular, como expressivamente sugere este excerto da *Revista do Ano* que F. Serra escreveu quando1863 se aproximava do fim:

"Lisboa saiu do profundo lethargo de monotonia em que jazia ha longo tempo. A communicação da linha ferrea entre a capital e Badajoz, permittiu emfim aos dois povos visinhos que se estreitem as relações mais intimas, e de um dia para o outro, assim como um portuguez póde ir a Hespanha assistir a uma tourada e fumar meia duzia de bellos charutos de Havana, com a mesma facilidade um hespanhol póde vir presenciar os triumphos dos seus compatriotas na praça do Campo de Sant'Anna, depois de tomar um delicioso banho nas praias do Tejo"[318].

Os espanhóis da Estremadura em Lisboa emprestavam às suas ruas, cafés e espectáculos uma animação especial, encetando um turismo que deu que pensar aos jornalistas de beira-Tejo:

"Começam, portanto, as nossas povoações a conhecer os nossos visinhos por meio da facilidade das communicações; está, por tanto, dado o mais fecundo passo para realisar essa grande ideia de alliança de dous povos que o dedo de Deus apontou para serem uma só nação, com todas as prerrogativas da humanidade, com todas as galas de uma natureza esplendida.

Hoje ninguem desconhece o pensamento politico que vai n'essa grande obra do ferro-carril, que nos una com a patria de Ernan Cortés, y de Pelayo, verdaeira conquista de prosperidade e civilisação, que vamos alcançar sem talar de sangue e de cadaveres os desfiladeiros e os campos de batalha"[319].

Com efeito o júbilo da imprensa relativamente ao caminho de ferro entre Lisboa e Badajoz foi geral, conjecturaram-se novos passeios e convívios, apesar das 55 léguas demorarem 8 horas a transpôr. A melhoria era substancial já que o percurso, em diligência, ultrapassava as 24 horas[320].

---

317 FIGUEIREDO, Fidelino de — *España en la moderna literatura...*, p. 90.
318 *O Doze d'Agosto*, Lisboa, nº 1, Dezembro de 1863, p. 21.
319 *O Braz Tisana*, Porto, nº 198, 2 de Setembro de 1859, p. 1.
320 *O Braz Tisana*, Porto, nº 305, 6 de Julho de 1852, p. 4.

Em Dezembro de 1866, quando da visita de Isabel II a Portugal, a *Correspondencia de España* noticiou que as companhias dos caminhos de ferro espanholas e portuguesas tratavam de estabelecer um trem especial de recreio entre Madrid e Lisboa, o qual saíria da estação da Atocha no domingo, dia 9, às 2.30 horas da tarde, fazendo a viagem em 27 horas até à capital portuguesa, onde permaneceria até à tarde do dia 14, saíndo então o comboio de regresso[321].

Mas o intercâmbio excursionista teve o seu pontapé de saída em 1871, quando as relações ibéricas viviam um momento de maior tranquilidade. Amadeu de Sabóia, irmão da rainha Maria Pia, tinha sido nomeado rei de Espanha, país que colocara o progressista Angel Fernández de los Rios como seu ministro em Lisboa. Criaram-se então os primeiros comboios de recreio que, a preço reduzido e a grande velocidade (a viagem durava trinta horas), ligavam as duas capitais. A empresa dos caminhos de ferro de Leste e Norte convidou largas dezenas de intelectuais e jornalistas de cada um dos países e a viagem inaugural teve lugar na primeira quinzena de Maio, chegando a Portugal 667 turistas espanhóis que, apesar de algumas piadas e ironias remissivas à omnipresente polémica ibérica, foram alvo de uma acolhedora recepção por parte de populares, da imprensa e das autoridades, durante os cinco dias que durou a visita. Por seu turno, 330 portugueses integraram a excursão a Madrid, realizada entre os dias 13 e 21 do mesmo mês, sendo a delegação de jornalistas recebida principescamente pelas diferentes sensibilidades políticas espanholas, entre banquetes e visitas culturais, brindes e discursos, que celebravam uma nova era de relações de amizade e solidariedade entre os dois povos.

A imprensa portuguesa, desde a *Revolução de Setembro* ao *Diário de Notícias*, publicou as notícias das visitas, tendo-se particularmente destacado *O Partido Constituinte*, que além dos artigos de fundo em que apresentava portugueses e espanhóis não como inimigos mas como irmãos que no passado sofreram idênticos infortúnios e despotismos, tendo-se finalmente reconciliado, ambos independentes e liberais[322], seguiu com minúcia a visita a Madrid.

---

321 *O Commercio do Porto*, nº 287, 8 de Dezembro de 1866.

322 *O Partido Constituinte*, Lisboa, nº 30 e nº 40, 7 e 20 de Maio de 1871, respectivamente. Este último artigo é da autoria de J. A. de Oliveira Freitas

Para isso muito contribuíram as correspondências enviadas pelo seu colaborador A. Oliveira Pires, que relatavam detalhadamente os trâmites da visita[323]. A última prestação de Oliveira Pires, datada de 21 e já escrita de Lisboa, narrava os acontecimentos de Sábado 20: a recepção sugerida pelo monarca a uma delegação constituída pelo próprio Oliveira Pires, Alves Mateus, José Ribeiro, Lopo Vaz, Rangel de Lima e Pereira Rodrigues; a festa de despedida na estação ferroviária com a banda marcial a tocar os hinos nacionais e a presença de autoridades, homens de letras e muitos populares; as recepções oficiais e calorosas em Ciudad Real e Badajoz. Este texto reiterou a emoção dos portugueses face às cordiais manifestações de amizade que receberam durante toda a viagem, expressa e reconhecida numa carta enviada à imprensa de Madrid, e assinada por José Tibério, Alves Mateus, Patrício Alvares, Rangel de Lima, Pereira Rodrigues e o próprio Oliveira Pires. A única nota de estranheza foi para o embaixador português naquela capital, que nem uma vez única aparecera aos seus patrícios. Fazendo votos pelo estreitamento do abraço fraternal de amizade mútua e de mútuo respeito entre os dois povos da península, o colaborador do *Constituinte* fez questão em terminar o seu depoimento com uma declaração que enjeitava eventuais suspeições sobre a intenção da viagem e seus protagonistas:

"Essa alliança desejo-a vivamente, e agora mais do que nunca, desde que o meu contacto com o povo hespanhol me fez conhecer-lhe qualidades generosas e bisarras. Outras uniões rejeito-as, e hei-de rejeital-as sempre onde tiver voz para o fazer. Faço justiça aos hespanhoes illustrados, acreditando que elles as julgam igualmente impossiveis"[324].

Por seu turno, Pereira Rodrigues também publicou no *Partido Constituinte* as suas impressões de viagem, com o título *Uma visita a Madrid. Descripção da viagem de recreio, de Lisboa a Madrid, no comboio que partiu no dia 13, e chegou no dia 22 de maio corrente*[325]. Esta memória viria a ser publicada em livro[326], como aconteceu a mais três outros testemunhos dessa mesma viagem[327].

---

323 *Ibidem*, números 39, 40, 42, 43, de 18, 20, 23 e 24 de Maio de 1871, respectivamente.

324 *Ibidem*, nº 43, 24 de Maio de 1871, p. 1.

325 *Ibidem*, números 46, 48, 49, 51, 53, 54, 55, 57 e 60, de 27, 30 e 31 de Maio, e 2, 4, 6, 7, 10 e 15 de Junho de 1871, respectivamente. Este trabalho é dirigido ao

Dois folhetins do *Partido Constituinte* foram ainda reservados para a transcrição de um texto publicado no dia 17 no *Imparcial*, de Madrid, sobre *O Banquete Hispano-Luso*[328]. A descrição do evento é rica e pormenorizada: começa pelo cenário, encontrando-se o salão das colunas da câmara madrilena engalanado com uma profusão de bandeiras, escudos e galhardetes representando os brasões de ambos os países, alternando com as cores vermelha, amarela, branca e azul; enumera a colocação dos quase cem convivas numa mesa em forma de ferradura; resume as intervenções, discursos e brindes dos portugueses e espanhóis que tomaram a palavra; transcreve os poemas ditos pelos seus autores (Palacio e García Sanisteban); reproduz os telegramas que a comissão do banquete decidiu remeter para Lisboa. Castelar encerrou os discursos mas não o serão, que se prolongou numa visita ao Teatro Nacional.

Sectores houve da imprensa portuguesa que todavia representaram a desconfiança e cepticismo que tais manifestações de amizade lhes sugeriram. Embora sob a capa do humor, *A Federação* patenteou abertamente as suas dúvidas[329], e o autor da *Lanterna* pôs a tónica nas atitudes antagónicas que essa iniciativa gerou de um lado e do outro da península:

"Veio a Portugal uma caravana de hespanhoes, e em seguida foi á Hespanha outra caravana de portuguezes.

---

alcaide D. Manuel Maria José de Galdo e dedicado ao povo de Madrid. Na intodução, Pereira Rodrigues reitera as votos de estreitamento de relações entre os dois países, não contemplando todavia a esfera política: "Na verdade, ambas as nações tem muito a ganhar com as boas relações entre os dois povos; relações scientificas, artisticas, litterarias, commerciaes e de intima conveniencia. E se da sincera, cordeal e franca amisade de hespanhoes e portuguezes póde advir mal para alguem, não será de certo para os liberaes de ambos os paizes". (cf. nº 44, 25 de Maio de 1871, p.1).

326 RODRIGUES, José Maria Pereira — *Uma Visita a Madrid*, Lisboa, Typographia Universal, 1871, 140 p. A obra contém uma carta dedicatória a D. Francisco Bañares e também reproduz uma artigo de Freitas Oliveira, publicado em 20 de Maio de 1871, no *Partido Constituinte*.

327 Trata-se das obras: *Cinco dias em Madrid*, *Lembrança duma viagem a Madrid* e *Visita a Madrid*, de Albano Coutinho Junior, Teófilo Ferreira, e Costa Goodolphim, respectivamente. Refira-se que o relato de Albano Coutinho Júnior também fez a sua estreia na imprensa periódica, mais exactamente no folhetim da *Gazeta do Povo*, Lisboa, nº 468, 13 de Junho de 1871.

328 *O Partido Constituinte*, nº 40, 20 de Maio, p. 1-2, e nº 41, 21 de Maio de 1871, p. 1.

329 *A Federação*, Coimbra, 1871. Do tratamento que este jornal maçónico deu ao assunto, tratamos no ponto relativo ao Humor e Questão Ibérica.

Lisboa recebeu com indifferença os seus hospedes. Madrid abraçou porem com enthusiasmo os nossos compatriotas.

N'estes dois factos estão traduzidos os dois sentimentos peninsulares. Portugal não tem sympathia pela Hespanha. A Hespanha tem amor, tem paiixão, tem delirio por Portugal!

É a historia que justifica estes dois sentimentos. A Hespanha sabe quanto ganhou com os portuguezes. Portugal não ignora quanto perdeu com os hespanhoes!

Agora fazem-nos festas e festejos, depois, se nos dominassem, fazer-nos-hiam o que nos fizeram de 1580 a 1640.

(...) Nós desconfiamos de tantas festas, de tantas musicas, de tantos foguetes, e de tanto enthusiasmo, e temos solidas rasões para crêr, que em tudo isto ha o pensamento reservado da politica iberica"[330].

Também o *Comércio do Porto* achou por bem separar as águas, e dilucidar as intenções dos viajantes portugueses. O artigo *Os Portuguezes em Madrid e a União Iberica* defendeu que os excursionistas haviam regressado penhoradíssimos pelas atenções que lhes foram dispensadas, mas cada vez mais convencidos da necessidade e vantagem de manter a autonomia e independência. Esta conclusão infere-a a partir do seguinte episódio, que narra com detalhe:

"Quando partia de Ciudad Real para Lisboa o comboio dos viajantes portuguezes, um hespanhol mais insoffrido levantou vivas á união iberica. Um compatriota nosso tomando a palavra, respondeu com vivas á amisade fraternal e á independencia de ambos os povos. O governador militar hespanhol, mais avisado, repetiu estas exclamações, e todos os passageiros portuguezes dos wagons com os gritos de: *união iberica, não, não!*"[331]

O êxito desta primeira viagem de turismo encetou contudo um movimento que não mais parou. Logo a seguir, outro comboio de recreio organizado em Ciudad Real levou 641 viajantes a Lisboa,

---

330 *Golpe d'Estado*, Lisboa, 17 de Maio de 1871, p. 13-14.

331 *O Commercio do Porto*, nº 126, 31 de Maio de 1871, p. 1. Também em relação a Fernandez de los Rios e à sua actuação diplomática em Lisboa, este texto pretende atingir clareza racional; defende que aceitar um jantar não quer dizer aceitar a união ibérica, e elogia o empenho do embaixador espanhol em tornar conhecidas em Portugal as obras literárias, científicas e artísticas do seu país, mas não admitia que tais actos pudessem ter qualquer propósito de exceder a intenção de estreitamento das relações internacionais.

aumentando também nos meses de Julho, Agosto e Setembro o números de veraneantes espanhóis em Portugal, nomeadamente nas estâncias de Cascais e Caldas da Raínha, os quais chegavam aí preferencialmente por via marítima.

Em contrapartida, em Outubro de 1871 foi organizada outra excursão de comboio à capital espanhola, em resposta ao convite especial feito pelo governo de Madrid solicitando pela primeira vez a presença portuguesa na Exposição de Belas Artes. Além dos 110 objectos de arte portuguesa aí expostos, essa foi a oportunidade muitos pintores e escultores lusos tomarem contacto com a cidade do Manzanares, a sua arte e as suas gentes.

Bons testemunhos deste intercâmbio cultural são as cartas e artigos do professor da Academia Portuense de Belas Artes, Francisco José Rezende, que participou nessa exposição, os quais foram publicados no último trimestre de 1871, no *Comércio do Porto*. Este periódico editou também, a partir do seu nº 274, de 23 de Novembro do mesmo ano, as cartas de Joaquim Ferreira Moutinho, um dos excursionistas, que descreviam sobretudo impressões de viagens.

A celebração do 2º centenário de Calderon em 1881 suscitou a ida de outra curiosa delegação de jornalistas e intelectuais portugueses a Madrid, com a inevitável profusão de uma literatura de impressões de viagens na nação vizinha[332].

Apesar das exposições peninsulares visarem a promoção do entendimento e conhecimento recíproco dos dois povos, um estudo sobre a exposição lisboeta de arte ornamental portuguesa e espanhola realizada em1882, patenteou que os ressentimentos estavam longe de ser esquecidos, aproveitando-se mesmo esses eventos culturais como forma de afirmação da nacionalidade[333].

---

332 Refira-se a título de exemplo a obra de Sanches de Frias, *Notas a Lapis. Passeios e Digressões Peninsulares*, Lisboa, Livraria de Antonio Maria Pereira Editor, 1886, em que além das inevitáveis considerações sobre o centenário, prepondera a descrição dos monumentos.

333 Cf. PEREIRA, Maria da Conceição Meireles; ROSAS, Lúcia Maria Cardoso — *Arte e Nacionalidade: uma proposta de Yriarte a propósito da Exposição de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola de 1882*. "Revista da Faculdade de Letras — História", 2ª série, vol. 8, Porto, Universidade do porto, 1991, p. 327-338.

O quadro traçado revela as dificuldades ineludíveis que a convivência intelectual peninsular conheceu também no 3° quartel de Oitocentos, persistindo na ideia de uma certa autonomia espiritual, reforçada pela vontade expressa de aproximação, constantemente reiterada e sucessivamente frustrada. A questão ibérica terá sido um dos últimos capítulos dessa secular relação de amor/ódio, responsável pela impossível objectividade nas representações de Espanha e do seu povo, não permitindo senão um "diálogo por cima da fronteira"[334].

334 OLIVEIRA, José Osório de — *Concepção Romântica da Espanha*, Lisboa, Oficina Gráfica Ltd.ª, 1950, p. 14.

5.

A Concertação Económica Peninsular

e a União Alfandegária

> A Hespanha e Portugal podem e devem marchar unidos pela mais estreita fraternidade no caminho do progresso: podem e devem associar-se em tudo o que respeita aos interesses economicos e commerciaes.
>
> JÚLIO MÁXIMO DE OLIVEIRA PIMENTEL[1]

A ultrapassagem das lutas civis e a instauração do regime liberal trouxe um renovar das preocupações em matéria económica e sugeriu uma série de propostas, comentários e ensaios sobre a melhor maneira de se reformar e inovar nesse âmbito específico. Realidade incontornável era a tutela a que os sucessivos tratados de comércio com a aliada Inglaterra impunham, sobretudo desde 1810, moldando todos os projectos a esse regimento que em última instância determinava o rumo da política comercial, industrial e agrícola em Portugal.

Pretendemos contudo ressaltar a crescente importância que a temática das relações económicas entre os dois países peninsulares foram assumindo, principalmente a partir da década de trinta. A formulação do iberismo de vertente económica participou dos conceitos de bem estar e progresso material de raíz iluminística[2].

---

[1] *Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, Lisboa, 1860, p. 42.

[2] Cf. BARREIRA, Cecília — *Contributos para uma visão do conceito de progresso tecnico nos modelos de desenvolvimento economico-sociais em Portugal (meados de Oitocentos)*, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, (policopado), 1984; IDEM (pref. de) — *Felicidade pela Agricultura por António Feliciano de Castilho*, Lisboa, Heuris, 1987.

Estudos e artigos vários, escritos quer por espanhóis quer por portugueses, foram publicados no sentido de alertar para os diferentes aspectos da situação, desde os malefícios do contrabando até à quase inexistência de relações comerciais entre as duas nações[3], passando pela necessidade de uma concertação em política económico-fiscal, circulação de mercadorias e matérias primas, navegação fluvial, taxas portuárias e sistemas alfandegários.

Aliás, a situação económica de Portugal e Espanha foi nos séculos XVIII e XIX matéria de exemplificação para autores consagrados da ciência económica nascente, como Adam Smith e Friedrich List[4].

Pretendemos sobretudo rastrear os textos e autores que na imprensa periódica defendiam ou recusavam a ideia da aproximação económica peninsular, nomeadamente através da liga alfandegária, e os enquadramentos político-económicos que preconizavam para justificar tal apologia ou rejeição.

Como lembra Paul Bairoch, a história aduaneira da Europa no século XIX revelou oscilações várias entre a livre troca e proteccionismo, apresentando os seus primeiros quinze anos uma feição geral proteccionista, adoptando gradualmente o Reino Unido entre 1815 e 1846 o sistema livre cambista, o qual se foi paulatinamente estendendo à Europa continental entre 1846 e 1860, ganhando então maior expressão entre 1860 e 1879, para logo regredir, cada vez mais acentuadamante até à primeira guerra mundial, verificando-se o retorno à doutrina proteccionista[5].

A primeira metade da centúria assistiu à formação de experiências localizadas que visavam a união alfandegária, destacando-se o *zollverein* sob o impulso doutrinário de List que em 1818 reuniu as diferentes províncias prussianas, às quais se uniram

---

3 Sobre os fracassos e dificuldades do estabelecimento de tratados comerciais com a Espanha veja-se o estudo de Luís Ferrand de ALMEIDA — *Problemas do comércio luso-espanhol nos meados do século XVIII.* "Revista de História Económica e Social", Lisboa, Sá da Costa Editora, nº 8, Jul-Dez 1981, p. 95-131. E sobre o movimento comercial português no século XIX veja-se o artigo de G. PERY — *O Comércio Externo de Portugal de 1800 a 1890.* "Revista de História Económica e Social", Lisboa, Sá da Costa Editora, nº 4, Jul-Dez 1879, p. 89-106.

4 Cf. VALÉRIO, Nuno — *Portugal nos séculos XVIII e XIX segundo Adam Smith e Friedrich List.* "Revista Económica e Social", Lisboa, Sá da Costa Editora, nº 6, Jul-Dez 1980, p. 105- 115.

5 BAIROCH, Paul — *Commerce extérieur et développement économique de l'Europe au XIXe siècle*, Paris, EHESS, 1976, p. 39 e seguintes.

em 1828 a Baviera e o Wurtemberg, compreendendo em 1834 toda a Alemanha, com excepção das cidades hanseáticas. A partir de 1840 acentuou-se o carácter proteccionista desta liga, verificando-se a alta de tarifas ao longo da década. A Áustria tentou criar uma união alfandegária susceptível de contrabalançar a alemã, mas as diversidades ou mesmo divergências do império austro-húngaro dificultaram a sua concretização. Experiências de índole semelhante tiveram lugar na Itália, paralelamente à sua reconstituição política, e entre a França e a Bélgica.

Na terminologia de Bairoch, Portugal terá seguido a estratégia da complementariedade como base de modelo de desenvolvimento face à economia dominante inglesa, isto é, exportava os produtos agrícolas cujo custo relativo aumentava na Grã-Bretanha, para importar os artigos manufacturados que o avanço técnico ingês permitia produzir a baixo preço. Ao longo da centúria de Oitocentos constata-se uma estagnação do comércio externo português em muito devida à perda do monopólio de comércio com o Brasil, à estagnação de vendas do vinho, e à fraca diversificação das exportações, conjuntura que resultava mais ou menos directamente da dominação da Inglaterra. Aquele autor conclui que o atraso económico português se devia principalmente ao fracasso de uma política de complementariedade com uma economia desenvolvida, situação que era já anterior ao período liberal oitocentista e, por outro lado, lembra que a política alfandegária portuguesa não foi integralmente livrecambista, embora as medidas proteccionistas (de que é exemplo a pauta de 1837) dificilmente se tenham conseguido impôr[6].

Ao estudar as atitudes políticas e relações económicas internacionais em Portugal na 1ª metade do século XIX, Miriam Halpern Pereira sublinhou que a "escolha do modelo económico foi uma das principais questões em debate, que se articulou com a própria definição do espaço nacional", afirmando que "nas origens oitocentistas do nacionalismo português confluíram a perda da independência política formal (invasões francesas) e informal (presença inglesa) e a desarticulação do espaço económico"[7].

---

6 IDEM, *Ibidem*, p. 266-270.

7 PEREIRA, Miriam Halpern — *Atitudes Políticas e Relações Económicas Internacionais na 1ª metade do século XIX em Portugal*, in "Das Revoluções Liberais ao Estado Novo", Lisboa, Presença, 1993, p. 124.

Relativamente ao labor negocial luso-britânico nos primeiros tempos do liberalismo, saliente-se particularmente o seu estudo *Absolutismo reformista e nacionalismo: as negociações para substituir o tratado de 1810 entre Portugal e a Inglaterra em 1824-26*[8].

Defende esta historiadora que Estado-Nação e liberalismo foi um binómio indissociável para Mousinho da Silveira, o principal pai-fundador do Estado liberal, tendo o movimento nacionalista atravessado todas as correntes políticas e sido diversamente encabeçado pelo vintismo, o absolutismo reformista de D. João VI, o miguelismo (com o seu revivalismo colonialista) e o cartismo. Não nos parece desajustado dizer que esta tendência se mantém no 3º quartel do século, informando o nacionalismo as sensibilidades e espectros político-partidários da época, facto ao qual não foi alheia, entre outros aspectos, a questão e a propaganda ibéricas. Detendo-se quase exclusivamente nas política económica entre Portugal e Inglaterra, a autora defende que a matriz pautal de 1837, a primeira pauta moderna portuguesa, marcaria toda a legislação subsequente, tendo ainda as pautas de 1841 um cariz proteccionista e o tratado de 1842 revelar-se-ia mais compatível com a autonomia nacional que os projectos ingleses anteriores, extraíndo a seguinte conclusão:

"O estímulo dado à indústria com o conjunto de medidas decididas no período setembrista se, até pela curta duração de algumas, não viabilizou um intenso desenvolvimento, deixou marcas indeléveis, não só no parque industrial como no plano mental, pela possibilidade criada de demonstrar que este modelo de política económica era compatível com a independência política"[9].

Esta matéria foi também objecto de aturado estudo por Maria de Fátima Bonifácio que nos *Seis Estudos sobre o Liberalismo Português* passou em revista a questão da política económica de Portugal na 1ª metade de Oitocentos, perspectivando as relações económicas com Inglaterra nos seus múltiplos prismas. Assumem estes estudos uma postura inovadora (em oposição às teses da autora anterior e outros), a qual se recusa a interpretar os conflitos

---

[8] IDEM — *Absolutismo reformista e nacionalismo: as negociações para substituir o tratado de 1810 entre Portugal e a Inglaterra em 1824-26*. "Ler História", Lisboa, nº 12, 1988, p. 23-46.

[9] IDEM — *Atitudes Políticas e Relações Económicas Internacionais* ... p. 131.

entre cartismo e setembrismo como o reflexo ou tradução política de antagonismos de classe, espelhados em duas opções incompatíveis, o proteccionismo e o livre-cambismo, concluíndo Fátima Bonifáco que "não há, nem tem que haver, uma sociologia do proteccionismo e do livre-cambismo"[10].

Pese embora a pouca expressão que as relações económicas entre Portugal e Espanha tivessem tido até à década de quarenta e, não obstante algum incremento que então se verifica, mesmo posteriormente, se compararmos os quantitativos com os do comércio com a Inglaterra e Brasil, ou ainda com a França e com as colónias ultramarinas, não deixa de ser visível uma certa lacuna na historiografia portuguesa sobre o pensamento económico que, mais ou menos realística e fundamentadamente, visasse sondar possíveis soluções para o problema que efectivamente constituía o relacionamento económico entre as duas potências da Península Ibérica.

Não é invulgar o sentimento de surpresa dos portugueses em relação à prosperidade económica da Espanha, tanto mais que esse país convulsionado, constantemente assediado por tempestades políticas, sublevações e barricadas, não parecia afectado na sua riqueza, mostrando antes sintomas de desenvolvimento económico, pese embora a sua grande divída pública. A constatação desta, pelo menos aparente, insólita não interferência da instabilidade política na economia, suscitou o artigo de Ribeiro de Sá, *Uma vista de olhos sobre a Hespanha*, que conclui com as seguintes palavras:

"Os inqueritos provinciaes a que está procedendo o ministerio do fomento, (...) provam que é tal a força de intensidade dos interesses economicos de tão grande nação, que elles tem resistido vigorosos á devastação das guerras dynasticas, ao jugo do absolutismo, ás convulsões da anarchia, e ao fogo das discordias civis que parece não se poder extinguir no coração hespanhol"[11].

Já em 1852 o *Observador* pregava a comunicação científica e económica entre os dois países peninsulares, a aceleração das suas relações morais e materiais[12], e ressaltava com frequência o progresso material da Espanha, traduzido por exemplo no seu

---

[10] BONIFÁCIO, Maria de Fátima — Seis Estudos sobre o Liberalismo Português, Lisboa, Editorial Estampa, 1991, p. 13.

[11] *Revista Universal Lisbonense*, Lisboa, nº 7, 4 de Junho de 1857.

[12] *O Observador*, Coimbra, nº 511, 1 de Junho de 182, p. 1.

sistema de instrução, nas suas estradas, pese embora a pouca liberdade política aí existente.

Também a *Razão*, que tanto censurava o sistema político espanhol e os seus estadistas, apresentou em 1858 um artigo de fundo que criticava as directrizes económicas do governo e reivindicava reformas e melhoramentos, dando como exemplo suficiente a Espanha:

"Sigam, o que a tal respeito se observa nos paizes mais adiantados, e que primeiro do que nós incetaram o caminho do progresso material. Se não querem ir mais longe ahi tem a nossa visinha Hespanha, vejam como ella progride"[13].

Camilo Castelo Branco tinha já mostrado três anos antes esta "pontinha de inveja", através da linguagem sugestiva de José Mendes Enxúdia, numa das suas cartas ao Padre Serapião de Algures:

"A Hespanha, em luta civil continuada, tem um progresso real, uma vida fecunda em competencia com o adiantamento das nações visinhas. Portugal, no gozo de uma podre tranquilidade, não sae do marasmo vergonhoso da sua decadencia, hipocritamente desmentida por charlatães incapazes de administrarem uma aldeia"[14].

A partir de determinada altura, tornou-se evidente aos olhos dos portugueses que a Espanha era um parceiro comercial importante e necessário. No vigor da polémica anti-ibérica repetia-se frequentemente que as relações económicas entre os dois países tinham que ser implementadas, dependendo dessa concertação o futuro mais ou menos brilhante da Península. Na sua obra sobre o matrimónio entre D. Luís e Maria Pia de Sabóia, José Miguel Ventura exaltou longamente a revolução de 1640 e a ascensão ao trono da casa de Bragança, mas explicou que este pensamento não representava qualquer ofensa a Espanha, país com o qual deveria haver harmonia e boa amizade, "porque os mutuos interesses de relações commerciaes farão reinar em todos os seus dominios a maior prosperidade"[15].

---

[13] *A Razão*, Valença, nº 468, 18 de Janeiro de 1858, p. 1.

[14] *O Porto e Carta*, Porto, 22 de Março de 1855.

[15] VENTURA, José Miguel — *Portugal e Italia ou Enlace da Dynastia de Bragança com a Dynastia de Saboya*, Lisboa, Editores Silva Junior & C.ª, [1862], p. 44.

Como adiante se provará, a questão das relações económicas entre Portugal e Espanha foi tratada em diferentes tipos de periódicos, na imprensa diária de cariz mais noticioso, ou ainda nas revistas semanais ou quinzenais de índole cultural geral. Também frequente era a publicação de estudos e notícias sobre a economia espanhola; a *Revista Economica*, por exemplo, editada entre Fevereiro e Maio de 1846[16], continha abundantes referências aos caminhos de ferro, minas, indústria e agricultura do país vizinho. Outro tanto aconteceu com *O Progresso Industrial*[17], cuja tónica incidiu sobretudo na questão das ferrovias.

A defesa da união alfandegária peninsular pode ser acompanhada do desejo de aliança política mais íntima entre os dois países, mas também pode expressamente separar as águas, declarando a concertação económica totalmente independente de projectos políticos futuros. Embora sejam relativamente pouco frequentes as publicações que assumem nos seus títulos tratar especificamente de economia, não implica que aí se faça necessariamente a apologia ou rejeição da união económica peninsular. A *Revista Economica*, por exemplo, trata o assunto uma única vez, em artigo intitulado *Nós somos ant'ibericos*, denominando a fusão iberica de "*el dorado* de pouquissimos homens", e apelando à "fé no progresso da industria" e outros recursos exclusivamente nacionais, pese embora se interrogue sobre o atraso económico e limitações financeiras de Portugal, comparativamente com outros estados de idênticas dimensões:

"Qual será a razão por que este paiz, que podia sustentar nove milhões d'habitantes, não tem pão para quatro, está empobrecido, desprezado pelos outros paizes, e tanto atraz da civilização Europea? Qual será a razão por que os nossos governos, desconceituados nas praças estrangeiras, não podem contrahir emprestimos, senão com as mais humilhantes condições, ao passo que os pequenos estados da Belgica e Sardenha levantam fundos com um pequeno interesse?"[18]

Foram várias as *démarches* que ambos governos levaram a cabo a partir de meados da centúria para, quase sempre

---

16 *Revista Economica*, Lisboa, nº 1 (13 de Fevereiro) a nº 16 (29 de Maio).

17 *O Progresso Industrial*, Lisboa, nº 1 (11 de Dezembro de 1852) a nº 15 (5 de Março de 1853).

18 *Revista Economica*, Lisboa, nº 3, 24 de Fevereiro de 1855, p. 17-18.

relativamente a questões parciais e pontuais, melhor integrarem e harmonisarem as suas políticas económicas no contexto peninsular. Paralelamente ao labor institucional, verificam-se dissertações, opiniões e estudos de particulares que, ora comentando as disposições governamentais projectadas ou efectivadas, ora ponderando e opinando sobre a matéria de forma mais ou menos inovadora, reflectem uma preocupação nítida relativamente ao assunto, preocupação espelhada na imprensa periódica que se constitui assim fonte privilegiada para o estudo das várias sensibilidades sobre tema.

Em 1836 o *Periodico dos Pobres no Porto* transcreve do *Independente* o estudo que o comissário régio espanhol D. José Dias Imbrechtz tinha realizado no âmbito da comissão mista preparatória do tratado de navegação do Douro. Esta *Memoria sobre o Commercio do Porto com a Hespanha* expande-se por três números[19], correspondendo essa repartição a uma divisão temática do estudo. Na primeira parte trata a extrema situação de dependência económica da Inglaterra que a casa de Bragança votou Portugal em virtude da remota oposição e rivalidade a Espanha, vituperando essa "incauta e servil politica" que afinal fizera do país uma colónia inglesa já que "tem tido todos os encargos e prejuisos do Tratado da alliança brtanica, sem jamais gosar de nenhuma das vantagens e garantias que se propôz, exceptuando só a conservção da dynastia reinante". Defendendo que o estado de liberdade e felicidade dos dois reinos peninsulares são interdependentes e correlativos, adverte que o desejo de aproximação económica não esconde qualquer voracidade política: "E pertende a Hespanha acaso conquistar Portugal? Certamente não: o que deseja é a união de forças, e meios para contrastar o despotismo, conservar a liberdade, cultivar a harmonia, e as relações sociaes de 2 povos irmãos, (...) promovendo a navegação de seus rios, o livre transito e mutua communicação de suas fronteiras e as trocas vantajosas por meio de relações reciprocas, sinceras, generosas e sobretudo naturaes"[20].

Como efeito do "onerosissimo" tratado de 1810, que lembra os ingleses desejarem renovar face às resistências dos portugueses,

---

19 *Periodico dos Pobres no Porto*, nº 208, 209 e 212 de 1, 2 e 6 de Setembro de 1836, respectivamente.

20 *Ibidem*, nº 208.

e apesar do amor ao trabalho dos portugueses, apresenta em seguida o estado comercial de Portugal como miserável, consumindo o caro e o mau, privado de qualquer iniciativa industrial ou liberdade comercial. Tais restrições promovem o contrabando, que na sua óptica lesa severamente as finanças espanholas em virtude dos desajustamentos alfandegários entre os dois países, pelo que aconselha uma uniformização nesta área, a exemplo do que os estados alemães haviam feito, bem como uniformização também quanto aos tributos de navegação. O tratado de livre navegação do Douro afigura-se-lhe como o balão de ensaio para um tratado geral de comércio e navegação entre os dois países, meio único de garantir a reciprocidade e tonificar o comércio peninsular regulamentado, "posto que o giro mercantil de boa fé entre Hespanha e Portugal esteja presentemente reduzidissimo"[21].

Na última parte o autor avalia as riquezas agrícolas e comerciais do Douro e Minho, e apresenta uma listagem de produtos que essa região poderia permutar com Espanha, bem como as infra-estruturas necessárias, evidenciando que tal animação económica serviria de prevenção a situações semelhantes aos alvorotos de Abril do Porto, causados pelo desemprego e carestia de cereais.

Curiosa é a observação de Imbrechtz que considera atenuado o sentimento de desconfiança dos portugueses em relação aos seus visinhos, pelo que aconselha uma imediata estratégia de intensa diplomacia e negociação com vista à implementação de projectos económicos bilaterais:

"A maior parte e a mais sensata parte dos habitantes de Portugal tem de tal forma modificado os seus zelos e odios á Hespanha, que se achão vantajosamente predispostos para entabolar e estreitar relações de amizade, commerciaes e politicas; e deveria aproveitar-se de tão favoravel conjunctura para enviar agentes diplomaticos e mercantis illustrados, conciliadores e politicos, amplamente authorisados para formar tratados e establecer sociedades industriaes e mercantis nas praças de commercio"[22].

A questão da navegação do Douro novamente avivada em 1840-1841, trazendo à discussão a temática da defesa da

---

21 *Ibidem*, nº 209.
22 *Ibidem*, nº 212.

nacionalidade, não podia deixar de suscitar reflexões sobre as relações entre os dois países peninsulares. A *Revolução de Setembro*[23] reproduziu o discurso de José Estevão na sessão de 21 de Janeiro de 1841, na Câmara dos Deputados, onde o orador criticou a política governamental relativamente ao Douro, emparedada entre as exigências da Inglaterra e o medo das propostas de Espanha:

"Eu não quero que sejamos hespanhoes, nem inglezes, e creio que este pensamento é facil de realisar, quando tivermos um governo que olhe pelos nossos interesses, e trate sinceramente as questões da nossa nacionalidade.

(...) Vós não quereis que a Hespanha nos toque, mas deixais que a Inglaterra nos enxovalhe; não zelais a nossa honestidade como bons pais, masdirigis sómente a nossa prostituição. Quereis livrar-nos dos novos galanteios de Hespanha para poupardes ciumes ao nosso velho e impudio amante. *Sois os eunuchos de Jonh Bull*"[24].

Considera assim várias atitudes que se poderiam tomar e, após recusar categoricamente a união monárquica, aponta a federação ibérica como uma solução a encarar, séria e friamente:

"A união monarchica pertendeu realisar-se na emigração, quiz-se lisongear uma personagem, cuja memoria já se não respeita, dar á liberdade peninsular um só capitão, e a Portugal ma grande conquista. Lisboa, seria a cabeça da peninsula, e o Imperador seu chefe. Esta politica é miseravel, é a apolitica da absorpção; porque a capital seria hespanhola em pouco tempo e o rei hespanhol tambem. Este erro é perdoavel; nasceu no meio da desgraça, foi um desvario do exilio, uma illusão patriotica. A camara bem sabe a quem elle pertence.

A união federativa como a accusam é uma calumnia, como doutrina é um principio, que se deve encarar a sangue frio e examinar sem paixão; discutir com razões de estado porque talvez ainda tenhamos de encontrar nelle a nossa salvação"[25].

Em Setembro de 1847 *O Nacional*, diário portuense de inspiração cartista que se subtitulava jornal político, literário e comercial, publicou um extenso artigo subordinado ao tema *Relações*

---

[23] *Revolução de Setembro*, Lisboa, nº 67, 29 de Janeiro de 1841, p. 1-8.

[24] *Ibidem*, p. 8.

[25] *Ibidem*. Este discurso encontra-se trancrito no *Diário da Câmara dos Deputados*, vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1841, p. III-XIV.

de Portugal com Hespanha, que defendeu, em pleno rescaldo da guerra civil e consequente intervenção militar anglo-espanhola, a união comercial da península[26].

Introduzindo o assunto com a visão optimista de paz perpétua das nações da Europa veiculada por Saint-Pierre, o autor apresenta exemplos de recente entendimento político-económico entre países e territórios tradicionalmente conflituosos ou rivais, como o *zollverein* alemão, a liga das alfândegas entre a França e a Bélgica, a organização da Jovem Itália, etc.

A união comercial que defende para a península afigura-se-lhe uma solução para o contrabando resultante do regime comercial impeditivo em vigor, e pressupõe, antes de mais, a criação de infra-estruturas de circulação, sobretudo a canalização de rios e a construção de caminhos de ferro e estradas de *macadam*, com vista ao escoamento de produtos agrícolas (azeite, frutas, etc.) e à renovação do tecido industrial, onde ressalta os sectores do vidro, louças, chapelaria, ferragens, fiação e papel.

Ressalta neste texto uma dimensão quase pedagógica já que se detém a analisar a nociva isolação que um mau fado e funesta estrela persistem em manter entre os dois países peninsulares que, na sua óptica, se aproximam culturalmente, por afinidades de língua, história, literatura, leis e costumes. Buscando as causas dessa perniciosa separação, situa-as em ódios gerados em diferentes contextos político-epocais: os ódios criados pelo "despotismo estupido e brutal d'um governo fanatico" (dos Filipes); os ódios "inflammados pelo patriotismo miope"; os ódios atiçados pelo egoísmo das grandes potências lembradas da sombra que lhes fez a Espanha de Carlos V e dos Filipes.

O autor defende a oportunidade de se fazer a aproximação dos dois países logo após as convulsões civis e intervenção militar estrangeira já que, original e talvez ingenuamente, considera que tais eventos concorreram para a dissipação desses rancores multisseculares:

"Mas até nem taes odios existem hoje. Por um desses milagres, que apparecem mais d'uma vez na historia da humanidade a providencia chegou aos seus fins pelo meio que menos proprio parecia. A entrada do exercito hespanhol em terras

---

[26] *O Nacional*, Porto, nº 29, 11 de Setembro de 147, p. 1-3.

de Portugal, que lá fora se suppunha, nos levaria a uma guerra d'exterminio, deu-nos occasião de vêr de perto e conhecer os nossos visinhos; e o mesmo foi vê-los e conhece-los, que abraça-los, admitti-los no centro das nossas familias, senta-los na nossa mesa e trata-los e ama-los como nossos irmãos. Todos nós temos muito que lhes agradecer — a uns pouparam muitos soffrimentos — a outros por ventura, muitos remorsos"[27].

Por outro lado o autor está consciente da inelutável associação entre a doutrina de união económica e a de união política, pelo que as separa cuidadosamente, advogando exclusivamente uma progressiva concertação económica, bem como uma aliança de estratégia ofensiva e defensiva:

"Não gostamos de divagar pelos intermundios d'Epicuro; somos muito praticos, muito positivos. Não pensamos n'uma Hespanha unica e indivisivel, e ainda menos n'uma Confederação Iberica — teriamos remorsos de apagar com um correr d'esponja a nossa historia, e passar a lingua de Camões para o rol das mortas. Quereriamos sim, que se estreitassem as nossas relações, — e nem isso de salto, mas gradual e sucessivamente — primeiro com regulamentos mais liberaes para a navegação dos rios — depois com progressivas modificações de pautas — e em fim com a união das alfândegas, quando a experiência tivesse verificado a certeza dos calculos economicos; e com uma intima e insoluvel alliança offensiva e defensiva, assentada não — nos mudaveis caprichos de duas frivolas e voluveis camarilhas, mas — nas convicções firmes e profundas de dous povos"[28].

Em Junho de 1849, *O Patriota*, jornal que Silva Pereira caracteriza como "progressista-setembrista-patuleia"[29], trata em um artigo de primeira página o projecto de reforma das alfândegas em Espanha e a celeuma que tem levantado nesse país, escorando-se para tal nas informações do periódico madrileno *Reforma*. Admitindo que "das leis existentes nas alfandegas hespanholas tem tirado Portugal um certo proveito", confessa não compreender ainda o alcance da nova reforma, mas tal questão suscita um assunto também ventilado em Espanha e que diz respeito a Portugal:

---

27 *Ibidem*, p. 2.

28 *Ibidem*, p. 3.

29 PEREIRA, A. X. da Silva — *O Jornalism Portuguez*, Lisboa, Typographia Soares, p. 49.

"Tem já alguns annos de data a idéa de uma união das alfandegas da nossa peninsula. Até gora essa idéa, quando despontava, era alcunhada de revolucionaria e *iberica*; mas agora parece que o governo de Madrid a quer fazer sua, propondo-a ao governo de Lisboa"[30].

Para o autor deste texto a liga alfandegária peninsular não é um mal em si, mas na medida em que fôr negociada pelos poderes constituídos em Lisboa e Madrid, — a "cabralice" e o partido "*moderado*" dominado pelas "loucuras da camarilha" —, reconhecendo-lhe, em tal contexto, perigos subjacentes:

"A união das alfandegas póde acarretar de diversos modos uma fusão dos dois paizes.

Se a fizerem espontaneamente os povos, será concertada sem nenhum dos dois correr perigo de ser dominado pelo outro.

Se fôr tratada pelas camarilhas e pelas facções, será o negocio do Christovão de Moura"[31].

Em Novembro de 1850 este periódico acusa todavia o governo português de não ter correspondido à vontade do seu congénere espanhol no sentido de refazer o tratado de navegação do Douro, para o que se mantiveram negociações bilaterais no Porto, e sobre as quais, diz o Patriota, a imprensa ministerial manteve um grande silêncio[32].

Saliente-se que este periódico se mantém fiel à sua linha de desconfiança política face aos poderes conservadores, e muito concretamente face às intenções da Espanha monárquica relativamente a Portugal. Assim, num artigo de Janeiro de 1852, intitulado *Navegação do Douro e unidade da pauta das alfandegas entre os dous povos da Peninsula*[33], veicula-se a opinião de que as razões políticas comandam a vida das sociedades que se tornaram egoístas e individualizadas, os interesses aristocráticos sobrepõem-se aos interesses democráticos, antagonizam-se povos e déspotas/tiranos, pelo que, os próprios avanços técnico-científicos, como os caminhos de ferro e os telégrafos eléctricos, se revelam flagelos dos povos. Vituperando o discurso do congressista espanhol

---

30 *O Patriota*, Lisboa, nº 1498, 16 de Junho de 1849.
31 *Ibidem*.
32 *Ibidem*, Lisboa, nº 1913, 6 de Novembro de 1850.
33 *O Patriota*, Lisboa, nº 2258, 3 de janeiro de 1852, p. 1-2.

Moreno Lopez transcrito no *Conservador*, o qual propunha a dotação da península de vastas redes de comunicação fluvial, viária, ferroviária e telegráfica, este texto reivindica tais melhoramentos apenas "dentro dos nossos limites", e manifesta-se contrário a quaisquer acordos que não sejam fruto dos verdadeiros interesses dos povos:

"Para a Hespanha monarchica, nada haveria tão comesinho, como enfiar os seus exercitos pelo Douro até ao Porto de Portugal monarchico, em tempos que isso lhe fizesse conta!

(...) Quando, porem um dia, os dois povos da Peninsula estiverem no caso de se intenderem por si proprios nos seus reciprocos interesses: quando as suas communicações tiverem por fim o apresentarem as suas phalanges armadas, onde quer que for necessario rebater a audacia e o arrojo dos pretendentes, então sim, então faremos coro com o *Conservador* griando com todas as nossas forças:

Abrevie-se a distancia!

Supprima-se a distancia!"[34]

O último parágrafo trata muito laconicamente, e sob o mesmo prisma pessimista, a questão da unidade pautal das alfândegas portuguesas e espanholas; também nesta matéria se perfila uma profunda desconfiança face a uma Espanha despótica e avassaladora:

"Diga-nos o *Conservador* em que proporção se acham os productos de ambos os povos e todas as suas relações, para que essa medida se converta em meio da Hespanha nos espoliar e reduzir á miseria"[35].

Tendo em conta as linhas de orientação ideológica deste periódico editado por Manuel de Jesus Coelho e redigido por Leonel Tavares Cabral, não são descabidas as posições acima referidas. Por um lado, são patentes e notórias os seus ataques a Costa Cabral a quem chama "o homem de tomar", ou "Christovão de Moura", acusando-o de, malcomunado com os ingleses, querer vender Portugal à Espanha pelos mais diferentes modos; por outro, não é menos patente a sua repugnância à política dos governantes de Madrid, a quem chama "pseudo-liberais", e cuja actuação vai

---

[34] *Ibidem*, p. 1.

[35] *Ibidem*, p. 1-2.

sistematicamente criticando, revelando ainda em Dezembro de 1852 preocupação pela escalada de conservadorismo desse ministério. Feitas as contas, ao longo dos dez anos da sua publicação (20.2.1843 a 9.4.1853), não é pequeno o espaço dedicado aos assuntos de Espanha, contendam ou não com as questões nacionais.

Um dos artigos do *Patriota* que ilustra o esquema atrás esboçado, é o editorial de 10 de Dezembro de 1850 que trata da nomeação de comissários espanhóis portugueses e para promoção dos respectivos produtos na exposição industrial de Londres; como a *Gazeta de Madrid* havia publicado no dia 1 desse mês as instruções redigidas pela comissão que havia sido nomeada em 26 de Abril, e a comissão portuguesa só fora nomeada em 2 de Dezembro, tendo a *Lei* entretanto publicado as circulares da comissão espanhola, o *Patriota* infere que o governo cabralista, de que aquele periódico é orgão, queria vender o país à Espanha. Logo no dia seguinte à publicação deste artigo, a *Lei* sai à liça com outro que contesta as suas permissas, defendendo a actuação do gabinete e invectivando o seu redactor referindo-se-lhe como o "patriota que foi in illo tempore a Hespanha tractar de promover a reunião iberica"[36].

Mas no ano de 1849 a imprensa periódica nacional produziu mais opiniões sobre a questão em epígrafe. O *Farol* , semanário da capital fundado por Latino Coelho, entre outros intelectuais de renome, publicou em Junho um texto que fazia a apologia da *Liga das Alfandegas Peninsulares*[37] evocando os argumentos que se tornariam clássicos nesta discussão. Isto é, tal medida é aconselhada pelos modernos princípios da economia polítia que preconiza a liberdade de comércio; a experiência alemã do "Zollverein é um argumento prático de grande concludencia"; as alfândegas estabelecidas entre Portugal e a Espanha "são um estorvo funesto ás relações entre os dois povos"; o contrabando daí decorrente "é um estimulo corruptor" cujos efeitos se fazem sentir na moral e costumes públicos promovendo a depravação dos agentes da fiscalização que em si é já impossível, com despesas de funcionamento que cobre as receitas em 95%, com a agravante do comércio ilícito furar ainda qualquer veleidade de protecção à agricultura e indústria nacionais. O contrabando é pois apresentado

---

[36] *A Lei*, Lisboa, nº 378, 11 de dezembro de 1850.

[37] *O Pharol*, Lisboa, nº 10, 25 de Junho de 1849, p. 73-74.

como o violador das leis naturais, impeditivo do estabelecimento de relações comerciais sólidas e legítimas, capazes de atrair capitais e geradoras de desenvolvimento duradouro. A liberdade de transacções permitiria a cada povo "a liberdade de explorar os seus recursos e vantagens peculiares", multiplicando-se as trocas pelo desenvolvimento das comunicações, tornando-se Lisboa e Porto, em função da suas posições geográficas e qualidade dos seus portos, "o grande centro do commercio estrangeiro". Este rol de vantagens de índole económica potencializaria ainda importantes transformações ao nível político:

"Assente d'este modo sobre os seus fundamentos naturaes a organisação industrial dos dois estados, ligados elles pelos laços fortissimos dos interesses reciprocos, crescendo a communicação e a convivencia, estreitar-se-hia a intimidade e origen, mais se identificariam os costumes; e se as instituições favorecessem, poderiamos em fim chegar, salva a independencia de cada povo, a uma poderosa consolidação politica, e então esse vasto territorio, que se estende tão variado desde os Pyrenneos até ao Algarve, que abrange nos dois máres um immenso litoral, rico dos melhores portos do mundo, dotado de um clima fertilissimo, de um povo industrioso e activo, alcançaria entre as nações o elevado lugar que lhe compete, e d'onde hoje se vê descido pelos erros dos governos, e pelas mesquinhas rivalidades dos dois povos que não sabem entender os seus verdadeiros interesses"[38].

O texto sugere inclusivamente a fórmula política que coroaria este paraíso de prosperidade peninsular: "(...) Todos vão sentindo a conveniencia, mesmo a necessidade de estreitar e consolidar pelo interesse mútuo as relações politicas entre estes dois povos irmãos, entre estes dois elementos talvez de uma grande confederação"[39]. Outra curiosidade reside no facto de o autor do artigo afirmar que a ideia da liga aduaneira peninsular garantia já um vasto apoio nos dois países, sendo pois "geralmente abraçada em Hespanha e Portugal", acrescentando que "não estará mui longe o momento em que os respectivos governos se entendam para consummarem, ou

---

[38] *Ibidem*, p. 74.
[39] *Ibidem*, p. 73.

ensaiarem, ao menos, a realisação de uma idéa, que tantos adeptos conta entre todos os interessados"[40].

Em fins de Agosto de 1849 apareceu num efémero periódico da capital — *A Emancipação*[41] —, um artigo intitulado *Questão das Alfandegas Peninsulares*[42] que vinha alertar novamente para a questão da reforma pautal em Espanha, nomeadamente para o facto de ter levantado as restrições de índole protecionista à entrada de produtos estrangeiros, atendendo por um lado às necessidades dos consumidores e, por outro, numa tentativa de eliminação do contrabando, o qual, confessa o autor, "fez-se sempre pela maior parte na fronteira de Portugal". Assumindo-se em teoria partidário da liberdade do comércio, é sobretudo movido pelo desejo de minorar as desvantagens da recente medida do governo espanhol que o autor partilha as suas reflexões. Na sua óptica as repercusões da reforma pautal espanhola podem ser funestas à economia portuguesa, sobretudo por duas ordens de razões; por um lado, sofrem sérios riscos de encerramento as muitas casas de comércio que se dedicam quase exclusivamente a importar fazendas inglesas para "depois serem levadas pelos contrabandistas ao mercado hespanhol"; por outro, sendo até à data parte considerável dos tecidos de algodão que entram pelas alfândegas portuguesas, consumida pelo mercado espanhol, perder-se-ão as receitas alfandegárias daí provenientes.

Tal lacuna orçamental poderia, segundo este texto, ser suprida pela reforma das repartições públicas, insuficiente e morosa, ou pela via do aumento fiscal, severamente gravoso à economia nacional. É neste contexto, e avaliando os vários aspectos da situação, que o autor advoga a união alfandegária peninsular:

"Na situação actual, e combinando os nossos com os interesses da Hespanha, parece-nos que o que temos de melhor a fazer é formar com este paiz uma liga de alfandegas, similhante á que em Allemanha tem dado os mais proficuos resultados para todos os povos que nella tomaram parte.

As bases da união das alfandegas peninsulares podem ser proximamente as mesmas que serviram á organisação do *Zollverein*

---

40 *Ibidem*.

41 Efémero porque existiu apenas entre 15 de Agosto e 17 de Novembro de 1849.

42 *A Emancipação*, Lisboa, nº 5, 29 de Agosto de 1849.

allemão. As relações naturaes dos dous paizes Portugal e Hespanha, o seu pouco adiantamento relativo, a necessidade que um e outro tem de vias de communicação communs, tudo nos leva a crêr que a união das alfândegas seria uma medida de grande vantagem e de transcendente importancia para ambas as nações. A idéa da união acha-se hoje bastante vulgarisada, para se poder suppôr que a opinião publica a auxiliará"[43].

Como acontece em todas as exposições do género, também este texto adverte para a tradicional desconfiança que pautava as relações entre portugueses e espanhóis, mas relativamente ao assunto em questão, essa parecia-lhe ser uma dificuldade contornável:

"Nós sabemos que uma medida de tal magnitude excita sempre receios, acorda peconceitos, e excita rivalidades nacionaes; mas nós julgamos os receios infundados, e reputamos os preconceitos e as rivalidades sentimentos injustos, que fazem muitas vezes, desgraçadamente, esquecer os povos dos seus verdadeiros interesses; sentimentos que é comtudo possivel fazer desaparecer quando para isso se empregam a razão e a boa fé"[44].

Apesar de ponderar as perdas iniciais do sistema, o autor defende que o lucro prevalecerá, antevendo exportações vantajosas de pescado, sal e gado, a dissolução dos monopólios do sabão, tabaco e pólvora, decorrendo daí a diminuição nos custos de fiscalização e a reforma do comércio e indústria portugueses. Por outro lado, parece-lhe ser esta a fórmula ideal para dotar o território das tão desejadas vias de comunicação:

"A união das alfandegas peninsulares deve realisar o nosso velho sonho: deve dar-nos estradas, e canaes. E as estradas e canaes são a salvação desta nossa terra"[45].

É pois para a concretisação deste projecto que reputa de magna importância, que o autor propõe a convergência de vários esforços, desde a formação de comissões de estudiosos por nomeação governamental, ao concurso de opiniões particulares entendidas em economia e estatística, passando pelo debate ilustrado na imprensa.

---

[43] *Ibidem.*
[44] *Ibidem.*
[45] *Ibidem.*

Este texto apresenta alguns pontos de contacto com o artigo de J. T. Lobo de Ávila, intitulado *Algumas Reflexões sobre uma Liga de Alfandegas Peninsulares*, inicialmente publicado na *Revista del Medio Dia* e reproduzido pelo *Eco Popular* em Outubro de 1850[46]. O autor introduz o tema de forma original, tecendo algumas considerações que de certa forma elucidam sobre a sua atitude filosofico-ideológica. Parte do pressuposto que o aperfeiçoamento dos meios de locomoção, o desenvolvimento das artes industriais e princípio da associação são os três factos caraterísticos do seu tempo. Sem perfilhar os sistemas mais ou menos utópicos de Blanc, Cabet, Proudhon e Fourier, critica o "*estacionalismo* cabeçudo que capitula de revolucionarias as leis da providencia". Por outro lado, rejeita o princípio de que a guerra constitue o estado natural das sociedades, recusando assim "as barbaras theorias de Hobbes e a demencia theologica de J. de Maistre", e defendendo que o mundo se resume "n'uma ideia de relação", devendo cada povo considerar o povo visinho, "não como inimigo, senão como um collaborador do grande problema da civilisação". Da enunciação destes princípios à sua transposição para a Penísula Ibérica vai um pequeno passo, lembrando Lobo de Ávila as similitudes da grandeza passada e da cobiça de que as nações ibéricas foram vitímas já que, na sua óptica, "ambas acharam sempre na Inglaterra o inimigo preserverante do seu desenvolvimento industrial, o obstaculo implacavel da sua emancipação politica"[47].

No tocante às relações entre os dois países peninsulares, admite que a "Hespanha considerava Portugal como uma possessão que lhe havia escapado" e "Portugal reputava a Hespanha como uma nação que só pensava em reconquista-lo", mas "o sopro da civlisação deve varrer a poeira destes preconceitos anachronicos". Todavia, reputa de muito mais grave, incrível e inexplicável a indiferença que passou a caracterizar as relações entre ambos, atingindo proporções pouco vulgares:

"Serão acaso Hespanha e Portugal os unicos paizes, que por uma singular excepção , não poderão ter interesses communs, laços amigaveis, trato de conveniencia, relações commerciaes, vias de transito, movimento de intelligencia e vida scientifica combinadas,

---

[46] *O Ecco Popular*, Porto, nº 318, 22 de Outubro de 1850, p. 1-2.
[47] *Ibidem*, p. 1.

sem prescindir da ideia absurda de dominação? Não existem n'uma situação analoga mil estados da America, da Alemanha e da Italia, sem contar a propria Inglaterra com a França, a Belgica com a Hollanda, a Suissa com a Austria e todos estes povos uns com os outros?"[48]

Relativamente à economia de pendor proteccionista, o autor diz ser seu partidário quando existe um desiquilíbrio entre o nível e tipo industrial nacional e o estrangeiro, como por exemplo entre Portugal e Inglaterra. Ora, considerando que as condições de produção são verdadeiramente análogas nos dois países da península, nada justifica "o nocivo systema de obstaculos artificiaes, que intorpece e paralisa as nossas boas relações commerciaes". As duas consequências simultaneamente mais visivéis e mais risivéis do sistema são, de um lado o contrabando e, do outro, o sistema de guarda fiscal, oneroso, ineficaz e venal que mantém *carabineros* no lado espanhol, e no português a "*bicha* immoral da raia secca".

A solução para estes e outros problemas, encontra-a na "ideia fecunda das ligas comerciais", originária da idade média, e que no norte da Europa deu tão bons resultados com a liga hanseática, e se mantém no presente, através da organização do *zollverein* que, segundo crê, gerou "o progresso industrial, agricola e commercial" de quase toda a Alemanha. É partindo, mais uma vez, do exemplo da associação das alfândegas alemãs que também Lobo d'Ávila propõe uma organização congénere para o caso português e espanhol: "Uma similhante combinação pode pois, ser das maiores vantagens na Peninsula Iberica, uma vez que ella assente em bases seguras e bem calculadas, em que os interesses dos dous povos se consiliem em vez de se hostilisarem como hoje acontece"[49].

A sugestão final também não difere grandemente dos textos similares seus contemporâneos, isto é, defende que deve começar-se por "estudar bem o modo de ser industrial dos dous paizes", propondo que sejam nomeadas para o efeito comissões de pessoas idóneas, uma espanhola e outra portuguesa.

A supra mencionada *Revista del Mediodia* fez ainda por diversas vezes a apologia da união económica peninsular através do seu director proprietário Joaquin Guillermo de Lima que,

---

[48] *Ibidem*, p. 2.
[49] *Ibidem*, p. 2.

nomeadamente em Janeiro de 1851, advogou o fomento das comunicações postais, das redes viárias e ferroviárias, apelando à convivência económica sem receios entre os dois povos[50]. A necessidade do autor se afirmar desvinculado de qualquer partido ou ideologia e tão só regido pelo seu pensamento está patente no referido texto:

"Sentado por nosotros el principio de que las epocas de conquistas pasaron, dejando su lugar á las ciencias y artes, y que las preocupaciones que pudieron tener los dos pueblos que componem la peninsula iberica lusitana, descansan em paz en las tumbas de nuestros mayores; deseando y proclamando la union de ambos, en sus intereses agricolas y comerciales, y de ningun otro modo, que rechazamos de todo corazon, si tal pudiera creerse, porque al manifestar este pensamiento nuestro en los numeros 5, 7 y 8 de esta Revista, lo hicimos independientes de la influencia de todo partido politico, y mucho mas de la de persona alguna; siendo esclusivo nuestro e hijo de la conviccion que abrigamos, de que el dia que se realice esta reunion y que sus intereses materiales se hermanen y formen uno solo, aquel será, en que marcharan triunfantes ambos pueblos, al frente de la civilizacion europea, mereciendo la consideracion y respeto que perdieron por su incuria y apatia"[51].

A revisão do tratado de 1840 sobre a navegação do Douro recolocou, uma dezena de anos mais tarde, a problemática das relações comerciais na península e reacordou o coro de vantagens e inconvenientes decorrentes do sistema vigente. Sousa Brandão foi uma das vozes que chamou a atenção para esse assunto, publicando no *Eco dos Operários*[52] um exposição contundente desses males que reivindicava a união das alfândegas peninsulares como panaceia para os estrangulamentos económicos e miséria dos trabalhadores. Adepto do federalismo ibérico, Sousa Brandão lembra que se as nacionalidades da península se encontrassem confederadas tal situação não se punha, antes muitos dos problemas económicos se resolveriam, mesmo os decorrentes do imperialismo comercial britânico:

---

50 *Revista del Mediodia*, Lisboa, nº 9, 15 de Janeiro de 1851, p. 127-130.
51 *Ibidem*, p. 129.
52 *Ecco dos Operarios*, Lisboa, nº 29, 16 de Novembro de 1850, p. 1-2, e nº 30, 23 de Novembro de 1850, p. 1-3.

"Se a divisão da Europa estivesse mais bem feita, se a Peninsula Iberica fosse um só paiz, como está talhado pela natureza, cingido em toda a volta pelo mar, e por uma cordilheira de montanhas; que as *nacionalidades* não viessem pezar na balança da politica, para d'ahi se seguir o deseqilibrio das forças, e collocar o paiz em antagonismo de interesses; a questão do Douro nem levantar se podia. E não era só a questão do Douro, que então se resolvia, eram todas as questões de commercio, de industria, de segurança interna e externa, de importancia nacional, de consideração para com as potencias do continente, e dessa soberba Albion, que pretende avassallar tudo com o seu commercio, e com as suas esquadras.

Mas ... somos obrigados a pôr essa ordem de considerações de parte, e a entrar no campo das uniões commerciaes, o unico que poderemos resolver"[53].

Apontando os exemplos da Prussia, França e países de Itália, considera que a Espanha não se devia ficar pela renegociação da navegação do Douro, antes deveria promover a eliminação total das fronteiras e a união das alfândegas de uma forma veemente e enérgica, isto é, devia "propôr e não cessar, propôr e instar constantemente, e propagar pelos seus jornaes, e intrigar pela politica, e instigar por todos os meios"[54].

Antes de explicar com mais detalhe as vantagens da união económica, o autor preocupa-se em dilucidar o preconceito da aversão entre portugueses e espanhóis, lembrando que "os castelhanos não são exclusivamente o pezadêlo dos portuguezes, são-no de toda Peninsula"[55]. Defende então a fraternidade operária peninsular, critica a moda de acirrar as nacionalidades, desmistifica o medo da conquista impensável nos tempos modernos, evoca pela voz do *Heraldo* a similitude dos dois povos, e ressalta a necessidade de "tratar as questões á altura da sciencia", com vista à obtenção de bemfeitorias materiais. A sua crítica ao sistema vigente dirige-se mais enfaticamente aos monopólios (tabacos e sabão), que à luz do ideário socialista apelida de "tyrano da classe obreira" e "uzurpador do trabalho social", e ao peso do fisco imobilizador do comércio,

---

53 *Ibidem*, nº 29, p. 1.
54 *Ibidem*.
55 *Ibidem*, nº 30, p. 1.

"não fôra o bom serviço que lhe prestam os contrabandistas". Esta afirmação é obviamente irónica, pois adiante faz questão de enunciar, entre as vantagens da união económia, o fim do contrabando: "Abria-se finalmente o commercio franco entre todos os povos da raia, e acabava por uma vez essa immoralidade que traz comsigo o commercio occulto, mais proprio de beduinos do que de iberos"[56].

Em vez de tratados parciais, relativos à navegação deste ou daquele rio, ou referentes a este ou aquele artigo, Sousa Brandão considera que a união das alfândegas peninsulares seria a única solução, global e amplamente vantajosa, para os problemas do comércio e da economia em Portugal e Espanha, já que faz derivar o vigor da indústria, da agricultura e da finança, da livre circulação comercial. São suas as palavras "circulação é vida". Por estas razões, o autor considera que a sociedade, os sectores produtivos, deveriam reivindicar esta reforma alfandegária: " É necessario que este grito *abaixo as alfandegas da fronteira*, seja repetido por todos os homens de trabalho, por todo o lavrador e operario de qualquer classe"[57].

Com a revolução de1854 liderada por O'Donnell que precipitou o colapso do governo dos moderados abrindo caminho ao que a historiografia espanhola denomina por "biénio progressista", verifica-se um aumento de textos da imprensa periódica manifestando-se a favor da necessidade da concertação económica entre as duas nações peninsulares.

O *Nacional*, diário portuense que havia acompanhado com simpatia o movimento da Regeneração, e que já em 1847 tinha publicado o artigo atrás referido que pugnava pela união comercial da Península, vai retomar o tema ao longo de vários meses, período ao longo do qual também acompanha de perto a evolução política dos acontecimentos em Espanha. Num artigo de Julho de 1854 não assinado, e que pode bem ser do redactor principal e proprietário do periódico J. J. Gonçalves Basto, revelam-se as esperanças de que o restabelecimento do sistema constitucional e a conquista definitiva das liberdades públicas em Espanha poderiam modificar a existência de Portugal como nação.

---

[56] *Ibidem*, nº 30, p. 2.
[57] *Ibidem*, nº 30, p. 2-3.

A postura do autor relativamente ao iberismo político reflecte um profundo respeito e simpatia. Lamenta o anátema de que os "humanitários" partidários dessa ideia têm sido alvo, já que os seus adversários têm molhado tal debate "no fel da verrina", fazendo imputações caluniosas e usando epítetos desleais para com aqueles que, "em boa fé, por convicção intima e sentimentos invenciveis do coração, advogam a solidariedade dos povos, a fraternidade das nações". Desta perspectivação do iberismo, assente em pressupostos do utopismo socialista e do humanitarismo laico, emerge uma visão de pendor determinista providencialista que remete para o futuro a inelutável concretisação da ideia ibérica:

"Não vimos hoje fazer a apotheose da união iberica. Não queiramos antecipar a obra do tempo, e apressar o amadurecimento das ideas.

A Providencia tem marcado no seu eterno quadrante o destino dos povos. Basta a hora predestinada; e elle hade consummar-se a despeito dos esforços impotentes dos homens"[58].

Esta atitude não adia contudo a negociação bilateral a nível dos interesses económicos, cuja apologia o autor faz sempre mais apoiado em princípios de índole filosófica do que em argumentações objectivas, estratégicas, de economia política:

"Sem nos aventurar-nos aos sonhos humanitarios da união de Portugal e Espanha, porque, mesmo com as condições actuaes d'independencia politica das duas nações, não se ha de establecer a solidariedade dos interesses economicos por systemas combinados de vías de communicação e por uma liga commercial?

Porque, debaixo do ponto unico da solidariedade dos interesses commerciaes, não se hade apresentar a Peninsula como uma unica familia de productores não hostilisando, mas favorecendo-se mutuamente?[59]"

Para além da facilitação no abastecimento cerealífero, o autor refere genericamente que Portugal pode aspirar à prosperidade e grandeza pela aliança com Espanha, a nível dos laços da indústria, da agricultura, e do comércio. Esta fórmula alheia-se da questão social e política da união já que, sob o ponto de vista da

---

58 *O Nacional*, Porto, nº 167, 26 de Julho de 1847.

59 *Ibidem*.

doutrina da soberania popular que perfilha, tal questão só pode ser sancionada pela vontade do povo:

"Os eccos apaixonados dos homens politicos são por ora muito debeis para soarem por todos os habitantes da Peninsula. Queremos sempre que as nações tomem a iniciativa nos seus futuros destinos, e nas suas condições de existir. Quando ellas fazem ouvir a sua voz omnipotente, então curvamo-nos submissos diante dellas, porque o povo é fonte de todo o direito, e origem de toda a soberania. Favorecer com os nossos votos a solidariedade dos povos, isso sim, que nol-o manda o coração e as crenças"[60].

No mês seguinte esta temática toma um lugar de destaque nas páginas do periódico portuense. A 17 sai um artigo informando que a temática da união alfandegária peninsular tem aparecido com frequência na imprensa espanhola; mais especificamente, são aludidas propostas feitas, ou em vésperas de se fazerem, sobre esse assunto, por parte do governo português ao espanhol. Sem confirmar estas notícias, o *Nacional* reafirma-se partidário dessa união a qual reputa de "muita vantagem para ambos os paizes moral e polticamente fallando", e evoca as razões apresentadas sete anos atrás[61].

Uma semana depois, outro artigo de primeira página, aborda a situação política em Espanha, a qual diz orientar-se para a tranquilidade e liberdade, e pugna muito abertamente pela solução federalista na península:

"Para os que entendem que a união iberica é um facto providencial e inevitavel, determinado por causas geographicas, economicas e politicas, que nenhuma resistencia poderá impedir no futuro, a aurora da revolção concorre para entrever mais proximamente a aurora do federalismo iberico. Dir-se-ha d'ora ávante tudo o que a obcecação inspirar em detrimento do iberismo, mas não se ha-de poder dizer que a Hespanha não é digna de se associar aos nossos destinos, pela fereza e instinctos sanguinarios de seus filhos"[62].

---

60 *Ibidem*.

61 *Ibidem*, Porto, nº 185, 17 de Agosto de 1854.

62 *Ibidem*, nº 191, 24 de Agosto de 1854.

Concomitantemente, advoga sem mais delongas a concertação de uma união económica na península, apesar de manifestar a sua desconfiança pelos políticos nacionais:

"Era opportuno o momento dos homens publicos de Portugal e Hespanha pensarem sobre as grandissimas vantagens da liga dos interesses economicos da Peninsula pela modificação nas pautas de ambas as nações, pelo systema harmonico e concatenado dos caminhos de ferro, por todos os meios, finalmente, que aproximam os sentimentos, as ideas, os productos da intelligencia e do trabalho dos dois povos. Tudo era magnifico e grande: mas para estas tentativas grandiosas não são chamados os Rodrigos, os Fontes e os Athouguias ..."[63]

No fim do mês, apresentando a liberdade como seu ideal, o artigo principal defende a criação da liga económica de Portugal e Espanha por meio da união das alfândegas dos dois países; tal solução afigura-se-lhe o único meio "verdadeiramente grande de levantar do abatimento a nossa caduca e quase desvanecida individualidade nacional"[64].

Após dois artigos, um de 28 de Setembro e outro de 9 de Outubro[65], que elogiavam as excelências políticas do federalismo ibérico, surge um outro em 24 de Novembro que tratava as virtualidades da união sob os pontos económico, social e intelectual. Postulava a formação de um tratado postal "sobre bases generosas e liberaes", o estabelecimento de um sistema telegráfico que ligasse Lisboa a Madrid e ao resto da Europa, a abolição de passaportes, e ainda a criação prioritária de uma rede de vias de comunicação que deviam atravessar a fronteira e ser reguladas por tratados. Quanto ao incremento das relações intelectuais, preconizava a celebração de um tratado de propriedade literária e artística, a criação de cadeiras de português em Espanha e de espanhol em Portugal, e o estabelecimento de um instituto agrícola em Badajoz. Do ponto de vista do fomento comercial e industrial, propõe a adopção de um sistema uniforme de medidas, pesos e moeda, a assinatura de um tratado de navegação com reciprocidade das bandeiras, e a uniformidade de pautas pela via da união alfandegária. Como

---

63 *Ibidem*.

64 *Ibidem*, nº 196, 30 de Agosto de 1854.

65 *Ibidem*, números 221 e 230, respectivamente.

corolário desta série de reformas, advoga a celebração de um tratado de aliança ofensiva e defensiva[66].

Mas sobretudo a partir de Outubro de 1855, este periódico multiplica os lamentos e protestos pelo redobrar da violência em Espanha, vituperando especialmente os fusilamentos, cuja prática diz repugnar a civilisação do século XIX. Esta atitude prolonga-se pelo ano seguinte; em Janeiro são frequentes as críticas ao partido progressista e às sucessivas inssurreições que se transformam em assuadas, em Julho deplora os acontecimentos que promovem Espartero, e em Setembro identifica a praxis política deste general com o retorno à reacção. Esta toada prosseguiu redobrada em 1857, vituperando a veia de sangue de novo aberta na miseranda Espanha, onde o absolutismo campeava já sem máscara.

Nesta conjuntura, o discurso apologético da liga comercial peninsular perde vigor mas, paralelamente, este periódico que diz defender os princípios liberais e o progresso material e se assume como estrénuo defensor de todos os melhoramentos públicos, empenha-se entusiasticamente na cruzada ferroviária nos anos 1857-58; acompanha detalhadamente todo o processo de negociações e estudos sobre o caminho de ferro Porto/Vigo, nomeadamente as diligências efectuadas pelo conde de Reus e o irmão do conde de Vigo, defendendo incondicionalmente a construção desta linha. Neste particular não afinou pelo tom da maioria dos periódicos portuenses que receavam a perda de importância comercial e portuária da sua cidade, advogando mais ou menos isoladamente que o Porto só tinha a ganhar com a ligação ferroviária à Galiza.

Também a *Verdade*, periódico portuense de inspiração democratico-republicana, deixou um testemunho das preocupações que grassavam em Portugal sobre a evolução política espanhola, mas fiel ao seu programa editorial que privilegiava as questões económicas e a situação das classes trabalhadoras, patenteou a vontade de ver os dois países unidos por vínculos de ordem economico-cultural, como se essa fosse a condição de plena liberalização da península:

"Se o povo hespanhol se desenganasse... se os partidos politicos alli depozessem o fanatismo que ainda os obumbra!...

---

66 *Ibidem*, nº 269, 24 de Novembro de 1854.

Procuremos ambos os povos com incessante solicitude unir-nos pelo wagon, pelo melhoramento da producção, pela conveniente facilidade das trocas, pelas relações litterarias e scientificas, pela similhança da educação popular; que então se converterão ambos os povos peninsulares em povos praticamente liberaes e identificados ambos pelos costumes e pela civilisação. Só então virá o municipio e outras instituições como ellas podem e devem ser"[67].

Assim, o *Nacional* foi-se colando às iniciativas da Regeneração e do fontismo, alinhou com a *Revolução* de Rodrigues Sampaio, deixando para trás a apologia da liga alfandegária e comercial peninsular que até 1855 tão denodadamente defendia, em consonância com aspirações federalistas ibéricas.

O jornal lisboeta que nasceu em 1853 para contrariar os intentos da nova ordem "Rodriguista-Fontista" ou "regeneradora-fomentista" e seu orgão da imprensa, a *Revolução de Setembro*, e coerentemente expirou treze anos mais tarde vituperando os seus adversários de sempre, foi o *Português*. Alexandre Herculano foi um dos criadores desse orgão do partido histórico e nele combateu a Regeneração, entendida como "o reflexo da reacção triunfante na Europa, que se mascarava sob o manto dos melhoramentos materiais"[68]. Questionando o fomento a qualquer preço, Herculano não se submeteu incondicionalmente ao encanto das obras públicas, dos investimentos, das fábricas, do comércio, contrapondo-lhes questões eminentemente políticas como o municipalismo, a descentralização, a urgência de uma boa lei eleitoral, etc. Daí ter entrado imediatamente em polémica com Rodrigues Sampaio a propósito do comentário deste ao artigo-programa do *Português*, e em seguida com Lopes de Mendonça, a propósito dos seus célebres textos sobre os caminhos de ferro e a nacionalidade[69].

Embora estes artigos envolvam problemáticas mais amplas, pretendemos restringir-nos ao enfoque que Herculano deu à questão específica da nacionalidade, e ao relacionamento com Espanha. Em *Os caminhos de ferro e a politica*, o erudito esclareceu que eles tendiam a destruir as divisões entre os povos, a

---

67 *A Verdade*, Porto, nº 329, 20 de Outubro de 1856, p. 1.

68 SARAIVA, António José Saraiva — *Herculano Desconhecido (1851-1853)*, 2ª ed., Lisboa, Publicações Europa-América, 1971, p. 36.

69 Embora os artigos não estejam assinados, o estudo de António José Saraiva citado na nota anterior, confere-lhes a inequívoca autoria de Herculano.

uniformizar as ideias e os costumes e a igualar as diversas civilizações. Se bem que a Europa não corresse o risco de vir a constituir uma sociedade única já que as grandes nacionalidades subsistiriam sempre, não existindo para elas a possibilidade de fusão ou dissolução na república universal, o mesmo não se passava com as pequenas nações, como Portugal, Bélgica, Holanda e Piemonte, para as quais o progresso era uma questão complexa. E se o progresso era uma lei ineludível da humanidade, também Herculano compreendia os caminhos de ferro como algo "inevitavel, inflexivel como o destino"[70]. Devia pois preparar-se a sua chegada com vista à diminuição das consequências nefastas às pequenas nações:

"Mas o caminho de ferro desacompanhado de instituições que alterem em relação á politica os seus efeitos; que substituam as condições de individualidade autonomica destruida por elle, é o coveiro que abre a sepultura das nações, fracas pelo pequeno numero dos seus membros, pela exiguidade do seu territorio"[71].

E dirigindo-se à classe politica, alertava para a nova situação de Portugal face à Espanha, após a generalização da rede ferroviária na Península:

"Sabem que ao estenderem-se os vergalhões de ferro sobre o solo da estrada é necessario ter concebido um sistema para obviar aos efeitos politicos de uma fusão economica e de uma identidade de civilisação com a Hespanha? Cuidam que essa fusão e identidade pode evitar-se? Ignoram que o pensamento da nossa absorpção não pelas armas, não pela violencia, mas pela assimilação dos interesses economicos e pela identidade de ideias, está em Hespanha na cabeça dos estadistas de todos os partidos e é assumpto frequente dos jornaes castelhanos de todas as côres?"[72]

Acusado na *Revolução* de ascético e selvagem, inimigo declarado do caminho de ferro e dos melhoramentos materiais, Herculano logo publicou outro artigo em que criticava a política do governo em relação aos caminhos de ferro, as tropelias do seu financiamento, as companhias fictícias, as más condições financeiras

---

[70] *O Portuguez*, Lisboa, nº 7, 18 de Abril de 1853, p. 1.
[71] *Ibidem*.
[72] *Ibidem*.

dos contratos para o Estado unicamente favoráveis aos concessionários, etc.[73]

Dois dias depois retomou o tema do *Caminho de ferro e a nacionalidade*, com a dupla intenção de repudiar as acusações de Lopes de Mendonça e de reiterar os seus princípios sobre as condições políticas que deveriam enquadrar a instalação da via férrea no país[74].

Ultimas respostas da "Revolução" ao "Portuguez" sobre a questão dos caminhos de ferro foi o texto que se seguiu sobre esta problemática e com a mesma finalidade; além de cotejar excertos dos dois periódicos, reincidiu nos seus receios em matéria de absorção por Espanha:

"Quanto ás nossas aprehensões sobre os efeitos politicos dos caminhos de ferro, pelos quais é inevitavel que ns identifiquemos em civilisação e progresso economico a Hespanha, continuaremos a têl-as emquanto não virmos organisar o pais de modo que esse grande bem não venha eivado de grandes males: continuaremos a asnear com os estdistas hespanhoes: continuaremos a pensar com os escriptores politicos d'aquella nação, entre os quaes o diplomatico Mas, cuja obra um dos redactores da Revolução elogiou e tradusiu, que o caminho de ferro pode ser um poderoso meio de sermos absorvidos"[75].

Seguiram-se três artigos sob o título *O caminho de ferro e a nacionalidade*[76] nos quais o autor da *Voz do Profeta* manteve o braço de ferro com a *Revolução* e dilucidou alguns aspectos anteriormente referenciados, nomeadamente no tocante às relações com Espanha. Salientando a impossibilidade da conquista, da absorção pela força, ideias que aliás considerava não passarem pela cabeça dos estadistas espanhóis, insistiu com alguma veemência nos perigos da fusão pela identificação:

"O que nós tememos é que, colocados debaixo da lei da identidade com a Hespanha, essa lei produza os seus efeitos, se a identidade fôr absoluta, isto é, se ao passo que nos nivelarmos pela civilisação material e intelectual, o que é inevitavel, o nosso

---

73 *Ibidem*, nº 9, 20 de Abril de 1853, p. 1-2.
74 *Ibidem*, nº 11, 22 de Abril de 1853, p. 1-2.
75 *Ibidem*, nº 13, 25 de Abril de 1853, p. 1-2
76 *Ibidem*, números 16, 21 e 23, de 28 de Abril, 4 e 7 de Maio de 1853, respectivamente.

organismo social se identificar absolutamente com o dos nossos visinhos. Embora em rigor metafisico não se siga de ser necessario para a fuzão a unificação, que onde se der esta tenha forçosamente de existir aquella, é todavia certo que, dentro da esfera dos calculos humanos, ela pode reputar-se inevitavel"[77].

O terceiro destes textos, sobretudo, explicitou claramente a teoria de Herculano: face aos efeitos da ligação ferroviária com a Espanha a nacionalidade portuguesa só poderia salvar-se por um enérgico movimento de descentralização, ou melhor, só o municipalismo elimina os perigos de fusão ou absorção. Esta confederação peninsular garantiria as nacionalidades, numa situação análoga à confederação germânica ou à união americana, e com idênticas vantagens:

"Esse facto abriria horisontes immensos de força, de prosperidade, de influencia, para os paises aquém Pyreneos. Mas, sem elle, os que entre nós sonham a fusão iberica, cremos que de boa-fé, só desejam, sem o saberem, uma Irlanda para a Peninsula. Não se incommodem. Para se remediar, Castella já lá tem a Galiza"[78].

Ainda relativamente ao fomento ferroviário, o *Português* revelou-se o orgão da imprensa mais renhidamente contrário ao contrato Salamanca. Manifestou-se desde 1859 em sobressalto com a situação de preferência dada pelo governo a esse "furioso reaccionario de Hespanha"[79], em detrimento de companhias francesas e inglesas; criticou o contrato que facilitava "sem receios de grande resistencia, uma invasão hispanhola em Portugal" em virtude do traçado da linha de Badajoz passar fora do alcance da artilharia de Elvas, contrapondo-lhe o relatório do engenheiro Thomas Rumball (Agosto de 1855) que defendia a via férrea junto a Elvas por razões de ordem comercial e defesa nacional[80]; vituperou enfim, ao longo de 1860 e 1861, o escândalo Salamanca, a aceitação das novas exigências do capitalista, dirigindo apelos ao rei e à

---

[77] *Ibidem*, nº 16, p. 2.

[78] *Ibidem*, nº 23, p. 2. Este tema foi retomado no artigo *A centralisação (A proposito dos caminhos de ferro e da nacionalidade)*, do nº 29, de 14 de Maio, p. 1-2.

[79] *Ibidem*, nº 1903, 4 de Setembro de 1859, p. 1.

[80] *Ibidem*, nº 1010, nº 13 de Setembro de 1859, p. 1.

câmara alta, para corrigirem a orientação governativa nesse aspecto concreto[81].

Refira-se contudo que o *Portuguez*, cuja redacção após o afastamento de Herculano ficou sobretudo entregue a Manuel de Jesus Coelho, João Félix Rodrigues, de alcunha o "Tanas" e Eduardo Tavares, só muito pontualmente aflorou a questão da concertação económica da Península. Fê-lo por exemplo ao transcrever o artigo *União Comercial Peninsular*, do *Progresso*[82], periódico que contestou por vezes mas do qual não desdenhou reproduzir alguns textos, e mencionou o seu apoio à liga das alfândegas peninsulares e à aliança comercial e económica com a Espanha em artigos políticos de carácter geral[83].

Vários periódicos houve que, pese embora reconhecessem a necessidade de uma reforma comercial e a concertação económica entre os dois países, utilizaram de muita cautela no discurso que adoptaram e nas medidas que preconizaram.

O *Comércio*, por exemplo, em Agosto de 1854, mostrava-se céptico em relação ao boato, veiculado pela imprensa espanhola, como já vimos, sobre o o governo português ter dado ao seu embaixador em Madrid instrucções para entabular um acordo de reciprocidade de alfândegas entre os dois países. Sem questionar a necessidade de tal acordo, remete a sua negociação para um momento mais adequado já que a Espanha se encontrava em pleno período revolucionário, sendo o assunto tão importante e implicar um tão grande número de considerações, tal tratado só se poderia produzir numa época de paz e serenidade[84].

Esta temática é aliás retomada no artigo *União Commercial* que apresenta a reunião política de Portugal á Espanha como uma ideia grandiosa mas ao momento irrealisável, como o comprova a ainda incompleta fusão das nacionalidades em Espanha, composta por estados outrora independentes, e cujas rivalidades e desafeições geraram sucessivas guerras civis. Assente na explicação do "espírito

---

81 São às dezenas os artigos que então publicou sobre os ditos escândalos Salamanca, aletrtando que nessa luta era acompanhado por outros periódicos como o *Jornal do Comércio*, *Nação*, *Opinião*, *Rei e Ordem*, *Discussão e Futuro* (Cf. nº 2075, 27 de Março de 1860).

82 *O Portuguez*, nº 438, 30 de Setembro de 1854, p. 1-2.

83 *Ibidem*, nº 1103, 1 de Janeiro de 1857, p. 1 e nº 4835, de 23 de Junho de 1866, p. 1, respectivamente.

84 *O Commercio*, Porto, nº 37, 28 de Agosto de 1854.

de nacionalidade", consubstanciado no sangue do povo e transmitido de geração em geração, este texto remete a possibilidade da união federativa da península para um futuro longínquo e transformado:

"Quando as idéas velhas tiverem de todo desapparecido, quando o principio democratico tiver de todo supplantado o da realesa de qualquer modo constituida, então será consequencia inevitavel a separação dos antigos reinos de Hespanha em outros tantos povos ligados com o de Portugal pelo principio federativo. Até lá, se lá se chegar, a união politica de Hespanha a Portugal não entra, quanto a nós nas raias da probabilidade"[85].

Esta atitude não é incompatível, antes pelo contrário, com a defesa da união comercial, ideia a que, segundo este texto, se deviam votar os apóstols da união ibérica:

"Mas a união commercial dos dous povos é não só possivel, é muito necessaria, util, e importante, e é de mais retroactivo e inconveniente que senão faça. Vivamos independentes mas vivamos amigos, e aproveitemos o bello solo que a natureza por nós ambos repartiu, mas que só os exforços de ambos podem levar ao verdadeiro ponto de grandesa.

(...) Despida de todas as aspirações, isolada como um grande principio economico reguladr das mutuas vantagens que os dous povos podem dar se, desafrontada das ambições que possam olhal-a como um meio de adquirir o poder, a União Commercial de Portugal á Hespanha longe de ter obstaculos invenciveis, offerece tão pronunciados proveitos que não pode ella fugir por muito tempo á consideração dos Estadistas dos dous reinos, que para acompanhar a epocha e collocar-se em harmonia com os interesses materiaes que nas duas nações se vão levantando, é força que quanto antes a meditem para realisal-a"[86].

Para esta "revolução pacifica" que pode abrir um "futuro de prosperidades" propõe então um estudo sério e ponderado, sem contudo adiantar mais nada quanto aos trâmites processuais, matérias a privilegiar ou reformas concretas a realizar.

Um destes assuntos é, no entanto, focado no artigo *Correspondencia para Hespanha*, de Junho do ano seguinte, e trata da convenção postal com Espanha. Não pretende este texto uma

---

85 *Ibidem*, nº 77, 29 de Novembro de 1854.
86 *Ibidem*.

alteração da legislação vigente, tão somente fazer uma clarificação, a da não obrigatoriedade de estampilha na correspondência para o reino vizinho, à luz de dois textos que regulam a matéria: a Convenção Postal assinada por Portugal e Espanha em Junho de 1850, e a Reforma Postal portuguesa de 27 de Outubro de 1852[87].

A reacção deste periódico aos projectos da linha Porto/Vigo e consequente criação de uma companhia nos dois países é menos entusiástica do que a do *Nacional*; vê como desvantagem o estado da doca da barra do Porto que, por inexistência de um abrigo artificial, via a sua importância diminuída face ao porto de Vigo e, caso essa linha se viesse a construír, a ideia da doca morreria para sempre, pelo que preferia ver os dinheiros portuenses investidos nos melhoramentos portuários de Leixões. Só se dificuldades insuperáveis viessem a tolher a realisação da doca, apoiaria este periódico a construção da linha férrea do Minho com ligação a Vigo[88]. Esta temática toma aliás importantes proporções nas páginas do *Comércio*, ao logo da 2ª metade de 1857 e de todo o ano seguinte; além dos vários artigos de opinião e notícias sobre o assunto, transcreve e comenta textos de periódicos espanhóis especializados, como a *Gaceta de los Caminos de Hierro*[89] e *El Porvenir Hispano-Lusitano*[90], e envolve-se ainda numa polémica com o *Jornal do Comércio* que o acusava de manter uma perspectiva demasiadamente regionalista que exacerbava a questão da barra do Porto e se opunha ao caminho de ferro.

Mas o *Comércio do Porto*, (adoptara este título desde o 1° dia de 1856), não seguiu qualquer percurso de desconfiança em relação às inovações ou projectos que envolvessem a visinha Espanha. Em Maio de 1859, um artigo intitulado *Alliança entre Portugal e a Hespanha*, reflecte sobre a necessidade de um pacto de estratégia ofensiva e defensiva entre os dois países, tendo em vista a conjuntura política europeia e as perspectivas de guerra eminente, e como forma de manutenção das respectivas independências nacionais:

---

87 *Ibidem*, n° 130, 6 de junho de 1855.

88 *O Commercio do Porto*, n° 113, 20 de Maio de 1857.

89 *Ibidem*, n° 200, 5 de Setembro de 1857.

90 *Ibidem*, n° 142, 28 de Junho de 1858. Transcrição do artigo *O Presente e Futuro da Galliza* de D. Francisco Tenreiro y Montenegro.

"A peninsula é fraca e desconsiderada, porque não está unida, e alliada. Conservemos embora a nossa autonomia de nação independente, mas sejamos fortes no exterior, e respeitados pelas outras nações.

A occasião é favoravel. A nossa causa é a da peninsula. Os nossos interesses são homogeneos. O perigo é o mesmo para os dois paizes. Evitemol-o ambos. Aos governos de ambas as nações cabe este imperioso dever"[91].

Em Agosto, um texto com o título *Convenio Postal entre Portugal e Hespanha*, explana o plano em sete artigos elaborado pela Sociedade Económica de Madrid para um projecto de convenção postal apresentado ao seu governo, e tece algumas considerações sobre a oportunidade de reaproximação económica e ferroviária dos dois países:

"Os dous povos irmãos da Peninsula, vinculados pelas relações do passado, e nascidos no mesmo berço, e sob os explendidos horisontes do mesmo ceu, caminham um para o outro a passos largos, e tendem a aproximar-se por todos os meios, que a civilisação moderna põe ao serviço das grandes ideias d'este seculo. A politica cede o passo aos serenos e remansados e remansados progressos do viver material das nações, e as barreiras levantadas pela mão dos seculos, e cimentadas com o sangue de repetidas e porfiosas luctas internacionais, obliteram-se lentamente diante dos grandes melhoramentos da epocha, e do rapido desenvolvimento do progresso economico dos nossos tempos.

(...) A sua união politica será ainda por muito tempo um problema de impossivel solução. A sua confederação economica é já hoje uma fervorosa aspiração de espiritos illustrados, e uma tendencia commum dos dous povos peninsulares. depois de muitas repugnancias, e reiterados embaraços, parece que vae finalmente construir-se o caminho de ferro internacional, que nos ha-de ligar pela fronteira do sul ao visinho reino, aproximar-nos a passos rapidos dos nossos irmãos da peninsula. Esta barreira vae cahir. Os dous povos vão dar as mãos atravez das suas fronteiras e, a alguns annos de distancia ninguem poderá dizer qual será o futuro regimem economico e social das duas nações"[92].

---

[91] *Ibidem*, nº 106, 12 de Maio de 1859.

[92] *Ibidem*, nº 198, 25 de Agosto de 1859.

Da polémica nacional sobre os caminhos de ferro e a invasão espanhola, que concitou a atenção da imprensa periódica, também participou este diário portuense, tentando subalternizar a especulação sobre tal ameaça face às benesses da regeneração económica e material[93]. Neste contexto apresenta e recomenda o livro de Villiaumé, *A Espanha e os seus Caminhos de Ferro*, que contesta a possibilidade de Portugal ser anexado à potência visinha "pela razão muito plausivel de que os portuguezes a não querem"[94].

Em 1866, tratando dos *Caminhos de ferro de Lisboa a Madrid*, este diário portuense louvou a locomotiva que atraía de uma capital à outra os seus filhos mais ilustres, impelindo o carro do desenvolvimento, do trabalho e da indústria. A ligação Lisboa/Madrid afigurava-se-lhe a garantia de engrandecimento mútuo dividido por duas autonomias e portanto, a via para a "união racional", a única possível[95].

O ano de 1861 assistiu a um crescendo especulativo sobre o tema do iberismo, o que não deixou de afectar as reflexões sobre a união económica dos dois países. Com o título *O Iberismo e os Interesses Economicos de Portugal e da Hespanha*, o *Comércio* publicou em Agosto um artigo que objectivamente desmontava a comum identificação de união económica com união política, defendendo que a propaganda do iberismo operava como poderoso obstáculo à concertação dos interesses materiais dos dois países:

"A doutrina iberica, que se inculca como laço de união entre Portugal e a Hespanha, é, quanto a nós, a causa fatal que mais póde prolongar, em prejuizo de ambos os povos, a situação de isolamento commercial, em que permanece qualquer d'elles relativamente ao outro"[96].

Contabiliza este prejuízo comum na área dos interesses comerciais e económicos já que, se tal obstáculo fosse removido, se daria o incremento da riqueza de ambos os países, pela permutação dos seus produtos, pelo encurtamento das distâncias, e pelo aproveitamento dos portos melhores apetrechados. Advoga então que tal ambiguidade devia ser desfeita, cabendo ao partido anti-

---

93 Veja-se a este propósito o artigo *Independencia Nacional*, inserto no nº 98, de 30 de Abril de 1860.

94 *O Commercio do Porto*, nº 52, 5 de Março de 1861, p. 2.

95 *Ibidem*, nº 277, 27 de Novembro de 1866, p. 1.

96 *Ibidem*, nº 174, 3 de Agosto de 1861.

ibérico (que não explica o que é) pugnar pela aliança económica e restablecer a verdade da situação; o bom senso aliado ao patriotismo impediria que mais alguma linha fosse escrita por portugueses ou espanhóis na defesa do iberismo, defendendo assim o progresso das pátrias respectivas:

"Estes verdadeiros melhoramentos sociaes unicamente se poderão promover e realisar quando a ideia anti-iberica tiver triunfado do iberismo.

(...) Sejamos alliados, em vez de indifferentes ou inimigos, e seremos, honrosamente poderosos"[97].

A defesa da ideia de associação comercial plurinacional não abandona o espírito dos responsáveis do *Comércio do Porto*; em Dezembro do ano seguinte, um artigo intitulado *Zollverein*, explica ao público leitor português o processo de formação da liga das alfândegas alemãs, desde as origens em 1818 até à consolidação no início de 1851, antecedendo-o da seguinte nota introdutória:

"Sendo o Zollverein o elemento principal da lucta dos interesses, que se estão ainda debatendo na questão economia, de que póde nascer mais de uma questão politica, pareceu-nos ensejo opportuno de expor o modo como está organizada essa associação e quaes são os principaes resultados da sua existência"[98].

A defesa cabal e inequívoca do modelo alemão para a Península Ibérica regressa novamente às páginas deste aríete do progresso comercial, em Fevereiro de 1863, ano em que recrudescem as exposições sobre comércio, finanças e economia em Espanha. O artigo *Liga de Alfandegas entre Portugal e Hespanha. Estudos Previos*, solicita a ponderação e estudo do assunto, considerando que só uma liga peninsular poderia evitar os inconvenientes recíprocos decorrentes dos desacordos entre os direitos fixados nas pautas dos dois países. Também aqui se impõe a separação das águas, esclarecendo-se que a associção económica não implica qualquer aproximação política de pendor iberista:

"A questão das nacionalidades consideramol-a absolutamente separada da liga das alfandegas, e o *Zollverein* é a demonstração mais eloquente que as duas ideias são distinctas.

---

[97] *Ibidem*.

[98] *Ibidem*, nº 300, 26 de Dezembro de 1862.

Somos anti-ibericos e mais de uma vez temos dado testemunho publico do nosso modo de pensar a este respeito. Se pugnamos para que se estudem e preparem os elementos, a fim de se realisar uma liga de alfandegas entre as duas nações, é porque não vemos n'esse facto nenhuma invasão das ideias politicas sobre as ideias economicas"[99].

Referimos atrás que o *Comércio do Porto* foi um dos periódicos portugueses que fez eco de uma revista de Vigo — *El Porvenir Hispano-Lusitano*. Impõe-se aqui uma abordagem à natureza, motivações, conteúdos e propostas dessa publicação trimensal para melhor compreendermos o seu contributo para a questão da concertação económica peninsular. Deu-se à estampa entre Abril e Agosto de 1858, com o objectivo público e confessado de contribuir para o processo de relançamento das duas nações ibéricas no contexto europeu, contribuição essa que os seus responsáveis acreditavam poder materializar-se através da criação de múltiplos núcleos de acção regional, pelo que a revitalização do eixo Porto / Vigo, como espinha dorsal de uma área específica, o noroeste peninsular, afigurava-se-lhes de capital importância. A figura do seu frontispício apresentava as armas espanholas e portuguesas e duas locomotivas, uma com a legenda *Oporto*, e a outra com a palavra *Vigo*.

Esta publicação reveste-se de algum interesse que lhe advém, entre outros aspectos, da singularidade do seu contexto de produção, pese embora tenha sido pouco abordado e estudado nas bibliografias espanholas. Refira-se, a título de exemplo, que María Cruz Seoane não o cita na sua *Historia del Periodismo en España. El Siglo XIX* [100], e César Antonio Molina lembra que Roger L. Utt dá tão somente notícia "de una inencontrable publicación viguesa titulada *El Porvenir Hispano-Lusitano*"[101].

---

99 *Ibidem*, nº 45, 25 de Fevereiro de 1863.

100 Madrid, Alianza Editorial, col. Alianza Universidad Textos, 1989.

101 Cf MOLINA, César Antonio — *Sobre el Iberismo y otros Escritos de Literatura Portuguesa*, Madrid, Ediciones Akal, 1990, p. 24. O livro de Utt mencionado no excerto de Molina intitula-se *Textos y con-textos de Clarín*, e foi publicado em Madrid pela Editorial Istmo, em 1988. O exemplar que consultamos deste periódico galego encontra-se na Biblioteca Nacional de Madrid, com a cota Z/30796.

Editado por Eulogio Carreras e prevendo inicialmente prestações de trinta e dois colaboradores [102], *El Porvenir Hispano-Lusitano* viveu fundamentalmente dos artigos escritos pelo seu director, Francisco Tenreyro y Montenegro, e pelo secretário da redacção, José Lopez de Vega. Esta publicação de preço acessível[103], nasce com a motivação específica de se associar aquilo que denomina uma cruzada do bem comum, isto é, ao projecto de instalação de vários troços de via férrea que, uma vez disseminados pela península unindo a Galiza à Andaluzia, através do território de Portugal, recolocariam as nações ibéricas em situação de igualdade, senão mesmo de superioridade, entre os países europeus de primeira grandeza. A esta crença ilimitada no poder regenerador dos caminhos de ferro apresentados como a mola propulsora de toda a actividade económica porque promotora do comércio e fomentadora das indústrias, os reponsáveis da revista aliam um outro projecto cuja dimensão utópica recusam, qual é o da união mercantil da península. Estas duas realizações corporizariam a condição *sine qua non* a um progressivo e ininterrupto crescendo de progresso material, ascensão essa comparada à mística escada de Job.

A filosofia desta publicação radica numa apologia veemente das modernas vias de comunicação — o caminho de ferro e o telégrafo —, apologia essa que sistematicamente assume um tom propagandístico já que o momento era de acção e urgia dissuadir opiniões menos convertidas ao ideal do engrandecimento pelo *wagon*. Esta publicação nasce pois para providenciar apoio de rectaguarda a um projecto concreto cuja discussão já se desenrolava nos gabinetes do poder, e cujos estudos preparatórios chegavam às suas conclusões finais, isto é, o caminho de ferro do Porto a Vigo. Á

---

102 A lista dos seus colaboradores compõe-se dos seguintes nomes: Meliton Martin, Joaquin Nuñez d'Aguiar, Manuel Bada, Antonio San Martin, Fernando Rubini, Frederico M. de la Riva, Manuel Angel Couto, Vicente Gregorio Aspa, José Ferrer de Couto, Narciso Campillo, Ramon Otero, José Varela de Montes, Antonio Casares, Pedro Antonio Alarcon, José Serrano y Castro, Manuel Fernandez de Castro, Pedro Perez Ponce, José Maria Mauri, Camilo Vazquez Feijóo, Casiano Vazquez Feijóo, Francisco Flores Arenas, Enrique Bewan, Antonia Diaz, José Benavides, José Fernandez Espino, Manuel Turnes, Joaquin Pardo, Antonio Bustillo, Manuel Bustillo, Amand Pigeon, Manuel Borrajo e Juan Cubeiro.

103 Esta revista que saía nos dias 10, 20 e 30 de cada mês custava mensalmente em Vigo 5 reales e fora 6; a sua assinatura mensal no estrangeiro e ultramar ascendia a 8 reales. O número avulso era vendido a 2 reales.

data da publicação do 1° número,10 de Abril, o general Prim, considerado o principal motor e mentor das linhas férreas na península, e particularmente das que atravessavam fronteiras, estadiava em Vigo, onde permanecia aliás, desde 28 de Março, encontrando-se de partida para Portugal, com o fim de solicitar do governo de Lisboa a construção da linha férrea que poria em comunicação as cidades de Vigo e Porto. Esta delegação, que integrava além de engenheiros especializados, o próprio director do *Porvenir Hispano-Lusitano* — Francisco Tenreyro y Montenegro —, seguiria do Porto para Lisboa, e daí para Paris, Madrid e Barcelona, locais onde a diplomacia do conde de Reus jogava alguns trunfos.

A interacção com as entidades portuguesas era absolutamente indispensável à prossecução do projecto espanhol que visava a ligação de Vigo a Sevilha através de quatro etapas fundamentais, a saber, Sevilha a Badajoz, Badajoz a Lisboa, Lisboa ao Porto e, finalmente, Porto a Vigo.

Mas se os responsáveis do *Porvenir Hispano-Lusitano* defendiam sem restrições a construção do caminho de ferro do Minho, considerando-o a premissa de engrandecimento de Portugal e Espanha, esta realização confrontava-se com resistências várias, nomeadamente o *lobby* do Porto, representado pela Associação Comercial, entidades municipais e grande parte da imprensa, os quais chamavam a atenção para a necessidade prévia de obras de remodelação da barra do Douro, como medida de prevenção contra a iminente perda do vigor comercial e portuário da sua cidade. A "cabala portuense"[104], como lhe chamava D. Pedro V, que via no caminho de ferro do norte um eixo vivificador do comércio interno, alertava para a possibilidade da secundarização do seu porto em benefício dos de Lisboa e Vigo, insistindo na imagem de marca de produtos tradicionalmente transaccionados pelo porto da segunda cidade do país. Dizia a este respeito o *Clamor Publico* :

"O valor do vinho do Douro não reside nas suas qualidades intrinsecas; só lhe vem da sua passagem pela Barra do Porto. Sempre seria suspeito ao paladar britannico se embarcasse por Vigo ou pela Figueira"[105].

---

[104] QUEIRÓS, Francisco Fortunato - *D. Pedro V e o Seu Pensamento Político. Cartas ao Marquez de Loulé*, vol. 2, Porto, Faculdade de Letras da Universidad do Porto, 1974, p. 141 e seguintes.

[105] *Clamor Publico*, Porto, n° 274, 14 de Setembro de 1857.

Em tempos de mitificação da acção civilizadora do caminho de ferro num quadro de impulso regenerador, a imprensa portuense tem consciência da posição incómoda que adoptara ao patentear os seus receios relativamente ao recente projecto da ligação ferroviária da sua cidade com o excelente porto galego. Essa tomada de posição acarreta-lhe alguma animadversão por parte de outros sectores da sociedade portuguesa como lembra aquele periódico:

"Conhecendo os inconvenientes que o caminho-de-ferro de Lisboa ao Porto e do Porto a Vigo tem de trazer forçosamente ao commercio desta cidade, se por acaso fôr levado a effeito antes da construção do porto artificial de Leixões — o jornalismo portuense pode, contudo, votar pela adopção d'um melhoramento tão util para o paiz, sem que por isso haja motivo para que o alcunhem d'embusteiro ou hypocrita"[106].

A imprensa portuense não estava completamente sózinha nesta posição. O *Conimbricense* solidarizou-se com os interesses da capital do norte, mas aduziu outros argumentos tendentes a adiar a construção dessa via; considerava que ela se ligaria à realização de um tratado sobre trifas de alfândegas e navegação do Douro, pelo que teria que ser negociado pelos dois governos e não pelos comissários de Prim e o governo português. Mas a tónica do Conimbricense incidia na opinião de que essa via não devia ser acordada ou concedida antes da negociação completa da linha do leste[107]. Apesar de estar ciente das opiniões favoráveis à construção do troço ferroviário do norte manifestada pela imprensa minhota, o periódico de Joaquim Martins de Carvalho manifestou frontalmente o seu parecer, opinando que a linha de Vigo era então "inopportuna e altamente perigosa para os interesses deste paiz", já que além de perniciosa aos interesses económicos do Porto, embaraçava a negociação da linha do leste com o governo espanhol e, *last but not least*, o tesouro português não poderia comportar a "despeza incalculavel" proveniente da construção simultânea das três linhas, a do norte, a de leste, e a linha Porto/Lisboa:

"Temos para nós que só esta circunstancia bastará para afastar para tempos mais remotos esse projecto do conde de Reus, em que não vemos interesse algum, e pelo contrario o prejuizo mais

---

106 *Ibidem*, nº 209, 27 de Junho de 1857.

107 *O Conimbricense*, nº 366, 28 de Julho de 1857, p. 1.

palpitante para todo o comercio do Porto e para a generalidade da Nação"[108].

Alguns anos mais tarde este periódico regozijou-se com a inauguração da ligação ferroviária Lisboa/Madrid, elogiando então a força de vontade dos homens do gabinete 1851/1856 para não desistirem do que haviam começado:

"São estas as ligações que desejamos com a Hespanha, e de que poderemos muito utilisar. A nossa autonomia como nação, essa queremol-a vivamente; e de certo ninguem de bom senso nos pretende disputar a nossa existencia como paiz livre e independente"[109].

O periódico cartista dissidente *Rei e Ordem* que de uma forma geral se revelou muito céptico em relação aos caminhos de ferro, também se manifestou em 1857 contra a construção do troço Porto/Vigo, e três anos mais tarde contra a sobrecarga fiscal, a onerosidade e a má qualidade que acarretavam os caminhos de ferro planeados segundo o contrato Salamanca[110].

Defendendo que a liberdade de comércio era perniciosa às nações pequenas, criticava a política económica do governo e entendia que os planos ferroviários não serviam os interesses nacionais:

"Será patriotico o empenho do fomento, multiplicando a divida publica, fazendo contratos leoninos, teimando, em summa, em construir, á tôa, esses caminhos de ferro, de proveito só para os empresarios e para um futuro iberico?"[111]

Para vituperar o sonho utópico da fraternidade das nações que, a seu ver, estava a ser preparado em Portugal pelos "vôos do fomento", este periódico recorreu mesmo à publicação de excertos do relatório do ministro espanhol do fomento de 1854, e do projecto de lei dos caminhos de ferro espanhóis de 1856, para insistir que as linhas férreas serviam para acelerar o processo de união peninsular, e que o contrato Salamanca de 1860 marcava o início da execução desse plano traçado seis anos antes, nos gabinetes ministeriais de Madrid[112].

---

108 *Ibidem*, nº 374, 25 de Agosto de 1857, p. 1-2.
109 *Ibidem*, nº 2020, 1 de Dezembro de 1866, p. 1.
110 *Rei e Ordem*, Lisboa, nº 828, 13 de Abril de 1860, p. 1.
111 *Ibidem*, nº 861, 23 de Maio de 1860, p. 1.
112 *Ibidem*, nº 863, 25 de Maio de 1860, p. 1.

Menos seguro da "iberização" da península por via do caminho de ferro, e crente na existência da "reciprocidade de interesses e compensações"[113], o também cartista *Parlamento* defendeu a prioridade da linha do Alentejo, que ligava as duas capitais peninsulares, em detrimento da linha do norte, postura que lhe valeu algumas críticas da *Revolução de Setembro*.

Atitude semelhante adoptou a *Opinião* que considerou que a linha Porto/Vigo traria mais vantagens para Espanha do que para Portugal, enquanto que o traçado Lisboa/Badajoz prometia exactamente o inverso. Os argumentos que aduzia não derivavam dos receios pela nacionalidade, situando-se antes na restrita órbita económica[114].

Efectivamente o ideal da integração internacional de Portugal através da ferrovia e a adesão ao seu potencial tecnológico transformador imperou sem desânimos até ao final da centúria. São as próprias regiões que o reclamam como se verifica, por exemplo, nas páginas do periódico de Valença — *A Razão* —, que ao longo do 2° semestre de 1857 e primeiros meses do ano seguinte, advoga sem rebuço a implantação de tal melhoria na região do noroeste :

" O caminho de ferro do Norte não podia nem devia parar na cidade do Porto, mas sim cortar a rica, e populosa provincia do Minho pondo-nos em contacto com o caminho de ferro do Norte da nação vizinha, que do excelente porto de Vigo, um dos melhores do mundo, vai fazer-se em direcção a Madrid pondo-nos por conseguinte em communicação com toda a Europa"[115].

Os argumentos deste periódico incorporam-se na cruzada da civilização materializada pela via férrea minimizando os seus

---

113 *O Parlamento*, Lisboa, n° 102, 17 de Agosto de 1858, p. 1. Este periódico também patenteou o seu desejo de ver realizado um tratado postal entre Portugal e Espanha países que, na sua óptica, deviam procurar "por todos os meios cimentar as mais intimas relações, fortificar os laços de amisade sincera, e fraternal coadjuvação" (Cf. n° 401, 24 de Agosto de 1859, p. 1).

114 "E quando dizemos questão politica, ninguem pense que subintendemos debaixo d'esta denominação as emulações de nacionalidade ou vãs prosapias de nobiliarchia patriotica. Intendemos por questão politica a absorpção dos nossos interesses e importancia comercial, elevada a um tal ponto, que, concentrando dados elementos de prosperidade no visinho reino, com immediato e visivel prejuizo nosso, nos fira no coração muitas das nossas condições de desenvolvimento e riqueza, tirando-nos a valia que elles natural e positivamente devem vir a grangear-nos, quando não sejam contrariados ou desviados dos seus fins naturaes" (Cf. *A Opinião*, Lisboa, n° 199, 23 de Agosto de 1857, p. 1).

115 *A Razão*, Valença, 3° Ano, n° 405, 17 de Agosto de 1857.

aspectos pontualmente menos positivos, como atesta a seguinte passagem:

"A humanidade, a nação é o tudo; um prejuízo passageiro ou o inconveniente d'uma villa ou d'uma cidade é nada para taes calculos.

Attende-se ao maior bem do maior numero: nada mais, e nada menos.

Faça-se o caminho de ferro do Porto a Valença e Vigo, e veremos em breve como por encanto crescerem e melhorarem-se as povoações por onde passar aquelle vehiculo accelerado da civilização moderna, promovedor conhecido de todos os melhoramentos"[116].

É pois numa conjuntura de expectativa que por portaria de 8 de Setembro de 1857 e após cinco anos de promessas por parte do governo regenerador, o ministério das obras públicas autoriza a formação dos estudos necessários com vista à construcção do caminho de ferro do Norte, sendo nomeado chefe desta comissão o engenheiro Joaquim Nunes de Aguiar. Em 1862 a *Voz do Minho* congratulava-se com a construção desta linha que permitia a Portugal estender-se para norte, quase adquirindo uma nova província, se outras medidas fossem complementarmente implementadas:

"Continue-se, pois, a linha ferrea do Porto a Valença, e acabe-se com os passaportes entre os dois paizes, e o governo verá o grandissimo proveito que ha-de tirar da união das duas provincias da Galiza e Minho, já tam unidas pelas relações comerciaes que todos os dias crescem entre ambas"[117].

Também a *Aurora do Lima*, de Viana do Castelo, pugnou pela construção dessa ferrovia, considerando-a prioritária em relação aos troços Porto/Lisboa e Porto/Santarém, coadjuvando a sua argumentação com a transcrição de artigos do *Porvenir* e do *Jornal do Comércio*[118].

Periódicos de outras regiões auxiliaram os minhotos na cruzada do caminho de ferro da sua província; o *Viriato* foi um

---

116 *Ibidem.*

117 *A Voz do Minho*, Valença, nº 1093, 12 de Agosto de 1862, p. 1. Este periódico foi o continuador da *Razão*.

118 *Aurora do Lima*, Viana do Castelo, nº 407, nº 411 e nº 474, de 6 e e 15 de Setembro de 1858, e 16 de Feveriro de 1859, respectivamente.

deles, alertando que se o tesouro comportava a despesa não se devia perder a oportunidade, já que as razões que recomendavam a construção da linha do leste, também recomendavam a linha do Norte[119].

A revista de Tenreyro Montenegro surgiu pois para sustentar e acompanhar este processo de renovação do noroeste peninsular a nível das suas estruturas de comunicação e consequente transformação dos sectores comercial e industrial. Embora extenso, o seu subtítulo exprime com propriedade as matérias e preocupações que dominam a totalidade dos seus artigos: *Revista de Comercio, Industria, Ferro-Carriles, Telegrafos y Literatura.*

Este último tópico, se bem que aparentemente destoante relativamente aos restantes, comunga da filosofia geral da publicação: a divulgação encomiástica das letras portuguesas traduz uma intenção de aproximação dos costumes e valores mentais dos dois povos peninsulares, a língua e a cultura são valorizados na sua dimensão de produto da civilização. A exortação à cooperação entre os dois povos radica exactamente na utilização de símbolos historico-culturais, binómios nacionais tais como Vasco da Gama e Colombo, Camões e Cervantes, Pombal e Cisneros que, exumados de um passado mais ou menos glorioso, funcionariam como agentes mobilizadores de um auspicioso futuro comum. A evocação de uma grandeza passada, quer como missionários, descobridores, soldados marinheiros ou poetas, destaca ainda a gradual perda de importância das nações ibéricas ante a Europa dita civilizada ou desenvolvida, numa postura explícita de sublimação desse atraso através da fórmula da união mercantil.

Todavia, os modos concretos de processamento da união comercial só pontualmente são abordados no *Porvenir Hispano-Lusitano*, periódico que define o seu objectivo exclusivo como sendo a destruição de "las remoras que se oponem á la union mercantil de Portugal y España, sin afectar á ambas nacionalidades"[120]. Mais do que enunciar, sistematizar e debater processos, tais como a equivalência dos graus académicos, a unificação da moeda e dos pesos e medidas, a livre tradução recíproca das obras literárias e

---

119 *O Viriato*, Viseu, nº 253, 1 de Setembro de 1856, p. 1.

120 *El Porvenir Hispano-Lusitano. Revista de Comercio, Industria, Ferro-Carriles, Telegrafos y Literatura*, Vigo, nº 3, 30 de Abril de 1857, p.17.

científicas, etc.[121], os artigos do *Porvenir* preferem sobretudo discorrer sobre as vantagens de tal união, sendo a todos os títulos curiosa a quase inexistência de referências à união alfandegária. Pura medida de cautela ou precaução para não afastar os menos solidamente convertidos ao ideal da união comercial ibérica, ou tão simplesmente, crença no poder unificador e uniformizador da melhor invenção técnica do século XIX — o comboio?

Independentemente deste aspecto mais ou menos nebuloso, deve ressaltar-se que este periódico se assumiu como orgão de um projecto de renovação económica para uma área, visando a propagação das suas virtualidades e a preparação das mentalidades; o desempenho de tal missão regula a própria vida do periódico que suspende a sua publicação a 30 de Agosto, momento em que Tenreyro y Montenegro deixa Lisboa com destino a Madrid, "altamente satisfecho del asunto del ferro-carril de Oporto a Vigo, á dar cuenta de sus laudables tareas al señor conde de Reus"[122].

Por outro lado, ao promover uma zona específica como área de acção dos seus estudos e projectos, reflecte a experiência de tomar uma região como cadinho de transformações passíveis de serem implantadas a nível nacional, numa perspectiva de desenvolvimento coordenado e planeado.

O Futuro, fundado por Elias Garcia em 1858, foi talvez o jornal que em Portugal mais publicitou os conteúdos desta revista viguense com quem manteve fiel permuta. Além de noticiar constantemente a evolução das negociações do conde de Reus e Tenreiro Montenegro em Portugal, *O Futuro* reproduziu excertos e artigos completos do *Porvenir*, da autoria do seu director e de Lopez de la Vega, aliando à publicidade do projecto do caminho de ferro Porto/Vigo, a indisfarçável alegria de constatar a crítica elogiosa de alguns nomes da literatura portuguesa naquele periódico[123].

---

121 Ao longo de quinze números, publicados durante cinco meses, estas medidas são somente enunciadas num artigo assinado por José Lopez de la Vega e intitulado *Portugal y España ante la Europa civilizada,* (nº 4, 10 de Maio de 1857, p.27-28).

122 *El Porvenir Hispano-Lusitano...*, nº 15, 30 de Agosto de 1857, p.117.Refira-se que a redacção previa uma suspensão temporária até 1 de Outubro, data a partir da qual passaria a saír quatro vezes por mês, e não uma cessação da publicação como efectivamente aconteceu.

123 Cf *O Futuro*, Lisboa, nº 25, 1858, nº 25, 28 de Abril, p. 3; nº 31, 5 de Maio, p.1-2; nº 32, 6 de Maio, p. 2-3; nº 34, 8 de Maio, p. 1-2; nº 118, 21 de Agosto, p. 2.

As preocupações do *Futuro* relativamente às questões bilaterais da península, estão aliás, sempre presentes; refira-se, por exemplo, a sua leitura atenta de outros periódicos espanhóis, como *El Miño* e *La Iberia*, e a transcrição das sete reformas fundamentais do convénio postal hispano-português, propostas pela Sociedade de Economia Madrilense ao governo espanhol, inspiradas no projecto de Marcoartú[124]. Refira-se que este engenheiro espanhol foi um dos apóstolos do iberismo como confederação social, intelectual, aduaneira, industrial e postal, temas sobre os quais escreveu abundantemente, nomeadamente para a *Revista Peninsular Ultramarina*, donde se extraiu o opúsculo *El Iberismo, ó la Fusion de las Nacionalidades por la Paz. La Confederación Postal de La Peninsula*[125].

Sobre a temática da concertação económica peninsular, manifestaram-se outros periódicos portuenses, nomeadamente em 1854, quando se multiplicavam os rumores sobre a possibilidade de assinatura do tratado de união das alfândegas. Curiosamente, um artigo de fundo do *Portugal*, folha legitimista da responsabilidade de Fernando Jácome, corrobora os princípios defendidos no texto *União Commercial* (nº 77, 29.11.1854), publicado no dia anterior, no *Comércio do Porto*. Após reafirmar a impossibilidade de redução da península a uma só nação, advoga o estabelecimento de relações económicas com a Espanha, pelo que se solidariza com os argumentos daquele texto, transcrevendo-lhe um excerto significativo:

"Mas, apesar de amarmos, e querermos a nossa independencia, este desejo não embaraça que estreitemos as nossas relaçoens com Hispanha. Um desejo não estorva o outro. Podemos ser portuguezes, e, ao mesmo tempo, estarmos ligados com os hispanhoes pelos vinculos da amisade.

Eis aqui o que nós desejamos com o Commercio.

De muito bom grado copiamos as palavras que o nosso collega apresenta a este respeito, e com as quaes nos conformamos"[126].

Esta intervenção do *Portugal* leva-nos a referir, desde já, que a aliança alfandegária e a concertação económica peninsulares não

---

[124] *Ibidem*, nº 413, 21 de Agosto de 1859.

[125] Madrid, Imprenta de Tomás Nuñez Amor, 1859, 15 p.

[126] *O Portugal*, Porto, nº 617 (4º ano), 30 de Novembro de 1854.

são temas muito comuns nas folhas que apoiavam legitimistas. Em 1870, todavia, António Ribeiro Saraiva lembra no seu *Miguelista em Londres* que desde há muito defendia tal solução, sendo o seu projecto inclusivamente anterior à própria liga das alfândegas alemãs:

"O combinar a fôrça, os meios o poder (muito grande, sendo bem aproveitado) das duas nações Peninsulares, para interesse commum, e para gozarem o respeito, a preponderancia, que a Peninsula devia ter na Europa e no mundo, é ideia minha ha muito tempo; e até precedeu a do celebre *Zollverein* (União Alfandegal), que depois se effeitou em Allemanha, não entre dois Estados, mas entre *treze* primeiro, e vinte-e-um depois, se bem me recordo. Mas, na minha combinação, as duas Nações Peninsulares conservavam a sua independencia e caracter separado, com sua historia, sua lingua, sua litteratura, seu genio, suas glorias, suas tradições, seus costumes, suas peculiaridades privativas, sua vida e ser nacionaes. Não se riscaria do mappa-mundi a Nação Portugueza, que se nelle parece, á primeira vista, occupar mui limitado espaço, quando se olha só na Europa, não é menor que a Hispanha e suas possessões em territoria (...), se o contemplarmos, qual existe, estirado pelas terras d'Africa e d'Asia, e disseminado pelos formosos e ricos archipelagos do Atlantico.

Desejo uma Peninsula Iberica unida em interesses, que os tem communs inteiramente, des-que nenhum de seus dois membros aspire a senhorear o outro, a lhe usurpar o territorio, ou a lhe impôr a lei"[127].

Estas afirmações do célebre embaixador do miguelismo são seguidas pela transcrição do artigo da *Peninsula* (1840) que, por sua vez, remetia para as ideias já exaradas em artigos também aqui reimpressos da *Musa Quotidiana* de 29 de Janeiro de 1831, e 31 de Agosto de 1832. A tese de Ribeiro Saraiva incide na tónica da ameaça que o poderio da península ibérica concertada sob o signo da restauração legitimista, representava para a Europa liberal, nomeadamente Inglaterra e França. Por isso defendia em 1832 uma confederação monárquica ibérica, a fórmula que lhe afigurava ideal para realizar o seu ardente desejo "de ver o Leão de Hispanha e o Dragão de Portugal pugnarem de mãos-dadas pela honra e grandeza

---

[127] O Miguelista em Londres, 1870, p. 112-113.

da Península que enobrecem, e impor assim devido respeito a seus insolentes detractores"[128]. Esta confederação, idealizada quando o legitimismo era poder, se bem que contestado, na península, não seria de todo bizarra pois "ha confederações monarchicas, assim como as ha republicanas", e serviria sobretudo objectivos de ordem económica e estratégica:

"O que convem a Portugal e á Hespanha mutuamente, é ligarem-se na mais estreita alliança, defensiva, commercial e economica; fazendo de maneira, que os dois membros do côrpo Peninsular obrem de commum accôrdo, em tôdo sentido, para o fim commum da defeza, da fôrça, da independencia, da preponderancia e da importancia da Peninsula no systema da Europa"[129].

Retomando as visões da questão económica veiculadas pela imprensa liberal, refira-se que *A Concórdia*, periódico que Silva Pereira denomina de "democrata"[130], em artigo intitulado *Tratado de União de Alfandegas*, advoga a máxima precaução e prudência, considerando que o assunto terá de ser profusamente discutido e ponderado[131].

Já *O Porto e Carta*, que o mesmo Silva Pereira denomina "conservador cartista"[132], estampou nas suas páginas a defesa desta causa pela voz do seu principal redactor, Ponce Leão, num artigo de 1859, assinado com as iniciais do autor e intitulado *A Liga das Alfandegas Peninsulares*. Explicando a existência de poderosas raias entre povoações pelo facto de as boas ideias políticas terem prioridade sobre as verdadeiras ideias económicas e as máximas sociais, o autor coloca a liberdade económica em pé de igualdade com a liberdade política, apresentando a cooperação económica entre estados como uma ideia moderna, marco de aperfeiçoamento da civilisação e sinal de rejuvenescimento das sociedades. Nesta conformidade, e considerando vergonhoso o estado de "cruel repulsão" em que se encontram os dois povos peninsulares, elogia a união aduaneira nestes termos:

"A ideia da união das alfandegas entre Portugal e a Hespanha é um principio que saudamos com enthusiasmo. É a sciencia

---

128 *Ibidem*, p. 125.
129 *Ibidem*, p. 124.
130 *Op. cit.*, p. 71.
131 *A Concordia*, Porto, nº 252, 4 de Novembro de 1854.
132 *Op. cit.*, p. 66.

economica que nos leva a essa exaltação do espirito que não pode deixar de se comprazer no projecto d'uma grande obra"[133].

Não é assim surpreendente a profícua lista de vantagens que apresenta como decorrentes dessa grande obra:

"Pela união das alfandegas os productos d'ambos os paizes tem egual protecção e egual onus.

Ambos constituirão o mesmo paiz neste ponto, o commercio interno será mais livre, a sociabilidade entre as duas familias estreitar-se-ha, e uma das grandes fontes de riqueza nacional correrá egualmente por ambos os povos, fertilisando-os. A união das alfandegas alludida é um bello principio de attracção, uma lei equitativa, uma necessidade da epocha, e um axioma de economia politica.

É ella um magnifico instrumento com que se ha-de operar a maior celeridade nas transacções d'ambos os povos, a mais justa estabilidade nos contractos commerciaes d'ambas as familias. É ella uma garantia de ordem, uma lei que vem cortar enormes anomalias que ahi tem sido condemnadas do alto da imprensa: é ella a fusão da legislação economica que socialisará ambos os paizes, destruindo assim as peias que a antipathia tem formado entre elles, peias mais oriundas de falsas ideias, do que de naturaes inclinações"[134].

Os colaboradores do *Leiriense* (1854-1858) contribuíram de uma forma activa para o debate da união económica peninsular. Logo no 10º número expôs D. António da Costa de Sousa Macedo algumas reflexões sobre *A Peninsula e a Administração*[135], gisando uma ousada estratégia económica para o conjunto da Península Ibérica. Afirmando que pretendia defender não a Ibéria política mas a Ibéria económica e administrativa, propôs a via da união administrativa, através de um vasto programa de reformas e inovações: em primeiro lugar, o caminho de ferro, mas também a navegação do Douro e do Tejo, a união das alfândegas e o tratado literário. Estes são os temas referidos, apesar do autor mencionar sem especificar "outros pontos de uma magnitude imensa", que sustentariam a nova conquista do século, a prosperidade sem destruição, a felicidade pelo mútuo auxílio e harmonia das vontades:

---

133 *O Porto e Carta*, Porto, nº 242, 25 de Outubro de 1859.

134 *Ibidem*.

135 *O Leiriense*, Leiria, nº 10, 2 de Agosto de 1854, p. 1-2.

"A Peninsula pode promover e conseguir um imenso progresso de administração, tremulando em Lisbôa as quinas de Ourique, e em Madrid o leão de Castela"[136].

Poucos dias após a publicação deste artigo, dava o *Leiriense* conta da notícia veiculada na imprensa madrilena sobre a chegada próxima a Lisboa do novo embaixador Antonio Rios Rozas, com a concertação da união das alfândegas em agenda; apesar de questionar a veracidade da notícia, o redactor apressou-se a patentear grande entusiasmo pelo tema:

"É nossa opinião desde muito que um tratado d'união d'alfandegas entre Portugal e Ispanha, que reunisse os interesses comerciais, agriculas e industriais de toda a Peninsula Iberica, será d'uma vantagem incalculavel para o nosso paiz; dezejaramos que o governo portuguez tivesse já dado alguns passos para se chegar a esse rezultado, e como isso se não tem feito, muito estimaremos que os espanhóis tomem a iniciativa e que em Portugal a secundem"[137].

As prestações no *Leiriense* de José Barbosa Leão sobre as relações político-económicas peninsulares assumiram alguma relevância, através de uma série de cinco artigos genéricamente intitulados *A União Iberica*[138]. Entre a panóplia de argumentos que esgrimia para defender tal união, constam os de índole económica, ressaltando logo no 1° artigo a importância que Lisboa e Porto poderiam alcançar como destacados centros comerciais, se Portugal não se encontrasse isolado. Mais do que vantagens acrescidas, segundo a sua tese, a união podia significar a salvação:

"Intendemos que Portugal se não pode mais levantar do seu quazi abatimento, sem se comunicar intimamente com a Ispanha e por meio d'ela com a Europa.

(...) Vemos que unido á Ispanha, Portugal pode ainda ocupar uma pozição inportante na Europa e no mundo, e que separado como oje está, faz uma figura indigna do nome que possue"[139].

Admitia então duas vias para a consolidação dessa aliança: a exclusivamente económica e a económico-política. À semelhança de

---

136 *Ibidem*, p. 2.

137 *Ibidem*, n° 13, 12 de Agosto de 1854, p. 3, secção *Exterior*.

138 *Ibidem*, 1854, n° 39, 11 de Novembro, p.1-2; n° 41, 18 de Novembro, p. 1; n° 43, 25 de Novembro, p. 1-2; n° 45, 2 de Dezembro, p. 1-2; n° 48, 13 de Dezembro, p. 2.

139 *Ibidem*, n°39, 11 de Novembro de 1854, p. 1-2.

Latino Coelho, acreditava que a convivência económica conduziria, mais tarde ou mais cedo, a uma união mais íntima[140]. Nos três artigos seguintes deteve-se a ponderar, passo a passo, as vantagens que o processo de união traria para o comércio, a indústria e a agricultura nacionais, propondo um amplo e profundo programa de comunhão económica de inspiração livre-cambista, no qual sobressaíam a instauração de uma liga aduaneira, a uniformização da legislação comercial, o estabelecimento de uma pauta comum, uma única lei de navegação com equiparação das duas bandeiras, um tratado de propriedade literária e artística, e ainda a uniformização de pesos e medidas e do sistema monetário.

A velocidade e intensidade deste processo eram fundamentais; daí a aposta na tecnologia e comunicações, como a expansão dos caminhos de ferro, de vias de comunicação terrestre e fluvial, telégrafos eléctricos, convenções postais, etc. Este relato denotava a preocupação constante de desmistificar a situação de concorrência prejudicial que os produtos espanhóis representariam, quando se efectivasse a união económica.

Mas, como dizia o autor, " o ponto capital n'este negocio é o tratado da união das alfândegas (...) que deve ser muito pensado, muito estudado, e muito discutido"[141] já que pretende, numa fase mais adiantada da integração, a livre permuta dos produtos das artes mecânicas, das belas-artes e das ciências, bem como a livre circulação das pessoas.

Só no último desta série de cinco artigos, Barbosa Leão referia que a união económica dos dois reinos "pode muito bem realizar-se, sem que se toque em coiza nenhuma na sua organização politica", precisando logo à frente que ela "pode operar-se sem que vá intender de modo nenhum com a independencia de qualquer dos paizes; e por tanto não têem que se sentir por isso nem os mais delicados sentimentos de nacionalidade portugueza ou ispanhola"[142].

O autor adiava propositadamente a questão da união política justificando que " não é possivel que dois paizes se reunam a bem, e com vantagens para ambos, n'uma só e unica comunidade, quando

---

140 Cf MASCARENHAS, Manuela — *A Questão Ibérica*, Braga, Sep. da Bracara Augusta, 1980, p. 12.

141 *O Leiriense*, nº 45, 2 de dezembro de 1854, p. 2.

142 *Ibidem*, nº 48, 13 de dezembro de 1854, p. 2.

esses paizes se não conhecem, e quando mesmo á entre eles algumas aversõis e rivalidades"[143].

A magna questão de uma aliança económica com a Espanha foi ainda o tema de algumas intervenções de Barbosa Leão no *Jornal do Porto* e no *Jornal de Lisboa*, bem como dos seus folhetos, *O Futuro de Portugal* e *A Aliança Ispanhóla*[144].

Mas, como seria de prever, o periódico português que mais aberta e sistematicamente assumiu a defesa da doutrina ibérica — *O Progresso* —, versou frequentemente a temática da união económica peninsular.

O primeiro artigo sobra a matéria, intitulado *Protecção e Liberdade*, concedia a pertinência do regime proteccionista entre países com diferentes índices económicos, tal como Portugal em relação à Inglaterra ou França, mas legitimava a abertura comercial com a Espanha em virtude de uma série de factores que apontavam para a a similitude das duas economias; os recursos naturais eram sensivelmente os mesmos, a nível do desenvolvimento industrial subsistiam pequenas diferenças ora favoraveis a um ou ao outro país e era ainda semelhante o sistema remuneratório dos operários, as alfândegas da raia eram inúteis pelo que a sua união não traria qualquer tipo de prejuízo. Concluía este texto que o regime de protecção só deveria abranger produtos estrangeiros que chegassem por mar, estabelecendo-se a livre circulação de mercadorias no território peninsular, como medida implementadora da própria indústria nacional:

"A prohibição dos produtos hespanhoes é illusoria, e, mais do que isso, desnecessaria. A união das alfandegas na peninsula seria um elemento favoravel ao futuro desenvolvimento da nossa industria"[145].

Outro artigo de primeira página, defendia no mesmo mês a *União Commercial Peninsular*, apresentando-a como motor do engrandecimento, consideração e prosperidade da península antes mesmo, e independentemente da união política sob a fórmula federal. Segundo este texto, tal união teria como implicações fundamentais a regularisação dos monopólios, e a uniformisação dos

---

143 *Ibidem.*

144 Ver referência a estes textos no capítulo relativo aos agentes difusores das doutrinas ibéricas.

145 *O Progresso*, Lisboa, nº 23, 12 de Junho de 1854.

direitos em todo o território peninsular[146]. No mês seguinte este mesmo título encabeça outro texto que retoma os items anteriormente abordados: aponta a inutilidade das alfândegas da raia que rendem menos do que a despesa que dão e praticam uma fiscalização permissiva do contrabando; defende rigor proteccionista em relação aos produtos exteriores à península; propõe a abolição dos monopólios do governo, nomeadamente do sabão, sal, pólvora e tabaco[147].

O candente tema da *União Commercial Peninsular* volta à primeira página do *Progresso* em Setembro mas, curiosamente, é sobretudo a união federalista política que aí é debatida, congratulando-se o autor pelo tom de maior simpatia que desde há dois meses o assunto tem merecido de grande parte da imprensa portuguesa. Faz coincidir os objectivos políticos com os económicos e, polemizando com a *Revolução de Setembro*, diz que "todo o jornalismo vae cedendo a uma idéa economica e grande, idéas de esperança e futuro" e que "todo o paiz começa a convencer-se das razões ponderosas que auctorisam a crusada iberica"[148]. Nesta conformidade, a união das alfândegas, efectivamente debatida e reivindicada na imprensa periódica, é apresentada neste artigo como o possível primeiro passo para a federação ibérica, a qual "ha de obterse por conquistas sucessivas de civilisação, e não de armas"[149].

No fim do mês o assunto regressa, ainda sob o mesmo título. O braço de ferro com a *Revolução* mantém-se, mas regista-se uma pequena alteração de estratégia; justifica-se a insistência no tema porque ele é o de maior importância e o de mais imediata realização para o estreitamento de relações com a Espanha, mesmo independentemente de quaisquer projectos políticos, pelo que advoga a abertura de negociações entre os dois governos[150].

Refira-se que o debate sobre a união comercial peninsular que o *Progresso* promoveu nas suas páginas, não deixou insensível os outros orgãos da imprensa, se bem que de diferentes orientações ideológico-partidárias, movendo-os a reproduzirem esses textos; é o

---

146 *Ibidem*, nº 27, 19 de Junho de 1854.
147 *Ibidem*, nº 45, 13 de Julho de 1854.
148 *Ibidem*, nº 95, 10 de Setembro de 1854.
149 *Ibidem*.
150 *Ibidem*, nº 110, 29 de Setembro de 1854.

caso do *Jornal da Associação Industrial Portuense*[151], do *Português*[152], do *Arauto*[153], ou ainda do *Eco Popular*[154].

A propósito da transcrição de dois trechos do manifesto de Andrés Borrego aos eleitores do seu país, a temática da união económica peninsular volta às primeiras páginas do *Progresso*, lembrando a redacção o quanto tem pugnado por ela, concretamente através da proposta de formação de uma comissão mista de nomeação governamental, integrada por espanhóis e portugueses para estudar e propôr projecto da liga das alfândegas, os meios de realisar a construção da via férrea de Lisboa a Madrid, a convenção sobre o seu trânsito, "e quaisquer outros trabalhos tendentes a estreitar nossas relações de trato e commercio com o visinho reino". O proselitismo do *Progresso* vai mais longe, solicitando a adesão de toda a imprensa portuguesa a esta cruzada do bem estar peninsular:

"Convidamos, pois, todos os nossos collegas jornalistas para que tratem deste assumpo, inteiramente alheio ás parcialidades politicas, ncitando o governo a que saia da sua apathia dando attenção a este objecto, que tano interessa a Portugal e á Peninsula inteira"[155].

Entretanto, e servindo o texto do manifesto de Borrego como fonte inspiradora, solicitavam-se cinco reformas a mais curto prazo: a liga de alfândegas dos dois reinos; a reciprocidade da bandeira; a reciprocidade de direitos civis e políticos para os portugueses residentes em Espanha e espanhóis residentes em Portugal; a

---

151 *Jornal da Associação Industrial Portuense*, Porto, nº 24, 15 de Julho de 1854, p. 373.

152 *O Portuguez*, Lisboa, nº 438, 30 de Setembro de 1854.

153 *O Arauto*, Lisboa, nº 138, 3 de Outubro de 1854.

154 *Ecco Popular*, Porto, nº 230, 6 de Outubro de 1854p. 1-2. Após a transcrição do texto, o *Eco* assumiu-se favorável ao estabelecimento das bases para uma união comercial peninsular: "É nossa opinião que o governo desve estudar este objecto: sendo talvez conveniente seguir o conselho que dá o *Progresso*, isto é, nomear uma commissão de homens competentes, que de accordo com outra nomeada pelo governo hespanhol tratem de estudar a materia.
(...) Para nós é ponto assentado que a ligação entre os dois povos da peninsula deve ser de grande utilidade ao comercio e industria e por isso entendemos que é conveniente preparar essa ligação que nada tem de politica.
Contra esta reforma, toda economica, nenhum partido se levantará, porque tal reforma não affecta as crenças, porque não contraria as tendencias, porque se não oppõe aos principios que formam o credo de qualquer das parcialidades em que a patria está dividida".

155 *O Progresso*, nº 120, 11 de Outubro de 1854.

uniformidade de pesos, medidas e moedas num prazo determinado; a construção da via férrea Lisboa/Madrid.

Tal reforma de carácter economico-administrativo teria a ambivalente virtude de não ameaçar a independência dos países nem beliscar os sentimentos de nacionalidade quando da sua instauração mas, por outro lado, a felicidade dos seus efeitos seria o fermento da posterior reunião ibérica também a nível político:

"Estas medidas, que desde agora podem adoptar-se sem affectar a independencia nem a nacionalidade de nenhum dos dois reinos, hão de preparar e accelerar sua reunião n'uma epocha em que não offendam nenhum dos interesses nem dos sentimentos que actualmente a elle se oppõem"[156].

Este pensamento resume também o cerne da filosofia do *Progresso*, que cada vez se torna mais nítida: a união económica é meio caminho para a união política, representa mesmo a primeira grande fase da sua realização.

No artigo denominado *A Peninsula Iberica*, reflecte-se sobre os meios dessa transição "que hão de levar duas monarchias, ainda separadas pelas instituições, a fundirem-se n'um só corpo, de sorte que não soffram os interesses nem dos povos nem dos individuos", retomando-se as cinco propostas de Borrego: "Não vemos rasão que possa obstar a qualquer destas disposições, adoptadas com egualdade para os dois paises"[157]. Relativamente à primeira disposição lembra que este jornal a tem defendido recorrentemente, podendo ser feita segundo várias combinações, sem prejudicar os rendimentos das alfândegas portuguesas e a protecção dos artistas; quanto à reciprocidade da bandeira reconhece-lhe evidente necessidade e tanta vantagem que é ocioso discutir pois ela é o complemento indispensável da união comercial; a reciprocidade dos direitos civis e políticos afigura-se-he de fácil resolução tendo em vista as semelhanças de leis e costumes entre os dois países, podendo tal experiência servir de pedra de toque para outras reformas do sistema peninsular, como o exercício de direito de voto dos emigrantes, etc.; igualmente fácil lhe parece a uniformização pela adopção do sistema métrico, embora a moeda seja um problema que falta resolver; quanto à quinta condição propõe a sua

---

156 *Ibidem*.

157 *Ibidem*, nº 122, 23 de Outubro de 1854.

generalização, já que defende a ligação ferroviária de outras povoações, e não só das capitais.

Este programa de índole economico-administrativa é pois a propedêutica à união política:

"Feito isto, que é o que fica separado nos dois paizes? O governo, e só o governo"[158].

Provavelmente através do *Progresso*, as disposições de Borrego são discutidas em outros orgãos da imprensa nacional e insular, como é o caso do *Correio Micaelense*, que em 11 de Novembro discute essas linhas programáticas aliando-as à questão da opção entre união e federação, concluíndo: "Pondo mesmo de parte a questão da fusão, ou da federação, não vemos senão vantagens, em que assim se liguem reciprocamente, desde já, os interesses sociaes e materiaes das duas nações"[159].

A imprensa estrangeira acompanha o debate sobre a união comercial peninsular, e o *Progresso* reproduz uma opinião da *Independence Belge* que reputa a questão de extrema importância para os dois países e a matéria teoricamente vantajosa, mas reconhece-he grandes dificuldades, não deixando de evidenciar o seu cepticismo quanto à concretização do projecto. Uma das objecções que coloca ao entendimento peninsular é o prejuízo que daí decorreria às cidades mediterrânicas, nomeadamemte catalãs, no tocante ao comércio da América que, na opinião daquele orgão, se passaria a efectuar maioritariamente com Lisboa e Porto. Todavia, faz coro com a imprensa peninsular e advoga a criação de uma comissão que deveria ser composta por número igual de portugueses e espanhóis[160].

Invocando o apoio que a ideia colhe na imprensa espanhola (sobretudo no *El Justicia* de Valencia[161]), na portuguesa (nomeadamente no *Arauto*[162]), e na estrangeira (em que destaca a

---

158 *O Progresso*, nº 122, 23 de Outubro de 1854.

159 *Ibidem*, nº 157, 24 de Novembro de 1854.

160 *Ibidem*, nº 143, 8 de Novembro de 1854.

161 São numerosos os artigos reproduzidos deste periódico valenciano que apresentava no cabeçalho uma aparatosa vinheta representando os escudos de armas português e espanhol, rematada pelo lema *Union Iberica*.

162 Não deixa de ser curiosa a insistência do *Progresso* em caracterizar o *Arauto* como um periódico dedicado à união, como muito claramente o designa Sousa Brandão num artigo publicado na véspera de Natal de 1854 (nº 181). Com efeito, se o *Arauto* aceitou publicar comunicados não assinados defendendo a união peninsular, não é menos verdade que manteve frequentes polémicas

Independence Belge), o artigo *Liga das Alfandegas Peninsulares* [163] insiste no tema, lamentando ainda o facto de o governo não lhe prestar atenção. Como medida imediata para a criação do *zollverein* peninsular solicitam a nomeação da comissão mista, à semelhança da que havia sido formada para estudo do caminho de ferro Lisboa/Madrid. E para consolidar a argumentação desenvolvida e "esclarecer as opiniões", inicia a transcrição de textos do *El Justicia*, que clamam pela liga alfandegária sobretudo em virtude das consequências do contrabando, causador de prejuízo à fazenda pública e imoralidade em numerosas povações. Dois dias depois, mantendo-se o título do artigo, prossegue a transcrição do periódico valenciano que verberava o trato ilícito, acusando-o de dispendioso e corruptor para ambos os países, e verdadeiro obstáculo à comunicação amigável. O paradigma então apontado era o acordo alfandegário franco-belga[164]. A terceira e última parte destas transcrições que completam o estudo do *El Justicia* sob o título *Liga das Alfandegas da Peninsula*, publicada no fim do mês, aborda as benfeitorias desse sistema nas áreas do comércio, marinha e indústria[165].

Cumprindo a sua missão de divulgar as propostas de união política e económica produzidas nos prelos espanhóis, o *Progresso* não podia deixar de publicitar com algum destaque e entusiasmo o programa de associação hispano-lusitana defendido por Artur de Marcoartú nas páginas da *Nación*. No campo cultural, o enfâse vai para a celebração de um tratado de propriedade literária e artística, a criação de cadeiras de espanhol e português nas escolas e universidades portuguesas e espanholas, respectivamente, a criação do instituto agrícola de Badajoz, e ainda a uniformização das carreiras estudiosas nos dois países. As medidas de índole administrativa e económica deixam transparecer um programa profundo e extenso: reforma postal, instauração da linha telegráfica Lisboa/Madrid, abolição dos passaportes, especial atenção e preferência às linhas férreas que atravessam a fronteira luso-espanhola, uniformização de pesos, medidas e moeda, uniformização

---

com o *Progresso* em virtude do seu ideário ibérico, o qual combateu, frequentes veze, em artigos de primeira página.

163 *O Progresso*, nº 157, 24 de novembro de 1854.

164 *Ibidem*, nº 159, 26 de novembro de 1854.

165 *Ibidem*, nº 162, 30 de Novembro de 1854.

da legislação comercial, celebração de um tratado de navegação e reciprocidade de bandeiras e, finalmente, uniformização pautal e união alfandegária. Colmatado por um tratado de aliança ofensiva e defensiva, o projecto de Marcoartú afigura-se-lhe a remissão e ressurreição da Península face aos olhos da Europa:

"Hão de perecer Hispanha e Portugal para renascer como a Phoenix, e, assobrando o mundo com um exemplo sublime, darão um solemne desmentido ás nações que dizem: A Africa começa nos Pirenéos"[166].

Em Dezembro chega a vez da reprodução de um texto do periódico madrileno *Adelante*, com o título *União Iberica e o Commercio Interno da Peninsula*. Exaltando o sucesso progressivo e imparável da ideia ibérica que "logo encontrou numerosos e habeis defensores, invadiu o pensamento dos poderosos, ganhou as simpathias do povo, e cresce na sua peregrinação como as avalanches que se precipitam das cumiadas dos Alpes", este artigo defende que as nacionalidades portuguesa e espanhola confundir-se-ão proximamente dando origem a uma nova existência, já que o ódio vai desaparecendo, principalmente nos grandes centros, restando apenas ténues gérmens de hostilidade nas povoações limítrofes. Complementarmente, vitupera o sistema proibitivo de fronteiras da raia, gerador de "deploraveis rivalidades", pelo que elege a união aduaneira como o primeiro passo para a materialização do ideário ibérico, avaliando desenvolvidamente as inúmeras implicações e alterações daí decorrentes[167].

Ilustrando a questão dos impostos fronteiriços sobre pessoas e mercadorias, é transcrito um artigo do *El Regenerador Estremeño* de Cáceres, contendo um discurso de um deputado à assembleia constituinte por aquela cidade, D. Francisco de Paula Montemar, queixando-se sobre o "decreto da zona", prejudicial aos criadores de gado e comércio em geral, e exigência de oito reales aos portugueses que passassem a fronteira em Badajoz[168].

A defesa da união das alfândegas é também levada às páginas do *Progresso* pelas palavras de Sinibaldo de Mas y Sanz, através da transcrição de um excerto do apêndice da 3ª edição da

---

166 *Ibidem*, nº 161, 29 de Novembro de 1854.
167 *Ibidem*, nº 184, 29 de Dezembro de 1854.
168 *Ibidem*, nº 41, 25 de Fevereiro de 1855.

Iberia (p. 172-175), então recém-publicada. Respondendo à *Nação*, o diplomata espanhol demonstra que a liga aduaneira não só não traria desvantagens ao comércio português e à actividade portuária de Lisboa e Porto, como esses elementos seriam os primeiros beneficiados, caso o sistema se viesse a implantar[169].

O estudo de economia e estatística peninsular de Cláudio Adriano da Costa, intitulado *Memoria sobre Portugal e a Espanha*, publicado em Fevereiro de 1856, fez a sua ante-estreia no *Progresso* que, em três números de Agosto e Setembro de1855[170], publicou o texto relativo às alfândegas, pese embora no livro viesse a sofrer alterações e acrescentos[171]. Mas além deste capítulo sobre alfândegas outros trataram, documentados em estudos estatísticos, a economia e finanças da Península, como comunicações e feiras, correio, bancos de comércio, orçamento e população. Todavia, é no capítulo VIII, *Interesses economicos de Portugal e Espanha*, que mais claramente são expostas as vantagens materiais da união peninsular, na metrópole e nas colónias, partindo do pressuposto inequívoco da união alfandegária e comercial. Logo após a publicação desta obra, o *Português* apresentou longamente o seu plano de matérias, considerando que ela merecia "ser lida por todas as pessoas que se occupam das sciencias sociaes, e prinicipalmente por aquelles que tem a seu cargo algum ramo de administração ou pretendem tomar parte na confecção das leis"[172].

Outra publicação que opinou sobre questões económicas da Península mas de dimensões bem inferiores à de C. A. da Costa, foi a que o oficial da marinha Feliciano António Marques Pereira escreveu em 1859 sob o título *A Confederação Iberica. Bases para um Projecto de Tratado de Alliança Offensiva e Defensiva e de*

---

169 *Ibidem*, nº 87, 20 de Abril de 1855.

170 *Ibidem*, nº 180, 190 e 200, de 12 de Agosto, 26 de Agosto e 7 de Setembro de 1855, respectivamente.

171 O autor explica desta forma as duas versões: "Este capitulo já tinha sido publicado em um dos jornaes da Capital, mas não tendo saido a sua impressão com a nitidez que se desejava, foi agora na sua reimpressão, alterado em algumas partes, e acrescentado em muitas outras, os acrescentamentos em attenção aos successos que tem decorrido desde a 1ª impressão". (Cf. C. A. COSTA — *Memoria sobre Portugal e a Espanha*, Lisboa, Typ. de Castro & Irmão, 1856, p. 276).

172 *O Portuguez*, Lisboa, nº 1011, 12 de Setembro de 1856, p. 3-4.

Liberdade de Commercio entre Portugal e a Hespanha[173]. Este opúsculo que advogava a confederação monárquica peninsular e que defendia que um tratado comercial com a Espanha não prejudicava nenhum sector da economia portuguesa nem mesmo sob o ponto de vista agrario-cerealífero, incluía um projecto em vinte artigos para lançamento das bases dessa confederação, dedicando cinco deles ao relacionamento económico das duas potências. O artigo 13° propunha a abolição das alfândegas dos portos secos da fronteira e o seguinte previa a instalação de comissões mistas em Lisboa, Corunha, Cádis e Barcelona para regulamentação das pautas relativas às alfândegas marítimas portuguesas e espanholas; o artigo 15° estabelecia a reciprocidade dos direitos dos navios dos dois países quer na península, quer nas respectiva colónias; o 16° obrigava ao início da construção da linha férrea Lisboa/Madrid num prazo de dois anos; e o 17° estabelecia a possibilidade de realização de conferências periódicas ou extraordinárias para regulamentar e providenciar sobre o eventual desenvolvimento do tratado.

A questão da uniformização monetária foi sempre considerada matéria mais delicada, e por conseguinte só referida nos projectos mais ambiciosos de união económica, quase sempre sem grandes estudos ou propostas de solução. Um artigo de 1ª página, sem título e assinado com as iniciais C. P., manifestava-se sobre os sistemas monetários português e espanhol, estabelecendo uma relação entre o real de cada um dos países, aconselhando-lhes a adopção da moeda métrica decimal, que aliás reputa de "sinal de civilisação". Neste contexto, o autor critica a tabela publicada na *Gazeta Oficial* de Madrid por José Duro, ensaidor e marcador-mor do reino, reivindicando do governo espanhol um trabalho mais perfeito, no sentido de facilitar as relações entre os dois países peninsulares[174].

A participação do *Progresso* no debate sobre a construção dos caminhos de ferro pautou-se sempre por uma orientação de perspectiva globalizante de integração do território nacional no território peninsular. Veja-se por exemplo o texto assinado por J. P.

---

173 *A Confederação Iberica. Bases para um Projecto de Tratado de Alliança Offensiva e Defensiva e de Liberdade de Commercio entre Portugal e a Hespanha*, Lisboa, Typ. de Joaquim Germano de Sousa Neves, 1859, 12 p.
174 *O Progresso*, n° 130, 12 de Junho de 1855.

(José Pais de Faria Pereira), subordinado ao tema *Caminho de ferro de Santarem até à fronteira de Hespanha proxima a Elvas*[175], ou ainda o artigo *Caminho de Ferro*, que em 1855 lamenta a negligência da linha Madrid/Badajoz, apesar dos progressos recentemente registados em Espanha nessa área, pelo que culpabiliza o governo português de não promover negociações a esse respeito, concluíndo que sem a linha Madrid/Badajoz, pouco importam as linhas que se façam em Portugal[176].

Igualmente sintomático desta atitude é o extenso, detalhado e elogioso comentário à obra de Francisco Coello, *Proyecto de las lineas generales de navegación y de ferro carriles en la Peninsula Española*, dando particular destaque à futura construção da linha de Santarém à fronteira, reproduzindo o excerto respectivo[177].

O *Jornal da Associação Industrial do Porto* divulgou o ideal ibérico na sua dupla vertente política e económica, traduzindo em 1855, na sua secção de "Economia Industrial", a versão integral dos *Estatutos da Associação—Liga Hespano-Luzitana*[178], recentemente fundada por Facundo Infante, presidente das cortes constituintes[179].

O capítulo primeiro estipula os objectivos programáticos da Liga, nos quais ressaltam, por um lado, a plena intenção de publicitação da mesma e, por outro, a sua disponibilização para intervir junto dos poderes públicos e políticos. Senão vejamos:

"Art.1° — A Liga Hespano-Luzitana, tem por objecto igualar os interesses da Hespanha e Portugal, e facilitar todos os meios legitimos que tendam a conseguir a união de ambos os paizes.

---

175 *Ibidem*, n° 125, 17 de outubro de 1854.

176 *Ibidem*, n° 74, 5 de Abril de 1855.

177 *Ibidem* , n° 176 e n° 192, 8 e 29 de Agosto de 1855. O n° 176 inclui ainda a transcrição de um excerto do artigo *Vias de Communicação*, de Henriques Nogueira, originalmente publicado no *Jornal da Associação Industrial Portuense*. Quanto à obra de Francisco Coello, ela foi publicada em Madrid, pela Imprenta de Tomás Nuñez Amor, em 1855, e aí o autor defendia que as razões comerciais eram mais importantes do que as militares. Todavia afirmava não conhecer bem as linhas de Portugal, faltando-lhe dados para indicar os traçados mais convenientes, sobretudo em algumas localidades. Daí que o tema *Lineas de Portugal* esteja resumido entre p. 406 a 415.

178 *Jornal da Associação Industrial Portuense*, Porto, n° 14, 15 de Fevereiro de 1855, p. 217-218.

179 *Estatutos de la Liga Hispano-Lusitana*, Madrid, Imprenta de Luis Garcia, 1855, 7 p. Estavam divididos em cinco capítulos que tratavam, respectivamente: do objecto, formação e meios da sociedade; da organização; da direcção; das sessões; dos deveres e obrigações recíprocas da liga e dos seus associados.

Art. 2° — A liga Hespano-Luzitana, é uma associação peninsular, composta d'um numero illimitado de membros para propagar o pensamento da União-Iberica e empregar junto dos publicos poderes poderes os meios de a realisar.

Art. 3° — Os principaes meios adoptados pela liga a fim de cumprir a sua missão, são:

I. Fazer vêr por meio da imprensa a utilidade da União Iberica.

II. Indagar os meios mais proprios para fomentar as relações internas da Peninsula.

III. Empregar junto dos poderes publicos todos os esforços a fim de remover os embaraços que contrariam o desenvolvimento dessas relações, pondo immediatammente em grande actividade:

A união postal e telegraphica.

A união escolastia e universitaria.

A livre e expedita communicação inter-nacional.

A construcção das vias de communicação de amos os paizes debaixo d'um systema geral e commum.

Extensão e reciprocidade do direito de propriedade litteraria e industrial.

A união das alfandegas.

A aliança offensiva e defensiva.

A assimilação administrativa e legislativa.

A assimilação dos direitos individuaes."[180]

Para agilizar este programa propõe-se no 3° capítulo a divisão da junta central directora em secções e a subdivisão desta em comissões, a saber, a secção de propaganda; a secção de relações sociais desdobrada na comissão postal e telegráfica e na de obras públicas; a secção de relações intelectuais dividida na comissão científica e na literária; a secção de relações comerciais e industriais decomposta nas comissões de navegação, alfandegas, exposições industriais peninsulares, e informações comerciais; e ainda a secção legislativa e administrativa[181]. Como se pode verificar, a aproximação económica liga-se intimamente à aproximação de índole cultural, socio-administrativa e legislativa, um pouco à

---

[180] *Jornal da Associação Industrial Portuense*, Porto, n° 14, 15 de Fevereiro de 1855, p. 217.

[181] *Ibidem*, p. 218.

semelhança de outros modelos propostos por autores portugueses e espanhóis ja referidos.

O *Oriente*, diário portuense que, segundo o seu próprio subtítulo, se interessou pelas áreas da política, da literatura, do comércio e da agricultura, e que, como lembra Silva Pereira, advogou a fusão de todos os partidos[182], foi o periódico que verdadeira e intensamente defendeu a associação industrial peninsular.

Em Fevereiro de 1859, um artigo de primeira página chamava a atenção para a desconfiança que Portugal deveria manter em relação à Inglaterra e França, (estava então bem fresca na memória dos portugueses a questão *Charles et Georges*), devendo apoiar-se na aliança com Espanha, a única que poderia firmar a independência nacional e grangear-lhe representação europeia, especificando da seguinte forma o teor desse entendimento:

"Não se tracta da fusão dos governos nem da centralisação administrativa. O sentimento geral que se manifesta, a propaganda que se tenta, é pela alliança commercial, industrial, litteraria, fomentada por meio das communicações faceis, pelo estudo das riquezas dos dois paizes, pela comparação dos seus meios productivos. Que são os governos, quando a sociedade se desenvolve por si, trabalha, e se abastece de tudo o que necessita, observando os principios da liberdade, as leis da protecção mutua e o respeito pelos interesses legitimos?"[183]

Segundo este texto, a tradicional divisão da península alimentada pelas mais diferentes formas, parece ser superável através da fórmula mágica do progresso material:

"O industrialismo de hoje, o movimento commercial, a avidez dos caminhos de ferro, que nos transportam commoda e economicamente, dispara esses obstaculos, filhos de preconceitos e de interesses mal baseados"[184].

O país vizinho é efectivamente apresentado como um exemplo de rápido e recente desenvolvimento material mas, mais curiosamente, como uma nação que amenizou o seu carácter e costumes, tentando dissipar-se assim um dos preconceitos que

---

182 PEREIRA, A. X. da Silva — *O Jornalismo Portuguez*, Lisboa, Typographia Soares, 1895, p. 83.

183 *O Oriente*, Porto, nº 39, 28 de Fevereiro de 1859.

184 *Ibidem*.

estava na base da aversão multissecular, e corporizava um dos argumentos fundamentais da propaganda anti-castelhana:

"Ninguem duvidará que a Hespanha tem feito muito progresso na administração, na instrucção, e no desenvolvimento da sua industria. Alguns defeitos inherentes aos costumes e educação dos seus habitantes, vão desaparecendo: as suas relações sociaes são menos rudes e o seu commercio com os portuguezes torna-se cada vez mais facil e intimo"[185].

Assim, este artigo que se encontra assinado com a inicial S., explica as condições de emergência da nova associação, as suas características e objectivos:

"A Associação Industrial Peninsular, que agora começa em seus trabalhos, composta d'individuos que se interessam pelo progresso das coisas da Peninsula, associação que deve ter as suas correspondentes em Hespanha, que não se envolve em negocios politicos nem em questões governamentaes, será a expressão d'esse pensamento, que a muitos suscitou a nossa humilhação na questão da *Carlos e Jorge*.

(...) A Associação Industrial Portuense tentará como primeira obra, uma exposição periodica de productos de ambos os paizes. Ha muito tempo que a Peninsula deveria compulsar a sua producção antes de hir apresentar-se nas exposições estrangeiras. A exposição peninsular servirá de thermometro para avaliarmos as nossas principais producções, as que nos convem alimentar, a capacidade dos nossos artistas, e será o preludio para accelerar as communicações que hão de ligar os dois paizes"[186].

Três dias depois, um artigo assinado por G. P., vituperava novamente a política ardilosa da Inglaterra e da França, que acusava responsável da própria separação e desentendimento dos dois povos da península, e insistia na aliança económica peninsular, acrescentando-lhe alguns elementos:

"Portugal e Hespanha diligenceiem pôr um prégo bem seguro na roda de tamanho absurdo, que os tem damnificado a ambos em grandissima escalla. Não o consintam mais, por que serviriam só interesses estranhos, que a diplomacia e até propagandas com apparencias populares tentam ainda continuar.

---

185 *Ibidem.*
186 *Ibidem.*

É urgente aos dois povos peninsulares, estreitarem-se pelas diversas relações economicas. Convem começar pela construcção das linhas iternacionaes, ao sul e norte de Portugal, pelos pontos de mais interesse commum. A imprensa dos dois paizes provoca o espirito publico e solicita os respectivos governos para tão grande empreza. As exposições industriaes peninsulares periodicas, serão tambem um meio efficaz d'estudo mutuo e conductor de ideias proficuas aos interesses da peninsula. Será este um dos trabalhos preliminares da nova Associação Industrial Peninsular. Já se deu conta d'este projecto em um dos números passados do *Oriente*. O pensamento da alliança economica deverá secundal-o uma liga das alfandegas dos dois povos, em protecção mutua da sua producção e commercio.

Animos esclarecidos e dedicados diligenceiam evidenciar esta verdade por toda a peninsula. No bom senso popular ha de imprimir-se a convicção dos seus verdadeiros interesses. O estudo e conhecimento mutuo da sciencia e litteratura, da producção e riqueza dos dois paizes, sem duvida testemunhará que as suas forças, pelo desenvolvimento progressivo das relações economicas, serão respeitaveis e respeitadas.

E esta certeza dará em resultante uma natural alliança politica de maxima vantagem para a dignidade e os interesses dos dois povos peninsulares. A peninsula será forte"[187].

Para levar a cabo esta empresa, conta o autor do artigo com o "solicito apostollado" da imprensa, e com todos os veículos de propaganda escrita, pelo que elogia uma obra escrita em Paris por um talentoso escritor português e ali publicada pela Sociedade Ibérica, e da qual diz ter o mérito de "fazer familiares ao mundo as nossas coisas e os nossos homens eminentes"; trata-se claramente do 1° tomo da obra *Les contemporains portugais, espagnols et brésiliens*, que Teixeira de Vasconcelos denominou *Le Portugal et la Maison de Bragance*[188].

No dia posterior à publicação deste artigo, o *Oriente* noticia laconicamente que a "Associação Industrial Peninsular teve a sua

---

187 *Ibidem*, n° 41, 3 de Março de 1859.
188 Paris, 1859.

primeira reunião"[189], tornando-se a partir daqui totalmanete omisso quanto ao destino da novel sociedade.

Com efeito, as notícias sobre esta associação não abundam. Um ano mais tarde contudo, um pequeno comunicado publicado na terceira página do *Futuro*, periódico lisboeta fundado por Elias Garcia e afecto ao grupo de José Estevão, retoma a questão. Assinado sob o criptónimo *Tres portuguezes*, e encabeçado pelo título *Uma curiosidade*, este comunicado denuncia as desconfianças que tal associação, aliás mal conhecida e envolta em certo mistério, provocava. Daí o tom sarcástico do seu teor:

"Organizou-se ha tempo uma associação industrial peninsular, ou para melhor dizer uma associação iberica para fins que atá ao presente ignoramos — a bem do interesse publico desejavamos saber se esta associação existe clandestinamente ou a sol descoberto — se tem estatutos que possam ser lidos pelos profanos ou se são privativos dos associados — se seus trabalhos são fomentos industriaes, ou se seremos fomentados com politica iberica — se, finalmente, o sr. D. José Salamanca também é associado (agremiado conforme a phrase da moda) desta illustre associação, e se o seu contracto por vias á hespanhola será uma fomentadella para o progresso iberico. Quem informar acerca deste assumpto fará um serviço ao nosso paiz, e socegará os espiritos dos desconfiados dos fomentos ibericos em cujo numero entramos"[190].

A resposta não se faz esperar e, cinco dias depois, é satisfeita a curiosidade daqueles cidadãos através de um carta dirigida ao responsável do periódico e assinada por Betâmio de Almeida:

"Traz hontem o seu jornal uma *Curiosidade de tres portuguezes* que quer seja conscenciosa, quer seja malevola, convem, me parece, não deixar sem resposta. A *Associação Industrial Peninsular* ainda não tem estatuto. Eu fui encarregado de lhe propôr as bases; e apresentei-lhe em 11 de Maio de 1859 as inclusas, que ainda não entraram em discussão por se não terem reunido os socios desde então em numero suficiente. Se o meu amigo consente em que sejam publicaos no Futuro, muito obsequiará a quem se confessa com verdadeira estima"[191].

---

189 *O Oriente*, nº 42, 4 de Março de 1859.
190 *O Futuro*, Lisboa, nº 550, 15 de Março de 1860.
191 *Ibidem*, nº 554, 20 de Março de 1860.

À carta segue-se, com efeito, a trancrição das *Bases para os estutos definitivos da Associação Industrial Peninsular*, que reproduzimos no final do presente capítulo.

José Silvestre Ribeiro viria mais tarde a referir a génese da associação, sem deixar todavia de mencionar a pouca divulgação que tal iniciativa conhecera:

"No dia 28 de Fevereiro de 1859 reuniu-se esta associação, que tinha por fim promover as exposições de industria. Especialmente resolveu coadjuvar a Esposição Hespanhola, que acabava de ser decretada para o anno de 1862, e diligenciar que a seguinte exposição fosse celebrada em Portugal.

Não encontrámos outra noticia mais a respeito d'esta associação, e apenas a mencionamos para que não escape á curiosidade dos indagadores"[192].

Não confundir esta Associação Industrial Peninsular com a Associação Peninsular que Simões Dias nas biografias de destacados vultos espanhóis publicadas na *Folha*, referiu ter sido animada, entre outros, por Ricardo Molina, e sobre a qual este autor publicou uma memória e estatutos em anexo à obra *Portugal, su orígen, constitucion é historia politica, en relacion con la del resto de la Peninsula*, de Março de 1870[193]. Este livro, que foi uma das mais

---

192 RIBEIRO, José Silvestre — *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artisticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarchia*, Lisboa, t. X, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1882, p. 198.

193 Simões Dias não poupou elogios à obra de Molina, a qual apresentou nestes termos:"Esta *Memoria* que vem rubricada, alem do nome do relator, pelos srs. Manuel Becerra, José ramirez de Arellano, Benigno Martinez e J. de Mendoza, merece a attenção de todos os homens que se interessam pelo destino da peninsula, para que se veja quão salutares e pacificos são os meios da união, que alli se propõem, e quão illudidos andam aquelles que julgam que a Hespanha nos ameaça com a força.

A Associação Peninsular, cujo pensamento, de ha muito latente, foi realisado pelo sr. Juan Leon, cathedratico, Ricardo Molina e outros; que era o sonho de Senibaldo de Mas e d'aquelle celebre Mendizabal, que a este respeito fallara largamente em Londres com D. Pedro V; a Associação, dizemos, divide-se nas seguintes secções:

De sciencias, artes e litteratura. De serviços administrativos. De industria e commercio. De communicações especiaes e de agricultura.

D. Ricardo Molina historiando no seu livro as phases politicas de Portugal não se esquece de apontar as occasiões em que este reino podia unir-se pacificamente á Hespanha, e referindo os factos com exactidão, nos faz toda a justiça que sempre se deve esperar de um historiador sisudo. Folgâmos de ver como um escriptor estrangeiro pôde escrever com tanto conhecimento de causa a historia politica de Portugal; que, para nossa vergonha, ainda temos incompleta". Cf. *A Folha*, Coimbra, 2ª Série, nº 7, 1870, p. 50.

importantes obras espanholas que defendia e justificava as aspirações ibéricas, talvez devido à sua extensão e densidade de conteúdo, não teve a recepção nem produziu o impacto que textos mais impressionistas, como opúsculos e artigos da imprensa, efectivamente tiveram e produziram nos meios portugueses, galvanizando a nação contra as suas ideias. A este facto não esteve obviamente alheio o tacto de Molina no tratamento do tema, afirmando que a união não poderia nunca ser feita por meios violentos nem artificiosos, evidenciando o seu respeito por Portugal e portugueses, e fazendo mesmo *mea culpa* relativamente a atitudes da Espanha para com o país vizinho, num passado recente. Além da longa explanação de aspectos históricos, Molina dedicou capítulos específicos ao estudo da propaganda do iberismo, e da história da solução ibérica no século XIX, reservando os últimos capítulos para a apresentação da Associação Peninsular. Esta formara-se em 1869, e aprovara os regulamentos em 6 de Fevereiro de 1870, tendo por fim estreitar e propagar as relações de Espanha com Portugal, ciente da afinidade e comunidade de interesses entre os dois países. Daí, ter projectado a promoção de actividades e iniciativas comuns nas áreas das ciências, artes e literatura, da administração, indústria, comércio, agricultura e comunicações, defendendo, entre variadíssimos aspectos, a união alfandegária[194].

Retomando a participação do *Oriente de Trás-os-Montes* no debate sobre a concertação económica peninsular, pode dizer-se que o seu apoio se manteve. Prefaciando um excerto do discurso de Romero Ortiz apresentado ao congresso espanhol, e aqui reproduzido na língua original, G. P. advoga a aliança ibérica:

"Não se trata da fusão politica, que os portuguezes não podemos querer. Defende-se como altamente vantajosa para o futuro de ambas as nações peninsulares, a união industrial em que possa firmar-se uma alliança politica, com unidade de pensamento e de interesses, que torne a peninsula robusta no interior e mais respeitavel e respeitada no exterior"[195].

---

194 Cf. MOLINA, Ricardo — *Associacion Peninsular*, in "Portugal, su orígen, constitucion é historia politica, en relacion con la del resto de la Peninsula", Madrid, Oficina Tipografica del Hospicio,1870, p. 202-244.

195 *O Oriente de Traz-os- Montes*, Porto, nº 4, 7 de Abril de 1859. Refira-se que a mudança do nome do periódico ocorreu em 4 de Abril de 1859, recomeçando então a publicação com o nº 1.

Insistindo no despotismo francês igualmente sentido em Portugal e Espanha, e outras "maliciosas influencias estrangeiras" que haviam cavado valas entre os dois países e incutido um "odio injustificavel e um pasmoso desconhecimento mutuo", propõe uma pouco definida mas inadiável união económica de consequências políticas:

"Similhante mal deve acabar de prompto. A independencia d'ambas as nações firma-se na sua unidade economica d'onde derive uma justa alliança politica. Com a união ellas hão de conseguir nos conselhos e na politica da Europa a consideração que lhes é devida. É pois louvavel, a precedencia que os governos dos dous paizes vam dar à linha ferrea internacional"[196].

A proposta de Romero Ortiz para a qual o jornalista do *Oriente de Trás-os Montes* pedia a "justa reciprocidade" por parte do governo português, assentava tão somente em quatro parágrafos de índole cultural e administrativa, almejando a reciprocidade de direitos civis na Península: a possibilidade dos espanhóis residentes em Portugal receberem as suas pensões provenientes do tesouro público; a possibilidade de jovens portugueses poderem seguir carreiras literárias em Espanha; a possibilidade de médicos portugueses exercerem a sua actividade profissional no país visinho; a possibilidade de portugueses se candidatarem a cátedras vacantes nas universidades espanholas. Um periódico da capital, *A Opinião*, asseverava que corria em Madrid o rumor de não haver impedimento à aprovação do projecto de lei de Romero Ortiz nas cortes espanholas, principalmente após a proposta de Mendes Leal no parlamento português, encontrando-se o assunto a ser estudado por comissão própria, com vista à discussão a marcar pelo ministro do Fomento[197].

Este periódico afecto ao partido histórico viria a demonstrar uma vontade de aproximação económica e cultural com Espanha, transcrevendo o seguinte texto da *Época*, folha semi-oficial do governo espanhol, considerando as suas reflexões sensatas e oportunas:

"Trabalhemos todos de commum accôrdo para destruir as rivalidades que ainda existem entre os dois povos; estabeleça-se a

---

196 *Ibidem*.

197 *A Opinião*, Lisboa, nº 726, 1 de Junho de 1859.

unidade no ensino publico e a unidade aduaneira; não formem senão uma só rede os caminhos de ferro e as linhas telegraphicas dos dois paizes; na navegação maritima e fluvial, considere cada uma das duas nações como seus, os navios da outra; desappareçam em fim, de facto, os limites que constituem a fronteira commum para toda a especie de relações entre os habitantes de ambas, e dia virá em que os dois povos *independentes* e unidos sejam aos olhos da Europa, como uma só nação, pelo que diz respeito á sua influencia no mundo.

Ha dois annos, estava proxima a estabelecer-se uma alliança offensiva e defensiva entre Portugal e Hespanha, e se hoje a attitude de certos partidos tem posto obstaculos no caminho desta politica, verdadeiramente nacional, o interesse das duas dynastias, e dos dois povos, o progresso crescente das communicações, e o sombrio futuro que talvez aguarda a Europa, hão de realisar mais tarde ou mais cedo este fusão de interesses, esta identidade de aspirações que vale mais que as unificações violentas"[198].

Nesta altura, também o correspondente em Madrid da *Época*, desta feita periódico português e, tal como a *Opinião*, de simpatias históricas, dava conta do que por lá os jornais publicavam em matéria de projectos de união económico-administrativa, seleccionando os aspectos fundamentais:

"*La Nueva España* quer a União Iberica sem lezar nenhum direito ou interesse verdadeiramente legitimo, e pede para chegar ao desejado resultado — supressão de passaportes e livre circulação pelos mares e rios de Hespanha e Portugal, o franqueio previo entre os dois reinos, união postal e telegraphica, liberdade do commercio do sal em Hespanha, como se dá em Portugal, União aduaneira peninsular, revalidação de todas as profissões nos dois paizes, e por ultimo o desenvolvimento das vias de communicação que ponham em continuas e estreitas relações os dois povos. A *Iberia* em um artigo assinado por D. Artur Marcuartu pede para Hespanha e Portugal — liberdade de circulação por terra, rios, e mares da peninsula e ultramar, para seus productos e mercadorias, abolição de passaportes e de *bandeira differencial* entre Portugal e a Hespanha, União postal e telegraphica em toda a peninsula e ultramar, União e revalidação dos diplomas das escolas,

198 *Ibidem*, nº 1356, 7 de Julho de 1861, p. 2.

universidades, e das profissões, direitos dos codigos politicos, mercantis e juridicos, egualdade e reconhecimento da carta de cidadão, de direitos e de obrigações entre Hespanha e Portugal, e seus respectivos governos"[199].

Desde a primeira hora, o *Jornal do Porto* revelou uma visão que privilegiava o enfoque económico da realidade, apresentando no seu editorial o seguinte pensamento:

"Hoje todas as grandes questões politicas se resumem e definem n'um grande problema economico. A missão politica da imprensa está terminada (...). Resta portanto a questão economica. Essa é a primeira e mais substancial devisa da ardua e trabalhosa missão, que na imprensa nos propomos desempenhar. (...) O nosso pensamento é pois mais economico do que politico. Não pertencemos a nenhum partido; pertencemos a uma eschola de ideias economicas livres, francas e generosas"[200].

Não admira pois que o periódico fundado por António Rodrigues da Cruz Coutinho e José Barbosa Leão, tendo este assumido também as funções de director e redactor principal, ao lado de José Luciano de Castro, tenha tratado a questão económica numa perspectivação peninsular.

Estas preocupações foram logo reveladas ao longo do primeiro mês de vida do periódico; chamou a atenção para *A Crise Commercial do Porto*, causada sobretudo pela crise dos vinhos do Alto Douro para os quais reclama liberdade de comércio, tendo em vista a concorrência desleal motivada pelo contrabando de vinhos e aguardentes de Espanha[201]; analisou detalhadamente *O Contrabando*, considerando este flagelo económico uma questão de premente actualidade[202]; e estudou especificamente o *Commercio entre Portugal e Hespanha*, denunciando o "desapoderado contrabando", como o elemento viciador de todo o processo, origem de ofensa dos interesses da indústria nacional e das receitas do tesouro[203]. Defendia este texto que as causas dessa corrupção organizada radicavam nos defeitos da legislação fiscal portuguesa e espanhola, no desleixo e incúria da fiscalização das alfândegas, e na

---

199 *A Epoca*, Lisboa, nº 386, 25 de Abril de 1861, p. 2.
200 *Jornal do Porto*, Porto, nº 1, 1 de Março de 1859.
201 *Ibidem*, nº 8, 15 de Março de 1859.
202 *Ibidem*, nº 9, 16 de Março de 1859.
203 *Ibidem*, nº 12, 19 de Março de 1859.

conservação de certos monopólios quer em Portugal, quer em Espanha. A solução para todos os prejuízos que estima incalculáveis, estaria na união das alfândegas dos dois países. Três dias depois este assunto é mais extensamente tratado no artigo *Liga de Alfandegas entre Portugal e a Hispanha* o qual, descrendo de qualquer poder ou fiscalização que possa lutar contra o contrabando, vê na liga aduaneira o único remédio capaz de acabar com as despesas de fiscalização e de fazer prosperar as receitas nacionais[204]. Depois de citar casos em que essa velha ideia frutificara (Alemanha, Inglaterra e Irlanda, Rússia e Polónia), o autor detem-se a enunciar as suas vantagens: conhecimento e estima dos povos; desenvolvimento industrial estimulado pela concorrência leal; crescimento dos mercados; desenvolvimento das trocas; dissolução de rivalidades internacionais; economia nas despesas de fiscalização; aumento das receitas do tesouro; eliminação da concorrência clandestina, traiçoeira e ilegal. Complementar e pragmaticamente, não negligencia os meios de pôr esta reforma em prática; coloca a hipótese de repartição do produto dos direitos cobrados proporcionalmente ao número de consumidores, mas afigura-se-lhe mais conveniente que cada estado considerasse como seus os direitos cobrados nas suas alfândegas respectivas, uniformizando-se os valores através de uma pauta comum. Estas providências deveriam ainda ser completadas através dos seguintes quatro grupos de medidas: 1°) abolição dos monopólios (tabaco e pólvora) nos dois países, para evitar a necessidade de fiscalização; 2°) navegação completamente livre dos rios, abolição dos passaportes no interior da península, modificação da legislação sanitária, e permissão indistinta da construção de barcos mercantes nos dois países; 3°) declaração do comércio de cabotagem completamente livre e comum; 4°) declaração do direito diferencial vigente em benefício das colónias de ambos os países.

Em Maio desse ano, comentando a matéria da obra de Xisto Câmara, *A União Ibérica*, a pedido do próprio do autor, lê-se num artigo que, embora não assinado, saiu possivelmente, tal como os anteriores, da pena de Barbosa Leão:

---

204 *Ibidem*, n° 14, 22 de Março de 1859. Refira-se que, uma semana após a sua publicação, este artigo foi reproduzido num periódico de Valença, *A Razão*, n° 648, de 28 de Março de 1859.

"Para nós a questão iberica, deve encarar-se debaixo de dois pontos de vista, que vem a ser, a questão economica e a questão politica.

Quanto á *união economica* da peninsula iberica, por meio d'uma liga d'alfandegas, do estabelecimento da mesma legislação commercial e maritima, de um tratado de navegação equiparando as duas bandeiras, d'um tratado de propriedade litteraria e industrial, etc.; estreitando-se as relações por meio dos caminhos de ferro, das estradas, e do encanamento e navegação dos rios; — união que tornaria homogeneos os interesses industriais, commerciais e agricolas dos dois paizes; por essa união, dizemos, pronunciamo-nos abertamente: não vemos n'isso senão vantagens para o nosso paiz e para a nação nossa vizinha, e nossa irmã"[205].

O tom laudatório da união económica peninsular prossegue ao longo do texto, divagando o autor sobre as transformações que a navegabilidade do Tejo e do Douro trariam ao país em geral, e a Lisboa e ao Porto em particular, com a decorrente maximização do comércio transcontinental feito por esses portos, criando um cenário magnífico de prosperidade comercial que insiste em afirmar não ser utópico:

"Por tudo isto pois somos de todo o coração pela *união economica* de Portugal e Hispanha, e consideramol-a uma questão palpitante d'actualidade, que quanto mais se retardar, mais se retarda a prosperidade dos dois paizes.

Quizeramos por isso ver os poderes publicos nos dos paizes lançar mão della, estudal-a, e fazer os trabalhos e combinações precizas para quanto antes a pôr por obra.

No dia em que se fizer, marcarse-á, não temos a menor duvida, uma nova éra para os dois paizes, e os dois povos da Peninsula irão na devida pozição tomar lugar nos conselhos da Europa, por que se Portugal é menor paiz continental, é muito maior paiz colonial, e os seus recursos no Ultramar, convenientemente aproveitados, tornal-o-ião pelo menos a primeira nação de segunda ordem da Europa.

---

205 *Ibidem*, nº 71, 31 de Maio de 1859.

Somos pois, repetimos, pela *união economica* da Peninsula, almejamol-a sinceramente e quizeramos ter a ventura de ver a sua realização"[206].

Como se viu anteriormente, o autor decompõe a questão ibérica nas questões económica e na política, sobrelevando a importância daquela; efectivamente, no tocante à união política , defende o seu apagamento do debate público e remete-a para as gerações vindouras já que, sendo matéria de tão profundos melindres e susceptibilidades, só pode conjunturalmente prejudicar a realização da união económica. Como se vê, comunga de uma não pouco frequente teoria de separação estratégica da questão económica da questão política, no seio da ampla problemática ibérica.

O correspondente em Madrid do *Jornal do Porto*, também revelava sintonia nesta matéria, elucidando os leitores da sua postura, logo na primeira missiva:

"(...) Como n'uma correspondencia de Madrid para um jornal portuguez pode vir a pêlo muitas vezes fallar das relações dos dois povos, devo declarar que dezejo a união economica, scientifica, litteraria e artistica dos dois povos irmãos, e que portanto apreciarei as questões e os factos nesse sentido"[207].

Com efeito assim procedeu. A propósito do rumor que corria na bolsa da capital espanhola sobre a formação de um banco de crédito hispano-português, cujas bases estariam a ser preparadas por dois banqueiros, um de cada nacionalidade, manifestou-se o correspondente entusiasticamente a favor da utilidade de um estabelecimento do género. Facilitaria, a seu ver, os projectados canais, estadas e vias férreas que impulsionariam a agricultura e indústria peninsulares, além de que os títulos de crédito por ele emitidos ultrapassariam as tradicionais dificuldades que a diferença de moeda produziam nos negócios entre os dois países[208].

Ressalte-se todavia que o encómio da concertação económica peninsular vai abandonar por algum tempo as páginas do *Jornal do Porto*.

---

206 *Ibidem*.

207 *Ibidem*, nº 97, 6 de Julho de 1859. Exemplificativo deste programa é o regozijo com que transmite a recém nomeação de Nicomedes Pastor Dias para substituír Alcalá Galiano na embaixada de Lisboa.

208 *Ibidem*, nº 102, 12 de Julho de 1859.

Foi mesmo publicado ao longo de três números[209] um extenso comunicado dirigido ao redactor, intitulado *Iberismo* e criptonimamente assinado X., que fazia uma contundente detracção da união ibérica, advogando inclusivamente as desvantagens económicas daí decorrentes. Por uma das ocasiões vai buscar os argumentos ao *Compêndio Estadístico* de José Ayala, concluíndo que, feita a união, Portugal seria agravado no tocante à sustentação do clero, e perderia a maior prosperidade que as suas balanças de comércio revelavam[210]. Por outro lado, defende que a eliminação das aduanas raianas e a navegabilidade e encanamento dos rios só favoreceria a hegemonia espanhola na península[211].

A vertente política da questão ibérica vai imperar também no jornal de Barbosa Leão, alimentadas as polémicas pelas tricas partidárias e da imprensa, pelo que não raramente se invectivam nas suas páginas as ambições de Espanha e os ardis ocultos nas manifestações pro-iberistas.

A propósito das interrogações feitas ao governo no congresso espanhol pelo deputado Martin de Herrera em 27 de Junho de 1862, sobre o estado das negociações decorrentes do já longínquo tratado de 1856 sobre navegação do Douro e comunicações entre Portugal e Espanha, as considerações do redactor do *Jornal do Porto* são, no mínimo, cautelosas. Começa por reiterar a sua adesão ao sacrossanto dogma político da independência nacional, ao credo da nacionalidade, à religião da pátria primeiro do que à do progresso, fiel ao princípio: "Pobres antes, mas em nossa casa, do que fartos e ricos no palacio d'extranhos"[212].

Todavia lá se vai dizendo que demasiados escrúpulos podem impedir um relacionamento vantajoso:

---

209 *Ibidem*, nº 294, 22 de Dezembro de 1860, p. 2-3; nº 118, 25 de Maio de 1861, p. 2-3; nº 12o, 28 de Maio de 1861, p. 2-3.

210 *Ibidem*, nº 118, 25 de Maio de 1861. Refira-se que a obra do engenheiro José de Aldama Ayala, *Compendio Geográfico-Estadistico de Portugal y sus posesiones ultramarinas*, Madrid, Imprenta de la Viuda de D. Antonio Yenes, 1855, 639 p., foi um dos estudos resultantes das comissões que o autor integrou sobre caminhos de ferro e exploração mineira, e aí expendeu algumas considerações favoráveis à união ibérica, particularmente visíveis na introdução (Cf. *op. cit.*, p. 3-33).

211 *Ibidem*, nº 120, 28 de Maio de 1861.

212 *Ibidem*, nº 149, 4 de Julho de 1862. Este mesmo princípio foi reiterado quatro anos mais tarde no artigo *Portugal e Hespanha*, que rebatia as propostas dosjornais espanhóis, nomeadamente da *Epoca* (Madrid) sobre o tratado peninsular de comércio (Cf. nº 181, 12 de Agosto de 1866, p. 1).

"Approximados pela natureza do territorio, pela affinidade de linguagem e pelas demais circunstancias, que os tornam dois povos irmãos, podem muito bem portuguezes e hispanhoes approximar-se no tracto e convivencia; que não será isso o que apague as raias divisorias das duas nacionalidades. Antes pelo contrario.

Quanto mais se conhecerem os dois povos vizinhos, que tão distantes se acham ainda hoje moralmaente, mais hão de elles respeitar-se mutuamente, e acatar as distinctas condições da sua respectiva existencia nacional, prestando-se reciproco auxilio e cooperando, sem quebra da sua autonomia, para o engrandecimento commum"[213].

A questão concreta da navegabilidade dos rios e comunicações na península afigura-se-lhe um dos assuntos que "podem promover as conveniencias communs", pelo que merece a atenção dos estadistas de ambos os países.

Em 1864 a antipatia dos responsaveis do *Jornal do Porto* pela união económica peninsular era patente e notória; Barbosa Leão tinha abandonado a empresa nesse ano e fundara o *Jornal de Lisboa*, periódico com o qual o *Jornal do Porto* vem aliás a divergir fortemente nessa matéria.

Nos inícios de Agosto foi publicado um extenso artigo que tinha como tema *O Iberismo* no qual se analisavam os atalhos que levariam o país à Espanha. Considerava-se que após falharem todos os estímulos políticos dessa doutrina, agitava-se recentemente um expediente ainda mais sedutor e ardiloso que utilizava os argumentos do progresso e do interesse material; este estratatagema que relançava habilidosamente a questão ibérica era a união económica:

"Quem ha-de em these contrariar a abertura dos caminhos de ferro para a fronteira?

Quem ha-de pôr obstaculos á livre communicação dos dous povos?

Quem ha-de permitir que o fisco, nas fronteiras, aggrave e difficulte as transacções commerciaes dos dois paizes?

Quem ha-de negar á civilização das duas nações o meio de facilmente se desenvolver?

---

213 *Ibidem.*

Quem ha-de prohibir que dois irmãos, separados ha seculos, tenham um momento expansivo para se reconhecerem e abraçarem, e a eternidade para reciprocamente se protegerem?

A questão iberica apresentada assim, não podemos negal-o, é bem posta; mas devemos confessar que é machiavelicamente estabelecida"[214].

Nesse mesmo mês dois artigos intitulados *União Economica de Portugal com a Hispanha*[215], suscitados pela apologia que do assunto fazia o *Jornal de Lisboa*, vão rebater os argumentos tradicionais dos defensores dessa união, em nome do mesmo princípio porque os outros a defendiam, isto é, a prosperidade do país. O redactor do *Jornal do Porto* referia-se do seguinte modo às reinvindicações dos defensores da concertação económica peninsular:

"São diversos os pedidos que em nome da auspiciosa união economica das duas nações da peninsula iberica, dirigem os seus enthusiastas propagandistas ao governo do nosso paiz. Desde o ferro carril multiplicado segundo as conveniencias de todas as provincias hispanholas, até á destruição completa do cordão aduaneiro da nossa raia, desdo transito livre de todas as mercadorias de Hispanha até ao tractado de commercio, á liga das alfandegas e á equiparação das bandeiras que tremularem nos topes dos navios portuguezes e hispanhoes, tudo se tem reduzido á formula de supplicante exigencia, ou de arrogante intimação"[216].

Todos estes argumentos são, na óptica do redactor, ultrapassados e anacrónicos, já que a escola económica moderna condena a dimensão proteccionista do tratado de comércio, da liga das alfândegas e da reciprocidade das bandeiras, acrescentando que a causa desta aberração se encontra no profundo interesse que as províncias interiores de Espanha têm em se aproximarem e se apoderarem da faixa litoral portuguesa, colocando-se em directa comunicação com o exterior.

Concorda assim com a construção de linhas férreas para a fronteira, desde que não comprometam a independência nacional, o comércio interno, o desenvolvimento da indústria e das finanças e,

---

214 *Ibidem*, nº 174, 4 de Agosto de 1864, p. 1.
215 *Ibidem*, nº 186, 19 de Agosto e nº 194, 28 de Agosto de 1864.
216 *Ibidem* , nº 186, 19 de Agosto de 1864.

ainda, as relações comerciais e políticas com os outros países. Concomitantemente, em nome da liberdade comercial, regeita quaisquer tratados de comércio que permitam a visinha Espanha tornar-se parceiro privilegiado, argumentando que "os seus resultados são em these anti-economicos e os inconvenientes d'elles são sempre lançados em conta do paiz menos favorecido de recursos"[217].

A questão da liberdade comercial, económica e política é verdadeiramente a pedra de toque das conclusões do autor, que parecem inclusivamente apontar para um certo isolacionismo, senão veja-se:

"Queremos o commercio sem tractados com todos os povos que o acceitam, ou que para elle nos convidem. Queremos o nosso desenvolvimento economico livre de compromissos, a nossa autonomia desembaraçada de influencias extranhas, e a nossa independencia a coberto de todos os calculos ambiciosos.

Queremos ser independentes, livres e ricos á nossa custa, pelo nosso trabalho intelectual e material, pelas nossas virtudes sociaes, pela docilidade dos nossos costumes , pela bondade de nossa indole e caracter, e pela aspiração que todos nos reconhecem a tudo que o progresso e civilisação tem de nobre e humanitario"[218].

O artigo do fim do mês nada acrescenta aos argumentos já apresentados, apenas lamenta o facto de o *Jornal de Lisboa* não ter aceite o repto lançado, e não ter explicado mais aprofundadamente, à luz da economia política moderna, a sua defesa do tratado de comércio, da extinção das alfândegas e equiparação de bandeiras, enfim da união económica com Espanha que preconizara em fins de Julho.

Com efeito, este jornal próximo do governo de Loulé, a que o *Comércio de Lisboa* chamava inclusivamente "folha semi-oficial do governo", defendeu naquele texto da sua *Revista Politica*, a via férrea do Douro de comunicação com Espanha em detrimento da da Beira, e toda um programa gradual de mútuo auxílio económico peninsular :

"Quanto a nós todo o grande futuro a que Portugal tem direito a aspirar, terá lançado os seus alicerces, logo que estivermos

---

217 *Ibidem.*
218 *Ibidem.*

a caminho de celebrar a união economica com a Hespanha, realisando uma liga das alfandegas e um tratado de propriedade literaria e industrial, harmonisando a nossa legislação comercial e maritima, equiparando as bandeiras das duas nações em todos os portos d'ellas.

Em quanto lá não chegarmos, seria bom um bom tratado de comercio; em quanto não houvesse esse tratado, seria conveniente regular a passagem das mercadorias por transito ou em reexportação nos caminhos de ferro"[219].

Pese embora as reticências do *Jornal do Porto* à união económica peninsular, a sua adesão à construção de caminhos de ferro ligando os dois países torna-se nítida em Setembo de 1864, ano em que, no dizer do mesmo periódico, se promove a "viação iberica", que nada teria a ver com a ideia antinacional da "Iberia politica", suscitada dez anos antes[220]. Em três artigos de primeira página sob a epígrafe *Caminhos de Ferro entre Portugal e Hispanha*[221], aplaude-se a ideia, debatendo-se minuciosamente as concretizações e projectos dessa ampla tarefa que, na óptica do redactor, deveria ser empreendida por ambos os países, sem quebra da sua independência, com o fito único da cooperação recíproca:

"De bom grado nos congratulamos pois com as relações de boa-vizinhança que vemos estreitarem-se entre Portugal e Hispanha. Os homens que hontem receiavam uma absorpção, já hoje confiadamente dão as mãos, e establecem o mutuo accordo de se communicarem, de fazerem visitas reciprocas, de trocarem o que cada um tem de sobrecellente, de realizarem uma vida social, quanto o permitte o contacto em que se aham os dois reinos da peninsula"[222].

O primeiro artigo faz um memorando dos vários troços e linhas já construídos, de alguns projectos cujos estudos preparatórios levaram ao abandono, vindo a fixar-se na concessão da linha de leste que considera a verdadeira linha do Porto, já que a ligação da capital do norte a Vigo não deixava de ser uma via sucursal de Lisboa:

---

219 *Jornal de Lisboa*, Lisboa, nº 26 de Julho de 1864, p. 2.

220 *Jornal do Porto*, Porto, nº 208, 14 de Setembro de 1864.

221 *Ibidem*, nº 208, 14 de Setembro; nº 218, 25 de Setembro; nº 239, 20 de Outubro de 1864.

222 *Ibidem*, nº 208, 14 de Setembro de 1864.

"O projecto do caminho de ferro do Porto á Barca d'Alva e a Salamanca , é que é do Porto; tem ahi a sua estação principal, o seu porto de mar, o seu centro de commercio; todo o trafico aproveitará directamente e em primeira mão á cidade do Porto.

Foi pois uma valiosa concessão, não que não fosse de direito, de muito direito, ou que se não devesse reclamar com todas as forças e por todos os meios; pois que o Norte, a parte mais populosa do paiz, tinha sido desattendido nas communicações acceleradas, em quanto os despovoados campos do Alemtejo já eram cortados pelos seus caminhos de ferro.

Na topographia do movimento, deixem-nos chamar-lhe assim, não tinham considerado qe o Porto havia de forçosamente constituir um centro de vias ferreas como Lisboa"[223].

Em nome dos interesses da zona setentrional do país, este texto apoia a continuação da construção da linha do norte até Vigo, mas ressalta a importância da linha do leste, reinvindicando a dilação da linha do Douro (Porto/Régua) até à antiga universidade de Espanha. Esta mesma ideia é reforçada no segundo artigo com o mesmo título:

"Não dêmos como prejudicial o caminho de ferro que entroncar em Galliza, sobre tudo se poder atravessar pelo meio a provincia do Minho e vencer os passos difficeis que apresenta; mas ainda mais importante que essa, de muito maior consideração, é a linha do Douro que além do territorio portuguez vai alcançar a provincia de Salamanca, e entroncar mais ao centro na rede dos caminhos de ferro hispanhoes.

É necessario que o Porto não só não perca o legitimo fundo do seu commercio com as provincias do interior, mas que faça novas conquistas em Hispanha, conquistas que retribuiremos com o acesso que terão a uma nova praça de commercio, aonde livremente virão trocar os seus productos.

Resulta d'aqui que no Porto, no Douro, nas provincias de Traz-os-Montes e da Beira, e até na Hispanha, devem convergir todos os esforços para se construir o caminho de ferro na bacia do Douro"[224].

---

223 *Ibidem.*

224 *Ibidem*, nº 218, 25 de Setembro de 1864.

Para esta magna tarefa de conferir ao Porto o estatuto de centro dos negócios da metade norte da península, conta o autor com a incitação ao governo, a pressão da opinião pública, e a animação do espírito de empresa da praça do Porto. A sua confiança no papel a desempenhar pela capital do norte no sector económico, essa, parece inabalável:

"Feitas as duas linhas que devem raiar para o Norte e Leste, outras restarão ainda por fazer, mas nenhuma tão importante como as duas que ficam indicadas"[225].

O terceiro artigo desta série lança algumas hipóteses sobre o eventual traçado da linha do leste entre a Régua e Salamanca, insiste nas suas vantagens para Portugal e Espanha, e refere os estudos dos espanhóis já em curso sobre a matéria. Mas apesar de dar especial importância às "populosas e productivas provincias do Norte", este texto não deixa de valorizar a questão da ligação a Espanha e à Europa, pelos diferentes pontos do país:

"Se cinco caminhos de ferro entrarem de Portugal em Hispanha, o de Galliza, o do Douro, o do Tejo, o de Badajoz e o do Guadiana, a ligarem as nossas principaes communicações com a rêde de d'Hispanha, devemos estar satisfeitos, porque além das communicações internas teremos as que se dirige aos principaes pontos do vizinho reino e as mais directas para além dos Pyrineus"[226].

A *Justiça* foi outro periódico portuense que incluiu nas suas páginas um artigo em defesa da *União das alfandegas hispano portuguezas*, assinado por Ribeiro Gonçalves. Esta "medida de grande vantagem" deverá, na opinião do autor, ser tratada com equidade, com segurança e com patriotismo, para não serem prejudicados interesses locais que apesar de pequenos podem ser estratégicos, como a agricultura no Alentejo ou a pesca no Algarve, prevendo também melhores mercados para o sal e para o gado. A tónica predominante do texto é o optimismo já que, o pequeno desequílibrio inicial que antevê no sector industrial, além de momentâneo, afigura-se-lhe rapidamente recuperável, pelo que as vantagens materiais são evidentes:

---

225 *Ibidem*.

226 *Ibidem*, nº 239, 20 de Outubro de 1864.

"A união das alfandegas feita entre dois paizes que se acham n'um estado diverso de desenvolvimento industrial deve em certos casos produzir um pequeno desequilibrio no paiz menos adiantado; mas esse desiquilibrio não póde deixar de ser momentaneo, sobretudo quando a situação geographica favorecer a identificação commercial, para assim dizer, dos diversos interesses que por esse meio se unem.

No caso presente Portugal póde talvez n'um ou n'outro ramo da sua industria padecer alguma ligeira quebra; mas esse inconveniente deve ser tão pequeno, e vantagens de outra ordem hão-de por tal modo indemnisar-nos d'esses ligeiros inconvenientes, que se póde concluir quase mathematicamente, que o lucro excederá extraordinariamente as perdas"[227].

A dotação da península de vias de comunicação é outra das facetas atraentes e redentoras da liga:

"A reunião das alfandegas peninsulares deve realisar o nosso velho sonho, deve dar-nos bas estradas e canaes. E as estradas e canaes são a salvação d'esta nossa terra"[228].

Após ver as vantagens que a união das alfândegas peninsulares poderia trazer à economia portuguesa enunciadas por Ribeiro Gonçalves, compreende-se que para o autor o único receio é ela não se vir a concretisar; além da comissão tecnico-científica, pretende ver mobilizados para o projecto "todos os homens de instrucção e boa vontade", "todas as opiniões razoaveis", além dos esforços governamentais, da imprensa, e dos economistas.

Podemos afirmar que em finais da década de cinquenta e inícios da seguinte, o assunto das relações económicas entre Portugal e Espanha se reacende na imprensa portuguesa. O *Arquivo Universal*, revista hebdomadária que publicou em vários números *A União Iberica* de Xisto Câmara traduzida por um dos seus directores, Rodrigo Paganino, participou também deste amplo debate, novamente através da divulgação da opinião de um prestigiado vulto espanhol: trata-se do artigo que Joaquin María Sanromá havia pulicado na *Revista Peninsular Ultramarna* de Madrid, sob o título *União de Alfandegas Peninsulares*[229]. Introduz o texto a seguinte

---

227 *Justiça*, Porto, nº 310, 24 de Setembro de 1864.

228 *Ibidem*.

229 *Archivo Universal*, Lisboa, nº 8, 22 de Agosto de 1859, 1º ano, 2ª série, p. 121-123.

consideração: "A doutrina economica que n'elle se advoga é geralmente aquella, que tambem adoptâmos. Há, é verdade, certas apreciações com que não concordamos inteiramente, mas em geral, segundo o nosso entender, o sr. Sanromá segue as idêas mais accordes com a sciencia e com a actualidade"[230].

Este publicista espanhol não inicia a defesa da união económica peninsular sem antes fazer uma retrospectiva das relações hispano-lusas, nomeadamente da monarquia dual que admite ter sido "aspera e tortuosa", fruto de conquista geradora de "uma enorme calamidade que pesou sobre a altiva e nobre raça lusitana", e causa maior do tradicional ódio contra a nação espanhola, "odio que, apesar das distinctas circunstancias da nossa epoca, talvez não se tenha estinguido inteiramente em algumas camadas da sociedade portugueza"[231]. Por outro lado, o autor patenteia o seu cepticismo relativamente a recentes confederações e anexações na Europa, que mais não têem sido do que alianças formais, políticas, mas nunca união íntima dos povos. Todavia, as ligas aduaneiras podem, no seu entender, obter os melhores resultados nesse campo: "A humanidade tende ao cosmopolitismo na admiravel concordancia que resulta da união das alfandegas"[232].

As condições que no contexto peninsular favorecem o projecto advêem da proximidade beneficiada ainda pelos caminhos de ferro e a existência de rios comuns e, não menos importante, a semelhança das instituições políticas e administrativas dos dois países, pese embora o regime económico em Espanha tenha sido sempre mais restritivo, pelo que o autor lhe antecipa maior sucesso do que o próprio *zollverein* alemão, falto de portos, fraccionado no território, e baseado em realidades políticas heterogéneas. O programa que preconiza para o estabelecimento da união aduaneira peninsular não traz inovações de maior: redacção de um código comum incluíndo a lei das alfândegas e os regulamentos paa a sua aplicação; adopção de disposições uniformes sobre importação, exportação e trânsito de mercadorias; liberdade absoluta e imediata de comércio no interior de ambos os Estados; formação de uma só zona exterior, com direitos protectores reduzidos ao mínimo e com

---

230 *Ibidem*, p. 121.
231 *Ibidem*, p. 121-122.
232 *Ibidem*, p. 122.

tendência para diminuição gradual; uniformização, dentro de um prazo convencionado, da moeda, pesos e medidas.

Também *A Opinião*, diário lisboeta afecto ao partido histórico, divulgou o texto de Sanromá, cuja versão portuguesa extraíu do *Arquivo Universal*, elucidando que o autor "advoga uma doutrina economica que já conta com muitas sympathias na Peninsula", e que o seu "alvitre é digno do estudo que lhe mereceu, e deve occupar a attenção da imprensa e do publico"[233].

Como não podia deixar de ser, o assunto captou também a atenção de especialistas, podendo considerar-se o estudo de Júlio Máximo de Oliveira Pimentel[234], datado de Setembro de1860, intitulado *A Liga das Alfandegas Peninsulares*, e publicado na *Revista Contemporânea de Portugal e Brasil*, um dos estudos mais sérios e qualificados em abono da associação aduaneira entre Portugal e Espanha[235].

Nos parágrafos iniciais o autor aborda os preliminares do assunto, noticiando que a sociedade económica madrilena tinha uma comissão a elaborar um projecto sobre a questão, enquanto a imprensa espanhola a debatia ampla e frequentemente; no entanto, repara que alguns escritores do país vizinho acobertam neste pensamento puramente económico, a esperança mais ou menos remota da união política. Neste conformidade dilucida desde logo a sua intenção, explicando que vem a terreiro com o tema plenamente persuadido da necessidade de reforma das relações comerciais com a Espanha, mas que o admite apenas na medida em que pode beneficiar as partes envolvidas, sem que se belisque a divisão política da península: "Defenderemos a liga das alfandegas peninsulares em tudo que ella tem de rasoavel e vantajoso para ambos os povos da peninsula. Combateremos a chamada *união iberica*, quando ella se propozer a destruir ou annular a

---

233 *A Opinião*, Lisboa, nº 790, 23 de Agosto de 1859, p. 1-3.

234 A fomação e curriculum do 2º conde de Vila Maior parece-nos de molde a atribuir-lhe a categoria de opinião abalizada : bacharel em matemática pela Universidade de Coimbra, viria a ser nomeado seu reitor em 1869; foi lente na Escola Politécnica e director-adjunto do Instituto Agrícola entre 1857 e 1869; entre 1858 e 1859 foi vereador e presidente da câmara de Lisboa; foi nomeado representante de Portugal nas exposições industriais de Londres (1862), e Paris (1855, 1867, 1878).

235 *Revista Contemporanea de Portugal e Brasil*, Lisboa, 1860, p. 40-47; 68-80; 137-140; 286-291.

nacionalidade portugueza, ou a reunir presentemente debaixo de um só governo central todos os povos da península"[236].

Como se vê não é mais do que uma associação económica peninsular o que pretende o autor, concedendo todavia crédito à possibilidade desta união se alargar às relações internacionais, sem quebra da integridade dos governos e administrações respectivas:

"A Hespanha e Portugal podem e devem marchar unidos pela mais estreita fraternidade no caminho do progresso: podem e devem associar-se em tudo o que respeita aos interesses economicos e commerciaes, e seria muito para desejar que esta reciproca união se estendesse ás suas relações politicas com os outros estados, sem prejuizo da sua mutua independencia em materia de governo e administração interior.

As duas monarchias da peninsula constituiriam então na statistica da Europa, e do mundo inteiro, um binario respeitavel, vantajoso, e necessario para o equilibrio das nações.

Mas em quanto a marcha regular e gradual dos acontecimentos não der realidade a este pensamento politico, preparemos o terreno, destruindo os obstaculos que se oppõe ao livre trato e commercio entre os dois povos, e lançando os fundamentos da união economica, pela supressão das alfandegas interiores, e com a liga das exteriores"[237].

Partindo do pressuposto que o estabelecimento das alfândegas é um dos maiores erros económicos, Júlio Pimentel analisa-o desde os tempos dos gregos e romanos, e conclui que os séculos XVII, XVIII e 1º quartel do XIX exageraram esse sistema artificial, pese em bora, a partir daí, a Inglaterra e a Irlanda, a Alemanha, a França, a Polónia e a Rússia, e a Itália tenham promovido importantes reformas comerciais e inaugurado uma nova época económica, com resultados já visíveis. O autor lembra que Portugal e Espanha, a propósito do projecto da linha férrea Lisboa/Madrid, começaram a tratar da questão em 1855, tendo as negociações sido interrompidas pelos acontecimentos políticos em Espanha, mas evidencia que um tratado de livre trânsito é um mero paleativo, uma solução insuficiente de momento, sendo necessário ir mais longe, "abrir um campo livre e desembaraçado ás transacções commerciaes dos dois

---

236 *Ibidem*, p. 41.
237 *Ibidem*, p. 42.

paizes, fazendo desapparecer das nossas raias essas odiosas e ridiculas barreiras, impenetraveis só para o commercio de boa fé e sempre abertas ao contrabando, se quizermos animar as verdadeiras forças productivas de ambas as nações"[238].

À luz da ciência, da boa razão, da moral, da história, e das conveniências recíprocas, a solução defendida é pois a adopção de um sistema comercial único para ambos os reinos, resumindo-se essa unidade de sistema na liga das alfândegas, reinvindicada pelo estado insustentável das relações comerciais com a Espanha, e passível de ser realizado sem a a menor perturbação dos interesses públicos e particulares.

Partindo da tese fulcral "o estado actual das nossas relações commerciaes com a Hespanha é insustentavel; porque estas são altamente prejudicadas pela existencia das alfandegas da fronteira"[239], o autor discorre sobre os obstáculos naturais (falta de vias de comunicação) e artificiais (legislação comercial) que inibem o comércio, indispensável à existência das sociedades modernas, defendendo que reside aí a chave da riqueza das nações:

"Quanto mais activas e livres de embaraços forem as relações commerciaes entre os homens ou entre os povos, tanto maior será o numero das necessidades satisfeitas e mais ampla a somma das commodidades adequeridas, crescendo na mesma proporção o seu bem estar e prosperidade.

A riqueza das nações cresce com a producção das couzas uteis; esta augmenta com o consumo, e este depende necessariamente da facilidade das relações commerciaes"[240].

Complementarmente explica longa e detalhadamente, que o regime das alfândegas é contraditório porque como instrumentos fiscais e instrumentos protectores da indústria, elas servem funções diametralmente opostas, "porque o maximo rendimento requer o maior numero possivel de importações, e a maxima protecção exige que de fóra nada entre no paiz", isto é, exige-se às alfândegas efeitos contrários, "grande movimento para beneficio do thesouro, e muito pouco para as industrias protegidas"[241].

---

238 *Ibidem*, p. 46.
239 *Ibidem*, p. 68.
240 *Ibidem*, p. 69.
241 *Ibidem*, p. 71.

Por outro lado, o sistema é ilógico porque, tendo em vista as condições naturais de produção dos dois países, as alfândegas não cumprem nenhum dos objectivos atrás enunciados e para os quais foram criados, afirmando claramente o autor:

"As restricções commerciaes na fronteira nem augmentam a renda do Erario, nem protegem a industria nacional: pelo contrario são prejudiciaes debaixo de um e de outro ponto de vista"[242].

Além de contraditório e ilógico, o sistema de alfândegas entre Portugal e Espanha revela-se também inexequível tendo em vista os seus 840 Km de extensão em territórios sem obstaculos naturais, o que torna impossível qualquer fiscalização regular, económica e eficaz, sendo as despesas de fiscalização superiores às receitas[243]. Reputando de absurda a lei que não se pode executar, Júlio Pimentel refere que a única coisa que ela pode fazer é converter o comércio em contrabando, resumindo desta forma a sua postura quanto à extrema falibilidade do sistema:

"Nenhuma receita para o Estado, antes perjuizo certo e incalculavel; nenhuma protecção para a industria e para a agricultura, e pelo contrario limitação forçada do campo de consumo; nenhuma segurança para o commercio honesto e legal, e em seu logar a desastrosa concorrencia do commercio illicito, isto é a contradicção completa do espirito e da letra da lei, e a negação de todos os principios da sciencia economica"[244].

Uma vez demonstrada a impossibilidade de reforçar os meios de fiscalização para tornar a lei exequível, Júlio Pimentel apresenta como única e razoável solução a reforma assente na total supressão das restrições fiscais, instituíndo-se assim a liberdade de admissão a todas as mercadorias espanholas. Embora partidário da liga, admite que caso a Espanha recuasse perante a associação, prefere a supressão das alfândegas da raia, do que manter uma situação ilusória, responsável pelo contrabando e pelo entorpecimento moral e material de muitas povoações.

Outro ponto do presente ensaio é o da análise da possível influência que a liga pode exercer sobre o rendimento nacional e a

---

242 *Ibidem*, p. 73.

243 O autor establece a comparação com a alfândega de Lisboa cuja extensão da estrada de circunvalação tem 8 Km, sendo a sua fiscalização bastante deficiente apesar dos 330 funcionários dos quais 184 são guardas.

244 *Revista Contemporanea* ... , p. 80.

produção nacional, sendo interessante a referência que faz à inexistência, até ao momento, de opiniões seriamente contrárias ao projecto:

"Ignoramos ainda se a idéa da liga das alfandegas peninsulares tem serios adversarios, por que entre nós apenas se tem enunciado a questão, e no reino vizinho a maior parte dos publicistas, que d'este objecto se têem occupado, apresentam diariamente as manifestações mais favoraveis e enthusiasticas a favor da união commercial dos dois povos. Não temos por conseguinte argumentos que combater; mas esta circumstancia não nos dispensa de discutir a questão, imaginando as razões que se podem oppôr para rejeitar as nossas idéas"[245].

Após extensas considerações sobre o regime proteccionista, a última parte do estudo de Júlio Pimentel reconhece que tal sistema denota sinais evidentes de abertura na Península Ibérica, e expondo alguns dados sobre o estado da indústria e agricultura dos dois estados, conclui que "a liga das alfandegas não póde affectar senão favoravelmente a producção industrial e agricola de ambos os paizes"[246].

Quanto ao rendimento do Estado, consciente da complexidade da questão fiscal, diz que os resultados dependem das condições consagradas no tratado de união das alfândegas, apontando desde logo duas que reputa de essenciais: tarifa comum para os direitos de importação e exportação nos dois países, e divisão equitativa do rendimento ou do produto dos direitos cobrados nas alfândegas. Quanto à primeira condição defende, sempre que possível, o nivelamento por meio da redução; no tocante à divisão do rendimento, prefere o princípio da completa independência ao da divisão proporcional à população, isto é, defende que os rendimentos recebidos em cada alfândega pertençam ao país em que ela se acha situada.

A última nota que o autor quiz evidenciar refere-se às relações comerciais de Portugal e Espanha com outras nações o qual, afirma, não poderia ser prejudicado com a liga das alfândegas peninsulares:

---

245 *Ibidem*, p. 139.

246 Ibidem, p. 288.

"Uma das grandes bellezas da união commercial, que tanto temos a peito, hespanhoes e portuguezes, está em que ella não póde prejudicar nenhuns interesses legitimos, e ha de ser a todos proveitosa"[247].

A Discussão, periódico lisboeta do grupo de José Estevão, participou também deste debate nacional com um texto sem pretensões de erudição de ciência económica mas de algum efeito pela tentativa de expôr esses ensinamentos de uma forma objectiva e simples, intitulado *Liga das Alfandegas Peninsulares*[248].

Evocando a fraternidade dos povos, as origens comuns das duas nações zelosas das suas liberdades e autonomia, e a sua história quase paralela, o autor afirma que o "futuro tende a unil-as sem as identificar". Negando qualquer correspondência, e vislumbrando até alguma incompatibilidade, entre liberdade e liberalismo e grandeza dos estados, a parte introdutória do artigo defende claramente que a recíproca independência dos dois países peninsulares é uma necessidade política, sem que a sustentação dessa independência alimente rivalidades ou provoque oposição de interesses:

"Sejamos independentes, mas associemo-nos para o bem commum — unamo-nos, mas não nos deixemos absorver"[249].

Os argumentos apresentados para a promoção da associação peninsular não diferem em muito dos habituais: semelhante estado de adiantamento nas ciências, indústria e agricultura, (pese embora a Espanha tenha melhorado as suas condições económicas nos últimos anos e o progresso em Portugal tenha sido mais lento); possibilidade de alcançar um posição respeitável na Europa; importância política da península pode alicerçar-se na comunidade de interesses económicos, fortalecidos pelas vias de comunicação e acelerados pela liga das alfândegas. Esta última realização, com vantagens comuns para os países envolvidos, tem consequências económicas previstas pelos economistas, e já testadas noutra confederações comerciais: redução das despesas fiscais pela

---

247 *Ibidem*, p. 291. Ressalte-se que esta temática abordada no último parágrafo do estudo parece responder às múltiplas referências de textos espanhóis, nomeadamente do *Comercio de Alicante*, que insistiam na situação de dependência do comércio português relativamente ao inglês.

248 *A Discussão*, Lisboa, nº 44 e nº 49, de 22 e 28 de Abril de 1860, respectivamente.

249 *Ibidem*, nº 44, 22 de Abril de 1860.

supressão das alfândegas de fronteira entre os estados que se ligam; rápido desevolvimento industrial beneficiado pelo princípio da liberdade de comércio; aumento da receita pelo incremento do consumo já que a liga implica diminuição dos direitos de importação; possibilidade de fazer tratados vantajosos com outros países que preferem fazer concessões a um Estado que lhes oferece um grande consumo, em detrimento de um país mais limitado em meios; aumento da importânciapolítica que nasce da união dos interesses económicos; garantia de paz e boas relações entre os estados componentes da liga.

O segundo texto prossegue a discussão do tema, condição que admite ser indispensável à preparação de qualquer medida importante, revelando que embora não frequente na boca dos estadistas, o assunto goza já de certa notoriedade na imprensa e no espírito dos mais informados:

"A idêa da liga das alfandegas peninsulares, se não tem sido publicamente enunciada pelos nossos homens de estado, não pode deixar de haver penetrado no espirito de muitos, qua a devem ter submettido a profundo exame e achar-se neste momento apparelhados ou para a combater ou para a fazer triumphar, por que é chegado o tempo opportuno de a lançar na discussão"[250].

O essencial do corpo do artigo é todavia devotado à demonstração da inutilidade das alfândegas de fronteira, causa do isolamento nacional, e que nem os recentes debates sobre a reforma das pautas sustentado por proteccionistas e adeptos da livre troca, têm seriamente posto em causa:

"Este nosso isolamento em relação á Hespanha é um absurdo em theoria, e na pratica uma mentira insustentavel. A muralha que separava a China da Tartaria seria insufficiente para o tornar realidade"[251].

As razões que levam o autor do texto a apelidar o sistema de fronteiras da raia de absurdo e mentira insustentável, são longamente expostas, realçando entre elas o contrabando duplamente imoral porque associado ao suborno de funcionários do Estado, e a sua ineficácia como gerador de receitas públicas. Este último aspecto é defendido através da apresentação de vários

---

250 *Ibidem*, nº 49, 28 de Abril de 1860.
251 *Ibidem*.

dados quantitativos que apontam para a extensão da fronteira, o número de alfândegas e postos fiscais, o número de funcionários de várias categorias, os seus vencimentos, e a despesa anual daí decorrente. Conclui assim qua receita anual dessas alfândegas é de pouco mais de 24 contos de réis, enquanto que as despesas ultrapassam os 31. A crítica a esta situação não se faz esperar:

"Era mais logico e mais sensato confessar francamente a impotencia e supprimir todas as alfandegas da raia. Não poder é um mal ás vezes bem triste, mas ao menos não é ridiculo como a louca jactancia de uma faculdade exhausta"[252].

O último parágrafo anuncia a divulgação de um terceiro texto sobre as vantagens especiais da liga das alfândegas peninsulares, mas o periódico cessaria a publicação quatro dias depois[253].

Da fusão da *Discussão* com *O Futuro* resultaria o surgimento da *Política Liberal*, periódico que entre Maio de 1860 e 1862 se identificou com o grupo de José Estevão. Em Abril de 1861 um dos seus artigos de primeira página, elogiando a política de acordos comerciais e franquias económicas que seguiam alguns países europeus, pugnava pela união económica e comercial com a Espanha pelo que o cerne da sua crítica se dirigia ao sistema de alfândegas que cerceava a prosperidade do comércio peninsular, com agravantes particulares para o comércio português.

"Ha maior affonta ao que é de mais rudimentar na sciencia economica do que essa linha de alfandegas que bordam a raia que separa os dois povos?

Estas alfandegas, que custam boa somma de contos de réis a ambos os paizes, são apenas um elemento negativo do commercio licito e um fomento indirecto do contrabando.

Algumas horas de jornada separam Portugal da Hespanha. O commercio que poderia ser feito rapidamente, tem de ir, em certos pontos, a uma distancia de leguas, munir-se dos documentos precisos para transpor a raia, e tem de desandar, pela mesma forma, para chegar á estação d'onde partiu.

(...) Este estado de coisas é conhecido ; existe não de hoje, tudo o comprova; a sciencia condemna-o, o bom senso revolta-se contra elle; entretanto os governos dos dois povos estão apostados a

---

252 *Ibidem.*

253 A curta vida da *Discussão* situa-se entre 1 de Março e 2 de Maio de 1860.

manter uma ordem de coisas que só aproveita a quem despresa as leis. O contrabando faz-se sem rebuço, os passaportes são dispensados, e insiste-se na conservação de leis que autorisam o seu sophisma em ambos os paizes"[254].

Embora este texto não fale explicitamente na liga das alfândegas peninsulares, afirma que a viação rápida e a "destruição d'essas barreiras, que difficultam commercio licito entre os dois paizes", são medidas indispensáveis ao relacionamento dos dois países e respectivo desenvolvimento.

A questão comercial da península é retomada em Setembro, evidenciando um artigo que o tratado que nessa área preparavam a Espanha e a França poderia tornar-se altamente prejudicial para as alfândegas portuguesas, além de que o desiquilíbrio entre as pautas dos dois países ibéricos aumentava cada vez mais o já tão volumoso contrabando[255]. A urgência da celebração de um tratado comercial na península e a reforma concertada das pautas é ainda a tónica de um artigo de Abril do ano seguinte:

"Modificada a pauta no sentido liberal — mas quanto antes — os governos não podem manter a separação actual entre dois povos irmãos. Por interesse de ambos os paizes, é preciso chegar a um accordo comercial, que, em verdade, não se appresenta insupperavel, accordo que tem já despertado a attenção de notabilidades economicas tanto em Hespanha como em Portugal"[256].

O *Jornal do Comércio*, periódico ilustre da capital, patenteou desde a primeira hora o seu empenho em debater os temas e questões prementes da economia e finanças nacionais. A defesa da construção de caminhos de ferro que ligassem Portugal à Espanha e à Europa tomou vulto neste diário; no primeiro número, Lopes de Mendonça considerava essa melhoria inadiável, já que as vias férreas eram o único meio possível para "nos constituirmos como Nação"[257]. Posteriormente, o caminho de ferro peninsular é reivindicado em vários artigos, nos quais o conde de Reus emerge como suprema garantia, tornando-se tema recorrente nos meses de Setembro e Outubro de 1857. No início de 1859 um texto assinado

---

254 *A Politica Liberal*, Lisboa, nº 291, 25 de Abril de 1861.
255 *Ibidem*, nº 409, 18 de Setembro de 1861.
256 *Ibidem*, nº 579, 13 de Abril de 1862.
257 *Jornal do Commercio*, Lisboa, nº 1, 17 de Outubro de 1853.

por X., relatando uma notícia do *El Phenix* que dava conta da reunião dos deputados da Estremadura e Galiza em casa do conde de Reus para tratar da construção do caminho de ferro do leste e do troço Porto/Vigo, faz a seguinte profissão de fé nos caminhos de ferro peninsulares:

"Se realmente as duas nações da península reconhecem a grandissima vantagem de estreitar as suas relações politicas e economicas, se aspiram a estreitar os laços de fraternidade que as ligam, o primeiro passo para dar, o primeiro acto, que todas as razões, que todas as considerações nos aconselham, deve ser prender-nos pela cadeia indissoluvel dos caminhos de ferro.

No dia em que a Hespanha e Portugal deixarem de estar separados por caminhos intransitaveis; quando por todos os lados nos unirem promptos e mais faceis meios de communicação, os interesses politicos dos povos não poderão deixar de consolidar-se intimamente; os seus interesses economicos prestar-se-hão mutuo e valioso auxilio, e, ligados politica e economicamente, os dois povos da peninsula alcançarão no mundo a posição elevada e importante de que hoje desgraçadamente estão bem longe"[258].

Tendo sido nomeado para o círculo eleitoral de Estremoz , Mendes Leal dirige-se aos seus colegas redactores do *Jornal do Comércio* em carta de 26 de Dezembro desse ano, na qual, nomeando os interesses da região, salienta a "questão da directriz do caminho de ferro, que deve prender-nos com Hispanha e a Europa — verdadeira estrada restauradora de Portugal"[259].

A temática das alfândegas peninsulares também não está ausente. Em Outubro de 1856 Fradesso da Silveira lamenta o facto de Portugal não se ter feito representar no Congresso Internacional da Reformas das Alfândegas iniciado no dia 22 de Setembro passado, em Bruxelas, apesar de toda a Europa ter sido convidada e de o *Jornal do Comércio* ter chamado a atenção para a conveniência da presença portuguesa, junto da imprensa, da Associação Comercial e do próprio governo. Participou neste congresso a grande maioria das nações da Europa ocidental; além do país hospedeiro, estiveram presentes a França, a Alemanha, a Inglaterra, a Europa setentrional, a Espanha, a Itália, os Países Baixos e a Suiça, e entre as questões aí

---

258 *Ibidem*, nº 1615, 12 de Fevereiro de 1859.
259 *Ibidem*, nº 1874, 27 de Dezembro de 1859.

tratadas Fradesso da Silveira destaca a da liberdade do comércio, nomeadamente na Península Ibérica:

"Entre as propostas que o presidente deu ordem do dia de outra sessão, ha uma, que se refere ao nosso paiz, e que nos interessa, o — para melhor dizer — que nos deve interessar.

Os srs. Borrego, Guijano, Guerrero, de Madrid, e os srs. Visschers e Fortamps, de Bruxellas, pedem que o congresso preste o seu apoio moral ao projecto de união de alfandegas entre Hespanha e Portugal"[260].

Silveira manifesta a sua concordância com a natureza das propostas apresentadas e solicita a mobilização nacional para o debate e resolução do problema:

"Acreditando que a liga das alfandegas é indispensavel, certos de que é preciso preparar trabalhos para que ella se faça; parece-nos da maior importancia que tratêmos de pensar um pouco neste assumpto, que mereceu a attenção e o estudo de tantos homens notaveis, hoje reunidos no congresso de Bruxellas"[261].

Num artigo intitulado *Portugal e Hespanha. Questão de Alfandegas*, Ribeiro de Sá chamou a atenção para o facto de o país se encontrar nas vésperas de uma transformação completa das suas relações económicas com a Espanha, aproximando-se cada vez mais a indústria e comércio dos dois países. Todavia os dois reinos não estavam preparados para tal devido à prisão fiscal, às pautas alfandegárias que agiam como verdadeiras barreiras, e ao contrabando. Estes aspectos constituíam, no parecer do autor, o mais importante problema económico da península sobre o qual os governos teriam de reflectir e agir. Refere que do lado de Espanha existiam já estudos sobre as alfândegas peninsulares, atribuíndo um pioneirismo, talvez injusto[262], à obra de José Garcia Barzanallana, *La Liga Aduanera Iberica*, que elogia pela qualidade técnica, mas

---

260 *Ibidem*, nº 919, 5 de Outubro de 1856.

261 *Ibidem*.

262 Refira-se que um dos primeiros estudos espanhóis sobre o assunto foi da responsabilidade de Andrés Borrego, publicado em 1844, com o título *Principios de economia politica con aplicación a la reforma de aranceles de aduanas, a la situacion de la industria fabril de Cataluña, y al mayor y más rapido incremento de la riqueza nacional*. Pierre Vilar defendeu que Borrego estivera exilado na Alemanha em 1841 e aí estudara as teorias de List (Cf. *Libéralisme politique et libéralisme économique dans l'Espagne du XIXème siècle*, in "O Liberalismo na Península Ibérica no seculo XIX", vol. 2, Lisboa, 1982, p. 12).

sobretudo por tentar alguma separação entre a questão económica peninsular e a doutrina iberista:

"Merece muito louvor e agradecimento o sr. Barzanallana por ter encetado esta questão pelo lado economico, e quasi já separada das idéas de iberismo.

Preferiamos que houvesse entrado na questão completamente separado de idéas, de que temos sido e seremos constante e implacavel adversario; mas ainda assim, a sua obra é um relevante serviço, prestado ao futuro da questão das alfândegas dos dois paizes"[263].

É evidente neste texto o contraste entre uma simpatia rasgada pelo pensamento económico da liga aduaneira peninsular e a necessidade de demarcação do pensamento político da união ibérica, esclarecendo mesmo o autor que não está tratando da "liga iberica das alfandegas, mas das alfandegas das duas nações"[264].

As considerações que Ribeiro de Sá teceu à obra de Barzanallana, remetem curiosamente para uma polémica que ela suscitou em Espanha, entre os teóricos da união alfandegária peninsular. Em 1861 a Academia de Ciências Morais e Políticas outorgou o prémio de melhor obra sobre a liga aduaneira peninsular[265] ao conservador Barzanallana, antigo ministro da Fazenda e ex-director geral das Alfândegas, publicada em 1862 com o título *La Liga Aduanera Ibérica*[266]. Esta memória defendia que, em princípio, as uniões aduaneiras eram vantajosas para os consumidores e, no caso ibérico, não afrontava a resistência de que em Portugal era objecto a união política, cuja propaganda avivava a hispanofobia. Para o autor a união política seria o términus de um

---

263 *Jornal do Commercio*, nº 2907, 23 de Junho de 1863.

264 *Ibidem*. Ressalte-se que o interesse do *Jornal do Comércio* sobre a questão da reforma das alfândegas está frequentemente patente; em Janeiro e Fevereiro de 1865, por exemplo, sucedem-se os artigos sobre o tema.

265 O tema posto em concurso pela Academia foi o seguinte: "Ventajas ó inconvenientes de una liga aduanera peninsular, y su influencia en la agricultura, industria y comercio de España. En el caso de decidirse por la afirmativa el autor de la Memoria, deberá examinar los obstáculos que pueden presentarse, y el medio de removerlos, así como los pactos y condiciones necesarias para asegurar la recíproca utilidad de las naciones confederadas". O prémio pecuniário era de 8.000 rs, e incluía ainda a publicação do texto. A título de curiosidade, refira-se que apenas duas memórias se apresentaram em concurso.

266 Esta obra teve uma 2ª edição em Madrid, Imprenta y Librería de Eduardo Martinez, Madrid, 1878.

processo iniciado com reformas no campo económico, e pensou alargar a política proteccionista espanhola a Portugal, já que essa doutrina económica não deveria ser sacrificada pela liga aduaneira. Estudou então questões como a dívida portuguesa e as receitas alfandegárias que, na sua opinião, deveriam ser repartidas proporcionalmente à população dos estados, já que Portugal obteria benefícios suficientes em virtude da atracção para os seus portos de grande parte do comércio espanhol. Assim formulada, esta teoria não era de todo promotora do iberismo pelo que, como explica José Antonio Rocamora, concitou a oposição de defensores da liga alfandegária mas que não abdicavam da sua componente de iberismo político:

"La obra de Barzanallana era más bien desalentadora para el iberismo, lo cual no era extraño teniendo en cuenta su adscripción política. Su preocupación era España y no Iberia. Un iberista discreparía de sus argumentos e invertiría el orden de valores, aun a costa de provocar algunos problemas a la economía española"[267].

Foi o que fez, com efeito, Manuel Malo de Molina, nomeadamente na recensão do estudo de Barzanallana que escreveu para a *Revista Ibérica* [268]. Começou por afirmar que Barzanallana não cumprira o enunciado do tema posto em concurso, e portanto não resolvera a questão que a Academia tão claramente havia proposto, porque, apesar de considerar a liga muito aceitável e desejada, concluiu no fim da obra que ela não era realizável. Confessando-se partidário incondicional do livre-cambismo, criticava-lhe a falta de um critério firme e seguro, e o proteccionismo exagerado, manifesto nas áreas fiscais e tributárias, emergindo "gananciosa la España" nas comparações efectuadas, e não concordava ainda com os receios do autor relativamente aos perigos da liga sob o ponto de vista da indústria algodoeira. Muito curiosos são os comentários de Molina aos capítulos IV e XVII que tratavam respectivamente da opinião pública portuguesa sobre a união comercial, e dos inconvenientes politícos das duas nações:

"Nosotros creemos que estos dos capítulos son pocos oportunos en un trabajo de la índole del que examinamos, que debe

---

267 ROCAMORA, José Antonio — *El Nacionalismo Ibérico 1792-1936*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1994, p. 76.

268 *Revista Ibérica*, tomo VII, nº 1, 15 de Abril de 1863, p. 1-15.

ser sola y exclusivamente económico, sin rozarse en lo más mínimo con la politica, antes bien evitándola cuidadosamente, porque la experiencia nos enseña que las doctrinas económicas se profesan por hombres y partidos de distintas tendencias políticas, como dirigidas aquellas á conseguir el bienestar material de todas las clases con independencia absluta de la política, que sólo mira al individuo como gobernante y gobernado. Al tratar de la union aduanera peninsular, creemos que es gran inconveniencia el mezclar la cuestion política y la de la opinion pública basada en errores y prevenciones cuya extirpacion se ha de alcanzar por medio de la idea económica, y por lo tanto nosotros pasamos ambos capítulos en claro, practicando el sistema que hemos observado siempre que en la prensa y en la Sociedad económica matritense hemos hablado de la union aduanera"[269].

Lá como cá, quanto mais se pretendia negar o envolvimento da união económica com a união política, mais ela emergia e se assumia ora como argumento, ora como óbice, da implementação da liga aduaneira.

Numa atitude visivelmente propagandística, o texto de Molina nesta revista bilingue terminava com o arrolamento das amplas e diversificadas vantagens económicas, sociais e culturais que a liga traria a Portugal, cujo nível tecnico-intelectual reputava manifestamente inferior ao espanhol:

"Nosotros, aceptando todos los datos del Sr. Barzanallana, nos decidimos francamente por la union peninsular, sólo como idea económica; y para ello tenemos además en cuenta los beneficios que de ella habia de alcanzar la nacion portuguesa en otras regiones y en otros principios; porque necesariamente la union aduanera produciria la franquicia mútua de la correspondencia entre los dos países, el aprovechamiento comun de sus vías de comunicacion; la admision recíproca del ejercicio de las profesiones; la habilitacion de los estudios y grados académicos adquiridos en cualquiera universidad de los dos reinos; y otras muchas ventajas morales y materiales que hoy están vedadas para ambos pueblos.

---

269 *Ibidem*, p. 7. Rocamora explicou que esta Sociedad Económica Matritense defendeu a liga aduaneira e nomeou uma comissão para redigir um projecto sobre o assunto, que bem poderia ter sido a outra memória presente no concurso de 1861. Cf. *Op. cit.*, p. 77, nota 74.

Cuando consideramos que los orígenes de ambos idiomas y de ambas literaturas son los mismos; que las fuentes de ambos derechos, el portugués y el español, son unas mismas fuentes; cuando miramos que los pueblos tienen una misma historia en las dos edades primitiva y media; y cuando vemos que la naturaleza parece que los ha criado para ser hermanos, no podemos menos de entristecernos al ver no son los mismos los estudios que se hacen en la universidad de Coimbra y en la de Salamanca. Y ciertamente que no seria Portugal el que saliera perdiendo en la asimilacion; porque si tenemos en cuenta el estado brilllante de nuestras universidades y de nuestras escuelas profesionales de caminos, canales, montes, minas industriales y de comercio, y comparamos las que en Portugal existen, forzosamente hemos de reconocer que en nuestros establecimientos de enseñanza, se difundem más los conocimientos, hay mejores aparatos científicos y más medios de enseñanza, y de todo ello podrian disfrutar los portugueses sin ningun dispendio, aprovechando las lecciones de nuestros profesores, que ellos harian más fecundas, con la precocidad de su buena imaginacion"[270].

Os argumentos expendidos nesta crítica representam um sumário do texto que Molina publicara em 1860, sob o título *Union Aduanera Peninsular*, na revista semanal madrilena, *Crónica de Ambos Mundos*. Aí explicou que gerações de espanhóis tinham crescido com o sonho de ver a Espanha reconduzida à condição de nação de primeira grandeza quando fosse realizada a união ibérica, meta pela qual sempre suspiraram, "como aurora de nuestras felicidades, y el bienestar anhelado de España y Portugal"[271].

Mas como esta união só podia ser atingida pela fusão espontânea e meditada de ambos os povos, deveria ser antes provada a excelência do sistema, e tais provas só seriam alcançadas pela desenvolvimento dos interesses materiais. Advogava assim a íntima união comercial, fonte de posperidade para ambos os países; a união cultural que beneficiaria imediatamente a nação mais atrasada nesse campo; e a união política que permitiria Espanha igualar Portugal em matéria de segurança individual. Portugal estaria aberto ao pensamento pacífico e regenerador desta "união de interesses" já que recebera com interesse a *Ibéria* de Sinibaldo de

---

270 *Ibidem*, p. 14-15.

271 *Crónica de Ambos Mundos*, nº 5, Julho de 1860, p. 83.

Más, publicara sem qualquer censura a *Revista Peninsular*, e a câmara dos deputados havia respondido com entusiasmo e reciprocidade ao projecto-lei de união universitária e científica de Romero Ortiz.

Este artigo comprovava ainda o engajamento da Sociedad Económica Matritense de Amigos del País no estudo de um projecto de união aduaneira, ou novo *Zollverein* hispano-lusitano, para o que nomeou uma comissão cujo secretário era o próprio Molina, tendo-se iniciado os seus trabalhos pela recolha de pareceres e opiniões de entendidos. Partindo do princípio que todas as forças pensantes da península, desde as sociedades económicas à imprensa periódica, passando pelo próprios políticos e estadistas, quer partidários do proteccionismo quer adeptos do livre-cambismo, debatiam e divulgavam este assunto, Molina confessava-se crente no empreendimento auspicioso de tal reforma. Por outro lado, tendo em vista os dois textos da sua autoria, é patente o empenho que coloca na articulação da união económica com a união cultural:

"Nosotros que creemos en la fuerza de la opinion pública, fuerza capaz por sí sola, de derribar al gobíerno más fuerte, tenemos fé en que ha de vencer los obstáculos que se presenten al logro de tan deseado fin, puesto que tan robusta se presenta á nuestra vista; y si la *Union aduanera y peninsular* ha de ser el suceso que prepare la *Union universitaria y científica*, únicas á que debe aspirarse, porque ellas darán sus frutos muy sazonados, la saludaremos como á iris de ventura el dia que se convierta en hecho"[272].

Sem dúvida que D. José García Barzanallana era considerado em Espanha o grande conhecedor da economia portuguesa. Em 1867 esteve em Portugal, incumbido pelo seu governo de elaborar um estudo sobre o sistema alfandegário e tributário, e a produção agrícola e industrial, sobre o qual se estudariam as possibilidades do estabelecimento das bases de um tratado de comércio entre as duas nações. Os *Estudios Económicos y Administrativos sobre Portugal*[273]

---

272 *Ibidem*, p. 84.

273 BARZANALLANA, José García — *Estudios Económicos y Administrativos sobre Portugal*, Madrid, Imprenta de M. Tello, 1868, 172 p. Os seus doze capítulos versavam os temas seguintes: Contribuições directas; Receita das alfândegas; Regime administrativo das alfândegas; Impostos de consumo; Imposto sobre o tabaco; Produtos de Bens Nacionais, e recursos diversos;

foram pois editados no ano seguinte, mas a sua pequena introdução deixava antever dificuldades várias à execução do referido tratado. Por um lado, o autor alertava para os inconvenientes que qualquer discussão manifestaria, sobretudo na campo das produções agrícola-industriais e no da legislação comercial, por outro, apontava a queda do gabinete Aguiar-Fontes e o agudizar das lutas partidárias como factores pouco propiciadores de convénios comerciais[274].

Considerando todavia que o seu estudo poderia vir a ser prosseguido e completado, não vaticinou uma intensificação do relacionamento comercial a curto prazo, se bem que o encarasse como condição fundamental para a aproximação geral dos dois países; paralelamente, permanecia nos *Estudios* a postura espanhola e não ibérica, já evidenciada na *Memória*:

"Tengo por un acto de patriotismo hacer que nuestra nacion comprenda cuáles son las condiciones de otra que puede llamarse hermana suya, casi por su lengua, su religion, sus antecedentes históricos y muchas de sus costumbres. Ambas naciones debieran amarse y considerarse más de lo quese aman y consideran recíprocamente ahora; lo cual depende de que no se conocen; y no se conocen porque les ha faltado, durante años y aun siglos, por causas bien sabidas, el mútuo roce que consigo traen las relaciones comerciales y la facilidad de las comunicaciones; siendo un hecho deplorable, pero cierto, que hasta hace poco tiempo se carecia por completo de estas últimas, entre los dos reinos peninsulares"[275].

Apesar do teor genericamente moderado da adesão de Ribeiro de Sá à ideia da liga alfandegária peninsular, não deixa de suscitar alguns comentários por parte da "regeneradora" *Gazeta de Portugal*, que aproveita para colocar algumas questões de ordem técnica para evidenciar potenciais pontos fracos do sistema:

"O sr. Ribeiro de Sá vê proximo o complemento da revolução economica em Hespanha, e crê que só a podemos evitar com a liga das alfandegas.

Cereais; Diversas produções agrícolas; Salinas; Pescas; Indústria; Caminhos de Ferro.

274 "La época actual para nuestros vecinos, preocupados por completo, desde los miembros del Gobierno hasta los últimos individuos de la sociedad, en la lucha viva de los partidos, cual no se conocia allí mucho tiempo hace, no es, ciertamente, la más a propósito para entablar ni seguir negociaciones en el sentido de ligas ó Tratados comerciales". Cf. *Op. cit.*, p. 6.

275 IDEM, *Ibidem*, p. 7-8.

Mas o que é liga das alfandegas na Peninsula? Qual ha de ser a base do rateio? A população ou o rendimento actual? Serão conciliaveis as pretenções de Hespanha com as necessidades da nossa independencia?

Ahi estão os pontos que nos parecemde mui difficil elucidação, e de gran perigo para um ministro que não reunir muito saber a consumada prudencia"[276].

Um artigo que o *Jornal do Comércio* tinha publicado em Junho de1861 assinado por Veritas, que era o pseudónimo de Carlos José Caldeira, com o título *Do que seja o verdadeiro iberismo*, defendia que o iberismo nunca poderia significar incorporação violenta, e atribuía ao partido pouco numeroso mas altamente ilustrado que existia em Portugal e Espanha e ao qual se poderia chamar ibérico, a consciência de interesses económicos comuns, vontade de multiplicar e apertar relações pacíficas, iluminados por um profundo instincto de progresso e grandeza. Definidos estes objectivos, defende que subjacente à doutrina ibérica está tão somente uma grande e generosa ideia económica:

"O iberismo é mais seita economica que politica: os que o julgam d'outro modo ou não o conhecem, ou querem adrede atribuir-lhe principios que rejeita"[277].

Esta visão de iberismo despojada da dimensão política mereceu, logo no dia seguinta, a contestação de Mendes Leal num texto a que deu o título *Do iberismo como se mostra*[278]. Apesar de lhe reconhecer "sensatas observações gerais", contrapõe que algumas proposições não assentam sobre uma apreciação perfeitamente justa dos factos e refuta o iberismo como ideia económica. Diz que este não é novo, não é doutrina de partido, mas sim o desejo de toda a gente que sabe pensar; todavia, outro iberismo mostrou a cara em Espanha, nomeadamente na imprensa política, e é a essas manifestações impacientes e indiscretas que responde o sentimento nacional do país, que não pode ficar passivo e deixar que a Europa acredita nelas. São os acontecimentos da Primavera de 61, o "misterioso empenho de agitação" que se manifesta em sublevações locais e em batalhas de imprensa que

---

276 *Gazeta dePortugal*, Lisboa, nº 64, 28 de Janeiro de 1863.
277 *Jornal do Commercio*, Lisboa, nº 2312, 19 de Junho de 1861.
278 *Ibidem*, nº 2313, 20 de Junho de 1861.

levam Mendes Leal a reagir desta forma ao crescendo de mal estar subjacente ao qual parecia estar sempre a temática/conspiração ibérica.

A Época, periódico afecto ao partido histórico que sucedeu ao *Agapito* e se publicou na capital entre 1860 e 1863, não intervém directamente na defesa da concertação económica peninsular mas noticia algumas diligências que nesse sentido se iam efectuando em Espanha, utilizando como fonte a imprensa do país visinho. Informa, por exemplo, sobre as reuniões mensais em casa de Marcoartú das quais saíu a representação às cortes pedindo a supressão de passaportes no espaço peninsular, bem como o debate sobre o projecto da liga aduaneira[279]. Em oposição ao *Português* e outros periódicos, este diário que tantas vezes pugnou pela elevação de Saldanha ao poder, salientou-se pela defesa cerrada e elogio frequente de Salamanca e da sua acção no nosso país, desmentindo por um lado as suas ambições políticas em Portugal, e por outro, exaltando as suas virtudes pessoais e profissionais, apresentando-o como um homem de grande honestidade e respectibilidade[280], "genio emprehendedor e verdadeiramente extraordinario"[281]. No artigo *Empreza de D. José Salamanca. Caminhos de ferro do Leste e Norte de Portugal*, o capitalista recebe, entre outros encómios, o epíteto de "distincto cavalheiro", enquanto D. Angel Retortillo é referenciado como "notavel engenheiro"; ressalta contudo deste texto o apoio do periódico à construção de vias férreas que ligassem à Espanha, projecto que é apresentado ao país como a "nossa taboa de salvação"[282].

No seu artigo evocativo do 1° de Dezembro de 1868, a *Gazeta de Lisboa* explicou a sua crença na impossibilidade de realização da união ibérica, assente no antagonismo dos dois povos e nas conveniências europeias, mas ressaltou que havia um tipo de união que urgia materializar, porque era a garantia do progresso peninsular:

"Crusem-se os caminhos de ferro, correspondam-se os fios electricos, estendam-se os canaes, dilate-se a navegação dos rios,

---

279 *A Epoca*, Lisboa, n° 668, 10 de Abril de 1862.
280 *Ibidem*, n° 458, 25 de Julho de 1861.
281 *Ibidem*, n° 598, 14 de Janeiro de 1862.
282 *Ibidem*, n° 400, 12 de Maio de 1861.

derrubem-se as barreiras aduaneiras, aplanisem-se os embaraços fiscaes, emfim faça-se de peninsula o que fez della a naturesa, que foi um uberrimo e florente torrão"[283].

Este texto distinguia claramente a questão política da económica, considerando que tanto mais se fizesse pela segunda, menos pertinência assumia a primeira:

"Todavia, a federação, que poderá ser um passo vantajoso para a peninsula, póde dar-se; porém o meio de a effectuar não é nas regiões politicas, senão nas regiões do trabalho, do commercio e da industria. E quanto mais esta federação, a commercial e economica, fôr uma verdade, que se realise e fecunde, menos se pensará na outra, na politica, que, a final, não passa de uma ambição ou de uma theoria resolvida na cabeça de homens politicos, mas contra a qual protestam as nossas tendencias, as nossas predilecções, os nossos precedentes historicos, e emfim a existencia de sete seculos de monarchia portugueza"[284].

Invocando o sentimento de tolerância, o *Jornal de Coimbra* também aproveitou em 1868 o texto que celebrava o aniversário do 1° de Dezembro para ressaltar a necessidade do estabelecimento de um movimento económico que conseguisse passar os muros de Elvas:

"A fronteira não deve ser para nós como a muralha da China. Conhecemos melhor a França e a Inglaterra do que conhecemos a Hespanha. Somos victimas voluntarias de um erro, que tem o seu fundamento em inimizades antigas, as quaes importa cessar.

(...) Quando solemnisamos o anniversario da nossa independencia politica, devemos tambem lembrar as condições da nossa independencia economica"[285].

Os exemplos colhia-os pela Europa fora; a França e a Inglaterra eternos rivais políticos mas parceiros comerciais, a Bélgica antiga província do império francês mas depois de independente a ele ligado por íntimos e consecutivos tratados comerciais. E a prosperidade belga era mesmo o paradigma apontado:

---

283 *Gazeta de Lisboa*, n° 44, 1 de Dezembro de 1868, p. 1.
284 *Ibidem*.
285 *Jornal de Coimbra*, n° 80, 1 de Dezembro de 1868, p. 1.

"Nós, que pelas nossas liberdades politicas, somos chamados a Belgica do occidente, façamos com a Belgica do norte. A nossa independencia, como a dos belgas, não se defende com odios e injurias; defende-se com os recursos que podemos tirar do nosso progresso economico, e este não pode conseguir-se, continuando-se no fatal systema do isolamento. Esqueçamos, pois, aggravos passados, façamos callar antigos odios, e estendamos fraternalmente a mão aos nossos visinhos. Assim obedecemos aos avisos do bom patriotismo, e seguimos o pensamento da revolução de 1640. Livres e fortes"[286].

Um artigo da efémera *Gazeta Portuense*, intitulado *A Fraternidade*, defendeu que esse preceito bíblico, agora enquadrado pelo progresso material, constituía a tendência e aspiração dos povos no século XIX. Portugueses e espanhóis encontravam-se já unidos por um "laço de amor", a locomotiva, caminhando fraternalmente para a"união de interesses":

"O commercio, a industria, as artes e todos os ramos do saber humano, fazendo desapparecer a desconfiança e os receios que são a morte da sociedade, vão tecendo insensivelmente um laço de affecto reciproco, uma verdadeira associação cosmopolita, cujos resultados são incalculaveis para o bem estar geral"[287].

Neste mesmo ano a *Sentinela do Progresso* havia já defendido a confederação peninsular, enunciando as sua vantagens políticas e económicas. Partindo do pressuposto que o comércio das províncias espanholas da raia se encaminhariam para Lisboa e Porto, considerava que a liga alfandegária poderia ser um grande passo dado no caminho da civilização e elevaria o comércio português a grande prosperidade, tendo em vista a excepcional localização do porto de Lisboa que passaria a ser a plataforma peninsular das trocas intercontinentais. Lamentava por isso a política e legislação portuária e de navegação que afugentava o comércio, o que não acontecia na Bélgica e na Holanda cuja prosperidade advinha da abertura dos seus portos ao comércio das nações poderosas como a Alemanha:

---

286 *Ibidem.*

287 *Gazeta Portuense*, Porto, nº 31, 7 de Abril de 1868, p. 1. A vida deste periódico foi efémera pois circunscreveu-se entre 1 de Março e 31 de Maio de 1868. O texto, assinado com as iniciais P. R. V., é da autoria de um espanhol, tendo sido escrito em Madrid, a 17 de Março.

"Não sabem que a Belgica e a Holanda são os dois grandes armazens da Allemanha, assim como Porto e Lisboa hão de ser sempre os unicos e naturaes armazens da peninsula.

(...) A liga das alfandegas e a reforma das leis sobre a navegação de cabotagem, seriam os primeiros fructos da confederação, e que dariam um desenvolvimento ao commercio da peninsula, que em pouco tempo desenganaria os mais incredulos, de que as duas cidades Lisboa e Porto, pela sua posição, hão de ser no futuro os dois portos mais commerciaes da peninsula e indispensaveis ao commercio de Hespanha"[288].

Esta atitude não está isenta de uma certa anglofobia pelo que, sob o ponto de vista político, a confederação peninsular era apresentada como a forma de desatrelar Portugal do "poste insultuoso" das nações poderosas, aliviá-lo da evidente má fé com que a Inglaterra reconhecia os seus direitos em África, reconduzi-lo enfim ao lugar a que tinha direito, no conspecto europeu.

A *Sentinela* fez também um repto à imprensa para ser o palco da discussão e esclarecimento do povo, nesta matéria "em que tudo temos a ganhar e nada a perder"[289].

Em função das pesquisas efectuadas e do material compilado, pode afirmar-se que a temática da união económica peninsular encontrou maior recepção nos periódicos de Lisboa e Porto, penetrando mais tibiamente nas páginas dos jornais da província. Todavia, é mesmo assim considerável a sua explanação nas folhas do interior. Além do *Leiriense*, outras folhas originárias de áreas periféricas viriam a abordar a questão, nomeadamente do Minho e Aveiro, das Beiras e do Alentejo. Ainda o *Distrito de Leiria*, redigido por António Xavier Rodrigues Cordeiro que havia colaborado no *Leiriense*, no artigo *A União Ibérica*, refutou em 1861 os pressuposto da propaganda iberista então em crescendo na Espanha, mas manifestou o seu apoio à única união possível entre os dois países, a económica:

"Queremos que um caminho de ferro nos leve á fronteira do reino visinho, e saudaremos com prazer o dia em que as duas capitaes se aproximem, mediante poucas horas de transito.

---

288 *A Sentinella do Progresso*, Lisboa, nº 6, 15 de Agosto de 1868, p. 1-2.
289 *Ibidem*, p. 2.

Desejamos que a união das alfandegas peninsulares seja um facto por onde se inaugure para os dois povos uma nova era de prosperidade. Sommos apostolos da união economica em summa, e essa ninguem a combate, mas paramos ahi; não só por que a outra é extremamente antipathica, em vez de ser popular; como porque nos repugna a fusãod e dois povos, quando a não aconselha a homogeneidade d'interesses, ou se não dão as condições requeridas e indispensaveis para a tornar acceitavel"[290].

O Transtagano, bisemanário de Elvas que ao longo dos seus cerca de três anos de publicação nunca deixou de patentear receios relativamente aos projectos e ambições do iberismo, como o comprova o teor de muitos textos e a sua inabalável apreensão relativamente aos caminhos de ferro junto à fronteira de Espanha, não ficou indiferente à questão da liga das alfândegas peninsulares. Em Julho de 1860 afirmava que esse pensamento ocupava demasiadamente os nossos visinhos espanhóis, impressionava o ânimos de alguns portugueses esclarecidos, e apesar "das boas razões que nos apresentam os partidarios d'esta liga, tanto portuguezes como hispanhoes"[291], questionava-se esta notícia sobre a forma que alvitrariam para suprir nos orçamentos de cada uma das nações, as verbas resultantes dos monopólios do tabaco e do sal os quais, a concretizar-se a liga, teriam de extinguir-se.

Maior desagrado pela ideia é ainda exposto no ano seguinte, quando se defende que o entusiasmo dos portugueses pela união económica não é mais do que o influxo das ideias liberais, o amor do progresso e da civilização, enquanto que, "da parte dos hispanhoes nota-se, de envolta com a pomposa descrição da prosperidade do comercio, da industria e da agricultura, a idéa fixa da absorpção: a da iberia"[292].

Além desta "mal disfarçada intenção politica", o artigo apresenta apenas um argumento de índole economico-fiscal que, a seu ver, inviabiliza a concretização a liga, trata-se novamente da questão dos monopólios, do tabaco, no caso português, e do sal, em Espanha.

---

290 *O Districto de Leiria*, nº 27, 25 de Maio de 1861, p. 1-2.
291 *O Transtagano*, Elvas, nº 18, 1 deJulho de 1860.
292 *Ibidem*, nº 90, 10 de Março de 1861.

Outro bisemanário de Elvas, *A Voz do Alentejo*, publicou ao longo de onze números um estudo de J. Dubraz sob o título genérico, *A Peninsula Hispanica*, denominando-se os três últimos textos *A Iberia economica*[293].

Nos artigos IX e X Dubraz debruçou-se sobre a questão dos cereais e seus problemas de produção e circulação na península. A intenção do estudo revela-a claramente no último: demostrar a necessidade moral e material de um tratado de comércio com Espanha. Sem ele, não teria qualquer utilidade o caminho de ferro do leste, privando-se assim as populações das trocas de produtos a que deveriam ter legítimo acesso. As reivindicações do autor a nível das reformas económicas ficam-se pelo tratado comercial, não sendo sequer mencionada a liga afandegária; mesmo assim, o autor esforça-se em alhear as conclusões do seu estudo de qualquer doutrinação ou plano ibéricos:

"Mas, como póde haver quem veja na minha *Iberia* os começos do *iberismo*, não quero terminar estes artigos sem dizer alguma coisa para satisfazer as susceptibilidades anti-ibericas. E concedo que é quasi preciso retocar a questão, porque de novo se falla muito em *iberismo* de um e outro lado da fronteira"[294].

Ao longo do ano seguinte, a colaboração de Dubraz para a *Voz do Alentejo* consistiu ainda de uma série de pequenos artigos que veementemente pugnavam pelo objecto que considerava prioritário: a realização de um tratado de comércio com a Espanha cuja preparação se devia encetar quanto antes, e que podia até ser mau e incompleto, mas tinha que se começar por qualquer lado.

A imprensa minhota também divulgou a ideia da união económica peninsular; em 1859, a *Razão* transcreveu o artigo *Liga de Alfândegas entre Portugal e Hespanha* do *Jornal do Porto*, como atrás se referiu, e em 1864 o *Correio do Norte* patenteou a sua convicção na união aduaneira. Esta opinião é exarada em carta ao periódico *Faro* de Vigo como resposta ao seu artigo *Union Aduanera con Portugal*. Contraria a ideia inculcada pelo periódico galego sobre a aversão dos portugueses aos espanhóis, justificando que "não o pensa assim a maioria da nação, a parte illustrada do povo

---

293 *A Voz do Alemtejo*, Elvas, nº 379 , nº 381 e nº 383, de 25 de Setembro, 2 e 13 de Outubro de 1864, respectivamente.

294 *Ibidem*, nº 383, 13 de Outubro de 1864.

portuguez, que hoje é grande, grandissima, desde que temos o direito de fallar, escrever e pensar livremente, vivendo com dignidade a vida dos povos livres" [295]. Quanto às outras premissas do artigo, a saber o desprezo pela aliança inglesa e a defesa da união alfandegária na península, assume-se o periódico minhoto apoiante entusiástico.

O bisemanário bracarense, *O Comércio*, defendeu a necessidade e conveniência de estabelecimento de um tratado comercial com a Espanha, a exemplo do que sucedia entre outras nações independentes europeias:

"Livres, autonomicos politicamente, mas ligados comercialmente com a Hespanha, como a França o está com a Inglaterra, — é esse o nosso interesse, é essa a prescripção da sciencia politica e economica"[296].

Defendendo o caminho de ferro de Abrantes a Madrid, cujo traçado deveria passar por Castelo-Branco e Cáceres, a *Estrela da Beira* testemunhou a importância que esta via teria para a Beira e para o país, já que asseguraria a ligação com a capital espanhola e a Europa. Daí os festejos que a edilidade alvicastrense tinha preparado para a recepção aos engenheiros espanhóis Inocencio Roldan e Eusebio Page que assentariam o percurso definitivo desse "melhoramento de grande ordem"[297]. Considerando que a comunicação material favoreceria a moral e contribuiria para levantar a barreira do ódio e da repugnância que dividia portugueses e espanhóis, este periódico defendia a confederação como forma de potencializar economica e culturalmente as diversas regiões peninsulares, sem que a sua autonomia política fosse questionada:

"Não são só as relações materiaes que havemos mister estreitar com o reino visinho; carecemos, mais que tudo, da comunicação moral: carecemos do commercio da idea e do pensamento entre os dois povos peninsulares, que, anhelamos, sejam irmãos e amigos, irmãos e amigos pelas aspirações liberaes, progressistas e civilizadoras; mas não pelos intuitos da unificação politica e nacional. Como sectarios da descentralisação amamos a

---

295 *Correio do Norte*, Valença, nº 23, 20 de Março de 1864.
296 *O Commercio*, Braga, nº 30, 13 de Dezembro de 1868, p. 1.
297 *Estrella da Beira*, Alpedrinha, nº 8, 19 de Outubro de 1864, p. 1.

independencia e autonomia dos estados, embora pequenos; por que nos apraz ser pelo fraco contra o prepotente.

Se no estado actual de desesperação, a que hão levado os negocios publicos de Portugal, nos perguntassem qual o sonho querido, qual o nosso ideal predilecto, responderiamos, sem hesitar, que optavamos por uma confederação; que pelo lado economico estabelecesse a liberdade de commercio entre as duas nações: que, pela conveniencia politica, as constituisse, pela sua posição topographica, um colosso invencivel, um baluarte inexpugnavel; que, pelas aspirações civilisadoras, promovesse as relações litterarias e scientificas entre os dois povos, separados ha seculos, pelo odio de oppressão, e privados do contacto benefico da vida intellectual e moral"[298].

Comentando as convulsões de Espanha em Janeiro de 1866, este periódico afecto ao grupo Vaz Preto, reiterou a sua vontade de constituir uma federação com aquele país, não de índole política já que as diferenças de civilisação a desaconselhava, mas de natureza "economica e commercial, scientifica e litteraria", beneficiando o interesse recíproco das duas nações. A federação económica, a seu ver, passaria pela liberdade de comércio ou, "pelo menos, uniformisação das taxas alfandegarias"[299], produzindo uma união que assegurasse a soberania e independencia nacional.

Posição abertamente contrária à liga das alfândegas peninsulares assumiu, logo em 1854, o *Campeão do Vouga*, pela voz de um dos seus mais importantes redactores, José Eduardo de Almeida Vilhena. No texto *A União Iberica II*, condenou essa hipótese sob o ponto de vista económico, considerando que a planta de topográfica de Portugal lhe assegurava um lugar importante no mundo comercial, situação que ainda viria a melhorar com a construção das vias férreas e o encanamento de alguns rios da península, atingindo então Lisboa e Porto uma inquestionável superioridade em relação a qualquer porto de Espanha. Contudo, não votava pela união das alfândegas por dois motivos fundamentais: por um lado, ela traria, no espaço de uma geração, a efectivação da absorção de Portugal, por outro, traria a ruína das

---

298 *Ibidem.*

299 *Ibidem*, nº 116, 13 de Janeiro de 1866, p. 1.

industrias fabris e agrícolas portuguesas porque não poderiam concorrer com as espanholas, mais fortes e melhor organizadas:

"Se a Iberia, encarada pelo parte politica, não presta as garantias que as circumstancias reclamam, pelo lado economico não nos assegura um futuro brilhante, pois nos rouba todos os elementos que podem fazer prosperar um grande povo.

É verdade que em troca d'isso nos promette a vida do nosso commercio; mas como depois da ruina das nossas industrias, só avultarão os productos estranhos, Portugal não será mais que um vasto celleiro, aonde virão prover-se as nações estrangeiras"[300].

Cinco anos mais tarde, no texto *Portugal e Hespanha II*, Almeida Vilhena reincidiu na sua tese da impossisibilidade política e económima da união[301].

A temática da concertação económica peninsular vai perdendo considerável importância na 2ª metade da década de sessenta, tornando-se cada vez menos objecto de textos da imprensa periódica nacional. António de Serpa publicou na *América*, em Junho de 1868, um estudo sobre *Commercio de Portugal com Hespanha*, incluído num projecto mais geral de *Apontamentos sobre Estatistica*[302]. Partindo dos dados compulsados nos mapas gerais de comércio, este estudo não pretende mais do que expôr e analisar os números que traduzem o comércio lícito entre os dois países desde 1843, pese embora pontualmente sugira eventuais reformas, ou a complementarização de outras anteriores que poderiam beneficiar ambos os lados. Apesar de evidenciar a ausência de comunicações faceis e o embaraço das barreiras fiscais como causas da debilidade de permutas entre os dois países, não menciona sequer a hipótese da liga aduaneira. Já no tocante ao ainda mais fraco comércio marítimo entre os portos dos dois países, ressalta que está na sua origem a restrictiva legislação espanhola a qual, se lhe parece admissível para os outros países, relativamente a Portugal propõe a sua abolição, "sem perigo para a nossa marinha nem para a hespanhola, nenhuma das quaes se avantaja á outra de tal maneira, que a concorrencia podesse causar-lhes receios"[303]. Relativamente

---

300 *O Campeão do Vouga*, Aveiro, nº 269, 9 de Dezembro de 1854, p. 1.
301 *Ibidem*, nº 767, 15 de Outubro de 1859, p. 1.
302 *A America*, Lisboa, nº 6, Junho de 1868, p. 83-87.
303 *Ibidem*, p. 84.

ao comércio de trânsito elogia as bases liberais do convenio diplomático de 17 de Abril de 1866 que establecia o trânsito livre de direitos de todas as mercadorias que saíssem de Espanha ou ali se dirigissem através de Portugal, tanto pelo rio Douro como pelos caminhos de ferro, bem como o trânsito em iguais condições do comércio de Portugal através de Espanha, mas salienta que a execução deste acordo depende de um regulamento em elaboração pelas duas partes, o qual, na sua óptica, deveria estabelecer as regras práticas do trânsito e regular o serviço internacional dos caminhos de ferro e das alfândegas da fronteira em relação a este serviço.

Um ano mais tarde, o efémero *Patriota*, bisemanário lisboeta de consabidas simpatias republicanas, deu à estampa um texto que pregava o credo da liberdade comercial, sob o título *A livre troca dos productos naturaes entre Portugal e Hespanha.* Criticando as teorias proteccionistas que afinal não evitam a concorrência que os produtos espanhóis fazem aos portugueses nos mercados estrangeiros, detém-se em analisar a situação de dois géneros que marcavam as preocupações da altura, a aguardente e os gados, demonstrando que a sua livre circulação na península não empobreceria, antes pelo contrário, os comerciantes e o comércio português. Defendendo o aumento da qualidade e da quantidade das exportações portuguesas e consequente ampliação dos mercados e das trocas, o seu pensamento económico evidencia a dependência directa entre liberdade comercial e prosperidade:

"Devemos pois considerar esta questão como altamente importante para o nosso commercio, e devemos quanto antes aproveitarmos a nossa posição geographica, que será importante, importantissima, quando o governo desobstruir o commercio das estupidas peias, que governos ineptos e analphabetos lhe teem lançado.

A liberdade de commercio é a vida das nações. Sem ella não ha prosperidade, nem desenvolvimento possivel.

As alfandegas são o Calvario da prosperidade das nações"[304].

A partir destas palavras de ordem facilmente se compreende o artigo publicado três semanas depois, pugnando pela *Liga das alfandegas entre Portugal e Hespanha.* A argumentação não é

---

304 *O Patriota*, Lisboa, nº 19, 17 de Junho de 1869.

original. O contrabando recrudescia e não se vislumbrava solução: o comércio que Lisboa e Porto mantinham com as povoações mais importantes da raia diminuía; os direitos sobre a maior parte dos artigos espanhóis eram de tal forma pesados que nem um reforço da fiscalização alfandegária lograria desencorajar o comércio ilícito. Complementarmente o autor chamava a atenção para o projecto em estudo nas constituintes espanholas que visava a diminuição progressiva dos direitos até ser alcançada a isenção total, defendendo que esse país sabia que qualquer actividade económica só prosperaria quando houvesse instrução e dinheiro barato, ou seja, crédito.

Este texto responsabilizava os portugueses pela impossibilidade da realização da liga alfandegária peninsular, alegando que os receios lusos associavam constantemente a união comercial à temida união política:

"A liga das alfandegas entre Portugal e a Hespanha é e será ainda por algum tempo uma idea altamente repugnante para a maior parte dos nossos autonomistas, que veem no augmento das relações commerciaes dos dous povos da peninsula, a porta por onde nos hão de roubar a nossa independencia"[305].

Obras de carácter mais ou menos impressionista abordavam com alguma superficialidade o tema que persistia em se manter na moda. No seu *Portugal em 1865*, Francisco Teodoro César da Cunha que defendia o governo de fusão experimentado nesse ano, interrogava-se sobre as possibilidades da realização de um tratado comercial e alfandegário de largo alcance na Península:

"Porque não hêmos de tentar formar com a Hespanha e com frança, uma convenção aduaneira ao estylo do *Zollverein da Confederação Germanica*?

Oppor-se-hiam talvez á realisação d'esta medida aquellas nações? É possivel, mas esta importante questão tratada devidamente, havia de effectuar-se, e em ultimo caso principiemos por adoptal-a com a Hespanha, e alli, estamos plenamente convencidos, não encontrariamos grandes difficuldades"[306].

---

305 *Ibidem*, nº 22, 5 de Julho de 1869.

306 CUNHA, Francisco Theodoro Cesar da — *Portugal em 1865. Reflexões politicas dedicadas á Nação Portugueza*, Lisboa, Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portugueza, 1865, p. 24-25.

Parece-nos evidente que todo o pensamento então produzido por portugueses e estrangeiros sobre as eventuais inovações na esfera da política económica portuguesa e peninsular apontava a rede ferroviária como panaceia de muitos males do presente, e geradora de progresso a curto prazo. Como salienta Magda Pinheiro num estudo de grande clareza[307], era quase obrigatória, e maioritariamente positiva, a referência aos transportes ferroviários, por parte dos intelectuais da época:

"A *intelligentsia* portuguesa do início da segunda metade do século XIX, alimentada pela economia política liberal e por uma maravilhosa adesão ao progresso tecnológico — progresso tão palpável nos transportes ferroviários — acreditava que os caminhos de ferro proporcionariam ao país as condições de uma melhor integração internaconal e ibérica. Para ela o potencial transformador dos caminhos de ferro não se limitava ao espaço nacional. Pelo contrário os seus olhos viravam-se primeiro para as ligações internacionais"[308].

Segundo esta investigadora tal ideia transformou-se numa ilusão, num mito, já que condicionantes várias concorreram para resultados pouco expressivos em matéria de ligações ferroviárias peninsulares e internacionais. Além do drama que envolveu o planeamento, negociação de traçados, financiamento e construção das linhas portuguesas, toda a lógica ibérica desfavoreceu Portugal, como se pode verificar no próprio projecto de Francisco Coello que evitava tornar a distância Madrid/Lisboa mais curta que a de Madrid/Cádis. Se o lado português se revelou prudente em demasia relativamente ao *zollverein* peninsular, o lado espanhol nem sempre o facilitou ora em virtude da instabilidade política, ora em função de exigências dificilmente aceitáveis, pelo que os estudos globais das ligações ferroviárias dos dois países só tenham sido retomadas em 1875, isto é, após o fracasso da experiência republicana em Espanha.

Contrariamente às ambições dos profetas do progresso e às esperanças dos defensores da fraternidade peninsular, o caminho de ferro não conseguiu superar a tradicional magreza das relações comerciais entre Portugal e Espanha, e não só não gerou a queda das

---

307 PINHEIRO, Magda — *Portugal e Espanha: integração e ruptura. Os caminhos-de-ferro (1850-1890).* "Ler História", Lisboa, nº 11, 1987, p. 47-75.
308 IDEM, *Ibidem*, p. 47.

fronteiras como as materializou. O sonho da liga alfandegária transformou-se na "cinta de Hierro" já que, como explica M. Pinheiro, "a vontade de isolamento económico foi a resposta espanhola à recusa portuguesa de uma integração política e económica absoluta"[309].

309 IDEM, *Ibidem*, p. 73. Esta atitude está sugestivamente expressa numa correspondência oficial de António Alcalá Galiano (1859), referida pelo seu sobrinho, então 1° secretário da legação espanhola em Lisboa: "En su despacho núm. 56 examina la cuestión de ferrocarriles como medio de promover la unión peninsular. Su opinión contraria es á ese proyecto, pues piensa que dejando aislado é incomunicado á Portugal, más pronta será su perdición y la necessidad que para progresar sienta de unirse con España. Si los ferrocarriles se conceden, se debe pedir á Portugal una *política peninsular exclusiva*, como conpensación de los sacrificios que se le hacen" (Cf. CASA VALENCIA, Conde de — *En Inglaterra, Portugal y España, 1856-1860*, Madrid, Imprenta de Fortanet, 1905, p. 178-179).

APÊNDICE DOCUMENTAL

(Fonte: *O Futuro*, Lisboa, nº 550, 15 de Março de 1860)

Bases para os estatutos definitivos da Associação Industrial Peninsular

I
Fim e Organismo da Associação

1º O fim da Associação é a união economica de Portugal com a Hespanha, e a civilisação autonomica dos differentes paizes que compõem a Peninsula Iberica independentemente de quaesquer fórmas de governo, e de quaesquer ligações politicas entre as duas nações.

2º A Associação compõe-se de todas as pessoas, dos dois sexos, que contribuam para as suas despezas com uma quota mensal de 500 réis.

3º A Associação deve considerar-se constituida sempre que o numero dos socios contribuintes lhe permitta ter ao menos uma casa, allugada por sua conta, para as suas sessões; e os meios indispensaveis para as despezas d'expediente correspondentes.

4º A sede da Associação é Lisboa.

5º Os meios que a Associação deve pôr sucessivamente em pratica para conseguir o seu fim, á medida do augmento da sua receita, são, principalmente os seguintes:

a) Combater, por todos os modos ao seu alcance, as ambições politicas que por ventura haja em Hespanha relativamente a Portugal, ou a qualquer porção deste paiz.

b) Definir em discussão publica pela imprensa, as individualidades economicas da Hespanha cujos interesses sejam prejudicados pela actual centralisação administrativa.

c) Submetter á opinião publica dos differentes centros industriaes da Peninsula, e sustentar pela imprensa, em Madrid e Lisboa, um projecto de tratado de commercio, para a união aduaneira, entre Portugal e Hespanha.

d) Estabelecer um jornal technico e economico, orgão da Associação.

e) Entreter artigos de propaganda no *Siècle*, jornal de Paris, no *Times* de Londres, nas *Novedades* (?) de Madrid.

f) Organisar quatro exposiões permanentes,ou museus industriaes em Paris, Londres, Madrid e Lisboa. Devendo ser parte essencial: nas de paris e Londres as especialidades ibericas, no commercio internacional; nas de Lisboa e Madrid productos estrangeiros que sejam modelos, e cujo estado possa contribuir para aperfeiçoar ou para crear uma ou mais das ditas especialidades. E devendo haver em cada museu um catalogo methodico, que, para cada producto, dê as condições technicas e economicas que possam utilisar ao industrial, ao commerciante e ao capitalista; e um pessoal sufficientemente habilitado para poder satisfazer a quaesquer perguntas dos visitantes, e relatar concludentemente á Associação o movimento das custas a seu cargo.

g) Incorporar no organismo dos museus um estabelecimento de *commissões*, (technicas e commerciaes), em beneficio da associação.

h) Estabelecer em Pariz um collegio para dirigir os estudos industriaes, de filhos-familias de Portugal e Hespanha, sob tutella de um portuguez devidamente qualificado; e para examinar e escripturar, sob a responsabilidade da Associação, e por conta dos governos ou de particulares da Peninsula, engenheiros, chefes de officinas, contra mestres, etc. Tudo mediante a competente retribuição.

i) Ter um commissario agricola e industrial, que viaje em Argel, no sul de França, em Hespanha, e em Portugal; e que proponha á Associação, dos melhoramentos culturaes intrduzidos n'aquellas n'aquellas regiões os applicaveis á Peninsula e ás suas colonias.

j) Ter um commissario technico e economista que viaje na Peninsula e nos principaes centros industriaes da Europa, e que proponha á Associação, as industrias introduziveis, e o modo d'introduzil-as em Portugal e em Hespanha.

k) Organisar um congresso triennal, em Lisboa e em Madrid alternadamente, d'estatistica, de sciencias applicadas, e de litteratura, tudo com relação aos interesses da Peninsula.

l) Editar em Portuguez ou em Hespanhol, ou em ambas as linguas, qualquer obra de utilidade Peninsular.

m) Promover, agenciar, ou emprehender directamente a formação de companhias accionarias para o establecimento de vias ferreas que ponhão em communicação commercial os principaes centros de

Portugal, e de Hespanha; e para organisar quaesquer industrias definidas como *especialidades* da Peninsula.

n) Annexar aos museus um serviço especial, gratuito, mediante o qual os homens professionais que superabundem n'uma localidade da Peninsula possão ser empregados n'outra em que faltem.

6° Para a execução, desenvolvimento, ou ampliação do que se acha indicado no artigo antecedente a Associação eleje em assembleia geral triennalmente uma direcção composta de cinco membros.

7° Compete á direcção:

a) Propôr á assembléa os regulamentos necessarios ás differentes repartições do serviço.

b) Executar e fazer executar os estatutos e os regulamentos.

c) Arrecadar e administrar os fundos da Associação.

d) Nomear o pessoal para a direcção scientifica e doutrinal de todas as publicações da Associação; e para os differentes cargos, permanentes ou extraordinarios, que demandar o seu serviço.

e) Relatar annualmente á assembléa geral os seus actos prestando contas documentadas, e propondo o orçamento do anno futuro.

9° Para ser elegivel membro da direcção é indispensavel ter trinta e não mais de quarenta e cinco annos; não padecer nenhuma das molestias, que, reconhecidamente, influem nas faculdades naturaes do espirito; não ser capitalista; não ser fidalgo nem ligado de interesses com familia alguma de fidalgos, não ter mancha alguma na sua carreira, ter educação intellectual, adequada e sufficiente para comprehender a synthese dos negocios da Associação.

10° Cada um dos membros da direcção é reeligivel.

11° Cada um dos membros da direcção deve vencer um ordenado, que lhe permitta dedicar-se efficazmente ao serviço da Associação.

12° A assembléa geral é a reunião de todos os contribuintes, e poderá ser constituida legalmente sempre que os socios comparecentes, pessoalmente ou por seus procuradores, representem a maioria dos contribuintes.

§ A assembléa geral reune-se todos os annos em novembro na sede da Associação.

13° Compete á assembléa geral:

a) approvar os regulamentos.

b) eleger annualmente uma commissão fiscal de 3 membros para o exame da escripturação.

c) votar as contas e orçamentos da direcção sobre parecer da commissão fiscal.
d) arbitrar os ordenados dos directores e dos empregados da Associação sobre proposta dos primeiros (vide art. orçamento).
14° A assembléa geral reune-se extraordinariamente quando a direcção seja accusada formalmente de incapacidade ou de prevaricação por 100 ou mais socios.
§ No caso de ser justificada a accusação, com documentos irrecusaveis, ellege na mesma sessão nova direcção para o resto do triennio, e nova commissão fiscal para o resto do anno, sem prejuizo do direito da Associação contra os directores pelos damnos que lhe tiverem causado.

II
Disposições diversas

15° Cada socio pode contribuir com mais de 500 rs. mensaes.
16° Cada contribuinte, qualquer que seja a sua quota, tem direito gratuitamente:
a) a receber um exemplar do Jornal da Associação .
b) a uma parte quotitativa nos beneficios liquidos da Associação; ou na sua liquidação em caso de dissolução.
17° Os socios que contribuiram com 1$500 rs. mensaes, e d'ahi para cima, além da quota obrigatoria de 500 rs., terão direito a uma diminuição de 10 por cento nos preços tarifados dos serviços que a Associação se propõe prestar mediante retribuição.
18° O socio que deixar de pagar as quotas obrigatorias por tres mezes consecutivos, será riscado sem prejuizo dos direitos da Associação como creadora.
19° Os estatutos e os regulamentos poderão ser modificados em cada reunião triennal da assembléa geral, pela maioria dos contribuintes.
20° Em caso de invazão do territorio portuguez por uma força hespanhola, ou alliada com a Hespanha, a associção suspende a sua existencia ordinaria, e converte-se n'uma Associação Lusitana de resistencia material, que, esquecendo quaesquer idéas de civilisação humanitaria, se applicará exclusivamnete a combater a força do numero pelos mil meios que suggere sempre o amor proprio offendido no patriotismo.

III

Disposições transitorias

21° Os socios installadores, que assignam os estatutos, compromettem-se mutuamente a empregar todos os meios ao seu alcance para se conseguir o mais breve possivel a constituição integral da associação e especificamente a contribuirem *pro rata* para as despezas indispensaveis á primeira constituição (art. 5°).

22° Os socios installadores nomeiam de entre si uma direcção provisoria que servirá gratuitamente em quanto o numero de socios contribuintes, e as operações retribuidas não produzirem uma receita sufficiente para pôr em pratica os meios enumerados no artigo 5°.

23° A direcção provisoria dará conta semanalmente, em sessão dos socios installadores, da marcha dos seus trabalhos.

24° As actas das sessões, e artigos approvados pelos socios installadores serão provisoriamente publicados no Jornal do Commercio de Lisboa.

11 de maio de 1859

S. Bettamio d'Almeida.

6.

Os Estrangeiros e a Península

Representações da Questão Ibérica e das Relações Luso-Espanholas

> Au mot d'union ibérique, beaucoup de Portugais ont l'air de tomber des nues comme s'il s'agissait de quelque chose d'invraisembable, d'absurde, en tout cas d'absolument chimérique.
>
> M. QUILLARDET[1]

Ora por razões de ordem particular, ora inseridas em contextos de interesse nacional, foram produzidas por estrangeiros ao longo da centúria de Oitocentos, curiosas representações das relações peninsulares e da questão ibérica.

O sentimento de desconfiança de Portugal em relação à única potência vizinha, maior, mais populosa e mais poderosa, não passou desapercebida a viajantes, intelectuais e estadistas de outros países que, de algum modo, se debruçaram sobre assuntos da Península Ibérica. As historicamente comprovadas tentativas de dominação total do território peninsular por parte dos espanhóis fornece o suporte teórico de contextualização e compreensão desse estado traumático de suspeição constante. Complementarmente, a literatura estangeira, sobretudo a francesa, coloca a tónica numa consequência funesta dessa necessidade de protecção de Portugal face à ameaça espanhola, isto é, a aliança luso-britânica. Assim, dificilmente as representações feitas por estrangeiros das realidades portuguesas, da política à cultura, das mentalidades à economia, deixavam de passar por uma comparação mais ou menos explícita à Espanha, termo que, aliás, em análises de malha mais larga, era frequentemente empregue nos periódicos europeus para designar a totalidade da península.

---

[1] *Espagnols et Portugais chez eux*, Paris, Librairie Armand Colin, 1905, p. 259.

Quando da sua estadia em Lisboa, Carl Israel Ruders presenciou em 1801 ao episódio da Guerra das Laranjas, em que Portugal e Espanha, de certa forma manipulados pelas potências aliadas, Inglaterra e França, respectivamente, se viram envolvidos em novas hostilidades, só definitivamente sanadas pelo tratado de paz acordado em Setembro do mesmo ano. Sobressaem no seu diário os comentários relativamente ao ódio entre as duas nações. Em Março parecia-lhe ja iminente a precipitação da fúria nacional sobre os galegos imigrados em Portugal:

"Os galegos, que todos os anos vêm para Lisboa aos milhares tentar fortuna, ainda aqui permanecem, e continarão, decerto, a servir os portugueses até à ruptura das hostilidades. Mas o ódio nacional começa já a fazer-se sentir entre gente da plebe — ódio que só espera ensejo para desencadear em fúria contra esses pacíficos trabalhadores"[2].

Ultrapassado o conflito armado, na segunda quinzena de Junho, Ruders reflecte ainda sobre a inextinguível aversão entre portugueses e espanhóis:

"Custou esta brincadeira muitas vidas humanas; o ódio nacional entre os dois povos despertou e encontrou alimento, porque a massa do povo, especialmente, teve de suportar encargos e penas, que, para muitos, nunca poderão ser compensados.

(...) É verdade que entre espanhóis e portugueses, tanto em tempo de paz, como de guerra, reina uma grande animosidade, principalmente nas classes baixas; repugna-me no entanto dar crédito ao boato de que os aldeões portugueses cortaram os narizes e as orelhas aos prisioneiros espanhóis. Mas, caso um só desses exemplos se tivesse dado, ele basta para encher de horror o estrangeiro imparcial"[3].

Em 1815, no relato da sua viagem a Portugal, o Duque de Chatelet, Louis Marie Florent, atribuía a bravura dos soldados portugueses ao ódio que sentiam pelos espanhóis[4], e no capítulo sobre política apresentava as razões pelas quais tal sentimento lhe parecia perfeitamente compreensível:

---

2 RUDERS, Carl Israel — *Viagem em Portugal 1798-1802*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981, p. 187.

3 *Ibidem*, p. 191-192.

4 *Voyage du Ci-Devant Duc du Chatelet en Portugal*, tomo 2, Paris, F. Buisson. s. d., [1815], p. 3.

"Les Portugais avoient toutes sortes de raisons pour se méfier des Espagnols, pour leur porter envie, pour les haïr. Ces deux peuples sont voisins en Europe comme en Amérique. L'identité de presque toutes leurs productions européennes et coloniales, les rendant peu nécessaires l'un à l'autre, ils n'ont entre eux que des rapports de rivalité et de jalousie: et ces sentiments odieux ont été nourris par une succession de circonstances que leur voisinage faisoit naître. A plusieurs reprises, le Portugal a passé sous la domination de l'Espagne; l'Espagne, loin de chercher à amalgamer deux nations que la rassemblance de leur sol, de leurs climats, de leurs moeurs même appelait à une sorte de fraternité, n'a cherché qu'à appesantir son joug; et les Portugais, traités plus en esclaves qu'en sujets, après avoir epié, pendant soixante ans d'esclavage, l'occasion de se soustraire à cette odieuse dominaton, la trouvèrent enfin en 1640. Rangés sous la loi de leur souverain particulier, ils ont reconnu tous les maux que leur avoient faits leur oppressseurs; et le juste ressentiment qu'ils en ont conçu a encore ajouté à l'intensité des haines nationales. Les Anglais n'ont jamais négligé de cultiver ces semences de discorde"[5].

A opinião exarada pelo jovem diplomata francês, o barão Anatole Lemercier, quando da sua visita às províncias do Norte de Portugal poucos meses após os acontecimentos da Maria da Fonte, era um pouco diferente. Na sua análise de timbre inequivocamente pessimista sobre Portugal e o seu povo, Lemercier pôs a tónica na apatia de todas as classes sociais bem como na atitude generalizada de falta de confiança dos portugueses no futuro do seu país, sentimentos que, a seu ver, eram mais geradores de indiferença do que de revolta. No carácter adverso à violência, que constituía um dos motivos de orgulho dos portugueses face aos espanhóis, via Lemercier não tanto um traço de civilização ou humanitarismo, mas antes sinal de medo e fraqueza:

"Un des grands griefs des Portugais, contre les Espagnols est le sang que ces derniers ont versé à la suite de leurs révolutions, une des grandes louanges qu'ils se donnent est de n'avoir jamais imité leurs voisins. Eh bien, je suis intimement persuadé que s'ils

---

[5] *Ibidem*, p. 139-140.

n'ont pas versé de sang, ce n'est par humanité, c'est par peur; ils n'ont pas osé"[6].

De uma forma geral, as opiniões convergiam no sentido de apresentar a dominação filipina em Portugal como ilegítima, além de opressora e responsável pela posterior aversão que os portugueses sentiriam pelos seus ambiciosos vizinhos.

Busk escreveu uma extensa história dos dois países da Península Ibérica que intitulou *The History of Spain and Portugal from B. C. 1000 to A. D. 1814*[7] e na qual estudou com certa demora a monarquia dual instaurada em 1580, bem como a Restauração de 1640. As críticas ao domínio dos Áustrias são evidentes, ressaltando a incapacidade ou falta de vontade de Filipe II por não ter realizado um grande reino peninsular, com a capital em Lisboa. Simultaneamente, reflectia sobre a natureza e significado dessa união, cotejando-a com um exemplo que lhe era particularmente familiar:

"Thus was effected, however illegally, the union of Spain and Portugal; an union apparently as important to the true interests of the Peninsula, as is that of England and Scotland to the well-being of Great Britain; and not more repugnant to the inclinations of the two nations, in the one case, probably, than in the other"[8].

No seu estudo sobre a história da Península intitulado *Illustrations de l'Histoire d'Espagne et du Portugal*[9], M. Roy caracterizou os sessenta anos de "funesta aliança com Castela" como uma época de "misère affreuse", ressaltando que a actuação de Espanha na guerra da Restauração se pautou pela utilização de todas as armas e intrigas[10].

---

6 SÁ, Maria de Fátima (introd. de) — *Mémoire du baron A. Lemercier sur un Voyage au Portugal, 1846*. "Ler História", Lisboa, nº 3, 1984, p. 74.

7 BUSK, M. M. — *The History of Spain and Portugal from B. C. 1000 to A. D. 1814*, London, Baldwin and Cradock, Paternoster Row, 1833, 364 p. Esta obra, que cnheceu uma 2ª edição em 1854, apresenta alternadamente as várias épocas da história de Espanha e de Portugal.

8 IDEM, *Ibidem*, p. 131.

9 ROY, M. — *Illustrations de l'Histoire d'Espagne et du Portugal*, Paris/Limoges, Martial Ardant Frères, 1843, 280 p. Esta obra inicia o seu estudo da Península nas épocas fenícia e cartaginesa, debruçando-se até à pagina 244 sobre a história de Espanha, e só a partir daí sobre a história de Portugal, a qual se detém no reinado de D. João VI.

10 IDEM, *Ibidem*, p. 265 e seguintes.

Na sua obra *A França e a Santa Aliança em Portugal*, Edgar Quinet expôs a ideia de que Portugal conhecera nos inícios do século XIX um renascimento político que tinha por base um renascimento do espírito português manifestado, em outros aspectos, numa nova literatura. Defende que neste seu arrojo Portugal nada possuía de conforme com a Espanha, já que esse renascimento se dera "sem que nenhum d'elles cedesse um apice da sua nacionalidade", tendo ambos os olhos cravados em França, e desconhecendo-se mutuamente. Como Portugal era o mais fraco, mantinha alerta o seu espírito de desconfiança "de modo que o mais miseravel de todos os povos da Europa, é o que guardar melhor no intimo do coração a religião da patria", pelo que "a sombra do estrangeiro, sobre tudo do hespanhol, era-lhe insuportavel"[11]. Esta religião da pátria, este respeito de si mesmo é, na opinião de Quinet, a garantia de futuro, pelo que apoia a sublevação de 1846 que considera simultaneamente um direito, e um dever, tendente a conservar a nacionalidade portuguesa. O pensador francês põe visivelmente a tónica na intenção de resistência à intervenção estrangeira, e na aversão da nação portuguesa ao domínio espanhol[12].

Em 1848 a empresa editora de Paulo Midosi e A. de Azevedo editou uma obra francesa sob o título *Excerptos do Diccionario Politico. Obra Escripta pelos Chefes da Democracia Franceza*, a qual veiculava uma opinião sobre a questão da união ibérica. No artigo *Nação*, Elias Regnault identifica esse conceito com "unidade moral" e participa largamente do conceito romântico de nação, atribuindo-lhe uma missão especial para cujo cumprimento carece de uma ideia dominante ou génio nacional. Assim, "as nações não vivem senão de um pensamento social, que lhes é proprio, que as faz quaes são", podendo o progresso e o desenvolvimento manifestar-se através de "tendencias para concentrações mais poderosas". Regnault materializa este seu raciocínio interrogando-se sobre realidades nacionais concretas, a que não escapa a questão da nacionalidade ibérica:

---

[11] QUINET, Edgar — *A França e a Santa Alliança em Portugal*, Lisboa Typ. da Revolução de Setembro, 1847, p. 7. Refira-se que esta obra foi publicada em folhetim na *Revolução de Setembro*, entre Agosto e Setembro de 1847, após a interrupção do periódico devido à guerra civil.

[12] IDEM, *Ibidem*, p. 23.

"Quem duvida de que, por exemplo, a Baviera, a Saxonia, e outros tantos pequenos estados da confederação germanica, hão-de confundir-se na unidade alemã, lentamente predisposta pela Prussia? Não ha por ventura um quê de irrisorio em chamar a Belgica uma *nação*? E Portugal accaso poderá por muito tempo permanecer separado da Peninsula hespanica?"[13]

Em 1853 Francisco Pereira d'Azevedo traduziu e editou um folheto de Mr. Crouel de Quesnay sob o título *A Verdade ácerca de Hispanha*[14], que tratava de matéria dinástica espanhola. À luz do direito espanhol, mais especificamente da lei de Filipe V (1713) e da pragmática de Carlos IV (1789), este texto defendia serenamente a legitimidade carlista contra o poder usurpador de Isabel II. Em função do quadro de anarquia e despotismo que caracteriza tal governação, o autor acredita no "restabelecimento da monarchia legitima". Como seria de esperar, através de notas de rodapé que a sua função autoriza, o tradutor transfere para o contexto português a situação de ilegitimidade que o autor denuncia em Espanha.

O Portugal, orgão da imprensa miguelista portuense, considera que esta é uma das obras que permite um conhecimento mais profundo e consequente comunicação entre Portugal e Espanha, nações que vivem desconhecidas "uma á outra e, como duas inimigas irreconciliaveis, parecem evitar esse conhecimento"[15]. *A Monarquia*, ainda em Março de 1855, considera oportuna a publicação deste texto em folhetim[16].

O professor de História do Liceu Napoleão, Auguste Bouchot, publicou em 1854 um interessante estudo a que deu o título *Histoire du Portugal et de ses Colonies*, e em cujo prefácio podemos colher a sua opinião sobre a dominação espanhola de 1580-1640, e sobre as razões da existência de Portugal. Quanto ao primeiro tema diz que esse período foi um grande golpe para os portugueses e, se lhes foi de certa forma vantajoso, foi-o muito mais para os espanhóis, tendo-se então agravado os ódios nacionais, pelo que a unidade da península foi apenas nominal, e os dois povos tornaram-

---

13 *Excerptos do Diccionario Politico. Obra Escripta pelos Chefes da Demoracia Franceza*, Lisboa, Editores Paulo Midosi Junior e A. de Azevedo, 1848, p. 168.

14 Porto, Typ. de Francisco Pereira d'Azevedo, 1853, 32 p.

15 *O Portugal*, Porto, nº 355, 4 de Junho de 1853.

16 *A Monarquia*, Porto, entre os números 143 e 149, de 22 a 30 de Março de 1855.

se desde aí inimigos irreconciliáveis. O segundo tema é abordado à guisa de resposta à seguinte questão: " Ce royaume de Portugal, si puissant et si dégéneré tour à tour, il nous reste à examiner pourquoi il existe. Quelle raison d'être a-t-il? et comment toute la Péninsule hispanique forme-t-elle pas un seul État, des Pyrénées à Gibraltar, de l'Atlantique à la Méditerranée?"[17]

Após constatar que a geografia não explica essa existência, já que não existem barreiras naturais entre Portugal e Castela, antes uma semelhança ou continuidade em matéria de relevo, clima e hidrografia, Bouchot busca em vão a dissenção em matéria de diferença de religião, língua, tipos de governo e hábitos sociais, para compreender a razão de separação tão antiga, e de ódio tão irreconciliável. Defende então que a única causa credível radica na tradição histórica de autonomia, que faz remontar aos lusitanos, e na grandeza e glória atingidas com o apogeu do império quinhentista, que tornaram repulsiva a ideia de opressão e decadência associadas ao domínio dos indignos herdeiros de Carlos V. Acresce a estes argumentos o de que Portugal precisa menos de Castela do que o inverso, em virtude da fertilidade dos seus terrenos, da desembocadura dos rios com excelentes portos, e da extensa faixa atlântica.

A causa profunda da separação está pois, segundo Bouchot, na manifesta vontade de independência do povo português, no "ardente desejo" de a manter, não por vão orgulho, mas para se mostrar digno de um passado de prestígio e grandeza:

"Qu'en dépit de la nature même, le royaume de Portugal conserve donc son indépendance, puisque tel est son ardent désir; mais moins désormais pour la satisfaction d'un vain orgueil que pour se montrer digne de son nom et de son passé"[18].

Mas o professor francês não termina a sua dissertação sem deixar alguns conselhos para a manutenção futura dessa independência, a qual passará necessariamente por uma aliança de índole económica com a Espanha, sem qualquer comprometimento de carácter político; esta solução, não isenta de uma certa

---

[17] BOUCHOT, Auguste — *Histoire du Portugal et de ses Colonies*, Paris, Librairie de L. Hachette et C. ie, 1854, p. XIII.
[18] IDEM, *Ibidem*, p. XVI.

ressonância panlatinista, afigura-se-lhe a única possível para salvar Portugal da anarquia, da ruína, e da dominação inglesa:

"Outre les réformes intérieurs et l'affermissement de la paix, que lui faut-il pour cela? rien qu'une alliance intime avec l'Espagne, et l'abaissement progressif de leur douanes respectives, et la canalisation de leurs fleuves communs, et un système tout nouveau de routes, et un habile réseau de chemins de fer qui fasse enfin de la Péninsule entière un seul pays, malgré les séparations politiques. C'est à ce prix seulement que le Portugal peut encore se flatter d'échapper à l'anarchie, à la ruine, et à l'Angleterre, et, avec lui, toute l'Espagne, aux applaudissements de la France dont le Portugal et la Castille sont également des alliés naturels"[19].

Refira-se que esta visão do nosso país como aliado natural da França é reiterada no último capítulo do volume, onde o autor faz votos pela renascença de Portugal, defendendo que a sua prosperidade concorre para o poderio francês[20].

Também Villiaumé perpectivou o território peninsular como uma região que necessitava encarar a questão das vias ferroviárias sob o signo da concertação e da integração. Em *De l'Espagne et de ses Chemins de fer*[21], três pequenos capítulos consecutivos abordam realidades portuguesas. Em *Du Portugal en Général* é feita uma descrição geral do país e da capital, e é tratada a questão da tutela inglesa; o capítulo seguinte é exclusivamente dedicado a matéria financeira com particular destaque para o *deficit*; no terceiro capítulo intitulado *Des Chemins de fer Portugais* são sobretudo tratadas as condições Salamanca[22].

Um das publicações francesas de maior prestígio internacional e valia intelectual, a *Revue des Deux Mondes*, revelou-se um importante núcleo documental de representações sobre as

---

19 IDEM, *Ibidem.*

20 IDEM, *Ibidem*, p. 424. Quatro anos após a sua edição original, esta obra conheceu uma versão espanhola em que o prólogo é fielmente mantido, notando-se como única diferença uma conclusão de duas páginas sob o título *Muerte de D. Maria de la Gloria — D, Pedro V.* Cf. BOUCHOT, Augusto — *Historia de Portugal y de sus Colonias, traducida y continuada hasta nuestros dias por D. Marcial Busquets*, Barcelona, Imprenta de Luis Tasso, 1858, 400 p.

21 VILLIAUMÉ, N. — *De l'Espagne et de ses Chemins de fer*, Paris, Garnier Frères, 1861.

22 Estes três capítulos situam-se entre páginas 214-234, representando assim uma pequena parte do estudo que ocupa um total de 311 páginas.

relações de Portugal e Espanha e da questão ibérica[23]. Como seria de esperar, a Espanha e as suas realidades políticas, mas também económicas, culturais, artísticas, etc., tiveram um papel relevante na revista de François Buloz; desde os primórdios da sua publicação, nos inícios da década de 30, até aos anos 80, mais de três dezenas de ensaios abordaram as questões espanholas, reflectindo especialmente a sua tumultuosa e conturbada vida política, a nível central e provincial. Este país que partilhava os Pirinéus com a França, era cada vez mais encarado como parceiro político paritário, subsidiário embora da cultura francesa, e considerado parte integrante do bloco latino, tão acarinhado pelos franceses. Daí uma convergência, e quase simbiose de interesses de que uma crónica da *Revue* dá eloquentemente conta:

"Par une admirable loi de Providence, la France et l'Espagne sont dans une telle situation l'une à l'égard de l'autre, que leurs intérêts se confondent. Bien loin de nous porter ombrage, l'indépendance et la prosperité de la Péninsule sont por nous une néccessité et une garantie"[24].

Mas os temas das relações luso-espanholas e da questão ibérica só muito tenuamente emergem nos textos sobre Espanha; esses assuntos são mais francamente tratados nos artigos sobre Portugal, o que leva a crer que, aos olhos dos franceses, a questão portuguesa era o apêndice obrigatório da questão espanhola, e não o contrário[25]. Ora este é exactamente o pensamento de abertura da

---

23 PEREIRA, Maria da Conceição Meireles — *Representações das relações de Portugal e Espanha e da questão ibérica na Revue des Deux Mondes*, in "Estudos de História Contemporânea Portuguesa. Homenagem ao Profesor Víctor de Sá", Lisboa, Livros Horizonte, 1991, p. 303-327.

24 *Affaires d'Espagne*. "Revue des Deux Mondes", Bruxelles, t. 3, 1847, p. 722.

25 As monografias da *Revue* sobre Portugal, publicadas entre as décadas de trinta e sessenta e que a seguir analisaremos, são as seguintes: CARNÉ, Louis de — *Le Portugal au dix-neuvième siècle*. "Revue des Deux Mondes", Paris, 4ª Série, t. 11, 1837, p. 79-112; LASTEYRIE, Jules de — Le Portugal depuis la Révolution de 1820. "Revue des Deux Mondes", Paris, 4ª Série, t. 27, 1841, p. 161-214; DURRIEU, Xavier — *Le Portugal en 1845. Sa situation politique, financière et diplomatique*. "Revue des Deux Mondes", Bruxelles, t. 1, 1845, p. 231-282; PAVIE, Théodore — *Lisbonne, la Cour de Dona Maria et les Derniers Événements du Portugal*. "Revue des Deux Mondes", Bruxelles, t. 2, 1847, p. 494-515; ALAUX, Gustave d' — *Le Portugal en 1850 et le Comte de Tomar*. "Revue des Deux Mondes", Paris, XX^{e} Année — Nouvelle Période, t. 7, 1850, p. 506-523; ALAUX, Gustave d' — *Le Portugal à l'Avénement de Dom Pedro V*. "Revue des Deux Mondes", Paris, XXVI^{e} Année — Seconde Période, t. 3, 1856, p. 387-412; MAZADE, Valentin de — *Le Portugal sous le Roi Dom Luiz. Impressions et Souvenirs*. "Revue des Deux Mondes", Paris, XXXIV^{e} Année — Seconde Période,

primeira monografia da *Revue* sobre Portugal, escrita em 1837 por Louis de Carné, sob o título *Le Portugal au dix-neuvième.*

O quadro pintado por Carné não podia ser mais negro; retrata Portugal como um país apático, despojado de qualquer riqueza e poder, sem força para operar a mudança para o regime liberal, confessando mesmo que mal podia acreditar que os acontecimentos que se seguiram à revolução de 1820 (drama da família real, guerra civil, etc.) tinham ocorrido no seio da própria Europa. Desta imagem de um Portugal decadente à ideia da unidade peninsular, vai um pequeno passo:

"En étudiant avec quelque soin la longue série de ces évènements, en cherchant la racine dans l'histoire et le génie du pays, on ne tarde pas à s'apercevoir que l'avenir de ce peuple ne lui appartient pas, que sa cause est l'accessoir d'une autre cause. On sent que l'indépendance du Portugal, qui fut long-temps l'oeuvre de son courage, ne tient désormais qu'à la défaillance de l'Espagne, et que l'unité sera le resultat final du mouvement péninsulaire, comme il en est manifestement le principe. Rien ne semble, en effect, plus propre à dénátionaliser une contrée que les évènements consommés en Portugal: à cet egard, les convenances dynastiques, les traités de commerce et d'aliance, les *casus foederis* ou autres stipulations diplomatiques, ne prévaudront un avenir plus ou moins éloigné contre la force des choses"[26].

Este tese do "fatalismo ibérico" enunciada pelo conde de Carné não foi de todo desconhecida em Portugal, já que a *Revista Estrangeira*, periódico coimbrão que pretendia ser uma compilação de artigos extraídos dos melhores escritos estrangeiros, nomeadamente franceses e ingleses, traduziu-o e publicou-o nos seus números de Setembro e Outubro de 1837, refutando veementemente as ideias aí expendidas, através de notas de rodapé[27].

---

t. 52, 1864, p. 189-223; MAZADE, Charles de — *Une Annexion d'Autrefois. Philippe II et le Roi Dom Antonio de Portugal.* "Revue des Deux Mondes", Paris, XXXVI[e] Année — Seconde Période, t. 61, 1866, p. 69-104.

[26] CARNÉ, Louis de — *Le Portugal au dix-neuvième siècle.* "Revue des Deux Mondes", paris, 4ª série, t. 11, 1837, p. 79. Refira-se que o autor publicara no ano anterior um trabalho similar sobre Espanha, com um título também idêntico: *De l'Espagne au dix-neuvième siècle.*

[27] "Sonhos d'uniões ibericas ten desde poucos tempos agitado alguns espiritos zelozos da felicidade do genero humano, e em especial da gloria e do nome portuguez; estará acaso escripto no livro dos destinos que Portugal tenha de

Saliente-se que a análise de Carné tem como objectivo confessado a busca de elementos que esclareçam sobre as possibilidades de interesse que os eventos de Portugal possam ter para a França; daí as sistemáticas e intencionais analogias com a realidade espanhola e estabelecimento de paralelismos que contribuam para consolidar a fórmula metaforicamente espressa numa expressão: "Semons donc à Madrid pour recueillir un jour à Lisbonne"[28].

A história de Portugal perpassa assim sob a sua pena, realçando as pesadas estruturas feudalizantes e a resistência à modernidade, que se lhe afiguram como um estado de letargia cujas origens faz remontar aos alvores da época moderna. Assim defende que a liberdade de Portugal estava já morta antes de Filipe II riscar o seu nome da lista dos povos e, não obstante a restauração da monarquia, a aliança inglesa veio reiterar a perda de vigor da nacionalidade. Esta sua leitura passa pelo pombalismo e instauração do liberalismo sem qualquer inflecção, sendo particulamente contundentes as suas críticas ao regime liberal, entre outros aspectos, pelas facilidades que permitiu ao miguelismo e à cisão moral do país. Guiado pelo conceito de "providencialismo hispânico", ou "fatalismo ibérico", Carné apresenta um Portugal sem alma, qual excrescência da rivalidade entre a França e a Grã-Bretanha, esperando somente a altura de a Espanha executar a sentença da Providência.

Tal como para1820, Carné recorre à teoria dos "vasos comunicantes" para apresentar o golpe setembrista como inevitável após a revolta da Granja, ensaiando uma radiografia da situação portuguesa:

---

ser riscado da lista das nações? Não: a união iberica, é tão fantastica como a republica de Platão. A unica possivel será feita pela unidade das instituições politicas, e pela dos interesses geraes em ordem á Europa; é este o principio unicamente manifesto; e se o auctor allude a outro, está cabalmente enganado. Portugal será sempre nação independente, assim o quer o brio, e a honra nacional, assim o exige o equilibrio, e interesse da Europa". Cf. *Revista Estrangeira*, Coimbra, nº 6, Set. de 1837, p. 503, nota c). Refira-se que esta publicação da responsabilidade do bacharel em medicina José Pereira Reis e de seu sogro Agostinho Albano da Silveira Pinto, traduziu outras peças da *Revue*, nomeadamente o txeto de Carné sobre Espanha referido na nota anterior, dividido em quatro partes, entre Abril e Junho de 1837, e o artigo *A Hespanha depois da Revolução da Granja*, em 1838, precedido de uma introdução dos redactores-tradutores.

[28] CARNÉ, Louis de — Le Portugal au dix-neuvième ... , p. 112.

"Une irritation produite par des évènements dont ce pays ne saurait se relever, et que la vieille anthipatie du peuple confond sa haine contra la Grand-Bretagne, une préponderance de plus en plus puissante, exercée par l'élément espagnol, telle est la double clé avec laquelle on pénètre, à bien dire, dès à présent, dans l'avenir de ce peuple"[29].

Esta "dupla chave", isto é a abordagem bipolarizada das relações de Portugal com a Espanha e a sua ligação pol°ítica e comercial com a Inglaterra, serve-lhe para estudar as hipóteses de um relacionamento vantajoso para a França. Na sua opinião, tais interesses só poderiam ser acautelados a partir da unidade ibérica, para a qual preconiza a maior das viabilidades, independentemente da fórmula que viesse a ser escolhida. O que lhe parecia fundamental era papel da França na inspiração e fomentação de tal processo, convicto de que Portugal não poderia aceitar a influência francesa senão através da Espanha regenerada ela própria pelos ventos civilisadores de além Pirinéus.

Na sua visão messiânica de regeneração da península Ibérica por acção das ideias e, se preciso fosse, do sangue franceses, Carné exalta o ideal redentor e providencial de cruzada moderna em África, que mais não era senão a revelação do verdadeiro e supremo motivo do seu tão ardente desejo de unidade peninsular. Esta "triplíce aliança", viável apenas após a união ibérica era, a seu ver, a porta mais franca para a realização das ambições africanas da velha Gália:

"Appelons les fils des Pélage et des Alphonse Henriquez à la conquête et au partage de ce monde africain, devenu notre domaine. Que l'Espagne s'y régénére de ses tristes luttes par des combats auxquels applaudiront du haut des cieux ses héroiques ancêtres; que le Portugal aille y chercher les reliques de don Sébastien, et que les trois nations catholiques conquièrent à la civilisation de la croix cette terre que, dans la chutte imminente du grand empire d'Islam, la Providence leur désigne comme le but de leurs travaux et l'object de leur récompense"[30].

Deve dizer-se que nenhuma outra monografia da *Revue des Deux Mondes* encerra uma tão nítida estratégia política, uma tão

---

[29] IDEM, *Ibidem*, p. 110.
[30] IDEM, *Ibidem*, p. 112.

declarada adesão ao projecto iberista e decorrente intenção de ingerência francesa na península e seus prolongamentos coloniais, como a de autoria de Louis de Carné. Todavia, nenhum dos artigos sobre Portugal se coíbe de estabelecer analogias mais ou menos explícitas entre os dois países ibéricos, e analisar os sinais de vulnerabilidade do Portugal oitocentista aos tentáculos de Paris.

Jules de Lasteyrie, em 1841, defendia que o governo português consistia no produto variável de três elementos: um povo inerte e desconfiado; uma élite política que, qual classe à parte, dominava os partidos tornando-os instrumentos dos seus interesses; e, por último, a repercussão das influências estrangeiras. Detendo-se neste ponto, o neto de La Fayette afirma que a França, ao contrário da Inglaterra que comprimia a opinião e revoltava os sentimentos, era cada vez mais amada em virtude das várias levas de emigrações, e da difusão da língua que agia sobre o próprio pensamento, estabelecendo uma "tirania de imitação", possível em virtude da fraqueza de convicções, e desgaste provocado por um abatimento prolongado.

Quanto ao relacionamento de Portugal com Espanha, Lasteyrie patenteia uma visão diferente da de Carné, quiçá fruto da sua estada em Portugal durante a guerra civil. Desmistificando a ideia de semelhança entre os dois povos, veiculada por alguns sectores da opinião pública europeia, afirma:

"Les Castillans et les Portugais se ressemblent beaucoup moins qu'on ne le dit, et s'aiment fort peu"[31].

Apesar da separação dos povos, das suas distintas reacções e diferentes sentimentos, defende a tese de que em Portugal se fazem inelutavelmente sentir as repercussões dos movimentos políticos de Espanha:

"Cependant le contre-coup de presque tous les mouvemens politiques qui ont ébranlé en Espagne s'est fait ressentir chez ses voisins; il y a là un effect physique plutôt que moral, né du contact et de la position géographique, non de la sympathie et de la ressemblance des idées. La même tempête soulève dans les deux pays des élémens contraires; les désirs, les griefs, les intérêts,

---

31 LASTEYRIE, Jules de — *Le Portugal depuis la Révolutionde 1820.* "Revue des Deux Mondes", Paris, 4ª série, t. 27, 1841, p. 171.

peuvent être différens, mais l'incendie ne se propage pas moins, et s'étend à la Péninsule entière"[32].

Quando Xavier Durrieu escreveu sobre *Le Portugal en 1845. Sa situation politique, financière et diplomatique*, afirmou que de todos os países em revolução, este era o mais atormentado, o mais alarmado com o seu destino, encontrando-se em perigo o próprio futuro da nacionalidade[33]. Alguém que não conhecesse bem os dois povos, os seus carácteres, paixões e tendências, poderia talvez aconselhar Portugal a associar-se a Espanha, por muito tumultuoso que o futuro dessa nação se pudesse ainda anunciar. Mas tal união afigurava-se irremediavelmente comprometida aos olhos do jornalista francês, em virtude do erro de Filipe II, isto é, pelo facto daquele monarca não ter feito a transferência da capital da monarquia ibérica para Lisboa, cometendo assim a mais grave falta da história da Península, ao impedir que a Espanha se tornasse uma grande potência marítima, colonial e comercial, que não desse hipóteses à ocorrência de incidentes como o de Gibraltar. Daí a sua atitude de reserva em relação às possibilidades de reunião dos dois países nos tempos modernos:

"Autre beau rêve qui pour le bonheur de l'Espagne comme por celui du Portugal, se réalisera un jour peut-être; au moment où nous voicis parvenus, il n'est point permis d'y songer"[34].

A inviabilidade da união a curto prazo residia na história recíproca de um ódio que se transformara em indiferença profunda; segundo Durrieu, deputados, governantes e publicistas de Espanha desconheciam o que se passava em Portugal, enquanto Lisboa evitava escrupulosamente a mais leve influência de Madrid.

Mas se a união política não lhe parece ser a solução para a situação portuguesa, o mesmo não acontece com a união comercial, a qual defende denodadamente, não se conformando com as resistências. Culpa sobretudo a Inglaterra pela inexistência de relações comerciais entre os dois países da península, já que interceptava a comunicação nas fronteiras e neutralizava A navegação dos rios partilhados por ambos, fazendo de Portugal a sua ilha particular. Mas atribui também responsabilidades à

---

32 IDEM, *Ibidem*.

33 DURRIEU, Xavier — *Le Portugal en 1845. Sa situation politique, financière et diplomatique*. "Revue des Deux Mondes", Bruxelles, t. 1, 1845, p. 231.

34 IDEM, *Ibidem*, p. 232.

ineficácia diplomática de ambos os lados, e aos governos de Portugal, manifestamente mais renitentes. Por isso, e partindo do pressuposto de que a união comercial seria igualmente benéfica para os dois países, ou talvez mais para Portugal porque resolutora do seu mau estar economico-financeiro, antecipa-se aos detractores da ideia escorados em preconceitos nacionalistas, lembrando-lhes que na débil economia portuguesa residia a verdadeira ameaça à nacionalidade:

"Aux hommes d'état de Lisbonne que s'imaginent que l'alliance commerciale entre leurs pays et l'Espagne rétablirait infailliblement l'unité politique dans la Péninsule, à ceux qui d'avance purraient s'affliger d'un tel résultat, nous répondrions que le vrai péril de la nacionalité portugaise est dans le désordre des finances, dans la pénurie absolue du trésor, dans le malaise dissolvant qui, depuis un siècle, travaille les populations. Que ce Portugal devienne enfin capable de se gouverner, qu'il soit, non pas certes, comme autrefois, un des plus riches pays de la terre, mais un pays en état de se suffire à lui-même, et l'on n'aura point la pensée d'attenter à son indépendance"[35].

A conclusão do ensaio de Durrieu revela pois uma tese bem clara: adiada *sine die* a questão da união política, a união económica colocava-se imperativa, já que se tornava ela própria garante da sobrevivência economico-política de Portugal.

Apesar da prestação do orientalista Théodore Pavie para a *Revue des Deux Mondes* ter um título aparentemente remissivo a matéria política — *Lisbonne, la Cour de Dona maria et les Derniers Événements du Portugal* —, não propõe soluções, nem se subordina a directrizes de estratégia politico-diplomática, limitando-se a analisar as circunstâncias conjunturais e prescrutar no rosto da capital macrocéfala os sinais da guerra.

O professor do College de France detém-se sobretudo a descrever os costumes e mentalidades do povo português, impressionado sobretudo com a miséria e mendicidade de uma Lisboa sem trabalho, e o conformismo resignado da sua gente. Daí o estabelecimento de constantes analogias entre esses atrasados padrões de vida e traços de civilisações orientais e africanas, do Malabar a Costantinopla, do Egipto a Angola.

---

35 IDEM, *Ibidem*, p. 282.

Mas relativamente a Espanha e seus costumes, Pavie fez questão de patentear uma grande diferenciação, nomeadamente a nível da mentalidade do povo, enfatizando o contraste entre a arrogância alegre do pobre espanhol e a resignação passiva do português, chegando a afirmar que "le sentiment d'amour-propre, de dignité personelle, si vif en Espagne, fait défaut en Portugal"[36].

Quanto às relações intelectuais entre os dois países, Pavie assinala a renitência de ambas as partes em manter qualquer intercâmbio, denotando-se nas suas palavras um certo estatuto de subalternidade da cultura artística portuguesa:

"L'Espagne au lieu de fraternizer avec ce petit peuple, dont elle est la soeur aînée, semble prendre à tâche de se détourner de lui; la langue portugaise, consacrée par une littérature, n'est aux yeux des Castillans qu'un patois qu'ils affectent de ne pas comprendre; le pays tout entier, quelque chose comme une colonie rebelle qu'ils châtieront un jour. De son côté, le Portugal, tournant le dos à l'Espagne, a toujours refusé de lui emprunter ses arts"[37].

A situação geográfica de Portugal, separado da Europa pela própria Espanha, e o carácter fatalista do seu povo são apresentados como factores de retraímento cultural, mesmo de subdesenvolvimento civilizacional, enquanto que a Espanha, segundo Pavie, apesar das inúmeras dissenções políticas, ter-se-á sempre ligado ao movimento europeu.

Sendo embora Lisboa o campo privilegiado da análise de Pavie, este reconhece a sua incapacidade de acção sobre o resto do país, destacando dois polos que lhe parecem relevantes no desenrolar dos acontecimentos: o Algarve, território que define como selvagem e turbulento, rebelde às ordens emanadas da capital, mais parecendo anexado do que reunido à monarquia portuguesa, e o Porto, foco de resistência e organização política comparável a Barcelona, pois tal como a capital da Catalunha, afirmava-se como uma cidade laboriosa, comerciante e esclarecida.

Podemos pois concluir que este ensaio do académico de Angers que pretendia ser uma abordagem ao rescaldo da guerra da Patuleia, se foi paulatinamente recheando de comparações entre os

---

36 PAVIE, Théodore — *Lisbonne, la Cour de Dona Maria et les Derniers Événements du Portugal*. "Revue des Deux Mondes", Bruxelles, t. 2, 1847, p. 501.

37 IDEM, *Ibidem*, p. 504.

dois países da Península, apresentando um Portugal que procurava na monarquia, símbolo da nacionalidade, a afirmação dessa mesma nacionalidade, e prevenindo tornar-se quer colónia inglesa, quer província de Espanha.

Este ponto de vista é aliás perfilhado por outro colaborador da *Revue*, Gustave d'Alaux, que encara a monarquia portuguesa como a salvaguarda de um país confrontado com "la convoitise de l'Angleterre et les rancunes de l'Espagne qui ne s'est pas encore tout-à-fait déshabituée de le traiter *in petto* en province rebelle"[38].

O objectivo do texto de d'Alaux é fazer o ponto da situação do Portugal de 1850, realçando a neutralização dos radicalismos e restabelecimento da ordem, pontificando no seu estudo a figura de Costa Cabral recém-chegado ao poder, o qual encomiasticamente define como o mentor da complexa obra de reorganização material e moral do país. Na sua óptica, Cabral seria o estadista capaz de fazer Portugal entrar na via do progresso verdadeiro após o fracasso de Saldanha que não soubera aproveitar uma conjuntura favorável, caracterizada pela indiferença do país à propaganda socialista que apoquentara vários países europeus, e ainda um quadro de boas relações com a vizinha Espanha, que se mantinha tranquila sob a administração enérgica de Narváez.

O autor não se coíbiu mesmo de estabelecer um paralelismo entre o novo gabinete de Lisboa e o de Mdrid, apelidando Costa Cabral de "Narváez português", e o duque de Ávila, ministro das finanças, lembrava-lhe o carácter rígido e audaz de Mon, o seu homólogo espanhol.

Mas fundamentalmente Costa Cabral em 1850 significava aos olhos de Gustave d'Alaux a possibilidade de realização de um projecto que Xavier Durrieu no seu estudo de 1845, considerava ser prioritário no programa político do estadista, isto é, a revolução eonómica na península através da união comercial. Optimisticamente, d'Alaux acreditava que estavam então criadas as condições para a materialização efectiva do ambicioso projecto de concertação económica peninsular:

"L'infranchissable muraille qui s'élevait depuis un siècle et demi entre l'Espagne et Portugal est aujourd'hui minée des deux

---

38 ALAUX, Gustave d' — *Le Portugal en 1850 et le Comte de Tomar*. "Revue des Deux Mondes", Paris, XX^{e} Année — Nouvelle Période, t. 7, 1850, p. 508.

côtés à la fois. Pendant que l'une rompt hardiment avec ce système prohibitif qui transformait ses issues continentales en impasses, l'autre se souvient tout à coup qu'il touche, par une ligne de cent cinquante lieues, au continent, et demande à grand cris, par l'organe de ses députés et de ses chambres municipales, des voies terrestres de communication. Les compagnies et l'administration espagnoles projettent des tracés de chemin de fer et des canaux sur la frontière portugaise, et le commerce portugais, à son tour, se prononce pour le libre navigation du Duero. Voilà donc de part et d'autre un grand pas de fait vers le rapprochement commercial des deux familles péninsulaires"[39].

Assim como Durrieu prefigurava na união comercial de Espanha e Portugal, um contra-peso meridional à influência da Grã-Bretanha, também d'Alaux via nela o embrião de um convénio que reputava fecundo e duradouro mas cujos contornos define mal, que era a aliança alfandegária do norte e sul da Europa.

Malgrado as suas expectativas terem sido goradas quer no tocante à união comercial peninsular, quer quanto ao próprio político a quem vaticinava grandes empreendimentos, seis anos mais tarde d'Alaux abordou novamente a situação de Portugal nas páginas da *Revue*, desta feita centrando-se no início do reinado de D. Pedro V, para elogiar um país que atravessara uma regência com uma tranquilidade exemplar e regular funcionamento do sistema político. O momento pareceu-lhe mesmo adequado para uma saudação especial aos regimes constitucionais peninsulares, experimentados em situações recentes de adversidade:

"L'Espagne en 1848, le Portugal en 1855, c'est-à-dire les deux royaumes de cette péninsule que se plaisent tant à citer les détracteurs, soit radicaux, soit absolutistes, du régime constitutionnel, auront eu le singulier honneur de venger doublement ce régime dans l'histoire, et de le montrer réalisant tour à tour, — au fort même du succés de chacune des deux doctrines contraires—, en 1848 la liberté par l'ordre, en 1855 l'ordre par la liberté"[40].

---

39 IDEM, *Ibidem*, p. 523.

40 IDEM — Le Portugal à l'Avènemnt de Dom Pedro V. "Revue des Deux Mondes", Paris, XXVI[e] Année — Seconde Période, t. 3, 1856, p. 388.

Após este estudo parece ter-se atenuado por algum tempo o interesse dos colaboradores da *Revue* por Portugal. Oito anos volvidos, surgiu uma nova monografia da responsabilidade de Valentin de Mazade, cujas palavras de abertura indiciavam de certa forma esse alheamento da Europa em relação aos temas portugueses:

"Depuis quelques années, l'Europe s'est peu occupée du Portugal, et il n'est guère de pays dont l'histoire intérieure, à part quelques courtes périodes, soit moins connue"[41].

Saliente-se que o mesmo não aconteceu relativamente à Espanha, cujas economia, finança, política e cultura, continuaram presentes entre os temas da *Revue*. Mas as questões de relacionamento dos dois países ibéricos só eram abordadas quando o estudo incidia sobre Portugal, como se qualquer reflexão sobre esse país implicasse, aos olhos dos franceses, um indispensável confronto com a nação vizinha, uma remissão ao passado comum, o estabelecimento de analogias ou diferenças em questões de actualidade, a perspectivação comparativa de trilhos futuros.

As impressões de viagem de Mazade versaram também o tema das relações dos povos ibéricos, confessando o autor ter sido alertado para o facto do povo espanhol ser o que tinha menos a conhecer de Portugal e o que, de facto, o conhecia menos.

Apesar de admitir que Portugal se encontrava profundamente ligado à Inglaterra por tradições históricas e interesses comerciais, Mazade ressaltou que a dinastia reinante e o povo português não pretendiam renunciar à sua nacionalidade e liberdade de acção. Era essa liberdade de acção, e ainda o que o autor chamava de "espírito de raça", que comandavam a reacção portuguesa na questão espanhola, em rejeição uníssona dos projectos absorcionistas:

"On commetrait une erreur si, par la suite de considérations ethnographiques, on ne voyait dans la nation portugaise qu'un membre détaché de la monarquie castillane. Sans doute on peut croire qu'il s'opérera un jour un rapprochement entre les deux peuples de la península ibérique; mais pour amener cette

---

41 MAZADE, Valentin de — *Le Portugal sou le Roi Dom Luiz. Impressions et Souvenirs*. "Revue des Deux Mondes", Paris, XXXIV[e] Année — Seconde Période, t. 52, 1864, p. 189.

réconciliation, il faut se garder avant tout d'afficher des idées ambitieuses d'absorption"[42].

Valentin de Mazade baseou as suas asserções no movimento nacional de repúdio aos projectos de anexação manifestados em Madrid por certos sectores, em 1861, repúdio esse traduzido na resolução de comemoração do 1° de Dezembro e formação da comissão com o mesmo nome, e ainda na emotiva polémica que se seguiu à morte de D. Pedro V, em Novembro desse ano[43].

O escritor francês intuiu com alguma perspicácia a importância desse momento, atribuiu-lhe um significado concreto, e opinou que se assistiu então ao recrudescimento da desconfiança dos portugueses e decorrente reforço das seculares barreiras entre os dois povos:

"Tel fut le résultat de cette idée de fusion inopportunément soulevée, que le Portugais, plus défiant que jamais, se plaisait à rendre plus sensibles les barrières qui le séparaient de son voisin, affectant de ne pas connaître sa langue et de la mal parler lorsque le hasard la lui avait apprise. Ces deux peuples sont frères, mais ce sont deux frères qui veulent vivre indépendants"[44].

Uma ideia de certa forma surpreendente no texto de V. de Mazade é a de que Portugal elegeria preferencialmente uma aliança com a França, se os acasos da política não viessem de quando em vez arrefecer tais impulsos. Esta sua convicção radicava no primado cultural que a França exercia no Portugal de oitocentos, à excepção dos primeiros quinze anos, o qual se traduzia num primoroso conhecimento da língua e na imitação geral de valores e costumes, desde a literatura à moda, da organização administrativa à militar.

Logo a seguir, em 1866, a história da Península Ibérica e as tradições nacionalistas dos portugueses estiveram presentes na

---

42 IDEM, *Ibidem*, p. 222.

43 "En 1861, sous ce spécieux prétexte de communauté de race, il s'éleva à Madrid une polémique dans une pensée bien manifeste d'annexion. Cette polémique eut un résultat de telle nature que des côtes de l'Algarve aux rives du Minho on se prépara aussitôt à célébrer en grande pompe l'anniversaire de la révolution de décembre de 1640, qui, mettant les Bragances sur le trône, rendit au Portugal son indépendance en chassant les Espagnols. Les esprits étaient si fort agités que Pedro V venant à mourir sur ces entrefaits, la foule crut voir dans ce malheur un attentat prémédité, une trahison; il fallut tout le patriotisme bien connu de quelques hommes pour calmer cette émotion". Cf. *op. cit.*, p. 222.

44 IDEM, *Ibidem*.

Revue, com a publicação de *Une Annexion d'Autrefois. Philippe II et le Roi Dom Antonio de Portugal*, da autoria de Charles de Mazade[45].

Este estudo foi suscitado por duas obras citadas em epígrafe, uma publicada em Lisboa em 1865, e a outra em Madrid no ano anterior, e que representavam num país e outro, o ponto dos conhecimentos sobre a união dinástica ibérica de finais de Quinhentos; tratava-se da *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII*, de Rebelo da Silva[46], e da *Colleccion de Documentos Ineditos para la Historia de España*, de Miguel Salva e Pedro Sanz de Baranda.

Claro que na década de sessenta a temática anexionista estava na ordem do dia, e Mazade tomou como referência uma Europa onde germinavam projectos de fusões e anexações, reconhecendo o estranho poder do passado nos desígnios da história, como se tratasse de alguma forma de interacção entre o passado e o presente: "C'est le passé qui conduit au présent par un courant ininterrompu et mystériaux; c'est souvent aussi le passé qui pèse sur le présent et le contraire"[47].

Não obstante aparentes similitudes, o publicista francês distanciou à partida o caso da reunificação da Itália do da união de Portugal e Espanha, ou união ibérica, para utilizar a expressão modernamente utilizada. Enquanto que aquela parecia conduzida por um génio feliz, esta deparava-se, desde sempre, com expectativas goradas, com múltiplas resistências, pelo que o autor aconselhava uma reflexão sobre a história desse fracasso:

"Quand des esprits à Madrid et à Lisbonne, — à Madrid bien plus qu'à Lisbonne, — échauffés au spectacle de ce que l'Italie a pu faire, ou peut-être aigris des déceptions du présent, rêvent une

---

45 Refira-se que Charles de Mazade (1820-1893) foi um dos mais prolixos colaboradores da *Revue*, autor frequente da *Chronique de la Quinzaine*, especialista em assuntos relativos a Espanha, tendo inclusivamente publicado duas obras sobre esse país: *L'Espagne Contemporaine* (1855) e *Les Révolutions de l'Espagne Conemporaine* (1868).

46 Refira-se que Charles de Mazade utilizou a versão original da obra de Rebelo da Silva e não a tradução francesa dos dois primeiros volumes, publicados em um tomo, em Paris, no ano de 1864, com o título *Invasion et Occupation du Royaume de portugal en 1580. Introduction à l'Histoire de Portugal au XVII^e et au XVIII^e Siècles*.

47 MAZADE, Charles de — *Une Annexion d'Autrefois. Phlippe II et le Roi Dom Antonio de Portugal*. "Revue des Deux Mondes", Paris, XXXVI^e Année — Seconde Période, t. 61, 1866, p. 68.

fusion des deux royaumes, image de l'union italienne, ils ne disent rien de nouveau, rien que l'avenir désavoue absolument, mais ils déplacent la question: ils devraient se demander comment cette unité ibérique n'existe pas depuis longtemps, comment, lorsqu'elle a existé, elle n'a point duré, comment enfin ce qui a été si facile et si prompt au-delà des Alpes est devenu si difficile au-delà des Pyrénées; ils devraient se demander comment toutes les tentatives patiemment ourdies pour fondre les deux peuples ont été toujours suivies des scissions plus profondes. Chose curieuse en effect! depuis cinq siècles, cette unité est la pensée de tous ceux qui règnent à Lisbonne et à Madrid; elle est le ressort de toutes les combinaisons, le mobile des mariages qui se sccèdent de génération entre les deux maisons royales. L'Espagne la veut, le Portugal lui-même la veut et la poursuit à ses heures d'ambition, et toutes les fois qu'elle touche à la realité, elle s'évanouit. Le droit de succession n'y peut rien, l'instinct populaire proteste"[48].

A história recente dessas tentativas malogradas e resistências redobradas de união ibérica foi também evocada por Mazade nesse texto, realçando a indefectível recusa de D. Pedro V:

"Vainement on invoque la nature des choses, les intérêts d'une grandeur commune: les traditions d'antagonisme, les passions sont plus fortes et compriment toutes les velléités unitaires. Vainement, il y a peu d'années encore, des tentateurs allaient murmurer à l'oreille du roi dom Pedro, le jeune souverain philosophe qui est mort en faisant son devoir, de ces mots qui excitent un prince à oser: le jeune souverain ne s'y laissa pas prendre; il ne voulait ni annexer le Portugal à l'Espagne ni annexer l'Espagne au Portugal"[49].

Mas também na mentalidade dos povos encontrou Mazade comuns sentimentos de aversão à ideia de unidade peninsular, como se a memória dolorosa de antigas e fracassadas uniões pesasse igualmente sobre portugueses e espanhóis:

"Le plus léger soupçon d'un complot d'unité entre les deux peuples fait pousser des cris dans les deux camps, comme s'il

48 IDEM, *Ibidem*, p. 69-70.
49 IDEM, *Ibidem*, p. 69.

ravivait une vieille plaie, la plaie inguérissable de quelque union mal assortie qui n'est pas oubliée"[50].

O período filipino, que os franceses lembram ser designado em Portugal pela expressão "sessenta anos de cativeiro", é para Mazade o tempo em que a unidade dos dois países foi mais do que um sonho e, simultaneamente, aquele em que tal unidade ficou definitivamente comprometida. Daí a sua lúcida apreciação da obra de Rebelo da Silva, devidamente enquadrada no seu contexto de produção, já que, sem lhe retirar o valor científico-historiográfico que considera inegável, lembra a recomendação ou mesmo encomenda oficial que esteve na base do projecto:

"Son histoire est un de ces livres où l'esprit politique l'esprit nacional se fait le complice d'une science ingénieuse et sûre. C'est le gouvernment lui-même, il y a quelques années, qui avait tracé ce programme d'étude historique, et entre toutes les périodes des annales portugaises il avait choisi la plus triste parce qu'elle n'est point de celles qui peuve affadir le patriotisme. Le Portugal d'ailleurs peut évoquer aujourd'hui sans amertume ces souvenirs de défaite et d'abaissement. Il a retrouvé par la liberté la séve qui rajeunit les petites et les grandes nationalités. Il est plus près du temps où l'unité ibérique aurait pu s'accomplir par lui que du temps où elle s'est accomplie contre lui"[51].

Mesmo quando disserta longamente sobre os eventos relativos à anexação de Portugal por Filipe II e os esforços do prior do Crato para a evitar e depois para a anular, Mazade não deixa de ponderar sobre a natureza do fenómeno anexionista numa dimensão intemporal, elegendo à boa maneira da historiografia romântica o espírito do povo como elemento propulsor da história:

"Il n'y a de fusions vraies que celles qui ont les peuples eux-mêmes pour complices. Les autres ont un lendemain, quand le sentiment du droit se réveille, quand l'énergie d'une nation s'est

---

50 IDEM, *Ibidem*.

51 IDEM, *Ibidem*, p. 71. Ao ler-se estas linhas de Mazade dir-se-ia que tal como para Jorge Borges de Macedo, também par o publicista francês a obra de Rebelo da Silva correspondia a "uma necessidade cultural e pública". Cf. MACEDO, Jorge Borges de — *A História de Portugal nos séculos XVII e XVIII e o seu Autor*, in "História de Portugal de Rebelo da Silva", vol. 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1971, p. 55.

assez retrempée dans le malheur, et ce lendemain des annexions violentes s'apelle une révolution d'independance"[52].

Nos quinze anos que se seguem à publicação deste estudo de Charles de Mazade, raramente a atenção dos colaboradores da *Revue* se virou para Portugal, registando-se apenas dois artigos de carácter bem diverso, um de Léonce de Lavergne sobre economia rural, e outro da autoria de Michel Chevalier, evocativo da figura do Marquês de Pombal[53].

O mesmo não se passou relativamente aos estudos sobre Espanha, cuja presença se manteve ou até aumentou, paralelamente à escalada de efervescência política do país, do interregno à república, da guerra civil à restauração bourbónica. Mas nestes artigos as referências às relações com Portugal e à questão ibérica são breves e pontuais, não obstante o recrudescimento da polémica após a revolução de Setembro de 1868, em Espanha. Por exemplo, Charles de Mazade num texto que tratou exactamente a insurreição de 68 e o interregno, dedicou um pequeno período para avaliar a recusa de D. Fernando ao trono espanhol, conferindo a essa recusa uma dimensão nacional:

"Dom Fernando ne sera pas roi d'Espagne, on ne le croit plus du moins, parce qu'il ne le veut pas, parce que le roi son fils et le Portugal lui-même ne le veulent pas plus que lui, parce que cette candidature représente une idée qui se réalisera peut-être dans un avenir plus ou moins lointain, mais qui se heurte aujourd'hui contre toutes les incompatibilités"[54].

Repare-se que, sem excluir a hipótese de uma união situada num futuro mais longínquo, Mazade reiterou com estas palavras a sua convicção na total inviabilidade dessa realização nos tempos próximos.

Em 1873, Victor Cherbuliez ao analisar o contexto de instauração da república em Espanha, realçou a extrema confusão dos poderes e o ambiente de anarquia generalizada que o país então

---

52 IDEM, *Ibidem*, p. 104.

53 LAVERGNE, Léonce de — *Études d'Économie Rurale. Le Portugal.* "Revue des Deux Mondes", Paris, XXXIX^{e} Année — Seconde Période, t. 82, 1869, p. 738-752; CHEVALIER, Michel — *Le Marquis du Pombal.* "Revue des Deux Mondes", Paris, XL^{e} Année — Seconde Période, t. 89, 1870, p. 156-180.

54 MAZADE, Charles de — *Révolution d'Espagne. I. L'Insurrection et l'Interrègne.* "Revue de Deux Mondes", Paris, XXXIX^{e} Année — Seconde Période, t. 79, 1869, p. 813.

atravessava. Perante tal instabilidade, na sua opinião, os receios dos portugueses redobravam:

"Ils se plaignent des dangers que fait courir à leur pays le voisinage d'une république affolée et debordée"[55].

Como se verificou, as opiniões veiculadas na *Revue des Deux Mondes* sobre a questão ibérica e as relações entre Portugal e Espanha caracterizaram-se por uma razoável diversidade e apreciável riqueza de informação. Ao longo de quatro décadas, a questão ibérica foi perspectivada segundo diferentes ângulos, ora apresentada como imperativo para o relançamento económico-político da península no seio da Europa moderna, ora como catalizadora de um crescendo de influência da França sobre Portugal e seus territórios coloniais, com a decorrente perda de preponderância da Grã-Bretanha nesses domínios, ora ainda, como facto inviável por razões de mentalidade. Este aspecto parece efectivamente ter pesado na ponderação dos vários testemunhos recenseados, que alertavam não só para os contrastes mentais entre os dois povos, mas também para as suas irreductíveis incompatibilidades, o seu voluntário desconhecimento mutúo. As palavras de André Cochut eram a este nível paradigmáticas:

"Des peuples unis géográphiquement se repoussent pour incompatibilité d'humeur, témoin les Portugais et les Espagnols"[56].

Este discernimento terá sido um factor determinante para a ponderação da questão ibérica nos diferentes centros e orgãos políticos europeus.

A literatura francesa de meados do século arvorou mesmo a marca da simpatia por Portugal e pela sua história. Jules Thieury

---

55 CHERBULIEZ, Victor — *L'Espagne Politique. Le Caractère et la Monarchie Constitutionélle*. "Revue des Deux Mondes", Paris, XLIII Année — Seconde Période, t. 107, 1973, p. 6. O autor trancreveu mesmo um testemunho que terá recolhido de um português, enfatizando o pânico de uma vizinhança tumultuosa: "Nous ressemblons, nous autres portugais, disait l'un d'eux, à un propriétaire qui a pour plus proche voisin le directeur d'un hospice d'aliénés. Nos fenêtres donnent sur le préau où ces malheureux, trop mal surveillés, viennent s'ébattre ou se gourmer; la nuit comme le jour, nous entendons leurs clameurs et leurs trépignemens. Le pis est que de temps en temps ils brandissent des torches pour mettre le feu à notre maison; nous sommes obligés d'avoir toujours l'oeil au guet et de ne pas lâcher un instant le piston de nos pompes. Nous en perdons le sommeil; hélas! peut-être finirons-nous par devenir fous nous mêmes". Cf. *op. cit.*, p. 6.

56 COCHUT, André — *Des Nationalités. A propos de la guerre de 1866*. "Revue des Deux Mondes", Paris XXXVI^{e} Année — Seconde Période, t. 64, 1866, p. 702.

promoveu uma edição bilingue em latim e francês da *Lusitania Vindicata*, onde patenteou essa simpatia e considerou a revolução de 1640 um feito brilhante, uma obra portuguesa, contrariando assim implicitamente muitos dos seus conterrâneos que sobrevalorizavam a ajuda de Richelieu. No prefácio evocou o nome de outro normando que se interessou por questões portuguesas, o Abade de Vertot, e agradeceu a cooperação de Teixeira de Vasconcelos, Ferdinand Denis e Mellet, para esta obra[57].

Diga-se que temática da restauração portuguesa de 1640 atraíu algumas atenções estrangeiras, como o comprovou ainda o estudo de Alessandro Ademollo, publicado na década seguinte. *La Questione della Indipendenza Portughese a Roma dal 1640 al 1670*, pretendeu explicar o processo de independência portuguesa e a subida ao trono daquele que conseguira trocar o título de Duque de Bragança pelo de Rei de Portugal, pese embora a factologia da revolução, aqui apresentada como admirável, exemplar e necessária, ultrapassasse os objectivos fixados pelo autor para a sua obra:

"Non puó entrare nel nostro disegno discorrere neppure in modo sommario i particolari della sorprendente rivoluzione che nel 1° dicembre 1640 abbattè il dominio spagnuolo non soltanto in Lisbonna, non soltanto in Portugallo, ma ancora e nello stesso momento in tutti i possedimenti portoghesi.

Ammirabile fu il contegno di coloro che prepararono tanto rivolgimento così nella congiura come nella esecuzione, e tale e tanta l'unanimità degli spiriti nell'accogliere la notizia che, noto il successo al Palazzo di Giustizia ove allora erasi pronunziata una sentenza in nome del nuovo Re Giovanni. Poco sangue si sparse, oltre quello dell'odiato ministro Vasconcellos"[58].

Também Eugéne d'Auriac publicou em 1883 uma pequena obra sobre a subida ao trono português do fundador da dinastia de Bragança, com o título *Résolution des États de Portugal en faveur du Roi D. Jean IV précédée d'une Etude sur l'Avènement de la Maison*

---

57 THIEURY, Jules (trad. de) — *Lusitania Vindicata. Oeuvre de D. Manoel da Cunha*, Dieppe, Marais Librairie, 1863.

58 ADEMOLLO, Alessandro — *La Questione della Indipendenza Portoghese a Roma dal 1640 al 1670*, Firenze, Tipografia della Gazzeta d'Italia, 1878. p. 5.

de Bragance et d'une Notice sur F. de Grenaille[59]. D'Auriac apresentava a Restauração de Portugal em 1640 como um dos feitos históricos dignos de menção:

"Parmi les faits intéressants de l'histoire, il n'est pas permis d'oublier celui qui amena la délivrance du Portugal, depuis longtemps opprimé par l'Espagne"[60].

A visão negativa do domínio dos Filipes é outra das tónicas do ensaio do subdirector da Biblioteca Nacional de Paris:

"Philippe II ayant donné l'exemple d'un régime d'opression, de déprédation et d'affaiblissement systématique, les successeurs de ce prince suivirent cet exemple: ils gouvernaient leur nouvel Etat comme un pays de conquête"[61].

Já Stéphen de Béarn fez em *La Dynastie de Bragance et l'Avenir du Portugal*[62] um engenhoso elogio do liberalismo português. Partindo de uma identificação entre lusitanos e portugueses, percursores de outros povos na via da liberdade alcançando a independência no século XII, defende que os portugueses através da prodigiosa obra das descobertas, comparável à invenção da imprensa ou do vapor, atingiram um esplendor imenso se bem que de curta duração, porque abafado pelo declínio do império do Oriente e pelo despotismo de Filipe II. A Restauração permitiu a Portugal escapar à Espanha mas fê-lo cair nas mãos da Inglaterra. Após alguns laivos de liberalismo radical, o país entrara numa nova era de prosperidade com o reinado legítimo de D. Maria II, alcançando muitos progressos com D. Pedro V e D. Luís. Apesar de Béarn omitir as correlações entre Portugal e Espanha, finaliza o seu ensaio com a convicção de que Portugal ocupará no concerto dos povos, e talvez da Península, o lugar importante que merece.

---

59 AURIAC, Eugéne d' — *Résolution des États de Portugal en faveur du Roi D. Jean IV précédée d'une Etude sur l'Avènement de la Maison de Bragance et d'une Notice sur F. de Grenaille*, Paris, Alphonse Lemerre Éditeur, 1883, XXIX + 28 p.

60 IDEM, *Ibidem*, p. I.

61 IDEM, *Ibidem*, p. II-III. Refira-se que Grenaille, o autor seiscentista recordado nesta obra, foi em 1643 o responsável pela inclusão em vários números do *Le Mércure Portugais*, do relato intitulado *Relation politique de la fameuse Révolution d'Etat arrivée en Portugal depuis la mort de D. Sebastien, jusqu'au couronnement de D. Jean, à present reignant.*

62 BÉARN, Stéphen de — *La Dynastie de Bragance et l'Avenir du Portugal*, Paris, Simon Raçon et Compagnie, 1865.

Um dos estudos de Emmanuel Raymond representou uma síntese histórica da península, sob um título que explicava as balizas cronológicas utilizadas: *L'Espagne et le Portugal depuis l'invasion des carthaginois jusqu'a nos jours avec un chapitre spécial résumant les annales de l'Inquisition en Espagne et en Portugal*[63]. A pequena introdução resume as interligações históricas de Portugal e Espanha, ocupando a história deste último país a parte mais substancial da obra. Quanto à história de Portugal, além das referências à sua inquisição no 6º capítulo, ela é abordada nas trinta últimas páginas da obra, cobrindo o período que medeia entre 1139 e 1862, isto é, desde a batalha de Ourique "jusqu'à nos jours"[64]. Sem grande originalidade, este resumo histórico cumprimenta os portugueses pela sua luta de libertação de sessenta anos de servidão, e refere-se aos reinados de D. Pedro V e D. Luís em meia dúzia de palavras. Esta obra conheceu todavia uma segunda edição em 1880 que continha já referências directas à questão ibérica[65]. Referindo a revolução espanhola de 68 e seus reflexos em Portugal, evocava a recusa de D. Fernando e seus filhos ao trono de Espanha, as enérgicas manifestações nacionais do 1º de Dezembro contra as pretensões ibéricas, e mencionava sucintamente o pronunciamento militar de Saldanha, o qual dizia ser conhecido pela sua afeição às ideias de união peninsular, apresentando-o como "partisan de l'union ibérique"[66].

A década de sessenta assistiu ao aparecimento de vários textos franceses que apontavam a conveniência da realização da união ibérica. O historiador Maximin Deloche vaticinou-a na sua obra, *Du Principe des Nationalités*[67], e o visconde de Grouchy enviou um memorando ao ministro das relações externas francês evidenciando as vantagens que tal facto traria para a França[68].

---

63 Paris, Imprimerie Dubuisson et C.e, s. d., 192 p.

64 Mais exactamente a páginas 162-191. A data limite da análise, 1862, permite-nos uma datação inferir a data aproximada da edição.

65 Paris, Librairie Gerremer Baillière et C.ie, [1880], 192 p. É o nº 31 da colecção "Bibliothèque Útile".

66 *Ibidem*, p. 192.

67 "L'unité nationale y est donc visiblement preparé para la natures des choses" (Cf. *Du Principe des Nationalités*, 1860, p. 88).

68 Cit. por ROCAMORA, José Antonio — *El Nacionalismo Ibérico*, Valladolid, Universidade de Valladolid, 1994, p. 71.

Em Julho de 1861 foram publicados na imprensa parisiense dois artigos que vieram corroborar a tese muito propalada em Portugal que Madrid se apoiava no gabinete das Tulherias para fazer avançar a sua poderosa propaganda ibérica. O *timing* destes textos coincidiu com um momento culminante da polémica, alimentada sobretudo pelo periodismo espanhol e que fizera emergir em Portugal uma reacção anti-ibérica organizada, nomeadamente a intenção de celebração do 1° de Dezembro.

Um destes artigos foi publicado no *Union* pela pena do redactor legitimista Riancey que acusava D. Pedro V de ter ambições ibéricas; o outro, publicado na *Presse* pelo liberal Peyrat, afirmava que a nacionalidade portuguesa não tinha razão conhecida, e defendia que a Espanha havia acompanhado o movimento liberal enquanto Portugal, vivendo entre a anarquia e o despotismo, se resignava em ser uma colónia inglesa. Estes textos foram largamente difundidos na imprensa portuguesa de diferentes sensibilidades políticas e partidárias, gerando um verdadeiro coro de protestos.

Aliás, deve aqui ressaltar-se que os jornais portugueses referiam frequentemente pequenas notícias dos seus congéneres franceses que tinham a ver com a questão ibérica ou mais especificamente com os monarcas portugueses; D. Pedro V foi um dos mais visados, já que a imprensa francesa noticiou frequentemente o seu casamento com a princesa das Astúrias, ou a sua aceitação da coroa de Espanha, etc.; após a revolução espanhola de 1868, a imprensa francesa percorreu várias pessoas da família real portuguesa noticiando que tinham aceite a sentarem-se no trono dos Bourbons. Com menor expressão mas também de uma forma contínua, a imprensa nacional citava periódicos italianos que produziam opiniões sobre a Península, exprimindo o seu apoio à ideia ibérica que já anos antes Giacomo Durando tinha defendido[69].

Um curioso opúsculo francês, assinado sob o pseudónimo Vicomte Mary de Tresserve mas na realidade da autoria da princesa de Solms, membro prestigiado da família Bonaparte Wise, expôs em 1862, uma interessante e particular visão da doutrinas iberistas e panlatinistas. Tomando para título *Le Mariage ou*

---

[69] Cf. TESTORE, Paola Casana — *Giacomo Durando in Exilio 1831-1847. Belgio. Portugallo, Spagna nelle sue Aventure e nei suoi Scritti*, Torino, 1979.

l'Avenir du Portugal[70] este folheto encara a aliança matrimonial entre D. Luís de Portugal e Maria Pia de Sabóia, como um dos grandes factos providenciais da sua época, tendo como objectivo o progresso, ideia aliás eminentemente civilisadora e de que o latinismo é subsidiário. Na sua artificiosa idealização do mundo latino, considerava a princesa de Soims que após a gradual unidade da Itália, e a consolidação de França através de anexações sucessivas e assimilação dos princípios imortais de 1789, só faltava a unidade ibérica. Ora, sendo a Espanha resistente às ideias modernas, semi-adormecida pela inquisição e pelo absolutismo, o sinal da unidade ibérica deveria partir em breve de Portugal que, tal como a Espanha, conhecera a opressão inglesa sob o nome de protecção; também a Itália contara com a ajuda de França para a sua unificação. Na busca de semelhanças entre as duas penínsulas, a autora estabelece uma identidade entre Itália e Portugal, entre os Sabóias e os Braganças, e admite que aquela era a altura para se completar a obra de Filipe II, mas agora sem despotismo e sem clero, anunciando o fim do ódio entre Portugal e Espanha, aliás absurdo, nos tempos modernos. Uma vez alcançada a unidade ibérica, a que com certa graça chama o "milagre de Colombo", juntamente com as unidades italiana e francesa, criar-se-ia uma frente latina de setenta e cinco milhões de homens, contra o absolutismo do Norte. Tal realização é, na opinião da autora, um benefício à civilisação, e conforme ao direito dos povos.

Saliente-se neste folheto a íntima ligação do seu discurso com a mitificação do progresso irresistível, com o próprio progressismo ideológico, bandeiras inconfundíveis de 1789 que são aliás desfraldadas nas palavras de abertura[71].

Embora não possamos avaliar da adesão e simpatia que as ideias defendidas neste opúsculo tiveram em Portugal, não deixa de ser notável a divulgação que ele conheceu na imprensa nacional, nomeadamente na província. *A Voz do Minho*, de Valença, publicou

---

70 TRESSERVE, Vicomte Mary de -- *Le Mariage ou l'Avenir du Portugal*, Paris, Chez Tous les Libraires, 1862.

71 "Notre siècle est, quoi qu'on en dise, un siècle grand et fort. (...) C'est aux grands principes de 1789 qu'il demande ses inspirations. (...) C'est que les societés progressent comme les arbres poussent; et il y a qualque chose de consolant pour l'esprit humain dans cette pensée que le progrès n'est pas seulement la plus sublime aspiration de l'inteligence, mais aussi la loi plus irréssistible de l'humanité". Cf. *op. cit.*, p. III e VII.

em folhetim o texto integral, entre Outubro e Novembro de 1862, sob o título *O regio consorcio ou o futuro de Portugal*[72]. Outro tanto aconteceu no *Vimaranense*, bissemanário de Guimarães[73], e na *Voz do Alentejo*, semanário de Elvas[74]. O *Comércio do Porto* também publicou a tradução deste opúsculo em Outubro do mesmo ano, mas em 24 de Dezembro, isto é, após as comemorações do primeiro dia do mês, "para não arder o fogo da ira", saíu um artigo intitulado *Iberismo e Latinismo*, que refutava os princípios aí defendidos. Apesar de reconhecer a influência de que a autora disfrutava em Itália, e a sua consideração entre os intelectuais franceses, este artigo sublinha que o opúsculo não é representativo das opiniões do governo imperial francês, nem corresponde ao programa político de qualquer gabinete estrangeiro e, apesar de publicado em Paris, os primeiros exemplares que chegaram a Portugal vieram de Turim. Opina que Portugal não deve exagerar o alcance do que se diz sobre ele, nem afectar indiferença, pelo que era importante dar a conhecer este folheto ao país, mas refutando a ideia fundamental de iberismo que ele encerra, ideia sobretudo propalada após as viagens de D. Pedro V às diferentes cortes da Europa, onde aquele monarca despertara imensas simpatias. Assim, o folheto deve entender-se à luz da nova quadra de absoluta transformação política e social que caracterizava a Europa da segunda metade do século, na qual se aventuravam ideias para descobrir "as disposições dos povos para futuras modificações nos elementos que formam a sua nacionalidade". O artigo termina reiterando a inacessibilidade de D. Luís às tentações da ambição e considerando quer o monarca, quer o povo, zelozos defensores da independência:

"A Europa, estudando bem a nossa situação e fazendo justiça a todos os portuguezes, desde o rei até ao mais obscuro cidadão, ha-de reconhecer que a recente alliança da casa de Bragança com a casa de Saboya é como o iris da paz e não significa signal percursor de guerra"[75].

---

[72] *A Voz do Minho*, Valença, entre os números 1122 e 1133, de 23 de Outubro a 20 de Novembro de 1862.

[73] *O Vimaranense*, Guimarães, entre os números 46 e 53, de 24 de Outubro a 18 de Novembro de 1862.

[74] A última parte da publicação, compreendendo os capítulos XII, XIII e XIV, foi feita no nº 189, de 26 de Novembro de 1862.

[75] *O Commercio do Porto*, nº 299, 24 de Dezembro de 1862.

O *Jornal do Comércio* também participou da polémica suscitada pelo opúsculo de Tresserve, num artigo assinado por R., com o título *França, Italia e Portugal* no qual, com alguma ironia, se constatava que o país estava a saír da obscuridade. Defende contudo que as perspectivas enunciadas no folheto francês, apesar de benevolentes e generosas para o lado português, não eram suficientemente sedutoras. Como o silêncio era sinal de cumplicidade, o autor do artigo respondia a Tresserve, dizendo-lhe não acreditar nas incorporações simétricas e nas unidades fictícias, já que a união das duas monarquias ibéricas sob o signo da ambição, sem atracção de uma íntima analogia de crenças, ideias e princípios, levaria à agonia entre a saudade e o arrependimento, e a redução das duas nacionalidades a uma unidade política significaria o suícidio de uma delas[76].

Sob o título *Ainda a questão iberica!*, são publicados em Novembro mais dois artigos do mesmo autor que reflectem a celeuma levantada por aquele folheto, evocando um a reacção do periódico madrileno *Eco del Pais*, e o outro a propaganda que as ideias da liga ibérica e latina iam tendo pela Europa fora[77].

Outro folheto francês, de filosofia idêntica ao de Tresserve, e que o cita inclusivamente, causou pela mesma altura impacto na imprensa portuguesa. Trata-se da obra de Charles de Varenne, *A federação latina para as unidades francesa, italiana e ibérica*, cujo pensamento a *Gazeta de Portugal* deu a conhecer em Novembro de 1862[78], no que foi seguida por outros orgãos da imprensa. *O Direito*, periódico legitimista portuense, não tardou a denunciar que as palavras de Varenne e Tresserve eram o prelúdio de uma grande obra de que o casamento real era o instrumento, já que a ideia de união ibérica era cada vez mais assoprada de França e Itália[79]. Para melhor esclarecer os seus leitores sobre o assunto, apresenta um resumo da obra de Varenne, salientando o seu objectivo de construção de um bloco latino do Bósforo ao Tejo, composto de 90 milhões de almas, pronto a defrontar-se com a família eslava a

---

76 *Jornal do Commercio*, Lisboa, nº 2704, 11 de Outubro de 1862. Refira-se que este artigo é continuado nos números 2709 e 2713, de 17 e 22 de Outubro, respectivamente.

77 *Ibidem*, números 2731 e 2733, de 13 e 15 de Novembro, respectivamente.

78 O *Comércio de Coimbra* transcreveu o artigo da *Gazeta*, *O que é a federação latina*, na sua edição nº 219, de 3 de Dezembro de 1862.

79 *O Direito*, Porto, nº 272, 27 de Novembro de 1862.

norte (80 milhões), e no centro com os alemães e seus amigos saxões da Grã-Bretanha (40 + 25 milhões). Esta federação latina, alimentada das unidades francesa, italiana e ibérica, teria governos anuais em Paris, Madrid e Roma, e entre os seus tópicos programáticos contar-se-ia a libertação da Irlanda e a intenção manifesta de contrariar o poder britânico. Neste quadro, a Portugal caberia o papel de conquistar a Espanha, expulsar Isabel II, e sentar D. Luís no trono da Ibéria. A indignação do *Direito* dirige-se sobretudo contra o plano de derrube da dinastia bourbónica em Espanha, e contra a afirmação de Varenne sobre o apoio quase unânime de portugueses e espanhóis à união ibérica[80].

Mas o orgão da imprensa portuguesa que teve maior responsabilidade na divulgação do texto de Varenne, inicialmente publicado no periódico parisiense *Echo de la Presse*, foi o *Diário Mercantil* que o transcreveu integralmente, posto que tal atitude não significasse assentimento às doutrinas aí expendidas. A intenção do diário portuense radicava na defesa da informação plena, como o atesta as suas palavras introdutórias:

"É bom ir sabendo tudo quanto lá por fora se diz, que nos toque por casa. (...) Só com este intuito repetimos, e não de modo algum porque concordamos com a ultima unidade apontada, e não só com isso, senão com muitas considerações expressas nos mesmos artigos"[81].

Além de Espanha, a França foi sem dúvida a fazedora de "factos de opinião", genericamente entendidos como boatos, que preconizavam ou profetizavam a realização da união ibérica a breve trecho. Se os folhetos de cidadãos particulares suscitavam já uma certa inquietação nos círculos políticos e na imprensa nacional, essa agitação era ampliada quando se suspeitava que a origem de tais folhetos se localizava no próprio seio do governo imperial francês. Exemplo disso foi o folheto vulgarmente designado por *A Europa em 1861*, que em finais do ano anterior fez correr alguma tinta nos jornais portugueses, cuja autoria se atribuía ao próprio imperador e

---

80 *Ibidem*, nº 273, 28 de Novembro de 1862.

81 *Diario Mercantil*, Porto, nº 853, 17 de Novembro de 1862, p. 1. O texto de Varenne prolonga-se ainda pelos números 862, 884, 893, 896 e 919, datando este último de 6 de Fevereiro de 1863, correspondendo os dois primeiros ao capítulo *Necessidade de uma liga entre os três povos da raça latina*, e os seguintes aos capítulos *A unidade francesa*, *A unidade italiana*, *A unidade ibérica*, e *A federação estabelecida*.

tinha como tema principal a anexação de Portugal à Espanha. Não nos foi possível encontrar a referida peça bibliográfica, o que nos leva a acreditar no que então se dizia na imprensa, ou seja, não chegaram à capital mais do que meia dúzia de exemplares, o que contudo não evitou a divulgação da mesma, antes provocou uma corrida e empenho muito evidentes para conseguir a sua leitura.

A seccção *Correio de Lisboa* do *Jornal do Porto*, que desde Outubro de 1860 dava todo o protagonismo aos rumores de conspiração ibérica confusamente liderada por Saldanha ou pelos adeptos do conde de Tomar, incluiu uma carta datada de 22 de Novembro, em que o referido escrito irrompeu como tema principal:

"Parão em Lisboa seis exemplares de uma obra nitidamente impressa em França na typographia imperial, intitulada — *A Europa em 1861*. Esta obra não nos foi possivel, nem por minutos, havel-a ás mãos, porque, segundo se julga, só veio para a embaixada franceza; pessoa porém em quem depozitamos a mais inteira confiança, assegura-nos de que, entre outras coizas que ali se leem a respeito do futuro aspecto da Europa, se acha Portugal eleminado dentre as nações por uma inteira annexação com a Hispanha e as colonias portuguezas pertencendo á Inglaterra.

Isto que podia tomar-se por uma pura phantazia nascida do caprichoso genio francez, e não merecer por consequencia que sobre ella fixasse-mos a nossa attenção, sendo dada á luz publica por um modo tão extraordinario e com um tal caracter d'assentimento imperial, não pode prudentemente ser desprezada como chimerica"[82].

Preocupado com a maneira como estas doutrinas eram então lançadas à imprensa, o correspondente que dizia não defender nem condenar inteiramente o iberismo, retomou a questão do folheto nas cartas seguintes. É sem dúvida curiosa a referência que faz à procura desenfreada do misterioso papel:

"Ainda hoje tem aqui o primeiro logar em todas as discussões politicas o fallado opusculo francez, onde vem as partilhas que Napoleão III faz da *Europa em 1861*. A tal respeito nada podemos acrescentar, por que não ha meio de vêr semelhante escripto que tanta poeira tem levantado. Alguns livreiros d'aqui já o pedirão telegraphicamente para França, tal tem sido a perseguição dos

---

[82] *O Jornal do Porto*, nº 271, 24 de Novembro de 1860, p. 2.

freguezes.Acreditamos porém, que o interesse, que move tanta gente a procurar o folheto, não é decerto a sympathia pelas doutrinas que dizem conter, porque o espirito publico a respeito de iberismo está cada dia mais indisposto, e estes e outros boatos, não servem senão para mais o indispor"[83].

A serenidade alerta foi a tónica do *Nacional* ao noticiar o aparecimento do folheto:

"Venham os opusculos, seja qual fôr a procedencia delles. Cá estamos os portuguezes para admirar a magnanimidade com que se talham lá fora os nossos destinos. Não arrotemos presumpções de Aljubarrota, de 1640, e de Montes-Claros. Erga-se ahi uma bandeira, com a palavra INDEPENDENCIA, e deixemos o restante á ventura.

Mas em deferencia ao senso-commum, não estejamos já a fazer um alarido de creanças, e a consummir em proclamações um patriotismo, que faz impallidecer as objurações de Cicero contra Catilina"[84].

Em artigo intitulado *Um Folheto, O Amigo do Povo* tentou desmistificar a origem e consequente importância do escrito:

"Estamos bem longe de dar um grande valôr ao apparecimento do famoso *folheto*. Não pensamos mesmo, que elle seja obra de nenhum imperante estrangeiro.

O *folheto* no nosso entender significa apenas a opinião de um individuo, que provavelmente não tendo muito que fazer, pegou na penna, escrevêo umas linhas julgando-se por momentos arbitrio dos destinos das nações, e decretou a união de Portugal e Castella!"[85]

O resto do texto explica que o termo anexação é famoso no vocabulário napoleónico pelo que aqui o voto universal não daria o resultado que dera em Sabóia e Niza, reitera a repulsa à ideia de união dos portugueses mobilizados para defender a sua independência pelas armas, e sustenta que não havia quaisquer suspeitas de tendências ibéricas no ministério presente, ao contrário do anterior, integrado por Casal Ribeiro.

Um mês depois, o artigo *Um Folheto Apocripho*, apoiando-se nas declarações do correspondente em Paris do *Comércio do Porto*

---

[83] *Ibidem*, nº 273, 27 de Novembro de 1860, p. 2. A correspondência está datada do dia 25.

[84] *O Nacional*, Porto, nº 339, 1 de Dezembro de 1860.

[85] *O Amigo do Povo*, Porto, nº 265, 30 de Novembro de 1860, p. 1.

sobre o desconhecimento total desse escrito nos meios políticos e editoriais parisienses, concluiu que ele não passava de uma intriga interna da responsabilidade do obscuro partido ibérico:

"Estes boatos espalhados de continuo, não indicam que se attente contra a nossa independencia, indicam a existencia d'um pequeno partido que tem por fito a união de Portugal á Hespanha, e que com este intuito espalha de proposito boatos para ir habituando o nosso povo á idea, a fim de ir assim desfazendo pouco a pouco a má impressão que a sonhada união produz em todos os portuguezes"[86].

Também com base nas declarações do correspondente do *Comércio do Porto*, o seu homólogo de Coimbra dissertou longamente sobre o opúsculo, optando por atribuir a sua autoria a um estrangeiro:

"Tal folheto nunca existiu, pelo menos não se encontra em Paris; e d'isto concluimos nós, que a historia do celebre folheto foi inventada por algum curioso extrangeiro que quiz conhecer o espirito dos portuguezes com relação a este objecto.

(...) Não creio pois que o folheto exista, e se existe, é uma intriga politica como há muitas, e de que me parece se não deve fazer caso"[87].

Em carta de 19 de Dezembro de 1860, o correspondente de Paris da *Revolução de Setembro* refutava a possibilidade de tal opúsculo ter sido editado pela imprensa imperial, já que isso acarretaria complicações diplomáticas e, em função da raridade da espécie, defendia que tal folheto ou não existia, ou "foi fabricado fora de França por algum intrigante pouco habil que cuidou que a designação da imprensa imperial autorizaria mais esse papel, e o lanço a medo na circulação"[88]. Admite contudo que o negócio podia ser verdadeiro, isto é, a França e a Itália tinham ditado a moda das anexações, tornando-se grandes nações, como a Espanha, e no primeiro país era corrente pensar-se que a ideia de união era simpátca aos portugueses:

---

[86] *Ibidem*, nº 289, 31 de Dezembro de 1860, p. 1.

[87] *Commercio de Coimbra*, nº 19, 2 de Janeiro de 1861, p. 1-2.

[88] *A Revolução de Setembro*, Lisboa, nº 5600, 1 de Janeiro de 1861.

"Sei que em França muita gente cuida que nós estamos morrendo por essa união, e que por ella conseguiremos livrar-nos dos inglezes em cuja escravidão vivemos"[89].

O correspondente afirmava ainda desconhecer a opinião do governo francês, mas isso afigurava-se-lhe irrelevante já que Portugal deveria esquecer a Europa e enveredar por uma política portuguesa, isto é, vocacionada para o desenvolvimento das colónias africanas e das forças marítimas. A imprensa nacional é que não relevou mais esta acha na fogueira bem viva da discussão sobre a questão ibérica, patenteando uma inflamada indignação perante tal enigmático escrito[90].

Se sobre este folheto parece haver unanimidade em dizer que não o leram, não o viram, e não conhecem ninguém que o possuísse, o mesmo não aconteceu alguns anos mais tarde com o texto *Napoleão III e a Europa*. Além de ter sido traduzido em Portugal[91], este escrito atribuído ao secretário do imperador dos franceses, foi também publicado em folhetim no *Eco Portalegrense*[92]. Todavia, a matéria aí expendida não contunde directamente com a Península Ibérica; defende a missão providencial da França, defensora da democracia e do liberalismo, no concerto das nações europeias e a sua vocação para a paz, reitera o respeito daquela nação pelas nacionalidades e, muito especificamente, a sua aceitação da formação da pátria alemã.

Em 1869 a *Voz do Minho* noticiou o aparecimento de um mapa da Europa que havia chamado a atenção do público de Paris,

---

89 *Ibidem*.

90 Veja-se a título de exemplo a notícia publicada no *Luzo*, sob o título *Annexação de Portugal*: "Appareceram em Lisboa uns mui raros folhetos, ultimamente impressos em França, intitulados — *A Europa em 1861* — nos quaes Portugal é riscado d'entre as nações e annexado á Hespanha, e as colonias portuguezas pertencendo á Inglaterra.
A Senhora da Conceição, padroeira de Portugal, ha-de permittir que tal vaticinio se não verifique, dando-nos força, se necessario fôr, para mais uma vez abater a desmarcada ambição do descendente do papão da Corsega.
Os portuguezes ainda não degeneraram do brio e valor que herdaram dos valentes de 1640 e de 1810, e nós os portuenses pela Patria e pelo Rei, supportaremos outra vez, se necessario fôr, fome, peste e guerra". (Cf. nº 6, 9 de Dezembro de 1860, p. 3).

91 *Napoleão III e a Europa em 1867. Folheto politico publicado em Paris, em 16 de novembro de 1867 e que se attribue á penna do secretario do imperador*, Lisboa, Typ. Universal, 1867, 8 p.

92 *O Echo Portalegrense*, Portalegre, do nº 16 ao nº 21, entre 7 de Dezembro de 1867 e 11 de Janeiro de 1868.

correcto segundo as indicações do folheto *Napoleão III e a Providência*. Aí eram suprimidas a Bélgica e a Suíça a favor da França; a união ibérica estava realizada pois não havia fronteiras entre Espanha e Portugal; a união germânica estava consolidada sob o ceptro da casa de Áustria; em vez da Turquia estava representado um vasto império grego; a Itália absorvia os estados pontíficios, e o reino da Polónia reconstituía-se[93].

Deveras preocupante aos olhos dos defensores das pequenas nações, e com referências directas a Portugal, havia sido a circular de 16 de Setembro de 1866, dirigida pelo imperador aos seus agentes diplomáticos, e também conhecida por circular de la Valette, destacado diplomata e estadista que entre 1865 e 1869 abraçara as pastas do Interior e dos Negócios Estrangeiros. Este texto que em Portugal conheceu alguma publicitação[94], transparecia a tendência para as grandes aglomerações e aconselhava que as nações do centro europeu não se conservassem fraccionadas em muitos estados, sem força e sem espírito público. A Espanha era apresentada como possuíndo 18 milhões de habitantes o que abrangia Portugal, já que aquele país pouco ultrapassava os 15 milhões, Baleares e Canárias incluídas. A propósito desta circular, lembrava o *Jornal do Comércio* que havia sempre um tom nebuloso nos documentos diplomáticos de França, tratando-se aqui de uma evidente defesa das aglomerações em oposição à teoria das nacionalidades, o que não surpreendia na política de Napoleão III, pautada pelo abuso da força e pelo egoísmo. Apesar disso, aquele periódico não considerava que havia ainda razão para alarme, relativizando os desejos de Paris:

"Não se julgue, pelo que deixamos escripto, que tememos pela nossa nacionalidade. Julgamol-a protegida pela propria vontade do povo, e por muitas outras circunstancias externas, que agora é escusado referir. Na circular vemos apenas a expressão de aspirações"[95].

O Nacional viu neste documento a confirmação das condições pouco normais em que a Europa vivia, com particular incidência na

---

93 *A Voz do Minho*, Valença, nº 2072, 22 de Abril de 1869, p. 2.

94 Foi, por exemplo, reproduzida no folhetim do *Boletim do Clero e do Professorado*, Lisboa, números 181, 183 e 184, de 13 e 27 de Outubro, e 3 de Novembro de 1866.

95 *Jornal do Commercio*, Lisboa, nº 3880, 27 de Setembro de 1866, p. 1.

Alemanha onde monarcas de pequenos reinos haviam perdido o trono, e também a confirmação das ideias anexionistas do imperador dos franceses, com as inevitaveis ameaças para a Bélgica e para Portugal. Mas tal como o *Jornal do Comércio*, a sua postura é de grande contenção:

"Não queremos metter medo: queremos sustentar a nossa independencia, sustentar os brios nacionaes"[96].

O *Comércio do Porto* também analisou este documento com algum cuidado, interrogando-se com apreensão:

"Que motivo especial haveria para dar em cifras como definitiva a união iberica e ao mesmo tempo respeitar na propria estatistica a independencia de outras nações de ordem igual ou inferior á nossa?

Os amigos de interpretações arrojadas podem cuidar pouco da resposta para esta pergunta, e crer que na circular do snr. de la Valette ha a firme e clara intenção de olhar Portugal como nação extinta; mas, além de o não permittirem os factos, nem a delicadeza que cumpria guardar, o próprio pensamento fundamental d'esta parte da circular impede de acreditar que Napoleão conta com a união iberica, ficando Portugal absorvido pela Hespanha. Esse pensamento é o principio das nacionalidades. Que principio é este? Até onde vão as suas consequências? Disto nos occuparemos brevemente"[97].

Com efeito, este diário portuense publicou logo a seguir, durante quatro dias consecutivos, artigos de fundo subordinados ao tema genérico *As Nacionalidades*, que pretendiam instruir o público leitor nessa teoria tão em voga e tão discutida pela Europa fora, cotejando-a com o conteúdo da circular francesa[98]. Esta exposição retirava como conclusão das suas permissas que a união ibérica não se faria de forma voluntária, pelo que a circular não continha princípios doutrinários que pudessem ameaçar a independência portuguesa:

"Se o principio das nacionalidades fôr bem comprehendido, ninguem fallará da união iberica no sentido politico, como util ao progresso geral; antes a diplomacia entenderá que convem respeitar

---

[96] *O Nacional*, Porto, nº 222, 29 de Setembro de 1866.
[97] *O Commercio do Porto*, nº 230, 2 de Outubro de 1866.
[98] *Ibidem*, números 232 a 235, entre 4 e 7 de Outubro de 1866.

a independencia dos dous povos, que podem vir a contribuir muito para o engrandecimento da Europa quando ás qualidades naturaes da terra corresponderem eximias faculdades nos habitantes.

Que mal póde fazer a nossa autonomia ao equilibrio da Europa?

Temos dado provas de não sabermos governar-nos senão á custa de revoluções?

Havemos contribuido para que o despotismo seja duradouro? Ninguem poderá affirmal-o; antes vão sendo conhecidas as tendencias liberaes d'este povo. E a França que na circular alludida se mostra defensora da liberdade das allianças, deverá estimar que a nacionalidade portugueza continue gloriosamente"[99].

O triângulo França, Inglaterra e Península Ibérica era frequentemente equacionado pelos portugueses, como exercício de reflexão sobre as possibilidades de um eventual acordo de união peninsular. Um opúsculo publicado em 1861, sem nome do autor mas revelando nítidas feições legitimistas, apresentava exactamente o título *A Politica de Napoleão III: Inglaterra e a União Iberica*[100] e além de considerar que tudo quanto se passava na Itália era o resultado de um plano profundamente meditado pelo imperador francês e executado por Víctor Manuel, considerava que a Inglaterra não se encontrava alheada dessas orquestrações. Cotejando sempre a situação de Portugal com a de Nápoles, este texto considerava difícil determinar a origem dos boatos sobre a união ibérica e acreditava que eles "eram propagados com o fim de habituar o povo á idea de união"[101]. Dado o estado de desorganização militar do país, perspectivava o cenário de uma ocupação espanhola e do recurso ao sufrágio universal sob esse tipo de coacção, situação que a Inglaterra dificilmente poderia contrariar, pensando antes em se apoderar da Madeira e das colónias portuguesas em África para se aproximar dos mercados abastecedores de algodão. Só depois, segundo este folheto, a Inglaterra poderia olhar para Portugal, promovendo a sua emancipação do jugo espanhol, mas já privado das colónias e num grau de dependência da Grã-Bretanha maior do que nunca. Outro

---

99 *Ibidem*, nº 235, 7 de Outubro de 1866, p. 1.

100 *A Politica de Napoleão III: Inglaterra e a União Iberica*, Lisboa, Typographia Universal, 1861, 24 p.

101 *Ibidem*, p. 14.

cenário aqui traçado é o da união ibérica sob os auspícios de França e da Inglaterra, sendo D. Pedro o chefe do novo estado ibérico, mas o autor apressava-se em negar quaisquer vantagens que tal solução traria para Portugal. Em suma, a união não era vantajosa para o lado português, mas traria benefícios territoriais, políticos e económicos para a Inglaterra e para a França, contentando-se aquela com as colónias portuguesas em África e um reforçado predomínio na metrópole, e esta com alguns pontos estratégicos na costa oriental africana, com o alargamento do seu território além Ebro, e com o derrube dos Bourbons em Espanha.

Apesar de algo radical nos raciocínios que propunha, este texto reflectia a preocupação constante sobre as eventuais deliberações dos gabinetes de Londres e Paris relativamente à questão peninsular. O estudo de William Smith explicou com clareza que na década de1851/1861 a reemergência da França como nação de grande plano, e a ambição de Napoleão III como campeão do nacionalismo, da democracia e da ordem, e simultaneamente como arquitecto de uma conveniente *entente* com a Inglaterra, eram factores de grande significado político, nomeadamente para os destinos da Península Ibérica, que foi um dos seus alvos de eleição:

"Europe was apprehensive; smaller nations particularly so, and in the Peninsula there was open alarm because Napoleon had displayed over-much interest in the affairs of Spain an Portugal"[102].

---

102 SMITH, William H. C. — *Napoleon III, England and Iberia 1851-1861*, in "Bulletin des Etudes Portugaises", Nouvelle Série, tomo 27, Lisbonne/Paris, 1966, p. 158. Este artigo, que trata fundamentalmente de matéria diplomática e recorre também à correspondência do monarca português com o príncipe Alberto, desenvolve duas vertentes: a posição de Napoleão III relativamente à união peninsular e suas conversações sobre o assunto com os governantes ingleses, e o afã de Lavradio e D. Pedro V em controlar a evolução dos acontecimentos externos, mas também internos, já que Saldanha era considerado defensor da Ibéria e instrumento de Salamanca, sendo este, por sua vez, instrumento da política napoleónica. Nesta triangulação politico-diplomática Smith colocou a tónica na dependência de Portugal em relação à Inglaterra: "Within the framework of Anglo-Portuguese relations the problem merely served to illustrate the extent to which Portugal was dependent on Britain for her safety and independence and the effect that this situation had on her international position. As far as France was concerned Portugal could not be associated with her in any way, except within the context of the Quadruple Alliance since this was the only relationship which Britain would permit. The condition of Spain and the inconveniences of a Spanish Marriage might be useful as diplomatic face-saving equipment on Portugal's part. They should not be allowed to hide the fact that any decision in the matter would have been taken in London, not Lisbon. In his more realistic moments Dom Pedro V, at least, saw this" (Cf. *op.*

Quando a Espanha procurava um rei, o jurista belga T. Van Veerssen publicou um opúsculo cujo título denunciava a opção que considerava ser a garantia de futuro auspicioso para a Península: *Dom Luiz Roi d'Espagne et de Portugal*[103]. Após enunciar os inconvenientes das hipotéticas candidaturas da raínha e do príncipe exilados, de D. Carlos, da duquesa de Montpensier a quem acusava de ambição e falta de patriotismo, e do partido da república com Espartero, criticando-lhe a imaturidade ideológia, Veerssen expôs as vantagens da reunião dos reinos peninsulares, sob o ceptro único do representante da casa de Bragança.

A argumentação não olvidou o tradicional antagonismo entre os dois povos, provocado sobretudo pelo sentimento de superioridade dos espanhóis, mas Veerssen apressou-se a desmistificar as razões do orgulho de uma Espanha que tinha decaído e perdido as suas colónias, enquanto Portugal mantinha as suas, vivendo sob o signo do liberalismo e da estabilidade e se fora, em tempos, inimigo da Espanha, fora leal e generoso, porque nunca pensara enriquecer-se com os despojos do vencido.

Concomitantemente, o texto perspectiva a grandeza da península reunificada, onde os povos apesar de não falarem a mesma língua, professavam a mesma religião, e tinham hábitos idênticos:

"L'Espagne et le Portugal réunis sous un même sceptre, sous la royauté de Dom Luiz, c'est-à-dire un pays aussi peuplé que la France, des plus favorisés pa la nature, avec un litoral magnifique, une position exceptionnelle, formeraient un royaume immense, imposant, avec lequel il faudrait compter. N'aurait-il pas une population nombreuse, brave, aguerrir, possédant une flotte

---

cit., p. 176-177). Sobre o assunto ver ainda: PORTUGAL, D. Francisco de Almeida — *Memórias do Conde de Lavradio D. Francisco de Almeida Portugal comentadas pelo Marquês do Lavradio D. José de Almeida Correia de Sá revistas e coordenadas por Ernesto Campos de Andrada*, Coimbra, 6 vols., Imprensa da Universidade, 1932-1943; LEITÃo, Ruben Andresen — *A Acção Diplomática do Conde de Lavradio em Londres (1851-1855)*. "Memórias da Academia das Ciências", Lisboa, vol. 16, 1975, p. 7-74; IDEM — *Cartas de D. Pedro V ao Conde do Lavradio*, Porto, Portucalense Editora, S.A.R.L., 1945; IDEM — *Cartas de D. Pedro V ao Príncipe Alberto*, Lisboa, Portugália Editora, 1954; IDEM — *Diário da Viagem a França de D. Pedro V (1855)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian — Centro Cultural Português, 1970.

103 VEERSSEN, T. Van — *Dom Luiz Roi d'Espagne et de Portugal*, Paris, Imprimerie Typographique de G. Kugelmann, 1868, 32 p.

puissante, des colonies riches et productives que personne n'oserait lui enlever car elle saurait les défendre?"[104]

As suas últimas palavras são uma exortação aos espanhóis, para que através do sufrágio livre e reflectido, escolhessem D. Luís como o rei de toda a península.

O *Diário Popular* situou a chegada deste folheto a Lisboa em 13 de Fevereiro de 1869, anunciando-o como um escrito que dizia que os portugueses estavam ansiosos por conquistar a Espanha, e aconselhava os espanhóis a deixarem-se conquistar. Este opúsculo era, na opinião daquele diário progressista, uma prova de que o projecto da união ibérica tinha manifestações em toda a parte, para além do governo espanhol, da maioria da imprensa espanhola, e da imprensa italiana afecta a Victor Manuel[105].

Já o folheto *Que veut l'Espagne?*, de 1869, defendia a continuação da dinastia de Isabel II, através da nomeação do príncipe das Astúrias com uma regência, pelo que recusava qualquer candidatura estrangeira, incluindo portuguesa, caracterizando nestes termos a união ibérica: "Utopie imaginée par les politiques à cervelle creuse!"[106]

Após criticar o espectáculo grotesco e triste gerado pela revolução de 68, A. Dumon defendeu o regresso de Isabel II no opúsculo *Restauration Espagnole*; a hipótese de D. Fernando estava eliminada já que afrontara a Espanha recusando o trono como quem recusa objectos roubados[107].

Em 1870 outro opúsculo de Paris vai ocupar-se da situação da península, sob o título *Le Portugal vis-a-vis de la Question Espagnole*. Através de um imbricado cruzamento de vários temas quentes da Europa de então, desde a guerra austríaca-prussiana à questão dos estados pontifícios, da instabilidade política espanhola aos problemas domésticos da Grã-Bretanha, De Briois d'Angre expõe a delicadeza e fragilidade da situação de Portugal. Apesar do quadro internacional ser apresentado com altamente influenciador dos destinos da independência portuguesa, o autor privilegia duas

---

104 IDEM, *Ibidem*, p. 28-29.

105 *Diario Popular*, Lisboa, nº 859, 14 de Fevereiro de 1869.

106 *Que veut l'Espagne?*, Paris, Imprimerie Administrative de Paul Dupont, 1869, p. 10.

107 DUMON, A. — *Restauration Espagnole*, Paris, Imprimerie Administrative de Paul Dupont, 1869, p. 6-7.

coordenadas internas que considera terem algum peso na análise da questão: por um lado, as débeis finanças portuguesas, retalhadas por orçamentos modestos, *déficits*, empréstimos e dívidas externas, por outro, o carácter nacional português, guardião feroz da vontade de independência. Por isso ressalta como dado a ter em conta a incompatibilidade do povo português com as doutrinas ibéricas:

"Les peuples ont des intincts avec lesquels il n'est ni habile, ni honnête de jouer. Or le peuple portugais s'était franchement effarouché, loyalement ému, chevaleresquement indigné à ce mot d'Unité Ibérique, mot de passe cauteleux, hypocrite et qui tend à jeter le trouble dans les idées nationales, et le désarroi jusque dans le patriotisme.

(...) Le Portugal n'aspire à rien sur le continent que de rester lui-même, en face de l'Océan qu'il connaît mieux que personne"[108].

Considerando que Portugal se encontrava politicammente colocado entre a França e a Espanha, "comme entre l'enclume et le marteau", o autor alvitrava-lhe a neutralidade armada e a obediência a uma política verdadeiramente portuguesa, com vista a reduzir as hipóteses de ingerência nos seus negócios internos:

"Portugais, ne prenez pas le change sur les éventualités et ne donnez pas le change à l'Europe sur vos intérêts et sur vos dispositions. Si petit que soit le royaume, il pèse dans l'équilibre européen. Sachez ce que vous voulez, et veuillez comme vous savez vouloir"[109].

Apesar da sua perspectiva se centrar fundamentalmente no triângulo formado pela Itália, Península Ibérica e França, d'Angre lembra que Portugal não é assunto frequente na imprensa periódica francesa, e fala mesmo numa "conspiração do silêncio":

"On nous objectera que les journaux français s'occupent peu du Portugal. Lisez-les: après les rubriques, États-Unis, Angleterre, Prusse, Autriche, Russie, Belgique, Suisse, Italie, Espagne, cherchez le Portugal ...

On dirait en verité que la *conspiration du silence* est organisée contre lui. Les nouvellistes, les *reporters* l'abandonnent à lui-même"[110].

---

[108] ANGRE, De Briois d' — *Le Portugal vis-a-vis de la Question Espagnole*, Paris, Librairie Internationale, 1870, p. 10.

[109] *Ibidem*, p. 19.

[110] *Ibidem*, p. 8.

Sem dúvida que em Portugal o interesse pela França e pelo seu imperador era bem maior e tema constante das páginas dos jornais, ora pela importância do país como uma das primeiras nações europeias e teoricamente aliada da Espanha, ora pelo carisma de Napoleão III, de quem um folheto de 1870 dizia caber às gerações vindouras a responsabilidade de o julgar, "pesando o seu merito incontestavel contra os seus muitos e fataes erros"[111]. Neste mesmo ano José Palmela escreveu outra biografia do imperador, *A Queda de Napoleão*[112], mas os juízos são ainda mais severos. Denomina-o "monstro cynico" e "esclarecido" cujo reinado apostou na elevação material em detrimento do espírito, da liberdade, da justiça, e da moralidade. Palmela defendia que dois factos que se prendiam com a história da Península Ibérica tinham tido especial responsabilidade na queda do imperador: o derrube de Isabel II, que esfacelara todos os seus planos e agravara a doença da sua política interna e externa, já que perdera o aliado possível para a luta que tramara contra Prússia, e a candidatura do príncipe Leopoldo de Hohenzolern que lhe trocou "os nervos, irritou-lhe o systema nervoso, perdeu a cabeça, e o imperio foi titubeando cahir fulminado de encontro ás muralhas de Sedan"[113].

Apesar de tudo, os autores e livreiros franceses continuaram a patentear algum interesse por Portugal ao longo da década de setenta. Logo em 1871, foi publicada a obra de Leónce Chauvain, *Histoire de Portugal et de la Maison de Bragance*[114], dividida em quatro partes. A primeira tratava da história de Portugal até à instauração da dinastia brigantina, e é bastante curiosa a expressão utilizada pelo autor para lamentar a submissão de Portugal a Espanha em 1580:

"L'historien et le philisophe n'ont plus qu'à déplorer l'effacement momentané de la nationalité portugaise, qui va être absorbée par Philippe II, roi d'Espagne"[115]

---

111 *Vida de Napoleão III comprehendendo um resumo dos seus principaes actos politicos*, Lisboa, Typ. Luso-Britannica, 1870, p. XV.

112 PALMELA, José de — *A Queda de Napoleão. Esboço biographico*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1870, 19 p.

113 IDEM,*Ibidem*, p. 16.

114 CHAUVAIN, Leónce — *Histoire de Portugal et de la Maison de Bragance*, Paris, Chez l'Auteur, Imp. Morin, 1871, 232 p.

115 IDEM, *Ibidem*, p. 59.

A segunda parte debruçava-se exactamente sobre a história da Casa de Bragança e a seguinte ocupava-se da geografia do país. Por sua vez a quarta e última parte, parcialmente fundamentada nos dados obtidos na última exposição universal de Paris, apresentava-se sob o título *Le Portugal Moderne. Le Commerce, L'Art, La Littérature, Les Moeurs*, e ensaiva um resumo da vida económica e cultural do país. Aqui são evidentes as constantes e sistemáticas comparações com Espanha[116]. A última meia dúzia de páginas, sob a epígrafe *France et Portugal*, fazia o balanço das relações franco-portuguesas, deixando uma nota francamente optimista:

"L'esprit moderne du monde est maintenant en pleine vivification au sein du Portugal, à la cour comme dans toute la nation"[117].

Em 1872 publicou-se em Paris, integrando a colecção "Révolutions Modernes", uma obra de carácter jornalístico, que tratava temas e factos portugueses ocorridos na década de sessenta, como o seu título justamente sugere: *Le Portugal 1861-1867*. Foram seus autores Asmédée Boudin e Félix Mouttet que anteriormente tinham publicado uma obra sobre a Espanha, estudo que aliás lhes suscitara o interesse por Portugal, como explicam na abertura do *avant-propos*:

"Notre *Étude sur la révolution d'Espagne (1868-1870)* nous a naturellement conduits à examiner l'histoire contemporaine d'un pays sur lequel la Régence de Madrid a, un moment, jeté les yeux pour le choix d'un roi, en caressant peut-être le rêve de l'*Unité ibérique*"[118].

Não obstante os capítulos versarem assuntos diferenciados[119], a questão ibérica é referida a diversos títulos,

---

116 Cf. *op. cit.*, p. 203-224.

117 IDEM, *Ibidem*, p. 230.

118 BOUDIN, Asmédée; MOUTTET, Félix — *Le Portugal 1861-1867*, Paris, Alcan-Lévy, 1872, p. 5.

119 Os capítulos da obra são os seguites: Avénement du roi Luiz I; Les Lazaristes; Marriage du roi D. Luiz; Reformes Economiques; Voyage du roi à Porto et à Braga; Election generales et crises ministerielles; Exposition de Porto et voyage du roi en Espagne; Tableau de la littérature et des arts; Le General Prim à Lisbonne; Situation financière et industrielle; Enseignment public; Politique extérieur; Fêtes nacionales; Inauguration du chemin de fer de Lisbonne à Madrid; Session législative de 1867; Le Portugal à l'Exposition Universelle de 1867.

tornando-se desde o início patente a aversão dos autores pelas grandes nacionalidades, atitude a que não era alheia o recente agigantamento da Prússia. Partindo de pressupostos como o amor dos portugueses à monarquia e ao seu rei, e ainda o ideal de regime constitucional patenteado pela nação, os autores afirmaram logo no início da obra a sua convicção na inviabilidade da realização da união ibérica:

"Aussi l'élément politique sera-t-il loin d'absorber exclusivement notre nouvelle étude; car, si nous n'avions eu pour seul objectif que les tentatives faites en faveur de l'*Unité ibérique*, — lien principal qui rattache cette oeuvre à notre récit de la révolution espagnole, — peu de pages eussent suffi pour démontrer sans peine, — bien que le royaume de Portugal ait subi d'abord les mêmes destinées que l'Espagne, — les obstacles invincibles à l'assimilation complète de ces deux peuples"[120].

No capítulo relativo ao casamento de D. Luís, o tema do latinismo e o opúsculo de Mary de Tresserve são evocados, não por simpatia pelas ideias aí defendidas, mas para provar que os acontecimentos posteriores as deveriam ter modificado, tendo-se tornado cada vez mais patente a vontade de Portugal em preservar a sua autonomia, e afirmar a suas diferenças relativamente à Espanha:

"Le Portugal n'échappera évidemment à l'orage qui gronde sur l'Europe qu'en se renfermant plus que jamais dans son autonomie; qu'en repoussant énergiquement, en un mot, l'idée de l'unité ibérique, malgré la communauté de son origine avec l'Espagne.

(...) L'Espagne et le Portugal, peuples frères, mais frères ennemis à de nombreux égards, ne se sentent attirés l'un vers l'autre par aucune attraction. Tout les porte au contraire à ne pas confondre leurs interêts. Chacune de ces deux nations a une langue distinct, une littérature remarquable, une histoire rivale, dont elle est fière; ni l'une ni l'autre n'abdiquerait son passé et ne consentirait à s'éteindre dans un avenir commun"[121].

A imagem predominante desta obra é a de um Portugal inteiro, povo, parlamento, governo e rei unânimes na recusa da

---

120 BOUDIN, Asmédée; MOUTTET, Félix — *Le Portugal 1861-1867* ..., p. 7.
121 IDEM, *Ibidem*, p. 24-25.

ideia ibérica, encontrando sempre a melhor solução para compatibilizar essa postura inequívoca com os deveres de lealdade e amizade para com o país vizinho. Neste contexto, dilucidou e elogiou as decisões do governo e das câmaras relativamente à recepção dos emigrados políticos espanhóis em 1866, e o convite de saída a Prim, após a publicação do seu manifesto[122]. Esta imagem de consonância plena na resolução dos problemas relativos às questões espanholas, a própria afirmação de que toda a imprensa portuguesa aprovou a medida do ministro do interior quanto à expulsão do conde de Reus, não deixam de ser algo apriorísticas e apressadas, já que foram efectivamente tema de dissenções e polémicas de que a imprensa periódica, e não só, foi veículo.

O 14° capítulo foi dedicado a outro assunto relativo ao ano de 1866, ou seja, a inauguração do caminho de ferro entre Lisboa e Madrid. Entre elogios rasgados às actuações ministeriais, que no dizer dos autores, "témoignent de l'ardeur du Portugal à poursuivre sa régénération politique", e o relato de vários *faits divers*, essa inauguração oficial foi descrita com alguma minúcia, acrescentada de um pensament final que revelava a convicção dos autores de que tal inovação beneficiaria sobretudo a economia portuguesa:

"L'ouverture de la ligne de chemin de fer de Madrid à Badajoz est un fait immense qui resserre les liens d'amitié entre les deux royaumes. Deux fleuves importants, le Tage et le Douro, sont communs aux deux pays; la voie ferré les unit plus intimement encore, et place aujourd'hui Lisbonne à soixante-douze heures de Paris. Ajoutons qu'en développant, dans les localités situées sur son parcours, une activité nouvelle, elle profite, dans une large mesure, à la prosperité du Portugal"[123].

Também o Barão Ed. de Septenville, que por várias vezes se havia debruçado sobre questões da história portuguesa[124], publicou em 1873 um opúsculo sobre a polémica ibérica, sob o título *Le Portugal et l'Unité Ibérique.*

---

122 IDEM, *Ibidem*, p. 83-93.

123 IDEM, *Ibidem*, p. 133.

124 A título de exemplo, refiram-se as obras: *Découvertes et conquêtes du Portugal dans les deux Mondes*; *Étude historique sur le Marquis de Pombal, 1738-1777*; *Le Portugal et ses colonies*; *Le Brésil sous la domination portugaise*. Escreveu ainda vários estudos sobre a Espanha e o Brasil.

O texto da dedicatória ao Marquês de Ávila e Bolama reflecte desde logo a posição de Septenville relativamente à questão:

"L'autonomie du Portugal est aujourd'hui follement menacée par la révolution espagnole, qui ne recule devant aucune convoitise et rève à son profit la supression de la nationalité Portugaise.

Les quelques pages qui suivent combattent cette utopie par de simples arguments tirés de l'histoire"[125].

Sem dúvida que a argumentação do estudioso francês é toda ela assente em trechos da história portuguesa, que considera ser uma das interessantes e mais maravilhosas que conhece. De Ourique a Aljubarrota, da guerra luso-castelhana no reinado de Afonso V à Restauração, da Guerra das Laranjas às tentações de 1868, a história como grande mestra e luz que ilumina o futuro dos povos, parece-lhe ser uma recusa categórica do jugo odioso de Espanha, a rejeição plena da ideia de união ibérica.

Mas a retórica inflamada de Septenville, que prefigura a unidade peninsular nos tempos presentes como um novo cativeiro para Portugal, tem um substracto ideológico importante, que é a sua confessada aversão ao regime republicano, fórmula sob a qual a Espanha pretenderia então a sonhada união:

"Au temps de sa puissance, le seul et unique moyen pour y parvenir était la conquête; aujourd'hui, depuis que l'Espagne d'Isabelle la Catholique, de Charles-Quint et de Philippe II est tombée dans les bras de l'anarchie, de la démagogie, c'est-à-dire de la république, impuissante par elle-même à subjuguer par les armes le royaume qu'elle convoite, elle se berce de l'espoir de s'en emparer par l'annexion, qui est l'arme révolutionnaire, et d'y proclamer l'union ibérique"[126].

Le Mémorial Diplomatique, de Paris, publicou em inícios de 1873 uma série de dez artigos sobre a questão ibérica, defendendo e explicando à Europa as razões porque Portugal queria continuar independente; o *Jornal do Comércio* encetou a publicação destes textos que logo sairam em folheto publicado por aquela empresa,

---

125 SEPTENVILLE, Baron Ed. de — *Le Portugal et l'Unité Ibérique*, Paris, E. Dentu, Éditeur, 1873, p. 5.

126 IDEM, *Ibidem*, p. 8.

traduzidos por A. M. Carrilho, e respeitando o título original francês: *Portugal em 1872. Vida Constitucional d'um Povo da Raça Latina*[127].

Ressalve-se que a figura do rei D. Luís emerge quase sempre na historiografia francesa como um dos principais antagonistas à realização da união ibérica, ressaltando uns, o facto de o povo ver nele um garante da autonomia e independência nacionais, outros, o facto de ter sistematicamente recusado a coroa espanhola quando esta lhe foi literalmente oferecida. Esta foi a visão veiculada pelo *Grand Dictionnaire Universel du XIX^e Siècle* de Pierre Larousse, na entrada relativa à história de Portugal:

"Sollicité à diverses reprises, notamment en 1868, en 1869 et en 1874, de monter sulr le trône d'Espagne et de reformer l'Union Iberique, il s'y est constamment refusé"[128].

Como seria de esperar, na década de setenta, após a experiência republicana em Espanha, esse regime é tema obrigatório em qualquer abordagem à problemática ibérica, e a literatura francesa nem sempre lhe patenteia grande simpatia. Romuald Giedroyc, no seu *Resumé de l'Histoire du Portugal au XIX^e Siècle*, fez questão de enfatizar a identificação deste país com o regime monárquico: "Le pays est franchement, résolument royaliste"[129].

Identificando grandes nacionalidades com ideias republicanas, Giedroyc afirmou mesmo que a aversão dos portugueses pela ideia ibérica, e os antagonismos entre portuguese e espanhóis eram válvulas de segurança da instituição monárquica:

---

127 *Portugal em 1872. Vida Constitucional d'um Povo da Raça Latina. Estudo publicado em janeiro de 1873 no Memorial Diplomatique, de Paris*, Lisboa, Typographia do Jornal do Commercio, 1873, 42 p. O primeiro artigo elogiava a política portuguesa e a sua imprensa livre; o segundo explicava o importante papel de Portugal na história da civilização; o terceiro enunciava os progressos materiais alcançados desde os inícios da Regeneração até à actualidade; o quarto abordava os progressos políticose culturais desse período; o quinto explicava a aptidão do país para o sistema constitucional; o sexto apresentava as enormes diferenças e incompatibilidades entre portugueses e espanhóis, o sétimo insistia na inexistência de relações culturais entre os dois povos; o oitavo colocava a tónica no encarecimento da noção de nacionalidade, assente na história e nas tradições; o nono contrariava a ideia de que Portugal não passava de uma colónia inglesa; o último evocava as lutas partidárias e pouca longevidade dos gabinetes e encarecia a figura do monarca constitucional.

128 *Grand Dictionnaire Universel du XIX^e Siècle*, Paris, t. 12, 1874, p. 1482.

129 GIEDROYC, Romuald — *Resumé de l'Histoire du Portugal au XIX^e Siècle*, Paris, Librairie d'Amyot Éditeur, 1875, p. III.

"L'antiphatie profonde qu'inspire l'idée de l'union ibérique est une sauvegarde à ce sujet. Les grands unités nationales conduisent directement aux idées républicaines.

(...) Tant que les rivalités entre Portugais et les Espagnols existeront dans chacune des deux pays, la monarchie ne sera pas discuté"[130].

Este teoria saíu reforçada quando o autor ao analisar os eventos dos últimos dez anos, afirmou que, a nível externo, o acontecimento mais notável havia sido a atitude política e digna de Portugal em relação aos acontecimentos de Espanha, isto é, a recusa de D. Luís à coroa de Espanha, recusa essa que, em última instância, havia permitido a restauração monárquica nesse país:

"Ce n'est pas un mince titre de gloire pour lui de ne s'être pas laisser aveugler par le brillant mirage d'une union ibérique dans sa main. Il a su comprendre que ce rêve, qui du reste n'est pas dépouvu d'un certain côté grandiose, ne pourra jamais se réaliser, vu la profonde répugnance que les deux nations et les Portugais surtout ont pour cette idée.

Sa loyauté l'a empêcher de donner la main à un compromis que sa conscience n'approuvait pas. Résister à de pareilles tentations, c'est prouver une grandeur d'âme peu commune, une délicatesse de sentiment bien élevée, et si aujourd'hui le roi Alphonse XII est à Madrid, il peut se dire qu'il le doit en grand partie à l'honnêteté du Roi que le ciel lui a donné pour voisin"[131].

Também Élisée Reclus na sua *Nouvelle Géographie Universelle* chamou a atenção para o desentendimento profundo entre portugueses e espanhóis, facto aliás comum entre populações limítrofes. Na sua opinião, este absurdo conflito de ressentimentos, era alimentado por uma rancorosa postura dos portugueses, povo a vários nivéis mais fraco e por isso portador de um patriotismo mais ardente, enquanto que a atitude dos espanhóis, mais fortes, testemunhava um manifesto desprezo. Assim, preconizou um quadro pleno de dificuldades para a aproximação dos dois povos, aproximação essa simultanemante inevitável em virtude da comunhão de interesses económicos:

---

130 IDEM, *Ibidem*, p. IV-V

131 IDEM, *Ibidem*, p. 252-253.

"Lorsque l'union ibérique, désirée de nos jours par un bien petit nombre d'hommes, deviendra nécessaire par suite du mélange des intérèts économiques, lorsque le commerce et l'industrie triompheront des frontières, ce n'est point sans lutte ni récriminations de haine que s'accomplira ce travail d'assimilation politique"[132].

O eminente geógrafo concluía o seu raciocínio defendendo que as duas nações limítrofes acabariam por formar um só povo, sendo apenas uma questão de tempo; a comunidade da vida industrial e social prevaleceria, arrastando com ela a federação política. Sustentava todavia que a união se deveria fazer sem pressão injusta, sem violação do direito de gestão dos interesses específicos de cada um dos grupos.

A título de curiosidade refira-se que Reclus distiguiu os elementos étnicos dos povos peninsulares atribuindo ao português uma especificidade assinalável. Esta via não deixou de ser seguida e no fim do século Léon de Rosny insistiu nessa especificidade para patentear as suas fortes dúvidas quanto às possibilidades de união pacífica e feliz[133].

Fundamentando-se em abundante bibliografia, Charles Rockland Pepper publicou em 1879 um longo estudo, cujo conteúdo

---

132 RECLUS, Élisée — *Nouvelle Géographie Universelle. I. L'Europe Méridionale (Grèce, Turquie, Roumanie, Serbie, Italie, Espagne et Portugal)*, Paris, Hachette1876, p. 919.

133 "Après un court séjour dans leur pays, ce n'est plus seulement l'aspect extérieur qui fait distinguer les Portugais des Espagnols; c'est, encore et surtout, le caractère moral, les goûts, les aptitudes. Il y a, dit-on, quelques hommes d'état, dans la vieille Castille, qui ont revé la réunion des deux contrées en une seule. Je ne sais si ce rêve continue, et s'il sera jamais réalisé: mais il faudrait pour cela qu'il se produisit de bien grands changements dans l'humeur des parties contractantes; et tant que ces changements ne seront pas accomplis, je doute fort qu'il puisse naître rien de bon d'une annexion à un titre quelconque du Portugal à l'Espagne.
De chaque côté de la frontière, il y a plus que des sentiments hostiles: il y a une répulsion réciproque qui, dans bien des cas, se traduit par des expressions de dédain, pour ne pas dire de mépris.
Cet antagonisme provient évidemment de causes multiples; mais il n'est pas impossible que la principale soit la diversité des éléments ethniques qui ont contribué à former la nationalité espagnole et la nationalité portugaise. S'il est vrai que la première présente des caractères qui la distinguent des autres nationalités néo-latines, on peut dire sans hésiter qu'il existe un abîme entre la seconde et toutes les sociétés européenes sans exception. Le sang n'est plus le même: et le sang n'étant plus le même, il s'ensuit tout naturellement que les coeurs ne peuvent battre à l'unisson". Cf. ROSNY, Léon de — *Taureaux et Mantilles. Souvenirs d'un voyage en Espagne et en Portugal*, Paris, Paul Ollendorf Éditeur, t. II, 1889, p. 18-19.

se revê no próprio título: *Le Portugal. Ses origines, son histoire, ses productions. Le Traité de Methuen et l'Union Ibérique.* Veja-se que o autor considerou o tratado económico com a Inglaterra e a questão ibérica como temas fundamentais da história recente de Portugal, tratando-os especificamente nos dois últimos capítulos da obra. Relativamente ao assunto ibérico, Rockland Pepper lembrou que Reclus previra uma união indo até à federação política, enquanto que Bouchot não preconizara mais do que a união económica. Na sua opinião, Espanha ganharia mais com a união do que Portugal, onde a estabilidade económica e político-partidária era muito mais evidente. Mas esta situação não era impeditiva do estabelecimento de uma concertação económica, desde que sob a condição absoluta de não ocultar qualquer ameaça para a independência de Portugal, cujos direitos deveriam ser integralmente preservados. Com o desaparecimento das fronteiras alfandegárias, a livre navegação dos rios, a multiplicação da rede ferroviária, e o fim do oneroso contrabando, as vantagens seriam enormes para toda a península. Pepper insistiu todavia que esta união económica não poderia ter quaisquer ambições de se alargar ao foro político, além de que ela só poderia ser executada no momento que Portugal considerasse oportuno, unicamente após controlar a sua dívida externa e desagravar o pesado sistema tributário:

"L'association économique des deux pays est donc chose possible, réalisable. On peut prévoir qu'un jour viendra où la douane disparaîtra, où les frontières seront supprimés au oint de vue économique. Mais on comprend que cette union ne pourrait se sceller que si elle ne pouvait en aucun cas porter ombrage aux légitimes susceptibilités du Portugal à l'égard de son indépendance. Rêver que l'union puisse aller au delà, se transformer en une fédération politique, c'est rêver une chose à laquelle le Portugal ne se soumettrait jamais. On ne supprime pas facilement un peuple, ni une nationalité. Il faut des siècles pour cela; il faut que le peuple conquérant soit supérieur au peuple conquis et par ses qualités et par sa civilisation. Or, le Portugal n'a rien à envier à l'Espagne. Il est plus avancé qu'elle aujourd'hui sur sur un grand nombre de points, et son absorption serait un malheur pour lui.

Et si l'union commerciale doit se faire un jour entre les deux pays, nous comprenons qùe ce ne soit qu'à l'heure choisie par le

Portugal, et seulement lorsqu'il aura traversé la période transitoire où il se trouve, lorsque ayant pu ramener l'équilibre dans ses finances, il commencera à pouvoir procéder à l'amortissement de l'énorme dette qui l'écrase, et au dégrèvement des impôts qui surchargent sa production et sont une entrave pour son industrie"[134].

No mesmo ano escreveu Christian de Trogoff um brevíssimo estudo sob o título *Le Portugal. Étude Contemporaine*, que dedicou a Mendes Leal, então embaixador em Paris. Este pequeno panfleto mais não fez do que convocar (por vezes um pouco atabalhoadamente, diga-se) todos os argumentos que contrariavam a lógica ibérica. Defendeu que Portugal não era uma dependência natural e geográfica da Espanha, que poderia opôr ao seu "avide voisin" assinalável força de resistência em caso de guerra, e que a França se honrava de ter contribuído para a patriótica e gloriosa ressurreição de 1640. Complementarmente, apresentou um Portugal contemporâneo mais robustecido, enriquecido pelos trunfos do constitucionalismo pacífico e do monarca prudente:

"Que les temps sont changés! A trois reprises, en 1868, en 1869, en 1874, Louis Ier qui règne en Portugal depuis 1861, fut vivement engagé à poser sur sa tête la couronne d'Espagne; il est peu probable que cette revanche êut été pacifique; en tout cas, on ne peut que louer et admirer la prudence avec laquelle Louis Ier repoussa un honneur aléatoire, sans doute éphémère, et dangereux pour le peuple dont Dieu el la Constitution lui ont confié les destinées. Il est rare en Europe de trouver des souverains qui préfèrent l'intérêt bien entendu de leurs sujets à la gloire de leur nom et à l'extension de leur dynastie!"[135]

Já no início do presente século, Quillardet referia que ouvira de uma aristocrata portuguesa que portugueses e espanhóis eram irmãos como Caim e Abel, e afirmava que a união ibérica era encarada em Portugal como algo de inverosímil, e explicava esse complexo sentimento de atracção/aversão por razões de ordem étnica. Mas se Reclus insistira na importância do elemento negro na

---

134 PEPPER, Charles Rockland — *Le Portugal. Ses origines, son histoire, ses productions. Le traité de Methuen et l'Union Ibérique*, Paris, E. Dentu, Libraire Éditeur, 1879, p. 320-321.

135 TROGOFF, Christian de — *Le Portugal. Étude contemporaine*, Paris, Allouard Éditeur, 1879, p. 4.

especificidade do povo português, Quillardet sublinhava a contribuição celta:

"Ils seraient plutôt demi-frères, les uns plus Celtes, les autres plus Maures, avec un mélange d'affection et d'aversion, de jalousie et de solidarité.

Au mot d'union ibérique, beaucoup de Portugais ont l'air de tomber des nues comme s'il s'agissait de quelque chose d'invraisembable, d'absurde, en tout cas d'absolument chimérique. Ce n'est pas du tout flatteur pour ces hommes politiques du milieu du XIX^{e} siècle, le duc de Palmella, le ministre Passos Manuel, l'historien Oliveira Martins, qui en envisageait parfaitement la possibilité.

Mais les revirements politiques sont chose fréquente. On s'explique moins l'obstination des intelectuels qui, même en dehors de la politique, veulent absolument différencier le Portugal de l'Espagne, veulent être d'une autre race, éludant les analogies historiques, niant les ressemblances, grossissant outre mesure les différences. Ce parti pris évident, cette exagération donnent au patriotisme portugais un air d'enflure, de chauvinisme; on sent trop le voulu de ce patriotisme, les intérêts particuliers, les égoismes individuels qui l'exploitent. Et cependant on comprend la résistance du Portugal à l'union. C'est la lutte de l'élément celte contre l'élément maure, de l'Europe contre l'Afrique"[136].

Os estudos de franceses e ingleses, quer se tratassem de obras historiográficas quer de teor antropologico-geográfico, abordavam conjuntamente a península, pese embora a sua organização interna considerasse metodologicamente cada país e cada povo, quer individualmente quer nas suas interacções e aspectos comuns ou paralelos.

Na sua obra *A Century of Spain and Portugal (1788-1898)*, publicada em 1909, George F. White estudou a história da última centúria da península, e localizou nos anos 1868-1870 o cerne da questão ibérica[137], resumindo desta forma o seu impacto em Portugal:

---

136 QUILLARDET, M. — *Espagnols et Portugais chez eux*, Paris, Librairie Armand Colin, 1905, p. 259-260.

137 Cf. WHITE, George F. — *A Century of Spain and Portugal (1788-1898)*, London, Methuen & Co., 1909, p. 336-340.

"The idea of joining the crowns may be said to date back to the days when the two kingdoms first stood alone in the Peninsula, the outcome of its many earlier divisions. How Philip II of Spain in 1580 forcibly annexed Portugal, and how sixty years afterwards it regained its independence, were events not likely to be forgotten by the people of the latter: on the contrary, they gave rise to a patriotic feeling inPortugal, strong against all attempts at union; and this as a sentiment has continued, certainly amongst the great bulk of the people, down to the present times. A minority, however, there has always been, composed of men plainly entitled from their standing and intelligence to a voice in the matter, and these have held that from many considerations, financial, trading and colonial, an increased prosperity would be the lot of Portugal should link her future with that of Spain"[138].

Complementarmente, White relacionou toda a agitação registada em 1869, nomeadamente nos vários corpos do exército, com a actuação de Saldanha, a quem reputa de "warm Unionist"[139].

Como se vê pelos testemunhos compulsados, as leituras e representações de Portugal feitas por especialistas estrangeiros, nomeadamente franceses, abordaram frequentemente a questão ibérica e as relações peninsulares. Até meados da década de sessenta não era invulgar essa opinião preconizar a união ibérica como panaceia para as inúmeras chagas que viam cancerar o tecido social, político e económico português. A partir sobretudo de 1868 essa teoria parece perder vigor, insiste-se por um lado, na nova ordem espanhola, imprevisível e cada vez mais seduzida pelo ideal republicano, e por outro, no antagonismo dos povos, separados por fossos instranponíveis, irredutíveis a qualquer fórmula de união. Quanto à concertação económica, ela é frequentemente vista como desejável, conducente ou não à federação política. Seja como fôr, as temáticas portuguesas têm sempre uma abordagem contextual, seja o contexto especificamente peninsular, latino, ou europeu ocidental. Conta-se a história portuguesa ou analisa-se as suas realidades actuais, desenrolando-se o fio das teias que as sustentam, buscando-se os vértices na vizinha Espanha, na protectora Inglaterra, na aliada França, na irmã Itália.

---

138 IDEM, *Ibidem*, p. 336.

139 IDEM, *Ibidem*, p. 339.

Um aspecto que todavia ressalta do estudo efectuado, é a quase ausência de reflexões produzidas por ingleses sobre o tema em questão. De acordo com Gonçalves Rodrigues, em *A Tradução em Portugal*, o autor britânico Robert Gordon Lathan terá escrito um texto que Rodrigo Paganino traduziu, sendo publicado em 1859 com um prólogo de Xisto Cámara, sob o título *A união iberica*[140]. Esta referência adianta ainda tratar-se de uma segunda edição, in 8°, de 59 páginas mas, ao contrário do costume, não indica o lugar de publicação, nem qualquer cota da sua localização em bibliotecas nacionais, nem mesmo especifica qualquer catálogo que tenha facultado a recolha da informação. Com efeito, não conseguimos encontrar a mencionada obra cujo autor, após ter exercido medicina por diversos anos, se notabilizou como filólogo e etnólogo, matérias sobre as quais escreveu mais de uma dezena de obras, nomeadamente *The Nationalities of Europe*, publicado em dois volumes, no ano de 1863[141].

Através do *Braz Tisana*[142] tivemos conhecimento de outra publicação cujo acesso se nos revelou mpossível. Trata-se do opúsculo *Le Portugal et la Revolution Espagnole*, de Frederic Delathe, editado em Paris nos primeiros meses de 1869.

---

140 RODRIGUES, Gonçalves A. A. — *A Tradução em Portugal. Tentativa de uma resenha cronológica das traduções impressas em língua portuguesa excluindo o Brasil de 1495 a 1950*, Lisboa, 3° vol., Instituto Superior de Línguas e Administração, S. A., 1993, p. 155.

141 *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana*, tomo XXIX, Barcelona, Hijos de Espasa Editores, s.d.

142 *O Braz Tisana*, Porto, n° 69, 25 de Março de 1869.

7.

O 1º de Dezembro

Comemorar é Preciso

Em festejos do 1º de dezembro já ninguem fala. Pessoas que refinam em delicadeza, opinam que festejar a Restauração é aggravar o melindre dos nossos visinhos. Estes cortezes sujeitos não se dão por agravados se os melindrosos visinhos nos dizem que não temos civilisação, nem litteratura, nem direitos legítimos para independência. Esta delicadeza é sinonimo de covardia ou indifferença. Eu de mim hei-de pôr luminarias, contra a opinião do *Diario Mercantil*, e vou aplaudir os *Dois Proscritos*, drama do já defunto Licinio Fausto de Carvalho.

CAMILO CASTELO BRANCO[1]

A revolução de 1640 é tão falada, desde a escola de instrução primária até às festividades retóricas de cada 1º de Dezembro, que a pessoa inteligente em cuja mão este livrinho tem o préstito de a livrar de ler outro pior, me está pedindo que dê vivas à independência nacional e passe avante.

CAMILO CASTELO BRANCO[2]

---

1 *Revolução de Setembro*, Lisboa, nº 5803, de 11 de Setembro de 1861. Folhetim assinado com o pseudónimo Felizardo.

2 *O Regicida*, 1874, cap. III. Sousa Bastos referia-se desta forma ao progressivo desuso dessa celebração: "O povo delirava, sentindo-se cheio de amor à Pátria. De ano para ano foi decaíndo a festa, arrefeceu o entusiasmo, estreitaram-se as relações dos dois povos, mas ainda há uns restos de festa que entretêm os amigos da música e de luminárias" (Cf. *Lisboa Velha. Sessenta anos de recordações 1850 a 1910*, Lisboa, C. M. L., p. 88).

Esta dupla epígrafe da pena de Camilo tem a intenção de introduzir algumas das polémicas e facetas de que se revestiu a celebração nacional do1° de Dezembro, ressuscitada em 1861 e a partir daí impulsionada por uns e criticada por outros, pese embora os mesmos argumentos pudessem então ter servido diferentes fins, e razões divergentes tivessem conduzido a comportamentos semelhantes.

Ressalta daqui a complexidade de apreensão do fenómeno, aliás comum quando o objecto de estudo radica numa atitude simbólica, a qual, para utilizar a expressão de Hobsbawm, se pode considerar uma "tradição inventada". Esta manifestação que de tradição tinha apenas o *Te Deum* instituído por D. João IV, desenvolve-se em torno de um poderoso ritual como cortejos e bandeiras, toques de sinos e salvas de tiros, quadros e retratos, hinos e poemas, representações teatrais e jogos populares, jantares e discursos, brindes e acções filantrópicas. A tradição inventada utiliza a história como um legitimador da acção e como um factor que fortalece a coesão do grupo, tornando-se num verdadeiro símbolo de luta. Emerge aqui o elemento de invenção, já que a história que se torna no âmago do movimento, não é unicamente aquela que foi realmente preservada na memória popular, mas também e sobretudo aquela que foi seleccionada, escrita, pintada, popularizada por aqueles que consideram ser essa a sua missão. Utilizando a tipificação de Hobsbawm, podemos considerar que os festejos do 1° de Dezembro se inscrevem na 3ª categoria, isto é, pertencem ao grupo das tradições inventadas "cujo objectivo principal era a socialização, a inculcação de crenças, de sistemas de valores e convenções comportamentais"[3]. Questionando-se sobre o interesse das tradições inventadas para a investigação histórica, aquele autor conclui que elas são "altamente importantes para uma inovação histórica comparativamente recente — a nação— com os seus fenómenos associados: nacionalismo, o estado-nação, símbolos nacionais, histórias", e tendo em conta que todos esses fenómenos se mantêm como exercícios em engenharia social, a "nação moderna consiste nessas construções e está associada a símbolos apropriados recentes ou a um discurso convenientemente elaborado (como a

---

3 HOBSBAWM, Eric — *Tradições Inventadas*, Lisboa, Ministério da Educação — Direcção Geral dos Desportos, 1988, p. 13.

história nacional), pelo que o fenómeno nacional não pode ser adequadamente investigado sem que se dê uma atenção especial à invenção da tradição"[4].

Por outro lado, esta celebração deve entender-se inserido num movimento mais vasto, gerado pela revolução francesa e comum às sociedades ocidentais oitocentistas, que visava a comemoração da memória colectiva através da fixação de festas nacionais, ampla e emotivamente participadas. Jacques Le Goff explica magistral e sinteticamente:

"O século XIX vê, não mais tanto na ordem do saber como o século XVIII, mas na ordem dos sentimentos e também, diga-se em abono da verdade, da educação, uma explosão do espírito comemorativo"[5].

Esta vertente educacional para que chama a atenção prende-se por um lado, com os *curricula* escolares, que visavam uma pedagogia da história nacional profundamente marcada pelos seus heróis e factos *memoráveis*, no que se apoiava numa historiografia convergente que pretendia servir essa instrução mas também, extrapolando o exclusivo uso escolar, abranger camadas mais vastas através da narração atractiva e acessível de uma factologia que urgia sistematicamente recordar. Como evidenciou Pierre Nora, esta história que dava forma às mitologias colectivas, num vai-e-vém constante entre história e memória colectiva, fermentou a partir de "lugares" dessa memória, sejam eles lugares topográficos ou monumentais, mas também funcionais, como os manuais ou associações, ou ainda simbólicos, como as comemorações ou aniversários. Esta memória expande-se justificada pela busca da identidade colectiva, dos fundamentos constitutivos da nação ou dos elementos diferenciadores do povo, pelo que a memória estabelece a dialéctica pedagógica e vital entre passado e presente, aliás fundamental nos movimentos nacionalistas europeus dos século XIX.

A festa tem por natureza essa dupla abertura ao passado e ao presente pelo que não pode ser indiferente ao historiador, como assim explica Mona Ozouf:

---

[4] IDEM, *Ibidem*, p. 17-18.

[5] LE GOFF, Jacques — *Memória*, in "Enciclopédia Einaudi", vol. 1, Lisboa, I. N. C. M., 1984, p. 37.

"Il n'y a pas de fête sans réminiscence; reprise du passé, souvent anniversaire, la fête charrie une mémoire qu'il est bien tentant de prendre pour telle. Annonce de l'avenir, la fête en fournit d'autre par comme une approximation. Elle apporte une simulation de l'avenir que l'historien a la bonne fortune de pouvoir comparer á l'avenir réel"[6].

A festa, nomeadamente de aniversário, pressupõe a repetição que pode ser consciente, onde o passado celebrado será então reconhecido e analisado, mas pode ser também uma repetição sem esse carácter erudito; de qualquer das formas, a festa repetitiva além de uma pedagogia temporal, manifesta também uma estratégia contra a angústia, pelo que chega a ser comparada a uma neurose[7]. Por outro lado, é na repetição que se escora a esperança, projectando-se na festa o desejo ou necessidade de imortalidade e de indestrutibilidade.

O significado da comemoração das festas nacionais deve também ser apreendido à luz da história das mentalidades, na interacção entre informação e educação, permitindo a dilucidação de um universo psicológico, intelectual e moral através dos gestos, fórmulas e insígnias[8].

Em Portugal, a partir de inícios da segunda metade de Oitocentos, a memória da revolução de 1640 tornou-se um emblema axial de resistência à propaganda ibérica, pelo que se entranhou nas mais diversas manifestações culturais, simultaneamente aliada à escrita e à oralidade, entre a imprensa periódica e a literatura, tornando-se inclusivamente necessário a sua consagração no calendário cívico nacional, podendo considerar-se o primeiro e mais poderoso contributo para a laicização das festas nacionais. De dia de pequena gala[9], depressa se transformou no mais celebrado "dia de grande gala popular"[10].

---

6 OZOUF, Mona — *La fête sous la Révolution française*, in "Faire de l'Histoire. Nouveaux objects", vol. 3, Paris, Gallimard, 1974, p. 343.

7 IDEM, *Ibidem*, p. 343-344.

8 DUBY, Georges — *Histoire des Mentalités*, in "L'Histoire et ses méthodes", s. l., Librairie Gallimard, 1961, p. 937-965.

9 Em 1856 o dia de aniversário da aclamação de D. João IV integrava as efemérides de pequena gala, juntamente com os aniversários de nascimento dos príncipes, e datas de significado religioso como Páscoa, Corpo de Deus, Coração de Jesus, Natal e S. Silvestre. Os dias de grande gala eram então cinco, e todos de beija-mão: nascimento de D. Pedro V e D. Fernando (16 de Setembro e 29 de Outubro); dia de Ano Bom; dia da outorga da Carta Constitucional por D.

Não quer isto dizer que anteriormente esse aniversário fosse totalmente destituído do valor simbólico que a seguir se lhe atribuíria. O 1° de Dezembro de 1840, por exemplo, foi escolhido para o acto de colocação da primeira pedra do monumento evocativo do desembarque de D. Pedro em Pampelido, evocando-se então o bicentenário de uma data "memoravel pela elevação ao Throno Portuguez da Dinastia de Bragança, e pela heroica revolução, que libertou os Portuguezes de um prolongado captiveiro, e estranha dominação"[11].

As primeiras reivindicações de comemoração do dia partiram, contudo, da imprensa miguelista que evocava a Restauração como a grande lição da história que restituíra ao trono o soberano legítimo. Antes de emblema anti-ibérico, o 1° de Dezembro foi pois hasteado como emblema da legitimidade anti-liberal. Desde finais da década de quarenta que esse "marco da legitimidade" era destacadamente saudado na imprensa absolutista, através sobretudo de textos evocativos e poesias alusivas, publicados no dia, ou dias próximos, do aniversário do feito restauracionista.

Logo no seu primeiro ano de existência, no 1° de Dezembro de 1847, *A Nação* ofereceu aos seus leitores um extenso artigo de abertura que não só evocava a restauração da independência pátria, como ainda sublinhava que em qualquer país tais dias eram celebrados, "quando mão sacrilega lh'os não tem offuscado". Lembrando que até 1833 se mantivera a realização da procissão na

---

Pedro IV (29 de Abril); e juramento da mesma Carta e nascimento da Duquesa de Bragança, imperatriz viúva do Brasil (Cf. *Almanach de Portugal para 1856 por Luiz Travassos Valdez*, Lisboa, Imp. Nacional, 1856, p. VII).

10 Cf. *Almanach da Independencia Nacional*, Lisboa, Typ. Editora de Mattos Moreira & Comp.ª, 1873, p. 3.

11 *O Monumento de Arnoza de Pampelido, logar do desembarque de S. M. I. o Sr. D. Pedro, á frente do Exercito Libertador, em 8 de Julho de 1832. Collocação da sua pedra fundamental*, Porto, Imprensa de Alvares Ribeiro, 1840, p. 3. A simbólica relativa ao rei fundador da dinastia de Bragança estava também presente neste acto oficial, já que a tenda para as autoridades se encontrava "elegantemente ornada, contendo no centro o busto do immortal Duque de Bragança: sobre uma mesa estavão collocadas em ricas bandejas as differentes insignias, que tinhão de servir na cerimonia; sendo notavel que aquella, sobre a qual estavão depositadas as moedas, e medalha, pertenceu á Real Casa de El-Rei o Sr. D. João 4°" (Cf. *op. cit.*, p. 5). À noite as cerimónias foram encerradas por um "pomposo espectaculo" no teatro S. João, onde se representou o drama *D. João de Áustria* (Cf. *op. cit.*, p. 8 e 9). Refira-se que o texto deste opúsculo foi extraído do jornal portuense *Periódico dos Pobres*.

patriarcal e um pontifical em acção de graças, vitupera o esquecimento ingrato do Portugal liberal, esquecido de um dos mais memoráveis fastos portugueses[12].

Mas a memória simbólica legitimista não se restringia à glorificação da Restauração de 1640 e elegeu outros emblemas como a fundação da nacionalidade, assente nas míticas batalha de Ourique e Cortes de Lamego, e a crise da nacionalidade de 1383-85, redimida em Aljubarrota e nas Cortes de Coimbra. Nestes três momentos, que lhe afiguravam geradores de legitimidade, e para justificar a sua nova demanda, foi a memória anti-liberal buscar o arsenal histórico-simbólico da legitimidade, escorado na dupla justificação do direito e da guerra justa, da lei e da espada. Daí o exalçamento de heróis que representavam uma ou outra esfera, como o Condestável e o doutor João das Regras, enquanto que a "trilogia real", composta pelos os monarcas, D. Afonso Henriques, D. João I e D. João IV, prefiguravam cabalmente a realização da nacionalidade através do direito legítimo que lhes assiste, e da glória bélica.

Não surpreende pois que, fiel ao lema "o passado como pharol do futuro", *A Nação* insistisse nestes temas, consagrando-lhes o mais nobre espaço da sua primeira folha. O artigo de fundo do número de 11 de Novembro de 1847 dissertou sobre a superação da crise de 1383-85, enquanto que o texto principal de 29 desse mês evocou o desenvolvimento providencial da nacionalidade portuguesa, assente nos princípios legitimadores de Lamego e Coimbra. Em 1848, no aniversário de Aljubarrota, publicou uma poesia alusiva em sete cantos e 59 estrofes, da autoria de Aires Pinto da Fonseca, e no ano seguinte relembrou esta efeméride, dizendo que a memória dessa batalha era então insultada, em virtude dos plano iberistas de que acusa as mais altas instâncias da governação:

---

12 No caso da cidade do Porto, esta solenidade religiosa manteve-se até 1831; a procissão saía da Sé com uma pequena imagem da Virgem, transportada por um capitular, e acompanhada pelo cabido, corporações religiosas e senado da Câmara que levava as bandeiras da cidade. Da Sé passava o Arco de Vandoma, rua Escura, Banharia, S, Crispim, Largo de S. Domingos, rua das Flores e das Freiras de S. Bento, Loureiro, e Chã, recolhendo novamente à Catedral para se cantar o *Te-Deum*. Posteriormente a essa data, a imagem era levada pelo cabido em procissão pelo claustro, cantando-se o *Te-Deum* quando chegava à capela mor. (Cf. *O Commercio do Porto*, nº 229, 7 de Outubro de 1861).

"Em agosto de 1385 dava-se a batalha d'Aljubarrota, onde se ensinava aos castelhanos a maxima de que o espirito da conquista é impotente, ainda em uma nação grande, contra o espirito de independencia e liberdade, ainda que em uma nação pequena.

Em agosto de 1849 falla-se de projectos de reunião de Portugal á Espanha, confirmando a maxima de que os vicios da lei corrompem os costumes e apagam o fogo da nacionalidade, ainda mesmo nos povos mais ciosos della!

Quatro seculos e meio são bem curto espaço na vida d'uma nação, e todavia que distancia immensa não separa a moralidade destes dois factos!

Então nem a padeira de Aljubarrota admittia o jugo; hoje medita-se nas regiões mais altas do estado!

Então a padeira tinha os brios do ministro, hoje o ministro não tem os brios da padeira!"[13]

Verifica-se assim que as duas efemérides — 14 de Agosto e 1° de Dezembro — e respectivas simbologias, paralelamente ao significado de legitimidade, vão-se tornando também bandeiras contra o iberismo, agitadas, ano após ano, pela *Nação*. Em 1850, e após a contenda com Herculano sobre o milagre de Ourique registada ao longo dos meses de Outubro e Novembro, o texto evocativo do 1° de Dezembro exarado em quatro longas colunas defendeu que os conjurados de 1640 consultaram as memórias do passado, "as leis, feitos, usos e costumes dos portuguezes de Ourique e Lamego, de Aljubarrota e Coimbra e deste estudo, deste culto á independencia gloria patria, colheram as forças para o feito grandioso do 1° de dezembro"[14].

---

[13] *A Nação*, Lisboa, n° 565, 14 de Agosto de 1848, p. 1.

[14] *Ibidem*, n° 952, 2 de Dezembro de 1850, p. 1. Refira-se que esta persistência do mito de Ourique ligado à indepndência do país, e portanto a associação do patriotismo à fé não se esgotou por aqui, nem se restringiu a periódicos legitimistas. Ainda em 1862, J. P. de Melo publicou na revista *Portugal Literário* uma série de quatro artigos subordinada ao tema genérico *Portugal*, tendo os dois primeiros textos subtítulo *Independencia* (cf. *Portugal Litterario. Semanario Recreativo*, Lisboa, n° 5, 1 de Fevereiro de 1862; n° 6, 8 de Fevereiro de 1862), e os dois seguintes *Crença e Fé* (cf. *ibidem*, n° 7, 14 de Fevereiro de 1862; n° 8, 22 de Fevereiro de 1862) que defendiam a teoria de que a crença levanta uma nação, concluindo: "É por isso que respeitamos a nossa crença de *Ourique*, e que nélla temos fé, porque nos diz que Portugal (...) hade sempre preservar no mundo a digna posição que o destino lhe fadou" (cf. *ibidem*, n° 8, 22 de Fevereiro de 1862).

Entrando em polémica acesa com vários orgãos da imprensa da capital que em 1852 defendiam a construção do monumento a D. Pedro no Rossio, *A Nação* contrapôs o alvitre de monumentos evocativos dos feitos de 25 de Julho de 1139, 14 de Agosto de 1385 e 1° de Dezembro de 1640[15], inssurgindo-se contra a curta memória desses "monumenteiros". O *Almanak Portuguez para 1852*, dirigido por Silva Brunschy, corroborava neste exercício de memória contra as agressões espanholas[16].

A evocação desta efeméride pelos absolutistas é pois bipolarizada; se por um lado insiste no significado de restauração da legitimidade portuguesa, por outro reivindica a reintrodução da celebração pública, solicitando esquecimento absoluto para os colaboradores com Castela e glória eterna aos seus heróis, lamentando até o estado de miséria das descendentes de João Pinto Ribeiro[17], numa atitude de crítica ao poder vigente que acusava de querer destruir todos os monumentos do 1° de Dezembro "pela fome, scepticismo e camartello"[18].

A municipalidade de Lisboa é frequentemente censurada por não retomar o antigo uso da cerimónia em acção de graças pela Restauração de Portugal, como o ilustra um das passagens da evocação de 1852:

"Era dantes o anniversario deste dia um dia de festa nacional, a camara de Lisboa ufanava-se de representar os vereadores de 1640; hoje nada faz"[19].

Ao longo da década de cinquenta *A Nação* não deixará passar nunca em claro os aniversários de Aljubarrota e da Restauração, atribuindo-lhes cada vez com mais veemência o significado de dias nacionais de cruzada anti-ibérica, misturando frequentemente os personagens mais ou menos lendários dos dois trechos da história portuguesa, para acentuar a repulsa pelas ideias de união. A título

---

15 *Ibidem*, n° 1461, 20 de Agosto de 1852. Refira-se que este assunto é posteriormente retomado, em várias ocasiões.

16 A batalha das Linhas de Elvas era evocada a páginas 13-18; a aclamação de D. João I a páginas 59-67; e a batalha de Aljubarrota a páginas 107-109.

17 Este tema culmina com um artigo de fundo que refere a morte na miséria de Mariana Simplícia Pinto Ribeiro de Vasconcelos, neta de João Pinto Ribeiro, com a respectiva crítica ao regime liberal que tão mal tratava os heróis da pátria. Cf. A Nação, n° 1283, 15 de Janeiro de 1852, p.1.

18 *Ibidem*, n° 952, 2 de Dezembro de 1850, p. 1.

19 *Ibidem*, n° 1549, 2 de Dezembro de 1852, p. 1.

de exemplo, o texto de 1853 sobre Aljubarrota, ilustra este discurso retorico-metafórico.

"Não; — ainda aqui ha peitos que façam trincheira á vilania; ainda aqui ha ouvidos para quem a palavra Iberia sôe como uma blasfemia terrivel; ainda aqui ha quem descenda dos homens que em Aljubarrota foram mais esforçados guerreiros, e da mulher que excedeu a natureza para egualar os soldados.

Se Portugal tem de morrer, morramos todos com elle (...).

Que vivam, que fiquem os Christovãos de Moura e seus amigos; esses não merecem o brazão deste grande sepulcro; esses serão os unicos dignos habitadores da terra vil que ahi ha-de ficar e que se deve chamar — "*couto de infames*"[20].

Ao mesmo tempo, aumentava a incompreensão pela não comemoração do 1° de Dezembro. Em 1854, os redactores da *Nação* reivindicavam o "ferrete da ignominia" para quem se esquecesse deste dia, reiterando que quem não quizesse ser ibérico o deveria celebrar, sem que isto representasse qualquer afronta ao povo vizinho, que aliás também festejava os seus dias de glorificação nacional:

"E não quizeramos com isto acender odios entre nações hoje amigas. Aos iberos de Madrid apontariamos para o seu — dois de maio — e no entanto ainda a França não extranhou que os hispanhoes celebrassem uma grande data da sua historia moderna"[21].

Curiosamente, os partidários do absolutismo não só se antecipavam aos liberais na reclamação de comemoração do 1° de Dezembro, como foram os pioneiros a utilizar esta argumentação que após 1861, se generalizaria à grande maioria da imprensa constitucional, confrontada com a má recepção em Espanha às iniciativas da Associação 1° de Dezembro.

A perseverança da *Nação* em comemorar as efemérides de Aljubarrota e da Restauração não deixou de concitar algumas animosidades. Na *Revolução de Setembro*, Latino Coelho chamou-lhe "eloquencia ardente e rancorosa", ou ainda "alcabilis patriotica"[22], e

---

20 *Ibidem*, ° 1751, 16 de Agosto de 19853, p. 1.

21 *Ibidem*, n° 2139, 30 de Novembro de 1854, p. 1.

22 *Revolução de Setembro*, Lisboa, n° 3409, 18 de Agosto de 1853. São aliás estes textos da *Nação* que provocam resposta do próprio Sinibaldo de Mas, sob o título *Reflexões Pacificas sobre alguns artigos anti-ibericos da Nação,*

no 1° de Dezembro de 1855, considerou legítimo evocar esse dia como uma "tradição gloriosa" mas não lhe parecia meritório "accender o facho da discordia civil"[23].

Diga-se aliás que esta "febre comemorativa" apostada em agilizar o exercício da memória nacional, levou a *Nação* a evocar outras efemérides que mais tarde teriam a maior gala no calendário cívico; é o caso do aniversário da morte de Luís de Camões, o poeta que "vinculou para sempre o nome de Portugal á duração do mundo", emotivamente lembrado no artigo *O Dia Dez de Junho*, tendo como epígrafe alguns versos de Garrett[24].

Quando em 1861 o país se revelou mobilizado para festejar o aniversário da Restauração em virtude das iniciativas da Associação 1° de Dezembro e suas filiais, *A Nação* não pôde deixar de notar que tal sentimento pecava por tardio, lembrando que desde que se estreara nas lides da imprensa portuguesa havia pugnado por essas celebrações. Com o título *Cur tam sero ... alacritas?*, um artigo de Julho desse ano aplaudia as projectadas manifestações nacionais, mas lamentava "que aparecesse tão serodeo este ardor, este zelo patriotico", já que há catorze anos vinha comemorando os gloriosos aniversários de Aljubarrota e 1° de Dezembro, os quais "deixaram de ser gala desde que o senhor D. Pedro, imperador do Brazil, nos veio dar a carta de alforria"[25]. Para se demarcar da atitude liberal, censurava então que só se cuidassem de festas, em vez de extirpar o mal. Esta é a porta para a longa tese que em seguida desenvolve, assente no facto de que enquanto a propaganda ibérica propunha D. Pedro como monarca da futura nação peninsular, nunca os espíritos liberais portugueses se haviam sobressaltado; só quando em Espanha se reconsiderava quanto à dinastia que deveria cingir a coroa de Castela e Portugal é que redobrava o interesse pela autonomia portuguesa. Daí o apoio cauteloso e moderado da oposição absolutista relativamente às novas comemorações nacionais:

---

escriptos pelo auctor da Iberia, publicada em folha extraordinária da *Revolução*, em 28 de Setembro e 10 de Dezembro de 1853.

23 *Ibidem*, n° 4091, 2 de Dezembro de 1855.

24 *A Nação*, n° 2585, 10 de Junho de 1856, p. 1.

25 *Ibidem*, n° 4095, 27 de Julho de 1861, p. 2.

"Se querem festas em honra das glorias da nossa terra, façam nas como entenderem, e podem contar connosco, com tanto que haja o bom senso de não perturbar a ordem, ou provocar a Hispanha.

Desabafem á vontade os seus enthusiasmos patrioticos, embora sejam tardios; mas não tentem lançar-nos pó para os olhos"[26].

Como forma de melhor sustentar a nacionalidade, o artigo *Alvitre sobre os festejos no dia 1 de dezembro*, propunha em alternativa o relançamento colonial através da dinamização de missões capazes de desbravar e explorar novas riquezas:

"Seria o festejo mais valioso e mais cordato, além do mais patriotico e religioso do que os que ahi vemos imaginados"[27].

A tentativa de boicote ao programa de comemoração passava também pela denúcia do que *A Nação* considerava incoerências do regime liberal português, como por exemplo o seu apoio ao processo de unificação italiana:

"Querem celebrar um grandioso anniversario? Querem assim mostrar que não admittem o systema annexionista?

Excellente! bem que não saibâmos como combinar este tardio enthusiasmo com os principios adoptados e apllicados ao reconhecimento do reino da Italia"[28].

Vislumbra-se sempre nestas críticas uma ponta de orgulho despeitado pelo facto da imprensa miguelista ter sido, ao fim e ao cabo, a autora de uma ideia que os sectores liberais apresentaram como sua, e o país abraçara prontamente.

Em Dezembro de 1862, quando as opiniões se encontravam divididas entre o recato aconselhado pelo luto que o país atravessava, e a vontade de concretizar os festejos desde há meses planeados, *A Nação* assumia serenamente:

"Comemmorâmos hoje, como sempre havemos comemmorado, este aniversario nacional.

Comemmorâmos este dia glorioso da nossa independencia, como feito por quinze annos sucessivos, desde que apparecemos na imprensa até agora.

---

26 *Ibidem*.

27 *Ibidem*, nº 4190, 18 de Novembro de 1861, p. 2.

28 *Ibidem*.

(...) Não fomos nós que interrompemos ou affrouxamos as demonstrações publicas que era uzo fazer-se"[29].

E no ano seguinte, as recriminações continuaram no mesmo tom:

"Vimos-te esquecido nas solemnidades da côrte, e nas acções de graças, que para te solemnisar estavam decretadas; vimos atrozes machinações para te empanar o brilho; vimos diversas combinações ibericas para te lançar no esquecimento, talvez á maldição; vimos essas deputações á Andaluzia para te agrilhoar ás correntes republicanas; vimos esses ignobeis manejos da imprensa desvairada, para te sumir no iberismo; e se a totalidade dos portuguezes conservava no intimo do peito a veneração por este dia glorioso, eramos nós os unicos que na imprensa te saudavamos com o: SALVE O PRIMEIRO DE DEZEMBRO.

(...) Amamos o Primeiro de Dezembro, porque elle foi um meio, pelo qual se poz fim á sanha de todas as nações da Europa contra estes dois reinos da peninsula, então unidos, que tão gloriosos haviam sido quando separados, como ignominiosamente decahiram quando juntos:

Amamos o Primeiro de Dezembro, porque em quanto elle poder ser festejado como symbolo de independencia, hade ser um penhor de sincera amisade, de uteis relações e mutuo proveito entre portuguezes e hispanhoes, livre de eternas disconfianças e ciumes, e dos horrores que trazem consigo os projectos de sedições de um lado, e das calamitosas repressões do outro:

Amamos finalmente este dia porque se a Providencia permitisse que elle fosse riscado da memoria, seria desgraça para ambos os reinos peninsulares, que veria tambem riscar da sua dominação a maior parte das suas riquissimas possessões do ultramar"[30].

Refira-se que o exalçamento das relações de amizade entre os dois povos da península se tornou um dos *leit-motiv* dos textos evocativos do 1° de Dezembro da *Nação*, ao longo da década de sessenta, optando assim por um discurso de concórdia e pacificação[31].

---

[29] *Ibidem*, n° 4202, 2 de Dezembro de 1861, p. 1.

[30] *Ibidem*, n° 4495, 1 de Dezembro de 1862, p. 1.

[31] Este não era todavia o tom predominante do periódico, principalmente a partir de 1868; nesse ano *A Nação* lembrava que os espanhóis chamavam aos

Por outro lado, este periódico optou por noticiar apenas, se bem que detalhadamente, as celebrações de índole religiosa do 1° de Dezembro, a missa cantada e *Te Deum*, omitindo assim a descrição dos ritos laicos da sociedade liberal. Só em 1868 quebrou este hábito, publicitando então as crónicas dos seus correspondentes sobre as diferentes manifestações que haviam ocorrido em diversas localidades.

Também a utilização de vinhetas tipográficas nos textos comemorativos do 1° de Dezembro, que a *Nação* introduzira em 1855, se generalizou na imprensa portuguesa, a partir dos anos sessenta, com progressiva aprimoração técnica. Só em 1866 o fascículo do 1° de Dezembro não evidenciava esse ornato, em sinal do luto pelo passamento de D. Miguel.

Proporcional à intenção de sublinhar o significado do dia, este recurso tipográfico atingiu particular brilho na edição de 1 de Dezembro de 1868, publicando a *Nação* uma das mais belas páginas de rosto da imprensa periódica portuguesa[32]. Continha ainda o artigo *Ao 1° de Dezembro*, da autoria de José António de Azevedo Lemos, em que a evocação histórica cede lugar à crítica do regime, defendendo-se aí que a nação sentiu necessidade de manifestar o seu ódio à Ibéria em virtude da multiplicação de clubes ibéricos, do desmantelamento das forças armadas e da crença generalizada de que quer o chefe de Estado, quer os ministros, tinham profundas simpatias ibéricas[33]. O número anterior já continha um artigo de fundo sobre a passagem do aniversário da revolução de 1640, onde se arrolavam os nomes dos conjurados e famílias descendentes, bem como os generais das grandes batalhas da Guerra da Restauração[34].

Este ano é aliás marcado pelo redespertar dos sobressaltos ibéricos, pelo que também o aniversário de Aljubarrota é relembrado por um extenso e virulento texto do Padre Miguel Ferreira de Almeida, que acusava o regime liberal de querer assassinar Portugal e vendê-lo à Espanha[35]. Outro eclesiástico, o Padre Vieira, enviou um comunicado que foi publicado em Outubro

---

portugueses "os polacos de Espanha" (Cf. n° 6259, 30 de Novembro, p. 3), e no ano seguinte um artigo de fundo falava das "algemas postas por Espanha e seus tigres"(Cf. n° 6562, 22 de Dezembro, p. 1).

32 *A Nação*, n° 6260, 1 de Dezembro de 1868, p. 1

33 *Ibidem*, p. 2.

34 *Ibidem*, n° 6259, 30 de Novembro de 1868, p. 1.

35 *Ibidem*, n° 6168, 14 de Agosto de 1868, p. 1.

ao longo de seis colunas, subordinado ao título *Nuno de Santa Maria ou o santo condestavel*, com o objectivo de expôr à veneração pública a memória desse personagem da história portuguesa. Nuno Álvares Pereira tornou-se, com efeito, uma das personagens simbólicas do patriotismo anti-castelhano e anti-ibérico, como o demonstra uma das afirmações do autor:

"Na presente conjunctura, em que fervem e refervem os escriptos de todos os generos, inspirados pelo amor da patria e da independencia, todos, ao considerarem o vulto de que intendo rapidamente tratar, dirão — ahi vem mais um brado contra a Iberia"[36].

No ano seguinte, a edição do 1° de Dezembro apresenta ainda um esmerada composição tipográfica, se bem que menos rebuscada e vistosa do que a de 1868. Em 1870, as vinhetas complexas desaparecem, permanecem os textos alusivos da efeméride, recupera-se a possível tranquilidade.

Os restantes periódicos legitimistas manifestaram atitude análoga relativamente à comemoração das efemérides nacionais. *A Pátria*, publicada no Porto, entre Fevereiro de 1849 e Dezembro de 1850, evocou também o 1° de Dezembro como dia de gala para os portugueses e saudou-o como "marco da legitimidade"[37].

Também *O Portugal*, inaugurado em 1851, evocou nesse ano o aniversário da Restauração, sob o signo da recusa dos jugos estrangeiros[38]. Após passar em claro nos dois anos seguintes, o tema é retomado em 1854, conferindo-lhe um inequívoco significado simbólico de resistência às pretensões ibéricas:

"Enganam-se os hispanhoes se cuidam que esta epoca se pode riscar facilmente da nossa memoria.

A recordação gloriosa d'este dia está impressa em todos os coraçoens que amam a sua patria, e os feitos obrados n'esses dias por uma juventude ardente.

---

36 *Ibidem*, n° 6218, 13 de Outubro de 1868, p. 2-3.

37 Além do artigo editado no 1° de Dezembro de 1849 (n° 173, p. 1), publicou poemas alusivos (n° 173, n° 175, n° 176 de 1, 6 e 7 de Dezembro, respectivamente). Por questões relacionadas com a lei da imprensa este periódico suspendeu a sua publicação em 24 de Agosto de 1850, e só a retomou em 3 de Dezembro desse ano, pelo não existem quaisquer manifestações sobre a efeméride do 1° de Dezembro no seu segundo ano de publicação.

38 *O Portugal*, Porto, n° 119, 2 de dezembro de 1851, p. 1.

(...) Que neguem este facto os iberos, que nos venham affirmar que a união peninsular tem grandes sympathias em Portugal, que nós lhes responderemos com a data d'este dia, em que quebramos o jugo tyrannico dos Philipes"[39].

Uma correspondência de Lisboa datada de 1 de Dezembro lamentava o esquecimento da data no calendário liberal:

"Quando na praça do Rossio se levantam monumentos a extrangeiros, e nas orgias do iberismo se banqueteam agora, na Hispanha, os embaixadores e representantes officiaes de Portugal, não admira que passem desappercebidos e despresados os dias mais solemnes das nossas glorias e recordaçoens nacionaes"[40].

A efeméride do 1° de Dezembro de 1855 e 56 foram novamente evocadas com direito a graciosas vinhetas tipográficas.

Este periódico aliou inclusivamente a revolução de 1640 à Imaculada Conceição, recentemente reconhecida por Pio IX como dogma de fé, defendendo que essa imagem da Senhora protectora, defensora e padroeira do reino era então um dos grandes símbolos da nacionalidade, pelo que a celebração dessa festividade religiosa era também uma homenagem à independência nacional[41].

Esta atitude foi comum aos vários periódicos legitimistas, desde a *Nação* à *Monarquia*, tendo esta última valorizado mais o 8 de Dezembro do que o 1° desse mês, mas não deixando de invocar a Imaculada Conceição da Virgem como o "juramento nacional que em nome de todos os portuguezes proferiram nossos avós anti-ibericos, os homens de 1641"[42].

O Direito foi a mais importante folha legitimista que se publicou no Porto entre 1857 e 1877 e, apesar de revelar grande sintonia com *A Nação*, não revelou a mesma constância em matéria de celebração do 1° de Dezembro. Em 1858 um artigo de fundo de Sousa e Silva evocou o 218° aniversário daquela efeméride[43], mas só em 1861 retomou o tema, participando do movimento nacional suscitado pela Associação 1° de Dezembro, e divulgando então os documentos da filial portuense. Só em 1868 voltou novamente a

---

39 *Ibidem*, n° 619, 2 de Dezembro de 1854, p.1.

40 *Ibidem*, n° 621, 5 de Dezembro de 1854, p. 2.

41 Ibidem, n° 658 e n° 693, de 22 de Janeiro e 6 de Março de 1855, respectivamente.

42 *A Monarquia*, Porto, n° 70, 23 de Dezembro de 1854.

43 *O Direito*, Porto, n° 475, 1 de dezembro de 1858, p. 1.

noticiar, e obviamente a apoiar, a mobilização geral que visava a realização de grandes festejos no aniversário da Restauração.

Refira-se que além dos dois importantes aniversários da Restauração e da batalha de Aljubarrota, outras efemérides da história nacional começam a ser evocadas na década de 50, sempre em relação com o crescendo da questão ibérica. O folhetinista do *Porto e a Carta*, Rodrigo Xavier Pereira Freitas e Beça que assinava sob o criptónimo Padre Serapião d'Algures, evocou o 469° aniversário da tentativa de assassinato do Mestre de Avis, em Torres Vedras[44], e o 471° aniversário da morte do Conde Andeiro[45].

Antes da formação da Sociedade 1° de Dezembro, iniciativas esporádicas revelavam já uma intenção por parte da imprensa periódica em lembrar o aniversário da revolução de 1640, cotejando-o com circunstâncias da actualidade. A *Época*, por exemplo, fê-lo de uma forma jocosa no seu folhetim *Coisas e Loizas*[46]. Este periódico, sucessor do *Agapito*, patenteou também a vontade de comemorar o aniversário de Aljubarrota, atitude que não considerava ultraje ao povo espanhol que reputava de brioso, valente e amante da liberdade. Se os espanhóis comemoravam o 2 de Maio e eram amigos da França, também Portugal poderia celebrar o 14 de Agosto e permanecer amigo da Espanha[47].

Este texto que revelava a repulsa da *Época* em tratar da questão ibérica, porque essa discussão lhe parecia "inconvenientissima e degradante"[48], terminava com a transcrição do *Transtagano* em homenagem ao aniversário de Aljubarrota.

Também em 1860, o *Comércio do Porto* evocou sentidamente a efeméride do 1° de Dezembro pela pena de Emílio de Montargil,

---

44 *O Porto e a Carta*, Porto, n° 4, 10 de Janeiro de 1854, p. 1.

45 *Ibidem*, n° 189, 9 de Dezembro de 1854, p. 1.

46 *A Epoca*, Lisboa, n° 274, 2 de Dezembro de 1860, p. 1. Ver capítulo relativo ao Humor.

47 Os protestos de amizade à Espanha são constantes e consecutivos neste periódico simpatizante do partido histórico, que repetidamente reclamou pela honra e coragem dos heróis peninsulares, prevenindo que as efemérides não podiam antagonizar, e sim aproximar os povos irmãos. No 1° de Dezembro de 1862, após um longo texto elegíaco do valor e glória da Espanha, concluía: "Sirva portanto a recordação do 1° de dezembro, tão grato aos portuguezes, para mais nos estreitarmos com os nossos irmãos hespanhoes, para que sempre possamos repetir:Viva Hespanha independente!...Viva Portugal independente!..." (Cf *A Epoca*, n° 859, 2 de dezembro de 1862, p. 1).

48 *Ibidem*, n° 477, 17 de Agosto de 1861, p. 1.

que lembrava que essa "vista retrospectiva para o passado" evidenciava a impossibilidade da união ibérica[49].

Neste mesmo ano o *Conimbricense* apontou a importância da evocação histórica da revolução dos quarenta conjurados[50], e no seguinte recordou o 476° aniversário da batalha de Aljubarrota, crente que os indeléveis feitos heróicos do passado asseguravam a independência nacional[51].

Mas a folha liberal que desde 1851, data da sua fundação, nunca passou um ano sem lembrar a efeméride, foi o *Braz Tisana*. No seu estilo jocoso inconfundível, o jornal do homem que viria a ser o mentor dos festejos do 1° de Dezembro na cidade invicta, evocou o dia em que "os nossos amiguinhos de Castella levaram para seu tabaco"[52]; o aniversário da batalha de Aljubarrota que devia ser recordado pelos que pensassem que "antes mouro que hespanhol"[53]; mas também os dias de má memória em que Filipe II foi aclamado rei de Portugal, mandando então "lançar ao Tejo 2.000 portuguezes pelo crime de não gostarem da sua Real Pessoa"[54], aquele em que entrou triunfante em Lisboa com o título de Filipe 1° de Portugal[55], e aquele em que se descobriu a conspiração a favor de Filipe IV contra D. João de Bragança[56].

O *Braz Tisana* contribuiu pois para a criação do mito restauracionista associado à propaganda anti-ibérica, lembrando no 1° de Dezembro de 1854 os perigos do sacrifício da independência nacional ao ideal de Progresso[57]; no de 1856 a necessidade de

---

49 *O Commercio do Porto*, n° 282, 7 de Dezembro de 1860, p. 1-2.

50 *O Conimbricense*, n° 716, 4 de Dezembro de 1860, p. 3.

51 *Ibidem*, n° 790, 20 de Agosto de 1861, p. 3. Referiu ainda o *Te Deum* realizado em S. Vicente de Fora e assistido por autoridades municipais, militares, funcionários públicos, entre outros, e a tradicional celebração na praça da Oliveira, em Guimarães, composta de missa cantada e sermão, nesse ano pregado pelo Abade de Santo Tirso de Prazins. Esta celebração vimaranense, a expensas da Câmara Municipal, estava profundamente arreigada nos hábitos locais, e consistia de procissão, missa cantada e sermão, tudo em plena praça da Oliveira junto ao célebre padrão de D. João I, onde era improvisado um altar e se colocava o pelote que o rei soldado vestira na batalha (*O Progresso Catholico*, Guimarães, n° 21, 31 de Agosto de 1879, p. 205).

52 *O Braz Tisana*, Porto, n° 133, 5 de Dezembro de 1852, p. 1.

53 *Ibidem*, n° 187, 19 de Agosto de 153, p.1.

54 *Ibidem*, n° 91, 22 de Abril de 1854, p. 1.

55 *Ibidem*, n° 157, 5 de Julho de 1855, p. 1.

56 *Ibidem*, n° 200, 4 de Setembro de 1854 p. 1.

57 *Ibidem*, n°279, 6 de Dezembro de 1854, p. 1-2.

depurar o sistema constitucional[58]; no de 1861 o dever de promover a atitude comemorativa do aniversário da restauração na sociedade portuguesa[59].

É provável que ideia de comemoração do 1° de Dezembro terá germinado lentamente desde meados da centúria e quiçá activada pelas sugestões dos sectores legitimistas. Em 16 de Maio de1861 ela surge determinada e sem rodeios, tendo sido a principal a deliberação tomada na reunião que então se efectuara em casa de Feliciano de Andrade Moura[60]. Este industrial lisboeta que dias antes percorrera as ruas de Lisboa entregando circulares que convidava os cidadãos a compararecerem na Rua Augusta, 193, para elaborarem colectivamente um desmentido às crescentes afirmações ibéricas, foi pois o grande impulsionador da Associação Nacional 1° de Dezembro, designação que tomou logo na segunda reunião, em 24 de Maio, por proposta de Brito Aranha. A partir daqui a evolução foi rápida, e as adesões numerosas e ilustres. Na sessão de 3 de Julho tomaram conhecimento que o Grémio Nacional também agendara uma reunião para decidir a forma de comemorar o 1° de Dezembro, mas os corpos gerentes quando souberam das intenções da Associação, resolveram aderir às suas resoluções. Nesta mesma sessão Andrade Moura daria conta do seu encontro com o chefe do governo, a quem informara das projectadas manifestações no 1° de Dezembro, tendo obtido do Marquês de Loulé o esperado assentimento.

---

58 *Ibidem*, n° 276, 1 de Dezembro de 1856, p. 2.

59 *Ibidem*, n° 275, 30 de Novembro de 1861, 1-3. Além do texto evocativo se prolongar até à 3ª e penúltima página, estas apresentam bonitos adornos tipográficos (coroa de loros com legenda, cercadura floral, etc.).

60 "Efectivamente, em 16 de Maio de 1861, pelas oito e meia da noite, em casa do sr. Feliciano de Andrade Moura reuniram-se muitos habitantes de Lisbôa de tôdas as posições sociaes, animados dum fervoroso sentimento patriótico, sendo resolvido comemorar-se anualmente a data do 1° de Dezembro com o maior brilhantismo". Cf. COSTA, E. A. Ramos da — *História da Sociedade Histórica da Independência de Portugal 1861-1940*, Lisboa, Oficinas da penintência de Lisboa, 1940, p. 1. O empenho de Andrade Moura na Comissão e realização dos seus objectivos granjeou-lhe o apelido irónico de "João das Regras". Cf. BAENA, Visconde Sanches de — *Fastos Históricos da Commissão Central 1° de Dezembro de 1640 ou o Monumento aos Restauradores de Portugal*, Lisboa, Typographia Mattos Moreira, 1885, p. 12, nota 1. Refira-se que esta obra e a de Ramos da Costa são indispensáveis ao estudo da história da Comissão.

A primeira reunião pública, convocada por editais e avisos, congregou a 14 de Julho mais de duas mil pessoas no palácio dos Condes de Almada, no largo de S. Domingos, local em que se sediara a Associação por sugestão de Luís de Castro Guimarães, então seu arrendatário. Após um caloroso discurso Andrade Moura convidou o auditório a elaborar uma lista de quarenta nomes a serem escolhidos por escrutínio secreto, para formarem a comissão central, a qual viria a tomar posse em 28 de Julho, sendo integrada por indivíduos de diversos quadrantes ideológicos, e de reputada importância política e intelectual[61].

Durante o mês de Agosto o presidente António Esteves de Carvalho reuniu várias vezes, e conseguiu a comparência de outros vultos importantes das letras portuguesas. Aliás, é bem conhecida a sucessiva associação de nomes ilustres da cultura e da política oitocentista a esta Sociedade, que contou entre os seus membros além de intelectuais reputados, vultos singulares de diversos quadrantes ideológicos, e mesmo políticos que simultaneamente lideraram ministérios e desenvolveram a sua actividade de dirigentes ou vogais da Comissão Central.

A primeira iniciativa que se deliberou realizar foi a publicação e distribuição de um *Manifesto*, que pretendia expôr o objectivo da comissão respeitante à intenção de comemoração do 1° de Dezembro e as razões que lhe assistiam. Este documento, publicado em 25 de Agosto, foi redigido por Alexandre Herculano, José Estevão, Silva Túlio e Dr. Gomes de Abreu, lente de Coimbra, e conheceu grande divulgação pois foi transcrito na maioria dos periódicos da época. Visando representar "a opinião unanime do povo portuguez", este texto insurgia-se contra alguns orgãos das imprensas espanhola e francesa que publicitaram a união ibérica, e apresentavam largos sectores da sociedade portuguesa interessados na sua realização. Invocando o direito europeu e vontade manifesta dos povos, este documento explicava as motivações e intenções subjacentes à decisão de comemoração do 1° de Dezembro:

---

61 Além do presidente António Esteves de Carvalho, que então chefiava a câmara da capital, assinaram o auto de posse secretariado por Brito Aranha, Alselmo Braancamp, Silva Túlio, Inocêncio Francisco da Silva, José Estevão, o republicano de 1848 João Daniel de Sines, Manuel Jesus Coelho, Mendes Leal, entre outros.

"Portugal, avivando e celebrando com mais solemnidade o anniversario da reconquista da Indepndencia em 1640, nem pretnde ferir o pundonor da briosa nação hespanhola, nossa amiga e alliada, nem resuscitar os odios que outr'ora inimisaram os dois povos convisinhos.

Não quer reptal-a. Não leva a mão á espada. Unicamente aponta para o seu direito, e diz á Europa que está decidido a defendel-o.

Nenhum outro motivo inspirou aos portuguezes a idéa de manifestar o seu patriotismo, determinando sem insinuação nem concerto prévio, na capital, nas provincias, em cidades e aldeias, repor na memoria nacional, com a devida solemnidade, o anniversario da Restauração da nossa Indepndencia em 1640.

(...) Na circular que junta este manifesto, dirigimos ás commissões já instituidas, e ás que se houverem de crear, vão indicados os alvitres que adoptamos.

O sentimento publico, assim como se moveu, de por si, a esta manifestação, ha de realisal-a com sisudeza, sem ostentações vãs, e com a circunspecção que demanda tal solemnidade"[62].

Saliente-se que a circular de 30 de Setembro enviada com o *Manifesto* às Câmaras Municipais e comissões locais que pretendiam secundar a Comissão Central, insistia visivel e diplomaticamente na questão da sobriedade que deveria presidir a todos os festejos:

"A Comissão eleita em Lisboa para regular o modo por que se ha de celebrar n'esta capital o anniversario do memoravel dia 1° de Dezembro de 1640, decidiu sem discrepancia, que as usuaes demonstrações de regosijo publico, os festejos ruidosos que promovem ajuntamentos e excitam manifestações às vezes imprudentes, não condiziam com a gravidade e sisudeza que deve ter a commemoração d'este anniversario nacional; tanto assim, que os proprios Restauradores da nossa independencia, se limitaram a celebral-o e perpetual-o com a solemnidade religiosa, de acção de graças ao Supremo Arbitro do destino das nações; voto este que, nós, como seus descendentes e catholicos, devemos cumprir, solicitando que se observe em todas as parochias da monarchia.

---

62 Alexandre Herculano, Anselmo Brancamp e Inocêncio Francisco da Silva foram incumbidos de traduzir o *Manifesto* em francês e inglês, já que a Comissão decidira enviar exemplares aos cônsules de Portugal residentes em França e Inglaterra.

Além d'este dever religioso, todos os testimunhos, perennes da nossa gratidão prestados á memoria dos libertadores do reino, serão em cabidos n'esse dia, excepto os ephemeros, que, embora alegrem o animo, não deixam na memoria do povo a recordação permanente d'este grande feito de patriotismo, o mais audacioso de que ha memoria na historia universal.

Pelo que, resolveu a Commissão:

"1° — Que o *Te-Deum* instituido pelos restauradores da Independencia de Portugal em 1640, e que ainda annualmente se canta na Sé de Lisboa, seja este anno celebrado com a maxima solemnidade.

2° — Que nesse dia, e na frente do Palacio dos condes de Almada, onde se reuniram e conspiraramos auctores da gloriosa Revolução de 1640, se levante um padrão em que se gravem e perpetuem os seus nomes, com a seguinte inscrição: A O S RESTAURADORES DE 1640: A CIDADE DE LISBOA EM 1861.

3° — Que se publique, também n'esse dia, um compendio da historia de tão patriotica e legitima revolução, para ser distribuido gratuitamente pelas escolas publicas do reino, e generalisado pelo povo, com o intuito de lhe inflamar o amor e zelo da indepndencia naional, cuja restauração e manutenção tanto custou a nossos avós.

4° — Que estas deliberações se comuniquem ás commissões já instituidas, e ás que houverem de crear, afim de que todas concorram para unidade d'esta manifestação nacional.

Não cabendo no tempo que decorre até ao proximo dia 1° de Dezembro, adoptar outros alvitres que foram propostos á Commissão Central, decidiu-se que ficassem reservados para oportunamente se lhes dar solução"[63].

A expressa e reiterada solicitação de serenidade e "sisudeza" nos projectados festejos, reflectiria, por um lado, a vontade de manutenção da ordem pública nem sempre conseguida nos ajuntamentos festivas oitocentistas em que os excessos de violência eram frequentes e, por outro, a vontade de dignificação de uma festa cujas manifestações seriam com certeza comentadas no país vizinho.

---

63 Cf. *Estatutos da Comissão 1° de Dezembro de 1640*, Lisboa, Typographia de castro & Irmão, 1869, 15 p.

O país aderiu entusiasticamente a esta proposta, tendo-se formado comissões em numerosas cidades, vilas e aldeias e, não fôra o adiamento dos festejos em virtude do luto pelo rei, esse ano teria assistido a grandes manifestações comemorativas do 1° de Dezembro. A Comissão Central prosseguiu os seus objectivos nos anos subsequentes; reunia regularmente, fez chegar o seu *Manifesto* a lugares que ainda o não tinham recebido, correspondeu-se com as câmaras e comissões locais, preparava anualmente as comemorações do 1° de Dezembro. Ultrapassou alguns reveses, como o incêndio que destruiu o seu arquivo (Novembro de 1863), e a morte de sócios fundadores ilustres como José Estevão (1862), ou ainda do presidente António Esteves de Carvalho (1868). Em 1867 a direcção activou a instalação definitiva de sub-comissões nas freguesias da capital, trabalho que havia sido iniciado em 1861, e começou a sensibilizar a opinião pública para a grande aspiração de ser erigido um monumento aos restauradores. De uma dessas subcomissões presidida por Joaquim Tomás Lobo de Aguiar saíu uma circular datada de 20 de Dezembro de 1867, e publicada em alguns jornais de Lisboa, que alertava para a conveniência de ser levantado um monumento que perpectuasse a memória do feito de 1640, pelo que solicitava o auxílio de todos os concidadãos para a realização dessa empresa.

Em 1868, tal como o resto da sociedade portuguesa, a Comissão Central da Sociedade 1° de Dezembro conheceu uma época de intenso combate às ideias ibéricas, novamente propagadas e defendidas com particular denodo na imprensa espanhola. Esta instabilidade acentuou-se com a revolução anti-bourbónica de Setembro, redobrando a azáfama da Comissão que alertou então para a necessidade de armamento geral do país e deliberou publicitar um *Protesto* no qual se reiteravam os princípios do *Manifesto* de 1861, enfatizando uma vez mais a rejeição do iberismo por parte do povo português.

Considerando a necessidade absoluta e urgente de organizar a força armada portuguesa, a Comissão propôs o estabelecimento de uma escola de tiro em todas as povoações, e decidiu activar uma subscrição nacional para comprar armamento moderno e apetrechos de guerra para o exército e para a marinha. Esta subscrição foi aberta nos territórios metropolitano, insular, ultramarino e ainda no Brasil, tendo-se constituído no Rio de Janeiro uma comissão para o

efeito que conseguiu apurar a quantia de 169925$670 réis, remetida à Secretaria dos Negócios Estrangeiros em 31 de Janeiro de 1870[64]. A Baía seguiu-lhe o exemplo, tendo-se aí formado uma comissão de nove membros que conjugava os esforços da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência 16 de Setembro e do Gabinete Português de Leitura, tendo um núcleo duro original composto de nove membros dirigido uma circular em 1 de Novembro aos portugueses residentes, sensibilizando-os à defesa da pátria longínqua, sob o brado "100 mil armas para 100 mil homens"[65].

Pretendendo rebater a nova ofensiva da propaganda ibérica a nível interno e externo, o *Protesto* recuperou alguns parágrafos do *Manifesto* de 61, tendo sido redigido em português e francês por uma subcomissão composta por Alexandre Herculano, Rebelo da Silva e Mendes Leal, e publicado com a data de 24 de Fevereiro de 1869. Os canais da sua difusão foram também sensivelmente os mesmos; além da sua publicação na imprensa periódica[66], foi enviado a todas Câmaras Municipais, juntamente com uma circular datada de 12 de Março que solicitava a assinatura dos membros das edilidades, no intuito de se alcançar "a mais authentica e irrefragavel comprovação dos sentimentos e do querer de todo o

---

64 COSTA, E. A. Ramos da — *Op. cit.*, p. 20. A imprensa encarregou-se de publicitar todo o empenho das colónias de portugueses no Brasil em cooperar com as iniciativas da Comissão. A *Correspondência de Portugal*, por exemplo, publicou uma edição extraordinária em 19 de Novembro de 1868 onde noticiou a formação da comissão no Rio de Janeiro para promover uma subscrição para armamento. Começou então a publicar-se no Brasil um periódico português, intitulado *D. Luís*, cujo 1° número divulgava e explicava os trâmites da subscrição para compra de armamento. (Cf. *Jornal de Noticias*, Porto, n° 280, 6 de dezembro de 1868).

65 *Correspondencia de Portugal*, Lisboa, n° 166, 14 de Dezembro de 1868. Esta notícia apresentad sob o título *Patriotismo Portuguez*, referia ainda que os portugueses da Baía trataram também de fazer bordar uma ou duas bandeiras para oferecerem ao 1° batalhão que se formasse em Portugal, quando fosse necessário recorrer às armas. Eram membros da comissão baiana Manuel Saldanha da Gama, Agostinho Dias Lima, Manuel Joaquim Alves, Manuel Francisco d'Almeida Brandão, Gabriel Osório de Barros, Domingos Soares Pereira, António Francisco Ribeiro Guimarães, Manuel Joaquim Rodrigues, Francisco de Sousa Santos Moreira.

66 Casos houve de periódicos que lhe dedicaram edições extraordinárias, como a *Correspondência de Portugal*, uma em 5 e outra em 13 de Março de 1869. Este periódico regenerador publicitou igualmente a resposta de Saldanha, em Junho seguinte (não sem duras críticas à jactância e pouca modéstia do general; Cf. n° 203, 27 de Junho de 1870), e o *Manifesto* de 1870 (Cf. n° 207, 27 de Agosto).

Portugal". Como era de prever a reacção foi positiva, tendo a Comissão recebido até Outubro de 1869, 149 respostas provenientes de câmaras do continente, ilhas e ultramar.

No ano conturbado de 1868 deram-se algumas alterações significativas no seio da Comissão. Foi aprovada a admissão do Visconde de Sanches de Baena que viria a contribuir decisivamente para o sucesso de várias inicativas da Sociedade, quer em Portugal quer no Brasil; foi nomeado presidente D. Luís Maria de Carvalho Daun e Lorena, bisneto do Marquês do Pombal; foi aceite a proposta de Mendes Leal que visava nomear 40 vogais suplentes além dos 40 efectivos. No ano seguinte prosseguiu a organização de comissões filiais na província, a nível de concelhos e freguesias, sendo também reorganizadas as sub-comissões nas freguesias da capital, vindo os Estatutos a serem aprovados na sessão de 8 de Maio e posteriormente também aprovados pelo Governo, o que permitiu a legalização da Comissão Central em associação patriótica de carácter permanente. Administrada por um presidente, um vice-presidente, dois secretários, um tesoureiro, um vice-tesoureiro e três fiscais, a Comissão explicitava claramente os fins que se propunha alcançar no art. 20° dos seus estatutos:

1° — Solenizar o aniversário da gloriosa Restauração de Portugal no 1° de Dezembro de cada ano.

2° — Erigir na capital um monumento comemorativo aos que tomaram a iniciativa daquele ilustre feito.

3° — Empregar todos os meios legais, que forem julgados conducentes à manutenção da Independência Nacional, de acordo com o manifesto e circular da mesma comissão publicados em 25 de Agosto e 30 de Setembro de1861, os quais ficam fazendo parte destes Estatutos.

A questão do armamento assumiu alguma preponderância no conspecto das actividades da Comissão em 1870, sobretudo a partir de Maio, durante o consulado de Saldanha. Aires de Sá Nogueira e o presidente Luís Carvalho Daun e Lorena em entrevista com o duque manifestaram-lhe a sua preocupação relativamente à necessidade de armamento e defesa do país, declarando-se o estadista receptivo aos alvitres que a Comissão lhe viesse a apresentar. Aires Nogueira deu conta desta ocorrência a seus pares na sessão de 28 de Maio, onde foi votada por unanimidade a resolução de ser redigida uma *Mensagem* que aclarasse e consagrasse as propostas da Comissão no

tocante ao armamento. Este documento foi dirigido ao chefe do governo e datado de 4 de Junho, tendo cabido a sua redacção ao citado Aires de Sá Nogueira, D. António de Melo Breyner, Luís Filipe Leite, Alberto Osório de Vasconcelos e José Dionísio de Melo Faro.

A *Mensagem* reflectiu a opinião de que armar e organizar militarmente o país era uma necessidade urgentíssima e impreterível, e que a independência nacional estava intimamente ligada com o aperfeiçoamento, grandeza e extensão das instituições militares. Assim, defendia que o exército se deveria tornar uma instituição nacional, intrinsecamente ligada aos destinos do país, e propunha a criação de uma milícia de cidadãos armados que se tornaria a salvaguarda da independência nacional. Para alcançar este desiderato alvitrava oito tópicos fundamentais:

"1° — A reformação completa do exercito, tornando-o uma instituição verdadeiramente nacional, instrumento forte e inquebrantavel de independencia, defensão e liberdade.

2° — Reorganisação da força naval, principalmente, com referencia á efficacia do seu poder defensivo.

3° — Serviço obrigatorio para todos os cidadãos válidos, tornando-se o nucleo do exercito uma escola e um viveiro, sempre em actividade, das reservas.

4° — Redução das despezas do ministerio da guerra ao strictamente necessario, eliminando aquellas, que não concorram directa e immediatamente para esta organisação.

5° — Estabelecimento nos municipios de escolas militares preparatorias, que comprehendam os gymnasios, a instrução do tiro e de pelotão, alliando quanto possivel a acção central com a iniciativa particular.

6° — Escolha reflectida e experimental, e acquisição de armamento e equipamento, e necessaria e rapida ampliação do material de artelharia.

7° — Fortificação terrestre e maritima de Lisboa, da peninsula de Setubal, da cidade do Porto, e dos outros pontos estrategicos principaes.

8° — Subordinação de todos os traçados de estradas, canaes e caminhos de ferro ás condições de boa defensa".

Este programa de paz armada não parecia ousado à Comissão, que lembrava nas últimas palavras da *Mensagem* "que sem instituições militares fortes e bem medradas, não ha nacionalidade

que se avigore e sustente, por glorioso, que seja o seu passado, por esperançoso, que se affigure o seu porvir".

A resposta de Saldanha, emitida a 15 do mesmo mês, considerando embora que as instituições militares carecessem de profunda modificação para o que tinha já planeada uma extensa reorganização, não parecia comungar dos medos que a *Mensagem* admitia como reais. Diplomaticamente defendia que a paz e a sabedoria é que eram os instrumentos mais seguros da independência e da grandeza dos povos, e simultaneamente serenava os ânimos temerosos de agressões iminentes:

"Nem a mim, nem a algum dos membros do gabinete de sua magestade passa pela mente que entre nas intenções de um governo nacional, ou de qualquer governo estrangeiro, o attentar contra os sagrados foros da patria portugueza: bem pelo contrario, tenho plena satisfação de poder assegurar á patriotica Sociedade 1° de Dezembro de 1640 que o governo de sua magestade tem todas as garantias, que politicamente póde haver, do maior respeito de todas as nações pela nossa autonomia, e da profunda admiração que inspiram os nossos brios nacionaes e as nossas aspirações do progresso".

Apesar das respostas formais e informais de Saldanha na Primavera e Verão quentes de 70, convergirem sempre no sentido de relativizar os temores da Comissão, esta não inflectiu nos seus propósitos. Na sessão de 14 de Junho, Melo e Faro leu o discurso de Prim transcrito na edição de 11 desse mês no periódico *Las Novedades*, e exortou os presentes a protestarem contra as expressões aí contidas que considerava afrontosas da dignidade nacional. Lembrou ainda a recente política espanhola de distribuir condecorações em larga escala a portugueses para que os galardoados fizessem a propaganda da união ibérica e terminou as suas consideraçõs propondo que se o governo não tomasse rápidas providências no âmbito da defesa nacional deveria ser publicado um novo *Manifesto* em várias línguas e profusamente publicitado em portugal e no estrangeiro. Esta ideia foi acolhida com entusiasmo e, apesar de D. Luís de Lorena, presidente da Comissão e então ministro da Marinha, ter informado que o governo decidira manter a neutralidade armada perante o conflito franco-prussiano e enviara um oficial à Bélgica para adquirir 35000 espingardas, foi decidido na sessão de 13 de Agosto publicar esse novo documento,

encarregando-se da sua elaboração Melo e Faro, Filipe Leite e Melo Breyner[67].

O *Manifesto da Comissão Central Primeiro de Dezembro de 1640 ao Povo Portuguez* saíu com a data de 20 de Agosto de 1870 e pretendeu, por um lado, dar conta ao país dos esforços da Sociedade para manter a independência nacional e "arredar de si responsabilidades que lhe não cabem" e, por outro, solicitar o apoio de "todas as forças constitutivas do paiz" para ser levado a cabo o armamento do país. Ao enumerar as diligências da Comissão o *Manifesto* não deixou de responsabilizar os sucessivos governos e poderes públicos por não terem tomado qualquer medida em matéria de defesa nacional, quando a situação tanto interna como externa assim o aconselhavam. Refira-se que a conjuntura política europeia é por demais mencionada neste documento, desde a candidatura Hohenzolern e a eclosão da guerra franco-prussiana, das ameaças à independência da Bélgica à contumaz procura de uma candidatura portuguesa para o trono espanhol. Acrescia a este estado de coisas o sistemático silêncio das autoridades portuguesas que, no parecer da Comissão, contribuiu para agudizar o já intenso clima de intranquilidade:

"O povo portuguez, que não teve a fortuna de merecer uma só palavra de explicação official ácerca das expressões proferidas pelo general Prim no congresso hespanhol, lança-se em aventurosas conjecturas á procura de um raio de luz que lhe deixe ver as consequencias que póde trazer para Portugal a lucta que ora se fere entre alemães e francezes, e cujo resultado não póde convencer-se que lhe seja indifferente.

D'ahi esse estado de duvidas, de incertezas, quasi de suspeitas sobre o dia de amanhã; d'ahi a excitação de uns, o abatimento de outros, a indignação de muitos, — symptomas de um mal estar profundo que cobre o paiz, e de que elle, com um supremo esforço, ha de livrar-se para não trahir a sua causa, nem tornar-se instrumento da sua propria aniquilação".

Convicta da necessidade de emprego de novos meios de acção, a Comissão, através deste *Manifesto*, invocava assim o auxilio de todas forças constitutivas do país, isto é, da imprensa, dos poderes locais (paroquiais, municipais e distritais), e do povo em

---

67 COSTA, E. A. Ramos da — *Op. cit.*, p. 38 e 42.

geral, mobilizando-os no sentido de proclamarem ante a Espanha que, antes de tudo, queriam "ser portuguezes e independentes: hespanhoes nunca!"

Nesta conformidade, o *Manifesto* termina a sua exposição solicitando que de todos os ângulos do reino se pedisse ao chefe de estado um vasto programa de reforço da defesa nacional, que define através dos oito pontos anteriormente contidos na *Mensagem* ao duque de Saldanha, acrescentando-lhe um 9° *item*, talvez ingenuamente omitido na primeira versão: a votação de meios extraordinários para ocorrer às despesas da segurança do reino.

Tal como acontecera com o *Protesto* de 69, o *Manifesto* de 70 foi enviado às diferentes edilidades durantes os meses seguintes, por via da ajuda do vogal Eduardo Coelho, que na tipografia do *Diário de Notícias* imprimira gratuitamente cinco mil exemplares.

Relativamente à intenção de instruir militarmente o país, três vogais propuseram ainda em Fevereiro de 1871 que fosse soliciado ao Mnistério da Guerra o empréstimo de carabinas para serem distribuídas pelos alunos do Colégio Liceu, estabelecido no palácio dos Condes de Almada, tendo-se oferecido um deles, o tenente João Soares Luna, para ministrar a respectiva instrução. A proposta foi aprovada e inclusivamente ampliada a outros colégios de Lisboa, com o assentimento do ministro José Maria Morais Rego que facultou o fornecimento das armas, iniciando-se assim os batalhões escolares das esolas municipais. Por várias sessões ainda a Comissão actuou junto do governo, no sentido de se efectivar a reorganização do exército.

Mas o início da década de setenta ficou marcada, no âmbito das actividades da Comissão, pela vontade de honrar a memória dos heróis da Restauração. Não deve todavia deixar de referir-se a insistência com que ao longo dos dez anos anteriores a imprensa periódica reclamara a construção do monumento aos restauradores, quer em artigos evocativos da efeméride do 1° de Dezembro, quer em textos exclusivamente consagrados à reivindicação dessa homenagem[68].

Na sessão de 10 de Dezembro de 1870 discutiu-se a tranferência dos restos mortais de João Pinto Ribeiro do convento

---

68 É o caso do folhetim *Um Monumento aos Heroes de 1640*, da autoria de Joaquim F. dos Santos Firmo, publicado no *Diário Popular*, n° 436, 26 de Novembro de 1867.

de S. Francisco para junto do túmulo de D. João IV, sendo então nomeada uma sub-comissão composta pelo Marquês de Sousa Holstein, Inocêncio Francisco da Silva e Silva Túlio, para estudar a forma de realizar tal instalação. Em Fevereiro seguinte Andrade Moura e Custódio Firmo Rodrigues viram ser aprovada por unanimidade a sua proposta de solicitar ao parlamento a criação dum Panteão para aí serem depositados os restos mortais dos ilustres e beneméritos da pátria, e colocados os bustos daqueles cujas cinzas não fossem encontradas. Esta proposta alvitrava ainda que a Igreja do Carmo poderia servir para esse fim, devendo ser votada uma verba para a construção do tecto[69].

Todavia, desde meados da década anterior que se acarinhava a ideia de construção de um monumento aos Restauradores de 1640, e este projecto torna-se com efeito uma das frentes de acção da Comissão durantes os anos seguintes já que, se a sua construção foi lenta, entre 1 de Dezembro de 1875 e 1885, a sua preparação não o foi menos[70]. Além da coordenação da subscrição nacional, a Comissão encarregou em 1871 o Visconde de Sanches Baena de instalar no Rio de Janeiro, para onde fora por motivos pessoais, de aí instalar uma comissão que se encarregaria da subscrição para o mesmo fim, entre portugueses e brasileiros.

---

69 Alguns dos membros da Comissão 1° de Dezembro vão inclusivamente produzir trabalhos que tiveram por objectivo dilucidar o desempenho e contribuição de certos conjurados na Revolução de 1640. Por exemplo, Inocêncio Francisco da Silva após várias solicitações republicou o seu estudo inicialmente publicado no Arquivo Pitoresco de 1868, sob o título *João de Sanches Baena. Mais um nome para ser inscripto no catalogo dos Restauradores da Independencia de Portugal em 1640*, Lisboa, Typ. Universal, 1874, 64 p. Mais tarde, o Visconde de Sanches Baena publicaria *Notas e documentos ineditos para a biographia de João Pinto Ribeiro*, Lisboa, Typ. de Mattos Moreira & Cardoso, 1882, 92 p., onde defendia a tese de que Pinto Ribeiro não fora o iniciador da confederação de fidalgos que tramaram desde 1638 a revolução do 1° de Dezembro de 1640. Esta teoria, corroborada por Camilo, seria contrariada por António Maria de Freitas, no seu estudo, *Pleito Historico entre João Sanches de Baêna e João Pinto Ribeiro por Nicolau Florentino*, Lisboa, Adolpho, Moechst & C.ª Editores, 1891, 152 p.

70 Refira-se que além da subscrição nacional aberta na metrópole, ultramar, ilhas e Brasil, este projecto assinado pelo professor de Belas Artes António Tomás da Fonseca e pelos estatuários António Alberto Nunes e José Simões de Almeida Júnior, foi co-financiado pelo Estado e pela Câmara Mnicipal de Lisboa. No dia da inauguração foi distribuído uma bela edição de 36 páginas publicada sob os auspícios da Comissão Central, dirigida por Luís Augusto Palmeirim e com gravuras da autoria de Caetano Alberto e Manuel de Macedo: *A Restauração de Portugal. Opusculo Historico*. É composta por 29 textos de destacados escritores da época, tendo como tema comum a época e acontecimentos de 1640.

Saliente-se que a adesão das colónias portuguesas no Brasil às iniciativas da Comissão foi particularmente visível, nomeadamente a partir de um núcleo particularmente activo, o Retiro Literário Português, fundado a 9 de Junho de 1859, no Rio de Janeiro. Soares Romeu Júnior, que vivera durante vários anos naquele país, evidenciou o empenho e fulgor que aí denotava a comemoração dos dias nacionais:

"As sociedades patrioticas que teem por fim festejar com pompa a independencia de Portugal e os annos do soberano portuguez, testemunham claramente o entranhado amor que votam ao seu paiz, do qual se recordam saudosamente no meio dos trabalhos da vida"[71].

A subscrição seguiu os seus trâmites tendo sido bem sucedida na sua primeira fase[72], isto é, até 1872[73], mas logo a seguir alguns subscritores do Brasil pensando que a receita se destinava à aquisição do palácio dos Almadas e não ao monumento dos Restauradores, pretenderam recuperar os seus donativos, publicando declarações nesse sentido, em diversos jornais de Lisboa e do Rio. Baena recebeu a solidariedade de alguns residentes no

---

71 ROMEO JUNIOR, Soares — *Armas e Lettras*, Lisboa, Livraria Portugueza e Franceza, 1880, p. 16. Refira-se que esta obra composta de vários textos, evocou diversos episódios, personagens e monumentos simbólicos da nacionalidade e independência portuguesas: *D. Lourenço, Arcebispo de Braga* (p. 43-48) foi evocado como o soldado patriota de Aljubarrota; *Recordação Patriotica* (p. 85-88) evidencia a revolução de 1640 e o "amor da liberdade que sustenta as nacionalidades"; *O General D. Antonio Luiz de Menezes Marquez de Marialva* (p. 117-128) é glorificado como um dos heróis da revolução de 1640; *No Regio Pantheon de S. Vicente de Fóra. Dynastia de Bragança* (p. 233-241) evoca a memória da pátria à dinastia restauradora da independência; *Em volta de uma Sala* (p. 257-263) sublinha que o mosteiro da Batalha "é o monumento mais nacional que existe levantado em terras portuguesas".

72 Desta actividade deu conta o opúsculo *Recopilação dos artigos publicados na Imprensa do Rio de Janeiro sobre o processo da Comissão aqui em actividade para agenciar donativos, a fim de levantar um Monumento e crear 40 Escolas de Instrução primaria em honra da Restauração de Portugal em 1640, precedida da notícia sobre a Sociedade Central 1º de Dezembro de 1640 em Lisboa*, Rio de Janeiro, Typ. Perseverança, 1873, 39 p. São sobretudo artigos, notícias e discursos extraídos do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro.

73 Na sessão de 29 de Setembro o Visconde de Sanches Baena apresentou à Comissão Central o relatório dos resultados da subscrição realizada na capital do império brasileiro, na qual foram apurados 10.624$308 reis, o qual seria em seguida publicado sob o título *Relatorio apresentado á Commissão 1º de Dezembro de 1640 pelo vogal effectivo (...) ácerca das diligencias a que se procedeu no Rio de Janeiro para ahi se levantar a subscripção applicada á erecção do Monumento que se trata de elevar aos Restauradores de 1640*, Lisboa, Typ. da Academia das Sciencias, 1873, 32 p.

Brasil[74] mas só após intensa correspondência entre as comissões das duas capitais, e intervenção do governo português que investigou sobre a veracidade das acusações feitas à Comissão Central, esta saíu finalmente ilibada, em Outubro de 1874. Em Dezembro desse ano publicou ainda uma pequena colectânea de documentos com a qual pretendia defender-se perante os subscritores do Brasil que lhe haviam feito "injustas arguições", obedendo "decerto a insinuações que de cá lhes foram dirigidas"[75].

A experiência da Comissão em abrir subscrições nos territórios nacionais e entre os portugueses do Brasil, foi aliás bastante dilatada. Anteriormente à subscrição para armamento realizada em 1868 já atrás referida, promoveu uma em 1863 para acudir às vítimas da fome de Cabo Verde, e outra em 1867 para o monumento a Luís de Camões, inaugurado em Lisboa, em 1881. Em 1870 coordenou idêntica subscrição no Brasil destinada ao monumento de Bocage em Setúbal, inaugurado em Dezembro do ano seguinte, e em 1876 promoveu outra para socorrer as vítimas das inundações do Ribatejo, ocorridas no Inverno desse ano. Dois outros monumentos foram ainda comparticipados com receitas obtidas em subscrições realizadas em Portugal e no Brasil: em 1883, o monumento a Sá da Bandeira, em Lisboa e, no ano seguinte, o de D. Afonso Henriques, em Guimarães.

Em meados da década de setenta, a Associação 1° de Dezembro resolveu associar-se informalmente à comemoração do aniversário da batalha de Aljubarrota. Com os alunos das suas escolas, assistiu em Agosto de 1875, à missa que se realizou na Sé de Lisboa em calebração daquela efeméride[76].

A projecção dada ao 1° de Dezembro, como aniversário da restauração da independência, fez com que estes termos passassem

---

74 Refectiu esta solidariedade o folheto *Portugal e Hespanha. Carta do Dr. José Rodriges de Mattos ao Visconde de Sanches de baena e artigo do mesmo auctor publicado no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro de 10 de Janeiro de 1873 por occasião da subscripção promovida n'aquella cidade para se elevar em Lisboa o Monumento Commemorativo da Restauração da Independencia Nacional em 1640*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1873, 16 p.

75 *Resposta da Commissão Central 1° de Dezembro a alguns subscriptores do Imperio do Brasil para o monumento aos Restauradores da Independencia de Portugal em 1640*, Lisboa, Typ. Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1874, 64 p.

76 *Noticias do Dia*, Lisboa, n° 12, 14 de Agosto de 1875, p. 3.

a ter uma maior utilização na linguagem quotidiana, sendo frequente muitas das comissões locais encarregues dos festejos do 1° de Dezembro, tomarem esse mesmo nome à semelhança da Sociedade e Comissão Central de que haviam derivado. Em Palmela, por exemplo, foi criada a Sociedade Independência[77], e em Ponte de Lima formou-se uma associação sob a designação de 1° de Dezembro[78]. Em Barcelos surgiu a Sociedade Barcelense 1° de Dezembro, maioritariamente constituída por artistas teatrais, que recebia donativos da sociedade portuguesa Madrepora, do Rio de Janeiro[79]. Mas estes vocábulos também se consagraram como nomes de associações de diferentes tipos, escolas, grupos de teatro amador, bandas musicais, hotéis, etc.

Assim como Lisboa tinha uma Sociedade Recreativa Primeiro de Dezembro[80], também em Estremoz se formou uma sociedade recreativa com o mesmo nome, que tinha por fim "a honesta convivencia dos socios e de suas familias, e o goso de todos os divertimentos permittidos para o decente recreio"[81]. Estes eram a palestra, a leitura, a declamação, a dança e a música, não podendo as récitas realizar-se em número inferior a três por cada ano, uma em data livre, outra no Carnaval, e a outra obrigatoriamente no 1° de Dezembro.

A Escola 1° de Dezembro foi fundada no dia 4 de Agosto de 1867, no Beco das Freiras da Encarnação, freguesia da Pena, com a admissão inicial de 53 alunos. No acto de abertura, discursaram o seu presidente, Elias Garcia, e ainda Vieira da Silva, Silva Albuquerque e Monteiro de Campos[82]. Esta não foi uma iniciativa governamental mas sim maçónica, pois partiu da Loja Revolução 1° de Dezembro[83]. Mafra também teve uma escola com a mesma designação[84].

---

77 *Correio da Europa*, Lisboa, n° 23, 13 de Dezembro de 1867, p. 4.
78 *Diario de Noticias*, Lisboa, n° 1174, 8 de Dezembro de 1868, p. 2.
79 *O Conimbricense*, n° 842, 18 de Fevereiro de 1862.
80 *Diario de Noticias*, Lisboa, n° 1170, 2 de Dezembro de 1868, p. 1.
81 *Estatutos da Sociedade Primeiro de Dezembro da Villa de Extremoz*, Lisboa, Typographia Universal, 1871, p. 1.
82 *Boletim do Clero e do Professorado*, Lisboa, n° 225, 17 de Agosto de 1867
83 *O Papagaio*, Lisboa, n° 19, 1867, p. 2.
84 *Diario de Noticias*, Lisboa, n° 1172, 6 de Dezembro de 1868, p. 1.

Em Setúbal foi criada por iniciativa de Campos Rodrigues a escola 1° de Dezembro para raparigas abandonadas[85]. Nessa cidade existia também a Sociedade Recreio Familiar1° de Dezembro[86]. Mesmo quando não adoptavam um nome relacionado com a efeméride, algumas escolas iniciavam os seus trabalhos nesta data, considerada simbólica. Foi o caso da Associação dos Artistas de Coimbra que comemorou o aniversário da Restauração em 1866, abrindo as suas aulas nocturnas[87].

Foi ainda anunciada a abertura em Alcântara de um ginásio que tomaria o nome de "Restauração"[88].

O Hotel 1° de Dezembro foi inaugurado neste dia de 1861, e situava-se no Campo dos Mártires da Pátria, números 66 e 67, à Cordoaria, na esquina da travessa do Carmo. O *Comércio do Porto* anunciou a inauguração com alguma antecedência[89], repartindo-se posteriormente a publicidade por outros periódicos da cidade invicta[90].

Todavia o adjectivo "peninsular", a que parecia estar associada a conotação de modernidade e abertura ao resto do mundo, também serviu para baptizar alguns estabelecimentos. Em meados de 1859 inaugurou-se em Lisboa um café com o nome *Áurea Peninsular* que o *Futuro* apresentou em termos elogiosos: "Este caffé é um dos melhores da capital. Bom serviço, moços bem creados e diligentes, os melhores jornaes do reino e estrangeiro, e finalmente uma carta completa do theatro de guerra e o boletim telegraphico das operações, são circunstancias que merecem a attenção do publico, e devem chamar a concorrencia aquelle estabelecimento"[91] .

Apresentadas as principais áreas de intervenção e tópicos programáticos da Sociedade 1° de Dezembro nos seus primeiros anos de existência, é imperioso indagar sobre a recepção do seu pensamento e acção.

---

85 *Gazeta Setubalense*, n° 132, 3 de Dezembro de 1871, p. 3.
86 *Ibidem*, n° 184, 1 de Dezembro de 1872, p. 1.
87 *O Conimbricense*, n° 2020, 1 de Dezembro de 1866, p. 3.
88 *Diario de Noticias*, Lisboa, n° 1170, 3 de Dezembro de 1868, p. 2.
89 *O Commercio do Porto*, n° 272, 25 de Novembro de 1861, p. 4.
90 *Diario do Povo de Portugal e Possessões*, Porto, n° 24, 30 de Janeiro de 1862, e números seguintes.
91 *O Futuro*, Lisboa, n° 364, 19 de Junho de 1859.

A imprensa espanhola foi evidentemente a grande crítica da actividade e iniciativas da Comissão 1° de Dezembro, nas quais viam apenas manifestações de malquerença e provocação dos portugueses aos espanhóis.

A *Opinião* comentou uma série de artigos sob o título *1851 a 1861*, publicados no *El Reino* e reproduzidos pela *Época*, de Madrid, onde a propósito da política externa de O'Donnell, se afirmava textualmente: "O proprio Portugal, editor responsavel da Inglaterra, propõe-se vexar-nos, ou insultar-nos"[92]. Aquele jornal lisboeta trouxe o assunto a colação para explicar a atitude do governo português inspirada "pelos dictames da opinião publica", e rechaçou as asserções do periódico espanhol, invocando o direito que cada país constituído tinha de celebrar as suas glórias e datas festivas, sem que desse facto se pudesse concluir que continha o desejo de afrontar a dignidade das nações estranhas e suas aliadas. Cotejando o "2 de Maio" espanhol com o "1° de Dezembro" português e culpabilizando grande parte da imprensa espanhola pela forma leviana e inoportuna como havia abordado o tema ibérico, a *Opinião* solicitava aos jornais espanhóis uma atitude de contrição e um tratamento mais justo para as questões portuguesas.

Esta questão deu pois lugar a uma nova batalha de imprensa travada entre o orgulho ofendido dos espanhóis e as explicações sempre idênticas dos portugueses. Apesar de vários jornais espanhóis terem aceite "com louvavel docilidade a rectificação que lhes era feita pelos deste paiz, e em alguns d'elles apparecerem artigos em que se revela a maior circunspecção e cordura"[93], a pugna arrastou-se até ao fim do ano, dissipando-se apenas com o luto real e cancelamento da grande maioria das celebrações previstas para Dezembro de 1861.

Ainda em Outubro, o Manifesto e a Circular sugeriram ao *Constitucional*, por exemplo, uma série de reflexões que convergiam no sentido de considerar exagerado o modo encontrado para manifestar a rejeição da união ibérica. Na sua óptica, e como ninguém pensasse em a impôr pela força, bastaria responder aos proponentes dessa teoria "não a queremos". Além de questionar implicitamente o direito dos seus subscritores em se apresentarem

---

92 *A Opinião*, Lisboa, n° 1336, 21 de Junho de 1861, p. 1.

93 *Ibidem*, n° 1341, n° 1341, 28 de Junho de 1861, p. 2.

em nome de todo o país, o periódico madrileno vislumbrava uma contradição entre a honrosa declaração de não querer reacender rancores passados e a intenção de distribuir um livro e construir um monumento que propagavam e mantinham vivos esses rancores. O tom deste artigo que *A Opinião* traduziu e publicou, denotava um crescendo de exaltação e sarcasmo, de que os últimos parágrafos são prova evidente:

"E de mais, se Portugal quer ter sempre barreiras que o separem do resto da Peninsula, tenha-as muito embora, mas para as conservar necessita de elevar ainda mais os direitos de importação ou exportação pela raia de Hespanha; crear cada dia maiores obstaculos, do que os existentes, para a navegação do Douro, do Minho e do Tejo; edificar uma praça forte, e fazer uma alfandega em cada ponto da raia; não permittir que nenhuma via ferrea atravesse a fronteira; nunca levar ao cabo tratado postal ou outro qualquer que facilite as nossas relações; procurar na sua lingua de origem hespanhola as vozes e *modismos* da ingleza; prohibir a leitura e traducção de livros hespanhoes e procurar que Hespanha e Portugal sejam tão desconhecidos um do outro como o são dos europeos os selvagens das margens de Zambezia e os subditos da rainha Ranavaldo-Mangica"[94].

Também Alcalá Galiano, na discussão da resposta ao discurso da coroa no senado espanhol, censurou a política externa do governo e mais especificamente as relações com Portugal, já que o ódio dos portugueses aos espanhóis ia tomando proporções tais que até as cortes haviam decretado a celebração do aniversário da revolução de 1640[95].

---

[94] *Ibidem*, nº 1433, 16 de Outubro de 1861, p. 1-2. Este periódico afecto ao partido histórico rebateu em seguida todas as asserções do jornal espanhol.

[95] *Ibidem*, nº 1479, 10 de Dezembro de 1861, p. 1. Este artigo da *Opinião* dedica-se a esclarecer aquilo a que chama o "equívoco" do ilustre estadista, explicando que tal pensamento partiu da iniciativa popular, não lhe estando subjacente qualquer rancor para com os espanhóis. Só a má vontade de certos sectores da imprensa espanhola havia dado esse aspeco de provocação à comemoração: "A leviandade d'alguns jornaes e panfletos hespanhoes inoportunamente hostis, haviam dado um certo caracter de provocação a um assumpto que jamais devêra ter sahido da esfera placida de uma controversia apenas especulativa. Posteriormente, a leviandade, não menos reprehensivel de alguns correspondentes desfigurou a verdade, fantasiando ocorrencias que nunca passaram de sua imaginação". Esta ocorrências a que se refere a *Opinião*, são as supostas hostilidades e retaliações a cidadãos espanhóis após as doenças do paço, seguidas da morte do monarca e príncipes. O Comércio do Porto aproveitou a acusação de Galiano ao seu governo de não ter mantido

Em fins de Novembro de 1868, após a revolução de Espanha, circulou na imprensa portuguesa o rumor de que o governo provisório de Madrid havia enviado ao governo português uma nota com o fim de obstar aos festejos comemorativos do 1° de Dezembro[96] .

Refira-se que apesar da insistência com que a imprensa portuguesa referiu que esta comemoração não representava mais do que a vontade de festejar uma data gloriosa da história nacional, na maioria das vezes os artigos e notícias sobre os festejos eram acompanhados de reflexões e afirmações mais ou menos inflamadas que conferiam a essas manifestações o significado explícito de repúdio das ideias ibéricas[97].

Outros orgãos da imprensa adoptavam um tom conciliatório, solicitando que as manifestações se contivessem nos justos limites, imponentes mas sem "arruido". É o caso da *Gazeta do Povo*, folha afecta ao partido historico-progressista, que em 1869 explicava que se havia em Espanha quem desejasse a união ibérica, não havia quem pensasse em avassalar ou conquistar o território português:

"Se pois, existe quem nos queira seduzir, não ha quem pretenda conquistar-nos. Não ha, portanto, lucta, nem combate. Não ha offensa, não podem haver represalias.

---

relações cordiais com Portugal para reafirmar a impossibilidade da união. (Cf. n° 288, 13 de Dezembro de 1861). O *Jornal do Porto* também reproduziu o discurso de Galiano, encarregando-se em seguida de "joeirar algumas circunstancias menos exactas" (Cf. n° 286, 14 de Dezembro de 1861, p. 1.).

96 Veja-se a este propósito *A Nação*, a *Gazeta de Lisboa*, *Diário de Notícias*, e ainda o *Diário Popular*, que desmentiu energicamente o boato.

97 Os exemplos são tão abundantes que qualquer selecção é inexacta. A mero título de exemplo refira-se que o Correio da Europa após fazer o relato dos festejos nacionais do 1° de Dezembro de 1867, concluiu: "Estas demonstrações são mais que sufficientes para desenganar os ibericos, se ainda os ha". (Cf. n° 23, 13 de Dezembro de 1867, p. 4). Relativamente à mesma situação, lê-se na *Opinião Nacional*: "Eis ahi como a nação portugueza responde aos seus filhos renegados. Vejam e aprendam n'esta lição, como os brios nacionaes se levantam quando são offendidos no seu amor patrio". (Cf. n° 50, 5 de Dezembro de 1867). O *Diário de Notícias* referia-se assim aos projectos de comemoração, em 1868: "É uma nova protestação do povo portuguez contra a tão debatida idéa da fuzão iberica, com tanto affinco agora defundida, e evangelisada na imprensa estrangeira, e mais disfarçadamente prégada em Portugal, por alguns, poucos, apostolos convictos ou hypocritas, mas sempre repellida pelo sentimento nacional. Mandou-se activar a propaganda para assaltar os animos, e boa parte da imprensa fazendo-se ecco da vontade nacional, repondeu: NÃO. O povo vae dar rasão á imprensa, authenticando o protesto".(Cf. n° 1141, 20 de Outubro de 1868, p.1)

O povo hespanhol estende-nos a mão amiga, cerremol-a franca e lealmente; e n'estes dias solemnes de festa nacional saibamo-nos conter nos justes limites de sinceras expansões patrioticas sem exageros menos proprios de um povo sizudo e grave, conscio do seu direito e do respeito que elle impõe a todos"[98].

Insistindo que "nem sequer permanece nos nossos espiritos uma sombra de ressentimento contra os descendentes d'aquelles que nos opprimiram", aquele periódico apresentou o 1° de Dezembro como a "festa da fraternidade portugueza", já que representava o profundo amor dos portuguezes à sua nacionalidade, concretizado numa revolução quase milagrosa, em que não houve vencedores nem vencidos, porque nem sequer houve luta, ou melhor, a luta veio depois. Nesta perspectiva, talvez um pouco ingénua, a comemoração da Restauração afigurava-se-lhe mais razoável do que a de Aljubarrota; dessa sim, os espanhóis teriam razão para se sentirem ofendidos, caso ela fosse celebrada com gala nacional:

"É isso que faz com que nós celebremos com enthusiasmo a data do dia 1 de dezembro, quando deixamos passar sem comemoração o dia 14 de agosto, em que a nossa independencia tambem foi salva em Aljubarrota, pelas espadas do mestre de Aviz e dos seus bravos companheiros. É porque houve em Aljubarrota vencedores e vencidos; se é um dia de jubilo para nós, é para os nossos visinhos um dia de tristeza; as suas armas foram então humilhadas, e não ha povo que não sinta o seu amor proprio offendido com a lembrança de uma derrota, ainda que fosse motivo de triumpho para uma causa reconhecidamente justa"[99].

Esta postura da *Gazeta do Povo* suscitou uma polémica com o *Diário Popular* qua a acusava de ajoelhar "deante dos hespanhoes"[100], ensaiando o periódico afecto a Loulé uma estratégia de defesa, que considerava o 14 de Agosto a "festa da vitória", e o 1° de Dezembro, a "festa da fraternidade", concluindo um pouco irritado:

---

98 *Gazeta do Povo*, Lisboa, n° 40, 28 de Novembro de 1869, p. 1.
99 *Ibidem*, n° 42, 1 de Dezembro de 1869, p. 1.
100 *Ibidem*, n° 44, 3 de Dezembro de 1868, p. 1.

"É-nos completamente indiferente que os hespanhoes se offendam ou não com as festas que nós celebramos"[101].

Também o *Partido Constituinte* defendia a comemoração do 1° de Dezembro que evocava a autonomia e santa independência da pátria, mas lembrava a amizade entre os dois povos, os recíprocos interesses económicos e culturais, os irredimíveis laços de fraternidade desde que juntos defenderam a integridade da península contra as hostes de Napoleão[102].

No ano seguinte, a evocação assentava mais no tema do amor da pátria do que na fraternidade entre os povos. Mesmo assim nenhuma palavra menos agradável contra Espanha, nem sequer referências directas ao iberismo, apenas a implícita desvalorização da sua importância e expressão:

"N'um paiz de 4 milhões de habitantes não haverá decerto duas duzias de desvairados que queiram trocar por outra a sua terra natal"[103].

Apesar do êxito alcançado relativamente ao seu objectivo primordial, ou seja, a comemoração nacional do aniversário da Restauração, a questão da representatividade da Comissão, aliás sistematicamente reivindicada nos documentos que publicava, não passou sem algumas críticas. A propósito do *Protesto*, Luciano Cordeiro afirmou que a Comissão não representava a nação perante as outras nações, embora consubstanciasse os sentimentos e ideias da maioria do povo português no tocante ao iberismo. Acusando aquele documento de alguma demagogia, o colaborador da *Revolução de Setembro* defendeu que melhor seria que as obras correspondessem às palavras, já que dia após dia a tradição se

---

101 Ibidem, n° 46, 5 de Dezembro de 1869, p. 1. A comemoração da efeméride do 1° de Dezembro neste periódico afecto ao partido progressista histórico, continuou todavia a revestir-se de um tom conciliatório e cordato. Em 1870 evoca-a pondo a tónica na inacessibilidade a "ruins paixões" (Cf. n° 313, 4 de Dezembro de 1870). No ano seguinte insiste que não se devem excitar ódios nem ressentimentos, num "franco e generoso esquecimento de passadas offensas", e defende que convém à amizade Portugal/ Espanha que o primeiro se mostre zelozo da sua independência (Cf. n° 628, 1 de Dezembro de 1871). Em 1872, a tranquilidade é ainda maior:"Vão longe de nós os perigos, que em diversas épocas ameaçavam a independencia nacional. Aproveitemos a paz que gosamos, a confiança que nos anima, a liberdade que garante a nossa autonomia para nos adiantarmos na senda do progresso e da civilisação" (Cf. n° 924, 1 de Dezembro de 1872).

102 *O Partido Constituinte*, Lisboa, n° 201, 2 de Dezembro de 1871, p. 1.

103 *Ibidem*, n° 473, 3 de Dezembro de 1872, p. 1.

esfacelava e a história se desmentia, e enquanto Portugal empobrecia, a Espanha progredia visivelmente. Assim, alvitrava à Comissão outro tipo de intervenção, nomeadamente no âmbito da cultura cívica:

"Bons serviços póde prestar a Comissão Central 1° de Dezembro, não pretendendo fazer-se interprete dos sentimentos nacionaes perante toda a Europa, mas promovendo até onde lhe é possivel o renascimento do sentimento publico, illustrando-o, e guiando-o"[104].

Mas se o jornal de António Rodrigues Sampaio não se revelou nunca muito entusiasmado com os alvitres da Comissão, no que, ironicamente, se assemelhou ao *Português*[105], seu adversário político e opositor em muitas batalhas, menos ainda se revelou *A Liberdade*, periódico liberal da responsabilidade de Jacinto Augusto de Freitas Oliveira, que logo em 1861 se manifestou expressa e reiteradamente contra a comemoração do 1° de Dezembro. *Os projectados festejos do 1° de dezembro* foi o artigo que deu o mote; apesar de louvar as boas intenções dos indivíduos que integravam a comissão, censurava os especuladores e o governo que permitia estas manifestações que apresentavam dois perigos fundamentais; um era o rídiculo, se a comemoração não fosse tão solemne quanto o motivo que a inspirava, outro, as consequências fatais que a imprudência ou o entusiasmo desvairado de alguns pudessem provocar. É sobretudo a opinião pública espanhola que este artigo receia; na óptica do autor, foi ela e não o governo que levou à guerra em Marrocos, por isso, sendo tão popular em Espanha a ideia da união ibérica, tais festejos premeditados e de tardia lembrança poderiam ser tomados como provocação o que incendiaria o rastilho da invasão necessariamente funestíssima para Portugal, haja em vista o calamitoso estado militar do país. A possibilidade de guerra peninsular, não era aliás figura de estilo neste texto:

"O verdadeiro festejo, a verdadeira manifestação anti-iberica que todos devemos dar, é fazermos todos os sacrificios, governo e

---

104 *Revolução de Setembro*, n° 8021, 4 de Março de 1869, p. 1-2.

105 *O Português* representou um dos exemplos de contenção e discrição relativamente a essa comemoração nacional. Em 1862 deu alguma publicidade às actividades da Comissão e publicou dois poemas alusivos à efeméride, mas nos anos seguintes não lhe fez referências substanciais. O seu sucessor, *A Independência Nacional*, talvez em função da sua vida efémera (Fevereiro a Junho de 1867), seguiu-lhe a orientação neste particular.

paiz, para nos collocarmos em circumstancias de sustentarmos uma guerra de tres annos com a Hespanha, a que podemos estar sujeitos, se a politica do gabinete de Madrid não soffrer dentro em pouco radical alteração"[106].

Idêntica posição é defendida por Albano Coutinho que em carta à *Liberdade* expôs os seus argumentos relativamente ao projectado "vivório" para o 1° de Dezembro. Embora reconheça a importância histórica da data, as manifestações aparatosas afiguram-se-lhes inoportunas, porque a imprensa espanhola havia já reconhecido os seus excessos, e imprudentes porque se produzissem desentendimentos entre os dois países Portugal não estaria em posição de se defender:

"Não podemos nem devemos declarar-nos contra as demonstrações jubliosas de um dia glorioso para a nossa patria; mas, temos necessidade de não confundir o jubilo espontaneo, o jubilo do coração, com o apparato apaixonado, mas, temos obrigação de ser modestos, priincipalmente quando não podemos sustentar orgulho; mas, temos obrigação de não nos darmos em triste espectaculo; mas, temos obrigação de guardar as boas relações com os nossos visinhos, fazendo quanto em nós couber por estreitar, mais e mais, essas relações; mas, temos obrigação de não nos levantarmos difficuldades; mas, temos obrigação de occultar as miserias, que vão por nossa casa; mas, temos, emfim, obrigação de não comprometter, ou, ainda mesmo, de não arriscar o nosso futuro com imprudencias indesculpaveis, e que alguem pode mesmo classificar de provocadoras"[107].

Nesta base condena os "festeiros do 1° de dezembro" que dizem querer despertar o espírito de nacionalidade abatido, quando os males do país são outros, como a ineficácia da administração, a inoperância da justiça, os tentáculos da corrupção. Nestas áreas é que o país deveria construir a sua independência: "Quem quizer colher, não ha de berrar, ha de trabalhar"[108].

Ainda com o título *O dia 1° de dezembro*, novo artigo criticava o adormecimento do governo que assistia de braços cruzados aos preparativos, se bem que considerasse vergonhoso que

---

106 *A Liberdade*, Lisboa, n° 17, 16 de Julho de 1861, p. 1.
107 *Ibidem*, n° 20, 19 de Julho de 1861, p. 1.
108 *Ibidem*, p. 2.

ele viesse a proibir os festejos nas vésperas, por "medo proprio, ou por insinuações estrangeiras". Sempre receoso de que tal manifestação degenerasse em "arraial caricato", *A Liberdade* aconselhava que o governo tomasse as rédeas da comemoração, convertendo os preparativos da festa popular em sóbrias manifestações cívicas de beneficência:

"O que nos parecia conveniente e digno era, que o governo decretasse já a grande gala para o dia 1° de dezembro, e que prohibisse terminantemente qualquer outra manifestação publica. As commissões já eleitas para promoverem a festa da nossa independencia, que seguissem o exemplo da commissão dos habitantes de Aveiro, empregando todos os seus esforços para obterem uma subscripção, cujo producto reverta a favor dos asylos ou dos hospitaes das localidades; e com isto terão feito uma manifestação proveitosa e pacifica, não nos expondo a desaires, que não poderemos repellir no presente, e que talvez não possamos vingar no futuro"[109].

Uma notícia publicada em Setembro reflectia um certo apaziguamento entre *A Liberdade* e a Comissão, relativamente à natureza da manifestação:

"Parece que está resolvido que o festejo do glorioso dia da nossa independencia se resumirá a um *Te-Deum* na egreja de S. Domingos, em um monumento, em forma de obelisco com o busto de João Pinto Ribeiro e os nomes de todos os conjurados.

Das pessoas que compõem esta commissão não havia que esperar senão toda a circunspecção e acerto no meio de levar por diante esta idéa nacional"[110].

O *Correio da Europa*, continuador do *Doze d'Agosto* de Albano Coutinho, censurou em 1867 o destaque que o tema da comemoração do 1° de Dezembro alcançara na imprensa periódica:

"Occupou-se a imprensa do paiz largamente com o anniversario do 1° de Dezembro, parece-nos que de um modo bem contrario ás aspirações da civilisação moderna.

---

[109] *Ibidem*, n° 24, 24 de Julho de 1861, p. 1. Este artigo patenteia o seu desacordo com a ideia defendida por Albano Coutinho de se promover uma representação das câmaras municipais ao rei para lhe solicitar a nomeação de um ministério forte e liberal, já que havia uma câmara de representantes do povo. Coutinho contra-argumentou, afirmando que se vivia em ditadura, no n°25, de 25 de Julho de 1861, p.1-3.

[110] *Ibidem*, n° 64, 10 de Setembro de 1861.

As aspirações da civilisação moderna levam-nos para a confraternidade geral. (...) Ao menos os sacerdotes da imprensa liberal deviam occupar-se mais em fazer esquecer as divergencias passadas, e abrir caminho para a confraternidade dos povos, ainda mesmo tratando-se dos que hontem se mostraram mais antagonistas, do que, a pretexto de um mal entendido patriotismo, fazer reviver malcrenças entre povoações da mesma raça, da mesma religião, e com as mesmas aspirações.

Correram os seculos, são todas outras as tendencias, e os discolos d'outr'ora mostram-se, obedecendo ás irresistiveis tendencias da epoca, dispostos á confraternidade, devemos combatel-a?

Não, devemos ajudal-a, mesmo porque é esse o nosso officio.

Não sabemos se foi a Portugal mais fatal, do que propicio o acontecimento de 1640... mas devemos ainda fazer obra pelo que se passou, corre para 300 annos?

Não."[111]

Uma atitude que se tornou bastante frequente na 2ª metade da década de sessenta, foi a de considerar que pese embora a nação tivesse todo o direito de solenizar os grandes dias da sua História, a "boa política", entenda-se por isto sobretudo a boa gestão financeira e administrativa, era a melhor forma de sustentar a autonomia. Um excerto de um artigo de fundo da *Gazeta de Lisboa*, que reclamava o armamento a todo o custo, serve para ilustrar esta postura:

"A independencia dos povos não se mantem, nem exalta com festejos. Se a ufania de suas glorias se reforça e engrandece com estas solemnidades, tornar-se-hão ellas formulas de mera ostentação, quando outros actos mais positivos não hajam precedido, e accompanhado essas festividades de regosijo nacional.

(...) Ter as finanças desorganisadas, a administração sem ordem, o exercito sem instrucção nem armamento moderno, e gastar dinheiro em festas a respeito de um ou outro dia de recordação gloriosa para o nosso orgulho de povo livre, é

---

[111] *Correio da Europa*, Lisboa, nº 23, 13 de Dezembro de 1867, p. 1. Estas considerações não o impediram todavia de publicar no mesmo número, p. 4, diversas notícias respeitantes à actividade da Comissão, bem como aos festejos realizados em diversos pontos do país.

desconhecer quaes sejam as verdadeiras bases sobre que assenta a consideração e valia dos estados"[112].

Todavia, e porque a coerência e unicidade de pensamento eram raramente atingidas em qualquer orgão da imprensa, neste mesmo número, uma notícia que anunciava as projectadas *Manifestações Patrioticas* em diferentes pontos do país, terminava com o seguinte afirmação: "Bem hajam os que assim procedem..."[113]

No tocante à imprensa portuense, o *Diário Mercantil* foi o que apresentou maiores reservas ao programa da Comissão. Em fins de Julho de 1861 aceitou publicar um texto recebido pela posta interna, intitulado *O Iberismo e os Festejos do 1° de Dezembro* que considerava prioritária a subscrição para a compra de armamento e organização de uma guarda nacional[114]. No início do mês seguinte um extenso artigo da responsabilidade de um dos redactores, com o título *O 1° de Dezembro e os Festejos*, expunha claramente a sua concepção do que deveriam ser as manifestações do aniversário da Restauração, e dava, simultaneamente, uma curiosa imagem da divergência de opiniões que sobre o assunto grassava na imprensa portuguesa:

"Não approvamos quaesquer peparativos, que se possam fazer para dar uma demonstração popular de regozijo pelo anniversario do proximo 1° de dezembro.

(...) Queremos festejos, mas festejos, que radiquem bem fundamente o sentimento da nacionalidade. Queremos festejos, mas sem que offendam os brios da nação visinha, que os póde ter como nós.

A imprensa periodica tem quasi unanimemente mostrado os perigos da manifestação popular. Parte vota contra esta em geral. Parte dá um alvitre para festejar o anniversario. Parte dá outro.

Nós não queremos outros festejos além d'aquelles que escusam preparativos extraordinarios.

Póde-se levar á scena um drama allusivo. Póde-se commemorar o dia na imprensa. Podem-se arvorar bandeiras nacionaes. Mas a demonstração d'esse dia deve ficar ahi.

---

112 *Gazeta de Lisboa*, n° 43, 29 de Novembro de 1868, p.1.

113 *Ibidem*, p. 2.

114 *Diario Mercantil*, Porto, n° 455, 25 de Julho de 1861, p. 1.

As opiniões teem-se multiplicado quanto aos festejos e o modo de o executar. Qual declara-se pelas luminarias e os copos. Qual pelos actos de philantropia. Qual pelos armamentos e as fortificações. Qual pelo decreto official de gala para o dia em questão. Qual pela cohibição dos festejos populares pelo governo.

As luminarias e os copos são uma ridicularia de rapaz d'escola. As obras de caridade em relação ao anniversario da nossa independencia são um disparate. A guarnição das praças e o augmento da força armada são cousa independente do 1° de dezembro.

O reconhecimento da gala nacional pelo governo é justo. O povo já a considera como tal. É uma simples confirmação do que já existe. O rei no paço celebrou o anno passado o que todos os seus subditos celebramos.

No pé, em que está a questão, os festejos são inevitaveis. É certo, que algumas demonstrações notaveis sa farão. Resta pois que o governo se possua d'uma circumspecção modelo, e siga passo a passo o povo nos projectados festejos.

O governo não pode prohibir terminantemente qualquer manifestação publica. Os que dizem tal, servem-se só d'uma nova arma d'opposição. A liberdade não é isto. A liberdade não é suffocar na boca do povo o viva enthusiastico.

Prevenir a desordem, zelar o comedimento, eis o que o governo póde e deve fazer"[115].

O tom didáctico deste libelo acentua-se gradualmente, explicando o autor que o 1° de Dezembro se festejava todos os dias do ano porque representava a própria independência nacional. Tal comemoração, era então perspectivadas sob elevadas exigências de índole cultural, social e patrimonial, porque se realizava, segundo parecer do autor, no teatro português onde se evocavam as tradições e vultos gloriosos, "apurando a linguagem das massas acrisolando-lhes os costumes"; na imprensa onde se veiculavam "doutrinas substanciais, solemnisando datas celebres da historia e escrevendo com patriotismo"; na associção, publicando jornais por meio dela, instruindo e civilizando; na instrução, para que todos leiam, "para que as letras patrias, verdadeiro termometro do calor nacional, prosperem e floresçam"; nas bibliotecas, "archivando as

---

115 *Ibidem*, n° 463, 3 de Agosto de 1861, p. 1.

preciosidades bibliographicas, não as despojando das que possue, adquirindo todos os exemplares da boa litteratura patria"; nos monumentos do país, protegendo e admirando os "sarcophagos dos nossos maiores"; enfim, governando bem e produzindo melhoramentos.

Defendendo que a caridade era disparatada, e a subscrição para armamento não deveria derivar do 1° de Dezembro porque, além de poder mal sucedida, quem tivesse um tostão em vez de uma libra passaria por bom castelhano, este artigo apresentou em conclusão uma tríplice estratégia contra o iberismo: boa imprensa, bom parlamento, bom governo.

Outro artigo de fundo, da autoria de outro redactor, apoiou este pensamento adverso a festejos a extraordinários, mas revelou-se a favor da subscrição portuense para aquisição de um vaso de guerra, que tomaria o nome de corveta 1° de Dezembro. Uma subscrição regional não correria os mesmos riscos de insucesso de uma realizada à escala nacional, além de que não deveria haver uniformidade de demonstrações festivas em todo o reino; cada terra tinha seus usos e índole, sendo provável que Bragança, Elvas e Guarda se mostrassem mais favoráveis à realização de fortificações terrestres[116].

Em Outubro, quando o *Diário Mercantil* publicou o Manifesto e Circular, lamentou que a Comissão não tivesse adoptado a ideia, nascida no Porto, de festejar o aniversário da Restauração oferecendo alguns navios ao Estado português[117].

Fiel ao seu propósito de comemorar o 1° de Dezembro nas páginas da imprensa, o *Diário Mercantil* publicou um artigo de evocação histórica em 30 de Novembro e três outros em 2 de Dezembro[118], e deu à questão dos festejos lugar de destaque na sua revista do ano de 1861, publicada em inícios do ano seguinte[119].

---

116 *Ibidem*, n° 471, 13 de Agosto de 1861, p. 1. Refira-se que já o artigo principal do n° 480, de 24 de Agosto, defendia a legitimidade da vontade de um povo em querer dizer que é independente, não havendo aí qualquer crime, erro, ou inconveniência.

117 *Ibidem*, n° 515, 4 de Outubro de 1861, p. 1.

118 Ibidem, n° 564, 2 de Dezembro de 1861. Explica-se nesta edição a não inclusão destes artigos no dia 1 de Dezembro em virtude do luto nacional. O 1° artigo intitulou-se *A Independencia Nacional. Portugal e Hespanha*, e o seu tema principal era a bipolarização governos/povos e elogiava a solidariedade dos povos português e espanhol, a despeito dos erros dos seus educadores, como Mas, Marcoartu, Gullon; símbolo da amizade entre os dois povos era a

Mas em 1868, quando os diferentes sectores da sociedade portuguesa se envolviam intensamente na comemoração do 1° de Dezembro, o *Diário Mercantil* abstém-se de publicar qualquer texto evocativo da efeméride e menospreza as iniciativas da Comissão:

"Ontem, 2ª feira, recebemos uma circular com data de hoje assinada por tres senhores, o primeir é o snr. Manoel da Moita, que nos convida a um *Te-Deum* na Sé, á uma e meia da tarde.

É quanto nos consta, nem mais é necessario. Não se diz que haja bodo aos pobres, nem a estabelecimentos de caridade"[120].

Quanto ao foguetório, diria que "a profusão não foi grande e ainda bem"[121].

A baixa "temperatura comemorativa" do *Diário Mercantil* equivalia à sua nenhuma "febre monumental"; ao comentar uma correspondência anónima que solicitava a erecção de um monumento a Pinto Ribeiro, no largo da Cordoaria, como forma de saldar uma "divida nacional e sagrada", afirmou:

"Pois em vez de um monumento não seria muito mais racional pedirmos alguma cousa em que a gente se sente?

Inaugura-se um passeio publico. Arrua-se, cinge-se de um gradeado. Ninguem, a não ser um poeta ou um philosopho peripatetico, pede um monumento, quando falta pedir bancos"[122].

Já o *Comércio do Porto* denotava uma bem mais acesa vontade de traduzir em pedra a homenagem da nação aos seus heróis. Apoiou a proposta do membro da Comissão Central, João José Barbosa Marreca, que visava dar um mausoléu condigno a João Pinto Ribeiro, junto do sepulcro de D. João IV ou, em virtude da dificuldade em encontrar a sua sepultura devido ao estado de ruína do convento de S. Francisco, construir-lhe um busto ou uma simples lápide na sala das sessões do município lisboeta. Pois o *Comércio*,

---

exposição industrial do Porto que recebera uma importante representação da Catalunha, flutuando então a bandeira espanhola no palácio da Bolsa. O 2° artigo, sob o título *O Primeiro de Dezembro*, elogiava o culto da nacionalidade em que Herculano e Rebelo da Silva haviam dado grandes exemplos, coadjuvados pela imprensa, e incitava os espanhóis "discretos e razoaveis" a respeitrem a autonomia portuguesa. O 3° texto, da autoria de Soares Romeu Júnior, evocava o 1° de Dezembro como o dia de união da grande família portuguesa, pela paz e pela prosperidade.

[119] *Ibidem*, n° 589, 2 de Janeiro de 1862, p. 1.

[120] *Ibidem*, n° 2661, 30 de Novembro de 1868, p. 2.

[121] *Ibidem*, n° 2663, 2 de Dezembro de 1868, p. 2.

[122] *Ibidem*, n° 2590, 9 de Setembro de 1868, p. 2.

que defendera o restauro dos azulejos do palácio dos Almadas, reputando-o como "um entre tantos protestos anti-ibericos"[123], viu desta forma a colocação da singela lápide:

"Demonstração patriotica, sem apparatos inconvenientes, digna do povo da capital e de uma nação que confia na sua justiça para sustentar a sua independencia"[124].

Este diário portuense revelou desde logo o seu apoio à intenção e proposta de festejos da Comissão que saudou pelas suas "ideias magnificas", e aderiu sem reticências ao Manifesto e Circular[125].

O *1º de Janeiro* marcou também posição pelo cepticismo em relação aos festejos, patenteado logo na sua primeira edição que, talvez não por acaso, foi dada à estampa no 1º de Dezembro de 1868:

"Mas será com *Te-Deums* e festejos, discursos e versos, que defenderemos a nossa independencia se ella for atacada?

(...) Ha-de ser com armas e não com foguetes, que teremos de defender a nossa independencia. Não são pois más as demonstrações de amor da independencia, mas fôra melhor traduzir esse amor em actos mais efficazes, em meios mais seguros de conservar a nossa autonomia"[126].

Os meios que propunha passavam pela reorganização financeira e pela defesa armada, tendo sido estrénuo defensor e mentor da criação da Escola de Armas do Porto.

A imprensa de Coimbra comportou-se como uma importante correia de transmissão das comissões locais para a comemoração do aniversário da Restauração, não descurando o que, com o mesmo fim, se fazia na capital e pelo país. O *Comércio de Coimbra* cumpriu escrupulosamente esta missão, publicitando com entusiasmo todos

---

123 *O Commercio do Porto,* nº 161, 19 de Julho de 1861, p. 1.

124 *Ibidem*, nº 176, 6 de Agosto de 1861, p. 3.

125 *Ibidem*, nº 228, 5 de Outubro de 1861, p. 1. Já em Julho uma correspondência assinada por Rodrigo de Beça, de Penafiel, criticara o artigo *Do que seja o iberismo*, publicado no *Jornal do Comércio*, assinado por Veritas que era o pseudónimo de Carlos José Caldeira, acusando-o de conter censuras implícitas às manifestações públicas anacrónicas. (Cf. nº 148, 4 de Julho de 1861, p. 1).

126 *O 1º de Janeiro*, Porto, nº 1, 1 de Dezembro de 1868, p. 1. No ano seguinte lamentou, contudo, que as comemorações no Porto se limitassem ao *Te Deum*, e noticiou as comemorações de Lisboa, Viseu, Braga, Setúbal, Barcelos, etc. (Cf. nº 268 e 270, de 1 e 3 de Dezembro de 1869).

os passos conducentes à criação e desenvolvimento da comissão central conimbricense animada pelo presidente do município Dr. Raimundo Venâncio Rodrigues que em Maio de 1861 disponibilizara 500$000 reis para os festejos, bem como das sub-comissões do distrito, como Oliveira do Hospital, Arganil, Gois, Lousã, etc[127].

Em alguns números de Junho as primeiras páginas do *Comércio de Coimbra* devotaram-se à publicitação dos extratos das actas das sessões da edilidade e da comissão central, bem como do detalhado projecto de programa comemorativo do 1° de Dezembro[128]. Apesar de informado de maior precaução e sobriedade, este labor repete-se em Outubro e Novembro[129], até que a morte do monarca imprimiu uma inflexão aos planos. Todavia, o *Comércio de Coimbra* não esmoreceu e, em virtude da "parte activa" que tinha assumido na questão dos festejos, considerou-se no direito de opinar sobre a forma mais conveniente de os realizar, apesar dos últimos acontecimentos:

"Em nosso entender estão preteridos os programmas; e sabemos que a opinião d'alguns dos membros da commissão central, e que de certo preponderá na maioria da mesma commissão, é que se não annulem os esforços já feitos; que se não risque da memoria dos portuguezes aquella era de emancipação nacional; mas, nada de pompas, nem de apparatos, que se não concilliam com a dor que nos opprime; que, pelo contrario, se continue a promover a subscripção, já tão adiantada; que se distribuam esmolas; que se dê um jantar aos prêsos; e que a maior soma possivel seja entregue no asylo da mendicidade; — não dispensando a entrada, naquelle dia, de alguns mendigos. Assim não se contraria o voto d'aquelles que delegaram na commissão central a realisação dos festejos, e obtêm-se dois proficuos resultados — solemnizar o anniversario da restauração de Portugal, e suffragar a alma do patriotico monarcha D. Pedro V"[130].

---

127 "Já se vê que as terras pequenas não querem deixar-se vencer em patriotismo pelas grandes cidades, e ficarem immoveis quando se prepara tão patriotica manifestação dos brios nacionaes" (Cf. *Commercio de Coimbra*, n° 74, 13 de Julho de 1861).

128 *Commercio de Coimbra*, n° 63, 5 de Junho de 1861, p. 1-2, e n° 65, 12 de Junho de 1861, p. 1.

129 *Ibidem*, n° 103, 23 de Outubro, p. 3-4; n° 105, 30 de Outubro, p. 3; n° 107, 6 de Novembro, p. 2-3.

130 *Ibidem*, n° 11, 20 de Novembro de 1861.

No ano seguinte este bisemanário relatou os festejos ocorridos, mas lamentou que a concorrência não tivesse correspondido às expectativas, em virtude de não ter sido concedido feriado na maioria das repartições públicas e na Universidade, apesar de no ano anterior, essa resolução ter sido aprovada em claustro pleno[131].

Embora de forma menos extensa e ostensiva, o *Tribuno Popular*, outro bisemanário da cidade do Mondego, patenteou o seu apoio às comemorações nacionais do 1° de Dezembro. Ao longo da década de sessenta, este periódico afecto ao partido progressista histórico noticiou os festejos aí ocorridos, sublinhando em 1864 a ordem e socego que os caracterizava, considerando em 1868 que, apesar de não se ter assistido a imprudências nem loucuras, essas festas eram uma "luva atirada á cara dos nossos visinhos"[132], lembrando no ano seguinte que as relações internacionais se podiam apertar sem que as nacionalidades se confundissem[133].

O *Conimbricense* foi, todavia, o campeão da memória da revolução de 1640, que destacada e longamente evocou em Dezembro de 1860[134]. A partir de Maio do ano seguinte, o periódico de Joaquim Martins de Carvalho noticiou com detalhe escrupuloso a formação, constituição, deliberações e actividades da Comissão Central de Coimbra, das comissões paroquiais, e da comissão académica[135], e justificou, tão documentadamente quanto possível, a celebração desse aniversário[136].

---

131 *Ibidem*, n° 219, 3 de Dezembro de 1862. Apesar da mágoa em função do brilho dos festejos não ter atingido em Coimbra o nível desejado, este periódico noticiou os de outros pontos do país, nomeadamente através da transcrição de textos do *Jornal do Comércio* e do *Comércio do Porto* (Cf. n° 220, 6 de Dezembro de 1862). Após um período de interrupção, este jornal retomou funções em Agosto de 1864, sob direcção de Olímpio Nicolau Rui Fernandes, o mais destacado arquitecto dos festejos do funesto ano de 1861, concedendo visível destaque às comemorações desse ano.

132 *O Tribuno Popular*, Coimbra, n° 1338, 2 de Dezembro de 1868.

133 *Ibidem*, n° 1442, 1 de Dezembro de 1869.

134 *O Conimbricense*, n° 716, 4 de Dezembro de 1860, p. 3. Além de uma extensa evocação histórica da Restauração, lembrou os aspectos mais marcantes que ela assumiu em Coimbra, e transcreveu excertos da *Restauração de Portugal Prodigiosa*. Oito anos mais, outro periódico da cidade achou por bem transcrever algumas passagens desta obra de D. Gregório de Almeida (Cf. *O Paiz*, Coimbra, n° 274, 4 de Dezembro de 1868, p. 3-4).

135 Os pormenores que este periódico fornece sobre os preparativos dos festejos são realmente surpreendentes. Além da pequena divergência sobre o programa dos mesmos protagonizada pelo par do reino e juiz de direito Miguel Osório Cabral e por Olímpio Nicolau Rui Fernandes, administrador da

Apesar de apoiar as formas convencionais de comemoração do 1° de Dezembro, de que foi, aliás, um noticiador atento, o *Conimbricense* reinvindicou em 1868 manifestações mais radicais, pronunciando-se a favor do armamento nacional:

"Em vez de gastar largas sommas nessas demonstrações, em vez do estrondo dos foguetes e dos morteiros, e dos sons das philarmonicas da rua, e do antochão nas egrejas, valia mais a pena comprar armas para dar ao povo, e ouvir o ecco dos tiros nas escholas, que já devia haver disseminadas por todo o paiz"[137].

No 1° de Dezembro desse ano o *Conimbricense* chegou às mãos dos seus leitores ostentando uma bela primeira página, com uma vistosa vinheta e um texto comovido (epigrafado com uma estrofe do *D. Jaime*), que concluía com um alerta:

"Saudemos pois o anniversario da nossa independencia; e empreguemos os esforços necessarios, para a conservar por todos os meios. Não ha Hespanha, nem Iberia, nem região, nem imperio, que valham este ceu e este torrão, e mais que tudo esta preciosa liberdade"[138].

Não admira pois que logo a seguir aos festejos que tiveram lugar por todo o país, o *Conimbricense* insistisse que não tinha havido "largos dispendios", pelo que ficavam "recursos para a compra de armas e outros meios de defeza"[139] já que, tendo em vista os acontecimentos de Espanha, armar o país com armas de construção moderna era então a prioridade nacional.

Imprensa da Universidade, podemos seguir, entre outros aspectos, a evolução e proveniência das quantias apuradas para a celebração; por exemplo, em Outubro, a comissão de S. Bartolomeu, dirigida por António Santos Pereira Jardim, tinha já levantado 106$000 reis e 5 alqueires de feijão (Cf. n° 810, 29 de Outubro de 1861). Ainda a título de exemplo, a reunião de 3 de Novembro deliberou "que só se dispensasse a quantia estritamente necessaria para um certo numero de girandolas" e concluiu que "sendo de triumpho a procissão que se projecta, serão admitidos anjos o que se fará annunciar para conhecimento das pessoas que costumam tomar a seu cargo o adorno dos mesmos anjos" (Cf. n° 812, 5 de Novembro de 1861).

136 Entre outros, refira-se o artigo de A. T. Félix a Costa, *Commemoração do anniversario do dia 1° de dezembro de 1640*, que fazia algumas transcrições dos Capítulos Gerais de 28 de Janeiro de 1641, enfatizando o pedido feito pelo Estado do Povo para que se realizasse a procissão solene em todos os lugares do reino (Cf. n° 810, 29 de Outubro de 1861, p. 4).

137 *O Conimbricense*, n° 2225, 21 de Novembro de 1868, p. 1.

138 *Ibidem*, n° 2228, 1 de Dezembro de 1868.

139 *Ibidem*, n° 2229, 5 de Dezembro de 1868.

Também empenhados na divulgação das comemorações nacionais do 1° de Dezembro, revelaram-se dois outros bisemanários da cidade, o *País* , da responsabilidade de Eleziário Casal, e o *Jornal de Coimbra*, editado por Joaquim José Pena.

Como seria de esperar, a imprensa da província correspondeu da melhor maneira aos objectivos da Associação Nacional 1° de Dezembro, e funcionou como agente mobilizador e organizador das comemorações locais, muitas vezes por emulação com outras localidades e respectivas empresas jornalísticas.

Em Junho de 1861, a *Razão* expressava o desejo de que as câmaras do distrito de Viana do Castelo seguissem o exemplo da edilidade coimbrã que votara a quantia de 500$000 reis para os festejos, e manifestava-se crente numa pronta deliberação da Câmara de Valença, relativamente a esse assunto[140]. A *Voz do Minho* também defendeu os festejos na sua vila pese embora não pudessem ser "ruidosos e de grande dispendio"[141] e, sobretudo a partir de 1866, sublinhou o significado patriótico da comemoração, noticiou detalhadamente as celebrações aí ocorridas e divulgou as das principais cidades do reino, esmerou o aspecto gráfico da sua edição do 1° de Dezembro de 1868[142], no que foi seguida por outros periódicos minhotos, como o *Letes*[143], *Vianense*[144], *Religião e Pátria*[145], *Bracarense*[146], entre outros. O *Popular*, sucessor do *Eco dos Funcionários* e que Silva Pereira apresentou como periódico do partido republicano entre Agosto de 1868 e finais do ano seguinte[147], foi um dos orgãos da imprensa bracarense que mais animadamente exaltou os festejos do 1° de Dezembro[148].

---

140 *A Razão*, Valença, n° 967, 1 de Junho de 1861, p. 4.

141 *A Voz do Minho*, Valença, n° 1135, 25 de Novembro de 1862, p. 1. Este periódico sucedeu à *Razão*.

142 *Ibidem*, n° 2017, 1 de Dezembro de 1868. A 1ª página ostentava o brasão de armas da monarquia portuguesa inserida na legenda "Deus e Patria".

143 *O Lethes*, Ponte de Lima, n° 400, 1 de Dezembro de 1868.

144 *O Vianense*, Viana do Castelo, n° 1608, 1 de dezembro de 1868.

145 *Religião e Patria*, Guimarães, 8ª série, n° 50, 18 de Novembro de 1868.

146 *O Bracarense*, n° 1630 e 1631, de 1 e 3 de Dezembro de 1868.

147 PEREIRA, A. X. da Siva — *O Jornalismo Portuguez*, Lisboa, Typ. Soares, 1895, p. 112.

148 Vejam-se, entre outros, o artigo de fundo de 9 de Dezembro de 1868 (n° 98); o comunicado *É com a Hespanha* de Hipólito Malheiro Correia Brandão (n° 99, 16 de Dezembro), as poesias alusivas à efeméride, etc.

Registo mais contido relativamente à febre celebracionista apresentou a *Aurora do Lima*, periódico de Viana do Castelo afecto ao partido progressista histórico[149], asim como o *Vimaranense* e a *União Progressista*[150].

A *Gazeta da Povoa do Varzim*, apoiante do golpe saldanhista de 19 de Maio de 1870, apoiou os trabalhos da comissão de festejos daquela localidade[151] e, dois anos mais tarde, lamentou o seu adormecimento e consequente diminuição do brilho dos festejos[152].

O principal orgão do partido regenerador em Aveiro, o *Campeão das Províncias*[153], tornou-se o grande divulgador das actividades aí desenvolvidas em prol das celebrações do 1° de Dezembro, reivindicando em 1868 e 1869, tal como outros orgãos da imprensa nacional afecta ao partido, a susbstituição dos festejos por subscrições para armamento[154].

Paralelamente, ganhava expressão a opinião crítica face a estas manifestações. Um folhetim de 1870 intitulado *A Iberia ou Hespanha*, publicado sob o criptónimo "Visionário", não dava grande credibilidade à Sociedade 1° de Dezembro, composta, a seu ver, "d'alguns ibericos e homens crentes e patriotas", e sugeria atitudes mais reservadas:

"Confiar na Providencia, e nada de armamentos á Barreto Feio, nem de bravatas da commissão do 1° de dezembro, porque, nem mesmo com as damnosas fortificações da cabeça patriotica do

---

149 Após receber o manifesto e circular da Comissão Central solidarizou-se com a intenção de uma manifestação nacional que, a seu ver, deveria ter um "profundo caracter de elevação e seriedade" (Cf. n° 873, 9 de Outubro de 1861), não voltando todavia, nos anos subsequentes, a referir-se a tais celebrações.

150 Periódico sustentado entre fins de 1865 e inícios do ano seguinte pelo centro fusionista de Braga.

151 Cf. n° 84, 9 de Novembro de 1870; n° 87, de 23 de Novembro; n° 90, de 3 de Dezembro.

152 Cf. n° 241, 8 de Dezembro de 1872.

153 Sucedeu em 1859 ao *Campeão do Vouga* e manteve-se até 1889 um dos principais periódicos aveirenses.

154 Cf. n° 1707, 28 de Novembro de 1868 (texto assinado por um colaborador assíduo, Sebastião Joaquim Baçam, escrito na capital em 22 de Novembro); e n° 1811, 1 de Dezembro de 1869 (artigo de fundo sem título). Nesta edição de 1869, a efeméride é marcada por um texto de duas páginas assinado por Manuel Marques Nogueira de Amorim e Silva, de Oliveira de Azeméis, intitulado *O dia 1° de Dezembro de 1640* que, além da inprescíndivel evocação histórica, critica as manobras de Saldanha e refere os festejos de outras localidades, como Viseu, Portalegre, etc.

sr. marquez de Sá e do alcance da celebre peça de Paulo Cordeiro se salva o paiz"[155].

O *Distrito de Aveiro*, afecto ao partido progressista histórico, evocou sobriamente o aniversário do dia da emancipação de Portugal, afirmando que era "um dever lembrar tão fausto acontecimento"[156], concedendo que se tratava de uma data que não podia "sem alvoroço comemorar-se", já que a própria revolução de 1640 fizera "rebentar a cratera do vulcão das massas populares"[157].

O *Viriato*, destacado jornal de Viseu que iniciou funções em 1855, patenteou uma evolução relativamente à questão da celebração do 1° de Dezembro. Em 1867 e 68 aderia às manifestações nacionais que louvavam o memorável dia e simultaneamente patenteavam a clara rejeição da união ibérica[158]. No ano seguinte, contudo, o discurso do aniversário da Restauração era outro: considerava as comemorações inofensivas e inocentes mas também desnecessárias, e isto porque o amor pátrio não precisava de estímulos, além de que o 1° de Dezembro lembrava a glória de 1640 mas também a vergonha e o abatimento politico-moral de 1580. Considerando pouco honroso lembrar as causas da perda da independência (o fanatismo de alguns monarcas; os maus governos; a imbecilidade de um padre "velho ignaro e vendido", etc.), este texto insistia que o povo tinha agora mais ilustração, dispondo de algumas garantias de independência do seu país, tais como a civilização actual, a imprensa e o sentimento nacional, concluindo:

"As demonstrações servem apenas para fazer figas a algum iberico, se o ha. E esse serviço é por extremo pequeno e desnecessario"[159].

A correspondência de Albano Coutinho, expedida de Mogofores, convergia nesta visão crítica dos festejos da capital; referia-se-lhes com expressões depreciativas ("vivorio dos costume"; "agora sim deve considerar-se salva a patria") e

---

155 *O Campeão das Provincias*, Aveiro, n° 1907, 5 de Novembro de 1870.

156 *Districto de Aveiro*, n° 574, 1 de Dezembro de 1864.

157 *Ibidem*, n° 608, 30 de Novembro de 1866.

158 *O Viriato*, Viseu, n° 1322, 5 de Dezembro de 1867 (esta edição incluía ainda o total apoio às ideias de Santos Firmo exaradas no *Diário Popular* de 26 de Novembro que reclamavam a construção do monumentos aos heróis de 1640); n° 1426, 1 de Dezembro de 1868.

159 *Ibidem*, n° 1531, 3 de Dezembro de 1869.

considerava que nesse ano a costumada comédia tinha sido revista e aumentada com as manobras de Saldanha e do exército[160].

Quanto ao *Magriço* e seu sucessor *Distrito da Guarda*, as colecções consultadas encontravam-se de tal forma truncadas que nos resta apenas dizer que o primeiro, em 1864, evocou o 1° de Dezembro de 1640 de uma forma especial, saindo dos prelos com a primeira folha vistosamente engalanada[161].

Nesse mesmo ano, o texto de Morais Sarmento que evocava a efeméride no *Comércio da Covilhã*, insistia que Portugal não se deveria queixar dos "irmãos estrangeiros" mas sim dos "filhos degenerados" a quem desejava o mesmo fim de Miguel de Vasconcelos[162].

Também a *Sentinela da Liberdade*, segundo Silva Pereira de orientação maçónica[163], aproveitou o aniversário da Restauração para alertar o país contra os seus inimigos internos[164]. E tanto assim que explicou o redobrar dos festejos no 1° de Dezembro de 1867 e seu "protesto popular e expontaneo", não em virtude de qualquer tentativa ibérica por parte de Espanha que tivesse ocorrido recentemente, mas por razões de ordem interna, já que "tudo quanto fôr governar mal Portugal é impellil-o para a sujeição á Hespanha", mostrando os festejos do 1° de Dezembro que "a taça dos aggravos vae estando cheia e o dia do castigo approxima-se talvez"[165].

---

160 *Ibidem*, n°1534, 14 de Dezembro de 1869. (A correspondência de Albano Coutinho está datada de 3 do mesmo mês). Refira-se, contudo, que estes textos não chegavam para imprimir uma orientação pro-iberista ao periódico que, por exemplo, também publicava as correspondências de Peniche de A. Butler, e os seus textos em prosa e verso verrinosamente anti-ibéricos.

161 *O Magriço*, Trancoso, n° 170, 1 de dezembro de 1864.

162 *Commercio da Covilhã*, n° 13, 3 de Dezembro de 1864.

163 PEREIRA, A. X. da Silva — *O Jornalismo Portuguez...*, p. 102.

164 "Em 1580 como em 1867 havia ibericos em Portugal, eram os traidores vendidos ao ouro e promessas d'Hespanha.
(...) Hoje não se aconselha a guerra d'Africa, mas prepara-se o estiolamento do paiz, mata-se a industria, o commercio, destroi-se o credito — o fim é o mesmo.
(...) A Iberia é impossivel: embora os seus partdarios nos acarretem a desgraça Portugal nunca pode ser uma provincia de Hespanha, apezar de Napoleões, de castelhanos, e de portuguezes renegados" (Cf. *A Sentinella da Liberdade*, Covilhã, n° 230, 5 de Dezembro de 1867, p. 1-2).

165 *Ibidem*, n° 232, 15 de Dezembro de 1867. A analogia é ainda levada mais longe num comunicado de Luís Lopes Pereira Dias da Cunha Guilherme, quando compara a revolução de 4 de Janeiro de 1868 à do 1° de Dezembro de 1640 (Cf. n° 245, 30 de Janeiro de 1868, p. 4).

Um periódico de Mafra, a *Gazeta do Campo*, insistia no significado simbólico da data, referindoque se ela não fosse assinalada por "demonstrações externas", deveria servir no "intimo dos corações", como incentivo à manutenção do sentimento de liberdade e independência[166].

A imprensa periódica setubalense desempenhou um papel assinalável na activação da memória e culto da Restauração. Logo em 1861 o *Correio de Setúbal* produziu uma edição comemorativa de belo efeito gráfico, cujo texto adogava a celebração da data "mesmo apesar de possuidos da dor (...) pela prematura morte do nosso bom Rei"[167]. A *Voz do Progresso* também apresentou o 1° de Dezembro como dia de "bem justificado jubilo", se bem que acreditasse que no futuro os códigos das nações deixassem de ser escritos com sangue, permitindo o avanço da civilização o amplexo fraterno da grande família humana[168].

Entre 1866 e 1869 o *Jornal de Setúbal* divulgou os documentos da Comissão Central[169], e relatou minuciosamente as manifestações do 1° de Dezembro de 1868 ocorridas no distrito[170]. Nos anos subsequentes esta função veio a ser fielmente desempenhada pela *Gazeta Setubalense*.

No Alentejo a imprensa aderiu, quase unanimemente, à evocação solene do 1° de Dezembro, mas do seu estudo transparece uma menor intensidade dos festejos. Na sua edição comemorativa de1865 que ostentava o brasão nacional, a *Gazeta de Portalegre* lamentou não se ter promovido a celebração:

"Vimos passar silencioso o dia 1° de dezembro, porem ás sete da noite a phylarmonica *Artistas*, tambem se lembrou que era anniversario da independencia de Portugal, muita honra cabe a estes filhos do povo, por que recordaram aos portalegrenses que esta querida patria havia 225 annos tinha readquirido sua independencia.

---

166 *Gazeta do Campo*, Mafra, n° 49, 2 de Dezembro de 1866.

167 *O Correio de Setubal*, n° 45, 8 de Dezembro de 1861.

168 *A Voz do Progresso*, Setúbal, n° 45, 4 de Dezembro de 1864.

169 Nomeadamente o que sugeria a abertura da subscrição nacional para o monumento a João Pinto Ribeiro (Cf. *Jornal de Setubal*, n° 62, 29 de Dezembro de 1867, p. 2).

170 *Ibidem*, n° 111, 6 de Dezembro, e n° 112, 13 de Dezembro de 1868, respectivamente.

Em conclusão, os que deviam lembrar-se esqueceram-se, porem o povo nunca se esquece"[171].

Nos anos seguintes o *Campeão do Alentejo* e o *Eco Portalegrense* também utilizaram a gravura do brasão nacional para adornar os seus textos comemorativos do 1° de Dezembro, mas não apresentaram referências a festejos locais[172].

Os periódicos de Évora não apresentaram um panorama muito diferente. A *Folha do Sul,* o *Distrito de Évora* e a *Perseverança* não fizeram qualquer evocação da efeméride[173], e o *Farol do Alentejo* lamentou que os eborenses não celebrassem a data histórica:

"Foram nossos avós os primeiros que concorreram para a liberdade alcançada n'esse dia, revolucionando-se em 1638.

Que temos feito para o solemnisar?

Nada.

Logo que os eborenses tomaram uma iniciativa que d'ahi a annos havia de libertar todo o reino, já tambem nós deviamos ser os primeiros a dar começo a uma festa nacional, solemnisando um dia tão bello, tão cheio de gratas recordações e gloria.

Devemos fazer ver a Portugal que sabemos ser filhos dos eborenses de 1638, e que avaliâmos devidamente a alta empreza de 1640"[174].

A *Gazeta do Meio-Dia* utilizou o mesmo argumento ao referir os parcos festejos de 1865:

"Em a noite do 1° do corrente mez a musica dos Artistas Eborenses percorreu varias ruas d'esta cidade, tocando o hymno da Restauração; tocou tambem na praça do Commercio, commemorando assim um dos maiores dias de gloria nacional, como foi o 1° de dezembro de 1640. Tendo sido o povo de Evora um dos mais heroicos n'esses gloriosos tempos da restauração da independencia nacional, não podia, no sempre memoravel dia 1° de dezembro, deixar de mostrar o seu regozijo, como vivamente o patenteou"[175].

---

171 *Gazeta de Portalegre*, n° 32, 3 de Dezembro de 1865.

172 *O Campeão do Alentejo*, Portalegre, n° 62, 2 de Dezembro de 1866 e *O Echo Portalegrense*, n° 15, 1 de Dezembro de 1867.

173 *Folha do Sul*, 1864-1867; *Districto de Evora*, 1867; *Perseverança*, 1867-1868.

174 *Pharol do Alemtejo*, Évora, n° 49, 2 de Dezembro de 1862, p. 1-2.

175 *Gazeta do Meio-Dia*, Évora, n° 171, 3 de Dezembro de 1865, p. 4.

O *Bejense*, periódico afecto ao partido regenerador que a partir de 1860 encetou uma carreira duradora, divulgou os documentos da Comissão Central, evocou sentidamente a data do 1° de Dezembro[176], e publicou uma ou outra poesia alusiva, mas além das referências ao *Te Deum* na catedral de Beja não deixou testemunho de outras quaisquer formas de comemoração.

Já a abundante imprensa elvense é bem mais eloquente sobre o assunto. Em 1861 a *Voz do Alentejo* levantou-se pedindo que Elvas imitasse os exemplos do Porto, Coimbra e mesmo Faro que planeavam comemorar o 1° de Dezembro; reclamava-o na qualidade de berço de Nuno Álvares Pereira, de segunda povoação que, após Lisboa, aclamou D. João IV, de palco de uma importante vitória na guerra da Restauração. Se Elvas sempre solenizara "o 14 de Janeiro, anniversario da consolidação da monarchia", teria que empenhar-se "em tornar solemne a festa da autonomia portugueza"[177]. Passando das palavras aos actos, a *Voz do Alentejo* convidava o *Transtagano* a cooperar nesse objectivo patriótico, abrindo também uma subscrição cujas receitas deveriam ser entregues à Câmara Municipal para serem empregues nas solenidades do 14 de Janeiro. Nesse dia de 1862, a localidade comemorou o aniversário da vitória das Linhas de Elvas, com missa solene e sermão na catedral, e à noite com salva de vinte e um tiros de artilharia e iluminações nos paços do concelho, acreditando a Câmara cumprir o voto feito pela vereação em 1659. Complementarmente, foi reivindicado o restauro da capela de Santo Amaro[178].

Em finais de Novembro de1862 a *Voz do Alentejo* publicou um artigo de fundo no qual exortava a instituição municipal, "representante directa dos povos", a seguir os exemplos de Lisboa e Porto, "esses dignos portuguezes, que constituindo commissões patrioticas, realisam um nobre pensamento, uma elevada aspiração, a consagração commemorativa do grande dia 1 de dezembro de 1640"[179]. Estava já este texto elaborado quando chegou à redacção do jornal a deliberação tomada pela vereação no dia anterior, a qual foi logo incluída na edição, apontando para a celebração da

176 Nomeadamente no ano de 1862 (n° 102 e 103, de 6 e 13 de Dezembro).
177 *A Voz do Alemtejo*, Elvas, n° 39, 5 de Junho de 1861, p. 1.
178 *Ibidem*, n° 99, 15 de Janeiro de 1862.
179 *Ibidem*, n° 189, 26 de Novembro de 1862.

festividade desse dia "com a alteração que se julgar conveniente com o espirito da epoca"[180].

Neste contexto, compreende-se o destaque dado no artigo principal de 3 de Dezembro ao pormenorizado relato das comemorações ocorridas em Elvas no 1° de Dezembro desse ano, indo ao ponto de nomear os cidadãos que iluminaram as suas casas[181]. Aliás, este periódico consagrou tradicionalmente um espaço privilegiado para a solenização das datas que evocavam a liberdade da pátria, ressaltando a importância do 1° de Dezembro em 1864 e 1865[182], e do 14 de Janeiro em 1865 e 1866[183].

Não menos empenhado nestas celebrações revelou-se o *Transtagano*, que logo em 1861 exortava à imitação do pensamento em voga nas "provincias do norte", reclamando exaltadamente a celebração do 1° de Dezembro no Alentejo e no Algarve, crente que os festejos públicos poderiam agir poderosamente na divulgação do sentimento anti-ibérico:

"Diffunda-se entre as massas populares o rancor ao dominio castelhano, e deixemos aos apostolos da annexação o innocente divertimento de copiar ditos e phrases de algumas notabilidades nossas, que tem achado doçura e encantos n'essa abominavel idéa, que repelle indignada a grande maioria da nação.

(...) O essencial é avivar n'essas multidões, a que elles chamam barbaras, o odio á escravidão, e o amor á liberdade. Se quatro milhões de portuguezes lançarem mão das escopetas, das fouces e roçadouras, com vivo enthusiasmo e com vontade de serem livres, não ha traidores que os possam comprometter, nem oppressores que os subjuguem"[184].

Esta mensagem, e com a mesma intenção de incompatibilizar o povo português com o espanhol, foi reiterada alguns dias mais tarde[185], e em Agosto foi publicado um texto do fidalgo militar

---

180 *Ibidem*.

181 *Ibidem*, n° 191, 3 de Dezembro de 1862.

182 *Ibidem*, n° 397, 1 de Dezembro de 1864, e n° 485, 7 de Dezembro de 1865.

183 *Ibidem*, n° 408, 15 de Janeiro de 1865 (esta edição traz uma gravura de um cavaleiro da guerra da Restauração, na qual estão assinalados seis brasões das quinas); e n° 492, 14 de janeiro de 1866.

184 *O Transtagano*, Elvas, n° 114, 2 de Junho de 1861.

185 "Por poucas que sejam as relações ou communicações que qualquer portuguez tenha com os nossos visinhos, conhecerá a pouca conta em que por elles somos tidos. A maior indifferença, senão despreso, é a que nos votam; e especialmente na massa geral d'aquella nação se encontra reunido aos seus

António Melo Breyner, que insistia na importância da realização de tais festejos[186]. Já o texto evocativo do 1° de Dezembro de 1862, assinado por um colaborador dedicado, Luís Augusto Palmeirim, utilizou uma linguagem menos provocadora e consequentemente mais cautelosa e moderada, referindo que os ódios entre os dois povos se encontravam já adormecidos e que uma nova era de amizade seria aberta pela "civilisadora locomotiva", restando apenas a vontade de homenagear os heróis patriotas e libertadores[187].

Este periódico, produzido por destacadas personagens locais[188], frequente elogiador da imprensa legitimista e por ela frequentemente citado, empenhou-se na celebração nacional de datas simbólicas da luta anticastelhana, ora divulgando os programas do 1° de Dezembro na capital e no Porto, em Coimbra e Aveiro, ora ainda chamando a atenção para os aniversários de Aljubarrota [189] e Linhas de Elvas[190].

A *Democracia Pacífica*, que no artigo editorial explicava a sua orientação assente no amor dos povos e no amor da independência[191], não deixou de saudar e divulgar as celebrações locais do 1° de Dezembro[192], e do 14 de Janeiro[193]. Mas se a intenção é semelhante à do *Transtagano*, o discurso é bem diferente, mais consentâneo às suas simpatias republicanas. Aproximando-se

---

instinctos menos amaveis m orgulho repugnante aos costumes, instinctos e indole do povo portugez" (Cf. *O Transtagano*, n° 116, 9 de Junho de 1861).

186 *Ibidem*, n° 133, 8 de Agosto de 1861, p. 1-2. Trata-se de um artigo extraído da *Revista Militar*, n° 13, de 15 de Julho do mesmo ano.

187 *Ibidem*, n° 271, 4 de Dezembro de 1862. Esta edição incluía ainda o relato dos festejos na localidade.

188 Eram seus redactores e colaboradores, além do citado Palmeirim, o Dr. Rodrigues dos Santos, A. de Melo Lacerda de Brederode, Dr. F. de Paula Santa Clara, Dr. M. J. Barradas, M. A. da Cruz, P. E. Pacheco e J. Ferreira Alves.

189 *O Transtagano*, Elvas, n° 135, 15 de Agosto de 1861.

190 Ibidem, n° 179, 16 de Janeiro de 1862, e n° 283, 15 de Janeiro de 1863.

191 "Hoje, se desejamos concorrer com todos os povos aos agapes da civilisação moderna, se na palavra democracia encerramos tambem o amor sincero e e leal de todos os povos, somos ao memso tempo ciosos da nossa autonomia, e mantenedores zelosos dos nossos foros de portuguezes" (Cf. *A Democracia Pacifica*, Elvas, n° 1, 20 de Outubro de 1866).

192 *Ibidem*, n° 9, 7 de Dezembro de 1866; n° 130, 4 de Dezembro de 1869.

193 *Ibidem*, n° 15, 15 de Janeiro de 1867. Este texto apresenta o mesmo escudo ornamental e um texto em tudo semelhante à edição da *Voz do Alentejo* de 1865 sobre o assunto; reinvindica o restauro da capela de S. Jorge vulgarmente conhecida pela designação de Santo Amaro, relata os festejos ocorridos e transcreve o novo hino intitulado *Ao dia 14 de Janeiro* (ver vol. 2, poema n°141, p. 560-561). Na década seguinte a homenagem à batalha das Linhas de Elvas mantem-se (Cf. *A Democracia*, n° 216, 14 de Janeiro de 1877).

o 1° de Dezembro de 1868, a redacção da *Democracia Pacífica* achou por bem opinar sobre a forma cordata que os festejos deveriam assumir:

"Que não vá o fanatismo patriotico até ao extremo de insultar nossos irmãos, que além vemos á mesa da communhão commungando os principios liberaes de que temos vivido!

Á cordura e esclarecido juizo dos portuguezes deixamos a direcção da festa nacional, e crêmos que saberão corresponder em delicadesa °as maneiras urbanas, com que a nós se derigem aquelles.

(...) Insistimos n'este ponto porque muitos jornaes nossos e muitos pamphletos anti-ibericos quizeram vêr nos principios democraticos de Hespanha o virus da união iberica. Cremos que um excesso de patriotismo os fez ultrapassar os limites da logica.

(...) D'onde temos tudo a receiar não é da Hespanha; da nossa má administração, da corrupção dos nossos costumes, da má execução dos nossos systemas economicos, da incapacidade de nossos ministros e da infidelidade dos privilegiados é que nos pode vir o mal"[194].

Este argumento do perigo interno foi repetido no aniversário seguinte, quando o redactor lamentava a pequena assistência de patriotas no *Te Deum* "pois bom era que se não perdessem ocasiões de cimentar no povo a idéa de independência nacional, principalmente agora que a especulação dos aulicos e a má cabeça dos governantes estão comprometendo a nossa autonomia"[195].

Tal como noutras matérias, o *Jornal do Comércio* foi um referente importante no tocante à Sociedade e às comemorações do 1° de Dezembro, produzindo uma opinião frequentemente reproduzida e comentada por outros jornais da capital, ou do resto do país. No início dos anos sessenta, a sua orientação regeneradora e os textos de Mendes Leal, foram apoiando as iniciativas da Comissão, encorajando os festejos[196]. Se em 1860 aquele autor advogava uma aliança ofensiva e defensiva com Espanha, como

---

194 *Ibidem*, n° 101, 29 de Novembro de 1868.

195 *Ibidem*, n° 130, 4 de Dezembro de 1869.

196 Embora estes textos estejam assinados apenas com as suas iniciais, não é difícil atribuir a autoria a Mendes Leal, como explica o *Diccionario Bibliographico Portuguez*:"Tem sido de 1859 até agora um dos redactores do *Jornal do Commercio*, onde a maioria dos seus artigos de diversos generos são assignados com as iniciaes M. L.". (Cf. tomo V, 1860, p. 132).

profilaxia para os boatos, e repetição de sustos e rebates[197], no ano seguinte exortava a capital a seguir o exemplo do Porto, Coimbra e Aveiro, que já planeavam a forma de festejar o aniversário da Restauração. Neste artigo a que deu o título de *Uma lembrança*, expunha que cada povo tinha as suas datas e objectos de culto pelo que a sua celebração não contundia com as relações internacionais, se realizada com "cordura e sensatez", pese embora admitisse o significado mais profundo desta festa-protesto:

"Estes festejos, n'esta conjunctura, sam para o paiz de uma importancia europea. Quando nos estam apresentando aos olhos das naçoens como um estado inerte e semimorto (...), solicitadores de uma annexação (...), é necessario demonstrar bem claramente a verdade dos nossos desejos, para evitar funestos equivocos e temerosas catastrophes.

(...) Não é uma provocação: é uma resposta"[198].

Em Dezembro desse ano Mendes Leal afirmou mesmo que os festejos estavam adiados nas manifestações públicas, mas não no sentimento nacional[199], revelando-se o periódico contra a deliberação do adiamento por um ano, argumentando que fazia esmorecer o propósito popular[200].

De uma forma original, este periódico lembrou também a aproximação de dois factos que concorreram para a instauração da liberdade, a Restauração e o início da imprensa periódica portuguesa, com a fundação da *Gazeta* em Dezembro de 1641 pelo padre-poeta Manuel de Galhegos, ressaltando que a partir de então o jornal se constituiu como "baluarte invencivel das liberdades publicas" e "pharol da civilisação"[201].

Mas a partir de 1868, altura a partir da qual também se tornam mais evidentes as suas simpatias democráticas e republicanas, o *Jornal do Comércio* torna-se particularmente crítico em relação à comemoração do 1° de Dezembro. Em finais de Novembro, um artigo de fundo não assinado insurgia-se contra os

---

197 *Jornal do Commercio*, Lisboa, n° 2154, 1 de Dezembro de 1860, p. 1.

198 *Ibidem*, n° 2294, 25 de Maio de1861, p. 1.

199 *Ibidem*, n° 2450, 1 de Dezembro de 1861, p.1.

200 *Ibidem*, p. 2.

201 *Ibidem*, n° 3638, 2 de Dezembro de 1865, p. 2. Este texto intitulado *Duas commemorações*, finalizava com a trancrição de um excerto da *Gazeta* que noticiava a procissão do 1° de Dezembro de 1641.

preparativos dos festejos que, a serem ostentosos, teriam um carácter ofensivo para o povo vizinho "do qual não temos agora recebido aggravos", já que se havia extinto o fogo que larvara nos primeiros tempos da revolução espanhola, e os mais assustados se tinham já tranquilizado. Considerando que tal comemoração fazia reviver a memória da escravidão, este artigo defendia que não era com festejos mas sim com trabalho que se patenteava amor à pátria, situação que a Bélgica encarnava desenvolvendo todos os esforços pela prosperidade pública. E isto porque o tradicional "queremos ser pobres mas independentes" era "coisa poetica"[202].

Em Março do ano seguinte outro artigo de primeira página transcrevia e comentava o *Protesto*, numa atitude que claramente destoava da maioria da imprensa portuguesa já que, apesar de o considerar bem redigido e de concordar que os jornais de Madrid revelavam a mais profunda ignorância sobre o que se passava em Portugal, opinava que não se devia dar importância a essas notícias, tanto mais que também os periódicos portugueses desvairavam nessa matéria, e a forma como tratavam a questão ibérica poderia acarretar ao país muitas calamidades porque promoviam a desunião entre os portugueses e o agravo aos espanhóis. Mas curiosamente, este texto alvitrou que o *Protesto* deveria congregar as assinaturas de todos os vereadores municipais já que detinham a representação popular, devendo este facto revestir-se de maior significação na imprensa estrangeira que era o destinatário principal do documento[203].

Duas semanas volvidas, o *Jornal do Comércio* lamentou a má recepção do seu artigo de introdução ao *Protesto* pela Comissão 1° de Dezembro que quase lhe chamara ibérico, mas evidenciou que ela aceitara o repto de o mandar assinar aos munícipes[204].

Complementarmente, o *Jornal do Comércio* colocou-se do lado dos dois vereadores de Lisboa que não quiseram assinar o *Protesto*, e contra o presidente da edilidade que a isso pretendia obrigá-los[205]. Um dos autarcas era nada mais nada menos Luís de Almeida

---

202 *Ibidem*, n° 4528, 29 de Novembro de 1868, p. 1. Excertos deste artigo foram reproduzidos na *Revista dos Jornaes* da *Gazeta de Lisboa* (redigida por Andrade Ferreira e Paulo da Gama), n° 43, de 29 de Novembro de 1868, p. 1.

203 *Ibidem*, n° 4601, 3 de Março de 1869, p. 1.

204 *Ibidem*, n° 4615, 19 de Março de 1869, p. 1.

205 *Ibidem*, n° 4700, 1 de Julho de 1869, p. 1.

e Albuquerque, proprietário e redactor do *Jornal do Comércio*, gerando-se algumas animosidades contra o periódico que dirigia[206].

Como seria de esperar, de uma maneira geral a imprensa republicana revelou-se pouco seduzida pelos trabalhos da Comissão, ora criticando ora desvalorizando os seus métodos e objectivos.

Mas por vezes, nomeadamente na década de sessenta, a linguagem do patriotismo inflamado como expressão da rejeição do iberismo equivalente a traição à pátria, levou alguns periódicos republicanizantes a defender as comemorações do 1° de Dezembro. É o caso da *Democracia*, efémero orgão da Associação Patriótica de Lisboa presidida por Xavier de Quadros que não ultrapassou onze edições entre Junho e Agosto de 1861 o qual, na sua acesa pugna contra o ministério histórico Loulé/Ávila, considerava que Portugal vivia uma situação análoga à de 1580, encontrando-se D. Pedro V no caminho de D. Sebastião, não lhe faltando inclusivamente um Cristovão de Moura a conduzir os negócios da nação. Por isso acusou o governo de não permitir a reunião popular no teatro D. Maria II, destinada a eleger a grande comissão para tratar dos festejos do 1° de Dezembro[207]. Mas realizada esta em 14 de Julho, afirmou ter sido apenas participada por homens do povo, ao passo que os nobres e deputados desprezavam o convite popular[208]. Tal como o sector mais preocupada da Comissão nascente, este periódico defendia o armamento do país, a reparação das fortificações, a formação de milícias nacionais e corpos de primeira de linha[209].

A Independência foi um semanário popular que José Lourenço de Sousa ajudou a fundar em 1861, após o *Eco Popular* ter cessado funções e que Silva Pereira considerou um jornal republicano[210]. Apesar das suas preocupações iniciais sobre a possibilidade dos festejos anunciados poderem despertar ódios, a *Indepndência* tornou-se um dos orgãos da imprensa portuense que mais publicitou as iniciativas da Comissão Central, publicando uma

---

206 *Ibidem*, n° 4706, 8 de Julho de 1869, p. 1. Alguns periódicos não perdoaram esta atitude, como por exemplo a *Autonomia Portuguesa*, que criticou Luís de Abuquerque e o outro vereador, o Dr. Lisboa, acusando-os de republicanos e partidários da união ibérica (cf. *A Autonomia Portuguesa*, Lisboa, n° 16, 17 de Julho de 1869, p. 4).

207 *A Democracia*, Lisboa, n° 5, 6 de Julho de 1861, p. 4.

208 *Ibidem*, n° 7, 20 de Julho de 1861, p. 4.

209 *Ibidem*, n° 10, 10 de Agosto de 1861, p. 1.

210 PEREIRA, A. X. da Silva — *O Jornalismo Portuguez...*, p. 91.

edição com seis páginas ornamentadas no 1° de Dezembro de 1861[211].

Também *A Lanterna* dedicou em 1869 um dos seus inflamados textos ao *1° de Dezembro*, vertendo aí a sua proverbial retórica patriótica que exortava os portugueses, tal como em 1640, a resistirem moral e fisicamente a "essa conquista que hoje nos promettem pela liberdade; que ámanhã nos hão de dar pela escravidão!"[212]

Curiosamente o *Nacional*, diário do Porto que em meados dos anos cinquenta defendia a federação ibérica, e na década seguinte patenteou por diversas vezes as suas preferências republicanas, não hostilizou nem a Sociedade, nem os festejos. Em 1861 publicou uma carta de um artista portuense que se assumia como inimigo da união ibérica e exortava a sua cidade, a exemplo de Lisboa, Coimbra e Aveiro, a realizar uma subscrição imediata para promover a grande "festa da Independencia Portugueza"[213].

O artigo *O iberismo e os festejos do 1° de Dezembro* corroborou nesta ideia, reforçando a ideia de manifestação contra os "ibericos ilustrados" e estimulando o Porto, como "propugnaculo da liberdade", a rejubilar na comemoração patriótica[214]. A sua edição de 2 de Dezembro desse ano, pontificou pela exuberância e pelo sentimento; além da bonita vinheta, incluiu dois textos de evocação historico-patriótica, e o poema *Espinhos e Louros* de António Francisco Barata[215].

Em 1868, no auge da sua crítica governamental, acusou mais uma vez o ministério de iberismo, por não ter assistido ao *Te Deum* do 1° de Dezembro e por ter aconselhado o rei a fazer o mesmo[216]. Já no ano seguinte a presença de ministros como Mendes Leal, Rebelo da Silva, Braancamp, e outros, na cerimónia religiosa, sugeriu-lhe o comentário:

---

211 *A Independencia. Semanario Popular*, Porto, n° 46, 1 de Dezembro de 1861.
212 *A Lanterna*, Lisboa, n° 32, p. 3-5.
213 *O Nacional*, Porto, n° 129, 10 de Junho de 1861, p. 2.
214 *Ibidem*, n° 155, 12 de Julho de 1861, p. 3.
215 *Ibidem*, n° 275, 2 de Dezembro de 1861, p. 1.
216 *Ibidem*, n° 266, 5 de Dezembro de 1868, p. 1.

"Folgamos de ver que os nobres ministros comparecem n'estas festas nacionaes, dando assim uma prova dos seus sentimentos patrioticos"[217].

Embora sem se pronunciar sobre a Comissão, a *República Federal* que publicitou os ideais da república universal e da república federal dos estados europeus, louvou em 1870 o 230° aniversário da Restauração de Portugal, saudando essa data como a libertação da opressão e da dominação estrangeira, num texto que terminava com a trilogia liberdade, igualdade e independência[218].

João Bonança, um colaborador dissidente da *República Federal*, fundou em Fevereiro um periódico republicano democrático, *O Trabalho*, que alertou para os "saneamentos" realizados na Sociedade 1° de Dezembro "por despeitos menos justos", prometendo informar-se mais cabalmente sobre o assunto[219]. Costa Godolphim, colaborador deste periódico, protagonizara no ano anterior um desses afastamentos compulsórios, após a publicação da sua *Visita a Madrid*, uma das várias obras produzidas no seguimento da viagem à capital espanhola, em Maio de 1871, de um grupo de jornalistas e homens de letras portugueses. Foram algumas das suas declarações no 1° capítulo da obra, intitulado *Portugal e Hespanha*, que sobretudo feriram as susceptibilidades dos membros da Associação. Pugnando embora pela união fraternal e não pela fusão política, e defendendo uma atitude revisionista em relação ao sonho de Sinibaldo de Mas já que a expressão *união ibérica* abria um abismo entre os dois povos, a expressividade de Goodolphim causou algum impacto com afirmações como estas:

"Senão fôra esse aventureiro, francez ou bolonhez, o conde D. Henrique, que veiu tornar estes dois povos como dois Cains, este peninsula unida toda seria hoje um imperio, uma monarchia ou republica forte, gigante, que daria leis á Europa em vez de estar por muitas ocasiões sob a pressão d'um povo, que á similhança dos agiotas folga e ri quando outros gemem e choram.

---

217 *Ibidem*, n° 270, 1 de Dezembro de 1869.

218 *Republica Federal*, Lisboa, n° 25, 1 de Dezembro de 1870, p. 2.

219 *O Trabalho*, Lisboa, n° 31, Agosto de 1872. Não sabemos se a questão foi ou não retomada, já que esta colecção, consultada na B. N., termina em Novembro de 1872.

(...) Se possivel fosse arrancar do seio dos portuguezes este sentimento de amor pela independencia a este cantinho do occidente que se chama Portugal; se uma vara magica podesse tornar todos os portuguezes hespanhoes, ou os hespanhoes portuguezes; se toda esta peninsula formasse um só estado, sejamos francos que surgia d'estas duas nações, uma nação poderosa, que abateria o orgulho d'esses povos que intentam dar as leis na dialectica d'uma metralhadora ou na ponta d'uma espada, tingindo de sangue as paginas da historia do seculo que se chama do progresso"[220].

O ilustre jornalista, descendente de Pedro Álvares Cabral e de lord Godolphim, ministro da rainha Ana de Inglaterra, defendeu-se da expulsão com o opúsculo *A Comissão 1º de Dezembro de 1640*, acusando-a de manipular e truncar as suas expressões, e aproveitando para menosprezar a sua intervenção cívica:

"N'uma época toda de agitação, de vida, de transformações sociaes e radicaes, ha ainda homens que ajoelham ante as aras da historia, que se revêem no passado, que dormem sobre os louros de antigas façanhas, e que só despertam n'um dia para ouvir um *Te-Deum*, collocarem luminarias n'umas janellas, e... mais nada.

É muito pouco, confessemos.

Se os heroes de 1640 fossem isto simplesmente, Portugal não era hoje uma nação independente, não, decerto.

(...) Mas grave celeuma levanta o livro, prepara-se sessão especial, e uma porção de socios constituem-se em tribunal de alta justiça, imaginam-se incarnações dos cardeaes da sagrada Congregação do Index, ou membros do santo tribunal da Inquisição e começa-se o julgamento.

(...) Antes de eu pertencer áquella commissão julguei ser coisa de apreço: mas apenas lá entrei, vi as suas sessões frequentadas por sete ou oito homens, vi que um grande numero nunca ali concorre, e vi tratar-se simplesmente de futilidades com pendões, panteons, acompanhar procissões, pôr luminarias e fazer zumbaias á aristocracia. Emfim, depois de lá estar cumpri em guardar o mysterio, mas quando alguem me perguntava para que

---

220 GOODOLPHIM, Costa — *Visita a Madrid*, Lisboa, Typ. Universal, 1871, p. 8-9; 16-17.

servia aquillo, via-me forçado a mudar de assumpto, porque não sabia o que respondesse.

Comprehenda-se isto: no seculo presente, em todos os seculos, emfim, a independencia de uma patria nunca se firmou com palavrões, bandeiras, musica e foguetes"[221].

Este folheto contém ainda uma carta de João Luís da Silva Viana, que já então havia publicado as *Idéas do seculo* e se encontrava a escrever as *Questões do dia*, onde o activo republicano zombava do libelo acusatório lançado pela comissão a Godolphim, reiterava os votos de amizade a Espanha que valheram a "excommunhão maior" ao seu companheiro, e o cumprimentava por ter sido riscado da lista daquela comissão recreativa, que caracterizava desta forma:

"Trata-se do anathema que uma pleiade de homens bem intencionados mas fanaticos, muito honrados mas visionarios, e muito intelligentes mas patriotico-maniacos houve por bem, do alto do palacio dos condes d'Almada, lançar-te, riscando o teu nome da lista de socios d'essa associação, sociedade, comissão, ou como queiram chamar a este grupo de individuos que estão encarregados, não sei bem por quem, de alimentar, quaes outras vestaes, a sacra flamma do amor da patria!"[222]

Foram ainda insertos no opúsculo testemunhos abonatórios de periódicos como o *Diário Popular*, o *Diário Mercantil* e *A Verdade*, que manifestavam a sua surpresa e consternação perante a atitude da Comissão. O último, de inspiração maçónica, lançou uma interrogação que sugeria outros interesses e formas de pressão:

"A associação 1° de Dezembro riscou do numero dos seus membros ao sr. Costa Goodolphim, porque escreveo ... a *Visita a Madrid*! note-se porem que no livro do sr. Goodolphim não ha cousa que cheire a iberismo; aprecia, descreve o que viu, ás vezes comparando louva as nossas instituições: mas d'isso a merecer a exclusão d'uma associação patriotica, vae muito.

Haverá por ventura relação entre a associação patriotica 1° de dezembro e a loja maçonica de igual nome que se apartou agora do Grande Oriente Lusitano para se entregar a trabalhos politicos? Se ha, o motivo porque votaram ao ostracismo o sr. Goodolphim não

---

221 IDEM — *A Comissão 1° de Dezembro de 1640*, Lisboa, [1871], p. 1-3.
222 IDEM, *Ibidem*, p. 8.

foi decerto a inoffensiva *Visita a Madrid*, que por fórma alguma póde comprometter a nossa autonomia"[223].

A propósito das pequenas ofertas que a Espanha fizera a bibliotecas e museus portugueses através do embaixador Fernandez de los Rios, e dos comentários que então surgiram insinuando que Espanha nos queria comprar e que esse era o primeiro pagamento, a *Sentinela do Minho* contrapôs ironicamente que a Comissão 1° de Dezembro e os seus festejos jamais permitiriam tal acto:

"Não suppomos que a Hespanha queira corromper a nossa independencia, que nós por meio de illuminações tão terminantes, de bandeiras tão incisivas, de festões de murta tão energicos e de tão convictos foguetes, temos affirmado uma vez por anno, no 1 de dezembro, ao olho da Europa.

(...) A associação 1° de dezembro teria obstado a esse contracto pondo sobre a questão o predio de D. Antão d'Almada"[224].

Poucos meses após a sua criação e no seguimento das celebrações de Dezembro de 1873, *O Rebate*, orgão semanal do Centro Republicano Federal de Lisboa, afirmava que não sabia bem o que era e o que queria essa "cousa que se chama Comissão Central 1° de dezembro, (...) mas que de vez em quando dá um ou outro signal de existencia"[225]. Apodava os seus dirigentes de "especie de deusas vestaes" sem os quais Portugal já teria passado para estomago dos leões de Castela, e criticava-lhe o inocente propósito de conservar no povo português o rancor a Espanha:

"O povo aviva patriotismo á luz do gaz e enche-se de odio contra os espanhois que não teem culpa nenhuma do que foram os Filippes"[226].

---

223 *A Verdade*, Porto, n° 7, 11 de Setembro de 1871.

224 *Sentinella do Minho*, Valença, n° 20, 23 de Julho de 1871, p. 1. Duas pequenas notas quanto a este semanário minhoto: é um dos mais acabados exemplos de impressão deficiente, cheio de gralhas tipográficas, que corrigimos no excerto reproduzido; por outro lado, a sua classificação como periódico republicano advém do breve estudo que fizemos sobre os seus 23 números publicados entre 9 de Março e 15 de Agosto de 1871, e do facto de ser assim considerado por Silva Pereira, *O Jornalismo Portuguez...*, p. 119.

225 *O Rebate*, Lisboa, n° 22, 6 de Dezembro de 1873, p. 3.

226 *Ibidem*. Este artigo sobre a Comissão vem a propósito da sua determinação em complementar as sub-comissões filiais de paróquias, pelo que enviou circulares aos párocos e professores de instrução primária para organizarem as referidas sub-comissões nos seus locais de ministério. (Cf. BAENA, Visconde de Sanches — *Op. cit.*, p. 113-114).

Uma das folhas republicanas então mais críticas da Associação 1° de Dezembro foi o portuense *Diário da Tarde*. Nos inícios de 1873, Sampaio Bruno patenteava abertamente a sua opinião:

"Todos teem aplaudido até hoje aquella associação. Pois eu vou-lhe chamar ridicula e tôla. Não sou iberico, porque sei que os potentados esmagam as nações pequenas que lhe estão sob tutella, porque tenho o exemplo da Grecia, e agora o da Irlanda e da Hungria. Não sou iberico, mas repito acho tôla e ridicula a associação 1 de Dezembro de Lisboa. O porquê digo-o já"[227].

As razões de Bruno incidiam no ilogismo dos fins da associação. Esta pretendia fazer arder o amor da pátria o que não tinha qualquer senso já que o patriotismo dos portugueses era inquestionável; pretendia lembrar e festejar o 1° de Dezembro com luminarias e foguetes que não se faziam sentir em Madrid; pretendia pugnar pela autonomia sem ter ajudado a organizar quaisquer tropas ou arsenais. Assim, não se justificava a existência da associação, já que o povo, o país profundo, dispensava qualquer lição sobre como defender a independência, caso ela perigasse:

"Deixai as cidades, correi aos campos, interrogai os rusticos, esses lavradores pacificos que em momento de perigo são soldados terriveis, e vêde se encontraes n'um só o amor á união iberica!

(...) Os camponezes do Minho, de Traz-os-Montes, das duas Beiras, etc., não festejam com foguetes o dia 1° de dezembro, nem se recordam d'elle, nem mesmo sabem que elle existiu; mas no momento de perigo creio eu que estes camponezes que não põem luminarias nas suas cabanas, fariam bem mais do que vós que vos jactais de patriotas... De que serve, respondei-me, de que serve o relembrardes tôlamente datas de odios e rancores? Sois ridiculos, digo-vos, sois ridiculos e nescios, e não dá mostras de patriotismo o recitar tres poesias ensôssas n'um salão bem seguro"[228].

No ano seguinte outro artigo de fundo vituperava a acção da Comissão, lembrando que Portugal era desde há trezentos anos uma nação morta, paralítica, e uma das mais parasitas da Europa, e talvez do mundo. Interrogava-se então porque não apareciam patriotas que se associassem, não para fazer luminárias, atirar

---

227 *Diario da Tarde*, Porto, n° 102, 20 de janeiro de 1873, p. 1.
228 *Ibidem*.

foguetes e tocar hinos, mas para dotar o país de instituições próprias, dirigir e aproveitar as faculdades e aptidões dos indivíduos, rentabilizar os produtos naturais, criando enfim o espírito nacional. Defendendo que esta era a única maneira de regenerar uma nacionalidade, o *Jornal da Tarde* não poupou uma flecha certeira ao coração da Comissão, constituído por notórios responsáveis políticos:

"Porque não são perseguidos como traidores á patria todos esses farçantes polticos que sobrenadam em uma sociedade corrupta, como a espuma nas ondas do oceano? Porque não são os primeiros a realisar essas reformas sociaes que são tão urgentemente pedidas, e d'onde poderiam brotar novas fontes de vitalidade, de força e de riqueza para o nosso povo?"[229].

Solicitando pão e luz de espírito para a sociedade portuguesa, aquela folha criticou a euforia dos festejos, contrapondo a música das filarmónicas às crianças com fome, o estalar dos foguetes aos velhos sem abrigo, a vozearia dos deslumbrados aos explorados sem luz:

"O patriotismo do povo tem sido de tal modo explorado, o fosso que vae do sublime ao ridiculo tem-se reduzido a tão tristes dimensões, graças ao furor patriotico dos declamadores, que a abstenção do aparente delirio tornou-se urgente para os que não desejam enfileirar-se nos exploradores do sentimento popular.

(...) Em que peze aos tautologistas que escolheram para mote da sua bandeira industrial a pá de D. Brites, sempre diremos que o melhor meio de tornar solemne o aniversario em questão consiste em queimar alguns foguetes de menos e enxugar algumas lagrimas de mais"[230].

O culto da humanidade como elemento integrante do ideário republicano modelou a visão do aniversário da restauração, que se tornava cada vez mais um momento de júbilo pela independência, de reflexão sobre a história nacional e de exaltação pelos ideais humanitários, nomeadamente muito apregoado pelas camadas intelectuais mais jovens. Esta situação está perfeitamente cristalizada no artigo *1º de Dezembro* que Vasco Moniz escreveu

---

229 *Jornal da Tarde*, nº 37, 21 de Novembro de 1874, p. 1. A mudança de nome deste periódico que tinha Silva Pinto como principal redactor ocorreu em 10 de Outubro de 1874.

230 *Ibidem*, nº 45, 1 de Dzembro de 1874, p. 1.

para *A Academia*, jornal da classe académica de Coimbra, onde explica que, após a Restauração, Portugal se tornara colónia da Inglaterra, tendo Luísa de Gusmão optado por essa aliança como forma de proteger o país da Espanha. A mensagem dos tempos modernos é, todavia, de conciliação:

"Celebremos pois a nossa independencia; relembremos hoje os feitos dos nossos antepassados, e sigâmo-lhes os exemplos. Para longe os odios e os rancôres. Deixemos que a Hespanha seja grande, illustrada e forte, sejamol-o nós também. É preciso que no seculo actual, no seculo XIX, todos trabalhem para a harmonia dos povos, para o aperfeiçoamento da humanidade.

Que as duas nações, pois, se unam pelos laços da fraternidade, pelo convivio de seus filhos, pelo engrandecimento das suas industrias, pelo esplendor das suas artes, pelo desenvlvimento progressivo em todos os ramos da sciencia, e que cada um tenha a sua esphera d'acção, seja livre e independente, tenha vitalidade propria e occupe logar distincto e honroso n'esta immensa congregação que se chama — Humanidade"[231].

Também o *Club*, orgão da classe académia do Porto de simpatias republicanas, se referiu em 1874 à projectada construção do monumento dos Restauradores, o qual estava "de ha muito levantado no peito de todos os portuguezes generozos", e para o qual a Comissão tinha já uma receita que rondava os vinte contos. Face a esta verba e à elevada taxa de analfabetismo do país, o periódico portuense interrogava-se:

"Com essa quantia, angariada para um monumento cuja inscripção os pobres não poderão lêr, quantas desgraças, tempestades na familia, quantos erros e quantos crimes nã apagaria a illustre Commissão, fundando escolas? E esses mancebos da familia portugueza não só saberia lêr essa pagina brilhante da histoia patria (e o fim actual da Commissão estava realisado) mas ainda perceberiam o discurso insinuante do mestre escola intelligente e bom, e d'elle aprenderiam como se crê sem superstição, como se ama a Deus sem se temer o inferno, e como em nome da liberdade e de Deus o progresso transformae não arruina, purifica e não desmoralisa"[232].

---

231 *A Academia*, Coimbra, nº 1, 1 de Dezembro de 1878, p. 1.
232 *O Club*, Porto, nº 2, 1 de Fevereiro de 1874, p. 4.

A imprensa satírica revelou-se particularmente atenta aos propósitos da Comissão. O portuense *Purgatório*, que em 1860 evocara o aniversário da Restauração em artigo de 1ª página[233], advogou no ano seguinte a importância da comemoração e a necessidade que ela atingisse nível nacional[234], e considerou que tal manifestação patriótica era "justa, nobre e honrosa" pelo que recusou publicitar um artigo que defendia a proibição da comemoração e que lhe solicitara publicação, argumentando que "as nações tem o direito sagrado de festejar as suas glorias"[235].

Este periódico, que iniciou as suas lides na imprensa com o subtítulo *Satirico e Politico*, e que depois o substituíu por *Diario para Todos*, apesar de enfileirar sempre na oposição, apoiou o governo por não ter proíbido a comemoração. Mas apesar de defender ardentemente a solenização do aniversário do 1° de Dezembro de 1640, colocou insistentemente a tónica no carácter pacífico que a manifestação deveria ter, nomeadamente para evitar fricções com os galegos residentes em Portugal. Por isso alvitrava um programa sóbrio, mais assente em actos simbólicos do que em manifestações ruidosas:

"Podemos festejar o dia de emancipação da nossa independencia sem ser por meio de *foguetorio*, e das manifestações nas praças publicas, que podem occasião aos conflictos.

O governo póde e deve decretar que este dia seja considerado de gala.

A bandeira nacional levantada nas nossas fortalezas e nas nossas embarcações, as salvas das nossas fortalezas e vasos de guerra, annunciarão as nossas glorias de 1640. Seja esta a manifestação official.

O povo pode commemorar esse dia glorioso com actos de beneficencia e caridade.

O rei póde igualmente commemoral-o, perdoando a alguns infelizes, que estão entre ferros, e commutando as pennas a outros, conforme as circunstancias dos delictos"[236].

---

233 *O Purgatorio*, Porto, n° 182, 3 de Dezembro de 1860, p. 1.
234 *Ibidem*, n° 120, 28 de Maio de 1861, p. 1.
235 *Ibidem*, n° 160, 18 de Julho de 1861, p. 1.
236 *Ibidem*, n° 176, 6 de Agosto de 1861, p. 1.

A anuência implícita do *Purgatório* às deliberações da Comissão está patente na publicação do seu *Manifesto* e *Circular*[237], bem como na aceitação do adiamento dos festejos pelo funesto luto do "rei-homem"[238].

Prudentemente, o *Asmodeu* avisou sobre os inconvenientes da iniciativa:

"Ora nós, por isso mesmo que não somos castelhanos, nem queremos dares nem tomares com os taes senhores, é que aconselhariamos a que se deixassem das taes festanças que se improvisam para o dia 1° de dezembro. Não sei se nos entendem, porém em todo o caso o que lembramos é que não é bom acordar o cão que dorme"[239].

Da mesma forma, um seu correspondente de Coimbra que se assinava Catão, comentava a reunião da comissão naquela cidade e a agitação que aí se sentia relativamente aos festejos patrióticos:

"Peço meças para que alguem seja mais cioso da nossa autonomia do que eu, mas em quanto a mim entendo que era bem melhor que escolhessemos gente capaz de dirigir a nao do estado, do que tratar de festorio, que não póde trazer outro resultado que não seja o de gastar alguns patacos, quando não dê em algum desaguisado"[240].

No final da década de sessenta e início da seguinte os periódicos satíricos revelam, de uma forma geral, evidentes simpatias republicanas e, paralelamente, visões muito críticas sobre os festejos e a Comissão. É o caso do *Trinta Diabos* que em1869, ano da sua criação, se referiu ceptica e laconicamente à comemoração:

"O dia 1° de dezembro passou sem novidade na sua importante marcha.

Os berradores Miranda, Lobo, padre Bonança, e toda a sua sucia de de *penicheiros* parasitas não repetiram as scenas vergonhosas do ano passado.

Da praça publica passaram para os theatros, onde houve vivorio e espectaculo de graça aos assalariados para fazerem motim.

Houve hymno e mais hymno e os patriotas foram descançar, repletos de enthusiasmo.

---

237 *Ibidem*, n° 227, 11 de Outubro de 1861, p. 1-2.
238 *Ibidem*, n° 274, 30 de Novembro de 1861, p. 1.
239 *Asmodeu*, Lisboa, 7ª Série, n° 10, 6 de Junho de 1861, p. 3-4.
240 *Ibidem*, n° 12, 11 de Junho de 1861, p. 3.

Não é assim que as coisas se fazem e o tempo o mostrará"[241].

O seu seguidor, o *Trinta Diabos Junior*, utilizou um tom ainda mais virulento e sarcástico para ridicularizar os festejos e os seus promotores. Se no texto *Salvé dial° de dezembro, dia de enthusiasmo, de gloria, de valor, etc. etc. e etc.* avulta o humor[242], nos artigos *Os Patriotas e a Patria* e *Os Patrioteiros* ressalta a indignação perante as atitudes e sentimentos da Comissão. No primeiro é particularmente vituperada a solicitação de apoio do clero para a propaganda anti-ibérica, e ao conceito de pátria alardeado pelos "dezembristas" é contraposta uma visão pacifista universal, directamente inspirada no credo democrático-socialista:

"Mas nós sabemos bem que para o pobre, para o trabalhador, para o escravo, para o filho da miseria, para o povo, emfim, a patria é uma mentira ou é uma palavra vã. Nós outros não temos patria, nossa patria é toda a terra, nossa familia é toda a humanidade.

O vosso machiavelismo, ó despotas, nós o comprehendemos já. Fez-se finalmente luz nos nossos espiritos ha tantos seculos escurecidos. Hoje para nós todos os homens são irmãos, ou elles se chamem hespanhoes, portuguezes ou francezes, ou qualquer outro nome por vós inventado para nos separardes uns aos outros"[243].

No texto *Os Patrioteiros* o ataque não é menos cerrado, procurando esvaziar-se a comemoração do seu significado popular :

"Passou quasi desappercebido para o povo o dia 1° de dezembro.

Se abstrairmos d'um ou outro empregado publico, d'um ou outro dos muitos parasitas que ahi vivem e engordam á custa d trabalho dos outros, ninguem fez alarde dos seus sentimentos de amor á autonomia de Portugal, a não serem os denominados "patrioteiros", ou aquelles que sentiam necessidade de fazer essa affirmação... elles lá sabem porquê.

O amor da patria está muito arraigado no coração de todos nós, os filhos d'esta terra, para que precisemos manifestal-o por scenas ridiculas e embrutecedoras.

---

241 *Trinta Diabos*, Lisboa, n° 44, Dezembro de 1869, p. 4.

242 *Trinta Diabos Junior*, Lisboa, n° 17, Dezembro de 1872, p. 4. Este texto encontra-se reproduzido no capítulo *Humor e União Ibérica*.

243 *Ibidem*, n° 36, Maio de 1873, p. 2.

Não é com foguetes, musicatas desafinadas e discursos parvos que poderemos impôr ás nações o respeito pela nossa vontade autonomica.

Em quanto os "patrioteiros" berram, o povo jaz na ignorancia e na miseria.

Em quanto os foguetes atrôam os ares, os trabalhadores são explorados infame e ignobilmente pelos senhores da terra, pelo feudalismo do capital e pelas harpias do fisco.

Em quanto as musicas nos atordoam os ouvidos, attenta se ahi contra a liberdade dos cidadãos, e campeia altivo o despotismo de um boçal favorito do paço!

E é esta a liberdade e a independencia que nos apregoam os "patrioteiros"?"[244]

O Pimpão, logo a seguir à sua fundação, em 1876, não perdeu uma oportunidade para criticar os festejos e sobretudo a Comissão. O seu artigo comemorativo da Restauração constou de uma série de conselhos aos patriotas sobre as formas de melhor salvaguardar a independência nacional, em vez dos métodos tradicionais e inúteis como bandeiras, filarmónicas, luminárias e discursos[245].

A Comissão do palácio dos Almadas estava frequentemente na mira da sua bateria crítica. Após afirmar que o recém-publicado livro de Fernandez de los Rios não alimentaria grandes polémicas sobre as quais a Comissão teria que se pronunciar, teceu as seguintes considerações:

"A ferida não correspondeu á investida, e a julgar pelos titulos dos capitulos, o livro não dará grandes novidades, nem os patriotas da *Primeira de Dezembro* terão motivo para celebrarem mais uma das suas soporiferas sessões, a fim de combinarem no castigo dos descobertos conspiradores. Antes assim. *O Pimpão*, e não era nada com elle, já estava com dó dos maus patriotas, se fossem condemnados a assistir a alguma das sessões da *Primeira de Dezembro*"[246].

---

[244] Ibidem, nº 68, Dezembro de 1873, p. 1. Esta edição publicou ainda notícias humorísticas, quase telegráficas, dos festejos, numa evidente imitação dos jornais de grande circulação. Reproduzimos uma, a título de exemplo: "O sr. Eduardo Coelho disse n'um discurso que o dia 1º de dezembro era o dia em que se comemorava a restauração de Portugal". (Cf. p. 3).

[245] *O Pimpão*, Lisboa, nº 10, 3 de Dezembro de 1876, p. 1.

[246] *Ibidem*, nº 20, 11 de Fevereiro de 1877, p. 2.

A mesma ironia é visível num trecho da *Carta de John Taylor subdito inglez de passagem na capital da Parvonia, ao seu compadre William Shoemaker, residente em Londres*, que avaliava as manifestaçõs de amor à pátria dos portugueses:

"Toda a gente présa muito a independencia da patria e a integridade do territorio e por isso frequenta com assiduidade a Sociedade 1° de dezembro e a Geographica, dois invenciveis baluartes onde estão guardadas as munições d'aquelles generosos sentimentos"[247].

Os periódicos que representavam os interesses da classe militar revelaram alguma desconfiança inicial relativamente às acções da Comissão. O *Luso* reputou de patriótica a ideia de realizar uma festa nacional no 1° de Dezembro de 1861, mas considerava que, em tal conjuntura, a instrucção da mocidade no manejo das armas era prioritária[248]. Em Novembro ofendeu-se por não ter sido convidado a integrar a comissão portuense de jornalistas que pretendia preparar os festejos do mês seguinte:

"Pouco nos importa com isso, porque nos parece que d'essa montanha não pode sahir grande rato; porém o que cauza tedio é não convidar o jornal hoje conhecido como representante da classe militar, e vir pedir a essa classe dinheiro para o festejo!!!"[249]

Também o *Clamor Militar*, fiel à sua exigência de um exército permanente, bem equipado e treinado, desvalorizou os efeitos que os festejos pudessem obter:

"Não é com solemnes *Te-Deum*, nem com outras demonstrações de regosijo publico que se firma a independencia d'um povo, zelozo de seus foros de liberdade e de suas prerogativas nacionaes"[250].

Uma vez iniciada a cruzada comemorativa promovida pela Associação 1° de Dezembro, a imprensa espanhola alternou entre o silêncio sobre os festejos e a desvalorização dos mesmos. Na sua edição de 23 de Dezembro de1863, a *Correspondência de Espanha* comentou:

"Ha pasado completamente olvidado el dia 1er de diciembre, que recuerda á los portugueses su separacion de España, y a

---

247 *Ibidem*, n° 33, 13 de maio de 1877, p.1.
248 *O Luzo*, Porto, n° 28, 12 de Maio de 1861, p. 2.
249 *Ibidem*, n° 54, 10 de Novembro de 1861, p. 2.
250 *Clamor Militar*, Porto, n° 1, 5 de Janeiro de 1862, p. 1.

imitacion del ano pasado, no ha habido en este ninguna fiesta commemorativa de aquel suceso"[251].

Apesar do Jornal do Porto que transcreveu a notícia ter respondido com alguma jactância, a imprensa nacional não se preocupou visivelmente com as referências que tal assunto sugeriu à sua congénere espanhola. Demais, o que a *Correspondência* dizia era uma meia verdade; após 1862, ano em que as manifestações do 1° de Dezembro foram mais vistosas e explícitas, só novamente em 1868 elas viriam a atingir uma expressão mais significativa.

Como terá ficado claro, a maioria da nação, através das vozes da imprensa, manifestou-se favorável à celebração dos datas simbólicas da nacionalidade, entre as quais pontificou o 1° de Dezembro. Nem mesmo a opção pelos princípios monárquicos ou republicanos permite apurar conclusões diversas já que, monárquicos constitucionais ou absolutistas, regeneradores ou históricos, e ainda republicanos, visavam encontrar nas efemérides históricas e sua comemoração patriótica veículos de pedagogia e propaganda das ideologias respectivas. O que variava era o discurso sujacente, os pressupostos colocados, a mensagem que se pretendia fazer passar, reclamando, cada um para si, a validade dos argumentos, a autenticidade dos objectivos. Alvo de gradual e variável contestação, a Comissão Central, se mais não fez, ajudou a comprovar que, a partir de então, qualquer demonstração nacional teria indefectivelmente que passar pela manifestação popular, independentemente do grau de espontaneidade, e pela, pelo menos aparente, dissociação dos poderes instituídos.

Além de publicitar o programa dos festejos e de noticiar com mais ou menos detalhe a realização das comemorações, a imprensa periódica tornou-se um veículo importante como activador e promotor da memória da Restauração, através dos espaços privilegiados que anualmente lhe passou a dedicar. Entre o discurso do jornal e a narração comemorativa instala-se uma tensão fecunda. Escrita do presente e para o presente, os periódicos utilizam uma estratégia de exercício da memória para inscrever o presente no quadro de um passado bem balizado, com vista a exorcisar os receios e dominar o futuro, submetendo-o às regras de uma

---

251 *O Jornal do Porto*, n° 296, 29 de Dezembro de 1863, p. 1.

memória nacional homogénea e tranquilizadora. Para reduzir a distância entre o imprevisível e a universalidade do princípio, explicam Jean Marie Goulemot e Éric Walter, os jornais utilizam uma temporalidade múltipla, o tempo curto da repetição ritual, o tempo médio da conjuntura, e a duração longa das permanências ou das rupturas fundadoras, inscrevendo-se neste terceiro nível o discurso comemorativo que pretende reflectir o sentido do devir histórico[252].

A evocação da revolução de 1640 tomava lugar na 1ª página, que lhe podia ser ou não inteiramente consagrada, prolongando-se, em caso de texto longo, à 2ª página. Além das letras de maior corpo, passaram a utilizar-se vinhetas e ornamentações tipográficas que emprestavam à homenagem a deferência cerimoniosa e respeitosa de que nenhuma outra ocorrência era merecedora, produzindo composições mais vistosas e rebuscadas que as empregues nos próprios epitáfios reais[253].

Invariavelmente, o conteúdo era na sua maior extensão preenchido por longas narrações históricas que evocavam os antecedentes, os preparativos e os actos mais emblemáticos da Restauração, conferindo aos seus intervenientes e fautores o estatuto de heróis nacionais, aos quais se pretende prestar o culto da memória. Quando a retórica é mais inflamada não falta sequer o binómio antitético herói/traidor, em que um é tanto mais glorificado quanto o outro amaldiçoado[254]. Este trecho da história pátria torna-se assim o mais constante e repetido nos diferentes periódicos portugueses.

Para lá da evocação didactico-histórica, outros elementos podem encontrar-se nestes textos. O dever de comemorar o seu aniversário, como forma de saldar a dívida de gratidão pelo resgate da independência, e como forma de glorificação de uma revolução que se pretende apresentar como modelar e paradigmática no contexto da história europeia. Paralelamente, é muitas vezes

---

252 GOULEMOT, Jean Marie; WALTER, Éric — *Les Centenaires de Voltaire et Rousseau*, in "Les Lieux de Mémoire. La République", Paris, Gallimard, 1984, p. 381-420.

253 Ver apêndice iconográfico.

254 Veja-se por exemplo um excerto do texto *Salvé 1º de Dezembro de 1640*, do *Conscencioso*, Lisboa, nº 36, 1 de Dezembro de 1867, p. 1:" Duzentos e vinte sete annos prepassaram na voragem dos tempos... e, agora, como então e sempre, — ao templo portuguezes: — maldição ao jugo de castelhano; maldição aos patricidas; — UM HYMNO DE GLORIA Á MEMORIA D'ESSES HEROES DE 1640, E Á INDEPENDENCIA DE PORTUGAL".

estabelecida a dialéctica passado/presente, introduzindo sub-temas conjunturais que projectam na memória as preocupações presentes, tendo como pano de fundo as manifestações mais ou menos evidentes do iberismo.

Este assunto é frequentemente acompanhado de algumas precauções, repetindo-se a par e passo que a celebração não significa provocação, não pretende avivar ódios entre portugueses e espanhóis, insistindo-se mesmo nos laços de amizade que cada vez mais devem unir ambos os povos. Dir-se-ia que a comemoração não visava directamente produzir antagonismos entre os dois povos, antes pretendia produzir o sentimento da impossível união, nutrindo-se da memória do ancestral antagonismo, da insuperável diferença, da incompatível mentalidade, e da heróica resistência. Um excerto do *Conscencioso* reflecte esta visão da história como profilaxia da união, quando justificava o seu empenho em celebrar o 1° de Dezembro:

"Em Hespanha campeia despotico o fanatismo; o padre Claret vasculha nas cinzas dispersas das fogueiras da inquisição é procura de uma faulha que a reacenda...

Aqui, em Portugal, a religião do Cruxificado, toda de paz e amor, derrama seu doce influxo na sociedade. É livre, esplendida e benefica.

O hespanhol diz: *fuerca*;

O portuguez: *perdão*!

Portugal é livre; a Hespanha é escrava.

Ambas as nações teem a sua historia.

Por mais que o quizessemos, fôra impossivel a unificação dos dois paizes. Uma intransponivel barreira de cadaveres, um immenso mar de sangue separa Portugal da Hespanha...

Esqueceremos as offensas (mas não o martyrio); seremos amigos e naturaes alliados dos hespanhoes, porque nos hãode unir mutuos interesses de defensão e commercio nacional: — quando a Hespanha fôr livre e civilisada como o é Portugal.

E nada mais esperem de nós. Entendam-n'o bem os ibericos d'ambas as nações (que por infelicidade os ha cá tambem!)

Não acendemos paixões; não avivamos extinctos odios — Lembramos e comemoramos a Historia"[255].

---

255 *O Conscencioso*, Lisboa, suplemento do n° 37, 18 de Dezembro de 1867.

Outros, tinham a consciência que essa data, sem dúvida gloriosa, marcara inexoravelmente o princípio de uma aversão sem fim; por isso, a *Commoração Patriotica* de um semanário de Braga não concluiu sem um lamento por essa nociva inimizade dos povos irmãos:

"Desde essa epocha de nossas antigas glorias, atearam-se sempre cada vez mais, entre portuguezes e hispanhoes, os odios e rancores nacionaes; tudo em desvantagem reciproca dos dous paizes, que a natureza creára visinhos e irmãos"[256].

As celebrações assumiram um carácter popular das quais o governo central esteve dissociado[257], obtendo sobretudo apoio nos poderes autárquicos, considerados representantes do povo, coadjuvados por associações e imprensa locais. Estas elaboravam subscrições, organizavam os programas dos festejos, contactavam artistas e músicos, solicitavam a adesão dos populares, etc. O encerramento das unidades industriais, comércio, escolas e alguns serviços, sem redução salarial, permitiu o êxito dos festejos, amplamente participados. Daí a comemoração do 1° de Dezembro ter reunido os elementos fulcrais da festividade popular. Tal como

---

256 *Periodico do Povo. Semanario dedicado ao commercio e artes*, Braga, n° 1, 1 de Dezembro de 18661, p. 1-2.

257 Além do assentimento ao pedido da Comissão Central, o envolvimento dos governos foi obviamente reduzido. Os apoios aos festejos terão sido, sobretudo, de natureza logística, e mesmo assim, quase unicamente simbólicos. Por exemplo, em 1868, o Ministério da Guerra emprestou às associações 1° de Dezembro e Progressista, trinta e tal bandeiras para adornar frontarias. (Cf. *Diario de Noticias*, n° 1165, 26 de Novembro de 1868). Muitos edifícios públicos, como por exemplo os quartéis, não se iluminaram por ordem superior. (Cf. *Diario de Noticias*, n° 1170, 3 de Dezembro de 1868). Castro Neves, o responsável pela correspondência de Lisboa do *Conimbricense*, insistia da seguinte forma nessa completa separação entre os festejos e os poderes políticos constituídos: "A festa, pequena ou grande, como cada um a quizer considerar, foi toda de iniciativa particular, e muito popular. Nem o paço, nem o governo, tiveram nella intervenção que revelasse gosto ou desgosto da sua parte. Plena indifferença. Nenhum dos estabelecimentos publicos se illuminou, não houve salvas, nem gala, em fim, nada que fizesse pensar que tambem os poderes constituidos se ingeriam no regozijo publico. A festa não foi pois official" (Cf. *O Conimbricense*, n° 2229, 5 de Dezembro de 1868, p. 2). Em 1869 o cuidado das autoridades em controlar as manifestações terá sido particularmente apertado já que, como lembra António Florêncio Ferreira, outro correspondente da capital do *Conimbricense*, "foi expressamente proibido andarem, como no ano passado, musicos pela rua: algumas filarmonicas de fora tiveram que retirar-se de comboio, em virtude desta disposição do governo civil" (Cf. *O Conimbricense*, n° 2333, 4 de Dezembro de 1869).

Christian Amalvi concluiu para a comemoração do 14 de Julho em França[258], também o 1° de Dezembro em Portugal patenteou a consagração do espaço civil, com o domínio do festivo e lúdico, verificando-se a transferência de sacralidade do religioso sobre o laico, o civil e o profano, tornando-se a via pública, um dos cenários capitais da festa nacional. Esta desenrola-se em três tempos sucessivos, sendo a manhã fundamentalmente destinada aos ofícios religiosos e a tarde e noite às distracções populares. A sacralização do tempo e do espaço revela-se na projecção atingida nas horas das vésperas com o culminar das rejubilações públicas, nos teatros (muitas vezes amadores), nas orquestras e orfeões, quermesses ou cerimónias filantrópicas, etc. Após a cerimónia religiosa, *Te deum* com oração, ou missa cantada, a festa profana promoveu as manifestações e marchas de rua acompanhadas de bandas marciais e filarmónicas que, actuando em alternância, executavam hinos ininterruptos ao longo do dia, nos diversos espaços da localidade. Os foguetes e morteiros forneciam outra forma de sinalização visual e sonora, num jogo de brilho e fumaça que se estendia da meia-noite ou alvorada até ao fim do dia. À noite, juntavam-se a estas demonstrações as tradicionais iluminações, quer de edifícios municipais, quer de sedes de associações e colectividades, ou mesmo casas particulares. Era frequente a utilização de transparentes iluminados que projectavam símbolos (armas reais, data de 1640), retratos (D. João IV, ou restauradores), ou ainda mensagens literárias sob a forma de pequenos poemas alusivos à efeméride. Em 1868, Manuel Joaquim "do Gaz", indivíduo evidentemente ligado a esse tipo de iluminação, ofereceu-se para graciosamente decorar o palácio dos Almadas, executando o desenho que lhe fosse fornecido, mas a Comissão deixou isso ao seu arbítrio[259]. Esta arte do efémero não prescindia pois das luminárias, símbolo poderoso porque fortemente visual, da adesão da comunidade ao significado da comemoração. O francês Eugène Dalençon comentou com algum chiste, o protagonismo do lampião nas comemorações oitocentistas em geral, e do 1° de Dezembro

---

258 AMALVI, Christian — *Le 14 Juillet. Du Dies Irae à jour de fête*, in "Les Lieux de la Mémoire. La République", Paris, Gallimard, 1984.

259 *Diário de Noticias*, Lisboa, n° 1163, 24 de Novembro de 1868, p. 1.

lisboeta, em particular, aliado ainda às bandas "pseudo-harmónicas":

"Le lampion joue réellement un grand rôle dans la politique moderne; il est devenu en quelque sorte l'expression paisible de la voix du peuple, qui est, dit-on, celle de Dieu; (ce qui, entre parenthèses, prouve parfois que le Bon Dieu est très enroué).

Le lampion, cést le thermomètre des idées politiques; cést le dynamomètre de la force des partis.

Dans un anniversaire d'un fait plus ou moins national, dans une manifestation quelconque, si le lampion n'apparait pas á toutes les fenêtres, celles qui son restées dans l'obscurité sont montrées au doigt, et leurs propriétaires sont cotés comme dangereux et étiquetés comme ennemis.

Malheureusement ce bon lampion s'allume et fume, à tour de rôle, pour toutes les opinions. Et encore, s'il les éclarait ce ne serait que demi-mal!... Mais, helas! depuis qu'il est d'usage d'en allumer, gouvernants et gouvernés n'en voient pas plus clair.

Aujourd'hui, veille du 2 décembre 1868, les ibériques et les anti-ibériques de Lisbonne ont pu mesurer leurs forces en se comptant par *lampions*.

Dès la pointe du jour, les societés pseudo-harmoniques se répandait dans les rues de la ville et l'hymne national, ou de la restauration se jouait sur des instruments de cuivre oxidé, avec une verve de poumons et de biceps, bien digne de meilleur emploi"[260].

Os teatros atraíam multidões nas noites do 1° de Dezembro, revestindo-se os espectáculos de actos simbólicos que potencializavam a emoção e comoção dos assistentes. Em salas ornamentadas com motivos evocativos da efeméride, para além da representação da peça teatral, também ela quase sempre alusiva à data, procedia-se à execução de hinos patrióticos, à recitação de poesias, à distribuição de folhetos com as letras dos mesmos, à subida ao palco de bandeiras nacionais, num crescendo de

---

260 *La Guêpe*, Lisboa, n° 15, 5 de Dezembro de 1868, p. 3. Este artigo que tem o sugestivo título *Illuminations et ténèbres*, refere ainda comicamente a indescritivel exasperação do barbeiro do autor, em virtude da estação de caminho de ferro não ter sido iluminada, o que ele colericamente considerava um crime de lesa-pátria.

emotividade em que a participação do público era um elemento poderoso e fundamental do próprio espectáculo[261].

Quando as orquestras interpretavam os hinos, nomeadamente da Carta e da Restauração, os espectadores descobriam-se e permaneciam de pé, numa atitude respeitosa a que ninguém podia escapar, sob pena de ser apontado a dedo. Os actos simbólicos nas manifestações de júbilo pelos valores da independência, assumiram assim os contornos de psicose colectiva, num processo de fixação de estereótipos comportamentais, algo inibidores da liberdade individual. Tal como Delançon dizia que quem não colocasse luminárias era acusado de ibérico, também quem não se mantivesse de pé durante a execução dos hinos era considerado traidor ao sentimento que dominava o espírito público nos espectáculos do1° de Dezembro. Isto mesmo aconteceu com Rebelo da Silva, em 1869, na récita do S. Carlos; a imprensa não perdoou, pelo que o escritor teve que escrever uma carta aberta, retratando-se do sucedido:

"Sr. Redactor — Constando-me que se quiz dar na imprensa uma interpretação desfavoravel ao facto de eu por equivoco me haver sentado quando a orchestra do theatro S. Carlos ainda tocava o hymno da restauração, cumpre-me declarar, que, dedicado á independencia e á gloria do paiz, como atestam todos os precedentes da minha vida litteraria e politica, espero, que nem o publico tomasse por falta de attenção para com elle um acto de pura distracção, nem se attribuisse a menos respeito pela santa causa das nossas immunidades nacionaes, cujo anniversario celebravamos.

Desde já agradeço, sr. redactor, a publicação destas poucas linhas no seu jornal"[262].

A par desta vertente barulhenta e efusiva, os festejos do 1° de Dezembro assumiram outra, mais sóbria, que foi a da beneficência. O bodo aos pobres ou presos, a oferta de refeições e distribuição de óbolos, foram iniciativas que progressivamente se tornaram mais frequentes, agilizadas pelas comissões locais das comemorações.

---

261 Ver capítulo relativo ao Teatro.

262 *Gazeta do Povo*, Lisboa, n° 45, 4 de Dezembro de 1869.

Em todas as iniciativas, cerimónias e rituais, era notória a intenção de ressaltar o simbólico número quarenta, já adoptado pela Comissão Central, e que representava o grupo de conjurados.

Propomo-nos agora fazer um bosquejo das actividades desenvolvidas para as comemorações do 1° de Dezembro nas prinicipais localidades do país, a partir da criação da Comissão Central.

O Porto foi a primeira cidade a conjugar esforços para festejar o 1° de Dezembro de 1861. Foi então nomeada uma comissão que se encarregou de elaborar uma subscrição, reunindo-se no dia 3 de Novembro, em casa de José de Sousa Bandeira, ilustres representantes da imprensa portuense: José de Sousa Bandeira (presidente), Manuel Vilas-Boas e Manuel Rodrigues Miranda, pelo *Braz Tisana*; José Joaquim Gonçalves Bastos (secretário) pelo *Nacional*; José Luciano de Castro e Barbosa Leão pelo *Jornal do Porto*; Camilo Castelo Branco pelo *1° de Dezembro*; Henrique Miranda e Guerra Leal pelo *Comércio do Porto*; Simões de Carvalho pelo *Diário Mercantil*; Francisco Pereira de Azevedo pelo *Direito*; César Pinto Guimarães, pelo *Diário do Povo*; João Marques Nogueira Lima e João António de Barros Lima, pela *Grinalda*[263].

Esta comissão, que foi voluntariamente ajudada pelo senhor Barros Lima[264], decidiu publicar um manifesto da autoria de Camilo Castelo Branco, avançou o nome do Padre Santa Ana para fazer o sermão, e concordou em abrir subscrições para os festejos e para actos de beneficência em todos os jornais[265]. A Câmara Municipal viria a escolher o nome do doutor Joaquim Alves Mateus para fazer o sermão[266].

Esta comissão reuniu-se novamente no dia 10 de Novembro, em casa de José de Sousa Bandeira[267], tendo sido lida uma carta de Camilo Castelo Branco dizendo que por incómodo de saúde não pôde escrever o manifesto, pretendendo fazê-lo logo que possível. Guerra Leal apresentou a proposta de Xavier Pacheco para que a soma obtida com destino aos estabelecimentos pios fosse para criar um

---

263 *A Epoca*, Lisboa, n° 544, 7 de Novembro de 1861.
264 *O Braz Tisana*, n° 252, 4 de Novembro de 1861, p. 2.
265 *O Commercio do Porto*, n° 252, 2 de Novembro de 1861.
266 *A Epoca*, n° 458, 25 de Julho de 1861.
267 *Diario Mercantil*, Porto, n° 546, 11 de Novembro de 1861.

fundo e entregar à Santa Casa com o encargo de ela tratar um ou mais súbditos espanhóis, consoante o rendimento do mesmo fundo; embora colhendo apoios a ideia não foi adoptada em virtude da convicção de não se conseguir apurar um fundo suficiente em tão pouco tempo.

Decidiu-se que o abade de Santa Ana faria a oração e tocariam as capelas do senhor Canedo e do senhor Silvestre, que se ofereceu gratuitamente, sob a regência do senhor Dubini[268].

A terceira reunião ocorreu mo mesmo lugar em 17 de Novembro, deliberando a comissão que, em virtude dos três meses de luto, os festejos seriam adiados para o ano seguinte, embora os jornais devessem publicar artigos comemorativos no próximo 1° de Dezembro[269].

Em Coimbra, no dia 2 de Junho de 1861, a convite da Câmara Municipal, houve na sua sala das sessões, uma numerosa reunião, concorrida por alguns pares do Reino, lentes da Universidade, secretário geral do governo civil, chefes de diversas repartições públicas, e muitos funcionários públicos, comerciantes e artistas, para nomear uma comissão encarregue dos festejos do 1° de Dezembro[270]. Como referimos anteriormente, este foi o primeiro passo de um complexo trabalho que só esmoreceu após o passamento do monarca. Aveiro inspirou-se nas realizações do Porto e Coimbra para organizar as suas comissões[271].

Em Viana do Castelo reuniu-se um grupo de cidadãos com o objectivo de "organisar uma commissão, destinada a promover os meios necessarios para solemnizar a festa nacional do aniversario do 1° de Dezembro de 1861"[272].

Em Lagos decidiu-se formar a Associação Patriótica Primeiro de Dezembro para dar instrução a marítimos desvalidos; esta obra promoveria uma subscrição para aquisição de livros e criação de uma escola[273].

---

268 *O Braz Tisana*, n° 259, 12 de Novembro de 1861, p. 2.
269 *O Purgatorio*, Porto, n° 263, 18 de Novembro de 1861, p.3.
270 *O Luso*, Porto, n° 30, 9 de Junho de 1861, p. 4.
271 *O Amigo do Povo*, Porto, n° 400, 17 de Maio de 1861, p. 2. Notícia clhida do *Campeão das Provincias*, que aderiu entusiasticamente aos festejos.
272 *O Luzo*, Porto, n° 33, 16 de Junho de 1861, p. 3.
273 *Diario Mercantil*, Porto, n° 535, 28 de Outubro de 1861.

A Câmara de Viseu também pretendeu comemorar o 1° de Dezembro pelo que agilizou a preparação das comissões de festejos, tencionando convidar dois padres, Alves Mateus e Alves Martins[274].

O Asilo da Infância Desvalida de Elvas admitiu mais seis crianças, cinco do sexo feminino e uma do masculino, em comemoração do aniversário da restauração[275].

Em1862 Molarinho criou uma medalha comemorativa do 1° de Dezembro, em prata e estanho, do tamanho de uma moeda de 500 reis. No anverso tinha meio corpo e perfil de D. João IV, e no reverso a epígrafe "Aos Restauradores de Portugal", lendo-se no centro, "1° de dezembro de 1640"[276].

Na capital, o produto das subscrições de 1861 que se encontrava ainda nas comissões paroquiais foi recolhido e abriu-se uma nova subscrição, cujs donativos eram dirigidos para o palácio do largo de S. Domingos, ou para o escritório da *Federação*, segundo comunicado do secretário Brito Aranha, datado de 15 de Novembro de 1862[277].

A solenidade religiosa realizou-se em S. Vicente de Fóra, com a presença do cardeal patriarca, D. José de Lacerda, e acompanhada por duas orquestras, pertencendo alguns dos músicos à Real Irmandade de Santa Cecília. Também participaram graciosamente alguns cantores de S. Carlos, salientando-se as senhoras Perelli e Dori, e os senhores Beneventano e Antonucci. A músia era do senhor Casimiro que dirigiu o coro de mais de cem artistas, e o *Te Deum* de Cossul que o dirigiu. O conde de Farrobo tocou trompa e executou um solo.

Assistiram todo o ministério, pares do reino, deputados, etc. Na capela do cruzeiro estava exposta a cruz de prata que em 1641, quando ia em procissão perto da igreja de Santo António, se despregou um dos braços da imagem, o que foi interpretado como um milagre favorável à causa nacional, e se encontrava geralmente guardada no tesouro da Sé[278].

Segundo o *Conservador*, "o templo estava vistosamente armado, e á porta era destribuida pelas pessoas que entravam, uma

---

274 O Commercio do Porto, n° 139, 21 de Junho de 1861, p. 2. Colhido do *Viriato*.
275 *O Braz Tisana*, n° 282, 9 de Dezembro de 1861, p. 2.
276 *Diario Mercantil*, Porto, n° 865, 1 de Dezembro de 1862, p. 2.
277 *O Conservador*, Lisboa, n° 248, 20 de Novembro de 1862, p. 3.
278 *Jornal do Commercio*, Lisboa, n° 2747, 2 de Dezembro de 1862, p. 3.

resenha historica dos acontecimentos do 1° de dezembro de 1640, cujos pormenores são hoje minuciosamente sabidos por todos os filhos desta terra"[279]. Esta comemoração foi das mais bem conseguidas, a ter-se em conta o testemunho de Joaquim F. dos Santos Firmo: "Anno igual ao de 1862 infelizmente não tornou a apparecer"[280].

No Porto, no 1° de Dezembro de 1862, instalou-se na antiga casa dos vinte e quatro a Associação Portugal Restaurado 1° de Dezembro composta por 24 sócios, tendo todavia reunido nessa noite com quarenta elementos para representar o número dos restauradores de 1640. A mesa provisória era presidida por José Pereira Cardoso Júnior, e secretariada por Lourenço José de Oliveira Basto e António Miguel de Aguiar Álvaro. Estes nomes bem como os de João Pinto Barbosa e Manuel José Moita foram nomeados para integrar a comissão redactora dos estatutos[281].

Em Coimbra o *Te Deum* realizou-se em Santa Cruz, e à noite houve iluminações na cidade, em cujas ruas tocou a filarmónica conimbricense[282].

Em Barcelos realizou-se um "*Te-Deum* a instrumental da veneravel ordem 3ª", e a oração foi recitada pelo padre Martins de Faria, a que assistiram as autoridades e muito povo. No fim, o destacamento13 deu três descargas defronte do templo. De dia e à noite a banda barcelense percorreu as ruas, encontrando-se a maior parte das casas iluminadas[283].

Às 11 horas da manhã, em Elvas,, houve missa cantada vocal e instrumentalmente na catedral, seguida de *Te Deum*, tendo cabido o sermão ao cónego Almeida Ribeiro. Assistiram à solenidade as autoridades militares e municipais, a magistratura e os representantes da nobreza local. À noite, além dos paços do concelho e do quartel, muitas casas particulares se iluminaram com lanternas grandes e luz de cera. O Montepio Artístico contribuiu

---

279 *O Conservador*, Lisboa, n° 218, 2 de Dezembro de 1862, p. 3. As páginas 1 e 2 deste fascículo estavam preenchidas com um longo texto evocativo do 1° de Dezembro, sob o título *Denodado Arrojo dos Portuguezes contra o poderio das Hespanhas, na Gloriosa Restauração de Portugal.*

280 *Diario Popular*, Lisboa, n° 441, 1 de Dezembro de 1867, p. 1.

281 *Justiça*, Porto, n° 41, 5 de Dezembro de 1862, p. 3.

282 *A Epoca*, n° 862, 5 de Dezembro de 1862, p. 2.

283 *Diario do Povo de Portugal e Possessões*, Porto, n° 280, 4 de Dezembro de 1862, p. 3. Colhido do *Mercantil*, de *Barcelos*.

enormemente para o bom êxito dos festejos, quer dinamizando a sua preparação, quer ornamentando primorosamente a sua sede. Os efeitos sonoros foram conseguidos através da salva de vinte e uma bombas, do repicar dos sinos do município e das igrejas, e ainda da prestação de uma orquestra musical que, após actuar no Montepio até às dez da noite, saíu às ruas enchendo-as de música até altas horas[284]

Em 1863, a Associação Portugal Restaurado 1° de Dezembro do Porto, festejou com música e discursos, o aniversário da Restauração, na casa dos Vinte e Quatro, em S. Sebastião[285].

A cidade de Lisboa engalanou-se no 1° de Dezembro de 1864, "as fortalezas içaram a bandeira nacional, assim como nas embarcações de guerra armadas, surtas no Tejo, tremulava tambem a bandeira nos topes"[286].

No ano seguinte o*Te Deum* realizou-se na Sé com a assistência de mais de trezentos alunos de diversas proveniências, nomeadamente da aula diurna da Associação Civilização Popular (acompanhados do profesor Sá Caldeira e do presidente da comissão administrativa, Januário Seabra); da aula diurna do Grémio Popular; da escola asilo S. Pedro de Alcântara; e da professora Maria José Canuto.

O noticiarista afirmou que aí houve muita emoção, lágrimas nos olhos das pessoas, e uma grande concorrência de povo de todas classes[287].

A Sociedade Portugal Restaurado 1° de Dezembro, do Porto, constituiu-se definitivamente em Janeiro de 1865. Para presidente da mesa foi nomeado José Joaquim Rodrigues de Freitas Junior, para vice-presidente António Miguel de Aguiar Ávaro, para secretários Celestino Cândido do Cruzeiro Seixas e João António de Macedo, e para tesoureiro Lourenço José de Oliveira Basto. Foram ainda nomeados quatro directores Domingos Pereira da Silva, Manuel da Moita Júnior, António de Almeida Carvalho e António Rodrigues Lopes[288].

---

284 *A Voz do Alemtejo*, Elvas, n° 191, 3 de Dezembro de 1862.
285 *Justiça*, Porto, n°189, 2 de Dezembro de 1863, p. 3.
286 *Jornal de Lisboa*, n° 131, 2 de Dezembro de 1864, p. 3.
287 *Jornal de Lisboa*, n° 430, 2 de Dezembro de 1865, p. 3.
288 *O Commercio do Porto*, n° 13, 17 de janeiro de 1865, p. 2.

Nesse ano a Sociedade promoveu festejos com especial dedicação, decorando a sua sede com colchas de damasco e muitas bandeiras. O *Te Deum* realizou-se na Sé com a concorrência de muito povo, autoridades, titulares, etc., sendo a guarda de honra feita pela guarda municipal. Á noite uma banda regimental percorreu as ruas acompanhada de muitos populares[289].

Esta sociedade passou, todavia, por algumas vicissitudes. Em 1867 não esteve presente no *Te Deum* a que assistiram cerca de trezentas pessoas, muitas das quais se dirigiram à casa dos Vinte e Quatro mas também não encontraram aí os directores. Só às 5 horas da tarde o lançamento de alguns foguetes mostrava que a Sociedade tinha "renascido das cinzas", as pessoas foram para lá mas não encontraram mais do que a banda marcial. Decidiram então os sócios, constituídos em assembleia, nomear uma direcção interina que ficou a ser presidida por Manuel da Moita, e secretariada por César Augusto Pereira Neves e António Lourenço de Oliveira Basto. Foi também nomeada uma comissão encarregue de pedir à direcção conta dos seus actos que ficou composta por três elementos: António Rodrigues Lopes, Joaquim Francisco Leite e Joaquim Augusto do Espirito Santo.

Domingos Castro fez um discurso sobre a história portuguesa, e em seguida foi tocado e apresentado à Sociedade o seu novo hino com músiA de António José Ferreira dos Santos e poesia de César Augusto Pereira Neves[290].

Todavia, as actividades desta sociedade portuense não regularizaram a partir de então. Em 5 de Outubro de 1868 reuniram-se alguns sócios com o fim de solidificarem as bases da sociedade, que então se encontrava praticamente abandonada, com os estatutos ainda em projecto. Tencionavam os seus membros organizar devidamente a sociedade e dotar uma orfã, filha de um sócio todos os anos, bem como uma instituição de beneficência, talvez o Montepio das Viúvas: "D'este modo não ficará menos dignamente commemorada a data da nossa independencia (...) sem suscitar odios mal cabidos e que podem tornar-se de perniciosos effeitos"[291].

---

289 *Diario do Porto*, nº 40, 2 de Dezembro de 1865, p. 2.
290 *Jornal de Noticias*, Porto, nº 277, 3 de Dezembro de 1867.
291 *O Commercio do Porto*, nº 233, 8 de Outubro de 1868, p. 2.

Em 1867 o palácio dos Condes de Almada iluminou-se para comemorar o 1° de Dezembro, sendo colocada sobre o portão uma estrela de gás com a data 1640, e no centro as armas e a coroa do rei D. João IV. Ás 7.30 h foi aberta a sessão da Associação com a presença do presidente e muitas pessoas ilustres da capital. Silva Túlio foi o primeiro orador e abordou os trabalhos que ele e Rebelo da Silva haviam realizado no âmbito da história da Restauração, e propôs a construção de uma estátua a João Pinto Ribeiro. Em seguida tomou a palavra o operário Miguel dos Anjos Correia, seguido de Aires de Sá, Mendes Leal (que propôs a realização imediata da subscrição para a referida estátua), Luís Filipe Leite (que propôs a publicação de um catecismo da Independência Nacional, onde se registasse o feito de 1640, e fosse adoptado nas escolas), tendo encerrado a sessão Silva Albuquerque e Andrade e Almeida. Os presentes decidiram ainda envidar todos os esforços para levantar uma simples memória a João Pinto Ribeiro, fim para o qual o jornal *Economias* havia aberto uma subscrição que ascendia já aos 200$000 reis.

No dia 4 realizou-se um *Te Deum*, por razão de impedimento ritual, para comemorar a aclamação de D. João IV, onde estiveram presentes membros da Associação 1° de Dezembro, do Centro Promotor das Classes Laboriosas, das associações Grémio Popular, Civilização Popular, escola 1° de Dezembro, escola D. Pedro V., de asilos, etc.[292].

As associações Grémio Popular e Civilização Popular hastearam a bandeira nacional e à noite fizeram iluminações.

Uma sociedade de jovens deu um baile num palácio da Travessa da Queimada, estando as janelas decoradas com troféus e bandeiras do tempo de D. João IV[293].

Valença comemorou o 1° de Dezembro com um *Te Deum* na colegiada de Santo Estevão, sendo depois dado um jantar aos presos civis e militares que se encontravam na cadeia local, com o acompanhamento da banda de caçadores[294].

---

[292] *Correio da Europa*, n° 23, 13 de Dezembro de 1867, p. 4.
[293] *Opinião Nacional*, Lisboa, n° 50, 5 de Dezembro de 1867.
[294] *Correio da Europa*, n° 23, 13 de Dezembro de 1867, p. 4.

A alvorada do 1° de Dezembro de 1867 em Montemor-o-Novo teve repiques, e a noite iluminações, tendo as bandas Carlista e Padrista alegrado os festejos com músicas e hinos[295].

Viseu também comemorou com foguetes e com as músicas de duas filarmónicas e da banda de infantaria[296].

As celebrações de 1868 foram unanimemente apresentadas pela imprensa nacional como as mais vibrantes de sempre; um articulista da Correspondência de Portugal referia-se-lhes nestes termos:

"O dia 1° de dezembro (...) foi este anno celebrado com festejos desusados. Posto que não somos partidarios das demonstrações apparatosas, a cuja exaggeração são muito sujeitos os povos meridionaes, nem entendamos que os foguetes e luminarias sejam o meio mais proprio de provar o nosso amor patrio, e de robustecer a nossa independencia, folgamos com a significação d'estas festas pela sua generalidade e sobretudo pela sua espontaneidade. Não só em Lisboa e Porto mas nas terras mais insignificantes do reino, se celebrou este anniversario glorioso. É mais um desengano, se acaso mais um era necessario, para convencer os rarissimos *ibericos* theoricos e praticos, os de cá e os de fóra, mais raros cá do que fóra; porque entre nós não passam elles de meia duzia de visionarios, sonhadores de confederações e da paz universal no melhor dos mundos possiveis, e de outra meia duzia de especuladores, como ha em toda a parte, por isso que onde ha sociedade ha a sua escoria"[297].

A imprensa compreendeu o papel que poderia desempenhar neste ano marcado pelo recrudescimento da euforia comemorativa do 1° de Dezembro, como coprova um orgão do partido histórico:

"Á imprensa cumpre lembrar os alvitres, e apresentar todos os planos, e promover todos os meios, para que o dia 1° de dezembro de 1640 seja inexcedivelmente festejado"[298].

Recentemente entrado nas lides da imprensa sob a direcção de Eduardo Coelho, um activo membro da Comissão Central 1° de Dezembro, o *Diário de Notícias* foi um dos periódicos lisboetas que mais publicitou as iniciativas da referida Comissão, bem como os

---

295 *Correio da Europa*, n° 23, 13 de Dezembro de 1867, p. 4.
296 *Correio da Europa*, n° 23, 13 de Dezembro de 1867, p. 4
297 *Correspondencia de Portugal*, Lisboa, n° 166, 14 de Dezembro de 1868, p. 1.
298 *A Opinião Popular*, Lisboa, n° 81, 4 de Novembro de 1868, p. 2.

programas e intenções das comemorações. Sob o título *Solemnisação do 1º de Dezembro*, e *O anniversario da independencia portugueza*, foram publicados vários textos ao longo dos primeiros dias do mês, provenientes dos diversos correspondentes, que pretendiam fazer a cobertura tão completa quanto possível dos acontecimentos, sem falar nos artigos evocativos e alusivos da efeméride[299].

Em Lisboa as comissões paroquiais diversificaram e intensificaram as actividades para aquele dia. Por iniciativa da freguesia de N. Senhora das Mercês, em auxílio dos seus protegidos, prepararam-se cavalhadas no largo dos Jerónimos, às quais os soberanos tencionavam assistir[300].

Os actos de beneficência também se multilicaram; Francisco José Caldeira ofereceu aos "pobresinhos" 45 bilhetes de geral e galeria do Teatro Príncipe Real para o benefício de 16 de Dezembro. A casa-pia ofereceu um bodo a quarenta pobres.

A Associação Progressista também distribuiu à 9.30 h da manhã um bodo a 40 pobres, na importância de 500 réis a cada um, iluminou a gás a fachada do seu edifício, decorou elegantemente as suas salas, e à noite celebrou uma sessão solene.

Realizaram-se diversas representações particulares, bailes, soirées, bodos e iluminações em grande número de casas, colégios, edifícios públicos, etc.[301].

As filarmónicas começaram a interpretar hinos nacionais logo ao raiar do dia no largo de D. Domingos, frente ao palácio dos Almadas e antiga casa de D. Filipa de Vilhena, sedes da Associação 1º de Dezembro e Progressista, respectivamente.

Na véspera do 1º de Dezembro de 1868 a municipalidade de Lisboa decretou que esse dia seria de feriado para todos os seus empregados e empregados.

Diversos estabelecimentos industriais deram iguamente feriado aos operários, vários periódicos, como a *Nação* e a *Revolução de Setembro* dispensaram os seus tipógrafos, e os estudantes do

---

299 O nº 1169, de 1 de Dezembro de 1868, tinha a sua 1ª folha repleta com este tipo de artigos: *O Dia da Redempção*, longa evocação histórica; *Commemoração*, onde Pinheiro de Melo explicava a legitimidade da mesma; notícias da Comissão Central e, na secção de folhetim, a 1º parte do *Portugal Cativo*.

300 *Jornal de Noticias*, Porto, nº 273, 28 de Novembro de 1868.

301 *Diario de Noticias*, Lisboa, nº 1169, 1 de Dezembro de 1868, p. 2.

liceu nacional, que haviam aberto uma subscrição para os pobres, alcançaram igual benesse do reitor.

Houve *Te Deum* em quase todas as paróquias da capital. Na Sé, a cerimónia que foi promovida pela Comissão 1° de Dezembro iniciou-se às 2 h, estando o templo repleto de indivíduos de todas as condições sociais, desde a antiga nobreza, políticos, estadistas e intelectuais, a Câmara Municipal, corporações, autoridades eclesiásticas, grande deputação do partido miguelista, alunos das escolas Civilização Popular, 1° de Dezembro, Caridade, Centro Promotor, asilo de S. João, D. Pedro V, Grémio Popular, e vários colégios particulares. Oficiou o cardeal patriarca, executou-se o *Te Deum* grande de Marcos António Portugal, com um belo desempenho dos músicos e cantores, estando presente, num dos altares, a cruz da Restauração.

Foram também dignas de especial menção as cerimónias de S. Miguel, Encarnação e Anjos. Nesta última, repleta de luzes e flores, a solenidade realizou-se a expensas de quarenta fidalgos que se reuniram para esse fim, assistindo à cerimónia no corpo da igreja com tochas. Foi cantado o *Te Deum* grande do falecido Bastos, executado por quarenta professores sob a direcção do senhor Barata, com a colaboração de conhecidos solistas líricos.

Alguns regimentos comemoraram a efeméride cotisando-se para a realização de um jantar de oficiais, proporcionando também rancho melhorado aos soldados.

Em S. Pedro de Alcântara os festejos foram particularmente luzidos: iluminaram-se todas as moradas, filarmónicas percorreram as ruas até altas horas da noite, muitos estabelecimentos, como o do sr. pereira e a associação dos tecelões, colocaram elegantes armações. No palácio do Fiúza, onde estava sediada a sociedade de tiro nacional houve bodo a quarenta pobres, realizado com o produto de uma subscrição, e à noite organizou um baile e exibiu vistosas iluminações, inclusivamente com luz eléctrica.

Além do edifício do Fiúza, distinguiram-se outros na cidade em virtude das suas brilhantes iluminações, como o palácio do visconde de Ouguela, o do senhor José Maria Eugénio de Almeida, as casas de S. Sebastião da Pedreira e das Comendadeiras da Encarnação, a companhia de gás, a escola académica, a associação filarmónica 1° de Dezembro e a relojoaria Girol Gandy.

Também casas particulares se iluminaram em muito maior número do que era frequente nas outras galas nacionais, bem como as redacções dos jornais e as fachadas dos teatros. Multidões invadiram pacificamente as ruas, no Rossio e largo de S. Domingos ter-se-ão reunido mais de dez mil pessoas, sempre acompanhadas das filarmónicas e proferindo palavras de ordem alusivas à dinastia e à independência nacional. Além dis hinos da restauração, da carta e de el-rei, e "como que para mostrar que este solemne protesto do povo contra a sonhada união iberica nada tem de agressivo á nação hespanhola, que queremos sempre amiga e boa vizinha, uma philarmonica executou depois de todos esses hymnos o do *Riego*, invocado da revolução liberal que aquella nação realisou agora, e que a imprensa portugueza saudou".

Na sociedade recreativa Primeiro de Dezembro o sarau constou da leitura e distribuição de uma poesia patriótica expressamente escrita pelo senhor J. I. Araújo, da execução de diversos trechos musicais pela orquestra da sociedade, e de um baile que terminou às cinco horas da manhã.

A sessão da Comissão 1° de Dezembro foi "um acto magestoso e commovedor". As paredes estavam revestidas de damascos e as portas de reposteiros; sobre um docel e encimado pelas armas de Bragança estava o retrato a óleo de D. João IV, não faltando também os de D. Luísa de Gusmão, João Pinto Ribeiro e dos principais conjurados. Sob a presidência de D. Luís de Lorena, tomaram a palavra Eugénio de Castilho que leu um texto de Rebelo da Silva sobre a revolução de 1640, em virtude do seu autor não poder estar presente; Silva Túlio que dissertou sobre *As mulheres de 1640*; Eugénio de Castilho recitou o seu poema *A Pátria*; Pinheiro Chagas abordou o tema *Unanimidade da revolução de 1640*; Mendes Leal discursou sobre as *Causas da perda da nossa independncia*[302].

Um articulista do periódico *La Guêpe*, descreveu assim a Lisboa do 1° de Dezembro de1868:

"Le 1er décembre vient d'être, pour la ville de Lisbonne, un jour de fête et d'animation: pendant 24 heures, musiques stationnaires ou ambulantes n'ont cessé, avec plus ou moin d'harmonie, de faire retentir de leurs chants patriotiques les quatre points cardinaux de la capitale. On respirait à pleins poumons

---

302 *Diario de Noticias*, Lisboa, n° 1170, 3 de Dezembro de 1868, p. 1.

l'odeur de la poudre conviée sous toutes formes à reveiller l'allégresse publique et le traditionnel et historique lampion, sans l'escorte obligée de son gendarme, brillait d'un éclat inusité.

Les manufactures et les ateliers, fermés aux ouvriers, sans réduction de leurs salaires, rendait plus compacte la foule joyeuse qui encombrait les rues et, chose digne de remarque, c'est que ce jour est le seul de cette semaine où les feuilles publiques n'aient pas eu à enrégistrer quelques uns de ces désordres quotidiens que la police locale est chargée de réprimer.

Le gouvernment a dû rester étranger à ces manifestations patriotiques auxquelles la municipalité de Lisboanne, créature des votes populaires, n'a pas hésité à donner sans réserve le plus utile et le plus large exeat.

L'hymne de Riego mêlé aux airs patriotiques portugais a été une preuve donnée par le bon gôut du peuple, qu'aucune pensée aggressive contre la susceptibilité des citoyens espagnols n'était entrée dans le programma de ces fêtes.

Nous dirions enfin que tout s'est royalement passé, si le peuple seul n'eut été l'instigateur et l'instrument de cette réclame patriotique. Les Portugais célébraient ce bruyant 1er décembre 1868, l'anniversaire de leur glorieux affranchissement, du joug espagnol, et en voyant hier leurs manifestations et leur joyeux entrain on aurait pu se croire au lendemain du 1er décembre 1640"[303].

As mais diversas localidades festejaram este. Na Golegã todos os pequenos festejos foram espontâneos: ao meio-dia repicaram os sinos e deitaram-se na praça mais de uma grosa de foguetes; à noite houve luminárias, a filarmónica percorreu as ruas executando hinos, e repetiram-se os foguetes[304].

Em Belas houve *Te Deum* solenizado gratuitamente pelos párocos, os familiares de D. Fernando de Sousa Coutinho participaram no coro, e no fim da cerimónia o prior, cavalheiros importantes e a filarmónica percorreram as ruas levando bodo aos pobres[305].

---

303 *La Guêpe*, Lisboa, nº 15, 5 de Dezembro de 1868, p. 1. Eram redactores deste periodico A. de Serlagnac, Charles Buisson e Charles Busch (cf. D. J. P., A. C. L., ms. 453, p. 4082).

304 *Diario de Noticias*, Lisboa, nº 1170, 3 de Dezembro de 1868, p. 2.

305 *Diario de Noticias*, Lisboa, nº 1169, 1 de Dezembro de 1868, p. 2.

Em Santarém o dia começou com repiques de sinos e foguetes, apresentando-se então na praça as diversas filarmónicas encorporadas numa só. Houve *Te Deum* na Capela de Nossa Senhora da Piedade, e à noite houve iluminação e representação teatral[306].

Campo Maior teve um *Te Deum* por iniciativa da Câmara, e a filarmónica Artística percorreu as ruas. À noite a vila iluminou-se, com particular destaque para o palácio de D. José do Carvajal. Na sociedade recreativa local houve récita[307].

Em Viseu não se realizou o *Te Deum* projectado mas actuaram as filarmónicas e a banda regimental, e as iluminações brilharam no quartel e em diversas casas particulares[308]. Os festejos de Tomar também consistiram sobretudo em músicas e iluminações[309].

Mafra teve iluminações e a da *Sociedade Mafrense* apresentava num transparente iluminado a cores a data *1º de dedezembro de 1640*. O antigo corredor das aulas do frade, no asilo, também se engalanou com troféus, armas reais e escudos, tendo a banda dos alunos tocada até às onze horas[310].

O adro da igreja de Alverca amanheceu ao som da filarmónica e dos foguetes. Após a missa e *Te Deum* distribuiu-se bodo a treze pobres. Á noite houve iluminações e baile[311].

Em Gois os festejos foram realizados por iniciativa da Câmara: músicas, foguetes e iluminações até às 2 horas da manhã[312].

Em Torres Vedras o dia raiou com o hastear da bandeira no castelo, ao som de trechos musicais interpretados por duas filarmónicas, foguetes e uma salva de vinte e um tiros de morteiros. O *Te Deum* na igreja de S. Pedro foi assistido por diversas autoridades municipais, judiciais, militares e administrativas, professores e seus discípulos, etc.

Após a cerimónia e actuação das bandas, foi servido um abundante jantar aos presos por alguns cidadãos, e também se

---

306 *Diario de Noticias*, Lisboa, nº 1172, 6 de Dezembro de 1868, p. 1.
307 *Diario de Noticias*, Lisboa, nº 1172, 6 de Dezembro de 1868, p. 1.
308 *Diario de Noticias*, Lisboa, nº 1172, 6 de Dezembro de 1868, p. 1.
309 *Diario de Noticias*, Lisboa, nº 1172, 6 de Dezembro de 1868, p. 1.
310 *Diario de Noticias*, Lisboa, nº 1172, 6 de Dezembro de 1868, p. 1.
311 *Diario de Noticias*, Lisboa, nº 1172, 6 de Dezembro de 1868, p. 1.
312 *Diario de Noticias*, Lisboa, nº 1172, 6 de Dezembro de 1868, p. 1.

deram alguns jantares a famílias necessitadas e distribuíram-se géneros em espécie.

À noite houve iluminação espontânea e música filarmónica, tendo os festejos sido a par e passo acompanhados pelos membros da comissão organizativa[313].

Além dos foguetes e música, houve *Te Deum* e iluminação na praça principal do Cadaval, em cujo centro estava hasteada a bandeira nacional. Houve sessão solene na câmara e muita gente nas ruas[314].

A *Sociedade União e Fraternidade* de Castro Marim promoveu os festejos que se iniciaram com *Te Deum* cantado na igreja matriz, assistido pelas autoridades e funcionários públicos locais. Á noite a localidade iluminou-se e a banda tocou na praça entre as 6 e as 9 horas[315].

Pela madrugara, em S. Tiago do Cacém, atroaram nos ares centenas de foguetes, e em seguida a filarmónica percorreu as ruas. Cantou-se o *Te Deum*, houve um almoço dado pela sociedade, e à noite houve iluminações, baile e distribuiu-se um bodo a cem pobres[316].

Os festejos de Alcácer do Sal tiveram particular expressão à noite com girândolas e a actuação da filarmónica[317].

Torres Novas também amanheceu com muitos foguetes, tocando a filarmónica *União Torrejana* hinos vários defronte da câmara. Ao meio-dia os membros da edilidade saíram do edifício e dirigiram-se à paróquia de Santa Maria, onde foram recebidos pela comissão de festejos. Aí o padre Augusto Pereira da Silva recitou a oração gratulatória, sendo em seguida cantado o *Te Deum* grande de Marcos António Portugal. À noite houve iluminações, sendo particularmente brilhante a dos paços da câmara[318].

Em Bucelas, a Sociedade Filarmónica Bucelense proporcionou música durante grande parte do dia, que se iniciou com foguetes e repiques de sinos. Pelas onze horas houve missa cantada a que assistiram os alunos das duas escolas da freguesia, acompanhados

---

313 *Diario de Noticias*, Lisboa, nº 1172, 6 de Dezembro de 1868, p. 1.
314 *Diario de Noticias*, Lisboa, nº 1172, 6 de Dezembro de 1868, p. 1.
315 *Diario de Noticias*, Lisboa, nº 1174, 8 de Dezembro de 1868, p. 2.
316 *Diario de Noticias*, Lisboa, nº 1174, 8 de Dezembro de 1868, p. 2.
317 *Diario de Noticias*, Lisboa, nº 1174, 8 de Dezembro de 1868, p. 2.
318 *Diario de Noticias*, Lisboa, nº 1174, 8 de Dezembro de 1868, p. 2.

de seus professores. À noite houve *Te Deum* e sermão recitado pelo prior da freguesia. A Sociedade Bucelense realizou uma soirée onde se recitaram poesias e fizeram discursos[319].

Preparam-se também magníficas festas em Lamego. Houve representação teatral de gala cujo produto reverteria para o asilo de infância que se pretendia inaugurar.

Em Braga houve*Te Deum* na Sé, o qual foi muito concorrido, assistindo todas as autoridades e titulares residentes na cidade. O hino da independência foi tocado "a grande instrumental quando o venerando prelado subia pela nave central para a capella da Confissão"[320].

Os festejos foram contudo preparados com o mínimo de antecedência. Dois dias antes do 1° de Dezembro, encontrando-se Alves Mateus em casa de Álvaro Navarro decidiram celebrar condignamente aquela efeméride. Enquanto o segundo fez os preparativos indispensáveis, o sacerdote preparou uma belíssima oração. Após se cantar o *Te Deum* de Marcos António, as duas bandas que se encontravam à porta e nas duas naves do templo tocaram um hino composto expressamente para esta solenidade por Manuel João de Paiva. Á noite houve muitas iluminações e música fornecida por três bandas, tendo uma delas ido tocar à porta da casa do padre Alves Mateus[321].

Em Ponte de Lima houve iluminações, muitos foguetes e música tocada pela filarmónica A Nova[322]. Embora não houvesse festejos oficiais, foram apurados 300$000 para a subscrição de defesa do país[323].

A Sociedade de Barcelos que promoveu os festejos reuniu na sua casa, onde foi houve um abundante serviço de chá, doces e vinhos. A filarmónica Barcelense tocou durante todo o dia, havendo ainda foguetes e iluminações[324].

---

319 *Diario de Noticias*, Lisboa, n° 1174, 8 de Dezembro de 1868, p. 2.

320 *Gazeta de Lisboa*, n° 48, 10 de Dezembro de 1868, p. 3. (Colhido do *Bracarense*).

321 *O Commercio do Porto*, n° 283, 5 de Dezembro de 1868, p. 2.

322 *O Commercio do Porto*, n° 286, 10 de Dezembro de 1868, p. 2.

323 *Jornal de Noticias*, Porto, n° 279, 5 de Dezembro de 1868.

324 *O Commercio do Porto*, n° 283, 5 de Dezembro de 1868, p. 2.

Na Guarda houve*Te Deum* na Misericórdia cantado por senhoras. Seguiu-se um jantar aos presos e às crianças do asilo, e depois baile no clube Egitaniense[325].

O *Jornald de Setúbal* apresentou esta comemoração como a mais entusiástica jamais realizada na localidade. Os festejos decorreram sobretudo em torno da actuação de duas sociedades filarmónicas, a Capricho e a Firmeza, que de manhã, tarde e noite, em vários pontos da via pública, interpretaram o hino da Restauração e outros. Por iniciativa da Capricho realizou-se um *Te Deum* na paroquial de S. Julião, e promovida pela Firmeza foi celebrada uma missa rezada na paroquial de Nossa Senhora da anunciada. Além das casas das duas filarmónicas (com especial relevo para as duas quadras estampadas nos transparentes iluminados da Capricho), iluminaram-se muitos outros edifícios, e enfeitaram-se ruas com arcos, grinaldas e bandeiras. Os festejos, a que não faltaram salvas de tiros e abundantes foguetes, foram ininterruptamente assistidos por muitos populares[326].

Com pequenissímas variações, estes festejos repetiram-se em 1869, e ao longo da década seguinte[327].

No castelo de Palmela, ao amanhecer, foi detonada uma salva de vinte e um tiros, seguida de repetidos toques de sinos. A missa solene com música vocal e instrumental foi celebrada pelo prior e acólitos da freguesia, tendo o discurso do padre António José do Costado abordado o milagre da Restauração pelo qual era de estrita obrigação dar graças ao Senhor. A filarmónica palmelense abrilhantou a solenidade religiosa, e todos, inclusivamente cantores e religiosos, contribuíram para financiar as despesas. À noite houve uma pequena iluminação nos paços do concelho, as suas salas abriram-se ao público, a filarmónica executou hinos patrióticos mas também danças e valsas[328].

A Sociedade 1° de Dezembro do Porto dirigiu um convite à imprensa para se abrir uma subscrição nas redacções dos jornais

---

325 *O Paiz*, Coimbra, n° 275, 8 de Dezembro de 1868.

326 *Jornal de Setubal*, n° 111, 6 de Dezembro de 1868, p. 3.

327 *A Gazeta Setubalense*, n° 20, 5 de Dezembro de 1869; n° 80, 4 de Dezembro de 1870; n° 132, 3 de Dezembro de 1871; n° 184, 1 de Dezembro de 1872; n° 237, 7 de dezembro de 1873; n° 289 e 290 de 6 e 13 de Dezembro de 1874; n° 341, 5 de Dezembro de 1875; n° 393, 3 de Dezembro de 1876; n° 445, 2 de Dezembro de 1877.

328 *Jorbal de Setubal*, n° 112, 13 de Dezembro de 1868.

com o fim de se festejar o aniversário da Restauração, tretendendo também distribuir um bodo aos estabelecimentos de caridade e aos presos necessitados das cadeias.

As demonstrações começaram à meia noite do dia 30 com girândolas de foguetes que durante todo o dia não pararam. Bastantes casas apareceram embandeiradas, e os átrios dos teatros estavam adornados e preparados para espectáculos de gala.

Às 3 h realizou-se o *Te Deum* na Sé, cabendo a oração ao abade de S. Nicolau. Embora as autoridades militares não estivessem presentes, assistiram ao acto o governador civil, o presidente da Câmara Municipal, alguns vereadores, o administrador do bairro oriental, alguns titulares, cavalheiros e eclesiásticos, e algum povo.

Após ser tocado o hino da independência no largo da Sé por uma banda marcial, os membros da Sociedade 1° de Dezembro, acompanhados da banda e vasta multidão, desfilaram em direcção à Batalha e daí para a praça de D. Pedro, onde em frente dos paços do concelho foi tocado o hino da carta. Antes porém passaram pelas ruas de Santo António e Bonjardim, parando à porta de José de Sousa Bandeira[329].

Á noite as pessoas dividiram-se pelos espectáculos teatrais e circenses, e ainda pelas ruas, onde tocavam diversas filarmónicas, as casas mantinham-se iluminadas, e foguetes e morteiros estouravam constantemente nos ares. No Palácio de Cristal, onde a entrada era gratuita, a principal diversão era o mastro de *cocagne*, o qual dava seis prémios, entre os quais um de 4$500 reis para quem conseguisse colocar a bandeira portuguesa no topo do mastro[330].

A banda marcial executou dois novos hinos, um oferecido à Sociedade 1° de Dezembro do Porto e composto por António José Ferreira Maudeslay, um dos elementos da banda do palácio de Cristal, e outro da autoria de Rio de Carvalho, oferecido à Comissão de Lisboa.

Os espaços portuenses melhor adornados eram a Bolsa, o Aljube, os Paços do Concelho, a ponte pênsil e o largo da Sé.

---

329 *O Commercio do Porto*, n° 280, 2 de Dezembro de 1868, p. 2.

330 *O Nacional*, Porto, n° 266, 5 de Dezembro de 1868.

A Sociedade Pátria e Família aproveitou para inaugurar nessa noite o seu Gabinete de Leitura[331].

O *Jornal de Notícias*, que se constituíra no Porto sob os modelos inspiradores da *Correspondência de Espanha* e do *Diário de Notícias*, como aliás explica no seu editorial[332], fez em Dezembro de1868, tal como o seu congénere lisboeta, uma cobertura tão vasta quanto possível das comemorações nacionais do aniversário da Restauração.

Estas notícias foram sendo publicadas durante mais de duas semanas, funcionando como pequenas reportagens dos festejos realizados em Lisboa, Porto e Coimbra mas também em muitas outras cidades e localidades do país como Ponte de Lima, Valença, Caldas da Rainha, Lamego, Cacilhas, Almada, Cascais, Guarda, Campo Maior, Leiria, Mafra, Mangualde, Viseu, Gois, Tomar, Covilhã, S. Tiago do Cacém, Alcácer do Sal, Almada, Torres Novas, Alandroal, Certã, Soure, Alverca e Bragança.

Em 1869 os festejos portuenses foram semelhantes, com*Te Deum* e noite de gala no Palácio de Cristal. A Sociedade Pátria e Familia, para comemorar o 1° de Dezembro, conforme os seus estatutos, fez entregar ao comissário de estudos do distrito trinta exemplares do catecismo de Montpellier para serem distribuídos pelas escolas primárias[333].

Depois do *Te Deum* houve uma reunião em casa do Doutor Joaquim de Santa Clara Sousa Pinto, onde um grupo de cidadãos que defendia que não era "com eloquencia, girandolas e bandas marciaes" que se preservava a autonomia portuguesa, resolveu fundar o Grémio da Independência Nacional, que se apresentou "com a indole de uma escola tendente a preparar o povo para exercer condignamente os seus deveres e ter na devida conta a importancia dos seus direitos, e a influir livremente mas com moderação para a discreta administração nos negocios publicos"[334].

---

331 *Diario de Noticias*, Lisboa, n° 1171, 4 de Dezembro de 1868, p. 2.

332 *Jornal de Noticias*, Porto, n° 1, 3 de Abril de 1865. As semelhanças radicavam na tentativa de alcançar grandes tiragens de um periódico essescialmente noticioso, de feição popular, e de preço reduzido já que, pela modalidade de assiniatura saía a menos de 10 reis cada edição.

333 *O Commercio do Porto*, n° 279 e n° 280, 1 e 2 de Dezembro de 1869.

334 *Diário Mercantil*, Porto, n° 2967, 5 de Dezembro de 1869, p. 1. Esta informação está inserida num artigo intitulado *Independencia Nacional*, escrito por João César Pinto Guimarães. Joaquim de Santa Clara Sousa Pinto

Na capital, em 1869, houve vários festejos, comdestaque para os actos de beneficência, nomeadamente bodos a pobres na Encarnação, Santa Catarina, S. Miguel. A Associação Progressista Operária distribuiu outro, no largo de S. Domingos[335] .

Em 1870 a Sociedade Pátria e Família do Porto enviou à Sociedade 1° de Dezembro de Lisboa cem exemplares dos *Lusíadas* para serem distribuídos pelas escolas da capital[336].

Neste ano os festejos de Alcácer do Sal constaram sobretudo de foguetes e da actuação da filarmónica, e à noite houve decorações com lanternas, festões de buxo, bandeiras e luminárias. No edifício da edilidade foi colocado um retrato iluminado de D. João IV, e nas janelas um transparente com a poesia *Voz Patriótica*, de F. A. Matos[337].

Em Sesimbra houve missa na Igreja do Espírito Santo e outros festejos promovidos por professores primários da localidade. A filarmónica actuou em vários lugares, nomeadamente nas ruas, na fortaleza e junto aos Paços do Concelho[338].

No 1° de Dezembro de 1871 as bandas de música percorreram as ruas de Lisboa, cujas casas, castelos e consulados se encontravam embandeiradas. A Sociedade Cooperativa 1° de Dezembro e a Comissão com o mesmo nome ofereceram um bodo aos pobres. O *Te Deum* da Patriarcal teve como orador o padre Garcia Dinis. À noite fizeram-se vistosas iluminações dos teatros, edifícios particulares, palácio dos Almadas, entre outros[339].

A Associação Cooperativa 1° de Dezembro, composta sobretudo por artistas e comerciantes e estabelecida na Rua dos Poiares de S. Bento, n° 70, realizou importantes festejos para os quais convidou a imprensa. Embandeirou a rua com bandeiras nacionais e estrangeiras, decorou o seu edifício com emblemas alegóricos à efeméride que à noite foram iluminados a gás. Lançou foguetes e morteiros, contratou uma banda filarmónica e, após o *Te Deum*, distribuiu nas salas da própria associação um bodo a

---

era lente da Politécnica do Porto, e irmão dos doutores Basílio Alberto, reitor da Universidade de Coimbra, e Rodrigo Ribeiro, lente de matemática.

335 *O 1° de Janeiro*, n° 270, 3 de Dezembro de 1869.

336 *O Commercio do Porto*, n° 289, 1 de Dezembro de 1870.

337 *Gazeta Setubalense*, n° 82, 18 de Dezembro de 1870.

338 *Gazeta Setubalense*, n° 81, 11 de Dezembro de 1870.

339 *Gazeta do Povo*, Lisboa, n° 629, 2 de Dezembro de 1871.

quatrocentos pobres das freguesias de Santa Catarina, Encarnação e Mercês, que constou de meio quilo de pão, igual quantidade de carne de vaca, a mesma de arroz e cem reis em dinheiro, tendo esta distribuição sido vigiada por alguns polícias em uniforme de gala[340].

Os estudantes de Braga abriram uma subscrição para festejar o 1° de Dezembro, mas a receita foi muito reduzida pelo que se limitaram a contratar uma banda que percorreu as ruas da cidade, e a lançar alguns foguetes[341].

Em virtude da enorme afluência de público que tinham as sessões solenes comemorativas do 1° de Dezembro no palácio dos Almadas, a Comissão viu-se obrigada a tomar algumas medidas no sentido de limitar as entradas. Em 1872, publicou uma circular advertindo que só poderião ser admitidas a essas reuniões "as corporações ou pessoas que para ella forem convidadas pela mesa ou pelos respectivos vogais, mediante os bilhetes de convite, que terão a bondade de apresentar na entrada, aos membros da Comissão incumbidos da policia da sala, devendo os mesmos bilhetes trazer inscripto a denominação ou o nome da corporação ou pessoa a quem foram offerecidos: e bem assim que a palavra, durante a sessão, será exclusivamente concedida aos oradores já inscriptos para a tomarem"[342].

À semelhança do ano anterior, a Sociedade Cooperativa 1° de Dezembro distribuiu um bodo a quatrocentos pobres, realizando à noite uma sessão solene.

A Academia 1° de Dezembro também iniciou o dia com foguetes e salavas de morteiros, terminando os festejos com um baile.

A Academia Fenians promoveu uma sessão solene que englobou a recitação de poesias patrióticas, a representaçãod e cenas cómicas e um baile, acompanhado pela filarmónica Viúva Roxo.

---

340 *O Partido Constituinte*, Lisboa, n° 200 e 201, de 1 e 2 de Dezembro de 1871, respectivamente.

341 *O Partido Constituinte*, Lisboa, n° 201, 2 de Dezembro de 1871.

342 *O Partido Constituinte*, Lisboa, n° 467, 26 de Novembro de 1872. Esta circular foi emitida no dia 23, sendo assinada pelo vice-presidente Andrade Moura, e pelos secretários Francisco Inocêncio da Silva e Custódio Firmo Rodrigues.

Outras associações participaram dos festejos, como o Grémio Popular e Civilização Popular, bem como bandas de bombeiros, e as filármónicas Alunos de Minerva e 29 de Outubro.

As fortalezas e embarcações de guerra, incluindo a esquadra inglesa, encontravam-se embandeiradas, assim como edifícios particulares e de associações várias, como a Humanitária de S. José.

As iluminações estavam esplêndidas, nomeadamente os teatros, as redacções dos jornais, a casa do visconde de Ouguela, ao Chiado, o café Jansen, destacando-se todavia o palácio do conde de Almada que apresentava na janela central um imponente transparente com as "armas reais, ligadas ao escudo da camara e aos lados as iniciais R. P. e 1° de dezembro de 1640"[343].

A comemoração do 1° de Dezembro prolongou-se ao longo da década de setenta sem modificações assinaláveis, os opúsculos comemorativos continuaram a publicar-se[344], a sua temática permanecia ligada às questões da educação e da instrução[345].

A simbologia do 1° de Dezembro tornou-se um dos tópicos essenciais da exaltação nacionalista e patriótica, vivificada em momentos críticos de afirmação da nação e dos seus valores. Extrapolando o seu significado de resposta às agressões de Espanha, passou generica e duradouramente a representar a recusa de qualquer forma de constrangimento externo e absorção, como acentuou Ferreira Girão[346]. Assumindo a natureza de fenómeno histórico paradigmático, e como tal funcionando como a metáfora perfeita da nacionalidade, sucederam-se as evocações e reflexões sobre o seu significado no século actual. Em 1928, por exemplo, o Ministro da Instrução Pública comunicou a todos os estabelecimentos de ensino superior "ser de seu desejo que a data

---

343 *O Partido Constituinte*, Lisboa, n° 473, 3 de Dezembro de 1872, p. 3.

344 Veja-se, por exemplo, *Dia 1° de Dezembro de 1640. Apontamentos sobre os Sucessos d'este Memoravel Dia e um Brado contra a União Iberica*, Lisboa, Typ. do Jornal O Brasil, 1877, 8 p.

345 A título de exemplo, veja-se: ARANHA, Brito — *A Independencia de Portugal e a Instrucção Publica. Discurso proferido na sessão solemne da commissão Primeiro de Dezembro de 1640 no dia 1 de dezembro de 1873*, in "Esboços e Recordações", Lisboa, Typ. Universal Thomaz Quintino Antunes, 1875, p. 5-14; CALDAS, Pereira — *Oração Escholar na abertura solemne do Lyceu Nacional Bracarense no anno lectivo de 1876-1877*, Braga, Typ. Lusitana, 1876, 24 p.

346 GIRÃO, Júlio Ferreira — *Portugal 1578-1668*, Porto, Typ. de A. J. da Silva Teixeira, 1897, p. 142.

gloriosa do 1° de dezembro fôsse condignamente comemorada, determinando ainda que essa comemoração deveria consistir substancialmente na dicção de um discurso, conferência ou simples alocução feita por um professor, que pusesse em relêvo a importancia e significação da Restauração na historia pátria e dela deduzisse lições e estimulos para a hora actual"[347]. Esta ampla significação do 1° de Dezembro buscou-a Oliveira Guimarães na tripla contribuição da alma portuguesa, espírito da grei e consciência da unidade nacional, explicando que a alma nacional radicava numa "longa série de sentimentos de gregarismo que desde Ourique até Montijo e Montes Claros se mantém com uma perseverança inabalável na consciencia do povo português"[348].

Na sua análise sobre o *Significado Patriótico da Comemoração do Primeiro de Dezembro de 1640*, Magalhães Basto insistiu que essa data não se comemorava para reavivar ódios velhos, "e já sem razão", atribuindo-lhe uma dimensão positiva de reavaliação do presente:

"Como acto de *energia*, de *crença* e de *patriotismo*, é êle solenizado, a fim de fornecer lições e estímulos de patriotismo, de crença e de energia para a hora actual"[349].

Na comemoração que o Estado Novo promoveu em 1940, alguns trabalhos historiográficos, como os de Rocha Martins, inspiraram-se inclusivamente no modelo oitocentista, de que é exemplo, entre outros, a edição de luxo sobre *Os Grandes Vultos da Restauração de Portugal 1° de Dezembro de 1640*[350].

---

347 GUIMARÃES, Oliveira — *A Lição Educativa da Restauração* (Conferência lida na sala dos capêlos da Universidade de Coimbra no dia 1° de Dezembro de 1928, Coimbra, Separata do "Arquivo Pedagógico", vol. 2, n° 4, p. 5. Já a oração de sapiência proferida naquela Universidade no 1° de Dezembro de 1935 coube a Aristides de Amorim Girão e versou o tema *Condições Geográficas e Históricas da Autonomia Política de Portugal* (Coimbra, Coimbra Editora Ld.ª, 1935, 30 p.).

348 GUIMARÃES, Oliveira — *A Lição Educativa da Restauração...*, p. 10.

349 BASTO, A. de Magalhães — *Significado Patriótico da Comemoração do Primeiro de Dezembro de 1640*, Porto, Livraria Escolar Progredior, s. d., p. 29.

350 MARTINS, Rocha — *Os Grandes Vultos da Restauração de Portugal 1° de Dezembro de 1640. Obra comemorativa do tricentenário da Independência*, Lisboa, Ed. da Emprêza Nacional da Publicidade, 1940. Este livro, repleto de biografias e ilustrações, tem vários pontos de contacto com outros do autor sobre o mesmo assunto, tais como: *1640. Heróis, Santos e Mártires da Pátria*, Lisboa, Ed. do Autor, Tip. da R. do Alecrim, s.d., composto de sete quadros (*Portugal Escravo, A Revolta da Catalunha, Os Conjurados e os Braganças, Os Meandros da Conspiração, A Aurora da Redenção, A Morte do Traidor, A Aurora da Independência*); *Legendas de Portugal*, vols. 6 e 9, Lisboa, Ed. do

A época que reinventou o patriotismo assistiu a um novo labor interpretativo do sentimento de nacionalidade. Joaquim de Carvalho insistia na tese de que ele era anterior à constituição e independência do Estado, ressaltando que "o patriotismo vivido pela grande maioria dos portugueses tem como componentes primaciais elementos afectivos, de escasso e ténue conteúdo intelectual"[351].

Albin Eduard Beau debruçou-se sobre a génese e evolução da consciência nacional portuguesa[352], considerando cinco épocas fundamentais: constituição e fundação do país; forescimento e expansão marítima; perda da independência; Restauração e século XVIII; do Romantismo à actualidade, enfatizando nesta última a polémica iberista[353]. A crítica apresentou esta obra como um estudo que frisava "o carácter autónomo da consciência nacional portuguesa e dos seus elementos integrais"[354].

Quanto à Sociedade Histórica da Independência de Portugal (sucessora da Associação Nacional 1° de Dezembro de 1640), cujos estutos de 1890 foram modificados em 1927-28, contribuiu para manter acesa a chama açulada no ano da morte de D. Pedro V. Do Governo Provisório Republicano, por exemplo, conseguiu a consagração do aniversário da Restauração como feriado nacional, e promoveu, durante décadas a fio, a reflexão sobre a natureza e

---

Autor, s.d. (respectivamente, *O Manuelinho de Évora*, p. 41-77 e *O Embaixador da Independência*, p. 3-39); *Heroínas Portuguesas*, Porto, Livraria Lello Editora, s.d. Relativamente a este último, podem-se mesmo encontrar alguns paralelismos com a obra de António Pereira da Cunha, publicada em 1861, *Brios Heroicos de Portuguezas*.

351 CARVALHO, Joaquim de — *Compleição do Patriotismo Português*, Coimbra, Atlântida, 1953, p. 22.

352 BEAU, Albin Eduard — *Die Entwicklung des Portuguiesischen Nationalbewusstseins*, Hamburg, Ibero-Amerikanisches Institut Hamburg, 1945.

353 IDEM, *Ibidem*, p. 116-125.

354 *Bazar das Letras das Ciências e das Artes*, Série 19, Lisboa, 26 de Maio de 1945, p. 142.

evolução do sentimento anti-ibérico de expressão política[355], e sobre as modernas tendências de associação das nações[356].

355 "A esta forte personalidade — a nossa — tem repugnado sempre — desde o advento consciente da sua maioridade — qualquer manifestação de iberismo, no sentido político (...). Semelhante forma de sentir, absolutamente inamovível, de geração em geração, é digna de estudo, como curiosíssimo fenómeno político-social" (Cf. COUTINHO, D. António Pereira — *Significado Hispânico da Restauração Portuguesa em 1640. Conferência proferida em Novembro de 1959, na Câmara Municipal de Braga, em sessão promovida pela S. H.I. P.*, Braga, separa da Revista "Independência", nº 29, 1964, p. 7).

356 Refira-se o discurso comemorativo da efeméride proferido por Américo Pires de Lima em 1957, na inauguração da delegação do Porto: "Já não é contra os iberismos que temos de defender a nossa independência; mas sim contra os mais ambiciosos federalistas europeus!" (Cf. *Comemoração do 1º de Dezembro no Porto*, Braga, separata da "Revista de Cultura Lusíada da S.H.I.P.", nº 18, 1958, p. 7).

8.

A Parenética e a Questão Ibérica

A Condenação do Púlpito

As nações, que uma vez perderam, por desgraça, o ineffavel dom da sua independencia, ao recuperal-o depois, são como os naufragos salvos da procella que ficam com maior amor á vida.

Quando, pois, a justiça de Deus permitte que um povo, qualquer que elle seja, perca a independencia nacional (...) é para dar-nos uma tremenda lição, senão o castigo de alguma falta gravissima.

Mas (...) essa lição tremenda é para os povos de uma terribilidade salutar! porque, sem impedir que esses povos se amem, como irmãos, se respeitem como bons visinhos, e se protejam, como obreiros do progresso, cavou, todavia, um abysmo para sempre, entre as duas nacionalidades!

Entre ellas existe o cháos impermeavel de Milton!

P.e JOSÉ MARIA D'ALMEIDA RIBEIRO[1]

[1] *Oração pela Feliz Restauração de Portugal no anno de 1640 pronunciada na Sé Patriarchal de Lisboa em o dia 1º de Dezembro de 1868*, Lisboa, Typographia de Castro Irmão, 1869, p. 23-24.

Na sua relação com a vida política e quotidiana do país na 2ª metade de Oitocentos, a predicação não poderia passar ao lado da problemática gerada pela questão ibérica. O papel do pregador, na veiculação de um discurso ideológico e imposição de um esquema mental, se bem que não tão relevante como nos séculos anteriores, em que se dirigia a um público "na sua quase totalidade iletrado e, na prática, sem outra fonte de alimento intelectual"[2], tem ainda assinalável função, operando como instrumento de comunicação social e concorrendo para a formação da opinião pública[3]. Lembrava sugestivamente Sampaio Bruno que "prègador era a maneira antiga de ser jornalista, como jornalista é a maneira moderna de ser prègador"[4].

Se o século XIX assistiu a uma contestação do poder clerical por parte das élites de vanguarda em virtude da sua influência por via do púlpito e do confessionário sobre as populações, nomeadamente sobre as franjas mais desprotegidas e menos preparadas intelectualmente, é porque essa acção era real e eficaz. Os dicursos concionatórios em assembleias religiosas tornam-se mais expressivos em tempo de crise política, em momentos de debate de grandes temas de actualidade nacional, e devem ser considerados pela sua acção e penetração nas mentalidades, a par dos outros textos de opinião de origem laica, senão mesmo mais, em virtude do estatuto do emissor, da identificação do pregador como homem de Deus, factos que conferem uma autoridade e ressonância únicas ao seu ensinamento.

A formação tradicionalista eclesiástica terá encontrado nesta temática um ponto capital da sua predicação na esfera politico-ideológica, potencializando os argumentos da legitimidade da independência e soberania pátrias, revisitando os mitos da nacionalidade, num fundo retórico que, se está longe da teatralidade da retórica barroca, participa contudo da eficácia comunicativa da oratória romântica.

---

[2] MARQUES, João Francisco — *A Parenética Portuguesa e a Restauração 1640-1668*, vol. 1, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Série História Moderna e Contemporanea — 2, 1989, p. 11.

[3] IDEM — *A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Série História — 6, 1986, p. 8.

[4] BRUNO, Sampaio — Portuenses Ilustres, t. 2, Porto, 1907, p. 333.

A sermonária anti-ibérica que chegou aos nossos dias é talvez uma parte mínima da que efectivamente se praticou; da oralidade à impressão vai um caminho que bem poucas vezes terá sido percorrido, apesar da alta que conhece o movimento de imprensa em Portugal a partir de meados do século, e apesar desses discursos serem conformes aos interesses dos poderes vigentes. Se considerarmos que após a fundação da Comissão Central 1° de Dezembro em 1861, e seu posterior desdobramento em comissões locais em dezenas de cidades e vilas, se efectuaram cerimónias religiosas comemorativas daquela efeméride às quais não podia faltar o sermão recitado por um eclesiástico convidado para o efeito, concluímos que apenas uma percentagem diminuta dessas orações chegou aos prelos e, bem tardiamente, já que só a partir dos fins da década de sessenta tal procedimento se tornou mais evidente.

Em 1867 o *Conimbricense* tomou uma atitude pouco comum na imprensa periódica, que foi a de marcar o 227° aniversário da Restauração de 1640 publicando excertos de sermões que sobre o tema haviam sido pregados em Coimbra, nomeadamente em Santa Cruz, no senado da Câmara e na Universidade[5].

No 10° tomo do *Dicionário Bibliográfico Português* em que Brito Aranha compila os materiais publicados sobre a questão do iberismo, o erudito refere alguns sermões relativos à comemoração do 1° de Dezembro, cuja maioria havia sido publicada por deliberação e a expensas daquela Comissão Central. A sua opinião sobre a importância desses textos é peremptória:

"Constituem por sem duvida uma excellente propaganda anti-iberica, minando e destruindo os argumentos dos adversarios, e retemperando os sentimentos de amor á patria; alguns recommendam-se igualmente por seus primores oratorios, e são por isso dignos da maior attenção"[6].

Nesta resenha de 1883 são apresentados 14 sermões publicados em Lisboa entre 1869 e 1879, não faltando a indicação dos locais e data da pregação, arrolados na lista geral entre os números 101 e 114:

---

[5] *O Conimbricense*, n° 2123, 30 de Novembro de 1866, p. 1-3.

[6] D. B .P. , tomo 10, Lisboa, 1883, p.44.

Oração gratulatoria pela feliz restauração de Portugal no anno de 1640, pronunciado na sé patriarchal de Lisboa, em o dia 1º de dezembro de 1868, por José Maria de Almeida Ribeiro, conego vigario da Sé de Elvas, cavalleiro da ordem de N. S. Jesus Christo, etc., com uma introducção pelo sr. José da Silva Mendes Leal.

Lisboa, typ. de Castro Irmão, 1869, 8° de 32 pag. [7]

Sermão gratulatorio do dia 1º de dezembro, prégado na santa sé patriarchal d'esta côrte em 1869, pelo padre Augusto Antonio Teixeira.

Lisboa, typ. de Castro Irmão, 1869, 12° de 28 pag.[8]

Sermão em acção de graças pela feliz restauração de Portugal em 1640, prégado na sé patriarchal de Lisboa em 1870, pelo padre Antonio Maria Bello, etc.

Lisboa, typ. Universal, 1871, 8° de 19 pag.[9]

Sermão gratulatorio do dia 1 de dezembro... prégado na santa sé patriarchal de Lisboa, no anno de 1871 pelo dr. José Ferreira Garcia Diniz, etc.

Lisboa, typ. Universal, 1871, 8° de 20 pag.[10]

Discurso que no dia 1 de dezembro de 1872... recitou no solemne Te-Deum celebrado na sé patriarchal de Lisboa, Manuel Ribeiro de Figueiredo, etc.

Lisboa, typ. Universal, 1874, 8° de 16 pag.[11]

Sermão em acção de graças pela restauração de Portugal em 1640, prégado na santa igreja patriarchal de Lisboa... em 1873, pelo padre Antonino José de Figueiredo e Sá, etc.

Lisboa, typ. Universal, 1874, 8° de 6 pag.[12]

---

[7] *Ibidem*, n° 101. Brito aranha esclarece ainda que "o frontispicio é impresso a duas côres; de pag. 6 a 16 innumeradas, são em tinta verde, e as restantes paginas de impressão commum".

[8] *Ibidem*, n° 102.

[9] *Ibidem*, n° 103.

[10] *Ibidem*, n° 104.

[11] *Ibidem*, p. 44-45, n° 105. O número de páginas está incorreto, são 14.

[12] *Ibidem*, p. 45, n° 106. Há gralha no número de páginas, tem 16.

Discurso e poesia que na sessão solemne da commissão central 1º de dezembro de 1640, na noite do 1º de dezembro de 1874 recitaram... prior Francisco da Silva Figueira e conselheiro Thomás Ribeiro, etc.

Lisboa, typ. Universal, 1875, 8º de 28 pag.[13]

Discurso recitado na parochial igreja de Bemfica no Te-deum celebrado no 1º de dezembro de 1874... por Antonio de Sousa Azevedo, prior da mesma freguezia.

Lisboa, typ. Universal, 1875, 8º de 16 pag.[14]

Oração gratulatoria que no dia 1 de dezembro de 1875... recitou na parochial igreja de Santo Antão de Evora João Augusto Pina, etc.[15]

Discurso em applauso á gloriosa restauração de Portugal em 1640, prégado na sé cathedral de Lisboa em 1876... por Joaquim da Silva Serrano, prior de Bellas, etc.

Lisboa, typ. Universal, 1876, 8º de 20 pag.[16]

Discurso que na santa sé patriarchal de Lisboa, solemnisando a gloriosa restauração de Portugal, e a collocação da pedra fundamental do monumento d'ella recordador, prégou em 1 de dezembro de 1876 o prior da Ajuda Francisco da Silva Figueira, etc.

Lisboa, typ. Universal, 1876, 8º de 16 pag.[17]

Discurso religioso que na festa solemne da restauração da igreja parochial de Santa Catharina de Monte Sinai, em Selmes, concelho da Vidigueira, bispado de Beja, recitou Romão José da Silva Guimarães, etc.

Lisboa, typ. editora de Matos Moreira & C.ª, 1877, 8º de 17 pag.[18]

---

[13] *Ibidem*, nº 107.
[14] *Ibidem*, nº 108.
[15] *Ibidem*, nº 109. Este sermão foi impresso em Lisboa, na tipografia de G. M. Martins, 1876.
[16] *Ibidem*, nº 110.
[17] *Ibidem*, nº 111.
[18] *Ibidem*, nº 112.

Sermão da gloriosa restauração de portugal em 1640, prégado na santa sé patriarchal de Lisboa no 1º de dezembro de 1877, pelo presbytero Augusto Pereira da Silva, prior de Salvaterra de Magos, etc.

Lisboa, typ. Universal, 1878, 8º de 14 pag.[19]

Sermão gratulatorio do dia 1 de dezembro... prégado na santa sé patriarchal d'esta côrte pelo presbytero José Antonio Vieira de Mello em 1879, etc.

Lisboa, Imp. de J. G. de Sousa Neves, 1879, 8º de 20 pag.[20]

Refira-se que o sermão do padre Romão da Silva Guimarães recitado na paroquial de Santa Catarina de Monte Sinai no concelho de Vidigueira (nº 112 da lista de Brito Aranha) não foi gratulatório da Restauração do 1º de Dezembro de 1640, mas sim um sermão realizado na festa de restauração daquela igreja e dedicado a José Esteves Mendes Tomás, patrocinador dessas melhorias, pelo que esta peça se encontra equivocamente mencionada na referida lista.

Como adiante se verá, podem ser acrescentados alguns títulos ao rol do *Dicionário Bibliográfico*, ora de sermões então impressos aqui omissos, ora de sermões então proferidos mas só posteriormente impressos.

O Padre Manuel Ruela Pombo na sua *Revista Bibliográfica "1640"* cuja publicação se iniciou no ano do tricentenário daquela revolução, refere que havia adquirido alguns sermões do 1º de Dezembro e promete mencioná-los no número seguinte, o que efectivamente não veio a acontecer:

"Em cinco lótes de folhetos anti-ibéricos — cada um com dez espécies diversas — que comprei a alfarrabistas do Pôrto e Braga, vieram-me alguns SERMÕES do I de Dezembro, que já tenho na minha colecção: encerram certas curiosidades históricas e o seu valor literário ou oratório é apreciável, pelo que os vou anunciar na II série desta revistinha e assim, quem não os possuír ainda, pode fazer a sua aquisição, por compra ou troca"[21].

---

[19] *Ibidem*, nº 113.

[20] *Ibidem*, nº 114.

[21] POMBO, Manuel Ruela (dir.) — *Revista Bibliográfica "1640"*, 1ª série, Lisboa, 1940-42, p. 305. A preferência pelos alfarrabistas de Porto e Braga tem uma

A matéria aí abordada suscita-lhe comentários que não podem deixar de ser enquadrados na ideologia epocal dominante e que reflecte o espírito que presidiu à criação da própria revista:

"História, patriotismo, independência, devoção religiosa, heróis, a mulher e o lar, o passado e o futuro de Portugal — a tudo isto, que é tam bonito e consolador, recorriam, na sua eloqüência, os Oradores para ornamentar, e bem, os seus Sermões. Ainda hoje — e talvez mais do que nunca ?! ... — a sua leitura e meditação surgem e parecem muito proveitosas e próprias para afervorar os nossos sentimentos nacionalistas: podem crer, caros Leitores"[22].

Para além da paranética gratulatória do 1° de Dezembro, pensamos poder trazer à colação aquela que evoca batalhas da guerra da Restauração, como é o caso de uma prédica realizada na sé elvense intitulada *Sermão que na Festividade da Manhã do dia 14 de Janeiro de 1857, Anniversario das Linhas d'Elvas, prégou na Sancta Egreja Cathedral, perante a Illustrissima Camara Municipal, o Conego Vigario Manuel Joaquim Barradas*[23]. As tendências gerais da sermonária dita anti-ibérica adivinham-se já neste texto; a tónica é posta na ideia de que Portugal é uma das nações escolhidas para gozar da protecção visivel do Altissimo, sendo a sua independência empenho específico da Providência:

"No meio de tantas e tão formidaveis crises, em que Portugal por vezes se tem visto opprimido, oh! eu diviso sempre uma mão poderosa, que o defende dos maiores perigos. Quando nações inimigas têm querido algumas vezes arrancar o sceptro e a corôa dos nossos augustos monarchas, apenas ellas têm intentado ferir as bandeiras, onde se acham gravadas as Quinas Portuguezas, o ferro tem resvallado, e tem ído sempre ferir a mão de quem o maneja"[24].

A temática discursiva é alicerçada numa longa narrativa histórica, em que campeiam os momentos culminantes simbólicos de Ourique, Aljubarrota, Descobrimentos, Restauração de 1640 e final e mais extensamente, Batalha das Linhas de Elvas, acontecimento sobre o qual não são poupados pormenores coloridos para

---

razão pragmática que o próprio autor revela: "Como será fácil de confrontar, nos catálogos das diversas Livrarias de Lisboa os preços destes sermões ou discursos, que são raros, andam marcados ali pelo dôbro e triplo", *Ibidem*, p. 305-306.

22 IDEM, *Ibidem*, p. 306.

23 Coimbra, Imprensa da Universidade, 1857, 27 p.

24 Ibidem, p. 13.

evidenciar o heroísmo e grandeza de um povo que na actualidade se vê confrontado com as contrariedades da decadência.

Retomando a sermonária comemorativa do 1° de Dezembro, comecemos então por analisar um texto de paranése anterior a 1869 (data do mais antigo sermão apresentado por Aranha), que é da autoria de Francisco Soares Franco Junior, sob o título *Oração em acção de graças pela feliz restauração de Portugal em 1640 prégado em Coimbra no 1° de Dezembro de 1863 eram presentes o corpo docente e o corpo academico.* Esta peça de oratória foi publicada no Porto em 1865, incluída numa colecção de sermões inéditos do autor[25].

O exórdio apresenta como tema o amor da pátria, assente nos valores da tradição: os costumes, as leis e a religião, mas também os conselhos dos nossos velhos, as lendas e os ditados da nossa terra, bem como os seus campos, árvores e campas dos nossos avós. A pátria dada pelo Deus de Ourique mas retirada por ele como castigo tremendo pelos muitos pecados, tendo escolhido "os nossos irmãos da Peninsula para fazerem cumprir o castigo divino"[26].

A Restauração da independência de 1640 é apresentada na confirmação, não como a vitória do pequeno exército sobre o colosso, mas como manifestação da vontade divina, o providencial dedo de Deus, enfim como incontestável milagre. Entre excertos de poesias patrióticas de João de Lemos e Mendes Leal, as vicissitudes da epopeia pátria são inscritas no livro da Providência; mas o episódio da perda da independência em 1580 impele o orador a fazer uma incursão por temas mais profanos, apesar de este ter previamente explicitado que não trata aqui "de direito publico, nem tão pouco de politica"[27], pretendendo apenas agradecer a Deus o milagre de 1640. As suas considerações prendem-se sobretudo com a temática, à época recorrente, do princípio das nacionalidades, advogando a inviabilidade de uma fusão quando os povos têm diversa índole e diferentes costumes, como é o caso dos espanhóis e portugueses, caracterizando-se aqueles pelo desrespeito da morte e gosto pelo sangue, enquanto estes, pacíficos e socegados, lamentam o sangue

---

25 *O Prégador Catholico. Collecção de Sermões Ineditos por Francisco Soares Franco Junior*, Porto, Viuva Moré Editora, 1865. O sermão supra citado tem o número 33, e encontra-se a páginas 411-436.

26 *Ibidem*, p. 416.

27 *Ibidem*, p. 428.

derramado por seus filhos. Opinava o padre Franco Junior que a fusão era sinónimo de absorção, já que pela ordem natural e egoísmo inerente à natureza humana, "os grandes tendem sempre a esmagar os pequenos"[28], colhendo para ilustrar a sua teoria exemplos da actualidade: Veneza, Hungria e Polónia.

Em jeito de peroração defende que esta foi a triste verdade que se manifestou em Portugal unido a Espanha; se bem que o antagonismo entre os dois povos se tenha agravado ao longo dos séculos, a aversão remontava às origens da nacionalidade:

"Logo ao nascer da monarchia se formaram dous corações oppostos nos povos peninsulares, que mais não souberam alimentar-se mais do que d'um entranhado rancor. Mais tarde o mal augmenta."[29]

Nenhuma intenção se vislumbra neste texto de minimizar tais rancores e antagonismos; as últimas palavras relembravam ainda os muitos factos que no tempo dos Filipes "abriram um abysmo tenebroso entre os dous povos"[30], e agradeciam com júbilo o mistério/milagre de 1640, que ninguém sabia ao certo explicar:

"Não o sei eu, não o diz a historia, não o souberam os que lá estavam, porque tudo foi invisivel, tudo foi providencial, tudo foi obra de Deus"[31].

Como corolário máximo da sua conclusão perorativa, o eclesiástico exortava os ouvintes a serem bons portugueses e bons cristãos, garantindo assim o favor de Deus; na tarefa sublime de defesa da pátria inculcava aos homens o exemplo de D. João de Castro, e às mães e esposas a conduta heróica de D. Filipa de Vilhena.

Um curioso exemplar da sermonária anti-ibérica chegou da Covilhã, da autoria do presbítero Miguel Ferreira de Almeida, com um título tão sugestivo quanto — *Discurso Patriotico contra a Iberia, prégado na Egreja de Santa Maria Maior da Covilhã no dia Primeiro de Dezembro de 1868, Anniversario Glorioso da Restauração de Portugal* [32].

---

[28] *Ibidem*, p. 429.
[29] *Ibidem*, p. 430.
[30] *Ibidem*.
[31] *Ibidem*, p. 435.
[32] Este sermão, publicado na Covilhã, na tipografia Católica, tem 40 páginas e do rosto não consta data de publicação.

Convidado pela Comissão 1° de Dezembro daquela cidade para discursar na missa solemne, este eclesiástico partidário de D. Miguel referiu na sua correspondência ao prestigiado diário legitimista *A Nação*, as intenções daquele discurso bem como as pressões dos paroquianos no sentido da sua rápida impressão:

"Combatemos por todas as razões a tão preconizada união iberica, mostrando a serie de calamidades, que ella nos traria, quer na ordem politica, quer religiosa, e destruimos todos os suphismas, com que os ibericos procuram esconder a hediondez do seu crime.

Se o sermão satisfez, ou não, ao numerosissimo auditorio que nos escutava não o sabemos, nem nos compete dizel o; porém o que é certo é, que logo que descemos do pulpito fomos vivamente instado e até importunado, para que o désse á impressão, e eu que não somos teimosos e gostamos de ser condescendentes, cedemos, e já lá está gemendo debaixo do prélo o pobre sermão, e dentro em breve irá girar por Portugal, e ficaremos muito contentes se os ibericos não gostarem d'elle, e fizermos com isto algum serviço á nossa tão querida, como desgraçada Patria que amamos tanto! ... tanto!... que reputamos a vida uma cousa insignificante quando fosse preciso dal-a por ella"[33].

Esta é aliás a mensagem que surge nas palavras *Ao Publico,* que precedem o discurso cujo exórdio versava o júbilo da comemoração do 1° de Dezembro que redimira a pátria da sua perda de liberdade após os desastres de África os quais, na óptica do autor, foram "o golpe mortal descarregado pela justiça de Deus sobre esta Nação para punir seus crimes e o abuso desmedido, que tinha feito do seu poderio"[34].

Mas a predicação do padre Ferreira de Almeida tinha a virtude de ser tão directa quanto o próprio título, lembrando que a evocação da efeméride se revestia no presente de particular significado:

"Nunca, uma tal commemoração podia vir mais a proposito, do que na actualidade, em que tanto se trabalha contra a independencia da nossa Patria, e o Leão de Castella, instigado pelos

---

33 *Ao dia 1° de Dezembro na Covilhã*, in "A Nação", Lisboa, n° 6261, 7.12.1868, p. 2.

34 ALMEIDA, Miguel Ferreira de — *Discurso Patriotico contra a Iberia ...*, Covilhã, Tipographia Catholica, p. 7.

furores revolucionarios, já abre, raivoso, as suas fauces medonhas, para absorvel-a na chamada *União Iberica*"[35].

Enquanto não chegava a hora da defesa pelas armas, propunha a propaganda das palavras, as demonstrações pacíficas mas entusiásticas para mostrar ao mundo que os portugueses prefereririam a morte a essa união. O seu contributo reside na premissa que a união ibérica seria, política e religiosamente falando, a maior das calamidades para Portugal.

Partindo do princípio do perigo efectivo que representava para Portugal a revolução que derrubara do trono Isabel de Bourbon, o padre Miguel denunciava as promessas enganosas da Ibéria, nomeadamente as ilusões do engrandecimento e enriquecimento do país, e a escolha de Lisboa para capital do império, lembrando exemplos de outras absorções em que os pequenos haviam saído perdedores como a Escócia, a Irlanda, a Polónia, o Piemonte e até as províncias de Espanha, antigos reinos de Aragão, Navarra, Valência, Astúrias, etc. Tais ilusões podiam ainda ser desmistificadas pela própria história, pela lição dos 60 anos de opressão, despotismo e exploração.

Na esteira da literatura anti-ibérica, insistia na tónica das incompatibilidades multisseculares entre os dois povos:

"Podem, muito embora, os estadistas e diplomaticos, no retiro dos seus gabinetes, phantasiar a união dos dois povos peninsulares, ou algum conquistador traçal-a com a ponta da espada; mas uma tal união não poderá existir por muitos annos; hade ser sempre ephemera, porque entre nós e a nação visinha se levanta uma barreira de sete seculos, e uma historia brilhante de feitos heroicos, e o caracter e indole, diametralmente opposto, dos dois povos, que nenhum esforço humano, nem uma dominação de sessenta annos, nem os tramas d'uma politica sagaz, tem podido unir, depois de tantos seculos.

Somos uma familia á parte, e a mesma Providencia nos distinou para sermos livres e independentes, e atè sem esta providencia particular de Deus, vigiando sobre os destinos da Nação Portugueza, torna-se inexplicavel o milagre da nossa independencia,

---

[35] IDEM, *Ibidem*, p. 10.

no meio de tantas transformações e revoluções, que, ha 700 annos, tem, por muitas veses, mudado a face da Europa"[36].

Se o argumento de uma providência especial presidindo às acções dos restauradores de 1640 e velando sobre Portugal desde Ourique até ao presente não é inédito na paranése anti-ibérica, verifica-se que neste caso é particularmente aproveitado no sentido do orador insistir na ideia de que talvez só assim se pudesse explicar a sobrevivência do país, apesar do plano inclinado que seguia há mais de sete lustros. Este pensamento é uma das marcas do seu descontentamento face ao regime constitucional.

No tocante à invectiva contra a Ibéria como extermínio da religião, o padre Miguel Almeida dava largas aos seus terrores, vituperando as consequências subversivas do vulcão revolucionário em Espanha, como a liberdade de cultos, as perseguições a eclesiásticos, o desrespeito da imprensa pela religião católica, entre outros aspectos. Interrogando-se sobre quem poderia, neste quadro de horrores, qdesejar a união ibérica, a sua ira vira-se contra a maçonaria, responsabilizando-a pela destruição das nacionalidades italianas e alemãs, no sentido de preparar o caminho para a republica universal[37].

Identificando sucessivamente Ibéria com maçonaria e esta com destruição completa de toda a ordem religiosa e social, a imprecação final é vigorosa, na linha tradicional de anátema a qualquer obstáculo que se perfile à aliança trono/altar, ressaltando o tom intimidatório da peroração:

"Vou pôr deante de teus olhos o pavoroso quadro d'horrores, que te esperam, desde que a União Iberica seja um facto consumado.

As tuas propriedades serão roubadas, os teus direitos mais sagrados violados, as tuas liberdades mais santas espesinhadas. Os templos do Senhor serão fechados ou feitos em ruinas; as esposas de Jesus Christo serão expulsas dos seus asylos sagrados e arrastadas pelas ruas; os teus bispos e clero serão insultados, e metidos em

---

36 IDEM, *Ibidem*, p. 21.

37 A intenção "pedagógica" do padre Miguel de Almeida em elucidar os seus conterrâneos sobre os perigos revolucionários, constata-se no cuidado em publicar duas notas ao texto do discurso, uma para apresentar a revolução espanhola como obra da maçonaria, e outra para eclarecer o significado e profundidade da expressão "bárbaros baptizados" como sinónimo de revolucionários. (Notas: p. 34-40)

escuras masmorras, suas cabeças irão rolar sobre os degraos do cadafalso, ou serão ceifadas pelo golpe da guilhotina, as suas mãos sagradas (...) serão decepadas, e o santuario será uma triste solidão. (...) O teu sangue correrá a jorros; a anarchia reinará por toda a parte, e a sociedade sem Deus, sem Religião, sem authoridade, sem justiça, cairá na mais espantosa dissolução, e será uma verdadeira imagem do inferno, onde tudo é desordem e horror sempiterno.

(..) Olha, povo portuguez, quem te fez livre, grande e feliz, foi a Religião de Jesus Christo, que elles perseguem com odio implacavel; e fica certo, que a civilisação e preogresso, com que pretendem fascinar-te, não é mais do que a ressurreição do paganismo, a degradação humana, a escravidão da mulher, o reinado abjecto do materialismo e do sensualismo.

Povo portuguez! não acceites os grilhões, com que a revolução quer algemar-te a Castella"[38].

O sermão do padre Joaquim Alves Mateus pronunciado também no 1° de Dezembro de 1868, mas na Sé Bracarense, é igualmente frontal e aberto no estigma que lança ao iberismo[39]. Antes contudo de o analisarmos, detenhamo-nos nas impressões que tal trecho de oratória suscitou na imprensa local.

O *Bracarense* e O *Popular* foram unânimes nos encómios dispensados a este orador e ao brilhantismo da sua oração; apesar d eclesiástico só ter tido algumas horas para compôr o sermão em virtude de ter sido convidado quase em cima do acontecimento, o jornalista do *Bracarense* diz que conseguira provocar lágrimas e sorrisos no auditório, revelando-se assim "sublime interprete dos sentimentos da nacionalidade e independencia que animam este povo"[40]. O *Popular* rejubilava com a intenção manifestada por alguns amigos do orador em fazer imprimir o eloquentíssimo

---

[38] IDEM, *Ibidem*, p. 31-32.

[39] MATHEUS, Joaquim Alves — *Oração Gratulatoria e Commemorativa do Primeiro de Dezembro de 1640 que em igual dia de 1868 recitou na Sé de Braga Primaz o Conego* ..., Braga, Typ. Universal, 1869, 21 p. Encontramos este sermão incluído numa colecção publicada no Porto, pela Livraria Catholica Portuense em 1903 e intitulada *A Voz do Evangelho ou Thesouro dos Prégadores collaborado por oradores e outros ecclesiasticos competentissimos*. São dois os volumes dedicados aos *Sermões Escolhidos do Conego Joaquim Alves Matheus*.

[40] *Pela Pátria*, in "O Bracarense", Braga, n° 1631, 3 de Dezembro de 1868.

discurso, ao qual "todo o elogio tem de ficar sempre áquem do seu merecimento"[41].

O sermão que assim electrizava o auditório iniciava-se por um exórdio glorificador do dia da Restauração que resgatara um país quebrantado na sua energia moral e na sua coragem por meados da centúria de Quinhentos e que sofrera depois a sinistra e feroz política de Filipe II:

"É a historia, que refere, não é o odio, que inventou esses flagicios"[42].

E do passado histórico passava para o protesto do presente, invectivando longamente "essa insidiosa e ruim cousa appellidada iberismo", contrapondo ao argumento geográfico a história, o patriotismo, o fervor da integridade nacional, em suma, a vontade de um povo que queria manter-se independente:

"Em fim e sobre tudo são esses limites postos pela determinação assente, firmissima, e inquebrantavel da nossa vontade, que engeitando as tão encarecidas grandezas da Iberia, não acceita annexações, porque quer subsistente e intemerata sempre esta nacionalidade"[43].

O tom "laico" do protesto prosseguia na explicação de que tal atitude não sugeria ódio à nação vizinha (tal seria até irracional em relação aos contemporâneos espanhóis que nada tinham a ver com as gerações opressoras de 1580 a 1640), mas clarificava posições com uma acutilância de linguagem digna de uma coluna jornalística, ou de uma tribuna parlamentar:

"Queremos visinhos, mas não queremos senhores; queremos allianças, que podem aproveitar a ambos, mas não queremos incorporações, que haviam de absorver-nos a nós; queremos bandeiras, que se respeitem, mas que se não confundam; queremos viver como amigos, não queremos existir como subditos. Esse protesto espontaneo, fervoroso e vehementissimo diz hoje, hade dizer ámanhã, hade dizer sempre; portuguezes somos, não seremos nunca hespanhoes"[44].

---

41 Os Festejos do 1° de Dezembro, in "O Popular", Braga, n° 98, 9 de Dezembro de 1868.

42 *Oração Gratulatoria e Commemorativa* ... , p. 10.

43 *Ibidem*, p. 13.

44 *Ibidem*, p. 14.

De uma forma geral os sermões anti-ibéricos arrolados por Brito Aranha, na sua esmagadora maioria proferidos na sé lisbonense, a convite da Comissão Central 1° de Dezembro e publicados por deliberação desta associação, não ousavam uma crítica tão explícita, uma condenção tão frontal, socorrendo-se do passado para implicitamente estabelecer paralelismos com o presente.

A *Oração Gratulatoria* do padre José Maria de Almeida Ribeiro, comungando do tema comum da parenética anti-ibérica, qual era a consideração de religião e pátria como base do edifício social — *Patria secunda religio* —, apresentava o júbilo da comemoração do 1° de Dezembro "de involta com um vago terror", isto é, o reverso da medalha da independência era o abismo da dominação estrangeira, castigo de Deus por alguma falta gravíssima. É assaz curiosa a interpretação que Almeida Ribeiro fez da união peninsular seiscentista e sua herança histórica:

"(...) Essa lição tremenda é para os povos de uma terribilidade salutar! porque, sem impedir que esses povos se amem, como irmãos, se respeitem como bons visinhos, e se protejam, como obreiros do progresso, cavou, todavia, um abysmo para sempre, entre as duas nacionalidades!

Entre ellas existe o cháos impermeavel de Milton!"[45]

Neste contexto se compreendem os epítetos de "legitima" e "justificada" que confere à revolução de 1640, sendo também santo e legítimo o entusiasmo dos portugueses em celebrar essa efeméride. Em uníssono com a imprensa portuguesa da época, como resposta ao atrito que tal comemoração havia suscitado nos círculos espanhóis, o cónego da Sé de Elvas lembrava:

"Nem ha, em tudo isto, a mais pequena sombra de offensa para ninguem.

A França, a Belgica, a Inglaterra e a Hespanha, tem seus dias de gloria, semelhantes a este nosso; e celebral-os é timbre nacional"[46].

Este é talvez um dos textos cuja mensagem apresenta maior contenção; os nomes das batalhas em que os portugueses saíram

---

[45] RIBEIRO, José Maria d'Almeida — *Oração Gratulatoria* ..., Lisboa, Typ. de Castro Irmão, 1869, p. 24.

[46] IDEM, *Ibidem*, p. 28.

vitoriosos sobre os espanhóis não irrompem no fio discursivo, nem a premência da actualidade da questão ibérica é explicitamente referida; concluía aconselhando o povo portuguez à prática das virtudes da fé, coragem, esperança, amor e confiança em Deus, para encarar "as emprezas incruentas e pacificas do presente e do porvir"[47].

Os sermões que se seguem apresentam uma marcante vertente de narrativa histórica; as verdades teológicas subalternizam-se às verdades históricas sem, contudo, se deixarem de defender os princípios essenciais da protecção divina ao reino e povo de Portugal.

O *Sermão Gratulatorio* que o padre Augusto António Teixeira proferiu na Sé de Lisboa no 1º de Dezembro de 1869 foi publicado com uma dedicatória especial: "A Portugal e á Hespanha aos dois povos amigos, independentes e liberaes em significação do mais entranhado amor e cordial estima". Nas cinco páginas de introdução o autor lançava a temática da comemoração da revolução de 1640, episódio que, na sua óptica, reflectia simultaneamente o espírito ilustrado da nação e a intercessão divina, já que ocorrera sem atrocidades e sangue; o caso de Miguel de Vasconcelos não prejudicava a teoria do eclesiástico pois o sangue dos traidores e tiranos "não inquieta a consciencia de um povo opprimido, nem merece as lagrimas da historia; antes, pelo contrario, a sua maldição eterna"[48].

Sem referir explicitamente a questão ibérica na actualidade, o padre Augusto Teixeira apresentava a causa da independência portuguesa como uma causa justíssima e merecdora do auxílio divino, deixando no ar interrogações estratégicas, plenas de sentido e oportunidade:

"Pois o que eramos nós então para Castella, senhores, e o que seriamos talvez hoje para Hespanha — cujo grande poder, valor e sciencia militar não podêmos deixar de reconhecer — se os nossos bons visinhos, mentindo a seus pactos, insultando suas proprias liberdades, a tanto custo adquiridas, retrogradando mil passos no caminho de sua civilisação, entrassem, por desgraça nossa, e

---

47 IDEM, *Ibidem*, p. 32.

48 TEIXEIRA, Augusto Antonio — *Sermão Gratulatorio* ..., Lisboa, Typ. de Castro Irmão, 1869, p. 6.

tambem sua, as fronteiras de Portugal com animo hostil, e mão armada? O que eramos nós então, e o que seriamos talvez hoje, se não tiveramos a Deus da nossa parte? se não tiveramos por antemuro a fortaleza de nossa justiça? se não tiveramos o direito de vida independente, por sermos um povo livre, que temos uma lingua propria, e um solo por natureza distincto? se não tiveramos a esperar, em summa, das outras nações civilisadas, o respeito e a sympathia que merecem nossas instituições, e, sobretudo, nosso caracter moral?"[49]

Ora, para se reunirem estas condições de felicidade e respeito garante da independência nacional, o povo deveria ser virtuoso. Escorado neste pressuposto, o discurso desenrolava-se alertando para os vícios fulcrais da sociedade civil, como a ambição e as dissenções partidárias, que teriam sido aliás factores decisivos na precipitação da crise de1578-1580. A valoração do passado como lição para o presente estava latente em todo o discurso:

"A calamitosa epocha de D. Sebastião é tambem um pharol, que os timoneiros da barca social não devem nunca perder de vista"[50].

Compreende-se assim a demora numa curiosa interpretação historico-religiosa dos factos, desde a crise de finais de Quinhentos ao 1° de Dezembro, dando destaque à superação da emulação partidária auxiliada pela mão misteriosa da Providência, e com a transcrição de um longo excerto do testemunho de D. João da Costa, um dos protagonistas da revolução gloriosa.

Pregando a conciliação nacional e a virtude da prudência concluía este sermão que é no culto das virtudes sociais, políticas e religiosas que radicava o preservativo contra quaisquer perigos e ameaças à pátria, pois das invejas internas e dissenções intestinas decorre o aviltamento do corpo social:

"Não é de Hespanha, senhores, nem é de outra qualquer nação que nós devemos guardar a nossa independencia, porque a Hespanha é um povo amigo, um povo liberal; mas de quem só devemos guardal-a é de nossos vicios, de nossas ambições, e, sobre tudo, de nossa indeferença religiosa. Nada poderemos receiar pela patria, senhores, nada poderá inquietar nossa ventura, com tanto

---

[49] IDEM, *Ibidem*, p. 7.
[50] IDEM, *Ibidem*, p. 11.

que em nossa consciencia não sejamos accusados de maus visinhos, e maus cidadãos, e maus catholicos"[51].

O sermão do ano seguinte incidiu também no valor didáctico das lições providenciais de1580 e 1640 — queda e restauração — que, na opinião do padre António Maria Belo, "bem meditadas e comprehendidas são argumento forte, penhor e incentivo poderoso da nossa independencia futura"[52].

Defendendo que a felicidade e duração de uma nação se regula por outras medidas que não a sua grandeza territorial, este discurso lembrou a história da península e seus projectos unionistas desde Afonso V a Filipe II:

"A despeito, porém, de uma verdade tão singular e estrondosamente attestada — força é confessal-o — na nossa bella peninsula, falsas idéas de um poder illusorio, vogando especialmente em determinadas epocas, tem pretendido fazer dos dois povos d'ella, de nós e de Hespanha, um só imperio, que pela sua posição geographica, pela natureza do seu solo, pela riqueza immensa de suas possessões e dominios, occupasse o primeiro logar entre as demais potencias do mundo"[53].

Por seu turno, a perda da independência em 1580 e a "fatal união" são longamente tratadas, fazendo-se ressaltar a ideia de que aí as circunstâncias políticas foram agravadas pela decadência moral que já vinha de longe e, por antonímia, a revolução de 1640 é apresentada como tendo redimido a nação pela nobreza dos seus objectivos e virtudes dos seus feitos.

A incontornável referência à questão peninsular no tempo presente, surge tímida, nos últimos parágrafos, à laia de "desafogo", como lhe chama o pregador. Refere-se à absorção como perigo inerente aos povos pequenos encostados a grandes nacionalidades, e exorta à esconjuração desse fantasma pela promoção económica, cultural, moral e religiosa do país. Utilizando os argumentos socio-antropológicos e culturais recorrentes, evocava as diferenças de clima, índole do povo, língua, história e tradições, sem contudo deixar de sublinhar a amizade dos povos:

---

51 IDEM, *Ibidem*, p. 26-27.

52 BELLO, Antonio Maria — *Sermão em Acção de Graças* ..., Lisboa, Typographia Universal, 1870, p. 7.

53 IDEM, *Ibidem*, p. 9.

"Somos dois povos irmãos — nós e nossos visinhos; gira-nos nas veias o mesmo sangue, — sangue nobre e generoso. Podemos por isso amar-nos como irmãos, proteger-nos como amigos. Confundir, porém, nossa vida, unirmo-nos n'um só povo, fundirmo-nos n'uma só nacionalidade: isso nunca! — nunca, senhores! — que nol-o vedam as nossas tradições, as nossas crenças, a nossa honra, e prohibe-o Deus!"[54]

O *Sermão Gratulatorio* de 1871 da autoria do então prior dos Mártires e desembargador da Relação Patriarcal José Ferreira Garcia Dinis, segue as coordenadas teologico-históricas fulcrais dos textos seus congéneres: reitera a inexorável associação da alegria do 1° de Dezembro em contraste com o espectro triste de 1580; identifica esta desgraça nacional com a punição divina pelos grandes crimes que a nação havia cometido; apresenta a revolução de 1640 como milagre da misericórdia divina; insiste na importância quase providencial da perda da independência como lição da história para o século presente e profilaxia de males maiores. Esta última ideia está bem patente nas afirmações de Garcia Diniz:

" É para mim fóra de toda a duvida, que foi conveniente para nós portuguezes do seculo XIX a usurpação dos Filippes, porque as desgraças passadas impõem-nos a obrigação de fugirmos hoje das causas que indubitavelmente as motivaram.

(...) Deixae-me, senhores, dizer ainda: foi conveniente para nós portuguezes do seculo XIX o dominio de Castella em Portugal nos fins do seculo XVI e principio do seculo XVII; porque, quem sabe, se guardando-se para mais tarde o castigo que esta nação por seus desvarios tinha merecido, se levantaria de entre nós um Moysés, que offerecendo-se só em holocausto por todos os seus irmãos, fosse capaz de salvar este povo introduzindo-lhe nas veias o sangue puro?!..."[55]

Nesta dialéctica passado/presente implícita na pregação, é curiosa a interpretação que o eclesiástico fazia das acusações de "ibéricos" com que os partidos se brindavam mutuamente; na sua óptica, o labéu de ibérico era de tal maneira odioso ao povo

---

54 IDEM, *Ibidem*, p. 19.

55 DINIZ, José Ferreira Garcia — *Sermão Gratulatorio* ..., Lisboa, Typographia Universal, 1871, p. 15-16.

português que os partidos nem se preocupavam em justificar-se da grave acusação.

O discurso proferido na sé patriarcal no 1° de Dezembro de 1872 louvou o povo que sabia exaltar a memória dos heróis que lhe legaram o património da honra e da independência, pese embora o padre Manuel Ribeiro de Figueiredo ressalvasse que não pretendia aludir a cenas ou actos, "que possam produzir o menor desgosto", isto é, não era sua intenção ofender a nação vizinha e amiga:

"Sei respeitar a patria dos Pelayos e dos Cids; nunca recuzarei, pois, a mais sincera estima á nação nobre e poderosa, que, na difuzão do Evangelho, encontrámos sempre a nosso lado, quando os mares vergavam debaixo das nossas armadas nas emprezas transatlanticas; com quem podemos viver na mais estreita alliança, dispensando-nos mutuamente valiosos auxilios; e com a qual, precedendo todas as garantias de mútua integridade e independencia, podemos augmentar a riqueza nacional pelo commercio, pela industria, pelas sciencias e pelas artes"[56].

Mas o personagem central deste discurso é a nação portuguesa e o seu povo, a empresa dos descobrimentos e as guerras de defesa e restauração da independência, numa referência constante aos nomes dos seus heróis e batalhas vitoriosas.

O sermão do 1° de Dezembro de 1873[57] aliou também a glorificação da revolução de Dezembro e a narrativa histórica do Portugal de finais de Quinhentos até 1640 para sublinhar a forma como Deus dispôs os factos para se produzir tal resultado. Nesta missão providencial o padre Figueiredo e Sá destacava as figuras de João Pinto Ribeiro, que apresentava como o jurisconsulto da classe média, e Luísa de Gusmão, a mulher espanhola que encarnava a determinação e adesão da casa de Bragança à causa da Restauração. Quanto às razões da vida própria e independente de Portugal no contexto peninsular, explicava-as pela vocação marítima e acção religiosa e civilizadora daí decorrente, só anulada pela corrupção e imoralidade dos finais da centúria de Quinhentos, a que correspondera, aliás, a perda da nacionalidade.

---

56 FIGUEIREDO, Manuel Ribeiro de — *Discurso que no 1° de Dezembro de 1872...*, Lisboa, Typographia Universal, 1872, p. 7.

57 SÁ, Antonio José de Figueiredo e — *Sermão em Acção de Graças ...*, Lisboa, Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1874.

O discurso do ano seguinte incidiu igualmente na temática da idiossincrasia expansionista dos portugueses e sua decadência, da qual Alcácer-Quibir era um marco representativo. O padre Sousa Azevedo preocupou-se ainda em evidenciar na sua predicação que a comemoração em que tomava parte não significava rancor, ódio, nem tão pouco uma provocação a Espanha; pretendia sim, e aqui reside talvez o aspecto mais curioso da intenção do discurso, contrariar a propaganda que defendia a teoria da inexorabilidade da união ibérica:

"O que nós queremos significar com estes festejos é que protestamos com sincera indignação contra todos aquelles que imaginam que a união iberica é uma fatalidade, uma concepção politica que necessariamente se hade realisar, ainda que não seja senão pela força das armas"[58].

Da comemoração do 1° de dezembro de 1874 chega-nos ainda o discurso de outro eclesiástico — o então prior da Ajuda, Francisco da Silva Figueira —, realizado na sessão solene da Comissão Central no palácio dos Almadas, à semelhança do que havia feito no ano anterior, tal como indica no presente texto, embora a primeira oração não tenha chegado aos prelos.

Apesar de proferido fora do púlpito, este discurso não diferia dos demais: exaltava a gesta dos descobrimentos como missão providencial protagonizada pelos portugueses, e apresentava o amor da pátria[59] e a fé religiosa como meios de preservar a independência restaurada em 1640. Ao abordar a prática das virtudes cívicas e religiosas, dirigia-se enfaticamente às mulheres portuguesas que reputava guardiãs de tais valores, bem como agentes privilegiadas da sua transmissão.

E pela 3ª vez o padre Figueira foi chamado pela Comissão Central a orar sobre a Restauração de Portugal, desta feita no templo patriarcal no 1° de Dezembro de 1875. Celebrava-se ainda nesse dia a colocação da primeira pedra do monumento aos

---

58 AZEVEDO, Antonio de Sousa — *Discurso recitado na Parochial Egreja de Bemfica* ..., Lisboa, Typographia Universal de Quintino Antunes, 1875, p. 15.

59 O patriotismo dos portugueses no Brasil é também aqui matéria de referência em virtude da subvenção de 1000$000 obtida em Manaus para o monumento dos restauradores, apresentada nesta mesma sessão pelo tesoureiro da comissão, o comendador Francisco Lourenço da Fonseca. Cf. FIGUEIRA, Francisco da Silva — *Discurso e Poesia que na sessão Solemne* ..., Lisboa, Typ. Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1875, p. 12.

restauradores, monumento patrocinado pela Comissão a quem o eclesiástico não poupava elogios em virtude da sua acção em prol da independência nacional.

São de alguma forma interessantes as referências feitas pelo padre Figueira às teorias anexionistas cuja moda remetia para um passado próximo, e defendia que fôra no estrangeiro que se formara a falsa ideia de que Portugal estaria interessado na união peninsular:

"Ha tempos a marcha dos acontecimentos da Europa parecia favorecer a idéa das annexações, idéa falsa, porque uma nação póde ser feliz sem possuir grandes extensões territoriaes.

Essa idéa annexionista teve ardentes defensores além das nossas fronteiras, os quaes espontaneamente se encarregaram de fazer acreditar á Europa que nós os portuguezes, esquecidos das nossas gloriosas tradições e das severas lições da historia e fartos da tranquilidade da nossa pequena casa, almejavamos por ser grandes na casa alheia"[60].

O exórdio da *Oração Gratulatoria* proferida na paroquial de Santo Antão de Évora no 1° de Dezembro de 1875 sublinhou a prioridade daquela cidade na "idéa sublime da nossa emancipação do jugo hespanhol", reiterando tais virtualidades no tempo presente:

"E ao mesmo tempo que por todos os meios procuraram tornar grandiosa esta solemnidade, propria d'animos christãos, os habitantes d'esta cidade affirmam publicamente, que em seu coração vivem ainda aquelles generosos e patrioticos sentimentos, de que por tantas vezes deram prova, e protestaram perante todo o paiz contra a idéa da união iberica sob qualquer pretexto que seja, não hesitando em sacrificar sua vida pela independenciada patria, que tanto amam"[61].

O tema da confirmação mantinha o caráter narrativo histórico habitual, desenvolvendo as circunstâncias que precederam, acompanharam e se seguiram à Restauração de 1640.

Em 1876 o pregador convidado pela Comissão Central foi o prior de Belas, Joaquim da Silva Serrano, e as coordenadas chave do seu discurso obedeceram ao esquema comum da parenése

---

60 FIGUEIRA, Francisco da Silva — *Discurso que na Santa Sé...*, Lisboa, Typographia Universal da Thomaz Quintino Antunes, 1876, p. 15.

61 PINA, João Augusto — *Oração Gratulatoria* ..., Lisboa, Typographia de G. M. Martins, 1876, p. 5.

gratulatória do 1° de Dezembro: amor da pátria e amor da religião. No exórdio fazia algumas declarações que se prendiam com o relacionamento de Portugal e Espanha, reiterando os votos de boa vizinhança e leais relações entre ambos mas repudiando energicamente a união:

"União, — não, que seria a guerra, a lucta de morte, cheia de odios e maldições; seria a união monstruosa do Leão e da Panthera"[62].

E em linguagem igualmente enérgica e vigorosa, para não dizer mais, vituperava a propaganda ibérica, dirigindo-se nestes termos à nação:

"Não deixes seduzir o coração pela belleza, nem enlear-te pelos galanteios; não te deixes enganar pela astucia, nem viciar-te pela corrupção.

A belleza é perigosa, olha a de Helena, os galanteios são enganosos, olha os de Judith. O mais valeroso e forte dos homens foi victima da astucia de Dalila; e quantos o não foram das devassidões das Lesbias, das Lidias, e das Messalinas?!"[63]

Outro sermão deste1° de Dezembro de 1876, foi proferido na Conceição Nova pelo padre José Baptista Rossa e saíu impresso no ano seguinte[64], embora não conste do arrolamento de Brito Aranha anteriormente referido. O assentimento do autor à publicação do texto é justificado em nota final:

"O orador, confiando á publicidade este humilde fructo do seu labôr, quiz ajuntar um brado aos muitos brados, um protesto aos muitos protestos, um anathema aos muitos anathemas, que vozes eloquentissimas têem soltado contra a sediça e malfadada ideia da União Iberica"[65].

Numa oratória vibrante e plena de erudição, este sermão apresentava como tema fundamental o amor da pátria, primeiro numa perspectiva universal, concretizando-o em seguida na história de Portugal entre 1580 e 1640. Recorrendo a um arsenal histórico-

---

62 SERRANO, Joaquim da Silva — *Discurso em Applauso* ..., Lisboa, Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1876, p. 9.

63 IDEM, *Ibidem*.

64 ROSSA, J. B. — *Sermão Commemorativo da Restauração de Portugal prégado no Primeiro de Dezembro de 1876 na Parochial de Nossa Senhora da Conceição, de Lisboa*, Lisboa, Typographia Editora de mattos Moreira & C.ª, 1877, 21 p. + 1 não numerada.

65 IDEM, *Ibidem*, p. não numerada.

literário vasto (Camões, Sá de Miranda, Rebelo da Silva, Tomás Ribeiro, etc.), o padre Rossa falou de um Portugal que tanto prezava a sua independência e liberdade, e mesmo na ironia não dispensou as citações clássicas:

"Os utopistas da União Iberica, se não foram taes, deveriam lêr, na Fronteira Portugueza, gravada em caracteres de fogo, umas palavras, exprimindo a ideia d'aquelle sublime verso do Dante:

Lasciate ogni speranza voi ch'entrate!"[66]

O *Sermão da Gloriosa Restauração de Portugal* que o padre Augusto Pereira da Silva pregou na sé de Lisboa, no 1° de Dezembro de 1877, versou o amor da pátria e a fé em Deus como garante da manutenção da independência nacional, e justificou a autonomia portuguesa por um facto de ordem histórica, os feitos heróicos do seu povo, e outro de índole volitiva, um pouco à maneira de Herculano:

"Sômos livres porque queremos ser livres"[67].

O *Sermão Gratulatorio* pregado pelo padre José António Vieira de Melo na Sé de Lisboa, no 1° de Dezembro de 1879[68], abordou emotivamente a história de Portugal no período situado entre a perda e restauração da independência, afirmando que "os leões de Castella abriam as fauces e exercitavam as suas garras, esperando occasião propicia de cairem sobre a presa"[69], enquanto que "o dia 1° de dezembro de 1640 vingou de sobra os sessenta annos da nossa servidão"[70].

Em linguagem sempre sugestiva, apresentou a liberdade como a consciência do povo e a alma das nacionalidaes, e o amor da pátria como o mais sublime, o mais nobre e o menos egoísta dos afectos humanos. Na opinião deste presbítero não eram só as condições geográficas que determinavam e constituíam uma nação,

---

66 IDEM, *Ibidem*, p. 21.

67 SILVA, Augusto Pereira da — *Sermão da Gloriosa Restauração de Portugal* ..., Lisboa, Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1878, p. 12.

68 Este texto foi incluído numa colectânea de sermões do autor intitulada *Oratoria Sagrada pelo Padre José Antonio Vieira de Mello*, Lisboa, Parceria Antonio Maria Pereira, 1910, p. 5-15, com a indicação de ter sido pregado no 1° de Dezembro de 1878. O título aqui referido é também ligeiramente diferente: *Discurso Gratulatorio da Restauração de Portugal em 1640.*

69 MELLO, José Antonio Vieira de — *Sermão Gratulatorio do Dia Primeiro de Dezembro Anniversario da Independencia e Restauração de Portugal*, Lisboa, Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1879, p. 10.

70 IDEM, *Ibidem*, p. 11.

era sobretudo o seu passado, a sua história, as suas glórias e as suas desgraças. Abordando especificamente as relações com Espanha, reiterava a vontade de distinção das autonomias:

"Meus senhores! Seria mentir á minha posição, seria trahir as minhas convicções, se eu procurasse n'este momento ensejo para avivar odios e estimular rivalidades, que devem estar para sempre extinctos e apagados na nossa memoria.

Portugal e Hespanha devem viver como amigos e como irmãos; mas conservando sempre a sua independencia, os seus foros, as suas garantias de liberdade e a sua autonomia.

O Omnipotente, aproximando estes dois povos pelas suas condições topographicas, cavou entre elles um abysmo pela differença do seu caracter moral.

Nós não queremos, nem é proprio este logar para isso, aggravar ou ferir a susceptibilidade de ninguem; mas cumpre-me significar o meu justo orgulho de portuguez"[71] .

Sendo os portugueses naturalmente pacíficos, responderiam contudo prontamente, qual "punhado de bravos", à chamada da pátria em perigo. Mas as suas últimas palavras eram de esperança; contrariando a noção pessimista de decadência, o padre Vieira de Melo afirmava-se crente na regeneração do país, a qual seria sustentada pelo progresso material e intelectual[72].

Sob o patrocínio da Comissão Central 1° de Dezembro estes sermões continuam a ser recitados na patriarcal de Lisboa ao longo das décadas seguintes, mantendo-se igualmente a política da sua publicação o que permitiu chegarem até nós textos oratórios de ineludível interesse, em que o cunho pessoal do autor se conjuga com os vectores dominantes da parenética comemorativa da Restauração. Como exemplo, podemos referir os seguintes discursos das décadas de 80 e 90:

Sermão Gratulatorio pela Milagrosa Restauração de Portugal em 1640 prégado na Sé Patriarchal de Lisboa no dia 1° de

---

71 IDEM, Ibidem, p. 17.

72 Sobre este assunto diz: "O sopro da liberdade vivifica as nossas instituições politicas e sociaes; a área das garantias populares cada vez se alarga mais; as sciencias caminham; a instrucção propaga-se; a industria já leva lá fóra, a esses basares cosmopolitas, chamados exposições, os seus productos; e Portugal parece ir reconquistando o seu antigo esplendor". IDEM, *Ibidem*, p. 19.

dezembro de 1881 pelo padre Antonio Thomaz da Silva Leitão e Castro.

Lisboa, Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1882, 16 p.

Sermão em Acção de Graças pela feliz Restauração de Portugal em 1640 prégado na Sé Patriarchal de Lisboa no dia 1º de Dezembro de 1882 pelo padre José Alexandre de Menezes Feyo Serra.

Lisboa, Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1883, 20 p.

Oração Gratulatoria que no Solemne Te-Deum celebrado na Sé Patriarchal de Lisboa no Anniversario da Restauração de Portugal commemorando o dia 1º de Dezembro de 1640 recitou no anno de 1883 Francisco José Patricio.

Lisboa, Typographia de Eduardo Roza, 1883, 19 p.

Oração Gratulatoria do Dia 1º de Dezembro Anniversario da Restauração e Independencia de Portugal em 1640 Recitada na Santa Sé Patriarchal de Lisboa no anno de 1884 pelo Dr. José Ferreira Gracia Diniz.

Lisboa, Typographia Universal de Thomaz Quintino Antunes, 1884, 16 p.

Discurso pronunciado no Dia 1º de Dezembro de 1885 na Cathedral Lisbonense por Francisco da Silva Figueira.

Lisboa, Lisboa, Typographia universal, 1885, 14 p.

Sermão prégado no Dia 1º de Dezembro de 1886 na Sé de Lisboa por Francisco Antonio da Costa.

Lisboa, Typographia Universal, 1886, 15 p.

Oração Gratulatoria que no Solemne Te Deum celebrado na Sé Patriarchal de Lisboa no Anniversario da Restauração de Portugal commemorando o dia 1 de Dezembro de 1640 recitou no anno de 1887 o Padre José Ricardo Freire d'Andrade capellão da Real Collegiada de Nossa Senhora dos Martyres de Lisboa.

Lisboa, Tipographia Universal, 1888, 20 p.

Portugal. Discurso Commemorativo da sua Restauração em 1640 Recitado na Sé Patriarchal de Lisboa em o dia 1º de Dezembro de 1891 pelo presbytero Francisco Martins.

Coimbra, Imprensa da Universidade, 1892, 45 p.

A Restauração da Independencia de Portugal. Discurso Commemorativo recitado na Sé Patriarchal no dia 1º de Dezembro de 1892 pelo Presbytero João Baptista Ribeiro Coelho.

Lisboa, Typographia Universal, 1892, 21 p.

O sermão do padre Leitão e Castro, revelando conhecimentos vastos da civilização indiana que conheceu *in loco* , reflectia sobre a temática da escravatura a propósito da situação de Portugal entre 1580 e 1640, e explicava a vitória da revolução de1640 por intercessão divina. O tom discursivo exaltava-se na parte final, quando o pregador apelava à tomada das armas contra os inimigos da pátria:

"Reine sempre entre nós o amor da patria e a caridade fraterna, e — reunidas estas condições — se algum dia perigar a nossa independencia, se qualquer infame e degenerado portuguez, como outr'ora, pretender escravisar a patria ao estrangeiro, então, sús nobres filhos de Viriato; inspirem-vos as sombras sempre queridas, sempre respeitaveis do Mestre d'Aviz, de João Pinto Ribeiro, do Duque de Bragança, de todos os exforçados campeões da lusitana gloria; sim, sús! ás armas portuguezes! levante-se, confiado em Deus, terrivel e impavido o Portugal guerreiro d'outr'ora e esmague o viperino traidor; combata-se o inimigo injusto que deseje o que não é seu; defenda-se a patria até ao último alento; e se — o que eu julgo impossivel — ella ainda assim perecer, então, portuguezes, morramos todos com ella"[73].

O sermão do 1º de Dezembro de 1882 retomou os temas habituais, introduzindo algumas notas originais. Além de elogiar as festas patrióticas da nação, entre as quais o aniversário da revolução de 1640 tinha um lugar especial, o exórdio abordava questões político-sociais tais como a escalada dos princípios ultra-

---

[73] CASTRO, Antonio Thomaz da Silva Leitão e — *Sermão Gratulatorio pela Milagrosa Restauração* ..., Lisboa, Typ. Universal, p. 16.

revolucionários na Europa, e as próprias relações entre os dois países ibéricos:

"Não avivarei odios extinctos: não erguerei um grito de guerra, porque esse grito só me escaparia dos labios se as nossas fronteiras fossem invadidas.

As duas nações da peninsula podem ser amigas, alliando-se e trabalhando de commum accordo no grande eficio da civilisação, mas vivendo cada uma dentro dos limites das suas fronteiras, vivendo cada uma vida propria e independente!"[74]

Também o padre Feyo Serra fez algumas incursões na história para melhor avaliar o alcance da revolução capitaneada por João Pinto Ribeiro. Considerando que o período entre 1385 e 1520 continha "a verdadeira epopeia da nossa nacionalidade", a fase de decadência ter-se-ia iniciado com D. João III, atingindo novamente o Portugal do presente. Mas a mensagem final era de conciliação nacional e, ao contrário do grande Alexandre Herculano — incrédulo e desiludido —, Feyo Serra dizia acalentar "a esperança que nos inspira o povo portuguez, grande em todas as epochas, em que foi preciso lutar pela independencia da patria!"[75]

A *Oração Gratulatoria* do padre Francisco José Patrício recitada em 1883 sustentava que os feitos dos povos se inspiravam em dois pilares fundamentais: religião e pátria, que o mesmo é dizer, fé e civismo. Evocou a redenção providencial da pátria no 1° de Dezembro após o período de declínio que o império do Oriente tinha precipitado, e congratulou-se com esta comemoração das glórias e heróis nacionais, evidenciando o seu significado num momento em que novamente o país atravessava tempos conturbados:

"Estamos em um d'esses periodos difficilimos na vida dos povos em que nunca foi tão preciso como hoje consagrarmos á patria o amor e dedicação com que a tornemos forte, respeitada e florescente"[76].

Diga-se que este pregador régio se apresentava como vigoroso apoiante dos festejos e comemorações do 1° de Dezembro,

---

74 SERRA, José Alexandre de Menezes Feyo — *Sermão em Acção de Graças* ..., Lisboa, Typ. Universal, 1883, p. 6.

75 IDEM, *Ibidem*, p. 19.

76 PATRICIO, Francisco José — *Oração Gratulatoria que no Solemne* ..., Lisboa, Typ. de Eduardo Roza, 1883, p. 18-19.

os quais não vê como "ostentação van e uma pompa esteril", mas antes como uma solenidade que "tem o prestigio de proporcionar altos ensinos e o condão de liberalisar distinctos exemplos"[77].

Treze anos após o seu primeiro discurso restauracionista, o prior da Encarnação, Dr. Garcia Diniz, escolheu para tema fundamental do sermão de 1884 a justificação da autonomia portuguesa por via das suas gloriosas tradições e história, mas também, e projectando essa problemática para o futuro, a necessidade de afirmação da nacionalidade lusa por via da sua participação na tarefa universal de civilisação e progresso dos povos:

"É preciso, que procuremos mostrar ao mundo, que o Portugal d'hoje tambem tem uma nobilissima missão a cumprir, tambem sabe concorrer para a civilisação das gentes, e para a prosperidade dos povos. É preciso, que nos esforcemos por mostrar com factos que a nossa nacionalidade representa ainda um grande principio e uma grande necessidade social. É preciso que mostremos, que ainda as nossas dilatadas provincias ultramarinas se acalentam ao fogo benefico da civilisação christã, que d'aqui lhe enviamos. (...) É preciso, que mostremos ao mundo d'hoje, como os portuguezes do tempo de D.João I souberam mostrar, que ainda temos sangue, e ainda aspiramos a combater pela causa christã do progresso e da civilisação da humanidade"[78].

O *Discurso* pronunciado no 1° de Dezembro de 1885 pelo padre Francisco da Silva Figueira, agora prior da Pena e novamente chamado a estas lides, pretendeu relembrar os heróis de 1640 e da guerra da Restauração, destacando entre eles o Conde de Castelo Melhor. Preocupou-se ainda em ressaltar o empenho e participação de todos os gupos sociais na revolução de 1640, mas toda a narrativa histórica girava à volta da premissa da diferenciação inequívoca dos dois povos peninsulares, ao nível da língua, raça e carácter:

"Ante o reflectido estudo ethnographico dos povos que habitam áquem dos Pyreneus, é força confessar que ha differença

---

77 IDEM, *Ibidem*, p. 7.

78 DINIZ, José Ferreira Garcia — *Oração Gratulatoria do Dia 1° de Dezembro* ..., Lisboa, Typ. Universal, 1884, p. 16.

de raça entre o povo que estanceia na maior parte da orla occidental e os povos que demoram além d'ella"[79].

Compreende-se pois que Manuel Ruela Pombo tenha uma referência especial à temática e tipo de abordagem deste discurso:

"Nesta ocasião, o nosso prègador já produziu, segundo a corrente literária em moda, uma péça de carácter científico: a nobreza, o clero e o povo têm o seu quinhão no glorioso sucesso de Revolução do I de Dezembro de 1640 — produto da RAÇA"[80].

Em 1886 o padre Francisco António da Costa pregou um sermão na sé de Lisboa que deixava no ar uma exortação aos portugueses para, a exemplo dos heróis de 1640, se levantarem do abatimento moral e reassumirem a sua missão na tarefa de civilisação dos povos. Defendendo que a religião foi a alma mater da prosperidade nacional, o prior de Aldeagalega evidenciava as suas desconfianças em relação aos princípios modernos do cosmopolitismo e da ciência, contrapondo-lhes os conceitos de pátria e fé, os quais lamentava serem vistos no século actual como "heresias sociais". Em nome da religião e do patriotismo, vituperava pois as criações da falsa ciência e do falso progresso, que em nome da igualdade faziam anexações e em nome da fraternidade excitavam ódios de raça e crenças. Para este eclesiástico, a civilisação moderna, assente no predomínio da matéria, era a responsável por todos os males sociais, inclusivé a própria guerra, que considerava "a maior injuria que se póde atirar ás faces do nosso seculo"[81].

Defendendo a tese de que "o progresso do machinismo mata o ideal, apaga o amor da religião e da patria"[82], estabelecia o paralelismo entre a decadência da pátria e o declínio do cristianismo, e isto quer nos finais do século XVI, quer nos finais do século XIX, lembrando a lição de 1640, "esse milagre religioso e politico, esse chamamento á vida, para a patria e para a fé"[83].

---

79 FIGUEIRA, Francisco da Silva — *Discurso Pronunciado no Dia...*, Lisboa, Typ. Universal, 1885, p. 6.

80 POMBO, Manuel Ruela — *Ob. cit.*, p. 185.

81 COSTA, Francisco Antonio da — *Sermão prégado no Dia 1º de Dezembro...*, Lisboa, Typ. Universal, 1886, p. 11.

82 IDEM,*Ibidem*, p. 12.

83 IDEM, *Ibidem*, p. 13

A oração gratulatória do padre José Ricardo Freire de Andrade pronunciada na Sé da capital em 1887 versou as temáticas tradicionais; colocando a tónica na diferença fundamental entre rei nacional e rei estranho, e nas relações de amizade e respeito entre Portugal e Espanha, apesar de o futuro ser um "denso véo"[84], concluía que o segredo da independência portuguesa residia nos conceitos capitais de Religião e Pátria.

O título que Francisco Martins, doutor pela Universidade de Coimbra e lente catedrático da faculdade de Teologia, escolheu para o seu discurso comemorativo da Restauração — *Portugal* —, reflecte o exercício de gnose da nação que estes sermões ensaiavam.

Trata-se de um texto longo e erudito que no exórdio abordava as vicissitudes da história do povo judeu, afirmando que "tanto mais desditosa é a sorte de um povo, tanto mais importa avivar-lhe essa memoria, para alentar-lhe animos, imprimir coragem, robustecer energias"[85].

Partindo do pressuposto que as duas coisas mais importantes ao homem são a religião e a pátria, reflectia sobre os temas do patriotismo e amor à pátria, considerando que este não prejudicava o amor mais amplo e universal devido à humanidade, a qual representava uma só família composta de filhos de um mesmo Deus, e que por isso era uma ideia cristã. Defendia pois um cosmopolitismo fundado no cristianismo, não inibidor do amor à pátria e promotor da cooperação entre os povos.

A sua abordagem à história de Portugal seguia os parâmetros usuais na sermonária comemorativa do 1° de Dezembro; ao mesmo tempo que exaltava as glórias nacionais, nomeadamente a gesta dos descobrimentos, e advogava que Portugal havia prestado grandes e importantíssimos serviços à humanidade, introduzia o tema da catástrofe de 1580 e a via dolorosa que Portugal trilhara nos anos seguintes. Mas certo do princípio da virtude recompensada, o padre Martins defendia que Deus pune mas também salva, não permitindo que Portugal permanecesse em mãos estrangeiras; numa implacável lógica contabilística, acreditava que Deus ter-se-ia então lembrado

---

84 ANDRADE, José Freire d' — *Oração Gratulatoria* ..., Lisboa, Typographia Universal, p. 7.

85 MARTINS, Francisco — *Portugal. Discurso Commemorativo da sua Restauração* ..., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1892, p. 13.

"dos dias antigos, teve em conta os serviços prestados e meritos adquiridos"[86].

Se se revelava compassivo para com o povo opressor em finais de Quinhentos, afirmando que a Espaha era apenas um instrumento da Providencia para castigo de um nobre povo"[87], defendia vigorosamente o "memorabilissimo, abençoado e radioso" 1° de Dezembro, revendo na sua comemoração a afirmação do sentimento nacional que persistia imutável apesar da decadência e desalento actuais.

A abordagem ideológica às doutrinas defensoras das grandes aglomerações nacionais suscitou-lhe um brado condenatório:

"E que não venham descaroavelmente mingoar o nosso enthusiasmo alardeando theorias scientificas que condemnariam a existencia da nossa nacionalidade"[88].

Às questões "Somos uma nação pequena?" e "Não temos fronteiras naturaes?" respondia energicamente, contrapondo à primeira o exemplo de pequenas nações prósperas como a Bélgica, a Suíça, a Holanda e a Dinamarca e, relativamente à segunda, lembrando que a civilização moderna e os seus novos meios de comunicação haviam tornado desadequada a circunscrição das divisões políticas nos limites naturais.

Valorizava então aquilo a que chamava condições objectivas e subjectivas e que justificavam a existência das nações; no caso português ambas lhe parecem evidentes, afirmando relativamente às primeiras:

"Possuimos unidade politica, lingua propria formando uma literatura inconfundivel, na qual estão impressas a indole, o genio e o caracter nacional"[89].

Por condição subjectiva entendia consciência da nacionalidade — "corôa de todas as condições ethnicas" —, indelével e nítida em Portugal. Por seu turno a uniformidade do sentimento religioso e de culto unificava os espíritos:

---

86 IDEM, *Ibidem*, p. 33.
87 IDEM, *Ibidem*, p. 34.
88 IDEM, *Ibidem*, p. 36.
89 IDEM, *Ibidem*, p. 37.

"A religião como a união politica, e em certos periodos historicos ainda mais do que esta, é sem duvida um grande factor para a conservação da nacionalidade"[90].

Crente na manutenção da independência e autonomia da pátria, o padre Francisco Martins evocava os feitos heróicos e as vitórias marciais dos portugueses na península e no ultramar e, contra as adversidades, solicitava ao povo confiança em si próprio, no amor pátrio e na protecção divina.

Já o discurso de João Baptista Ribeiro recitado no 1° de Dezembro de1892, preocupando-se com matérias eminentemente profanas, comungava da geral consciência de decadência que enquadrava a vida mental portuguesa de fim de século, transportando para o seu tempo as crises mentais e morais de Quinhentos. Em tom declamatório e rebuscado, (basta dizer que inicia o seu texto com a expressão "Real, real por D. João IV de Portugal" e termina com "Real, real pela gloria de Portugal"), identificava o 1° de Dezembro com o aniversário do renascimento de Portugal já que o país, após um período de prestígio e pujança caíra noutro de tibieza, desonra, decadência e inércia degradante, conhecendo a "aguda e desmesurada cobiça do leão castelhano"[91]. Tal como então, acreditava que a crise finissecular seria superada, e anunciava o advento do resurgimento com a moralidade. Como anteriormente se viu, esta ideia de renovação ou renascimento do Portugal oitocentista não é de todo estranha nos discursos destinados às cerimónias religiosas comemorativas do 1° de Dezembro, embora ganhe novas proporções no último quartel da centúria.

Também Alves Mendes, num texto que intiulou *Patria!* [92] e que por "emergencias imperiosas" que estorvaram o *Te-Deum* da festa que se projectava para a inauguração do monumento aos Restauradores não chegou a ser então recitado, fazia apelo à renovação do país através da colonização e missionação da África portuguesa.

---

[90] IDEM, *Ibidem*, p. 38.

[91] COELHO, João Baptista Ribeiro — *A Restauração da Independencia de Portugal ...*, Lisboa, Typographia Universal, 1892, p. 10.

[92] MENDES, Alves — *Patria! (Discurso na Inauguração do Monumento aos Restauradores de Portugal)*, Porto, Livraria Moderna, [1886], 49 p.

Verifica-se assim que as coordenadas fundamentais dos sermões do 1° de Dezembro se mantêm de uma forma mais ou menos regular desde os finais da década de sessenta até ao princípio de noventa, salvaguardando-se as devidas especificidades oriundas sobretudo da formação ideológico-cultural do pregador, bem como do contexto epocal em que são produzidos.

Sendo na sua maioria "encomendados" pela Comissão Central 1° de Dezembro, e os restantes pelas comissões locais dessa associação, estes sermões são recitados perante um público qualificado, especialmente convidado para o acto, composto por altas dignidades eclesiásticas, autoridades civis e militares, governantes e políticos, membros de associações de trabalhadores, escolas e aulas públicas, etc.

Da análise desta sermonária ressalta evidente uma componente de narrativa histórica subjectivamente decantada de obras clássicas como a *Historia de Portugal Restaurado* de D. Luís de Meneses, mas também atenta aos contributos mais recentes, em que se salientam as Histórias de Portugal de Rebelo da Siva e Pinheiro Chagas, e os estudos de Alexandre Herculano.

A adequação das perspectivas teológicas às realidades históricas produz interpretações e mensagens similares; enquanto a perda da independência é vista como o castigo divino pelos erros, vícios e ambição dos portugueses num período que medeia entre o apogeu do império e o desastre de Alcácer-Quibir e posterior crise nacional, a restauração assume o carácter de uma manifestação hierática, isto é, expiadas as culpas pela via cruel e ominosa da dominação estrangeira, a nação é providencialmente recompensada pelas antigas virtudes, pelos serviços prestados à civilização, nomeadamente em virtude dos feitos decorrentes da expansão e descobrimentos.

A dimensão humana só aparentemente é subalternizada no milagre da Restauração; se bem que agindo sob protecção divina, ou por isso mesmo, os agentes envolvidos são guindados à categoria de heróis, concorrendo as suas acções para o mais importante evento da história portuguesa. De entre estes destacam-se João Pinto Ribeiro e D. João IV, mas também os nomes dos conjurados são frequentemente citados; as mulheres são igualmente imprescíndiveis nesta épica da Restauração, sobressaíndo as figuras de Luísa de Gusmão, Filipa de Vilhena e Mariana de Lencastre. O

papel dos eclesiásticos no 1° de Dezembro é enfatizado através da acção do bispo de Lisboa e Nicolau da Maia. Menos recorrente, mas também assinaláveis são as figuras do período da guerra da restauração, na pessoa dos seus generais como Matias de Albuquerque, ou dos seus estadistas como o Conde de Castelo Melhor.

Os monumentos são também protagonistas na história de um povo, manifestações do seu génio; representando os dois maiores feitos dos portugueses, a saga marítima e a resistência vitoriosa ao invasor espanhol, os Jerónimos e a Batalha são apresentados como testemunhos objectivos dessas glórias, símbolos supremos da nacionalidade.

Mas os maiores "troféus" da história deste povo parecem ser exactamente as vitórias contra os castelhanos; de Ourique a Montijo, passando com especial detença em Aljubarrota, dezenas de batalhas travadas em solo português ou espanhol são porfiadamente evocadas no templo do Senhor e exaltadas as virtudes guerreiras portuguesas. Impunha-se aqui a transposição aos tempos presentes e os pregadores não se fazem rogados: se de novo os espanhóis ousassem alguma provocação à integridade da independência nacional todos os portugueses se transformariam em soldados e defenderiam bravamente a sua terra. A exortação às armas, a exalçação bélica seguem sempre, contudo, matizadas por reiterados votos de amizade, cooperação e entendimento entre os dois países ibéricos.

Revelando-se estrénuos defensores das comemorações do aniversário da restauração, também os sermões vão utilizar o argumento de que a evocação dessa efeméride não comporta qualquer provocação ou sinal de hostilidade em relação ao país vizinho, tratando-se de um dia de congratulação nacional à semelhança do que se passava noutros países europeus que possuíam os seus festivos nacionais.

Um das temáticas mais constantes e mais pacientemente trabalhada na sermonária anti-ibérica é o binómio pátria/religião ou patriotismo/fé; apresentado como um dos sentimentos mais puros e nobres, o amor à pátria é equiparado ao amor a Deus e da associação de ambos resulta a felicidade das nações.

Aliadas ao encómio do patriotismo surgem mais ou menos explícitas as condenações das teorias iberistas e anexionistas;

necessariamente breves, estas afirmações localizam-se na parte introdutória do sermão ou, mais frequentemente, entre as declarações da peroração. A matéria político-ideológica efervescente da actualidade entrelaça-se assim com episódios dos Evangelhos ou, em casos mais ousados, liberta-se durante alguns parágrafos das peias da oratória sagrada para se juntar às vozes da contestação, engrossando enfim a vastíssima propaganda anti-ibérica.

Inevitável é aliás esta colagem dos problemas da actualidade da nação à sermonária da efeméride nacional do 1° de Dezembro. Em 1907 o Padre Francisco Marques Diniz tomava como *leit motiv* do seu discurso as virtudes da justiça e moralidade, exortando à conciliação partidária em nome da prosperidade e felicidade do país[93], enquanto que, num passado bem mais próximo de nós, monsenhor Alberto Rocha Martins acedia fazer o sermão gratulatório do 1° de Dezembro de 1983 na Sé de Braga, crente no pressuposto que coloca em nota prévia:

"A hora que vivemos, tão confusa e perturbante, precisa de exemplos deste quilate para não deixar afundar esta Pátria de mais de oito séculos de História gloriosa no abismo do aviltamento"[94].

---

93 DINIZ, Francisco Marques — *Discurso Gratulatorio recitado na Sé Patriarchal de Lisboa no Dia 1° de Dezembro de 1907*, Lisboa, Typographia Belenense, 1908, 20 p.

94 MARTINS, Alberto da Rocha — *Sermão . Evocação do Primeiro de Dezembro de 1640*, s. l., s. n., 1985, 17 p.

SINOPSE DOS SERMÕES ANTI-IBÉRICOS

AUTOR	TÍTULO	RECITAÇÃO		PUBLICAÇÃO			
		LOCAL	DATA	LOCAL	DATA	EDITORA	COMISSÃO CENTRAL
Manuel Joaquim Barradas	Sermão do dia 14 de Janeiro de 1857, anniversario das Linhas d'Elvas	Sé — Elvas	14.1.1857	Coimbra	1857	Imprensa da Universidade	Não
Francisco Soares Franco Junior	Oração em acção de graças pela feliz restauração de Portugal em 1640	Coimbra	1.12.1863	Porto	1865	Viúva Moré	Não
Miguel Ferreira d'Almeida	Discurso patriotico contra a Iberia	S. M.ª Maior Covilhã	1.12.1868	Covilhã	s. d.	Tip. Católica	Não
José Maria d'Almeida Ribeiro	Oração gratulatoria pela feliz restauração de Portugal no anno de 1640	Sé — Lisboa	1.12.1868	Lisboa	1869	Castro Irmão	Sim
Joaquim Alves Matheus	Oração gratulatoria e commemorativa do primeiro de dezembro de 1640	Sé — Braga	1.12.1868	Braga	1869	Universal	Não
Antonio Augusto Teixeira	Sermão gratulatorio do dia primeiro de dezembro aniversario da independencia e restauração de Portugal	Sé — Lisboa	1.12.1869	Lisboa	1869	Castro Irmão	Sim
Antonio Maria Bello	Sermão em acção de graças pela feliz restauração de Portugal em 1640	Sé — Lisboa	1.12.1870	Lisboa	1870	Universal de Thomas Quintino Antunes	Sim
José Ferreira Garcia Diniz	Sermão gratulatorio do dia primeiro de dezembro aniversario da independencia e restauração de Portugal em 1640	Sé — Lisboa	1.12.1871	Lisboa	1871	"	Sim
Manuel Ribeiro de Figueiredo	Discurso no anniversario da independencia e restauração de Portugal em 1640	Sé — Lisboa	1.12.1872	Lisboa	1872	"	Sim

SINOPSE DOS SERMÕES ANTI-IBÉRICOS

AUTOR	TÍTULO	RECITAÇAO		PUBLICAÇÃO			
		LOCAL	DATA	LOCAL	DATA	EDITORA	COMISSÃO CENTRAL
Antonio José de Figueiredo e Sá	Sermão em acção de graças pela restauração de Portugal em 1640	Sé — Lisboa	1.12.1873	Lisboa	1874	"	Sim
Antonio de Sousa Azevedo	Discurso (...) para commemorar o feliz anniversario da nossa restauração	I.ª de Benfica Lisboa	1.12.1874	Lisboa	1875	"	Sim
João Augusto de Pina	Oração gratulatoria no anniversario da restauração de Portugal	Santo Antão Évora	1.12.18751	Lisboa	1876	Tip. de G. M. Martins	Não
Francisco da Silva Figueira	Discurso solemnisando-se a gloriosa restauração de Portugal e a collocação da pedra fundamental do monumento d'ella recordador	Sé — Lisboa	1.12.1875	Lisboa	1876	Universal de Thomaz Quintino Antunes	Sim
Joaquim da Silva Serrano	Discurso em applauso á gloriosa restauração de Portugal em 1640	Sé — Lisboa	1.12.1876	Lisboa	1876 e 1877	"	Sim
José Baptista Rossa	Sermão commemorativo da restauração de Portugal	Conceição Nova-Lisboa	1.12.1876	Lisboa	1877	Matos Moreira & C.ª	Não
Augusto Pereira da Silva	Sermão da gloriosa restauração de Portugal em 1640	Sé — Lisboa	1.12.1877	Lisboa	1878	Universal de Thomaz Quintino Antunes	Sim
José António Vieira de Mello	Sermão gratulatorio do dia primeiro de dezembro anniversario da independencia e restauração de Portugal	Sé — Lisboa	1.12.1878	Lisboa	1879	Imprensa de J. G. de Sousa Neves	Sim
Antonio Thomaz da Silva Leitão e Castro	Sermão gratulatorio pela milagrosa restauração de Portugal em 1640	Sé — Lisboa	1.12.1881	Lisboa	1882	Universal de Thomaz Quintino	Sim

SINOPSE DOS SERMÕES ANTI-IBÉRICOS

AUTOR	TÍTULO	RECITAÇÃO		PUBLICAÇÃO			
		LOCAL	DATA	LOCAL	DATA	EDITORA	COMISSÃO CENTRAL
José Alexandre de Menezes Feyo Serra	Sermão em acção de graças pela feliz restauração de Portugal em 1640	Sé — Lisboa	1.12.1882	Lisboa	1883	Universal de Thomaz Quintino Antunes	Sim
Francisco José Patricio	Oração gratulatoria no anniversario da restauração de Portugal commemorando o dia 1° de dezembro de 1640	Sé — Lisboa	1.12.1883	Lisboa	1883	Tip. de Eduardo Roza	Não
José Ferreira Garcia Diniz	Oração gratulatoria do dia 1° de dezembro anniversario da restauração e independencia de Portugal	Sé — Lisboa	1.12.1884	Lisboa	1884	Universal de Thomaz Quintino Antunes	Sim
Francisco da Silva Figueira	Discurso pronunciado no dia 1 de dezembro de 1885	Sé — Lisboa	1.12.1885	Lisboa	1885	Tipografia Universal	Sim
Francisco Antonio da Costa	Sermão prégado no dia 1° de dezembro de 1886	Sé — Lisboa	1.12.1886	Lisboa	1886	"	Sim
José Ricardo Freire d'Andrade	Oração gratulatoria no anniversario da restauração de Portugal commemorando o dia 1 de dezembro de 1640	Sé — Lisboa	1.12.1887	Lisboa	1888	"	Sim
Francisco Martins	Portugal. Discurso commemorativo da sua restauração de 1640	Sé — Lisboa	1.12.1891	Coimbra	1892	Imprensa da Universidade	Sim
João Baptista Ribeiro Coelho	A restauração da independencia de Portugal — Discurso commemorativo	Sé — Lisboa	1.12.1892	Lisboa	1892	Tipografia Universal	Sim